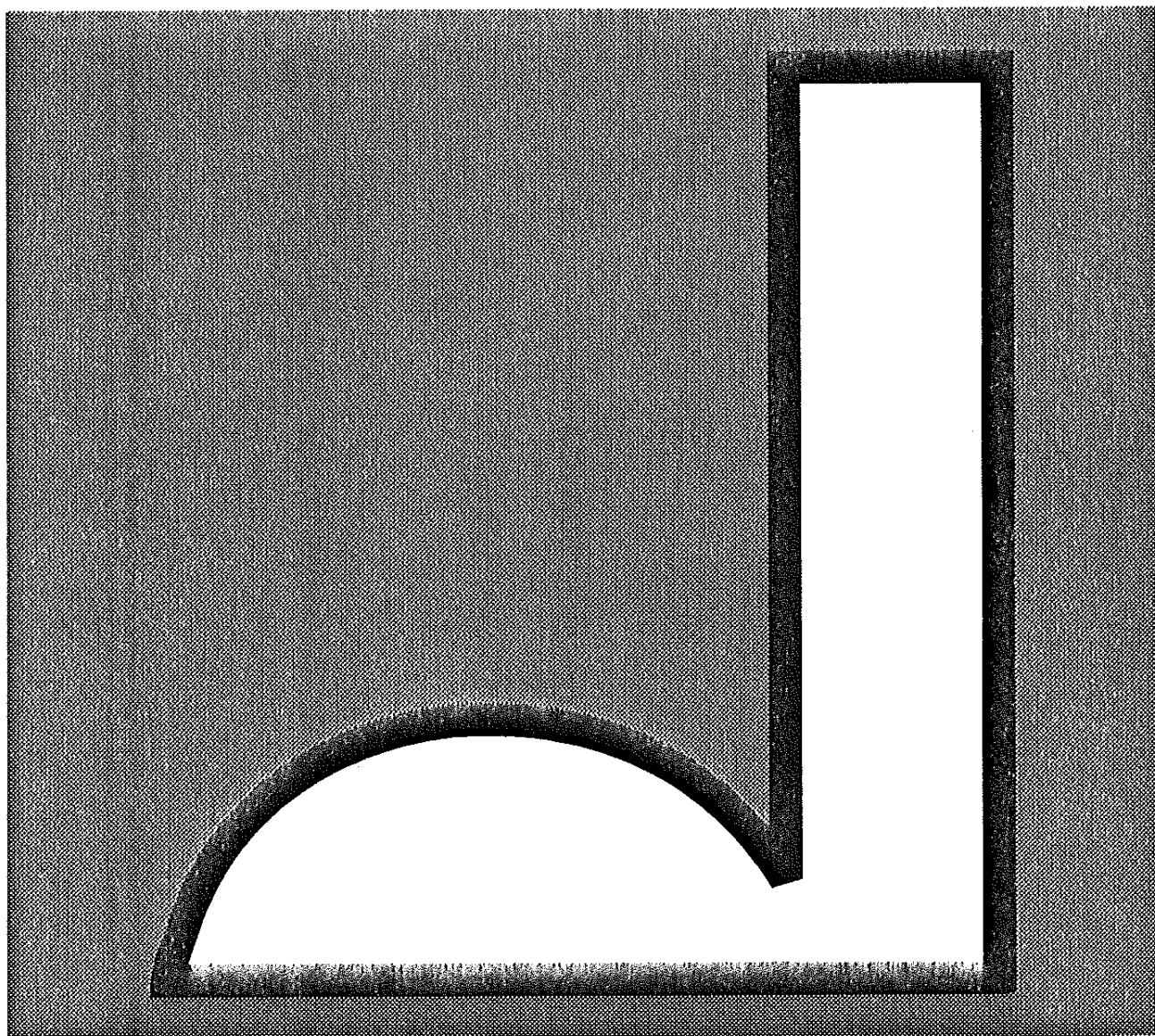
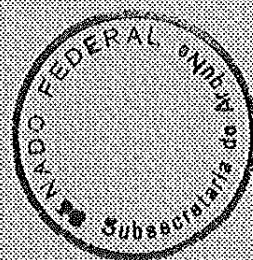




EXEMPLAR ÚNICO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Volume II

ANO LVI – SUP. AO Nº 177 – SEXTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2001 – BRASÍLIA-DF

MESA		
<p>Presidente ⁽³⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS 1º Vice-Presidente Edison Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p>		
<p>3º Secretário ⁽⁶⁾ Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</p>		
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>		
<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽¹⁾ Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS Gerson Camata – PMDB – ES Bernardo Cabral – PFL – AM Fernando Matusalém – Bloco PSDB/PPB Jefferson Pêres – Bloco Oposição – AM</p>		
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Artur da Távola</p> <p>Vice-Líder Romero Jucá Moreira Mendes Bello Parga Eduardo Siqueira Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 24</p> <p>Líder Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gilberto Mestrinho Juvêncio da Fonseca Gilvam Borges Marluce Pinto Amir Lando Alberto Silva Ney Suassuna</p>	<p>LIDERANÇA DO PFL – 18</p> <p>Líder Hugo Napoleão ⁽⁷⁾</p> <p>Vice-Líderes Francelino Pereira Romeu Tuma Leomar Quintanilha Bello Parga Maria do Carmo Alves Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16</p> <p>Líder Geraldo Melo</p> <p>Vice-Líderes Pedro Piva Romero Jucá Vago Freitas Neto</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 14</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Vago Sebastião Rocha Geraldo Cândido Tião Viana</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 4</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>Vice-Líder Roberto Saturnino</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 4</p> <p>Líder Carlos Patrocínio</p> <p>Vice-Líder Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p>Líder José Alencar</p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 23/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

(7) Renunciou ao mandato para assumir o cargo de Governador do Estado do Piauí, em 20/11/2001

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Mals Diretor-Geral do Senado Federal Jálio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corréa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impressa sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES

26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21 de agosto de 2001.	00006	48ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 13 de novembro de 2001.....	00371
28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 23 de agosto de 2001.	00026	16ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 8 de agosto de 2001.	00401
29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de agosto de 2001.	00032	17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 15 de agosto de 2001.	00410
30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de agosto de 2001.	00049	18ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 22 de agosto de 2001.	00430
31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 4 de setembro de 2001.	00067	19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 28 de agosto de 2001.	00442
32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 11 de setembro de 2001.	00086	20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 29 de agosto de 2001.	00475
33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 12 de setembro de 2001.	00107	21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 4 de setembro de 2001.	00499
34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 18 de setembro de 2001.	00124	22ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 5 de setembro de 2001.	00511
35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 20 de setembro de 2001.	00136	23ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 19 de setembro de 2001.	00514
36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 25 de setembro de 2001.	00165	24ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 26 de setembro de 2001.	00518
37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 2 de outubro de 2001.	00166	25ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 3 de outubro de 2001.	00524
38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 3 de outubro de 2001.	00183	26ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 10 de outubro de 2001.	00531
39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 9 de outubro de 2001.	00205	27ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 17 de outubro de 2001.	00538
40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 16 de outubro de 2001.	00228	28ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 23 de outubro de 2001. ...	00553
41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 17 de outubro de 2001.	00240	29ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 24 de outubro de 2001.	00568
42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 18 de outubro de 2001.	00259	30ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 31 de outubro de 2001.	00584
43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 23 de outubro de 2001.	00279	31ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 7 de novembro de 2001.	00593
44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 23 de outubro de 2001.	00294	32ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 8 de novembro de 2001.	00613
45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 30 de outubro de 2001.	00317	23ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 22 de agosto de 2001.	00616
46ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 6 de novembro de 2001.	00335	25ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 29 de agosto de 2001.	00644
47ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 7 de novembro de 2001.	00348		

26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 5 de setembro de 2001.....	00673	24ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 12 de setembro de 2001.....	01106
27ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 12 de setembro de 2001.....	00698	25ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 18 de setembro de 2001.....	01125
28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 12 de setembro de 2001.....	00710	26ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 25 de setembro de 2001.....	01131
29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 19 de setembro de 2001.....	00727	32ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 16 de outubro de 2001.....	01140
30ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 26 de setembro de 2001.....	00739	33ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 17 de outubro de 2001.....	01158
31ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 3 de outubro de 2001.....	00778	34ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 23 de outubro de 2001.....	01181
32ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 10 de outubro de 2001.....	00813	35ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 23 de outubro de 2001.....	01191
33ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 17 de outubro de 2001.....	00848	36ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 24 de outubro de 2001.....	01205
34ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 23 de outubro de 2001.....	00882	37ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 30 de outubro de 2001.....	01214
35ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 24 de outubro de 2001.....	00891	38ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 31 de outubro de 2001.....	01227
36ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 31 de outubro de 2001.....	00908	39ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 6 de novembro de 2001.....	01253
37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 7 de novembro de 2001.....	00941	40ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 13 de novembro de 2001.....	01263
38ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 14 de novembro de 2001.....	00968	11ª Reunião da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática da Comissão de Educação, realizada em 31 de outubro de 2001...	01276
39ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 21 de novembro de 2001.....	00985	12ª Reunião da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática da Comissão de Educação, realizadas em 7 de novembro de 2001.....	01302
13ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 5 de junho de 2001.....	01001	6ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 8 de maio de 2001.....	01324
19ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 14 de agosto de 2001.....	01025	8ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 22 de maio de 2001.....	01333
20ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 21 de agosto de 2001.....	01045	9ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 29 de maio de 2001.....	01352
21ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 28 de agosto de 2001.....	01067	10ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 5 de junho de 2001.....	01356
22ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 4 de setembro de 2001.....	01080	11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 12 de junho de 2001.....	01359
23ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 11 de setembro de 2001.....	01090	12ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 20 de junho de 2001.....	01365
		13ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 27 de junho de 2001.....	01370
		14ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 7 de agosto de 2001.....	01375

15ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 14 de agosto de 2001.....	01384	31ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 30 de outubro de 2001.	01529
17ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 21 de agosto de 2001.....	01387	32ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 6 de novembro de 2001.	01537
18ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 23 de agosto de 2001.....	01402	1ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 7 de março de 2001.....	01544
20ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 4 de setembro de 2001.....	01408	2ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 8 de março de 2001.....	01545
21ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 11 de setembro de 2001.....	01419	12ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 22 de maio de 2001.....	01573
22ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 18 de setembro de 2001.....	01425	13ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 29 de maio de 2001.....	01590
23ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 25 de setembro de 2001.....	01456	14ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 30 de maio de 2001.....	01609
25ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 9 de outubro de 2001.	01467	25ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 29 de agosto de 2001....	01612
27ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 17 de outubro de 2001.	01471	26ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 5 de setembro de 2001..	01615
28ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 23 de outubro de 2001.	01490	27ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 5 de setembro de 2001..	01629
29ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 23 de outubro de 2001.	01514	28ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 20 de setembro de 2001.	01649
30ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 24 de outubro de 2001.	01521	29ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 26 de setembro de 2001.	01678
		30ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 9 de outubro de 2001.	01684
		31ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 16 de outubro de 2001. .	01687
		32ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 23 de outubro de 2001. .	01693
		33ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 24 de outubro de 2001. .	01696
		34ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 8 de novembro de 2001.	01701
		35ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 13 de novembro de 2001.	01702

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2001, Terça-feira, às 17 horas.

Às dezessete horas e trinta minutos, do dia vinte e três de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Romero Jucá, Antonio Carlos Júnior, Luiz Otávio, Bello Parga, Íris Rezende, Marluce Pinto, Amir Lando, Romeu Tuma, José Fogaça, Carlos Bezerra, Roberto Requião, Roberto Freire, Pedro Piva e Osmar Dias reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Gerson Camata, Maguito Vilela, Sérgio Machado, Pedro Simon, Francelino Pereira, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Eduardo Siqueira Campos, Luiz Pontes, Jefferson Péres, José Eduardo Dutra e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, destinada à discussão e votação das cinco Emendas da Comissão oferecidas ao Projeto de Lei nº 32, de 2001-CN, referente ao Orçamento para o Exercício de 2002, conforme Resolução nº 1, de 2001-Congresso Nacional. A Presidência designa o Senador Osmar Dias para oferecer Relatório sobre as vinte e sete Emendas apresentadas perante a Comissão. Usam da palavra, para discutir, os Senhores Senadores Osmar Dias, Romeu Tuma, Roberto Freire, Romero Jucá, Marluce Pinto, Roberto Requião, Amir Lando, Iris Rezende, Carlos Bezerra e José Fogaça. Após a discussão, paulada em critérios estabelecidos no Artigo 101 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência desta Comissão, são aprovadas as emendas que se seguem: Emenda nº 1-CCJ) Poder Judiciário – AÇÕES DE INFORMÁTICA – Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Valor: R\$ 25.305.200,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e cinco mil e duzentos); Iniciativa: Senador Bernardo Cabral; Emenda nº 2-CCJ) Justiça e Segurança Pública – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS – Funpen; Valor: R\$ 195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões); Iniciativa: Senadores Roberto Requião, Osmar Dias, Sebastião Rocha, Amir Lando, Lúcio Alcântara e Antonio Carlos Junior; Emenda nº 3-CCJ) Poder Judiciário – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL – Justiça Federal de Primeiro

Grau; Valor: R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões); Iniciativa: Senadora Maria do Carmo Alves e Senador Romero Jucá; Emenda nº 4-CCJ) Poder Judiciário – CONCLUSÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO – Tribunal Superior do Trabalho (TST); Valor: R\$87.000.000,00 (oitenta e sete milhões); Iniciativa: Senadores Íris Rezende e Osmar Dias; e Emenda nº 5-CCJ) AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS – Ministério da Justiça; Valor: R\$52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões); Iniciativa: Senadores Romero Jucá e Roberto Freire. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a Reunião às dezoito horas e dez minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à análise e seleção das cinco emendas da Comissão ao orçamento de 2002 dentre as emendas que foram apresentadas.

A Presidência designou o eminente Senador Osmar Dias para Relator das emendas apresentadas, a quem dou a palavra.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente agradeço a confiança do Senador Bernardo Cabral em me designar para essa missão de muita responsabilidade, porque a comissão recebeu 29 emendas dos seus componentes, e temos de escolher cinco dentre elas.

É evidente que o critério, e quero começar por ele, é que a emenda, para ser aceita, votada nesta Comissão, terá que ter amplitude nacional, um alcance nacional. Esse é o critério número um para apresentação das emendas. Selecionei por grupos e passo, então, de forma objetiva, a relatar.

Gostaria que os Srs. Senadores marcassem as emendas para as quais daremos parecer favorável para discussão e evidentemente para a votação.

A primeira delas é a emenda do Senador Bernardo Cabral, e já fiz questão de colocar em primeiro lugar, tratando de ações de informática nacional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – TSE, Ministro Nelson Jobim.

O SR. OSMAR DIAS – TSE. Valor da emenda: 25.305.200, atendendo apelo do Ministro Nelson Jobim, Presidente do TSE. É claro que todos entendem a necessidade de aprimorarmos o TSE no que se refere às suas instalações e equipamentos e para que ele preste serviço de qualidade, porque se é importante para a democracia, é importante para o País. Portanto, essa emenda apresentada pelo Senador Bernardo Cabral recebe o meu parecer favorável.

Gostaria que os Senadores anotassem para que depois pudéssemos discutir.

O SR. ROMEU TUMA – Gostaria de um esclarecimento, se V. Ex^a permitisse.

O SR. OSMAR DIAS – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA – Acredito que aquela reforma da urna eletrônica não foi aprovada, porque iria precisar de uma verba especial orçamentária para pôr em execução.

O SR. OSMAR DIAS – É isso que o Senador Bernardo Cabral está propondo.

Sr. Presidente, pediria que me deixasse concluir.

O SR. ROMEU TUMA – Era somente um esclarecimento. Desculpe-me, Senador.

O SR. OSMAR DIAS – Há duas emendas agora que são passíveis de incorporação. Uma do Senador Romero Jucá e outra da Senadora Maria do Carmo Alves.

Para a Justiça Federal de 1º Grau, STJ.

Vou repetir: os autores são Senador Romero Jucá e Senadora Maria do Carmo Alves.

Gostaria, Sr. Presidente, que constasse uma sugestão aprovada hoje na Comissão de Assuntos Sociais que considere interessante. Como há propostas de vários Senadores, para que ficasse citado na autoria os vários Senadores que fizeram a proposição de emendas iguais.

Senador Romero Jucá e Senadora Maria do Carmo Alves: implantação de sistema integrado de gestão de informação jurisdicional na Justiça Federal de 1º Grau. Valor da emenda: R\$38.000.000.

Também dou parecer favorável a essa emenda.

Há uma outra emenda que é do Senador Roberto Freire, que também foi feita igual pelo Senador Romero Jucá. Tem a mesma finalidade. O valor da emenda do Senador Romero Jucá: R\$52.000.000, e o valor da emenda do Senador Roberto Freire é um pouco mais modesto: R\$11.590.000. Como o objetivo é um só, os autores ficam com o meu parecer favorável a essa emenda.

O valor maior – R\$ 52.000.000. Não é Senador Roberto Freire? Concorde?

O SR. ROBERTO FREIRE – O meu problema é que fico retirando muito daquilo que é construção de edifício. Então...

O SR. OSMAR DIAS – Senador Roberto Freire, vamos optar pelo maior...

O SR. ROBERTO FREIRE – Não; está certo. Apenas fico...

O SR. OSMAR DIAS – Tudo bem. V. Ex^a é autor dessa emenda, em conjunto... (Pausa.)

Há uma emenda do Senador Bernardo Cabral, que incorporo a uma emenda que apresentei e tem o valor de quarenta e cinco... Aliás, o valor da emenda do Senador Bernardo Cabral é maior: duzentos e cinquenta e oito milhões. Então, incluo o valor de duzentos e cinquenta e oito milhões na emenda que propõe a construção de unidades de atendimento para adolescentes em conflito com a lei nacional, com o objetivo de dar ao adolescente mecanismos de reinserção ao convívio social. Parecer favorável.

Por último, a quinta são emendas apresentadas pelos Senadores Roberto Requião, Sebastião Rocha, Amir Lando, Lúcio Alcântara e Antonio Carlos Junior, e o maior valor é o de R\$150 milhões, que têm, como objetivo, construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais nacionais. Portanto, são essas cinco as emendas de parecer favorável.

Devo relatar as emendas de parecer contrário?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço atenção porque o eminente Senador Osmar Dias acaba de proferir o parecer sobre as emendas que considera prioritárias e, a seguir, vai dar o parecer contrário. Os autores terão oportunidade de discordar e discutir o parecer do Relator.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, passo a falar sobre as emendas de parecer contrário. A Senadora Marluce Pinto apresentou a emenda sobre implantação da infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região Calha Norte, na Região Norte. Neste caso, houve consenso de que a emenda deve ser apresentada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque se trata de defesa nacional e, portanto, não seria esta a Comissão a apreciá-la. Meu parecer é contrário à emenda.

Emenda do Senador Romero Jucá...

O SR. ROMERO JUCÁ – Retiro as outras todas.

O SR. OSMAR DIAS – Mas há a emenda da Senadora Marluce Pinto: demarcação de terras indígenas. Em função de ter priorizado as outras emendas, essa emenda recebe, portanto, parecer contrário.

O Senador Mozarildo Cavalcanti apresentou emenda sobre implantação de serviço de acompa-

nhamento para reinserção social do egresso do sistema sócio-educativo. Essa emenda é a mesma que aprovamos aqui, que é de minha autoria e do Senador... Ela está prejudicada por não ser S. Ex^a membro da Comissão.

O Senador Leomar Quintanilha apresentou emenda para o Tribunal Regional de Tocantins. Não tem caráter nacional. Parecer contrário.

A Senadora Maria do Carmo Alves apresentou emenda para possibilitar o funcionamento da Escola Nacional de Magistratura, para aquisição de... É evidente que o valor de dois milhões e meio, comparado com os outros valores, também me fez dar parecer contrário em função da prioridade dada às outras emendas. V. Ex^a teve emenda aprovada aqui, que podemos discutir depois.

A Senadora Maria do Carmo Alves também apresentou emenda sobre reaparelhamento de polícias estaduais e guardas municipais no Estado do Sergipe. Não é nacional. Por isso, está fora.

Reaparelhamento da Polícia Federal, nacional, valor de cinco milhões. Também parecer contrário em função de termos priorizado...

Reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. É a mesma emenda da Senadora Maria do Carmo Alves.

Senador Luiz Otávio: reserva de contingência fiscal. Demos parecer contrário a essa emenda em função de haver outras com mais prioridade.

Implantação e instalação de Tribunais Regionais Federais, nacional. Senador Roberto Requião. Não pude acatar essa emenda porque não existe a criação dos tribunais para os quais ele está propondo a construção das obras, antes de se votar a reforma do Judiciário. Essa emenda está prejudicada.

Como S. Ex^a está ao telefone, não ouviu o meu argumento. Mas nós, também, não demos parecer. O Senador Romero Jucá retirou as outras da sua autoria, eu retirei uma de minha autoria também, que é para construção dos tribunais de trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, são essas as emendas que receberam parecer favorável. Estou pronto para justificá-las ou dar notícia de cada uma delas se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão a matéria.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, antes da votação, eu gostaria de pronunciar-me.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Já darei a palavra a V. Ex^a.

Senador Osmar Dias, peço a V. Ex^a que explique ao eminente Senador Roberto Requião quais foram, entre as duas emendas, os motivos.

O SR. OSMAR DIAS – V. Ex^a apresentou duas emendas de grande mérito, tanto uma quanto a outra. Só que uma pode ser aprovada – inclusive recebeu outras emendas parecidas dos Senadores Sebastião Rocha, Amir Lando, Lúcio Alcântara e Antonio Carlos Junior, para construção e reaparelhamento de presídios. Mas a outra, em que V. Ex^a propõe a construção de obras e a criação daquelas unidades, ainda não foi aprovada porque não consentimos a reforma do Judiciário. Essa emenda estaria prejudicada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, porque não pode existir a construção de uma unidade que ainda não está criada. Por essa razão que está revogada e não lhe dei parecer favorável.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, antes da votação das 5 emendas, eu queria manifestar-me.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não serão colocadas em votação sem prévia discussão.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senador Álvaro Dias, só para colaborar, não sei se tardiamente, as emendas de Comissão não têm limite orçamentário.

O SR. OSMAR DIAS – Por favor, o Senador Álvaro Dias está ausente, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sempre confundo V. Ex^a com o Senador Álvaro Dias, embora V. Ex^a tenha essa barba belíssima branca e muito mais cabelo que o seu irmão.

Os Senadores estão confundindo um pouco o valor das emendas. Há emendas aqui paupérrimas. A Comissão não tem limites, por isso tem de fazer emendas consistentes. São emendas nacionais. A emenda que apresentei, depois de conversar com o Senador Antonio Carlos e que a mim parece-me V. Ex^a acolheu, é emenda para construção de penitenciárias. O Congresso Nacional e o Senado têm viabilizado tantas e tão consistentes acusações, que não podemos deixar esse pessoal todo a cargo da Justiça sem uma possibilidade de razoável acolhimento.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Roberto Requião, V. Ex^a é que confundiu: a emenda de autoria de V. Ex^a está acolhida. O que eu disse que não posso acolher é a da construção de tribunais regionais federais que ainda não foram criados.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – A emenda acolhida e o pessoal com o acolhimento necessário na Penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra a Senadora Marluce Pinto para discutir a emenda de sua autoria, que não foi contemplada no acolhimento pelo Relator.

Conseqüentemente, devo esclarecer a V. Exª que o parecer do Relator não foi ainda aprovado nem rejeitado. Por isso, V. Exª tem oportunidade de manifestar-se, usando até mesmo os argumentos jurídico-regimentais.

Tem V. Exª a palavra.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, quando cheguei a esta Comissão, os argumentos apresentados para o Relator, o nobre Senador Osmar Dias, foram que não era nesta Comissão que se aprovavam emendas para o Calha Norte (*) e, sim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

No ano passado, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo Senador José Sarney, não acatou a emenda do Calha Norte (*) exatamente por não ser a comissão adequada para aprovar aquela emenda. E aqui no nosso Regimento Interno, o art. 101, que trata dos assuntos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em sua alínea “c”, abrange exatamente “segurança pública, corpos de bombeiros militares, polícia, inclusive marítima, área de fronteiras, rodoviária e ferroviária”.

Pelo que me consta, Sr. Presidente, V. Exª já viajou e conhece todo o projeto Calha Norte. As instalações...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço atenção para a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – As instalações do Calha Norte ficam exatamente nas áreas de fronteira. V. Exª tem acompanhado a execução desse programa, cujas obras foram iniciadas em 1986, e sabe que ele não tem atingido seus objetivos por falta de verbas. Está muito claro nesta Comissão que se trata de áreas de fronteira.

Gostaria que os membros desta Comissão reconsiderassem. Está presente o Senador Romeu Tuma – a quem acompanhei, duas vezes, nessas visitas ao Projeto Calha Norte -, que sabe da utilidade da conclusão desse programa.

As nossas fronteiras são despovoadas. Como se pode levar pessoas para ocupá-las se não há infra-estrutura? A estrada que leva a São Gabriel da Cachoeira ainda não foi concluída; assim como as pequenas hidrelétricas. Nós, que conhecemos aquela região sabemos que as pessoas mais carentes residem ali, sem nenhuma infra-estrutura.

Sinceramente, sei que as cinco emendas relacionadas pelo nobre Senador Osmar Dias são de caráter relevante, mas, tenho certeza de que, se considerarmos a necessidade do ser humano, nenhuma delas é tão importante quanto essa do Calha Norte.

Sr. Presidente, posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª continua com a palavra, Senadora Marluce Pinto. Desejo apenas dizer ao Senador Romero Jucá que, logo a seguir, darei a palavra, para discutir a matéria, a S. Exª e ao Senador Amir Lando.

V. Exª continua com a palavra, Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª reconsiderasse – não sei qual das cinco emendas poderia ser retirada, enviada para outra Comissão ou acatada por alguma Bancada estadual – porque, sinceramente, tenho certeza de que, se dependesse da anuência de V. Exª, essa emenda não ficaria fora. Não há como. Quando chegar à Comissão de Relações Exteriores, haverá o mesmo problema.

V. Exª estava na Comissão de Relações Exteriores no ano passado. Quem não acolheu essa emenda., dizendo que ela não podia ser aprovada naquela Comissão, foi o Senador José Sarney, em cujo Governo foi aprovado e instalado o Projeto Calha Norte.

Acredito que S. Exª jamais iria deixar registrada naquela Comissão a desaprovação, alegando não ser possível a sua aprovação. Nosso Regimento Interno é muito claro. Até entendo que cada Senador deseje aprovar as suas emendas. Por isso podem dizer que determinada emenda não é daquela Comissão, mas o Regimento é muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Marluce Pinto, a Presidência informa a V. Exª que não se manifestou em derredor dessa emenda.

Em primeiro lugar, a emenda de V. Exª tem acolhida regimental. V. Exª está amparada regimentalmente. O Relator manifestou-se contrário a ela, mas a manifestação do Relator não significa voto final nesta Comissão. Aos Senadores. Cabe decidir. Para isso, a matéria está em discussão. Tão logo V. Exª conclua a sua manifestação, a Presidência concederá a palavra aos demais inscritos, na seguinte ordem: Senador Romero Jucá, Senador Amir Lando, Senador Romeu Tuma – que conhece bem a matéria do Calha Norte.

V. Exª pode concluir.

A SRA. MARLUCE PINTO – Para concluir, gostaria de solicitar a V. Exª que em primeiro lugar colocasse em votação esta emenda, porque se ela for re-

jeitada, será porque os membros não aceitaram a sua aprovação. Se deixá-la por último, sendo aprovadas as outras cinco, já não haverá como ser reconsiderado.

Eu agradeceria muito...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Será dada prioridade a V. Ex^a.

A SRA. MARLUCE PINTO – (...) porque eu destaco essa emenda.

Para encerrar, eu solicito, dos membros dessa Comissão que estão presentes, que reconsiderem e dêem o seu voto favorável a essa emenda, porque estarão ajudando a comunidade mais carente do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Romero Jucá para discutir a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, eu gostaria de contraditar as colocações feitas pela Senadora Marluce Pinto, sem, no entanto, contraditar a importância da emenda de recursos para o Calha Norte. Essas emendas são extremamente importantes, assim como esse recurso. Mas o que estamos defendendo, aqui, são emendas relativas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Regimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania diz que no tocante à questão de fronteira, é específica a discussão de segurança na fronteira, como o é segurança rodoviária ou as outras seguranças.

A emenda da Senadora Marluce Pinto, apesar do mérito, diz textualmente: “construção de infraestrutura urbana em municípios do Calha Norte.” Portanto, se essa emenda porventura fosse aprovada aqui, ao chegar na Comissão de Orçamento, – está aí o Presidente da Comissão de Orçamento que sabe disso – seria descaracterizada porque não é específica da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e nós perderíamos uma emenda.

Então, digo à Senadora Marluce Pinto que essa emenda é importante, e estou disposto a defendê-la. Inclusive, estou apresentando uma emenda igual na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque essa questão da infra-estrutura dos municípios é um recurso que vai para o Ministério da Defesa e que trata especificamente da questão de Defesa Nacional. Portanto, essa decisão não cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Louvo o parecer do Senador Osmar Dias, que escolheu matérias importantes e bastante abrangentes em nível nacional e, portanto, faço esse registro,

lamentando. Na minha visão experiente na Comissão de Orçamento como Relator por quatro vezes, vejo que essa emenda seria descaracterizada e causaria um prejuízo para a CCJC.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a, em verdade, levanta uma preliminar, dizendo da incompetência *ratione materiae* do que estamos tratando. Mas se compromete desde logo a apresentar, na Comissão de Relações Exteriores...

O SR. ROMERO JUCÁ – Eu já apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a apresentou, mas seria interessante que transformasse na autoria da nossa colega, sob pena de desfigurar o seu trabalho naquela Comissão.

Se esse for o caminho, se assim entender a Comissão, seria apresentada, com apoio na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a emenda deixaria de ser de autoria do Senador Romero Jucá...

O SR. ROMERO JUCÁ – Seria conjunta. Minha e de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Seria dupla autoria.

Desejo ouvir V. Ex^a, Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvidas de que, no mérito, a emenda da Senadora Marluce Pinto tem toda razão. Temos que observar com muito cuidado as nossas fronteiras, sobretudo quando vivemos um clima de guerra, que se não envolve ainda o Brasil, ameaça todos nós.

Não há dúvidas de que deveremos fazer o que pudermos, entretanto, no momento certo e oportuno. Porque vejo, também, uma certa dificuldade na emenda quando tem um caráter regional.

Entendo eu que o foro próprio dessa emenda seria a Comissão da Amazônia, como fiz, no caso das universidades da Amazônia, uma emenda com relação a implementar o ensino à distância, a Universidade Virtual da Amazônia.

Hoje, há uma organização, na Amazônia, onde se implanta a Infovia Norte. É esse caminho eletrônico do ensino que vai democratizar e revolucionar o ensino no País. Mas o caráter regional nos levou exatamente para a Comissão apropriada para atender aos interesses regionais: a Comissão da Amazônia, que hoje, infelizmente, já...

Ainda há essa chance. Evidentemente, a emenda deveria sofrer, no meu entender... – porque fui Relator também do orçamento – e sobretudo o relatório

prévio já fixou, já balizou quais são os critérios. A emenda precisa ter o caráter nacional. Aliás, que é o que rege a regulamentação, o orçamento.

Então, não é apenas à luz do nosso Regimento, é à luz da Legislação que rege o Orçamento. Nesse sentido, a emenda deveria ter um caráter nacional: região de fronteira. E fazer uma referência leve, tênue, ao Calha Norte. É um mecanismo até para se enfrentar esse entendimento específico da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua em discussão.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para discutir.

O SR. ROMEU TUMA – Entendo a posição do Senador Romero Jucá até pela sua experiência com problema de orçamento. O Presidente da Comissão está presente. Entretanto, Senador Romero Jucá, sinto na Senadora Marluce Pinto o desespero daqueles que têm uma visão da grande dificuldade que atualmente atravessa o País acerca da manutenção da vigilância da Amazônia.

O Calha Norte é um projeto que se arrasta há alguns anos – desde 1986, quando o Presidente José Sarney o lançou –, chegando a um período em que não havia verba para a manutenção do processo. Com a Senadora Marluce Pinto liderando no Senado um movimento de que participaram vários Senadores – principalmente os do Norte, da região Amazônica – conseguiu-se alguma verba. Ela tem procurado, em todas as comissões, defender essa questão.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é clara quando estabelece a sua competência no inciso II, letra “c”, do art. 101 do Regimento Interno: “Segurança pública, corpos de bombeiros militares, polícia, inclusive marítima, aérea de fronteiras, rodoviária e ferroviária”. Portanto, são assuntos correlatos a serem discutidos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Desse modo, faço um apelo para que se raciocine em termos de buscar uma solução para o Projeto Calha Norte, de interesse nacional.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Romeu Tuma, há dois pontos a considerar. O primeiro é que o tema diz respeito à infra-estrutura urbana na região Norte. Como disse, as emendas devem ter caráter nacional, que essa não tem. Além disso, se propusermos essa aprovação, precisaremos substituir outra. Então quem faz essa proposta necessita também sugerir qual seria suprimida. Dei parecer favorável em cinco

propostas, que é o número que podemos aprovar. Se V. Ex^a está propondo a aprovação dessa, peço que me sugira qual deveria ser suprimida.

O SR. ROMEU TUMA – Tudo bem, Senador Osmar Dias. Todavia, mas o Projeto Calha Norte é de interesse nacional porque atinge toda a estrutura da soberania.

O SR. ROMERO JUCÁ – Senador Romeu Tuma, essas são obras de infra-estrutura; não estão relacionadas à pertinência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Comissão de Fiscalização e Controle também já teve em sua pauta obras de infra-estrutura, e a matéria foi desclassificada porque não cabe nesse âmbito.

O SR. ROMEU TUMA – Não estou contestando ninguém. Estou defendendo uma tese. V. Ex^{as} podem não querer aprovar. Não estamos brigando, mas mostrando a importância do processo.

O SR. OSMAR DIAS – Se prevalecer a tese do Senador Romeu Tuma, a infra-estrutura de melhoramento e de reconstrução do Porto de Paranaguá será de interesse nacional. No entanto, trata-se de obra no Estado do Paraná. Não é assim que é interpretada a questão de amplitude nacional. Os recursos poderão ser aplicados em qualquer Estado numa emenda aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – é o que dá caráter nacional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma, o problema é o seguinte. Todos reconhecemos a importância da matéria, e a Comissão é competente. No entanto, se a Comissão entender não acolher a emenda da Senadora Marluce Pinto, é preciso haver o compromisso dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para aprová-la.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já está começando a reunir-se. Iremos diretamente para lá.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não colocarei em votação a matéria.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, não estou contestando a decisão do relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mas deve contestar, porque é o contrário.

O SR. ROMEU TUMA – Todos temos o direito de defender um ponto de vista e discuti-lo com o relator. Se a maioria não aceitar minha tese, esse compromisso manifestado pelo Senador Romero Jucá deverá ser analisado pela Comissão de Orçamento. Ele também precisará respeitar e, como morador da re-

gião da Amazônia, também tem interesse nessa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, por melhor que seja a intenção do Sr. Senador, apresentando sua justificativa, sabemos que os Membros da Comissão de Relações Exteriores não são os mesmos que estão presentes aqui. Quando forem analisar as cinco daquela Comissão, vão pensar que são prioritárias, porque há muitos que integravam a Comissão o ano passado. Se tivessem abordado o problema discutido pelo Senador José Sarney, S. Ex^a poderia ter tido o maior interesse em acatar a idéia, porque o programa foi aprovado na época em que S. Ex^a era Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vamos dirimir a dúvida!

A SRA. MARLUCE PINTO – E essa história de olhar para o Relator e combinar alguma coisa não convém. Naquela Comissão, Sr. Presidente, para dizer a verdade, aprova-se, às vezes, coisa que não procede e o que convém não é aprovado, porque depende do grupo maior ou que vota ou que faz aquele movimento. Verificamos isso aqui mesmo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a se refere à Comissão de Relações Exteriores?

A SRA. MARLUCE PINTO – A própria Comissão de Orçamento, como aqui. Como V. Ex^a sabe, às vezes uns chegam primeiro, dizem uma coisa ou outra e conseguem alcançar seus objetivos.

Mas não é justo. V. Ex^a, que é um homem que conhece bem esse programa, tem conhecimento de que o Senador Romeu Tuma já visitou o Programa Calha Norte, quando nem era Senador, quando ainda era da Polícia Federal. E quem não sabe dos problemas que se enfrentam nessas áreas de fronteira, como o narcotráfico, o contrabando, exatamente por falta de infra-estrutura?!

E se coloquei que se destina à infra-estrutura dos Municípios do Calha Norte é porque abrange vários Municípios, mas isso não quer dizer que esteja fugindo ao Programa Calha Norte.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Marluce Pinto, o Senador Bello Parga, absolutamente convergente com a idéia de V. Ex^a, foi à Comissão de Relações Exteriores e acaba de declarar à Presidência que ali se aprovou, neste minuto, o Programa Calha Norte.

A SRA. MARLUCE PINTO – O Calha Norte, não é?! Então, vamos lá assinar as emendas! Agora, estou satisfeita, porque, desde que saiam recursos para o Calha Norte, não importa qual seja a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um momento. É preciso que fique registrado em Ata que deixou de ser submetido à votação a emenda da eminente Senadora Marluce Pinto, porque foi trazida a esta Comissão a informação de que, em igualdade de condições, a matéria foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores, ou seja, fica prejudicada a emenda de V. Ex^a, porque o objetivo foi alcançado, mas V. Ex^a sai vitoriosa da Comissão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Muito obrigada. E, como tenho que me ausentar, Sr. Presidente, Sr. Relator, declaro que o meu voto é favorável às cinco emendas escolhidas pelo Senador Osmar Dias. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Passemos ao segundo destaque feito pelo eminente Senador Iris Rezende, uma vez que sua emenda não foi acolhida pelo ilustre Senador Osmar Dias, por motivos que S. Ex^a já havia declarado.

Com a palavra o Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, foi mais por equívoco. Não foi por vontade do Senador Osmar Dias. É que apresentamos uma emenda para atender ao País em toda a sua dimensão na área da conclusão dos Tribunais Regionais do Trabalho. Mas na emenda que apresentamos, recebida nesta Comissão, cadastrada sob o número 25, constava a expressão Tribunais Regionais Federais. Enquanto pedimos a retificação, entregamos a nova e a Secretaria, com as duas nas mãos, o Senador Osmar Dias fazia o seu relatório e a minha emenda ficou excluída.

Então, peço a reconsideração da Comissão para avaliar a importância dela em relação às demais, porque penso que esta é da mais alta importância, em se tratando inclusive da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a registra, portanto, que houve um equívoco material, passível de ser sanado.

O SR. IRIS REZENDE – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, relatei com parecer favorável cinco conjuntos de emendas similares. Se acatarmos a emenda do Senador Iris Rezende, teríamos que rejeitar uma outra, porque temos a possibilidade de aceitar só cinco emendas.

O SR. IRIS REZENDE – O que eu gostaria é que V. Exª, como Relator, avaliasse se ela é mais importante do que alguma outra que está aí relatada. Se não for, eu me curvarei ao julzo de V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS – Eu apresentei uma emenda, que foi acompanhada pelo Senador Bernardo Cabral, a que eu dei parecer favorável, que propõe a construção de unidades de atendimento para adolescentes em conflito com a lei nacional. Eu acho que é importante. V. Exª apresentou essa. Das outras, eu não me encorajaria a retirar nenhuma das emendas, substituindo por essa.

Senador Iris Rezende, vou repetir as quatro – a de V. Exª é muito importante, estou fazendo um esforço para incluí-la e gostaria que V. Exª me ajudasse. A emenda do Senador Roberto Requião, acompanhado de vários outros Senadores, propõe construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, presídios. É importante. Essa eu não retiraria.

Justiça Federal de Primeiro Grau – Romero Jucá e Maria do Carmo Alves, R\$34 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Essa é do Superior Tribunal de Justiça, é muito importante.

O SR. OSMAR DIAS – Eu não a retiraria, senão eu ia arrumar uma confusão também com a Senadora Maria do Carmo.

A emenda do Presidente, Senador Bernardo Cabral, propõe recursos para o Tribunal Superior Eleitoral. É importante e acho que ninguém vai querer retirar uma emenda que destina 25 milhões de reais para o setor de informática. Todos nós queremos que o Tribunal Superior Eleitoral seja muito eficiente nas próximas eleições, por isso eu acho que ninguém vai retirá-la.

Eu não retiraria essa emenda para ações de segurança pública nos municípios, dos Senadores Roberto Freire e Romero Jucá. Se a Comissão entender que a emenda do Senador Iris Rezende é importante, como entendo, e mais que a minha, eu retiro a minha em favor da emenda do Senador Iris Rezende, até como forma de contemplar a emenda de S. Exª, embora eu esteja aqui lamentando o fato de não poder incluir essa, que seria a construção de unidades de atendimento para adolescentes em conflito com a lei nacional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência quer ouvir primeiro o eminente Senador Carlos Bezerra, na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para ajudar o Relator no raciocínio.

O SR. OSMAR DIAS – Antes até de passar a palavra para o Senador Carlos Bezerra, eu gostaria de dizer ao Senador Iris Rezende que eu também tinha apresentado uma emenda igual a essa de V. Exª, e eu tinha retirado. Portanto, posso incluir a minha junto com a de V. Exª e fica com a autoria dos dois. Lamento ter que retirar outra emenda, que acho importante também. Mas se há o consenso na Comissão de que essa é mais importante, concordo.

O SR. IRIS REZENDE – V. Exª, acatando a minha, pode até ficar com a autoria exclusiva de V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Iris Rezende, não se trata disso.

O SR. AMIR LANDO – Eu acho que tenho uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vamos ouvir o Senador Amir Lando.

O SR. OSMAR DIAS – Estou discutindo o mérito, Sr. Presidente.

O SR. AMIR LANDO – Proponho aqui que, já que o valor da emenda pode ser acrescido, inclusive aqui por esta Comissão, podemos aglutinar o sistema penitenciário e de recuperação de adultos e adolescentes.

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, eu jamais pediria ou sugeriria ao Senador Roberto Requião que retirasse a sua emenda. Nós estamos cometendo aqui um equívoco.

O SR. AMIR LANDO – Não, Sr. Presidente, mas acho que essa minha solução eu gostaria de analisar.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Iris Rezende, a solução que S. Exª está propondo não é essa. A solução que S. Exª está dando é de que eu incorpore a minha à do Senador Roberto Requião.

O SR. IRIS REZENDE – Perfeito, mas eu gostaria de esclarecer que independem de dotação orçamentária verbas para construção de penitenciárias, porque nós temos o fundo nacional penitenciário com recurso suficiente para construir prisões, cadeias e penitenciárias Brasil afora.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Iris Rezende, permita-me, assim, emitir o meu parecer.

Acato a emenda de V. Exª e incorporo a minha à do Senador Roberto Requião e de outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação o parecer do eminente Relator quanto a esta matéria, secundando a proposta do eminente Senador Amir Lando.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Os Srs. Senadores ouvirão a palavra do eminente Senador Carlos Bezerra, que, além de membro desta Comissão, é Presidente da Comissão de Orçamento.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Parabenizo o Relator pela sua decisão e o Senador Iris Rezende por sua iniciativa.

O SR. IRIS REZENDE – Em se tratando do Senador Osmar Dias, sempre somos alvos dessa atenção e desse espírito público extraordinário.

O SR. CARLOS BEZERRA – É verdade, S. Ex^a tem sempre atitudes altivas.

A questão da Justiça do trabalho no Brasil é uma vergonha. Propus a alguns Parlamentares criarmos uma frente de defesa da Justiça do trabalho no Congresso Nacional.

A Justiça do trabalho no Brasil vai de mal a pior, a sua situação torna-se cada vez mais precária, sem condições de funcionar. Houve o problema do Tribunal do Trabalho de São Paulo, e há pessoas que querem contaminar tudo por conta disso.

A Justiça do trabalho é uma instituição profundamente necessária e importante, sobretudo para os trabalhadores, mas vive relegada a segundo plano. Atualmente, tem um volume de trabalho tal que não consegue mais dar conta do serviço. Os tribunais estão congestionados sem qualquer condição de funcionamento. Portanto, a emenda ajudará a equacionar um pouco os graves problemas da Justiça do trabalho no Brasil.

Parabéns ao Senador Iris Rezende e ao Senador Osmar Dias. E a Comissão de Orçamento verá com muita simpatia a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Isso é importante.

Encerrada a discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a manifestação do eminente Relator, acompanhada pela sugestão, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passemos à segunda emenda.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, acabamos de aprovar a emenda do Senador Iris Rezende?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sim, Excelência.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, posso fazer um destaque?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode, por isso que a Presidência está tendo cuidado.

O SR. OSMAR DIAS – Qual V. Ex^a colocará em votação agora?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A do Tribunal Superior Eleitoral, que tem parecer favorável de V. Ex^a, que foi manifestação do Ministro Nelson Jobim e, em seguida, a do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. OSMAR DIAS – A do TSE é de autoria do Senador Bernardo Cabral. R\$25.305.000,00 (vinte e cinco milhões e trezentos e cinco mil) é o valor. O parecer é favorável em função de que queremos o aperfeiçoamento dos serviços do TSE.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, votarei favoravelmente à emenda do TSE, embora aquele Tribunal não esteja precisando desses recursos porque resolveu não modificar rigorosamente nada.

Por intermédio do Presidente Nelson Jobim, paralisou as modificações no sistema eleitoral, que dariam tranquilidade e confiabilidade quase absolutas à próxima eleição, e manteve o velho sistema. Poderia ficar também com o velho orçamento. Mas como a emenda é da autoria de V. Ex^a e, em uma demonstração de boa vontade, porque alguma coisa ainda pode ser feita por resolução do Ministro Nelson Jobim, votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência agradece.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos à emenda do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. OSMAR DIAS – A emenda do Superior Tribunal de Justiça é de autoria do Senador Romero Jucá e da Senadora Maria do Carmo Alves, no valor de R\$38 milhões (trinta e oito milhões de reais).

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos à próxima emenda.

Tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Do Ministério da Justiça, ações de segurança pública nos Municípios, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Roberto Freire, no valor de R\$52 milhões (cinquenta e dois milhões de reais).

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passemos à última emenda, de autoria do Senador Roberto Requião.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Roberto Requião. Construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, no valor de cento e cinquenta milhões, que incorporei à minha. Indago se devemos modificar o valor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sim. Vamos ampliar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O valor, na verdade, é suficiente para as duas.

O SR. OSMAR DIAS – Mas prefiro modificar para cento e noventa e cinco milhões.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação a emenda, com o parecer do Relator, ampliando para cento e noventa e cinco milhões. Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. OSMAR DIAS – Está concluído, Sr. Presidente. Agradeço os Srs. Senadores que acolheram meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concluídos os trabalhos, a Presidência agradece a presença maciça dos eminentes membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e convoca para amanhã, às 10 horas, a reunião ordinária desta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h10min.)

Ata da 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2001, quarta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e quarenta e nove minutos, do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves, Sebastião Rocha, Moreira Mendes, José Eduardo Dutra, Osmar Dias, Sérgio Machado, Íris Rezende, Jefferson Péres, Luiz Otávio, Waldeck Ornelas, Antonio Carlos Júnior, Roberto Freire, Romero Jucá, José Fogaça, Bello Parga, Luiz Pontes, Leomar Quintanilha, Francelino Pereira, Ademir Andrade, Pedro Piva, Roberto Requião, Pedro Simon e Gerson Camata reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Maguito Vilela, José Agripino e Eduardo Siqueira Campos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Comissão aprova a inversão de Pauta. Inicia-se a apreciação do Item 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 1999, que "Modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados". Autoria: Senador Álvaro Dias e outros Senhores Senadores. Relator: Senador Bernardo Cabral. Relator "Ad hoc": Senador Osmar Dias. Parecer: Pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Item 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 1999, que "Modifica o caput do artigo 37 da Constituição Federal". Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores. Relator: Senador Jefferson Péres. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Parecer. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2001 -TERMINATIVO- que "Acrescenta parágrafos ao art. 829 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as provas testemunhais na Justiça do Trabalho, e dá outras providências". Autoria: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Pela aprovação. É apresentada e acolhida pelo Relator a Emenda de Redação sugerida

pelo Senador Jefferson Péres. Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda de Redação nº 1-CCJ. Item 18) REQUERIMENTO (SF) Nº 551, DE 2001 -NÃO TERMINATIVO- que “Requer a inserção em Ata de um Voto de homenagem ao Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, pela passagem dos 106 anos de sua fundação, no dia 1º de outubro de 2001”. Autoria: Senador Pedro Simon. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado o Parecer. Item 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2001, que “Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco”. Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores. Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Concedida vista ao Senador Romero Jucá. Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2000 – TERMINATIVO NA CAS – que “Dispõe sobre o trabalho rural e dá outras providências”. Autoria: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Pedro Simon. Relator “Ad hoc”: Antônio Carlos Júnior. Parecer: Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer, com as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ. Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2001 – TERMINATIVO – que “Altera o artigo 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para regulamentar a identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários”. Autoria: Senador Waldeck Ornélas. Relator: Senador Francelino Pereira. Relator “Ad hoc”: Senador Bello Parga. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Assume a Presidência, temporariamente, o Vice-Presidente, Senador Osmar Dias. Passa-se à apreciação do Item 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 1999, que “Dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados”. Autoria: Senador Maguito Vilela e outros Senhores Senadores. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Pela aprovação. Em 10/10/2001, foi concedida vista ao Senador Lúcio Alcântara. Devolvido pelo Senador Lúcio Alcântara, com Voto em Separado lido pelo Senador Luiz Pontes. Resultado: A Comissão aprova o Voto em Separado, de iniciativa do Senador Lúcio Alcântara, lido pelo Senador Luiz Pontes, que passa a constituir o Parecer da CCJ, pela rejeição da Proposta. Por falta de quorum, a Presidência declara encerrada a Reunião, às doze horas e vinte e quatro minutos, ficando adiados os seguintes

itens constantes da pauta, a saber: 01) PLS nº 409, de 1999; 02) PLS nº 38, de 2001; 04) PLS nº 69, de 2001; 06) PEC nº 3, de 1999; 07) PEC nº 43, de 2000, 08) PEC nº 38, de 2000; 12) PEC nº 38, de 1999; 15) PLS nº 1, de 2000; 16) PLS nº 162, de 2001, 17) PDS (SF) nº 145, de 2001 e 19) PLC nº 53, de 2000; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos apanhamentos taquigráficos. – Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 33ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que concordam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Eminente Senador Osmar Dias, o Item 9 da pauta é de autoria do Senador Álvaro Dias. Funcionei como Relator da proposta, dando por sua aprovação, nos termos do substitutivo. Indago a V. Exª se me dá a honra de funcionar como Relator *ad hoc*.

O SR. OSMAR DIAS – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 50/99 foi encaminhada a esta Comissão para exames, onde foi relatada por V. Exª, nos termos do *caput* do art. 356 do Regimento Interno, com o sentido de reduzir de oito para quatro Deputados a representação mínima das unidades da Federação na Câmara dos Deputados, mediante alteração do § 1º do art. 45 da Constituição Federal.

Propõe, ainda, a inclusão de um artigo no Ato das Disposições Transitórias, para estabelecer que a redução mencionada acima seja feita paulatinamente, à razão de uma unidade por pleito, devendo estar concluída no quarto pleito a contar do que se seguir à promulgação da emenda à Constituição ora proposta.

Finalmente, propõe a revogação do § 2º do art. 4º do Ato das Disposições Transitórias.

Para justificar a proposta, seus autores apresentam estudo intitulado “Um novo Legislativo, Mais Leve e Mais Representativo”, que analisa o Poder Le-

gislativo nos três níveis da Federação quanto ao número de integrantes.

Como conclusão, oferecem quatro minutas de proposições legislativas: três propostas de emenda à Constituição e um projeto de lei complementar, com o objetivo principal de reduzir o número de deputados federais, estaduais e de vereadores, e ainda para tornar mais justa a relação entre o tamanho da população das unidades da Federação e dos Municípios e o número de membros das respectivas Casas Legislativas.

No entanto, o parecer ora emitido refere-se apenas à representação da Câmara dos Deputados, tratada pela proposta em exame.

Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

Sr. Presidente, em resumo, o voto diz que cabe a esta Comissão emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emendas à Constituição. O Constituinte de 1988 – não podemos negar – foi reconhecidamente pródigo no estabelecimento de vantagens para todos os grupos de pressão que atuaram junto à Assembléia Constituinte, procurando conciliar os interesses divergentes e às vezes antagônicos dos diversos segmentos da sociedade brasileira, de modo que todas as reivindicações não-impopulares fossem acatadas.

A sub-representação e a sobre-representação na Câmara dos Deputados tornaram-se mais evidentes com a promulgação da Constituição de 1988, em razão do surgimento de três Estados com reduzida população e da equiparação do Distrito Federal, que passou a ter a autonomia política, aos demais Estados, implicando maior pressão sobre as contas públicas.

Em face de tais fatos, os autores desta proposta de emenda à Constituição não só partiram dessa preocupação com os gastos públicos, em especial do Poder Legislativo, mas também pretendem o aperfeiçoamento da nossa democracia representativa indireta, mediante melhoria das relações quantitativas entre representados e representantes.

Podemos verificar, recorrendo aos dados fornecidos pelos próprios autores da proposta à folhas 8 do estudo que integra este processo, que, entre as maiores distorções da sobre-representação na Câmara dos Deputados, encontram-se principalmente os Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste, destacando-se os dois ex-Territórios: o Estado de Roraima tem 8 Deputados em vez do zero matematicamente ideal; o Estado do Amapá tem 8 representantes em vez de um; o Estado do Tocantins tem 8 em vez de 3;

e, com menor diferença entre o real numérico e o ideal, figura o Distrito Federal, que tem 8 representantes em vez de 6; e o Estado de Goiás, que tem 17 deputados em vez de 15. Este último, não obstante ter tido parte do seu território desmembrado para a criação do Estado do Tocantins, cuja população passou a integrar o novo Estado, não teve reduzido o número de seus deputados federais.

Então, Sr. Presidente, mediante essa análise, emitiu-se o seguinte voto:

Finalmente, com o mero objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da proposta, sugiro algumas modificações, que não alteram, a meu juízo, sua substância.

São elas:

a – excluir da redação proposta para o **caput** do art. 45 da Constituição Federal a expressão “pelo sistema proporcional”, para dar ao Legislativo ordinário a liberdade de adotar outros sistemas eleitorais que entendam possam melhorar o nosso sistema representativo;

b – substituir na redação proposta para o art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o vocábulo “pleito” pela palavra “legislatura”, por ser, a meu ver, mais adequada, pois há pleitos eleitorais que não objetivam a eleição para Deputado Federal, como é o caso das eleições municipais;

c – excluir o art. 3º da proposta em razão de sua inocuidade, pois o dispositivo citado, §2º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, diz respeito apenas à legislatura vigente na data da promulgação da Carta de 05 de outubro de 1988;

d – acrescentar à redação da cláusula de vigência da proposta, art. 4º, que seja observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993;

e – por fim, adequar o texto às normas da Lei Complementar nº 95, de 1998, que disciplina a elaboração de propostas legislativas.

Diante do exposto, opino pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1999, nos termos da seguinte Emenda nº 1 – Substitutivo, que está nos

avulsos e que todos os Senadores já tiveram a oportunidade de ler.

Esse é o voto que foi emitido pelo Senador Bernardo Cabral, Relator dessa PEC. Eu tive a honra de fazer este relatório *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Devo comunicar à Casa que o eminente Senador Maguito Vilela solicita que o Item 1, que estava prioritário já que tinha sido concedida vista, fosse adiado para a próxima reunião; o Item 2, também de sua autoria, adiado para a próxima reunião; o Item 10 só poderei adiar para a próxima reunião se o Senador Lúcio Alcântara não trouxer o seu voto, uma vez que a S. Ex^a foi concedida vista.

Concedo a palavra, para relatar o Item 13, pedida a devida preferência, ao Senador Jefferson Peres. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores.

O SR. JEFFERSON PERES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti modifica o **caput** do art. 37 da Constituição. A proposição acrescenta, dentre os princípios aos quais se submete a administração pública, o da razoabilidade. A proposta recebe o apoio de juristas renomados como Celso Antônio Bandeira de Mello e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que entendem que a razoabilidade se insculpe implicitamente já entre os princípios que regem a administração pública e não será demasiado incluí-la expressamente no texto constitucional, como já ocorre com a Constituição de vários Estados, dentre as quais a de São Paulo.

De forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o parecer é pela aprovação da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Jefferson Peres conclui a análise opinando pela aprovação da proposta de emenda à Constituição, Item 13 da pauta.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra, o Senador Sérgio Machado, que pretende requerer uma preferência.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de pedir preferência para o Item 10 logo que o Senador Lúcio Alcântara chegue a esta Comissão, porque S. Ex^a tem um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação o pedido de preferência.

Se V. Ex^{as} concordarem com o mesmo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será dada a preferência tão logo chegue o eminente Senador Lúcio Alcântara.

Passemos ao Item 15 da pauta, cujo Relator é o eminente Senador Osmar Dias. O projeto é terminativo, não temos número, mas pelo menos V. Ex^a poderia iniciar os esclarecimentos.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, recebi um apelo do Senador Maguito Vilela, que é o autor do projeto: por não poder estar presente nesta reunião, ele pede que se retire o projeto de pauta. Penso que poderemos atendê-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão a sugestão do eminente Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Não havendo quem queira contraditá-la, fica adiada para a próxima reunião a discussão do Item 15, assim como a dos Itens 1 e 2. Só não poderá ser adiado o Item 10, porque foi requerida preferência pelo eminente Senador Sérgio Machado.

Senador Romero Jucá, V. Ex^a está em condições de relatar o Item 14 da pauta? O projeto, de autoria do Senador Osmar Dias, versa sobre provas testemunhais na Justiça do Trabalho. Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, é submetido ao exame terminativo desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 58, cuja finalidade é dispor sobre as provas testemunhais na Justiça do Trabalho.

Para tanto, o projeto prevê que a testemunha deverá informar ao juiz, antes do compromisso legal, sua participação em outras ações relacionadas ao processo em instrução. Estabelece também que, se a testemunha tiver prestado depoimento ou participado como parte em outra ação trabalhista de alguma maneira relacionada com o processo em instrução, o juiz concederá aos interessados um prazo de cinco dias para a juntada de cópia da ata em que constem os depoimentos prestados ou de outros documentos válidos para qualificar o testemunho.

Por último, a proposição determina que a testemunha que omitir informações sobre a sua participa-

ção em outras ações trabalhistas ou prestar depoimentos contraditórios que permitam identificar a existência de conluio entre ela e uma das partes do processo seja considerada suspeita.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58 no que tange ao mérito, juridicidade e constitucionalidade da matéria.

Esse é o relatório, propondo a aprovação do projeto do Senador Osmar Dias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la...

Estamos aguardando mais um Sr. Senador para passarmos à lista de votação nominal.

Este é o Item 14 da pauta, terminativo.

O SR. JEFFERSON PERES – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES – Sr. Presidente, apenas sugeriria uma emenda de redação ao § 2º do projeto, para eliminar essa expressão “participado na qualidade de parte”. A expressão é redundante, pleonástica e deve ser modificada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª tem razão.

O Senador Jefferson Peres sugere uma emenda de redação no § 2º, para substituir a expressão “parte na participação”.

O SR. ROMERO JUCÁ – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª concorda. V. Exª procederá a retificação.

O SR. ROBERTO FREIRE – Eu proporia tirar aqui que os empregados, na justificativa. Não é só empregado. A justificativa ficou parcial. Isso não é uma das partes que utiliza. Lamentavelmente, pode ser mais de uma parte, mas só as partes. É só na justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romero Jucá, V. Exª concorda com a sugestão?

O SR. ROMERO JUCÁ – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Acolhida a sugestão.

Senador José Fogaça, V. Exª é Relator do Item 10, mas houve um pedido para que se aguardasse a chegada do Senador Lúcio Alcântara para ler o seu voto, uma vez que ele pediu vista e comunicou à Presidência que tem voto em separado.

Assim, pediria a V. Exª que aguardasse a manifestação tão logo S. Exª chegue. (Pausa.)

Continuamos aguardando a chegada de mais um Sr. Senador para compor o **quorum** de votação, uma vez que se trata de projeto terminativo. (Pausa.)

Senador José Fogaça, em apreciação o item 18 da pauta, de autoria do Senador Pedro Simon. Ata de voto de homenagem ao jornal **Correio do Povo**, página 206.

Passaremos à lista de votação.

Senadora Maria do Carmo, ainda há pouco tivemos a apreciação de um projeto de lei terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, em que o Senador Romero Jucá deu parecer favorável, sobre provas testemunhais na Justiça do Trabalho. Faltava apenas um voto para compor a lista de votação nominal, uma vez que se trata de projeto terminativo. Há convergências. Se V. Exª não se opuser, vou proceder à lista de votação, e V. Exª proferirá o seu voto. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal.)

Houve 12 votos SIM.

Aprovado o parecer do Relator.

Senador Romero Jucá, V. Exª acolheu a sugestão do Senador Jefferson Peres e do eminente Senador Roberto Freire. Conseqüentemente, creio que não há necessidade de se proceder à chamada, pois estamos todos de acordo. (Pausa.)

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, eu conversava com o Senador Roberto Freire sobre um projeto de sua autoria, que é muito importante neste momento, embora não haja mais tempo de surtir efeitos para o Paraná. Trata-se do projeto que proíbe a privatização do setor energético do País no que se refere à geração e transmissão, deixando livre a questão da distribuição.

Esse projeto foi apresentado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi relatado pelo Senador Jefferson Peres e foi aprovado. Depois disso, foi ao plenário, onde houve um requerimento de apensamento apresentado pelo Senador Álvaro Dias, e retornou a esta Comissão.

Assim, faço uma consulta a V. Exª: em que situação encontra-se hoje este projeto, porque ele é muito oportuno e deveria ser apreciado o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª terá resposta dentro de alguns minutos. A Secretária já está providenciando.

O SR. OSMAR DIAS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Item 18 sobre o **Correio do Povo**, de autoria do Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, trata-se de um requerimento de voto de homenagem ao jornal **Correio do Povo**, jornal que tem uma longa e importante história associada à vida política do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul vivia os efeitos da revolução federalista em 1895 e a derrota de Saldanha da Gama pusera fim à guerra entre Maragatos e Chimangos, mas o clima de intolerância entre as duas facções ainda enlutava e dividia a sociedade gaúcha quando surgiu o **Correio do Povo**, que circulou pela primeira vez em 1º de outubro de 1895. Seu fundador foi Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior.

O **Correio do Povo** afirmou-se como canal dos rio-grandenses, com o País e com o mundo, sendo testemunha presente em muitos casos dos grandes acontecimentos jornalísticos da época, da Guerra de Canudos à invenção do telégrafo, ainda no Século XIX; da Revolução de 1930 à I Guerra Mundial, o jornal retratou o mundo em suas páginas nesse seu primeiro período. Nem mesmo a morte prematura de seu fundador em 1913 interrompeu o caminho de bem informar o Rio Grande.

Assumido por sua esposa, D. Dolores Alcaras Caldas, até então sem nenhuma experiência no ramo dos negócios, o **Correio** conseguiu transpor as dificuldades naturalmente surgidas, não se afastando dos caminhos traçados por seu idealizador. Mas aquele que se tornaria o grande comandante de sua história ainda estava por vir. O então adolescente Breno Alcaras Caldas, com 18 anos, começa a trabalhar no jornal em 1928 e, em 1935, é empossado como Diretor do **Correio do Povo**, cargo que exerceria até 1986.

À frente da empresa por meio século, consolidou um dos mais sólidos empreendimentos de comunicação no extremo sul do País. Acompanhando a evolução tecnológica que tornava disponíveis novos canais de comunicação criou outros veículos: primeiro a **Folha da Tarde**, em 1936; **A Folha Esportiva**, em 1949; a Rádio Guaíba – AM, em 1957, **A Folha da Manhã**, em 1969; a TV Guaíba, em 1979; e a Rádio Guaíba – FM, em 1980.

A empresa jornalística Caldas Júnior, tendo como viga mestra o **Correio do Povo**, afirmou-se como a grande porta-voz da gente gaúcha.

Um ano antes de 1985, ano em que ele fechou suas portas, o jornal **Correio do Povo** deixou de circular e registrou-se um sentimento de orfandade entre o povo gaúcho. Após 22 meses, em 31 de agosto de 1986, o jornal volta a circular sob o comando do economista Renato Bastos Ribeiro e reencontra-se o Diário com a sua gente após 91 anos de história trilhada lado a lado.

Portanto, aí está a marca de uma vida pujante a serviço da comunidade do Rio Grande do Sul.

Pelo exposto, o voto é favorável ao Requerimento nº 51, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão o parecer do eminente Relator José Fogaça. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROBERTO FREIRE – (*Fala fora microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Será feito o registro do eminente Senador Roberto Freire.

Item 11 tem como relatora a Senadora Maria do Carmo Alves a quem concedo a palavra para relatar a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição sob exame, caracterizada na emenda objetiva a instituição do Fundo para Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, com duração de vinte anos. O Fundo será constituído pela destinação de meio por cento do produto da arrecadação de todos os impostos da União, depois de deduzidas as vinculações e participações constitucionais e terá como objetivo custear programas e projetos governamentais de recuperação hidroambiental do rio e de seus afluentes e de desenvolvimento sustentável da região banhada por ele.

Estima-se, a preços de hoje, que a arrecadação seja da ordem de R\$210 milhões anuais, segundo autor da proposta.

Não foram feitas emendas.

Incumbe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, como também sobre o mérito das propostas de emendas à Constituição.

A legitimidade da iniciativa está amparada no art. 60, inciso I, da Constituição, que exige proposta de pelo menos um terço de membro de uma das Casas do Congresso para que se possa emendá-la, requisito plenamente cumprido no caso.

Ao Congresso Nacional está afeto o poder constituinte derivado, sendo, pois, o foro competente para apreciação e cabal deliberação sobre matéria legislativa, que envolva mudança do estatuto supremo.

A proposta não atende abolir nenhuma das cláusulas pétreas, inscritas no inciso IV do art. 60, tampouco afronta qualquer princípio supraconstitucional, ou mesmo disposições do Regimento Interno do Senado, podendo, portanto, ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

Também quanto à técnica legislativa não há qualquer reparo a fazer.

Quanto ao mérito, razão assiste aos proponentes ao alertar para a progressiva perda de vazão do Rio São Francisco, em decorrência de problemas ambientais como o desmatamento e o assoreamento, que vem ocorrendo nas últimas décadas, ao longo do rio e de seus afluentes.

Além disso, a poluição e a falta de saneamento básico tem ocasionado impactos extremamente negativos para a qualidade das águas desse rio e da vida das populações ribeirinhas.

Da justificação da proposta cabe ainda destacar o fato de que a preocupação é antiga, senão com o problema específico da degradação ambiental, mas com outro bastante correlato, que é o aproveitamento econômico total de toda a bacia.

Como bem lembrado, na Constituição de 1946, que já determinava no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no seu art. 29, obrigação cujo descumprimento certamente contribuiu para o surgimento e agravamento da degradação ambiental:

“Art. 29. O Governo Federal fica obrigado dentro do prazo de 20 anos, a contar da data de promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, no que aplicará anualmente quantia não inferior a 1% de suas rendas tributárias.”

É necessário lembrar a importância econômica e social do Rio São Francisco para o Brasil. É o rio da integração nacional, como nos acostumamos a conhecê-lo, desde muitas décadas, e tem como vocação natural e destino histórico ser fonte de vida e de riqueza. Sua bacia ocupa área de 640 mil quilômetros

quadrados, abrangendo sete Estados da Federação. Essa área equivale à da Itália, Holanda, Hungria, Grã-Bretanha e Sulça juntos.

Nos 463 Municípios abrangidos na bacia vivem mais de 15 milhões de brasileiros. Apesar de 58% de sua área estar inserida no semi-árido brasileiro, 48% é apropriada para irrigação artificial e a maior produtora frutícola do País. No Vale do São Francisco estão 100% da reserva nacional de zinco, 97% da reserva de chumbo, 60% de cromo e 20% de ferro.

O aproveitamento hidrelétrico do rio, em quase duas dezenas de usinas, soma 10.704 megawatts de potência instalada, o que representa 18% do total nacional. A produção de energia situa-se na casa de 45.320 gigawatts/hora ou 15% da produção nacional. Essa energia atende a um quarto da população brasileira, cerca de 40 milhões de habitantes, ou a uma área equivalente a 15% do território nacional. Os consumidores dessa energia distribuem-se em 42% na atividade industrial; 13%, na comercial; 4%, na rural, sem falar nos 27% que a utilizam na residência e nos 14% que a utilizam para outros fins.

No entanto, o rio São Francisco é, hoje, assoreado e poluído, um rio anêmico e doente, a reclamar as inevitáveis e inadiáveis providências que se contrapõem ao gravíssimo estado de desequilíbrio hidrológico e ecológico que todos reconhecem.

A vazão média do rio reduz-se paulatinamente. A calha vai-se assoreando, a qualidade da água se deteriora. A navegabilidade fundamental para a economia regional já está comprometida. No trecho final, a redução da vazante interfere na relação do rio com o oceano, possibilitando a penetração da chamada cunha salina rio acima, com perda grave da qualidade de água para abastecimento humano e para irrigação, prejudicando projetos importantes em Sergipe e em Alagoas.

O rio São Francisco tem 36 afluentes, dos quais, hoje, apenas 19 são perenes. O maior deles é o rio Paracatu. Entretanto, os mais importantes, pela contribuição que dão à perda de qualidade das águas, são o Rio da Velha e o Paraopeba, que, recebendo cerca de 30% dos esgotos da região metropolitana de Belo Horizonte, poluem o São Francisco com coliformes fecais, ferro, manganês, fenóis, óleos, graxas e até arsênio e mercúrio, subprodutos de extração do ouro e de outros minerais.

As siderúrgicas mineiras consomem anualmente cerca de seis milhões de toneladas de carvão vegetal, dos quais 40% são provenientes da derrubada de matas nativas. Estima-se que já foram destruídas 75% da vegetação regional e 95% das matas ciliares

no alto curso dos rios da bacia. O desmatamento indiscriminado tem provocado a extinção de inúmeras nascentes em toda a bacia, além de erosão exacerbada do solo. Estimativas falam em 18 milhões de toneladas de terra sendo carregadas anualmente para a calha do rio principal, assoreando-o, dificultando a navegação e modificando seu regime.

A revitalização do rio São Francisco, tarefa urgente e de interesse nacional, deve ter como premissa inicial reconhecer e tratar o problema sob sua verdadeira dimensão, ao tomar como referência não apenas o rio, mas toda a sua bacia hidrográfica.

Em artigo publicado em junho de 1996, no jornal **A Tarde**, o Senador Waldeck Ornelas, ao tratar desse tema, propunha uma série de medidas que são mais do que atuais, pois que, nada tendo sido feito, o problema só fez agravar-se desde então. Além dessas, o Senador Waldeck Ornelas enumera algumas medidas urgentes e importantes. Inúmeras outras medidas certamente se fazem necessárias, como a dragagem, o derrocamento do leito do rio e a recuperação da eclusa de Sobradinho. Ter-se-ia ainda que falar em reflorestamento, incentivo à piscicultura, adequado equacionamento da saúde pública e da educação formal e ambiental, assim como em muitas outras medidas, que, só com o diagnóstico completo e o tratamento integral e sistêmico do problema, poderão apontar.

Em face do exposto, voto pela aprovação integral da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está concedida a vista ao eminente Senador Romero Jucá.

Peço desculpas ao Senador Waldeck Ornelas, que já estava escrito para discutir a matéria. Com o pedido de vista, a Presidência suspende a discussão, que se fará na próxima reunião.

Senador Osmar Dias, V. Exª quer manifestar-se sobre as informações que recebeu da Secretaria-Geral da Mesa?

O SR. OSMAR DIAS – Sim. O projeto do Senador Roberto Freire já está na Comissão de Assuntos Econômicos para ser votado. Houve o desapensamento dos dois projetos. E o do Senador Álvaro Dias encontra-se aqui, tendo como Relator o Senador Jefferson Peres. Agradeço a Secretaria-Geral da Mesa.

A SRA. MARIA DO CARMO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra, pela ordem, a nobre Senadora Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de dizer ao nobre Senador Roberto Freire, que Sergipe – e acredito que Alagoas também – não são contra a transposição, de forma nenhuma. São contrários a que se faça uma transposição de um rio que não tem o que dar. É preciso que se faça a revitalização para, então, se fazer a transposição. Mas nós não somos contrários à transposição; pelo contrário, achamos que deve se fazer antes a revitalização.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pontos convergentes.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª, pela ordem, a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE – Fiz aqui um ligeiro comentário...

O SR. JEFFERSON PERES – A senadora não quer transfusão de sangue de quem sofre de anemia profunda; quer, primeiro, recuperar.

A SRA. MARIA DO CARMO – Claro. Exatamente.

O SR. ROBERTO FREIRE – Se a discussão se desse nesses termos, ótimo. Gostaria, aqui, de saudar a Senadora pela posição adotada.

Gostaria apenas de lembrar um dado fundamental: quando se fala em Polígono das Secas – e, aqui, fiz até um ligeiro comentário para uma emenda profundamente equivocada, que se aprovou – deve-se levar em conta que também é patrimônio nacional. O patrimônio não é apenas aquilo que a todos nós causa satisfação, por exemplo, a floresta amazônica, o Pantanal. Patrimônio nacional, infelizmente, é também o Polígono das Secas, porque é parte do território nacional. E eu não vou enfrentar aquilo apenas vendo exemplos de outros países que utilizaram e fizeram com muita competência inclusive transposição de recursos hídricos de rios. Falamos muito da Califórnia como se fosse algo maravilhoso, mas é bom lembrar que lá foi feita uma transposição do rio Colorado. É algo de fundamental importância a discussão dessa questão hídrica, inclusive a questão do Tocantins, da integração da bacia amazônica com a bacia no Nordeste. Então, esse é um debate muito sério. Claro que tem que haver revitalização. Ninguém quer nada anêmico.

Agora, infelizmente o que se sabe, e constatei – saúdo a Senadora, que se posicionou – é que tanto a Bahia pelas suas principais lideranças como Sergipe

colocavam obstáculos a essa discussão. É só isso. Fiz um ligeiro comentário.

Quero sauda-los caso estejam favoráveis à discussão séria sobre a transposição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito bem!

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, foi pedido vista, mas evidentemente que é um assunto que ainda será discutido. O Senador Romero Jucá pediu vista.

Fiquei em dúvida quanto às fontes da constituição do Fundo. Teriam que se definir as fontes. Ao se definir, assim genericamente, sobre a totalidade da arrecadação, fiquei um pouco em dúvida se seria a linguagem mais precisa. Mas em todo o caso é um problema de duas para uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Para uma próxima oportunidade.

Item 5º da pauta:

Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2000, que dispõe sobre o trabalho rural e dá outras providências. Autor: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Pedro Simon, que não se encontra, mas dá parecer pela aprovação.

Indago ao eminente Senador Antonio Carlos Júnior se me dá a honra de ser o seu relator *ad hoc*.

Aceita a missão, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Sr. Presidente, trata-se de um projeto do Senador Osmar Dias. O Relator é o Senador Pedro Simon, e o parecer é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre Projeto de Lei do Senado nº167, de 2000, que dispõe sobre o trabalho rural e dá outras providências.

O Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1999, de autoria do nobre Senador Osmar Dias, estava sob análise da CCJ. Trata-se de um trabalho de fôlego que pretende disciplinar as relações trabalhistas rurais. A matéria há de merecer um estudo aprofundado, especialmente na Comissão de assuntos Sociais, dadas as dificuldades existentes para estabelecer normas de consenso a respeito do tema.

O próprio autor reconhece que a matéria não é de fácil disciplina se considerarmos as dimensões continentais do País e as suas diversidades culturais e sociais, as condições geográficas específicas dos Estados e as diferentes situações ambientais. Tudo

isso, na prática, dificilmente pode se englobado no mesmo contexto normativo. O autor, entretanto, não se intimida diante das inúmeras variáveis e pretende, com sua iniciativa, estabelecer o marco inicial da reformulação do ordenamento trabalhista rural.

A proposição em exame pretende adequar a legislação à nova realidade do meio rural. Com isso, busca oferecer maior segurança jurídica às partes envolvidas, reduzir a resistência à formação dos contratos, dar-lhes flexibilidade e atentar para a existência de contratações paralelas e atividades mistas.

Diante dos objetivos da iniciativa, também inclui-se o aumento da produtividade das propriedades rurais e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Conseqüentemente, espera-se maior equidade nas relações entre capital e trabalho.

Para atingir os objetivos a que se propõe, o projeto oferece inúmeras opções para as partes contratantes. As alternativas referem-se especialmente à jornada de trabalho e às formas de pagamento dos empregados, visando a maior produção individual e a maior rendimento da propriedade. Múltiplas formas de contratação de empregados, inclusive de bóias-frias, pretendem substituir o trabalho informal, hoje praticamente majoritário no meio rural. Pretende-se também estimular a concessão de benefícios assistenciais pelo empregador rural ao empregado como estímulo à manutenção no tempo dos contratos dos trabalhos rurais.

A esta Comissão compete especialmente a apreciação dos aspectos constitucionais.

O voto.

Como não há nenhuma objeção, não há nenhuma inconstitucionalidade, o Senador Pedro Simon opina pela constitucionalidade do projeto com as emendas que são apresentadas a seguir. São quatro emendas de redação – vale-se ressaltar.

Esse é o voto e a disposição das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O eminente Senador Antonio Carlos Júnior, funcionando como Relator *ad hoc* do projeto de lei de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre o trabalho rural e dá outras providências, opina pela aprovação.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Senador Ademir Andrade, V. Ex^a deseja apresentar algum requerimento?

Senador Bello Parga, houve um pedido de vista coletiva com relação ao Item 3 da pauta. Os Senadores Jefferson Peres, Roberto Requião e V. Exª pediram vista. Pergunto a V. Exª se quer se manifestar sobre a matéria. O autor do projeto é o Senador Waldeck Ornelas. Pergunto a V. Exª, que pediu vista, se quer se pronunciar contrariamente à matéria. Se V. Exª estiver de acordo, a Presidência pergunta se lhe dá a honra de funcionar como Relator *ad hoc*, uma vez que o Relator não se encontra e é pela aprovação.

Peço a atenção do autor do projeto, Senador Waldeck Ornelas. O Senador Bello Parga funcionará como Relator *ad hoc*, uma vez que o Senador Jefferson Peres também não quis se manifestar.

Tem V. Exª a palavra, Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – Esse projeto modifica os critérios de identificação numérica dos candidatos majoritários. Uma nova redação proposta para o inciso I determina que os candidatos aos cargos majoritários concorrerão com o número do partido pelo qual foram registrados.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Desculpe-me por interrompê-lo, Senador Bello Parga. V. Exª pode se manifestar só sobre o final, porque a vista foi concedida após a leitura do relatório, que já tinha sido empreendida pelo Senador Francelino Pereira. Queríamos de V. Exª as conclusões do voto.

O SR. BELLO PARGA – Em termos de conclusão, Sr. Presidente, mantida a situação atual, que a proposta do Senador Waldeck Ornelas quer modificar, somente os votos no partido que mantém a cabeça de chapa serão contados. Isso confunde o eleitor e dificulta a realização das campanhas eleitorais, na medida em que se pode obrigar os partidos políticos a solicitar ao cidadão que vote em um número para Presidente da República, em outro para Governador, em um terceiro para a primeira vaga de Senador, em um quarto para a segunda vaga de Senador e ainda em um quinto para os cargos proporcionais.

Assim, Sr. Presidente, a proposição tem o mérito de permitir a identificação do candidato não apenas com o partido ao qual esteja filiado, mas com os partidos da coligação que apoiam sua candidatura, no caso de coligação partidária, o que resultará em aperfeiçoamento da legislação eleitoral em benefício dos partidos e dos eleitores.

Concluo, portanto, Sr. Presidente, acompanhando o parecer do Senador Francelino Pereira pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto ao mérito, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão. Tem a palavra o Senador Romero Jucá para discutir a matéria. Peço a atenção do Plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ – Concorde com o mérito do projeto do Senador Waldeck Ornelas e acho que devemos procurar a melhor forma, a melhor linguagem para que essa definição fique clara. Vou ler o texto e dizer qual é a minha preocupação. Aqui diz: “Os candidatos ao cargo majoritário concorrerão com o número do partido pelo qual forem registrados ou, no caso de coligação, com todos os números dos partidos que dela participem”.

Ora, todos os números pode dar uma confusão maior. Acho que tínhamos que consertar para “qualquer um dos números da coligação de que participe”. Da maneira como está, um pode dizer que o número é 45, o outro vai dizer que é 22, o outro que é 12, o outro que é 13, o que terminará gerando confusão e prejudicando, em vez de ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A emenda é de redação. Consulto o autor, Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Concorde plenamente com a modificação de redação: “qualquer dos números” em lugar de “com todos os números” dos partidos integrantes da coligação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então, V. Exª providenciará...

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Fogaça, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Concorde plenamente, acho que estamos no caminho certo. Mas entendo que o registro deve ser feito, sim, com todos os números, valendo qualquer um dos números da coligação para fins de votação e de apuração.

O SR. ROMERO JUCÁ – Senador José Fogaça, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Pois não, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ – Vamos fazer uma análise. Vamos dizer que um partido faça uma coligação com cinco outros partidos. O espírito da idéia do Senador Waldeck Ornelas é de que o número do candidato a Senador possa ser escolhido dentro daqueles cinco partidos – até para que, de repente, possa ser o mesmo do Governador. Se o registro for feito nos cinco, pode acontecer o seguinte: digamos que o candidato a Senador seja do PL, mas tenha escolhido e feito o registro no número 25. Se for qualquer um dos números, alguém de má-fé pode começar a fazer uma

propaganda dizendo que é 22, 23, 25. Isso pode gerar uma confusão de números na cabeça do eleitor, numa eleição em que ele terá que escolher Senador, Governador, Presidente da República...

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Senador Romero Jucá, isso não acontecerá. É até o contrário: cada partido integrante da coligação pedirá aos seus eleitores que, na urna, marquem o número correspondente ao partido. Então, se houver uma coligação que tenha o número do Partido de V. Ex^a, que é 45, ou do Senador Waldeck Ornelas, que é 25, o eleitor, ao marcar 45, estará elegendo o candidato majoritário; se marcar 25, também igualmente estará elegendo o mesmo candidato majoritário. Se for Senador, marcará 125 ou 145; ou 245 e 225. Para que o voto valha, não é tão importante a propaganda, mas é mais importante o voto dado, daí porque recomendo que permaneça a expressão, o pronome indefinido “todos” e acrescente-se aí: “sendo válidos para efeito de votação e apuração qualquer um dos números dos partidos integrantes da coligação”.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Senador José Fogaça, conceda-me um aparte para que eu possa entender?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Pois não.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Como se trata de voto eletrônico, então teremos, no voto eletrônico, o retrato do candidato majoritário com o número de todos os partidos, é isso?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Exatamente.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Quer dizer que para votar haverá o candidato a senador que faz parte de uma coligação...

(Discussão fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Fogaça, V. Ex^a já terminou?

(Discussão fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, o Senador Bello Parga e o Senador Ademir Andrade já haviam pedido a palavra. V. Ex^a falará ao final, como autor.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

(O Sr. Presidente aciona a campainha) Peço silêncio!

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, pela ordem.

Isso não vai ser mais aproveitado para a eleição de 2002, portanto, é um assunto que pode ser aprofundado, porque o que me parece, da idéia do Senador Waldeck Ornelas, é que ele quer criar o mesmo sistema para as coligações proporcionais e para os

majoritários. Um voto em um partido coligado com o majoritário com um número de um outro partido que esteja coligado poderia valer. É um outro sistema que ele iria preparar. Como não vale para esta eleição, não cabe aqui ficarmos discutindo a sua aplicabilidade. Vamos aprofundar para o futuro. Creio que devemos retirar de pauta a matéria e discuti-la depois.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a havia pedido vista desta matéria, portanto, tem direito a usar da palavra para a sua manifestação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Na verdade, Sr. Presidente, creio que isso vai causar uma confusão absoluta no processo, uma mistura de números, uma confusão muito grande. Hoje, temos a obrigatoriedade, interessante e necessária, que os partidos, na propaganda eleitoral, identifiquem as suas alianças e as suas coligações. Isso já é o bastante, mas o partido da cabeça da coligação, que indica o candidato, é votado por meio do seu número.

Creio que a intenção do Senador Waldeck Ornelas é muito boa, mas a confusão que se vai fazer praticamente inviabiliza o processo eleitoral entre as pessoas mais simples. É uma confusão simplesmente brutal. Vou votar contra. Eu havia pedido vista exatamente para poder refletir mais. Essa confusão é bem intencionada, mas é desnecessária.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Bello Parga, V. Ex^a ainda deseja usar da palavra?

Devo dizer que vamos votar pela lista de votação nominal, que é ...

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, levando a minha questão de ordem. Creio é completamente desnecessário votarmos, porque não terá nenhuma utilidade prática para o momento, sendo que se trata de um assunto que merece ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Já foi concedida.

O SR. ROBERTO FREIRE – Como?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Estou respondendo ao Senador Ademir Andrade que a vista já foi concedida.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, eu estou querendo uma preliminar. Isso está causando uma certa discussão: se é correto, se criará complicação, ou não. Como vamos votar algo que não vai ter nenhuma utilidade agora para próxima eleição? E votar, se tivéssemos o prazo esgotando e quiséssemos votar, caberia votarmos aí sem muito esclarecimento. Mas, como não há necessidade, não há vigência dessa

proposta, por que votarmos com tanta complicação agora?

O SR. SÉRGIO MACHADO – Penso, Sr. Presidente, que essa tese do Senador Roberto Freire é válida. Como isso não vai entrar em vigor nessa próxima eleição e é um assunto importante, nós podíamos amadurecer, discutir melhor e aprofundar mais nessa questão.

A grande questão, Sr. Presidente, é saber se a urna tem capacidade de atender isso que se quer. Se a programação tem, seria uma consulta ao TSE.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Waldeck Ornelas, tem a palavra V. Ex^a como autor do projeto.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa matéria já não terá mais efeitos para a próxima eleição. Então, ela pode ser apreciada sem a emoção que envolveria a próxima eleição.

Veja que ela já não foi votada exatamente porque envolve a emoção da próxima eleição. Então, o fato de que não vai ser aplicada não pode servir de argumento agora para se adiar a votação da matéria, primeiro aspecto.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, é que, hoje, o Brasil não faz mais uma lei casuística a cada eleição para regular o pleito. A lei é a mesma. Daí porque a proposta é de modificação na lei vigente para que possa ser incorporada ao texto definitivo e temos que ir aperfeiçoando, a cada eleição, a legislação. Não há complicação alguma. O que há são opiniões divergentes que existem hoje e que existirão daqui a quatro anos.

O que se está estabelecendo? Vamos fixar um exemplo concreto. O Senador Roberto Requião é candidato a governador do Paraná pelo PMDB. O Senador Álvaro Dias é candidato a governador do Paraná pelo PSDB. Um tem o nº 15 e o outro tem o nº 45. Imaginemos que um dos dois Partidos apenas tenha um candidato a Presidente da República e ambos estão numa mesma coligação. Então, Senador Requião diria: vote 45 para Presidente e vote 15 para governador. O outro diria: vote 15 para Presidente e vote 45 para governador ou vote 25, 45, não importam os números. É evidente que há vantagem.

O que estamos estabelecendo é que o candidato majoritário seja registrado com todos os números dos partidos integrantes da sua coligação, já que não se usa dar um número novo para a coligação. O Senador Sérgio Machado, na sua observação, tem razão. O eleitor apertaria um número de um dos partidos da

coligação e seria sempre a foto do mesmo candidato. Não podemos nos esquecer de que a eleição é por meio eletrônico. O projeto tem o objetivo de estabelecer que o candidato majoritário não concorrerá apenas com o número do seu partido, mas com todos os números e o eleitor vota em qualquer um deles em relação a sua candidatura.

Creio, Sr. Presidente, que a matéria deve ser votada e quem discordar vote contra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, pediria a palavra para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, penso que o projeto do Senador Waldeck Ornelas protege os partidos menores, circunstancialmente, em cada localidade. Às vezes, o PFL é majoritário, às vezes não o é. Portanto, S. Ex^a não está legislando em causa própria. Está protegendo aqueles partidos que, na circunstância ou na área da circunscrição eleitoral, são partidos menores e, portanto, são partidos coligados.

Tenho registrado ao longo da experiência de muitos anos em eleições parlamentares e eleições majoritárias, participei de ambas, porque fui candidato a governador, a senador, a deputado federal, a deputado estadual, praticamente em todos os níveis de eleições regionais, o que verifiquei, Sr. Presidente, é que os candidatos dos partidos coligados, principalmente os candidatos a deputado estadual e federal, vêm ocorrer o total desaparecimento não só da sua sigla, mas principalmente do seu número. Então, se há uma coligação de quatro, cinco partidos, o partido cabeça de chapa tem o privilégio de ficar sozinho na mídia, Sr. Presidente. E é só aquele número que fica martelando, martelando e, de repente, os eleitores que estão coligados, que pertencem a um outro partido estão tão ligados àquele número que não conseguem nem sequer votar nos deputados federais da coligação, nos deputados estaduais da coligação, se a coligação for 23, 25, 12; outros números que não o número da cabeça de chapa.

Portanto, geralmente é contra essa lei quem tem cabeça de chapa, mas os que não a tem estão sendo protegidos por esta lei. Porém, se eu pertencesse a um partido que pretende ser cabeça de chapa – e pertenço, tanto no meu Estado quanto no País –, eu gostaria que essa lei fosse aprovada, justamente para que os coligados se sentissem à vontade em fazer a coligação; para que eles viessem para a coligação mais satisfeitos por verem que os seus números de

cada partido que conosco vão se coligar não serão números submersos, esquecidos, ignorados. Os deputados federais não vão ter que brigar contra tudo, contra o vento, contra a tempestade, contra todas as intempéries. Vejo a luta dos coligandos. Eles sofrem porque o número deles não aparece; só aparece o do cabeça de chapa.

O que o Senador Waldeck Ornelas está fazendo aqui é muito importante no sentido de defender esses espaços políticos dos partidos que integram a coligação e não constituem a cabeça de chapa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço a atenção da primeira classe para o Relator, que está na primeira classe também e merece ser ouvido.

Conclua, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Então, eu recomendaria ao Senador Bello Parga, Relator, esta modificação de redação: permaneceria todos ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Atenção! Há uma proposta para a qual eu pediria atenção. O Senador Bello Parga ainda não consegue ouvir.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – ...sendo válido para efeito de votação e apuração qualquer um dos números dos partidos integrantes da coligação. Essa é...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Bello Parga, V. Exª quer manifestar-se agora ou logo após o Senador Ademir Andrade?

O SR. BELLO PARGA – Creio que ao final.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª se resguarda para o final.

Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, considero a proposta um pouco complicada e acho que ela vai confundir o eleitor.

Os argumentos do Senador José Fogaça podem ser válidos para o que se refere ao efeito do voto da legenda, mas não acredito que sejam válidos para o voto que se dá a um deputado estadual ou a um deputado federal, porque cada um deles têm um número próprio e um número comprido, que é muito maior do que o número do senador ou o do governador.

Além disso, há um aspecto: as coligações para Presidente da República são e serão efetivamente muito diferentes das coligações em nível dos Estados; ou seja, tem-se uma coligação de uma forma para a presidência e, na maioria dos Estados, partidos que estão em uma coligação completamente diferente. Esse é o segundo aspecto.

E, por último, acredito que as pessoas devam ir compreendendo e assimilando cada vez mais a questão partidária. Se o candidato a presidente é de um

partido político, acho que tem que prevalecer o seu partido e a compreensão de que ele é candidato do seu partido, embora tenha outros partidos aliados. Assim como os candidatos a Governador e os candidatos a Senador. Ainda há um outro aspecto. Está havendo muita atrapalhão em quem vai votar, principalmente as pessoas menos informadas, ou seja, ela pensa que está votando no presidente, quando está votando num deputado. Então, no meu entendimento, o projeto do Senador Waldeck Ornelas complica, e o meu posicionamento, em função desse aspecto, é contrário a este projeto. Penso que a lei deve ser mantida como está, porque cada partido vai ter voto de legenda, na medida em que as pessoas conheçam o partido, e não que o voto do majoritário seja ditatorial sobre os demais candidatos da legenda, até porque – repito – número de deputados estaduais e federais são completamente diferentes do número de candidatos a Governador, e o número dos candidatos a deputado terá que aparecer na hora da propaganda dele.

Penso que a proposta complica mais a cabeça do eleitor e o desassocia do partido, não fixa a idéia. Portanto, meu posicionamento é contrário a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª vota contra.

O SR. ROBERTO FREIRE – Levantei uma questão de ordem, e o autor da proposta quer a votação. Então, retiro a minha questão de ordem por economia processual, já que não terá vigência agora, não precisaria ter todo este debate. Tendo o debate e tendo a votação, quero dizer que acompanho a argumentação do Senador José Fogaça, que me parece correta, inclusive porque este projeto visa tentar construir na majoritária, quando há coligação, o mesmo sistema que se tem na proporcional, que o voto em qualquer das legendas que estejam coligadas na proporcional vale para a coligação. O mesmo critério se utilizaria para as majoritárias. É isso que o projeto do Senador Waldeck Ornelas pretende e, portanto, é correto.

Sigo, no mérito, as argumentações do Senador José Fogaça. Mas penso que estamos aqui, evidentemente, numa “deseconomia” processual.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Bello Parga, na qualidade de Relator adjunto.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, ouvi atentamente, acompanhei as argumentações aqui expendidas e não encontrei motivo para modificar o

texto. O que se refere à primeira questão levantada pelo Senador Fogaça, não se refere aos candidatos e, sim, ao eleitor, que, em sendo eleitor de um determinado partido, votará em qualquer dos números, e aparecerá na urna eletrônica o retrato do candidato majoritário. E o caso que foi levantado por S. Ex^a, mas que não procede, de se fazer um texto para apuração, no § 3º, deixa bem claro que os candidatos da coligação serão registrados com todos os números. Então, na apuração, esses números valerão para o mesmo candidato.

Então, Sr. Presidente, lamentavelmente, estou acostumado a respeitar os argumentos do Senador Fogaça, o qual sempre acompanho, mas me manifesto pela manutenção do texto como foi apresentado pelo autor.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Peço um aparte ao Senador Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Bello Parga, um aparte do Senador José Fogaça.

O SR. BELLO PARGA – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Pedi o aparte apenas para dizer o seguinte: do ponto de vista da mais rigorosa lógica, V. Ex^a tem razão. Seria quase inevitável que o Tribunal Superior Eleitoral, ao regulamentar essa regra considerasse que para efeitos de votação e apuração vale cada um dos números separadamente, é evidente. Mas não há nenhum exagero em imaginar que o Tribunal Superior Eleitoral venha a interpretar como todos em conjunto, ou seja, pode ficar entendendo que, ou vota em todos os números...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço atenção.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Veja bem, é verdade que, depois, o Tribunal Superior Eleitoral poderá regulamentar da forma como nós entendemos e que a lógica estabelece, mas estaremos deixando entre a seguinte escolha: ou ele considera todos em conjunto ou todos qualquer um alternadamente. É uma interpretação que fica em aberto. É evidente, é evidente que seria até caminhar contra a simplificação a segunda interpretação. A primeira interpretação é a lógica, é a primariamente aceitável, mas a tentativa, aqui, é de dirimir quaisquer dúvidas antes de qualquer problema.

É apenas essa a observação. Evidentemente, vou respeitar a opinião do Relator, que é sempre sábia e ponderada.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, nada obstante, eu apenas acrescentaria que o TSE, nas

instruções que baixará para regulamentar o pleito, não pode ir numa interpretação quase que do absurdo de relacionar todos os números de cada Partido, para que o voto só tivesse validade se arrolasse todos os números.

Lamentavelmente, eu não posso acatar essa lógica.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vamos votar. Vamos votar.

Passa-se à lista de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que acompanharem o Relator pelo voto favorável dirão “SIM”; quem ficar contra o Relator evidentemente dirá “NÃO”.

(*Procede-se à votação nominal.*)

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, eu peço permissão para justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Iris Rezende.

Peço atenção para a declaração de voto.

O SR. IRIS REZENDE – Todos sabemos que, pela legislação atual, nas eleições majoritárias prevalece, normalmente, o número do candidato no Partido a qual pertence.

Nós tivemos, por exemplo, nessas eleições municipais, candidato de Partido considerado pequeno no Município, mas era ele o cabeça de chapa, então prevalecia, na votação, o número do seu Partido e os números dos demais Partidos coligados constavam da propaganda eleitoral.

Sr. Presidente, eu não tenho idéia se, hoje, as urnas eletrônicas comportam tantos números numa eleição majoritária. Eu não sei.

Levando em conta que não prevalecerá para a próxima eleição e tomado de dúvida quanto à oportunidade dessa emenda do projeto, mesmo reconhecendo e louvando a atitude do autor, Senador Waldeck Ornelas, cujo objetivo não é outro senão aperfeiçoar o sistema eleitoral no País, o meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vota “NÃO” o Senador Iris Rezende.

(*Prossegue a votação nominal.*)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Jefferson Peres teve que se ausentar para participar da reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Como vota o Senador José Eduardo Dutra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, eu não pude comparecer à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não assistiu ao Relatório.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, quero apenas justificar o meu voto.

O argumento de que nós estamos aplicando, na eleição majoritária, o mesmo princípio que se aplica na eleição proporcional é um argumento convincente. Só que eu quero lembrar que esta Comissão e esta Casa já aprovaram um projeto que proíbe a coligação proporcional. Portanto, nesse caso o argumento, a meu ver, cai por terra.

Como eu acho que isso vai, ao invés de facilitar para o eleitor, vai complicar. Então, voto contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O nobre Senador José Eduardo Dutra vota “Não”.

Senador Roberto Freire, como vota V. Ex^a?

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, como sou a favor da coligação na proporcional, também aceito que se estenda o mesmo princípio para a majoritária. Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – S. Ex^a vota “Sim”.

(Prossegue o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vamos proclamar o resultado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, o Bloco está completo? Eu gostaria de votar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Perdão, nobre Senador Sebastião Rocha. Como vota V. Ex^a?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – O meu voto é contrário, Sr. Presidente. Penso que não traz boas mudanças.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vamos proclamar o resultado.

Votaram “Sim” 13 Srs. Senadores e “Não”, 6 Srs. Senadores.

A matéria foi aprovada.

Antes de me retirar e passar a Presidência ao Senador Osmar Dias, comunico ao eminente Senador Pedro Simon que, não estando S. Ex^a aqui presente, no item nº 5 e para que não ficasse prejudicado o trabalho de S. Ex^a como Relator, a Presidência designou Relator *ad hoc* e o parecer de V. Ex^a, como Relator, foi acolhido. Por outro lado, o item nº 18 da pauta – no qual V. Ex^a apresentava um voto em homenagem ao jornal *Correio do Povo*, o eminente Senador José Fogaça deu parecer favorável e o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, vou passar a Presidência ao nobre Senador Osmar Dias porque eu tenho um pedido de vista na Comissão de Relações Exteriores ao qual não poderei falar.

Tem a palavra o nobre Senador Pedro Simon para uma questão de ordem.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, era exatamente isto que eu iria perguntar: se V. Ex^a vai para a Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eu vou agora.

O SR. PEDRO SIMON – Eu também estou indo.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, sobre o item nº 10, o nobre Senador Luiz Pontes vai ler o voto em separado do nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se o nobre Senador vai ler o voto em separado do nobre Senador Lúcio Alcântara, então vamos apreciar o item nº 10 da pauta que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 36 de 1999, que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados, de autoria do nobre Senador Maguito Vilela e outros Srs. Senadores. O Relator é o Senador José Fogaça, que deu parecer pela aprovação.

Passa-se ao item nº 10. Foi concedida vista ao nobre Senador Lúcio Alcântara, que, não podendo estar presente, será apresentado voto em separado pelo nobre Senador Luiz Pontes a quem passo a palavra.

O SR. LUIZ PONTES – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, encontra-se em exame, nesta Comissão, a Proposta de Emenda a Constituição – PC nº 36, de 1999 – cujo primeiro signatário é o nobre Senador Maguito Vilela. Trata-se de Proposição Legislativa que, em seu art. 1º, altera o §1º, do art. 31 da Constituição Federal para suprimir a possibilidade de que o controle externo da Câmara Municipal seja exercido com o auxílio dos Conselhos ou dos Tribunais de Contas dos Municípios. Outrossim, o art. 1º da PEC em pauta altera também o art. 75 da Lei Maior, para suprimir para suprimir a referência feita neste artigo aos Tribunais e Conselhos de Conta dos Municípios que pretende extinguir.

Já o art. 2º da proposição determina a incorporação dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos respectivos Estados.

Por seu turno, dispõe o art. 3º da PEC nº ...

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Pela ordem. Desculpe-me, Senador, mas como não há um texto escrito, o voto em separado está constando...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Luiz Pontes manifestou seu desejo de ler o voto do Senador Lúcio Alcântara, mas não veio até a Secretaria da Comissão realmente o processado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Eu pediria que houvesse pelo menos um nível de decibéis razoável para que pudéssemos escutar...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu estou tentando fazer isso através da campainha, mas os celulares estão falando mais alto.

O SR. LUIZ PONTES – Por seu turno, dispõe o art. 3º da PEC nº 36/99 sobre o aproveitamento dos atuais conselheiros dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios na composição dos Tribunais de Contas do respectivo Estado, não se aplicando, no caso, o disposto no parágrafo único do art. 75 da Constituição, que limita o número de conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado a sete.

Ademais, o art. 4º da proposta veda o preenchimento de vagas dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado enquanto houver sete ou mais conselheiros em atividade, em razão da aplicação do disposto no art. 3º.

Quanto aos cargos públicos existentes nos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios que forem incorporados aos Tribunais dos Estados, em virtude da emenda que se quer aprovar, determina o art. 5º que tais cargos serão extintos à medida que vagarem.

O prazo para aplicação do disposto na emenda objetivada é de sessenta dias, no máximo, conforme estabelece o seu art. 6º. Por fim, a cláusula de vigência a partir da publicação estabelecida pelo art. 7º da proposta sob exame.

Os autores da proposta assinalam na justificção que a Carta de 1988 é reconhecidamente generosa na fixação de direitos, pois, não obstante conceder vantagens a determinados segmentos da sociedade, garantiu ainda a permanência de privilégios para outros, sem que se possa evidenciar nessa atitude o interesse público.

Considero que o Constituinte de 87 e 88 foi “pouco ousado na reestruturação administrativa do Estado brasileiro” por ter mantido todos os órgãos e entidades que existem sob a égide da Constituição revogada, ainda que suas atribuições coincidisse com as de outros.

Sustento de outra parte, em que pese a existência dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Estados, cuja atribuição primordial é auxiliar as assembleias legislativas no exercício do controle da administração pública do Estado e seus Municípios, permanecem, no entanto, em quatro Estados da Federação – Bahia, Ceará, Goiás e Pará – em duplicidade com tais órgãos os Tribunais de Contas dos Municípios, com a mesma natureza daqueles, diferenciando-se desse apenas quanto ao âmbito da atuação, restrita às administrações municipais.

Assim dizem os eminentes autores: com o intuito de remover essa superposição de órgãos que têm semelhante finalidade é que apresentamos essa proposta de modo que as atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios passem a ser exercidas pelos Tribunais e Conselhos de Contas dos Estados, como já ocorre nas demais vinte e três Unidades da Federação.

Inicialmente, cabe ponderar que há equívocos nas premissas sobre as quais se assenta o relatório que conclui pela aprovação da PEC 36/99 do eminente Senador José Fogaça. Assim, a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, ao preservar os Tribunais e Conselhos de Contas Municipais não garantiu privilégios contrários ao interesse público. Ademais, não existe a referida superposição de órgãos que teriam supostamente a mesma finalidade. Não há tal superposição porque os Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios são destinados a operar o controle externo das contas de cada uma das administrações dos diversos Municípios que existem em um determinado Estado. Ou seja, o âmbito de sua atuação é o municipal.

Já os Tribunais de Contas do Estado têm como finalidade precípua exercer o controle externo das contas dos órgãos e entidades de cada um dos Estados da Federação.

Recordamos aqui, a propósito, que a Lei Magna garante plena autonomia política e administrativa aos Estados-membros que compõem a Federação e também conferiu essa autonomia aos Municípios brasileiros pela primeira vez em nossa história constitucional.

Outrossim, embora o § 1º do art. 31 do Estatuto Magno tenha facultado o controle das contas municipais por intermédio do Tribunal de Contas do Estado correspondente, cabe não olvidar que a descentralização administrativa se insere no processo de democratização das instituições ao promover a desconcentração do Poder Público.

Por outro lado, a valer a lógica da concentração e da centralização que arrima a proposição em deba-

te, teríamos que passar a promover a incorporação aos correspondentes dos Estados, dos demais órgãos municipais destinados a promover as diversas atividades estatais, como por exemplo as fazendárias, de planejamento, saúde, educação e assim por diante, o que não seria absolutamente razoável.

Para melhor analisar o assunto em pauta, devemos ainda examinar os seus elementos de ordem funcional. Quanto a esse aspecto, cumpre registrar que os tribunais e conselhos de contas dos municípios, na medida em que são especializados na fiscalização e no controle das contas municipais, prestam importante orientação às municipalidades no que diz respeito à boa administração dos recursos públicos.

No Estado do Ceará, por exemplo, e podemos dar aqui o nosso testemunho, o Tribunal de Contas dos Municípios, órgão que remonta a 1954, e que se originou do então Conselho de Assistência Técnica aos Municípios, vem realizando trabalho positivo em favor da correta e eficiente aplicação de recursos públicos na esfera municipal.

De outra parte, somos da opinião de que o Brasil não é um país intrinsecamente corrupto. No entanto, é sim um país pouco auditado, o que favorece à corrupção. Enquanto há países como a Dinamarca, que possui 100 auditores para cada 100 mil habitantes, o nosso apresenta apenas oito auditores para cada 100 mil habitantes. A propósito, a Comunidade Européia criou o seu Tribunal de Contas Plurinacional, mas foram mantidos os existentes em cada país componente.

Além disso, cabe anotar que a Lei de Responsabilidade Fiscal vem impor rígidos limites de despesas para as diversas entidades públicas, inclusive para os tribunais de contas, que estão obrigados a se adequar às novas regras fiscais vigentes. Há ainda que se atentar para o óbvio interesse de empresas privadas de auditoria no potencial mercado de fiscalização das contas públicas. Nessa perspectiva, a extinção dos tribunais de contas dos municípios seria um passo no sentido da privatização dessa espécie de auditoria, o que não nos parece atender ao interesse público.

Ressalte-se, por fim, que a proposição de que tratamos aqui é de duvidosa constitucionalidade. Isso porque, consoante o já exposto acima, a nossa Federação está erguida sobre a regra das autonomias dos Estados-membros e também dos Municípios. E é de tal importância essa regra que o Estatuto Magno veda expressamente a deliberação de Proposta de Emenda à Constituição que seja tendente a abolir a forma federativa do Estado.

Nesse contexto, a competência para extinguir ou criar tribunal de contas dos Municípios é do res-

pectivo Estado. A constituição apenas vincula a organização, composição e fiscalização dos tribunais de contas dos Estados e dos Municípios, as regras magnas pertinentes à fiscalização dos bens e o dinheiro público.

Por essa razão, com o respeito que a proposta ora em discussão merece, somos da opinião de que não deve prosperar.

Em face dos argumentos, votamos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999. Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O voto em separado do Senador Lúcio Alcântara, que acaba de ser lido pelo Senador Luiz Pontes, é pela rejeição. E o parecer do Senador José Fogaça é pela aprovação.

Está em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, o Senador Maguito Vilela, judiciosamente e até conscientemente, procurou-me para ver se era possível fazer uma proposta alternativa em que fosse respeitada a autonomia de cada Estado em manter o seu Tribunal de Contas ou não. Confesso que me debrucei sobre essa possibilidade, tentei montar uma alternativa mas cheguei à conclusão de que não seria possível delegar, ou seja, uma emenda constitucional para delegar às assembleias legislativas a extinção dos Tribunais de Contas municipais é despendiosa. É inútil porque esse poder já existe, as Constituições estaduais já podem extinguir os seus Tribunais de Contas municipais, não depende de uma emenda constitucional em nível da Constituição Federal. De modo que, para ficar a critério de cada Estado, então deixa a Constituição como está. Isso me foi até solicitado, – digo – com uma atitude de muita responsabilidade e consciência política, por parte do Senador Maguito Vilela, que tem uma opinião sobre esses Tribunais de Contas de municípios muito baseada na sua experiência estadual de Goiás e acha, a partir dessa experiência, que todas as demais deveriam ser extintas.

Vê-se agora, Sr. Presidente, que, por exemplo, de parte do Ceará, recebi também opinião de São Paulo, há um reconhecimento de que o Senador Luiz Otávio me lembra que é o caso do Pará...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Senador José Fogaça – também gostaria de apartear-lo – na Bahia o funcionamento é muito bom. Gostaria de dar esse depoimento do Estado da Bahia.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – No Estado da Bahia agora o Senador Antonio Carlos também. Então me parece que o próprio Senador Maguito Vilela reco-

nheceu que estava mais adstrita a sua visão ao Estado de Goiás.

Sendo assim, inclusive neste momento, com todo respeito ao Senador Maguito Vilela, não me disponho a sustentar contra o voto em separado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador José Fogaça, Relator, concorda também com o voto em separado.

(Fora do microfone)

O SR. SÉRGIO MACHADO – Senador Osmar Dias, como não existe um consenso e os depoimentos sobre os diferentes tribunais já foram dados, sobre o Ceará, sobre o Pará, sobre Goiás, sobre a Bahia, vamos votar.

O SR. LUIZ PONTES – Eu gostaria de dar um testemunho também, já em função de que tive oportunidade de ler o brilhante relatório do Senador Lúcio Alcântara, mas, como o Senador José Fogaça falou do depoimento do Senador Maguito Vilela, a experiência não recomendando, o nosso testemunho do Ceará, no caso do TCM tem dado uma contribuição fantástica. Fui Presidente da Assembléia Legislativa e tive uma convivência muito salutar com o TCM no Estado do Ceará, onde as fiscalizações da própria apuração de CPIs no Estado, no caso do Fundef que teve, então o Tribunal de Contas do Município no Estado do Ceará, posso dar o testemunho de que tem operado, apesar das dificuldades financeiras.

Acredito que precisamos, quando surge um escândalo no País, não o fortalecimento da aparelhagem do tribunal, nos técnicos dando mais condições a esses tribunais para que possam efetivamente ter uma fiscalização, porque se ainda existe, e temos presenciado corrupção em todo o País, é falta de fiscalização. Quanto mais fiscalizações tivermos mais resultados traremos. Está aí o exemplo da Dinamarca que tem cem auditores para cada 100 mil habitantes, e nós temos oito para cada 100 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerrada a discussão, vamos colocar em votação. Quero lembrar que tem preferência o relatório do Senador José Fogaça. Os Srs. Senadores que querem aprovar o voto em separado vão votar “não”, rejeitando o relatório do Senador José Fogaça.

Em votação.

Os senadores que concordam com o relatório do Senador José Fogaça permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Submeteremos à votação o voto em separado do Senador Lúcio Alcântara.

Em votação.

Os senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, registro meu voto pela abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Registrado o voto do Senador José Fogaça pela abstenção, assim como o voto do Senador Sebastião Rocha.

Apreciaríamos o Item nº 16, mas o Senador José Eduardo Dutra teve de se retirar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 22 minutos.)

Ata da 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 31 de outubro de 2001, quarta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e vinte e oito minutos, do dia trinta e um de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Sebastião Rocha, Pedro Piva, Marluce Pinto, Osmar Dias, Ademir Andrade, João Alberto, Leomar Quintanilha, Antonio Carlos Júnior, Luiz Pontes, Maria do Carmo Alves, Wellington Roberto, José Eduardo Dutra, Waldeck Ornelas, Eduardo Suplicy, Francelino Pereira, Íris Rezende, Moreira Mendes, Hugo Napoleão, Sérgio Machado, Romero Jucá, Gerson Camata, José Agripino, Luiz Otávio e Artur da Távola reúne-se a presente Comissão. Registra-se a presença do Senador Antonio Carlos Valadares. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Maguito Vilela, Pedro Simon, Amir Lando, Roberto Requião, Bello Parga, Jefferson Péres e Roberto Freire. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Comissão aprova a inclusão do Item Extra-Pauta nº 1) EMENDA Nº 1-PLEN À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, de 2001 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999), que “Altera a redação do artigo 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal (Dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação

dação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados). Autoria: Senador Ademir Andrade. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Relator “ad Hoc”: Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer: pela aprovação da PEC nº 20, de 2001, com a Subemenda que apresenta à Emenda nº 1, de Plenário, esta acolhida parcialmente; e pela prejudicialidade da PEC nº 69, de 1999. Resultado: aprovado o Parecer. Passa-se à apreciação da Pauta, Item 1) MENSAGEM (SF) Nº 235, DE 2001 (Mensagem nº 1.094, de 2001, na Origem) – NÃO TERMINATIVO – que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ FUX, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hélio de Melo Mosimann”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Pedro Piva. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. A Presidência registra a presença dos Senhores Mendel Fux e Rodrigo Fux. Resultado: o Parecer da CCJ é pela aprovação da escolha do nome do Doutor LUIZ FUX para compor o STJ, no cargo de Ministro, com 15 (quinze) votos favoráveis. A reunião é suspensa por três minutos, para despedida do convidado. Reaberta a reunião, passa-se ao Item 20) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2000 (PEC nº 96, de 1992, na Câmara dos Deputados)

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21 de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92 de 1999; 1, 5 e 20 de 2000; e 15, de 2001), que “Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário”. Autoria: Deputado Hélio Bicudo. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. Resultado: o Relatório é distribuído aos Senhores Senadores; a leitura é agendada para a próxima Reunião. Passa-se ao Item Extra-Pauta nº 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2001 (PL. nº 5.569/200, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – que “Dispõe sobre os vencimentos dos servidores que menciona das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: pela aprovação. A matéria tramita em regime de URGÊNCIA, nos termos do Requerimento nº 632, de 2001, aprovado em 30/10/2001. Resultado: aprovado o Parecer. Item Extra-Pauta nº 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, de 2001 (PEC nº 308, de 1996, na Câmara dos Deputados) que “Dá nova reda-

ção à alínea “c” do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal (Estabelecendo que é assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde na Administração Pública Direta ou Indireta)”. Autoria: Deputada Jandira Feghali e outro(s) Sr.(s) Deputado(s). Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: pela aprovação. A Presidência convida a Deputada Jandira Feghali para compor a Mesa. Resultado: aprovado o Parecer. Item 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2001, que “Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região”. Autoria: Senador Arlindo Porto e outro(s) Sr.(s). Senador(es). Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Pela aprovação. Resultado: aprovado o Parecer. Item 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2001 (PL. nº 3.395 de 2000, na origem) – NÃO TERMINATIVO – que “Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social”. Autoria: Deputado Raimundo Gomes de Matos. Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves. Parecer: Pela aprovação. Resultado: aprovado o Parecer. Item 16) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, DE 2001 -NÃO TERMINATIVO- que “Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, e aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados nas terras indígenas localizadas na Região de Ponte de Pedra, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”. Autoria: Senador Jonas Pinheiro. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela aprovação. A matéria foi despachada inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais. Vem à CCJ, nos termos do Requerimento nº 327, de 2001, de iniciativa da Senadora Marina Silva. Em 17/10/2001, foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. Em 24/10/2001, foi devolvido pelo Senador José Eduardo Dutra com Voto em Separado opinando pelo sobrestamento da matéria. Resultado: encerrada a discussão; adiada a votação. Item 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2001, que “Determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais”. Autoria: Senador Roberto Saturnino e outro(s) Sr.(s). Senador(es). Relator: Senador José Agripino. Parecer: Pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: encerrada a discussão; adiada a votação. Por falta de *quorum*, a Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e quarenta e um minutos, ficando adiados os seguintes itens constantes da pauta, a saber: 02) PLS nº 409, de 1999; 03) PLS nº 38, de 2001; 04) PLS nº 69, de 2001; 05) PEC nº 3, de 1999; 06) PEC nº 43, de 2000; 07) PEC nº 38, de 2000; 08) PEC nº 27, de 2001; 09) PEC nº 38, de

1999; 11) PEC nº 42, de 2001; 14) PLS nº 1, de 2000; 15) PLS nº 162, DE 2001; 17) PLS nº 84, de 1999; 18) PRS nº 30, de 2001; 19) PRS nº 33, de 2001; e 21) PLC nº 53, de 2000 e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das Atas das 34ª e 35ª reuniões ordinárias.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam a dispensa de leitura das Atas permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra, pela ordem, ao eminente Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, há uma emenda à Emenda nº 20, cujo parecer está pronto para votação já que houve acordo de todas as bancadas. Então pediria que V. Exª que inserisse como item extrapauta a votação da emenda do Senador Paulo Souto à Emenda Constitucional nº 20.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação a proposta do eminente Senador Ademir Andrade, para que seja votada como item extrapauta a prioridade à Emenda nº 20, de sua autoria e de outros Srs. Senadores, que dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza. É Relator o eminente Senador Leomar Quintanilha. (Pausa)

A preferência está aprovada e tão logo o Senador Leomar Quintanilha chegue, Senador Ademir Andrade, será colocada em votação.

Há uma outra proposta feita pela eminente Senadora Maria do Carmo, Relatora do Item nº 8.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a preferência permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Será a segunda preferência.

Quero dar conhecimento aos eminentes integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que o Senador Geraldo Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB, fez a comunicação à Presidência do Senado – e esta, por sua vez, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – de que substitui o Senador Siqueira Campos, nesta Comissão, o Senador Lúcio Alcântara, como titular. Peço que seja feita a devida anotação.

Por igual, o Senador Renan Calheiros comunica o desligamento do Senador José Alencar como membro titular nas Comissões de Assuntos Econômicos, Constituição, Justiça e Cidadania e Relações Exteriores, em virtude da sua desfiliação do PMDB. Está feito o registro.

O eminente Senador Hugo Napoleão comunica a substituição do Senador Carlos Patrocínio pelo Senador Leomar Quintanilha, como suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Feita a devida comunicação.

O eminente Senador Geraldo Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB, comunica que passa o Senador Eduardo Siqueira Campos a substituir o Senador Álvaro Dias como titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo Bloco PSDB/PPB; o Senador Osmar Dias pelo Senador Luiz Pontes; o Senador Pedro Piva será o titular em substituição ao Senador Leomar Quintanilha; inclui o Senador Luiz Otávio como titular em vaga já existente; substitui o Senador Sérgio Machado pelo Senador Freitas Neto, como suplente, e inclui o Senador Artur da Távola, como suplente, em substituição ao Senador Pedro Piva.

Srªs e Srs. Senadores, o sumário da pauta foi distribuído a V. Exªs.

O Item 1 da pauta submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Fux, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Hélio de Melo Mosimann.

O eminente Senador Ademir Andrade havia requerido preferência para um item que é convergente. Não há nenhuma dificuldade entre os Srs. Senadores para discussão e aprovação da matéria.

Como os Relator não está presente, pergunto ao eminente Senador Antonio Carlos Júnior se me dá a hora de ser o Relator *ad hoc* dessa matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há um acordo de todas as Lideranças com relação a uma subemenda à pro-

posição do Senador Ademir Andrade. Essa emenda é convergente. Portanto, essa subemenda seria o resultado de um acordo entre todas as Lideranças, para que pudéssemos aprovar essa emenda que é da maior importância para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Assim, o voto é no sentido da prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 69 e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001, com a redação dada pela seguinte subemenda à Emenda nº 1 de plenário, essa acatada parcialmente.

Subemenda à Emenda nº 1 de plenário: Dê-se à alínea “c” do inciso I, do art. 159 da Constituição, modificado pelo art. 1º da Proposta à Emenda à Constituição nº 20, de 2001, a seguinte redação:

Art. 159, inciso I:

C – 4% para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, distribuindo-se 0,9% para o Norte, 0,9 % para o Centro-Oeste e 2,02% para o Nordeste, ficando assegurado ao Semi-Árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão o parecer do Relator.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero cumprimentar o Senador Ademir Andrade pela oportunidade da sua emenda constitucional. Transmita a todos aqueles que dela se beneficiarão a posição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador Osmar Dias, V. Exª havia requerido preferência e aqui esteve numa composição entre todos os Srs. Deputados e Srs. Senadores, a Deputada Jandira Feghali que ainda ontem conversou comigo a respeito. Segundo estou informado, não há discordância quanto a essa matéria, que trata do exercício cumulativo de dois cargos privativos. Pergunto a V. Exª se, na preferência, deseja usar agora da palavra ou logo após a sabatina do Desembargador Luiz Fux.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, fui informado de que alguém vai pedir vista dessa matéria. Gostaria de cumprir a minha parte relatando a matéria. Se houver realmente interesse de alguém em pe-

dir vista, que proceda dessa forma. Considero importante que essa matéria seja colocada na pauta e seja votada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tão logo tomemos as providências da sabatina do eminente Desembargador Luiz Fux, nós faremos isso.

Srs. Senadores, antes de designar a comissão para fazer introdução no plenário do eminente Desembargador Luiz Fux, quero chamar a atenção para um ponto que existe na nossa pauta de hoje e que vem sendo comentado pela imprensa. Ou seja, o parecer do Relator à reforma do Judiciário.

O trabalho da Relatoria, com 309 páginas, está aqui para ser distribuído entre as Srªs e os Srs. Senadores. No entanto, com a experiência que tenho – e aqui não existe nenhuma falsa modéstia –, essa é uma matéria em que precisa ser dado aos eminentes colegas o maior espaço de tempo para a sua análise e reflexão.

Quero tão-somente comunicar à Casa que o relatório inclui uma nota preliminar, o incremento da matéria constitucional do Direito Federal, um diagnóstico tópico sobre as causas da crise do Poder Judiciário, a sistematização das causas da crise do Poder Judiciário, a deficiência do ensino jurídico no País, a deficiência no sistema processual brasileiro, a insuficiência numérica de juízes, a deficiência da produção jurídica normativa, o excesso de privilégios processuais dos entes públicos, os abusos processuais da advocacia pública, a falência judiciária. Aí vem o item 1, nesse primeiro relatório, com parecer, qual seja, a Proposta de Emenda Constitucional nº 29, texto da Câmara dos Deputados, as sugestões e contribuições recebidas, análise crítica do texto da Câmara dos Deputados da Reforma do Judiciário, nova versão da Reforma do Judiciário, quadros de sugestões e emendas, com respectivos pareceres, a conclusão e uma nota final.

Peço, então, à Secretária que faça a distribuição a cada colega. E ao invés de apresentar o relatório hoje, darei oportunidade para que os colegas possam se debruçar sobre essa matéria até a próxima semana, quando, então, apresentarei oficialmente o relatório, para que cada colega da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tenha mais sete dias, ou seja, serão quatorze dias. Essa é uma homenagem que eu deveria prestar à Comissão. Não se pode fazer, de afogadilho, uma reforma dessa natureza sem que todos contribuam com a sua análise crítica. Por isso, peço que os eminentes colegas guardem esse trabalho, que só foi possível graças à atuação do Dr. Agaciel Maia, Diretor-Geral do Senado Federal, de-

terminando à Gráfica a sua composição. Ele não pode, portanto, ser desperdiçado. Cada integrante da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, titular e suplente, terá um exemplar, assim como aqueles que aqui compareceram para dar sua contribuição para isso, como o Presidente do STF, o Presidente do STJ, o Presidente do TST, entidades de classe. E como o número de exemplares é pequeno, peço que cada Senador o leve ao seu gabinete e, depois, troque dados com a sua assessoria.

De público, quero fazer um registro para que este Senado passe a respeitar aqueles dedicados companheiros que aqui trabalham. Quero fazer uma distinção especial a um companheiro de trabalho, que comigo ficou, dia e dia, noite e noite, sem sequer consultar o relógio, que se chama Prof. Gabriel Dezen Júnior. Sem a sua contribuição, sem dúvida nenhuma, talvez fosse difícil eu apresentar esse trabalho hoje, porque sabemos que, na Câmara dos Deputados, o trabalho levou quase dez anos e, aqui, no Senado, um ano e pouco, apesar de todas as audiências públicas.

Por isso, peço que fique registrado em ata os meus agradecimentos ao Dr. Agaciel Maia e ao Prof. Gabriel Dezen Júnior.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, gostaria de exaltar a atitude que V. Ex^a acaba de adotar. Para nós, que somos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não é surpresa, porque atesta a permanente postura ética com que V. Ex^a atua na Presidência desta Comissão. Quando V. Ex^a deixa de apresentar o relatório, neste momento, e permite que os Senadores tenham a oportunidade de estudá-lo, para que possam ter tempo de votar sabendo no que estarão votando, V. Ex^a não está demonstrando o respeito que tem para com a Comissão, mas para com o Brasil, porque assume uma postura de altíssima responsabilidade que nos permitirá estudar todo o Parecer com cuidado, porque 15 dias é tempo suficiente. E V. Ex^a, dessa forma, garante que esse processo seja feito sem a precipitação que poderia torná-lo um processo, propondo uma reforma de tamanha importância, sem a análise devida.

Sr. Presidente, falo em nome da Comissão e, como Vice-Presidente, quero dizer que, neste momento, V. Ex^a dá uma demonstração de postura ética e de respeito ao País.

Obrigado por assumir essa posição de nos permitir estudar esse assunto com profundidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Osmar Dias, eu quero agradecer a V. Ex^a e dizer que essa atitude foi tomada com o seguinte raciocínio e reflexão. Devo comunicar aos meus eminentes colegas que eu tinha dois escritórios de advocacia, um aqui e outro no Rio de Janeiro. Aliás, diviso na platéia o eminente advogado criminalista, meu amigo querido, ao longo de tanto tempo juntos no Rio de Janeiro, quando fui eu perseguido, o Professor Tércio Lins e Silva e o ex-procurador Samuel, também meu amigo. Faço esse registro com muito carinho. Os dois sabem que eu tive escritório de advocacia no Rio e aqui em Brasília.

Devo declarar que esses escritórios foram fechados há um ano e meio. Eu não advogo mais em nenhum tribunal, superior ou regional. Não advogando, não pretendo com qualquer atitude ser simpático com quem quer que seja. Se o Governo não estiver satisfeito, o Supremo Tribunal Federal ou o STJ, eu estou satisfeito, com a minha consciência, de que estou fazendo um trabalho a fim de que a lentidão da Justiça seja menor.

Não há agrado a quem quer que seja, como não há intenção e prejudicar essa ou aquela corrente.

Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Osmar Dias, que dá, com essa atitude independente, uma espécie de respaldo a esse seu velho amigo.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Senador Bernardo Cabral, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dou, pela ordem, a palavra a o eminente Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Senador Bernardo Cabral, pedi para me manifestar porque, da mesma maneira como o Senador Osmar Dias, eu venho parabenizar V. Ex^a pela atitude, que é de extremamente importante para que todos nós tomemos conhecimento do trabalho e possamos contribuir para que saíamos daqui com um projeto forte.

Isso vai dignificar o nome do Senado de forma muito significativa. Então quero fazer também minhas as palavras do Senador Osmar Dias. Parabenizo V. Ex^a pela atitude. Isso engrandece esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior.

Com a palavra, o nobre Senador José Eduardo Dutra e, em seguida, o Senador Romeu Tuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, também louvo a iniciativa de V. Exª e queria dar uma sugestão. Sabemos que essa é uma matéria polêmica que vai demandar intensos debates nesta Comissão.

Esta Comissão já teve a experiência de estabelecer um **modus operandi** de votar matéria dessa natureza. Lembro-me do caso da reforma da Previdência.

Pelo Regimento, todos podem apresentar emendas enquanto a discussão está se dando. Mas, até para facilitar os trabalhos de discussão e do próprio Relator, V. Exª só vai apresentar formalmente o parecer na próxima semana, dia 07, portanto. Poderia ser pedida vista, tenho 5 dias, com o que ficaria para o dia 14. Só que, em tese, todos poderiam apresentar emendas no dia 14 e, a depender do número de emendas, V. Exª teria de ter um tempo para avaliar.

Considerando que a emenda do dia 14, uma quarta-feira, com feriado no dia 15, a sugestão que eu daria é que nós, de comum acordo – e se isso for acordado, V. Exª comunicaria formalmente a todos os membros da Comissão –, todos teríamos para apresentar emendas até o dia 14. Logo na semana seguinte, iniciáramos o debate propriamente dito e iniciáramos a votação de todas as emendas e dos destaques, sem prejuízo de que, naturalmente, dentro do debate, poderiam convergir subemendas, mudanças de redação, mas não haveria oportunidade de apresentar emendas novas, pois acabaria, sempre, retardando o processo. Todos os Senadores teriam, concretamente, 14 dias para apresentar suas emendas. Na semana seguinte, logo após o feriado, dia 21 – poderia até haver uma sessão extraordinária no dia 20. Creio que não vamos votar toda a matéria em uma reunião só, talvez precisemos de mais de uma. Iniciáramos a discussão e a votação propriamente dita dos destaques, das emendas destacadas, na semana imediatamente posterior à do feriado do dia 15 de novembro. Ficaria acordado. Sabemos que, enquanto estiver em discussão, poder-se-á apresentar emendas. Ficará acordado que todo mundo apresentará suas emendas por escrito até o dia 14. V. Exª teria, já na semana seguinte, condições de emitir um parecer sobre todas as emendas que forem apresentadas. É a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Eduardo Dutra, V. Exª apresenta uma sugestão que coincide com o lado ético que acabo de apresentar e que foi registrado pelo Senador Osmar Dias. Pedi que fosse distribuído para que cada companheiro, cada colega da Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, tivesse oportunidade de, antes de ser iniciada a discussão, tomar conhecimento. Se lesse hoje, evidentemente, estaria encerrada com o pedido de vista e apresentação de emendas. Não seria – e jamais poder-se-ia imaginar de outro jeito – um consenso apresentarmos a emenda no dia 14.

Colocarei a proposta de V. Exªs em votação, pois parece-me absolutamente convergente com o que queremos: fazer um trabalho sério, sem qualquer preferência político-partidária. É claro que sabemos que isso envolve não só as emendas que já foram examinadas e acolhidas no devido tempo, mas outras que virão para melhorar e aperfeiçoar o texto. Lembro que a contribuição de cada um é importantíssima. Que esta seja feita até o dia 14, conforme sugere o eminente Senador José Eduardo Dutra.

Em discussão.

Concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma. A seguir, concederei a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei rápido. Meu coração não poderia permitir que me silenciasses em razão do pronunciamento dos outros companheiros.

Aprendi a admirá-lo pelos anos em que, juntos, trabalhamos. Fui sempre subordinado a V. Exª. No entanto, sua relação para com aqueles que trabalharam com V. Exª é sempre de respeito, de ética e de confiança. Tudo isso nos dá uma demonstração do que foi feito. Não é novidade, para nós, seu respeito, sua ética e sua postura perante o semelhante, ainda mais perante esta Comissão, que tão bem preside.

Chamou-me a atenção o fato de V. Exª, ao referir-se a algumas colocações, ter dito que algumas pessoas podem não estar satisfeitas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pediria que aumentassem o som para o eminente Senador Romeu Tuma.

O Senador Artur da Távola pede que o som seja ampliado porque não está sendo ouvido.

O SR. ROMEU TUMA – Sempre admiramos o Senador Artur da Távola.

V. Exª referiu-se ao fato de poder encontrar insatisfação entre membros de alguns tribunais. Creio que não haverá insatisfação, poderá haver discordância. A satisfação é completa porque V. Exª deu oportunidade a todos que aqui vieram. Com um relance de olhar, vi que V. Exª respeitou todas as sugestões: fez análises, rejeitou-as ou aceitou-as em decorrência de explicações que deu. Por esse quadro comparativo que V. Exª compôs, por esse relatório, ninguém pode-

rá ficar insatisfeito. Poderá haver contradições, o que é natural em uma discussão dessa envergadura. Tal discussão traz ao País a visão de um poder importante que, sem dúvida alguma, traz tranquilidade ao cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma, talvez muitas pessoas não saibam, mas no dia em que se fizer a história deste País e a de V. Ex^a darei meu depoimento como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil nos “anos de chumbo”. V. Ex^a foi sempre um aliado e continua sendo um velho e querido amigo. Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Está no gabinete da Presidência o eminente Desembargador Luiz Fux, que, hoje, será submetido por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à chamada sabatina. Designo os eminentes Senadores Arthur da Távola e Pedro Piva para fazerem a introdução no Plenário do candidato a Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Desembargador Luiz Fux.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, enquanto o Desembargador ingressa no recinto para o debate, gostaria de anunciar que estão presentes, para participar deste grande evento que será a discussão da Proposta à Emenda Constitucional nº 27, que trata da revitalização e tem como Relatora a Senadora Maria do Carmo...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a me permite interrompê-lo?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Antonio Carlos Valadares, não me retire o prazer de fazer este anúncio.

Queria dizer que se encontra – e ia registrar no devido momento, quando a Senadora Maria do Carmo ocupasse a tribuna para relatar a matéria – o Dr. José Teodomiro de Araújo, que é o Presidente do Comitê da Bacia do São Francisco; o Presidente do Município de Manga, Minas Gerais, representante dos prefeitos da Bacia do São Francisco; o Dr. Manuel do Bonfim, da Secretaria de Recursos Hídricos; e, evidentemente, o patrono maior, que é o Senador Antonio Carlos Valadares, que, sendo membro da Mesa, não pode, claro, ser integrante da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas aqui estará para usar da palavra no instante que quiser, abrilhantando os trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Infelizmente, Sr. Presidente, não posso participar dos trabalhos desta Casa como votante. Entretanto, tenho o prazer de ser colega de V. Ex^a no Senado e de ter

aprendido muitas lições – lições de ética, de decência e, acima de tudo, de sabedoria parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado a V. Ex^a.

A PEC nº 27, item 8, será relatada tão logo o eminente Desembargador Luiz Fux se submeta à arguição de que trata o texto constitucional.

Antes de dar a palavra ao Desembargador Luiz Fux, quero fazer um registro aos eminentes colegas que compõem esta Comissão. Claro que isso será feito pelo Relator, o eminente Senador Pedro Piva, mas não poderia – seria uma omissão, e, neste caso, o silêncio representaria, mais que uma omissão, um ato criminoso – deixar de dizer que conheço o Desembargador Fux, dada a minha cassação e à suspensão dos meus direitos políticos por dez anos e ao fato de ter tido de advogar no Rio de Janeiro ao longo de 20 anos. S. Ex^a era um juiz que iniciava carreira; mais tarde, professor da faculdade. Vejo com muita alegria a indicação do seu nome para o Superior Tribunal de Justiça, mais ainda por ser eu o Presidente da Comissão a dar este depoimento. Creio que quem vai enriquecer-se é o Superior Tribunal de Justiça, pela figura que o Desembargador Fux representa – suas obras estão sendo citadas no relatório que Gabriel Dezen e eu apresentamos para apreciação dos eminentes integrantes desta Comissão.

Dou a palavra ao eminente Senador Pedro Piva para fazer o relatório e, a seguir, ao eminente Desembargador Luiz Fux para a sua apresentação. Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, eu queria, ao iniciar minhas palavras e o meu relatório, prestar a V. Ex^a minhas homenagens por seu trabalho na mudança do nosso Código.

Vem bem a calhar esta arguição do nosso novo Ministro no dia de hoje, em que V. Ex^a apresenta esse trabalho, um trabalho de profundidade, com 309 páginas. A atuação de V. Ex^a, Sr. Presidente, é orgulho para todos nós, Senadores. E é uma feliz coincidência essa junção de dois assuntos tão importantes: a sua entrega do relatório e a nomeação – que esperamos ver aqui ratificada – do eminente Desembargador Luiz Fux.

Sr. Presidente, nós todos, Senadores, não podíamos esperar de V. Ex^a outra coisa que não fosse esse trabalho consistente, ético, independente, corajoso. Agrade a quem agrada, ou desagrade a quem desagradar, isso não lhe importa: V. Ex^a fez o seu trabalho de acordo com a sua consciência e com o que achava direito, que é certamente a base do pensa-

mento do Desembargador Fux. Pelo que sei, Sr. Presidente, o Desembargador Fux é um homem de coragem e independente, indo então diretamente ao encontro de suas palavras anteriores.

Quero deixar registrado isso e dizer da minha satisfação, do meu orgulho e da minha honra, Sr. Presidente, de estar aqui nesta reunião de hoje, relatando, como mero bacharel, já de tempo idos, o processo de indicação do Desembargador Fux, numa sessão presidida por V. Ex^a, grande jurista, dos maiores deste País.

São as minhas palavras iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado, Senador Pedro Piva, mas devo declarar que V. Ex^a é o egresso da vetusta Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde foi brilhante aluno.

Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. PEDRO PIVA – Pelo menos me formei cedo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a biografia do Sr. Luiz Fux é enriquecedora. Começa com a sua idade – 48 anos –, no auge da sua inteligência e do seu pensamento. Em tão curto espaço de tempo, publicou nove obras, enumeradas em seu currículo, das quais tenho aqui duas, que trouxe para dar um pouco mais de peso ao meu relatório. É incrível como, em tão pouco tempo, fazendo tantas coisas, ele tenha conseguido produzir uma obra literária de primeira importância no Direito.

Não lerei o seu currículo, pois está em mãos de todos os Srs. Senadores. Mas é interessante dizer aqui que o Desembargador foi aprovado em primeiro lugar no concurso, exerceu as suas atividades, foi promovido. Enfim, apresenta um brilhante currículo, pelo qual o parabenizo, Sr. Desembargador. Tenho certeza de que a sua trajetória será de continuado sucesso em suas novas funções.

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem 235, de 2001, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Dr. Luiz Fux para compor o Superior Tribunal de Justiça – STJ, na vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Hélio de Melo Mosimann.

Dentro de suas atividades profissionais, o candidato foi aprovado na Shell do Brasil, admitido por concurso, primeira colocação, no período de 1976 a 1978. Foi promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Juiz de Direito do Estado do Rio de Janeiro desde 1982, além de ser designado Juiz Eleitoral de 1983 a 1987, por merecimento. Foi sucessivamente promovido para a Entrância Especial para o Tribunal de

Alçada e para Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupa atualmente.

O indicado tem ampla experiência no magistério superior, área jurídica – Direito Civil, Direito Processual Civil –, além de ser Diretor de Ensino da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. É Professor titular de Processo Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, por sua aprovação, novamente em primeiro lugar, no concurso realizado em 1995. Foi ainda Chefe de Departamento de Processo Civil da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, no biênio de 1998 a 2000, e membro de algumas bancas examinadoras de concursos relacionados à magistratura, ao magistério superior e à admissão em programas de mestrado e doutorado.

O candidato é conferencista em eventos jurídicos nacionais e internacionais e foi membro da Comissão Estadual Legislativa que instituiu os juzados especiais do Estado do Rio de Janeiro em 1990. Posteriormente, em 1998, foi membro da Comissão Estadual dos juzados especiais do Estado do Rio de Janeiro. É autor de nove livros publicados pertinentes à sua área de atuação.

Trata-se, portanto, de candidato cujas atividades profissionais e formação acadêmica o credenciam, e muito, ao pleno desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Sr. Presidente, Desembargador, o Poder Judiciário é independente como instituição; e o juiz, como órgão de sua expressão, deve exercer a função jurisdicional decidindo fundamentalmente mas sempre com base no seu livre convencimento jurídico. Essa independência, fundamento da isenção juramentada dos juízes, impõe uma conduta corajosa, inexpugnável que faça prevalecer o Direito, posto ainda que contrariando em alguns casos determinados interesses do próprio Estado. Não fosse assim, de nada valeria o Poder Judiciário. O Direito ruiria por inteiro e estariam os jurisdicionados sujeitos a toda sorte de restrições pautadas exclusivamente em critérios políticos ou econômicos e, portanto, não jurídicos. Além disso, estaria sob ameaça o princípio da separação dos Poderes, uma das vigas mestres do regime federativo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço à atenção ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Todo o sistema afunila-se para assegurar o pilar do regime democrático, qual seja, a garantia das liberdades públicas: liberdades dos cidadãos, por força dos direitos que o constituinte

elegeu como direitos e garantias individuais; liberdades do Judiciário e dos Juízes, como garantia dos direitos dos jurisdicionados e a proteção da separação dos Poderes.

São os juízes titulares de garantias que lhes asseguram a necessária liberdade para julgar. Essa liberdade tem a configuração, “de um lado da moeda”, de um dever, o de ser imparcial e garantir a distribuição da justiça e, de outro lado, de um direito de não submeter-se a qualquer tipo de pressão ou interesses, ainda que do próprio Estado, utilizando o livre convencimento para decidir.

Portanto, trata-se de uma liberdade instrumental. Segundo o mestre italiano, Mauro Capeletti, a independência dos juízes frente ao Executivo, longe de representar um valor fim em si mesmo, não é ela própria senão um valor instrumental. É difícil não compartilhar da opinião de Giovanni Pugliese, que, aliás, também é a da nossa Corte Constitucional, quando afirma exatamente que a independência não é senão o meio dirigido a salvaguardar um outro valor, conexo certamente, mas diverso e bem mais importante do que o primeiro, ou seja, da imparcialidade do Juiz.

Como escreveu o relator da Alemanha Federal, Juglas Mabili, pertence à essência da atividade jurisdicional que ela se desenvolva por um terceiro imparcial e neutro. O valor final, a essência, ou a natureza, por assim dizer, da função judiciária é, portanto, que a decisão seja tomada por um terceiro imparcial, *tertius super pars*; depois que as partes tenham tido a possibilidade de apresentar e defender seu caso.

Esta parte do relatório, Sr. Desembargador, feita por mim, vem bem a propósito do que acaba de dizer o nosso Presidente. Eu só a inseri na certeza da sua coragem, da sua imparcialidade e do discernimento que V. Ex^a já demonstrou no exercício anterior da magistratura.

Ressaltaram-se as características essenciais dos juízes, exatamente por estarem elas presentes...

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Desculpe, Senador, é que estou ouvindo mais o vozerio atrás do que propriamente a exposição do Senador. Estamos fazendo uma sabatina de um Ministro para o Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual encareço a V. Ex^a que solicite à Casa, aos assistentes, o silêncio compatível com a significação dessa nossa reunião. Desculpe, Senador, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Artur da Távola, aliás, quem está fazendo mais barulho não são tanto os assistentes, mas os Senadores que ali estão palestrando.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Não são, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço o silêncio de todos. Tem V. Ex^a a palavra, Senador Pedro Piva.

Mais uma vez, a advertência feita pela Presidência, não só pelo brilho do parecer, pelas palavras que V. Ex^a acaba de registrar, que é uma pena que nem todos tenham tido a oportunidade de ouvi-las, tal a forma como V. Ex^a as encadeou, mas, de qualquer sorte, a partir de agora os ouvidos de todos estão atentos. Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. PEDRO PIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Permiti-me, Sr. Presidente, Sr. Desembargador, essa pequena parte do relatório, no intróito, já o disse, pela figura de V. Ex^a e pela figura do Senador Bernardo Cabral, não me fixando apenas num relatório frio sobre a sua designação. É muito importante esse momento para o Judiciário brasileiro, que V. Ex^a certamente adentrará e dará a contribuição do seu brilho ao Superior Tribunal de Justiça.

Ressalto essas características essenciais dos juízes exatamente por elas estarem presentes na pessoa do ilustre Desembargador, Luiz Fux. Efetivamente, em momento em que ações do Poder Executivo tomam vulto, abarcando até a parte da função legislativa, é essencial que haja magistrados, em especial em relação aos que judicam na última instância, que decidam com liberdade, livre convencimento, dedicação e sobretudo coragem, que é uma marca de V. Ex^a, coragem que a magistratura deve abraçar e praticar como uma missão, pois da independência e imparcialidade dos juízes depende em grande parte a manutenção do regime democrático e das liberdades públicas.

Assim sendo, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Dr. Luiz Fux, constante da referida mensagem presidencial, atendendo ao disposto no art. 52, inciso III, alínea “a”, combinado com o art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Hélio de Melo Mosimann.

Ao encerrar, Sr. Presidente e Sr. Ministro, mais uma vez quero reafirmar a minha confiança na sua atuação nesse novo cargo que exerce, e esse meu relatório vem bem a propósito – repito – diante da refor-

ma judiciária que se avizinha, porque é imprescindível a independência do Judiciário perante qualquer pressão de qualquer outro órgão. Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo têm que ser independentes para bem funcionar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, estará inscrito, junto com o Senador Edison Lobão, tão logo o eminente Desembargador Luiz Fux faça a sua dissertação.

Tem a palavra V. Ex^a, Desembargador Luiz Fux.

O SR. LUIZ FUX – Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Bernardo Cabral; Exm^o Sr. Vice-Presidente, Senador Osmar Dias; Exm^o Sr. Senador, Relator, Pedro Piva, na pessoa de quem homenageio todos os Senadores presentes; autoridades presentes; minhas senhoras e meus senhores.

Stamler afirmou, certa feita, que um dos bens e materiais mais importantes da vida é a glória: a glória da vida, a glória das instituições e a glória das próprias pessoas. Considero que hoje vivo um momento de glória a partir desse instante em que legítimo a minha pretensão de pertencer ao mais alto Tribunal do País de interpretação da legislação infraconstitucional, submetendo-me à aferição da legitimidade dessa pretensão ao Senado da República, que é o representante mais elevado do povo brasileiro.

Nós, Magistrados, também exercemos uma função popular, a jurisdição é uma função popular, e nada mais justo do que o exercente de função popular que há de manifestar aquilo que o povo espera por meio de decisões judiciais, que se submeta ao equilíbrio e à exação no cumprimento de suas funções ao Senado da República que, neste momento, representa o povo na aferição dessa possibilidade que ora se impõe.

Sou Magistrado de carreira. Percorri minha profissão com marcas do interior. Convivi com realidades sociais distintas e tive a oportunidade de, nesses vinte anos de magistratura na Justiça da Primeira Instância, na Justiça dos Tribunais de Alçada e no exercício da função de Desembargador, proferir aproximadamente 10.000 decisões judiciais. Nesse contexto, sempre procurei pautar minha conduta em atributos destacados por V. Ex^a, Exmo. Sr. Relator, ou seja, independência e coragem. O saudoso Coulture já afirmava que, num País onde os juízes temem, as sentenças valem tanto quanto esses magistrados.

Do ângulo acadêmico, procurei dedicar-me, na universidade pública, ao estudo do processo civil, instrumento por meio do qual o cidadão pede justiça e o Estado, por meio do Poder Judiciário, a presta. Minha evolução científica foi toda voltada para o fenômeno processual. Exatamente levando em consideração essa minha formação e a questão palpitante do momento, referente ao acesso à justiça e às desigualdades que se verificam na prestação da solução judicial, a morosidade da prestação da justiça, os custos e etc, procurei trazer para nossa especulação e submeter ao crivo dos senhores o debate sobre o acesso à justiça, seus obstáculos e suas soluções, porquanto é tema atual e pertinente a esse momento em que o Senado aprecia a reforma do Judiciário e também condizente com minha formação científica no campo do processo civil.

Hodiernamente, quando se aduz o acesso à justiça, a primeira idéia que vem à mente é a garantia pétreia constitucional de que nenhuma lesão ou ameaça a direito deve escapar da apreciação judicial. Entretanto, esse enfoque do acesso à justiça não pode ser analisado apenas do prisma teórico, dessa vã promessa sedutora, que é letra morta no papel. É preciso que o acesso à justiça seja representado por uma prestação de justiça tempestiva, por uma resposta judicial justa e por uma decisão que se torne exequível, para que o povo não nutra em seu interior a sensação de que, recorrendo à Justiça, ganha-se, mas é difícil realizar aquela decisão judicial.

O quadro atual, à luz desses postulados e desses reclamos do acesso à Justiça, não é de cores fortes e vivas. Daí a necessária, ponderada e equilibrada reforma do Poder Judiciário, que hoje tramita nesta Casa Legislativa. Hoje, quando se refere ao acesso à Justiça, em primeiro lugar, o que vem à mente são os obstáculos, a idéia de uma justiça morosa, extremamente custosa e de decisões dissonantes da expectativa do povo, que frustra aquilo que se esperava e, acima de tudo, realiza-se muito tempo depois do que espera o cidadão jurisdicionado. Olvida-se a velha advertência de que a justiça muito retardada equivale a uma justiça denegada, da mesma forma como a justiça instantânea também é uma grande utopia, pois os magistrados precisam de um processo de amadurecimento para chegar a uma determinada solução.

Nós, brasileiros, temos dado passos importantes no campo da Reforma do Judiciário e, **a fortiori**, do acesso à Justiça. Todos os países do mundo que têm a mesma estrutura do nosso direito e do nosso processo também assim têm feito. Até por uma questão de justiça e, coincidentemente, Exmo. Sr. Relator,

citando um autor que V. Ex^a timbra no seu relatório do eminente relator, Mauro Capeletti, que infelizmente o mal de Alzheimer hoje consome a sua mente, a sua inteligência. Mauro Capeletti, PhD, Professor, da Universidade de Stanford, amigo nosso, freqüentou com muita constância os meios jurídicos brasileiros, teve a felicidade, juntamente com esse companheiro daquela universidade, de elaborar um projeto denominado “Justiça para Todos”, também conhecido como Projeto de Florença. Nesse projeto, ele destaca os obstáculos de acesso à Justiça que poderiam ser assim sintetizados:

Toda Justiça no mundo romano/germânico, que é o modelo europeu, que nos serviu e até hoje cultivamos, em todos esses sistemas, a Justiça é custosa, é morosa. Ela assiste a um duelo entre pessoas desiguais, sob o ângulo econômico e técnico. A resposta judicial é de má qualidade, inexecutável, não é efetiva, não se realiza no plano prático.

No tocante aos custos do processo, nesse particular, sinto mesmo envaidecido, porque entendo que o Brasil deu um grande passo a frente nessa matéria ao instituir, por esta Casa legislativa, o benefício da Justiça gratuita ampla e integral.

Em vários países do mundo, o jurisdicionado, por exemplo, na Europa, para promover uma demanda de US\$100, gasta US\$150. Quanto mais cara a demanda mais o jurisdicionado despende. No Canadá, em uma causa US\$4,200 mil, um jurisdicionado gasta US\$5 mil. Enfim, a Justiça é custosa em todos os países do mundo, inclusive nos países anglo-saxônicos, não só nos países que preconizam o *civil law*, como é o nosso caso de modelo europeu.

Em particular, no Brasil, podemos nos sentir envaidecidos, porque a nossa Carta Maior assegura a gratuidade integral, e os tribunais têm empreendido uma interpretação desses dispositivos de tal forma elástica que, nem mesmo vencido, o jurisdicionado pobre paga as despesas do litigante vencedor, para que ele não se sinta atemorizado de promover uma demanda com risco de ter de pagar as sucumbências se, eventualmente, ele for derrotado.

No que concerne à duração, também não temos do que nos envergonhar. Na recente pesquisa realizada pelo insigne Professor Barbosa Moreira, no seu último livro **Temas de Direito Processual**, ele anota que a Justiça é também deveras morosa nos países anglo-saxônicos. Estamos acostumados a falar em meses e anos na demora da prestação da Justiça no nosso sistema, nos Estados Unidos, eles falam em semanas. Sabendo fazer uma conta, é fácil concluir que um processo que leva 140 semanas tramita du-

rante o mesmo lapso de tempo que um processo que tramita no nosso sistema, também bastante engessado por uma série de formalidades.

Assim é que, por exemplo, o Projeto de Florença, que é do Mauro Capeletti, aponta que na França, Itália, Bélgica e em todos os países da Europa, um processo tramita, no mínimo, 5 anos, até que ele tenha a definição total, sem contarmos com a efetivação, com a execução da decisão judicial. E tudo isso decorre, eminentemente, do excesso de liturgias e solenidades de que os procedimentos estão impregnados.

Hoje, em uma visão mais arejada do fenômeno processual, descortinou-se a razão pela qual os processos são tão morosos, são tão litúrgicos; o juiz tem que ouvir tantas vezes a mesma pessoa antes de se decidir, muito embora tendo os elementos de convicção a sua frente. Isso porque, segundo a melhor história do Direito Processual, ainda praticamos um processo erigido no século das luzes, em que os juízes deveriam ser manietados e só deveriam proferir as palavras da lei. Eles não poderiam, a um só tempo, proferir as palavras da lei e tornar realidade aquele comando contido na sentença. Essa é a razão pela qual o profissional do Direito, depois de obter uma vitória no processo de reconhecimento, passa por uma verdadeira via *crucis* para tornar realidade a sua decisão. Hoje, quem atua no mercado da advocacia sabe perfeitamente que o processo de execução é muito mais penoso do que o processo de definição de direitos. O advogado obtém a definição de direitos após um certo período de tempo, o que não passa de divagação acadêmica, porque ele precisa tornar realidade o comando contido na sentença. O inaceitável é que o juiz que decide não pode tornar realidade a sua decisão. Ele tem que se sujeitar ao processo de efetivação da decisão, processo de execução em que uma parte, por meio até de um *dolus bonus*, de uma manobra do advogado, consegue postergar, e muito, a vitória da parte exitosa. Se o quadro atual é assim, as soluções estão à nossa frente.

Em relação à questão dos custos, hoje há técnicas modernas e encantadoras. Não só conceder a justiça gratuita integral, um instrumento de garantia da cidadania, porquanto não inibe o jurisdicionado pobre de pleitear seus direitos em juízo, mas hoje há técnicas moderníssimas de premiação do litigante, que não resiste à prestação da justiça. Assim, por exemplo, nos juizados especiais, se o litigante se conformar com a solução, ele não paga despesas. Na ação monitória, se o litigante pagar a obrigação, ele não precisa pagar custas e honorários. Trata-se de

uma promessa de premiação para aquele que não resiste à palavra do Judiciário. Essa é uma técnica de agilização da resposta judicial.

Mais recentemente, só pesa-se a possibilidade de instituir-se uma sucumbência recursal porque os recursos, na grande maioria, são manifestações de ir-resignação com a finalidade de protelar a vitória de uma parte.

Entendemos que se o cidadão for compelido a pagar despesas nos recursos pensará duas vezes antes de promover um recurso meramente protelatório. Talvez aí esteja, por um aspecto, a grande virtude da súmula vinculante na medida em que ela inibe recursos que não têm a menor chance. Não é justo deixar de satisfazer o litigante que tem razão em favor do litigante que não a tem e é quem deve suportar o ônus do tempo. Quem tem razão não tem que suportar o ônus do tempo do processo. Isso fere, inclusive de morte, o princípio da isonomia. Se tenho razão, deve cessar a atividade especulativa do juiz, que deve me dar razão imediatamente. Se a outra parte precisa da demora do processo para contrapor-se, é ela quem deve suportar o ônus do tempo.

A súmula vinculante vem, dentre outros aspectos, com a finalidade de inibir os recursos meramente protelatórios, o recurso pelo recurso. A garantia da ampla defesa e a do devido processo legal também pressupõem que quem tem razão tem que ter o devido processo. Se tenho razão e tenho que percorrer até a consumação dos séculos para obter uma resposta judicial, o que se promete a mim não é o devido, mas o indevido processo legal.

No tocante à duração, há uma tendência hodierna de desformalização do processo. Ele tem que ser um instrumento de debate, de linguagem fácil, pouco formal, essencialmente oral para que a resposta judicial venha rápido, porque, por um lado, o excesso de formas dificulta também aquele que não tem uma percepção profunda do fenômeno processual.

As questões formais, as processuais, por vez, sacrificam a questão de fundo. O que é mais importante: a essência da questão litigiosa submetida ao juiz ou o cumprimento das formalidades? Quem, por exemplo, poderia conviver com um processo em que se anula o julgamento porque não houve intervenção do Ministério Público, não obstante o menor, por quem o Ministério Público vela, tenha ganho a causa? Isso é absolutamente uma incoerência. Quer dizer, há intervenção do Ministério Público em favor do menor. O menor ganhou a causa, não há necessidade de se anular o processo porque a intervenção seria em seu favor. Hoje há uma tendência de desformalização do

processo e, mais ainda, talvez, uma questão deveras polêmica de que essa possibilidade para agilizar, de os juízes produzirem decisões antecipadas, que são definidas na técnica como liminares, porque são proferidas no limiar do processo. E os juízes deferem decisões liminares porque antecipam a solução final. Mas o juiz só pode antecipar a solução final se tiver elementos suficientes para decidir. Ora, a queixa que se lança às liminares é no sentido de que a causa praticamente se resolve naquele momento por meio da antecipação da prestação judicial. Mas o juiz somente assim procede se estiver municiado da mesma prova de que estaria para decidir ao final. E aqui repita-se: se o juiz já tem elementos de convicção, deve cessar a sua atividade especulativa.

Há situações de urgência, de liquidez e certeza do Direito que demandam que o juiz aja imediatamente. Nunca me esqueço quando, mais de 12 anos atrás, recebi no meu gabinete um advogado procurador da República que se queixava que adquirira um imóvel por escritura pública, pagara o preço à vista do imóvel e dos pertences que o guarneciam, mas que, para tanto, se desfizera de todas as suas outras propriedades e lavrara um empréstimo porquanto a construtora prometera entregar o bem em 6 meses. Ele então desfez-se de todo o seu patrimônio, pagou o preço do imóvel e, nos 6 meses finais, o imóvel não estava pronto, tendo ele de desocupar aquele imóvel que ocupara a título de comodato. Ele veio a meu gabinete e disse: “Sr. Juiz, os instrumentos legais de que hoje disponho vão me levar a discutir a questão sobre se eu tenho ou não direito, o que levará alguns anos pelo cumprimento das formalidades, e não terei como me sustentar, como viver em outro lugar. Desfiz-me de todo o meu patrimônio para pagar à vista o imóvel com os móveis. Não tenho dinheiro, nem onde morar”. Naquela oportunidade, diante de seu direito líquido e certo, foi deferida a ele uma medida liminar, mas uma medida liminar à luz do seu direito líquido e certo. E, naquele momento, não havia nenhum instrumento legal que autorizasse essa antecipação da tutela, essa liminar que não é cautelar, mas que satisfaz a parte antecipadamente. Deu-se-lhe aquilo que ele só receberia no final do processo, uma liminar satisfativa. Era o que se podia fazer em nome da Justiça, mas não havia ainda, naquela oportunidade, nenhum instrumento capaz de autorizá-lo. Construiu-se, assim, uma solução à luz do princípio do devido processo legal, à luz do princípio de que o juiz não pode denegar a Justiça, e assim foi feito. Posteriormente, essa questão foi resolvida, porque a liminar teve efeitos práticos irreversíveis, e a partes se compuseram.

Hoje é uma tônica, uma realidade: as liminares estão encartadas no sistema jurídico como instrumentos capazes de realização de justiça. Se uma pessoa tem o direito líquido e certo contra a Administração Pública e pode obter uma liminar num mandado de segurança, por que ela, quando tem um direito líquido e certo contra um particular, não pode obter a mesma liminar? Por que não pode haver um mandado de segurança de particular contra a Administração Pública e um mandado de segurança de particular contra um particular? Ambas as medidas obedecem ao princípio do devido processo legal e, acima de tudo, a questão maior, que é a questão da Justiça. Trabalhamos num tribunal denominado Tribunal de Justiça, que leva esse nome não é à toa: estamos ali para fazer justiça e aplicar a lei tendo em vista os fins sociais a que ela se destina.

Nossa Constituição é magnífica. Começa pela valorização do homem e de seus valores imateriais: a dignidade, a sobrevivência, a hombridade, o caráter, a forma humana de viver. Isso tudo nos auxilia muitíssimo na prestação de solução judicial que seja justa e adequada. A questão da duração dos processos tem sido sabiamente resolvida por meio da concessão dessas liminares nos Estados em que o direito do cidadão está em perigo ou quando o direito do cidadão é líquido e certo.

No tocante à desigualdade dos litigantes, uma das barreiras de acesso a justiça apontada por Mauro Capeletti, citado no relatório do eminente Relator Pedro Piva, a desigualdade dos litigantes ocorre no plano extrajudicial. É muito difícil, muito embora seja possível, nós juízes mantermos a igualdade dos litigantes quando, no plano extrajudicial, eles são desiguais. O juiz não pode se comportar como mero espectador, assistindo à luta entre um Davi e um Golias sem fundar, ciente de que as partes não são iguais, principalmente pela ausência de informação. Nesse projeto “Justiça Para Todos” há interpolações de autores ingleses que estudaram a questão da falta de informação. Uma pessoa que não tem o conhecimento dos direitos que possui não pode exercê-los em juízo.

Esse estudo conclui que é mister aumentar o grau de informação da população, porque esse aspecto revela, inclusive, um segmento preventivo. Uma pessoa que sabe que não tem direitos não vai litigar. Outra pessoa que imagina ter direitos, evidentemente, pode recorrer ao Judiciário.

Há vários projetos magníficos que, inclusive, tivemos oportunidade de implementar no meio acadêmico. Trata-se de projetos de informação jurídica. Boaventura dos Santos, famoso sociólogo português,

diz que nos bancos do colégio as crianças devem aprender as primeiras noções sobre a Constituição, saber o que é constrangimento ilegal, o princípio da Isonomia, assim como que “ninguém é obrigado a fazer algo senão em virtude de lei” e várias outras cláusulas pétreas espalhadas no Título Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Tivemos oportunidade de utilizar o público universitário para percorrer as comunidades carentes e informá-las sobre aquele direito emergente naquela localidade. Há lugares em que as pessoas querem discutir união estável, porque 50% das famílias são espontâneas; há lugares em que querem discutir o direito do menor, a criminalidade do menor, para orientar os seus filhos.

No tocante à desigualdade dos litigantes, duas soluções são absolutamente urgentes. Primeira, aumentar o grau de informação; segunda, o maior ativismo judicial. É absolutamente inviável que o juiz, sob os auspícios e os princípios, sob o ônus da prova, fique assistindo ao duelo entre duas pessoas absolutamente desiguais em todos os aspectos. Elas não conhecem os direitos, não sabem carrear as provas, e os advogados não são iguais. É preciso que o juiz rompa esse mito da neutralidade e possa equalizar. O processo precisa ter como resultado o fruto de um trabalho equânime e não de um debate desigual.

Finalmente, a questão da efetividade das decisões judiciais será, em breve, superada graças a trabalhos desta Casa legislativa. Sempre convivemos com a idéia de que o juiz do nosso sistema é um burocrata, que apenas cumpre as liturgias processuais e, ao final do processo, concita o vencido a cumprir as suas obrigações constantes da sentença. O juiz não ordena; ele condena. Isso significa um nada jurídico – aqui entre nós –, porque é mera exortação a que o vencido cumpra a obrigação. Diferentemente ocorre quando o juiz não condena, mas ordena sob pena de cometimento de um atentado contra a dignidade da justiça.

Os países que preconizam o **commom law** têm como fundamento de sua estrutura judicial a justiça e a razão. Não acreditam que uma causa seja assim tão diferente da outra que possa receber uma solução diversa. Por isso, adotam precedentes. São ágeis, pouco criativos, mas são enérgicos no cumprimento das decisões judiciais. O juiz no sistema do **commom law** não exorta; ele ordena. Se houver o descumprimento da decisão judicial, em podendo ser cumprida, a parte comete um atentado à dignidade da justiça.

No sistema do **civil law**, em princípio, o juiz é um burocrata. Ele decide, define o direito, promete realizá-lo, não se sabe quando, por meio desses instrumentos, mas, de toda sorte, é tradicional na doutrina de que o juiz que condena não ordena.

Entretanto, um fenômeno antevisto, há muito, por Giuseppe Chiovenda, é essa interpenetração entre os institutos da família do **civil law** e da família do **commom law**. Assim, é que buscamos hoje a súmula vinculante, que não deixa de ser o precedente judiciário do Direito anglo-saxônico. Desde 26 de abril de 1999, a Inglaterra tem um Código de Processo Civil muito mais complicado do que o nosso. Eles estão buscando as leis, e nós estamos buscando os precedentes judiciais, porque, na realidade, existe uma simbiose do que há de melhor lá com o que há de melhor aqui.

Mas a grande realidade é que, com a reforma do Código de Processo Civil, que passou por esta Casa, – e esta Casa promoveu várias reformas do Código de Processo Civil – em breve, o juiz da condenação será o juiz da execução, porque é absolutamente inconcebível que o juiz, depois de um longo processo de amadurecimento, chegue a uma determinada conclusão e não possa realizar aquilo que é a sua própria decisão. A execução se submete a um outro processo onde, novamente, aquele que foi condenado, e sabe que foi condenado, pode se opor à decisão judicial. Quer dizer, é, realmente, uma postura burocrática.

Agora, observem o paradoxo. Se nós, por um desvio qualquer, em um momento de irreflexão, desobedecermos a um guarda de trânsito, estaremos cometendo um delito de desobediência e poderemos ser presos. As pessoas descumprem as decisões judiciais e não lhes acontece absolutamente nada. Mas é evidente que isso é um quadro que está no limiar da sua modificação.

Essa reforma do Judiciário, que ainda é muito recente, vai trazer elementos que robustecem essa postura judicial necessária de implementação das decisões, porque é por meio de um Judiciário forte que se pode manter a ordem, e por intermédio da ordem se mantêm a vida e a esperança.

O mais importante de tudo isso é ter a consciência de que o direito é sempre algo novo. Ele precisa dessas especulações e modificações. Um velho e justo filósofo afirmava: "Somente o sol, a lua e as estrelas continuam brilhando desde a criação do Universo. O Direito está em constante modificação, porque ele é um instrumento da vida e da esperança."

Acima de tudo, há a poesia de Fernando Pessoa: "Não se pode servir à sua época e a todas as épocas ao mesmo tempo, nem escrever para homens e deuses o mesmo poema."

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A minha profecia se cumpriu.

Em discussão.

Com a palavra, o eminente Senador Romeu Tuma, primeiro orador inscrito.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, ao ouvir, rabisquei aqui algumas coisas que achei importantes.

Às vezes, busca-se algumas respostas no plano espiritual. Meu querido amigo juiz também especificou alguns aspectos importantes. Então, perguntei a mim mesmo como Deus materializa suas decisões espirituais.

Sr. Presidente, V. Ex^a apresentou, para análise, antes da discussão, em respeito ao Senado e a esta Comissão, relatório sobre a reforma do Judiciário. Em seguida, o Senador Pedro Piva fez um relatório dando ênfase à independência do Judiciário e à coragem do juiz para que, em determinadas ocasiões, possa, com firmeza, tomar as decisões, não se submetendo nem a Governo, nem a poder nenhum.

Foram tão esclarecedoras e fortes as expressões usadas pelo Senador Pedro Piva, que vêm decorrentes, tenho certeza, da materialização espiritual da decisão divina.

Há ainda essa exposição brilhante do Dr. Luiz Fux sobre a democratização das Justiças, demonstrando as entranhas legais que dificultam o acesso do menos favorecido à Justiça e as grandes dificuldades em ver satisfeitas as vitórias, depois de uma lida demorada, e alcançar a execução daquilo que buscou durante longo tempo, com sacrifícios, às vezes até financeiros. E o valor da sua decisão não é imediato, como deveria ser.

As desigualdades eu encontrei em toda a minha vida, durante os 50 anos como policial. Faço até um lembrete sobre a exposição do Senador Pedro Piva, Ministro da Justiça o Senador Bernardo Cabral: Sofríamos muito pelos juízes sem rosto na velha Colômbia, quando as máfias predominavam e tinham vinculações governamentais, assassinando os juízes. E, mesmo na Itália, aqueles que se contrapunham a organizações criminosas tinham que estar mascarados para juliciar a respeito de determinados crimes.

E a luta do Senador Bernardo Cabral, quando dirigindo a própria Polícia Federal, é que os juízes nunca no Brasil tivessem que usar máscaras para jul-

gar os grandes criminosos. E nós verificamos, Dr. Fux, com um pouco de amargura, é certo, que criminosos comuns tenham as condenações facilitadas pela própria desinformação e pela falta de uma assessoria jurídica de bons advogados. Os grandes criminosos, principalmente os dos colarinhos brancos, dos desvios do dinheiro público, arrastam por dez, quinze anos qualquer procedimento que facilmente poderiam ser julgados, condenados ou não, mas as dificuldades, as entranhas, as sucessões de recursos trazem essas dificuldades. Acredito eu, nessa reforma, no relatório proposto pelo Senador Bernardo Cabral, alcançaremos, sem dúvida, uma melhora dessa distribuição de justiça que tão bem essa exposição dos três trouxe e que quase nos desclassifica para fazermos qualquer questionamento a V. Ex^a.

Vi aqui rapidamente no Direito e Medicina, que V. Ex^a teve o privilégio de cedê-lo ao nosso Senador Pedro Piva, e estou pedindo emprestado a ele. Senador Bernardo Cabral, o trabalho do Dr. Fux é de uma importância vital para a Comissão que eventualmente estou presidindo, a de Assuntos Sociais. Trata-se da tutela antecipada sobre os planos de saúde em que há uma grande discussão na Comissão sobre alguns aspectos que têm trazido intranquilidade, insegurança àqueles que estão vinculados a planos de saúde. Com as modificações legais e mais as dificuldades de ordem econômica, estão perdendo aquilo que os contratos iniciais dariam como corretos nessa dificuldade. A saúde não é só obrigação do Estado, e V. Ex^a se refere ao preceito constitucional de que ela também faz parte da iniciativa privada.

Vou destacar, tirar cópia para distribuir para os membros da minha Comissão e não estarei, sem dúvida nenhuma, copiando o direito autoral de V. Ex^a. Quero essa autorização de V. Ex^a.

Muito obrigado, parabéns e boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Desembargador Luís Fux.

O SR. LUIZ FUX – Exm^o Sr. Senador Romeu Tuma, permita-me, em primeiro lugar, manifestar o meu regozijo, a minha profunda admiração em poder responder a sua observação, tendo em vista que a minha admiração sempre se voltou em razão da exação com que V. Ex^a exerceu a sua função pública, a sua postura como homem público sempre me emocionou. Devo dizer a V. Ex^a que não será necessária a cópia. Eu talvez tenha cometido a indelicadeza de não distribuir todos os livros para todos os Senadores; não os tinha disponíveis, mas vou fazer chegar a V. Ex^a.

Reitero que este é um grande drama humano, um drama social e um drama para o Judiciário, porque os planos de saúde têm uma estrutura de um contrato coletivo, há colaboração de todos que contribuem, e a vantagem é que todos pagam pouco para que, num dado momento, quando precisam, obtenham aquela satisfação daqueles serviços de qualidade. Muitas liminares são deferidas contrárias às cláusulas e acabam favorecendo um beneficiário, levando à bancarrota o plano, depois os outros não conseguem ter mais a prestação da saúde, e temos que resvalar para o dever de saúde do Estado, com todas essas dificuldades que sabemos que existem.

Terei imenso prazer não só em levar, mas, se V. Ex^a me conceder um pouco do seu tempo, de debater rapidamente para colaborar com a Comissão de que V. Ex^a faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Segundo orador inscrito, Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, para o Rio de Janeiro – e nenhum de nós pode dizer que não tem uma ponta de bairrismo nas suas manifestações – é uma honra e uma glória, para usar a expressão que o Dr. Fux utilizou aqui, ter um Desembargador do seu porte alçado à condição de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. O Desembargador Fux conseguiu no Rio de Janeiro, além de um respeito notável, uma inserção na sociedade como professor, como escritor, que fê-lo desbordar a ação específica e exclusiva da Justiça, razão pela qual senti na cidade e também no Estado um regozijo geral, o que nem sempre acontece nesses casos, como todos nós estamos acostumados a ver.

A sua chegada ao Superior Tribunal dá-se exatamente – e ele aludiu a isso na sua fala – no momento em que se ultimam as medidas referentes à reforma judiciária. E isso é auspicioso, até porque ele chega muito jovem e, em chegando muito jovem, acredito que tenha o tempo à disposição e a energia necessária para ajudar a implementação desse ideal da Justiça, que é atingir de modo absolutamente equânime, e dentro da isonomia por ele citada, todas as classes sociais com igual valência, com igual perfeição.

Eu gostaria de aduzir, Desembargador, um ponto que é exógeno à Justiça. Não pertence a ela como instituição no seu funcionamento, funcionamento esse para o qual V. Ex^a fez inúmeras e importantíssimas sugestões aqui.

Creio que a Justiça brasileira padece – ela também – de um mal muito pouco diagnosticado devida-

mente, que é a falência do poder público no Brasil. O poder público no Brasil está falido há mais de 20 anos. O grande problema brasileiro já não é mais a instituição, já não é mais propriamente a sociedade, nem é a economia: o grande problema brasileiro é o Estado.

Ao longo do tempo, acumulou-se, no Estado brasileiro, uma sucessão de pesos, diante dos quais ele soçobrou. E quando um Estado, ou o poder público, vai à falência, ele não fecha; ele continua. E essa falência traduz-se numa só palavra: dívida. É o endividamento a causa de uma série de limitações de investimento, nos momentos de orçamento, nos setores essenciais da vida brasileira.

Raramente se enfrentou – a meu juízo – a crise do Estado no Brasil como nos últimos anos. Foi detectada a falência. O Governo assumiu a postura da impopularidade, no sentido de se obter um ajuste fiscal, uma reforma administrativa, um rigor absoluto e, graças a isso, de alguma maneira, nós, que não estamos no céu, deixamos de ficar no inferno da inflação e de uma desvalorização permanente.

Porém, a causa de reforma do Estado no Brasil é demorada; vai exigir ainda muitos anos de esforço, de severidade, de ajustes fiscais, de reformas, como as que estão sendo implementadas. Tudo isso está apenas no começo. É a mesma que atinge a saúde, a educação e vários outros setores da vida brasileira.

Diante disso, a Justiça é atingida também. Uma das causas – a meu juízo – maiores do retardamento da Justiça, além dos processos endógenos, aos quais V. Ex^a aludiu, é o fato de que o investimento público na Justiça está muito aquém do que é necessário para o volume brutal de matéria que chega à Justiça.

E aí dá-se um ponto muito curioso na vida brasileira: o verdadeiro fiel de uma democracia é a Justiça. O verdadeiro fiel das relações entre o Estado e o cidadão é a Justiça. E, no entanto, observe V. Ex^a o que ocorre: quando alguma comunidade tem alguma reivindicação, ela vai ou para o Poder Legislativo solicitar apoio; ou para o Poder Executivo, diretamente, que nem sempre, ou quase nunca, pode resolver a questão; ou para a mídia. Hoje em dia, no sentido de receber demandas da sociedade, as mais das quais justas, a mídia se ombréia e é constante nos programas de rádio e de televisão apelos, ameaças etc. E muitas vezes até a mídia obtém resultados que o Poder Legislativo não obtém. Quantos desses casos teriam solução imediata, se contássemos com a Justiça, ou com uma Justiça suficientemente rápida, veloz e organizada. E não tributo essas dificuldades à maioria dos juízes e àqueles que são titulares do Poder Judiciário. Tributo à dificuldade que ela tem de se expan-

dir para embarcar num nível necessário, num País com 160 milhões de habitantes, com distâncias enormes, a quantidade de demandas surgidas de uma formidável expansão econômica surpreendentes para um País até então de terceiro mundo, expansão de natureza econômica também geradora de muitos problemas.

Isso sem falar na Justiça Criminal. O Brasil detém um dos mais trágicos recordes do mundo, ele que gosta de alguns campeonatos mundiais. O Brasil tem uma média de 48 mil homicídios/ano. Mata-se por homicídio no Brasil muito mais do que as guerras que hoje estão aí a nos espantar, aturdir e encher de medo, de terror, de sentimento, de dor. Só que essa guerra se faz disfarçada. Morre um aqui, 16 no fim de semana em São Paulo, 12 no fim de semana do Rio de Janeiro, dez em Belo Horizonte. Os cadáveres não são empilhados um ao lado do outro, então nem se fala na Justiça Criminal e na instituição da polícia e do Ministério Público nessa articulação que existe para a defesa da sociedade nesse campo.

Por isso, ao saudar V. Ex^a, gostaria de deixar também essas palavras. Creio que não apenas tem que ser endógena a reforma da Justiça – e V. Ex^a por certo será um arauto dessa reforma –, mas é preciso também que nós, homens públicos, parlamentares, tenhamos plena consciência do quanto e de como é difícil enfrentar, o que aliás está a ser feito, a crise do Estado no Brasil, porque é na crise do Estado, é na falta de recursos para investimento no orçamento, em função de apertos que não são deste ou de qualquer governo, mas ancestrais na vida brasileira, que se acumularam ao longo dos últimos 40 anos, aumentando terrivelmente... Isso porque quando é criticado não se orienta a crítica para o Estado e sim para o governante, que, de certa maneira, é a vítima e o alvo de males que são do Estado brasileiro.

Justamente nessa cortina de fumaça que se impõe por razões meramente eleitorais acabam os governantes malditos e malvistos e o Estado e a verdadeira causa da crise ficam evidentemente no desconhecimento público. Ela atinge também a Justiça e eu gostaria de destacar esse fato, de ouvir a sua opinião a respeito, evidentemente, ao mesmo tempo em que o saúdo não apenas como representante do Rio de Janeiro, extremamente feliz com a investidura de V. Ex^a, mas também como Senador da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Dr. Fux.

O SR. LUIZ FUX – Exmº Senador Artur da Távola, eu o admiro não só pela nossa naturalidade comum, pela origem no nosso Estado do Rio de Janeiro, mas acima de tudo pela sua cultura enciclopédica. À luz exatamente dessa sua visão multidisciplinar V. Exª coloca um problema que transcende muitíssimo a tudo quanto eu aqui disse sobre a reforma de dentro para fora do Poder Judiciário.

Recentemente, num debate num curso de pós-graduação com alunos dedicados a esses temas mais transcendentes, foi suscitada exatamente essa questão da interveniência do Poder Judiciário, às vezes até para fazer cumprir metas propostas pelo Estado brasileiro que não estão definidas como o direito de uma pessoa contra a outra, mas é uma expectativa de toda a sociedade. Que tipo de normatividade suficiente teria a Constituição Federal quando o Estado promete metas para serem alcançadas? Que tipo de normatividade essas regras constitucionais apresentam? Há sempre a questão de categorizá-las como programáticas, que não podem ser realizadas a não ser com o advento da lei, e nós sabemos que no regime democrático o advento de uma lei, esmiuçando situações peculiares, não é ágil, assim como também não é ágil uma decisão judicial.

Então, em primeiro lugar, impõe-se uma reestruturação até ideológica do Estado brasileiro, com a participação, evidentemente, do Poder Judiciário. O Poder Judiciário foi feito só para julgar. O Poder Judiciário é Poder, e todo poder emana do povo e em seu nome é exercido, inclusive o Poder Judiciário.

Temos que colaborar com essa reestruturação, e é exatamente das luzes lançadas por V. Exª que nascem essas idéias que nos vão permitir, sem aquele acanhamento natural do juiz, co-participar de Comissões e de trabalhos que possam aperfeiçoar as instituições do nosso País.

Muito obrigado pelas suas palavras carinhosas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, evidentemente, valho-me de uma obrigatoriedade constitucional e, ao mesmo tempo, de uma convicção de um Presidente da República que deseja, obviamente, que o Poder Judiciário se projete, cada vez mais, na habilidade de julgar com rapidez, sem preocupações acadêmicas, deixando

para trás os antigos tempos das velhas, longas, poderosas e, às vezes, tenebrosas sentenças, mas que permitiam, na avaliação desses documentos, dessas sentenças, dessas decisões, a promoção de magistrados para os Tribunais Superiores do País.

O Brasil mudou e muda cada vez mais. O timbre da nossa vida é a mudança, e essa mudança precisa ser feita, efetivamente, a partir do Judiciário. Isso espanta qualquer brasileiro.

V. Exª está falando com um bacharel mineiro, formado na velha Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, companheiro de Pedro Aleixo, de Milton Campos e de juristas eminentes, e, naturalmente, compreende que a missão que V. Exª recebe, tanto mais por se jovem, será longa e deverá ser produtiva.

Confesso a V. Exª que é polêmico e bastante preocupante o momento em que V. Exª chega ao Judiciário, primeiramente porque chega no momento em que estamos dando um passo decisivo para a reforma do Poder Judiciário.

Percorri uma carreira na vida política, desde a Faculdade de Direito, desde a Une, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, desde a Advocacia, desde o Magistério, desde o Governo do Estado, conservando-me até hoje – e hei de prosseguir assim – sem jamais dar uma palavra ao magistrado para pedir-lhe sequer rapidez numa decisão, no pressuposto de que um juiz, um magistrado, é quase um mito e, por ser mito, precisa ser verdadeiro, precisa falar a verdade. Um magistrado não pode ser um cidadão procurado a todo instante para conversar sobre essa ou aquela hipótese, no pressuposto de que está exercendo uma missão considerada política ou não.

Os que consideram a função de V. Exª uma função política geralmente acham que a solução política é aquela que passa por cima da verdade, por cima das barrancas, e que, afinal, promove a oportunidade de uma decisão para atender alguém. Quando, em verdade, a decisão política no seu sentido puro, britânico, consensual é aquela que é verdadeira. Quando a solução é política é porque é exata, é verdadeira. Para isso é que eu convocaria a participação de V. Exª na restauração do sentido da expressão política, porque ela se denegriu, está se envolvendo em ardores, em artimanhas. Tudo que não é decidido de uma forma exemplar é porque se recorreu a uma via política, no pressuposto de que a via política é uma via satânica, demoníaca.

Quero, portanto, que V. Exª seja um julgador audaz, competente, dos velhos tempos de Orozimbo Nonato e Nelson Hungria, que decidiam bem, rapida-

mente, contextualmente, e assim chegavam aos tribunais superiores de justiça.

Eu queria revelar a V. Ex^a que, por uma ou duas vezes, o Ministro Leitão de Abreu, conversando comigo aqui, em Brasília, disse-me que o meu destino era efetivamente o de ocupar um tribunal superior de justiça. E eu lhe repeti algumas vezes, referindo-me à ilha dos ministros, que eu não me transformaria numa ilha para dedicar-me exclusivamente a uma função quase que mobilista, até porque o meu primeiro emprego na minha bela Belo Horizonte foi exatamente o de escrevente juramentado, batendo máquina e aprendendo mais do Código Penal e do Código de Processo Penal do que nos tempos de hoje.

Pois bem, felicito a escolha do seu nome. Carioca, do Rio de Janeiro, e mineiro também, pois separado apenas pelas montanhas, efetivamente tem o dever de trazer uma contribuição nova pelo seu porte, pela sua experiência e pelo fato de não ser uma pessoa para aposentar-se logo mais, mas para aposentar-se no infinito, porque o tempo de V. Ex^a vai ser infinito na vida judiciária do Brasil.

Que seja feliz!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Dr. Luiz Fux.

O SR. LUIZ FUX – Eminentíssimo Senador Francélino Pereira, tenho admiração não só pelo pendor político que V. Ex^a de há muito demonstra, mas, acima de tudo, pela consistência da sua formação jurídica. Direito, às vezes, não é algo que se sabe, é algo que se sente, nasce com a pessoa. Estou de acordo com aqueles que anteviam V. Ex^a no exercício de judicatura dos tribunais superiores. Mas também temos uma origem em comum. Conheço a vida do técnico juramentado, ainda na época do processo costurado, porque comecei a trabalhar com 14 anos no velho Foro do Rio de Janeiro, quando ainda não havia o prédio novo. As petições eram encaminhadas ali no guichê e depois redistribuídas em outras Varas. Até nem sei se é trivial contar alguma coisa um pouco mais leve, mas vou me permitir, porque é ético o que vou falar. Trabalhei numa época em que o Foro do Rio de Janeiro era tão comprimido, eram tantas Varas num mesmo prédio tão diminuto que os juízes naquelas salas eram verdadeiras ilhas num mar de altos. A Vara de Falência ficava ao lado da Vara Criminal e da Vara Cível, e os advogados, naquele prédio pequeno, tendo que distribuir rapidamente as suas petições. Certa feita, um advogado entrou no juízo equivocado – porque era uma porta para outra –, e, quando ele

distribuiu a petição, o juiz se disse incompetente. A causa era complexa, e o advogado, então, imaginando que tivesse ingressado no juízo certo, começou a fazer uma defesa da competência técnica do juiz como se esse tivesse se afirmado incompetente em função daquele volume de autos para julgar uma causa tão difícil.

Então, conheço esse início de vida e foi assim que forjei a minha formação e o meu apeço por essa instituição a quem consagro a minha vida até hoje.

Anotei algumas belas passagens de V. Ex^a sobre o juiz que conversa ou não com a parte, sobre a celeridade, sobre a tarefa política dos magistrados. A jurisdição é, essencialmente, uma função popular; e, no meu modo de ver, o juiz exerce uma parcela do poder político, mas evidentemente que não leva a sua ideologia política para as suas decisões. O juiz tem que plasmar com a sua decisão aquilo que é a expectativa do povo que o colocou no exercício da função. Tenho mesmo que o juiz mantém um relativo compromisso com a opinião pública.

Certa feita, no meu Estado, no afã de manter a sua independência isolada, um juiz deferiu uma medida que acabou gerando uma verdadeira comoção social, um distúrbio na Avenida Rio Branco, com ônibus revirados. Mas o fizera, segundo a sua versão, mantendo a sua independência jurídica. A independência jurídica do magistrado deve ser exercida **pro populo** e não em favor da sua vaidade pessoal.

E o juiz tem que ser um homem do povo, tem que conversar com as pessoas, tem que conhecer o rosto da rua e tem que ter cultura de jornal que, às vezes, é mais importante do que a cultura haurida de livros que vem de alhures, doutrinas estrangeiras que servem muito bem para outros países, mas não servem para nós. Nós temos a nossa necessidade, temos a nossa carência.

Então, prometo a V. Ex^a – que já me concedeu um título mineiro – no exercício da minha profissão não só manter a minha carioquice, mas também seguir as linhas de tantos mestres mineiros da minha admiração, como os que V. Ex^a acaba de mencionar.

Muito obrigado pela sua saudação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a discussão.

Quero comunicar aos Senadores que ainda não votaram que as cédulas se encontram sobre a mesa, e poderão fazê-lo para que possamos proceder à apuração da votação.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Artur da Távola, antes da sua retirada, eu queria contraditá-lo, dizendo que V. Ex^a sente-se honrado de ter um juiz da sua terra. Então, eu queria dizer que é da minha terra também, pois sou um cidadão fluminense. E, além do mais, o Rio de Janeiro continua a terra e a capital de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerrada, então, a discussão, vamos aguardar os Senadores que ainda não procederam à votação, para que possamos apurá-la.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, gostaria de solicitar inversão de pauta para o item 10.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto a proposta de V. Ex^a ao Plenário.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Assim, o item 10 passa a ser o terceiro item da pauta.

Todos já votaram?

Esta Presidência cumprimenta o Dr. Luiz Fux pela exposição feita.

Convido os Senadores Pedro Piva e Francelino Pereira para procederem à apuração dos votos para que possamos anunciar o resultado da votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Senador Osmar Dias, posso pedir uma inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Trata-se do item 13, cuja Relatora é a Senadora Maria do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se o Plenário concordar, será o quarto item da pauta.

Estamos então com a seguinte sequência: o item 2, extraordinário, e será relatado pelo Senador Romero Jucá; o item 3 da pauta será por mim relatado; o item 10 também será relatado por mim; o item 13, a pedido do Senador Lúcio Alcântara.

O item 3 da pauta é a PEC da Deputada Jandira Feghali.

Vou anunciar o resultado da votação: 15 votos a favor; nenhum contra. Portanto, foi aprovado, por unanimidade, o nome do Dr. Luiz Fux (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência ainda vai conceder a palavra ao Ministro Luiz Fux para que ele possa fazer a sua despedida.

Srs. Senadores, a aprovação unânime do nome do Desembargador Fux, que está para ser aprovado também para Ministro do Superior Tribunal de Justiça, não só traduz, como confirma, o talento que tanto a Presidência quanto o Relator já haviam registrado.

Antes, porém, presto – peço permissão à Comissão de Constituição e Justiça para fazê-lo – uma homenagem àquela pessoa a quem o Dr. Luiz Fux tudo deve – o seu pai, Mendel Fux, que aqui se encontra. Numa bela coincidência, ele se vê aprovado em uma arguição em que está presente o seu pai e seu filho, Rodrigo Fux. Acho que isso traduz, para o cidadão que fez da sua vida pública uma linha reta, sem contorcionismo nenhum, o aplauso final que poderia receber. A Presidência pede que seja registrada em ata a presença do Dr. Mendel Fux e do Dr. Rodrigo Fux, como pai e filho. Um, o herói dessa empreitada e o outro, co-responsável de ter o pai não só como modelo, mas como exemplo na vida pública. Dou a palavra final ao Desembargador Luiz Fux.

O SR. LUIZ FUX – Sr. Presidente, Exm^{os}. Srs. Senadores, sempre lutei, na minha vida, com muita perseverança pelos meus sonhos. É que sempre acreditei que o sonho da Justiça fosse o sonho mais formoso de toda a humanidade e sempre sonhei com este momento e sempre acreditei que os sonhos não inventam e **Deus** hoje me deu este momento supremo, que devo honrar até o ocaso da minha vida.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Suspendo a sessão por três minutos para os cumprimentos. A seguir, retornaremos com a emenda extrapauta que o Plenário aprovou. (Pausa.)

(Suspensa a reunião às 12h15min e reaberta às 12h20min.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Estão reabertos os trabalhos.

Vou colocar em discussão e votação a matéria extrapauta, compromisso assumido ontem, no plenário do Senado Federal, que dispõe sobre os vencimentos dos servidores que menciona, das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação e dá outras providências.

Dou a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator designado por esta presidência.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa matéria é extrema-

mente importante, tramitou inclusive em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, exatamente pela peculiaridade de atender a um dos anseios importantes dos grevistas das universidades federais e escolas técnicas.

Trata-se de uma proposição de iniciativa do Presidente da República, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto que consolida acordo firmado entre o Governo Federal e os servidores das instituições federais de ensino.

Conforme exposição de motivos do Ministro Paulo Renato, Ministro da Educação, os cargos da carreira técnico-administrativa das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério de Educação foram reestruturados pela Medida Provisória 2.150, com o objetivo de introduzir um componente remuneratório relacionado ao desempenho individual, denominado GDAE – Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional –, além de tornar a remuneração mais adequada ao nível de responsabilidade atribuída a cada servidor.

A seguir, os Ministros informam que, em face do acordo firmado com a categoria que se encontrava em greve, decidiu-se pela incorporação dos valores da GDAE aos vencimentos básicos desses servidores, incorporação essa extensiva às aposentadorias e pensões. Desse modo, a gratificação GDAE é extinta a partir de 1º de janeiro de 2002 e incorporada à nova tabela de vencimentos da categoria, que se encontra anexa ao Projeto que ora trata desta matéria.

A despesa anual decorrente da aplicação do disposto nesta lei, segunda informa o Ministério da Fazenda e Orçamento, será de algo em torno de R\$463 milhões e já se encontra em parte prevista no Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício de 2002. A previsão original é de R\$255 milhões, o que impõe um adicional de R\$207 milhões, recursos que se pressupõem serão retirados da reserva de contingência proposta para o próximo ano, estimada em R\$1,8 bilhão. Tal decisão preserva as metas de superávit primário do Governo Federal para o ano vindouro.

A proposição foi apreciada em caráter de urgência pela Câmara dos Deputados.

As exigências constitucionais pertinentes à cobertura legal para o aumento de despesas estão cumpridas mediante entendimento que se destina a custear gastos decorrentes da aprovação do Projeto, tanto recursos já constando do Projeto de Lei Orçamentária em tramitação, quanto no remanejamento de parte do recurso previsto na reserva de contingência.

Quanto ao mérito da proposição, importa assinalar que se trata de medida legal destinada a dar forma ao entendimento firmado entre o Governo Federal e os servidores públicos a que se refere e que se encontram em greve.

Portanto, o nosso parecer é pela aprovação do projeto que definitivamente agrega aos servidores das universidades um ganho importante na sua estrutura remuneratória.

O parecer é favorável, e peço a aprovação de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Extrapauta nº 3:

Proposta de Emenda à Constituição que dá nova redação à alínea “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.

Com a palavra, o eminente Relator Osmar Dias, Relator da matéria.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, temos aqui a presença da Deputada Jandira Feghali, autora da Proposta de Emenda à Constituição que dá nova redação à alínea “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.

De acordo com o dispositivo atual, somente aos profissionais de saúde, médicos civis, é permitida a acumulação de cargos em empregos públicos. O que a Deputada Jandira Feghali está propondo é assegurar o exercício cumulativo na administração pública, direta e indireta, de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. E aí nós estamos falando de diversas categorias, como enfermeiros, psicólogos, odontólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, biólogos, bioquímicos, farmacêuticos, veterinários, engenheiros sanitaristas, nutricionistas etc.

A proposta, portanto, é para haver direito igual para esses profissionais.

Sr. Presidente, o meu voto, em face do exposto, é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2001, por considerá-la, conforme a ordem jurídico-constitucional e no mérito, justa e oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de colocar em discussão a matéria, eu quero chamar

a atenção dos eminentes Srs. Senadores porque, na Câmara dos Deputados, as Lideranças, de forma unânime, deram o voto “sim” pela aprovação, conforme documento que se encontra nas mãos desta Presidência. Portanto, o assunto mereceu, por parte do Governo, na Câmara dos Deputados, o voto “sim” por meio do Líder Arnaldo Madeira.

A Presidência quer ouvir a manifestação do Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria registrar a oportunidade do projeto – os médicos já tinham a possibilidade de vínculo duplo –, que estende aos outros profissionais de saúde esse direito, e isso dará uma condição de mobilidade a Municípios, a Estados e ao próprio Governo Federal de atuar melhor na área da saúde.

Esta PEC possibilita o contrato duplo, mas não está, imediatamente, gerando despesas, porque, na verdade, a geração da despesa dependerá da contratação do concurso público, enfim, dos desdobramentos que cada Município, que cada Unidade da Federação dará no tratamento da questão.

Portanto, pela Liderança do Governo, encaminho favoravelmente o projeto, pois entendemos que se trata de um projeto importante para a saúde pública do País.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o eminente Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, não seria nem para discutir; seria mais para fazer uma declaração de voto e para render as minhas homenagens ao belíssimo trabalho apresentado pela eminente Deputada Jandira Feghali, que vem ao encontro dos anseios da população brasileira e de um segmento de profissionais que viam o seu trabalho sendo constrangido por essa lacuna legal.

Rendo também as minhas homenagens ao eminente Senador Osmar Dias pelo relatório apresentado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, o meu voto é favorável. A Deputada Jandira Feghali diz que há sete anos vem cuidando desta Proposta de Emenda Constitucional. Apesar de ser da área médi-

ca, tenho uma dúvida, que gostaria de esclarecer, e também um comentário a fazer.

Minha dúvida é: fala-se em “cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde regulamentados”. Não sei se existe alguma lei ou alguma coisa que diz quem são os profissionais de saúde. É certo que isso está definido em lei?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Então, estou satisfeito.

A observação é que esta emenda constitucional, a meu ver, não pode resolver situações vigentes, quer dizer, de quem está prestando serviços, porque a admissão no serviço público só pode ser por concurso. Então, ela apenas está abrindo a possibilidade de o profissional da saúde ter a acumulação. Porque isso pode ser interpretado como algo para convalidar situações que existam e que, realmente, não podem ser atendidas, socorridas, sob o meu ponto de vista. Mas o nosso Presidente, que é o grande hermenêuta, pode dizer se isso que estou dizendo é verdade ou não.

Mas o meu voto é favorável; estou de acordo. A emenda é oportuna, cabível e conveniente. Deputada Jandira Feghali, receba aqui a minha homenagem, porque V. Exª foi a grande guerreira dessa luta.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, para debater.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Há uma lista de oradores: Senador Romeu Tuma, Senador Pedro Piva, Senador Sebastião Rocha.

A Presidência vai seguir a lista de oradores.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, serei breve.

O Senador Lúcio Alcântara tem razão nesse aspecto, porque há vários processos em andamento por acúmulo indevido de cargo. Mas penso que a Deputada Jandira Feghali fez uma emenda constitucional que exige concurso público para o acúmulo. Ela não convalida aqueles que teriam um acúmulo irregular.

S. Exª nos mostrou quase todos os conselhos vinculados à área de saúde apoiando o projeto que apresenta. E o Senador Osmar Dias captou com eficácia a idéia do projeto.

Então, penso que é uma aprovação que deve ser unânime.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o eminente Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, apenas para encaminhar a votação pela Bancada do PSDB,

pela Liderança, que apóia inteiramente o projeto. Encaminhamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Sebastião Rocha. A seguir, o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, louvo a iniciativa e a luta da Deputada Jandira Feghali em defesa desta emenda constitucional. Ela se justifica plenamente.

Sou profissional de saúde, já sou beneficiado, e não estou aqui atuando em interesse próprio – ao médico já é conferido esse direito. É justo estender aos demais profissionais da área da saúde a mesma prerrogativa que é dada aos médicos, de terem dois vínculos de trabalho.

Entendo que é importante em função de que é necessário que os Estados e Municípios possam ter maior flexibilidade para organizar os seus serviços. E, para o servidor da área da saúde, esse é, de fato, esforço muito grande no que diz respeito às atividades que exercem, principalmente quem trabalha na área hospitalar, de cumprir oito horas diárias ou quarenta horas semanais, conforme está hoje previsto na legislação.

Essa emenda vem ao encontro de uma outra no mesmo sentido, que estamos já debatendo no plenário do Senado. Não sei qual será a providência adotada para dirimir a questão, porque trata-se de uma emenda de autoria do Deputado Nicias Ribeiro, do Pará, que estabelece a possibilidade de duplo vínculo trabalhista para os profissionais cirurgiões-dentistas.

Essa emenda – como disse – já está em debate no Senado e teve sua votação adiada em várias ocasiões. Não sei qual será o procedimento que iremos adotar, porque, na verdade, a emenda da Deputada Jandira Feghali inclui a outra emenda. Não sei como vamos fazer, porque as duas propostas vieram da Câmara, tanto a do Deputado Nicias Ribeiro, que já foi aprovada pela Câmara, assim como a da Deputada Jandira Feghali. A do Deputado Nicias prevê o duplo vínculo apenas para os cirurgiões-dentistas, já a Deputada Jandira alcança todos os profissionais da área da saúde.

Gostaria, inclusive, que a Presidência da Comissão, Senador Bernardo Cabral, nos ajudasse a resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A emenda da Deputada Jandira Feghali tem mais abrangência. De modo, levaremos em conta a aprovação da emenda da Deputada Jandira Feghali, e serão prejudicadas as demais.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – É que a outra já foi aprovada na Comissão e está em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Será prejudicada no Plenário.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Esse é um problema processual que vamos ter de resolver.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – E também regimental que o Plenário resolverá.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Meu voto, portanto, é favorável, com mérito à Deputada Jandira Feghali.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Junior e, a seguir, ao Senador Roberto Freire.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR – Queria, também, saudar...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha.) – Por favor, peço silêncio.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR – Queria, também, saudar o projeto da Deputada Jandira Feghali. Acho-o muito justo. O projeto regulamenta um assunto importante, ressalva as questões de concurso público e admissão ao serviço público. Também gostaria de me manifestar favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, vou-me manifestar contrariamente à matéria e, para isso, preciso expor alguns argumentos.

Esse meu posicionamento, inclusive, tem criado alguma celeuma junto a alguns profissionais da área de saúde, em face de uma tentativa que quis fazer – tentei desde a Constituinte. Recuei naquela oportunidade, mas gostaria agora de discutir a questão da acumulação de cargos. No caso dos professores, por exemplo, há justifica-se da seguinte forma: muitas vezes é importante para a atividade acadêmica do ensino que se mantenha a atividade profissional. Portanto, a acumulação seria algo que traria benefícios para a própria função do professor.

No caso dos médicos, defendia-se a acumulação com o argumento de que tínhamos vários sistemas de saúde e poucos médicos no Brasil. Dentro da definição da Organização Mundial de Saúde, não tínhamos o número suficiente de médicos para que houvesse uma relação adequada com a população a ser atendida. Os sistemas de saúde e o número de médicos justificaram a acumulação.

Quero dizer que nenhum desses argumentos existem hoje. O número de médicos que o Brasil tem está de acordo com os índices preconizados pela

Organização Mundial de Saúde, é compatível com nossa população e ainda temos um Sistema Único de Saúde. Mais do que isso: a idéia é de total prevalência do serviço público na área da saúde.

Algumas medidas, inclusive adotadas pelo Sistema Único de Saúde, tendem à socialização desse setor. Mesmo os países que adotaram políticas neoliberais não tiveram condições de provocar retrocessos nesse avanço que foi o processo de socialização da saúde, no atendimento à população na área da saúde. O que é que se poderia argumentar – e essa questão levantei na tentativa de uma emenda – que não prosperou porque não tivemos o número suficiente de assinaturas, é de que essa duplicidade que o médico hoje tem deveria ser encerrada, sem prejuízo de questões básicas, como por exemplo, a questão da remuneração. Incorpora-se a remuneração, mas ele, dentro da jornada de trabalho, escolhe, faz a opção por um lugar apenas. Sem prejuízo da sua remuneração, você viabiliza melhor o trabalho do profissional e evidentemente atende àquilo que me parece preocupante porque vem no rastro da acumulação um projeto como esse. E no rastro dessa acumulação por que não outras profissões, porque algumas já começam a falar. Eu não sei se vamos ter um serviço público com acumulação de cargos. Se discuto reforma administrativa, tenho que discutir boa remuneração, condições de trabalho, mas evidentemente não usar o que foi utilizado por uma deficiência que existia na questão do médico e por uma estrutura equivocada de vários sistemas na área da saúde.

Estou mencionando tudo isso porque precisamos discutir que tipo de sistema de saúde no Sistema Único de Saúde precisamos ter. Eu, por exemplo, sou favorável a que no setor público os profissionais da área da saúde tenham dedicação exclusiva, tempo integral, boa remuneração e dignidade no trabalho. E não sei se chegarei a isso com mecanismos como esse. Apenas estou aqui ponderando e sei da dificuldade porque render homenagem a certos corporativismos pode ser muito importante para alguém pensar que vai ter o respaldo da sociedade. Não é bem assim, é importante dizer, inclusive, para as corporações que isso não lhe ajuda, porque se sabe, por exemplo, que um médico, pela indignidade do salário, se submete muitas vezes a situações profundamente constrangedoras, de sair de uma região para outra, na tentativa de atender, quando, com essas mudanças perde-se tempo. Em algumas grandes cidades é inadmissível essa modificação. Sabemos como esse fato é grave para os professores, imaginem isso voltado para a área médica, onde o profissional tem que

ter a tranquilidade para bem cuidar da saúde do cidadão.

Quero dizer que tínhamos que estar discutindo a questão da saúde do ponto de vista institucional. Que sistema único de saúde queremos na relação com os profissionais? Se há uma única fonte pagadora de um sistema único mesmo, distribuído pelos vários níveis de competência, por que não ter apenas uma vinculação, por que não ter apenas um local de trabalho onde a jornada que o médico tem ou que o profissional da saúde tem, de acordo com o seu esquema, ele exerce em um único lugar? Então, o problema da remuneração evidentemente tem que ser discutido, até porque o que se ganha hoje nessa dupla jornada evidentemente não é compatível com a função e a importância que significa a área da saúde para a cidadania brasileira. Garanta-se, e é isso que quero discutir, ao médico que tenha essa acumulação a remuneração que tem hoje e faça do Sistema Único de Saúde, no Município, aquilo que é o fundamental, ou seja, que se vincule a um único local de trabalho. Dessa forma, haverá melhor rendimento de trabalho, maior respeito e melhor atendimento para o cidadão que procura os postos e os hospitais da área de saúde. É isso que precisa ser debatido e é o que eu gostaria de ponderar. Se chegarmos ao Poder em 2002, vamos ter que enfrentar esse problema do serviço público, será necessário fazer uma reforma administrativa do setor público de saúde, a fim de garantir atendimento fundamental dos profissionais de saúde à população brasileira, com prevalência e prioridade total ao serviço público, até na perspectiva que é nossa, num processo de socialização da medicina no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua em discussão. (Pausa.)

Antes de o Senador Francelino Pereira fazer uso da palavra, eu gostaria de prestar uma homenagem à Deputada Jandira Feghall, que aqui se encontra e não poderá manifestar-se em face do Regimento.

Há sete anos este projeto tramitou na Câmara dos Deputados e, apenas em 15 dias, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já está votando esta matéria, o que demonstra que o Senador Osmar Dias, designado Relator, e os senhores que aqui se encontram estão levando a sério o trabalho da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo que cumprimento a todos.

Com a palavra, o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, este tipo de projeto de acumulação, vez por outra, chega a esta Casa que tende a aprová-lo, no pressu-

posto de que os tempos são semelhantes às épocas passadas. Conseqüentemente, não se examina sob a ótica do presente, de forma objetiva e concreta.

Entretanto, a presença nesta Casa de Parlamentares é também um fator de influência tanto mais quando se trata de uma figura pública expressiva nacional, sobretudo porque reside no Rio de Janeiro, a capital do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Francelino Pereira, a fim de que V. Exª possa olhar de frente a quem está prestando homenagem, convidado a Deputada Jandira Feghali a sentar-se à direita da Presidência.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – V. Exª o faz com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A fim de que V. Exª renda preito à nossa Colega, que, por sinal, também é médica.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Confesso a V. Exª que já cumprimentei a Deputada Jandira Feghali pelo seu porte, pela sua capacidade de trabalho, pela sua permanência na vida pública num Estado de uma sociedade aberta, comunicativa, cujos representantes têm o dever de ficar atentos às questões. E quando a Deputada vem ao Senado Federal acompanhar um projeto dessa natureza é porque tem consciência de que, efetivamente, responde, pelo menos, aos limites da cidade maravilhosa do Rio de Janeiro.

Confesso que sempre que vem a esta Casa um projeto desta natureza, tenho as minhas preocupações. Um Brasil de 170 milhões de habitantes, um Brasil que é a 74ª Nação em indicadores sociais humanos, um País altamente injusto, pobre, com distribuição de renda sinistra – mais do que perversa, é sinistra. E essa condição do Rio de Janeiro é mais do que dramática, é infernal, porque é mistura completa de morro, de bairro, de favela, de asfalto, da Rocinha, em todo lugar.

Quando surge um projeto dessa estirpe, ficamos imaginando quantos e quantos odontólogos do Brasil, inclusive do meu Estado – dizem que o mundo é grande, mas Minas é muito mais!

Quantos odontólogos há em Minas Gerais à procura de emprego porque o consultório não propicia remuneração para prover o caderno do dia-a-dia!

Então, essa idéia de acumulação é importante porque consolida aqueles que efetivamente chegam à consolidação salarial, mas, ao mesmo tempo, retira a oportunidade de outros cidadãos das diversas classes sociais que estão aqui de chegarem a esse ponto.

Fico preocupado porque o relator da matéria é o Senador Osmar Dias. Portanto desejo sorte, muita sorte a V. Exª, que é competente e honrado, como todos nós aqui, mas ele tem um it a mais.

Transmito as minhas preocupações, que se aproximam mais ou menos das preocupações do Senador Roberto Freire, homem competente e que decide livremente de acordo com sua consciência. Quando ele fala nesta Casa todos se calam para ouvi-lo.

Assim, fico preocupado com um projeto desta natureza, sobretudo quando conduzido pelas mãos de V. Exª e é apoiado pela palavra lúcida e clara do Senador Osmar Dias. Mas confesso que julgo ser necessário pensar um pouco mais sobre isso. E pergunto: todo o pessoal da saúde vai poder acumular? Vai melhorar seu salário? E aquele que não chega lá vai viver pior ainda?

Sr. Presidente, ela pode falar?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não. O Regimento não permite. Infelizmente, não.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, não voto a favor do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, contra os votos dos Srs. Senadores Roberto Freire e Francelino Pereira.

Meus cumprimentos à Deputada Jandira Feghali.

Item 8 da pauta.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, eu consultaria V. Exª sobre a possibilidade de dar preferência ao item 16, se houver anuência dos demais membros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Mesa esclarece a V. Exª que foram votadas as seguintes preferências:

Itens 8, 10, 13 e 17 da pauta, e a agora V. Exª pede preferência para o item 16.

Tão logo sejam votadas as preferências e levadas a efeito, a solicitação de V. Exª será devidamente organizada e o item 16 será posto em discussão.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Agradeço, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Item 8. É relatora a Srª Senadora Maria do Carmo Alves e autor, o Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores.

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a fim de instituir um fundo para a revitalização ambiental e o desenvolvimento sustentável da bacia do rio São Francisco.

Pediu vista da matéria o eminente Senador Romero Jucá, no dia 24 de outubro, o que lhe foi concedida.

Pergunto ao eminente Senador Romero Jucá se quer usar da palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento a respeito da matéria. Realmente pedi vista dessa emenda constitucional e estamos discutindo, no âmbito do Governo, uma forma de tentar aprová-la.

Considero importante a revitalização do rio São Francisco e queremos ter efetivamente uma legislação que o proteja. Entretanto, como havia posições divergentes dentro do Governo, eu solicitaria à Senadora Maria do Carmo e ao Senador Antonio Carlos Valadares que nos dessem mais uma semana para tentarmos negociar dentro do Governo e trazermos uma posição que possibilite a aprovação da PEC conforme o objetivo do autor e também da relatora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ouço a eminente relatora. Regimentalmente não temos outro caminho senão a concordância ou discordância.

Concedo a palavra à eminente Senadora Maria do Carmo Alves, para quem peço a atenção do Plenário.

O SR. – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Item 8 da pauta, cuja preferência foi votada no início da reunião e aprovada por unanimidade.

Senadora Maria do Carmo Alves, tem V. Exª a palavra.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Sr. Presidente, concordo com a proposta do Senador Romero Jucá, exatamente porque S. Exª disse que está tentando fazer com que o Governo aceite o projeto da forma que estamos propondo.

Então, dentro dessa visão, concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Que fique registrado em Ata que a eminente Senadora Maria do Carmo Alves põe-se de acordo com a proposta do eminente Senador Romero Jucá, uma vez que há tratativas entre membros do Governo para se chegar a um acordo no ponto de vista esboçado pela Senadora Maria do Carmo Alves.

Com essa circunstância, passa-se ao Item 10 da pauta.

Concedo a palavra ao eminente Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, trata-se de Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de autoria do Senador Arlindo Porto, que propõe a criação dos Tribunais Regionais Federais das 6ª e 7ª Regiões. Ficam, assim, criados os seguintes Tribunais Regionais Federais:

o da 6ª Região, com sede na cidade de Curitiba, Paraná, e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul;

o da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, e jurisdição nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

§ 12 – “Os tribunais a que se refere o parágrafo anterior deverão ser instalados no prazo de...”

(Sr. Presidente, está difícil relatar porque não consigo falar mais alto do que o Senador Lúcio Alcântara de jeito nenhum.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço atenção para o eminente Senador Osmar Dias, Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

A palavra de V. Exª está assegurada, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – O § 12 diz o seguinte:

§ 12 – “Os tribunais a que se refere o parágrafo anterior deverão ser instalados no prazo de seis meses a contar da promulgação desta emenda à Constituição, compostos cada um por dez juízes, escolhidos na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, sendo 1/5 dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira. Os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento alternadamente.”

Justificando a proposição, argumentam seus ilustres subscritores: “Fundamentalmente, com a defasagem de estrutura atual e o conseqüente acúmulo de processos nos Tribunais Regionais Federais...”

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Parece que hoje está meio difícil, os ânimos estão exaltados.

Senador Lúcio Alcântara, o Senador Osmar Dias pede-lhe permissão para falar.

O SR. OSMAR DIAS – ...que hoje têm em sua jurisdição os Estados acima referidos e, adicionalmente, com a morosidade daí decorrente no oferecimento adequado de prestação jurisdicional às populações desses mesmos Estados”.

Se V. Exª não escutar o que estou lendo, não vai poder votar a favor.

O SR. ROBERTO FREIRE – Muito pelo contrário, já tenho uma posição.

Apenas lamento não ouvir os ensinamentos de V. Exª, mas já tenho uma posição favorável e só por isso me distraí um pouco.

O SR. OSMAR DIAS – Obrigado, Senador Roberto Freire.

Sr. Presidente, vou resumir, porque creio que o horário é que está fazendo com que os Senadores estejam conversando alto. Passarei para o voto.

No caso da criação desses tribunais, estaríamos colocando a Justiça mais perto dos cidadãos. Temos, no Paraná, um problema muito sério, que é o deslocamento, que obriga o Tribunal Regional Federal a localizar-se em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Precisamos, portanto, da criação desse tribunal exatamente para colocar a Justiça mais perto do cidadão, já que mais de 100 mil processos do Estado do Paraná são julgados em Porto Alegre, o que dificulta e, muitas vezes, impede até que o cidadão comum tenha acesso em função das dificuldades financeiras, do custo que essas ações demandam, enfim, das dificuldades que oferece o fato de estarmos hoje dependendo do Tribunal Regional Federal, localizado em Porto Alegre.

Por isso, o voto, como demonstramos ao longo da análise acima empreendida, é o seguinte:

A iniciativa reservada de que trata o art. 96, inciso II, letra "c", da Constituição Federal não integra o núcleo rígido do princípio da separação dos Poderes, o que afasta, no caso concreto, qualquer eiva de inconstitucionalidade.

De outra parte, na esteira da jurisprudência já firmada pelo Supremo Tribunal Federal, inexistem empecilhos jurídicos à reformalidade de comando, inscrito no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo juridicamente viável, em suma, a medida preconizada na proposta sob análise.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29.

Sr. Presidente, este é o parecer e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão a manifestação do Relator.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, para discutir.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, há duas questões que ele aborda para o Sr. Relator.

Primeira: é claro que a criação desses novos tribunais vai criar também despesas e não há, no projeto, a indicação de onde serão canceladas despesas para que as despesas desses novos tribunais possam ser gastas.

Segunda: diante da apresentação da emenda, não consultei – não tive oportunidade de consultar – advogados, juízes do Estado do Espírito Santo, para saber se eles preferem, em vez de pertencer ao Rio de Janeiro, pertencer a Minas Gerais.

Aqui na Comissão é um voto pela constitucionalidade e eu vou votar a favor. Reservo-me, para o plenário, um estudo sobre o aumento de despesas e sobre a auditiva dos juízes e dos advogados da OAB do Estado do Espírito Santo.

Era essa a posição que eu queria apresentar rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A manifestação de V. Exª constará de Ata, com as restrições devidamente indicadas.

Com a palavra, o eminente Senador Lúcio Alcântara. A seguir, Senador Romero Jucá.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, eu só queria dizer que, não obstante a admoestação da Mesa e do meu querido Relator, o meu voto é favorável. Eu já tinha a minha convicção feita, por isso estava atendendo a uma solicitação da Bancada de Sergipe.

O SR. OSMAR DIAS – A minha preocupação era apenas de não perder o voto de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro: a Liderança do Governo está encaminhando o voto favoravelmente em homenagem aos Senadores Arlindo Porto e Francelino Pereira, de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, quero também abordar a argumentação, que talvez seja – pelo menos no meu entender – a mais importante. Não se trata de aproximar o advogado ou a cidadania do tribunal, até porque, como é uma instância superior, essa proximidade não é fundamental. Talvez a gente possa criar a proximidade nos juizados especiais, com a ampliação da Justiça na Primeira Instância, mas trata-se da importância de se desafogarem os tribunais superiores, inclusive com a ampliação dos tribunais e dos juízes.

Creio que isso – apenas para comentar – não significa nenhum aumento de despesas. Eu diria que isso é o custo fundamental para o exercício da democracia, que não se trata apenas de ter um Parlamento: é necessário que se tenha um Judiciário bem mais presente e mais atuante.

Nesse sentido, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, também não quero deixar passar a ocasião de manifestar-me pessoalmente e, falando pela Liderança do PSDB, o meu voto favorável ao pleito.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, quero apenas manifestar o meu apoio à proposta, levando em consideração que o objetivo é acelerar a Justiça nessas regiões. Por isso, entendo que a emenda vem facilitar a questão processual da Justiça nesses Estados.

Por isso, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, como último orador inscrito, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, essa matéria interessa – vamos dizer assim – a duas grandes nações: uma sediada em Minas Gerais e a outra sediada no Paraná.

Os Senadores do Paraná tiveram a iniciativa de apresentar emenda, até porque eles são atentos e agem de comum acordo, não apenas no que tange à substância do assunto, mas no que tange também à velocidade.

Acompanhamos de perto todos os passos e assistimos a todas as assinaturas.

Os Parlamentares mineiros – e posso falar pelos Senadores de Minas Gerais –, nós aqui agimos em comum. É claro que não abrimos mão das nossas divergências quando elas existem, mas quando as divergências existem, nós as transformamos em convergências e, ao final, procuramos uma solução.

Mesmo numa matéria desta natureza, sobre a qual pode-se levantar alguma dúvida, alguma suscetibilidade, em face de dispositivos constitucionais, os Senadores do Paraná e de Minas Gerais tiveram a iniciativa de assinar um projeto de interesse comum aos dois Estados, a fim de ser votado antes da reforma judiciária, cujo projeto está sendo relatado pelo Sena-

dor Bernardo Cabral, para que, no momento em que for submetido à votação, já exista um fato concreto.

A primeira assinatura ao projeto cabe ao meu colega, Senador Arlindo Porto. Evidentemente, que à assinatura de S. Ex^a segue-se a minha, como seguem-se as demais assinaturas dos representantes do Estado do Paraná.

Naturalmente, ficamos felizes pela aprovação dessa medida, o que aconteceu basicamente por seu mérito, pela materialidade. Nem digo quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade, legalidade ou adequação, porque acredito que a proposta foi aprovada fundamentalmente pelo mérito. Nesses dois Estados, a Justiça Federal acumula um volume impressionante de trabalho. Basta visitarem-se as sedes dos juizados especiais da Justiça do Trabalho para constatar que, efetivamente, não conhece esse estado de coisas. Quem conhece – como conheço, desde a infância, a vida judiciária, inclusive como escrevente juramentado em cartório de Belo Horizonte – fica impressionado com o volume de processos que tramitam.

Outro ponto importante é que essa situação gerou uma indústria para advogados que saem de outros Estados, onde até anunciavam seus escritórios em Belo Horizonte. Muitos advogados deixarão de ganhar dinheiro porque as distâncias ficarão menores e os processos serão deliberados em Belo Horizonte.

O nosso voto é favorável ao projeto, com aplausos na alma, no coração, na consciência e na admiração.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Moreira Mendes, para discutir.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falo apenas para deixar registrado que, em homenagem aos Senadores Arlindo Porto e Francelino Pereira, Rondônia também quer comparecer a este ato votando favoravelmente ao relatório.

Faço uma sugestão, sobretudo ao eminente Presidente, Senador Bernardo Cabral, mas também para outros senhores Senadores, para que juntamente comigo, subscreva uma proposta de criação de um Tribunal Regional Federal na região amazônica, porque todos os Estados da região Norte estão subordinados ao Tribunal Regional Federal da 1^a Região. Se a questão da distância significou muito para a criação dos Tribunais Regionais da 6^a e 7^a Regiões, imaginem para nós que já vivemos na Amazônia!

Aproveito esta oportunidade em que declaro meu voto favorável ao parecer, para lembrar que, a

partir de hoje, podemos levantar a questão da criação de um Tribunal Regional Federal, talvez, com sede em Manaus ou Porto Velho. Certamente, ficaria muito mais fácil do que vir a Brasília. Faço a sugestão e o convite aos Senadores que compõem a Bancada da Região Norte para, juntamente conosco, levantar essa bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Moreira Mendes, responderei a sugestão de V. Exª tão logo seja votado o parecer porque não quero, como Presidente e por uma questão de ética, influenciar a votação.

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Senador Moreira Mendes, a Presidência vai dizer a V. Exª que, infelizmente, não pode assinar uma emenda constitucional nesse sentido. No meu entendimento, o art. 96, II, c da Constituição Federal declara que é competência privativa do Superior Tribunal de Justiça. Entendo que o parecer que acaba de ser aprovado é inconstitucional – digo isso na discussão da reforma administrativa –, mas não quis antecipar minha manifestação. Irá a Plenário, e se for aprovado, é decisão soberana. Mas peço a V. Exª que me exclua dessa relação. É o art. 96, inciso II, alínea “c”: competência privativa.

Tem a palavra a eminente Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. ARLINDO PORTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pela ordem, concedo a palavra ao eminente Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Mesmo não sendo membro da Comissão, gostaria que V. Exª enviasse....

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª não é membro da Comissão porque abrilhanta outras, mas essa lacuna agora será preenchida, pois terá a palavra, já que o Regimento assim o permite.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARLINDO PORTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, gostaria de agradecer o apoio dos colegas que votaram favoravelmente a essa emenda e dar apenas duas informações que considero relevantes.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, possui um acervo de 235 mil processos pendentes de julgamento – esses dados são de março de 2001 –, sendo que desses 235 mil, 103 mil referem-se a ações do Estado de Minas Gerais. Segunda informação: na Justiça Federal, em Minas Gerais, existem 209 mil processos em andamento em primeira instância, o que mostra que é inconcebível a 1ª Região ficar nesse processo de concentração.

É desnecessário oferecer subsídios, porque, de maneira muito clara e muito competente, o Relator, Senador Osmar Dias, assim já o fez. Agilidade, eficiência, detalhamento e o consistente parecer, naturalmente, levou as Srªs e os Srs. Senadores a votarem favoravelmente.

Em função disso, quero cumprimentar o Senador Osmar Dias e enfatizar a importância da concentração existente hoje, independente da questão geográfica.

Também gostaria de agradecer o apoio dos subscritores dessa emenda, mas de maneira especial aos Senadores Francelino Pereira, José Alencar, do meu Estado de Minas Gerais, Senador Osmar Dias, Álvaro Dias e Roberto Requião, que também subscreveram.

Além disso, Sr. Presidente, gostaria de agradecer a Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Minas Gerais, juízes e procuradores que estimularam e deram-me subsídio para que pudesse encabeçar essa emenda. Ao Dr. José Murilo Procópio de Carvalho, meu consultor voluntário, um brilhante advogado de Belo Horizonte, que, voluntariamente, me dá consultoria. As lideranças de Minas Gerais que manifestaram o seu apoio ao longo dos últimos dias, o Sr. Governador, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, na Deputada Helbe Brandão, que encaminhou o movimento, ao ex-Governador Eduardo Azeredo, que inclusive manifestou junto ao Senador Pedro Piva.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – À Senadora Júnia Marise que trabalhou muito também.

O SR. ARLINDO PORTO – Sim, registraria a Senadora Júnia Marise aqui, inclusive ressaltando a presença importante da OAB, o meu conterrâneo de Patos de Minas, Dr. Lázaro Cândido da Cunha, que representa aqui o Dr. Marcelo Leonardo; Dr. Paulo César Mourão, Diretor de Secretaria da 11ª Vara de Belo Horizonte; Dr. Miguel Ângelo Lopes, Juiz Federal da 10ª Vara de Belo Horizonte; Dr. Cláudio Coelho, Juiz Federal da 20ª Vara de Belo Horizonte, os Deputados Mauro Lopes, Danilo de Castro, Militão e Cleuba Carneiro, que acompanham essa votação. E à Senadora

Júnia Marise, nossa colega Senadora que tem também um trabalho importante nesse processo, acompanhando de perto, informando e orientando.

Gostaria de enfatizar, Sr. Presidente, que sem justiça não há democracia. E, hoje, mais um grande passo da democracia foi dado em Minas Gerais. Quero cumprimentar V. Exª pela agilidade e pela apresentação do parecer da reforma do Judiciário de uma maneira muito detalhada, visto que a ele se dedicou ao longo de muitos e muitos meses e, de maneira democrática, abriu o processo de discussão, não sem antes aguardar 15 dias para iniciá-lo. Isso demonstra, sem dúvida, a responsabilidade de V. Exª e o conhecimento que tem de um tema tão abrangente, que precisa de agilidade, mas também de determinação. E é o que V. Exª faz.

Por isso, quero agradecer a oportunidade de poder manifestar e agradecer o voto dos nossos colegas Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Arlindo Porto, V. Exª, com a responsabilidade de quem foi Governador do seu Estado, deu uma demonstração do que ocorre nessa quantidade imensa de causas que tramitam na Justiça Federal.

Estava aqui a me dizer o Senador Francelino Pereira que, para espancar qualquer dúvida, vai fazer um trabalho com V. Exª e todas essas autoridades que aqui se encontram junto ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de que amanhã ninguém entre com uma ação direta de inconstitucionalidade, para que envie a mensagem a mensagem criando, exatamente, esse tribunal.

Com isso, haverá, sem dúvida alguma, o trabalho do Senador Francelino Pereira, de V. Exª, da Senadora Júnia Marise e dos nossos colegas Presidente da OAB, uma atividade que colocará por terra qualquer outra argumentação. O eminente Senador Osmar Dias se junta para fazer o mesmo pelo Paraná.

Agradeço as palavras de V. Exª e, evidentemente, faço o registro dos colegas que aqui se encontram.

Concedo a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves, como Relatora do último item da pauta, a não ser que o Senador Leomar Quintanilha ainda queira usar da palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª terá a palavra, logo a seguir ao assunto da Senadora Maria do Carmo Alves, que é convergente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o eminente Senador José Agripino, ex-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, sugiro a apreciação do item 12 da pauta, matéria que não é polêmica. Como Relator, gostaria de apresentar o relatório e apreciar a opinião dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Logo a seguir ao item de que é Relator o Senador Leomar Quintanilha.

Item nº 13 da pauta, que autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social. A Senadora Maria do Carmo Alves opina pela aprovação e tem a palavra para sustentar seu parecer.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto é originário da Câmara dos Deputados e tem como objetivo principal a doação de um terreno pertencente ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, devidamente registrado em cartório para doação ao Governo do Estado, para que entre em funcionamento a Escola de Saúde Pública do Ceará. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Perdoe-me, Senadora Maria do Carmo Alves, a momentânea interrupção, mas sua e nossa colega, **noblesse oblige**, está a se despedir.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O voto da eminente Senadora Maria do Carmo Alves é favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira usar a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 16 da pauta, de autoria do eminente Senador Jonas Pinheiro, que foi devolvido pelo Senador José Eduardo Dutra com voto em separado, opinando pelo sobrestamento.

Senador Leomar Quintanilha, tem preferência em usar da palavra o autor do voto em separado, se S. Exª quiser.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Desejo fazer uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para proferir seu voto em separado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um assunto bastante importante, passível de discussão constitucional, sem entrar no mérito, na urgência e na necessidade do ponto de vista econômico.

Adoto o relatório do Senador Leomar Quintanilha porque retrata com fidelidade a tramitação da matéria. Porém, a questão jurídica que motiva o pronunciamento desta Comissão diz respeito ao tratamento normativo adequado à questão do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.

Vou direto ao contraditório: para o Autor e seu Relator, perante a Comissão de Assuntos Sociais, a autorização congressual, pela via imediata de edição do competente decreto legislativo, seria bastante para tanto, tendo em vista o disposto no art. 231, §3º combinado com o art. 49, inciso XVI da Constituição Federal. Já a Senadora Marina Silva sustenta a necessidade de lei complementar a dispor sobre as condições específicas para o desenvolvimento dessa atividade em terras indígenas com apoio no § 6º do art. 231 da Constituição Federal.

Em síntese, para o proponente, a regra esculpida no art. 231, §3º articulada com o disposto no art. 49, inciso XVI da Constituição Federal seria de eficácia plena de aplicabilidade imediata, direta, integral, independentemente de legislação posterior, para que possa surtir efeitos.

Enquanto isso, a Senadora Marina Silva entende que a norma constitucional pertinente seria de eficácia limitada, conforme o magistério de José Afonso da Silva. Estaria a depender da emissão de uma normatividade futura de estatuto complementar. Assim, o comando constitucional só teria aplicabilidade mediante uma lei complementar que desse capacidade de execução em termos de regulamentação daqueles interesses visados.

Creio que assiste razão em parte à Senadora Marina Silva, não obstante o brilho do Senador Leomar Quintanilha na defesa de sua posição. A regulação dessa matéria no plano constitucional não é de auto-aplicabilidade. Buscarei o artigo da Constituição Federal que trata da questão de aproveitamento de recursos minerais e hídricos. Com efeito, diz o § 1º do art. 176 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995:

“A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída

da sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.”

Portanto, o § 1º do art. 176 diz que a lei deverá estabelecer as condições específicas para essa concessão quando ela ocorrer em terras indígenas.

Não há na Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994, nem na Lei nº 9.427, de 26 de fevereiro de 1996, nenhum dispositivo que trate do tema.

Lembro que esta Casa aprovou, há alguns anos, um projeto de iniciativa do Senador Romero Jucá para atender exatamente a esse comando constitucional, que é estabelecer as condições específicas para a concessão de exploração de recursos minerais ou hídricos em terras indígenas. Esse projeto está na Câmara dos Deputados, passou em algumas Comissões, mas ainda não é lei.

Registro que o processado não está instruído com a documentação relativa ao ato de outorga da concessão para a exploração do potencial hidráulico em questão. Se porventura ele tivesse sido outorgado a Elma antes de 5 de outubro de 1988, aplicar-se-ia o disposto no § 6º do art. 231. A concessão *a priori* seria nula e extinta, só podendo prevalecer em face do relevante interesse público da União, segundo o que dispuser Lei Complementar – inexistente até o momento.

Não poderia deixar passar despercebida a justificativa do Senador Jonas Pinheiro relativamente à existência de um acordo entre a Elma e as duas associações de Índios Parecis – Halitinã e Waimaré – para cumprimento do disposto no art. 231, § 3º, da Constituição Federal.

Nunca é despidendo recordar que tais contratos no continente americano começaram a proliferar a partir de 1625 em virtude da cessão gratuita de 12 mil acres de terras da Nova Inglaterra que não poderiam ser vendidas – porque pertenciam ao grande espírito – por Samosé, líder dos índios pemaquites, aos puritanos ingleses. Em seguida, Peter Munuit, em nome dos holandeses, adquiriu aos índios maicãs, por sessenta florins em anzóis e contas de vidro, uma ilha onde seria instalada a vila de Nova Amsterdã. Tolerou Munuit que, após a venda, os maicãs continuassem habitando aquela ilha para permutar suas preciosas peles por novas quinquilharias. Como se sabe, essa ilha é modernamente conhecida como Ilha de Manhattan e Nova Amsterdã é hoje Nova Iorque.

Diz o § 2º do art. 231 da Constituição Federal que aos índios cabe usufruto exclusivo das riquezas dos solos, dos rios e dos lagos nas terras tradicional-

mente ocupadas por eles. As tratativas mencionadas, entretanto, dão notícia dos termos de compensação: reconhecimento aos Parecis das terras que possuem, construção de uma barragem para criação de peixes, construção de um viveiro, aproveitamento de mão-de-obra indígena na construção da usina, construção de uma escola agrícola, construção de dois imóveis com 100 m² em Campo Novo do Parecis e Tangará, doação de adubos, sementes e calcário para 800 hectares a até o ano de 2001 e disponibilização de um odontomóvel. Seria esse o valor do usufruto da riqueza tão almejada pela Elma do potencial hidráulico da usina de Ponte da Pedra ou ainda estaríamos negociando com os índios, como nos idos de 1625 e 1626?

Sábio foi o constituinte ao estatuir o disposto no §1º do art. 176 da Constituição Federal. A lei deve dispor sobre as condições específicas para exploração de potencial hidráulico em terras indígenas.

Por todo o exposto, manifesto-me nos termos do art. 335, incisos I e III, do Regimento Interno, no sentido de sobrestamento desta matéria, até que seja editada a lei ordinária que regula o disposto no §1º do art. 176 da Constituição Federal. Entendemos que o Congresso Nacional não pode, mediante um decreto legislativo, resolver essa questão. Ela não foi modificada pela Emenda Constitucional nº 15, de agosto de 1995, que manteve esse texto, estabelecendo que a lei deverá determinar as condições específicas, quando a concessão para exploração de recursos minerais e hidráulicos venha a ser feita em terras indígenas. Daí o meu voto em separado para o sobrestamento deste decreto legislativo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Eduardo Dutra, o voto de V. Ex^a traz uma prejudicialidade, que será votada no momento oportuno. Antes, porém, a Presidência quer ouvir a opinião do Relator, Senador Leomar Quintanilha, a quem dá a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fato, por ser relevante a matéria, não se poderia deixar de apreciar um voto tão bem elaborado e estudado como o emitido pelo eminente Senador José Eduardo Dutra. Mas insistimos, Sr. Presidente, ainda sem entrarmos no mérito da questão, que o texto constitucional embasa a proposição apresentada, confere a esta Casa a competência para autorizar a exploração do potencial hidráulico do rio. Deve-se considerar também que todas as formalidades exigidas de impacto ambiental e de aprovação, inclusive dos índios da área em enfoque, foram cumpridas, atendidas.

Além do mais, Sr. Presidente, todos os brasileiros e, principalmente, nós, desta Casa, temos uma preocupação acentuada em razão da demanda reprimida de energia elétrica neste País. Não só o Mato Grosso, mas o País inteiro está precisando da geração de energia elétrica, que, de forma alguma, criará qualquer constrangimento ou prejuízo para a comunidade indígena que ocupa a região onde será aproveitado o potencial hidráulico do rio. Socorrer-me-ia também, Sr. Presidente, ao art. 184 da Constituição, em um exame paralelo, que faz referência à necessidade de lei complementar que regularia, por exemplo, as TDAs, que funcionam neste País, sem que haja essa lei complementar. Logo, entendo que o art. 231, §3º, da Constituição dá a competência ao Congresso Nacional para edição deste decreto legislativo. O meu voto, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um momento, Senador Leomar Quintanilha, não é bem isso. Pedi a manifestação de V. Ex^a, que declara que vota favoravelmente ao que se está discutindo. Está-se discutindo o voto em separado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Não, Sr. Presidente. Sou contrário ao voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A declaração final foi a de que V. Ex^a era favorável ao relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Portanto, V. Ex^a não acolhe a argumentação do voto em separado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Jonas Pinheiro, para discutir.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, peço permissão para discutir este assunto nesta Casa, nesta Comissão, da qual não sou membro, mas este caso é bastante ru-moroso em Mato Grosso.

Sr. Presidente, a construção dessa usina foi autorizada pela Aneel. Houve até um financiamento da Eletrobrás para ela. A usina produzirá 30 megawatts, para reforçar o sistema de energia elétrica de Mato Grosso, que é pobre.

Muito bem, a usina começou a ser construída. Quando estava já em construção, o Ministério Público disse que ali era reserva indígena. E, de fato, depois determinou que era reserva indígena. Então, houve todos os procedimentos junto à Funai, junto aos índios, junto ao Ministério Público, para atender o que diz o art. 231 da Constituição. E até hoje, Sr. Presidente, está lá a usina parada, apesar da necessidade enorme de energia. E o que fazer agora?

Apresentei esta proposta de decreto legislativo na Comissão de Assuntos Sociais, quando a eminente Senadora Marina Silva quis ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Aqui, foi Relator o eminente Senador Leomar Quintanilha, quando houve pedido de vista do eminente Senador José Eduardo Dutra. S. Ex.^a dá seu parecer pelo sobrestamento, baseado evidentemente nesse texto constitucional.

Vivo a imaginar: aqui também, Sr. Presidente, na área de aprovação de concessão de rádios, a Comissão diz que tem que haver uma Comissão. Até o PT, em todos os casos que envolvem rádios, abstém-se, porque não há a lei. Mas as rádios estão sendo aprovadas. Há ainda o problema dos TDAs (Títulos da Dívida Agrária): o art. 184 também exige uma lei que determine o uso das TDAs no Brasil. E as nossas TDAs estão sendo emitidas todos os dias, sem que se obedeça a esse determinado dispositivo.

Portanto, como disse o Relator, o Senador Leomar Quintanilha, segundo o § 3º do art. 231, foi feito tudo o que foi possível fazer pela empresa, pelas autoridades de Diamantina e de São José do Rio Claro – a usina abarca dois municípios – e pelo Estado de Mato Grosso. Daí, quero justificar muito mais de forma prática: essa usina é extremamente importante e, se a construção não estivesse parada, ela estaria funcionando agora no mês de novembro. Mas estamos com a usina parada. É essa a justificativa que quero fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para discutir a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, uso da palavra apenas para fazer algumas observações sobre uma matéria que considero extremamente importante. Realmente, existe um projeto de minha autoria, que foi aprovado rapidamente aqui no Senado Federal, que trata da regulamentação do artigo da Constituição que define as explorações minerais e hidráulicas em terras indígenas.

Esse projeto foi aprovado praticamente por unanimidade no Senado Federal, foi à Câmara dos Deputados, onde já transitou em três Comissões, mas, na verdade, há alguns anos, esse processo está andando lentamente.

Entendo a premência e a situação grave de Mato Grosso, porque temos uma hidrelétrica em obras, ou iniciada e paralisada, num momento de crise energética como esta por que passa o País. Votarei favoravelmente ao relatório do Senador Leomar Quintanilha, mas gostaria de propor à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que encaminhasse correspondência à Câmara dos Deputados, solicitando urgência na apreciação da matéria que está naquela Casa, porque casos como esses surgirão, e, na ver-

dade, um caso excepcional não pode transformar-se em caso normal de tramitação.

Então, votarei favoravelmente, por conta da peculiaridade da questão da obra em andamento. Mas registro que, na proposta do decreto, está prevista a manifestação das comunidades indígenas – portanto, aqui, a essência das comunidades indígenas é uma questão fundamental, como também é fundamental no meu projeto de lei que está tramitando. Existe também a questão da aprovação ambiental, que também está no projeto de lei. E existe a possibilidade de manifestação do Ministério Público Federal, que, segundo determina a Constituição Federal, defende o interesse dos índios. Portanto, existem salvaguardas no sentido de, mesmo havendo o decreto, as comunidades indígenas poderem se manifestar contrariamente à questão.

Por conta disso, provisoriamente, devido à emergência da matéria, voto favoravelmente ao projeto, mas faço o apelo a V. Ex.^a para que tenhamos condição de cobrar da Câmara dos Deputados a implementação de lei complementar, que é fundamental para o País e principalmente para a Amazônia, no tocante às reservas hídricas e mineração em terra indígena, um assunto altamente explosivo e que V. Ex.^a conhece bem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex.^a vota contra a preliminar levantada?

O SR. ROMERO JUCÁ – Voto contra a preliminar e a favor do Relatório do Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência colocará em primeiro lugar a preliminar do eminente Senador José Eduardo Dutra que é prejudicial pois pede o sobrestamento.

Tem a palavra o Senador José Eduardo Dutra, como autor do Voto em separado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, uso da palavra apenas para contestar algumas afirmações feitas aqui.

Em primeiro lugar, no meu Voto em separado não estou acatando integralmente a questão levantada pela Senadora Marina Silva que fala em lei complementar e, sim, invocando o art. 176, § 1º, que é uma lei ordinária.

Em segundo lugar, com relação às rádios, nós nos abstermos não em relação à lei, mas porque a Constituição determina que deve ser criado o Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Não condiciona a formação do conselho para conceder as rádios.

Com relação ao art. 184, algumas leis podem ser recepcionadas pela Constituição. Há leis anteriores a ela que acabam sendo recepcionadas, como é o caso das TDAs. Por isso, elas continuam sendo emiti-

das, de acordo com o art. 184, tendo em vista que existia lei anterior. No caso da concessão em terras de índios, não existia lei anterior.

Abordo, assim, a questão do ponto de vista eminentemente constitucional. Sinceramente, quanto ao argumento de que começou a obra.... Ora a Comissão de Orçamento tem como definição, em obras que têm irregularidades, não emitir verbas. Então, valerá o velho argumento, valerá o *laissez faire*. Essa é uma obra que está paralisada na Justiça em função de questões legais que não foram atendidas.

Insisto que o § 3º do art. 231 e o inciso XVI do art. 49 tratam da autorização do Congresso. E isso teria que ser feito. Mas antes da autorização, e que seria feita por decreto legislativo caso a caso, teria e tem que haver a lei citada no art. 176. Senão, não haveria necessidade de o Senador Romero Jucá apresentar o seu projeto. Se se entendesse como está ocorrendo agora, não precisava da lei e caso a caso iria para o Congresso Nacional que autorizaria.

Sr. Presidente, não é picuinha, mas uma questão que debati bastante, não em relação às terras indígenas, mas de recursos minerais de modo geral quanto da emenda constitucional que flexibilizava a questão. Portanto, quero registrar que não há **quorum** na Comissão para votação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Encerrada a discussão.

Em votação.

O eminente Senador José Eduardo Dutra levanta a questão da inexistência de **quorum** para a votação, ainda que ela seja de maioria simples.

Se S. Ex.^a pedir verificação de votação, evidentemente cairá e somente na próxima reunião será levada a efeito.

Pergunto se S. Ex.^a pedirá a verificação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA Tenho a intenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Leomar Quintanilha, o parecer de V. Ex.^a será apreciado...

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, apenas para registrar, então, que fica entendido que, encerrada a discussão, fica para votação o primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo palavra a V. Ex.^a.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, apenas para registrar que fica entendido que, encerrada a discussão, fica para votação o primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Exato. O que não exclui que se coloque em discussão a preferência já aprovada e requerida pelo eminente Sena-

dor José Agripino. Ao que parece, não há divergência ao parecer de S. Ex.^a.

Senador José Agripino, tem V. Ex.^a a palavra para relatar o Item 12 da pauta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, trata-se de Proposta de Emenda à Constituição de autoria do Senador Roberto Saturnino que determina a fixação de limites para gastos com publicidade de obras governamentais. Uma proposta oportuna, bem colocada, tempestiva, bem fundamentada no art. 37, § 1º. Solicita que a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos e entidades da administração pública de qualquer das esferas deverá ter caráter educativo e formativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. O § 8º, inciso IV, propõe que uma lei deverá especificar de que trata o inciso XIX. Devem constar normas especiais de limitação à publicidade com obras adequadas às condições operacionais das entidades. Ou seja, delimita, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, a publicidade oficial, quanto se pode ou deve gastar e a forma de sua apresentação.

A matéria não atinge a Constituição Federal em nenhum de seus aspectos. E faço um único reparo, de técnica legislativa, por meio da emenda ao substitutivo, que apresento. É muito simples e apenas tenta aprimorar a proposição do Senador Roberto Saturnino. Além de constar na ementa, a proposição da PEC determina a fixação de limites de gastos com a publicidade de órgãos governamentais. Em seu art. 1º propõe, mais uma vez, que a emenda constitucional determina a fixação de limites etc. Ou seja, repete no art. 1º o que consta da ementa. Minha proposta, portanto, é que o art. 1º, para atender à boa ordem da técnica legislativa, expresse, pura e simplesmente: "Art. 1º. O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações..." E propõe alterações colocadas pelo Senador Roberto Saturnino.

O voto é favorável e o parecer é pela constitucionalidade e juridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão a matéria. As Sr.^s e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Presidência, eminente Senador José Agripino, para não utilizar dois pesos e duas medidas, adiará a votação para o terceiro item da próxima reunião, uma vez que não há quorum para se levar a efeito qualquer votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco outra para a próxima quarta-feira, às .

(Levanta-se a reunião às 13h40min.)

Ata da 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2001, quarta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e vinte e dois minutos, do dia sete de novembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Maguito Vilela, Osmar Dias, Marluce Pinto, Paulo Hartung, Lúcio Alcântara, Gerson Camata, José Eduardo Dutra, Jefferson Péres, Antonio Carlos Júnior, Francelino Pereira, Maria do Carmo Alves, João Alberto, Pedro Simon, Luiz Otávio, Romero Jucá, Ademir Andrade, Roberto Requião, Íris Rezende, Romeu Tuma, José Agripino, Sebastião Rocha, Roberto Freire, Artur da Távola, Ricardo Santos, Luiz Pontes, Pedro Piva, Sérgio Machado e Amir Lando reúne-se a Comissão. Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senador Bello Parga. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Assume a Presidência o Senador Osmar Dias, para que o Senador Bernardo Cabral possa proferir o relatório sobre o item 1 da Pauta referente à "Reforma do Judiciário". Inicia-se a apreciação do Item 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2000 (PEC nº 96, de 1992, na Câmara dos Deputados – Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21 de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92 de 1999; 1, 5 e 20 de 2000; e 15, de 2001), que "Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário". Autoria: Deputado Hélio Bicudo. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: pela aprovação, com as Emendas que apresenta. Até a presente data, são apresentadas 39 (trinta e nove) Emendas à PEC nº 29, de 2000. Resultado: é concedida vista coletiva, nos termos regimentais. A Presidência convida o Ministro Nelson Jobim para compor a Mesa. Após exposição do Senhor Ministro, a reunião é suspensa por um minuto para despedida do convidado. Reaberta a reunião, reassume a Presidência o Senador Bernardo Cabral. A Comissão aprova a inclusão do Item Extra-Pauta 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2001 (PL. nº 5.074, de 2001, na Casa de Origem) – NÃO TERMINATIVO – que "Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências". Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: Pela aprovação do Projeto, e pela aprovação das Emendas nºs 1 a 10, com a recomendação de

adequação das Emendas nºs 5, 6 e 10, na forma das Subemendas nºs 1, 2 e 3, respectivamente. A Matéria tramita em regime de URGÊNCIA estabelecida pela Constituição Federal, Art. 64, § 1º, combinado com o art. 375, I, e art. 122, II, "b", do RISF. Em 16/10/2001 foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 10, todas de autoria do Senador Pedro Piva. Resultado: é aprovado o relatório do Senador Romeu Tuma, que passa a constituir o Parecer da CCJ, pela aprovação do Projeto, com as Emendas de nºs 1-CCJ a 10-CCJ, e as Subemendas de nº 1-CCJ (à Emenda nº 5-CCJ), de nº 2-CCJ (à Emenda nº 6-CCJ) e de nº 3-CCJ (à Emenda nº 10-CCJ). Passa-se ao Item 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, de 2001 (PL. 04838 de 2001, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – que "Cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências". Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Bello Parga. Relator "Ad hoc": Senador Antonio Carlos Junior. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Parecer. A Comissão aprova a inclusão dos Itens extra-pauta nºs 2 e 3. Passa-se ao Item Extra-Pauta 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2001 -TERMINATIVO – que "Assegura a instalação de Municípios criados por Lei Estadual". Autor: Senador Pedro Simon. Relator: Senador Roberto Freire. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Projeto. Item Extra-Pauta 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2001 (PL. nº 2.208-C, de 1999, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências". Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Parecer. Item 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2001 (PEC nº 277, de 2000, na Câmara dos Deputados), que "Altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição Federal (Dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo, incidirão sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de Petróleo e combustíveis)". Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Pela aprovação da PEC, e pela rejeição da Emenda nº 1. Em 31/10/2001, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Íris Rezende. Resultado: Concedida Vista coletiva aos Senadores Jefferson Péres e José Agripino. Item 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2001, que "Acréscenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco". Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores. Relatora: Senadora Maria do Carmo

Alves. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Parecer. Item 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2001, que “Determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais”. Autoria: Senador Roberto Saturnino e outro(s) Sr(s). Senador(es). Relator: Senador José Agripino. Parecer: Pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 31/10/2001, foi encerrada a discussão, e adiada a votação. Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2001 -TERMINATIVO- que “Acrescenta dispositivo ao artigo 52 e dá nova redação ao § 4º do art. 55 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências”. Autoria: Senador Maguito Vilela. Relator: Senador Álvaro Dias. Parecer: Pela aprovação. Em 17/10/2001, foi encerrada a discussão; adiada a votação. Resultado: Aprovado o Projeto. Item 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2000, que “Modifica a redação dos artigos 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas”. Autoria: Senador Júlio Eduardo e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Parecer. Item 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 1999, que “Altera os Artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal”. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores. Relator: Senador Amir Lando. Parecer: Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 4 que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 1999 -TERMINATIVO- que “Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – para permitir a remição de pena por meio de estudo”. Autoria: Senador Maguito Vilela. Relator: Senador Sebastião Rocha. Parecer: Pela aprovação. Em 17/10/2001, foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. Em 24/10/2001, foi devolvido pelo Senador José Eduardo Dutra com a Emenda nº 1 que apresenta. É apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Relator, Senador Sebastião Rocha. Resultado: Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2001-TERMINATIVO NA CAE – que “Estabelece condições diferenciadas de empréstimos para pequenas e microempresas e dá outras providências”. Autoria: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Relator “Ad Hoc”: Senador José Agripino. Parecer: Pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Item 12) SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 1999 – TERMINATIVO – que “Acrescenta Parágrafo ao Artigo 791 da Consolidação das Lei do

Trabalho”. Autoria: Senador Lúcio Alcântara. Relator: Senador Osmar Dias. Aprovado o Substitutivo ao Projeto, a matéria consta da Pauta para ser apreciada em turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do R.I.S.F. Resultado: o Substitutivo é definitivamente adotado em turno suplementar, nos termos do art. 284, do R.I.S.F. Item 13) SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2001 – TERMINATIVO – que “Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para o fim de definir o crime de coação no curso da atividade administrativa”. Autoria: Senador Sebastião Rocha. Relator: Senador José Fogaça. Aprovado o Substitutivo ao Projeto, a matéria consta da Pauta para ser apreciada em turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do R.I.S.F. Resultado: o Substitutivo é definitivamente adotado em turno suplementar, nos termos do art. 284, do R.I.S.F. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2000 -TERMINATIVO- que “Impõe às empresas prestadoras de serviços de telefonia a obrigação de fazer constar de sua publicidade as tarifas dos serviços por ela prestados”. Autoria: Senador Maguito Vilela. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Pela rejeição, quanto ao mérito. Resultado: o Projeto é rejeitado. Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2001 -TERMINATIVO NA CE – que “Institui a semana de 6 a 12 de agosto de 2002 como a ‘Semana da Revolução Acreana’, em homenagem ao transcurso de seu centenário”. Autoria: Senador Tião Viana. Relator: Senador José Eduardo Dutra. Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 1-CCJ. Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 1999 – TERMINATIVO NA CAE – (tramita conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, DE 2000 e nºs 50 e 56, de 2001), que “Concede isenção do Imposto sobre produtos industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos, e dá outras providências”. Autoria: Senador Lúcio Alcântara. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Pela constitucionalidade e juridicidade dos Projetos em análise. Resultado: Concedida vista ao Senador Romero Jucá. Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2000 – TERMINATIVO – que “Modifica os arts. 176, § 1º, II, item 3; 214; 225; 227; 236 e 289 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências”. Autoria: Senador Ademir Andrade. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Concedida vista ao Senador Romero Jucá. Item 19) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 30, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO – que “Altera a Resolução nº 53, de 1997, que Regula-menta, no âmbito do Senado Federal, os arts. 17 e 18

da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis”. Autoria: Senador Roberto Saturnino. Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves. Parecer: Pela aprovação, com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 1-CCJ. Item 20) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 33, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO – que “Altera a Resolução nº 20, de 1993, que ‘Institui o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar’, para os efeitos do disposto no § 4º do artigo 55 da Constituição Federal”. Autoria: Senador Roberto Saturnino. Relator: Senador Roberto Requião. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Parecer. Item 22) REQUERIMENTO Nº 9-CCJ, de 2001, que nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma Audiência Pública nesta Comissão a fim de discutir a questão da regulamentação das cooperativas de eletrificação rural, com a participação dos seguintes convidados: Dr. José Mário Abdo – Diretor-Geral da ANEEL; Dr. Paulo Brossard – Ministro Aposentado do Supremo Tribunal Federal; Dr. Orlando Gonzales – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADE; Ministro Pedro Parente – Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica; Sr. Jânio Vital Stefanelio – Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Infra-Estrutura – INFRACOOOP e o Sr. Odílio Ortigoza Lobo – RECHTEL Engenharia. Autoria: Senador Osmar Dias. Resultado: Aprovado o Requerimento, com a Substituição do nome do Ministro Pedro Parente, pelo nome do Secretário Nacional de Energia, do Ministério de Minas e Energia, Dr. Afonso Henriques. Por falta de *quorum*, a Presidência declara encerrada a Reunião, às doze horas e quarenta e nove minutos, ficando adiados os seguintes itens constantes da pauta, a saber: 09) PEC nº 38, de 2000; 16) PDS nº 145, de 2001; 21) PLC nº 53, de 2000 e 23) PEC nº 3, de 1999; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª reunião ordinária da 3ª Sessão Legislativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Srs. Senadores, conforme acertado na última reunião, fiquei de proceder hoje à leitura do parecer da reforma do Judiciário. Os Colegas tiveram a oportunidade de recebê-lo, pois foi distribuído.

Feita a leitura, será aberta a oportunidade de pedido de vista coletivo e, a seguir, haverá mais um tempo para a apresentação das emendas.

Antes de passar Presidência ao eminente Senador Osmar Dias, Vice-Presidente da Comissão, informo à Casa que o Líder do PMDB comunica ao Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, e este por sua vez à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que o Senador Amir Lando passa a ser membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde anteriormente ocupava a vaga como suplente.

Passo a Presidência ao eminente Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs. e Srs. Senadores, mais uma vez agradecemos ao Senador Bernardo Cabral a forma como vem conduzindo a apresentação do relatório, dando tempo suficiente e oportunidade para que todos os Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possam analisá-lo. Essa postura ética foi reconhecida na reunião passada e se repetirá neste momento, quando já se anuncia um pedido de vista coletivo. Mas ouviremos a leitura do parecer que será proferido pelo Senador Bernardo Cabral.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão, que é também Relator da reforma do Judiciário, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Osmar Dias, agradeço a deferência.

Srs. Senadores, o relatório começa com uma nota preliminar. Procederei à sua leitura e depois chamarei a atenção dos Colegas para o trabalho, pois foi feito citando a Constituição vigente, a PEC tal qual veio da Câmara dos Deputados e depois a PEC, do lado esquerdo, com a proposta da relatoria. Em seguida, ao final estão as emendas por uma razão muito simples: se transformasse esse parecer em substitutivo, voltaria para a Câmara dos Deputados e perderíamos, é claro, um trabalho imenso.

Naquilo que for convergente e que for possível haver destaque para votação em separado, será logo promulgado o projeto pela Presidência do Congresso Nacional e voltará à Câmara apenas o que não tiver sido apreciado, como, por exemplo, a questão dos precatórios.

Relatório.

Nota preliminar.

É cediço que a Assembléia Nacional de 1987 e 1988 ofereceu – e seus membros e o Poder judiciário desperdiçaram – uma oportunidade histórica de cor-

reção dos conhecidos e decantados defeitos estruturais, equívocos e excessos processuais do judiciário brasileiro, alguns originados na Constituição de 1934, como a inexistência de efeito vinculante em decisões sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos.

A Carta de 1934, como se sabe, decidiu pelo repúdio ao sistema norte-americano do **stare decision** com as variáveis do **distinguishing** e do **overrule**, opção que iria cobrar do modelo brasileiro então desenhado um pesado tributo, já que as premissas assentadas a partir do modelo do controle de constitucionalidade iriam alastrar-se e contaminar o funcionamento dos tribunais superiores.

Esclareço aos que me ouvem, àqueles que não estão a par do chamado **star decisum**, que é uma espécie de complemento ou a forma de aderir aos casos julgados, é a política de Direito anglo-americano, decidir uma causa do mesmo modo como as causas anteriores, semelhantes com as que foram decididas, é o que se chama de Teoria de Uniformização da Jurisprudência. O **distinguition**, que todo mundo sabe, que é discriminar, e o **overing** é revogando, alterando, mudando.

Na Assembléia Nacional Constituinte, não obstante o registro de movimentos fortes, no sentido de uma revisão do nosso modelo judiciário – e a história iria fazer justiça em pouquíssimo espaço de tempo aos diagnósticos e prognósticos que sustentavam as teses revisionistas –, a opção foi conservadora e manteve as raízes, os mecanismos, as colunas centrais do Poder Judiciário e com elas as sementes das cepas robustas que iriam gerar o caos, que tomou conta do sistema brasileiro de prestação jurisdicional.

A perda dessa oportunidade histórica de reengenharia institucional do Poder Judiciário mereceu inúmeros registros, dentre eles, é de se colocar pela pertinência e agudeza, o da hoje Ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça, à época desse diagnóstico Juíza do Tribunal Regional Federal, da 1ª Região, e com quem tive oportunidade de conversar antes que S. Ex^a ocupasse cargo tão alto.

Texto da Ministra Eliana Calmon:

“O Judiciário enfrentou a Constituinte sem real proposta de reforma, com **lobbies** eminentemente corporativos e até pueris, perdendo a grande oportunidade de realizar mudança estrutural.

O descompasso institucional colocou o Poder Judiciário nesses últimos dez anos em evidência, não havendo um só dia em que a mídia não leve aos brasileiros uma nova faceta do seu mal funcionamento.”

Continua a Ministra Eliana Calmon:

“Na atualidade, está a Magistratura no cadafalso da opinião pública, com a instituição ‘Justiça’ na boca de inescrupulosos aproveitadores, especialmente daqueles que, por ignorância, são atidos pela mídia. Os juristas não têm soluções plausíveis. Os profissio-

nais do Direito travam verdadeira guerra na preservação do mercado de trabalho, e os jurisdicionados, em perplexidade, amargam uma irracional espera na resposta do Estado juiz.”

Com a negativa às teses reformistas, as deficiências já existentes foram especialmente agravadas e outras novas trazidas à luz. Para muitos, como o Ministro Pádua Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça, muitas dessas novas deficiências vieram à tona por conta do despreparo do Judiciário. Pouco acionada nos anos do regime militar, a Justiça deixou de acompanhar o desenvolvimento da sociedade e não estava preparada para a demanda reprimida que hoje se verifica.

Se fosse possível, Sr. Presidente, gostaria de um pouco de silêncio, porque me deu tanto trabalho, tantas noites mal dormidas, que penso que valeria a pena.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pedimos a atenção dos Srs. Senadores para a leitura do relatório que está sendo feita pelo Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Continuo, Sr. Presidente, outras causas, no entanto, enfileiram-se a essa. Uma das primeiras a serem lembradas é a excessiva litigiosidade do aparelho estatal, classificada como desvio ético pelo Ministro Costa Leite, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, quando aqui compareceu em audiência pública no dia 8 de agosto de 2001.

Também é citada insistentemente a completa superação do modelo processual, principalmente no que toca aos sistemas recursais, tese versada pelo Professor-Doutor Ives Gandra Martins, pelo Ministro Marco Aurélio, Presidente do Supremo Tribunal Federal e, novamente, pelo Ministro Costa Leite, na audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, referida, todos propugnando pela sua reforma e pela utilização imediata da legislação infraconstitucional para veicular o novo modelo, sem o que, concordam, a reforma do Judiciário não atingirá seus objetivos.

Sr. Presidente, é preciso que aqui se abra um parêntese para mostrar que a emenda constitucional não vai ter o condão, se não estiver aliada aos procedimentos processuais, portanto à legislação infraconstitucional, de acabar com o formalismo exagerado dos nossos recursos e pôr um cobro àquilo que é uma chaga na justiça: a lentidão.

A vastidão e a complexidade dos argumentos exigem o exame mais pormenorizado sob pena de perder-se o argumento, o objetivo e a razão da reforma do Judiciário, com perigoso resultado possível da incompreensão da sua urgência.

2) O incremento do debate da matéria constitucional e do Direito Federal. Dentre as inúmeras causas que contribuam expressivamente para a situação caótica do Poder Judiciário, e que nominaremos a

seguir, emergem três de natureza estrutural, que merecem preliminar atenção. A primeira foi a constitucionalização de um inesgotável cabedal de temas novos, fruto da opção do constituinte originário por um modelo analítico para a Carta política. A segunda, a visível e profunda queda da qualidade do Direito Federal tanto pela deficiência do processo legislativo quanto pelo uso desmedido e afrontoso da figura espúria da medida provisória, finalmente contido pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001. A terceira, por fim, a construção jurisprudencial em torno da admissão do recurso extraordinário e do recurso especial.

O resultado da primeira foi o de dar trânsito a, praticamente, qualquer litígio até o Supremo Tribunal Federal ao argumento de lesão à Constituição, efeito esse que, à falta de uma imposição vertical de inteligência constitucional, propiciou a um só tempo o ingresso na suprema Corte brasileira de infindáveis assuntos novos e a multiplicação exponencial de demandas idênticas no pedido e no fundamento.

A segunda consequência está ligada à terceira das causas que allamos acima: a construção jurisprudencial sobre a admissão do recurso extraordinário. A largueza do critério de admissão do apelo extremo, hoje apenas contida pela necessidade de demonstração de pré-questionamento e da ofensa direta à Constituição, transformou o debate da matéria constitucional em um varejo improdutivo, improficuo e vazio de sentido e teoricamente inexplicável. O aparecimento de petições de recursos extraordinários, fotocopiadas, com espaços em branco apenas para se preencher o número do processo e identificação das partes, é uma das faces visíveis dessa situação trágica.

O resultado da segunda causa foi o abusivo uso do recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça, uma Corte que, com 33 Ministros, vinha julgando mais de 100 mil processos por ano: 128 mil processos em 1999, mais de 100 mil apenas no primeiro semestre de 2001.

A dubiedade, a precariedade técnica, a característica casuística e a falta de análise estrutural do Direito Federal, antes de inová-lo, associados ao desregramento no uso da medida provisória, geraram um direito incompreensível, assistemático e inexplicável, campo fértil para a chicana, para a procrastinação, para os movimentos processuais nitidamente protelatórios, tudo temperado pela existência do instituto processual hábil a inibir a subida do recurso especial.

Entra aqui, novamente, o efeito da construção jurisprudencial da admissão do recurso especial para, à vista da inexistência de refreamentos processuais, inibir a reposição de debates superados sobre as questões de Direito Federal já pacificadas, propici-

aram o soterramento do aparelho judiciário e o questionamento direto da utilidade do apelo ao Judiciário como opção válida à solução de conflitos. As destinações constitucionais do recurso extraordinário e do recurso especial, a imposição de uma homogeneidade na jurisdição constitucional concreta e a guarda da estrutura, validade e uniformidade do (...) federal, respectivamente, perdeu-se, e o duplo grau de jurisdição transformou-se em quádruplo grau.

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça viram-se diante da absolutamente sustentável obrigação de reexaminar as teses jurídico-constitucionais e infraconstitucionais, não raro decididas pela unanimidade de seus membros centenas e centenas de vezes, transformando o debate de tais matérias num diálogo de surdos e jurisprudencializando o terceiro e o quarto graus de jurisdição para o mesmo caso.

O quadro, nos dois tribunais, é desalentador. Segundo o Departamento de Informática do Supremo Tribunal Federal – tomo como referência julho de 1997 –, 91,6% dos quase 245 mil processos distribuídos em nossa Corte constitucional ao longo da década são recursos extraordinários ou agravos. Repetirei, porque é um dado fantástico: 91,6% dos 245 mil processos são recursos extraordinários ou agravos. Isso deixa apenas 8,4% para as outras ações.

A extinção da arguição de relevância, qualquer que tenha sido a sua inspiração, arrebatou os portões a essa demanda, que a jurisprudência dessas Cortes não pôde conter.

Quem advogou nessa época – sofri muito com a chamada arguição de relevância, apenas para pincelar um dado, quando, sob inspiração do governo revolucionário – sabia que havia um lado subjetivo. Mas pelo menos permitia que não se fizesse recurso meramente protelatório ou com efeito de chicana. Foi por isso que declarei que a sua extinção arrebatou os portões a essa demanda que a jurisprudência das duas Cortes – Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça – não pôde conter.

A retomada desse elemento, no novo § 4º do art. 102, que esta proposição pretende implantar como condição à subida do recurso extraordinário, dará ao Supremo Tribunal Federal condição de decidir sobre a repercussão geral da questão constitucional veiculada pelo extraordinário e, a partir dela, admitir ou não o apelo extremo.

O Ministro Nelson Jobim, que está fazendo uma palestra aqui ao lado, ficou de vir aqui. Durante alguns dias seguidos, reiteradas vezes, passamos algumas manhãs, duas ou três horas, discutindo exatamente essa repercussão geral. Uma vez que fomos constituintes juntos, eu dava as minhas razões e ele, as dele, e casamos as duas coisas, ambos advogados militan-

tes, ambos oriundos da Ordem dos Advogados do Brasil, ele hoje no Judiciário e eu no Legislativo, para mostrar que essa repercussão geral dará, sem dúvida nenhuma, nova possibilidade de admissão ou não do apelo extremo.

Ocupar-nos-emos de sua análise quando do exame desse dispositivo, mas devemos enunciar, desde já, a opção que faremos, ao final deste parecer, pela manutenção da arguição de relevância no recurso extraordinário.

Também devemos antecipar nossa posição contrária à extensão do critério da repercussão geral ao recurso especial de seu instituto aproximado, a transcendência, para o recurso de revista, porque entendemos que a adoção da súmula vinculante pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Superior do Trabalho, que sugeriremos, constitui-se em um instrumento hábil e efetivo à contenção dos reavivamentos da matéria jurídica vencida.

Os eminentes Colegas verão, lá na frente, que este tópico, a chamada transcendência, foi, sem dúvida nenhuma, um dos belos trabalhos do Ministro Ives Gandra Martins Filho, com uma sustentação brilhante, mas que, por entender o Relator que a transcendência poderia gerar problemas subjetivos fortes, e dada a condição de estender até o TST e o STJ a súmula vinculante no futuro, os senhores verificarão o meu parecer contrário. Mas enuncio a matéria tratada com raro brilhantismo pelo Ministro Ives Gandra Martins Filho.

O exame atento do sistema judiciário instituído pela vigente Constituição da República revela que os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal são detentores de competência para harmonizar o direito nacional, para dizer o Direito Constitucional, o Direito Federal, o Direito do Trabalho e o Direito Eleitoral, e, pacificando teses, vencendo divergências jurisprudenciais e doutrinárias e impondo a inteligência da norma, conferir uniformidade federativa ao direito.

A casuística – friso bem esta parte – jamais deveria passar do segundo grau a tese jurídica, somente de forma vestibular, para colher no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal a sua definição, o seu continente e o seu conteúdo.

Diagnósticos tópicos sobre as causas da crise do Poder Judiciário. Em abordagem ainda preliminar, as origens dos problemas do Poder Judiciário são situadas em diversos pontos, num espectro que vai do despreparo técnico de juízes às deficiências na elaboração das normas jurídicas, passando pelo desparelhamento do Judiciário, pela prática de um sistema abusivo de recursos e pelo excessivo apego ao

formalismo em um devotamento à vertente romanista do Direito, que já deveria estar vencido.

Para o Ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, té há bem pouco tempo seu Presidente, “as principais causas da lentidão da Justiça são o número deficiente de juízes, a forma inadequada de seu recrutamento, o desaparelhamento do apoio administrativo no primeiro grau e o formalismo excessivo e o sistema irracional de recurso”. (Caderno de Estudos, *in verbis*, nº 10, de março de 1998).

O juiz Sérgio Fernando Moura proclama que a crise do Judiciário pode ser atribuída a dois principais fatores: deficiência estrutural e mentalidade inadequada dos juízes.

O amplo espectro de causas possíveis à **débâcle** do Judiciário brasileiro mereceu de analistas uma abordagem metódica, com o seguinte título: “A Sistematização das Causas da Crise do Judiciário”. Uma das sistematizações foi elaborada por Diogo de Figueiredo Moreira Neto – velho companheiro no Instituto dos Advogados do Brasil –, que diz: primeiro, são causas estruturais. Define ele: “Sistema judiciário complexo e obsoleto”. Há muita Justiça especializada, muitas instâncias – quatro – e inúmeros tribunais. Segundo, inexistência de uma Corte Constitucional. É necessário um tribunal exclusivamente constitucional, principalmente em um País em que tudo se constitucionalizou. Terceira, morosidade e deficiência espacial. Há necessidade de proximidade, de celeridade, de atuação dos órgãos de primeira instância e do aperfeiçoamento do sistema de justiça alternativa e prejudicialidade.

4) Deficiência de controles. Falta de cumprimento de prazos, de assiduidade e de residência dos titulares nas respectivas comarcas.

5) Controle do Judiciário. Necessidade de um sistema nacional de controle que superasse o corporativismo, sem expor o Judiciário à politização.

A última das causas estruturais, para ele, é o número insuficiente de juízes. E destaca: a proporção atual é de um juiz por 25 mil habitantes. A razão, em países desenvolvidos, é de um juiz por 5 mil. Há necessidade de incentivo para atrair as legítimas vocações para preencher o impressionante número de cargos vacantes na primeira instância.

De acordo com o Professor Diogo, as segundas causas são funcionais: impropriedade das leis; abundância de leis; inadequação aos fatos que pretendem reger e má confecção das leis.

Complicação procedimental: predominância do hermetismo; processualística sobrevalorizada; exces-

so de remendos técnicos e sistema irracional de recursos.

Funcionais, ainda: deficiência no sistema de provocação. Descaso do Poder Público na motivação, seleção e aperfeiçoamento dos membros essenciais à Justiça, notadamente nas defensorias públicas.

Causas individuais: Deterioração da formação acadêmica do bacharel. Proliferação de faculdades sem bom nível científico – isto é de 1999 –; currículos deficientes nas matérias de Direito Público; falta de adequado rigor nos exames de Ordem; carência na formação específica dos magistrados; seleção, para a carreira, por meio de concursos para ingressos nas escolas da Magistratura; promoções condicionadas a curso de reciclagem ou titulação em pós-graduação.

Já o professor Carlos Aureliano Mota de Sousa, em recente trabalho do ano 2000, percorre também algumas causas de crises do Judiciário, dizendo: causas operacionais, causas estruturais, causas conjunturais e causas orgânicas.

A deficiência do ensino jurídico no País: a multiplicação de faculdades de Direito, muitas hoje se constituindo mais em empresas do que em instituições de ensino, e o mergulho abissal da qualidade do ensino jurídico produziu toda uma geração de bacharéis despreparados para operar o Direito, o que se traduziu, no que toca à Magistratura, em concursos públicos de ingresso na carreira sendo encerrado com mais da metade das vagas oferecidas permanecendo vacantes. Vejam que coisa fantástica. Convoca-se para o recrutamento, por intermédio do concurso de provas e títulos. Dos que comparecem, metade das vagas, pelo despreparo desses bacharéis, fica vaga.

Para o Ministro Sidney Sanches, do Supremo Tribunal Federal, a má qualidade – destaca ele – de ensino jurídico no País é evidente. É interessante notar que uma das providências adotadas pela Câmara dos Deputados, ao votar a reforma do Judiciário, acata sugestão que vinha sendo feita desde o início da década em relação às escolas de Magistratura. O Ministro Sanches previa, à época, que essas escolas “tendem a se transformar em centros destinados a despertar vocações, melhorar o nível dos candidatos e facilitar o recrutamento jurídico.”

Eu trouxe para esta matéria de ensino jurídico um trabalho que produzi em 1982, quando era Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Acho que é oportuna a reprodução, ainda que apenas reduzida, do que naquela altura eu dizia. Acho que, apesar de ter quase 20 anos, guarda pertinência com esse aspecto da falência do Judiciário.

Digo eu, em expediente que então dirigimos ao Ministro da Educação e Cultura, General Rubens Ludwig. Devo declarar que este General Rubens Ludwig foi uma revelação muito grande quando nós éramos Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, porque ali compareceu, em uma época – queira ou não queira – da chamada Ditadura Militar, e prestou esclarecimentos à OAB através desta convocação, deste meu expediente, sobre ensino jurídico, a ponto de ter fechado uma chamada faculdade de Direito de fim-de-semana, que dava aulas no Rio Grande do Sul. Os alunos chegavam na sexta-feira, à noite, num ônibus, distribuíam as chamadas apostilas e, no domingo, o curso estava sendo de novo interrompido para a semana seguinte.

E o General Rubem Ludwig fechou várias escolas em denúncia da OAB. Eu então lhe dizia: “Ponderamos a esse Ministério que a OAB não recrutava pessoas a seus quadros, não selecionava advogados e que a ligação à OAB resultava da condição de bacharel tão-somente o que ocorria sob os protestos da Ordem, ou seja: concluído o curso de bacharel, o legislador pedia a sua admissão nos quadros da OAB, mas à nossa organização, à OAB, não competia fazer a devida seleção”.

Continuo nesse expediente: “A defesa da classe dos advogados exigia do Ministério da Educação o dever de observar, denunciar e influir no sentido de que o ensino do Direito corresponda à expectativa e interesse da classe e da sociedade brasileira. Em documento dirigido ao X Encontro das Faculdades de Direito, realizado em agosto de 1981, ainda sob a minha Presidência no Conselho Federal da OAB, a Ordem já pontificava que a boa ou má formação do bacharel, a conformidade ou desconformidade dos cursos com a realidade, sua adequação ou inadequação, atualidade ou defasagem, e ainda a saturação e o aviltamento do mercado de trabalho são assuntos de estrita competência da Ordem dos Advogados do Brasil”.

Este expediente, para alegria minha, foi reproduzido na obra **Os Grandes Processos do Júri**, do eminente criminalista, talvez um dos mais famosos do Brasil, foi mestre de Evaristo de Moraes Filho, o nosso Dr. Carlos de Araújo Lima, numa sexta edição que deu a lúmino ano de 1996.

Nesse mesmo documento, trazíamos à colação o seguinte: “O número impressionante de bacharéis – dizia eu – expelidos semestralmente pelas fábricas de diplomas e sua notória má qualidade média de informação profissional, levam ao público e à coletividade, a início o medo de se terem que envolver com advogado e após a uma atitude de desprezo ou mesmo chacota”.

Nesse documento, ainda e finalmente, formulávamos várias sugestões para o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos, com uma ênfase ao método indutivo, a crítica aberta ao puro exegésitismo e ao positivismo jurídico cego, a defesa de uma postura culturalista e valorativa no ensino do Direito, a adoção de critérios severíssimos para o credenciamento de novas faculdades de Direito, eliminação de matérias necessárias, ênfase à filosofia do Direito e adoção dos critérios modelo, dentre outros. Quem não sabe que hoje, em função dessas faculdades de Direito se transformarem em verdadeiras fabricantes de diplomas, o bacharel postula mal, redige pior e é uma encenação, uma petição que dá pena sentir que um cidadão desse vai defender os direitos e patrocinar os interesses de alguém.

Isto tudo tem, sem sombra de dúvida, uma parte da premissa para chegarmos hoje ao problema da reforma do Judiciário.

Continuo eu com esse título: “A deficiência do sistema processual brasileiro. Como referido acima, neste parecer, é uníssona a referência à falência do modelo recursal brasileiro. Praticamente não se registra dissidência dessa posição entre os membros dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, em grande medida porque o contra-argumento é devastador. A reforma do sistema recursal brasileiro é uma exigência e uma emergência, a ponto de os Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça colocarem-na como condição para a superação da falência do Poder Judiciário sem a qual a própria reforma do Poder terá esvaziada a sua utilidade.

Para a Juíza Federal Gisele Lemke, o sistema recursal é absurdo, sugerindo a adoção de modelo semelhante ao trabalhista, em que só é possível recurso de apelação. O agravo poderia ser adotado – diz ela em seu trabalho publicado na revista **Direito Processual Civil**, nº 12, 1999, página 245 – apenas na modalidade de agravo retido, exceto para os casos de perigo de lesão grave e de difícil reparação, requisito que seria apreciado como preliminar em qualquer julgamento de agravo de instrumento.

E também na extinção de processo sem julgamento do mérito, no segundo grau, não deveria ser anulada a sentença para a produção de outra, e, sim, o tribunal reformá-la, julgando o mérito imediatamente, desde que não houvesse necessidade de produção de novas provas.

A juíza ainda sugere que o recurso de apelação deva ser recebido apenas no efeito devolutivo. Sabemos que a apelação é recebida nos efeitos suspensi-

vo e devolutivo. Ela defende apenas o devolutivo e dá as suas razões “para não desvalorizar a decisão do primeiro grau, pelo menos quando em discussão matéria já decidida pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo que sem efeito vinculante”.

É verdade que essas inovações processuais deverão ser vinculadas por legislação infraconstitucional. Nessa linha, preocupa-nos especialmente a previsão do artigo 47 da Proposta de Emenda Constitucional nº 29/2000, que veio da Câmara, quando determina a instalação de Comissão Mista do Congresso Nacional para elaborar a legislação necessária à celeridade do Judiciário e à efetividade da prestação jurisdicional.

A experiência histórica mostra que não é da índole do Congresso Nacional a produção de legislação tangido por prazo, mormente nesse caso em que a alta complexidade técnica da matéria fará esta Comissão concluir fatalmente pela necessidade de uma verdadeira lei processual, cuja qualidade vai exigir mais prazo do que o aberto pelo citado artigo.

É por isso, Sr. Presidente Osmar Dias, que, quando aqui esteve o Ministro Costa Leite, e eu lhe dizia da necessidade da legislação infraconstitucional, ele se comprometeu perante toda esta Comissão a trazer para cá, por meio da Comissão que ali ele elaborou, toda ela composta por membros do Superior Tribunal de Justiça, a necessária colaboração para a legislação infraconstitucional. Isso será feito.

Creio que há uma prática. Hoje, temos um problema sério, porque a sentença transita em julgado, o direito é reconhecido, passa-se a executar a sentença, vêm os embargos à execução, e é um nunca mais acabar de recursos. Vamos atacar isso, se Deus quiser, nesta Comissão de Constituição e Justiça, para que não se fique apenas no desejo e a Justiça, ainda que não seja tão célere, passe a ser menos lenta.

Continuo:

Cremos firmemente na necessidade de serem inseridos na PEC 29/2000 – a de que estamos tratando – comandos objetivos acerca do que se elimina, do que se inova e do que se obriga em termos processuais, principalmente no que tange ao recurso extraordinário, ao recurso especial e ao recurso de revista, permitindo aos tribunais, imediatamente, a publicação da emenda em que se converta essa proposta, para aplicação, sob sua autoridade, de princípios processuais que vão iniciar o ataque imediato de uma das principais causas da letargia judicial, qual seja, o irracional sistema de recursos.

Essa irracionalidade, à qual nos referimos, no uso dos instrumentos recursais, já foi registrada pela jurisprudência. Há uma decisão em recurso extraordinário, de 1998 – por coincidência citando um jurista que aqui foi submetido a uma sabatina, o Desembargador Luiz Fux –, e a decisão do Superior Tribunal de Justiça é esta:

“Em uma época na qual, como bem adverte a doutrina (por todos. Confira-se Luiz Fux, em sua defesa de tese sobre a tutela da evidência), a aspiração social é da Justiça urgente, estando os tribunais superiores com uma carga descomunal e crescente do serviço a exigir mudanças profundas e rápidas no sistema recursal – esta é uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, em negrito –, **é incompreensível** que uma das partes, mesmo com razão na tese, bastante conhecida aliás, ocupe a instância especial para manifestar seu inconformismo contra o deferimento de juntada de contra-razões.”

Finda a decisão.

A insuficiência numérica dos juízes. Enfrentando outro aspecto de ácidas críticas ao Judiciário, um integrante seu, do Poder Judiciário, o Juiz Federal Aloísio Gonçalves de Castro Mendes aponta como causas da morosidade da prestação jurisdicional a insuficiência numérica de juízes, o crescimento do número de demandas e legislação ultrapassada.

No mesmo trabalho teórico, trabalho esse publicado na revista da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1996, página 117, ressalta:

“É também citada a insuficiência e a ineficiência dos textos legislativos, o despreparo da magistratura, deficiência e mal uso dos meios materiais postos à disposição do Judiciário e os privilégios e prerrogativas dados às entidades estatais.”

É preciso que nós reconheçamos que é claro que o Judiciário não dispõe de instrumentos necessários, não se lhe dá a ferramenta para que ele possa atuar – e a culpa é nossa, do Legislativo – quando se trata daquilo que eu dizia, dos chamados procedimentos processuais, como a legislação infraconstitucional.

Ponha-se isso acoplado ao que se fala, à má formação dos juízes, e vamos ver que resulta exatamente numa Justiça que pode ser tudo, menos aquilo que o jurisdicionado espera.

Já falamos da relação que existe no Brasil entre um juiz e o número de habitantes. Se compararmos com a Alemanha, lá um juiz é para cada 3.863 habitantes. Ora, a proporção atual e ideal já para a nossa Justiça brasileira, que não quer essa qualidade de

três mil, já se contentaria a população com um juiz para cada 10 mil habitantes. Trinta por cento dos cargos de juízes não estão providos, ou seja, há uma vacância muito grande, porque, além disso, 26% das varas federais criadas recentemente, e aqui, nesta primeira, na nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a depor no plenário, estão vazias.

Diz o Ministro Sálvio Figueiredo, que hoje é, sem dúvida alguma, um dos maiores processualista e que está colaborando com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na feitura da legislação infraconstitucional, o seguinte:

“Não são raras varas onde tramitam mais de dez mil processos por juiz. Na Justiça Federal, entre 1989 e 1994, pasmem os Srs. Senadores, as varas federais receberam 2.843.007 processos, dos quais 1.735.431 foram julgados, permanecendo 1 milhão em tramitação.”

Nas Varas Federais – e não estou me referindo à Justiça Comum –, onde se esperaria que isso pudesse ocorrer com uma rapidez maior, estão sem julgamento, tramitando, um milhão, somente na 5ª Região, para relatar. O Tribunal Regional Federal tem 1.994.393 processos, aqui.

Esses números projetado para todo Judiciário ganham dimensões críticas: quatro milhões de processos por ano. No Supremo Tribunal Federal, de 40 mil processos, em 1997, passaram para 60.099 e algo próximo, hoje, de 70 mil, enquanto na Suprema Corte americana, que é cantada e decantada, que recebe elogios a toda hora, cujos Ministros não recebem, por ano, para julgar cerca, senão, de 300 processos. Isso não está aqui, é um dado meu, numa visita que lá fiz ainda recentemente. E, no Superior Tribunal de Justiça, 100 mil processos em 1997, 128.099 e agora, em 2001, 200.000.

É impossível fazer justiça àquele que procura o Poder Judiciário, que pensa em ver reconhecido o seu direito, com esse volume exagerado e inimaginável de processos tramitando.

A deficiência da produção jurídico-normativa. A deficiência dos textos legislativos é uma realidade cujo enfrentamento vai exigir profunda reflexão do Parlamento Nacional, com alterações ponderáveis no próprio processo legislativo, no sistema de decisão sobre o conteúdo da norma e nas diretrizes de sua inserção no Direito nacional.

Embora reconhecendo que este trabalho não propicia nem o momento adequado e nem a justificativa para abordagem do tema, cremos oportuno frisar que urge instituir-se um mecanismo de controle de qualidade da norma jurídica produzida no Legislativo

Federal, de forma a impedir a inovação imperfeita, assistemática e casuística do Direito brasileiro.

Para o Juiz Fernando da Costa Tourinho Neto, hoje Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, num diagnóstico que ele fez sobre o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal, diz ele:

Diagnóstico preliminar sobre a crise no Judiciário, a produção normativa e garantidamente uma das causas da ineficiência e emperramento do aparelho judiciário:

“As causas são várias”, diz Tourinho Neto, e quem convive com ele sabe que S. Ex^a não tem papas na língua.

Repito, “As causas são várias, a começar pelo atuar letárgico de certa parte dos juízes. Parece até doença. Existe o vírus da preguiçite? A falta de juízes é também razão para a lentidão paquidérmica do Judiciário; a plethora de leis é outro fator; o governo, perdido, a editar medidas provisórias cada vez mais; o Legislativo a elaborar uma profusão de leis, leis casuísticas, feitas ao capricho do momento, leis sem sentido, confusas, um emaranhado, um cipoal de leis mal preparadas, mal discutidas.”

Cabe, neste ponto, uma nota relativa ao movimento de consolidação da legislação federal, iniciada pelo Poder Executivo e pendente na Câmara dos Deputados, cujos efeitos, se afinal concluído em apuro técnico e preservação da competência do Congresso Nacional, poderão ser extremamente benéficos para a pacificação e uniformização do Direito federal.

Quero abordar aqui, e chamo a atenção dos eminentes colegas, um assunto que hoje todos reclamam, que é o excesso de privilégios processuais por entes públicos e os abusos processuais da advocacia pública.

Digo eu:

“Uma atenção maior é devida ao último tópico apresentado pelo juiz Aloísio Gonçalves de Castro – ainda há pouco falava – quanto às prerrogativas e privilégios das entidades estatais. Tanto os prazos especiais para contestar e para apelar quanto o reexame necessário se nos afiguram excessos processuais em benefício de tais entes. A necessidade efetiva e a justificativa técnica desses benefícios de prazo em quádruplo – enquanto o cidadão comum tem apenas um, esses entes têm quatro vezes – e em dobro e duplo grau obrigatório de jurisdição para as lides em que esteja sendo vencido o po-

der público está no ponto para ser repensada, justamente porque desapareceu o argumento fático que a sustentava, qual seja, a deficiência estrutural da advocacia pública para fazer frente às demandas agitadas contra o Estado.

Por entender completamente superadas as causas desse tratamento diferenciado, incluímos dentre as sugestões de nosso parecer duas medidas eliminatórias desses benefícios: o princípio constitucional da igualdade formal, de raiz aristotélica, impõe que o tratamento desigual de desiguais pressupõe efetiva desigualdade. O desaparecimento da alegada posição de inferioridade do poder público em juízo impõe que se recupere a isonomia processual plena na relação processual entre particulares e pessoas jurídicas de direito público interno. E aqui vem o chamado abuso processual na advocacia pública.

Mas o Estado, o Poder Público, concorre entusiasmadamente para essa situação caótica. É irreparável a lição do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, até há bem pouco tempo também seu Presidente, segundo quem... “a independência dos juízes e do Poder Judiciário, mais do que simples expressão de órgão técnico, representa um tema revestido de inegável densidade política. Isso significa que a Magistratura não pode se anular como poder político nem deixar-se subjugar pelos que pretendem impor-lhe o veículo da dominação institucional, convertendo e degradando o Poder Judiciário à condição de instância desqualificada, de submissão, reduzida de maneira inaceitável, em seu indisponível grau de independência e liberdade” (Direito e Justiça, Correio Braziliense, 30-6-97, p. 1). Vai nesse mesmo passo a advogada Carmem Lúcia Antunes Rocha, que diz que “é necessário dar um paradeiro às procrastinações do Poder Público, useiro e vezeiro em postergar o cumprimento de decisões judiciais mediante o expediente, muitas vezes leviano, de interpor recursos que impeçam seu trânsito em julgado” (Revista da OAB, nº 66, p. 34).

Agora mesmo, acabamos de tomar conhecimento de um trabalho do Roberto Armelin e João Roberto Egydio Piza Fontes, que diz o seguinte. Vejam a conduta do Poder Público na ótica desses dois juristas:

“É plenamente sabido – quase fato notório – que essas esferas de poder político assim agem, no mais das vezes, com o claro objetivo de postergar o cumprimento de obrigações a que já foram condenadas pelas decisões judiciais que impugnam, beneficiando-se do efeito suspensivo de vários recursos, e até mesmo ajuizando medidas

de urgência para o mesmo desiderato de procrastinar o cumprimento do julgado. Não temos ciência, todavia, de decisões que têm imposto a essas pessoas condenações por litigância de má-fé, por se valerem de recursos manifestamente procrastinatórios”.

Isso é contra os agentes do Estado.

E eles continuam, dizendo:

“É indissimulável, destarte, que quem provoca avalanches de demanda no Judiciário são as várias esferas políticas do Poder Executivo, que, também, insistem em se utilizar de todos os métodos possíveis (principalmente recursos) para postergar o cumprimento da decisão judicial. Não raro – diríamos: frequentemente – para postergar o trânsito em julgado da decisão condenatória constitutiva de título executivo judicial para possibilitar à parte receber efetivamente a tutela que já lhe foi prestada pelo Judiciário. Restará, ainda, a necessidade de incoar procedimento executivo contra as Fazendas Públicas, e suportar todos os privilégios legais conferidos a esses devedores contumazes, especialmente a submissão ao procedimento de expedição de ofício precatório requisitório, a inclusão da respectiva verba no orçamento do exercício seguinte.”

Paro aqui neste ponto, antes de ir adiante na citação, para dizer que o Superior Tribunal de Justiça trouxe, na pessoa do nosso eminente Presidente Costa Leite, uma sugestão sobre os chamados precatórios, que vão passar a constituir títulos judiciais, para acabar com esse calote oficial do Poder Público. Lá na frente, tocarei no assunto.

Continua a citação:

O efetivo pagamento, com sorte, dispensará a necessidade de se pedir seqüestro de verba ou intervenção federal ou estadual.

Todos sabemos que o Supremo está abarrotado de pedidos de intervenção federal pelo não-cumprimento desses precatórios.

Agora, continua a citação:

“Se não tiver sorte a parte, então, mais procedimento terá o Judiciário que processar e julgar. Tudo isso para obrigar o Estado a cumprir uma obrigação já mais do que líquida e certa, que transcende as raías do Direito e invade o campo da ética e da mo-

ral. Esse cediço procedimento das administrações é, além de injurídico, aéptico e, acima de tudo, imoral”.

Termina a citação.

É, na mesma linha, o diagnóstico do Ministro Celso de Melo, do Supremo Tribunal Federal, para quem, contudo, a edição das súmulas administrativas vinculantes, como autorizada pela Lei Complementar nº 73, poderia contribuir em grande medida para dar um paradeiro à pernicioso e institucionalmente imoral ação do Poder Público.

É de se observar, digo eu, apesar da autoridade incontestável do autor dessa tese que a edição e adoção das súmulas administrativas vinculantes é situada sob a competência da Advocacia Geral da União e que é exatamente esse órgão, secundado pelas procuradorias das autarquias federais, que vem contribuindo decisivamente para o soterramento e inviabilização do funcionamento do Judiciário, expediente que tem produzido resultados notáveis no impedir que o brasileiro obtenha, no Judiciário, e contra o Poder Público uma resposta efetiva a demandas legítimas e legais.

É de se perguntar sobre o interesse que teria a União ao editar súmulas administrativas vinculantes da Advocacia Geral da União de abrir mão de tão eficiente expediente a interposição incansável de recursos protelatórios para fugir às suas responsabilidades, assentadas por decisões judiciais. Essas manobras chicaneiras da Advocacia pública nem sempre atravessa incólumes o ânimo dos julgadores.

E trago aqui uma decisão do Superior Tribunal de Justiça que diz:

“Processual: agravo regimental – Decisão: nega seguimento a recurso especial contrário à jurisprudência do STF. Litigante de má-fé: INSS (autarquia).

Nega-se provimento a agravo regimental que pretende trazer a exame acórdão cujo dispositivo coincide com a jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça. Se o dispositivo do acórdão recorrido coincide com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é porque ela se afina com a lei federal. Recurso especial que o desafia é de manifesta improcedência.”

Fecha-se esta decisão.

Isto é um libelo contra a Advocacia Geral da União ao retardar que se reconheça o direito daqueles que procuram a Justiça.

Há um outro acórdão, que eu me dispense de ler porque os eminentes Colegas estão com a matéria à sua frente, para concluir esta análise judicial com o título “A Falência Judiciária”. Não é necessária análise para perceber nessa soma de fatores o retrato acabado da falência do Judiciário. A eficiência desse Poder somente se realiza na prestação jurisdicional rápida e na execução imediata da decisão. A eficácia da decisão judicial está ligada ao prazo que demanda resposta do Estado ao reclamo da sua intervenção.

Na lição do juiz Sérgio Fernando Mouro, a função precípua do Judiciário é a de solucionar definitivamente os litígios que lhes cheguem. E aí, ele cita uma lição histórica do juiz John Marshall: “Se o Judiciário, digo eu, não realiza essa missão perde a sua finalidade, a sua razão, a sua essência, a sua posição estatal”.

Diogo de Figueiredo Moreira Neto, anota:

“Ao político, ao cientista e ao homem comum, principalmente a este que o sistema judiciário brasileiro não proporciona essa triplice e fundamental segurança. Ao contrário, é lento, caro e ineficiente. Envelheceu, tornou-se obsoleto e incapaz de responder aos indivíduos que, em número crescente, despertam para a vida civil”.

Concluo eu:

O Judiciário, por tudo isso, como desenhado e como operado hoje, está condenado. A superação definitiva do modelo atual brasileiro é apontada objetivamente.

Para o Ministro Salvio de Figueiredo – cito-o mais uma vez –, do Superior Tribunal de Justiça, “se a máquina e o modelo estão superados, não é ao julgador, em princípio, que se haverá de imputar a responsabilidade”.

Para o Ministro Carlos Velloso, a Justiça brasileira – e ele faz uma caricatura – “é uma velha trôpega, cega e surda aos apelos da sociedade”.

A proposta de Emenda à Constituição n.º 29, de 2000, que ora tramita neste Senado Federal, é uma tentativa aberta e histórica de se colocar o Judiciário em posição que lhe permita cumprir a sua missão constitucional.

É com esse intuito que iniciamos o exame primeiro do texto que nos chegou, aprovado pela Câmara dos Deputados, fazendo de maneira comparativa com o quanto consta na Constituição Federal vigente.

E aí os eminentes Senadores verão, a partir da página 17, do lado esquerdo, o texto da Constituição

vigente e as alterações que foram feitas pela Proposta de Emenda Constitucional, na Câmara, do lado.

Basta comparar e onde está em negrito chama-se a atenção. Isto é visto da página 17 até a página 93, quando faço algumas considerações e prerrogativas sobre a problemática de que a adoção do sistema italiano. E os Colegas que disporão disso verificarão que, na página 72, trago, e aqui devo ler para os que compareceram e os que ouvem, que tivemos sugestões que vieram através de emendas; umas foram acolhidas, outras, rejeitadas, e, ao longo do parecer; todas elas foram recebidas, processadas e analisadas têm um comentário.

Na página 72, os eminentes Colegas verão que contribuíram com emendas e com sugestões: o Ministro Humberto Gomes de Barros, do STJ; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em documento firmado pelo seu Presidente, Dr. Rubens Approbato Machado; o Desembargador aposentado, César Pinheiro Rodrigues, Tribunal de São Paulo; o Desembargador Manoel Alves da Rocha, Tribunal de Justiça de Pernambuco; o Promotor André Luís Alves de Melo, Ministério Público de Minas Gerais; Tribunal de Alçada do Estado do Paraná; do Juiz Fernando Moraes, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região; o Juiz de Direito Michel Pinheiro, propugnando pela democratização interna dos Tribunais, do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, em contribuição longa, trazendo a incorporação dessas Cortes aos Tribunais de Justiça; a Defensoria Pública-Geral do Estado do Rio de Janeiro; o Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo; a Procuradoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul; da Associação Nacional dos Procuradores; do Oficial de Justiça em São Paulo; da Associação dos Juízes para a Democracia; do Fórum Permanente dos Coordenadores dos Juízes Especiais Cíveis e Criminais do Brasil; dos Centros de Atividades Culturais; do Juiz Onésimo Mendonça de Anunciação, do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná; de André Luís Alves de Melo; de uma senhora que assinava Márcia, fazendo denúncias, no Rio de Janeiro, sobre acumulações que lhe pareciam inconstitucional; várias delas trazidas também por órgãos de classe, que, mais lá para a frente, são anotadas.

Quero chamar a atenção dos eminentes Colegas para o prazo que trouxe a PEC analisada pela Câmara dos Deputados sobre o ingresso, sobre o número de juízes, a partir das páginas 81, 83, 85, 87, vitaliciamento, 89, todas fazendo um estudo comparativo com a Constituição vigente.

Eu poderia ler o trabalho sobre a súmula vinculante, mas para não tornar tempo dos colegas, cito apenas as páginas 93, 94 e 95 para quem desejar fazer uma melhor contribuição.

Depois nós temos, na página 97, que a Constituição vigente dava como órgãos que poderiam propor ação direta de inconstitucionalidade os que estão alinhados no art. 103. A Câmara corrige uma lacuna e, no *caput*, diz:

“Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade a mesa de assembléia legislativa – era só o que havia na Constituição – ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal – repara a lacuna que havia –, o governador do Estado ou do Distrito Federal.”

Mais adiante – chamo a atenção dos eminentes colegas – o texto vindo da Câmara sobre o problema da provocação para que haja efeito vinculante está todo ele – não há referência na Constituição vigente – solto a partir das páginas 99, 100, 101.

Na 103 também não temos referência na Constituição vigente. É assunto tratado pela Câmara dos Deputados, o chamado Conselho Nacional de Justiça. Os comentários estão sendo levados a efeito da página 106 à página 109. Continua na alteração da competência do Superior Tribunal de Justiça, novamente feita a comparação entre a Constituição vigente e a Proposta de Emenda Constitucional.

Fica, portanto, fácil para os eminentes colegas da Comissão de Constituição e Justiça verem de pronto, numa visualização rápida, o que havia na Constituição vigente e o que veio da Câmara dos Deputados. Isso vai até a página 155.

Na página 155 os eminentes colegas vão encontrar a nova versão: o que veio da Câmara e o que está sendo proposto pelo Relator, no sentido de que haja possibilidade de os colegas sentirem o que foi acolhido, o que foi confirmado, o que foi ratificado, o que existe de correção, o que há apenas de redação para melhor, sem nenhum intuito de trazer qualquer elogio para a Relatoria, pela prática.

Eu queria apenas dizer aos eminentes colegas que quando chegassem na página desse trabalho, a 191, atentassem para o fato de que houve erro de digitação. Ontem passamos a noite inteira trabalhando para fazer o aditamento corrigido.

O Dr. Gabriel acaba de me trazer o aditamento corrigido. Ele e o Dr. Luiz Rocha ficaram lá com a Dr^a Paula. Essa digitação passou a ter o seguinte título: “Aditamento ao parecer do Relator. Título: Cor-

reção de Erros Formais”. Esse foi um trabalho sobre-humano.

Por exemplo: na página 5, no segundo parágrafo, ficou “da causas”. Quer dizer, todos sabem que está faltando um “s” – das causas. Corrigiu-se um juiz para cada habitante. Ou seja, correção de erros formais.

Depois esses erros formais estão sendo levados até a página 6. Peço aos eminentes colegas que vejam na página 6 que há o aditamento ao texto da nova versão do Judiciário. A alteração ocorre à página 170 do parecer.

Solicitaria aos eminentes Colegas que, ao fazerem os seus exames, não deixem de se reportar ao que aqui é apresentado.

Então, temos o aditamento nas páginas 6, 7, 8 e 9, com as devidas justificativas. Por exemplo, na página 8, a Relatoria faz a seguinte declaração:

Alteramos a alínea a do inciso I do §5º para suprimir a possibilidade de perda de cargo do membro do **parquet** por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, no que atendemos à sugestão formulada pela Associação Nacional dos membros do Ministério Público. Entendemos, como essa Associação, a vulneração da garantia constitucional da vitaliciedade.

É claro que há pessoas que estão meio agastadas com a atuação do Ministério Público. Como quem não deve não teme, não há por que deixar essa espada de Dâmoqueles pairando na cabeça do membro do **parquet**. Por isso mesmo, a sugestão da Associação Nacional foi acolhida.

Alteramos também [uma emenda do Senador Pedro Simon] o §1º do art. 128, para prescrever que a escolha do Procurador-Geral da República se faça sob lista tríplice, elaborada pelos membros do Parquet Federal, composta por eleição dentre seus membros maiores de 35 anos e com mais de 10 anos de carreira.

Apenas eu tive o cuidado, aqui, de colocar “10 anos de carreira”, porque senão o cidadão pode se submeter ao concurso para o Ministério Público e, ao cabo de dois anos, já ser Procurador-Geral da República, numa manobra política de seus colegas de classe. E, dessa forma, ele deverá ter 35 anos de idade, ter mais de 10 anos na carreira. É eleição, indicada em lista tríplice, que vai ao Presidente da República, que nomeará, dentre os três escolhidos pelos seus colegas, que só poderá ser reconduzido uma vez. Acaba-se com a velha grita reclamação que havia.

Aqui diz:

Suprimimos da alínea c do §5º a possibilidade de suspensão de subsídios por descumprimento de prazos processuais, por entender demasiada a medida e também para manter a construção simétrica, com decisão de mesmo teor que adotamos quanto à suspensão de subsídios jurídicos.

A simetria foi sugerida pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Tenho aqui uma sugestão firmada pelo presidente, Dr. Martins Vieira, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, introduzindo a cláusula limitadora em razão do cargo. É claro. Em razão do cargo, o membro do Ministério Público fica proibido do recebimento de vantagens.

Também introduzimos cláusula limitadora no inciso III do § 6º no que toca ao decoro no desempenho das funções ministeriais, matéria que remetemos à legislação e organização do Ministério Público.

A sugestão da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público foi acolhida em parte, já que se propugnava aí pela supressão da referência.

Ainda no § 6º:

Acolhemos emenda do Senador Amir Lando, eliminando a possibilidade de perda da vitaliciedade do membro do Ministério Público a partir de decisão do Conselho Nacional do Ministério Público.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público também sugeriu e acolhemos, mediante alteração na alínea b do inciso I do §5º, a imposição de maioria de 2/3 do órgão colegiado competente para a remoção por interesse público de membro do parquet.

Os Colegas verificarão a redação proposta entre 10, 11, vão ver, ao longo de tudo, que foram acolhidas as emendas apresentadas – outras serão apresentadas – pelo Senador Roberto Requião, pelo Senador Arlindo Porto, pelo Senador Roberto Freire. Enfim, todos estão listados, dando um total de 30 emendas, já examinadas antes desse pedido de vista. Ontem, à tardinha, chegou a última emenda, do Senador Amir Lando, que já foi examinada e trazida para cá.

Aqui, na página 13, os Colegas verificarão o aditamento das emendas e o destaque das votações em separado. Isso é para sustentar o parecer no sentido de que cada parte que foi tocada, por exemplo, vou dar a página 14. Na página 14 nós temos o inciso X, do art. 29, dizendo: “o julgamento do prefeito, por crime comum, enquanto no exercício do cargo, perante o Tribunal de Justiça...”

Vou interromper porque o Ministro Nelson Jobim está entrando e passo a palavra ao Senador Osmar Dias, que preside esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Convidamos e o Ministro Nelson Jobim, Presidente do TSE, aceitou participar da Mesa dos trabalhos desta reunião, já que S. Exª teve uma participação efetiva e importante, conforme destacado pelo próprio Relator, Senador Bernardo Cabral, durante a elaboração do parecer do relatório, participando de várias audiências públicas e, por isso, esta Comissão convidou o Ministro Jobim até como forma de prestar a S. Exª uma merecida e justa homenagem.

Com a palavra o Sr. Relator, Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Como dizia ainda há pouco aos meus eminentes Colegas, eu e o Ministro Nelson Jobim, que vai passar rapidamente por aqui, ficamos vários dias juntos, às vezes três horas juntos – menos por S. Exª ser Ministro e eu Senador, mas colegas na Constituinte –, para vermos que forma daríamos para que não voltasse tudo isso. De logo disse ao Ministro Nelson Jobim que eu poderia entrar na história do Judiciário colocando um Substitutivo Bernardo Cabral. Hoje pouca gente sabe que esta matéria começou pelo trabalho, pela eficiência do trabalho do Deputado Hélio Bicudo. No entanto, não se fala mais no Hélio. Não quero para mim esse louro, e disse ao Ministro Jobim que eu iria apresentar propostas de emendas que os Colegas julgariam e, como temos aqui dois Constituintes que trabalharam conosco, o Senador Roberto Freire e o nosso Senador Ademir Andrade, na nossa Constituinte fazíamos o destaque de votação em separado e eliminávamos qualquer barreira. Talvez seja a forma de encontrarmos um trabalho rápido, célere para que isso não volte à Câmara e fique lá mais dez anos. É evidente que terão de voltar aquelas matérias como o Conselho Nacional de Justiça e Precatórios, porque não havia. Mas há muita coisa que podemos recuperar e num bom trabalho, porque outras são de mera redação.

Por isso, os Colegas vão verificando: págs. 14, 15, 16, todas em termos de propostas de emendas e não de um substitutivo geral, como talvez fosse melhor se rendêssemos homenagem à chamada vaidade. Já na pág. 41, observem os Colegas que já existe destaque para votação em separado. Esses destaques para votação em separado é que vão agilizar demais os nossos trabalhos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e tenho quase que a certeza, sobretudo, na forma que será levado ao nosso Plenário.

Depois disso retomamos esse aditamento à pág. 196. Os eminentes Colegas verificarão, a partir da pág. 196, o que foi feito, acolhido o texto, quais os Colegas tiveram a sua redação, a sua proposta mantida. Devo aqui ressaltar um fato que foi uma luta muito grande: trata-se da autonomia das Procuradorias Estaduais. Nós a mantivemos com a seguinte redação:

A autonomia das Procuradorias Estaduais é fundamental, como se disse em outro ponto deste parecer, para assegurar que os advogados do estado não se transformem em advogados do Chefe do Poder Executivo, alterando sua destinação institucional. Os interesses públicos e bens públicos são indisponíveis e sua defesa não pode estar sujeita aos ventos da conveniência política ou da sujeição de um órgão estatal aos caprichos e desejo do governante.

Nunca é demais repudiar quanto às procuradorias estaduais a ponderação célebre atribuída ao banqueiro Japim Morgan. Dizia ele: 'Não preciso de advogados para me dizer o que não fazer; preciso deles para me dizer como fazer o que quero'. Essa máxima, sem a menor dúvida, não se aplica ao interesse público e à defesa da coisa pública.

Mais adiante, os colegas verificarão uma relação de todas as sugestões.

Na página 201 temos o quadro total das sugestões e das emendas apresentadas. As fontes estão do lado esquerdo. Por exemplo: Associação dos Juízes Federais do Brasil, que comporta uma contribuição que vai da página 201 a 210, depois o Superior Tribunal Militar, depois do próprio Deputado Hélio Bicudo, do Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça. Devo dizer que do Deputado Hélio Bicudo há um cem número de sugestões. A Associação Paranaense dos Juízes Federais, depois temos Coordenação Confederativa dos Trabalhadores, Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Há uma Comissão de Juízes Federais que o eminente Senador Arlindo Porto ficou de retirar uma emenda sua junto com o Senador Osmar Dias e Álvaro Dias.

Contribuição do Tribunal Regional Federal, Associação dos Magistrados Brasileiros. São várias páginas, e isso os eminentes colegas verificarão até a página 227. Até a página 229 temos da Ajufe, depois temos do Ministro Humberto Souto do Tribunal de Contas, Josefa Soares da Costa, advogada, Leopoldo Bessoni, André Luís Alves, Marcelo, Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, cujo Presidente

aqui se encontra, Colégio Permanente dos Presidentes do Tribunal de Justiça, Colégio Permanente também dos Tribunais Regionais da Primeira Região, Senador Francelino Pereira, Senador Wellington Roberto, Senador Osmar Dias, Senador Roberto Requião, Senador Lúcio Alcântara, Senador Romeu Tuma, Senador Roberto Requião, Senador Romeu Tuma, Senador Edison Lobão, Senador Pedro Simon, Senadora Maria do Carmo, Senador Álvaro Dias, Senador Osmar Dias, Senador Maguito Vilela, Superior Tribunal de Justiça, houve a contribuição, foi entregue pessoalmente na presença do eminente Presidente Costa Leite, Supremo Tribunal Federal.

Ao chegar à página 265, os eminentes colegas, conforme a nova digitação, o aditamento fonte, Senador Romero Jucá, Senadora Marluce Pinto, Senador Amir Lando, Associação Nacional do Ministério Público, André Luís Melo, Marco Maia Júnior, Senador Amir Lando, consequentemente na página 265 até 269, a partir da 269, vou pedir aos meus amigos e eminentes colegas que desprezassem até a 268 e a partir da 269 temos o nosso aditamento. Esses aditamentos corrigem qualquer dúvida que eventualmente pudessem pairar quanto à digitação.

Passo à leitura da nota final, Sr. Presidente, já pedindo desculpas aos eminentes colegas se demorei muito. Gosto muito de uma frase do Vieira, quando ele se defendia perante o Santo Ofício e termina dizendo que aceitassem o pedido dele de desculpas por ter ido tão longe; ele não tinha tido tempo de ser breve. É o meu caso.

As emendas que este Senado Federal acolher, e que guardem consonância no mérito com o texto decidido pela Câmara dos Deputados, poderão ser submetidas à promulgação tão logo esta Casa ultime a votação. É a situação de eu não ter querido utilizar o chamado substitutivo. As emendas que versem sobre alteração de mérito sobre o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e aquelas que impliquem em cessão de dispositivo novo ao texto da reforma judiciária, se aprovados por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, deverão ser encaminhadas à Câmara dos Deputados para nova deliberação acerca do que aqui se decidiu quanto às inovações de mérito, somente quanto às alterações de mérito.

Na forma do art. 133, inciso V, alínea "c", e § 2º, combinado com o art. 372 do Regimento Interno desta Casa, as razões colacionadas nesse parecer são consideradas como justificção das emendas que se seguem.

Portanto, Sr. Presidente, o aditamento das emendas está intimamente ligado ao parecer. Após a

apresentação pelos eminentes Colegas da sua contribuição, daqueles que ainda não o fizeram, para apreciação do Relator, havia uma sugestão formulada pelo eminente Senador José Eduardo Dutra, já que na quarta-feira anterior tive o cuidado de distribuir esse primeiro trabalho. Hoje seriam os chamados pedidos de vista coletiva. E depois, até o dia 14, recebimento de emendas, para que não se faça, eu dizia, ainda há pouco, a vários Colegas, eu não quero fazer um trabalho que tenha cunho pessoal, quero que todos nós possamos colaborar. As emendas serão bem-vindas, as que puderem ser aproveitadas e aprovadas o serão, ainda que voltem à Câmara de mérito, mas vamos fazer um trabalho que seja de conjunto. Espero, Sr. Presidente, neste final de apresentação deste parecer, reiterar, espero e o faço, os agradecimentos a alguns companheiros que comigo trabalharam e algumas autoridades. Devo, em primeiro lugar, ressaltar o meu velho e querido amigo, o Ministro Nelson Jobim, depois, os Ministros, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio e Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Costa Leite; os meus amigos, que possibilitaram, um, a impressão, repito aqui de novo, Dr. Agaciel Maia, e junto a mim o tempo todo, o Dr. Gabriel. E quero dizer que os colegas que me ajudaram nisso, meus colegas Senadores, todos são merecedores do meu apreço pessoal.

Sr. Presidente, é o relatório, com as manifestações que me cabia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos a forma rápida e objetiva pela qual foi apresentado o relatório pelo seu Relator, Senador Bernardo Cabral e o cumprimos pelo dedicado trabalho desenvolvido, que exigiu a realização de inúmeras audiências públicas, com o comparecimento aqui de autoridades de todo o Poder Judiciário e representantes da sociedade. Cumprimos o Senador Bernardo Cabral pela qualidade do relatório apresentado. E gostaria, antes de iniciar a discussão, de comunicar a V. Ex^{as} que o Ministro Jobim vai se manifestar, mesmo porque ele está aqui para uma visita rápida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele estava participando de um evento aqui ao lado, e aproveitamos para convidá-lo, até para que esta sua presença aqui servisse de homenagem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a contribuição enorme que ele deu para a construção do parecer do Senador Bernardo Cabral. Mas, antes, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco PDT/AM) – Estamos todos ansiosos para ouvir o Ministro Nelson Jobim, mas é só uma indagação, Sr. Presidente. O in-

teiro teor do relatório está disponível para os membros da Comissão? Porque eu não o recebi.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Recebeu. Eu mandei um exemplar para o seu gabinete juntamente com cartão. Na semana passada, o eminente Senador Jefferson Péres não se encontrava aqui, e eu tive o cuidado de mandar para o gabinete daqueles que não se encontravam, com um cartão, exatamente este trabalho, inclusive com o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Ministro Nelson Jobim.

O SR. NELSON JOBIM – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Sr. Relator, Senador Bernardo Cabral, Sr^{as} e Srs. Senadores, estava em um outro evento, discutindo outro tema, quando recebi o convite para passar rapidamente nesta Comissão para saudá-los. Também saúdo o Sr. Relator, porque, na verdade, encontrou-se – e é sempre o Congresso Nacional que encontra essas soluções – uma fórmula de se resolver um problema que ainda não tinha sido resolvido; começou a ser resolvido em outras emendas constitucionais; que é o problema da tramitação dos projetos de emendas constitucionais.

A circunstância de a Constituição de 1988 ter determinado que a apreciação das propostas de emenda constitucional deveria ser feita em Casas separadas e não em sessão conjunta do Congresso Nacional, criou uma espécie de ida e volta, sem saída, já que não se aplica ao processo legislativo de propostas de emenda constitucional – e não pode se aplicar – o processo legislativo ordinário, em que a Casa iniciadora tem preferência sobre a Casa revisora. No caso das propostas de emendas constitucionais, há uma paridade de posições entre a Casa iniciadora e a Casa Revisora.

A solução encontrada pelo Senador Bernardo Cabral é extraordinária, uma vez que, tradicionalmente, se fazia o substitutivo aos textos que vinham da Câmara e, ao fazer o substitutivo completo, voltada toda a matéria à Câmara, onde era recebida como uma proposta de emenda constitucional do Senado Federal. Então, a Câmara a recebia dessa forma e ficava aquilo que, ao meu tempo, nós chamávamos de “pimpom” – ia e voltava –, inviabilizando, inclusive, que pudessem se promulgar aquelas partes do texto que tivesse autonomia temática, tivesse inconsistência e não tivesse relação de subordinação com textos modificados pelo Senado. A forma usada por V. Ex^a é absolutamente elogiável e, efetivamente, demonstra a competência do Senado para compor as questões legislativas e viabilizar a promulgação dos textos que

eventualmente os senhores aprovarem, originários da Câmara, voltando à Câmara exclusivamente aquelas matérias que tenham sido alteradas pelo Senado e que o mereçam ser.

É claro, que isso mostra a competência.

No sistema democrático, são os senhores, exatamente, os portadores da soberania. A soberania popular está depositada nos ombros dos senhores. Os demais Poderes podem ter contatos com a soberania popular, mas não a representam. A representação dos senhores e a modelagem das instituições brasileiras são exatamente decorrência da obra dos senhores. Os senhores, estão, exatamente, fazendo aquilo que é fundamental: olhar o passado, para buscar um acerto de contas do País com seu futuro. E este acerto de contas decorre, exatamente, da observação estrita do processo institucional brasileiro e das regras democráticas do conflito.

Disse-se, alguns vezes, que democracia, na verdade, seria o ? do entendimento. Eu entendo que não. A democracia é, exatamente, as regras de administração de conflitos, porque é com o conflito que se avança e não com entendimento pura e simplesmente. É o conflito que produz a razão e produz a inteligibilidade do futuro, tendo sempre em vista, a volta que se tem para o futuro. Creio, que já abandonamos e o País está abandonando aquelas retaliações com o passado. Olha-se o passado, para fazer um ajuste de contas com o futuro, e não, exclusivamente, para retaliar. Este é o avanço que considero que os senhores estão fazendo, que é uma responsabilidade do Congresso Nacional.

Agradeço a gentileza do Sr. Presidente, do Sr. Relator, cumprimento os Srs. Senadores, pedindo desculpas pela retirada, agradecendo o convite surpreendente de comparecer a esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Esta Comissão agradece ao Ministro Nelson Jobim a presença e suspende a reunião por um minuto para que posamos nos despedir do Ministro. Em seguida voltaremos ao trabalho.

Está suspensa a presente reunião.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está reaberta a reunião.

Vamos, então, colocar em discussão o parecer do Senador Bernardo Cabral.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Creio que há um desejo de pedido de vista, pelo menos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Vista coletiva.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... manifestada até pelo Relator. De forma que, se houver pedido vista, provavelmente...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Por economia de tempo, é melhor conceder vista coletiva logo, discutir e votar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedida vista coletiva. Então, a matéria volta...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Eu já havia...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Roberto Freire havia pedido a a palavra pela ordem antes de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – É só para pedir inclusive uma extrapauta. Eu raramente me utilizo desse instrumento, mas se trata de uma legislação, uma lei que pretende apenas reconhecer um ato jurídico perfeito que os Tribunais não estão aceitando e estão criando problema para a instalação de Municípios que já havia sido instalados. Porém, com a mudança constitucional, criou-se uma certa ambigüidade em decisões judiciais.

Há alguns Municípios que foram emancipados com a sistemática anterior de lei estadual, que fizeram inclusive eleições, que têm prefeitos eleitos, mas que o Tribunal algumas vezes impede. Portanto, é um ato jurídico perfeito que está sendo impedido por algumas decisões de juízes.

No Estado do Senador Pedro Simon, isso me parece que ocorre sempre no Rio Grande do Sul — na Bahia há também alguns casos; há um caso também em Alagoas —, parece-me que há mais problemas desse tipo. E esse projeto, que é terminativo, do Senador Pedro Simon, visa a resolver essa pendência. Ou seja, aquilo que foi ato jurídico perfeito, feito na legislação anterior, legislação constitucional, que tratava da questão das emancipações por lei estadual e que teve o plebiscito, que inclusive alguns elegeram já prefeitos, tem-se que reconhecer a implantação para evitar que haja impedimento. E, óbvio, a partir de ago-

ra, será uma nova realidade constitucional. Trata-se de uma lei federal que regulamenta essa questão.

Portanto, é apenas o reconhecimento de um ato jurídico perfeito que gerou todos os seus efeitos, mas, por decisões judiciais, tem o impedimento concreto e de fato.

Era nesse sentido Sr. Presidente, que eu gostaria que fosse colocado o tema extrapauta, para resolvermos o Projeto de Lei nº 188, de 2001, do Senador Pedro Simon, em que fui o Relator, dando o voto favorável. O projeto é de caráter terminativo nesta Comissão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, logo após a votação da matéria solicitada pelo Senador Roberto Freire, em que a Liderança do Governo concorda e encaminha favoravelmente também, eu gostaria de pedir a inversão de pauta para que o próximo item fosse o 7, que é a PEC nº 42, que trata da questão dos combustíveis, e também a inclusão, após a PEC, do PLC nº 87/01, que diz respeito aos servidores do TCU.

Portanto, é esse o meu requerimento. Eu gostaria que V. Exª o colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos que colocar em votação dois requerimentos: um, do Senador Roberto Freire, que pede a inclusão extrapauta do Projeto de Lei do Senador Pedro Simon, que assegura a instalação de Municípios criados por lei estadual.

É o Projeto de Lei do Senado nº 188.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O outro é a inversão solicitada pelo Senador Romero Jucá.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a Presidência ao Presidente da Comissão, Senador Bernardo Cabral, eu gostaria de dizer que teremos que votar, por estar em regime de urgência constitucional, antes desses projetos que votamos pela inversão, o projeto extrapauta, o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001, que não é terminativo.

Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É extrapauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Autoria da Presidência da República. Relator, o Senador Romeu Tuma. Está em regime de urgência e, portanto, tem a palavra o Relator, Senador Romeu Tuma.

Antes, porém, devolverei a Presidência ao Presidente, Senador Bernardo Cabral.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de conceder a palavra pela ordem a V. Exª, Senador José Agripino, permita que eu agradeça ao eminente Senador Osmar Dias a forma pela qual S. Exª presidiu os trabalhos e, sobretudo, a atenção dos eminentes colegas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, é para solicitar e submeter ao Plenário a preferência para o item nº 11 da pauta – Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2001, que cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Relator é o Senador Bello Parga.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Da mesma forma, Sr. Presidente, gostaria de solicitar preferência para o item nº 22 da pauta, que é apenas

um requerimento em que estou solicitando audiência pública para tratar de um assunto de extrema urgência e importância.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, o Senador José Eduardo Dutra está pedindo a palavra e, em seguida, eu gostaria de falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, após as preferências já aprovadas, eu gostaria de solicitar a preferência para o item nº 9, que é um projeto que já está na Ordem do Dia há algum tempo, considerando, inclusive, que o Senador Romero Jucá, autor do voto em separado, está presente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Será o item nº 3 na preferência.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, se for compatível com o horário da Comissão, porque também é terminativo, eu quero pedir preferência para o item nº 4, do qual eu sou Relator. Como é terminativo, temos que examinar a questão de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Se houver número, V. Exª terá preferência.

Passamos ao Item nº 4 da pauta: Lei de Execução.

Peço a atenção dos eminentes colegas no sentido de que possamos também levar a efeito a votação do Item nº 17, do qual é Relator o Senador Osmar Dias, e, com isso, limparemos com folhas diárias que são gastas na republicação, já que, só nesse item, temos apensados quatorze itens.

Depois do Senador Romeu Tuma e após as preferências já aprovadas, passaremos ao Item nº 17.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma para relatar a matéria que está em regime de urgência e que, portanto, deverá ser examinada agora. A matéria é extrapauta e já foi distribuída, porque tem prioridade em virtude de estar em regime de urgência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Trata-se do projeto que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração em listas de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem independência física ou psíquica, e dá outras providências, e sobre as Emendas numeradas de 1 a 10, apresentadas pelo Senador Pedro Piva.

Faço uma elaboração explicando cada uma das emendas e informo aos Srs. Senadores que isso virá a ajudar em muito, porque 80% da arrecadação serão destinados ao Fundo de Apoio à Polícia Federal, que tem sofrido muito com a falta de verbas, até para uma estrutura de melhor fiscalização do controle de precursores, que são os produtos químicos. Também cria normas para que as empresas coloquem no rótulo o conteúdo de cada um dos produtos elaborados, para um melhor controle da fiscalização.

Há, então, uma redução de taxas para as empresas de pequeno porte, para as filiais de empresas já cadastradas. Para as microempresas, 70%. De forma que somos favoráveis à aprovação com as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, ainda é possível discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sim está reaberta a discussão. V. Exª tem a palavra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, é o mesmo projeto que foi debatido, hoje, na CAS.

Sr. Presidente, solicitei, na CAS, a colaboração do Senador Romeu Tuma para explicitar algumas dúvidas já que foram apresentadas dez emendas e o Relator acatou-as todas. Dentre elas, três se referem a uma exigência para que o transportador porte o guia de trânsito quando se tratar desse tipo de carga. Na Comissão de Assuntos Sociais, pedimos vista com o compromisso de que, dentro de vinte e quatro horas, devolver o projeto.

Portanto, o meu questionamento é no sentido de saber se cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votar o projeto antes de ser votado na CAS, visto termos solicitado vista naquela Comissão.

Trata-se de questão de mérito. Então, liberamos aqui, aprovamos a constitucionalidade e ficamos com a pendência na CAS, onde será votado amanhã.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, posso dar uma explicação sobre a extinção da guia de trânsito?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A nota fiscal, hoje sob controle, mais a rotulagem dos produtos exigidos por este projeto substituem a emissão de

guias de trânsito, o que traria mais uma função burocrática do que propriamente um respaldo à fiscalização, conforme informação da própria Polícia Federal e que provocou essa emenda, retirando a exigência da guia de trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A explicação de V. Ex^a é convincente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma, o Senador Jefferson Péres quer fazer uma indagação a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Senador Romeu Tuma, referente ao art. 20, a lei estabelece os valores dessa taxa de controle de fiscalização em valores que vão, por exemplo, até centavos – R\$319,24. Por que isso?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A tabela foi reajustada. Então, houve uma discussão sobre micro e pequenas empresas e filiais, que teriam que pagar o mesmo valor. Então, encontramos um caminho comum: a redução dessas taxas de cobrança para o alvará de funcionamento das empresas que trabalham com produtos químicos controlados.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – E, os centavos, são por quê?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque o cálculo exigia.

A taxa cobrada é valor sobre um valor redondo, mas quando se faz o desconto, ela se fraciona.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Entendi.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Encerrada a discussão, passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do eminente Senador Romeu Tuma e das emendas queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao Item 11 da pauta, cuja preferência foi votada pelos eminentes Srs. Senadores.

Consulto o eminente Senador Antonio Carlos Júnior se S. Ex^a dá a honra a esta Presidência de ser o Relator adjunto do Item 11, uma vez que o Relator, Senador Bello Parga, está viajando.

Se V. Ex^a aceitar, a Presidência designa-o Relator *ad hoc*. (Pausa)

Concedo a palavra, para relatar o Item 11 da pauta, devidamente examinado pela subcomissão, ao

qual não foi aposta nenhuma divergência, ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA) – Trata-se do parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2001, que cria a Autarquia Federal Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O Relator é o Senador Bello Parga.

Oriundo da Câmara dos Deputados, vem a esta Comissão Projeto referenciado em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, que, afora outras providências correlatas, transforma o Jardim Botânico, do Rio de Janeiro, em Autarquia Federal.

Tendo em vista que este Projeto já foi analisado pela subcomissão, vou simplesmente ler o voto.

Voto.

A esta Comissão, nos termos regimentais, cabe analisar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da iniciativa, ficando o exame de mérito a cargo da douta Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, a quem a matéria, para esse fim, foi distribuída.

Portanto, em termos de juridicidade e constitucionalidade, o Projeto está legalmente constituído.

Votado, no essencial, para transformação de área administrativa para Autarquia Federal, a proposição, a par de conter matéria de competência da União, foi encaminhada pelo próprio Poder Executivo, com o que se harmoniza com a reserva de iniciativa prevista no art. 61, § 1º, alínea “d”, da Constituição Federal, não enfrentando, em suma, qualquer óbice com respeito à constitucionalidade.

O mesmo pode se afirmar, por outro lado, quanto a sua juridicidade e regimentalidade, porque não só se coaduna com os princípios gerais de Direito que informam a matéria como também obedece aos trâmites regimentais pertinentes.

Diante do exposto, limitado o nosso exame à estrita competência regimental desta comissão, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2001.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

Extra-pauta. Foi dada preferência ao item de que é relator o Senador Roberto Freire, sobre o Proje-

to de Lei do Senado que assegura a instauração de Municípios criados por lei estadual.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Roberto Freire.

(Intervenções fora do microfone.)

Extrapauta. Foi dada preferência.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, quando solicitei a preferência, expliquei qual era o objetivo do projeto do Senador Pedro Simon, que é regulamentar o ato jurídico perfeito. Havia uma sistemática para a criação de Municípios, nos termos da Constituição, em que era definida e regulamentada essa criação por lei estadual. Com base nessa sistemática constitucional, foram criados alguns Municípios – plebiscitos foram realizados –, outros foram emancipados, e alguns, por este Brasil afora, inclusive, realizaram eleições e elegeram prefeitos, vice-prefeitos e câmaras municipais.

Entretanto, nesse interregno, ocorreram algumas disputas nos Estados, e houve uma mudança constitucional trazendo para o âmbito federal a regulamentação das emancipações de Municípios no Brasil. Essa situação gerou problemas para aqueles Municípios que tinham sido emancipados, tinham concluído toda a tramitação com base na sistemática constitucional anterior, pois os tribunais de alguns Estados não querem reconhecê-los.

Isso gera uma situação em que, por uma omissão constitucional, em uma transição, criou-se um problema concreto: Municípios foram desmembrados, prefeitos eleitos, e há uma pendência jurídica.

Então, essa lei visa regulamentar essa situação. Ou seja, aquilo que foi ato jurídico perfeito na outra sistemática evidentemente tem que ser reconhecido. E, obviamente, com a nova sistemática, todo e qualquer processo de emancipação, agora, tem que se basear naquilo que é determinação de uma lei federal.

Apenas isso, Sr. Presidente. Creio que é uma forma de resolver uma pendência jurídica, cumprindo e restabelecendo o ato jurídico perfeito, dando uma regulamentação legal. É o que pretende o Senador Pedro Simon, e meu voto é favorável.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Peço a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Para discutir, tem a palavra o eminente Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Início dizendo que sou plenamente favorável, mas quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presi-

dente, para trazer à Comissão um assunto que me preocupa.

Primeiramente, ainda no contexto desse projeto, gostaria de consultar o autor e o relator sobre a possibilidade de resolvermos também o problema – ainda tendo em vista o § 4º do art. 18, anterior à Emenda Constitucional nº 15, que o modificou – dos Municípios que já têm autorização para realizar plebiscito, se seria possível inserir aqui uma emenda.

Estou na dúvida se solicito vista, porque eu gostaria de estudar. No caso do Amapá, por exemplo, temos algumas regiões em que o plebiscito foi autorizado pela Assembléia Legislativa, mas não foi realizado ainda, mediante a lei anterior. Então, não houve o ato jurídico perfeito.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Só para esclarecer, não podemos fazer isso, e vou explicar por quê. Talvez, para respeitar uma decisão do Tribunal, que solicita, por exemplo, que tenhamos e que regulamentemos, por lei complementar, a criação dos novos Municípios, coisa que não fizemos ainda. Os tribunais não estão aceitando, enquanto não houver essa regulamentação em lei complementar. Talvez, o interessante fosse discutirmos, exatamente, essa regulamentação, essa lei complementar, para tratar desses casos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – P) – Exatamente.

Aproveitando, Sr. Presidente, o debate, quero anunciar que vou apresentar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania uma consulta sobre a interpretação da nova redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, porque a nova redação diz:

“A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual” – nenhuma dúvida – “dentro do período determinado por lei complementar federal...”

Então, qual é o objetivo da lei complementar federal? É apenas definir o período?

“...e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações de Municípios envolvidos, após divulgação do estudo de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei.”

Que lei? Estadual ou federal? Isso é tão complicado que existem vários projetos tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados que são divergentes quanto ao entendimento desse dispositivo do §4º do art. 18.

Nesse sentido, aproveito o debate deste projeto para manifestar essa preocupação, pois da forma como está o § 4º, fica muito difícil o Congresso regulamentar. A lei complementar federal vai estabelecer o quê? É preciso uma lei complementar federal somente para estabelecer em que período se pode fazer plebiscito? E a outra lei que fala aqui embaixo, “na forma da lei”, é estadual ou federal?

Tenho uma nota técnica da Consultoria do Senado a respeito deste assunto, respondendo a uma indagação minha e colocando várias dúvidas no entendimento desse dispositivo. Por isso, nos próximos dias, estou encaminhando um pedido de consulta à Comissão, exatamente para saber qual a interpretação que será dada a esse dispositivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Como a matéria é terminativa, vou proceder à leitura da lista de votação nominal para colher os votos.

(Procede-se à votação.)

Volaram “Sim” 13 Srs. Senadores, assinalada a presença do autor Senador Pedro Simon.

O projeto de V. Exª foi aprovado por unanimidade, Senador Pedro Simon.

Passa-se a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma, para oferecer o seu parecer extrapauta sobre assunto ligado ao Tribunal de Contas da União.

O SR. ROMEU TUMA (PFL– SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a confiança de V. Exª em delegar-me a relatoria deste projeto pela importância que representa, hoje, o Tribunal de Contas da União.

Com a Comissão de Orçamento, vimos a importância da análise e da prefixação de verbas orçamentárias com a devida fiscalização do Tribunal de Contas, posto que, assim, provavelmente evitaremos maiores problemas em situações posteriores à conclusão de obras. Portanto, tem que haver uma estrutura, um quadro de pessoal e um plano de carreira já formalizados no projeto, que já foi apreciado em todas as comissões por que passou e aprovado na Câmara dos Deputados.

O referido projeto, composto de 34 artigos e sete anexos, fixa o quantitativo de quadros efetivos, funções de confiança e cargos em comissão. Estrutura a carreira em três níveis: Analista, Técnico e Auxili-

ar de Controle Externo. Estabelece os níveis de redistribuição dos cargos em funções.

Como consta aqui todo o esclarecimento do que se compõe o projeto, a análise dele nos termos do art. 101, I e II, “f”, do Regimento Interno do Senado, cumpre a esta Comissão examinar a proposição sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e mérito.

Informo, então, que toda a análise foi feita, foram consultados os técnicos e assistentes da Assessoria do Senado Federal, que afirmaram se tratar de um projeto exemplar que, provavelmente, servirá de modelo a outras carreiras em processo de reestruturação, de forma que consideramos oportuno, relevante e justo. Portanto, somos favoráveis à proposta, mediante o aspecto jurídico e constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o eminente Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do Governo, apenas para encaminhar favoravelmente ao projeto. Esse projeto fortalece o Tribunal de Contas da União, o que consideramos importante. Portanto, o Governo concorda com o relatório apresentado pelo Senador Romeu Tuma e pede a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, de forma objetiva, quero dizer que me debrucei na análise desse projeto. Confesso que há pontos em que tivemos dúvidas e mesmo divergências entre membros da nossa assessoria e do Bloco. Ao final, estávamos convencidos que era possível aprovar o projeto. Então, voto pela aprovação do mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Manifesto minha opinião, aduzindo uma informação a mais, qual seja a de que esse projeto foi discutido em profundidade e foi objeto de acordo com o Poder Executivo, tanto em nível de Gabinete Civil quanto de Ministério da Fazenda. Assim, podemos aprová-lo com tranquilidade porque do ponto de vista técnico a proposição é conveniente e do ponto de vista da exequibilidade o projeto está perfeito.

Encaminho favoravelmente ao projeto pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PMDB – CE) – Sr. Presidente, também considero que esse projeto representa uma avanço e que trata de um assunto muito importante. Por isso, entendo que devemos votar favoravelmente a ele.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua em discussão.(Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

Será dado conhecimento ao Ministro Humberto Souto do modo cavalheiresco com que os senhores se referiram ao projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, foi aprovado um requerimento que dava prioridade à apreciação do item nº 7, que trata dos combustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Haverá pedido de vista do Item nº 7?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romero Jucá, a Subcomissão, composta pelos Senadores José Agripino, José Eduardo Dutra e Osmar Dias já elencou o que é convergente, e o projeto de V. Ex^a está incluído. Peço a V. Ex^a que permaneça um pouco mais após a apreciação do item nº 7.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Ficarei atendendo ao apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Item nº 7.

Com a palavra o eminente Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – O Item nº 7 refere-se à PEC nº 42. Esse projeto é extremamente importante e precisa ser aprovado até o final do ano, porque dispõe sobre a criação da Contribuição de Domínio Econômico em substituição à Parcela de Preço Específica – PPE.

Trata-se de um projeto jurídica e constitucionalmente correto, sendo importante destacar um parágrafo:

“Com a proximidade da total liberação do mercado nacional relativo ao petróleo e seus derivados e ao gás natural, tornam-se necessárias as alterações

propostas como única forma de evitar distorções de natureza tributária entre o produto interno e o importado, em detrimento daquele, que fatalmente ocorrerá, se mantido o ordenamento jurídico atual.

Assim, adotada a presente proposta, poder-se-á construir e implementar, sem nenhum obstáculo de natureza constitucional, uma forma de tributação dos referidos produtos que garanta a plena neutralidade tributária.”

Portanto, não se deseja o aumento de impostos. Na verdade, pretende-se, com a criação dessa contribuição em substituição ao PPE, dar condição para que, com a liberação dos produtos importados, a partir de janeiro, o Governo tenha mecanismos para equalizador a situação, não gerando prejuízos à produção nacional.

Diante dos argumentos, o parecer é favorável à aprovação do substitutivo, na forma como veio da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedida a vista ao eminente Senador Jefferson Péres.

Eminentes Senadores, autores de projetos listados pelos Senadores José Eduardo Dutra, José Agripino e Osmar Dias, temos itens absolutamente convergentes.

Quanto ao item nº 2, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, relatado pela Senadora Maria do Carmo Alves, a Subcomissão opinou pela convergência.

Pergunto se alguns dos senhores discorda da matéria que tem parecer pela aprovação e pela convergência unânime da Subcomissão formada pelos Senadores José Eduardo Dutra, José Agripino e Osmar Dias. Se não houver, dispensaremos a eminente Senadora Maria do Carmo Alves da leitura. Pediremos apenas que S. Ex^a faça a leitura da conclusão final para que fique registrado na ata dos nossos trabalhos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, quero me associar ao pedido de vista da PEC nº 42.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Que o eminente Senador Jefferson Péres pediu?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vista coletiva da PEC nº 42.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em face do exposto em toda a matéria, voto pela aprovação integral da propositura.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer da eminente Senadora Maria do Carmo Alves, referendado pela Subcomissão, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 3, da pauta. Relator: Senador José Agripino. A Subcomissão também apóia, por unanimidade, o relatório de V. Ex^a.

Em discussão o Item 3 da pauta.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Não houve unanimidade quanto ao Item 4 da pauta, o que acontece com o Item 5, que tem como autor o Senador Maguito Vilela. Relator: Senador Álvaro Dias. Parecer pela aprovação. A sub-relatoria foi unânime.

Portanto, passa-se à discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 6 da pauta, terminativo, mas a Comissão foi unânime.

Passa-se ao Item 8 da pauta.

Parecer unânime da Subcomissão. Relator: Senador Lúcio Alcântara.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado o Item 8.

Depois, voltaremos ao Item 5 da pauta.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, pedi preferência para o Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mas V. Ex^a terá, porque não houve unanimidade, mas só estou colhendo os votos. No item 4, não houve unanimidade. Houve um voto discordante.

Item 10 da pauta. Relator: Senador Amir Lando. Tem a convergência unânime da Subcomissão. Portanto, se nenhum dos Srs. Senadores discordarem, coloco em votação o Item 10.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, já havia informado a V. Ex^a que, quanto ao Item 10, havia revisto a minha posição. Solicito vista.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Item 10. Concedida vista ao eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – O Item 4 está sendo colocando como minha discordância?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, V. Ex^a concorda.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Mas há um voto discordante, Sr. Presidente, quanto ao Item 4?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Há um voto discordante do eminente Senador José Agripino, que se encontra aqui.

É terminativo, Lei de Execução para permitir a remissão de pena por meio de estudo, não tem o aprovo de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Reformulo o voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então, passa-se ao Item 4, terminativo. Há convergência.

Vamos à lista de votação nominal.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, como Relator, gostaria de usar da palavra, por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, o Senador José Eduardo Dutra apresentou uma emenda, sobre a qual não emiti parecer,

mas o faço agora, concordando com o texto da emenda do Senador José Eduardo Dutra.

A diferença é que o texto original do projeto – Item 4, página 259 – estabelece que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto deverá remir pelo trabalho ou pelo estudo – acrescenta-se “ou pelo estudo” – parte do tempo da execução da pena. O Senador José Eduardo Dutra quer deixar explícito que estão excluídos desse benefício os casos de crimes hediondos, prática de tortura, tráfico de entorpecentes, drogas afins e terrorismo. Assim, concordo com a emenda.

Sr. Presidente, gostaria de fazer mais uma observação quanto ao art. 129. O projeto altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210. Apresento uma emenda de redação para acrescentar “e de estudo” após a expressão “dos dias de trabalho”, no **caput** do art. 129. Houve mesmo uma falha de redação. Como o projeto prevê, trabalho e estudo, o **caput** do art. 129 ficaria da seguinte forma: “A autoridade administrativa encaminhará, mensalmente, ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando e dos dias de trabalho e de estudo de cada um deles”. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a, como Relator, está tomando a iniciativa...

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Estou inserindo a expressão “e de estudos”. O projeto prevê a remissão de pena pelo trabalho e pelo estudo, sendo que, pelo trabalho, são três dias de trabalho para remir um dia de pena; e, pelo estudo, são dois dias de estudo para remir um dia de pena. Isso tem que ser constatado pelo diretor administrativo do órgão penal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não há divergência. Está acolhido.

Indago aos eminentes Senadores sobre a possibilidade de, em vez de chamarmos um por um, seguirmos a última lista de votação nominal para o Item 4 e suas emendas, a fim de ganharmos tempo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Aprovado o Item 4 e as emendas, assim como o Item 5, pelas mesmas circunstâncias, obedecida a lista.

Fica aprovado também o Item 6, por não haver absolutamente discordância alguma dos eminentes Srs. Senadores e por não ser terminativo.

O Item 4 foi aprovado com a reformulação do eminente Senador.

Quanto ao Item 7, foi concedida vista coletiva.

O Item 8 foi aprovado.

Quanto ao Item 9 não houve, por enquanto, acordo.

Quanto ao Item 10, foi concedida vista ao eminente Senador José Eduardo Dutra.

Item 11, aprovado. O Relator *ad hoc* é o eminente Senador Antonio Carlos Junior.

O Item 12 a Subcomissão também, por unanimidade, entendeu que era convergente. O Relator é o Senador Osmar Dias. Não houve nenhuma divergência. Não foram oferecidas emendas na discussão em turno suplementar. O substitutivo ao Item 12 já foi aprovado, e não foram oferecidas emendas. Consequentemente, como não foram oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno. O Item 12 foi aprovado.

O Item 13 é idêntico. Não havendo quem queira manifestar-se, está aprovado.

O Item 14 é terminativo, e houve unanimidade dos Srs. Senadores que compõem a Comissão sobre o serviço de telefonia. Pergunto a V. Ex^{as} se podemos seguir o mesmo critério da lista de votação anterior.

Aprovado. Será registrado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – CE) – Foi aprovado o parecer do Relator, que é contrário ao projeto?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Aprovado o parecer do relator. Ele foi rejeitado quanto ao mérito. O parecer do Relator foi aprovado pelo Senador Osmar Dias e, por unanimidade, pela Subcomissão.

Item 15, por igual: também houve unanimidade. Relator: Senador José Eduardo Dutra.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, na forma da manifestação da Subcomissão.

Não houve acordo quanto ao Item 16.

Item 17. Peço a atenção dos eminentes Pares, pois o Item 17 foi aprovado unanimemente por toda a Subcomissão e, assim, eliminaremos da pauta os Itens 17 a 21, porque todos estão com projetos de lei anexados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a posição do Governo é de que há al-

guns óbices em relação a essa matéria. Peço vista para poder apresentar, se for o caso, um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª pede vista?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedido vista ao eminente Senador Romero Jucá. A pauta não se repete.

Item 18. A Subcomissão deu por aprovado o projeto de autoria do Senador Ademir Andrade. O Relator é o Senador José Fogaça, que deu seu parecer pela aprovação mantida. Como é terminativo, pergunto se seguiremos a lista anterior.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedido vista ao Senador Romero Jucá.

O projeto é terminativo apenas na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sim, mas o Governo tem algumas questões que preciso checar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – **Item 19.** A Relatora é a eminente Senadora Maria do Carmo Alves. Os nobres Senadores que compõem a Subcomissão, unanimemente, deram por aprovada a manifestação da Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves.

Em discussão. Pergunto se algum Senador deseja manifestar-se.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha favoravelmente o parecer da eminente Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 20. O Relator é o Senador Roberto Requião, sobre problema de Conselho Ético. Por unanimidade também, a Subcomissão deu pela aprovação do parecer.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 21. O parecer do Senador Francelino Pereira é pela aprovação e foi aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, também peço vista do Item 21.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª poderá pedir vista na próxima semana, porque não vou colocá-lo em votação. V. Exª ganhará sete dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – **Item 22.** Não há nenhuma dissensão. Trata-se de requerimento do eminente Senador Osmar Dias pedindo audiência pública para discutir a questão da regulamentação das cooperativas de eletrificação rural. São convidados: Dr. José Mário Abdo, Diretor-Geral da Aneel; Dr. Paulo Brossard, Ministro aposentado; Dr. Orlando Gonzales, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia; Ministro Pedro Parente, Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE); Sr. Jânio Stefanelli, Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas; e o Sr. Odílio Orticosi, representante da Retchel Engenharia.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Faço uma proposição ao Senador Osmar Dias para que troquemos a presença do Ministro Pedro Parente pela do Dr. Afonso Henriques, Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, que efetivamente tem mais informação e mais condições de discutir esse detalhe do que o Sr. Ministro. Apesar de ele estar cuidando do racionamento, essa questão é específica e relaciona-se às atribuições do Ministério de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É verdade. O Professor Afonso Henriques é uma grande autoridade.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT-PR) – Sr. Presidente, aceito a sugestão do Senador Romero Jucá pela substituição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 13. No dia 1º de novembro de 2001, a matéria foi encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, por solicitação da Subsecretaria da Coordenação Legislativa, com a finalidade de inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 652, de 2001, de iniciativa do Senador Edison Lobão, de retirada definitiva da matéria. Portanto, aguarda-se a manifestação da Mesa.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, registro que o meu entendimento é de que não há necessidade de requerimento. Se houver, eu o farei sem nenhum problema.

Sobre o assunto ainda da ação afirmativa que se refere a quotas para a população negra nas universidades e nos concursos públicos, pretendo realizar, já com data definida – 21 de novembro, quarta-feira, a partir das 13 horas –, uma oficina de debate nesta Comissão, convidando vários especialistas. Não seria uma audiência pública, porque, diferentemente desta, todos os convidados poderiam manifestar-se para tentarmos estabelecer um consenso a respeito do texto.

Consulto V. Ex^a se há a necessidade de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a fará uma reunião informal?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Uma reunião informal, uma oficina de debate.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O auditório está cedido a V. Ex^a, assim como todas as dependências não apenas da sala de Comissões como do gabinete para que V. Ex^a tome as providências necessárias.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Será no dia 21, quarta-feira, às 13 horas. Todos os interessados e os Srs. Senadores estão convidados para participar dessa oficina de debate. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a chegou a manifestar-se a respeito do Item 16?

Senador José Agripino, em relação ao Item 16, houve manifestação de V. Ex^a?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, sou contra o Item 16. Manifestei-me na discussão anterior da semana passada.

Não há **quorum** para a votação do Item 9, que é uma Emenda Constitucional de autoria do Senador Tião Viana, a que dei parecer favorável, com substitutivo ampliando. O projeto trata da questão do voto secreto no âmbito do Parlamento.

Há um voto em separado do Senador Romero Jucá. Esse assunto já está na pauta há algum tempo, mas não há **quorum** no momento para votá-lo. Reconheço que se trata de tema polêmico. Entretanto, essa é uma emenda antiga no Senado Federal, cuja discussão foi, de repente, incluída na Câmara dos Deputados no bojo de um chamado pacote ético. Essa não é questão que diga respeito à ética. Os argumentos a favor e contrários são bastante poderosos. Alinho-me àqueles que são contra o voto secreto em nome do Parlamento, mas não classifico os que defendem a continuidade de alguns itens como aéticos.

A referida matéria foi incluída na Câmara dos Deputados no pacote ético. Como é uma emenda que já está no Senado Federal há algum tempo, seria importante que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifestasse favorável ou contrariamente ao assunto. Por isso, solicito que esta matéria seja incluída como primeiro item da pauta na próxima reunião para que os Srs. Senadores, membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, possam, de uma vez por todas, manifestar-se sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a será atendido.

Não havendo mais nenhuma matéria a ser tratada, a Presidência encerra a presente reunião, lembrando que foi concedido vista coletiva à matéria constante na Reforma do Judiciário pelo eminente Senador Osmar Dias, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que, como foi concedida vista coletiva, a PEC nº 42 seja o segundo item da pauta da próxima semana, porque haverá prazo para votação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência colocará a referida PEC como segundo item da pauta.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h49min.)

Ata da 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2001, quarta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e oito minutos, do dia quatorze de novembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, João Alberto, Luiz Otávio, Romero Jucá, Antonio Carlos Júnior, José Eduardo Dutra, Ricardo Santos, Francelino Pereira, Jefferson Péres, Lúcio Alcântara, Artur da Távola, Pedro Simon, Bello Parga, Marluce Pinto, José Agripino, José Fogaça, Leomar Quintanilha e Sérgio Machado reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Gerson Camata, Maguito Vilela, Íris Rezende, Amir Lando, Roberto Requião, Luiz Pontes, Pedro Piva, Roberto Freire, Osmar Dias e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Comissão aprova a inversão de pauta. Passa-se ao Item 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2001 (PEC nº 277, de 2000, na Câmara dos Deputados), que “Altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição Federal (Dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo, incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de Petróleo e combustíveis)”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Pela aprovação da PEC, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3. Em 31/10/2001, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Íris Rezende. Em 07/11/2001 foi concedida Vista coletiva aos Senadores Jefferson Péres e José Agripino. Em 13/11/2001, foi devolvido pelo Senador Jefferson Péres com as Emendas nºs 2 e 3. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à PEC, com a rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3. Item 11) SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELA COMISSÃO

DE EDUCAÇÃO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1996 – NÃO TERMINATIVO – que “Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e da outras providências”. Autoria: Deputado Elias Murad. Relator: Senador Ricardo Santos. Parecer: Pela aprovação do PLC 105/96, na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Educação, com o acolhimento da Subemenda nº 1, de autoria do Senador Romeu Tuma, oferecida perante a CCJ; e pela rejeição do PLS 154/97. Resultado: Concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. Item 9) REQUERIMENTO (SF) Nº 628, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO – que “Requer ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a mudança para adaptar aos cálculos da dívida externa brasileira às normas internacionais e os novos critérios adotados referentes aos empréstimos entre matrizes e filiais que passou a ser classificado como investimentos diretos”. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Pela aprovação. A matéria tramita com o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001. Resultado: Aprovado o Parecer. Item 10) REQUERIMENTO (SF) Nº 635, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO – “Requer ao Ministro da Fazenda informações sobre o perfil da dívida do setor agropecuário, a partir de 1990, a serem obtidas junto aos agentes financeiros e Banco Central, incluindo os recursos dos Fundos Constitucionais, PRONAF, PROCERA, PROGER Rural e BNDES/FINAME”. Autoria: Senadora Heloísa Helena. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Pela aprovação. A matéria tramita com o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001. Resultado: Aprovado o Parecer. A Comissão aprova a inclusão de dois itens extra-pauta. Passa-se ao Item Extra-Pauta nº 1) EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 1996 – NÃO TERMINATIVO – que “Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização”. Autor: Senador Lúcio Alcântara. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Parecer. Item Extra-Pauta nº 2) REQUERIMENTO (SF) Nº 630, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO – que “Requer inserção nos Anais da Casa de Voto de Congratulações aos Senhores Guarino Bissoli e seu filho Gelson Bissoli, produtores rurais do Distrito de Vila Pontões, Município de Afonso Cláudio – ES, que obtiveram a 5ª e 8ª classificações no Concurso de Qualidade de Cafés 2001 do Brasil, promovido pela Associação Brasileira de Cafés Espe-

ciais". Autoria: Senador Gerson Camata. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Parecer. Item 13) REQUERIMENTO Nº 10-CCJ, DE 2001, que requer nos termos regimentais a retirada da Emenda nº 32, à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que lhe acrescenta o art. 48. Autoria: Senadores Osmar Dias, Roberto Requião e Álvaro Dias. Resultado: Aprovado o Requerimento. Item 4) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO- que "Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal". Autoria: Senador Lúcio Alcântara. Relator: Senador Osmar Dias. Relator "Ad hoc": Senador Romeu Tuma. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. Item 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2000 (PEC nº 96, de 1992, na Câmara dos Deputados) Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21 de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92 de 1999; 1, 5 e 20 de 2000; e 15, de 2001, que "Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário". Autoria: Deputado Hélio Bicudo. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: pela aprovação, com as Emendas que apresenta. Em 07/11/2001, foi concedida Vista Coletiva. Resultado: agendada para a próxima Reunião, a realizar-se em 21/11/2001, a discussão e votação do Relatório, bem como das Emendas apresentadas. A Presidência registra a presença do Deputado Arnaldo Madeira. Passa-se ao Item 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, DE 2001 –NÃO TERMINATIVO- que "Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, e aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados nas terras indígenas localizadas na Região de Ponte de Pedra, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências". Autoria: Senador Jonas Pinheiro. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela aprovação. A matéria foi despachada inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais. Vem à CCJ, nos termos do Requerimento nº 327, de 2001, de iniciativa da Senadora Marina Silva. Em 17/10/2001, foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. Em 24/10/2001, foi devolvido pelo Senador José Eduardo Dutra com Voto em Separado opinando pelo sobrestamento da matéria. Em 31/10/2001, foi encerrada a discussão, e adiada a votação. Resultado: A Comissão aprova o Relatório do Senador Leomar Quintanilha, que passa a constituir o Parecer da CCJ, pela aprovação do Projeto. Por falta de *quorum*, a Presi-

dência declara encerrada a Reunião, às onze horas e trinta e um minutos, ficando adiados os seguintes itens constantes da pauta, a saber: 02) PEC nº 38, de 2000; 05) PEC nº 38, de 1999; 07) PLS nº 84, de 1999; 08) PLS nº 264, de 2000; 12) PLC nº 53, de 2000; e 14) PEC nº 3, de 1999; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador. – **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 51ª Legislatura.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

(Pausa.)

Há um requerimento endereçado à Mesa de autoria do Senador Romero Jucá. Antes de colocar em votação, deve-se esclarecer aos eminentes Srs. Senadores que a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manteve tratativa com a Presidência do Senado no sentido de começar a Ordem do Dia, na forma regimental, tão logo sejam encerradas as discussões de alguns projetos e votado o presente requerimento.

O Senador Romero Jucá pede preferência para a Proposta de Emenda Constitucional nº 42/2001, em detrimento das demais constantes da pauta da 38ª reunião ordinária.

Em discussão, o requerimento de S. Exª.

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Dou a palavra ao eminente Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, já li o relatório dessa PEC na semana passada, quando foi concedida vista coletiva.

Essa PEC tem uma importância fundamental em alguns aspectos da vida do País. Primeiro, ela representa R\$ 6 bilhões do orçamento já configurado do próximo ano, colocados como receitas condiciona-

das. Portanto, a não-aprovação dessa PEC no prazo resultará num déficit, no Orçamento, de R\$ 6 bilhões nas aplicações deferidas para a equalização do preço do petróleo, a recuperação de estradas e a proteção ao meio ambiente.

Um outro dado fundamental sobre essa PEC é que ela é um instrumento para definir e acabar com a sonegação do ICMS sobre combustíveis no Estado. Estamos com dados aqui que mostram efetivamente uma sangria aos cofres dos Estados por conta dessa indefinição da legislação do ICMS dos combustíveis, o que gera medidas liminares na Justiça, fazendo com que os estados deixem de arrecadar. Daria só um exemplo: apenas uma empresa no Rio de Janeiro deixou de arrecadar, de 97 até outubro de 2001, R\$157 milhões. Apenas uma empresa!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Romero Jucá, desculpe-me interferir, mas gostaria de acrescentar em relação a essa sangria a que V. Ex^a se referiu, e até ao crime de sonegação fiscal, que há empresas de venda de combustível que estão sonegando tudo e que estão sob investigação da CPI do Roubo de Cargas. É um montante assustador! Há uma desfaçatez de se prosseguir nesse sistema, fechando e abrindo outras firmas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – É verdade. Agradeço a colocação de V. Ex^a, Senador Romero Jucá, porque efetivamente é isso que está acontecendo e é isso que temos que coibir com a aprovação dessa PEC.

Outra questão fundamental em relação à aprovação da PEC é que, a partir de janeiro do próximo ano, estarão liberadas as importações de combustível. E essa PEC define exatamente uma condição de equalizar os preços do produto importado com o produto nacional. Se isso não ocorresse, se a PEC não fosse aprovada, teríamos a gasolina importada custando 15,5% a menos, o diesel, 12%, e o GLP, 14%, o que geraria um desequilíbrio para a produção nacional.

Então, esses são os assuntos mais relevantes, Sr. Presidente. Portanto, apresento um parecer pela aprovação do substitutivo da forma como veio da Câmara dos Deputados, rejeitando todas as emendas que foram apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a rejeita todas as emendas?

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – V. Ex^a me permitiria um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Pois não.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que fui procurado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Pará. A Secretária Tereza Cativo esteve no meu gabinete depois de uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária, colocando um aspecto que não sei se já foi solucionado. Hoje, em especial no meu Estado, o Pará, que é de onde realmente conheço a matéria, recebemos o repasse do recolhimento dos impostos federais direto, porque temos apenas a Petrobras, que é quem libera, refina e vende o petróleo beneficiado. Então, para nós, é fácil, hoje, receber o imposto, porque há apenas uma única fonte, e o Estado recebe isso imediatamente no mês subsequente.

Ocorre que agora, com a liberação da importação do petróleo – que é necessária e que deve acontecer por uma necessidade imperiosa até da questão de mercado –, teremos que fiscalizar centenas de empresas, eu diria, ou até voltaremos àquela velha prática de fiscalizar na bomba, e isso vai realmente criar um decréscimo na receita estadual, com certeza.

O levantamento que temos é em torno de 30% do que hoje é repassado dos impostos na área de combustíveis e lubrificantes. Então, a sugestão que foi feita era a seguinte: permaneceria o mesmo sistema com as novas empresas que fossem as distribuidoras, no caso hoje duas ou três empresas, como serão elas...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Cobrando por dentro, cobrando na distribuição.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – E cobrando na origem para que o Estado não seja prejudicado no recolhimento do seu imposto. Essa é a observação que eu tinha a fazer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Eu gostaria de registrar, Senador Luiz Otávio, que a PEC define que os Estados discorrerão e definirão as tarifas e também a sistemática de funcionamento. Portanto, não há nenhum prejuízo que a sistemática seja mantida, pelo contrário: a nova PEC garante um recolhimento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de R\$6 bilhões e 900 milhões a preços de dezembro deste ano. Portanto, para os Estados também é uma sistemática importante.

Eu gostaria de dizer também que havia dúvidas em algumas Secretarias da Fazenda de que com a aprovação da PEC poderia, de repente, ser criado um problema na arrecadação dos Estados. Estamos mostrando que é o contrário, e mais do que isso: enquanto a lei complementar que regulamentará a PEC

não for aprovada por todos os Estados na sistemática de aprovação do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), o que estará valendo é a lei complementar atual, a nº 087, de 13 de setembro de 1996, que define as alíquotas que estão vigendo hoje, portanto não haverá nenhum tipo de prejuízo para os Estados no sentido de aprovação dessa PEC.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Só o Confaz como um todo...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Só o Confaz como um todo é que vai definir a uniformização das alíquotas. Se um Estado não definir, continuaremos do jeito que está até que haja uma unanimidade, ou uma lei complementar, aprovada com **quorum** qualificado no Congresso Nacional, o que talvez seja mais difícil do que definir a questão do entendimento do Confaz.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de dar a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, devo esclarecer aos eminentes colegas que hoje, conforme decisão da Comissão, encerrar-se-á a discussão da emenda que trata da reforma do Poder Judiciário.

A Presidência fará tudo e pedirá depois ao Senador Francelino Pereira, quando assumir, que só encerre a discussão depois de todos os colegas terem tido a oportunidade de apresentar emendas. Estamos agora, neste instante, com 205 emendas. O Senador José Eduardo Dutra acaba de entregar 24, estava aguardando o Senador Jefferson Péres para que não se frustrasse a possibilidade de cada um dos colegas assinar, e depois ficaremos uma semana examinando para, no dia 21, então, votarmos as emendas, pois muitas serão acolhidas porque são de contribuição, de modo que, só ao final, no último instante, encerraremos essa discussão, quando o eminente Senador Francelino Pereira assumir a Presidência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só uma questão de ordem. Quero antes cumprimentá-lo pela inteligência da decisão...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... pela análise que V. Exª deverá fazer, e perguntaria se até as 18h ainda haveria prazo para a entrada de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, as emendas serão apresentadas até o encerramento da discussão, de acordo com o Regimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que V. Exª está encerrando agora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Encerrada a discussão... É mais uma oportunidade que se tem dado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª já está encerrando?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, logo a seguir retomaremos a discussão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque senão não param de chegar pedidos de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, é porque há mais de um mês estamos aguardando todas essas emendas.

O Senador José Eduardo Dutra tem a palavra sobre a matéria. Depois darei a palavra a V. Exª, Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – A minha questão é só um esclarecimento, porque o Senador Jefferson Péres pediu vista dessa matéria; se houve alguma manifestação por parte dele em relação a...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Contrária. Mas o Senador Romero Jucá manifestou-se contrário a todas as emendas apresentadas, inclusive essa do Senador Jefferson Péres, que terá a oportunidade de discutir a sua emenda, se tiver apresentado, ao item 3 da pauta, Senador. V. Exª tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, desejo corroborar o que disse o Senador Romeu Tuma e deixar, por um dever de justiça, o meu registro pela forma democrática e transparente com que V. Exª está conduzindo a reforma do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado, Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Posso me manifestar sobre as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sobre o item 3 da pauta, o eminente Senador Romero Jucá, Senador Jefferson Péres, pediu preferência – e foi aprovada – para que se vote hoje o Item 3, uma vez que a discussão já tinha sido encerrada no dia 7. No dia 13, foi devolvido por V. Exª com as Emendas nºs 2 e 3. O eminente Senador Romero Jucá emitiu parecer contrário.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres para sustentar sua defesa.

Peço a atenção dos eminentes colegas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, reconheço a im-

portância do projeto remetido pelo Governo ao Congresso.

Com a extinção do monopólio da Petrobras, a partir do próximo ano, seria impraticável a cobrança da PPE, Parcela de Preço Específica, o que criaria um sério problema, como a perda considerável de arrecadação.

Assim, a criação da contribuição, da CID, parece-me indispensável, em primeiro lugar. Em segundo lugar, considero também um avanço a aplicação da sua receita em meio ambiente e em transportes. Um dos erros da Constituição em vigor foi a extinção do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, o que acarretou o sucateamento de grande parte do sistema rodoviário nacional.

Sr. Presidente, o projeto somente deveria ter proposto a criação da CID. Não sei por que resolveram mexer no ICMS, o que provocou a reação de várias Secretarias Estaduais de Fazenda, como a do meu Estado, o Amazonas, que serão prejudicadas com a perda de receita e com problemas doutrinários a respeito da incidência monofásica do ICMS.

Sei que seria um prejuízo se este projeto tivesse de voltar à Câmara, e não apresentaria emenda alguma, Senador Romero Jucá. No entanto, no meu entendimento – estou acompanhado por ilustres constitucionalistas, como o Presidente da Comissão e o Ministro Nelson Jobim –, nas emendas à Constituição, pode ser promulgada a parte aprovada nas duas Casas, voltando a outra Casa apenas a que for rejeitada nesta. Não é esse o entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a tem razão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Portanto, desejo tranquilizar a Comissão: admito que, no mérito, rejeitem minhas emendas por não concordarem com elas, mas não pelo receio de que isso implique o retorno à Câmara dos Deputados.

Dessa forma, mantenho as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de passar a palavra ao Senador Romero Jucá, registro, para que conste em Ata, a presença do Deputado João Paulo, meu colega Constituinte, que, em nenhum instante, faltou ao Relator e foi uma das melhores figuras da nossa Assembléia Nacional Constituinte, conforme testemunho do Senador Lúcio Alcântara. Com muito prazer, contamos com sua presença nesta Comissão. Espero que dê certo o problema da terceirização sobre o qual não lhe consultaram.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Sr. Presidente, solicito-lhe preferência para votação do Item 11.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Será concedida a preferência para V. Ex^a. O Relator se encontra presente.

Concedo a palavra ao eminente Senador Romero Jucá para também comentar a manifestação do Senador Jefferson Péres.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a manifestação do Senador Jefferson Péres merece todo o respeito. Eu gostaria de aduzir algumas importantes informações. Primeiramente, a questão do ICMS foi introduzida na Câmara dos Deputados em entendimento com as Secretarias de Fazenda – foi muito discutido com os Secretários de Fazenda – e foi feito um texto do acordo. O Relator Deputado Basílio Villani e o Líder do Governo na Câmara, Deputado Arnaldo Madeira, trataram dessa questão com os Estados.

A legislação diz que “poderão os Estados uniformizar o ICMS, de acordo com decisão...”. Para haver essa uniformização, é preciso que haja unanimidade do Confaz ou aprovação de lei complementar com **quorum** qualificado no Congresso. Portanto, uma lei não fácil de ser aprovada contra os Estados para definir essa uniformização.

O entendimento do Governo, nessa questão específica, é de que, com a retirada dessas emendas, muda-se substancialmente o teor da PEC. Portanto, em tese, a posição do Governo é a de que poderia ser questionada a volta dessa matéria à Câmara dos Deputados.

Já estamos querendo aprovar uma PEC para dirimir e acabar com a sonegação na questão do ICMS e das contribuições, que é o que ocorre hoje.

V. Ex^a não tinha chegado ainda, mas registrei que apenas uma empresa no Rio de Janeiro, de 1997 para cá, por meio de liminar, deixou de pagar aos cofres do Estado do Rio de Janeiro R\$127 milhões de ICMS, o que é um absurdo. Hoje, há uma indústria de liminares.

Sem dúvida alguma, sendo essa PEC promulgada em parte e havendo esse questionamento, muitos juízes poderão continuar dando liminares contra cobrança. E, na verdade, estaríamos prejudicando a

União e os Estados e desequilibrando a questão da equalização com os produtos importados.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) –

Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Por outro lado, parece-me que o Senado pode estar sendo incoerente, Sr. Presidente. O Senado já aprovou, em primeiro turno – aguarda apenas a votação em segundo turno –, a Emenda à Constituição, cujo primeiro signatário é o Senador Geraldo Melo, que determina o compartilhamento da cobrança do ICMS no caso do petróleo e de seus derivados. Essa emenda está apenas aguardando votação, que, talvez, seja feita na próxima semana. Portanto, conflita com o que está aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) –

Posso esclarecer.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– É uma incoerência do Senado. O Senado vai optar por esta?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) –

Vamos optar por esta. Isso já foi conversado com o Senador Geraldo Melo. A emenda de S. Exª, para ter validade para a maioria dos Estados, precisaria vir acompanhada de uma reforma tributária com outros instrumentos de fiscalização. Portanto, já está sendo demonstrado que encaminharemos contrariamente à emenda na votação do segundo turno, porque, na verdade, ela, como bem disse V. Exª, fere essa emenda. E, assim, teríamos uma posição discrepante.

Continuo, Sr. Presidente, dando parecer contrário às emendas e recomendando a aprovação da forma como veio da Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Conti-

nua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

V. Exª pede destaque da sua emenda, Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em

votação, o parecer do eminente Senador Romero Jucá, com parecer contrário às emendas, mas destacada a emenda do Senador Jefferson Péres.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, com a rejeição das emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Faço destaque da emenda do eminente Senador Jefferson Péres.

Senador Jefferson Péres, nas sua defesa, V. Exª arguiu o que os constitucionalistas vêm fazendo: que a emenda constitucional que traga fruto novo em uma das Casas para que não haja o ir e vir possa ser promulgada independentemente daquela que voltará.

Chamo a atenção do Senado para o fato de que, se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovar o destaque feito à emenda do Senador Jefferson Péres, ela voltará sozinha para a Câmara, e o resto será promulgado. É questão de decisão do Senado.

Como vota o Relator nesse pedido de destaque do eminente Senador Jefferson Péres?

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Voto de forma contrária ao destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua em votação o destaque.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Passa-se ao Item nº 11 da pauta. Foi requerida a preferência pelo eminente Senador Ricardo Santos.

Senador Romero Jucá, a Presidência pede que V. Exª não se ausente, como os demais colegas, para que deixemos fluir o prazo final da apresentação das emendas ao Item nº 1 da pauta.

Senador Lúcio Alcântara, concedo a palavra a V. Exª para relatar o Item nº 11 da pauta, que tramita em conjunto com o PLS nº 154/97.

Senador Ricardo Santos, V. Exª é o Relator da matéria. Eu havia cometido um equívoco. É que V. Exª acolhe também a subemenda de autoria do Senador Romeu Tuma.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem, aproveitando o equívoco de V. Exª. Estou apresentando agora três emendas ao projeto. Apenas estou esperando que cheguem do meu gabinete...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A esse projeto do Senador Ricardo Santos?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sim. Inclusive, o Senador Ricardo Santos conhece...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª poderá fazê-lo até o encerramento da discussão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – S. Exª conhece o teor das emendas. Estou ape-

nas esperando chegarem do meu gabinete para assiná-las e apresentá-las.

O SR. RELATOR (Ricardo Santos) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou apresentar o relatório.

I – Relatório

O substitutivo que retorna a esta Comissão para novo exame é fruto do empenho dos ilustres Senadores Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Artur da Távola, Geraldo Cândido e o signatário deste relatório, e, desde sua origem, na Câmara dos Deputados, contou com a essência da colaboração dos Deputados Elias Murad, Ursicino Queiroz, autor da proposta inicial, e Moroni Torgan.

A sociedade brasileira, por provocação do nobre Senador Romeu Tuma, manifestou-se sobre a matéria por suas mais representativas vertentes, que inclui a Ordem dos Advogados do Brasil, a Magistratura e o Ministério Público. Do aperfeiçoamento do texto participaram, também, a Secretaria Nacional Antidrogas, a Polícia Federal e diversos Conselhos de Juristas, entre os quais os de pensadores católicos, entidades médicas, de assistência social e filantrópica.

Estamos, pois, diante de um texto que resulta de grande esforço social, submetido ao crivo desta Comissão para analisar, no mérito, sua capacidade de oferecer respostas à questão da produção, tráfico e consumo de substâncias ilícitas, e servir de paradigma às decisões judiciais.

Ao projeto foi apresentada emenda, de autoria do eminente Senador Romeu Tuma, dispondo sobre a exceção que deve ser respeitada, no art. 59, no que tange ao Sistema Nacional Antidrogas, de que trata o art. 3º da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Essa emenda foi acatada pelo Relator.

Passemos rapidamente à análise.

II – Análise

A Lei nº 6.368/76, que trata do tema, está superada, pois seus dois principais dispositivos, os arts. 12 e 16 – o primeiro, excessivamente punitivo, e o segundo, excessivamente leniente –, há muito deixaram de oferecer a sustentação necessária aos julgados dessa natureza. Diante da excessiva polarização dosimétrica, as sentenças proferidas nos feitos que tratam do tema têm aplicado, preferencialmente, a Lei nº 9.099/95, norma que se destina a dirimir questões de menor potencial ofensivo de natureza cível e criminal.

É inquestionável, portanto, a oportunidade da norma em elaboração que agora se examina.

Além da superação do texto da vetusta *lei de drogas*, toda a estrutura oficial de repressão à produção e tráfico de substâncias ilícitas foi revista e alterada, com a transferência do Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao Abuso de Drogas (Funcab), do Ministério da Justiça para a Secretaria Nacional Antidrogas, da Casa Militar da Presidência da República. O mesmo se deu com as respectivas dotações orçamentárias dos órgãos que integram o referido sistema.

No texto do substitutivo, foi realizada a adequação dosimétrica das penas e ampliada a possibilidade de sua aplicação, inclusive cumulativa. Foram, igualmente, revistos e corrigidos os preceitos que contemplam os tipos penais, o concurso de agentes, o *bis in idem* punitivo, as causas de aumento de pena, a reincidência e os antecedentes do agente, além da correção de vocábulos com observância das fases. Foram modificados, ainda, o instituto do *plea bargaining*, a infiltração de policiais nas organizações criminosas e a inclusão, no texto, dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes. Também foi ajustada a revelia aos preceitos da Lei nº 9.271, de 1996.

Por força de emendas de autoria do ilustre Senador Geraldo Cândido, foi redimensionado o prazo de regulamentação (art. 57) para noventa dias, condição que oferecerá oportunidade aos detalhamentos procedimentais e atenderá às minúcias que escapam à norma da estatuta de lei ordinária.

Todas as modificações introduzidas no texto do PLC nº 105, de 1996, acima relatadas, deixaram de ser estendidas ao PLS nº 154, de 1997, e o seu teor, por isso, restou desatualizado.

No concernente à Emenda nº 1, apresentada pelo ilustre Senador Romeu Tuma, é medida que deve ser acolhida porque impede a revogação de dispositivo que institui o Sistema Nacional Antidrogas. De fato, a suprimir-se completamente do ordenamento jurídico da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, conforme determina o art. 59, com essa norma, desapareceria também o referido sistema, instituído por força de seu art. 3º.

Diante dessas considerações, é de se acolher a Emenda nº 1, CCJ, proposta ao art. 59 da norma em elaboração.

III – Voto

Com fundamento nos arts. 22 e 48 da Constituição Federal, manifestamo-nos pela constitucionalidade

de do substitutivo ora examinado, e, com base no art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, reiteramos o mérito desta proposição. Com base nas considerações expedidas, manifestamo-nos pela rejeição do PLS nº 154, de 1997, e aprovação do PLC nº 105, de 1996, na forma do referido substitutivo, com acolhimento da Emenda nº 1, CCJ, de autoria do eminente Senador Romeu Tuma.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Peço vista do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Deferido o pedido de vista do eminente Senador José Eduardo Dutra.

Tem a palavra o Senador Lúcio Alcântara para relatar o Item nº 9 da pauta, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e, a seguir, o Item nº 10.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, pedi a palavra para falar de outro assunto, mas, como V. Ex^a designou-me para relatar, já me esqueci até sobre o que era.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Explico a V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara: estas duas matérias estão com prazo estipulado por ato da Mesa.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para pedir o mesmo aos Itens nºs 4 e 7.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Item nº 4 da pauta, Relator Senador Osmar Dias, que não se encontra presente. Será designado Relator *ad hoc*.

Item nº 7. V. Ex^a é o autor, e o Senador Romero Jucá ainda não devolveu a matéria relativa ao Item nº 7.

V. Ex^a quer o Item nº 9 da pauta? Está na página nº 485.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Eu solicitaria a V. Ex^a, Sr. Presidente, se possível, incluir extrapauta projeto de minha autoria, que é pacífico. O Senador Bello Parga já entregou o relatório. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados com uma pequena alteração formal, e creio que não haverá nenhum problema na sua aprovação, já que é matéria pacífica.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação, o pedido do eminente Senador Lúcio Alcântara para que se vote extrapauta matéria que é pacífica.

(Pausa.)

Não havendo quem queira manifestar-se, serão concedidas a discussão e votação extrapautas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Página nº 485?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Página nº 485.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Requerimento de informações dirigido a Ministro de Estado, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal. O Senador Eduardo Matarazzo Suplicy deseja saber do Ministro da Fazenda quais são as normas internacionais que motivaram o Banco Central a efetuar, recentemente, mudança no cálculo da dívida externa brasileira, com o objetivo de adaptá-la a tais normas internacionais.

O nosso voto é pela aprovação do requerimento, por estar de acordo com as normas e exigências constitucionais. Portanto, Sr. Presidente, somos favoráveis ao requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço a atenção para o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Já concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a é favorável?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Item nº 10 da pauta, página nº 490.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, trata-se, igualmente, de requerimento...

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, eu pediria também que fosse incluído extrapauta o Requerimento nº 630/2001, do Senador Gerson Camata, que trata da inserção, nos Anais da Casa, de congratulações ao Sr. Uarino Bizolli, produtor rural no distrito de Vila de Pontões, no município de Afonso Cláudio, Espírito Santo. Eles obtiveram a quinta e a oitava no concurso "Qualidade do Café –

2001”, do Brasil, promovido pela Associação Brasileira de Cafés Especiais.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Luiz Otávio, a Presidência pede desculpas a V. Ex^a, pois, no início da reunião, V. Ex^a havia requerido e a Presidência, por um lapso, não colocou em votação, mas o faz agora.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o pedido de análise do item extrapauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Continua com a palavra o Senador Lúcio Alcântara, para o item nº 10 da pauta.

O SR. RELATOR (Lúcio Alcântara) – Item nº 10.

Requerimento da Senadora Heloísa Helena. Pede ao Ministro Pedro Malan o perfil da dívida do setor agropecuário. Segundo ela, os diversos segmentos da agricultura familiar, inclusive famílias assentadas em projeto de reforma agrária, estão enfrentando sérias dificuldades para saldar os seus compromissos junto aos agentes financeiros. Isso tem agravado o processo de descapitalização do setor, exigindo a criação imediata de alternativas para reintroduzi-lo no processo produtivo. Os débitos e saldo devedor incluem todos os créditos com recurso de operações controladas, inclusive recursos dos Fundos Constitucionais Pronaf, Procerá, projeto rural e BNDES/Finame.

Sr. Presidente, o requerimento está vazado em termos juridicamente perfeitos, corretos e dentro do que preceitua a Constituição Federal. O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5. O eminente Senador José Eduardo Dutra havia pedido vista e já devolveu sem manifestação. O Relator Senador Amir Lando não se encontra presente. Neste caso, passa-se ao item extrapauta, requerido pelo eminente Senador Lúcio Alcântara, uma vez que se encontra presente o Relator, eminente Senador Bello Parga, a quem passo a palavra.

O SR. RELATOR (Bello Parga) – O referido projeto já transitou pela Câmara dos Deputados, onde foi aperfeiçoado mediante a emenda que corrige a referência feita a um Projeto de Lei anterior, de modo que

é praticamente uma emenda de redação, cujo autor, eminente Senador Lúcio Alcântara, acatou a emenda proveniente da Câmara Federal. Estamos examinando, somente, esta emenda proveniente da Câmara Federal.

Assim sendo, Sr. Presidente, manifesto-me favoravelmente ao projeto do Senador Lúcio Alcântara, na forma de duas emendas, acrescentando apenas uma emenda que supriu o art. 2º do Projeto de Lei do Senado Federal, renumerando os incisos seguintes.

Estou de acordo, Sr. Presidente, nos termos da emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Como diz o eminente Senador Lúcio Alcântara, ali a sua condição de médico é de jurista, esta é uma matéria remansosa, como se diz nos tribunais.

Aprovado.

Passa-se ao item extrapauta, requerido pelo Senador Luiz Otávio. Matéria do Senador Gerson Camata.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 630, de 2001, do Senador Gerson Camata, para inserção nos anais da Casa, do voto de congratulações aos Srs. Guarino Bizoli e seu filho Gelson Bizoli, produtores rurais do Distrito de Vila Pontões, no Município de Afonso Cláudio, no Espírito Santo. Eles obtiveram a 5ª e a 8ª classificações no concurso “Qualidade de Café – 2001 do Brasil, produzido pela Associação Brasileira de Cafés Especiais.

Pelas razões anteriormente apresentadas, voto pela aprovação do Requerimento do Senador Gerson Camata, de inserção, nos Anais do Senado, Federal, de voto de congratulações aos senhores já citados.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Como diz o Senador Lúcio Alcântara, que ali a sua condição de médico é de jurista, esta é uma matéria remansosa, como se diz nos tribunais.

Aprovado.

O item nº 6 da pauta já teve a sua discussão encerrada, e a sua votação foi adiada para hoje. A Presidência está aguardando a chegada do eminente Senador Leomar Quintanilha, uma vez que temos **quorum** para votar.

Enquanto o Senador Leomar Quintanilha não chega ao plenário, a Presidência dá conhecimento aos eminentes Senadores da seguinte manifestação:

No dia 7 de novembro, em reunião da Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovada a PEC nº 29, de 2001, que criou os Tribunais Regionais Federais em Minas e no Paraná. À vista dessa aprovação, os Senadores Osmar Dias, Roberto Requião e Álvaro Dias – os três autores –, com a manifestação expressa do eminente Senador Francelino Pereira, retiraram a emenda que haviam apresentado à PEC, da reforma do Judiciário, que criava esses dois tribunais.

O requerimento de retirada da emenda deve ser votado neste instante e se encontra à página nº 539, item nº 13.

Como vêem V. Ex^{as}, os eminentes Senadores retiram a emenda. Conseqüentemente, passo à votação da retirada dessa emenda.

Em votação, a retirada da emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Relatoria não mais se manifestará sobre a matéria, considerando-a prejudicada em virtude da retirada de pauta.

Pergunto se algum dos Srs. Senadores quer fazer uso da palavra, antes que eu passe a Presidência ao eminente Senador Francelino Pereira?

Teremos de encerrar antes de começar a Ordem do Dia do Senado, uma vez que a reunião é hoje pela manhã e, a seguir, haverá a posse de um Colega nosso, Senador, no Ministério, e de um conterrâneo na Secretaria.

Com a palavra, o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, de apreciar o Item nº 4.

O Senador Osmar Dias, que é o Relator, não está presente. Nesse caso, não se pode colocá-lo? V. Ex^a prefere deixar para outra reunião?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eminente Senador, quanto ao Item nº 4, há uma aprovação; é um projeto de V. Ex^a; não tem maiores indagações, uma vez que se trata da Subsecretaria de Arquivo do Senado.

Pergunto ao eminente Senador Romeu Tuma se dá honra a esta Presidência de ser o relator **ad hoc** na ausência do Senador Osmar Dias, uma vez que se trata de matéria não conflitante. Página nº 336, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Osmar Dias, ao relatar o Projeto de Resolução nº 6, de 2001, de autoria do ilustre Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a estrutura e funcionamento da Subsecretaria de Arquivo, dá por aceitas duas emendas – é isso, Senador? – e pede a sua aprovação, com a qual concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão, o parecer do eminente Senador Osmar Dias, relatado pelo eminente Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Eminentes Senadores, o Senador Leomar Quintanilha não está no plenário, e o requerimento do Senador Jonas Pinheiro, que é o seu autor, ficará aguardando, porque passarei a Presidência ao eminente Senador Francelino Pereira, para dar seqüência ao acordo votado nesta Comissão sobre a vista coletiva, encerrada hoje, que trata da emenda que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

Na qualidade de Relator, peço ao Senador Francelino Pereira que assuma a Presidência.

(Passa-se a Presidência ao Senador Francelino Pereira.)

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Srs. Senadores, este é um momento histórico, porque trata-se de uma emenda constitucional que diz respeito, de forma concisa e objetiva, à reforma do Judiciário e porque essa tarefa foi destinada, inicialmente, ao Senador Bernardo Cabral, que é notoriamente entendido e respeitado não só pelo exercício da vida parlamentar, mas também pelo fato de que está relatando o projeto de forma isenta, merecendo, portanto, o aplauso e o respeito de todos nós.

Essa é a nossa manifestação no momento em que assumo a Presidência para que S. Ex^a possa prosseguir no relato do seu parecer. Com a palavra, o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Eminentes colegas, creio que a decisão que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tomou por

unanimidade demonstra o quanto vale a pena trabalhar em conjunto.

Até agora, no momento de encerrar a discussão, foram apresentadas 227 emendas. Ora, se não tivesse havido a idéia, entre todos nós, de que pudéssemos cada um dar a sua contribuição, é claro que essas 227 emendas seriam frustradas. E há uma vantagem porque todas aquelas que forem acolhidas já irão para o Plenário com meio caminho andado, portanto, facilitará o trabalho dos eminentes colegas.

Conforme foi combinado, hoje está sendo encerrada a discussão, e, na próxima quarta-feira, trarei o parecer. Já conheço várias emendas que merecerão aprovação, inclusive algumas que são de redação e que melhoram ou acabam com algumas cacofonias. A partir de quarta-feira próxima, na hora de discutir as emendas, vou encarecer ao Diretor-Geral do Senado que já faça uma publicação singular para que cada colega veja a sua emenda e o parecer dado, o que facilitará o nosso trabalho.

Portanto, peço ao eminente Presidente, Senador Francelino Pereira, que encerre a discussão – já temos 227 emendas –, para que o Relator, na próxima semana, apresente o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Senadores, trata-se de uma manifestação significativa. Não obstante a profundidade e a consistência do parecer do Senador Bernardo Cabral, notoriamente um cidadão que domina a matéria, a Casa acaba de apresentar 227 emendas. Esse é um exemplo democrático e uma revelação do interesse que a matéria desperta na sociedade brasileira.

Está encerrado o prazo. Há 227 emendas para serem apreciadas. Naturalmente, o Presidente irá relatar-las na próxima semana, no dia 21, quando dará parecer sobre as emendas. De maneira que prossigue com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

Nada mais havendo a tratar sobre a matéria, volto a Presidência a quem de direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Gostaria de acrescentar ao que acaba de dizer o eminente Senador Francelino Pereira que essas 227 emendas representam a contribuição, a colaboração que os colegas integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dão à relatoria, o que comprova que, mais uma vez, trabalhando em equipe, o resultado é muito melhor. Há emendas que receberam parecer contrário de alguns segmentos e estão sendo renovadas. Desde então, cada um, no voto, vai fazê-las aprovadas. Estou sabendo o que está ocorrendo. Há

instituições que não gostaram, gostaram de algumas, e, a partir da votação nesta Comissão, definir-se-á.

Eminente Senador, a Presidência vai encerrar a reunião porque não compareceu o Relator. Algum dos Srs. Senadores quer fazer uso da palavra? Senador Romeu Tuma, lembro-lhe de que temos Ordem do Dia. Com a palavra, o eminente Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quero apenas cumprimentar V. Ex^a, porque o sistema democrático que V. Ex^a instituiu na discussão desse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sem atrapalhá-lo, 238 emendas até este momento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas queria me referir a essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Zerou com 239. V. Ex^a tem a palavra para se manifestar, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a democratizou todos os gabinetes dos Senadores desta Comissão, porque aqueles que não se sentiram satisfeitos com decisões anteriores, na leitura do projeto após a apreciação das emendas, procuraram os Senadores para reivindicar a apreciação de novas emendas ou a reapresentação de emendas ou de destaques.

De forma que a valoração que V. Ex^a deu a esta Casa e aos membros desta Comissão trouxe-nos, sem dúvida, muitas luzes, mostrando a importância do Congresso no cenário político e institucional do País.

Cumprimento V. Ex^a mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma, veja V. Ex^a como a vida nos ensina. Se eu não fosse do ramo e fosse um parlamentar egoísta, eu teria centralizado tudo, e os interessados teriam de procurar o Relator, no chamado “beija-mão”.

Nessa descentralização, cada segmento vai ficar devendo o favor ao Senador a quem procurou. E se esse Senador conseguir ver aprovadas as suas emendas, melhor ainda. O fato é que cada um terá responsabilidade pelas emendas, que assinar ou apresentar, e irá defendê-las; e os demais, a responsabilidade pela assinatura.

Devo apresentar os meus cumprimentos a quem assim procedeu. A Casa é nossa.

Registro a presença do Deputado Arnaldo Madeira, que, hoje pela manhã, deve estar satisfeito com o resultado da votação.

Passo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha para relatar o último item da pauta.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Sr. Presidente, terei que me retirar da reunião, tendo em vista que vou assistir à posse do Ministro dos Transportes, mas eu não poderia deixar de me solidarizar com V. Exª pelo brilhante trabalho realizado com relação à reforma do Judiciário.

Sem desmerecer nenhum dos nossos colegas, a reforma não poderia estar em melhores mãos, porque, além de V. Exª ter presidido a OAB, foi o Relator-Geral da Constituinte em 1988, quando foram encerrados os trabalhos da Constituinte e promulgada a Carta Magna.

Cumprimento também V. Exª pelo gesto de ter procurado vários magistrados para que pudessem cooperar na elaboração do parecer. Na convicção de suas palavras, ele “está melhor, porque foi feito coletivamente”, embora todos saibamos que, se V. Exª tivesse elaborado o parecer somente com os seus conhecimentos, também seria ótimo.

Nós, que acompanhamos os trabalhos de V. Exª na Constituinte, sabemos que, no seu dia-a-dia, sempre procurou ouvir todos, desde o parlamentar na sua primeira legislatura como aqueles que são considerados as “estrelas” da Casa. V. Exª ouvia com paciência, valorizando todos.

Por isso, temos uma Constituição tão bem feita. Sabemos que houve várias emendas à Constituição, mas isso ocorreu devido ao tempo, que nos foi mostrando o que deveríamos aperfeiçoar.

Quero deixar registrado, não só como amiga de V. Exª, mas também pela honra de ser colega do Senador Bernardo Cabral, que, mais uma vez, V. Exª vai entregar à população brasileira, à comunidade brasileira, um parecer que vai ser mais justo, mais eficiente e tornará mais fácil a resolução dos problemas na Justiça, principalmente para aqueles que não podem pagar um bom advogado.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado, Senadora Marluce Pinto. V. Exª confirma a sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte, quando, eficientemente, trabalhou pela transformação do Território Federal de Roraima em Estado de Roraima.

A Presidência, de forma sensibilizada, agradece-lhe as palavras.

Convido o Senador Leomar Quintanilha para se dirigir à mesa para relatar o item 6 da pauta.

Eminente Senador Leomar Quintanilha, a eminente Senadora Marluce Pinto comunica à Presidência que o voto dela é favorável. Ela terá que se ausentar para ir à posse do Ministro de Transportes. A Presidência solicita que ela represente a Comissão de Constituição e Justiça na solenidade.

Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Leomar Quintanilha só um minuto.

Senador José Eduardo Dutra V. Exª opinou pelo sobrestamento da matéria. Peço ao eminente Senador Leomar Quintanilha que no seu relatório se manifeste sobre o pedido de sobrestamento do eminente José Eduardo Dutra. Na última reunião, S. Exª. fez um voto em separado e opinou pelo sobrestamento da matéria, leu seu voto.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Decreto Legislativo nº 145, de 2001, que autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos incluídos os potenciais energéticos situados nas terras indígenas localizadas na região de Ponte de Pedra, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Sr. Presidente, esse projeto foi amplamente discutido nesta Comissão. Gostaria de dizer que ratificamos o relatório apresentado pelo Relator, Senador Moreira Mendes, à CAS, que não só apreciou o mérito do projeto como também opinou no sentido de que não havia reparos a fazer quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, em razão de entender que tais requisitos estão adequadamente atendidos pela proposição.

Entendemos que não cabe a nós opinar sobre o mérito do projeto, o qual já foi convenientemente examinado pelo seu relator na CAS.

Corroboramos, todavia, os argumentos expendidos pelo eminente relator do projeto naquela Comissão, para fundamentar o seu voto, especialmente quanto à compatibilidade da matéria à Constituição Federal.

Desse modo, manifestamo-nos favoravelmente a aprovação do voto, em que pese a manifestação contrária do eminente Senador José Eduardo Dutra em seu voto em separado.

Opinamos pela aprovação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a rejeita o voto em separado do Senador José Eduardo Dutra?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra e, em seguida, ao Senador Romero Jucá.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tivemos a oportunidade de debater essa assunto numa sessão anterior. O meu voto em separado diz respeito exclusivamente à constitucionalidade, objeto desta Comissão.

Vou repetir alguns dos argumentos que proferi quando da discussão anterior. O art. 176 da Constituição, que trata da concessão para aproveitamento de recursos minerais e hídricos, estabelece a necessidade de uma lei para regulamentar esse aproveitamento quando se tratar de exploração de bens minerais ou hidráulicos em terras indígenas.

Até hoje essa lei não foi aprovada. O Senado aprovou um projeto do Senador Romero Jucá, regulamentando esse aproveitamento, o projeto foi para a Câmara e até hoje não foi votado. Portanto, é flagrante –, a meu ver, claro –, a inconstitucionalidade desse decreto legislativo. O decreto legislativo se baseia no art. 49, inciso XVI, da Constituição, que diz que “cabe ao Congresso Nacional autorizar em terras indígenas a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos”.

Esse parágrafo não pode ser levado em conta de forma isolada, sem considerar o art. 176, § 1º, que exige, antes dessa autorização do Congresso Nacional, caso a caso, uma lei que estabelece as regras gerais para aproveitamento em terras indígenas.

Na reunião passada, tanto o Senador Leomar Quintanilha quanto o Senador Jonas Pinheiro invocaram o tratamento por analogia, no art. 184, da Constituição Federal que trata da questão das TDAs, e que não teria ainda o Congresso Nacional aprovado uma lei específica em relação a isso. No caso das TDAs, havia legislação anterior que pode ser recepcionada pela Constituição. Nesse caso específico é o art. 105 da Lei nº 4.504, de 64, que é o Estatuto da Terra, com a redação dada pela Lei nº 7.647, de 19.01.88, e a regulamentação pelos Decretos nºs 95.714, de 88, e 578, de 92, além da Lei nº 9.393, de 96.

Portanto, não cabe utilizar como argumento a questão das TDAs, porque havia legislação anterior

que foi recepcionada pela Constituição. Nesse caso específico de utilização de potencial hidráulico em terras indígenas não há nenhuma legislação anterior à Carta de 88 que pudesse, portanto, vir a ser recepcionada.

Portanto, a meu ver, é um caso de flagrante inconstitucionalidade. Tanto é que o próprio Senado e o próprio Senador Leomar Quintanilha, que foi o Relator do projeto de lei do Senador Romero Jucá, concordavam com isso tempos atrás. O Senador Romero Jucá apresentou um projeto de lei para regulamentar o § 1º do art. 176; o Senador Leomar Quintanilha concordou que era necessária essa lei porque foi o seu Relator nesta Casa. A lei foi para a Câmara dos Deputados e até hoje ela não foi votada.

Não me venham com o argumento de que a obra está parada e que precisa ser concluída. Por esse argumento, então, todas as obras que estão paradas, por irregularidades, no TCU, a Comissão de Orçamento vai liberar, sob alegação de que a obra está parada.

Portanto, sem entrar no mérito, se é necessário ou não a construção da usina, não vou nem repetir os argumentos que fiz por ocasião da outra discussão relativa ao pagamento, se era justo ou não, mas o fato é que do ponto de vista constitucional e legal, esta Comissão não pode aprovar esse decreto legislativo.

O Senado, inclusive, tem responsabilidade maior porque aprovou o projeto do Senador Romero Jucá, relatado pelo Senador Leomar Quintanilha. O Senado entendeu que era necessária uma lei para regulamentar o § 1º do art. 176. Portanto, o Senado não pode passar por cima de sua própria decisão e votar esse Decreto Legislativo antes que a Câmara conclua a votação do projeto do Senador Romero Jucá.

Dáí o meu requerimento e a minha posição de sobrestar a tramitação desse Decreto Legislativo, porque não quero votar contra no mérito, já que não vou entrar no mérito da questão.

Entendo que esta Casa não pode votar essa matéria enquanto não se aprovar a lei.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Eduardo Dutra, antes de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá, devo dizer que V. Ex^a levanta uma prejudicialidade, V. Ex^a não é contra o mérito, mas pede o sobrestamento, e, no momento exato, a Presidência colocará em votação o pedido de V. Ex^a independentemente da oitiva feita pelo eminente Senador Leomar Quintanilha, com voto contrário.

A Presidência colocará em votação após ouvir o Senador Romero Jucá, uma vez que precisamos ir para a Ordem do Dia no Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, serei rápido em registrar que essa matéria é extremamente relevante para o Estado de Mato Grosso e para a Região Centro-Oeste.

Como disse o Senador José Eduardo Dutra, apresentei um projeto de lei para regulamentar a Constituição, no sentido de disciplinar a questão das autorizações de mineração em terra indígena e utilização de potencial hídrico. Essa matéria foi aprovada, por unanimidade, no Senado, mas tramita demoradamente na Câmara dos Deputados, já tendo passado por três Comissões, restando ainda duas Comissões onde devem ser apreciadas.

No espírito do meu projeto, algumas questões são fundamentais. Primeiramente, tanto na questão da mineração quanto na questão do potencial hídrico, seja ouvida a comunidade indígena, seja ouvido o órgão indigenista; depois que tenha, efetivamente, a emissão por órgão ambiental competente, do respectivo Rima – Relatório de Impacto Ambiental.

No projeto de decreto legislativo, esses dois aspectos estão atendidos. Na verdade, o projeto de decreto legislativo proposto está autorizando a se continuar essa obra, que é fundamental para a região, mas, ao mesmo tempo, no seu art. 2º, diz que “a autorização a que se refere o art. 1º é condicionada à prévia instituição pelo órgão indigenista competente de medida específica de proteção à integridade física, socioeconômica e cultural dos povos indígenas, ouvidas as comunidades afetadas”. No art. 3º, há a mesma condicionante para questão do Relatório de Impacto Ambiental.

Tendo em vista que esse processo não está regulamentado, mas que, efetivamente, em caráter excepcional, nós poderemos dar autorizações por meio de decreto legislativo, entendendo complexidade do tema e a relevância desse assunto para a região, particularmente, votarei favoravelmente ao decreto legislativo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Portanto, V. Exª vota contra o sobrestamento?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Contra o sobrestamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – V. Exª me permite um aparte, Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Já que V. Exª entrou no espírito do projeto de V. Exª, quero dizer que, pelo projeto de V. Exª aprovado nesta Casa, considerando o preço do megawatt/hora, estabelecido pela Aneel, no mercado atacadista de energia, da ordem de US\$ 266, o potencial hidráulico dessa usina renderia em torno de US\$ 70 milhões por ano.

O projeto de V. Exª, que foi aprovado, por unanimidade, nesta Casa, previa a participação dos índios equivalente a até 2% do faturamento bruto resultante. Portanto, US\$1.4 milhão por ano. O que V. Exª diz que foi acordado com os índios é a construção de uma barragem para criação de peixes, construção de um viveiro, aproveitamento de mão-de-obra indígena na construção da usina, construção de uma escola agrícola, construção de dois imóveis com 100 metros quadrados em Campo Novo dos Parecis, e doação de adubo, sementes e calcário para 800 hectares. Já fiz referência no meu voto em separado a respeito do acordo que foi feito em 1625, para a cessão da Nova Inglaterra, aos índios Maicãs, com 60 florins, com anzóis e contas de vidro e uma ilha onde seria instalada a Vila de Nova Amsterdã.

No mérito, esse acordo que V. Exª diz que contempla, está muito abaixo daquilo que V. Exª mesmo propôs na sua lei. Em segundo lugar, o ponto em que insisto é que esse decreto é inconstitucional. Não existe excepcionalidade, não existe a figura de se criar uma excepcionalidade na Constituição, porque o Congresso não aprovou a lei, tanto é que V. Exª mesmo é que teve a iniciativa de propor a lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para dizer ao Senador José Eduardo Dutra que em nenhum momento tratei aqui, quando fiz a minha observação, da questão do acordo pecuniário entre a comunidade indígena e quem está construindo a barragem. O que eu disse foi que as ressalvas que garantem à comunidade indígena ser ouvida e a questão ambiental estão previstas no decreto, mas é claro que o decreto não está prevendo a questão do **royalty**, que ainda não está regulamentado.

Quero dizer ao Senador José Eduardo Dutra que, no momento em que o projeto de lei for aprovado na Câmara, mesmo essa obra, que está em andamento, dará condição de os índios receberem esse **royalty** dentro desse processo de negociação. Foi Presidente da Funai; como tal, fiz isso para a constru-

ção da linha de transmissão do Maranhão, junto com a Eletronorte. Fizemos isso agora, no tocante à questão da transmissão da Linha de Guri da Venezuela para Roraima, que também passou por áreas indígenas. Portanto, uma questão não ilide a outra.

Por causa disso, Sr. Presidente, voto favoravelmente ao decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) — Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a quer usar da palavra?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) — Sr. Presidente, fiquei simpático à tese do Senador Eduardo Dutra, mas verifiquei agora, com as explicações do Senador Romero Jucá, que a comunidade indígena vai ser ouvida, vai se manifestar; que o órgão responsável pela defesa do meio ambiente vai se pronunciar; que a instituição a que estão afetados os problemas indígenas vai se pronunciar e que esse projeto de decreto legislativo ainda vai para a Câmara. Então, vou votar a favor, porque creio que as precauções que constam do decreto eliminam o risco de essa comunidade indígena ser espoliada, ter seus interesses desconhecidos, desconsiderados.

Porém, sugiro — e V. Ex^a tem representatividade para isso — uma ação do Senador Ramez Tebet no sentido de que as Lideranças se unam e a aprovem, porque essa matéria é de relevância na Constituição de 88. Está entre os dispositivos que nunca foram regulamentados. E é importante, o Senado já o aprovou. Além do mais, há uma crise de energia no País.

Se o projeto do decreto desconsiderasse o órgão do meio ambiente, a oitiva aos índios, a participação da Funai, eu votaria contra, mas é uma espécie de lei casuística, específica, considerando o estágio em que se encontram as obras, a emergência de suprimento de energia elétrica.

Vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) — Encerrada a discussão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) — V. Ex^a quer usar da palavra, Senador?

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) — Quero apenas explicar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) — Senador José Fogaça tem a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) — Sr. Presidente, tenho grande apreço pelo Senador Jonas Pinheiro e interesse-me, desde logo, por qualquer projeto de sua autoria, porque sei que tem o objetivo de beneficiar comunidades e visa ao interesse público.

No entanto, esse é um projeto delicado, que trata de uma questão política muito delicada, que é o interesse dos povos indígenas no aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.

A intenção do art. 231, quando o elaboramos e o introduzimos na Constituição, foi ouvir as comunidades antes de aprovar o decreto legislativo, e o que está sendo feito é aprovar o decreto legislativo para, depois, se ouvir as comunidades, no curso da construção do contrato a ser firmado com os povos indígenas.

Quero dizer que, nesse caso, estamos deferindo a tutela. A Constituição dá ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, a nós, especificamente, a responsabilidade de tutelar o interesse dos índios em suas terras. Nós é que temos de nos responsabilizar por isso, e não deferir a quem quer que seja, para que isso venha a ser feito depois. Esse era o objetivo do art. 231.

Portanto, a meu ver, seria perfeitamente factível e até fácil aprovar esse decreto legislativo se nós já tivéssemos — nós, do Senado Federal, do Congresso Nacional — ouvido as comunidades afetadas, porque a Constituição diz que nós é que temos que ouvir e não deferir a outros essa tarefa.

A interpretação que tenho da Constituição é esta: que antes de aprovar o decreto legislativo, nós temos que assumir a responsabilidade dessa tutela e, uma vez conscientes de que as comunidades afetadas estão favoráveis, elas vão ter os seus direitos protegidos. Aí, sim. Não vejo como aprovar o decreto legislativo dizendo que no curso do processo essas comunidades serão ouvidas e atendidas. A audiência é anterior e, vejam bem, não se trata do fato de já sabermos que há um contrato entre a empresa interessada na construção da geradora de energia e as comunidades indígenas. Isso, para nós, é uma notícia, mas não é a audiência efetiva das comunidades afetadas.

Essa é a interpretação que eu tenho, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) — V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Fogaça?

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) — Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) — Por isso, inclusive, esse art. 231 tem que ser em combinação com o art. 176, que é na forma da lei. Como não existe a lei, então esse entendimento entre

a empresa e a comunidade indígena não tem a participação do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Não, não tem. É uma notícia. Considero que ela é digna de crédito, é fidedigna, ou seja, não há por que colocar em dúvida nem há por que supor má-fé de parte dos contratantes e dos contratados, não é? Não é presunção de má-fé, apenas aqui é o seguinte: a responsabilidade tutelar efetiva é do Congresso Nacional.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – É evidente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Entendo perfeitamente a preocupação de V. Exª, que foi comungada pelo eminente Senador Jonas Pinheiro, quando inseriu no decreto, no seu art. 2º, essa preocupação. S. Exª diz que “a autorização a que se refere o art. 1º é condicionada à prévia instituição, pelo órgão indigenista competente, de medidas específicas de proteção à integridade física, socioeconômica e cultural dos povos indígenas, ouvidas as comunidades afetadas”.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Não atende, porque essa audiência às comunidades é anterior à aprovação do decreto legislativo, na minha opinião, na minha interpretação.

Então, infelizmente, não posso votar favoravelmente. Sei dos objetivos. Sei que há boa fé, sei que não se trata de algo feito irresponsavelmente, mas é a interpretação que eu tenho da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador, aliás, não é só a interpretação, V. Exª foi um Relator adjunto eficiente e conhece bem a *mens legislatoris*.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Se auto-interpreta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª e o Senador Lúcio Alcântara.

O que quero dizer é o seguinte: há uma prejudicialidade.

O Senador José Eduardo Dutra pede o sobrestamento. Se o sobrestamento for aprovado, temos uma votação. Se passar ao mérito, V. Exª fará também o seu voto contrário.

Encerrada a discussão, passa-se à votação do requerimento do eminente Senador José Eduardo Dutra, pedindo o sobrestamento da votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Solicito votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª será atendido.

Lista de votação nominal para a primeira votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, há número?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Há número, temos doze aqui. Pode contar. Treze. Temos número suficiente para a votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovarem o requerimento do eminente Senador José Eduardo Dutra dirão “Sim”; os que forem contrários, evidentemente, dirão “Não”.

Gerson Camata, Maguito Vilela, Iris Rezende, Sérgio Machado, Pedro Simon, Amir Lando, Roberto Requião, Marluce Pinto, Casildo Maldaner, Wellington Roberto, João Alberto, Carlos Bezerra.

O Senador Antonio Carlos Junior pediu para sair, declarando voto favorável ao Relator, como a Senadora Marluce Pinto, mas só posso fazer isso no segundo tempo.

Senador Francelino Pereira?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não. Senador Bello Parga?

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não. Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Como vota o Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Como vota o Senador Luiz Otávio?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador José Eduardo Dutra vota “sim”. Voto conhecido.

Como vota o Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Como vota o Senador Leomar Quintanilha?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Como vota o Senador Artur da Távola?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Como vota o Senador José Fogaça?

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PPS – RS) – Sr. Presidente, o meu voto é pela abstenção neste caso, porque nenhuma das duas soluções encara exatamente a proposta que eu...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Como vota o Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG (PSB–ES)– Não há **quorum**, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Há doze votos aqui. Quem deixou de votar?

Senador Geraldo Melo, em princípio, V. Exª vota com o Relator?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª completa o **quorum**, mas não assistiu ao relatório. Como vota V. Exª?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto “sim”, Sr. Presidente, seguindo a orientação do meu Líder, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Esteja certo de que V. Exª votou em consonância com a Constituição.

Dez Srs. Senadores votaram NÃO; dois votaram SIM; e há uma abstenção.

Rejeitada a prejudicialidade levantada pelo eminente Senador José Eduardo Dutra.

Passa-se à votação do parecer do eminente Senador Leomar Quintanilha.

As Srªs e o Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam sentados. (Pausa)

Contra os votos dos eminentes Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy.

Antes de encerrar a reunião, chamo a atenção dos eminentes colegas. Foram apresentadas 247 emendas à PEC que trata da reforma do Poder Judiciário, um recorde nunca existente nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o que demonstra o interesse havido.

A partir de agora, a Srª Secretária, Drª Gildete, fica advertida de que não poderá receber mais nenhuma emenda.

As emendas tiveram o prazo encerrado – 247 emendas registradas em Ata.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra para uma comunicação inadiável o eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de informar que, em tempo hábil, hoje, eu entreguei uma emenda à proposta de reforma do Poder Judiciário – e quero cumprimentar V. Exª pelo extraordinário trabalho realizado. A Proposta de Emenda à Constituição que faço refere-se à modificação do art. 51, ou seja, à forma de designação dos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Se me permite, Sr. Presidente, em um minuto, lerei a proposta de emenda para registrá-la oficialmente.

“O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão indicados pelo Presidente da República alternadamente, primeiro, dentre os juizes dos tribunais regionais federais indicados em lista tríplice, elaborada pelo próprio tribunal; segundo, dentre os desembargadores dos tribunais de justiça indicados em lista tríplice, indicados pelo próprio tribunal; terceiro, dentre os advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Distrito Federal e dos Territórios, indicados em lista tríplice, alternadamente.

§ 2º A nomeação dos Ministros do STF será feita pelo Presidente, depois de aprovada pela maioria absoluta dos membros do Senado.

§ 3º Os Ministros do STF exercerão mandatos de até dezesseis anos, não podendo ser reconduzidos.

§ 4º É vedado ao Ministro do Supremo Tribunal Federal o exercício de advocacia nos dois anos posteriores ao término do seu mandato.”

Sr. Presidente, a experiência acumulada desde 1988, quando da promulgação da Constituição, está a indicar a necessidade de alteração da forma da escolha dos membros do STF com vista à sua democratização e maior representatividade. Com o advento do direito de reeleição do Presidente da República, no caso de eventualmente conquistar dois mandatos, o Chefe do Execu-

tivo passou a ter a oportunidade de nomear a maioria dos componentes da Suprema Corte.

A presente proposta de emenda à Constituição objetiva evitar controle político do Tribunal e dar maior legitimidade ao processo de escolha de seus Ministros. É essa a emenda, Sr. Presidente, que foi entregue à Secretaria da Mesa antes de V. Ex^a ter encerrado o prazo. Agradeço a atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a não estava aqui, Senador Eduardo Suplicy, quando a Presidência já havia registrado. Mas, mesmo ausente, V. Ex^a entregou a tempo. Devo declarar, portanto, que é uma emenda que merecerá a devida atenção.

V. Ex^a pede mais de dezesseis, é isso? Ou seis?

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – O tempo de mandato é de até dezesseis anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência quer retificar apenas.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Mas não apenas, há também a forma de indicação por lista tríplice pelos juízes dos tribunais, pelos desembargadores dos tribunais e pelos advogados membros do Ministério Público, para cada um uma lista tríplice, e o Presidente, então, indicará dentre os da lista tríplice.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Se aprovada a emenda, o Presidente da República perde a oportunidade de nomear cinco ministros nas próximas vagas. V. Ex^a disciplina.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Exatamente, por essa razão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sem dúvida nenhuma será levada à devida consideração.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – E leva em consideração a reflexão acumulada por juristas como Celso Antonio Bandeira de Mello, Dalmiro Dallari e tantas outras pessoas que têm contribuído com esta Comissão e com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – E V. Ex^a pega todos os tecidos capilares que devem estar lá: OAB, desembargadores.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eminentíssimo Senador Eduardo Suplicy, antes de V. Ex^a chegar aqui, havia também uma emenda que ainda não tinha computada, do eminente Senador Leomar Quintanilha. Com isso, encerra-se a apresentação

de emendas, num total de 248 emendas. O **Jornal do Senado**, que está sempre atento à nossa reunião, com o nosso Ariel, registrará as 248 emendas, num fato inédito nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Está encerrada a reunião. Convocamos outra para o próximo dia 21.

(Levanta-se a reunião às 11h31min.)

Ata da 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2001, quarta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e trinta e oito minutos, do dia vinte e um de novembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Roberto Requião, João Alberto, Ricardo Santos, Wellington Roberto, Luiz Otávio, Maguito Vilela, Romeu Tuma, José Eduardo Dutra, Sebastião Rocha, Pedro Simon, Paulo Hartung, Pedro Piva, Antonio Carlos Júnior, Bello Parga, Maria do Carmo Alves, Francelino Pereira, Gerson Camata, Artur da Távola, Osmar Dias, Sérgio Machado, Íris Rezende, Moreira Mendes, Ademir Andrade, Eduardo Suplicy e Romero Jucá reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Amir Lando, José Agripino, Lúcio Alcântara, Luiz Pontes, Jefferson Péres e Roberto Freire. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Assume a Presidência o Senador Romeu Tuma, para que o Senador Bernardo Cabral possa proferir o relatório sobre as Emendas apresentadas à PEC nº 29, de 2000 ("Reforma do Judiciário"). Inicia-se a apreciação do Item 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2000 (PEC nº 96, de 1992, na Câmara dos Deputados), Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21 de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92 de 1999; 1, 5 e 20 de 2000; e 15, de 2001, que "Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário". Autoria: Deputado Hélio Bicudo. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: pela aprovação, com as Emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas que menciona. Resultado: Concedida vista coletiva. Reassume a Presidência o Senador Bernardo Cabral. A Comissão aprova a inversão de pauta, solicitada pelo Senador Ricardo

Santos. Passa-se ao Item 6) SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1996 – NÃO TERMINATIVO – que “Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e da outras providências”. Autoria: Deputado Elias Murad. Relator: Senador Ricardo Santos. Parecer: Pela aprovação do PLC 105/96, na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Educação, com o acolhimento da Emenda nº 1, de autoria do Senador Romeu Tuma, oferecida perante a CCJ; e pela rejeição do PLS 154/97. Em 14/11/2001, foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra, nos termos regimentais. Em 14/11/2001, foram recebidas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria do Senador Lúcio Alcântara. Resultado: É aprovado o Relatório do Senador Ricardo Santos, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao PLC nº 105, de 1996, nos termos da Emenda nº 4 – CE (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, e pela rejeição do PLS nº 154, de 1997, que tramita em conjunto. Após destacadas, são aprovadas as Emendas nºs 3 e 4, de Parecer contrário, que passam a denominar-se Subemendas nºs 3-CCJ e 4-CCJ. A Comissão aprova a inclusão de dois itens extra-pauta. Passa-se ao Item Extra-Pauta 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2001 (PL nº 3.475/2000, na Câmara dos Deputados) -NÃO TERMINATIVO- que “Altera dispositivos da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento.” Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Osmar Dias. Relator “Ad hoc”: Senador José Fogaça. Parecer: Pela aprovação. O Presidente convida a Deputada Zulaiê Cobra para compor a Mesa. Resultado: Aprovado o Parecer. Item Extra-Pauta 2) REQUERIMENTO Nº 12-CCJ, DE 2001, que Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, com presença do Excelentíssimo Ministro Paulo Roberto Saraiva Costa Leite, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; do Juiz Federal Flávio Dino de Castro e Costa, Presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais – AJUFE; do Doutor Gilmar Ferreira Mendes, Advogado-Geral da União e do Jurista Celso Antônio Bandeira de Melo, para debaterem sobre “o pacote de medidas do Executivo contra a greve dos Servidores Públicos Federais”, composto por um decreto, uma medida provisória e dois projetos de lei que estabelecem regras para dificultar a liberação do salário dos grevistas e permitem a contratação de trabalhadores temporários para substituí-los. Autoria: Senador José Eduardo

Dutra. Resultado: Aprovado. Por falta de *quorum*, a Presidência declara encerrada a Reunião, às doze horas e cinco minutos, ficando adiados os seguintes itens constantes da pauta, a saber: 02) PEC nº 38, de 2000; 03) PEC nº 38, de 1999; 04) PLS nº 84, de 1999 (tramitando em conjunto com o PLS nº 153, de 1999; PLS nº 184, de 1999; PLS nº 325, de 1999; PLS nº 378, de 1999; PLS nº 426, de 1999; PLS nº 475, de 1999; PLS nº 489, de 1999; PLS nº 568, de 1999; PLS nº 607, de 1999; PLS nº 94, de 2000; PLS nº 190, de 2000; PLS nº 232, de 2000; PLS nº 50, de 2001 e PLS nº 56, de 2001); 05) PLS nº 264, de 2000; 07) PLC nº 53, de 2000; 08) PEC nº 3, de 1999, que aguarda votação do Requerimento nº 652/2001, de retirada definitiva da matéria, em Plenário, agendada para a Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 22/11/2001; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador. – **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está aberta a 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à análise dos itens já do conhecimento dos eminentes Senadores, inclusive a Proposta de Emenda à Constituição que trata da Reforma do Judiciário.

Pedirei ao eminente Senador Romeu Tuma que assumira a Presidência dos trabalhos, enquanto exerce a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço ao Senador Bernardo Cabral a oportunidade de presidir esta importante Comissão.

Há uma comunicação, já aceita pelo Presidente, justificando a ausência do Senador Lúcio Alcântara por estar em compromisso político inadiável no seu Estado.

Há também uma comunicação da Senadora Marluce Pinto, nas mesmas condições.

Então, acredito eu que os dois terão justificadas suas ausências pela relevância do trabalho que estão realizando em seus Estados.

Passo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) – Sr. Presidente, Romeu Tuma, eminentes Srs. Senadores, conforme deliberação na nossa reunião anterior, hoje, vamos votar o projeto de proposta de emenda constitucional e as emendas oferecidas.

Pediria à Sr^a Secretária que distribísse os avulsos com parecer do Relator sobre as emendas apresentadas à PEC nº 29.

Em primeiro lugar, informo os eminentes colegas que há um quadro das emendas apresentadas à PEC nº 29 por parecer. O primeiro item trata das emendas acolhidas; o segundo, das acolhidas em parte; o terceiro, das acolhidas na forma de subemenda do Relator; o quarto, das prejudicadas por rejeição; o quinto, das prejudicadas por acolhimento; o sexto, das prejudicadas por inclusão no aditamento do Relator; o sétimo, das rejeitadas por mérito; o oitavo, daquelas em que foi rejeitada a reiteração de matéria vencida por EC; e o nono, das rejeitadas por inconstitucionalidade.

Queria consultar os eminentes colegas, a fim de que houvesse oportunidade de todos. Como se trata de um parecer que nada tem de político-partidário, mas apenas a idéia de tornar a Justiça um pouco mais ágil, a idéia do Relator é de não se submeterem em bloco as emendas que foram parcialmente rejeitadas ou prejudicadas, para não deixar os colegas numa situação de rolo compressor.

O quadro das emendas apresentadas e aprovadas, acolhidas, vou ler agora – e me parece que este pode ser um item colocado em bloco –, mas as demais devem ser apreciadas uma a uma para que os colegas possam se manifestar. Por exemplo, as emendas acolhidas:

Emenda nº 99, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, sobre acordos internacionais;

Emenda nº 104, de autoria do eminente Senador Pedro Simon, foi acolhida para inserção do § 2º do art. 98, que faz alterações no procedimento inquisitorial a ser conduzido pelo Ministério Público e previsão de instrução direta perante o Poder Judiciário. A relatoria acolheu a justificação do eminente Senador Pedro Simon na íntegra.

Emenda nº 105, também de autoria do Senador Pedro Simon, que promove alterações na forma de condução de membros do Conselho Nacional de Justiça. A relatoria acolheu na íntegra, na forma da justificação.

Emenda nº 111, do eminente Senador Bello Parga. De todas as emendas apresentadas, essa,

que proíbe a contratação de parente, foi a inicial. Acolhida.

Emenda nº 112, do Senador Bello Parga, que altera o § 2º do art. 95 para dar nova redação à hipótese de perda do cargo de juiz. Acolhida, na forma da justificação.

Emenda nº 123, da Senadora Marluce Pinto, determinando que as causas relativas à Presidência sejam julgadas pela Justiça do Trabalho. Foi acolhida na forma da justificação, mas, apesar de incorreta a referência ao dispositivo emendado, a emenda pode ser recebida por fungibilidade. No mérito, a sugestão merece atenção.

Emenda nº 125, da Senadora Marluce Pinto, para o Juiz do Trabalho que integra o Conselho Nacional de Justiça. Acolhida.

Emenda nº 127, do Senador Jefferson Péres, que altera o inciso I, do art. 93, para impor alterações no concurso para magistratura, a ser realizada por órgão público externo ao Judiciário, por participação do Ministério Público. Foi acolhida, na forma da justificação.

Emenda nº 128, do Senador Jefferson Péres, alterando o § 4º para estender aos concursos para o Ministério Público as alterações sugerida à magistratura. Acolhida, na forma da justificação.

Emenda nº 140, do Senador Romeu Tuma, que altera o art. 124 para aumentar a competência **ratione materiae** da Justiça Militar da União. Acolhida, na forma da justificação.

Emenda nº 141, do Senador Carlos Bezerra, altera o art. 103 para denominar os membros do Tribunal Regional do Trabalho Desembargadores Federais do Trabalho. Acolhida, na forma da justificativa.

Emenda nº 142, do Senador Carlos Bezerra. Acolhida, na forma da justificação.

Emenda nº 161, do Senador Jefferson Péres, que regula as competências constitucionais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Acolhida, na forma da justificação.

Emenda nº 162, que estabelece autonomia orçamentária da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Acolhida.

Emenda nº 192, do Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao inciso III do art. 96 para adequar a redação. Acolhida, com a inclusão do verbo “julgar”, na forma da justificação.

Emenda nº 193, do Senador José Eduardo Dutra, que acrescenta ao inciso I do art. 98, quanto ao juiz leigo e à qualificadora, exercendo esses cargos com função honorífica. Acolhida.

Emenda nº 196, do Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao **caput** do art. 181 para alterar a forma da composição do Supremo. Acolhida.

Emenda nº 197, do Senador José Eduardo Dutra, dá nova redação ao parágrafo único e ao art. 101 para aumentar para três quintos a maioria de aprovação de candidato a Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Emenda nº 202, do Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao art. 113, inciso II, para estender ao Juiz do Trabalho a regra constante do art. 107, § 4º, para Juiz Federal, qual seja, o direito de voto na constituição dos Tribunais do 2º grau. Acolhida, na forma da justificação.

Emenda nº 203, do Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao inciso I, parágrafo único, do art. 123, impondo lista triplíce para a vaga de advogado do Superior Tribunal Militar, a ser elaborada pela OAB. Acolhida.

Emenda nº 230, do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta parágrafo ao art. 129, prevendo a possibilidade de evocação de inquérito policial pelo MP. Acolhida, na forma da Justificação.

Emenda nº 235, do Senador Pedro Simon, que altera § 6º do art. 228 para oficial o código de 2/3, acolhido na forma da justificação.

Essas emendas foram acolhidas na sua totalidade pela justificação feita pelos eminentes Senadores. Depois, temos as emendas acolhidas em parte. Das emendas acolhidas em parte, de acordo com o quadro que já deve estar em mãos de V. Ex^{as}, 110 são do Senador Romeu Tuma. S. Ex^a quer a inserção do inciso IV ao art. 103-B com a redação acatada, impondo a correlata alteração do **caput** para aumentar o total de composição. A idade máxima fixada é mantida em 65 anos. É feita em parte porque, na emenda do Senador Romeu Tuma, houve um equívoco quanto à idade, mas a emenda foi acolhida.

A Emenda nº 137, que trata da parte advocacional, é de autoria do Senador Jefferson Péres. A relatoria acolheu na parte relativa à Advocacia-Geral da União.

Quanto às defensorias públicas, apesar de a providência ser importante à simetria do texto e até necessária, trata-se de matérias não-correlatas, e, pelo Regimento Interno do Senado, sabemos que matéria não-correlata está impedida na mesma emenda. De toda sorte, o objetivo está contemplado em emenda do Relator. Ou seja, no desdobramento da emenda apresentada pelo Senador Jefferson Péres, a primeira parte foi acolhida; e a segunda, por se

tratar de matéria correlata, mas já providenciada emenda do Relator, foi acolhida em parte.

A Emenda nº 139, de autoria do Senador Romeu Tuma, que acrescenta parágrafo único ao art. 93 "Definindo atividade jurídica para fins de concurso à magistratura", foi acolhida em parte, nos termos do parecer acima, à Emenda nº 138.

Depois, a Emenda nº 153, de autoria do Senador Romero Jucá, foi acolhida em parte. Altera o § 3º do art. 129. Para três anos o tempo da atividade jurídica – requisito para ingresso na carreira do Ministério Público – e para determinar contar o tempo de curso regular da Escola Superior do MP. Também elimina a cláusula "não incompatibilizada com o exercício da advocacia". Foi acolhida em parte para remover exatamente essa restrição à incompatibilização.

Emenda nº 191, de autoria do eminente Senador José Eduardo Dutra, que amplia o âmbito de proibição do exercício da advocacia por membros do Judiciário, consideradas a natureza nacional do Judiciário e as especiais condições de autoridade que emanam de ministros do Supremo Tribunal Federal e de Tribunal Superior, foi acolhida em parte, na forma de uma subemenda. Foi apenas para melhorar um pouco a redação, para não se perder a idéia da emenda.

Por último, a Emenda nº 220, que foi acolhida em parte, é do Senador Romero Jucá. Acrescenta o § 5º do art. 103 para prever novo tratamento ao incidente de constitucionalidade. Foi acolhida em parte quanto à sustação do processo, nos termos da justificação.

Portanto, temos aqui, no quadro, as primeiras emendas acolhidas e as acolhidas em parte. Acolhida na forma de subemenda do Relator, temos a Emenda nº 204. Essa, cuja redação era do eminente Senador José Eduardo Dutra, foi acolhida na forma de uma subemenda por mim apresentada, para que não se perdesse a idéia. Conseqüentemente, depois do item 3, temos as prejudicadas por rejeição.

Então, pergunto aos eminentes colegas se as emendas acolhidas, as acolhidas em parte e as acolhidas na forma de subemenda não poderiam ser votadas em bloco, porque elas atendem a todos os colegas integrantes da Comissão. Porém, as prejudicadas por rejeição, por acolhimento e por inclusão no aditamento do Relator seriam apenas para uma discussão que não pode envolver muita discordância.

As rejeitadas por mérito, rejeitadas por reiteração de matérias vencidas e por inconstitucionalidade gostaria que discutíssemos um pouco mais para que todos tivessem oportunidade.

Portanto, pergunto aos eminentes Senadores se me permitem fazer a sugestão ao Presidente, Senador Romeu Tuma, para que votássemos em bloco as emendas acolhidas, as acolhidas em parte e as acolhidas na forma de subemenda. Todas elas contemplam o mérito das emendas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Também peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Colocaremos em discussão o parecer e o encaminhamento da proposta do Senador Bernardo Cabral.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon e, em seguida, ao Senador Francelino Pereira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mais uma vez, felicito o Senador Bernardo Cabral pelo excepcional trabalho que fez na primeira parte do estudo do Código em geral e agora na sua apreciação sobre as emendas.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não sei, mas o Senador Bernardo Cabral está fazendo – e tem certa lógica – a proposta de que nós, agora, aproveemos em bloco as emendas que tenham parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicito silêncio total porque o assunto é relevante, e o Senador Pedro Simon está fazendo uma exposição sobre a proposta do Sr. Relator.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Repito: o Relator propõe que aprovemos de imediato as emendas que acolheu. Acho que tem lógica a sua posição, mas me atreveria a perguntar se não era possível termos um espaço para ler e dar uma averiguada no que é e no que não é.

V. Exª tem o parecer, que, para mim, tem 99% de chance de ser bom, mas sobra 1%, e gostaria de dar uma olhada para averiguar do que se trata, senão votarei sem saber quais são as matérias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, é claro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Na mesma linha da colocação de V. Exª, gostaria de registrar que considero o relatório do Senador Bernardo Cabral extremamente importante. Trata-se de um relatório competente, que visa a dar celeridade a esse processo de aprovação dessa matéria, mas que

é muito complexo principalmente para nós, que não somos juristas e advogados.

Não sei se a Mesa – e eu pergunto se seria regimental – permite um pedido de vista sobre o relatório das emendas, não sobre o relatório do termo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não cabe mais vista.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Cabel

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sobre o pedido de vista das emendas acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podemos fazer um acerto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Talvez se pudesse dar vista ao relatório das emendas e, a partir daí, votaríamos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senador Pedro Simon ainda está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu concordo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, queria fazer um aparte ao Senador Pedro Simon, então.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Pedro Simon, V. Exª concede a um aparte ao Senador José Eduardo Dutra?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está concedido o aparte.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Do ponto de vista regimental, pode-se pedir vista, porque, concretamente, há uma mudança do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre as emendas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Então, pode-se pedir vista.

Aqui não há nenhuma intenção de procrastinação por parte de ninguém, mas, em se dando mais um prazo para se analisar o relatório, poderemos, inclusive, agilizar a votação.

Por exemplo: apresentei 25 emendas, algumas delas foram acatadas e outras foram rejeitadas. Se começar a votar hoje, liminarmente, já vou pedir destaque de todas as rejeitadas, ao passo que, se tiver tempo para analisar o parecer, muito provavelmente, quando se for iniciar a votação, escolherei algumas prioritárias, que foram rejeitadas, para poder pedir destaque.

Ao mesmo tempo, não conheço todas as outras emendas, conheço as minhas. Algumas das emendas que foram apresentadas por outros colegas, que foram acatadas, não tive tempo de analisar para, inclusive, concordar com a votação em bloco que foi proposta pelo Relator.

Assim, o bom senso, dando mais essa semana, vai permitir que, na próxima quarta-feira, se vote toda a matéria. Não tenho dúvidas de que se iniciarmos a votação hoje, não iremos concluí-la, porque, como eu disse, liminarmente, pedirei destaque de todas elas.

Então, regimentalmente, é permitido pedir vista e já foi feito um acordo de que não tem mais prazo para a emenda – foi um acordo feito por todos nós. Concretamente, a discussão não está encerrada porque ela não foi nem iniciada, mas já houve um acordo no sentido de que não haverá mais prazo para emenda nova, a não ser que o Relator possa ser convencido e aprove uma subemenda – e, neste caso, está dentro do acordo.

Acho que o bom senso seria que pedíssemos vista coletiva do relatório, iniciando-se a votação com os destaques já na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para efeito de raciocínio, a proposta de V. Ex^a e do Senador Pedro Simon incluiria as acatadas, ou seja, também não se votam hoje nem as acatadas; seria uma vista coletiva, correto? Os Srs. Senadores concordam?

O Senador Bernardo Cabral, democraticamente, diz que não há nenhum inconveniente para ele. Ao contrário, S. Ex^a sempre manifestou aqui o desejo de que tudo fosse feito de acordo com a decisão da maioria. Nenhuma vez se opôs a qualquer tipo de solicitação, o que é mérito de um democrata como o Senador Bernardo Cabral, a quem devolvo a palavra, para que possa dar uma explicação. Posteriormente, se os inscritos ainda que quiserem se manifestar, a lista continua sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Aproveitando a presença do Senador Romeu Tuma, pediria preferência para o Item 6, já que houve o pedido de vista para o processo relativo à Reforma do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se não houver inconveniente, é o projeto de lei que modifica a Lei nº 6.368, sobre o problema de drogas.

O Senador Bernardo Cabral pediu a palavra antes.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Srs. Senadores, quero dizer que o meu propósito não é outro senão o de levarmos a bom termo essa Reforma do Judiciário.

O trabalho aqui feito foi de muita dificuldade. Alguns Colegas aproveitaram o feriado de quinta, sexta, sábado e domingo. Eu não saí de casa em nenhum minuto, para que pudesse trazer este trabalho ao julgamento dos Colegas. E o julgamento dos Colegas é que decidirá o que é melhor. Não tenho nenhuma dificuldade em que se vote isso agora. Ainda ontem, eu dizia ao Senador Artur da Távola – que não estava devidamente ciente de tudo o que se passava – que não tenho nenhuma dificuldade a cada vez em que se aprimora um trabalho dessa natureza, que não é para nenhum segmento político, não é para nenhuma entidade corporativa, mas é para o povo.

Sei que há entidades que não estão satisfeitas. Fui Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e sei que o melhor título que tenho é este, mas, nem por isso, deixei de discordar da Ordem quando ao efeito vinculante. Por quê? Porque não estamos aqui para atender a esta ou àquela corporação.

Se é essa a forma pela qual queremos levar a bom termo esta Reforma, não vejo por que não se atenda a um ou a outro Colega. Quando sugeri que fossem aprovadas em bloco as emendas acolhidas, é porque me parecia mais lógico. Contudo, o Senador José Eduardo Dutra levanta uma preliminar que me parece plenamente aceitável. O Senador tem, no bloco dessas emendas acolhidas, algumas que ele não considerará. E vou dizer a S. Ex^a que uma das emendas que acolhi – de autoria do Senador José Eduardo Dutra – não será acolhida nem pelo Governo, nem pelo Supremo Tribunal Federal, nem pelo Superior Tribunal de Justiça, que é a que dispõe sobre a nova forma de se integrar o Supremo Tribunal Federal.

Desse modo, Sr. Presidente, da minha parte, aqui está o trabalho que já foi entregue. Este é o segundo com a rejeição de todas as emendas, com um quadro. Se os eminentes Colegas julgarem que deve haver um pedido de vista coletivo, só faria um reparo ao eminente Senador José Eduardo Dutra: a matéria realmente foi discutida em acordo de que não se apresentaria mais nenhuma emenda. Quero deixar isso bem claro. Isso foi feito, e ele ressaltou.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – V. Ex^a não fez um reparo porque afirmei exatamente isto: que foi feito um acordo, e que não há mais emendas. E continua valendo: não há mais emendas.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Mas quero dizer que discuti a matéria na última reunião e relembrei o acordo.

O trabalho, Sr. Presidente, está aqui, o quadro de emendas acolhidas também o acompanha. Apenas peço aos eminentes Colegas que não o deixem aqui nem o esqueçam no gabinete porque não há outra impressão disso na gráfica. O Dr. Agaciel Maia e o Diretor da Gráfica ficaram até de madrugada para que os eminentes Senadores o tivessem em mãos. Cada um faz a análise, Sr. Presidente, e, na próxima semana – a Câmara levou 9 anos, podemos levar mais 9 anos também –, não vejo por que não.

De modo que não tenho nada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Diante da exposição do Senador Bernardo Cabral, a Presidência concede vista coletiva e reitera a necessidade de manutenção do que disse o Senador Bernardo Cabral, que, realmente, poderão ser estudadas todas as emendas acatadas e rejeitadas, e essa folha que faz referência elucidativa sobre o manuseio do livreto impresso, que, sem dúvida nenhuma, facilitará o trabalho de cada um dos Senadores diante das suas emendas rejeitadas ou não e dos outros para que tenhamos, na próxima quarta-feira, definitivamente, a discussão e votação das emendas.

Vamos votar a solicitação do Senador Ricardo Santos e, em seguida, abriremos a discussão do projeto relatado por S. Ex^a.

Ninguém em contrário, aprovada.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de dar uma sugestão sobre o método de trabalho para a próxima semana. Como temos muitas emendas, se conseguíssemos estabelecer aquelas em que há um consenso, para começarmos por elas, e deixar para o final aquelas polêmicas, ganharíamos muito em processo e agilizaríamos bastante a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a está ouvindo a proposta?

Senador Sérgio Machado, V. Ex^a poderia repetir, por favor?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PMDB – CE) – A proposta é a seguinte: há uma série de emendas para as quais foi concedida vista. Na semana que vem, tentaríamos, entre nós, ver as que são consensuais e começaríamos a votá-las, para que possamos avançar. As emendas polêmicas deixaríamos para o final, até para se haver mais tempo de discussão, de nego-

ciação e, com isso, dar uma dinâmica maior ao processo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Em tese, concordo, o problema é que só vamos descobrir o que é consenso ou não, quando efetivamente começar a discussão de cada emenda, ver os destaques que se tem. É lógico que as emendas que forem destacadas, seja dentro das aprovadas, seja dentro das rejeitadas, não são consensuais. Esse pode ser o primeiro critério. Podemos levantar o seguinte encaminhamento: as emendas que não foram destacadas dentro das aprovadas pelo Relator, votam-se em globo. As rejeitadas que não forem destacadas votam-se em globo também. E, depois, vai uma por uma.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PMDB – CE) – É exatamente isso que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se entendi a proposta, dentro do consenso, as destacadas seriam motivo de discussões mais aprofundadas. É essa a idéia, Senador?

Então, fica acordado, porque não se fala combinado em matéria parlamentar.

Proposta aceita pelo Relator.

Assim, daremos mais celeridade na próxima quarta-feira.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero apenas chamar a atenção dos eminentes Colegas porque, pelo quadro, temos o autor das emendas, o texto das emendas e um parecer do Relator. As lideranças, inclusive, poderão, entre si, verificar quais são as convergentes dentro da Proposta Sérgio Machado e com o acordo dos demais eminentes Senadores, porque, por eliminação, sabemos quais as que poderão ser votadas em bloco. Há algumas, inclusive, que foram acolhidas conforme aqui se propõe, apenas na forma de redação, que também poderão ser votadas em bloco. Fica a critério dos eminentes colegas. O papel da relatoria está feito, como dizia Fernando Pessoa. O resto agora é com os Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Retorno a Presidência ao Senador Bernardo Cabral.

Há vista coletiva concedida para a próxima quarta-feira.

Discussão e aprovação do relatório das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Srs. Senadores, ao retornar a Presidência, o item 6 da pauta, requerido pelo eminente Senador Ricardo San-

tos, para que a ela se desse preferência e aprovada, tem a devolução feita pelo eminente Senador José Eduardo Dutra, que havia pedido vista sem manifestação.

Como não se encontra presente o eminente Senador Lúcio Alcântara e com a concordância do Relator, Senador Ricardo Santos, pediria ao eminente Senador Romeu Tuma que providenciasse a leitura das Emendas 2 a 4, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, e, a seguir, darei a palavra ao Senador Ricardo Santos.

Item 6 (Página 636).

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Emendas 2 a 4

Emendas do Senador Lúcio Alcântara:

Emenda nº 2:

“Dê-se ao art. 3º do **caput** do Substitutivo do PLC 105/96 a seguinte redação:

Art. 3º Para os fins desta lei são considerados ilícitos os produtos, as substâncias ou as drogas que causem dependência física ou psíquica, especificados em lei e em tratados internacionais firmados pelo Brasil, relacionados periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, ouvido o Ministério da Justiça.

Justificação.

A autorização de indicativo de outros produtos, como atualmente consta do texto do art. 3º, permitiria ao Ministério da Saúde atuar como legislador vicário, em substituição ao Congresso Nacional, quando, na verdade, se pretende que o órgão competente daquele Ministério proceda apenas ao elenco das proibições decorrentes do senso comum, como são a cocaína, o LSD e outras drogas, observados em todos os casos os tratados firmados pelo Brasil.

Autorizar ao órgão competente, o Ministério da Saúde, todos os poderes para elencar drogas ilícitas significaria transferir os poderes que poderiam ultrapassar o aceitado pela sociedade. Por exemplo, certas variações do fruto do guaraná, cipó do Santo Daimé, Tiquira, fermentados de tubérculos e outros e não apenas aqueles produtos, substâncias definidas por convenções internacionais ou por manifestação da sociedade.”

Emenda nº 3:

“Dê-se ao art. 10 do Substitutivo do PLC 105/96 a seguinte redação:

Art. 10. Os dirigentes de estabelecimentos ou entidades das áreas de ensino, saúde e justiça, militar

e policial, ou de entidade social, religiosa, cultural, recreativa, desportiva ou beneficente, representativas da mídia, das comunidades terapêuticas, dos serviços estacionais profissionalizantes, das associações assistenciais, das instituições financeiras, dos clubes de serviços e dos movimentos comunitários organizados adotarão, no âmbito de suas responsabilidades, todas as medidas necessárias à prevenção, ao tráfico e ao uso de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

Justificação.

A partícula alternativa “ou”, que inicia a última expressão do dispositivo “ou que cause dependência física ou psíquica”, se não retirado do texto tornaria proibitivo o consumo de cerveja ou de quaisquer outras bebidas alcoólicas até mesmo no ambiente de clubes e entidades recreativas.

Considerando-se que a proposta é dirigida ao combate a drogas ilícitas, resulta excessivo incluir drogas consideradas lícitas naquele rol. Além disso, a permanecer a partícula que torna proscritas as drogas ilícitas, o poder da norma deslocaria para o Ministério da Saúde que, ao seu alvedrio, poderia acrescentar o produto ou substância que, subjetivamente, entendesse danoso à sociedade e não aqueles produtos ou substâncias definidos por convenções internacionais e por manifestação da sociedade brasileira.”

Emenda nº4 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

“Dê-se ao art. 12 do Substitutivo do PL 105/96 a seguinte redação:

Art. 11 – O dependente ou usuário de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, relacionados pelo Ministério da Saúde, fica sujeito às medidas previstas neste capítulo e seção.”

Justificação.

As razões para a supressão da expressão “ou”, que se encontra no início da expressão “ou que cause dependência física ou psíquica” são as mesmas que motivaram a emenda anterior. A partícula alternativa “ou”, antes da expressão “ou que cause dependência física ou psíquica”, se não retirada do texto, tornaria proibitivo o consumo de cerveja ou de quaisquer outras bebidas alcoólicas, até mesmo no ambiente de clubes e entidades recreativas.

Considerando-se que a proposta é dirigida ao combate de drogas ilícitas, é medida legal excessiva,

incluir e congregar no mesmo rol drogas consideradas lícitas e ilícitas. Além disso, a permanecer a partícula “ou”, capaz de tornar proscritas as drogas lícitas como o álcool, o tabaco ou outras, o poder da norma se deslocaria do Poder Público, pois a norma é **erga omnes** para o âmbito exclusivo do Ministério da Saúde, e, a partir de então, aquele órgão poderia, a seu talante, acrescentar ao rol de ilícitos produtos ou substâncias que entendesse danosos à sociedade, como os cipós do Santo Daime e folhas de fumo, produzidas pelo nosso homem no campo, e a cachaça de alambique e não apenas aqueles produtos e substâncias definidos por convenções internacionais ou manifestações da sociedade.

Essas são as três emendas do Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pergunto ao eminente Relator, Senador Ricardo Santos, se V. Ex^a acolhe as emendas apresentadas pelo Senador Lúcio Alcântara, lidas e ratificadas pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Por intermédio da Emenda nº 2 o Senador Lúcio Alcântara aperfeiçoa a redação do art. 3º. Como afirmou o Senador Romeu Tuma, tal artigo define o que seriam considerados produtos ilícitos, ou seja, aqueles especificados em lei e em tratados internacionais firmados pelo Brasil e outros, relacionados periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

O que propõe o Senador Lúcio Alcântara é que eles devam ser relacionados periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, ouvido o Ministério da Justiça.

Portanto, é perfeitamente aceitável a Emenda nº 2, do Senador Lúcio Alcântara, na medida em que a proposta de S. Ex^a aperfeiçoa a redação da mesma.

Com relação às Emendas de nºs 3 e 4, em síntese, elas incluem no capítulo da prevenção e de tratamento não apenas drogas ilícitas, mas também as lícitas, conforme está no substitutivo, na medida em que, conforme bem explicitou o Senador Romeu Tuma ao defender e ao relatar aqui a emenda do Senador Lúcio Alcântara, a utilização da partícula alternativa “ou” dá abertura para que os dirigentes de estabelecimentos ou entidades das áreas de ensino, saúde, justiça, militar e policial, ou de entidade social, religiosa, cultural, etc., no âmbito de suas responsabilidades, adotem todas as medidas necessárias à prevenção ao tráfico e ao uso de produtos, substâncias

ou drogas ilícitas, “ou” que causem dependência física ou psíquica.

A Emenda de nº 4 é, de certa forma, de igual teor, porque a utilização da partícula alternativa “ou” permite que também se inclua, no item “tratamento”, substâncias que são drogas lícitas, especialmente tabaco e álcool.

Considerando que as Emendas nºs 3 e 4 foram objeto de subemendas já no substitutivo que apresentei, o Relator não as acolheria. Resumindo, o Relator acolheria a Emenda nº 2 e as Emendas nºs 3 e 4 deixariam de ser acolhidas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma, para defesa das emendas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu insistiria na posição do Senador Lúcio Alcântara. Não sei, não vi o substitutivo. V. Ex^a alterou o substitutivo nesse período do pedido de vistas ou é o relatório anterior?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – É o relatório.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, não. Eu penso que tem... O Senador Lúcio Alcântara conversou muito comigo. Penso que misturar drogas lícitas com drogas ilícitas, em um projeto dessa envergadura, vai dar amplitude de poder aos órgãos competentes, o que permitirá que eles possam baixar portarias e legislar. Com relação ao problema das bebidas e do fumo, por exemplo, o Ministério da Saúde tem feito solicitações, e temos atendido a todas elas, no sentido de restringir, orientar e conscientizar a população sobre os riscos do seu uso. Assim, penso que relatório do Senador Ricardo está perfeito, está ótimo.

A matéria da revista **Época** sobre o fumo traz uma discussão muito grande sobre o consumo de maconha; já se fala em discriminação e uma série de outras providências. Inclusive, há um artigo muito bom, do Paulo Moreira Leite, que fala sobre o problema de uma jornalista da **TV-2**, que foi demitida por dizer que era consumidora de maconha, o que seria, em tese, um mau exemplo.

Não vou entrar no mérito disso, mas esse projeto esclarece as dúvidas que existem sobre o consumidor de drogas e não sobre o traficante, que permanece em uma situação mais agravada. Ou seja, a tese da conscientização, da recuperação e do tratamento têm uma incidência maior no novo projeto. É importante, portanto, que ele seja aprovado.

Nesse sentido, faço um apelo ao Relator para que acate as emendas do Senador Lúcio Alcântara, porque seu parecer não mostra apenas a visão de um

parlamentar, mas também de um médico, pois terá uma envergadura maior se permanecer o relatório original, com todo o respeito ao Senador Ricardo Santos pelo trabalho eficiente, já que esse projeto circula nesta Casa há quase cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Ricardo Santos...

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu poderia usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Ape- nas para pedir destaque das duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Con- cedido o destaque, a não ser que o Relator acate...

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Sr. Presidente, penso que seria a melhor alternativa. Ou seja, o relatório seria votado, incorporando a Emenda nº 2, do Senador Lúcio Alcântara, e depois seriam votadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Per- feito.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, corroborando com as palavras do Senador Romeu Tuma, gostaria de registrar a importân- cia do relatório do Senador Ricardo Santos, a impor- tância da matéria e a posição do Governo, que é a de aprovar o relatório do Senador Ricardo Santos já com a emenda e também pedir destaque às duas emen- das do Senador Lúcio Alcântara, encaminhando pela aprovação do destaque, portanto a inclusão das duas emendas.

Essa é a posição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sena- dor José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Eu quero pedir um esclarecimento. O parecer é contra as Emendas nºs 3 e 4?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É. O eminente Relator não acolhe as Emendas nºs 3 e 4, daí a razão do destaque, que está sendo levado a efe- ito.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – A posição da Oposição é semelhante à do Go- verno: vai votar pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4, do Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Oposição e a Situação estão caminhando de mãos dadas, olhando na mesma direção.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – O Governo às vezes acerta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está certo.

Encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Des- culpe, Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em relação à questão da prevenção de drogas, gostaria de pedir a atenção do Senador Romeu Tuma, que se especializou na área de prevenção de drogas. Ocorreu um fato inusitado anteontem: em entrevista à revista **Época**, a apresentadora Sonia Francini, conhecida como Soninha, acabou por decla- rar que, às vezes, também fumava cigarros de maco- nha. Por essa razão, foi demitida pela direção da Fun- dação Padre Anchieta e da **TV Cultura**. Ou seja, foi demitida após uma manifestação espontânea, o que vai contra a liberdade de expressão instituída pela Constituição Federal. O fato de uma pessoa admitir publicamente que já fez uso de drogas, como tantas outras pessoas neste País, não é motivo para que seja demitida. Portanto, Senador Romeu Tuma, pen- so que também cabe uma reflexão do Congresso Na- cional a respeito do problema.

Da minha parte, faria uma recomendação à dire- ção da **TV Cultura** no sentido de rever a demissão, porque não é com essa atitude que se vai informar melhor os jovens do País sobre quais os efeitos que têm a utilização dos mais diversos tipos de drogas. Estudiosos do assunto, inclusive o Deputado Fernan- do Gabeira, que tanto estudou esse projeto, vem-se manifestando a respeito da decisão da **TV Cultura**, pedindo que a decisão seja revista.

Nesta oportunidade, portanto, Sr. Presidente, também faço um apelo à **TV Cultura** para que reflita melhor e reveja a decisão de afastar a Soninha da programação simplesmente porque ela revelou à **Época** o seu ponto de vista sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Eduardo Suplicy, entendo as colocações de V. Exª, mas as atividades de certos profissionais servem de exemplo à sociedade. Assim, se verificarmos a legis- lação atual, o estímulo ao uso de drogas é considera- do crime. Daí a importância de se aprovar o projeto que trata da prevenção, do tratamento e de outras nu- anças que não são só as repressivas. Não vou entrar

no mérito da demissão, se a empresa deve ou não rever a sua posição, mas penso que V. Ex^a pode e deve fazer esse apelo pelas colocações que ela fez. Se chega um professor para seus alunos em uma sala de aula – vamos esquecer a maconha, porque sou contra a tese de discriminar as drogas, sou contra, não sou favorável a que se prenda o usuário e, sim, que se lhe dê oportunidade de verificar o prejuízo que lhe causa a droga. A maconha é ruim também, causa males profundos à estrutura da saúde. O que se defende aqui nesses projetos é a saúde pública, não é a prática do crime de uso de drogas, é a saúde pública que está em jogo. Temos que prevenir para que a juventude no futuro não seja com a maconha uma porta aberta para drogas mais pesadas. Então, ela fez as colocações, li a matéria com muito cuidado, e verifiquei que ela foi sincera numa conversa em que não imaginava a repercussão que causou. A explicação dela, os **outdoors** e tudo que a projetaram como viciada em uso de drogas. Então, são coisas que têm que ser discutidas mesmo dentro do amplo projeto relatado pelo Senador Artur da Távola e tantos outros que participaram desse projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a usou um termo que eu não consideraria dessa forma. O fato de ela dizer que é usuária em alguns momentos não a coloca como uma pessoa viciada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi o que falei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É importante. Tenha V. Ex^a a certeza de que, por exemplo, a todos os jovens, aos meus filhos, faço questão de sempre informar sobre quais são os efeitos que podem ser prejudiciais à saúde de cada tipo de droga. Então, penso que é mais importante – com o que V. Ex^a concorda – conscientizar, mas a outra coisa é a dificuldade que houve...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas V. Ex^a não está conscientizando ninguém quando diz que tem prazer no efeito de fumar maconha. Imagine um professor em uma sala de aula dizer: eu fumo maconha, ou de vez em quando, antes do almoço, bebo uma garrafa de uísque. Ele está estimulando esse comportamento porque, como professor, é o ídolo, é o exemplo. Vou citar o exemplo de um fato que ocorreu quando eu ainda estava na Polícia Federal. O Presidente Sarney queria uma campanha de conscientização contra o uso de drogas. Mandou uma grande atriz falar comigo. Discutimos um pouco e chegamos à conclusão de que, se ela participasse, seria um mau exemplo, porque ela conseguiu se afastar do uso de

drogas – e era cocaína. Por quê? Porque qualquer pessoa que tenha a vontade de ser uma atriz como ela pensa: vou usar a cocaína ou a maconha porque, na hora em que quiser largar, eu largo, como ela fez. Sendo que ela sofreu muito para que isso acontecesse.

Temos que ser cautelosos nesses exemplos, principalmente pela responsabilidade no exercício de uma profissão que chega à sociedade, ao jovem. Não estou querendo dizer que foi correta ou não a ação da TV Cultura, não estou discutindo o mérito disso. Estou discutindo como é que vamos conscientizar se opinarmos sempre por um exemplo livre de pregação do uso. É só isso que estou querendo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do eminente Senador Ricardo Santos, com as suas emendas de nºs 3 e 4, com o destaque de autoria do eminente Senador Luiz Otávio queiram permanecer sentados.

Aprovado, ressalvado o destaque.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio para se manifestar sobre o destaque requerido, Emendas 3 e 4. Aliás, Senador Luiz Otávio, a Presidência lembra a V. Ex^a que as Lideranças do Governo e da Oposição, ou da Oposição e do Governo são favoráveis à aprovação dessas duas Emendas nºs 3 e 4, com o destaque de V. Ex^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no art. 10 da Emenda nº 3, os dirigentes de estabelecimentos ou entidades das áreas de ensino, saúde, justiça militar e policial, ou de entidade social, religiosa, cultural, recreativa, desportiva, beneficente e representativa da mídia, das comunidades terapêuticas, dos serviços nacionais profissionalizantes, das associações assistenciais, das instituições financeiras, dos clubes de serviços e dos movimentos comunitários organizados adotarão, no âmbito de suas responsabilidades, todas as medidas necessárias à prevenção ao tráfico e ao uso de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

Justificação

A partícula alternativa “ou” que inicia a última expressão do dispositivo “ou que causem dependências físicas ou psíquicas”, se não retirada do texto, tornaria proibitivo o consumo de cervejas ou de quaisquer ou-

tras bebidas alcoólicas até mesmo no ambiente de clubes e entidades recreativas.

Considerando-se que a proposta é dirigida ao combate às drogas ilícitas, resulta excessivo incluir drogas consideradas lícitas naquele rol. Além disso, a permanecer a partícula que torna prosritas as drogas lícitas, o poder da norma se deslocaria para o Ministério da Saúde, que, ao seu alvitre, poderia acrescentar o produto ou substância que subjetivamente entendesse danos à sociedade, e não aqueles produtos e substâncias definidos por convenções internacionais e por manifestação da sociedade brasileira.

Essa é a emenda, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra, o eminente Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, o projeto original, embora possa parecer, principalmente nesse art. 10, um artigo meio “talibã”, quer dizer, meio rigoroso, duro, acho que se justifica. Estamos tratando de uma lei que visa controlar as drogas. Ele proíbe, e acho que é lógico, e vou manter a posição que tive lá na Comissão de Educação, uma associação religiosa não é um ambiente nem para droga ilícita, nem para droga lícita, se é que existe droga lícita. O ambiente de uma associação religiosa, onde se consuma bebida alcoólica, se fume, acho que não cabe, mas um ambiente recreativo, um clube esportivo... É exatamente o instrumento da sociedade para lutar contra isso. Embora no original o art. 10 seja um pouco rigoroso, meio “talibã”, voto com ele, apesar de reconhecer que, com o voto da Oposição e da Liderança do Governo, vamos perder, mas vou manter essa posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a, Senador Gerson Camata, se opõe às duas emendas?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Contra a emenda e a favor do artigo original, o art. 10 do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Portanto, V. Ex^a está na linha do destaque?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Na linha do destaque, contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam as Emendas nºs 3 e 4, com o destaque que foi levado a efeito, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, apenas com dois votos discordantes, do Senador Ricardo Santos e do Senador Gerson Camata.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Voto com o Senador Ricardo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a vota com o Senador Ricardo Santos?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não entendi, V. Ex^a defendeu o destaque e vota a favor do ... e foi contra o destaque?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Na verdade, Sr. Presidente, por uma apenas, porque a outra nem foi lida. Então, fico com a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Será feito o registro.

Eminentes Senadores, antes de proceder à leitura do requerimento de autoria do eminente Senador José Eduardo Dutra, a Presidência quer fazer um apelo aos eminentes colegas...

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, tem um requerimento aqui assinado pelo Senador Romeu e por mim, solicitando regime de urgência para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não está em urgência? Pode entregar à Secretária. Acho que já está na pauta. Se não está, será encaminhado ainda hoje.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Não, porque o regime de urgência tinha sido derrubado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa ainda hoje, e a Secretária Gildete tomará as providências. Está deferido o requerimento de V. Ex^a.

Eminentes Senadores, V. Ex^{as} estão lembrados de que aqui esteve o eminente Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Costa Leite, trazendo contribuição a esta Comissão no sentido de agilizar o processo de conhecimento que transita no Congresso Nacional. A Câmara já se manifestou favorável.

A Presidência designou o Senador Osmar Dias para relatar o Projeto nº 118, de 2.001, que eu pediria fosse votado extrapauta, se V. Ex^{as} estiverem de acordo. Depois, a Presidência pediria ao eminente Senador José Fogaça, que, como Relator *ad hoc*, a examinasse, porque é absolutamente convergente e agiliza o sistema da Lei Processual Civil.

Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy, a Presidência procederá à leitura do seguinte Requerimento, pedindo a atenção de V. Ex^{as} para o mesmo, que tem como autor o Senador José Eduardo Dutra:

“Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública nesta Comissão, com a presença do Ex^{mo} Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; do Juiz Federal Flávio Dino de Castro e Costa, Presidente da Associação dos Juizes Federais – AJUFE; do Dr. Gilmar Ferreira Mendes, Advogado-Geral da União, e do Jurista Celso Antônio Bandeira de Melo, que deverão ser convidados para debaterem sobre “o pacote de medidas do Executivo contra a greve dos servidores públicos federais”, composto por um decreto, uma medida provisória e dois projetos, que estabelecem regras para dificultar a liberação dos salários dos grevistas e permite a contratação de trabalhadores temporários para substituí-los.”

Em discussão, o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência entrará em contato com Ministro Costa Leite e com o Ministro Gilmar Ferreira Mendes e pede ao eminente José Eduardo Dutra, cujo requerimento acaba de ser aprovado, que entre em contato com o Jurista Celso Antônio Bandeira de Melo e com o Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, Presidente da Associação dos Juizes Federais – AJUFE, que, aliás, deu uma bela contribuição à Reforma do Judiciário. Dividimos as tarefas.

Com a palavra, pela ordem, o eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Por uma razão de procedimento, ainda relacionada à questão referente à Reforma do Judiciário, faço a seguinte consulta: na medida em que V. Ex^a considerou a Emenda nº 239, de minha autoria, prejudicada, tendo em vista o acolhimento das Emendas nºs. 196 e 197, se, no exame da mesma, se considerar que não haveria uma contraposição, quer dizer, se a Emenda que apresentei, a de nº 239, puder ser considerada como complementar às Emendas que foram por V

Ex^a consideras, as de nºs. 196 e 197, do Senador José Eduardo Dutra, e se, porventura, puder ser apresentada uma sugestão de aperfeiçoamento, que deveria então, neste caso, ser de iniciativa do Relator, isso poderia ser considerado? Levanto a questão hipoteticamente, já que poderei fazê-lo na semana que vem. Mas é esta a consulta que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, antes de dar a resposta a V. Ex^a, eu devo, e o faço com muita alegria, registrar, para que conste em Ata, a presença da nossa Deputada Zulaiê Cobra, Relatora da matéria na Câmara dos Deputados.

A Presidência responde a V. Ex^a, na qualidade de Relator, da seguinte forma: a Emenda de V. Ex^a não foi rejeitada. A Emenda de V. Ex^a foi prejudicada em função da aprovação que se levou a efeito quanto à Emenda do eminente Senador José Eduardo Dutra. Se V. Ex^a chegar a um **modus faciendi**, juntamente com o eminente Senador José Eduardo Dutra, e couber uma subemenda – a Relatoria, cada vez mais, quer aprimorar o trabalho da reforma do Judiciário –, estará devidamente credenciado pelo seu amigo, Relator, para entrar em contato com o eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. Peço atenção para S. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento. O que está sendo discutido é um projeto extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Nada está sendo discutido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Está certo. Distribuíram o projeto, que voltou com código...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Nobre Senador Romero Jucá, a Presidência informou ao Plenário que esta matéria foi aprovada na Câmara com a idéia de se agilizar o processo de conhecimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Que matéria? A de número 118?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A de número 118. A Presidência pediu ao eminente Senador José Fogaça que, na qualidade de Relator Adjunto, desse a honra de relatá-lo, porque havia designa-

do o nobre Senador Osmar Dias, que até agora não pôde estar presente.

O Sr. Ministro Costa Leite esteve aqui dizendo da contribuição que nós demos. Este projeto é oriundo da Presidência da República e foi relatado pelo Deputado Inaldo Leitão. A informação que tenho é a de que a Câmara, num trabalho de eficiência, aprovou a matéria, que está aqui. E a Presidência pediu extrapauta, para que, até o final do ano, possamos vê-la tramitando. A matéria é convergente.

Devo dizer, Senador Romero Jucá, que não há nenhuma vinculação político-partidária contra ela, mas o sentido de se prestar uma maior celeridade.

Senador José Fogaça, V. Ex^a nos dá a honra de relatar essa matéria?

Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, peço à nobre Deputada Zulaê Cobra que tome assento à direita da Presidência.

Com a palavra, o eminente Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – A honra é minha, Senador Bernardo Cabral.

“Relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2001, tem como objetivo alterar dispositivos relativos ao Código de Processo Civil – CPC.

Nesse sentido, seu art. 1º propõe a alteração da redação de diversos dispositivos da lei processual civil, conforme exposto a seguir.

Pretende-se alterar o texto do **caput** do art. 14, para declarar que os deveres éticos impostos às partes alcancem todos aqueles que, de qualquer forma, participem do processo.

Propõe, também, aditar o inciso V ao normativo em tela, para incluir, entre os deveres de todos os que participem do processo, o de cumprir, com exatidão, os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, seja de natureza antecipatória ou final.

Ainda sobre o art. 14, propõe-se nova redação para o seu parágrafo único, para estabelecer que, ressalvados os advogados que se sujeitam, exclusivamente, aos Estatutos da Ordem dos Advogados do Brasil, a violação do dever arrolado acima é atentatória ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar, ao responsável, multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a 20% do valor da causa. Não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em

julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita sempre como dívida ativa da União ou do Estado.

Outrossim, objetiva-se acrescentar parágrafo único ao art. 154 do CPC, com o intuito de facultar aos Tribunais o disciplinamento da prática de atos processuais e de sua comunicação às partes, mediante meios eletrônicos, atendidos os requisitos de segurança e autenticidade.

Ademais, altera-se o texto do art. 175 do diploma legal em tela, para estabelecer que são, também, feriados forenses os dias de sábado, além dos domingos e dos demais feriados assim declarados em lei.

Da mesma forma, modifica-se o art. 178 para fixar que o prazo legal ou judicial será contado em dias e suspender-se-á, além de nos feriados, também nos dias em que não houver expediente forense, salvo nos casos de prazo quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, conferidos ao Ministério Público e à Fazenda Pública.

Por outro lado, pretende-se desdobrar o **caput** do art. 253 em dois incisos, para preceituar que serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza, quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores, além da hipótese já hoje prevista, ou seja, quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada.

Além disso, altera-se o art. 407 para estatuir que incumbe às partes, no prazo que o juiz fixar ao designar a data da audiência, depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão, a residência e o local de trabalho; omitindo-se o juiz, o rol será apresentado até dez dias antes da audiência. Pela norma atual, tal prazo é de cinco dias antes da audiência, incumbida a parte de depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão e a residência.

Já a nova regra proposta para o parágrafo único do art. 433 estabelece que os assistentes técnicos das partes oferecerão seus pareceres quanto à perícia no prazo comum de dez dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo do perito oficial. Hoje, tal prazo começa a correr independentemente da intimação.

De outra parte, a modificação que se pretende laborar no inciso IV do art. 575 objetiva fixar que, entre outras hipóteses já hoje arroladas, a execução fundada em título judicial processar-se-á perante o juízo cível competente, também quando o título executivo for sentença penal, além de transferir para o mesmo inciso IV a hipótese hoje prevista no inciso III do mesmo

artigo, ou seja, quando o título executivo for sentença arbitral.

Por fim, pretende-se mudar o texto do inciso III do art. 584, também da lei processual civil, com o fim de estatuir que, ainda que verse matéria não posta em juízo, a sentença homologatória de conciliação ou transação é título executivo judicial. Ademais, transfere-se a classificação da sentença arbitral como título executivo judicial para o inciso VI, acrescentado ao mesmo art. 584.

O art. 2º da proposição ora em discussão, por sua vez, pretende acrescentar ao CPC os seguintes artigos: art. 431-A, firmando que as partes terão ciência da data e do local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova; art. 431-B, prevendo que, em caso de perícia complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar mais de um assistente técnico.

De outra parte, o art. 3º do projeto de lei em questão revoga o inciso III do art. 575 do diploma legal sob análise, que prevê que a execução fundada em título judicial processar-se-á perante o juízo que a homologou, no caso de sentença arbitral.

Finalmente, o art. 4º contém a cláusula de vigência três meses após a publicação da lei que se quer aprovar.

Não há emendas apresentadas, Sr. Presidente. É o relatório.

II – Análise.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição sob exame e, também, sobre o seu mérito, uma vez que se trata de matéria atinente a direito processual (art. 101, inciso I, combinado com inciso II, alínea “d”, do Regimento Interno do Senado Federal).

A Constituição Federal prevê que direito processual é matéria cuja legislação compete privativamente à União (art. 22, I). Outrossim, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, legislar sobre todas as matérias da competência da União (art. 48).

Ademais, cabe a esta Casa rever projeto de lei que teve a sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados (art. 65).

Dessa forma, no que diz respeito à constitucionalidade do projeto de lei de que se trata, o nosso entendimento é o de que nada obsta a sua livre tramita-

ção nesta Casa. E, igualmente, segundo nos parece, estão atendidos os requisitos de juridicidade e de regimentalidade.

No que respeita ao mérito, a iniciativa ora em discussão insere-se no contexto de reforma no nosso Código de Processo Civil, que vem sendo levada a efeito pelo Congresso Nacional há alguns anos, auxiliado por judiciosa Comissão composta por ilustres juristas e que está trabalhando na matéria desde 1991.

Com efeito, em vez de se buscar reformular de uma só vez toda a Lei Processual Civil, diploma legal que contém mais de 1.200 artigos, muitos deles subdivididos em parágrafos, incisos e alíneas, optou-se, corretamente, por atualizar o Código de Processo Civil por tópicos, mediante elaboração de proposições pontuais. Nesse sentido, diversas alterações vêm sendo feitas à nossa Lei Processual Civil.

Desta feita, estão-se alterando diversos dispositivos do CPC relacionados aos processos de conhecimento e de execução. Assim, a alteração proposta ao art. 14 é informada pela necessidade de se reforçar a ética, que deve nortear a todos que, de uma forma ou de outra, intervêm no processo, sob pena de multa.

Outrossim, procura-se reconhecer a realidade dos meios eletrônicos de comunicação com o acréscimo de parágrafo único ao art. 154 do CPC, facultando aos tribunais o disciplinamento da prática de atos processuais e sua comunicação às partes mediante esses meios.

Ademais, altera-se o texto dos artigos 175 e 178 do diploma legal em tela, para estabelecer-se que, para efeito de contagem de prazos, contam-se apenas os dias úteis, não se computando os sábados, domingos e feriados oficiais, salvo nos casos de prazo quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, conferidos ao Ministério Público e à Fazenda Pública.

Por outro lado, a modificação proposta para o **caput** do art. 253 pretende coibir prática hoje corrente e que atrapalha o bom andamento dos trabalhos judiciais. Trata-se do ajuizamento de diversas ações similares, simultaneamente, que são distribuídas para diversos juízos. Depois, o advogado desiste daquelas em que não obteve liminar, propondo litisconsórcio ativo em favor de seus autores junto à Vara em que conseguiu o chamado provimento cautelar. Com a mudança ora proposta, as diversas ações serão distribuídas a um único juízo pelo princípio da dependência, evitando-se a manobra relatada.

Com relação à mudança no art. 407, propõe-se ampliar o prazo para que as partes nomeiem suas testemunhas, pois há consenso de que tal prazo –

cinco dias antes da audiência – é exíguo. Assim, com a nova regra, o juiz fixará o prazo para tanto ao designar a data da audiência. Omitindo-se o juiz, o rol será apresentado até dez dias antes da audiência.

Quanto ao parágrafo único do art. 433, fica estabelecida a necessidade da devida intimação para que os assistentes técnicos das partes ofereçam seus pareceres no prazo comum de dez dias, pois hoje, muitas vezes, as partes são prejudicadas em razão da ausência da intimação.

No que se refere aos artigos 575 e 584, as modificações propostas baseiam-se na nova Lei da Arbitragem – Lei nº 9.307, de 1996 –, procurando harmonizá-la com a Lei Processual Civil.

Já o acréscimo dos art. 431-A e 431-B objetiva atender a diversos reclamos no sentido de que os assistentes técnicos das partes tenham melhor acesso a informações processuais importantes para o bom desempenho de sua missão de assessorar as partes litigantes, bem como tem o sentido de valorizar as provas técnicas num mundo em que, cada vez mais, a ciência e a tecnologia auxiliam na busca da verdade processual.

Por seu turno, a revogação do inciso III do art. 575 do CPC, feita pelo art. 3º do projeto de lei em questão, justifica-se em razão de que a sentença arbitral não mais está sujeita à homologação judicial, por força da Lei da Arbitragem.

Finalmente, o prazo de três meses após sua publicação para que a lei que se quer aprovar entre em vigor visa a dar um tempo mínimo para que os profissionais de Direito tomem conhecimento e preparem-se para atuar, levando em conta as alterações a serem efetivadas.

Sr. Presidente, é mais uma iniciativa do próprio Poder Judiciário, porque, embora tenha a assinatura do Presidente da República, sabemos que o Superior Tribunal de Justiça tem sido extremamente atuante nas modificações do Código de Processo Civil desde o tempo do ilustre Dr. Athos Gusmão Carneiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Após a finalização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, foi um dos primeiros a ser nomeado para o novo tribunal. Desde então, vem sendo realizado um trabalho de aperfeiçoamento gradativo do Código de Processo Civil, que é tão complexo e que cria tantos problemas. Esse problema da contagem de prazos, por exemplo: os advogados se atrapalhavam, incluindo ou excluindo os sábados, o que muitas vezes levava à perda do prazo.

A utilização dos meios eletrônicos para conhecimento da informação é uma inovação importante, e

seria absurdo, nesses tempos modernos, não se adotar esse provimento.

Por outro lado, Sr. Presidente, é importante esse período de três meses para que os advogados tomem conhecimento das modificações, inteirem-se delas e possam, então, adotá-las nas suas petições e agravos.

Sr. Presidente, o parecer, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) — Senador José Fogaça, V. Exª lembra bem a atuação do Ministro aposentado Athos Gusmão Carneiro.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) — O Dr. Costa Leite é hoje um Presidente atuante e presente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) — V. Exª lembrou bem. Os Ministros Athos Gusmão e Sálvio de Figueiredo Teixeira formavam uma dupla.

Apelo ao eminente Colega que aproveemos esse projeto nesta reunião.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço à Secretária que colha as assinaturas.

Eminentes Colegas, o Senador Sebastião Rocha convida todos os membros desta Comissão para participar – já que é o Relator da matéria – de um **workshop** sobre “Ação afirmativa: cotas para acesso da população negra às universidades e a concursos públicos”, hoje, às 15h.

Como a Deputada Zulaiê Cobra terá que se ausentar, a Mesa cumprimenta V. Exª mais uma vez, pelo trabalho desenvolvido na Câmara dos Deputados sobre a Reforma do Poder Judiciário, que agora compete a este seu velho Colega da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. PEDRO PIVA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Piva, que também é advogado de São Paulo.

O SR. PEDRO PIVA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, associe-me aos cumprimentando de V. Exª e também cumprimento a Deputada Zulaiê Cobra pela passagem do seu aniversário, anteontem, quando entrou na casa dos 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Pedro Piva, espero que o presente de aniversário dela seja extensivo a V. Exª no sentido de que ambos

sejam candidatos ao Senado Federal e venham para esta Casa mais uma vez.

O SR. PEDRO PIVA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Fogaça, V. Ex^a está em condições de relatar a matéria sobre a Justiça Militar dos Estados?

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS) – Sr. Presidente, ainda estou debatendo o assunto porque há um conflito entre as polícias militares e as Forças Armadas. Ainda estou conversando com as partes interessadas para produzir o relatório final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Item 3 da pauta foi devolvido pelo Senador José Eduardo Dutra sem manifestação. Como o Relator, Senador Amir Lando, não se encontra presente, sua apreciação ficará para a próxima reunião.

O Item 2 da pauta, não-terminativo (página 499), tem como Relator o eminente Senador José Eduardo Dutra, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, já relatei essa proposta de emenda constitucional que acaba com o voto secreto no Parlamento. Já li o relatório e o debate foi iniciado. O Senador José Fogaça fez uma intervenção e o Senador Romero Jucá pediu vista. Seria de bom alvitre que S. Ex^a apresentasse suas alegações contra a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a apresentou voto em separado pela rejeição. Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, confesso que tenho dúvidas sobre a matéria. Vejo vantagens e desvantagens na extinção do voto secreto no Parlamento. Uma vantagem é a transparência no processo. Uma desvantagem está, por exemplo, na votação de vetos ou de cassação de membros do Congresso – questão de foro íntimo e não política. Sendo a votação aberta e votando-se contra, poderá haver retaliação ou, não sendo o companheiro cassado, ficar-se, de certa forma, marcado. Cria-se um problema interno em vez de uma solução.

Assim, tenho dúvidas quanto à matéria. Apresentei o voto em separado para discutirmos a questão. No entanto, não há **quorum** para discutirmos a matéria e votá-la hoje. Assim, peço a verificação de **quorum** ou o adiamento da apreciação. Posso até votar de acordo com o Senador José Eduardo Dutra, mas preciso me convencer disso. Quanto maior o número de Parlamentares participando da discussão, melhor será para a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concordei com essa ponderação em outra reunião. Essa matéria já foi recolocada na pauta por diversas vezes. Sempre acordamos com a sua colocação como primeiro item da pauta mas, quando a reunião se inicia, aprova-se requerimento de preferência para outra matéria.

Como o Senador Romero Jucá disse que não concorda em votar a proposta hoje porque não há **quorum**, rendo-me à aritmética. O Senador Romero Jucá, como minoria, fará, pela primeira vez, um pedido de verificação de **quorum**, portanto acato que não votemos a matéria hoje, já que não há **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eminente Senador Romero Jucá, como não há **quorum** para votação, a Presidência dará por encerrada a presente reunião.

O Item 1 da pauta introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. Estão ausentes alguns Relatores, como o da matéria de que o eminente Senador Romero Jucá solicitou vista, apresentando voto em separado contrário: “Concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos e dá outras providências.”

Por essa razão, convoco para a próxima quarta-feira uma nova reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h06min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, Realizada em 05 de junho de 2001.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia cinco de junho de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Amir Lando, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Ramez Tebet, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Waldeck Ornelas, Eduardo Siqueira Campos, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Teotônio Vilela Filho, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Roberto Freire, José Fogaça, Juvêncio da Fonseca, Freitas Neto, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Osmar Dias, Pedro Piva e Sa-

turnino Braga reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Gilvam Borges, Moreira Mendes, José Coelho, Carlos Patrocínio, Fernando Matusalém, Emília Fernandes e Marina Silva. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Ricardo Santos, comunica que, em virtude de reunião com o Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, necessita ausentar-se, passando então a direção dos trabalhos ao Senador Nilo Teixeira Campos, que inicia a deliberação da pauta a partir dos Projetos de Decreto Legislativo: Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 108, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Sudeste do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Hugo Napoleão e o relatório favorável é aprovado. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 80, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Eldorado do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador José Fogaça e o relatório favorável é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 65, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jalba, Estado de Minas Gerais.” O relator, ad hoc, é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 43, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Tempo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Nova Lima FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 126, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que

“Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Educativa, Esportiva Descobertense de Radiodifusão - FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Descoberto, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à TV Minas Centro-Oeste S/C Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luz, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Aparecida D'Oeste - SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida D'Oeste, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Logos - Edições, Jornalismo e Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o relatório favorável é aprovado. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 110, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação FAFIT de Rádio e TV Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o relatório favorável é aprovado. Item 19: Adendo ao Parecer ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 94, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação João XXIII - Rádio por um Mundo Melhor para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.” O parecer referente à matéria foi aprovado nesta Comissão no dia 03/04/01, sendo devolvido pela Secre-

taria Geral da Mesa para que fossem efetivadas correções no parecer. Sanadas as imperfeições pelo relator, Senador Francelino Pereira, a comissão aprova o adendo. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 262, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 96, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Nossa Senhora das Candeias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o relatório favorável é aprovado. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 63, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a União Caixeiral de Lajes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador Amir Lando e o relatório favorável é aprovado. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador Amir Lando e o relatório favorável é aprovado. O Presidente Eventual, Senador Nilo Teixeira Campos, retoma a ordem natural da pauta passando a Presidência ao Senador Gerson Camata para apresentar relatório aos projetos constantes nos Itens 01 e 03. Item 01: Projeto de Lei do Senado n.º 144, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento.” O Senhor Senador Roberto Freire oferece emenda ao projeto. É concedida vista ao Senador Juvêncio da Fonseca. Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 51, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que “Dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.” É concedida vista à Senadora Marluce Pinto. Item 03: Projeto de Lei da Câmara n.º 100, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Vic Pires Franco, que “Acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei n.º 9394, de

20 de dezembro de 1996. (dispõe sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus).” O relator designado é o Senador Nilo Teixeira Campos e o relatório favorável é aprovado. Reassume a Presidência o Senador Nilo Teixeira Campos. Item 04: Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1998, de caráter não terminativo, de autoria dos Deputados Hélio Bicudo e Rita Camata, que “Institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Hugo Napoleão e o relatório favorável, na forma do substitutivo oferecido que rejeita a subemenda n.º 01, acolhendo parcialmente a subemenda n.º 02, ambas de autoria do Senador Eduardo Suplicy, é aprovado. Item 05: Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paes Landim, que “Dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.” O relator, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o relatório favorável é aprovado. Extra pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 175, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luiz, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o relatório favorável é aprovado. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Estrela do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taipú, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador Amir Lando e o relatório favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 06: Projeto de Lei da Câmara n.º 20, de 2001, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 06, de 2001, Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 2001 e Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Nilo Teixeira Campos**, Presidente Eventual da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que se realiza hoje, em 5 de junho de 2001.

Tendo em vista a realização de uma audiência da qual devei participar no Ministério da Fazenda com o Exmº Sr. Ministro Pedro Malan, solicito ao Senador Nilo Teixeira Campos que, provisoriamente, ocupe a Presidência dos trabalhos desta reunião. Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, não havendo **quorum** necessário, solicito a inversão da pauta para que possamos ter a oportunidade de apreciar primeiramente os projetos não-terminativos – no caso, os que envolvem a concessão de emissoras de rádio e de rádios comunitárias, se V. Exª e o Plenário estiverem de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Então, começaremos pelo Item 7.

O SR. GERSON CAMATA – Iniciaremos, portanto, pelo item 7.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – O item 8 também diz respeito à radiodifusão, assim como os itens seguintes, até o final.

Em votação, o requerimento do Senador Gerson Camata.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

No Item 7, o relator é o Senador Hugo Napoleão. O Item 8 tem como relatora a Senadora Emília Fernandes. No Item 9, o relator é o Senador José Fogaça e, no Item 10, o Senador Moreira Mendes. No Item 11, o relator é o Senador Casildo Maldaner, que está presente.

Item 11.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2001.

O SR. CASILDO MALDANER – Esse Projeto de Decreto Legislativo aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Tempo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, depois de fazer um relatório e uma análise em relação a essa matéria, concluo que, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, fica caracterizado que a entidade, a Associação Comunitária Novo Tempo, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização.

Por isso, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, essa é a conclusão e o voto em relação a essa concessão de uma rádio comunitária de Correia Pinto, que fica na região da serra de Santa Catarina – aliás uma rádio comunitária que já vinha sendo solicitada há muito tempo pelas entidades daquele Município. Sem dúvida alguma, veio em boa hora o atendimento àquela velha reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Então, passamos para o item 19, em que o Relator é o Senador Francelino Pereira, a quem concedo a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, inicialmente um adendo: é o parecer 2001, cujo número não consta aqui, oferecido ao Projeto de Decreto Legislativo nº 94.

No intuito de preservar o registro histórico constante da exposição de motivos apresentada pelo Ministro de Estado das Comunicações ao Senhor Presidente da República, de que a presente concessão foi outorgada, originariamente, à Rádio Por Um Mundo Melhor Ltda., altera-se a redação do art. 1.º do presente PDS, que passa a ser o seguinte:

Art. 1.º – Fica aprovado o ato a que se refere o decreto em 20 de janeiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1.º de novembro de 1993, a concessão outorgada à Fundação João XXIII – Rádio Por Um Mundo Melhor, originariamente outorgada à Rádio Por Um Mundo Melhor Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em seguida, o parecer.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Meu exame desta Comissão é o Projeto de Decreto Legislativo n.º 94, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação João XXIII – Rádio Por Um Mundo Melhor para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Governador Valadares, no meu Estado.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

A diretoria é constituída por José Heleno, presidente; José Raimundo Miranda, diretor; Dalmir de Paula da Costa, diretor; Odilon Nagare de Aguiar, gerente administrativo.

O nosso voto é o seguinte: o processo de exame e apreciação pelo Congresso Nacional dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou atualização a que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução n.º 89/92 do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério da Comunicação, que deve instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Governador Valadares, com uma população de 250 mil habitantes, é o principal centro irradiador do progresso e do desenvolvimento da região do Rio Doce, que inclui ainda os Municípios de Ipatinga*, Teófilo Otoni*, Caratinga*, entre outros. Distante 311km de Belo Horizonte e servido por três rodovias federais, Governador Valadares tem uma economia diversificada, destacando-se a agricultura, a pecuária e o reflorestamento. Cursos técnicos e superiores são ofertados a sua juventude, inclusive em áreas como Energia Elétrica, Biologia e Ciência da Computação. São intensas as atividades culturais e de lazer, especialmente pela atuação de oito emissoras de rádio e quatro jornais de grande circulação. Uma dessas emissoras é a Rádio Por Um Mundo Melhor, pertencente à Fundação João XXIII, cuja concessão de funcionamento está sendo renovada por esse projeto. Mantém Governador Valadares uma longa e duradoura relação de amizade e de reconhecimento de seu grande papel como motor de desenvolvimento de

uma extensa região de Minas Gerais. Conheço suas lideranças políticas, sei do seu senso de responsabilidade, de sua capacidade de trabalho e de sua dedicação ao progresso do Município. É, portanto, com redobrada satisfação que dou parecer favorável à implantação de mais uma emissora em Governador Valadares, especialmente em se tratando de uma rádio que atuará sob a responsabilidade da Fundação João XXIII. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n.º 94, de 2000, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas pela Resolução n.º 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Fundação João XXIII Rádio atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo.

Peço a aprovação, com o adendo que li anteriormente.

O SR. ROMEU TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente. O voto, pelas assinaturas, já foi...

O SR. GERSON CAMATA – Mas não havia o decreto.

O SR. ROMEU TUMA – Só o adendo. E o voto já foi proferido.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Francelino Pereira.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

Item n.º 20 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo n.º 262, de 2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, trata-se de ato que aprova a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão da cidade de Salinas a executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade, em Minas Gerais.

O relatório explica o Projeto de Decreto Legislativo n.º 262, de 2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas a executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade, em Minas Gerais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República informa que a solicitação foi instituída de conformidade com a legis-

lação aplicável, o que levou ao seu deferimento. É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas: Miguel Barnabé Freire, Presidente; Vera de Fátima Viana, vice-Presidente; Maria Imaculada Silva, Secretária; Judith Messias de Jesus, Tesoureira; Sandra Natalícia de Oliveira, Diretora Comunitária.

Análise. O Município de Salinas é um dos mais importantes e também um dos maiores da região do Jequitinhonha. De economia essencialmente agropecuária, Salinas tem uma população superior a 35 mil habitantes. Mantenho, desde muitos anos, uma estreita ligação com as lideranças políticas, administrativas e empresariais de Salinas, fortalecida através de várias visitas que fiz ao Município, e faço sempre. Tenho por Salinas especial admiração face à luta que seu povo enfrenta para, a despeito de todas as dificuldades, promover o progresso e o crescimento econômico e social. Estou convencido de que a Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas, a quem este projeto autoriza a instalação e o funcionamento de uma rádio comunitária, estará comprometida com o propósito de contribuir para o desenvolvimento da atividade política, econômica, social e cultural daquela cidade.

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela sua aprovação, manifestando, desde logo, ao atual Prefeito daquela cidade, ex-Deputado e ex-Diretor da Cemig, homem público de renome, Dr. Geraldo Santana a saudação do Senado Federal e as congratulações que peço transmitir à Diretoria da Associação Comunitária de Radiodifusão daquela cidade pela decisão que tomaremos agora em relação à rádio cujo projeto relato.

Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA – V. Exª me permite um aparte? Não devemos só saudar o Prefeito. Nós não podemos falar em Salinas sem dizer que é a produtora das melhores marcas de cachaça do Brasil; é uma cidade que se projeta; é uma referência. Eu vejo no Espírito Santo cidades que produzem que estão indo lá aprender. Havana, Beija-Flor, Meia-Lua, Lua Cheia e Salineira são várias marcas de Salinas que se fixaram no Brasil todo. A cidade merece a conside-

ração e merece ter uma emissora de rádio, pelo muito de nome que ela já tem no Brasil todo, para aqueles que, com moderação, apreciam a qualidade do produto de lá.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Chamamos à ordem a nossa pauta e retomamos o item 9.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu pediria que fizesse um item extra pauta. É, também, a fundação de uma emissora de rádio, o PDL nº 175/2001. Eu gostaria que V. Exª submetesse ao Plenário a possibilidade de colocá-lo extra pauta, já que é um pedido até da própria Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em votação o requerimento do Senador Camata, pedindo a inclusão extra pauta do PDL nº 175, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nagib Alshkel para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Camata queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passaremos agora ao item 9 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2001.

Com a palavra o Relator, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, trata-se de um ato que aprova e autoriza a Associação Comunitária de Eldorado do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, em documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. E é a seguinte a direção da entidade Associação Comunitária de Eldorado do Sul: José Delmar da Rosa, Diretor-Presidente; Roque Iames, Diretor-Técnico; Sérgio Luiz Bombassaro, Diretor Administrativo-Financeiro; e Jandira Cordeiro, Presidente do Conselho Fiscal.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia e foi aprovado, também, unanimemente. Na Comissão de

Constituição e Justiça e Redação, da Câmara dos Deputados, o projeto também foi considerado jurídico, constitucional e embasado em boa técnica legislativa.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 80, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Associação Comunitária de Eldorado do Sul atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se a essa autorização, opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador José Fogaça. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer do Senador José Fogaça no Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Não se é possível, mas gostaria de ser informado da possibilidade de, achando-se ausente o Senador Moreira Mendes, este Senador que vos fala, pudesse relatar o parecer pertinente ao ato que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura Liberdade de Jaíba, em Minas Gerais. Seria possível relatar?

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – A praxe da Comissão de Educação Senador Francelino Pereira, é submeter os projetos a votação com a presença dos relatores. No entanto, acho que posso submeter aos Senadores aqui presente a solicitação de V.Ex^a.

Em votação o pleito do Senador Francelino Pereira para que, na ausência do Senador Moreira Mendes, ele possa relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 65, que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura Liberdade, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Jaíba, Estado de Minas Gerais.

O SR. ARLINDO PORTO – Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Concedo a palavra para encaminhar, ao nobre Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – É somente para hipotetizar apoio à solicitação do Senador Francelino Pe-

reira, haja vista, que ele tem relação política muito forte com aquela região, especialmente com aquele município. Um município que inicia um processo de desenvolvimento especialmente fruticultura.

Acho que é perfeitamente compreensível e justo que o Senador faça a apresentação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Mais alguém deseja fazer uso da palavra?

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Concedo a palavra para discutir ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – A cidade de Jaíba está situada na chamada região mineira da Sudene. O maior centro urbano daquela região está na cidade de Montes Claros, um dos centros mais importantes da vida cultural, econômica, social e política de Minas Gerais.

Jaíba é uma cidade nova. Foi desmembrada, conquistou sua autonomia e está desenvolvendo atividades com a participação de todas as lideranças e seus representantes na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional, no sentido de que Jaíba torne-se também, um centro cada vez mais expressivo na economia da região.

O projeto diz respeito, a autorização à Associação de Comunicação e Cultura Liberdade, a executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.128 de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 92, de 30 julho de 1999, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra esses autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

A direção da Associação de Comunicação e Cultura Liberdade da cidade de Jaíba, no Norte de Minas Gerais, é a seguinte: Presidente, Ângela Maria Vitareli Leal de Castro, Vice-Presidente, Maria Eni de Brito Soares, Tesoureiro, Sebastião Tavares Cardoso, Secretária, Marinildes de Oliveira Santos, Diretor de Patrimônio, José Américo Cunha, Diretora Social, Maria de Jesus Antunes Ribeiro e Diretora de Apoio Comunitário, Maria José Ruas.

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados tendo recebido parecer favorável do Sr. Relator Deputado Coroacy Sobrinho, e a aprovação unânime daquela Comissão.

A análise do projeto diz que o projeto de exame e apreciação pelo Congresso Nacional dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão e autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações que deve instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

O voto do Relator, Senador Moreira Mendes, nosso amigo, é exatamente pela aprovação dessa proposição. Motivo pelo qual também manifesto nosso apoio à iniciativa, felicitando o Ministro das Comunicações pela decisão que tomou de mobilizar seu Ministério para criação dessa rádio e, ao mesmo tempo, os seus dirigentes, parabenizando-os pela decisão que esta Casa irá tomar e logo mais o Plenário do Senado.

Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA – Essa cidade de Jalba é a terra de Eduardo Araújo, um grande cantor mineiro, que se casou com a Silvinha, que também hoje é cantora, mas que era manequim da Rhodia. Os jornalistas me deram a informação de que se trata de um excelente representante da música popular e do rock brasileiro nos seus tempos primordiais. Essa cidade merece os nossos cumprimentos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – V. Ex^a não conhece Jalba, uma extensa região – meu colega, Senador Arlindo Porto, conhece-a muito bem – que integra a região mineira da Sudene. Jalba é denominação de um amplo e vasto território, onde está sendo instalado um projeto de irrigação financiado por uma agência internacional, que, infelizmente, ainda não chegou a seu termo por falta de recursos, e a agricultura já está começando a produzir com repercussão em todo Estado de Minas Gerais.

V. Ex^a está convidado para conhecer Jalba e dançar um pouco à meia-noite, ao som da sanfona, o que é muito bom.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Relator *ad hoc*, Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Relator *ad hoc* sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2001.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Como o Item 11 já foi discutido, passaremos ao Item nº 12.

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Nova Lima FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. O Relator é o Senador Arlindo Porto.

Com a palavra o Relator.

O SR. ARLINDO PORTO – Por meio da Mensagem Presidencial nº 45, de 2.000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 199, de 1999, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, item XII, combinado com § 1º, ambos da Constituição.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição da entidade que dirige a Rádio Comunitária Nova Lima FM: Presidente, Sanderson José Ragonezi; Vice-presidente, Délio Wagner Ferreira; Secretário-geral, Marcos Antonio de Jesus; 2º Secretário, Guido Rodrigues de Brito; Tesoureiro, Emerson Gonçalves Cardoso; 2º Tesoureiro, Amâncio Cabral de Menezes Neto; Diretor de Operações, Denilson Lourenço do Carmo e Vice-Diretor de Operações, Moisés Rosendo de Andrade.

O projeto foi examinado na Comissão de Ciência e Tecnologia Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e também na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 70 de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 do Senado, ficando caracterizado que a entidade **Rádio Comunitária Nova Lima Ltda.** atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar sua autorização.

Em função disso e pela importância da cidade de Nova Lima, uma cidade que faz parte da região metropolitana de Belo Horizonte, por sua pujança, por seu crescimento econômico, por sua população tradicional em relação à mineração e, como atendeu a todos os requisitos técnicos e legais, opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Arlindo Porto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2001.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira para discutir.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Apenas que fazer uma manifestação de apreço, de amor e de respeito ao destino da comunidade de Nova Lima, situada a trinta minutos do centro autopropulsor da economia mineira, que é a cidade de Belo Horizonte.

Nova Lima é uma cidade importante, nela estão situadas diversas empresas da iniciativa privada e do setor público, a Faculdade de Direito Milton Campos e a sede administrativa e jurídica da Fiat. É um Município extenso, onde não existe favela, ao contrário, é uma extensa área produtiva, com uma presença muito forte da população de Belo Horizonte.

Quero manifestar a V. Exª que no Município de Nova Lima está situado também um conjunto residencial dos maiores do País, que será visitado, ainda neste ano, pelo Presidente da República, exatamente na estrada que tem o rumo da cidade de Ouro Preto, que é nossa cidade histórica, de onde saíram os libertadores do Brasil.

O Prefeito de Nova Lima é prefeito pela quarta vez. Foi Deputado Estadual, candidato a vice-governador do Estado, é nosso companheiro e amigo e, naturalmente, é uma liderança com grande perspectiva nas eleições do próximo ano.

Quero, portanto, desta tribuna, transmitir o meu abraço ao Senador Arlindo Porto pelo parecer favorável à aprovação da **Rádio Comunitária de Nova Lima** e transmitir, se possível – por não poder ser feito pessoalmente, faço-o por meio de Vítor Barros – à direção da **Rádio Comunitária de Nova Lima**, ao seu Presidente Sanderson José Ragonesi; ao seu Vice-Presidente, Délio Wagner Ferreira; ao seu Secretário-Geral, Marcos Antônio de Jesus; ao seu 2º Secretário, Guido Rodrigues de Brito; ao seu Tesou-

reiro, Emerson Gonçalves Cardoso; ao Segundo Tesoureiro, Amâncio Cabral de Menezes Neto; Diretor de Operações, Denilson Lourenço do Carmo e ao Vice-Diretor de Operações, Moisés Rosendo de Andrade.

Quero apenas manifestar nosso aplauso pelo parecer favorável a essa aprovação da **Rádio Comunitária Nova Lima** e falar da nossa satisfação e do nosso orgulho de ver aprovada por esta Comissão e depois pelo Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Ainda em discussão o parecer do Senador Arlindo Porto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 70. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srsªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em análise, o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Educativa, Esportiva Descobertense de Radiodifusão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Descoberto, Estado de Minas Gerais. Relator: Senador Arlindo Porto.

Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Educativa, Esportiva Descobertense de radiodifusão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Descoberto, Estado de Minas Gerais. A exposição de motivos do Ministro da Comunicação ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária responsável por explorar o sistema de radiodifusão FM:

Presidente: Brás de Castro Lima. Vice-Presidente: Luismar Mauade. Secretária: Guiomar Fonseca Patriota Lima. Tesoureiro: Giovani Brás Alves Trombini.

O referido projeto foi examinado na Câmara dos Deputados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática e pela Comissão de Justiça e de Redação.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 126, evidencio o cumprimento

das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 ficando caracterizado que a entidade Associação Comunitária Cultural, Educativa, Esportiva Descoberto de Radiodifusão FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à aprovação. Opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, ressaltando que Descoberto é uma pequena cidade do interior do nosso Estado e que receberá, neste momento, a oportunidade de ter a sua primeira emissora.

Rendo as minhas homenagens à comunidade de Descoberto, especialmente por intermédio de suas lideranças, que procuram uma forma de comunicação para o seu povo.

É o nosso parecer e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Arlindo Porto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2001.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, é natural, e o faço com prazer, que sucintamente manifeste a satisfação de Minas Gerais pela aprovação dessa rádio da Associação Comunitária Cultural, Educativa, Esportiva da cidade de Descoberto, em Minas Gerais. Trata-se de uma comunidade devotada ao desenvolvimento. Que essa rádio, dirigida por Brás de Castro Lima e demais membros da diretoria, seja um instrumento de comunicação fundamental para o desenvolvimento e a integração social daquela cidade, não apenas dentro das suas fronteiras como também na extensa região em que está situada no território mineiro. Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, quanto ao mérito, a aprovação dessa rádio na cidade de Descoberto em Minas Gerais tem todo o nosso apoio.

Quero tirar uma dúvida em relação a vários pareceres. Talvez a consultoria da Mesa possa responder. Por exemplo, vejo aqui: “Tendo em vista o exame da documentação que acompanha” – quando li o parecer, saltei esta expressão – “o PDS”. PDS, para nós, tem um outro significado. Isso naturalmente é abreviatura?

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – De projeto de decreto legislativo.

O SR. CASILDO MALDANER – Mas, então, teria de ser PDL.

Essa expressão, PDS, sempre nos leva a recordar algo que o povo não esquece.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Para nós, é projeto de decreto legislativo. Não é uma sigla partidária.

O SR. CASILDO MALDANER – Eu sei, mas PDS? Teria de ser PDL.

O SR. ARLINDO PORTO – PDLS.

O SR. CASILDO MALDANER – Se é projeto de decreto legislativo do Senado Federal, teria de ser PDLS.

O SR. ARLINDO PORTO – Só pode ter três.

O SR. CASILDO MALDANER – Só pode ter três? O nosso tem quatro: PMDB.

Eu só queria tirar essa dúvida, pois, quando fui ler e vi isso, tive de saltar, porque, para nós, lá, isso é que nem o diabo da cruz. Isso sempre foi, em Santa Catarina, sem demérito nenhum.

Então, significa projeto de decreto legislativo do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em votação o parecer do Relator, Senador Arlindo Porto, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 126.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2001, cujo relator é o Senador Arlindo Porto.

Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Este é o parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2001, que aprova o ato que outorga concessão à TV Minas Centro-Oeste Sociedade Civil Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, no Estado de Minas Gerais.

Divinópolis é uma das principais cidades do nosso Estado, localizada no centro-oeste, a 150 km de Belo Horizonte; é uma cidade pujante na sua atividade econômica, especialmente na indústria de vestuário; é uma cidade universitária, que recebe a sua primeira emissora de televisão. Essa emissora deverá atender a essa região centro-oeste, naturalmente incrementando ainda mais o poder de comunicação daquele Município.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento

que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi examinado na Câmara dos Deputados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 7 evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade TV Minas Centro-Oeste Sociedade Civil Ltda atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão, opinamos na aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Arlindo Porto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2001.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, não estamos discutindo – e, com certeza, aprovando – apenas a concessão de uma rádio, mas exatamente de uma televisão. A TV Minas Centro-Oeste Ltda, situada na cidade de Divinópolis. É uma das grandes cidades nas proximidades da capital mineira.

O parecer do Relator, Senador Arlindo Porto, é favorável e merece o nosso apoio.

Ao mesmo tempo, esta é uma oportunidade de transmitir ao dirigente daquela cidade, ao seu Prefeito, ao seu Vice-Prefeito e ao Deputado Federal Jaime Martins, o abraço do Senado Federal pela decisão desta comissão e, logo mais, pela decisão do Plenário.

É o nosso voto antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Com a palavra para discutir o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, levarei 30 segundos. O Senador Arlindo Porto acaba de me informar, mas nesse Parecer – e sei que no processo original há – não consta o nome dos proprietários, que é interessante para a Comissão saber, e qual o canal, porque, quando é um canal em UHF é um canal a mais, como temos mais de 70 canais; quando é em VHF, é um canal mais prestigiado e de maior peso.

Havendo – o Senador Arlindo Porto acaba de me dizer – voto a favor. Mas penso que, quanto ao canal e aos proprietários, até na rádio comunitária, há os sócios da fundação que vai dirigir a rádio comunitária. Em uma estação de televisão desse peso, em uma cidade desse tamanho, deveria haver a instrução com essas informações.

Voto a favor.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – A Assessoria irá entregar ao Senador Gerson Camata o processo a ser examinado para que possamos concluir essa discussão para posterior votação.

O SR. CASILDO MALDANER – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, para colaborar em relação a essa matéria, para que haja continuidade na discussão das matérias que estão aí, ficaria para o próximo encontro sanar essa parte técnica, incluindo a matéria na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Vamos submeter à votação a sugestão do Senador Casildo Maldaner de deixarmos esse processo para a próxima sessão, quando seria complementado o Parecer.

Essa é a sua sugestão, Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER – Sim, Sr. Presidente, se houver problema técnico. Ou, por outro lado, apenas completamos a matéria na próxima reunião, ficando aprovada...

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – O Senador Gerson Camata deseja uma informação. É claro que ela é importante e valiosa, até porque é uma manifestação que S. Exª faz em seu nome, mas o que sugerimos é que não há dúvida a respeito. Naturalmente, gostaríamos que o projeto fosse aprovado na sessão de hoje, e, logo mais, o Relator prestaria ao Senador Gerson Camata a informação que S. Exª deseja, na certeza de que ela será positiva.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Com a palavra o Senador Arlindo Porto, Relator da matéria.

O SR. ARLINDO PORTO – Conhecemos os proprietários da sociedade que estará gerenciando essa emissora, mas, para esclarecer – penso ser oportuna a manifestação do Senador Gerson Camata – a minha proposta é que sobrestemos por alguns minutos, enquanto a Assessoria busca identificar os nomes. Passaríamos para o próximo item da pauta e depois voltaremos apenas para esclarecer as dúvidas do Senador.

Naturalmente, a partir daí, a pauta seguirá normalmente, enquanto a Assessoria encontra no processo toda a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Com a palavra, para discutir, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Houve um mal entendido aqui. Levantei a objeção não com relação a esse projeto, tanto que votei favoravelmente. Pedi que nos próximos, em se tratando de emissoras, como nas rádios comunitárias, constem as empresas proprietárias, os donos das empresas e o canal que está sendo concedido. Em caso de rádio comunitária, não, porque o canal é padrão.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Acredito que a sugestão do Senador Arlindo Porto possa conciliar os vários itens da discussão. O processo deixaria de ser votado nesse momento, passaríamos para o próximo item da pauta. Enquanto isso, a Assessoria da Mesa buscaria no processo o nome dos proprietários e a quantidade de cotas de cada um, de modo que o Senador Arlindo Porto pudesse complementar o seu Parecer e votarmos esse Projeto de Decreto Legislativo ainda hoje.

Podemos caminhar assim? Os Senadores aprovam essa idéia? (Pausa.)

Aprovada.

Passaremos para o item 15 da Pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luz, Estado de Minas Gerais. Relator: Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Por meio de Mensagem nº 117, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional ato constante da Portaria nº 218, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária nos termos do art. 49 da Constituição, que autoriza a Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luz, Estado de Minas Gerais.

Luz é uma cidade do centro-oeste de Minas Gerais em franco desenvolvimento, uma cidade importante pela sua atividade da pecuária leiteira, que recebe mais unidade de comunicação que vai auxiliar em seu incremento e crescimento.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que “a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou a seu deferimento.”

É a seguinte a composição da direção da Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz:

Presidente – **Wagner Botinha**, Vice-Presidente: **Dionides Luís da Silva**, Secretário-Geral, **Edimar Alves**, 1º Secretário, **Denise Oliveira Botinha**, 2º Secretário: **Maraia Francisco de Jesus**, Tesoureiro, **Mateus Botinha Oliveira**, 1º Tesoureiro, **Célio Rodrigues de Sousa**.

O presente projeto foi examinado na Câmara dos Deputados pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Constituição, Justiça e Redação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 67 evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar sua autorização, opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Há algo aqui que chama a atenção, que é o fato de duas pessoas com o mesmo sobrenome comporem a diretoria; mas, ao verificar a documentação, descobrimos que não há nada a impedir que isso aconteça.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Arlindo Porto.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, antecipo meu voto, felicitando a cidade de Luz, principalmente os habitantes dos bairros que integram aquela cidade do centro-oeste mineiro, pela decisão que estamos tomando de autorizar a Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz a executar os serviços de radiodifusão comunitária. É uma iniciativa importante tomada pela comunidade, e desde logo transmitimos a seus dirigentes, bem como às lideranças comunitárias da cidade, o nosso abraço de felicitações por mais esse passo no sentido de am-

pliar a radiodifusão comunitária numa cidade tão importante do centro-oeste de Minas Gerais.

É o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Continua em discussão o parecer.

Com a palavra, para discutir, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, hoje vivemos um dia excepcional nesta Comissão. Acredito que este seja o último ato de hoje por meio do qual se outorgam autorizações às rádios de Minas Gerais. O Senador Arlindo Porto e o Senador Francelino Pereira nos deram uma aula de geopolítica econômica das cidades e dos municípios de Minas Gerais e mostraram o amor que têm pelo seu Estado, com o apoio do Senador Gerson Camata, que sempre fiscaliza e apóia as decisões.

Cumprimento os dois Senadores e digo que hoje conheço Minas Gerais melhor do que ontem.

Obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER – Até parece que o Ministro é mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Arlindo Porto ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 67.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Antes de passarmos ao item 17 da pauta, retornamos ao item 14, uma vez que o Senador Arlindo Porto, já está em condições ao analisar o processo de complementar o seu parecer ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 2001.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Acho que é oportuna a manifestação do Senador Gerson Camata porque é uma empresa constituída que, naturalmente não tem a mesma função das rádios comunitárias, tem uma função mais social, mas essa é uma emissora que naturalmente tem a sua função cultural e social, mas também, naturalmente e principalmente econômica.

O contrato social do dia 10 de março de março de 1997, devidamente registrado na junta comercial, identifica que a sociedade é constituída com um capital de um milhão de reais, sendo dois diretores, dois sócios quotistas, o Sr. Dácio Gonçalves Pereira que

detém 51% do capital e o Sr. Ricardo Massara que detém 49% do capital.

Em função disso creio que fica esclarecida a dúvida do Sr. Gerson Camata e, é louvável que nos próximos pareceres eles já venham constando a sua diretoria e eu procurarei a me deter na próxima. O que naturalmente nós fazemos é um relatório mais simplificado para poder agilizar a apresentação do parecer e tramitação. Mas eu acho que é um ponto que é importante e por isso não deva excluí-lo na sua continuação. E por isso, creio que complemento e esclareço as dúvidas do nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o complemento ao parecer do Senador Arlindo Porto ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 7. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir vou encerrar a discussão.

Em votação o parecer do Senador Arlindo Porto ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 7.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao item 17 da pauta.

Projeto de decreto legislativo n.º 13, de 2001, aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Logos Edições Jornalismo e Radiodifusão para executar os serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, por meio da Mensagem Presidencial n.º 1594, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional ato que outorga permissão à Fundação Logos Edições jornalismo e Radiodifusão para executar pelo prazo de dez anos sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itatiba na cidade de São Paulo.

Peço permissão para o Senador Romeu Tuma, relatando, aplaudir a iniciativa dessa cidade paulista que é uma televisão tão importante que é a TV Educativa.

A legislação atual permite que as fundações constituídas no Brasil com finalidade educativa, também sejam concedidas esses serviços de radiodifusão.

É a seguinte a direção da entidade de Fundação Logos em Itatiba, Diretor Presidente, Alcides Alves do

Santos Rodrigues, diz aqui, português, Diretor Vice-Presidente, Isildinha Aparecida Galo Rodrigues, Diretor Secretário, Wilson Nunes de Oliveira, e Diretor Financeiro, Cristina Galo de Oliveira.

Voto

Sr. Presidente, diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 539, de 2000, originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer prolatado pelo Senador Juvêncio da Fonseca ao Projeto de Decreto Legislativo nº 13. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a votação.

Em votação o parecer.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao item 18 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Fafit de Rádio e TV Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo.

Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca, Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, com a mesma fundamentação constitucional, Mensagem Presidencial da Presidência nº 605, de 2000, ato que outorga permissão à Fundação Fafit de Rádio e TV Educativa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo.

A direção da Fundação é a seguinte: Diretor-Presidente, Antônio Félix Rodrigues, Vice-Presidente, José Cavazote Sobrinho, 1º Secretário, José Maria Aparecido de Almeida, 2º Secretário, Dilermando Marques de Camargo, 1º Tesoureiro, Nilton Fábio Marques, 2º Tesoureiro, Clóvis Machado.

Voto, Sr. Presidente.

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 634/2000, originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca do Projeto de Decreto Legislativo nº 110. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos para o item 23 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2001, Relator, Senador Luiz Pontes.

Com a palavra, o Senador Luiz Pontes.

O SR. LUIZ PONTES – Chega a esta Comissão para parecer o Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Nossa Senhora das Candeias a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da entidade, Associação Nossa Senhora das Candeias: Presidente, Mafaldo Bezerra Góes, Vice-Presidente, João Cândido da Silva, 1º Secretário, Carlos Bonfim de Matos, 2º Secretário, Francisco Gomes, 1º Tesoureiro, Tarcísio Cardoso, e 2º Tesoureiro, Maria Vieira.

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável. E, na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

O nosso voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, fica caracterizado que a entidade, Associação Nossa Senhora das Candeias, atendeu a todos os requisitos e legais para habilitar autorização.

Opinamos pela aprovação no ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Luiz Pontes, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 96. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Luiz Pontes.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao item seguinte da pauta, item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2001, Relator, Senador Amir Lando.

Com a palavra o Senador Relator.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a matéria repete os mesmos procedimentos, no que se refere à autorização à União Cacheral de Lajes, do Estado do Rio Grande do Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária naquela mesma cidade.

Apenas tenho a dizer que, lamentavelmente, a concessão de radiodifusão de caráter comunitário passa pelos mesmos trâmites demorados, quase que insuportáveis, de qualquer outra concessão de radiodifusão. Deveríamos cuidar dessa espécie com maior celeridade a fim de que as comunidades pudessem obter esse serviço mais rapidamente porque sabemos do elevado fim social desse tipo de radiodifusão. Mas, poderia aqui repetir, entre outros aspectos, que, dados os trâmites por findos, foram observados todos os aspectos legais na forma da consideração seja do Poder Executivo, da Câmara dos Deputados e, agora, do Senado.

A direção da União Cacheral de Lajes – possivelmente nenhum dos Senadores a conhece, mas talvez os representantes do Rio Grande do Norte poderão saber de quem se trata – é formada pelo Presidente Pedro Juvêncio Alves, pelos Vice-Presidentes Fernando José e Procópio Cabral, pela Secretária Antônia Maria de Oliveira Alves e pelo Tesoureiro Antônio Américo Antunes Procópio.

Assim sendo, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação do decreto legislativo, originário da Câmara, por ter atendido a todos os requisitos legais.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Amir Lando ao Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2001. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os senhores senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

Passamos ao Item nº 25 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 64, com relatoria do Senador Amir Lando.

Com a palavra o Relator.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o presente Projeto de Decreto Legislativo nº 64, oriundo da Câmara dos Deputados, trata de autorização à Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte, a executar os serviços de radiodifusão comunitária naquela cidade.

Pelas mesmas considerações anteriores, passo diretamente ao voto favorável à concessão. Mais uma vez ressalto aquilo que é muito importante para as comunidades: a radiodifusão comunitária.

Como bem salientou o Senador Gerson Camata, o processo poderia iniciar-se no Município pelas respectivas Câmaras de Vereadores. Assim, de maneira muito mais rápida seria a tramitação dessa concessão na órbita federal.

De qualquer sorte, sou favorável ao projeto porque todos os requisitos legais foram preenchidos consoante as verificações procedidas no Poder Executivo, no Poder Legislativo, na Câmara Federal e, agora, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Amir Lando ao Projeto de Decreto Legislativo nº 64.

O SR. AMIR LANDO – Tenho aqui um projeto e pediria a V. Ex^a que o incluísse extra pauta se V. Ex^a assim entender. Trata-se do Projeto Decreto Legislativo nº 61, oriundo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Senador, vamos submeter à votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 64 e, depois, votamos o requerimento de V. Ex^a pedindo a inclusão do projeto extra pauta.

O SR. AMIR LANDO – Eu apenas queria, antes que V. Ex^a encerrassem a reunião, alertá-lo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em votação o relatório do Senador Amir Lando ao Projeto de Decreto Legislativo nº 64.

Os Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Então, vamos submeter à votação do plenário a solicitação do Senador Amir Lando para inclusão, extra-pauta, do Projeto de Decreto Legislativo nº 61.

Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma para uma questão de ordem.

O SR. ROMEU TUMA – V. Ex^a deve ter três projetos em extra-pautas pelas proposições. V. Ex^a voltaria à pauta normal e, depois, faria a extra-pauta?

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Teríamos ainda um em que o Relator é o Senador Hugo Napoleão, que é o item 7 da pauta.

Então vamos ao item 7 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 108. Relator Senador Hugo Napoleão, a quem passo a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gosto de ser objetivo e quero cingir-me a duas observações: a primeira, o projeto que autoriza a nova FM Fundação Cultural Sudeste do Piauí está rigorosamente em ordem, de acordo com as exigências constitucionais, legais e regulamentares, merecendo a sua aprovação.

Consideração número dois: a diretora-presidente, professora Niede Guidon, é diretora da Fundação Museu do Homem Americano, que, após pesquisas, descobriu, com testes feitos na Sorbone, em Paris, do carbono 14 e outras técnicas mais evoluídas, que o homem mais antigo das Américas se situa exatamente no Piauí. São 60 mil anos de datações, onde fósseis, inscrições rupestres, fósseis animais e humanos foram descobertos.

O Presidente Fernando Henrique esteve lá, por ocasião da solenidade dos 500 anos, na parte relativa à apresentação dos indígenas, e o vice-Presidente Marco Maciel já esteve duas vezes também. Então, esse é o fato a salientar.

Sou, portanto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Hugo Napoleão ao Projeto de Decreto Legislativo nº 108.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado o parecer do Senador Hugo Napoleão ao Projeto de Decreto Legislativo nº 108.

Vamos apreciar agora os dois projetos que o Plenário aprovou que sejam examinados na reunião de hoje como extra-pauta.

Vamos apreciar o Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2001, cujo Relator é o Senador Gerson Camata, a quem passo a palavra.

O SR. GERSON CAMATA – Tendo em vista, Sr. Presidente, que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 175 evidencia o atendimento às

formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, ficando caracterizado que a entidade Fundação (?) atendeu a todos os requisitos técnicos, o nosso parecer é, portanto, pela sua acolhida por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Gerson Camata ao Projeto de Decreto Legislativo nº 175.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

Passamos agora ao item extra-pauta.

Apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2001. Relator Senador Amir Lando, a quem passo a palavra.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 61 aprova ato que autoriza a Associação Comunitária Estrela do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taipu, Estado do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, pelos mesmos princípios e tendo sido preenchidos todos os requisitos legais, nada mais a considerar do que o voto favorável à concessão do serviço de radiodifusão comunitária, que temos que saudar essa iniciativa, mas aprimorá-la no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Amir Lando. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Retomamos os itens iniciais da nossa pauta.

Como sou relator do item nº 1 da pauta, solicito ao Senador Gerson Camata, que assuma a Presidência da Comissão para que possa relatar o projeto nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1999, dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons, imagens, televisão e estabelece sanções pelo seu descumprimento.

Autor, Senador Pedro Simon.

Relator, Senador Nilo Teixeira Campos, a quem concedo a palavra para proferir seu parecer.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Relatório:

Recebe esta Comissão de Educação para analisar o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1999, que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens, televisão; estabelece sanções pelo seu descumprimento.

Por meio de projeto de lei em análise, o seu autor, o Senador Pedro Simon, propõe que as emissoras abertas de televisão dediquem algumas horas semanais a transmissão de programação específica, para formação infantil, em seus aspectos: moral, cultural e intelectual.

Reproduzo, por entendê-las esclarecedoras as palavras justificadoras do proponente.

Considere-se que a televisão chega as crianças mais cedo e por mais horas diárias que qualquer outra influência educativa, com exceção, talvez, da família.

Muitas crianças assistem televisão antes de serem expostas a qualquer tipo de educação formal. Quase 70% das creches mantêm a televisão ligada várias horas por dia.

Há época em que inicia o primeiro ano primário a maioria das nossas crianças já terá passado o equivalente a três anos escolares em frente ao aparelho de televisão.

A proposta esteve nesta Comissão à disposição dos Srs. Senadores para recebimento de contribuições.

Não lhes foram apresentadas emendas, entretanto, no prazo regimental.

Em seguida foi encaminhada, por requerimento do Senador Pedro Simon, à Subcomissão de Rádio e Televisão, tendo perdido o prazo regimental para parecer.

Razão por que retorna a Comissão de Educação.

Análise:

O exame do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1999, de indiscutível alcance educacional enseja a regulamentação dos artigos constitucionais, que propuseram algumas obrigações às emissoras de rádio e televisão.

Tal medida, à distância perceptível, como arrojada e de profundo alcance social, vez que investe na matéria prima da sociedade, a criança, justifica-se pelo fado de: em seu conjunto legiferante conduzir a programação de televisão a um patamar superior ao dos países mais avançados do mundo em termos de consciência social.

Neste sentido parece –lhes engenhosa a idéia de se amarrarem as obrigações relativas a programação infantil, sobre a expressão especificamente concebida.

Sobre esta condição, evita-se em muito a possibilidade de um entendimento equivocado ou doloso da intenção do legislador.

Desnecessário dizer que provocará acalorado debate em sua sedimentação na consciência da sociedade, seja de pais e mestres, seja de produtores de televisão.

Salutar debate, de resto, uma vez que se discutirá, por exemplo, se as programações de auditório, atualmente levadas ao ar, em horário diurno, enquadram-se nessa restrição, de modo a participarem na contagem na contagem do tempo exigido pela lei.

Também se abre aqui o necessário espaço para a reflexão sobre programações tais como os enlatados asiáticos de artes marciais, direcionados ao público infantil. Terão eles o conteúdo que contribua para a educação moral, cultural e intelectual das crianças?

Voto.

Diante do exposto e em conformidade com o parecer anteriormente elaborado na subcomissão de rádio e televisão, do nobre companheiro Senador Artur da Távola, opinamos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 144, de 1999.

É este o parecer e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Vista concedida. O projeto é suspenso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Queria apresentar uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Tendo o pedido de vista, a emenda já vai para o relator.

Devolvo a Presidência ao Senador Nilo Teixeira Campos.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, tenho outro processo para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Passa-se ao Item 2 da pauta, já que houve inversão da pauta.

Para os que chegaram agora, entra em votação o Projeto de Lei do Senado nº 51, que dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A autora é a Senadora Maria do Carmo Alves, e o relator é o Senador Hugo Napoleão.

Concedo a palavra ao Sr. relator, Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, esse Projeto de Lei nº 51 da Senadora Maria do Carmo Alves, objetiva evitar que haja suspensão dos repasses do PNAE aos municípios que não cumprirem o prazo da prestação de contas no programa durante o primeiro exercício financeiro do mandato do novo Prefeito.

A autora entende que os novos Prefeitos não devem ser penalizados com o bloqueio de recursos do PNAE, tendo em vista que não são responsáveis pela situação de inadimplência das administrações anteriores. Esse é um dado extremamente interessante.

Naturalmente, depois ele vai ser enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para a decisão terminativa. Nós aqui na Comissão de Educação, temos que analisar a matéria sob o prisma estritamente educacional, sem maiores delongas.

O PNAE, como todos sabemos, foi criado para atender o princípio constitucional, segundo o qual, o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia, dentre outras, o atendimento ao aluno do ensino fundamental por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação, assistência à saúde, tudo em conformidade com o art. 208, da Constituição Federal.

O objetivo do programa é prover alimento às crianças que freqüentam as escolas públicas do pré-escolar e do ensino fundamental. Esse dado, também é relevantíssimo.

Inserida num contexto caracterizado por condições de extrema pobreza, grande parte dessa clientela encontra-se em estado permanente de carência nutricional, o que tem sido apontado como uma das causas do retardo no desenvolvimento físico e mental, detectado nas crianças pobres brasileiras. As pesquisas demonstram que a má nutrição afeta a capacidade de raciocínio e do relacionamento do indivíduo.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar que, certa ocasião, conversei com o ex-Ministro da Saúde, Dr. Valdir Mendes Arcoverde, e ele me deu a seguinte explicação: se a criança, numa primeira fase, desde a fase embrionária, de feto, até os 2 anos. Na segunda, de 2 anos de idade, até os 6 anos, não tiver uma alimentação adequada de calorias e de proteínas, não será possível mais recuperar, nos anos subsequentes,

mesmo que passe a receber sobrecargas, não mais será possível recuperar.

Acho interessantíssimo o projeto de lei da Senadora Maria do Carmo Alves porque as crianças não podem ser penalizadas em função de um erro administrativo do Prefeito que deixa o seu mandato.

Para concluir, em tais circunstâncias não surpreende que ainda haja taxas elevadas de repetência e de evasão que castigam o nosso ambiente escolar. Não nos causa surpresa também que a escola passe a assumir o papel de provedora das necessidades básicas para essa população. É lá que as crianças do sistema público de ensino obtêm suprimento mínimo de alimentação essencial ao processo de aprendizado.

Dessa forma, entendemos, repito, que o bloqueio dos recursos do PNAE deve ser evitado, tendo em vista que penaliza especialmente essas crianças, sem prejuízo das sanções administrativas, nós não a estamos evitando, e penais também, se for o caso. Nas administrações inadimplentes, os recursos podem ser enviados para as escolas que dispõem de unidades executores e, na falta dessas, podem ser direcionadas para a Secretaria de Educação do Estado. O que importa é encontrar meios alternativos à suspensão do repasse dos recursos.

Nesses temos, em face do que argumentei, somos favoráveis à aprovação do projeto da Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – O Senador Romeu Tuma se inscreveu para a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria endossar totalmente o relatório do Senador Hugo Napoleão.

Queria destacar a sensibilidade e a visão social da Senadora Maria do Carmo que sempre tem demonstrado nesta Casa essa linha que segue voltada para o social. Ela é muito clara no projeto que apresenta e na exposição de motivos que o Senador Hugo Napoleão destacou alguns trechos. Ela mantém a responsabilidade criminal aos Prefeitos inadimplentes que deixaram de cumprir a legislação em vigor, sendo enquadrado no Decreto-Lei nº 201, além da Lei nº 8.429, de 2.6.92.

Acredito que aí ela faz uma separação, inclusive, aos Prefeitos reeleitos que deveriam estar sendo processados antes da continuidade de fornecimento da alimentação que V. Exª e o Senador Hugo Napoleão já levantaram. As conseqüências para o futuro dessas crianças em que não sendo regularmente ali-

mentadas e alimentação balanceadas, terão prejuízo terrível no futuro, o que prejudicará, sem dúvida, a própria nação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Gostaria de solicitar um aparte a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA – Com prazer, ouço V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Quando se impõe sanções na escola, é ruim, é cruel com o aluno. Mas põe a comunidade em condições de prestar atenção e vigiar a merenda. O pai fica sabendo e se não vigiar a merenda escolar, como ela está sendo distribuída, como ela está sendo comprada, meu filho pode ficar sem a merenda escolar.

Caberia aí uma emenda aumentando a penalidade do Prefeito que desvia dinheiro ou deixa apodrecer, por exemplo: pena alternativa: o Prefeito deixa apodrecer alimento escolar, ele tem que comer alimento escolar podre uns 3 meses, ele e a família dele toda, para ele aprender. É uma pena alternativa. Ele deixou perder o recurso da merenda escolar.

Aquele que furta, deveria ser obrigado a jejuar, como na quaresma antiga da igreja católica, durante 40 dias ficar sem comer, para ele aprender na praça pública, comendo a merenda estragada. É a tal da pena alternativa.

O SR. ROMEU TUMA – Esse problema de enterrar sobra de merenda escolar que perde a validade é um crime. Talvez, o classificaria como homicídio, acho que isso é uma violência inexplicável, não dá para justificar. Não se justifica, acho que cabe até cadeia direta, prisão preventiva para quem está enterrando merenda escolar que compra em excesso e não soube nem distribuir.

O SR. CASILDO MALDANER – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA – Com prazer, ouço V. Ex^a

O SR. CASILDO MALDANER – Os recursos dessa merenda escolar não vão para as Prefeituras em doses...

O SR. ROMEU TUMA – Gostaria de informar a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, que a mesa aqui na frente está funcionando razoavelmente.

O SR. CASILDO MALDANER – Confesso a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, que esta bancada também está com problema.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – V. Ex^a tem uma voz potente pode falar sem microfone e ouvi-lo-emos melhor.

O SR. ROMEU TUMA – Aqui, já começou o apagão.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, com relação ao problema da merenda, devo dizer a V. Ex^a que os recursos que são destinados às Prefeituras Municipais não chegam em forma de duodécimos, mas em doses homeopáticas para que aquelas adquiram os citados alimentos. E eu não vejo razão para o armazenamento de recursos vultosos pelos Prefeitos por três ou quatro meses, uma vez que vai depender da quantidade de alunos e das doses especificadas. Será que vai haver tanto recurso para poder adquirir, estocar por três, quatro meses? Alguma coisa não está fechando.

O SR. ROMEU TUMA – Infelizmente isto é uma realidade.

Agora, tem que haver os Conselhos, as Associações de Pais e Mestres, cujo objetivo é acompanhar **pari passu**, a aplicação dos recursos, como disse o Senador Gerson Camata.

O SR. CASILDO MALDANER – Senador Romeu Tuma, eu não quero aqui defender Prefeitos.

O SR. ROMEU TUMA – Eu entendo a preocupação de V. Ex^a

O SR. CASILDO MALDANER – Mas para que o Prefeito possa armazenar por três, quatro meses tem que haver um volume muito grande de dinheiro, o que vai inviabilizar, de certa forma, a sua administração.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Ex^a, a resposta é simples. Está em Lucas, versículos 13-18, que dizem o seguinte: “Os filhos das trevas são mais sábios que os filhos da luz”.

O desonesto é inventivo, compra grande quantidade, depois vai pagando mensalmente; ele tem interesse nessas compras. Então, neste caso, é que entra a participação do Conselho da Merenda Escolar...

O SR. ROMEU TUMA – É uma parceria com os fornecedores.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) –..., cujo objetivo principal é administrar de forma que haja a compreensão e o interesse dos pais neste assunto.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, eu acredito que se o Sr. Prefeito fundamentar-se no que dispõe o conceito bíblico, com certeza, ele irá preservar os recursos destinados à merenda escolar.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Concedo a palavra, primeiro, ao Senador Juvêncio da Fonseca e, logo a seguir, a Senadora Marluce Pinto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – De forma nenhuma, quero defender os Prefeitos desonestos. Devo dizer a V. Ex^a que fui Prefeito e tive inclusive a

minha administração, na área da merenda escolar, reconhecida pelo próprio Ministro da Educação.

Mas essa questão de que comprar tudo e, ao mesmo tempo, estocar, observa-se o seguinte: há épocas em que os recursos destinados à merenda escolar acumulam-se de um ano para o outro e, por via de consequência, há determinado momento que se faz necessária a sua aquisição. Tem-se que prestar contas, inclusive, do dinheiro e, às vezes, está chegando ao final do exercício. Então, o simples fato de estocar não significa que está sendo malversado o dinheiro público, de forma nenhuma.

Agora, a merenda escolar – não sei como está hoje; já faz quatro, cinco anos que sai da Prefeitura – devia ter a obrigação, isto, sim, de um desembolso mensal efetivo que não falhasse de forma nenhuma. Aí daria para planejar as compras. Eu me lembro de época em que eu não ficava sem merenda escolar, não tinha como, às vezes, adquirir e o recurso chegaria até três, quatro, cinco meses depois. Quando chegava, chegava acumulado. E eu teria que comprar, estocar, inclusive, montar câmaras frias, **freezers** em escolas, uma série de providências onerosas para a Prefeitura que está fora, inclusive, dos recursos que vêm para a merenda escolar. Portanto, o problema não é tão simples assim.

Eu acho que nós estamos vivendo a síndrome da corrupção neste País. Mas há muita coisa boa. Não é porque o Prefeito teve, às vezes, uma mercadoria que apodreceu que ele seja culpado. O fato decorre da obrigação de comprar e de não ter condições estruturais para estocar uma mercadoria. E ele teve que comprar, procurou, na verdade, fazer um estoque regulador da sua merenda. Aí vem o apagão, como é que se faz? Vem a questão de um defeito de equipamento. Isso aconteceu várias vezes. Portanto, nós temos que ter muito cuidado na questão de dizer que o Prefeito é corrupto nesse sentido.

O SR. ROMEU TUMA – Permite-me um aparte, Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Ouço com prazer o aparte de V.Ex^a

O SR. ROMEU TUMA – Nós estamos falando no dolo. As apurações quando se faz um processo, é claro, que essas interveniências que surgem não têm nenhuma justificativa qualquer tipo de condenação. V.Ex^a é um exemplo. Mas nós temos acompanhado, de perto, alguns fatos de distorção de comportamento. Então, faz-se um preço menor porque o produto está às vésperas do seu vencimento, ou já está vencido, então, há o dolo. Não é o caso de uma responsabi-

lidade que interveniências acabam prejudicando. Mas isso não autoriza nem a abertura de processos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, nobres colegas, vou pedir vista deste projeto. Na próxima semana, trarei. Até pelas colocações dos Senadores, estou achando que está havendo divergência.

Para se aprovar esse projeto, que é de grande alcance social, mas pelo que estou sabendo, até mesmo quando os prefeitos estão inadimplentes, tivemos casos em um prefeitura do interior do Estado, que eu mesma acompanhei, basta que o novo prefeito entre na Justiça, dê entrada no Ministério Público, para que fique isento da inadimplência.

Tivemos esse caso, procuramos aqui a Diretora, que deu entrada, e há os Conselhos. Já se exige que hajam conselhos municipais. As escolas criam, se não me falha a memória, parece-me que são cinco membros. E não é mais, como o nobre Senador Juvêncio falou, realmente na sua época era assim, mas, atualmente, mensalmente, no dia 20, pelo menos lá no nosso Estado, posso falar, porque não acompanho nos outros, mas lá a cada dia 20 sai a mensalidade, porque já vai diretamente para as escolas.

Como houve essas colocações, que são divergentes, peço vista.

Vou me inteirar exatamente como ocorre. Mas posso prestar esse testemunho, porque aconteceu com uma prefeitura nossa. Fui aqui com a diretora da merenda escolar, Dr^a Mônica. As escolas desse município que acompanhei não deixaram de receber a merenda no dia certo, que é a cada dia 20 do mês.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Vista concedida ao projeto. Não está mais em discussão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Então, com todo o empenho, Senador Hugo Napoleão, porque tenho um relatório muito bem feito.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Cinco dias de prazo para a devolução do projeto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Faço distinção à nossa eminente Senadora Maria do Carmo,

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Perfeito.

A SRA. MARLUCE PINTO – ...mas garanto que, na próxima quarta-feira, estarei aqui de volta com o projeto, informando a todos como realmente está sendo executado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Terça-feira da próxima semana.

O projeto não está mais em discussão, mas há uma inscrição do Senador Pedro Piva e do Senador José Fogaça.

Inicialmente, o Senador Pedro Piva com a palavra.

O SR. PEDRO PIVA – Aguardo a posição do Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Obrigado, Senador Piva. Apenas para fazer o registro, Sr. Presidente, já que há um pedido de vista, de parte da Senadora Marluce Pinto, mas, mais uma vez, estamos diante de um projeto que aborda uma das questões estruturais mais importantes, vividas pelo Brasil hoje, que é o processo de radicalização democrática e descentralização administrativa.

Essa é uma revolução que a reforma do Estado brasileiro tem vivido nos últimos anos. Não se pode negar. Mas hoje, mais do que nunca, não é mais uma questão da burocracia, sediada em Brasília. A merenda escolar é hoje uma questão da comunidade. São os cidadãos que têm que exercer os seus direitos de maneira plena, através do Conselho Municipal de Educação, através das comunidades junto às escolas.

Preferiria, ao invés de sanções e punições, programas de esclarecimento, de divulgação, de formação cidadã, de participação das comunidades, das lideranças, no controle da administração pública municipal. Hoje não tem como, daqui de Brasília, punirmos os prefeitos que fazem ou não fazem aquilo que é determinado pela lei. Só quem pode de fato exigir, pressionar para que os estoques sejam regulados e sejam aplicados corretamente é a cidadania local. Ou isso muda no Brasil, ou vai voltar de novo a merenda escolar centralizada, como era antes do atual Governo. E aí também é o pior, ou seja, volta-se atrás, retrocede-se.

Não faço nenhuma restrição de mérito quanto ao projeto da Senadora Maria do Carmo Alves. O projeto é muito bom, muito bem-intencionado e tenta não punir as comunidades, não punir as crianças. Mas é importante saber que o controle tem que ficar com as comunidades. Elas têm que saber que se não agirem conscientemente vão sofrer na carne, vão sofrer a dor da democracia. A dor da democracia é a seguinte: quem participar e exercerá o seu direito. Se não participar, seus direitos não serão exercidos. Essa, infelizmente, é uma máxima e é custo que a democracia tem. Quem não tiver consciência disso, é claro, em

cada comunidade vai sofrer os resultados daí decorrentes.

O SR. PEDRO PIVA – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria que V. Ex^a fizesse uma inversão, porque todas as rádios já foram aprovadas. Eu estava fora da sala e sou o Relator do item 16. Pediria paciência aos Srs. Senadores para que eu pudesse relatar o item 16.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Trata-se simplesmente da votação porque o parecer já foi apresentado. Com o consentimento do plenário, nós passaríamos agora ao item 16 e depois voltaríamos ao item 3. O Plenário concorda?

Em votação o item 16. O Relator é o Senador Pedro Piva. Trata-se de uma concessão da Associação Comunitária Cultural de Aparecida do Oeste, Estado de São Paulo para exercer serviço de radiodifusão comunitária.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Meu relatório já está aqui. Meu voto é pela aprovação. Foram cumpridas todas as formalidades. Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) Os que são favoráveis permaneçam como estão e os que são contrários se manifestem. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PEDRO PIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Item nº 3. Projeto de Lei da Câmara nº 100/2000, que acrescenta parágrafo ao art. 26, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos de estabelecimento de ensino de primeiro e segundo grau. O autor é o Deputado Vic Pires Franco. O Relator é o Senador Nilo Teixeira Campos, a quem concedo a palavra para apresentar o seu parecer.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – O Projeto de Lei da Câmara nº 100/2000, de autoria do Deputado Vic Pires Franco tem como objetivo incluir conteúdo e práticas de informática nos currículos do ensino fundamental e médio. Para tanto propõe acrescentar um parágrafo ao art. 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a composição desses currículos.

Entende o autor que a vida e o trabalho no mundo moderno requerem conhecimento sobre o uso de informática. Para ele a informatização do ensino torna as pessoas mais dinâmicas, mais interessadas, mais produtivas, mais atualizadas e mais preparadas para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Na Câmara dos Deputados, o projeto em exame foi aprovado pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça e de Redação, na forma do substitutivo apresentado.

Nesta Casa a proposta foi encaminhada apenas à Comissão de Educação.

Análise. Na atualidade é impossível negar a importância que a informática assumiu para o desempenho satisfatório de nossas atividades cotidianas. Do escritório ou da residência podemos pagar contas, fazer compras, assistir ao vivo a eventos que se realizam alhures, entre outras coisas. Além disso, conforme reconhece com propriedade o autor do projeto de lei aqui comentado, o uso da informática estimula da nossa curiosidade e nossa participação ativa no mundo social e produtivo em que estamos inseridos.

Infelizmente, no Brasil, onde prevalecem situações de profundas desigualdades econômicas e sociais, grande parcela da população não tem acesso a tais benefícios. Consequentemente, parte significativa desse contingente encontra barreiras intransponíveis quando tenta ingressar no mercado de trabalho. Ademais, para participar com competitividade no cenário mundial globalizado, o Brasil necessita fundamentalmente qualificar a sua mão de obra, tornando-a capaz de dominar novas tecnologias e, consequentemente, as linguagens dela decorrentes. Para o desempenho dessa tarefa não temos dúvida do relevante papel que a escola pode exercer. Tanto é assim que, em qualquer outra parte do mundo, os sistemas de ensino encontram-se envolvidos com reformas educativas, cujo principal objetivo é estruturar espaços e estratégias de aprendizado capazes de formar indivíduos aptos para o desempenho de atividades que caracterizam a vida moderna. Em tais circunstâncias, a preocupação do Deputado Vic Pires Franco* afigura-se compreensível e louvável. O estudo da informática, objeto do Projeto de Lei em fomento, está previsto nos parâmetros curriculares nacionais. No Ensino Fundamental, a partir da 5ª série, será desenvolvido o tema “Tecnologia, Comunicações e Informação”. De acordo com a proposta dos currículos nacionais, esse conteúdo diz respeito aos recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações e pode ser dos diferentes meios de comunicação, jornalismo impresso, rádio, televisão, livros, computadores, etc.. No âmbito dos parâmetros curriculares nacionais o aluno do Ensino Médio toma contato com a informática no desenvolvimento da área denominada “Linguagens, Códigos e sua Tecnologia”. A importância da informática, contudo, exige sua inclusão de forma mais explícita nos currículos do Ensino Funda-

mental e do Ensino Médio. Os componentes curriculares que formam a base comum para esses níveis de ensino estão relacionados no art. 26 da Lei 9.394, de 1996. Consideramos, pois, oportuna a iniciativa de incluir novo parágrafo a esse artigo, de modo a expressar com clareza a obrigatoriedade do ensino de informática como meio de aprendizagem e instrumento de trabalho. Compete aos Estados e municípios, com o indispensável apoio da União, criar as condições necessárias para que a abordagem dessa matéria seja eficaz e ofereça aos alunos conhecimentos e habilidades de que tanto necessitam para a sua adequada inserção à sociedade contemporânea. Voto. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº100, de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Esse projeto foi exaustivamente debatido, tivemos até uma audiência pública na semana passada sobre o mesmo. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir... Por favor, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Apenas um minuto, Sr. Presidente. Hoje, essa questão da informática, inclusive para inserir como questão curricular nos Ensinos Fundamental e Médio no Brasil, às vezes alguns educadores nos levam a crer que talvez não seja, eu diria, de bom alvitre se fazer como matéria compulsória. Alguns pensam dessa forma. Dizem que a pessoa, o aluno, o estudante deixa de meditar mais, retira a vontade de mergulhar, retira a vontade de filosofar mais sobre as questões, de refletir sobre conteúdos. Há alguns educadores que pregam essa linha. Todavia, Sr. Presidente, nobres Colegas, em função da evolução das questões, hoje, no mundo, não há como introduzirmos isso já no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, porque se não acompanharmos isso ficaremos aquém, ficaremos à margem da evolução, dos avanços tecnológicos, da dinâmica que hoje existe no mundo, porque nada no mundo é estanque, tudo evolui, a coisa é elástica. E aí é preciso, é importante que o educador venha associar a questão reflexiva, a questão de meditar para mergulhar nas entranhas dos temas – entendem? – como a coisa avançada, que é a tecnologia, a informação, a questão da informática hoje.

Então, sem perder o sentido da questão reflexiva, que se pense mais, se medite, eu acho que a matéria, relatada tão bem pelo Senador Nilo Teixeira Campos, diz que as pessoas ficam mais dinâmicas, mais interessadas, mais produtivas, mais atualizadas, mais preparadas para o exercício da cidadania e se qualificam mais para o trabalho. Se hoje alguém se formar e não tiver qualificação nesse campo, mesmo

no ensino médio, ele não encontra espaço no mercado do trabalho. Infelizmente é a realidade.

Em função disso precisamos aprovar, precisamos de louvo, não tem como não inserirmos essa questão. Vejo isso no meu Estado, as escolas municipais estão introduzindo, até no município, estão introduzindo porque não tem mais jeito de poder acompanhar. Agora é bom não se descuidar da importância, para que também nas questões não se eleve muito superficialmente, tudo automatizado. Que não se calcule mais, desde a questão de matemática, hoje não se pensa mais, na questão da lógica e tudo é calculado, se deu deu, muitas vezes se houve equívoco da máquina, comete-se um erro absurdo, mas não houve acompanhamento, não houve a meditação para ver se aquilo tem lógica. Então, sem se descuidar da lógica e da meditação, parece-me que é fundamental hoje no ensino no Brasil, como acontece no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Encerrada a discussão.

Em votação o parecer do Senador Nilo Teixeira.

Os Srs. Senadores favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Solicito ao Senador Nilo Teixeira que reassuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em apreciação o Item nº 4 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 27, de autoria dos Deputados Hélio Bicudo e Rita Camata, que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõem sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências.

Foram apresentadas duas subemendas pelo Relator Eduardo Suplicy.

O relatório do Senador Hugo Napoleão é favorável à forma do substitutivo oferecido e é pela rejeição da Subemenda nº 1, acolhendo parcialmente a Subemenda nº 2.

Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, efetivamente o que cabe aqui é análise das duas subemendas, do eminente Senador Eduardo Suplicy, ao substitutivo que adotei, que eram da Comissão de Assuntos Sociais, da lavra do Senador Geraldo Althoff, de Santa Catarina. Em verdade, como eu já relatei o processo, vou apenas fazer uma breve síntese para, em seguida, passar à análise das emendas. Devo dizer que o Projeto de Lei dos Deputados Hélio Bicudo e Rita Camata estabelecem o Fundo Nacional de Alimentação, com a finalidade de estimular a regionalização da produção alimentícia brasileira e viabi-

lizar a melhoria da alimentação das gestantes carentes e crianças de zero a quatro anos de idade.

Constituem-se os recursos ordinários, ou seja, os originários de impostos, as doações, legados, subvenções e outros. E haverá conselhos de representantes de órgãos das administrações das áreas pertinentes.

Na forma do substitutivo aprovado, então, o Senador Eduardo Suplicy apõe as duas seguintes observações como emendas. A primeira delas propõe a inclusão de novo art. 2º, estabelecendo que o Fundo Nacional da Alimentação seja administrado por uma comissão intersetorial no âmbito estadual a ser criada mediante articulação entre a União e os governos estaduais. Essa comissão, segundo o autor, seria integrada por representantes das Secretarias Estaduais de Educação, Saúde, Previdência e representantes de ONGs. Para ele, é conveniente que se disponha de uma estrutura que assegure o apoio da União e dos Estados aos municípios, especialmente os mais carentes. E pretende preservar com isso o princípio federativo.

Quanto à Emenda nº 2, propõe ampliar de 0, não para 4, mas para 6 anos a faixa etária atendida das crianças atendidas pelo FNA. Justifica dizendo que, segundo os censos, as creches e as pré-escolas atendem menos da metade dos 13 milhões de crianças com até 6 anos.

Então, com relação às duas emendas diria, a primeira delas, penso que a criação de uma nova comissão intersetorial tornaria mais lento e mais oneroso o processo de administração do FNA, que requer decisões ágeis e adequadas à realidade do local. Ademais, espera-se que os conselhos estaduais, já previstos no art. 4º – já há uma previsão portanto de conselhos para examinarem o andamento das disposições contidas no projeto – estejam aptos a efetuar o acompanhamento e o controle necessários ao Fundo. Esta emenda rejeito pela razão de duplicidade. Não há que criar duas comissões.

Quanto à segunda considero pertinente de que a especificação do estado da carência das gestantes a serem atendidas pelo FNA existe. Mas proponho parcialmente, não para 6 anos, mas aceito a ampliação até 5 anos de idade, porque a Lei de Diretrizes e Bases no seu art. 87 prevê, facultativamente, o ingresso no ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade. Logo, a partir dos 6 anos já pertence ao ensino fundamental. Mas até os 5 anos aceito a argumentação com a carência examinada pelo Senador Eduardo Suplicy.

Por isso penso que entre as crianças de 0 a 5 anos há realmente cabimento por parte do Senador Eduardo Suplicy, por isso acato em parte. Não para 6 anos, mas para 5 anos.

Portanto, Sr. Presidente, no meu parecer rejeito totalmente a Emenda nº 1 e aceito parcialmente a Emenda nº 2.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o relatório do Senador Hugo Napoleão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Se V. Exª permitir, esclareço que as emendas, no caso, que aceitei parcialmente incluí já no substitutivo, nos termos do original advindo da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Passamos ao Item nº 5 da pauta: Projeto de lei da Câmara nº 27, de 2001, dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001, de autoria do Deputado Paes Landim*, visa dar nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, que passa a chamar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep.

Na justificativa o autor da proposição, em tela, após apresentar biografia desse grande educador, destaca prestar justa homenagem em comemoração ao centenário do seu nascimento no próximo dia 12 de julho. A análise foi feita explicando toda a história do Professor Anísio Teixeira e a sua importância na área da educação. E conclui pela aprovação desse Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Em discussão o parecer do Senador Romeu Tuma.

Para discutir, o Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, gostaria de aduzir apenas duas palavras para dizer que, quando fui Ministro de Estado da Educação, dei a maior importância ao INEP, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais pela finalidade

que ele mesmo encerra. Tive oportunidade de realizar no cinquentenário do INEP grandes eventos de estudos. Recordo-me de que num deles, inclusive, D. Hélder Câmara participou, ressaltando a figura do, então, Diretor Dr. Marcos Formiga, que foi um excelente diretor. Transferi a sede do INEP para próximo à universidade, num terreno próximo à Universidade de Brasília – UnB. Curiosamente, o mesmo Deputado Paes Landim, quando assumi o Ministério da Educação, ofereceu-me um livro de Anísio Teixeira, que ele mesmo dedicou. E que, sem dúvida nenhuma, na educação brasileira representa um marco fundamental.

De modo que estou inteiramente solidário com esta análise feita agora pelo Relator *ad hoc*, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Continua aberto para discussão.

Não havendo quem queira mais discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Deixa de ser apreciado hoje o Item 6 da pauta que denomina a rodovia Governador Mário Covas a BR-101, porque o Senador Relator Álvaro Dias não está presente e manifestou o desejo de que este projeto fosse votado com a sua presença na Comissão.

Será incluído em pauta na próxima reunião.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, apenas para destacar que na reunião de hoje desta Comissão chamou-me a atenção três itens importantes em relação à criança. Este último agora, vejam bem, se criarmos um fundo nacional, onde há carência, para fazer com que as crianças de 0 a 5 anos possam se alimentar, vejam a importância desse projeto. O segundo para tentar normatizar melhor a merenda escolar, para atender à criança que já começa a entrar no ensino fundamental em diante. E o outro projeto, embora pedido vistas, para que nos meios de comunicação no Brasil, a televisão, programas específicos para que as crianças recebam uma educação mais adequada. Acho que hoje a Comissão de Educação foi feliz principalmente nos termos relacionados à criança. Esse é o registro.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Agradeço as palavras do Senador Casildo Maldaner, e dou por encerrada a reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h57min.)

**Ata da 19ª Reunião Extraordinária,
da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª
Legislatura, Realizada em 14 de agosto
de 2001.**

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Gilvam Borges, Pedro Ubirajara, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Marina Silva, Roberto Freire, Pedro Simon, Ney Suassuna, José Fogaça, Maguito Vilela, Juvêncio da Fonseca, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Osmar Dias, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Lauro Campos e Geraldo Cândido, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Waldeck Ornélas, Teotônio Vilela Filho e Fernando Matusalém. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado n.º 105, de 2001, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que “Altera o parágrafo único do artigo 6º, da Lei n.º 9612, de 19 de fevereiro de 1998, que “institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado, por quatorze (14) votos favoráveis, com a abstenção do Senador Roberto Freire. Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 94, de 2001, de caráter terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Institui o Dia Nacional do Cientista Social e dá outras providências.” A relatora designada é a Senadora Marina Silva e o projeto é aprovado, por dezoito (18) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Lei do Senado n.º 82, de 2001, de caráter terminativo, de autoria do Senador Maguito Vilela, que “Requer seja inscrito o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria.” O relator designado é o Se-

nador Carlos Patrocínio e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos, com a emenda n.º 01-CE, de autoria do relator (aprovada por dezenove (19) votos). Item 04: Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado José Chaves, que “Denomina “Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre” o Aeroporto localizado na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.” É concedida vista à Senadora Marina Silva. Prosseguindo, o Sr. Presidente passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Moreira Mendes, para apresentação de seu parecer ao Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 166 de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.” O relator designado é o Senador Ricardo Santos e o relatório favorável é aprovado, com a abstenção da Senadora Marina Silva. Reassume a Presidência o Senador Ricardo Santos. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 197, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Constantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o relatório favorável é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 196, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 285, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Taubaté Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o relatório favorável é aprovado. Item 10: Projeto de Decre-

to Legislativo n.º 134, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Maximino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o relatório favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Carlos Patrocínio e o relatório favorável é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à VL Radiodifusão S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaituba, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Hugo Napoleão e o relatório favorável é aprovado. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 148, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística “Dom Aloísio Roque Opperman” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 157, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 82, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caconde, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Le-

gislativo n.º 151, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM – AMCRP/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 143, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 198, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Comunitária a Voz do Contestado – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irani, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Serviços de Radiodifusão Educativa Shalom para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o relatório favorável é aprovado. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, “ACRED – Elias Fausto” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o relatório favorável é aprovado. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 164, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional de Rádio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o relatório favorável é aprovado. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 184, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do “Rio Santa Rosa” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araisos, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Luiz

Pontes e o relatório favorável é aprovado. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 180, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Aracruz – AMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o relatório favorável é aprovado. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 152, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Madre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madre de Deus, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o relatório favorável é aprovado. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 85, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo – PA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abel Figueiredo, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Eduardo Siqueira Campos e o relatório favorável é aprovado. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 155, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Pássaro Grande para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Eduardo Siqueira Campos e o relatório favorável é aprovado. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Oscar Romero a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o relatório favorável é aprovado. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 68, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o relatório favorável é aprovado. Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 176, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio De Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.” O relator de-

signado é o Senador Gilvam Borges e o relatório favorável é aprovado. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 167, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sitonio do Vale para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Lúcio Alcântara e o relatório favorável é aprovado. Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 187, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Lúcio Alcântara e o relatório favorável é aprovado. Prosseguindo o Senador Gilvam Borges requer, oralmente, a inclusão extra pauta do Projeto de Decreto Legislativo n.º 214, de 2001. O requerimento é aprovado. Extra Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 214, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.” O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o relatório favorável é aprovado, com a abstenção dos Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 74, de 2001, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 121, de 2001, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 161, de 2001, Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 183, de 2001, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 188, de 2001, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 190, de 2001 e Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 200, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Havendo **quorum** regimental, abrimos os trabalhos da 19ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Considerando os Relatores presentes, vamos iniciar pelo item nº 6, PDL nº 197, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária, Educativa e Cultural Constantina a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Constantina, Rio Grande do Sul. Relatora: Senadora Emília Fernandes.

Concedo a palavra à Relatora.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Há alguns projetos importantes, mas que não são polêmicos, cujos Relatores não se encontram. Não haveria possibilidade de V. Ex^a nomear Relator *ad hoc* para que os trabalhos não sofressem solução de continuidade? Estão presentes os autores, como, por exemplo, o Senador Gilvam Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – No caso do item 1, o Senador Gerson Camata está vindo; do item 2, a Senadora Marina Silva está vindo. Então, dentro de 10 ou 15 minutos resolveremos essa questão.

O SR. MAGUITO VILELA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o item 6, que está à pág. 45, é um projeto de decreto legislativo que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária, Educativa e Cultural Constantina a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Constantina, Rio Grande do Sul.

Este projeto tramitou na Câmara dos Deputados, foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia e também na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

A documentação evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, queremos, mais uma vez, ressaltar a importância que damos às rádios comunitárias que realmente desempenham o seu papel estabelecido em lei como órgão integrador das comunidades, divulgador da cultura. Principalmente, quero ressaltar a necessidade de termos conselhos comunitários e um conselho nacional da comunicação social que possa fazer uma análise, um acompanhamento, uma fiscalização, valorizando esta ou aquela rádio ou até denunciando quando não esteja cumprindo com o seu real papel. Defendemos as rádios comunitárias, e quero expressar, na análise deste projeto, a iniciativa do Senador Gilvam Borges, que estende de três para dez anos a autorização das rádi-

os comunitárias, tendo em vista que as rádios comerciais têm o prazo de dez anos e as rádios comunitárias, apenas três anos – três anos é o tempo de tramitação e atendimento às solicitações do Ministério e do Congresso Nacional.

Considero justo e ressalto a importância de colocarmos em funcionamento o Conselho Nacional de Comunicação Social. Esse órgão terá um papel fundamental na comunicação do nosso País.

O nosso parecer é favorável.

As rádios comunitárias para as quais estamos dando parecer, em especial para o Rio Grande do Sul, onde temos um contato direto com as comunidades – aliás, entrei em contato com o Município de Constantina para fazer uma análise com relação a essa rádio –, vamos acompanhar de perto o cumprimento das suas reais atribuições, a integração, a divulgação da cultura, a comunicação e a voz das comunidades.

O nosso parecer é favorável. Cumprimos a comunidade da cidade de Constantina, por ter mais um espaço de voz, em que a comunidade poderá e deverá se fazer ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer da Senadora Emília Fernandes. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de passar para o próximo item da pauta, eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores desta Comissão de Educação que o Ex^{mo} Sr. Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, confirmou sua presença nesta comissão na próxima terça-feira, às 10 horas. O Ministro Paulo Renato foi convidado por esta Comissão, por meio de um requerimento por mim apresentado aos Srs. Senadores, objetivando discutir as diretrizes da política educacional e, em especial, a implementação do plano decenal de educação, os mecanismos que deverão ser utilizados como adaptação do plano plurianual e a locação de recursos nos orçamentos anuais, para que as metas – muitas delas ousadas – que constam do plano decenal de educação possam ser plenamente atingidas. Penso que esta Comissão tem um papel fundamental no acompanhamento e execução do plano e, não apenas isso, na locação dos recursos necessários para que o plano decenal atinja plenamente as suas metas.

Passemos ao item nº 1 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 105/2001, que altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária. O autor é o Senador Gilvam Borges e o Relator é o Senador Gerson Camata.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senadora Emilia Fernandes praticamente já relatou o projeto para mim, quando apresentou o relato do projeto anterior. Sinto-me apoiado e o próprio autor do projeto se sente felicíssimo já com a antecipação do voto da ilustre Senadora.

Trata-se de um projeto oportuno que o Senador Gilvam Borges teve a oportunidade de apresentar, que estende de três para dez anos – o mesmo prazo das emissoras comerciais –, o prazo de concessão de permissão de funcionamento da radiodifusão comunitária.

A Senadora Emilia Fernandes disse bem algo que também está na justificativa do Senador Gilvam Borges: somente a tramitação demora praticamente três anos. Quando recebe a licença, ela já está premissa. Até que a comunidade se reúna, faça um leilão e consiga os recursos para comprar som, microfone, já recebeu a concessão com ela já premissa. Penso que o projeto é muito lógico, justo, correto e honesto.

Sempre tenho dito algo que vou repetir: a rádio comunitária deveria ser uma concessão da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, ela não deveria ser nem federal. Entretanto, como é federal, vamos, então, prorrogá-la por dez anos.

O projeto é justo. Cumprimento o seu autor. Encaminho o voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Gilvam Borges pelo projeto e o Senador Gerson Camata pelo relatório. Temos a maior satisfação em apoiar o projeto, na medida em que é uma reivindicação justa do movimento das rádios comunitárias, até porque o prazo de três anos como período concedido a uma rádio para o seu funcionamento, e que só pode ser renovado por mais três, significa que uma rádio comunitária só tem seis anos de funcionamento; ou seja, quando é outorgada ela já tem a chamada “mor-

te anunciada”, por um breve período de seis anos apenas.

Portanto, é uma luta da comunidade para conseguir a sua rádio comunitária, e que, sendo um período tão curto de vida, acaba sendo um esforço que não compensa, em razão de prazo tão exíguo.

O Senador Gilvam Borges, assim, está de parabéns. Penso que todos os Srs. Senadores estão sensíveis a esse projeto, e nós temos lutado também para que as rádios comunitárias sejam uma decisão de uma comissão municipal, composta por representantes do município, do Poder Executivo, pelo representante do Ministério das Comunicações e da comunidade. Algumas cidades, inclusive, já aprovaram projetos municipais nesse sentido.

É claro que temos de ter a concordância do Ministério das Comunicações, órgão responsável pela outorga das rádios, mas penso que esse movimento vem ganhando corpo, em âmbito nacional, no sentido de serem criadas comissões municipais que possam deliberar sobre a concessão das rádios comunitárias.

Ofereço todo apoio ao projeto e parabéns aos Senadores Gilvam Borges e Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra, o autor da matéria, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, nobres colegas, sem sombra de dúvida, a sensibilidade e a compreensão dos Senadores, que já se manifestam a respeito da iniciativa do projeto, é salutar e importante para o País.

As associações comunitárias procuram se mobilizar para viabilizar as pequenas emissoras, que têm um papel social importantíssimo não só pelas informações, mas pela cultura e pelo lazer; essas pequenas comunidades têm nessas rádios realmente um referencial da comunicação que é fundamental para as suas vidas, principalmente nas comunidades distantes deste País.

Porém, é muito complicado. No caso do meu Estado, o Amapá, como no de tantos outros, há três anos que essas comunidades se mobilizam para poder organizar as exigências da lei. Eu tenho apenas uma rádio comunitária legalizada em meu Estado.

Eis aí a dificuldade para se legalizar uma rádio.

E temos um outro atenuante, Sr. Presidente, que é justamente o humor do poder público, nas mudanças que a democracia nos faculta, justamente quando da sucessão de um Presidente e de seus ministros,

todas essas rádios comunitárias estão sujeitas a suspensão.

Temos mais outra atenuante de gravidade que é justamente o problema burocrático, que é terrível! A Câmara dos Deputados, para um projeto de rádio comunitária tramitar, leva entre um a dois anos.

Não querendo fazer justiça à Casa sob seu comando na Presidência da Comissão de Educação e de toda a equipe que compõe esta Secretaria, nós resolvemos os nossos problemas aqui, atendendo à demanda, no máximo, em 30 dias, não é, Sr. Presidente? E seu sorriso é de satisfação, porque, realmente, a Comissão está funcionando.

Sobre as rádios comunitárias do Brasil, a nossa preocupação é pertinente. Muda Presidente, muda Ministro, continua a burocracia, quando se consegue a licença, sai a Portaria do Ministro, passando pela Casa Civil, chegando à Câmara dos Deputados – só naquela Casa passa-se por três Comissões: Ciência e Tecnologia, Constituição e Justiça, volta a esta para a redação final, e vai para a Mesa da Câmara dos Deputados –, vindo para a Comissão de Educação do Senado Federal e aí segue para o Plenário. Quando essas comunidades estão ansiosas por receber o decreto legislativo, que é a complementação, já chega a intimação do órgão que coordena a fiscalização, dizendo que acabou o prazo de três anos.

Muda o Presidente da República, mudam-se os Ministros, porque vivemos em uma sociedade democrática, automaticamente todo o esforço, toda a luta dessas associações comunitárias vão por água abaixo. Então, acredito que o prazo de dez anos dê uma estabilidade para que essas rádios se aperfeiçoem, adequem-se à fiscalização.

Agradeço desde já a manifestação e ao nosso querido Senador Gerson Camata, Relator desta matéria, pela sensibilidade – estive no Espírito Santo, e ele é realmente um líder carismático, um homem de sorriso largo e de visão ampla, justificando esse seu assento –, ao Senador Maguito Vilela, meu Presidente do PMDB, que comanda a ala rebelde do Partido, que também se tem manifestado favorável, juntamente com os outros Colegas, à Senadora Emilia Fernandes, eterna lutadora pelas minorias, defensora dessas células comunitárias.

Sem muitas delongas, pois o Presidente já juntou as duas mãos, mostrando ansiedade por acabar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Não havendo mais quem queira discutir, passemos à votação nominal, por se tratar de processo terminativo.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço encaminhamento apenas para uma questão que entendo ser importante para esta Comissão e para todas as pessoas que defendem as rádios comunitárias, pois, agora, estamos com esse projeto que vai dar melhores condições de trabalho, enfim, de legitimidade das atividades.

Particularmente, estou fazendo uma análise. Está-me preocupando o fato de estarmos liberando, agora, rádios comunitárias, enfim, aprovando-as, mas já temos um dado, que precisa ser aprofundado, de que se está dando um certo monopólio na mão de proprietários de rádios comerciais nos Municípios. Não achamos isso justo, porque entendemos que, de certa forma, fecha um espaço da comunicação que, muitas vezes, pode tornar-se perigoso dentro de um processo democrático.

Já temos um levantamento, demonstrando que as rádios comunitárias, talvez até pela agilidade, pelo conhecimento, que têm os proprietários das rádios comerciais, de que eles se habilitam mais rapidamente junto ao Ministério para as rádios comunitárias. Então, particularmente, não acho justo, porque, ao se chegar a uma comunidade pequena, onde há uma rádio comercial, e aí se consegue uma rádio comunitária nas mãos dos mesmos proprietários, pessoas muitas vezes vinculadas a partidos políticos – espera-se que ele não vá fazer a política na rádio comunitária, mas não deixa de ser um questionamento.

Chamo a atenção para esse fato e alerto os integrantes da nossa Comissão para o fato de que devemos fazer uma análise mais profundamente em relação à legislação existente no que se refere a essa questão. Caso contrário, vamos fechar a problemática. Prevê a lei uma rádio comunitária por Município. No momento em que uma rádio comunitária é aprovada no Município, ninguém, ao menos que haja uma modificação na lei, poderá criar outra. Vejam, os meios de comunicação ficam monopolizadas. Às vezes, a rádio já é dona do jornal. Chamo a atenção dos membros da nossa Comissão o que comprovo. Peço que os Senadores da nossa Comissão atentem para o fato em discussão, que façam uma análise da situação em seus Estados. Cada um conhece bem seu Estado de origem. Penso que devemos levantar a questão e, de repente, alterar a legislação, sugerindo ao próprio Ministério. É o alerta que faço. Recebi, inclusive, reclamações de comunidades cuja rádio comunitária aplaudimos. Depois, recebemos uma ressalva tendo em vista o monopólio formado na comunidade no que se refere à comunicação.

Era o registro que gostaria de fazer. Peço a atenção do nosso Presidente e dos demais membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Entendo ser importante a advertência da Senadora Emilia Fernandes, mas gostaria de esclarecer que a legislação é explícita no sentido de que rádio comunitária tem que ter como titular, ou titulares, associações comunitárias sem fins lucrativos. Quer dizer, a advertência de V. Ex^a é importante no sentido de que a documentação apresentada ao Ministério das Comunicações, que tramita pelo Senado Federal, tem que ser mais profundamente analisada. A fiscalização, por parte do Ministério das Comunicações posteriormente à aprovação das rádios, tem que ser mais rigorosa a fim de que se evite a distorção que V. Ex^a acabou de citar.

Passaremos à votação nominal, considerando que se trata de um projeto terminativo.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, não é do meu costume, mas vou abster-me. Creio que são questões distintas. Uma rádio que tenha finalidade comercial e outra que é exercida de forma comunitária, sem fins lucrativos, não têm que ter um mesmo período para concessão e renovação. Penso que aquelas que não têm fins lucrativos deveriam, realmente, ter um prazo menor, até para poder haver um controle maior de que não houve desvirtuamento em suas finalidades, em seus objetivos. A renovação, se por acaso não ocorrer, não cria problemas, porque não se trata de uma entidade com fins lucrativos. A atividade econômica é meramente secundária, apenas pequenos investimentos.

Como estou propenso a votar contra, mas não participei dos debates, quero abster-me fazendo essas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em votação.

(Prossegue a votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Aprovada a matéria.

Passemos ao item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001, que institui o Dia Nacional do Cientista Social e dá outras providências.

O Relator da matéria é o Senador Álvaro Dias, e a Relatora, a Senadora Marina Silva, a quem concedo a palavra.

Solicito aos Srs. Senadores um pouco de silêncio para que possamos prosseguir com a discussão das matérias.

Concedo a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto, de autoria do Senador Álvaro Dias, tem como objetivo, além de fazer uma homenagem aos cientistas sociais, com certeza estabelecer uma data simbólica, em que a contribuição desses cientistas e dessas ciências seja avaliada num processo de reflexão, que poderá acontecer dentro das universidades e das escolas de 1º e 2º graus, enfim, nos diferentes espaços em que o conhecimento e o saber sistematizado têm necessariamente que passar por um processo de avaliação e reavaliação e, com isso, fazer avançar as ciências sociais no nosso País.

O nosso País é muito rico em termos de contribuição de grandes pesquisadores e de personalidades que conseguiram se destacar no campo das Ciências Sociais, como é o caso de Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e tantos outros que poderíamos aqui elencar, como, no caso Jacó Gorender que foi um historiador autodidata e que deu uma grande contribuição para a ciência da história. Escreveu um livro que, do meu ponto de vista, faz uma análise significativa sobre o processo de escravidão do nosso País durante o período da colônia, que se chama **A Crise do Antigo Sistema Colonial**.

Há muitos outros cientistas. O Senador Roberto Freire me dizia aqui, em relação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: "Não é porque temos divergências em relação àquilo com que concordávamos no passado que vamos dizer que ele não é um cientista social. Ele deu a sua contribuição e, de certa forma, embalou os sonhos de juventude". Mas, com a sua teoria de independência, infelizmente, segundo o que se ouve, eles nos mandou esquecer aquilo que tinha escrito, o que também faz parte desse leque de contribuições que recebemos.

De sorte que considero feliz a iniciativa do Senador Álvaro Dias e reconheço que essas datas têm uma simbologia. Sob esse ponto de vista, é fundamental pensarmos na grande contribuição que as Ciências Sociais trouxeram para o processo de desenvolvimento da humanidade, principalmente no que concerne às suas instituições, aos processos de evoluções social e cultural; reflexões do ponto de vista da ética, reflexões do ponto de vista da moral e da filosofia, mas, fundamentalmente, temos que dar uma grande contribuição no sentido de organizar a socie-

dade, de pensar a História quanto ao processo cumulativo de construção do homem enquanto sujeito.

Embora as Ciências Sociais tenham surgido sob a égide do positivismo, essa ciência evoluiu para uma análise crítica daquela fase inicial, em que se queria comparar as Ciências Sociais às Ciências Exatas, fazendo inclusive determinadas comparações ou buscando algumas semelhanças do ponto de vista metodológico. Essa teoria positivista, embora tenha dado uma grande contribuição, mais no decorrer dos anos e no avanço dessas ciências, percebemos que existe uma metodologia própria e que não é pelo fato de as Ciências Sociais não terem as mesmas formas de avaliação e de análise da realidade, que são as Ciências Exatas, pois elas deixam de ser ciência e, ao contrário, têm apenas uma forma de abordagem do seu objeto de estudo diferenciada, mas que, mesmo com essa diferenciação, estabelece um processo de construção da verdade, entendendo aqui verdade não como um processo linear, mas como um processo espiral e cumulativo, dentro de uma visão dialética, que nos possibilita perceber a história e as transformações que nela ocorrem de uma forma constante, mas nem por isso vamos aqui desprezar aquilo que foi um acúmulo no passado. Aliás, é graças a esses acúmulos que conseguimos avançar no presente.

Assim, o dia 22 de julho, data estabelecida em homenagem ao aniversário do grande cientista social, um dos maiores do Brasil, Florestan Fernandes, é uma data muito feliz, e quero parabenizar o Senador Álvaro Dias por essa iniciativa.

O meu voto, portanto, é favorável. Embora seja uma data simbólica, com certeza nos possibilitará uma reflexão maior, da mesma forma como nos possibilita refletir sobre a problemática indígena no Dia do Índio, sobre a problemática ambiental no Dia do Meio Ambiente. Ou seja, vamos passar a refletir sobre a grande contribuição que as Ciências Sociais oferecem no Dia do Cientista Social, que, na verdade, a sua maior parte, enquanto matéria-prima, é aquilo que é produzido historicamente pelo povo, pela sociedade de uma forma geral, nos seus mais diferentes aspectos e nas suas mais diversas formas e contradições.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, a matéria.

Com a palavra, o autor do projeto, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida, temos, no Brasil, um extenso calendário de efemérides para as comemora-

ções e homenagens. No entanto, nada mais justo que homenagear o cientista social, e eu não precisaria dizer nada mais depois de ler esse relatório da Senadora Marina Silva, brilhante como sempre, que faz um retrospecto histórico da importância das Ciências Sociais no mundo, desde os primórdios até a modernidade.

Citando nomes exponenciais da vida cultural do universo, justificamos plenamente a importância do cientista social também nos tempos modernos – como cita a Senadora Marina Silva – desde Nicolau Maquiavel, Galileu Galilei, Francis Bacon, René Descartes, Isaac Newton – e eu citaria ainda Karl Marx e Max Weber –, além de nomes nacionais aqui já referidos, um deles inclusive escolhido, já homenageado neste Senado Federal, o cientista Florestan Fernandes. O seu nome batiza a sala da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, e escolhemos a propósito o dia 22 de julho, data em que nasceu Florestan Fernandes, para celebrar o Dia Nacional do Cientista Social.

Os cientistas sociais têm desempenhado funções políticas e culturais de relevo, e destacamos a importância deles na interpretação das relações sociais e no diagnóstico de importantes questões nacionais. O Presidente da República deste País é um cientista social. Aí está o exemplo, meu caro Senador Lúcio Alcântara, de que realmente os cientistas sociais ocupam um papel destacado na vida do País, não só interpretando os fatos, pesquisando, analisando a realidade social, mas mesmo sendo agentes de transformações, exatamente em função da pesquisa que se faz da evolução da nossa realidade.

Também não somos muito afeitos a esse tipo de simbolismo, Sr. Presidente, a estabelecer datas para comemorações, mas neste caso consideramos da maior importância esta homenagem ao cientista social, pois reconhece a importância da sua contribuição intelectual para o processo de mudanças que os novos tempos estão a exigir, especialmente num País em desenvolvimento como o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação nominal por se tratar de projeto terminativo.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Aprovada a matéria.

Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, requer seja inscrito o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pá-

tria. Autor: Senador Maguito Vilela e Relator: Senador Carlos Patrocínio.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, manda inscrever o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria. Tal livro se encontra depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, antigo Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento edificado na Praça dos Três Poderes, aqui em Brasília.

O Panteão da Pátria e da Liberdade, hoje Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, foi inaugurado em 1986 para homenagear aqueles que se destacaram na luta pela liberdade em nosso País. No primeiro andar do edifício, destaca-se o Livro dos Heróis da Pátria, onde já se encontram inscritos, por mandamento legal, os nomes: de Tiradentes e do Marechal Deodoro da Fonseca, ambos por determinação da Lei nº 7.919, de 1989, após conversão da Medida Provisória nº 105, de 1989; de Zumbi dos Palmares, Lei nº 9.315, de 1996; de D. Pedro, Lei nº 9.828, de 1999.

A proposição em exame objetiva, pois, destacar também o nome de Duque de Caxias no cenário dos grandes vultos que honraram por seus feitos memoráveis a história pátria. Trata-se, sem dúvida, de iniciativa das mais louváveis, haja vista a exponencialidade da figura de Caxias, chefe militar, Conselheiro do Estado e da Guerra, generalíssimo dos Exércitos da Tríplice Aliança, em conjunto com a Argentina e Uruguai, conde, marquês, duque, Presidente de províncias, Deputado, Senador, patrício do império, Ministro da Guerra, Presidente do Conselho de Ministros, Patrono do Exército brasileiro.

Graças a sua sensibilidade política e humana, pôde dedicar sua vida à manutenção da soberania do Território brasileiro e à consolidação da paz e da união nacional.

Quanto ao mérito, não há como, pois, negar provimento à iniciativa do eminente Senador Maguito Vilela de escrever seu nome no Livro dos Heróis da Pátria. Da mesma forma, o projeto não afronta qualquer princípio de natureza constitucional ou jurídica.

Cumpre, no entanto, mediante emenda de redação, atualizar o nome do monumento onde está depositado o livro e vincular a homenagem a uma data marcante da vida do homenageado, a exemplo do que ocorre com as demais inscrições existentes.

Portanto, o nosso voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, com a seguinte emenda da Comissão de Educação:

"Dê-se ao art. 1º do PLS nº 82, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º – Em comemoração ao bicentenário do seu nascimento, inscreva-se o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves."

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será nominal. Teremos que votar primeiramente o projeto e, posteriormente, a emenda de redação dada pelo relator, Senador Carlos Patrocínio.

Em votação o projeto.

(Procede-se à votação)

Aprovado o projeto.

Passemos agora à emenda de redação.

(Procede-se à votação)

Aprovada a matéria, inclusive com a emenda da redação feita pelo Senador Carlos Patrocínio.

Passemos ao Item nº 4.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, não precisou de nenhum suplente? Todos os titulares do PFL estavam presentes?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Desculpe-me, foi um lapso nosso.

Como vota o Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Pela ordem? Com a palavra, o Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, peço a V. Exª a inclusão extrapauta do PDSL nº 214, que está tramitando há 7 anos e é de interesse do Estado do Amapá. Como irei relatar três PDSLs, do Item 35, 36 e 37, apelo a V. Exª que decida em nome dessa boa causa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação, o requerimento do Senador Gilvam Borges, para inclusão de matéria extrapauta.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, pela ordem. Ainda com relação à votação anterior. Gostaria de saber se todos os membros do PMDB estão presentes. Caso contrário, eu gostaria de dar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª pode votar.

O SR. MAGUITO VILELA – Eu voto sim, pelas razões muito bem explicitadas pelo Senador Carlos Patrocínio. Gostaria também, Sr. Presidente, de acrescentar que, além de todas essas qualidades, não faz muito tempo, servi o Exército brasileiro como soldado, inclusive tirando guardas aqui no Palácio do Planalto, na Granja do Torto. Como soldado do BGP, pude avaliar o quanto Duque de Caxias é querido pelo Exército brasileiro. Então, faço questão de emitir o meu voto favorável com a emenda do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passemos ao Item nº 4.

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2000, que denomina o Aeroporto Internacional de Recife e Guararapes Gilberto Freire o aeroporto localizado na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Autor: Deputado José Chaves.

Passo a palavra ao Relator, Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, fui agora informado pela Senadora Marina Silva de que S. Exª vai solicitar vistas por ter recebido da Fundação Joaquim Nabuco, de Pernambuco, um pedido para fazê-lo.

Desde logo, digo que isso me traz certo constrangimento, porque ninguém da Fundação Joaquim Nabuco me procurou, e sou de Pernambuco. Não sei se tomaram conhecimento de que meu voto é pela rejeição, mas julgo isso uma desconsideração.

Feita essa ressalva, a proposta, originalmente, era a de mudar o nome de Aeroporto Internacional dos Guararapes para Aeroporto Internacional Gilberto Freire. Recebi uma emenda para que ficasse Aeroporto Internacional de Recife Guararapes Gilberto Freire, uma tentativa de resolver alguns dos problemas. O costume brasileiro de não querer ter memória cria uma série de inconvenientes de estarmos mudando constantemente nomes de logradouros públicos, sítios históricos e ruas ao sabor de conjunturas.

Estou fazendo uma digressão aqui – isso não está no meu relatório –, mas seria bom que todos tomássemos consciência de que ainda somos um País muito jovem. São apenas 500 anos de história. Seria importante que começássemos a preservar um pou-

co a nossa memória. Como somos jovens, estamos criando tantos novos sítios e expandindo tanto a nossa presença neste imenso território, que o que for idéia nova, sem dificuldade alguma, até poderá ter até seu nome vinculado a um sítio ou a um monumento com dimensão até maior.

Parece-me algo equivocado mudar o nome, por mais respeitável que seja. E, desde logo, ressalvo que a figura de Gilberto Freire é hoje aquilo que não foi no passado. Hoje, é unanimidade nacional a contribuição que ele trouxe para a cultura, para o conhecimento, para a determinação, inclusive, da nossa identidade nacional, algo que não foi sempre assim em sua história, mas o é hoje. E esse reconhecimento o faz merecedor de toda e qualquer honraria que se possa fazer.

Agora, o aeroporto do Recife está sediado em um sítio que é da história do País e, talvez, represente um dos momentos mais determinantes da nossa nacionalidade. Lá ocorreram algumas batalhas que definiram que o Nordeste brasileiro – e Pernambuco era a província básica – continuaria como território brasileiro, mesmo que da colônia portuguesa. Ali se definiu a expulsão dos holandeses. Não é um fato qualquer, uma escolha que se fez em algum momento da história. Ali foi a história.

Talvez, trazendo aqui à colação uma despreocupação com isso, lembro o que fez outro que poderia também ter todas as homenagens, jovem, sem a contribuição de Gilberto Freire, mas, de qualquer forma, figura que era respeitada nesta Casa, a mudança do nome do Aeroporto Internacional da Bahia, oriunda de um fato histórico de que poucos têm conhecimento: a Bahia somente se libertou do jugo português quase um ano depois do dia sete de setembro e rompeu os laços nacionais com Portugal. Isso foi feito por meio de...

O SR. HUGO NAPOLEÃO – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROBERTO FREIRE – Pois, não, Senador.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Eu gostaria de aduzir outras palavras às suas, nobre senador Roberto Freire. Também no Piauí, meu Estado, houve a sangrenta batalha do Jenipapo, no dia 13 de março de 1823 – realmente, uma sangrenta batalha às margens daquele rio, onde foi erigido um monumento. O Ministro do Exército recentemente, o último Ministro do Exército antes da mudança, deu o nome, ao Segundo Batalhão de Engenharia e de Construções em Teresina, de Batalhão Heróis do Jenipapo. Realmente, a independência no Piauí foi sangrenta. Para lá Portugal mandou o Major Brigadeiro João José da

Cunha Fidier. Não foi pacífica. Morreram muitos brasileiros, muitos piauienses. Fidier foi expulso e depois capitulou na cidade hoje chamada de Caxias, quando nasceu Gonçalves Dias, que canta essa vitória em belíssimos versos. Era o que tinha a dizer

O SR. ROBERTO FREIRE – V. Ex^a ilustra toda a argumentação que tenho feito. Ninguém se atreverá a, no Piauí, mudar de Heróis de Jenipapo para o nome de qualquer ilustre e brilhante filho do Piauí ou de outra parte do Brasil, até porque outros monumentos podem ser erigidos no Piauí e que poderão render essas homenagens.

Estou aqui trazendo essas ponderações, para que comecemos, neste País, no nosso País, a preservar um pouco a memória, a respeitar um pouco a tradição, até porque isso ajuda a que se consolide a identidade nacional, a cultura deste País. É bom que se saiba que o **Aeroporto Dois de Julho**, em Salvador, foi nomeado em homenagem à batalha que expulsou os portugueses, em 1823, ou seja, quase um ano depois da Independência de Sete de Setembro, fato de que pouco se conhece.

Lembro-me de que, recentemente, o PSDB – e lamentavelmente o Senador Lúcio Alcântara não está presente. S. Ex^a está presente – foi tremendamente criticado por haver feito um seminário em que se discutiram questões importantes. Por exemplo, por que imaginar apenas Tiradentes como grande herói da independência deste País, por participar de uma incondidência, e não se discutir os alfaixes da revolução ocorrida dez anos antes na Bahia? Por que não se discute Frei Caneca, da Confederação do Equador, em Pernambuco? São questões que precisam ser sempre trazidas à baila, para que não se tenham constrangimentos como esse.

Gilberto Freire merece todas as homenagens, não só dos pernambucanos, mas também de todos os brasileiros. Mas não há por que retirar essa denominação dos Guararapes, até porque o aeroporto está em um sítio histórico dos Montes Guararapes. Quem está falando isso é um pernambucano que deseja prestar todas as homenagens possíveis a Gilberto Freire, mas quero também garantir essa memória que é importante para todos nós brasileiros, não apenas para nós pernambucanos. Estou aqui dizendo isso e assumindo. Vamos pensar que homenagem prestar a Gilberto Freire, com a magnitude que a sua presença, na história brasileira, como homem de cultura merece!

Não há por que estarmos discutindo algo que é da nossa história. Eu justifico tudo isso. Levanto essa questão para o Governo do Estado e para todos os

pernambucanos. Pensemos como homenagear Gilberto Freire. Será, talvez, uma homenagem muito mais pensada e sentida pelo povo, se tivermos essa discussão com a coragem de enfrentarmos a realidade. Precisamos manter memórias e tradições. Não há por que homenagearmos alguém, perdendo memória de fato tão significativa para a História deste País.

Há aqui um aspecto menor que a Senadora Marina Silva disse já ter enfrentado. Tivemos também de enfrentar, no Aeroporto Internacional do Galeão. Ele não é uma carta que existe apenas no Brasil, correspondente à mudança nas nossas cartas aéreas de destino; é internacional. Sabemos, em algum lugar, quando chegamos, que o Aeroporto Internacional dos Guararapes está ali. Isso significa, de qualquer forma, mudança que envolve alguns custos.

Poderia até ser razoável se fosse uma mudança que não envolvesse questões como essa que tenho levantado: a desnecessidade porque afronta uma história do País, um sítio que pertence a essa história, à memória, na tradição, algo que é, inclusive, considerado como o fato que inicia as Forças Armadas Brasileiras.

Comentávamos sobre do patrono. Quero dizer que a Batalha dos Guararapes é considerada o início da formação das Forças Armadas Nacionais, Brasileiras. No Monte dos Guararapes há toda uma argumentação nesse sentido.

Estou querendo dizer que eu pensava que com uma argumentação como essa tivéssemos a clareza de não incorrer em uma disputa onde não deve haver. Nesse caso, não é sabermos se Monte dos Guararapes e a homenagem do Aeroporto a esse sítio histórico é mais importante do que Gilberto Freire, ou Gilberto Freire é mais importante do que isso? Essa discussão é estéril. Não nos ajuda. Ambos são fundamentais para serem lembrados, permanecerem na nossa memória e serem homenageados, tal como já foi Guararapes, e pensa-se em homenagear Gilberto Freire.

O meu voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, não nego os argumentos apresentados pelo Senador Roberto Freire no sentido de que o nosso País precisa ter memória e de que essa nossa memória faz parte do avanço da história em um processo cumulativo, como acabei de dizer anteriormente.

Também devo dizer que não compreendo a história como sendo eterna; ela é um processo de mu-

dança. A minha posição em fazer o pedido de vista tem somente o objetivo de dar oportunidade para que as pessoas que gostariam de dialogar conosco possam fazê-lo.

Ainda não tenho uma posição fechada com relação à problemática, mas vou votar na matéria pelo mérito, pela simbologia, pelos argumentos que aqui apresentou o Senador Roberto Freire porque sou autora de um projeto que muda o nome do Aeroporto Internacional do meu Estado, Presidente Médici, que não tem nenhuma relação com a história do Acre, com a cultura dos acreanos e que deu pouquíssimas contribuições – estou sendo generosa – para aquele Estado. Pelo contrário, temos uma série de questões que não me permitem advogar a favor desse nome para o Aeroporto Internacional do meu Estado.

Por respeito às pessoas que deram essa denominação àquele Aeroporto Internacional, estou sugerindo o nome de Aeroporto Internacional Chico Mendes. Então, haverá uma mudança no nome. Do meu ponto de vista, considero justificável por toda simbologia que representa Chico Mendes, uma das figuras mais conhecidas desse País, com relação à luta ambiental, e que, com certeza, é a personalidade mais conhecida da Amazônia e do Estado do Acre.

De sorte que estou propondo essa mudança e não considero que com esse projeto queira acabar com a memória do nosso País, da nossa cultura; pelo contrário, desejo fazer justiça à memória, à história dos acreanos, à luta em defesa da Amazônia.

No caso em questão, a minha observação para o Senador Roberto Freire é de que eles, inclusive, buscaram um artifício. Talvez estejam querendo fazer esse processo cumulativo da história, que não modifica a denominação Guararapes, a qual considero justa por todas as razões elencadas por V. Ex^a no parecer que ofereceu. Eles estão fazendo um acréscimo para denominar Aeroporto Internacional de Recife/Guararapes-Gilberto Freire.

Portanto, com esse artifício, não haveria a necessidade de fazer uma mudança nas cartas dos aeroportos internacionais. Não haverá essa mudança; mas apenas um acréscimo desse vulto da História, que o autor considera que deveria fazer parte da homenagem aos Guararapes.

De sorte que gostaria de verificar e até ter oportunidade de dialogar um pouco mais com V. Ex^a, porque não creio que tenhamos que ter aqui um procedimento linear quanto a essas propostas. Também advogo que o aeroporto do Acre deva se chamar Chico Mendes, em respeito à memória, à história, à cultura e a tudo que representa Chico Mendes para o Acre,

para a Amazônia e para o Brasil. O mesmo não consigo identificar na figura do General Médici, no entanto, não posso negar que ele também é um personagem importante da História, seja para o bem ou para o mal, mas também acaba cumprindo um papel importante, pois criou problemas do ponto de vista da democracia.

A importância dos fatos não acontece pelo grau de positividade que eles possam ter, mas pela consequência desses fatos na história da humanidade, de um povo, de uma cultura, de uma raça.

De sorte que esse é um personagem da história. Se para o bem ou para o mal... Do meu ponto de vista é para o mal, mas não deixa de ser um personagem histórico.

Quanto a esse caso, há a preocupação do Senador Roberto Freire de que haverá mudança, mas ela não acontecerá. Mas teremos que discutir o mérito. Há uma disposição desta Casa de acrescentar o nome de Gilberto Freire ao que já existe: Guararapes, e é isso que vamos debater.

Gostaria de ter essa oportunidade e até dialogar um pouco mais com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedida vista à Senadora Marina Silva.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, até para que não fique nenhuma dúvida.

Não iria aceitar nunca que alguém dissesse que pudesse juntar ao Aeroporto Presidente Médici o nome de Chico Mendes. Quando falo que devemos ter memória, é aquela memória que forma a identidade nacional. Médici não forma identidade alguma; Médici traz, de qualquer forma, uma mancha que denigre a idéia deste País como querendo construir sociedades melhores, na qual Chico Mendes se integra.

Não estou aqui defendendo que se tem que manter, até porque não tem nenhuma tradição o Sr. General Médici, nenhuma. Precisamos ter cuidado com isso.

Não fiz aqui argumentação. Estou aqui lembrando um evento fundamental da História deste País – e não se está discutindo se é positivo ou negativo –, um fato histórico. Quanto a Gilberto Freire, sobre quem hoje até citei que na época da sua existência houve contradições, mas hoje é quase uma unanimidade o respeito que se tem pelo que ele trouxe para a história do País.

Não estou aqui trazendo nenhum gesto polêmico, nenhuma figura que gere esse tipo de discussão. Estou falando de dois momentos importantes da iden-

tidade deste País: um como um fato histórico e o outro como um homem da cultura. Não é um problema de Médiçi. Não vamos confundir, até porque, se vier o de Médiçi, não votei a favor e voto a favor que se retire; ele não merece nenhuma das nossas homenagens. É um personagem da história, mas que, evidentemente, a sociedade brasileira ...(salvo?), claro, nem construiu coisa alguma.

Falo isso apenas para que a Senadora Marina Silva não queira confundir o que eu trouxe como discussão. Eu trago a memória histórica deste País. A questão de ditadura militar do Sr. Médiçi ainda não é parte de uma memória que se possa discutir sem trazer a grave polêmica de não se estar homenageando quem quer que seja.

A SRA. MARINA SILVA – Como fui citada, Sr. Presidente, eu gostaria de, rapidamente, dizer que, se houve essa compreensão por parte do Senador Roberto Freire, não estou querendo colocar os meus argumentos em confronto com os dele. Eu apenas disse que não posso ter dois pesos e duas medidas e que também apresentei um projeto propondo uma mudança, porque, no mérito, compreendia que o meu projeto era legítimo em relação à proposta, assim como é legítima a proposta do Senador Nabor Júnior, embora eu acredite que o nome de Chico Mendes é uma maior homenagem ao Estado do Acre e ao Amazonas do que Oscar Passos. Todavia, os dois são personagens importantes da história do Acre. Não é esse o mérito, não estou aqui querendo confrontar nossos argumentos, nem sei por que V. Exª se sentiu ofendido pelo que falei, porque são coisas de natureza diferente.

Apenas quis trazer, a meu favor, a idéia de que, em alguns momentos, isso não significa confrontar a História, não significa confrontar memória; eu quis somente complementar o raciocínio de V. Exª, porque, se ficasse apenas no sentido de que qualquer mudança significa falta de memória, teríamos que ficar com os mesmos nomes, as mesmas coisas e os mesmos projetos, porque a História seria petrificada. Foi somente no sentido de complementaridade, e não em contraposição ao que V. Exª falou, em relação ao mérito do que está sendo discutido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) — Está concedida vista à Senadora Marina.

O Senador Roberto Freire traz a essa comissão uma reflexão da mais alta importância, na medida em que houve precedentes aqui nesta Comissão. Concordamos plenamente com o ponto de vista de V. Exª, no sentido de que a homenagem a grandes vultos da História não deve trazer como consequência o cancelamento de inscrições anteriores, como é o caso do

Aeroporto Internacional dos Guararapes, que visa manter a identidade nacional.

Há aqui um requerimento do Ministro Carlos Melles, do Esporte e Turismo, solicitando ao Presidente da Comissão de Educação que indique um membro para compor o Conselho Nacional do Esporte.

O Conselho Nacional do Esporte é composto por 19 membros, sendo um senador e dois deputados estaduais.

Então, quero submeter a matéria a esta Comissão. Trata-se de uma solicitação feita ao Presidente da Comissão, mas considero importante partilhar democraticamente com V. Exª.

O Conselho Nacional de Esportes é presidido pelo Ministro de Estado de Esporte e Turismo.

Trata-se de ofício encaminhado pelo Ministro Carlos Melles, Secretário de Esporte e Turismo, solicitando ao Presidente do Senado, o qual solicita à Comissão de Educação que indique um membro representativo do Senado Federal no Conselho Nacional de Esportes.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, democraticamente, sugiro que o Presidente nomeie, senão vamos ficar votando aqui. É muito difícil votar...

No meu entender, V. Exª deve decidir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Se todos concordarem com a proposta do Senador Pedro Piva, a Presidência indicará.

Não havendo objeção, eu encaminharei.

(fora do microfone)

Passo a Presidência ao Senador Moreira Mendes, considerando que sou o Relator do Item 5, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Item 5 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2001, não terminativo. Aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Cultural Santa Bárbara para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Ricardo Santos, a quem concedo a palavra para relatar.

O SR. RICARDO SANTOS – A Fundação Cultural Santa Bárbara solicitou autorização ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, para que lhe outorgasse a concessão de uma rádio comunitária na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, que é o

principal pólo, principal cidade do Sul do Estado do Espírito Santo. Esse processo cumpriu todos os trâmites exigidos dentro do Ministério das Comunicações; foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Toda a documentação encontra-se em dia; é uma fundação cultural que tem como Presidente a Sr^a Sandra Mara Andrade Carone. Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente opinamos pela aprovação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Transmito, novamente, a Presidência dos trabalhos ao Senador Ricardo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Muito obrigado.

Passa-se ao item nº 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Paraná para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de Curitiba, Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Rádio Independência do Paraná Ltda., tendo como sócios quotistas: Mário José Petrélio, Leonardo Petrélio Neto e Rádio Independência FM Ltda., cumpre todas as exigências legais para a renovação da concessão. Nosso parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística, na cidade de Jataizinho, Paraná.

Concedo a palavra ao Relator Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, da mesma forma, a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho cumpriu todas as exigências da lei. O parecer é pela aprovação do decreto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 285, que aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Difusora Taubaté Ltda., na cidade de Pindamonhangaba, São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para relatar.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, a Rádio Difusora Taubaté Ltda. pediu concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade Pindamonhangaba, Estado de São Paulo. Cumpriu todas as exigências de ordem legal. Portanto, examinadas e analisadas, somos favoráveis a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 10: aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Maximino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, São Paulo.

Concedo a palavra ao Relator Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – A Associação Comunitária Padre Maximino pediu e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba. Preencheu todos os requisitos legais, que foram examinados e concluíram pelo correto encaminhamento. Portanto, opinamos pela aprovação do ato.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Paraíba.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, por meio da Mensagem Presidencial nº 832, o Presidente encaminha ao Congresso o ato constante da Portaria nº 155, que autoriza a exploração do Canal de Radiodifusão Comunitária para a Associação Comunitária Comunidade São José.

Todos os atos acham-se conforme a legislação pertinente. Os documentos apresentados estão de acordo com aquilo que exige a lei e a direção é composta pelo Presidente Antônio Batista de Lima Neto e Vice-Presidente Márcia Rosângela Rodrigues dos Santos.

Portanto, o nosso parecer é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 12. Aprova o ato que outorga permissão à VL Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão, Relator da matéria.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, recebo para relatar a concessão da VL Radiodifusão SC Ltda., da cidade de Itaituba, Estado do Pará. Examinando o processado, encontra-se o mesmo em ordem, tendo sido cumpridas todas as formalidades e obedecidos os postulados constitucionais legais em torno da matéria. Sou, portanto, favorável à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística Dom Aloísio Roque Operman, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto, Relator da matéria.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística Dom Aloísio Roque Operman a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

A Mensagem Presidencial e a Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações registra que os documentos atenderam às exigências legais aplicáveis e recomenda o seu deferimento.

A direção da Associação, composta pelo seu Presidente, Padre José Lourenço da Silva; Vice-Presidente, Dr. Jales Martins da Silva; 1º Secretário, Luís Alberto Oliveira Filho; 2º Secretário, Fernando Veneslau Rodrigues da Cunha; 1º Tesoureiro, Padre Paulo Aparecido Horta; 2º Tesoureiro, José Renato Gomes; 1º Assessor Jurídico, Diamantino Silva Filho; 2º Assessor Jurídico, Frederico Diamantino Bonfim e Silva.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDL nº 148, opinamos pela aprovação e o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto, Relator da matéria.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de mesmo nome.

A Mensagem Presidencial nº 368 e a Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações, documentos que integram os autos, dão conta de que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável e que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí: Presidente, José Setembrino de Melo; Vice-Presidente, José Cândido de Andrade; 1º Secretário, René Vilela de Melo; 2º Secretário, Rita de Cássia Carvalho Furtado; 1º Tesoureiro, Roberto Mauro Ferraz; 2º Tesoureiro, Roberto Machado Mendes de Barros.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 88 evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 do Senado, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão Santa Rita do Sapucaí atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para a habilitada autorização, opinamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao item XV – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2001, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Itatiaia Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na região metropolitana de Belo Horizonte. É emissora líder de audiência na região metropolitana de Belo Horizonte, tendo uma grande tradição e uma grande presença como meio de comunicação, não apenas em Nova Lima, Belo Horizonte, como também em toda Minas Gerais.

Por meio da mensagem presidencial e a exposição de motivos do Ministro das Comunicações, documentos que integram os autos, dão conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou o seu deferimento.

A composição da diretoria do controle acionário da Rádio Itatiaia Ltda. é do Sr. Emanuel Soares Carneiro, seu Presidente e Ester Carneiro Naves, seu Presidente. Gostaria de render minhas homenagens ao saudoso Januário Carneiro pela criação dessa emissora há 53 anos, no dia 5 de agosto de 1948, ela entrou no ar tendo o respeito e merecendo o respeito do povo mineiro e o reconhecimento por seu grande trabalho.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, ficando caracterizada que a entidade Rádio Itatiaia Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se a renovação da concessão, opinamos por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Caconde, São Paulo.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exemplo das outras rádios aqui hoje votadas, o processo da Rádio Caconde encontra-se em perfeita ordem, e, por isso, somos pela aprovação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Péro-

la-FM a executar serviços comunitários de radiodifusão na cidade de Conchas, São Paulo.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exemplo da rádio anterior e das outras também, somos favoráveis à aprovação por encontrar-se em perfeita ordem os documentos apresentados pela Rádio de Conchas.

Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao Item 21: Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, a Associação Ecológica do Rio Camboriú, em Balneário de Camboriú, vai colocar no ar essa rádio comunitária que vai atender, sem dúvida alguma, e vai ao encontro dos aspectos ecológicos em relação àquela Bacia do Camboriú, que contempla não só a grande estação de Balneário de Camboriú, que é conhecida no Brasil inteiro, na América Latina, mas também a questão ecológica da região.

Por isso, preenche os requisitos todos, e somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 22:

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2001, aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Comunitária a Voz do Contestado a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irani, Santa Catarina.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres colegas, a Sociedade Rádio Comunitária a Voz do Contestado, para ser instalada na cidade de Irani, diz muito de perto a história catarinense do Contestado.

O Contestado é mais ou menos o que é para o pessoal do Nordeste - Pernambuco, Bahia -, Canudos, que foi a grande luta de Canudos.

Temos, em Santa Catarina, a grande luta do Contestado, realizada de 1912 a 1916. Isso produziu uma marca muito grande, os nossos jagunços, o caboclos resistiam ao avanço e expulsavam os homens das terras, dos sertões, quando abriam as estradas de ferro.

Em homenagem a essa Associação Comunitária do Contestado, mas precisamente na cidade de Irani, onde houve um dos mais sangrentos combates, em que mulheres e crianças foram mortas pelo Exército, naquela época em que os nossos caboclos resistiam.

Então, essa é a grande homenagem à Associação do Contestado na cidade de Irani, em Santa Catarina, dessa voz da Rádio Comunitária.

O nosso parecer é a favor e preenche todos os quesitos, Sr. Presidente, nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 23:

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2001, aprova o ato que outorga a permissão à Fundação de Serviço de Radiodifusão Educativa – Shalon, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rondonópolis, Mato Grosso.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma rádio educativa, está sendo pedida a sua outorga.

Rondonópolis é um dos maiores municípios do Estado de Mato Grosso. Essa emissora é muito importante, principalmente por ser educativa. Já fora aprovada na Câmara dos Deputados e está com todos os documentos aptos para ser aprovado no Senado Federal.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 24:

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Recreativa e Desportiva Elias Fausto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, no Estado de São Paulo.

Com a palavra, o Relator, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma emissora que pede a sua aprovação, é comunitária na cidade de Elias Fausto, no Estado de São Paulo, já teve a sua aprovação na Câmara dos Deputados e está com o parecer favorável para aprovação nesta Comissão, uma vez que todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se a esta autorização estão completos.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam o queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 25:

Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2001. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional de Rádio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ceará-mirim, Rio Grande do Norte.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Luiz Pontes.

O SR. LUIZ PONTES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Decreto Legislativo do Senado, de 2001, evidencia o cumprimento das for-

malidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, ficando caracterizado que a Fundação Cultural Educacional de Rádio atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à permissão.

Por isso, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 26:

Projeto de Decreto Legislativo nº 184/2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do Rio Santa Rosa a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Araíoses, Maranhão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Luiz Pontes.

O SR. LUIZ PONTES – Sr. Presidente, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. A documentação toda acompanha o projeto.

Por isso, nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Aprovado.

Item nº 29:

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Aracruz, AMA, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Bahia.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, Relator da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 180 evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Moradores de Aracruz atendeu aos requisitos técnicos e legais, opinamos pela aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Item nº 30:

Projeto de Decreto Legislativo nº 152/2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Madre FM a executar serviços de radiodifusão na cidade de Madre de Deus, Bahia.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, Relator da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, Madre de Deus é uma região produtora e refinadora de petróleo, no Estado da Bahia, e tem a sua primeira emissora.

Tendo em vista que a documentação que acompanha o PDL nº 152 mostra o cumprimento das formalidades, nós somos também pela aprovação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Aprovado.

Item nº 35:

Projeto de Decreto Legislativo nº 66/2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Oscar Romero a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Maranhão.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, Relator da matéria.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, a Associação Comunitária Dom Oscar Romero cumpriu todos os requisitos legais, tendo passado pela Câmara dos Deputados, pela Comissão de Ciência e Tecnologia e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, todo o rito processual dentro do Congresso Nacional foi cumprido a risca.

Assim, recomendo a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o parecer do Relator permaneçam como estão.

Aprovado.

Item nº 36:

Projeto de Decreto Legislativo nº 68/2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Maranhão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, a Rádio Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto cumpriu todo o processo.

Portanto, não há o que discutir.

Como foram preenchidos todos os requisitos, recomendamos a aprovação do projeto, a pedido também do Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o parecer do Relator permaneçam como estão.

Aprovado.

Item nº 37:

Projeto de Decreto Legislativo nº 176/2001. Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Maranhão.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, Relator da matéria.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, a Fundação Cultural José Gervásio de Araújo também cumpriu todo o ritual, todo o processo, toda a tramitação, preencheu todas as documentações e, a pedido do Senador Bello Parga – que é do Maranhão –, também, agilizamos e recomendamos pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Parabéns, Senador Gilvam Borges, pela conclusão.

O SR. GILVAM BORGES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passamos ao Item nº 38:

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, 2001, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sítio-

nio do Vale, para executar serviço de radiodifusão em frequência modulada na Cidade de Nova Russas, Estado do Ceará. Passamos a palavra ao Relator Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O processo está devidamente instruído e as exigências satisfeitas. Meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item nº 39:

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultural Ribamarense a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade São José de Ribamar, Maranhão.

O Relator é o Senador Lúcio Alcântara, a quem passo a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Vou listar o processo conforme as exigências legais. Meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item nº 31:

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, 2001, aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo, Pará, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Abel Figueiredo, Estado do Pará.

Passamos a palavra ao Relator Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, todas as formalidades legais foram cumpridas pela referida sociedade, portanto, opino favoravelmente à aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item nº 32:

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2001, aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Cultural Pássaro Grande para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Uruaçu, Goiás.

O Relator é o Senador Eduardo Siqueira Campos, a quem passo a palavra.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, a fundação cumpriu todas as exigências legais, opinando, portanto, pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Itens extrapauta: O Relator é o Senador Gilvam Borges

Projeto de Decreto Legislativo nº 214, 2001, aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O Relator é o Senador Gilvam Borges, a quem passo a palavra.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, nobre Colegas, com a permissão, devo registrar aqui a satisfação e alegria em ser um instrumento de Deus nessa grande missão, de poder relatar essa rádio que tem uma história de muito sofrimento. São sete anos de tramitação. Quero registrar que por meio de sua liderança maior dentro da composição da Fundação Semeador – Gefri, sua família e seus amigos tiveram uma longa estrada percorrida, de muita lágrima, de muito sofrimento e, graças a Deus, finalizamos a luta quando fui convocado para Relatar esta matéria.

A Fundação Semeador estará operando brevemente na Cidade de Macapá, sem sombra de dúvidas, ela preencheu todos os requisitos, Sr. Presidente, da portaria ministerial, projetos técnicos elaborados, toda a documentação, da Casa Civil, da Câmara dos Deputados, pelas três Comissões. E, finalmente, chegamos à Comissão de Educação.

É um dia muito importante para uma grande comunidade que aguarda ansiosamente a Fundação Semeador para executar o seu trabalho educativo.

Portanto, Sr. Presidente, somos pela recomendação de aprovação.

Quero registrar a minha alegria, congratulando toda a equipe da Fundação Semeador, que sofreu durante sete anos, lutando dia a dia, alimentando essa expectativa. Graças a Deus estamos aqui relatando esta matéria, sob a apreciação, sob o juízo também dos Colegas!

Recomendamos a aprovação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Gilvam Borges queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Quero também registrar, antes de finalizar esta reunião, que haverá um importante encontro, o X Encontro Internacional do Parcum, Parlamento Cultural do Mercosul, que deverá realizar-se na Cidade de Montevideu, no Uruguai, durante os dias 19, 20 e 21 de agosto de 2001 – portanto, está muito próximo.

Se algum Senador quiser participar desse encontro, que encaminhe esse interesse ao Secretário Executivo da Comissão, a fim de que possamos tomar as devidas providências junto à Presidência do Senado e à 1ª Secretaria da Mesa.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h24min)

Ata da 20ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 21 de agosto de 2001.

Às onze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornélas, José Coelho, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Mauro

Miranda, José Fogaça, Juvêncio da Fonseca, Freitas Neto, Francelino Pereira, Osmar Dias, Pedro Piva, Romero Jucá, Geraldo Cândido e Saturnino Braga, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gilvam Borges, Pedro Ubirajara, Valmir Amaral, Eduardo Siqueira Campos, Teotônio Vilela Filho, Fernando Matusalém, Marina Silva e Roberto Freire. Comparece à reunião o Senhor Senador Renan Calheiros, não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência propõe que se inicie a deliberação da Pauta pelos Itens n.º 04 e 05, dos quais é o relator, em razão dos relatores dos itens de n.ºs 01 a 03 não estarem presentes no momento, com o que todos concordam. O Sr. Presidente passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Moreira Mendes, para apresentação de seu parecer. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 156, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Santa Luzia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Ricardo Santos e o relatório favorável é aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 159, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Maria Rainha da Paz para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Ricardo Santos e o relatório favorável é aprovado, com abstenção do Senador Geraldo Cândido. Reassume a Presidência o Senador Ricardo Santos que retoma a ordem natural da pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado n.º 151, de 2000, de caráter terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que “Dispõe sobre acesso a informações da Internet, e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos, na forma do substitutivo oferecido, que incorpora as emendas n.º 01 a 04-CE de autoria do Senador Geraldo Althoff. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 76, de 2000 (tramitando em conjunto com o PLS 137/00), de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “Define e tipifica os delitos informáti-

cos, e dá outras providências.” É concedida vista coletiva. Item 03: Diversos n.º 08 de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal, cópia da decisão 036, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, referente a auditoria operacional no programa nacional de alimentação escolar – PNAE, no Estado de Santa Catarina, realizada no segundo semestre de 1998, com abrangência dos exercícios de 1997 e 1998.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 206, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de São Jorge do Ivaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 201, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uraí, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 87, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Oliveirense de Radiodifusão – ACOR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Moreira Mendes e o relatório favorável é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 189, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio São Thomé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Nilo Teixeira Campos e o relatório favorável é aprovado. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 192, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Madalena – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Nilo Teixeira Campos e o relatório favorável é aprovado. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 194, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que auto-

riza a Associação Rádio Comunitária Jaborá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborá, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Naviraí – ACONAVI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naviraí, Estado do Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o relatório favorável é aprovado. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina de Pompéu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pompéu, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 149, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura “Comunidade em Ação” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1993, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão a 98 Timburi FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andirá, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Osmar Dias e o relatório favorável é aprovado, com abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 200, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Santa Cruz do Monte Castelo – “ACOSMOC” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Osmar Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 199, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação O Bom Samaritano A.B.S., a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Osmar Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 136 de 2001, de

caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afrânio, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 139, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Cultural Irmã Eliza a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Ezequiel, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 135, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a RC FM – Rádio Comunitária de Itambé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 93, de 2001**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Creche Lar da Criança Feliz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paineiras, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 137, de 2001**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Ipanemense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 74, de 2001**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 179, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executi-

vo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 183 de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Club FM “A Voz de Nazaré” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas.” O relator designado é o Senador Nabor Júnior e o relatório favorável é aprovado. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Capelinha de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capelinha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Nabor Júnior e o relatório favorável é aprovado. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 188, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cajuruense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Nabor Júnior e o relatório favorável é aprovado. Prosseguindo o Senhor Senador Geraldo Cândido requer, oralmente, a inclusão extra pauta do Aditamento ao Requerimento n.º 03 (Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática). O requerimento é aprovado. Extra Pauta, Item 01: Aditamento ao Requerimento n.º 03 (Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática), de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Geraldo Cândido e Lúcio Alcântara, que “Em aditamento ao Requerimento n.º 03, que trata da discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 203 de 1995 ora tramitando na Câmara dos Deputados, aprovado nesta Subcomissão em 21 de junho de 2001, solicito, nos termos regimentais, que a audiência pública seja realizada de forma conjunta entre esta Subcomissão e a Comissão de Educação. tal solicitação se deve à amplitude e complexidade da discussão que envolve, simultaneamente, ambas as comissões.” O aditamento ao requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 208, de 2001, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 181, de 2001, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2001, Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142, de 2001 e Item 33: Projeto de Decreto Legis-

lativo n.º 144, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Havendo número regimental, iniciamos a 20ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Passo a Presidência ao Senador Moreira Mendes, para que possa relatar os dois projetos constantes dos itens n.ºs 4 e 5.

Estaremos aguardando os demais Senadores para que possamos cumprir a pauta, sobretudo os itens n.ºs 1, 2 e 3, que são matérias de natureza substantiva.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Item n.º 4 da pauta, não-terminativo. Projeto de Decreto Legislativo n.º 156, de 2001. Aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Santa Luzia para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ricardo Santos, para que apresente o relatório.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Fundação Santa Luzia, localizada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais, solicita outorga para o funcionamento de serviço de radiodifusão em frequência modulada naquela cidade.

A documentação apresentada pela Fundação Santa Luzia encontra-se de acordo com o que exige a legislação.

A direção da Fundação Santa Luzia é composta por: Diretor-Presidente, Joel de Sousa Barbosa; Diretor Vice-Presidente, Ademir Lopes da Silva; Diretores Assistentes: José Alfredo Brandão Lemos e Aldaísa Barbosa Leite.

A cidade de Carangola faz parte da zona da mata de Minas Gerais, portanto, de uma região fronteira ao sul e sudoeste do Estado do Espírito Santo, compõe uma mesma região geoeconômica que tem na pecuária de leite e no café sua principal fonte de renda e de emprego.

Considerando a regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na

forma do Projeto de Decreto Legislativo n.º 714, de 2000, originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item n.º 5 da pauta, não-terminativo. Projeto de Decreto Legislativo n.º 159, de 2001. Aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Maria Rainha da Paz para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos, Relator da matéria.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, a Fundação Maria Rainha da Paz, localizada na cidade de Manhuaçu, tem sua diretoria composta por: Presidente, Maria Bernadete Andrade; Secretária, Sílvia Maria Petronilho; Diretor-Tesoureiro, Carlos Wilson Tuffala.

A Fundação cumpriu todos os procedimentos e apresentou toda a documentação necessária para a aprovação e concessão dessa outorga.

A cidade de Manhuaçu é um centro cafeeiro localizado na zona da mata de Minas Gerais que tem grande inter-relação econômica com o sul e sudoeste do Estado do Espírito Santo.

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Ricardo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Agradeço a gentileza do Senador Moreira Mendes, Vice-Presidente.

Passemos ao Item n.º 11 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 87, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comuni-

tária Oliveirense de Radiodifusão – ACOR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira, MG.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº87, de 2001, que levou o nº650, de 2000, na Câmara dos Deputados, tendo por objetivo aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Oliveirense de Radiodifusão – ACOR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais. Consoante o relatório que já encontra impresso para ser distribuído, a Associação Comunitária Oliveirense cumpriu todas as exigências legais, não havendo nada que impeça a aprovação do projeto de decreto legislativo. Portanto o meu voto é de se aprovar a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do relator.(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 12 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio São Tomé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goitacases, cidade do Rio de Janeiro.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Nilo Teixeira Campos.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe-me a responsabilidade de relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº189, de 2001, que na Câmara dos Deputados teve o nº783, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio São Tomé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goitacases. O processo atendeu a todas as exigências legais do Ministério das Comunicações, passou pelo crivo da Câmara dos Deputados em sua diversas comissões e chega aqui em seu penúltimo obstáculo no Senado. O projeto visa a possibilitar o povoado de São Tomé, uma vila situada no litoral de Campos, a dispor de um serviço de radiodifusão comunitário, o que vai evidentemente contribuir para que aquela comunidade passe a desfrutar desse serviço que será de gran-

de valia. Tendo atendido todas as exigências legais, o meu parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, a matéria.

Os Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Considerando a presença do Senador Álvaro Dias, vamos tentar cumprir a ordem normal da pauta e voltar ao Item nº 01, Projeto de Decreto do Senado nº 151, de 2000, dispõe sobre acesso a informações da Internet e dá outras providências.

Gostaria de fazer uma observação com relação a essa matéria, cuja autoria é do ex-Senador Luiz Estevão, Relator Senador Álvaro Dias: sendo aprovado o parecer, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282 combinado com o art. 92, do Regimento Interno.

Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto já foi debatido nesta Comissão, preliminarmente, em função de pedido de vistas dos Senadores Geraldo Althoff e Roberto Saturnino. Ele foi retirado para um debate de maior consistência. Realizaram-se audiências públicas com o objetivo de se instruir melhor o projeto. Colheram-se subsídios que permitiram ao requerente da audiência, Senador Geraldo Althoff, apresentar quatro emendas.

Em linhas gerais, o projeto concebido originalmente em sete artigos prevê o seguinte: a manutenção pelos provedores de internet, por um mínimo de três anos, do registro de todas as conexões efetuadas por seu intermédio, que constarão a hora de início e término da conexão e o protocolo de internet acessado; a avaliação, por parte da Anatel, da capacidade técnica do provedor de efetuar e manter, pelo prazo previsto, o registro das conexões, como condição fundamental à concessão das linhas telefônicas necessárias à sua atividade, a identificação documental do usuário do serviços oferecidos pelo provedor; a liberação de informações relativas aos registros, mediante solicitação, ressalvado o sigilo legal.

As emendas oferecidas pelo Senador Geraldo Althoff não descaracterizam em nada o mérito da matéria, aprimorando-a, ao contrário. A primeira delas apresenta nova redação ao art. 1º, restringindo a ne-

cessidade de registro, por parte dos provedores, ao universo de seus clientes-usuários e pelo período de um ano. Engenhosa a redação, que diferencia usuários de clientes. Com efeito, no caso da Internet, usuário seria todo aquele que se conecte àquele site. Já a expressão cliente-usuário se refere ao cliente com quem o provedor mantém um contrato de acesso. Se cada provedor mantiver os registros de seus clientes, pretendidos por esse projeto, alcança-se de forma mais eficiente o objetivo por ele colimado.

A segunda emenda ajusta o art. 3º ao disposto na nova redação do art. 1º, já analisado. Determina o conjunto de informações que o provedor deve manter atualizadas de seus clientes.

A terceira emenda muda a redação do art. 4º, acrescentando a exigência da data da conexão, sugerindo também uma redação mais clara ao dispositivo, fazendo uma referência mais explícita ao art. 1º.

A quarta emenda, oferecida pelo Senador Althoff, incide sobre o art. 5º, tornando mais claras as condições em que o provedor poderá fornecer informações sigilosas sobre as conexões de seus clientes-usuários.

Cumpra considerar um vício de inconstitucionalidade existente no art. 6º, que prevê a regulamentação da lei pela Anatel no prazo de 60 dias. Regulamentações legais se dão no âmbito do Executivo, sem que se faculte ao legislador estabelecer prazos nem discriminar o órgão daquele poder responsável por esta ação. Daí por que o vício deve ser escoimado mediante a supressão do dispositivo.

Diante de tão importante iniciativa do ex-Senador Luiz Estevão e considerando a pertinência e propriedade dos aprimoramentos recebidos na forma das emendas apresentadas pelo Senador Geraldo Althoff, opino pela prosperidade da iniciativa, na forma do seguinte Substitutivo:

Art. 1º. Os provedores da internet manterão registradas todas as conexões realizadas por seus clientes e usuários pelo período mínimo de um ano.

Art. 2º. As empresas telefônicas somente poderão liberar linhas próprias para os provedores mediante prova de capacidade técnica para o cumprimento da finalidade prevista no art. 1º.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou apresentar uma emenda de redação, a ser apreciada no segundo turno de apreciação da matéria, excluindo a parte final deste art. 2º, “após cumpridas as exigências regulamentares uniformes a serem determinadas pela Anatel”.

Fomos procurados por funcionários da Anatel, que nos orientaram no sentido de eliminarmos, por meio de emenda de redação, esta parte do art. 2º, uma vez que não há necessidade, segundo a Anatel, dessa exigência. Então, concluiríamos o art. 2º, excluindo esta parte final “após cumpridas as exigências regulamentares uniformes a serem determinadas pela Anatel”.

Art. 3º. As provedoras manterão cadastro atualizado de seus clientes, contendo, pelo menos, sua identificação civil, inscrição no CPF ou no CNPJ e seu endereço.

Art. 4º. Nos registros referidos no art. 1º desta lei, constarão, além de outros dados, a data ou o horário de conexão e desconexão e, ainda, o endereço IP atribuído ao cliente usuário.

Art. 5º. As informações referentes às conexões realizadas por determinado cliente usuário, bem como o seu conteúdo, somente poderão ser fornecidas às autoridades mediante determinação judicial.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o substitutivo, Sr. Presidente, que recomendamos aos nobres Colegas Senadores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o substitutivo apresentado pelo Senador Álvaro Dias, que incorpora todas as emendas apresentadas pelo Senador Geraldo Althoff. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Aprovada a matéria, que constará da pauta da próxima reunião, em turno suplementar, caso haja algum Senador que queira apresentar emenda ao texto aprovado nesta reunião.

Passemos ao Item nº 2.

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000, que define e tipifica os delitos informáticos e dá outras providências.” Autor, Senador Renan Calheiros; Relator, Senador José Fogaça.

Com a palavra, o Relator, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000, que define e tipifica os delitos informáticos e dá outras providências”.

O projeto em análise, de autoria do Senador Renan Calheiros, seguindo tendência mundial, apresenta tipificação de delitos cometidos com o uso de computadores e a esses tipos atribui as respectivas penas. Classifica os crimes informáticos em 7 distintas naturezas: contra a inviolabilidade de dados e sua comunicação; contra a propriedade e o patrimônio; contra a honra e a vida privada; contra a vida e a integridade física das pessoas; contra o patrimônio fiscal; contra a moral pública e opção sexual; e contra a segurança nacional.

Na sua justificação, o autor salienta que a Organização das Nações Unidas já reconhece o problema que tal tipo de delito importa. Menciona ainda que Países como a Alemanha, a França e a Áustria já criaram leis específicas para enquadrar e coibir tais práticas delituosas, enquanto outros, como os Estados Unidos, a Argentina e a Espanha optaram, inclusive, por reformar os seus Códigos Penais. Acredita o autor que a tipificação desses delitos informáticos permitirá a reparação de danos previstos no Direito Civil, considerando que o princípio fundamental do Direito Penal considera não haver crime onde não haja lei que o defina anteriormente.

O projeto em pauta tramita em conjunto com o PLS nº 137 de 2000, por força do requerimento nº 466 do mesmo ano, de autoria do Senador Roberto Freire, posto que versam sobre matéria idêntica. Esse último, de autoria do Senador Leomar Quintanilha tem apenas um artigo, a saber:

Art. 1º- Os crimes cometidos contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade imaterial e intelectual, contra os costumes, bem como contra a criança e o adolescente com a utilização de meios, de tecnologias, de informação e telecomunicações terão, levando-se em conta a culpabilidade e as consequências do crime, as penas aumentadas até o triplo.

Tendo estado à disposição dos nobres Parlamentares no prazo regimental, a proposta em análise não recebeu emendas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de inquestionável oportunidade a proposta em exame, considerando que a tipificação do crime, conquanto possa ele ser enquadrado no Código Penal Brasileiro, fica a carcer de instrumentos legais para a dosimetria da culpabilidade e para o perfeito enquadramento do eventual dolo. O projeto do Senador Leomar Quintanilha atesta a pertinência do tema, ao apresentar proposta de igual teor, ainda que mais sucinto. Pelo fato de este último não ter abrangência e a precisão na tipificação dos delitos, que tem o projeto do Senador Renan Calheiros, contentando-se com o agravamento da pena,

resta ele integralmente englobado pelo primeiro. Considera-se, ademais, que todo o seu mérito fica coberto pela proposta ora analisada.

É bom ressaltar, Sr. Presidente, que já votamos no Congresso Nacional, aprovada nesta Comissão de Educação e na de Constituição e Justiça e de Redação, uma legislação referente ao comércio chamado virtual, eletrônico que, do ponto de vista do Direito Civil, aponta na mesma direção do projeto do Senador Renan Calheiros, que utilizou, por certo, todo o conhecimento da matéria que lhe valeu a experiência brilhante do seu desempenho como Ministro da Justiça do Brasil. Por certo, S. Exª daí recolheu os elementos para propor, ainda no ano passado, essa legislação que, a meu ver, é muito abrangente, porque abarca todas as possibilidades nesse cenário ainda tão desconhecido e tão inexplorado, que é o do mundo cibernético e virtual, e dá, sem dúvida nenhuma, a punição dosimetricamente correta, ou seja, dentro de um padrão que não é exagerado, mas também não é permissivo.

Fico extremamente satisfeito, Sr. Presidente, de poder dar à legislação brasileira um avanço tão significativo, como esse que traz o Senador Renan Calheiros com o seu projeto, por meio do meu voto e do meu parecer favorável ao PLS nº 176, de 2000 e, obviamente, acaba tendo de rejeitar o PLS nº 137, de 2000, que está englobado no projeto do Senador Renan Calheiros.

Portanto, o parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, a matéria, por ordem de prioridade de inscrição. Passo a palavra ao autor, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, em encontro dos Ministros da Justiça e dos Procuradores-Gerais dos Países que compõem a OEA em Lima, em 1999, dedicamos quase a totalidade da agenda à discussão desse novo delito que chama a atenção do mundo.

Sr. Presidente, o espaço cibernético é um espaço virtual cujos ilícitos se multiplicam, se reproduzem na velocidade das suas virtudes e dos atos lícitos.

Naquele momento, o Brasil era um dos poucos países do encontro que não tinham uma legislação específica. Daí a pressão enorme que nós recebemos, na oportunidade, para agilizar procedimentos para termos uma legislação de combate a esse crime, que é um crime moderno, transnacional e que, para ser combatido, precisa do esforço de todos os esta-

dos. Quando chegávamos ao Brasil, esse esforço, na prática, mostrava-se inútil, uma vez que não tínhamos uma legislação específica.

O projeto, como disse o brilhante Senador José Fogaça, que fez um fantástico parecer, tipifica 20 ilícitos penais, a partir de uma pesquisa que fizemos na legislação de mais ou menos 30 países que já aprovaram legislação específica para combater esse crime.

Sr. Presidente, a Internet é o maior canal de destruição de bens, serviços e informações em todo o mundo. O Brasil é o 13º país em número de usuários da Internet. Tem entre 12 e 15 milhões de usuários acessando, diariamente, a Internet, e são cada vez mais freqüentes as transações industriais, comerciais, financeiras e as trocas de informações.

O assunto, como disse anteriormente, é uma das maiores preocupações de todo o mundo. Há pelo menos – para se ter uma idéia do que isso significa – 2.400 sites na Internet com conteúdos terroristas e racistas. Mais de 90% deles são originários dos Estados Unidos, e muitos deles, Sr. Presidente, ensinam, dentre outras coisas, como fabricar uma bomba.

Hoje em dia, para haver um boicote, um ato terrorista, para se explodir por exemplo uma central energética, uma torre energética, uma central telefônica, não é mais preciso colocar uma bomba no local, basta que se tenha habilidade para manejar os instrumentos informáticos. De modo, Sr. Presidente, que essa legislação é inadiável.

No Brasil, em 1999 – todos os senhores devem se recordar –, uma quadrilha, utilizando os CPFs de pessoas físicas isentas do Imposto de Renda, conseguiu fraudar o Imposto de Renda e pedir a restituição para essas mesmas pessoas. O crime ocorreu no Rio Grande do Norte e no Ceará. O prejuízo, na época, foi de R\$1 milhão.

Em 2000 ainda, uma quadrilha especializada em crimes no computador roubou, de 50 correntistas do Banco Itaú, no Rio de Janeiro, a quantia de R\$900 mil.

Trinta por cento das empresas brasileiras foram alvo de ataques de hackers e tiveram prejuízos financeiros cujo cálculo não pode ser, evidentemente, dimensionado. Muitas nem sabem que foram vítimas desses crimes.

Sr. Presidente, o maior ataque de um vírus à rede mundial de computadores ocorreu em maio de 2000. O vírus saiu das Filipinas e contaminou 45 milhões de computadores em todo o mundo, causando um prejuízo estimado em US\$6,7 bilhões. O próprio Senado Federal foi atingido por esse vírus e ficou sem

serviço de correio eletrônico durante um dia inteiro. No mundo inteiro, são criados, em média, por dia, vinte novos tipos de vírus, que obviamente pretendem atrapalhar o correto funcionamento dos computadores.

O segundo maior ataque à rede de computadores também foi de um vírus, de nome Melissa, criado por um norte-americano, em dezembro de 1999. Ele foi condenado à prisão e a pagar uma indenização de US\$80 milhões pelos prejuízos causados.

Em fevereiro de 2000, um grupo de hackers conseguiu tirar do ar, por mais de três horas, a rede mundial CNN, o maior catálogo de endereços da Internet e a maior biblioteca virtual do Planeta, a Amazon. O ataque consistiu no bombardeio de mensagens para esses destinatários, sobrecarregando, sem dúvida, os sistemas e, conseqüentemente, retirando-os do ar.

Portanto, Sr. Presidente, queria agradecer a atenção desta Comissão e agradecer, mais uma vez, o Senador José Fogaça, que fez um oportuno parecer para que possamos avançar com esse projeto e, evidentemente, melhorá-lo.

Há pouco, conversei com o Senador Juvêncio, que pretende propor uma sugestão de redação, de modo a especificamente adaptá-lo à linguagem penal corrente no mundo hoje, mas é fundamental que possamos avançar com a tramitação desse projeto e, para isso, peço o apoio, o voto e o entusiasmo de todos, para que o Brasil não seja, pelo menos na América do Sul, e não continue a ser, o caso único de País que não tem uma legislação para coibir, combater e reprimir mesmo os crimes de computador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Por inscrição, com a palavra, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero louvar o autor do projeto e o relatório que foi feito, mas entendo que há essa necessidade. Os outros países estão-se cercandando de medidas legais para coibir os abusos e coibir outras práticas.

O autor do projeto, Senador Renan Calheiros, disse uma coisa certa. No ano passado, eu trouxe aqui um site que ensina como se envenena a água de uma cidade – o Senador Carlos Patrocínio é médico. Então, dizia-se que tinha que se detectar onde é jogado o lixo hospitalar, recolher todo o lixo que continhasse traços de sangue, depois, potencializá-lo com complexo B – vitamina que se compra na farmácia – para as bactérias pegarem boa resistência e jogá-lo na água da cidade. Então, se envenena a água de

uma cidade inteira. Depois ensinava, esse mesmo site, a se fazer uma bomba com NPK, que é um adubo agrícola que se compra em qualquer lugar, pólvora – tinha-se que comprar 40 quilos de foguete – e nitrato de prata, que também é uma substância que se compra em qualquer lugar, usada por fotógrafos, e ainda dizia o tipo de loja que a vende e a quantidade que se mistura. Faz-se, assim, uma bomba altamente potencializada. Isso está disponível a qualquer hora, a pessoa pega e está lá à disposição.

Entretanto, sendo economista e não sendo advogado, tenho um reparo a fazer, e talvez pudéssemos, com a emenda do autor, melhorar, se é essa a visão que tenho. Por exemplo, o §2º do art. 1º diz: “Contra a propriedade e o patrimônio – a retirada de informação privada contida em base de dados, alteração ou transferência de contas, detenção de um a dois anos e multa.” Agora, contra a honra privada, detenção só de seis meses. Olha, a honra vale muito mais do que o patrimônio. Todo mundo tem a sua honra; patrimônio nem todas as pessoas têm. Então, os que podem ser atingidos são aqueles que têm um alto patrimônio. Devemos defender primeiro a honra das pessoas. Então, penso que a penalidade para quem assaca contra a honra tem que ser maior do que a penalidade de quem assaca contra o patrimônio. Penso que devia, aqui, haver uma alteração, Sr. Presidente, se o Relator e o autor me permitirem: punir aqueles que assacam contra a honra, primeiro, e, depois, os que o fazem contra o patrimônio, porque a honra vem antes do patrimônio e é um bem que todos precisam defender. E aqueles que não têm patrimônio, coltados, não têm patrimônio a defender, mas honra todos a tem.

Ainda tenho uma outra colocação. Refiro-me à vida e a integridade física das pessoas. “Reclusão de um a seis anos e multa”. Contra a vida? Homicídio?

Vejam V. Ex^{as}: se uma pessoa matar aqui dentro ela pode pegar 30 anos de cadeia, segundo o Código brasileiro. Mas se ela acionar uma bomba aqui dentro, pela Internet, e matar a todos, ela pode pegar seis anos. Ou seja o crime está sendo abrandado, enquanto que deveria ser agravado.

Esta lei é uma beleza, porque incentiva o cometimento dos crimes!

Penso que poderíamos juntar o projeto do Senador Leomar Quintanilha a este e dobrar as penalidades de todos os outros. Assim como se está incentivando o crime pela Internet, pelo que eu entendo. Porque, se se cometer um crime a sangue frio, a pessoa pega 30 anos de prisão, mas se acionar, via Internet,

um dispositivo, matando várias pessoas – como escrito aqui –, o indivíduo pega somente seis anos.

Creio que esta matéria precisa ser melhor estudada. Já que esta matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – e lá estão os especialistas nesta área – penso que S. Ex^{as} poderão acertar melhor as penalidades. Tenho medo de que, no mérito do projeto, no lugar de acentuar as penas, na verdade, S. Ex^{as} acabem por diminuí-las.

Quanto a esta questão do patrimônio e da honra, creio que primeiro é a honra; depois o patrimônio.

O SR. RENAN CALHEIROS – Gostaria de dar um aparte, mesmo sem ouvir o Relator, Senador José Fogaça. Quero, de pronto, dizer que concordo inteiramente com as alterações. Poderíamos fazê-las agora, se fosse o caso, ou deixar que sejam feitas – se o Relator entender dessa forma – na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fiz questão de deixar claro, em todos os momentos, que procuramos – V. EX^a colocou isso com muita propriedade –, exatamente para crimes semelhantes, penas semelhantes. Evidentemente existem essas duas falhas, às quais precisamos, podem e devem ser resolvidas. Se o Relator entender dessa forma, resolveremo-las já. Se o Relator entender de outra maneira, poderemos aguardar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Seja qual for o caminho, não tenho nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem a palavra o Relator, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, como sempre são bastante judiciosas as observações do Senador Gerson Camata. Mas eu preferiria, Sr. Presidente, aqui, analisar apenas este mérito global do projeto e deixar que a questão mais técnica seja discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por isso, não entrei nesse nível de detalhamento.

Mas quero, desde logo, alertar que, por exemplo, aqui, não há, na verdade, prática de crimes contra a vida diretamente. O que há são possibilidades de pessoas especializadas se utilizarem desse conhecimento para, por meio dele, propiciar que terceiros pratiquem crimes – e, aí, sim – contra a vida. É a produção intelectual do detentor do conhecimento de informática que pode ser criminosa na medida em que propicia a ativação de artefatos destruidores da vida. É o caso do sujeito que coloca um site na Internet ensinando a fazer bomba.

Diz o artigo 4º:

Art. 4º. Caso seja praticado qualquer um dos crimes tipificados nesta lei como meio de realização ou

facilitação de outro crime, fica caracterizada a circunstância agravante qualificadora.

Então, se o sujeito produz um tipo de mecanismo de informática, um sistema de computador que dá margem à utilização para a prática de um crime de homicídio, de terrorismo, por exemplo, aumenta-se a pena de um terço até a metade. Portanto, de seis anos, pode passar tranquilamente para nove anos, apenas para quem produziu o conhecimento. Ou seja, para quem produziu a matéria de nível intelectual, não o executor do ato criminoso que leva à perda da vida.

O SR. GERSON CAMATA – Acredito – e novamente digo que sou um economista e não um advogado – que, por exemplo, no caso da energia atômica, ao se explodir uma bomba em Hiroshima, não se pode condenar o Einstein, que foi o autor da Teoria da Relatividade. Mas se ela produz energia elétrica, que aquece, que produz progressos, também não pode premiar o Einstein, que foi o autor da Teoria da Relatividade. Penso que, no caso, a tecnologia criada foi boa, ou seja, não foi criada para fazer mal. Tem-se que punir, então, aquele que usou a tecnologia para um homicídio um dano moral.

Cito um caso concreto: V. Ex^a se recorda do serviço secreto de Israel que entregou um telefone para um líder do Hamas, um guerrilheiro. Quando ele acionou o telefone, ele explodiu e arrancou a cabeça dele. Ou seja, uma tecnologia de informática, de transmissão de dados, foi usada para um ato criminoso.

E esse agente? Vai pegar só dois anos, seis anos? Ele deveria pegar 30 anos, pois matou uma pessoa usando a tecnologia de informática.

Penso, portanto, que temos que atingir quem usou a tecnologia para um fim que não aquele para o qual a tecnologia foi criada. Quem produziu a tecnologia, talvez a tenha produzido para que no lugar da bomba houvesse uma mensagem sonora. Não é inventor de celular.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Veja bem, Senador Gerson Camata, aqui há um vínculo de caráter volitivo, ou seja, o autor tem que estar vinculado ao ato criminoso.

O SR. GERSON CAMATA – Então tem que estar escrito.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Está escrito: “A elaboração de um sistema de computador vinculado a equipamento mecânico, constituindo-se em artefato explosivo.”

Então, apenas quem produz o artefato intelectual, o sistema intelectualmente pode não ser o executor do ato criminoso.

O SR. GERSON CAMATA – Ele é co-autor do homicídio e só vai pegar seis anos. No Código Penal ele pega 30 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS – Mas pode ser agravado pelo próprio projeto.

O SR. GERSON CAMATA – Mas ele é co-autor. Se ele contribuiu, ele é co-autor.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Mas além disso, vai responder também pelo crime de homicídio. Nenhum juiz vai qualificar esse crime apenas como um crime de computador.

O sujeito utiliza-se de um artefato de computador, onde um dos ingredientes é um sistema de caráter informático, onde há elementos de informática ali incluídos. O que há, na verdade, são dois crimes: um crime contra a lei penal da informática e um crime tipificado no Código Penal. O que ele pega, então, são 39 anos.

O SR. GERSON CAMATA – V. Ex^a chega exatamente aonde eu queria chegar. Quer dizer, há o Código Penal e, sobre o Código Penal, mais essas penas. Aí concordo com V. Ex^a. Mas isso não está escrito aqui.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Isso não derroga toda a caracterização...

O SR. GERSON CAMATA – Além das penas previstas no Código Penal, ou no Código de Processo Civil, ainda se acrescentam essas outras penas.

Nesse ponto concordo com V. Ex^a. Está correto e nem precisava fazer emenda. Só há o problema da honra e do patrimônio, que penso ser necessário agravar a pena da honra e manter, se for o caso, a pena do patrimônio, porque a honra é sempre mais importante do que o patrimônio.

O SR. RENAN CALHEIROS – Senador Gerson Camata, alguns países tipificaram o crime no próprio Código Penal. E era o que pretendíamos fazer no Brasil, uma vez que estávamos elaborando o projeto de reforma. Na minha época foi mandado para o Palácio do Planalto e, depois, devolvido para o Ministério da Justiça. Como isso não foi possível, optamos pelo caminho de fazer uma legislação específica, como fez a Argentina, os Estados Unidos – só para citar dois exemplos – e isso nos possibilita aquilo que o Senador José Fogaça colocou, que é a compatibilização do homicídio com o agravante e com o que significa, do ponto de vista da pena, a tipificação desse novo delito.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Não tenho nenhuma dúvida disso, Sr. Presidente. Agora, caso essa dúvida possa ser alegada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lá devemos fazer as correções.

Não são improcedentes as observações do Senador Gerson Camata. Apenas para concluir, uma observação que não é de forma nenhuma comprometedora de uma posição, mas apenas a expressão de uma opinião. Os crimes contra a honra são graves e a vida privada também, considero que eles talvez sejam mais graves do que os crimes contra a propriedade e patrimônio, sem dúvida nenhuma, mas ocorrem com grande liberalidade e facilidade. Ou seja, há um número sem fim de casos de prática de delito por injúria dentro da Internet.

No meu modo de ver, Sr. Presidente, torna-se muito mais fácil ao juiz aplicar a pena de menor dose punitiva do que a de maior dose punitiva. Ou seja, se V. Ex^a deseja punir mais quem pratica crimes contra a honra, diminua a pena, não a aumente, porque quando a pena é muito elevada, nos casos de injúria principalmente, que simplesmente é uma agressão verbal contra alguém, não é mais do que isso, V. Ex^a não deve aplicar penas muito elevadas porque os juízes não julgarão contra o réu. Muitas vezes, nesses casos, há até uma grande dificuldade de se ver pessoas que são réus em ações penais desse tipo serem condenadas. Então, tecnicamente é melhor que sejam penas de pequena dose punitiva e de elevado valor econômico. É essa a tendência mundial. Essa é apenas uma observação que faço aqui e não quero entrar no mérito, que poderá ser discutido e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania poderá ouvir o Senador Gerson Camata por mais tempo e com mais detalhes.

O SR. GERSON CAMATA – V. Ex^a nesse ponto tem razão. V. Ex^a se recorda quando votamos a Lei Caó, do Senador do Rio de Janeiro, Eptácio Caó, a Lei Anti-racista. Ele colocou penas tão elevadas que, no dia da discussão, ainda mencionei que os juízes não aplicariam, porque se eu chamar o judeu de sovieta pegaria 6 anos de cadeia, sem direito a qualquer benefício. Até hoje no Brasil ninguém foi condenado pela Lei Caó, porque a pena é elevada demais.

Quanto à legislação do Ibama, é considerado menos grave atropelar uma pessoa do que V. Ex^a atropelar um papagaio já que é o delito é considerado inafiançável. Nesse aspecto V. Ex^a tem toda a razão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Foram importantes e sérias as observações do Senador Gerson Camata e é claro que essa questão de dosagem de penas é

sempre discutível. Hoje, inclusive, discute-se a chamada transação penal, ou seja, a possibilidade do juiz substituir as penas de privação de liberdade por outras penas de prestação de serviço à comunidade. Então, essa é uma questão que realmente teria que ser feita no âmbito de uma comissão mais específica e técnica, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Antes de passar a palavra para o Senador Juvêncio da Fonseca, gostaria de fazer uma observação.

Ao que parece, existe um conflito de interpretação com relação a esse projeto entre a utilização dos meios de informática com relação ao atingimento de determinados fins e a sua prática, que talvez pudesse ser resolvido em uma melhor redação do art. 1º, como vou expor: Constitui crime de uso indevido de informática a formulação intelectual e/ou elaboração desses temas, caracterizados segundo os parágrafos abaixo.

Quero deixar bem claro que é a formulação intelectual e a elaboração de sistemas de informática, e não a prática do crime em si de explosivos, ou do crime contra pessoa, etc.

Fica essa observação, mas, de qualquer forma, como a manifestação desta Comissão não é terminativa e essa matéria deverá passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, deveríamos aprová-la, no mérito, e as emendas poderiam ser feitas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, posteriormente, aos Senadores Francelino Pereira e Arlindo Porto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o projeto é muito oportuno, importante e inteligente, da lavra do eminente Senador Renan Calheiros, sempre adiantado no tempo, procurando dar a melhor contribuição da sua inteligência e da sua experiência para o Senado Federal e para o Brasil.

O relatório do Senador José Fogaça também é precioso.

Como um modesto professor de Direito Penal e um advogado criminalista por algum tempo, tendo feito vários júris, como advogado, gostaria de dar algumas contribuições. Primeiro, a tal da figura tipo, tipificar o delito, a figura tipo é a descrição fática do ato criminoso. Por exemplo, o homicídio não é mandar matar alguém, se você matar alguém, não é assim. Matar alguém. Geralmente, a redação é construída no infinitivo. O furto, por exemplo, é subtrair para si ou para

outrem coisa alheia móvel. Subtrair, sempre no infinitivo. Matar alguém. Você constrói a figura tipo nessa descrição da redação que você dá ao artigo.

Esse princípio é fundamental no Direito Penal. Aqui estamos tratando de Direito Penal, não é outra coisa não. Foi essa elaboração de mais de 200 anos do Direito Penal que chegou a essa figura tipo de importância fundamental para aplicação da lei penal.

Portanto, gostaria de pedir vista do projeto por esse motivo, para que possamos adequar em um melhor tecnicismo jurídico todas essas figuras tipo que estão aqui. Não gostaria que fosse apenas a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a elaborar isso. Somos responsáveis também por uma lei limpa, bonita, tecnicamente bem-feita e acho que temos responsabilidade nesse sentido, de chegar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um projeto tecnicamente bem-feito.

Também gostaria de complementar, dizendo que o art. 1º, como foi dito pelo Senador Gerson Camata, está escrito da seguinte maneira: constitui crime de uso indevido da informática. O Código Penal diz assim: dos crimes contra a vida, dos crimes contra a honra, dos crimes contra o patrimônio. Aqui deveria ser dos crimes contra o uso da informática ou outro texto mais tecnicamente aproximado na redação.

Esse “dos crimes” não é artigo, é uma seção. E se passaria a construir o texto da lei já colocando as figura tipo. Por exemplo, a destruição de dados ou sistema de computação, inclusive sua inutilização. A descrição seria: destruir dados ou sistema de computação. Esse inclusive sua inutilização, tem que ter uma construção melhor porque a figura tipo tem que ser um fato só, não podem ter dois fatos. Ou então dizer assim: destruir ou inutilizar dados ou sistema de computação.

Dentro desse enfoque técnico, gostaria de pedir vista do projeto para que eu pudesse dar minha contribuição no que diz respeito à redação mais técnica do projeto. Ele é perfeitamente consistente, muito importante, mas também tem suas contradições com a lei penal. Pelo art. 4º, não é apenas a produção da matéria que é o crime. De forma nenhuma. Aqui já está definindo o homicídio como crime: “o uso de mecanismo da informática para ativação de artefatos explosivos, causando danos, lesões ou homicídios”. Então, já está tipificando um crime, e olha a complexidade desse crime: é lesão corporal, é dano, é homicídio. Não pode usar uma figura-tipo para se ter a diversidade de crime. Ou é homicídio ou não é. Tem que ter uma redação que diga...

O SR. CASILDO MALDANER – Não concordo.

O SR. RENAN CALHEIROS – Eu queria pedir um aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Eu gostaria de explicar um pouquinho melhor esta minha idéia, porque matar alguém já é uma figura-tipo. Se eu usar o mecanismo explosivo da informática, também estarei matando, será homicídio. Se eu tiver usado o mecanismo da informática para matar, terei cometido homicídio por meio desse sistema. Provada a autoria, terei cometido o crime. Quem, por qualquer meio, comete o delito se enquadra nas penas a ele cominadas.

O SR. CASILDO MALDANER – Permite-me um aparte, Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Deixe-me só completar este raciocínio, que é importante.

O homicídio pode ser praticado com faca, com revólver ou com o uso do computador, os quais são instrumentos do delito.

Outra coisa é criar na informática esse instrumento, sem ainda ter sido usado, colocar à disposição para terceiro usar esse instrumento para matar alguém. Criar, produzir esse instrumento na informática para que alguém use é outra coisa. Não se está matando, está-se produzindo o instrumento. É como aquele que faz uma faca ou um revólver. Faço uma faca ou um revólver, industrializo-os, e alguém os compra e mata outra pessoa. Agora, porque produzi a faca não sou responsável pelo homicídio. Aqui, a grande preocupação seria colocar, realmente, no sistema um instrumento que possa servir para explodir alguém na sua casa.

O SR. CASILDO MALDANER – Permite-me um aparte, Senador?

Parece-me que não estamos chegando a uma conclusão. Primeiro, a idéia do Senador Renan Calheiros, relatada pelo Senador Fogaça – devemos lembrar que a informática ainda é jovem no mundo, no Brasil –, é fazer com que os que criam esses mecanismos que podem prejudicar a sociedade em vários sentidos – por exemplo, algo que possa ir contra a honra ou levar uma pessoa à morte, como a fabricação de bombas ou coisa que o valha; isso, em função também das preocupações do Senador Gerson Camata –, é tentar enquadrar os que usam isso, os responsáveis por isso, oferecendo para que outras pessoas possam utilizar-se disso. Agora, se terceiros se utilizarem desses conhecimentos, deverão ser enquadrados. Quanto aos que se utilizarem desses meios, desses conhecimentos, parece-me, Senador Ju-

vêncio, que eles podem ser remetidos ao Código Penal, que já existe hoje. Se se utilizarem desses conhecimentos e praticarem o crime, ou envenenando a água, ou tirando a vida de alguém, ou cometendo algo contra a honra, já há, no Código Penal, a tipificação disso. Será que não é possível remetermos-nos ao Código Penal já existente para tipificarmos e enquadrarmos o responsável por usar esses conhecimentos, o que se encontra à disposição na informática? E aquele que os produziu também vai sofrer as consequências. Mas quem executar, quem usar desses conhecimentos, desses meios... Por exemplo, quem usou a bomba – que existe, foi fabricada – contra Hiroshima tem que ser enquadrado. E, para o crime do enquadramento por ter usado a bomba, existe tipificação no Código Penal. Quem usar desse instrumento, que já existe e está à disposição, será enquadrado. O Código Penal existe aí para tipificar.

Não sei se teríamos que fazer isso nesta proposta agora, mas, remetendo-nos ao Código Penal, encontraríamos a solução e talvez estivéssemos ajudando o Senador Juvêncio na preocupação que tem.

O SR. (aparteante não identificado) – Sr. Presidente, eu peço a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Ainda estou com a palavra.

Eu gostaria, ainda, de fazer algumas colocações. O Código Penal já contempla o que é crime de dano...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Mas V. Ex^a vai manter a vista?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Mantenho a vista. Só estou querendo discutir um pouco, para justificar o pedido de vista, porque, sem justificativa, não seria bom.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Porque esta não é a comissão técnica específica para esta discussão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Penso que sim. Quando elaboramos em nosso gabinete o projeto, temos que trazê-lo tecnicamente bom, e a Comissão pode aperfeiçoá-lo tecnicamente.

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, o Senado Federal, o Estado, mais uma vez, está correndo atrás do crime e, desta vez, com uma lentidão muito maior, porque todos os países do mundo já têm

a sua específica legislação, que, inclusive, serviu de base para essa que sugerimos num projeto de lei.

Darei um claro exemplo operacional: quando Ministro da Justiça, combatemos a pedofilia, aquele crime terrível que expõe cenas de crianças de três, quatro, cinco, seis meses de idade, dois anos de idade praticando ato sexual com maiores de idade. Precisávamos combater isso, mas não tínhamos legislação para tal. Tínhamos que nos valer do Estatuto da Criança e do Adolescente, que atribui para isso uma pena de quatro anos de detenção. Nós precisamos sair dessa situação.

Este projeto não é terminativo nesta Comissão, mas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Com todo o respeito que tenho pelo Senador Juvêncio da Fonseca, atrasaremos a tramitação do projeto se formos discutir aqui o seu tecnicismo penal, se a pena é cumulativa, se é um crime específico, ou, como disse, que isso deveria constar do próprio Código Penal Brasileiro, que, sendo de 1940, não tipifica a grande quantidade dos crimes com os quais se debate a sociedade atualmente. E não podemos deixar isso sempre para amanhã.

Um pedido de vista, é óbvio, tem toda a sustentação. Mas o ideal seria discutirmos isso no foro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lá, sim, o projeto é terminativo. Ali colocaremos, do ponto de vista conceitual, o que cada um pensa, confrontaremos as idéias e aprimoraremos o projeto. O projeto é apenas uma idéia. Sair daqui desta Comissão de Educação seria, na verdade, o primeiro grande passo que poderíamos dar.

Sr. Presidente, a situação é vergonhosa. Não quero citar outros países do mundo, mas, entre os da América do Sul, apenas o Brasil não tem essa legislação. Isso pode delongar ainda mais, em benefício de uma nova geração de pessoas que, em função de essa prática não ser tipificada como crime – como acontece em praticamente todos os países do mundo –, continuam a fazer essas coisas que apavoram a população brasileira, sobretudo os usuários da Internet.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O Senador Juvêncio da Fonseca mantém o pedido de vista?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, mantenho, porque eu não poderia aprovar o projeto como está, sem o tecnicismo jurídico adequado. Como advogado e professor de Direito Penal, quero dar minha contribuição. E não vejo por que, daqui para a semana que vem, haja postergação do projeto.

Vamos fazer com que ele chegue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania talvez até mais aperfeiçoado. Se minha emenda, meu substitutivo ou o que seja não for adequado, se não tiver a aceitação necessária, não há problema nenhum; mas não posso deixar de dar minha contribuição nesta Comissão, já que não faço parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E gostaria de apresentar minha contribuição, porque a considero valiosa e tenho a obrigação de fazê-lo.

Se eu não tivesse a obrigação de fazê-lo, eu poderia dispensar o pedido de vista. Contudo, como o projeto é inteirinho defeituoso nessa questão técnica, preciso dar a minha contribuição, contribuição que o nosso querido Senador Renan Calheiros está dando com o produto de sua inteligência e que me permite também uma oportunidade de eu fazer com que esse projeto tenha uma melhoria, apenas na redação, antes da ida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedida a vista ao Senador Juvêncio da Fonseca, passemos, então, ao Item nº 3 da pauta.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, quero fazer apenas um registro como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, supor que também não tínhamos em vista algumas modificações de redação é uma ingenuidade. Não as fiz porque eu queria a celeridade dessa votação.

Houve mudança de critério por parte da Mesa do Senado Federal, que deveria ter enviado este projeto inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que os defeitos técnicos fossem corrigidos, e aqui chegasse apenas o mérito. Ocorreu o inverso. O projeto veio primeiramente para cá e, obviamente, como sou membro das duas Comissões, diante da minha posição aqui na Comissão de Educação, apreciei apenas o mérito. Não entrei na questão técnica. Isso está claro no parecer. E, ao entrar apenas no mérito e não na questão técnica, ficou sendo óbvio para mim que todas as questões técnicas têm que ser vistas e analisadas lá.

Agora, se a Comissão de Educação também quer fazer o papel da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tudo bem. É um direito de cada Senador. Eu posso, por exemplo, também na Comissão de Assuntos Econômicos, exigir qualificação técnica precisa e perfeita para todos os projetos, uma vez que também tenho formação jurídica. É um direito que os

Senadores têm. O pedido de vista também é incontestável. Mas quero dizer que aqui há uma mudança de orientação que altera bastante a natureza de cada uma das Comissões.

O Senador Juvêncio tem todo o direito de fazer a sua proposição. A Comissão depois decidirá em cima disso.

Quero dizer claramente que a minha intenção foi apenas referir-me ao mérito e não à tecnicidade ou à constitucionalidade, como atestam os quatrocentos ou quinhentos projetos que já relatei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nesses dezesseis anos de mandato. Supor que eu não faria essas observações técnicas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, desculpem-me, mas isso até me ofende.

De qualquer maneira, eu respeito a vontade do Senador Juvêncio; ou seja, ele quer dar a sua contribuição aqui, antecipadamente, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não faça a correção técnica dos projetos. Esse é um direito que ele tem. Não vou contrariá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, pela ordem.

Talvez seja o caso, à luz do Regimento...

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Quero só lembrar que houve, de parte de setores do Governo, pedido para alteração. Para isso, retirei de pauta essa matéria quando ela foi votada, no início do ano. Depois a Comissão adequada e os próprios representantes do Governo, principalmente os da área de segurança, preferiram lá fazerem as emendas. Essa questão já foi analisada antes. Todos concordaram que a destinação final da matéria – lá ele tem caráter terminativo – seria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas isso não tira o direito de cada Senador ter a sua posição pessoal, particular. Esse é um direito de cada um.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, quero fazer outra sugestão. Evidentemente teríamos que discuti-la à luz do próprio Regimento do Senado Federal. Essa comissão sem atribuição não estaria obrigada a adentrar o tecnicismo jurídico, pois essa obrigação regimental é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Para atender ao Senador Juvêncio, nós poderíamos fazer uma reunião conjunta. Dessa forma reuniríamos a Comissão de Educação, que trataria especificamente das suas atribuições, e ouviríamos também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que trataria tam-

bém das suas atribuições. Essa seria uma maneira de o Senador Juvêncio colaborar com o aprimoramento do projeto. Acho terrível o precedente é terrível, qual seja, o de discutirmos técnica jurídica na Comissão de Educação. Seja qual for o encaminhamento, esse precedente não é bom para o Senado. Nós já estamos com dificuldade de produtividade. As comissões precisam produzir. Está faltando matéria no plenário do Senado Federal, porque muitas delas não estão acabadas para votação, em função da dificuldade que estamos tendo de deliberar nas comissões técnicas.

Se nós entendermos que podemos discutir tecnicismo na Comissão de Educação, o projeto está aberto. É óbvio o que o Fogaça disse aqui; ou seja, ele seguiu a tendência que todos os países do mundo seguiram. Fizemos uma pesquisa na legislação específica aprovada de quase trinta países do mundo. Participei de um encontro em Lima, em 1999. O Brasil foi pressionado nessa ocasião, porque era o único país presente que não tinha uma legislação a respeito. Se pudermos esperar tanto, vamos esperar, mas sabendo que estamos de alguma forma ou de outra colaborando para que esses crimes proliferem no Brasil. Esse é um crime transnacional. Muitas vezes estamos investigando esse crime, moderno e transnacional, de outro país, quando chegamos ao Brasil, verificamos que aqui não há legislação a respeito, aqui isso não é crime. Tudo que se fez até então do ponto de vista da própria investigação deixa de existir. É como se um usuário brasileiro fizesse um saque, pelo computador, num banco americano. Lá isso é crime e aqui não e vai continuar assim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Eu queria dizer que a proposta do Senador Renan Calheiros é pertinente. Considero um direito do Senador Juvêncio o pedido de vista, de que realizássemos para esse projeto uma sessão conjunta da Comissão de Educação e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde o Senador Juvêncio da Fonseca poderia apresentar as suas emendas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, gostaria de dizer algumas palavras, porque dá a impressão de que estou cometendo uma heresia terrível nesta Comissão, pedindo vista para fazer um substitutivo de emenda de redação. Sinceramente, não estou compreendendo essa situação toda, porque o projeto entrou, foi despachado em março passado, quando mandou à Comissão de Educação e depois à de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Desde março estamos discutindo. Que pressa é essa? Não posso fazer em uma semana o meu substitutivo que tenho o direito de fazer? Essas ques-

tões não estão bem postas. Tenho que exercer esse direito porque sou Senador, posso perfeitamente fazer uma emenda de redação em qualquer Comissão. Não estou decidindo aqui se ela é constitucional, jurídica ou não. Estou dizendo que a redação não está perfeita, não está boa. Preciso fazer uma emenda de redação, que, em qualquer Comissão, é feita. Não estou compreendendo por que essa dificuldade de entender as razões de eu querer fazer um substitutivo para aperfeiçoar tecnicamente o projeto com uma emenda de redação, porque, se eu fosse fazer uma emenda de mérito, faria em quase tudo, porque, na verdade, o art. 4º, por exemplo, é uma heresia, se eu fosse analisar tecnicamente, mas não quero entrar no mérito.

É o seguinte, Senador Renan Calheiros: “Caso seja praticado qualquer um dos crimes tipificados nesta lei como meio de realização ou facilitação de outro crime, fica caracterizada a circunstância agravante qualificadora, aumentando-se a pena de 1/3 até a metade.” Ora, se uso a informática para matar alguém e a pena é de 6 anos e, lá no Código Penal, se eu usar uma faca, a pena é de 6 a 20 ou de 12 a 30, aqui, de 6 anos vou ter aumentada só de 1/3 à metade. Isso é um absurdo, não existe. A assessoria de V. Exª, quando fez isso aqui, não estava percebendo que o Direito Penal é outro.

O SR. RENAN CALHEIROS – O Senador Juvêncio não está partindo do pressuposto, infelizmente, de que essa lei é uma lei especial, é cumulativa com o próprio Código Penal, que ele tanto defende, que é de 1940 e está completamente defasado, não exprime hoje o que há de mais moderno do ponto de vista da legislação do mundo.

Não sou especialista. É a maior heresia eu estar discutindo com V. Exª, que é um profundo conhecedor. Não sou jurista, nunca, fiz questão de dizer isso publicamente, exerci o Ministério da Justiça, fiz questão de dizer que estava exercendo o Ministério, mas não era jurista, não entraria no tecnicismo, não iria levar a questão para esse lado, que iria exercer o Ministério do ponto de vista do País, colaborar com o aprimoramento de suas atribuições. Não é essa a discussão. O que estou dizendo não é que V. Exª não possa eventualmente colaborar com o aprimoramento do projeto; mas que esta Comissão não é o foro adequado. Estamos rasgando o Regimento do Senado Federal, quando todos sabemos que o projeto precisa ser aprimorado. O mundo todo já fez essa legislação. Precisamos partir desse exemplo. Como o Senador Fogaça disse, essa é uma tendência que o mundo todo seguiu, o Brasil pode recusar-se a segui-la, não tem

problema nenhum. Concorde. Quando o Senador Camata fez a ponderação de que se deveria mudar, eu disse que concordaria inteiramente, que deveríamos aprimorar no que fosse possível.

Agora, Sr. Presidente, vamos abrir um precedente. É isso que precisa, mais uma vez, ficar claro. Inclusive, retiro, para que possamos, com relação ao precedente, ter duas instâncias de discussão, retiro a proposta que fiz de uma sessão conjunta. Vamos discutir o tecnicamente, do ponto de vista das atribuições da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois vamos repetir a discussão na Comissão. Se não há pressa, vamos delongar o quanto pudermos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Meu amigo Renan Calheiros, o que quero é a emenda de redação; não é a de mérito. Não vou interferir em mérito nenhum do seu projeto. O que não posso, como advogado, é deixar que vá à frente e aprovar um projeto que não tem um cuidado de redação. Quero ter esse cuidado de redação, se V. Ex^{as} me permitirem. Esse cuidado de redação é importante. Não vamos trazer artigos que não correspondem à realidade técnica de uma construção de uma figura típica no Direito Penal. Posso fazer isso. Não vejo por que o Regimento Interno não possa permitir que eu faça isso. Emenda de redação toda e qualquer comissão pode fazer no sentido de aperfeiçoar o projeto. Se o Regimento me proíbe, desisto do pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Não, o pedido de vistas é incontestável, como disse o Senador Fogaça.

O que quero dizer é que o pedido de vistas não é incompatível com uma sessão conjunta. Uma sessão conjunta pode ser requerida pelo Relator através de requerimento. Se o Relator quiser, pode formular o requerimento pedindo reunião conjunta: Comissão de Educação e Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Não vou fazer esse requerimento, peço apenas a V. Ex^a o direito de dizer o seguinte: eu não optei por fazer essas emendas de redação, essa melhoria técnica do projeto, não por minha causa, Sr. Presidente, nem por causa do Senador Juvêncio, nem por causa do Senador Renan, porque eu não queria impor aos demais Senadores da Comissão uma discussão, para os quais, possivelmente, muitos deles não estejam aqui nesta Comissão dispostos a fazer.

Então, por que aqui na Comissão de Educação não se impõe uma discussão técnico-jurídica? Por-

que não é essa a natureza da Comissão, não é para isso que vêm aqui os demais Senadores.

Agora, se os demais Senadores – e eles agora serão obrigados, porque haverá as emendas –, sejam eles da área ou não, todos entrarão nessa discussão. Evidentemente que isso não causa mal a ninguém, não prejudica ninguém, mas vamos reconhecer que o fórum adequado coletivamente para essa discussão não é a Comissão de Educação.

Eu estou apenas justificando por que não apresentei as emendas. E quero dizer que tive a oportunidade para isso – até essa matéria já foi sobrestada a pedido de representantes do Governo, que queriam também fazer as suas emendas – e depois, em discussão fora, chegou-se à conclusão de que emendas eram necessárias, sim, e eu concordava com elas, mas que fossem feitas no adequado fórum técnico, que é a Comissão de Constituição e Justiça.

Eu estou apenas registrando isso muito mais explicar por que não apresentei as emendas técnicas do que propriamente para impedir que outro as faça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Bem, o pedido de vistas já foi concedido. Portanto, a discussão da matéria fica prejudicada.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, estou chegando agora. Confesso a V. Ex^a, com humildade, que eu não conheço essa matéria. Eu não tinha conhecimento dessa matéria. Eu sou um homem atento e responsável e quero, mais uma vez, demonstrar que tenho humildade e responsabilidade.

Eu não tenho condições de votar, no mérito, esse projeto. Se for para votar no mérito – não gosto de abstenção –, eu prefiro me retirar e vou-me preparar para trabalhar na Comissão de Constituição e Justiça. Eu não quero aprovar o projeto apenas pelo mérito invencível do autor e do relator do projeto, duas personalidades respeitadas nesta Casa.

Mas o pedido de vistas se solta, o pedido de vistas é legítimo. A matéria pode ser resolvida imediatamente. No entanto, é uma matéria importante, e cada Senador só pode votar conhecendo-a profundamente; caso contrário, está cometendo um ato de irresponsabilidade perante a própria consciência.

Respeito, admiro e aplaudo a todo o momento o Presidente, o relator e o autor do projeto, mas a vista é inevitável. Peço vista também, acompanhando o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – É caso de vista coletiva.

O SR. ARLINDO PORTO – Pela ordem, Sr. Presidente. Como eu estava inscrito, eu gostaria de fazer dois comentários, que espero sejam rápidos.

Participamos, há alguns minutos, da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde destacamos a importância do debate – esse debate que está acontecendo aqui.

Um colega Senador apresentava um parecer contrário, e argumentos de um outro Senador fizeram com que ele mudasse seu parecer e seu voto em pleno período de discussão e aprovação.

Quero trazer exatamente aqui, para a Comissão. Penso que é importante, às vezes, demorando um pouco mais do que cada um gostaria, com a preocupação do Presidente em cumprir a nossa pauta... E vejo aqui, não obstante serem bem divergentes as posições do autor e do relator em relação ao Senador Juvêncio da Fonseca, os dois têm razão. Entendo que a preocupação do relator concentrou-se naquilo que iria fazer nesta Comissão, com a responsabilidade e preocupação que tem como membro da CCJC, que lá poderia, como contribuiu várias vezes como membro da CCJC, fazer a questão mais jurídica, dando as características, missão daquela comissão.

Mas o Senador Juvêncio da Fonseca, como não é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não sendo nem suplente, penso que, a essa altura, coloca S. Ex^a, com um sentimento de responsabilidade de professor e homem ligado ao direito, de querer contribuir. Tenho certeza de que o autor e o relator, entendendo esse novo momento, essa nova fase, sem perder o conteúdo do nosso Regimento, mas quero aqui destacar a importância de estarmos debatendo o assunto. O assunto é novo, importante.

Espero que, regimentalmente, o Senador Juvêncio da Fonseca apresente o mais rápido possível o seu substitutivo, a sua emenda de redação, ou que devolva, se assim entender, sem nenhuma modificação, para que possamos discuti-la com mais profundidade, naturalmente ouvindo aqueles que têm formação jurídica. Não sou advogado, por isso fico muito à vontade de poder, às vezes, entender que o pedido de vista também neste momento é importante.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – A matéria será colocada em pauta na próxima terça-feira. Foi concedida vista coletiva por cinco dias.

Item nº 3. Relatório do Tribunal de Contas da União que trata da auditoria operacional realizada no Programa Nacional de Alimentação Escolar, no Estado de Santa Catarina, sendo relator o Senador Casildo Maldaner, a quem passamos a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente e nobres colegas, trata-se de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas de matéria sobre o problema de alimentação escolar. O Tribunal remete para esta Casa os autos. As suas conclusões envolvem o Conselho Estadual de Educação também.

Mas não há nenhum óbice a esse relatório realizado. É a conclusão desta matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, coloco em votação o parecer do Senador Casildo Maldaner.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2001, aprova o ato que autoriza a Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de São Jorge do Ivaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Jorge do Ivaí, no Estado do Paraná.

Passamos a palavra ao relator da matéria, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Srs Senadores, a Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de São Jorge do Ivaí cumpriu todas as exigências legais, habilitando-se, portanto, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Jorge do Ivaí, no Estado do Paraná.

O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, coloco em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Uraí, no Estado do Paraná.

Passamos a palavra ao relator da matéria, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, da mesma forma, a exemplo do que ocorreu com o projeto anterior, a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí cumpriu todas as exigências legais e formalidades para executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Uraí, no Estado do Paraná.

Por esse motivo, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2001, aprova o ato que autoriza a rádio comunitária Madalena FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Maria Madalena, no Estado do Rio de Janeiro.

Passamos a palavra ao Senador Nilo Teixeira Campos, Relator da matéria.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, cabe-me a honra de relatar o projeto que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Madalena FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria Madalena no Estado do Rio de Janeiro. O processo atendeu toda a parte regulamentar, passando pelo Ministério das Comunicações, todas as documentações foram apresentadas. E agora chega a vez de o Senado apreciar. Santa Maria Madalena é um pequeno Município da região centro-norte do Estado do Rio de Janeiro e tem cerca de 12 mil habitantes, vive do turismo, e essa será a sua primeira rádio. Daí o Presidente Sérgio Roberto, a Secretária Marilena e o Tesoureiro Antônio dos Santos Sarmento desenvolverem um grande esforço com objetivos comunitários de dotar esse Município da sua primeira rádio que vai ser comunitária. Atendidas todas as exigências legais e havendo necessidade imperiosa de o Município se integrar via rádio, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 194, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Jaborá a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborá, no Estado de Santa Catarina.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres colegas, a Rádio e Associação Comunitária Jaborá também preenche todos os quesitos remeti-

dos a esta Casa pela Ministério das Comunicações e, da mesma forma que no Rio de Janeiro, é a primeira rádio e fica inclusive na região do contestado, lá no Estado de Santa Catarina, por isso premia aquele Município e aquela população.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Naviraí – Conave, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Naviraí, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, chega a esta Comissão projeto de lei que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Naviraí – Conave, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Naviraí, naquele Estado. A Conave tem como Presidente o Sr. Napoleão Teodoro de Sousa, Vice-Presidente Miriam Guedes de Sousa, e Tesoureiro o Sr. José Santos, 1ª Secretária, Emília, e 2ª Secretária Cleide Braga de Oliveira Costa.

Naviraí é uma cidade em franco progresso em Mato Grosso do Sul, um pólo de desenvolvimento que recebe agora essa rádio comunitária e que servirá e muito para a preservação dos seus costumes, da sua cultura e colaborando com o desenvolvimento da região. O projeto tramitou e atendeu a todos os requisitos legais. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Cultural D. Joaquina de Pompeu a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pompeu no Estado de Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Senador Arlindo Porto, Relator da matéria.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº133, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Cultural D. Joaquina de Pompeu a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pompeu no Estado de Minas Gerais. Analisando a documentação que integra os autos, chegamos à conclusão de que atende à legislação aplicada. É a seguinte a diretoria da Associação: Presidente Ana Paula dos Santos Oliveira, Vice-Presidente José Januário de Campos; 1º Secretário Ângela Maria da Silva; 2º Secretário Flávia Cristina da Silva; 1º Tesoureiro Júlio Teixeira Machado; 2º Tesoureiro Márcio Ribeiro Ferreira. Tendo em vista o exame da documentação que evidencia as formalidades estabelecidas pela Resolução nº 39, fica autorizada a Associação Comunitária Beneficente e Cultural D. Joaquina de Pompeu (?) a funcionar.

Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 67/93. Aprova o ato que outorga a permissão à 98 Timbóri FM Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andirá, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, para relatar o projeto.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ato que outorga a permissão à 98 Timbóri FM Ltda., na cidade de Andirá, cumpriu todas as exigências legais.

Quero, apenas, dizer que a cidade de Andirá se localiza no norte pioneiro, numa região de terra roxa, fértil, de uma agricultura muito forte. Com certeza, essa rádio vai ajudar a divulgar as notícias. Tenho a certeza de que vai divulgar apenas as notícias do Governo do Estado.

Por isso, ela deve ser aprovada

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Item nº 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 149. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Educação e Cultura (Comunidade em Ação) a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Muzambinho, Minas Gerais, e dá outras providências.

Com a palavra, o Relator, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 149/01 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura (Comunidade em Ação) a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária: Presidente Marcos Roberto Cândido; Vice-Presidente Luiz Augusto Guida Anderson; 1º Secretário Marta Heloísa Tardell; 2º Secretário Nelson de Lima Damião; 1º Tesoureiro: Pedro Rivoli Filho, 2º Tesoureiro Paulo Afonso Marques; 1º Diretor de Patrimônio José dos Reis da Silva; 2º Diretor de Patrimônio Marinalva Aparecido Pinho. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 do Senado Federal, fica caracterizado que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura (Comunidade em Ação) atendeu a todos os requisitos técnicos e legais, para habilitar-se à autorização. Assim, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Item nº 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 200/01, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Santa Cruz do Monte Castelo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Com a palavra, o nobre Relator, Senador Osmar Dias,

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o processo do ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Santa Cruz do Monte Castelo, (ACOSMOC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, cidade do noroeste do Paraná, cumpriu todas as exigências legais. Espero também que essa Associação possa desenvolver um trabalho de divulgação isento, dando a todas as correntes a oportunidade que lá se manifestarem.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 20. Projeto de Decreto Legislativo nº (número não declinado pelo Presidente). Aprova o ato que autoriza a Associação O Bom Samaritano a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Com a palavra, o nobre Relator, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, o processo do ato que autoriza a Associação O Bom Samaritano (ABS) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco do Sul também cumpriu todas as exigências legais. O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 21:

Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afrânio – PE.

Passamos a palavra ao Senador José Coelho, Relator da matéria.

O SR. JOSÉ COELHO – A Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio dista da sede do Recife 860 quilômetros. Diretoria, José Reis Cavalcante, Presidente; Vice-Presidente, Raimundo Fernandes Rodrigues; 1ª Secretária, Maria Lúcia Mariano de Miranda; 2ª Secretária, Maria Coelho Cavalcante Rodrigues; 1ª Tesoureira, Fernanda Fernandes; e 2ª Tesoureira, Vânia Lúcia de Lima Rodrigues.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL de nº 136, de 2001, evidencia o cumprimento da formalidade estabelecida na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara do Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 22:

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Cultural Irmã Elisa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Ezequiel – RN.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador José Coelho.

O SR. JOSÉ COELHO – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanhou o PDL nº 139, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Assistencial Cultural Irmã Elisa atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se a autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 23:

Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2001, que aprova o ato que autoriza a RC-FM, Rádio Comunitária de Itambé a executar serviço de radiodifusão na cidade de Itambé –PE.

Passamos a palavra ao Sr. Relator, o Senador José Coelho.

O SR. JOSÉ COELHO – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL de nº 135, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Rádio Comunitária de Itambé atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, vou encerrar a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 24:

Projeto de Decreto Legislativa nº 93, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Creche Lar da Criança Feliz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paineiras – MG.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, o projeto visa à autorização da Associação Creche do Lar da Criança Feliz a executar serviço de radiodifusão na cidade de Paineiras no meu Estado, Minas Gerais.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 25:

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comuni-

tária e Cultural Ipanemense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, a autorização é para que a Associação Comunitária e Cultural da cidade de Ipanema–MG execute os serviços de radiodifusão comunitária.

Meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam o parecer do nobre Relator, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao item nº 26:

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2001, que aprova o Ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da cidade de Dom Silvério, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Silvério, em Minas Gerais.

Com a palavra, o nobre Senador Francelino Pereira, Relator da matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – A cidade de Dom Silvério é uma das 853 cidades do meu Estado. O Projeto é para que a Associação de Radiodifusão Comunitária execute os serviços de radiodifusão naquela cidade e naquele município. Somos pela aprovação. É o meu Parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 27:

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2001, que aprova o Ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Lagoa Formosa a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Formosa, em Minas Gerais.

Com a palavra, o nobre Senador Francelino Pereira, Relator da matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Lagoa Formosa é uma cidade mineira, e a Associação Cultural e Comunitária daquela cidade deseja executar serviços de radiodifusão. O projeto é de autoria do Governo e que transita nesta Casa. O nosso parecer é plenamente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o Parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 28:

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2001 que aprova o Ato que autoriza a Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Mota, São Paulo.

Com a palavra, o relator da matéria, o nobre Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, a Rádio Cândido Mota atende a todos os requisitos necessários à renovação da sua licença. Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o Parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do nobre Relator, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 29:

Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2001, que aprova o Ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Clube FM – A Voz de Nazaré – a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Manacapuru, na Amazônia.

Com a palavra, o nobre Senador Nabor Júnior, Relator.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2001, e que evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, para concessão à Associação Comunitária Rádio Clube FM – A Voz de Nazaré – de Manacapuru, votamos favoravelmente a essa concessão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 30:

Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2001, que aprova o Ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão, Cidade Capelinha, a executar serviço de radiodifusão na cidade de Capelinha, em Minas Gerais.

Com a palavra, o nobre Senador Nabor Júnior, Relator da matéria.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o processo está devidamente formalizado e, por esta razão, voto favoravelmente à concessão para o funcionamento da Rádio de responsabilidade da Associação Comunitária Cidade de Capelinha, em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 31:

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2001, que aprova o Ato que autoriza a Associação Comunitária Cajuruense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Cajuru, em Minas Gerais.

Com a palavra, o nobre Senador Nabor Júnior, Relator da matéria.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, analisando a documentação, verificamos que a mesma está de acordo com a Resolução específica e voto favoravelmente a essa concessão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os demais Srs. Relatores não se encontrando presentes, damos por encerrada a nossa reunião.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o nobre Senador Geraldo Cândido, pela ordem.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, nós apresentamos, aqui, na Subcomissão, no dia 21 de junho, um requerimento para uma audiência pública, tendo sido aprovado – é o Requerimento nº 3. O que proponho é que se faça um aditamento ao Requerimento nº 3, que trata da discussão da proposta da emenda à Constituição nº 203, de 1995, ora tramitando na Câmara dos Deputados, aprovada nesta Subcomissão em 21 de junho de 2001.

Solicito, nos termos regimentais, que a audiência pública seja realizada de forma conjunta entre esta subcomissão e a Comissão de Educação.

Tal solicitação se deve à amplitude e à complexidade da discussão, que envolve simultaneamente ambas as comissões.

Esse aditamento é assinado pelo Senador Lúcio Alcântara e por mim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h28min.)

Ata da 21ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2001.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Pedro Ubirajara, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornélas, Eduardo Siqueira

Campos, José Coelho, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Teotônio Vilela Filho, Eduardo Suplicy, Marina Silva, Roberto Freire, Mauro Miranda, Ney Suassuna, José Fogaça, Juvêncio da Fonseca, Freitas Neto, Geraldo Althoff, Francelino Pereira, Romeu Tuma, Osmar Dias, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Lauro Campos, Geraldo Cândido e Saturnino Braga, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gilvam Borges, Valmir Amaral, Fernando Matusalém, Luiz Pontes e Emília Fernandes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 01: Substitutivo de autoria do Senador Álvaro Dias ao Projeto de Lei do Senado n.º 151, de 2000, de caráter terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que “Dispõe sobre acesso a informações da Internet, e dá outras providências.” O relator designado, Senador Álvaro Dias, apresenta emenda de redação, aprovada por quatorze (14) votos, ao substitutivo de sua autoria. O substitutivo ao projeto é aprovado em turno suplementar. Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 76, de 2000 (tramitando em conjunto com o PLS 137/00), de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “Define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências.” É aprovado requerimento, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, solicitando audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça, para instruir o projeto. Item 03: Projeto de Lei do Senado n.º 15 de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que “Altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o artigo 75 da Lei 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.” O projeto é retirado de pauta a pedido do relator, Senador Romeu Tuma. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 181, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Codó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codó, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Hugo Napoleão e o relatório favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do Catolé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.” O relator designado é

o Senador Hugo Napoleão e o relatório favorável é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 205, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiporã, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 208, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fartura, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Turna e o relatório favorável é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 129, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 158, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão do Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado, com abstenção dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 140, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Liberdade, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 144, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas e Região a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 210, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária

Novo Alvorecer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Pedro Ubirajara e o relatório favorável é aprovado. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 209, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Três Lagoas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Pedro Ubirajara e o relatório favorável é aprovado. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 112, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à A.B.C. Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado, com abstenção dos Senadores Eduardo Suplicy, Geraldo Cândido e Marina Silva. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 161 de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Acaíca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado, com abstenção dos Senadores Eduardo Suplicy, Geraldo Cândido e Marina Silva. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 121 de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado, com abstenção dos Senadores Eduardo Suplicy, Geraldo Cândido e Marina Silva. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 146, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a UMAC - União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e TV Jaboticatubas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticatubas, Estado de

Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 163, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio 99 FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Geraldo Althoff e o relatório favorável é aprovado, com abstenção dos Senadores Eduardo Suplicy, Geraldo Cândido e Marina Silva. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 202, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a ACB – Associação Comunitária Braçonortense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Geraldo Althoff e o relatório favorável é aprovado. Prosseguindo o Senhor Senador Geraldo Cândido requer, oralmente, a inclusão extra pauta de Requerimento. O requerimento é aprovado. Extra Pauta, Item 01: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Geraldo Cândido, Ricardo Santos e Freitas Neto, que “Em aditamento ao Requerimento n.º 03, que trata da discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 203 de 1995 ora tramitando na Câmara dos Deputados, aprovado nesta Subcomissão em 21 de junho de 2001, solicito, nos termos regimentais, que a audiência pública seja realizada de forma conjunta entre esta Subcomissão e a Comissão de Educação, tal solicitação se deve à amplitude e complexidade da discussão que envolve, simultaneamente, ambas as comissões.” O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 04: Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 2000, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 207, de 2001, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142, de 2001, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 211, de 2001 e Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 190, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Havendo **quorum** regimental, damos por aberta a 21ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª legislatura, que se realiza hoje, dia 28 de agosto.

Passamos ao item 1 da pauta – projeto terminativo.

Trata-se do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n.º 151, de 2000. Votaremos esse substitutivo em turno suplementar. Submeteremos a matéria à apreciação, bem como a emenda do Relator.

O Relator, Senador Álvaro Dias, logo em seguida, apresentou uma emenda ao substitutivo de sua própria autoria. Então, passamos a palavra ao Relator e autor do substitutivo, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, esse projeto foi debatido na última reunião. Creio que, apenas fazendo referência ao seu objetivo central, nós o recuperamos, para ganhar tempo e evitar o debate repetitivo.

Na síntese, o projeto pretende evitar os crimes que são praticados utilizando a Internet. São crimes impunes, muitas vezes, em função da falta de informações para as medidas judiciais cabíveis.

O que pretende esse projeto é exatamente obrigar os provedores a manterem registradas todas as conexões realizadas por seus clientes usuários pelo período mínimo de um ano, com isso oferecendo subsídios necessários para aqueles que, por ventura, julgarem-se agredidos por qualquer delito que possa ter sido praticado por usuários da rede mundial. Além disso, as provedoras manterão o cadastro atualizado dos seus clientes, contendo a identificação civil, a inscrição no CPF ou no CNPJ, e, naturalmente, o seu endereço.

Creio que é um projeto oportuno. Nós apresentamos o substitutivo em função de várias audiências públicas que foram realizadas e para o acolhimento de emendas que foram propostas, especialmente pelo autor do requerimento que propôs audiências públicas, o Senador Geraldo Althoff.

Para esta reunião de deliberação final, nós apresentamos uma emenda de redação apenas, que não altera o conteúdo do projeto e não agride os seus objetivos finais. Essa emenda é reparadora de uma falha do nosso substitutivo, que tornava redundante expressões contidas no art. 2º. Essas expressões foram eliminadas, já que, mantendo-se a redação original, nós estaríamos sendo redundantes, na medida em que estaríamos repetindo a necessidade de a Anatel

cumprir determinadas exigências que já estão estabelecidas no próprio texto da lei.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos recomendando aos colegas a aprovação desse substitutivo, com essa emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Considerando que o substitutivo já foi aprovado na reunião passada, nós colocaremos em votação apenas a emenda de redação do Senador Álvaro Dias. Essa emenda exclui do art. 2º a expressão “Após cumpridas exigências regulamentares uniformes a serem determinadas pela Anatel”. Conforme explicação do próprio Senador Álvaro Dias, a Anatel considerou redundante essa expressão.

Considerando que o projeto é terminativo na Comissão de Educação, o processo de votação deverá ser nominal.

Então, passamos à votação da emenda, chamando nominalmente cada Senador.

(Procede-se à Votação)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Aprovado.

Passamos ao Item nº 2 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000.

Define e tipifica os delitos informáticos e dá outras providências.

O autor do projeto é o Senador Renan Calheiros, tem como Relator o Senador José Fogaça e foi concedida vista coletiva na reunião do dia 21 de agosto, na última terça-feira.

Sobre a mesa, requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra a V. Exª, para que encaminhe a votação.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, na última reunião, solicitei vista desse projeto, vista que foi acompanhada por diversos outros Senadores, tendo em vista a necessidade de se aprofundar um pouco mais na análise desse projeto. Cumpri os cinco dias de prazo e trago a V. Exªs um requerimento, nos seguintes termos. Eu gostaria de ler o requerimento, porque o assunto depende de uma análise mais profunda. Demandará mais um tempo, mas entendo que este projeto é importantíssimo, atual e há uma carência muito grande hoje, no âmbito nacional, de se tipificar os crimes de informática. Portanto, meu requerimento tem o seguinte teor:

Sr. Presidente, solicitei vista do Projeto de Lei do Senado nº 76/2000, sobre o qual faço algumas observações para, ao final, elaborar o meu requerimento.

O projeto é oportuno e sua tramitação requer que seja acelerada em razão do atraso do País na elaboração de uma lei penal que defina os crimes de informática.

Pela ementa do projeto, visa o seu autor definir e tipificar os delitos informáticos. A definição do crime no Direito Penal é a sua tipificação, a figura tipo é a descrição perfeita do fato criminoso. Nela estão todos os elementos que compõem a conduta ilícita. Por exemplo, a figura tipo do homicídio, no art. 121 do Código Penal, é: “matar alguém”, apenas duas palavras. Já o furto, art. 155, é mais complexo: “subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel”. Assim o PLS 76/2000 em exame, pelos parágrafos e incisos do art. 1º, está definindo ou quis definir vinte novos crimes, todos de informática.

O projeto está nesta Comissão para analisar e decidir sobre o seu mérito. O mérito, então, é o conteúdo dos vinte incisos do art. 1º que estariam tipificando os novos delitos. Para a análise desse mérito, é indispensável inferir e apreciar o seu aspecto técnico e jurídico. Uma coisa está intrinsecamente ligada a outra. Não há no Regimento Interno, e nem poderia haver, qualquer dispositivo que vede a análise da técnica jurídica por qualquer das comissões permanentes.

As reflexões suscitadas pelo estudo do PLS em exame levou-nos à convicção de que carecemos ainda de informações e de entendimento homogêneos, para bem informar e para bem fundamentar a matéria. O momento é propício e a iniciativa do eminente Senador Renan Calheiros é oportuna e inteligente.

Entendo, no entanto, salvo melhor juízo, que não podemos votar esse projeto apressadamente por várias razões que passo a expor.

A primeira delas, analisando o mérito da proposta, nenhuma das 20 definições de crime enunciadas é possível ser aproveitada. Tentou-se criar novas figuras delituosas com fundamento exclusivamente no meio empregado, para cometimento de crimes já definidos na legislação vigente, que é a informática; e o que mais nos preocupa, cominando novas penas, para mais ou para menos, já quantificadas na legislação em vigor. Vamos dar um exemplo, um dos mais claros do texto do PLC em exame é o inciso I, do § 4º, do art. 1º, que fala dos crimes contra a vida e a integridade física das pessoas. Diz este parágrafo: o uso de mecanismos da informática para ativação de artefatos explosivos, causando danos, lesões ou homicídios. Pena: reclusão de um a seis anos.

Nos termos do art. 121 do Código Penal, o crime de homicídio já está definido e tipificado: matar alguém. E suas penas variam de um mínimo de seis anos de reclusão à pena máxima de 30 anos – e aqui estão prevendo somente penas de um a seis anos. Isso para não dizer que o mesmo Código Penal já contempla os crimes de dano e de lesão corporal com penas bem mais brandas do que as do projeto. Esse pecado perpassa por todos os 20 delitos que o projeto tenta tipificar no seu art. 1º. Por outro lado, tenta definir os crimes utilizando-se de substantivos: destruição, apropriação, uso, modificação, programação etc, em lugar da forma infinitiva de redação. O verbo no infinitivo expressa a ação, a ação do agente é o núcleo central do tipo criminal, o substantivo é mero elemento subjetivo no texto.

Em razão dessa minha observância técnica, o projeto não se apercebe de que cada finalidade substantiva criaria um tipo criminal novo, autônomo, definindo o cometimento de delitos de natureza e gravidades indiferentes, e, por isso, merecedoras de penas diferenciadas. Ainda, criou blocos de crimes em cada um dos parágrafos do art. 1º, sem qualquer semelhança entre si, seja quanto à sua natureza ou gravidade, no entanto cominou-lhes a mesma pena.

Ainda mais, o texto é impreciso, de difícil compreensão e equivocado quanto às características técnicas de um sistema de informação computadorizada. Qual o significado da expressão “retirada de informação”? Quando diz que constitui crime de uso indevido da informática a retirada de informação privada contida em base de dados. Seria a mera cópia dos dados ou a sua supressão? A retirada mesmo realizada por necessidade operacional seria crime? Outra expressão prevista como crime, a alteração ou transferência de contas representativas de valores. O que significa alteração de conta, seria mudança de dados de identificação de conteúdo? Na caracterização do crime, como apropriação de dados alheios ou de um sistema de computação devidamente patenteado sobressaem mais duas indefinições. O que significa apropriação de dados? Como seria possível apropriar-se de coisas não móveis? O que significa um sistema de computação patenteado?

No inciso V, do § 1º, do art. 1º do projeto consta que é crime: “a programação de instruções que produza bloqueio geral no sistema. A programação de instruções. Ora, a simples programação não constitui crime, é necessário que essa programação seja introduzida no sistema e que efetivamente o crime possa ser consumado, cujo resultado seria o bloqueio geral do sistema. A programação seria caracterizada como ato

preparatório do delito e ato preparatório de qualquer crime não é punível.

Outro grave vício da iniciativa é criar novos tipos criminais com fundamento exclusivamente no meio empregado para a prática do delito. Assim, por exemplo, difusão de material injurioso por meio de mecanismos virtuais; uso de mecanismos da informática para ativação de artefatos explosivos, causando danos, lesões ou homicídios; elaboração de sistema de computador vinculado a equipamento mecânico e constituindo-se em artefato explosivo; alteração de base de dados habilitada para um registro de operações tributárias; evasão de tributos ou taxas derivadas de transações virtuais; revelação de dados declarados como reservados por questões de segurança e indução a atos de subversão. Pretende deferir com conceitos juridicamente indefinidos os crimes de injúria, dando lesão corporal, homicídio e sonegação fiscal, cominados respectivamente, já, nos arts. 140, 163, 129, 121 e 251 do Código Penal, no art. 1º da Lei nº 4.729, de 1965, que define os crimes de sonegação fiscal, e nos arts. 13 e 23 da Lei nº 7.170, de 1983, que define crimes contra a segurança nacional.

Tentar definir como delitos autônomos esses crimes somente porque usam como instrumento meios computadorizados seria o mesmo que criássemos tipos criminais autônomos para o delito de homicídio quando cometido com arma de fogo, com faca, com barra de ferro, com corda, etc, distintamente.

Encontramos um núcleo de idéia válido dirigido à defesa da criança e do adolescente e que talvez merecesse iniciativa legislativa. Está expresso no parágrafo que o autor definiu crimes contra a moral pública e opção sexual. Chamamos de núcleo de idéias, porque a intenção do autor não é expressa de forma completa e definida. Além disso, aparece misturada com outras intenções também incompletas. Em seu art. 3º, a iniciativa propõe circunstâncias de aumento de pena de forma diferenciada, respectivamente para os tipos criminais constantes dos parágrafos 1º e 3º do art. 1º e para os constantes nos outros parágrafos.

Não obstante, não observou que no tocante aos primeiros não aumentou o limite máximo da pena e, quanto aos últimos, faz o inverso do que se propõe, diminui as penas. As imprecisões do projeto acima apontadas dificultam sobremaneira seu aproveitamento por meio do oferecimento de emendas ou emenda substitutiva. Qualquer tentativa de fazê-lo, temos certeza, levaria a uma iniciativa legislativa totalmente diferenciada desta.

Após discutirmos e refletirmos sobre o assunto, ficou-nos a convicção de que carecemos ainda de in-

formações e de entendimento homogêneo para bem fundamentarmos uma iniciativa legislativa sobre a matéria.

O Projeto nº 137, que tramita em conjunto, de autoria do eminente Senador Leomar Quintanilha, pretende agravar a pena cominada aos delitos praticados, como os da informática, com o seu aumento em até o triplo, o que, no meu entendimento, é exagerado, mesmo considerando que seria um limite máximo.

Esse projeto tem virtudes. Ele leva em consideração que o uso da informática para a prática de delitos é de gravidade que deve ser medida. No entanto, temos que levar em conta que o uso dos computadores para a prática do delito é como usar qualquer outro instrumento para o mesmo fim.

A verdade é que estamos muito distantes de um projeto que satisfaça, no mérito e na forma, a necessidade de termos uma boa legislação em consonância, de um lado, com o desenvolvimento tecnológico e, de outro, com os interesses da sociedade, que se encontra exposta e ainda sem proteção contra os crimes de informática. Para suprir essa necessidade, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, e para instruir a tramitação do PLS nº 76, de 2000, requero a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar do desenvolvimento da informática e da lei penal no Brasil. Sugerimos a participação de representações e especialidades das seguintes instituições: Ministério Público Federal, Ministério da Justiça, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Provedores da Internet e outras pessoas especializadas no assunto.

Sr. Presidente, faço este requerimento porque entendo que a iniciativa tem o melhor propósito, atualíssimo, moderníssimo. Há uma lacuna na legislação penal brasileira com referência justamente aos crimes praticados por meio da informática. No entanto, o projeto merece uma apreciação mais aprofundada por intermédio de audiências públicas com autoridades dessas instituições e de outras que os nossos Pares entendam que sejam necessárias, para que possamos produzir, aqui nesta Comissão, um projeto que realmente satisfaça atualmente os interesses do crime que esteja tipificado na lei, em relação ao uso da informática no Brasil.

É esse o nosso requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, neste momento, parabenizar o Senador Juvêncio da Fonseca pelo conteúdo do seu requerimento. É realmente importantíssimo o que ele expõe, pois temos a responsabilidade de, aqui, produzir leis que sejam aplicáveis, corretas do ponto de vista da sua constituição, da forma em que está colocada. Esse é um assunto sério, muito importante, da atualidade e que deve ser visto com todo rigor e toda responsabilidade. Considero extremamente oportuno e, repito, quero parabenizar V. Ex^a pela colocação e, de antemão, quero antecipar que vou votar com o seu requerimento no sentido de que ele seja aprovado, sobrestando, portanto, a apreciação do relatório do eminente Senador José Fogaça por esta Comissão, até que consigamos realizar as audiências públicas, que, acredito, deveriam ser ampliadas para também ouvirmos alguém ligado à Magistratura Nacional que possa opinar a respeito. Enfim, é um assunto urgente e atual, mas deve ser discutido com profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, nada tenho contra o requerimento. O autor não está presente, não sei qual seria a posição do Senador Renan Calheiros, mas não vejo motivo para impedir que se debata o assunto. Apenas faço um registro, com muita satisfação, das carradas de razão que tínhamos quando dizíamos que não é por uma simples emenda ou um simples conjunto de emendas que modificaríamos esse projeto. A mudança técnico-jurídica desse projeto teria que ser feita no âmbito da comissão cuja natureza lhe é própria, para uma total renovação da estrutura textual do projeto, da produção de um substitutivo dentro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E isso é tão complexo que o próprio requerente, que pediu vista, reconhece, no bojo do seu requerimento, que não foi possível apresentar as emendas que viriam a reestruturar o texto do projeto, a dar-lhe a viabilidade técnica.

Sr. Presidente, estou convencido de que esta matéria é de tal importância, mas temos uma inversão da lógica tramitacional, ou seja, a Mesa, através de um despacho que até agora não compreendi e é totalmente contrário à própria lógica de tramitação,

enviou primeiramente a matéria para a Comissão de Educação e, por fim, um despacho terminativo para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ora, isso inverte a lógica, porque na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se daria a forma definitiva sem que a Comissão de Educação viesse a conhecer essa forma definitiva. Aqui é a Comissão de mérito. Então, há uma inversão de lógica.

Uma possibilidade haveria: solicitar à Mesa que refaça o despacho e dê a ordem, a seqüência natural, normal, histórica de primeiro a matéria ser examinada na comissão técnica e, depois, ser examinada na comissão de mérito. Ou seja, primeiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, aqui, na Comissão de Educação. Mas, a essas alturas, o debate já está avançado na Comissão de Educação e não resta outra coisa senão fazer aqui aquele trabalho que se faria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Talvez seja esse o caminho. Sem dúvida poderemos avançar para esse sentido, essa linha de trabalho, ou seja, a Comissão de Educação fazer o papel da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não há nenhum problema nisso. Talvez apenas mude um pouco a maneira de se focar o projeto.

Evidentemente, na medida em que parece que é esse o desejo da comissão, o próprio relator tem de mudar o seu enfoque. Agora passa a ser também um enfoque técnico-jurídico, como se eu estivesse no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É assim que tenho de passar a me ver como Relator dentro desta comissão. Se é esse o desejo dos Srs. Senadores, vamos dar esse tratamento à matéria, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Apenas sugiro, se for possível, que essa audiência pública seja conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, também se for possível, que a deliberação sobre essa matéria seja conjunta, para que possamos acelerar o seu trâmite, que é de relevância.

O Senador Francelino Pereira estava inscrito. Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Todos pedimos vista. O pedido foi coletivo. Redigi umas considerações a respeito, mas eu não havia percebido a expectativa do meu Colega, Senador Juvêncio da Fonseca, no sentido da realização de uma audiência pública.

V. Ex^a deve estar percebendo – é isso o que imagino – que a Comissão de Educação gostaria, dentro do seu cenário, de dar uma explicitação do projeto, de

promover uma discussão mais ampla, até para que esta comissão se posicione de uma forma mais ampla perante a opinião pública, na sua conceitualidade.

De forma que não apresentarei o voto que havia proferido aqui, porque estou de pleno acordo com a proposição do Senador Juvêncio da Fonseca, que efetivamente está permitindo uma visão do projeto na sua dimensão cultural, política, social e jurídica.

A sugestão de se promover uma reunião entre as duas comissões é plenamente aceita, porque a demora resultante da audiência pública será compensada, de forma bem clara, com a participação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, na mesma reunião ou na reunião a seguir, poderá proferir o seu voto definitivo.

É o meu voto, para concluirmos e apressarmos os trabalhos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria também de me congratular com o eminente Senador Juvêncio da Fonseca, que, na sua exposição, demonstrou cabalmente que o projeto apresenta algumas imperfeições e que ele não é completo. Talvez matéria dessa envergadura merecesse um debate muito mais amplo, muito mais abrangente e, talvez, um projeto com muito mais particularidades técnicas.

O que eu queria propor efetivamente — inclusive V. Ex^a já se adiantou — é que essa audiência, cuja proposta certamente será aprovada, seja efetivada no âmbito das duas comissões. Não sei se o requerimento do eminente Senador Juvêncio da Fonseca contempla essa hipótese. Se não, eu gostaria de formalizá-la oficialmente, para que seja discutida no âmbito das duas comissões. Certamente, teremos oportunidade de aperfeiçoar muito mais esse projeto de lei, que é muito tempestivo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha manifestação também é nesse sentido. Na última reunião, tivemos oportunidade de discutir a matéria.

Naturalmente, a partir do pedido de vista, o Senador Juvêncio da Fonseca apresentou uma proposta e tão importante quanto essa proposta é o seu acolhimento por parte do Relator, Senador José Fogaça.

O acolhimento por parte do Relator nos dá tranquilidade em relação ao fato de que o assunto deve ser um pouco mais aprofundado, invertendo, sem dú-

vida, a rotina da Casa de ouvir primeiro a questão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Penso que a proposta de V. Ex^a melhora ainda mais a questão, dando-nos oportunidade de discutir de uma vez só, de definir de uma vez só, de modo que as dúvidas porventura existentes sejam eliminadas nesta audiência pública conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O Senador Juvêncio da Fonseca concorda com a alteração?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Concordo plenamente. Penso que, inclusive, podemos sanar algumas irregularidades – veio para cá primeiro, e não para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, mas essas audiências e ação conjunta vêm aperfeiçoar, sem dúvida alguma, o projeto.

Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Faremos audiência pública e deliberação conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Entraremos em contato com o Senador Bernardo Cabral a fim de que possamos operacionalizar essas propostas.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Teria de formalizar os nomes...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O Senador Juvêncio da Fonseca apenas indica os órgãos: Ministério Público Federal, Ministério da Justiça, Ministério da Ciência e Tecnologia, OAB, Associação dos Provedores de Internet e outras pessoas especializadas.

Então, posteriormente, teríamos de ter os nomes.

O item nº 03 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1999. O Relator da matéria, o Senador Romeu Tuma, está ausente, mas nos solicitou que fosse retirado de pauta nesta reunião, porque ele gostaria de retificar o seu voto como Relator.

Estamos submetendo à apreciação da Comissão a retirada de pauta desta matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Retirado de pauta.

Item nº 04. Aguardaremos a presença da Senadora Marina Silva, que retirou o Projeto de Lei da Câ-

mara dos Deputados nº 111 de pauta, e dentre em pouco voltaremos a essa matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem a palavra o Sr. Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Peço a V. Ex^a que faça anexar a esse projeto esta publicação, elaborada pela Gráfica do Senado, e que diz respeito à história de vida de Gilberto Freyre.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Será anexado ao projeto.

Passamos ao Item 07 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2001. Aprova ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiporã, no Estado do Paraná.

Tem a palavra o Relator da matéria, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã está habilitada a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiporã, no Estado do Paraná, por ter cumprido todas as exigências legais.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Relator permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2001. O Relator é o Senador José Coêlho, que aprova ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santantão a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santantão*, no Estado de Pernambuco.

Tem a palavra o Senador José Coêlho.

O SR. JOSÉ COÊLHO – Tendo em vista a documentação que acompanha o PDL nº 129, de 2001, evidencia-se o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santo Antão* atendeu a todos os requisitos téc-

nicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao item nº 17 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 210. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Alvorecer a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado, Mato Grosso do Sul.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Pedro Ubirajara.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 210, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Novo Alvorecer atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Três Lagoas a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Pedro Ubirajara.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 209, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural Comunitária de Três Lagoas atendeu a todos os requisitos técnicos e

legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 19 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2001. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ABC Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbacena, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto visa à aprovação da continuidade das atividades da ABC Rádio e Televisão Ltda., exploradas na cidade de Barbacena. O projeto está bem ordenado.

Nosso parecer é inteiramente favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 20 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2001. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Acaiaca* Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, a Rádio Acaiaca* Ltda. funciona na região aurífera de Minas Gerais, mais precisamente na cidade de Ouro Preto.

O projeto tem parecer favorável.

Ao art. 1º foi apresentada a seguinte redação: "Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto, de 10 de janeiro de 2000, que renova, por dez anos, a partir de 5 de outubro de 1992, a concessão da Rádio Acai-

aca Ltda, outorgada originariamente à rádio cultura de Itabirito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Com essa emenda, o projeto merece parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Francelino Pereira queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Há uma matéria que tem como Relator o Senador Romeu Tuma. O Senador, considerando a sua posição de corregedor e também membro da Comissão Especial que analisa o processo referente ao Senador Jader Barbalho, solicitou que se invertisse a pauta e se passasse ao processo do qual é Relator.

Submeto a proposta à apreciação dos Srs. Senadores. (Pausa)

Com a concordância dos Srs. membros, passamos ao Item n.º 9.

Projeto de decreto legislativo n.º 208, de 2001 (Página 77).

O SR. ROMEU TUMA – Antes de iniciarmos a apreciação desse projeto, gostaria de dizer que estava em pauta um projeto em pauta alterando o estatuto da criança. Eu recebi, do órgão competente no Ministério da Justiça, um pedido de sustação temporária, porque eles gostariam de discutir um pouco mais qualquer tipo de alteração no estatuto do menor e do adolescente.

Então, pediria que nos mantivéssemos em **stand-by** para discutir melhor e aprofundar um assunto realmente delicado nessa situação por que passamos com os menores infratores. E, como incluímos algumas ações nos clubes de ginásticas e lutas marciais, eu pediria que suspendêssemos a tramitação da matéria, para aprimorarmos o projeto e verificarmos quais são realmente as preocupações das autoridades responsáveis por essa área.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Considerando o pedido verbal de V. Ex^a, o colegiado concordou com a retirada de pauta atendendo a solicitação de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão e pela visão das coisas que são importantes nesta Comissão. Este item trata da Rádio da

Associação Comunitária e Educação Ambiental de Fartura, no Estado de São Paulo.

A empresa enviou todos os documentos e pré-requisitos; cumpriu-os de acordo com a lei. Por essa razão, somos favoráveis à aprovação deste decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Romeu Tuma permaneçam sentados. (Pausa)

Passemos ao item 21.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 121 (página 155). Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Senador Francelino Pereira, Relator da matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, a Rádio Itatiaia é uma instituição mineira. Tem uma história de vida que reflete toda a dimensão de sua atividade em Minas e fora de Minas.

Ela foi instalada e vem funcionando normalmente desde exatamente 1955. Portanto, está em atividade por um período superior a 46 anos. Todos conhecem a Rádio Itatiaia, a sua atividade no Brasil e no exterior, e em movimentos importantes, inclusive em futebol. A direção de hoje cabe a Emanuel Soares Carneiro* e a Esther Carneiro Naves, duas personalidades da comunicação mineira. Meu voto é favorável, naturalmente, à aprovação do projeto que estou relatando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação a matéria. Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Francelino Pereira queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item n.º 22.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 146, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Umac (União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo) a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelo – Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, a cidade é Curvelo, nas proximidades do centro autopropulsor da economia mineira, em Belo Horizonte. A Umac tem a direção do Rubens Silverio da Silva e vem funcionando com regularidade e repercussão em toda a região.

Nosso parecer é inteiramente favorável à proposição no sentido de que ela continue as suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação a matéria.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Francelino Pereira queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 23.

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e TV Jaboticatubas a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira, Relator da matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e TV da cidade de Jaboticatubas a executar o serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade e naquela região. O Presidente é o Fábio Moreira Santos e toda a sua direção, como seus ovinos, merecem plenamente a aprovação deste projeto da Comissão de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação a matéria.

Os Senadores que concordam com o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Considerando que saltamos o item nº 5, voltamos a ele para depois retornar ao nº 24.

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Codó a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Codó – Maranhão. O Relator é o Senador Hugo Napoleão.

Passamos a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar que esse ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Codó está processado dentro de todas as determinações constitucionais, legais e regulamentares e, portanto, tendo analisado, chego à conclusão de que merece plena aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação a matéria.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Hugo Napoleão queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ARLINDO PORTO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Considerando que o Relator, Senador Mauro Miranda, dos projetos dos itens 11, 12 e 13 não está presente, e são emissoras do Estado de Minas Gerais das quais recebemos apelo para que fosse agilizado, eu solicitaria a V. Exª que designasse um relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito. V. Exª, como Senador por Minas Gerais, pode ser indicado como relator *ad hoc*.

O SR. ARLINDO PORTO – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Item nº 6 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do Catolé a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande – Paraíba.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, a Associação de Difusão Comunitária do Catolé* enviou requerimento ao Ministério das Comunicações, que foi devidamente processado e se encontra em ordem e de conformidade com as disposições constitucionais legais e regulamentares.

Antes de concluir meu parecer, devo dizer que tive a oportunidade de estar duas vezes na cidade de Campina Grande, na Paraíba: a primeira, numa reunião da Sudene, quando eu era Governador do Estado – era Prefeito o atual Senador Ronaldo Cunha Lima – e a outra quando eu era Ministro de Estado das Comunicações.

Tendo em vista a regularização e a situação perfeita em que se encontra o processo, sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 24, página 174. Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2001, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio 99 FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Santa Catarina.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o exame da documentação desse PDLS referente à Rádio 99 FM Ltda. de Balneário Camboriú, cidade turística do meu Estado, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão.

Opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Braço-Nortense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Braço do Norte, Santa Catarina.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, gostaria de enfatizar a importância da aprovação desse PDL exatamente porque solicita a instalação de uma rádio de caráter comunitário numa comunidade situada no sul do Estado de Santa Catarina, Braço do Norte, uma das cidades que mais cresce no Estado.

Todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se a essa autorização foram preenchidos.

Por consequência, opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Relator do item 11 da pauta, Senador Mauro Miranda, encontra-se ausente. Nesse caso, normalmente adiamos a votação da matéria. Mas considerando que os itens 11, 12 e 13 tratam-se de aprovação de concessão de rádios no Estado de Minas Gerais e que o Senador Arlindo Porto sugeriu que procedêssemos à votação, nomeio esse eminente Senador Relator *ad hoc*.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2001, aprova o ato que renova a permissão do Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Unaí, Minas Gerais.

Concedo a palavra o Senador Arlindo Porto, Relator *ad hoc*.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, inicialmente agradeço a V. Exª o acolhimento de minha solicitação e por me indicar Relator.

O Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda., na cidade de Unaí, Minas Gerais, Projeto de Decreto Legislativo nº 158. A documentação apresentada atende aos requisitos regimentais e legais. Essa sociedade é composta dos Srº Humberto Eustáquio Lisboa Frederico, pela Srª Vânia Aparecida Nascimento Frederico e José Batista dos Santos Furtado. Considerando a importância dessa emissora para a Região do Noroeste de Minas Gerais e da Região do Entorno de Brasília, o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srº. Senadores que concordam com o parecer do relator queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item nº 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária Libertense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Liberdade, Minas Gerais.

Passamos a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº 140, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão a exercer serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Liberdade, no Estado de Minas Gerais.

Essa Associação tem a seguinte direção: presidente, Paulo Marcelo Barbosa Lima; vice-presidente, José dos Reis de Siqueira Mendes; secretário, Rogério Luiz Amaral Chifone; tesoureiro, Davi Teodoro da Silva.

A documentação atendeu aos pré-requisitos legais e regimentais. Sendo o parecer favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Em votação.

Os Sr^{es} Senadores que aprovam o parecer quiseram permanecer sentados.

Aprovado.

Item nº13. Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para Desenvolvimento de Carmópolis de Minas e Região a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmópolis de Minas.

Passamos ao relator *ad hoc* da matéria, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº 144, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas e Região a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.

Essa Associação tem a seguinte diretoria: presidente, Terezinha Maria de Jesus Nascimento; vice-presidente, Roseli Rodrigues da Silva; 1ª secretária, Kátia Regina Vieira; 2ª secretária, Cleide da Silva Freitas; 1º tesoureiro, Irani de Fátima Costa; 2º tesoureiro, Afonso da Costa Leite; presidente do Conselho Fiscal, Antônia D'arc de Andrade.

A documentação apresentada atende aos requisitos legais e regimentais, sendo o parecer do relator favorável à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Em votação.

Os Sr^{es} Senadores que aprovam o parecer quiseram permanecer sentados.

Aprovado.

Passamos a palavra ao Senador Geraldo Cândido para encaminhar a votação de requerimento e sua autoria.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{es} Senadores, requeiro, nos termos do disposto no inciso II, VI e IX do art. 90, combinado com o *caput* do art. 113 do Regimento Interno do Senado, a realização de duas audiências públicas conjuntas com a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, no intuito de debater a proposta do Ministério das Comunicações para a nova lei de radiodifusão.

Submeto aos nobres colegas alguns dos nomes a serem convidados nas duas audiências a serem realizadas: Ministro Pimenta da Veiga; Murilo César Ramos, Diretor do Departamento de Comunicação da UNB; Alberto Diniz, colunista do *Jornal do Brasil*; Ethevaldo Siqueira, especialista em comunicação e jornalista de *O Estado de São Paulo*. Isso para a 1ª audiência pública. Estamos propondo duas audiências. Para a segunda, os nomes são: Sebastião Santos, Presidente da Federação das Associações de Rádio Comunitária do Rio de Janeiro; Renato Navarro Guerreiro, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel*; Daniel Herz, Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais – Fenaj; Vinícius Arthur de Lima, Professor da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul; e Arthur da Távola, Secretário de Agricultura do Município do Rio de Janeiro. Estamos propondo esses nomes para as duas audiências para debater a proposta da nova lei de radiodifusão do Governo.

Foi apresentado à Mesa para ser submetido à votação.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, pela ordem. Esse debate já tem data marcada?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Vamos fixar a data.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não, Senador. Estamos propondo o requerimento para depois marcar a data.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Primeiro temos que aprovar o requerimento e, portanto, a realização das duas audiências públicas. Posteriormente, vamos fixar datas. Também sou signatário.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, friso que o requerimento é de autoria dos Srs. Sena-

dores Geraldo Cândido, Ricardo Santos e Freitas Neto.

O SR. CASILDO MALDANER – Está-se propondo o requerimento agora?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Exatamente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Propondo o requerimento para, aprovado, definirmos data posteriormente.

O SR. CASILDO MALDANER – Senador, a idéia é para se formar um debate em relação à fidelidade tributária.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – A nova lei que o Governo está propondo sobre radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Trata-se de importantíssima iniciativa. Na verdade, a iniciativa partiu do Senador Geraldo Cândido. É de extrema relevância que venhamos debater essa nova lei de radiodifusão no plenário da Comissão de Educação, considerando que a outorga passa pela nossa Comissão. Ela está submetida à audiência pública por parte do Ministério das Comunicações e virá para o Congresso Nacional em breve. Acho oportuna a iniciativa.

Submeto, portanto, à votação dos Srs. Senadores.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, congratulo-me com o requerimento, ainda mais porque contém a subscrição de V. Ex.^a junto com a do Senador Geraldo Cândido. A questão de rádio e televisão no Brasil não pode ser estanque. Há evolução na sociedade a toda hora, ela muda, se altera, e os efeitos do debate de rádio e televisão com a sociedade brasileira é uma constante, uma evolução diuturna. É fundamental o debate público com as entidades organizadas para estarmos sempre a par disso, acompanhando e atualizando os fatos educacionais e culturais, quais os serviços que as concessões prestam à sociedade. Por isso solidarizo-me com a proposta. Na Comissão sempre precisamos acompanhar e estar juntos sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Agradecemos a manifestação do Senador Casildo Maldaner.

Em votação o requerimento de realização de audiência pública sobre a nova lei de radiodifusão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

Não havendo outra matéria a discutir, encerramos a presente reunião. Agradecemos a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 12h45min.)

Ata da 22ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 4 de setembro de 2001.

Às onze horas e quarenta e três minutos do dia quatro de setembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Moreira Mendes, Vice-Presidente, no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Nabor Júnior, Pedro Ubirajara, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornélas, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Teotônio Vilela Filho, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Mauro Miranda, Ney Suassuna, Maguito Vilela, Juvêncio da Fonseca, Freitas Neto, Geraldo Althoff, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Osmar Dias, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Sebastião Rocha, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Ricardo Santos, Fernando Matusalém, Luiz Pontes, Marina Silva e Roberto Freire. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Presidente, em exercício, Senador Moreira Mendes, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 01: Substitutivo de autoria do Senador Nilo Teixeira Campos ao Projeto de Lei do Senado n.º 52, de 2001, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do Governo Federal.” É concedida vista coletiva. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Moreira Mendes, passa a Presidência ao Senador Freitas Neto, para apresentação de seu parecer ao Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 76, de 2001, de caráter terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Denomina “Palácio Dra. Maria Luiza Galindo Malaquias” o edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima.” O relator designado é o Senador Moreira Mendes e o projeto é aprovado, por dezessete (17) votos favoráveis. Reassume a Presidência, o Senador Moreira Mendes. Item 03: Projeto de Lei da

Câmara n.º 111 de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado José Chaves, que “Denomina “Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre” o Aeroporto localizado na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.” Adiado, atendendo solicitação do relator, Senador Roberto Freire, e da autora do voto em separado, Senadora Marina Silva. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 147, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Comunitária Camará FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaragibe, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 195, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza o Clube de Mães “Nossa Senhora da Conceição” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 190, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amigos Cafelândia – ACAFE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cafelândia, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Osmar Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 211, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Braganey a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Braganey, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Osmar Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Vianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vianópolis, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Mauro Miranda e o relatório favorável é aprovado. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 207, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural União Comunitária Zona Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o relatório favorável é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 172, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder

Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Paulo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Ubirajara e o relatório favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D’abadia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Romaria, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Central de Ritópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ritópolis, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 165, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural João Soares Leal Sobrinho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 203, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Américo de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Américo de Campos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Prosseguindo o Senhor Senador Juvêncio da Fonseca requer, oralmente, a inclusão extra pauta de Requerimento de sua autoria, que é aprovado. Extra Pauta, Item 01: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que “Requer, nos termos do inciso II e V do artigo 90, combinado com o inciso I, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir, conjuntamente, por versarem sobre temas correlatos, o Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 1999, que ‘Dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.’ e o Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 2001, que ‘Regula o dispositivo no art. 220, § 3º, I, da Constituição Federal para disciplinar a exibição de diversões e espetáculos públicos.’” O re-

querimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 204, de 2001 e Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 215, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Moreira Mendes**, Presidente, em exercício, da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Havendo número legal, declaro aberta a 22ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que se realiza hoje, terça-feira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Sr. Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, solicito a inversão da pauta no sentido de que sejam votados logo os decretos legislativos relativos às rádios. Como tenho um compromisso neste instante, peço prioridade e preferência para os Itens 11, 12 e 13, pedindo desculpas aos Colegas que se encontram presentes.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Considerando que os dois primeiros itens são de caráter terminativo, consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se concordam com a proposta. (Pausa).

Aprovada.

A SRA. EMILIA FERNANDES – A minha proposta, Sr. Presidente, é no sentido de iniciarmos pelos não-terminativos dos relatores presentes, inclusive, há o Item 2, de que sou relatora, para o qual peço preferência, após a proposição do Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nessas condições, coloco em apreciação o Item 12 da pauta.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, corrigindo, é o Item 9. Eu me referi ao Item 2, mas peço preferência é para o Item 9.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pois não.

Item 11 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2001, que aprova o ato que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária Nossa Se-

nhora da Abadia a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Romaria, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Francelino Pereira, a quem concedo a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, a Associação de Radiodifusão Comunitária Nossa Senhora da Abadia funciona na cidade de Romaria, no Triângulo Mineiro, que conheço muito bem, porque sempre a representei no Congresso Nacional, como Deputado e como Senador.

A Diretora é Sr^a Maria das Dores Damasceno, que conheço muito bem. A diretoria está aqui explicitada. O meu parecer é inteiramente favorável para que esse serviço de radiodifusão comunitária se realize na cidade de Romaria, no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2001, que aprova o ato que autoriza à Associação Comunitária Central de Ritópolis a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ritópolis, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Francelino Pereira, a quem concedo a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, o projeto visa a que a Associação Comunitária Central de Ritópolis execute os serviços de radiodifusão comunitária naquela cidade.

A direção da Associação Comunitária naquela cidade mineira é constituída pela Sr^a Maria Eni Mendonça, o Vice é Antônio Luiz de Resende, e aqui está descrita toda a composição da diretoria.

As informações são inteiramente favoráveis, conheço a cidade e sei do empenho dessa Associação. O meu parecer é inteiramente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o projeto.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Item 13 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2001, que aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Educativa Cultural João Soares Leal Sobrinho para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Francelino Pereira, a quem concedo a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, Teófilo Otoni é um dos centros mais importantes da vida econômica, social e política de Minas Gerais.

A Fundação Educativa Cultural João Soares Leal Sobrinho é conduzida pelo Diretor-Presidente Luiz Gonzaga Soares Leal, que foi Prefeito da Capital, Secretário de Estado e Deputado.

O meu parecer é inteiramente favorável com um louvor pelo funcionamento a contento e sob os auspícios da cidade de Teófilo Otoni da Fundação Educativa Cultural João Soares Leal Sobrinho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Havendo **quorum**, voltaremos ao Item 1 da pauta, que é terminativo.

Projeto de Lei nº 52, de 2001, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do Governo Federal.

Informo que não foram apresentadas emendas no prazo regimental. O relatório do Senador Nilo Teixeira Campos é favorável ao projeto, na forma do substitutivo que oferece.

Concedo a palavra a S. Ex^a, para proferir o relatório.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 52, de 2001, de autoria da Senadora Emília Fernandes, vem ao exame desta Comissão de Educação em caráter terminativo, nos termos do art. 58, § 2º, inciso I, da Carta Magna, e do art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. A proposição dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do Governo Federal.

Em sua justificativa, a autora do projeto recorda que o País tem empreendido esforços com vistas a

garantir cidadania aos segmentos excluídos, particularmente aos portadores de deficiências. Afirma também que o principal obstáculo ao acesso por portadores de deficiência auditiva ao mais importante meio de comunicação do País pode ser inteiramente superado pela tradução da programação televisiva para a linguagem dos sinais.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição em exame.

Análise. O projeto em consideração encontra fundamento nas disposições do art. 22, incisos I e IV, art. 23, incisos II e V, art. 24, inciso XIV, e art. 48, **caput**, todos da Constituição Federal. Comenta-se que atende os preceitos constitucionais. Não há, pois, óbice de natureza constitucional, legal ou regimental à tramitação do projeto em estudo.

No que se refere ao mérito, a iniciativa associa-se ao amplo esforço desenvolvido para superar o principal desafio imposto à sociedade brasileira quanto às pessoas portadoras de deficiência e propiciar a inserção dessas pessoas na vida social e econômica do País. Nesse mister, a proposição é digna de louvores, uma vez que pretende proporcionar aos deficientes auditivos o acesso às manifestações da vida política do País e das campanhas públicas que ocorram mediante emissões televisivas por meio da interpretação de tais manifestações na língua brasileira de sinais.

A utilização da Libras, entretanto, tem sofrido a concorrência técnica do mecanismo conhecido por legenda oculta. Tal método consiste basicamente na geração, pela emissora, de legenda escrita que contém o material sonoro por ela emitido em suas transmissões. As legendas transmitidas de forma codificada no sinal de vídeo têm sua decodificação feita por um **chip** instalado no interior dos aparelhos televisores, mecanismo acionado pela tecla existente no exterior desses aparelhos. Esse dispositivo apresenta a vantagem técnica de somente se tornar visível se o telespectador ligar o decodificador, enquanto a interpretação na Libras é feita em janela permanente e aberta em todas as telas dos televisores sintonizados no programa interpretado nesta linguagem.

Depois dessas considerações a respeito dos deficientes auditivos que já são alfabetizados e que poderiam se beneficiar da legenda oculta, nem as entidades que tratam dos deficientes auditivos têm dados específicos de quantos são os alfabetizados e aqueles que dependem da Libras (Linguagem de Sinais Brasileira). É certo que, entre os surdos, há um contingente alfabetizado, em condições, pois, de ter

acesso à legenda oculta. Existe uma parcela deles capaz de se comunicar pela Libras e, por fim, há uma parte dessa população incapaz de se comunicar por qualquer das formas referidas.

Por essa razão, julgamos que as comunicações do Estado devem ser interpretadas na Libras e igualmente transcritas na legenda oculta, uma vez que se destinam ao universo dos cidadãos brasileiros. Por isso, as manifestações produzidas pelos Poderes da União e as campanhas educativas e preventivas do Governo Federal devem observar tal obrigação. Em face disso, há necessidade de modificação no art. 2º do projeto em exame. Tal encargo não deve, entretanto, ser imposto aos partidos políticos, pessoas jurídicas de direito privado que desempenham função de interesse público. A esses parece-nos mais adequado oferecer a possibilidade de transmitir suas mensagens televisivas da propaganda eleitoral acompanhadas de interpretação pela Libras ou transcrevê-las em legenda oculta ou, ainda, se preferirem, utilizar ambos os mecanismos de comunicação. Esse entendimento obriga-nos a modificar o art. 2º do projeto em análise. Ademais, é imprescindível que a obrigatoriedade de propaganda eleitoral ser acessível aos portadores de deficiência auditiva seja introduzida na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições. Este imperativo decorre da vedação de um mesmo assunto ser disciplinado por mais de uma lei, conforme o art. 7º, inciso VI, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e consolidação das leis.

As modificações a serem feitas na proposição em exame, portanto, são de profundidade tal que, tecnicamente, a solução mais adequada é a elaboração de substitutivo, motivo por que oferecemos, a seguir, ementa desta natureza.

Voto.

O Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2001, é constitucional, jurídico e redigido de acordo com a boa técnica legislativa, enquanto deva ser objeto de modificação, com vistas a ajustá-lo às determinações da Lei Complementar nº 95. Quanto ao mérito, é sumamente oportuno, por oferecer contribuição significativa para a inserção social das pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Ante as razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 52, de 2001, na forma do seguinte substitutivo:

Art. 1º. Esta lei obriga o uso de mecanismo que torne acessível aos portadores de deficiência auditiva

as mensagens televisivas dos Poderes da União e a propaganda eleitoral gratuita.

Art. 2º. As mensagens dos Poderes da União, as manifestações oficiais de seus membros e suas campanhas institucionais, transmitidas pela televisão, serão interpretadas na língua brasileira de sinais e transcritas sob a forma de legenda oculta.

Art. 3º – A Lei nº 9.504, de 30 de setembro, de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 54-a: Os programas de televisão da propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação serão interpretados na língua brasileira dos sinais ou transcritos sob a forma de legenda oculta.

Parágrafo único – A inobservância do disposto neste artigo sujeita o partido ou a coligação às sanções estabelecidas no parágrafo único do art. 55.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor 90 dias a partir da data da sua publicação.

Esse é o parecer, que submeto à discussão e à apreciação dos demais Senadores da Comissão de Educação do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tem a palavra a autora do projeto, Senadora Emilia Fernandes, e, em seguida, o Senador Ney Suassuna.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, inicialmente agradeço e cumprimento o Senador Nilo Teixeira Campos, pela sensibilidade de captar o espírito, o mérito do nosso projeto e apresentar o seu parecer favorável.

O que logicamente nos levou a apresentar esse projeto, além de apelos de entidades ligadas a pessoas portadoras de deficiência auditiva, foi o fato de as pessoas com problemas auditivos deste País representarem quase 10% da nossa população, pessoas que normalmente são excluídas de um processo de comunicação, de socialização. Hoje, a própria televisão, como meio de comunicação de massa, entra em todos os lares brasileiros e essas pessoas de certa forma são impedidas de acompanhar o desenvolvimento daquela comunicação. Também pensando que podemos inseri-las no próprio mercado de trabalho porque um lar onde há uma pessoa portadora de deficiência auditiva normalmente não contém um televisor que não tenha alguma coisa que possibilite que ele acompanhe os programas. Então, ele vai se integrar também ao mercado consumidor.

Portanto, o parecer do Senador, a análise do Senador Nilo Teixeira foi muito correta no que se refere, em primeiro lugar, à questão da correção da expressão linguagem para língua. Realmente há uma polêmica atualmente em relação a isto: o uso é linguagem ou língua. O que está valendo, a maioria do pensamento é que se use língua de sinais, e não linguagem, o que não significa dizer que nas escolas onde há pessoas com deficiência auditiva também não se estude a língua portuguesa, mas também se estude a língua de sinais.

Outro importante aspecto que o Senador conseguiu trabalhar melhor é no que se refere à mudança da Lei nº 9.504, de 1997, que é a lei que estabelece os programas eleitorais, as regras para a campanha eleitoral. Então, da forma que ele colocou, ele abre um espaço que consideramos também importante. Vejam que os portadores de deficiência auditiva votam, mas não acompanham o que os candidatos estão expondo, porque não há nem a língua de sinais e nem a legenda oculta, para que eles possam conhecer as propostas apresentada. Ele insere uma forma facultativa, quer dizer, o partido faz a opção: se quer a legenda ou a língua de sinais. Ele foi muito correto.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos acompanhar o relatório, mas, no segundo turno – porque há o turno suplementar, essa matéria será votada –, vamos trazer umas considerações que talvez proponham uma emenda, porque entendemos que, da forma como está posto no art. 2º, o Relator diz que será colocada simultaneamente a interpretação da língua e a apresentação da linguagem oculta. Acreditamos que esse procedimento simultâneo pode até confundir ou mesmo poluir a tela, porque haveria a linguagem de sinais e mais a legenda ao mesmo tempo.

Há três entidades discutindo o assunto. Respeitamos profundamente o parecer do Senador, mas precisamos aprofundar a discussão com três entidades ligadas aos portadores de deficiência auditiva para trazermos uma proposta, que, no turno suplementar, poderemos apresentar; essa proposta talvez seja mais adequada ao que as pessoas vinculadas aos portadores de deficiência auditiva estão defendendo, porque sabemos que a grande maioria dos surdos do nosso País é analfabeta, apesar de a legenda oculta ser importante. Então precisamos aprofundar essa discussão.

Agradeço ao Senador pelo parecer, que acompanhamos, e pedimos a sua aprovação por parte dos ilustres Pares, e, no turno suplementar, nós nos comprometemos a trazer um estudo, uma análise das en-

tidades para estudarmos juntos se há espaço para melhorarmos cada vez mais o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ainda em discussão.

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há como negar o mérito do projeto. É realmente necessário que nós, talvez gradativamente, consigamos fazer isso.

Votarei favoravelmente quanto ao mérito quando a discussão estiver mais avançada e mais madura. Agora, do ponto de vista dessa opção na Lei Eleitoral, quero lembrar que nem todas as repetidoras dispõem desse equipamento, o que com toda a certeza acarretará um custo a mais para todos.

Sr. Presidente, para estudar melhor, peço vista do processo.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, levando em conta o pedido de vista, pergunto a V. Ex^a se ainda teria oportunidade de fazer algumas observações, que poderão até mesmo ser analisadas pelo eminente Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O Regimento estabelece que, depois de pedido de vista, a discussão deve ser suspensa.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Então é bom que V. Ex^a cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedida vista ao Senador Ney Suassuna.

Passo a Presidência ao Senador Freitas Neto, para que eu possa relatar o Item 2 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Item nº 2, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2001, denomina Palácio Dr^a Maria Luiza Galindo Malaquias o Edifício-sede, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima.

Autor, o Senador Romero Jucá; Relator, o Senador Moreira Mendes, a quem concedo a palavra para apresentação de seu parecer.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considerando que já foi distribuído o relatório que está na mesa, à frente de cada um dos senhores, permito-me passar diretamente ao voto.

A indicação, por meio do Projeto de Lei de autoria do Senador Romero Jucá, do nome da Dr^a Maria Luiza Galindo Malaquias, revela toda a valorização de seu esforço e de sua dedicação nas funções desempenhadas no Estado de Roraima.

O reconhecimento de tal esforço leva-nos a estar de pleno acordo com as palavras do autor, que

enaltece a iniciativa de atribuir o referido nome ao Edifício que abriga o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima.

Seguramente, a trajetória de probidade e dedicação da Dr^a Maria Luiza Galindo Malaquias oferece sólido amparo à intenção do nobre Senador autor.

Dessa forma, por considerarmos meritória e oportuna a iniciativa e por não vislumbrarmos óbices de natureza constitucional, jurídica e de técnicas legislativas, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2001.

É o relatório e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Procederemos à votação nominal, por se tratar de matéria terminativa.

Colherei o voto dos Senadores presentes.

(Procede-se à votação.)

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Consulto V. Ex^a, com a anuência do Senador Ney Suassuna, se pode ser concedida vista coletiva ao item 1 da pauta, embora seja matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Já passou a votação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Por uma concessão da Presidência, com a concordância da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Se houver concordância do Plenário, e ninguém fizer objeção.

Já que o Plenário é soberano...

O SR. NEY SUSSUNA – Pergunto ao nobre Presidente se isso não atrapalha meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Não, em hipótese alguma.

O SR. NEY SUSSUNA – Então, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Então, a vista do item 1, em vez somente do Senador Ney Suassuna, passa a ser coletiva, pelo prazo regimental de cinco dias.

Passo a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Item 3 da pauta. Considerando a ausência do Relator e da Autora do voto em separado, fica a matéria adiada.

Item 4:

Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2001. Aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Comunitária Camará FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Camarajibe, Estado de Pernambuco. Relator, Senador José Coelho.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ COELHO – Sr. Presidente, Camarajibe é praticamente uma das cidades que compõem a região metropolitana de Recife. Nada mais justo do que o pleito relativamente à implantação de serviços de radiodifusão. Em consequência disso, de acordo com a documentação apresentada e o PDL nº 147 de 2001, evidencio o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Sociedade Rádio Comunitária Camará FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização.

Opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2001. Aprova o ato que autoriza o Clube das Mães Nossa Senhora da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penalva, Estado do Maranhão.

Relator, Senador José Coelho, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ COELHO – Sr. Presidente, em face do relatório apresentado e examinando a documentação que acompanha o PDL nº 195, de 2001, evidencio o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que o Clube das Mães Nossa Senhora da Conceição atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização.

Opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural União Comunitária de Zona Sul a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul. Relatora, Senadora Emília Fernandes, a quem concedo a palavra.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, a matéria vem a esta Casa após ter sido aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia e Informática da Câmara dos Deputados com parecer favorável, à Comissão de Constituição, Justiça e de Redação. Foi considerado jurídico e constitucional e vazado em boa técnica legislativa, principalmente por se tratar de uma rádio comunitária. Nós temos como fundamento que, em princípio, uma rádio comunitária se constitui em veículo democrático que dá oportunidade à comunicação e ao intercâmbio e à ampliação do direito de voz, principalmente por parte das comunidades menores, distantes da comunicação maior do Estado ou do País. Daí a sua importância. Estamos dando parecer favorável e ressaltando, sem dúvida, o significado da localização dessa rádio, na cidade de São Borja, uma cidade histórica do Rio Grande do Sul e localizada na região da minha origem. Quero ressaltar a importância da rádio comunitária não apenas pelo princípio e pelos objetivos que, acredito, ela vai desempenhar naquela comunidade como também aproveitando para ressaltar a importância que nós temos em relação à cidade de São Borja do ponto de vista histórico para o nosso País e do Rio Grande do Sul em particular. Nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA – Só para apoiar a Senadora e até porque como sabe a Senadora eu tinha uma autorização até outro dia em São Borja, mas a cidade merece tudo isso que a Senadora disse e muito mais. Com toda certeza, é uma cidade encantadora e eu dou o meu apoio à Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2001, que aprova ato que renova a concessão da Rádio São Paulo Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Relator: Senador Pedro Ubirajara, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista o processo da Comissão de Educação, PDL nº 172, de 2001 (nº 738, de 2000 da Câmara dos Deputados) que aprova ato que renova a concessão da Rádio São Paulo Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Sr. Presidente, foram resolvidos todos os itens que dizem respeito a essa proposição. Somos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2001, que aprova ato que autoriza Associação Comunitária Américo de Campos a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Américo de Campos, Estado de São Paulo. Relator: Senador Pedro Piva, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foram cumpridas todas as formalidades, e meu parecer e voto são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6: PDL nº 190, de 2001, aprova ato que autoriza a Associação Comunitária de Amigos de Cafelândia – Acafe a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cafelândia, no Estado do Paraná. Relator: Senador Osmar Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amigos de Cafelândia – Acafe a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cafelândia, no Estado do Paraná cumpriu todas as exigências legais. Quero registrar que a cidade de Cafelândia tem a sede da Cooperativa Copacol, que todos os brasileiros conhecem, principalmente aqui, em Brasília, porque, para cá, vem um dos produtos mais nobres da Copacol, que é o frango. Quero apenas registrar.

Estou falando da rádio comunitária e está tudo dentro do que prescreve a legislação.

O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7:

Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Braganey a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Braganey, no Estado do Paraná. O relator é o Senador Osmar Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS – Esse projeto que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Braganey a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Braganey também cumpriu todas as exigências legais. O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 8:

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Vianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vianópolis, no Estado de Goiás. O relator é o Senador Mauro Miranda, a quem concedo a palavra.

O SR. MAURO MIRANDA – É da Comissão de Educação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2000, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Vianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vianópolis, no Estado de Goiás.

Sr. Presidente, foram cumpridas todas as etapas de análise, tanto por parte do Ministério das Comunicações quanto por parte da Câmara dos Deputados. Em função disso, em função de estar tudo em conformidade as normas, de acordo com o relato que se apresenta neste momento, e em função da aprovação por parte da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que teve o parecer do Deputado Walter Pinheiro, também optamos pelo voto favorável.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 142, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Vianópolis atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há requerimento sobre a mesa, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, a quem passo a palavra para ler o requerimento e justificá-lo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, na qualidade de relator do PLC nº 21/99, requerimento, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir conjuntamente, por versarem sobre temas correlatos, o Projeto de Lei da Câmara nº 21/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo

que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada, e o Projeto de Lei do Senado nº 20, que regula o dispositivo nº 220, § 3º, inciso I, da Constituição Federal, para disciplinar a exibição de diversões e espetáculos públicos, com os seguintes convidados...

Relaciono os convidados.

Sr. Presidente, entendo que há uma necessidade muito grande dessa audiência pública para o projeto de que sou relator. Ao mesmo tempo, já existe uma convocação de audiência pública para o projeto de que é relator o Senador Ricardo Santos e cujo autor é o Senador Pedro Simon. Como ambos os projetos tratam, na sua essência, da classificação dos programas de televisão em referência à idade, tentando preservar os bons costumes, a educação, a promoção da criança e da família, esses dois projetos são de importância tal que devem ser discutidos em uma audiência pública só, porque a finalidade dessa audiência pública coincide na essência e no mérito de cada projeto.

É o nosso requerimento, Sr. Presidente.

O CASILDO MALDANER – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Para discutir, tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O CASILDO MALDANER – Entendo, Sr. Presidente, que a proposta do Senador Juvêncio da Fonseca é procedente.

Estamos aqui a discutir essa questão do bloqueio nos equipamentos. A meu ver, introduzirmos esse dispositivo é salutar, porque, nesse caso, as empresas de comunicação, as televisões principalmente, poderão fornecer já as suas agendas, durante o dia e noite. Os pais ou responsáveis que entenderem que um determinado programa não é aconselhável poderão bloqueá-lo e poderão ficar tranquilos.

A discussão com as entidades que representam a produção e os meios de comunicação nesta Casa sobre esta matéria é salutar para que se dissipem algumas dúvidas. Existem colegas que têm dúvida em relação a isso.

O SR JUVÊNCIO DA FONSECA – Senador Casildo Maldaner, V. Exª me concede um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER – Pois não, Senador.

O SR JUVÊNCIO DA FONSECA – As pessoas que serão convidadas para esta audiência pública seriam o Sr. Jorge da Cunha Lima, Diretor da Fundação Padre Anchieta e Presidente da Abpec, Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Cultu-

rais, da área da TV Educativa; Drª Elizabeth Sussekind, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça; Sr. Paulo Machado de Carvalho, Presidente da Abert, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que é parte integrante desse problema e têm interesse na discussão; representantes da SET, Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – a questão técnica acima de tudo – e o Sr. Ilmar de Oliveira Soares, coordenador do Núcleo de Coordenação e Educação da USP, Universidade de São Paulo, porque tudo isso está muito interligado com a técnica, com a educação e com a programação meramente como entretenimento. Pretende-se, com isso, trazer todos os seguimentos de interesse, para que possam discutir esse projeto conosco.

O CASILDO MALDANER – Isso vem ao encontro justamente de algumas dúvidas que possam existir e que poderão ser esclarecidas. Esse debate nesta Comissão será, com certeza, acompanhado por todos os componentes desta Comissão, será esclarecido, e, com certeza, isso irá ao encontro dos anseios da sociedade brasileira. Setores organizados da sociedade discutem isso, e estamos trazendo o debate para esta Comissão neste momento para enfrentarmos uma questão que preocupa a sociedade como um todo.

De minha parte, só tenho a apoiar essa proposta apresentada por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Para encaminhar, tem a palavra o Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, uso a palavra apenas para manifestar também a oportunidade desse convite e desse debate, que é importantíssimo.

Penso que nenhum de nós já tem ponto de vista firmado sobre a matéria, se deve haver bloqueio sobre o aparelho ou se deve mesmo haver uma política nacional em relação ao que pode ser apresentado, quanto aos horários etc.

Essas pessoas convidadas por V. Exª, Senador Juvêncio da Fonseca, são os mais adequados para nos trazerem sugestões, experiências de outros países, que nos podem enriquecer no momento dessa decisão tão importante.

Uma coisa é verdade: a questão da reclamação, da insatisfação de vários setores com o que se apresenta na televisão em horários que possibilitam às crianças assisti-los é extremamente importante.

Vem em boa hora esse debate e essa discussão vai nos possibilitar uma discussão muito mais equilibrada e sábia.

Sou favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrar, eu gostaria de lembrar aos Srs. Senadores que amanhã, às 10 horas, neste local, será realizada audiência pública em que será ouvido o Sr. Ronaldo Sardenberg, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia. O convite foi feito a requerimento do Senador Ricardo Santos.

O Ministro falará sobre as diretrizes e programas prioritários do Ministério da Ciência e Tecnologia para o ano de 2002. Convido as Sr^{as} e os Srs. Senadores para que compareçam.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h28min.)

**Ata da 23ª Reunião Extraordinária,
da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª
Legislatura, Realizada em 11 de setembro
de 2001.**

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia onze de setembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Pedro Ubirajara, Hugo Napoleão, Waldeck Ornélas, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Luiz Pontes, Emília Fernandes, Ney Suassuna, José Fogaça, Maguito Vilela, Juvêncio da Fonseca, Francelino Pereira, Romeu Tuma, Osmar Dias, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido e Saturnino Braga, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Valmir Amaral, Moreira Mendes, Teotônio Vilela Filho, Fernando Matusalém, Eduardo Suplicy, Marina Silva e Roberto Freire. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Senador Gerson Camata apresenta Moção, em nome desta Comissão, repudiando o ata-

que terrorista aos Estados Unidos, a qual é aprovada por unanimidade. Em seguida, a Senhora Senadora Emília Fernandes apresenta requerimentos de sua autoria que 1) “Requer, nos termos do art. 90, combinado com o inciso III e inciso VI, do Regimento Interno, seja convocado a depor, nesta Comissão de Educação, o Sr. Paulo Renato Sousa, Ministro da Educação, para falar sobre o Plano Nacional de Educação e os vetos presidenciais e, por sugestão do Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão, incluir o Senhor Martus Tavares, Ministro do Planejamento, nesta audiência, para falar sobre o orçamento referente à Educação.” O requerimento é aprovado. 2) “Requer, com base no art. 90, inciso II do Regimento Interno, combinado com o art. 58, parágrafo 2º, inciso II da Constituição, a realização de audiência pública, a fim de instruir a apreciação e votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 50/2001, que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa, e dá outras providências.” O requerimento é aprovado. Dando continuidade o Senador José Fogaça apresenta Moção, de sua autoria e outros Senadores, que manifesta grande preocupação quanto à transferência de jovens atletas para o exterior e suas consequências danosas para os clubes formadores de atletas no Brasil, solicitando à FIFA medidas saneadoras para o assunto. Prosseguindo, o Senhor Senador Romeu Tuma requer, oralmente, a inversão da pauta para que possa ser apreciado o item 10, do qual é relator, uma vez que precisa ausentar-se da reunião. O requerimento é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 215, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova concessão outorgada à TV Bauru Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o relatório favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado, com abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 01: Projeto de Lei do Senado n.º 80, de 2001, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que “Determina que as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior apliquem percentual mínimo de seu faturamento líquido anual na execução de projetos de pesquisa e na qualificação do pessoal docente e técnico-científico.” O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer, encaminhando a matéria à Comissão de Constituição e Justiça, para opinar sobre a constitucionalidade da proposição, é aprovado. Item 02: Projeto de Resolução do Senado n.º 17 de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Senador

Ney Suassuna, que “Denomina Instituto Legislativo “Senador Humberto Lucena” o Instituto Legislativo Brasileiro.” O relator designado é o Senador Nabor Júnior e o relatório favorável é aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 204, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Caxias do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio grande do Sul.” O relator designado é o Senador José Fogaça e o relatório favorável é aprovado, com voto contrário do Senador Geraldo Cândido. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 217, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Fernando Eduardo Lee para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Hugo Napoleão e o relatório favorável é aprovado, com voto contrário do Senador Geraldo Cândido. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Pederneiras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o relatório favorável é aprovado, com abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 216, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa de Radiodifusão Futura para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Nilo Teixeira Campos e o relatório favorável é aprovado, com abstenção do Senador Geraldo Cândido. O relator solicita a seguinte retificação na primeira página, linha cinco, do seu relatório, onde se lê: “...10 (dez) anos...” leia-se 15 (quinze) anos, com o que todos concordam. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Valença Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Nilo Teixeira Campos e o relatório favorável é aprovado, com abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que

“Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 03: Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 2000 e Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 160, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Srs. Senadores, havendo **quorum** regimental, damos por aberta a 23ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que se realiza hoje, 11 de setembro.

Primeiramente, gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores da Comissão de Educação que estava prevista a presença do Exmº Sr. Ministro, Dr. Paulo Renato de Souza, que deveria falar sobre o Plano Nacional de Educação e os instrumentos necessários à operacionalização desse plano.

Como a convocação previa uma série de pontos relacionados à viabilização desse plano que teria como consequência natural a adaptação do Plano Plurianual do Governo Federal ao Plano Decenal e também a adequação do Orçamento de 2002 às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, sugeriu o Exmº Sr. Ministro de que deveriam estar presentes, também, nesta audiência pública dele o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares. Então, estamos reformulando o requerimento, para ser uma audiência conjunta do Ministro Martus Tavares com o Ministro da Educação para que possamos, de maneira mais eficaz, eficiente, tomarmos decisões, a Comissão de Educação do Senado junto com o Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento e Orçamento, adaptando esses instrumentos orçamentários para que o Plano Nacional de Educação, que é um plano de Estado, não é um plano de Governo, não é um plano de um período governamental apenas, não venha a se transformar em letra morta.

Achamos plausível a explicação do Exmº Sr. Ministro. Está havendo uma articulação entre o Ministro

da Educação e o Ministro Martus Tavares para que, conjuntamente, venham aqui. Estamos solicitando que seja ainda no mês de setembro.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, antes que comecemos efetivamente a reunião, creio que a Comissão poderia apresentar um voto de solidariedade ao povo norte-americano, aos cidadãos norte-americanos, às famílias dos que pereceram nesse covarde e inominável ataque terrorista que aquela grande nação está sofrendo. É claro que as consequências econômicas disso vão atingir a América Latina, o Brasil e o mundo, mas as vidas que se foram, as famílias que perderam pessoas inocentes que estavam ali trabalhando, que estavam pelas ruas em busca do seu trabalho...

Creio que a Comissão toma uma atitude muito justa apresentando os pêsames e a solidariedade, nós que lidamos com a educação, com o povo norte-americano, com o governo daquele país, diante desse ataque tão covarde feito contra civis, contra alvos que não são militares, num momento como este.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Considero oportuna a proposta do Senador Gerson Camata de que a Comissão apresente um voto de pesar ao povo americano, à nação americana e ao governo americano, considerando a forma dantesca e ampliada com que estão se dando os ataques terroristas naquele país, envolvendo edifícios como o **World Trade Center**, o Congresso americano, que foi bombardeado, o Pentágono, até onde se pode saber no presente momento.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra para falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Submeto esse voto à apreciação dos Exm^{os} Srs. Senadores, considerando o dia de hoje extremamente triste e perigoso para o mundo inteiro, porque não se sabe qual será a reação da nação americana, com relação a esse atentado frontal à maior cidade americana, Nova Iorque, e também à capital americana, Washington.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, que a pediu.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também dizer da importância da solicitação que o Senador Gerson Camata faz a esta Comissão.

Parece-me que exatamente o Plenário desta Comissão de Educação é o espaço mais indicado desta Casa, talvez mais até do que o próprio plenário ou outras Comissões. Temos defendido que, neste

País, neste mundo, onde pregamos a paz, esta se dará não via questão e processo econômicos, mas via educação dos povos, por meio de uma cultura da paz que se construa no dia-a-dia, de maneira tal que ela se inicie dentro das casas de cada família brasileira e do mundo inteiro, vá às escolas, atinja os locais de trabalho e volte em ações éticas de solidariedade, de respeito e de construção coletiva.

Então, a Comissão de Educação diz ao povo dos Estados Unidos que lamenta profundamente o que está acontecendo. Certamente, muitas mortes estão ocorrendo. Haverá muitos problemas e consequências na política internacional.

Nós, que não aprovamos, em hipótese alguma, nenhuma forma de reação onde se coloque a vida das pessoas em jogo, queremos nos solidarizar também e dizer à nação mais poderosa deste Planeta que a paz tem de ser construída a partir dos que detêm o poder econômico e político e daqueles que, em nome, muitas vezes, de uma política internacional, têm submetido países ao constrangimento político, à própria guerra, à exploração econômica, à exclusão inclusive do potencial econômico e social, como os Estados Unidos fazem com muitos países deste Planeta. Não será por isso que não iremos nos solidarizar com o povo norte-americano, que não tem culpa e é, certamente, o que mais vai sofrer, inclusive, outras consequências.

Então, em nome da paz, votamos a favor do pedido de manifestação da nossa condição, alertando de que, quanto mais se levantarem os poderosos na direção da guerra, mais sofrimento e distância entre os seres humanos haverá neste Planeta.

Esse era o registro que gostaria de fazer, dizendo que o Senador Gerson Camata inicia bem esta nossa reunião. A educação terá que ser o objetivo nº 1 da humanidade; se não for por aí, não haverá integração, não haverá nenhum mercado internacional ou alianças que possam resolver o problema do nosso Planeta, não apenas do ponto de vista econômico, mas político, social e de defesa do nosso meio ambiente.

Em nome da paz, voto favorável a essa solicitação oportuna do Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação, a moção do Senador Gerson Camata.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Gostaria apenas de acrescentar que a Senadora Emilia Fernandes falou muito bem. A educação é

um fator fundamental na difusão de novos valores de integração social e tolerância entre os povos. Passei a última semana em um Congresso, em Genebra, em que se discutiu exatamente essa questão. Cento e oitenta países, ali reunidos em um congresso da Unesco, firmaram posições no sentido de construir uma escola que não apenas qualifique, mas que esteja voltada fundamentalmente para a construção de cidadãos e que venha difundir novos valores visando ao grande lema dessa conferência: aprender a viver juntos em cada Nação, nesse mundo conturbado em que estamos vivendo hoje.

Esperamos, com essa moção que será encaminhada pelo Senado Federal e que foi agora aprovada, que esses fatos que vimos hoje pela televisão não tenham desdobramentos sangrentos, que possam conturbar ainda mais a ordem mundial. Solicita-se prudência neste momento. Esperamos que a diplomacia internacional, sobretudo dos grandes países, entre em ação para que esse conflito não tenha dimensões maiores e que vidas humanas tão preciosas não corram risco.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes pela ordem.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente as considerações de V. Ex^a em relação ao não-comparecimento do Sr. Ministro Paulo Renato Souza à nossa Comissão, como estava previsto. S. Ex^a foi convocado já pela terceira vez por V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, que nos convocou como membros para ouvir o Sr. Ministro, que não compareceu.

Consideramos que as justificativas que V. Ex^a apresentou são, em parte, até oportunas. No entanto, já poderiam ter sido levantadas na primeira ausência do Ministro. Parece-me que, com todo o respeito que tenho por S. Ex^a, está havendo uma falta de consideração com esta Comissão. Convidamos o Sr. Ministro. Essa é a palavra que utilizamos normalmente, até porque convocar o Ministro é uma atribuição regimental desta Casa. Portanto, não estaríamos extrapolando as nossas atribuições nem desrespeitando o Sr. Ministro da Educação. No entanto, S. Ex^a tem desrespeitado esta Comissão.

Então, manifesto o meu repúdio em relação à ausência, pela terceira vez, do Sr. Ministro Paulo Re-

nato Souza e solicito que esta Comissão tenha responsabilidade. Quando votamos o Plano Nacional de Educação, no início deste ano – parece-me que foi sancionado em 9 de janeiro –, pedi a esta Comissão que fizesse um acompanhamento sistemático e que fosse instalada uma subcomissão. Depois, V. Ex^a assumiu a Presidência e entendeu que, pela magnitude do tema, era importante ampliar a responsabilidade para toda a Comissão. Aceitamos essa posição e, em seguida, ao ser o mencionado Plano sancionado em 9 de janeiro pelo Presidente, houve nove vetos presidenciais.

A partir daquele momento, urgentemente, fizemos estudos técnicos, havendo, ainda, pareceres políticos, análises de professores e de outras pessoas, entendendo que o Plano Nacional de Educação está previsto para os próximos dez anos, estabelecido em termos de objetivos, diretrizes e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e a valorização do magistério, para o financiamento e a gestão da educação. Trata-se de um assunto que não pode esperar. Há nove vetos do Presidente.

Desse modo, Sr. Presidente, manifesto o meu repúdio em relação à ausência do Ministro. S. Ex^a está caminhando na contramão da história da educação, que não espera e não retarda. Ele está comportando-se conosco com a mesma desconsideração que está tendo com os funcionários públicos deste País, com os nossos professores universitários, que estão há 50 dias clamando por audiência para convocar, com uma pauta apresentada em 2000, e S. Ex^a chegou ao cúmulo de dizer que não sabe que pauta estão oferecendo, exigindo e reivindicando os funcionários que estão em greve. Sabemos que estão pedindo coisas justas: concurso público, reposição salarial e incorporação de gratificações, defesa dos direitos sindicais e sociais, e querem uma solução para a questão dos aposentados.

O Ministro da Educação, que faz ouvidos para uma campanha eleitoral, não tem ouvidos para a Comissão de Educação do Senado Federal e não tem ouvidos para os funcionários das nossas universidades públicas, que são o âmbito e o local mais sagrado, onde estamos orientando aqueles que pensam, aqueles que pesquisam, aqueles que avançam na tecnologia para desafiar o Brasil, inclusive numa mesa de negociações internacionais como um País que conhece, que tem o poder da sabedoria e do conhecimento.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que não concordo com a ausência de S. Ex^a. Ele que viesse e que desse as suas explicações, que deixasse ques-

tões pendentes, porque iríamos ao Ministro Martus Tavares, inclusive chamando-o também. Creio que ele foi convidado três vezes; três vezes marcou e desmarcou. Quer dizer, podemos preparar a nossa agenda, preparar-nos para os questionamentos, para o estudo que se fez, prévio, mas ele pode dizer: "Não, só venho com outro".

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou entregando um requerimento, que, nos termos do art. 90, combinado com os Incisos III e VI do Regimento Interno, seja convocado o Ministro da Educação a depor na nossa Comissão sobre o Plano Nacional de Educação e sobre os vetos presidenciais. São nove vetos. Temos a análise técnica à disposição dos senhores para todos os vetos, com a argumentação e a contra-argumentação do que está posto. Porém, creio que temos que impor um pouco mais, senão, vai-se o ano. Já se foram seis meses, e o Ministro nunca vem! Três vezes marcou e três vezes não compareceu.

É esse o registro que eu gostaria de fazer e dizer que nós, com todo o respeito e admiração pessoal, inclusive em relação ao Ministro -- porque não confundimos os fatos --, não concordamos com a forma política com que S. Ex^a está administrando uma decisão desta Comissão, que é soberana e que tem feito um trabalho excelente de aproximação e de divulgação sobre as suas reais atribuições.

Coloco à apreciação dos senhores este requerimento. Temos que dizer ao Ministro que não vamos esperar mais. É lógico que a data da reunião vai depender de V. Ex^a e do Ministro. Porém, não temos mais como protelar. Três vezes marcar, chamar os membros da Comissão e não comparecer, avisando que não vem, cada vez dando uma justificativa, creio que é demais, é desrespeito demais por uma Comissão que trabalha tão sério.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Respeito as ponderações da Senadora Emilia Fernandes, mas, em favor do Ministro, eu gostaria de ressaltar que o Plano Nacional de Educação, para ter consequências, tem necessariamente de ser adaptado ao Plano Nacional de Educação, e o próprio Orçamento anual também tem que ser expressão financeira das metas que são fixadas a cada ano.

Para que o Plano Nacional de Educação se torne uma realidade é que há a sugestão de que também compareça o Ministro do Planejamento. É uma sugestão que considero muito interessante para que essas questões sejam decididas e para que esses compromissos, frente ao plano, sejam firmados também pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Atualmente, há um desligamento total entre o Plano Decenal e o PPA. O PPA não se adaptou ao Plano Decenal. Então, corremos o risco de ter um plano teórico, cheio de metas ousadas, necessárias, mas sem os instrumentos financeiros necessários à sua implementação.

Portanto, eu gostaria de agregar ao seu requerimento um pedido de convocação também para o Ministro Martus Tavares, a fim de que os dois Ministros compareçam a esta Casa conjuntamente. Solicito que o Ministro Martus Tavares dê o seu posicionamento e as suas orientações para o PPA, a LDO e os orçamentos anuais correntes sobre a metodologia e a forma como vão se adaptar para que o Plano Nacional de Educação não se torne uma letra morta.

Com esse adendo, submeto e encaminho para discussão o requerimento da Senadora Emilia Fernandes.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – O adendo soma-se, portanto, à convocação dos dois?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Do Sr. Martus Tavares.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Na mesma data?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Na mesma data, porque o que está em jogo não é apenas o plano decenal, mas como vamos operacionalizar.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Está certo. O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Está certo. Em votação. (Pausa)

Faremos a convocação para os dois Ministros no sentido de discutirmos a implementação do Plano Nacional de Educação, inclusive as suas implicações orçamentárias e de natureza financeira.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, diante de fatos recentes que envolvem jogadores de futebol, jovens, crianças e adolescentes no Brasil, e de uma decisão que a FIFA – Federação Internacional de Football Association –, o órgão maior do mundo em torno das questões que envolvem atletas e transações internacionais, apresentamos uma manifestação da Comissão de Educação a esse respeito e esse pedido tem o apoio de inúmeros Srs. Senadores membros desta Comissão. Gostaria de poder apresentar essa proposta de manifestação, que tem o seguinte teor:

“Prezados senhores, o futebol no Brasil tem uma dimensão social que ultrapassa em muito o simples caráter de competição esportiva ou lazer.

Os clubes de futebol desempenham um papel insubstituível na educação, orientação psicológica, atendimento médico e preparação atlética de milhares de jovens, geralmente oriundos dos segmentos mais pobres de nossa população.

O papel central que o clube de futebol exerce na vida de crianças e adolescentes em processo de formação vai além da figura individual do atleta e, muitas vezes, serve como força de atração estabilizadora para a preservação inclusive do seu próprio núcleo familiar.

A Comissão de Educação do Senado Federal vem, através deste documento, manifestar sua grande preocupação e interesse em torno de sucessivos episódios que têm envolvido a transferência de jovens atletas para o exterior com total desrespeito ao vínculo que os liga aos clubes que investiram na sua formação, não no que se refere ao caráter financeiro dessas transações, mas no que diz respeito à aplicação da legislação esportiva internacional, pela qual deve zelar a sua entidade maior, a FIFA.

O clube de futebol, para um jovem europeu, é apenas um caminho para aumentar o seu nível de excelência competitiva e o seu alto rendimento atlético. No Brasil, o clube de futebol é muitas vezes, para o jovem, a única alternativa à miséria, ao abandono, à desagregação familiar, à pobreza e à total falta de futuro.

Dirigimo-nos, pois, aos dirigentes da entidade maior do futebol em todo o mundo para que decisões que venham a atingir os clubes brasileiros não tenham como efeito o desestímulo total ao seu papel social, causando prejuízo presente e futuro a milhares de meninos pobres em nosso país, para os quais o ambiente desse clubes significa muito mais que a prática de um esporte.”

O documento tem a assinatura deste Senador, da Senadora Emilia Fernandes, e dos Senadores Gerson Camata, Nilo Campos, Carlos Patrocínio, Nabor Júnior, Hugo Napoleão e Álvaro Dias. O Senador Gilvam Borges também me autorizou a considerar como dada a sua assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Gostaria de ser signatário dessa moção.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação, a moção do Senador José Fogaça.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Parabenizo o Senador Fogaça pela iniciativa e repito que gostaria de ser signatário dessa moção em favor dos jovens jogadores de futebol do Brasil.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – O Senador Álvaro Dias, evidentemente, é a pessoa mais bem informada e conhecedor mais profundo da realidade, graças ao trabalho brilhante que vem realizando na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o esporte.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, apenas para louvar a iniciativa do Senador José Fogaça, é importante que assim se proceda. E, informo que a CPI tem recebido sugestões valiosas para a elaboração de uma legislação que regularmente, de forma mais eficaz, a transação de jovens por clubes brasileiros com clubes no exterior, evitando o drama, que muitos vivem, pelo abandono a que são submetidos no exterior, após devidamente explorados.

O Senador Geraldo Althoff é o Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito e vai propor, no dia 8 de novembro, uma nova legislação para o Desporto, incluindo certamente um capítulo especial relativo ao episódio aqui bem relatado pelo Senador José Fogaça.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, encaminho à Mesa uma série de documentos que recebi da comunidade científica do Estado do Rio Grande do Sul, em particular da área de Linguística e Letras, inclusive com abaixo assinado de professores e instituições, no sentido de que os Senadores, membros da Comissão de Educação, tomem conhecimento do que dispõe o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001, com relação à promoção, proteção, defesa e uso da Língua Portuguesa, que se encontra no Senado Federal. Trata-se de um projeto oriundo da Câmara dos Deputados, que chegou recentemente a esta Casa, que tem como Relator o Senador Amir Lando, onde professores universitários e a comunidade científica fazem um alerta em relação ao projeto. E, tendo em vista as considerações, os livros recomendados no boletim da Associação de Linguística Aplicada do Brasil – Alab (Direito à Fala, a Questão do Preconceito Lingüístico, de Fábio Lopes da Silva e Eronildes Amaurílio de Melo Moura), abordam muito bem a questão da Língua Portuguesa.

Sr. Presidente, observamos, após examinar a documentação, que o assunto não é tão pacífico

como parece – e vejam que o Projeto é de autoria do Deputado Aldo Rebelo, do PCdoB.

Sr. Presidente, assim, preocupada com os argumentos que me foram apresentados, encaminho – e gostaria que V. Ex^a o considerasse – requerimento no sentido de ouvirmos pessoas ligadas ao setor, ou seja, a Associação Brasileira de Linguística – Abralin, da Universidade Federal do Ceará, cuja Presidente é a Dr^a Maria Elias Soares; a Associação de Linguística Aplicada do Brasil – Alab, responsável pelo boletim que citei; a Professora Dr^a Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, da Universidade Federal de Minas Gerais, e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística – Anpol, cuja Presidente é a Dr^a Freda Indurski, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Que fossem ouvidas estas pessoas, pois tratam diretamente do assunto, a fim de orientar a elaboração do relatório e sua votação, até mesmo em relação a alterações que a Comissão possa fazer.

Portanto, peço o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para a realização dessa audiência, com estas três autoridades, a quem poderiam se somar outras, caso os nobres Pares entendessem necessárias, a fim de que discutíssemos a questão diretamente vinculada à Língua Portuguesa. É uma política? É uma planificação linguística? Enfim, o que vamos propor ao Projeto? Sr. Presidente, creio que as pessoas diretamente vinculadas têm o direito de serem ouvidas.

Passo a documentação recebida à Secretaria da Comissão, que fica à disposição dos nobres Pares.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, o Embaixador José Aparecido fundou uma Associação de Países da Língua Portuguesa. Ele presidiu, não sei se ainda preside, essa associação formada de países da Ásia, da África e, naturalmente, da Europa e da América Latina – no caso, o Brasil – que falam português. Como ele participa de reuniões anuais, eles pensaram na edição de um dicionário único, na unificação de algumas regras gramaticais – e houve avanços, como na questão do uso de acentos. Então, seria interessante, já que nós faremos esse convite, aprovado o requerimento, convidar também o Embaixador José Aparecido, porque ele pode dar uma visão em nível mundial.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – É interessante. Agora, eu lembraria o nosso órgão maior,

que é a Academia Brasileira de Letras, que tem agora até um grande dicionarista, o maior linguista brasileiro, que é Antônio Houaiss, ou algum membro da Academia Brasileira de Letras.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Nenhuma restrição, Sr. Presidente, claro, mas eu creio que a Senadora Emilia Fernandes toca no ponto-chave da questão. O projeto do Deputado Aldo Rebelo, por quem eu tenho grande admiração e respeito, é um projeto polêmico. Tenho dois sentimentos em relação a esse projeto: um é o da minha formação técnico-científica, que não me permite ser favorável ao projeto, por ele ter um descabimento científico; o outro é a percepção política da importância do projeto, que me faz ter uma grande simpatia pela posição, pela intenção, até pela possibilidade de debate da matéria que o projeto do Deputado Aldo Rebelo abriu. É um projeto que tenta coibir, limitar, impedir ou proibir o uso de expressões estrangeiras, principalmente em inglês, na utilização da língua portuguesa como forma pública de comunicação.

Quem tem conhecimento técnico-científico, quem tem conhecimento de linguística, sabe que o universo da língua não é aprisionável e não pode ser submetido a uma legislação dessa forma, que depende de fatores culturais que não são passíveis de um controle legal. Mas nada impede que esse projeto seja debatido, nada impede que ele abra um campo de análise, de debate e até de audiência a essas pessoas gabaritadas e especializadas às quais fez referência a Senadora Emilia Fernandes.

Sem dúvida nenhuma, um membro da Academia Brasileira de Letras traria até um certo **plus**, um adendo, uma visão cultural importante, como traria o Embaixador José Aparecido ou quem o substituir, no momento, na Presidência desse organismo internacional. Mas eu penso que as indicações feitas pela Senadora Emilia Fernandes são das pessoas que têm a palavra científica nessa matéria e que podem nos dizer se é possível fazer uma lei que venha a coibir o uso de termos estrangeiros no âmbito da língua culta padrão, do português falado no Brasil.

De modo que essa é uma análise que eu faço, não só acatando o que V. Ex^a propõe no sentido de convidarmos também um membro da Academia Brasileira de Letras, mas, sobretudo, enfatizando a importância desses nomes indicados pela Senadora Emilia Fernandes. Evidentemente, o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, indubitavelmente, o projeto do eminente Deputado Aldo Rebelo tem o condão de suscitar a polêmica em torno dessa questão.

Quero dizer aos nobres Pares que a Câmara dos Deputados realizou um seminário para tratar dessa proposta, e lá estiveram os mais renomados professores interessados nessa matéria, inclusive membros da Academia Brasileira de Letras, conforme tive oportunidade de ouvir a palestra, o debate, em que estava presente o Dr. Arnaldo Niskier.

E quero dizer, Sr. Presidente, que também apresentei projeto de lei semelhante – não ao do Aldo Rebelo, mas na mesma linha –, de preservarmos tanto quanto possível as nossas tradições, já que a língua talvez seja uma das maiores tradições do nosso País.

Então, considero importante que se realize um novo seminário e eu gostaria que, ao aprovarmos ou rejeitarmos o projeto do eminente Deputado Aldo Rebelo, que alguma coisa de útil pudesse ser depreendido dessa matéria. Porque, na realidade, existe uma forte tendência de se acabar com todas as línguas que se falam pelo mundo afora. Ontem até, ao ler os jornais, tive uma decepção. Sempre homenageei o Timor Leste na sua luta pela emancipação e sempre o caracterizando como um país de língua lusófona, e decepionei-me ao ler que aqueles países que foram colonizados por portugueses, por Portugal, praticamente não falam a língua portuguesa. Portanto, é importante que convidemos as pessoas interessadas nessa matéria. Ao cabo desse estudo, que deverá ser aprofundado, eu gostaria de que a intenção do eminente Deputado Aldo Rebelo de alguma forma pudesse contribuir para a preservação dos nossos valores mais positivos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Quero cumprimentar a iniciativa de abrir este debate aqui. Porque carrego dúvidas em relação ao projeto do Aldo Rebelo. É lógico que temos que preservar as regras, as tendências da nossa letra-mãe, da “última flor do Lácio”, como se diz. Temos que preservar isso. É um debate que considero importante, assim como a tese levantada aqui pela Senadora Emília Fernandes de trazer pessoas ligadas a essa área, tese que foi endossada pelo Senador José Fogaça e aqui defendida pelo Senador Carlos Patrocínio. Creio que compete também à Mesa verificar quem da Academia gosta dessa área, para debater aqui conosco, para que pudéssemos acompanhar mais de perto e formarmos um juízo

maior. Porque neste atual mundo globalizado não é fácil ficarmos estanques aqui. Hoje essa competição internacional não é tão fácil. Temos que conservar o que é nosso, não há dúvida alguma. Mas o debate é fundamental, para formarmos um melhor juízo. Entendo que essa questão hoje é importante, porque é necessário que se acompanhe o mundo de perto, não podemos ficar isolados naquilo que é só nosso.

Quero cumprimentar os colegas pela preocupação em trazer esse debate aqui para formarmos um juízo melhor, para discutirmos também com os respectivos Estados, trazermos de lá mais colaborações, resultando, assim, numa convergência a melhor possível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Hugo Napoleão, para encaminhar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tecer algumas breves considerações sobre o projeto em pauta.

A mim me parece natural a preocupação do autor com relação à preservação do nosso idioma. Quero, todavia, recordar que o português há dois mil anos era latim e que daqui a dois mil anos não haverá mais português. E que estamos, portanto, agora, neste momento, discutindo algo que evidentemente escapará ao nosso controle, sobretudo no mundo da globalização.

Por exemplo: seria ridículo agora chamarmos futebol de bola de pé; dizer que não é mais gol, é tento. Acho que também não devemos ter um excesso de preocupação. Algum zelo é viável. Por exemplo, sabem V. Ex^{as} que as Armas da Grã-Bretanha, que já guerreou tanto com a França, trazem uma inscrição em francês que diz: **Dieu et mon Droit**, “Deus e o meu Direito”. Numa terra que é berço da língua anglo-saxônica, nem por isso os ingleses estão ofendidos. Os franceses também usam a palavra **parking**, estacionamento, acentuando a letra “g” no final da palavra. Pipoca é **pop corn**, e nem por isso alguém vai ficar triste lá. Poderíamos dizer agora que não é o **mouse** do computador, mas o rato, que não é a **Internet**, é a Rede de Comunicações Mundiais.

Enfim, tenho de um ex-presidente da Academia Piaulense de Letras, Professor Arimatéia Tito Filho, um compêndio, que mandei buscar agora no meu gabinete, com pelo menos 200 expressões anglo-saxônicas aplicadas ao nosso Português. A linguagem aeronáutica e hoteleira usa o **check in**, o **check out**, e agora, em um hotel, diríamos: vamos nos colocar para dentro, nos colocar para fora. São expressões internacionais hoje, afinal advêm de uma potência que

se tornou quase que única, infelizmente vivendo um drama profundo, como toda a Humanidade deve estar alerta para a gravidade e o risco internacionais que vão decorrer desses gestos impensados de terrorismo, mas uma nação que se fez como outrora a Grã-Bretanha se fez, fazendo com que o seu idioma, o Inglês, se tornasse uma língua como desejaram que fosse o Sânscrito ou o Esperanto. Então, há palavras que não podemos evitar. Em vez de voleibol, dizer bola de mão? Em vez de basquetebol, dizer bola na cesta? Enfim, há uma série de expressões nos esportes. Outro exemplo, o CD tem que mudar, o DVD não pode mais ser DVD, o **laser disc** também não. Então, teríamos que promover uma modificação integral que em nada vai afetar a Língua Portuguesa, que é o nosso grande passaporte para a cultura.

Quando fui Ministro da Educação, incluí o Português como língua obrigatória com característica de eliminatoriedade nos vestibulares. Preliminarmente, se não passou na prova de português, não pode seguir adiante, porque o idioma é o grande passaporte para a cultura, como disse.

Queria dizer que está certo, temos que ter nossas preocupações, temos que realmente nos acautelar para não deixarmos que haja uma invasão. Entretanto, no mundo globalizado de hoje, com o computador, com o acesso dos satélites, num mundo em que, se fôssemos suprimir o Inglês nos aeroportos brasileiros, não poderíamos nem trafegar, porque é o idioma usualmente usado para aproximação e decolagem de aeronaves...

Vamos reconhecer essa realidade. Não vamos tirar, absolutamente, a primazia, a prioridade do Deputado, que considero louvável, mas que tenhamos algumas proteções para a nossa língua pátria, que serão inevitáveis, e assim, repito, dentro de dois mil anos não será o Português, não sei o que será – não estarei aqui, não estaremos nós –, mas o Português é que definitivamente, dentro de dois mil anos, não existirá, como o Inglês não existia há dois mil anos.

Temos que ter uma compreensão, sem que nos resvalemos para uma “medida patriótica”. Essas são as cautelas que sugiro. Quanto ao livro, estou mandando trazer. Lembro ainda que, nas Armas dos Estados Unidos da América, há a figura de uma águia com um feixe de flechas e uma inscrição que diz: **et pluri-bus unum**, em Latim, e nunca, jamais, em tempo algum, aquele País, que tem uma língua anglo-saxônica, de um povo anglo-saxão, se sentiu humilhado porque mantém expressões latinas, língua que não os orienta senão em algumas expressões.

Está aqui o livro: “Anglo-norte-americanismos no Português do Brasil”, do professor Arimatéia Tilo Filho, ex-membro e ex-presidente – já falecido infelizmente – da Academia Piauiense de Letras, trazendo termos como **marketing** e **ferry-boat**. Estamos usando o termo **coffee break**, “quebra para o café”. Sejam mais razoáveis. Nosso patriotismo deve estar envolvido, vamos continuar protegendo a língua portuguesa, mas com as cautelas. O livro está em minha mão.

Sr. Presidente, não quero cansá-los, mas eram algumas observações. Não deixemos que isso se transforme numa notícia internacional de grande monta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação, o requerimento da Senadora Emília Fernandes, com a inclusão de um representante da Academia Brasileira de Letras e da Associação de Países de Língua Portuguesa, conforme proposto pelo Senador Gerson Camata.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Por solicitação do Senador Romeu Tuma, faremos uma inversão de pauta, porque S. Ex^a está ocupado com os processos relacionados com o Conselho de Ética. Então, passemos ao item 10, primeiramente, não-terminativo:

Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2001. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Bauru Ltda. para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagem de televisão, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Agradeço a V. Ex^a ter atendido meu pedido, em razão de estar concluindo o relatório a respeito das apurações determinadas pelo Conselho de Ética que envolvem o Presidente da Casa, Senador Jader Barbalho. Peço desculpas aos demais membros desta Comissão por ter pedido prioridade. Há uma pressão muito grande, estamos correndo contra o tempo.

Chegou a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2001, de nº 735/71 na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Bauru Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de som e imagem de televisão, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Foram examinados todos os documentos previamente requisitados na forma da lei e, posteriormente avaliados. Conclui-se pelo cumprimento das exigências legais.

Portanto, somos favoráveis ao projeto de decreto legislativo do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam o parecer do Relator, Senador Romeu Tuma, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2001. Determina que as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior apliquem percentual mínimo de seu faturamento líquido anual na execução de projeto de pesquisa e na qualificação de pessoal docente e técnico-científico.

O projeto é de autoria do Senador Antero Paes de Barros. O Relator é o Senador José Fogaça.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista a natureza do projeto, sua importância e o conteúdo de mérito altamente elogiáveis, importante e positivo, impus a mim uma revisão de parecer. Mais uma vez, temos um problema com o chamado caráter terminativo dos projetos de lei nesta Comissão.

Quando um projeto de lei contém alguma questão de ordem constitucional, de tecnicidade jurídica ou de juridicidade e, ao mesmo tempo, por sua proposição social, merece consideração e respeito – como é o caso deste – também por sua importância para os objetivos da educação nacional, fica muito complicado, Sr. Presidente, não submeter este projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dado o caráter terminativo.

No primeiro relatório, com base na análise que fiz da inconstitucionalidade, eu havia tomado uma opção diferente. Agora, houve um pedido de vista da Senadora Emília Fernandes, e creio que houve pedido de vista coletivo. Considerando que este é um projeto que merece continuar, que merece ser aprovado pela Comissão de Educação, estou encaminhando o parecer no sentido da audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Antero Paes de Barros propõe que as instituições privadas de ensino superior apliquem

um percentual mínimo de seu faturamento líquido na execução de projetos e na qualificação do pessoal docente e técnico-científico.

Diante da minha formação e diante da tradição que tenho como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, muitas vezes, fico um pouco limitado por essa visão e sou obrigado a trazê-la aqui. Como todos sabemos, o art. 207 da Constituição Federal diz que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Isso é aplicável também às chamadas instituições privadas de ensino, que cumprem as normas gerais da educação nacional.

Sendo assim, não podemos dizer para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul o quanto ela deve aplicar do seu orçamento em pesquisa. É o princípio da autonomia de gestão, autonomia da universidade, dos professores, da entidade docente que dirige a universidade, mediante a eleição do seu reitor.

Felizmente ou infelizmente, isso também se estende às empresas que mantêm ensino no âmbito da iniciativa privada.

Após analisar a importância do projeto, conclui que se afigura como uma contribuição de valor para corrigir deficiências de pesquisa nas universidades privadas. Embora haja instituições particulares que primam pela qualidade dos seus serviços educacionais e aplicam recursos adequados na capacitação profissional de seus servidores em atividades de pesquisa, há estabelecimentos que pouco ou quase nada fazem a esse respeito. Desse modo, precisam que a lei os induza a investir na qualidade de ensino, a fim de respeitarem os seus estudantes e para se evitarem novos vexames nos processos de avaliação, conforme os provões atestaram recentemente.

No entanto, julgamos indispensável que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pronuncie-se sobre a constitucionalidade da matéria, particularmente no que diz respeito à observância dos arts. 207 e 209 da Constituição Federal.

Em face dessa argumentação, o voto é, em preliminar ao mérito, pelo pedido de pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade da proposição, devendo, se for o caso, retornar a esta Comissão para apreciação final sobre os aspectos de mérito.

Caso seja submetida e aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aqui então

se dê a palavra final, porque a esta Comissão cabe a análise de mérito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Quero apenas expressar minha concordância com o Senador José Fogaça, porque a autonomia universitária é um tema discutido intensamente principalmente por aqueles que se dedicam à vida universitária. E tivemos recentemente a separação, por medida provisória, das entidades de ensino filantrópica daquelas que deixaram de ser filantrópicas. Estas últimas passaram a ser uma empresa comercial, ou seja, pagam impostos, previdência social e imposto de renda. Então, essa autonomia é importante. O que cabe ao Ministério da Educação, que o tem feito por meio do Provão, é fiscalizar se realmente estão sendo cumpridas as exigências da LDO e das leis que dirigem o ensino público ou privado.

Então, concordo com a remessa da matéria para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação sobre a constitucionalidade e legalidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, em que pese o reconhecimento do zelo e dos cuidados sempre demonstrados pelo eminente Relator, Senador José Fogaça, penso que já estaríamos em condições de aprovar este projeto hoje aqui.

Entretanto, sem querer discutir, eu gostaria de suscitar uma questão de ordem: não poderíamos aprová-lo e, depois, encaminhá-lo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já que ele tem um caráter terminativo aqui? Ou seja, a aprovação aqui encerra a tramitação, por causa do seu caráter terminativo, ou ele ainda poderá ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

Vejo – e repito as palavras do eminente Senador José Fogaça – todos os méritos e a urgência para a aprovação desse projeto. Ao que me parece, não há qualquer eivo de inconstitucionalidade. Muito pelo contrário: “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: cumprimento das normas gerais da educação nacional; as universidades gozam de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Portanto, o projeto vem muito mais ao encontro daquilo que preconiza a Constituição Federal. Não

vejo nenhuma inconstitucionalidade. Entretanto, faço a questão de ordem: não poderíamos aprovar o projeto aqui, sob o ponto de vista do seu mérito, e, posteriormente, encaminhá-lo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para verificar a sua constitucionalidade? Essa é a questão de ordem que formulo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – É perfeitamente cabível a proposta do Senador José Fogaça. Vamos submeter à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania as questões relacionadas à constitucionalidade e à legalidade da matéria. De qualquer maneira, o caráter terminativo, do ponto de vista da análise de mérito, será na Comissão de Educação. Ele voltará para esta Comissão.

Lembro também que, do ponto de vista conceitual, a aplicação da base de cálculo de 15% deveria ser mais bem definida e enunciada. Aqui, fala-se em 15% do faturamento líquido. E o conceito de faturamento líquido, em que se deduzem impostos, pagamento de pessoal, despesas pedagógicas, despesas administrativas, é, na contabilidade, muito próximo do lucro líquido. Não é faturamento líquido.

Então, penso que seria necessário uma melhor conceituação técnica do que é faturamento líquido. Pelo que está definido no parágrafo único, o conceito não é faturamento líquido; porque 15% do faturamento líquido assusta. Pelo que estou vendo, o conceito é basicamente 15% do lucro líquido. Esse enunciado deveria ser mais bem definido, além das questões de natureza jurídica a serem apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, eu gostaria de insistir. Evidentemente, estou convencido, como sempre estive, de que a proposição adotada pelo eminente Senador José Fogaça é absolutamente correta. O que eu gostaria de saber é se não poderíamos votar uma proposta quanto ao mérito e, posteriormente, remetê-la à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a arguição de constitucionalidade.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, peço a palavra para, quem sabe, colaborar com o Senador Carlos Patrocínio. A sugestão do Senador José Fogaça é que se ouça a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para se analisar a constitucionalidade, porque há dúvidas quanto a isso. Se se espan-

car a dúvida acerca da constitucionalidade – creio que irei socorrer o Senador Carlos Patrocínio –, o Senador Fogaça, como Relator, vai-se debruçar quanto ao mérito; S. Ex^a não emitiu o seu parecer quanto à parte meritória.

Nesse momento, Senador Carlos Patrocínio, não teríamos tempo para nos pronunciar quanto ao mérito, pois o Senador José Fogaça não adentrou essa questão. Não haveria condições de analisarmos a matéria meritória e remeter a questão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para saber da sua constitucionalidade ou não. Penso que é válido aguardarmos por esse pronunciamento quanto a constitucionalidade e legalidade.

Em princípio, quando se implanta uma universidade, temos de respeitar as teses de que haja instrução e aperfeiçoamento dos professores. É claro que se não houver previsão nesse sentido, não há a menor dúvida de que a universidade não pode sequer se estabelecer. Há preceitos que ela deve cumprir, quanto a ensino, extensão, pesquisa. Se isso não estiver no bojo da criação da universidade há um equívoco. Em todo caso, se é constitucional analisarmos isso, parece-me que o Senador José Fogaça vai mergulhar na análise do mérito, e nessa Comissão, em assunto terminativo, iremos a esse encontro. Parece-me que dessa forma estaremos encontrando o melhor caminho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – No meu ponto de vista, a análise de mérito fica um pouco prejudicada, na medida em que o art. 1º e o parágrafo único, que são centrais para definir o percentual a ser aplicado em pesquisa e extensão, precisariam de um refinamento para melhor adaptar o conceito de receita líquida, lucro líquido. Penso, portanto, que a análise de mérito ficaria prejudicada nesse momento aqui na Comissão de Educação. Quero crer que a proposta do Senador José Fogaça seria a mais adequada, porque enquanto é feita a análise do ponto de vista jurídico, ele poderia como Relator trabalhar sobre esse refinamento inclusive.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Aprovado aqui este parecer que recomenda audiência à Comissão, o relator lá irá se debruçar sobre o parecer e verá que a indução, ou seja, todas as indicações aqui são favoráveis ao mérito. Ou seja, a comissão estará totalmente informada de que aqui há uma tendência inteiramente favorável ao mérito do projeto.

A audiência é exclusivamente no que toca à constitucionalidade. Isso está bem claro no pedido de audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assim, é impossível que, uma vez reconhe-

cida a constitucionalidade, a matéria não volte para cá e tenha aqui o seu final, a sua terminação última, que seria a sua apreciação de mérito. E, nesse caso, até a última hora emendas podem ser feitas ao texto, no mérito, inclusive essa sugerida por V. Ex^a. de melhorar a redação quanto a aspectos econômico-contábeis importantes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação, o parecer do Relator com relação à matéria.

Os Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passemos ao item 02 da pauta, que é o Projeto de Resolução do Senado nº 17. Denomina Instituto Legislativo Humberto Lucena o Instituto Legislativo Brasileiro.

O autor da matéria é o Senador Ney Suassuna, e o Relator, o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, em virtude de o relatório ser bastante sucinto, eu pediria permissão a V. Ex^a e aos outros integrantes da Comissão para proceder à sua leitura do parecer.

O Projeto de Resolução nº 17, de 2001, de autoria do nobre Senador Ney Suassuna, atribui ao Instituto Legislativo Brasileiro a denominação de Instituto Legislativo Senador Humberto Lucena.

Em exame na Comissão de Educação e na Comissão Diretora do Senado Federal, o projeto não recebeu emenda no prazo regimental.

Análise.

Muito oportunamente, venho ao Senado Federal homenagear a figura insigne do Senador Humberto Lucena, atribuindo o nome de S. Ex^a ao Instituto Legislativo Brasileiro.

Como tão bem repara a justificação do projeto em comento, Humberto Lucena “constitui no cenário nacional um dos melhores exemplos de homem público”.

Eleito, por três mandatos consecutivos, Senador da República pelo Estado da Paraíba e, por duas Legislaturas, Presidente do Senado Federal, em toda a sua ilustre e proba vida pública, Humberto Lucena dignificou esta Casa e escreveu seu nome na galeria dos políticos que elevaram o Poder Legislativo.

Desde 1951, quando foi eleito para seu primeiro mandato parlamentar como Deputado estadual da Paraíba, até 1998, ano do seu falecimento no exercício do terceiro mandato de Senador da República, o ilustre político galgou todos os principais postos da

vida parlamentar e partidária. Ressalte-se que sua eleição para essas importantes funções deveu-se tanto à sua liderança, competência e profundo conhecimento da cena nacional, quanto ao seu senso de justiça e à sua solidariedade humana.

Importa destacar que, ao lado de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, se tornou um dos líderes da resistência civil à ditadura militar, tendo participado ativamente da campanha pelas Diretas Já.

A decisiva atuação do Senador Humberto Lucena na vida pública brasileira foi destacada em inúmeras homenagens. O Congresso Nacional concedeu-lhe muito justamente a Ordem do Congresso Nacional no grau Grande Colar, no intuito de valorizar seu exemplo, torná-lo indelével.

Em boa hora, atribui-se o nome do inesquecível Senador ao Instituto Legislativo Brasileiro, órgão de atuação fundamental no Senado Federal.

Voto.

Pelo exposto, por não encontrar óbice de natureza jurídica e regimental, pronunciamo-nos favoravelmente ao Projeto de Resolução nº 17, de 2001.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nunca serão suficientes as homenagens que se possam fazer à memória do Senador Humberto Lucena.

O Senador Humberto Lucena teve uma longa vida pública, que começou – como descreve o parecer do Senador Nabor Júnior – no início da década de 50. Foi Senador, Deputado, homem que ocupou as posições mais elevadas e mais importantes da vida política brasileira e Presidente do Senado por duas vezes. Findou sua vida como homem pobre, sem recursos materiais.

Sua família lutou e luta com dificuldades. Ficou famoso, no Brasil, o caso de sua filha. Embora o pai fosse Presidente do Senado Federal, ela, simples funcionária pública, andava num Fusca, carro da marca Volkswagen, fabricado ainda nos anos 60. Talvez, naquele momento, chamar a atenção para esses detalhes fosse totalmente desnecessário.

As pessoas que conheceram de perto o Senador Humberto Lucena ou com ele conviveram, como eu, puderam ser testemunhas dessa vida proba, honesta. Embora tenha passado mais de quarenta anos nos mais importantes cargos da República, não se valeu deles para se tornar um homem rico, economi-

camente poderoso, o que, naquele tempo, não chamava a atenção – hoje chama.

Sr. Presidente, sou favorável ao parecer do Relator, e a homenagem é merecida. Se há uma pessoa que tem vínculos profundos com a vida legislativa, com o Congresso Nacional, com o Senado, com a Câmara dos Deputados, homem que marcou a sua passagem aqui, foi o Senador Humberto Lucena. Ele merece essa homenagem, e não posso deixar de registrar porque fui seu colega durante muitos anos, como Deputado, no início da década de oitenta, e depois, nos anos noventa, como Senador. Isso é mais do que uma necessidade, é um dever que tenho de fazer o registro dessa admiração, desse apreço, dessa homenagem, Sr. Presidente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, quero apenas dizer a V. Ex^a que endosso inteiramente os termos do parecer apresentado pelo Senador Nabor Júnior e as palavras do nosso colega Senador José Fogaça. Também fui colega do ex-Senador e ex-Presidente Humberto Lucena, que teve nos últimos dias grande sofrimento em função de algo que lhe escapara totalmente da responsabilidade ou do envolvimento. Mas, realmente, foi sofrido para a vida bonita que ele teve.

Apenas para lembrar, certa feita, em 1970, acompanhei S. Ex^a a um programa de televisão no canal 6, da TV Tupi, no Rio de Janeiro, “O Céu é o Limite”, cujo jornalista era J. Silvestre. Lá, o nosso hoje colega Ronaldo Cunha Lima, com a inteligência brilhante de que desfruta, respondia sobre Augusto dos Anjos em verso, o que catalisou o Rio de Janeiro de então. Nós fomos assistir no auditório. E Ronaldo Cunha Lima foi conquistando cada vez mais a popularidade no Rio de Janeiro. Mas tinha havido o AI-5, e o sistema autoritário era muito forte. Segundo tudo indica, houve meios para cercar o hoje Senador Ronaldo, que cassado era como ex-Prefeito de Campina Grande, na Paraíba, para participar do programa de televisão. E ele foi obrigado – brilhantemente repito – a se afastar. E ele respondia em verso. Era uma capacidade extraordinária. Quem o conheceu de perto, também como eu, sabe do seu valor.

De modo que gostaria de dizer também era isto: homenagem que se presta ao Estado da Paraíba, que, afinal de contas, dentro do nosso Nordeste, merece todas as nossa reverências.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, também não poderia me omitir em expressar a minha grande admiração pelo nosso Presidente – duas vezes nesta Casa –, o querido e saudoso Senador Humberto Lucena.

Posso afirmar que, se não fossem alguns Senadores, o Senador Humberto Lucena teria sido cassado, seu mandato teria sido cassado. Se fosse pela sua vontade, ele teria perdido o mandato. Nunca me esqueço do dia em que votávamos a indicação, para a presidência do Banco Central, do Dr. Pêrsio Arida. Alguns Senadores se negaram a votar essa matéria se não fosse votada inicialmente a anistia ao Senador Humberto Lucena por uma acusação, que não foi uma acusação, foi uma consulta no TSE sobre a confecção de alguns cadernos na gráfica do Senado, que praticamente todos os Senadores faziam. O TSE emitiu um parecer, também acompanhado pelo Supremo Tribunal Federal, ou foi devolvido para o TSE. Então, o Senador Humberto Lucena estava cassado. E nós estávamos no café, interrompendo a sessão que indicaria o Sr. Pêrsio Arida para Presidente do Banco Central, quando o Senador Humberto Lucena, então Presidente da Casa, nos pediu que, pelo amor de Deus, para ele não passasse esse vexame, que já por três ou quatro vezes estávamos bloqueando a sessão do Senado, porque ele não queria, por ter compromisso com a governabilidade do País e o Presidente, que havia indicado o Sr. Pêrsio Arida. Foi este homem, Sr. Presidente, que outro dia instou a mim e a minha família a ajudar D. Ruth de Lucena a regularizar um pequeno apartamento – se não me falha a memória, na Asa Norte –, a única coisa que sobrou desse homem que mandou no Brasil, tendo sido por duas vezes Presidente do Senado e do Congresso Nacional, um verdadeiro deus da Paraíba.

Se tivéssemos mais homens da espécie do Senador Humberto Lucena, Sr. Presidente, este País seria muito diferente do que é hoje! Se a imprensa toda levanta a sua voz e o seu trabalho contra a corrupção, talvez seja porque o Senador Humberto Lucena e outras pessoas de sua estirpe já não mais estejam convivendo no nosso meio.

Portanto, aproveito a oportunidade para fazer este desabafo: o Senador Humberto Lucena foi um dos homens mais ilustres, transparentes, corretos e honestos que já vi no Congresso Nacional e que merece, além desta, muitas outras homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Em primeiro lugar, digo que conheci profundamente o Senador Humberto Lucena. Conheço sua esposa e filha, que têm um relacionamento de amizade com a minha família. Tenho por ele uma admiração muito grande.

Sr. Presidente, quero apenas acrescentar que a vida pública no Brasil ficará nas mãos de quem rouba e de quem furta. A vida pública no Brasil, o exercício do mandato popular, ficará nas mãos de quem é rico, de quem é poderoso, de quem rouba, de quem furta. Já disse muitas vezes e continuarei dizendo que não temos condições de exercer a vida pública no Brasil em face das condições financeiras e da terrível desigualdade social que há. Mais do que isso: nesta Casa, na outra Casa, há todas as personalidades que conhecemos. De que todos vivem? Como se mantêm? Responder a essa questão eu não vou. A única graça que tenho é o privilégio de ser respeitado por 18 milhões de mineiros e representar um Estado que tem o dom de Deus, o dom da República, da democracia, do amor e da coragem.

Esta pequenina homenagem à Humberto Lucena deve ser estendida à vida pública brasileira para que seja, tanto quanto possível, um padrão para se impor à consciência do Brasil inteiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Relator, Senador Nabor Júnior, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esta Presidência parabeniza o autor da matéria, Senador Ney Suassuna, e o seu Relator, Senador Nabor Júnior, pela iniciativa de homenagear um dos mais dignos homens públicos da história do Congresso Nacional em todos os tempos.

Adiaremos os Itens nº 3 e 4, considerando a ausência dos Senadores aqui.

Passemos ao Item nº 5:

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2001, que “aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Caxias do Sul para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Rio Grande do Sul”.

Com a palavra, o Relator, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, examinamos a documentação e o relatório oriundo da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados.

Houve total regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente. Portanto, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2000, originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, pela ordem.

Desejo comunicar a V. Exª que, de acordo com decisão da nossa Bancada, continuaremos votando contra essas novas concessões e nos abstendo na votação de concessões de rádio e de TV comerciais. Somente votamos a favor da rádio comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Aprovado, com um voto contra do Senador Geraldo Cândido.

Item nº 6:

Projeto de Decreto Legislativo nº 217, que aprova o ato que outorga, por concessão, à Fundação Fernando Eduardo Li para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Guarujá – São Paulo.

Relator: Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, analisei os aspectos constitucionais, legais e regulamentares e a Fundação Fernando Eduardo Li passa a ficar, portanto, autorizada a exercer o serviço de radiodifusão na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo.

O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Item nº 7:

Projeto de Decreto Legislativo nº 105. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Pederneiras Ltda. a explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pederneiras – São Paulo.

Passo a palavra ao Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, o projeto atendeu a toda a tramitação legal e a todos os requisitos técnicos. A Rádio Cultura de Pederneiras é constituída de dois sócios, Celso Carlos Al-Haj e Edvaldo Al-Haj.

Por essa razão, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Item nº 8:

Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2001. Aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Educativa de radiodifusão Futura para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Nilo Teixeira Campos.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por meio de mensagem presidencial, o Presidente submete ao Congresso Nacional ato constante do Decreto de 18 de setembro de 2000, que outorga a concessão à Fundação Educativa de radiodifusão Futura para exercer, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

Essa outorga será concedida mediante autorização do Sr. Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional.

O assunto já foi examinado na Câmara dos Deputados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, recebendo parecer favorável do seu relator. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados considerou o projeto jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

O Município de São Gonçalo, que será beneficiado por esta TV Educativa, é um dos Municípios mais populosos do Estado do Rio de Janeiro, com cerca de 850 mil habitantes, tendo cerca de 550 mil eleitores. É possuidor de grande atividade industrial, possui mais

de 10 mil empresas. Esta TV Educativa será de grande valia para aquela população de São Gonçalo.

Isso vem num momento no qual São Gonçalo vive uma atividade bastante profícua do Prefeito Henri Charles, que vem tentando modernizar a administração pública. Então, essa concessão vem atender às expectativas da população da cidade, em consonância com a atual administração.

A legislação foi toda atendida. Assim sendo, o meu voto é pela aprovação do Decreto Legislativo nº 888, de 2001, originário da Câmara dos Deputados.

Submeto este parecer aos Srs. Senadores na expectativa de que seja aprovada esta outorga.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Nilo Teixeira Campos permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) –

Item 9:

Projeto de Decreto Legislativo nº120. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Valença Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Valença, Rio de Janeiro.

Passamos a palavra ao Senador Nilo Teixeira Campos, Relator.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este processo vem tramitando como todos os outros. Passou pelo Ministério das Comunicações, onde foi examinado; pela Câmara dos Deputados e por duas Comissões. Objetiva renovar a outorga de uma rádio comercial que funciona há cerca de 18 anos, na cidade de Valença, e vem prestando relevantes e assinalados serviços àquela comunidade.

Atendidas todas as exigências legais, o meu parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Nilo Teixeira Campos permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Item 11:

Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2001.

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Nepomuceno, Minas Gerais.

Com a palavra, o Senador Francelino Pereira, Relator da matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, o projeto visa autorizar a Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno a executar serviços de radiodifusão comunitária naquela cidade, ao sul de Minas Gerais.

Desejo apenas destacar que a portaria elaborada pelo Ministério está aqui em nossas mãos e é assinada pelo Ministro de Estado das Comunicações Pimenta da Veiga.

Sr. Presidente, Nepomuceno é a terra onde nasceu Pimenta da Veiga, a sua terra natal. Este, juntamente com todas as outras razões, é o motivo pelo qual opino pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Francelino Pereira permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Nilo Teixeira Campos.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, faço uma correção no meu parecer sobre a **TV Educativa**, uma vez que, no Decreto Legislativo baixado pelo Executivo, essa concessão é por 15 anos, e no meu parecer eu falei em 10 anos. Retifico para que o meu parecer fique de acordo com o Decreto de 18 de setembro de 2000, que determina a concessão por 15 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – A Secretaria da Mesa retificará o parecer de V. Exª.

Comunico aos Srs. Senadores que teremos uma audiência pública a realizar-se amanhã, às 10h, na Comissão de Educação, cujos autores dos requerimentos são os Senadores Pedro Simon e Juvêncio da Fonseca, que objetiva discutir dois projetos de lei:

o primeiro dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivos que possibilitem o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; e o segundo é o Projeto de Lei nº 20/01, que regula o disposto no art. 220, § 3º, inciso I, da Constituição Federal, para disciplinar a exibição de diversões e espetáculos públicos.

Esses requerimentos, como eu disse, são de autoria dos Senadores Pedro Simon e Juvêncio da Fonseca.

Assim, contamos com a presença dos Senadores amanhã, às 10 horas, nessa audiência pública.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h29min.)

**Ata da 24ª Reunião Extraordinária,
da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª
Legislatura, Realizada em 12 de setembro
de 2001.**

Audiência Pública

Às dez horas e quinze minutos do dia doze de setembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gilvam Borges, Pedro Ubirajara, Moreira Mendes, Waldeck Ornêlas, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Fernando Matusalém, Luiz Pontes, Emília Fernandes, Mauro Miranda, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Althoff, Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Leomar Quintanilha e Saturnino Braga, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gerson Camata, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Carlos Patrocínio, Nilo Teixeira Campos, Teotônio Vilela Filho, Eduardo Suplicy, Marina Silva e Roberto Freire. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como objetivo instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 21/99, de autoria do Deputado Cunha Bueno, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada" e o Projeto de Lei do Senado nº 20/01, de autoria do Senador João Alberto Souza, que "Regula o disposto no artigo 220, § 3º, I, da Constituição Federal para disciplinar a exibição de diver-

sões e espetáculos públicos." Foram convidados, como palestrantes, as seguintes personalidades: Jorge da Cunha Lima (Diretor da Fundação Padre Anchieta e Presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC), Alexandre Jobim (Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT), Líliliana Nakonechnyj (Diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET) e Prof. Ismar de Oliveira Soares (Coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo – USP). A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra para os membros da Comissão para posterior debate com os convidados. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Sr^{as} e Srs. Senadores, daremos início à 24ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que se realiza hoje, 12 de setembro, com o objetivo de efetuar aqui uma audiência pública com vistas à apreciação de dois projetos de lei: Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada, e o Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2001, que regula o dispositivo do art. 220, § 3º, inciso I, da Constituição Federal, para disciplinar a exibição de diversões e espetáculos públicos.

Os requerimentos para esta audiência pública são de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca – aqui presente – e do Senador Pedro Simon.

O Dr. Jorge da Cunha Lima, Diretor da Fundação Padre Anchieta e Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais, comunicou-nos que está prestes a chegar a este recinto. Chamaremos à mesa os convidados para participarem desta audiência pública: Dr. Alexandre Jobim, Consultor Jurídico da Abert – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão; Líliliana Na-

konechnyj, Diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações e professor Ismar de Oliveira Soares, Coordenador do Núcleo de Comunicações e Educação da USP – Universidade de São Paulo.

Há uma solicitação da Dr^a Liliana para que seja a primeira a apresentar. Se o Dr. Alexandre Jobim concordar, passaremos a palavra para a Dr^a Liliana Nakonechnyj durante o prazo de 20 minutos, para que S.^a possa fazer sua apresentação. Desejamos comunicar também que a Dr^a Elizabeth Sussekind, do Ministério da Justiça, encaminhou ofício justificando sua ausência, levando em conta que ela representa o Ministro da Justiça na Subcomissão Especial do Sistema Penitenciário Brasileiro. Houve um conflito de agenda da Dr^a Elizabeth Sussekind.

Concedo a palavra à Dr^a Liliana.

A SRA. LILIANA NAKONECHNYJ – Bom dia. Agradeço o convite feito à nossa Sociedade de Engenharia de Televisão e Telecomunicações para participarmos desta audiência pública. A nossa sociedade é uma entidade eminentemente técnica. O objetivo dela é aprofundar e redifundir as tecnologias relacionadas à televisão e a telecomunicações. Portanto, vamos aqui nos restringir basicamente sobre os temas que são ligados à tecnologia. Ou seja, o tema que falaremos aqui é exatamente sobre o dispositivo bloqueador de que trata o projeto de lei que está em tramitação.

Daremos uma explicação sobre o funcionamento, as experiências até o momento com esse dispositivo bloqueador e algumas considerações gerais.

Inicialmente explicaremos o seu funcionamento.

Esse dispositivo foi inventado em 1993, nos Estados Unidos, dentro de um comitê da área de eletrônica e de consumo, ou seja, da Associação de Eletrônica de Consumo Americana.

Essa imagem aí mostra como funciona a televisão. Na verdade, a televisão funciona através de um projetor de luz que vai passando linha por linha e, depois, vai projetando pequenos pontos em cada linha da televisão. Com isso, cada pontinho mais claro ou mais escuro, um ao lado do outro, vai formando a imagem. Esse projetor, na verdade, percorre a imagem em linhas e percorre primeiro 240 linhas ativas e depois entrelaça essas linhas com mais 240 linhas ativas. Assim se forma a imagem na tela da televisão. No entanto, existem algumas linhas que são invisíveis. No total, na televisão analógica, existem 525 linhas, que são percorridas primeiro uma metade, depois a outra metade. Depois o projetor entrelaça aquela pri-

meira metade com as outras. Conforme vemos, essas azuis seriam percorridas inicialmente, e as vermelhas viriam em seguida.

É claro que nada é projetado para fora do televisor, porém algumas linhas ficam fora do televisor, ou seja, ficam escondidas, não contêm imagem. Essas linhas determinam que o projetor acabou de percorrer a tela uma vez e vai voltar. Existem 22 linhas e meia que ficam de cada vez livres. E o que acontece? Na linha 21, onde atualmente é passada a informação de **closed caption**, aquela informação de legenda para os surdos, também pode passar mais dados, porque ela percorre duas vezes. Então, na linha 21 do campo 2, na segunda vez que percorre, vai passar essa informação que é a da classificação indicativa dos programas. Para essa informação estar aqui, a emissora, claro, tem de transmiti-la. Tem de se inserir essa informação na emissora. Então, a cada programa, ela vai ter de inserir essa informação na linha 21, que fica escondida, mas que está lá, dentro do televisor. Dentro do televisor, tem de ter um circuito que entenda aquela informação que está sendo passada naquela linha que não vemos.

Nos Estados Unidos, como falei, isso foi inventado em 1993. Em 1996, no Congresso dos Estados Unidos, foi aprovada uma lei em que um dos itens dizia que os pais devem receber informações sobre a natureza do programa na hora em que ele vai começar e que eles devem dispor de uma ferramenta que lhes permita bloquear os programas que eles considerarem nocivos para os filhos deles. Então, o Congresso Norte-americano considerou que os pais deveriam ter esse recurso à disposição. É claro que, depois da aprovação da lei, tem de haver a sua regulamentação. A FCC, agência de telecomunicações norte-americana, foi incumbida de fazer essa regulamentação. Já a partir da lei, a própria indústria de televisão nos Estados Unidos se uniu, para, então, preparar algumas diretrizes de classificação indicativa voluntária. Eles reuniram tanto a NAB, que é a associação que aqui corresponde à Abert, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, como o NCTA, que é a associação das TVs pagas e que responderia aqui à Abta, e a associação de cinema norte-americana, que chama **Movie Picture American Association** – penso que é assim. Nos Estados Unidos, muitos programas não são produzidos pelas emissoras, eles são produzidos pela indústria cinematográfica. Existem filmes que passam sem cortes na televisão ou, então, no **pay-per-view**, nos meios pagos, num acordo com a própria indústria cinematográfica. Então, o conteúdo desses filmes já são pas-

sados para o distribuidor, que os passam sem nenhum corte, sem nenhuma edição. Por isso, havia também a necessidade de esse acordo ser feito com a indústria cinematográfica, junto com as indústrias de distribuição.

Assim, eles fizeram uma proposta de diretrizes e a submeteram ao FCC. No caso, lá, quem classifica a programação, de acordo com essas diretrizes, são as programadoras de cabo – quando dizem programadoras de cabo, eles querem dizer cabo físico ou via satélite, sendo a televisão paga – e as emissoras de televisão. As próprias produtoras também classificam. Por que elas classificam? Porque os filmes são classificados pelas próprias produtoras dos filmes. Também existem produtoras independentes que fazem a sua programação e a entregam para as emissoras que classificam. Entretanto, tudo é de acordo com essas diretrizes que elas acordaram e que submeteram à aprovação do Governo.

Os programas que não classificados são os jornalísticos, os de esporte e os comerciais. Os demais programas são classificados lá, de acordo com essas diretrizes.

Em março de 1998, o FCC, a agência norte-americana de telecomunicações, que corresponde à Anatel aqui, aprovou essa proposta de diretrizes, que tinha sido oferecida pelas associações. Ele determinou também o uso do **V-Chip**, o circuito que entende essa classificação no televisor. Ele aprovou em março de 1998, mas isso com prazos para que fosse colocado no mercado, sendo que até janeiro de 2000 todos os televisores do mercado tinham de ter esse circuito.

Só para termos idéia de como esse circuito funciona lá, a classificação é feita de dois modos. Um, pelo tipo de conteúdo. Outro, de acordo com a idade. Então, o programa é classificado por esses dois diferentes aspectos. No caso do tipo de conteúdo, ele é determinado: se ele tem cenas de violência, se tem cenas de sexo, se tem linguagem de baixo calão, linguagem chula; diálogo sugestivo – isso eu considere interessante. Refere-se a um diálogo em que as pessoas estão sugerindo alguma coisa, apenas sugerindo.

FV que significa violência fantasiosa. É aquela violência, por exemplo, como a daqueles programas, até infantis, mas que trazem super-heróis que brigam o tempo todo, onde há violência física, tiros todo o tempo. Existe uma certa elevação e aplauso, por parte da produção do programa naturalmente. Quanto mais violento for aquele mocinho, mais louvável ele é. Isso é violência fantasiosa.

Há pessoas que pensam que esse tipo de louvor fantasioso pode ser prejudicial às crianças.

Quanto à idade, eles têm essas três faixas etárias: sete anos, quatorze e dezessete. Como funciona isso? Cada programa é classificado pela emissora e, nos primeiros quinze segundos do programa aparece um selo em um dos lados da tela. Ele simboliza como é a classificação do programa. Por exemplo, o símbolo que temos aqui “TV – Y” quer dizer que o programa foi especialmente feito para crianças. Todas elas, de qualquer idade, irão se sentir bem com esse programa.

Se o símbolo é “Y – 7”, quer dizer que o programa foi feito para crianças um pouco maiores. Crianças um pouco menores podem não se sentir bem ou não entendê-lo bem.

Se o símbolo é “Y – 7”, mas com um “FV” embaixo, então trata-se da violência fantasiosa. É um programa que tem muitas cenas de violência, mas entre super-heróis, mocinhos e bandidos etc.

O “G” significa que o programa foi feito para a audiência em geral. Ele pode ser visto por qualquer idade, sem qualquer problema. Seria recomendável para qualquer idade, mas também não foi feito especificamente para criança.

O símbolo “PG” significa que pode existir naquele programa alguma coisa que incomode alguns pais ou crianças, mas não é algo muito detectável. É algo importante que os pais avaliem se devem ou não permitir que a criança o assista. Fica realmente por conta da avaliação dos pais concluir se aquele pode ser um programa prejudicial às crianças.

O símbolo “14” é, naturalmente, recomendável para maiores de 14 anos e o “MA” indica a recomendação para audiências adultas. Normalmente, os programas “MA” são os bem pesados, com cenas de sexo explícito, linguagem chula etc.

Trata-se de um exemplo. Na verdade, pode ser uma combinação dessas letras do meio com as de baixo. Então, se contém muita violência haverá um “V” embaixo.

Eu estive lendo a respeito e, se há uma cena de briga não consideram violência. Mas se o filme é todo violento, a classificação é “V”. Também é um pouco difícil saber exatamente como classificar. Têm de ser bem estabelecidas essas diretrizes para saber como o programa deve ser classificado, ou seja, se ele tem uma cena violenta deve ser classificado como “V” ou não? Então, isso deve ser bem estabelecido lá.

Então, a cena aparece durante cinco segundos e depois some. O que acontece? Através do controle

remoto, aperta-se o menu do bloqueador, do **V-Chip**, o menu aparece na tela e você escolhe se quer eliminar aquele programa ou não. No caso de o pai ou a mãe querer eliminar o programa, são eliminados tanto a imagem e o áudio quanto aquele canal de áudio secundário que é muito usado lá – também usamos aqui, às vezes passamos o áudio original no canal secundário.

Então, todos os áudios são eliminados e também todos os vídeos. Os pais têm uma senha para entrar nesse menu, porque senão qualquer um entraria, a criança poderia entrar também no menu para bloquear ou desbloquear o programa.

Isso pode ser feito na hora do programa ou pré-programado. O pai pode, de antemão, fazer uma programação no seu menu dizendo que não quer que fiquem abertos, ou seja, quer que sejam suprimidos, por exemplo, todos os programas que forem acima de catorze anos, que forem não recomendáveis para menores de catorze anos, ou todos aqueles que têm o "V" de violência, ou todos os que têm o "S" de sexo. Quer dizer, ele pode fazer um bloqueio pelo tipo de conteúdo, pela idade ou até por uma combinação de ambos, dizendo que não quer só aqueles que tenham sexo e sejam acima de catorze anos. Então, ele faz esse bloqueio de acordo com o que acha que é razoável para o seu filho.

Nos Estados Unidos são vendidos 25 milhões de televisores por ano. Existem um total de 250 milhões de televisores nas casas, ou seja, como há em torno de 100 milhões de domicílios com tevê, há, em média, 2,5 aparelhos em cada domicílio. Isso significa que, na verdade, ao comprar um aparelho mais moderno – que, em geral, é colocado na sala –, os outros aparelhos continuam existindo na casa. Isso tem sido uma das coisas que as pessoas apontam, dizendo que não adianta muito porque só um aparelho fica com esse controle e os demais não. Mas ele está disponível no mercado, se o pai for muito exigente e realmente quiser, ele desliga os outros aparelhos e deixa só o que possui esse dispositivo. Mas eles acham que vai demorar mais ou menos dez anos para fazer a substituição do mercado inteiro. Na verdade, hoje já existem 40 milhões de aparelhos vendidos com o dispositivo bloqueador.

Uma coisa que temos que apontar é o seguinte: a evolução tecnológica está trazendo a tevê digital – esperamos que o padrão seja escolhido até o primeiro trimestre do ano que vem e que, em mais uns dois anos, esteja começando a entrar em operação –, onde esse tipo de tecnologia já está intrínseco. Então, no aparelho de tevê digital já será possível o sujeito

bloquear – é claro que ele tem que ter o **software** bloqueador – sem ter que incluir nenhum circuito diferente, pois é algo que já é bem compatível com essa tecnologia de televisão digital. Isso é um elemento que temos que apontar também porque, na verdade, temos a televisão digital prestes a ser implantada e trata-se de uma coisa que pode vir junto com a tecnologia, há essa capacidade de bloquear sem necessitar de um circuito adicional.

Não sei exatamente qual é o impacto no preço final – isso teria que ser consultado na indústria eletroeletrônica –, mas, pelo que pesquisei e li na SET (Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações), seria algo entre US\$5,00 e US\$30,00 no preço final de cada televisor.

Há ainda algumas observações gerais finais sobre o assunto; observações técnicas que seriam importantes ser observadas para a construção de uma lei.

Para se colocar uma nova linha de produção de eletrodomésticos no mercado de televisores, a indústria informa ser preciso, mais ou menos, de 18 a 24 meses. Ou seja, do momento em que se decide sobre um produto até o produto estar no mercado demora mais ou menos dois anos. É importante se saber isso, porque não adianta tentar algo que não pode ser feito.

O número de televisores vendidos por ano no Brasil é de 4 a 5 milhões. Há um parque de 55 milhões de televisores espalhados pelo País. Por isso, pode-se demorar mais ou menos dez anos para a substituição do parque. Pergunto: a essa altura, já não estaríamos com a televisão digital em pleno vapor? Espero que sim!

Outro ponto: existe uma certa dificuldade em se programar o **V-Chip**. Não que seja difícil, já que ele foi feito para o consumidor, mas, hoje em dia, existem muitas pessoas que não sabem nem programar um videocassete e pedem para os seus filhos fazê-lo. "Ah, eu queria tanto que você programasse para mim o videocassete para eu assistir, tal dia, a esse programa. Meu filho, faça isso para mim!"

Bom, é claro que não adianta pedir ao filho para programar o **V-Chip**. Essa questão deve ser observada também. Não é nada complicado, mas é um pouco mais difícil. Seria, talvez, o mesmo que programar um videocassete.

Haverá também um custo adicional nos televisores, conforme consultas que fiz, em torno de R\$40 a R\$50 no Brasil.

Com relação a essas últimas questões, a Eletros deveria ser consultada, porque ela representa a

indústria de eletroeletrônicos. Certamente, ela poderá dar informações melhores do que nós, da sociedade de engenharia, sobre as linhas de produção, as dificuldades, o preço final e sobre como pode ser feita essa mudança. Sugiro que indaguem da Eletros como essa introdução do **V-Chip** poderia ser feita de forma mais tranqüila.

Minha exposição foi bastante técnica, e pretendo concluir dizendo que realmente o **V-Chip** dá aos pais ferramentas para poder orientar os filhos em relação ao que deve ou não ser visto na televisão. Mas, como tudo na vida, não é perfeito. Essa é basicamente a conclusão a que cheguei.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Agradecemos a exposição competente da Dra. Lilliana, a quem solicitamos que deixe cópia do material para a Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Jorge da Cunha Lima, Diretor da Fundação Padre Anchieta e Presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como sempre, tenho a honra de vir a esta Comissão expor a opinião da Associação Brasileira de Televisões Educativas e Culturais sobre a questão da televisão, uma das mais importantes e mais negligenciadas no Brasil.

Assistimos ontem a um espetáculo definitivo sobre a importância da televisão no mundo contemporâneo. Quase podemos dizer que o século XX acabou ontem, porque a Humanidade inteira, pela televisão, tomou conhecimento de que todas as nossas crenças de invulnerabilidade, de estabilidade de uma sociedade, mesmo sendo a mais poderosa do mundo, foram por água abaixo. E o mais humilde pescador do rio São Francisco ficou sabendo disso, porque, efetivamente, a televisão é o meio de comunicação por excelência do mundo contemporâneo. Forma e deforma a consciência humana. Forma e deforma a produção de uma coisa que esquecemos que é fundamental: o cidadão, além da escola, da família. Hoje, tanto na escola pública negligenciada quanto na família meio em extinção, a televisão é o elemento fundamental da formação complementar do homem para a cidadania.

Estamos apenas lidando com essa questão, e esse projeto do **V-Chip**, apresentado no Congresso para se transformar em lei, explicitado pela clara exposição da representante da associação, nos remete a algo que transcende a um equipamento tecnológico de uso livre de uma família.

Primeiro, nesse contexto da importância da televisão no mundo, verifica-se que ela tem muitas formas de ser vista. Ela tem um botãozinho que acende ou apaga. Pode-se vê-la ou não. Se se for rico, há um outro equipamento que permite ver-se televisão a cabo, televisão paga. Eu próprio, outro dia, diante de um jogo do Guga, percebi que na minha televisão eu não podia ver. Dei um telefonema, em oito minutos aquele bem interditado no meu aparelho compareceu e pagarei R\$3,50 para vê-lo. Não é preciso ser rico. Somando tudo isso aos R\$103,00 que já se pagam, Senador, começa-se a ver.

Evidentemente, um equipamento técnico em si mesmo é inócuo. Então, é bom que ele exista para ganhar uma potencialidade ética, ou seja, que todos os equipamentos tenham todas as disponibilidades possíveis, tudo bem, mas o uso do equipamento é uma atitude ética do telespectador, do pai ou do responsável pela casa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, membros desta Comissão, o que há de grave em tudo isso, e de uma imensa gravidade, é por que se cogita de um tal **chip**. Cogita-se um tal **chip** por algumas condições interessantes. A televisão, em si mesma, não é perversa, como nenhum avanço tecnológico da Humanidade traz um conteúdo de perversidade. Até mesmo um canhão pode ser um aparato de justiça em caso de necessidade. A televisão não tem a perversidade na sua índole. Acredito que, mesmo e até na situação atual da televisão brasileira, não há uma intenção deliberada de produzir má qualidade, mesmo para quem assiste a espetáculos menos elevados aos domingos. Não é da índole da televisão nem de sua vontade ser ruim ou perversa, mas ela, de repente, torna-se ruim e perversa ou, no mínimo, não cumpre os preceitos constitucionais; cumpre aquele que diz que ela é absolutamente independente para transmitir opiniões e fazer o que entende, e não se cumpre aquele preceito que diz que ela deve produzir educação, elevação social, enfim, que ela deve ser um instrumento da cidadania, que está embutido na Constituição. Isso porque a Constituição, muitas vezes, é um bode expiatório. Pensamos o artigo que convém, às vezes até para negar o espírito da Constituição, que tem de ser entendida no seu conjunto, no seu espírito e na inter-relação entre um artigo, um preceito e outro. E não usar o preceito em função do interesse ocasional que ele possibilita. Temos de usar aquilo tudo na sua contextualização.

Do ponto de vista interno, já sabemos que a cupidiz do mercado acabou com o futebol no Brasil, e pode, igualmente, acabar com a televisão. O parâme-

tro acaba sendo dado pelas exigências do mercado e não pelas necessidades do telespectador. É evidente que, quando se persegue o mercado, a ética muda. O meu companheiro, Diretor de Jornalismo da **TV Cultura**, costuma dizer que a inspiração da televisão e do jornalismo, hoje, já que o século passado acabou ontem, tem para lá de um século. Reporta-se a Nietzsche, cuja visão é a de que o homem tem uma tendência muito grande de exaltar a morte, o sexo, a vitória e a derrota, ambas com emoção.

Se pudéssemos fazer uma síntese mais brilhante do que e como se produz, faríamos esta: o espetáculo da morte está presente no entretenimento, na informação e numa quantidade imensa da programação da televisão, até mesmo em programações infantis, sobretudo as japonesas, nas quais a violência e a morte têm uma presença abusiva. O sexo, indiscriminadamente, a qualquer hora do dia, em retrospectivas ou em inovações, tem uma presença fantástica. A vitória nem sempre contém os atributos morais da vitória, sobretudo se a vitória tem um caráter de emoção, de criação de estrelas, de ambições, de tudo isso. E a derrota, sempre que se pode, é humilhante, o que, efetivamente, vira um dos conteúdos da programação.

Temos, no Brasil, pela Constituição, a necessidade e a complementaridade de três modelos de televisão: a televisão educativa, propriamente governamental; a televisão comercial e a televisão pública, que não é nem estatal, nem comercial, a qual, como a estatal, não tem finalidades lucrativas, mas pode ter aporte de recursos da sociedade e do Estado para sobreviver, devendo ter independência intelectual, política e administrativa. É evidente que todo o conteúdo proposto pela Constituição de que devemos ser um fator de educação, de informação e de elevação social é responsabilidade dos 3 segmentos propostos, tanto da televisão comercial, quanto da televisão pública e da educativa. Cada uma terá os seus limites e as suas peculiaridades. A televisão educativa é, propriamente, um complemento formal da educação, da informação e das comunicações de interesse público, governamental. Na televisão pública, temos quatro funções fundamentais: cultura, educação, informação e entretenimento. Só que a cultura veiculada pela televisão pública é diferente da cultura veiculada pela televisão comercial. A cultura na televisão pública não deve privilegiar apenas os produtos culturais consagrados no mercado comercial da arte. Ela tem de revelar os produtos culturais pelo seu valor, consagrados ou não no mercado comercial da arte, podendo, inclusive, tê-los e divulgá-los; mas não apenas esses.

A educação na TV pública é o que se disse: ela tem de ser um elemento complementar da formação integral do homem para a cidadania. Não é preciso se especializar. A televisão comercial pode optar por uma educação de "A" ou de "B". A nossa não; ela é uma educação voltada para essa complementaridade.

O entretenimento – acredito que isto deveria ser para todos – deve ser um fator de elevação do homem, e não um fator do seu rebaixamento mental. Ela não deve subestimar a inteligência da criança, do adolescente ou do adulto, mas, pelo contrário, deve ser um elemento de exaltação.

No final, o mais importante é a informação. A informação na TV pública não pode, de forma alguma, ser um instrumento nem da emoção, nem do mercado, nem da audiência. Primeiro, ela tem de, evidentemente, ter um caráter de opção de uma pauta que interesse à sociedade. Segundo, tem de ter o formato de captação que torne aquele fato compreensível. Tem de ser analítica e pluralista, para que a avaliação do fato não seja feita por uma ideologia, por um partido, por um pensamento religioso ou ideológico, mas que a opinião seja partilhada entre todos os segmentos que pensam na sociedade.

Evidentemente que a televisão privada, comercial, tem de trazer educação, cultura, entretenimento, tudo isso. Ela tem características um pouco diversas da TV pública, na medida em que tem limitações. Outro fato. Nós louvamos a velocidade com que vem a notícia, como ontem. Mas, não tenhamos ilusão: a seleção da notícia, a opção da pauta, no mundo inteiro, está na mão de 24 famílias, que são proprietárias das redes de televisões comerciais. Então, há entre o fato que pode ser divulgado com velocidade – e até com imparcialidade – a mediação do patrimônio, da propriedade que redireciona o fato segundo os interesses de quem tem o comando patrimonial do instrumento. Isso é assim e penso que o será por algum tempo.

É evidente que, diante de tal situação, o Estado não pode ser o Estado do século XVIII, do **laissez-faire**, **laissez-passer**, e fingir que não tem nada a ver com isso. É muito cômodo citar os artigos 4º e 5º e dizer "não, tudo aqui se pode, porque a liberdade do espírito e a liberdade de pensamento e de comunicação...". Tudo se pode em modos, ou seja, tudo se pode desde que sirva à sociedade e desde que seja um instrumento de elevação, e não de destruição.

O Brasil negligencia a questão da televisão. Eu diria que, neste Congresso Nacional, esta questão também é negligenciada, porque a lei que regulamenta o assunto não é caduca, é obsoleta. É uma lei da di-

tadura que somente não está ainda deitando todo o seu fel e todas as suas conseqüências na sociedade, porque a Constituição Federal, que contradita completamente, tem outro rumo e outra linha. Então, ficamos com um barco direcionado, na origem, por um caminho, redirecionado, na sua viagem, pela Constituição e sem nenhum instrumento legal para que o comandante direcione esse barco para um rumo qualquer. Então, nós estamos em uma terra de ninguém no que se refere à radiodifusão. As telecomunicações foram pensadas, discutidas e regulamentadas, porém a radiodifusão não.

De repente, no cenário republicano do ano de 2001, surgem quatro coisas ao mesmo tempo: uma proposta, em discussão pública, da lei de radiodifusão; um regulamento da multimídia; um estudo científico do projeto de digitalização; e uma lei de criação e legislação sobre o cinema, que indiretamente também interfere na questão da televisão e da rádio; além de práticas de concessão de rádios digitais e televisões, no Brasil, fora de uma contextualização legal que direcione essas concessões para um caminho correto.

Então, no momento em que estamos analisando a possibilidade de um equipamento técnico para que os pais verifiquem a possibilidade de o filho ver uma programação “x”, considero mais importante irmos muito mais longe. E que ótimo pretexto é esse. Nós precisamos, efetivamente, criar uma legislação de radiodifusão, um sistema digital que possibilite a sobrevivência da televisão, para que ela, por quase não poder sobreviver, não caia apenas no conto do mercado.

Nesse ponto, eu defendo a televisão aberta e digo: a televisão aberta, apesar de todas as coisas ruins, da programação do domingo, tem prestado grandes e relevantes serviços a esta Nação. Quando quer, ela sabe muito bem fazer séries de primeira qualidade e noticiários como os de ontem, mas condicionada por um mercado menor do que a soma das audiências das televisões. O Brasil tem muita televisão aberta. Há países com uma, duas, três. O Brasil tem sete. Mas possui um mercado publicitário pequeno. E a lei, às vezes, até ajuda a apertar o cinto nessa questão.

Então, as televisões abertas, somadas, estão muito endividadas porque não têm uma massa de publicidade suficiente para alimentar todas elas. Talvez não seja novidade o que eu estou dizendo. Mas a luta pelo mercado é para pegar um quinhão de sobrevivência menor do que a soma das existências. É um pouco parecido com o Brasil em outros campos. De qualquer jeito, nós estamos, com relação à televisão, dificultando-lhe a sobrevivência. Melhor seria se a te-

levisão em geral, todas as comerciais, tivessem uma massa de recursos, de publicidade, compatível com as suas audiências, e não precisasse recorrer à baixa qualidade para ganhar a audiência do outro.

Na medida em que se quer uma audiência universal – todo mundo, o tempo todo, ao mesmo tempo, assistindo à televisão –, é preciso baixar o nível da qualidade para abranger mais. Isso porque há uma deficiência do próprio mercado. Então, uma lei de radiodifusão deveria estar atenta à sobrevivência dessa televisão comercial. Depois, o processo digital a ser escolhido não é apenas o daquele que vai ser melhor, ou pior, do ponto de vista de ser mais ou menos técnico. Ela não define conteúdos de nada. Apenas define conteúdos de rádio comunitária. Não diz o que é televisão educativa, não diz o que é televisão comercial. E não existe para essa lei de radiodifusão a televisão pública, que está na Constituição, como se ela não fosse necessária ou como se ela fosse olvidada.

Então, felizmente está em discussão; felizmente, qualquer que ela seja, passará pelo crivo deste Congresso, porque é um alívio para quem faz televisão pública no Brasil saber que tantas mentes representativas realmente desta Nação vão analisar essa lei.

Depois, surgiu um regulamento de multimídia que, ao contrário da fragilidade da lei de radiodifusão, é um regulamento muito bem – não sei se esta palavra existe – arcabouçado, ou seja, que tem um belo arcabouço.

Essa lei, no entanto, abre um caminho demasiadamente aberto para os segmentos de multimídia, de telefonia, de tudo isso com que – ao contrário da gente, que tem que ter uma concessão aprovada pelo Senado, etc. e tal – poderão transmitir conteúdos e prestar serviços sem dar satisfação nenhuma ao Congresso, a nada, em qualquer língua. E feito por proprietários de qualquer nacionalidade, então, sem nenhuma restrição à nacionalidade das entidades produtoras de conteúdo.

Então, embora o regulamento produzido pela Anatel seja de muito boa qualidade jurídica, há esses entraves. E, além do mais, produz um concorrente para a televisão – nesses serviços outros –, um concorrente com recursos imbatíveis.

Então, vejam o seguinte: definição do sistema digital, Lei de Radiodifusão e Regulamento de Multimídia são três bombas – não digo do mesmo teor do avião que explodiu em cima do **World Trade Center**, mas se aquele destruiu o símbolo do mercado, este aqui destrói a soberania do patrimônio televisivo bra-

sileiro. Há uma gravidade muito grande, não praticada como terrorismo, mas praticada como proposta de lei.

Então, para concluir – desculpem-me pela extensão de tudo o que falei – não vou me referir à questão do cinema, porque a medida provisória sobre o cinema é de uma elaboração sofisticada. Houve uma discussão com os setores de televisão, e ela chegou a – digamos – padrões razoáveis de proporção, de coisas, e ela, pelo menos na versão que vi da primeira medida provisória – depois, houve uma segunda –, ela salvaguarda muito seriamente a produção nacional que vai ser beneficiada pela lei do cinema.

Então, já é um avanço. Mas quero, então, dizer para terminar que o **chip** é um instrumento útil para um pai de família; ele não interfere em nada na liberdade que a Constituição dá de se fazer isso ou aquilo, ou de se manifestar livremente, porque ele é um instrumento que será usado pela consciência, do mesmo jeito que digo que é um instrumento com que se acende ou se apaga uma televisão.

Mas ele é extremamente útil na medida em que proporciona a conscientização dos segmentos que produzem televisão e dos segmentos que produzem leis para que aproveitemos essa ocasião e se regulamentem definitivamente e qualitativamente a questão da radiodifusão neste País, porque a televisão, presente em 50 milhões de domicílios hoje, é um instrumento fundamental para a formação do gosto, do patriotismo, da solidariedade, do espírito público ou não do cidadão brasileiro.

Agradeço essa oportunidade e posso dizer que estou falando em nome de todas as televisões públicas, porque este é um pensamento aprovado, por unanimidade, por todas as emissoras de televisão educativa deste País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Agradecemos ao Dr. Jorge da Cunha Lima a esclarecedora e brilhante palestra.

Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Jobim, Consultor Jurídico da Abert – Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em especial os autores do requerimento, Senador Juvêncio da Fonseca e Senador Pedro Simon, a Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão agradece, na verdade, a oportunidade de vir aqui manifestar-se, mediante um representante, acerca de temas tão polêmicos e importantes que este Senado tem apreciado – e tem o dever de fazê-lo –, de acordo com o cronograma legislativo de V. Ex^{as}.

Há, nesse requerimento, dois projetos de lei: um se refere ao **V-Chip**; outro, à classificação indicativa.

Vou iniciar meros comentários sobre o **V-Chip**, tendo em vista que a Dr^a Lilliana já explicou como funcionaria esse **V-Chip**, ou seja, a possibilidade de ele funcionar, bem como a experiência norte-americana, que é a única, pelo menos que eu conheça, que adotou esse dispositivo.

Primeiro, gostaria de deixar uma posição muito clara: o **V-Chip** não substituirá a classificação indicativa; na verdade, ele é um aparelho, um dispositivo, que poderá a longo prazo... Não acredito que ele venha substituir totalmente a possibilidade de os pais, efetivos responsáveis por seus filhos, pelos menores, estabelecerem o que deve ou não ser assistido na televisão. E mediante o quê? “Mediante uma indicação seja do Poder Público, seja de uma auto-regulamentação do setor privado.”

Por que o Congresso Nacional está a apreciar um projeto de lei do **V-Chip**?

O art. 220, § 3º, diz “Compete à lei federal (...)”.

E o inciso II vem dispor o quê?

“Estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem dos programas ou programações de rádio e televisão.”

Ou seja, é louvável a iniciativa do projeto. Tenho dito que será mais um dispositivo que possibilitará que as famílias se defendam. É isso que a Constituição dispõe.

Em nenhum momento a Constituição diz que cabe ao Poder Público, somente ao Poder Público, estipular o que deve ser assistido ou não. Cabe, sim, a ele criar mecanismos de defesa e, ainda, mecanismos indicativos.

Acredito que o **V-Chip** seja uma possibilidade nada remota, tendo em vista que esse custo que a Dr^a Lilliana apresentou é estimado, pode ser, a médio prazo, diluído e, com advento da televisão digital, pode até tornar-se obsoleto, uma vez que a televisão digital vai agregar essa nova tecnologia. Essa é uma possibilidade. Quaisquer que sejam as tecnologias adotadas, definidas pela Anatel, segundo informações no primeiro trimestre do ano que vem, isso pode organizado a médio prazo. Então, acho pertinente essa proposição legislativa, com uma ressalva: há necessidade de flexibilização. Por que essa flexibilização?

No projeto de lei apresentado, há um dispositivo que diz que é vedada a comercialização de aparelhos de televisão fabricadas no Brasil, após a entrada em

vigor desta lei ou a partir da mesma data, que não disponha do dispositivo bloqueador referido no artigo anterior.

Não conheço o mercado da indústria eletrônica de televisão, mas a Dr^a Liliana apresentou que o tempo de maturação, ou seja, da vigência e da obrigatoriedade para estarem disponíveis no mercado aparelhos com esses dispositivos tecnológicos é cerca de 12 a 24 meses.

Então, como sugestão aos Srs. Parlamentares, creio que a flexibilização – da mesma forma como ocorreu nos Estados Unidos, ou seja, não seria um **vacatio legis** – seria um tempo para que a indústria pudesse adaptar-se a essa obrigação. Isso é necessário, porque não acredito na possibilidade de cumprimento imediato por parte da indústria.

Passando à classificação indicativa, sabemos que é um tema bastante polêmico, cuja discussão se faz necessária neste Parlamento. Antes de analisar o projeto, que é muito importante e deve ser analisado, gostaria de trazer um pouco do histórico e da ordem jurídica da possibilidade de classificar.

A Constituição Federal, no art. 21, diz o seguinte:

“Art. 21. Compete à União:
(...)”

XVI – exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;”

Logo, sabemos, e muito bem o Prof. Jorge comentou, que essa censura estabelecida no art. 5º não é absoluta. Ela deixa de ser absoluta a partir do momento onde você tem algumas ressalvas no próprio Texto Constitucional. O que se faz? O que compete à União Federal estabelecer? A classificação, para efeito indicativo, e a palavra indicativa não significa obrigatoriedade. É mais um cumprimento da Constituição, ou seja, está estabelecido no próprio Texto Constitucional que cabe à União Federal legislar sobre a matéria ou criar mecanismos sobre a matéria.

Trazemos o art. 220, § 3º, o **caput**, que diz:

“Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.”

E o referido artigo estabelece um aspecto absoluto? Não. Ele estabelece, na sua sequência dos inci-

sos, os dispositivos de ressalvas, onde vem o primeiro dispositivo, o primeiro inciso, que diz o seguinte:

“§ 3º Compete à lei federal:

I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;”

Então, partindo dessa premissa, temos: qual a função de uma lei federal para a classificação indicativa, obedecendo a Constituição, obedecendo o que os Srs. Parlamentares, quando Poder Constituinte originário, quando Constituintes que promulgaram a Constituição de 1988, assim estabeleceram, e não pode o Constituinte derivado vir a alterar essa norma por lei infraconstitucional, porque temos a supremacia desta Constituição, somente por emenda constitucional. Ele pode criar os mecanismos de defesa e criar formas de caráter indicativo.

Em 1990, tivemos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em que pese a excelente intenção do legislador, é perfeito isso, temos um dispositivo manifestamente inconstitucional – até hoje não foi argüido, mas é manifestamente inconstitucional. Não precisamos discutir aqui se ele é justo ou injusto, tendo em vista o que acontece hoje na programação. Simplesmente, estou querendo o aspecto técnico da inconstitucionalidade.

O art. 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente, apelidado de ECA, de 1990, diz o seguinte:

“Art. 254. Fica vedado transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso ao autorizado ou sem aviso de classificação.”

Ou seja, a palavra “autorizado” é uma inconstitucionalidade. Por quê? Porque a Constituição estabelece que é de caráter indicativo, mas como você tem “ou sem aviso de sua classificação”, poderia se criar penalidade se não tiver a classificação indicativa.

Não precisamos entrar no mérito se ela é de auto-regulamentação ou de sugestão ou classificação pelo próprio poder público. Temos um dispositivo. Definir o que as emissoras podem ou não transmitir, definir que as emissoras estão terminantemente proibidas de transmitir isso ou aquilo, é algo inconstitucional, embora saibamos que pode ser injusto, pode ser abusivo, mas é o que a Constituição estabelece.

Na sequência, o art. 74 do próprio Estatuto diz o seguinte:

“Art. 74. O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostra inadequada.”

O Ministério da Justiça, em 1990, na gestão do então Ministro Jarbas Passarinho, editou uma portaria estabelecendo os critérios – mais ou menos parecido com o que a Dr^a Lílíana comentou sobre a classificação do **V-Chip** –, ou seja, criando um mecanismo em que as emissoras teriam que previamente ter sua programação classificada por um departamento específico do Ministério da Justiça, subordinado à Secretaria Nacional de Justiça, que exige que as emissoras remetam a programação e peçam a classificação. E ele vai estabelecer, na época, se isso é inadequado para menores de 12, 14 ou 18 anos. Foi o que aconteceu.

Em 2000, a Portaria nº 796, editada pelo Ministro José Gregori, entre outras coisas, criou uma outra faixa etária – de 16 anos. Mas o grande erro dessa portaria foi o art. 2º:

“Art. 2º. Os programas para emissão de televisão, inclusive **trailers**, têm a seguinte classificação(...) sendo-lhes terminantemente vedada a exibição em horário diverso do permitido.”

Ou seja, a Constituição Federal estabelece que, por lei federal, haverá a classificação indicativa. No Estatuto da Criança e do Adolescente, não se estabeleceu a classificação indicativa. Delegou isso ao “poder público”, sem dizer que o poder público é o Ministério da Justiça. Ou seja, a Constituição delegou a responsabilidade à lei; e a lei delegou-a ao poder público, mas não disse que órgão do poder público. Não precisamos entrar nessa esfera.

A Constituição estabeleceu-lhe o caráter indicativo, informativo. Ele vai servir como um dispositivo, um instrumento para que as famílias e a sociedade possam defender-se da programação. O Estado não tem que avocar para si a obrigatoriedade de proibir ou não; não poderia, segundo princípios constitucionais. Mas ele delegou de uma forma transversa ao poder público. O Ministro José Gregori editou a portaria, dizendo que é terminantemente proibido. Em ato contínuo, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão entrou com um mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça, com pedido de liminar. O Ministro-Presidente do STJ, Paulo Saraiva da Costa Leite, deferiu a liminar, dizendo o seguinte:

“(...) A classificação indicativa é legal, é necessária. Porém, o dispositivo que diz que é terminantemente proibida a veiculação fora do horário diverso classificado é manifestamente inconstitucional”.

Deu um despacho de três laudas, de tão simples que era a matéria. A matéria ainda será analisada no mérito, mas não vejo possibilidade de ser revogada a liminar.

Dado esse histórico (a ordem constitucional, infraconstitucional, por portaria e depois objeto de uma ação judicial vigente), chegamos à análise do projeto de lei. Qual é a intenção do legislador? Classificar, ou seja, informar à sociedade, informar aos pais, os programas que não são recomendados para determinadas faixas etárias.

Isso aqui sabemos (vamos abrir parênteses para esse comentário). Sabemos – concordo, de certo modo, com o Professor Jorge – que há uma negligência. Embora existam abusos na televisão e não temos dúvida disso – não estamos aqui para defender que a televisão, tanto pública como privada, pode fazer o que quiser e que está fazendo da melhor forma possível. Acredito que está tentando.

Essa negligência, comenta-se que é do Congresso. Não sei. O Congresso há muito tempo discute isso. Não saiu alguma norma específica em matéria de lei classificando. Quem está classificando hoje? Qual é a norma? Qual diploma legal veio estabelecer uma classificação? Uma norma do Ministério da Justiça, manifestamente incompetente para tal. Na minha opinião, na opinião da associação e segundo a Constituição Federal, a matéria é competência de lei. Por isso, os senhores estão aqui discutindo um projeto de lei para classificação.

Não temos temores quanto à classificação indicativa. A classificação é indicativa. Os senhores têm que apreciar uma proposição legislativa, de forma a estabelecer critérios para que sejam, sim, afim – é o que a Constituição estabelece –, obrigadas as emissoras de televisão a, quando tiverem sua classificação indicativa, comunicar ao público essa classificação. Basta? Não sei, mas é o que a Constituição estabelece.

É louvável. Sabemos dos abusos. A própria classificação indicativa hoje é um caos. Por que o caos? É culpa das emissoras? Não, os senhores me desculpem, mas não é culpa das emissoras. O Ministério da Justiça tem dois ou três funcionários para fazer a classificação indicativa de toda a programação...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Por que as emissoras não fazem? (trecho inaudível, porque proferido fora do microfone) do Ministério da Justiça.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – É uma hipótese.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Está faltando isso.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Vou comentar na seqüência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – O mea culpa tem que ser feito. Estamos ouvindo sempre “isso aqui é censura” e coisas do tipo. Mas qual é a contribuição das emissoras?

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Vou comentar, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – É exigir que aconteça sem dar satisfação para o público.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Comentarei na seqüência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Só acusa? Não oferece nada para poder analisar?

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Primeiro, não estamos acusando; estamos comentando sobre a impossibilidade de recursos humanos que o Ministério da Justiça tem, eles admitem isso...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Vocês têm, nos ajudem, ofereçam um projeto para nós, e vamos analisá-lo.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Perfeito. Esse projeto, inclusive, que V. Ex^{as} estão analisando é bom, não é ruim. Por quê? É necessidade de indicativo. Entrando na sua pergunta, em conversas com o Ministério da Justiça, percebemos que ele não aceita uma regulamentação, não aceita que, por exemplo, uma emissora chegue lá e fale: “esse programa é para as 20h, não recomendável para menores de 16 anos”. Não aceita isso, tanto que quis editar uma portaria severa dizendo que é terminantemente proibido. Então, ele não aceita que faça uma classificação prévia e que ele venha cancelar. Não, ele avoca para si a necessidade de que tem que ser o Poder Público.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O problema é que a Abert sempre fala na auto-regulamentação, mas, chamada a fazer, não faz. Então, estamos um pouco esgotados.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Perfeito, concordo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Não faz porque não quer, tem que ser franco entre nós.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Estamos sendo francos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Estamos cansados de esperar essa auto-regulamentação, que não acontece. E a culpa não é do Ministério da Justiça, mas das produtoras.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores, o debate está sendo muito importante mas, do ponto de vista regimental, temos que terminar as exposições e teremos um amplo e proffcuo debate daqui a pouco.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Só um minutinho. Temos Conselho de Ética meio-dia e meia, e tenho que estar lá de qualquer maneira porque temos o processo de eleição. Preocupa-me colocar algumas coisas porque, depois, no debate, não vou poder estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Por isso é que às vezes temos que fazer alguma interferência, mas sempre dentro do Regimento e solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Só falta um orador. O Dr. Alexandre vai concluir a sua exposição. É porque hoje estamos com o nosso programa de trabalho extremamente imprensado.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, pela ordem. Também não sei como é que vamos associar o útil ao agradável. Da mesma forma que o Senador Juvêncio da Fonseca, sou membro do Conselho de Ética, e às...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Também sou membro.

O SR. CASILDO MALDANER – V. Ex^a também. E transferirmos aquela reunião fica muito difícil, é impossível de um certo modo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Então, vamos acelerar as exposições e pedimos ao Dr. Alexandre que conclua.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Presidente, só concluindo a intervenção, embora, talvez, não-regimental, do Senador, extremamente importante até para a minha conclusão, passemos a ela.

Não estamos aqui “empurrando” – vamos usar uma palavra mais popular – a culpa de uma não-classificação eficaz ao Ministério da Justiça só estamos comentando a própria impossibilidade até de recursos humanos que o próprio Ministério da Justiça admite. Por outro lado, não aceita uma classificação prévia de eu chegar e apresentar ao Ministério da Justiça. Entendemos que o ideal seria isso. Então, penso que podem ser estabelecidos mecanismos para que

faça tanto uma parte de auto-regulamentação como uma classificação pelo Poder Público. Só que o Ministério da Justiça, quando começamos a conversar, um pouco antes da portaria, tivemos reuniões e fizemos propostas, pois ele queria, como se fosse o Poder Público, fazer uma forma de chancela, que não é auto-regulamentação. O que é chancela? Faz-se o trabalho inicial, se estiver OK, eu faço. Não cabe ao Ministério da Justiça, no meu entender, dizer o que é o que não é, cabe informar o que ele acha conveniente ou importante que seja classificado e informado à sociedade.

Concluindo, Sr. Presidente, os dois projetos, tanto o **V-Type** quanto à classificação indicativa não são substitutos, até porque não podemos simplesmente avançar no **V-Type** e deixar a classificação indicativa de lado e esperar o avanço tecnológico para que, daqui a três anos, todos tenham o **V-Type** em suas casas. Não. Tenho que comentar o seguinte: a classificação indicativa é obedecida pelas emissoras. Quando o Ministério da Justiça classifica, elas estão-se adequando àquele horário, embora não estejam mais uma vez obrigadas. Sejam pragmáticos quanto ao texto constitucional: obrigação não há, mas não há emissora que esteja descumprindo as programações classificadas pelo Ministério da Justiça.

No que se refere à tragédia ocorrida no **World Trade Center** e no Pentágono, vimos que a televisão é muito dinâmica. Deve-se parar uma programação, de repente classificada para determinada hora, para entrar um meio jornalístico – por isso que o jornalístico ao vivo está imune a essa classificação –, deixando qualquer problema com censura para uma responsabilidade posterior da emissora ou dos seus representantes legais.

O jornalismo ao vivo é necessário, e essa classificação, essa necessidade dinâmica da própria televisão de programação muda. Existem programações específicas programadas e programações que são inseridas de acordo com a necessidade. As emissoras têm dificuldade, inclusive, no próprio Ministério, em que pese a excelente boa vontade do órgão. Mas é uma impossibilidade.

Nessa portaria, por exemplo, estabeleceu-se que todas as rádios do País devem estabelecer classificação indicativa. Temos, só na Abert, 1.480 rádios filiadas. No Brasil – há algumas fora de operação –, há aproximadamente 2.500 rádios e 500 canais de televisões. Imaginem se o Ministério teria condições de programar cada uma diariamente! É difícil, mas é louvável esta discussão, e a Abert coloca-se à disposição, a qualquer momento, do Sr. Presidente e dos Srs.

Parlamentares, para cooperar com sugestões legislativas, com discussões, seja em nível de audiência pública, em nível pessoal. A intenção é classificar, mas não obrigar, porque a Constituição não o permite.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Agradecemos a apresentação e a contribuição do Dr. Alexandre Jobim.

Concedo a palavra ao último orador, Professor Ismar de Oliveira Soares, coordenador do Núcleo de Comunicações e Educação da Universidade de São Paulo.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Sr. Presidente, Senador Ricardo Santos, Sr. Relator, Senador Juvêncio da Fonseca, estou muito contente de poder estar participando deste debate, porque ele se está realizando no espaço da Comissão de Educação.

Falamos do Ministério da Justiça, das empresas, das TVs públicas, mas a discussão está sendo realizada dentro do espaço do campo educacional. Isso é fundamental, porque estamos observando no mundo inteiro hoje uma mobilização de educadores e de comunicadores para a discussão dessas questões.

Causa bastante estranheza o fato de que o sistema empresarial se venha confrontar com o Estatuto da Infância e da Adolescência, uma vez que esse Estatuto está representando um avanço da sociedade brasileira com relação à questão da proteção dos menos favorecidos da sociedade, que são as crianças.

No caso, entre uma lei, a própria lei constitucional, e a necessidade existencial das crianças brasileiras, as crianças têm prioridade. Que se modifique a Constituição, então, porque, na verdade, é muito grave o que está acontecendo.

Um autor da Universidade de Nova York, **Neil Postman**, reeditou um livro escrito há vinte anos, em que consta que a sociedade moderna está esquecendo a idéia da infância, isto é, para o sistema produtivo, a infância já não existe. São adultos falando para adultos no universo do mercado, desconhecendo a especificidade psicológica das idades das crianças.

Não caberia nem mesmo à União definir a programação ou a classificação, mas a sociedade teria de estar sendo convocada para isso.

Em alguns lugares do mundo, existem associações de telespectadores. No Brasil, ainda estamos engatinhando nesse campo. Porém, a sociedade de-

via manifestar-se, não só a sociedade, mas as crianças deveriam manifestar-se.

Tem-se desenvolvido no mundo um trabalho chamado **Summit on Media for Children**, uma organização européia que desenvolveu congressos na Austrália, em Londres, na Grécia e que, em 2004, virá ao Rio de Janeiro, trazendo produtores de televisão, pesquisadores das áreas de comunicação e de educação e crianças para discutir a programação da televisão. E as crianças já construíram o seu decálogo, o que elas, crianças, querem da televisão. O próprio projeto da Summit 2004 – Rio de Janeiro quer convidar os produtores de televisão brasileira a sentar-se com as crianças, sem intermediação dos adultos, para uma discussão franca, porque as crianças evoluíram muito no que diz respeito à noção da realidade em que elas vivem.

Nesse sentido, o campo educacional, com sua imensa distribuição de pontos, que são as escolas rurais, municipais, públicas, privadas representam um espaço daquilo que chamáramos de “educação para a comunicação”, “educação para a televisão”. Nesse caso, ressalto que o próprio Ministério da Educação, junto à Unirrede, acaba de lançar um projeto chamado **TV na Escola e Desafios de Hoje**, um projeto que visa levar para a escola pública e particular a discussão da programação na televisão.

O que, a partir da Universidade de São Paulo, do núcleo de comunicação e educação, estamos propondo é que efetivamente esses dois projetos avancem, as razões já foram aqui colocadas, mas que isso não seja algo isolado. Nos Estados Unidos, o próprio Senado americano, que já foi citado numa primeira referência, como pioneiro na discussão dessas questões, tem sido, desde os anos 70, pioneiro também na elaboração de projetos que levem o sistema educativo a voltar-se para o sistema de comunicação.

No Brasil, o sistema educativo está de costas para o mundo da comunicação. Existe muito preconceito por parte das escolas, por parte das universidades, para discutir esse assunto. É um preconceito muito grande. Costumo dizer que a educação é uma velha senhora de 300 anos, fruto do Iluminismo francês, e tem muito ranço de confrontar-se com o mundo da modernidade. E o mundo da comunicação tem muito, tinha – isso melhorou um pouco – muito preconceito com relação à educação como a parte mais pobre da sociedade, e o mundo da comunicação voltou-se para o mercado.

E, no caso, estamos necessitando aproximar esses dois âmbitos a partir de experiências. A grande experiência no mundo moderno foi ao redor de um

eixo temático chamado meio ambiente. Vamos perceber que a própria internet chega ao Brasil para cobrir a Rio-92, que tratou de um tema ecológico. A internet entra no Brasil através do movimento popular liderado pelo Betinho. Depois, foi para a universidade e, a seguir, para o comércio. Necessitamos, neste momento, já que o espaço de discussão é a Comissão de Educação, de aproximar a comunicação da educação e de, nessa aproximação, prevermos, não sei se na lei, mas tenho uma proposta, deixo por escrito aqui. É que no art. 3º do projeto se diga que “competirá ao Poder Executivo, ouvidas as entidades representativas das emissoras especificadas no art. 1º, bem como as entidades nacionais, representando o setor educativo, além de representantes da Associação Nacional de Telespectadores, proceder à classificação indicativa dos programas de televisão”.

Penso que a questão tem que ser muito discutida, ampliada e não ficar reservada a alguns poucos iluminados, quer do Ministério da Justiça ou de outro Ministério. O assunto tem que ir para a praça, tem que ir para a cidade e tem que ir para as ruas, porque isso fará com que o próprio sistema televisivo se sinta mais responsável ao responder à sociedade em geral.

Produzi um pequeno texto, mas, como o tempo é curto, não vou lê-lo. Apenas estou levantando essas questões porque necessitamos ampliar esse debate, que o Senado poderia estar liderando essa discussão no Brasil. Tenho defendido, inclusive, na minha universidade, a criação de um novo **campus**, chamado “endocomunicação”, que venha a aproximar essas duas áreas e associar-se aos que já estão liderando esse processo.

Estou muito orgulhoso de estar aqui com o Jorge, porque TV é cultura e, junto com ela, outras, como o canal **Futura**, agora a **TV Senac**, de São Paulo, e as outras TVs educativas têm se aproximado muito dessa discussão, dessa conversa.

Termino por aqui, Senador, para facilitar o debate, mas creio que a oportunidade de lançarmos essa questão no Brasil e o Senado foi dada, acredito, é o grande espaço para dar início a isso.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Pois não, Senadora.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, eu sugeriria que fosse incluído nos Anais da audiência o documento entregue pelo Professor Ismar, para que constasse na íntegra a sua fala, porque depois

vamos trabalhar com base nas notas taquigráficas, e seria importante que estivesse na íntegra a sua contribuição, professor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Vamos à fase dos debates.

Agradecemos a apresentação do Dr. Ismar.

Passamos a palavra, primeiramente, ao Senador Juvêncio da Fonseca, autor do requerimento para esta audiência pública.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, senhores convidados, Senadores e Senadoras aqui presentes, achei o projeto oportuno, importante demais para todos os brasileiros, porque estamos vivendo um instante em que há uma reação da sociedade brasileira diante da má qualidade dos programas de televisão. Talvez, Dr. Alexandre, possamos extrapolar um pouquinho, até emocionalmente, porque todos somos pais de menores. Tenho uma neta, todos temos filhos menores. A família brasileira está tendo dificuldade de se colocar diante da televisão no horário nobre, sem que nesse horário tenha quase que sexo explícito e violência desenfreada.

Então, aqui a discussão não é meramente constitucional, a tese não é só se o projeto é ou não constitucional ou se alguma proposta extrapola os limites da constitucionalidade. Penso que esta audiência pública e esse projeto trazem a discussão da própria Constituição. Antes de tudo, temos que respeitar a Constituição, as leis, os regulamentos, etc. Um Estado que não respeita suas leis é um Estado da anomia, da anarquia. Nós não queremos isso, mas também não queremos que, dentro da Constituição, dentro do *laissez-faire*, *laissez-passer*, contido na própria Constituição, da plena liberdade que temos, também não queremos que se abuse dessa liberdade, e, principalmente, que o abuso dessa liberdade venha contrariar a formação da família, que está sendo cada vez mais dilacerada, principalmente pelo costume, que se está colocando por meio da televisão, de exaltação não das virtudes, mas dos vícios da própria família e da própria sociedade.

As novelas são bonitas, de uma produção técnica excelente, um orgulho nosso em nível nacional, como também é motivo de orgulho para nós, em nível nacional, a grande campanha ética que a imprensa faz, que a mídia faz, sobre o Congresso Nacional, sobre o Senado, sobre a Nação brasileira, para que se encontre um caminho de moralidade neste País. Acabar com a corrupção é muito importante, assim como é importante acabar com os excessos da televisão, que macula a família brasileira, não permitindo que

nós, pais, avós, nos sintamos plenamente livres para assistir a um programa de televisão no horário nobre. Acho que é isso que está comovendo o Senado e que nos motiva para que coloquemos, numa audiência pública como esta, a discussão.

Todos que estamos aqui somos pais, avós, filhos e sabemos que a família brasileira está precisando de uma afirmação ética, de uma afirmação de seus princípios sagrados, familiares, de laços de família, de fidelidade, de educação, de promoção da criança, principalmente da criança.

Hoje, a primeira babá da criança é a televisão. Se a televisão não for uma babá delicada, uma babá educacional, que tenha sentimento de família, que retire do ambiente da criança as informações mais negativas para sua formação, ela, então, não será a babá legítima de que nossas crianças precisam, ela não estará colaborando para a formação da nossa criança para ter uma sociedade de qualidade. Penso que este seja o nosso grande problema, Dr. Alexandre.

Se tivermos que reformar a Constituição, que reformemos. Mas seria tão bom se não precisássemos reformar a Constituição, que esse sentimento de formação do nosso povo estivesse assimilado pelos próprios produtores e programadores de televisão, que não fosse necessário mexer na Constituição, que houvesse essa consciência nacional de que é muito importante a educação de nossas crianças. Essa consciência não é constitucional, é cultural. Essa cultura tem que ser alcançada pelas emissoras de televisão, pela mídia em geral. Se não for alcançada, muda-se a Constituição, e há sempre um jeitinho de se mudar a programação que não fira a Constituição mas fira os direitos da família. Como é difícil isso.

Eu precisava falar sobre isso porque essa é a motivação que temos, e estamos em busca de uma ética nacional, não só no Conselho de Ética do Senado Federal, não também apenas no Congresso Nacional. Para essa ética no Conselho de Ética, a imprensa está colaborando de maneira decisiva. Sem ela não estaríamos onde estamos chegando. Temos competência e oportunidade de colaborar para que a Nação cresça em ética. Estamos procurando aqui motivação ética nessa audiência pública, talvez até motivação emocional, para que tomemos um rumo.

Estamos atingindo um resultado excelente nesta audiência pública. Não poderíamos ficar só na audiência pública. É preciso discutir com profundidade o projeto de radiodifusão, todos os projetos que envolvam comunicação. Talvez num grande seminário, não numa reunião como esta aqui, que é tão apressada,

entre um compromisso e outro. Os senhores vêm de longe e nós sempre com esse aperto de agenda, sem tempo para praticamente nada. Dá a impressão de que até somos negligentes na nossa tarefa. Mas não somos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos)– Quero apenas esclarecer ao Senador que teremos duas audiências públicas sobre a nova lei de radiodifusão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Encerro aqui, porque o Senador Lúcio Alcântara tem compromisso ao meio-dia em outra Comissão. S. Ex^a é de uma inteligência e experiência tão grandes que não podemos prescindir de sua presença nesta reunião de forma alguma. Por isso vou ser bastante breve.

Gostei muito da explicação da Dr^a Liliana. Para nós foi um embasamento técnico importante. Sabemos que temos condições de chegar lá, principalmente se tivermos a televisão digital, que já vem com tantos instrumentos. Aí, ele não terá condições de dizer que tecnicamente não é possível.

Quanto à questão da flexibilidade de tempo a que se referiu o Alexandre, penso que é importante também. Mas o próprio projeto diz que entra em vigência daqui a um ano. Pode ser dois ou mais, mas pode ser perfeitamente se adequar.

As considerações feitas pelo Dr. Ismar e Dr. Jorge são inteiramente procedentes. Penso que esta audiência talvez tenha muito valor não pelo que estamos falando, mas para a TV Senado e para todo o Brasil o que os senhores disseram. Às vezes, a nossa platéia na audiência pública é pequena, mas a platéia nacional é muito grande. O povo brasileiro vê a TV Senado e os senhores foram hoje vistos e ouvidos por milhares ou milhões de pessoas. É a formação da nossa consciência nacional.

Agradeço ao Alexandre e à Presidência por me terem tolerado também naquela intervenção não-regimental, mas foi a emoção do momento. Parabenizo a Mesa por ter sido tão ágil nesta audiência pública. Vamos ver se temos outras iniciativas para ampliarmos esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, pedi para fazer um comentário agora, porque a reunião conjunta já está começando para apreciar a Lei das Sociedades Anônimas e sou Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, portanto tenho que estar lá. Mas não queria deixar de fazer uma pequena observação.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Juvêncio da Fonseca por ter facilitado a minha intervenção. Apreciei muito a forma cívica como S. Ex^a está assinalando o problema.

Penso que tínhamos de refletir sobre algumas coisas. Desde que cheguei ao Senado, tenho insistido muito nessa tecla dos meios de comunicação. Infelizmente, tenho conseguido pouca coisa. Mas penso que é algo que vale a pena debatermos, cada vez mais, com maior profundidade.

A primeira pergunta que temos que fazer: por que tantas iniciativas parlamentares relacionadas a esse tema? Será que aqui somos um conjunto de senhores querendo limitar isso ou aquilo? Há uma quantidade enorme de projetos no Senado e na Câmara em torno desse problema. Então, qual é o motivo? O parlamentar pode ser tudo, mas é uma pessoa ligada na realidade social.

Pode ser que as nossas propostas não sejam as melhores ou as mais corretas, mas há um problema identificado. Todos nós temos que agir conjuntamente para buscarmos a melhor solução para isso.

Eu não defenderia que o Estado substitua os pais. Essa obrigação é nossa, mas o Estado, mais do que pode, deve ajudar os pais. Se ele faz a classificação, se colocarmos o **chip** para programar; estaremos sendo ajudados nas nossas tarefas de pais ou de avós, como o Senador Juvêncio da Fonseca. Mas precisamos de que haja um ambiente que facilite essa ação. Sobretudo se levarmos em conta que, infelizmente, nas condições do Brasil de hoje quantos pais ainda não têm a educação, a instrução, a orientação e não têm o preparo para exercer essa função tão elevada de pai. Então, ninguém está propondo aqui que o Estado vá substituir a família. Não é isso, mas precisamos desse apoio para fazermos esse trabalho. Essa obrigação é nossa, é indeclinável, porque no meio disso há convicções religiosas, há formação moral, o que pode ser um programa excelente para um é um programa condenável para outro. Então, cabe a nós administrarmos isso. Agora um mínimo de padrão, tenha paciência, temos o direito de exigir isso. Já nem falo da pornografia, da violência, programas que aviltam o ser humano, deprimentes. O que tem de educativo, de divertido nisso a não ser como uma espécie de perversão comportamental? A justificativa deve ser a busca insana da audiência. E está cheio desse tipo de programa. Eu mesmo conversei com a Abert, por isso quis intervir aqui e tenho uma certa frustração. Vamos fazer o Código, o Código vai sair, o Código vem, o Ministério da Justiça chama. Eu e o Senador Pedro Simon fomos muitas vezes lá, quando

o Ministro Nelson Jobim era Ministro da Justiça, depois com o Ministro Pimenta da Veiga, com o Ministro José Gregori, e a coisa não anda. Às vezes, ficamos, de certa forma, frustrados com isso.

Existe algo que me preocupa: é uma espécie de onipotência dos meios de comunicação, da mídia, dizendo que todos têm que ter regra, todos têm que obedecer a alguma coisa, todos têm que viver dentro de um padrão, mas para nós não. Lei de imprensa é censural. Censura como? Quando não há lei nenhuma, o que vai prevalecer é um desregramento, falta de observância, às vezes, a padrões mínimos. A lei deve vir democrática, correta, justa, mas se não há regulamentação nenhuma, se é a lei da selva que está prevalecendo numa força terrível que possuem uns meios de comunicação, então a sociedade ficará à mercê.

Primeiro, quero dizer da excelência da televisão brasileira e não só a televisão pública, a televisão comercial. O Presidente Roosevelt dizia: com o nosso cinema vão os nossos costumes, os nossos usos e os nossos produtos. A TV brasileira está, hoje, no mundo. Está no mundo hoje com programas de grande qualidade técnica e mesmo a TV brasileira, a TV comercial tem programas educativos também de grande qualidade. Vamos reconhecer isso! Há muitos esforços em muitas áreas, mas precisamos de colocar essas coisas dentro de um regulamento, dentro de uma lei.

Se fizerem uma auto-regulação, observarem e punirem quem sair, eu me conformo, aceito, não é nem me conformo é aceito. Agora, para valer. O que não é possível é empurrar quando o senhor falou que ia usar uma expressão popular que era “empurrar” eu pensei que era “empurrar com a barriga”, mas é empurrar a culpa para o outro. Então, não podemos viver nessa situação. O que é justo? O que é razoável? Por que tantos projetos sobre isso? Então, tem uma coisa que precisa ser analisada e tratada. Não vou estender-me, tenho outros compromissos. É um debate excelente. Deixo aqui as minhas inquietações, preocupações, não podemos aceitar censura de maneira nenhuma. Isso está na Constituição e é um dos seus pilares. Mas não podemos sempre brandir esse argumento para infiltrar ali uma série de condutas, comportamentos, o que não é bom para a sociedade, independentemente de qualquer coisa. Olhar para a criança, que é indefesa, a própria Constituição está prevendo a sua tutela. Então, temos que cuidar dela. Se não cuidarmos, quem vai cuidar?

Eu gostaria de parabenizar o Presidente, o Senador Juvêncio da Fonseca e o Senador Pedro Simon pela forma como conduziram esta audiência pública. Infelizmente aqui somos submetidos a uma série de

programações conjuntas, tenho que estar lá para presidir essa reunião agora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Senador Lúcio Alcântara, antes de sair, V. Ex^a chamou a atenção para o papel do Estado como regulador, para o papel da família, e, por último, falou sobre o papel das emissoras. Quero ressaltar a responsabilidade social das emissoras. Mesmo dentro do quadro jurídico vigente e das disposições constitucionais vigentes, as emissoras têm uma responsabilidade muito grande. Há um campo para a auto-regulação e o estabelecimento de um código de ética entre elas, porque a questão envolve esses programas. Elas condicionam e ditam comportamentos das nossas crianças, o que, muitas vezes, leva à violência. Acho que, de certa forma, o clima de violência de nossa sociedade pode ser estimulado por programas de televisão, e, conforme a exposição feita aqui pela Dr^a Lílina, existe um espaço de auto-regulação, como existe em outros países.

Passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres colegas, serei breve, em função do que disse o Senador Juvêncio da Fonseca: nós fazemos parte do Conselho de Ética, o Senador Roberto Saturnino também é membro do Conselho, além do próprio Presidente. Mas, estribando-me naquilo que disse o Senador Juvêncio da Fonseca, e porque falamos em Conselho de Ética, quero dizer que, hoje, a sede de ética, no Brasil, não existe somente aqui no Senado, no Congresso. Hoje a sede de ética perpassa a sociedade como um todo. É isso que está havendo hoje no Brasil.

Eu até dizia, numa discussão ontem à noite, que na campanha de 1989 prevaleceu a caça aos marajás; os descamisados e a caça aos marajás deram o tom da campanha. Depois, a de 1994 foi aquela do plano de estabilização. Âncora, âncora, âncora. A de 1998 também foi apoiada em âncora, na estabilização, etc. Parece-me que, no ano que vem, para os candidatos à presidência, não estará mais na praça a caça aos marajás, o plano de estabilização. Essas são matérias vencidas.

Agora, a ética eu acho que vai estar na pauta da campanha do ano que vem. A Justiça mais ágil, saber para onde vão os recursos públicos, isso está hoje na pauta, sob observação da sociedade.

Então, a questão da ética na formação cultural, a ética na cultura, na formação do jovem, da criança, esse patrimônio humano parece-me que é uma ansiedade na formação hoje. Hoje há a idéia de que os meios de comunicação representam uma espécie de

quarto poder. Anos atrás eles não representavam. Pela força, pela comunicação, pela massa que representam hoje – como já foi dito, cinquenta milhões de brasileiros, todos os dias, nos seus lares, vêem televisão – os meios de comunicação são um poder. Há ética nisso, na formação, na representação. É essa a preocupação que temos, e nós aqui temos o compromisso de mexer nisso, de alterar isso.

Há ansiedade com relação a esse projeto. Eu fui relator, na Comissão de Assuntos Econômicos, da criação do dispositivo para que os pais ou responsáveis possam, conhecendo a programação do dia ou da noite, e naturalmente analisando a possibilidade no campo econômico, adaptar-se a isso.

E quando cheguei, a Dr^a Liliana já havia falado na questão técnica. Pela informação dos colegas, é possível isso. Parece até que a Dr^a Liliana analisou os custos. Então, acho que é o avanço da possibilidade.

Nas questões legais, o Dr. Alexandre é um jurista por excelência – e isso vem de pai para filho, fiquei sabendo na última vez. E tem obrigação, é claro, e relata a parte constitucional, a infraconstitucional. E as seqüências. E conhece com profundidade isso. E aí chegamos ao ponto de, talvez, se precisarmos alterar a Constituição, podermos fazê-lo, o Poder está aqui para isso. Se isso for necessário.

O Dr. Alexandre está no papel de interpretar aquilo que a própria Constituição prevê; o que há nela. Ele vê até onde é possível. Acho que essas luzes é necessário respeitarmos. E também ver o que vamos fazer.

Como, da mesma forma, vi o Professor Ismar fazer o relatório – temos cópias dessa sua exposição –, que, para nós, deverá ser um grande subsídio. E ouvi o senhor dizer que o sistema educação está de costas com o mundo da televisão, o mundo da tevê, hoje, como norma. O sistema de educação está meio de costas para o mundo da comunicação. Como também o mundo da tevê está de costas para o mundo da televisão. E aí o professor Jorge mais ou menos disse que “há necessidade de uma massa contributiva, para que o meio da comunicação se sustente”. Quer dizer, a massa de propaganda, naturalmente. E acho que o mundo da educação não tem publicidade para gerar recursos para as televisões abertas, não encontra muito mercado. Acho que essa é uma das razões pela qual o mundo da educação, o sistema educação, está de costas para a tevê e o mundo da tevê de costas para o mundo da educação. Aí nós precisamos aproximá-los em função até da ética e da cultura, da formação do jovem, da criança, desse patrimônio nosso que é a humanidade, brasileira no caso.

Então, quero-lhe cumprimentar, Sr. Presidente, por essa audiência pública. Para finalizar, quero dizer que se o sistema educação está de costas para o mundo da televisão, pelo menos hoje estou vendo que se não de frente, pelo menos de lado, pois hoje estão aqui dois representantes da educação e um da televisão. E vamos tentar aproximar o mundo da televisão com o sistema da educação. Acho que isso é fundamental e nós precisamos buscar os meios aqui no Congresso.

Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER – E acho que nós vamos avançar nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Devido ao adiantado da hora, passo a palavra para a Senadora Emilia Fernandes e peço um tempo de dois minutos para que possamos ter os pronunciamentos finais de cada participante da Mesa.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Quero apenas cumprimentar a iniciativa da audiência, cumprimentar os participantes desta Mesa de trabalho, louvando também que aqui, neste espaço privilegiado, tenhamos técnicos da iniciativa privada e a visão dos educadores. Até porque sou educadora, sou Senadora e aí estaria englobada em todas as questões que aqui foram colocadas, a questão de mãe, de avó, de mulher também, porque a figura da mulher é muito questionada da forma como é jogada pelos meios de comunicação. Sou uma defensora do Estatuto da Criança e do Adolescente, porque entendo que se este País não investir no presente certamente não terá futuro, e sou uma defensora das tevês educativas e das tevês públicas, porque entendo que elas são fundamentais no processo da comunicação. Tanto que até fiz um projeto, do qual vou rapidamente falar, Sr. Presidente, de que o pagamento de taxas deveria ser diferenciado do comércio e da educação, das tevês educativas. Foi aprovado pela Câmara, pelo Senado e foi vetado totalmente pelo Presidente da República. O veto foi total, não foi parcial. Por quê? Porque a **TV Educativa** não vive do comércio, da propaganda que é o que faz a televisão comercial sobreviver. E que sobrevive mal também, como aqui foi colocado. Fiz um projeto, as duas Casas aprovaram e o Presidente da República vetou totalmente. Então aí já se vê que este País não tem uma política de comunicação correta. Assim como não tem uma política de direitos humanos também, onde se construa a partir do convívio da família até o local de trabalho, até à atuação de cada

um na sociedade. Por isso essas questões éticas, quando a ética deveria ser algo que está dentro de cada um e deveria ser colocada na prática e não apenas por meio de comissão, de código, ou de exigências. E que se diga muito bem, aqui foi falado com relação à questão ética, que se comece a olhar urgentemente dentro de casa e dentro das escolas. Porque se não houver a formação ética, nós não vamos ter a prática ética como nós desejamos. Está aí o reflexo do Brasil naqueles que lhe representam.

Por outro lado, quero também dizer que tenho uma grande preocupação por esse distanciamento da educação com a comunicação neste País. Sou professora, reconheço que nós temos um distanciamento, uma falta de capacidade de integração. Acho que a nossa geração – ressalto que as novas gerações, dos meus três netos, dominam os meios de comunicação e a tecnologia muito melhor do que a nossa, e não tenho vergonha de dizer que aprendo com eles – tem que investir mais na formação dos nossos professores, com a visão crítica e criativa em direção aos meios de comunicação.

Concluo, dizendo que essas audiências são importantes, e que o Governo, enquanto o responsável maior da Nação, tem a obrigação, o compromisso, a responsabilidade e o dever de exigir – não cerceando e nem contrariando a própria Constituição, até porque a Constituição tem que ser vista como um todo – o que a própria Constituição garante: que este seja um País democrático, mas que seja obrigação dos Governos, da família e da sociedade formar cidadãos éticos, críticos e capazes de sobreviver nesse mundo de hoje, do “salve-se quem puder”.

Parece-me que temos que aprofundar a discussão. Queremos receber continuamente de todas as posições, de todas as visões, a contribuição para essa análise. Esta Casa tem se preocupado com isso. Estou aqui há sete anos, e, desde o primeiro dia, esta Comissão de Educação, da qual faço parte durante os sete anos em que estou aqui, tem dito que a situação não está correta e que algo tem que ser feito. Infelizmente, até agora, parece-me que não se encontrou o caminho adequado e correto.

Mas quero cumprimentar todos. Tenho certeza de que, pelo menos, vamos sinalizar – e é importante que se sinalize – que queremos, sim, algo com essa visão ética, de responsabilidade do Governo e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Agora, vamos passar a palavra aos palestrantes, para que o pronunciamento final de cada um seja feito. Dado o adiantado da hora, daremos um minuto para cada um.

Às 12 horas e 30 minutos começará a Comissão de Ética, e vários dos Srs. Senadores presentes aqui – inclusive o Presidente – dela participam.

Concedo a palavra ao Dr. Jorge da Cunha Lima.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA – É evidente que quem carrega uma nação é a sociedade. E a sociedade está exigindo uma legislação para radiodifusão, num amplo sentido, que envolva a questão técnica, a questão da sobrevivência, a questão da educação e a questão da ética.

Estamos num momento privilegiado, porque há uma proposta de projeto. Este é o momento de a sociedade e, sobretudo, de os delegados da sociedade – que são os Deputados e Senadores – exercerem a sua função legislativa e fazerem a legislação que o Brasil precisa, para que esses setores não fiquem uns de costas para os outros. Todos devem estar voltados para a sociedade.

Esta sessão foi muito produtiva. E vejam que essa lei, que vai tratar de um **chip** – que, talvez, seja o menor componente de uma televisão –, pode nos fornecer o universo de que precisamos tratar, o da televisão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Professor Ismar de Oliveira Soares.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Além dessas questões teóricas, estamos iniciando uma prática na qual nos associamos à ECA e à Prefeitura de São Paulo para colocar em 455 escolas fundamentais do Município de São Paulo o rádio, a fim de capacitar 9.100 professores, juntamente com as crianças, a operarem esse equipamento. A partir disso, pode-se reduzir a violência nas escolas.

Entendemos que, a partir de uma prática educacional e comunicativa, em que as crianças possam operar o rádio, a televisão, a Internet – a partir de janeiro, essas crianças terão banda larga também e poderão fazer rádio via Internet –, haverá 455 novos grupos de crianças no Brasil, produzindo comunicação, por meio das tecnologias.

Imagino que as tecnologias estão barateando. Se encontrarmos a aliança entre os comunicadores, educadores e tecnólogos, poderemos avançar muito nesse campo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a Abert vem agradecer a oportunidade e a louvável iniciativa dos Srs. Senadores que apresentaram os requerimentos e dizer ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca que não foi discutida a

inconstitucionalidade dessa proposição. Ela é constitucional. A diferença é que a nossa Constituição, depois da legislação superveniente, estabeleceu uma mera obrigação do Poder Público de fazer as vezes.

E agora estamos justamente discutindo que, mediante uma lei federal – e tem competência o Senado Federal para fazer isso, com a iniciativa do Congresso Nacional –, há possibilidade, sim, de fazer um projeto que não seja inconstitucional. Podemos criar subsídios e apresentá-los a V. Ex^{as}. Podemos discutir pontos dessa classificação, mas a diferença é justamente esta: nos Estados Unidos, conforme a Dr^a Lilliana comentou, estabeleceu-se, por um ato do FCC – Federal Communication Commission, a agência reguladora, que as entidades representativas irão fazer essa auto-regulamentação. Eles criaram o TV Parental Guide. Aqui, estamos agora discutindo essa possibilidade.

Nesse sentido, considero louvável a iniciativa desta audiência pública, e fico muito satisfeito e surpreso em ver que todos os pontos são convergentes. Ninguém falou absolutamente nada em contrário. Simplesmente quis demonstrar aos senhores que temos algumas limitações impostas pela Constituição e temos que obedecê-las, a não ser que se mude o Texto Constitucional. Mas, mesmo essas limitações são facilmente contornáveis para que tenhamos uma programação. Não tenho dúvida disso.

Tem havido várias iniciativas parlamentares nessa direção. Mais uma vez não concordo que o Congresso seja negligente, uma vez que tem havido muitas iniciativas, como já foi comentado pelo Senador Lúcio Alcântara. Lamento não poder apontá-las detalhadamente em vista do tempo estipulado pelo Presidente.

Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, meramente apresentei um pequeno trecho em que se discute a constitucionalidade, o que não afeta o que estamos discutindo aqui. A Abert é a favor do Estatuto. É impossível ser contra. A tutela dos menores tem que ser do Estado, embora a responsabilidade seja dos pais. Não há dúvida.

Também parablenizo a Senadora Emilia Fernandes pela preocupação, como avó, como mãe e como mulher, com esse tema. Embora, como mulher, penso que não precisa se preocupar tanto, uma vez que as mulheres estão dominando o mundo. Assim, fica mais fácil e menos preocupante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra à Dr^a Lilliana.

A SRA. LILIANA NAKONECHNYJ – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a tecnologia está aqui para servir à população mundial e, especialmente, à população brasileira. Defendo o ponto de vista de que o **V-Chip** no formato analógico vai onerar o preço do receptor. Então, sugiro que os senhores obtenham maiores subsídios diretamente com a indústria eletroeletrônica para saber em quanto exatamente ele vai onerar o preço final do receptor. Na TV digital, será uma transição tranqüila, sem ônus, pois é uma tecnologia inerente à TV digital. Logo, a TV digital que vem aí vai poder oferecer essa tecnologia intrinsecamente.

Quero lembrar, mais uma vez, que o **V-Chip** por si só não adianta, tem que ter a classificação indicativa. Um ponto que o Dr. Alexandre mencionou e eu gostaria de colocar mais um **highlight** é que, operacionalmente, para que as emissoras possam estar transmitindo o tempo todo a classificação indicativa, é importante estabelecer mecanismos mais ágeis de classificação indicativa dos programas. Assim, a partir de determinados acordos ou determinadas diretrizes, auto-regulamentação ou o que seja, a emissora precisará ter a possibilidade de ela inserir essa informação. Como o Dr. Alexandre mencionou, a programação de uma emissora tem que ser ágil. Ontem, por exemplo, tivemos a programação normal interrompida por aquela calamidade pública que ocorreu. Um programa que já estivesse previamente programado para ir ao ar, com duração de uma hora, teria que ser cortado e ser substituído por outro que poderia não ter sido programado para aquele dia. Então, a emissora precisaria saber qual a classificação indicativa do outro programa. Assim sendo, nada melhor do que ela classificar de acordo com determinadas diretrizes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Antes de finalizar, gostaria de agradecer a presença de todos, do Dr. Jorge da Cunha Lima, do Dr. Alexandre Jobim, da Dr^a Lilliana e do Dr. Ismar.

Eu queria dizer que, semana passada, tive a oportunidade de participar de um encontro internacional da Unesco, em Genebra, em que se discutiu o tema “Escola para todos, para aprender a viver juntos”, enfatizando o papel privilegiado que tem a escola hoje no sentido de difundir valores de ética, justiça e solidariedade, que possam levar à integração social e a uma cultura de paz. No meu pronunciamento naquela ocasião, fiz questão de enfatizar que a escola não está só nesse grande desafio de criar uma sociedade mais justa e menos violenta.

Fiz questão de destacar o papel dos meios de comunicação, a fim de que também estes tenham uma forma de auto-regulamentação, ou que haja o estabelecimento de um código de ética entre as emissoras para que possam também convergir para a construção de uma sociedade mais justa e de uma cultura de paz.

Muito obrigado.

Agradeço também a presença dos Senadores.

(Levanta-se a reunião às 12h18min.)

**Ata da 25ª Reunião Extraordinária,
da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª
Legislatura, Realizada em 18 de setembro
de 2001.**

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Nabor Júnior, Pedro Ubirajara, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Marina Silva, José Fogaça, Juvêncio da Fonseca, Freitas Neto, Francelino Pereira, Osmar Dias, Lúdio Coelho, Lúcio Alcântara, Geraldo Cândido e Saturnino Braga, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Waldeck Ornélas, Teotônio Vilela Filho, Fernando Matusalém e Roberto Freire. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado n.º 202, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que "Introduz modificações na Lei 4117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações." A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator, Senador Casildo Maldaner. Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 52 de 2001, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do Governo Federal." O relator designado é o Senador Nilo Teixeira Campos que retira o seu parecer, adotando o voto em separado de autoria do Senador Ney Suassuna, que passa a se constituir no

parecer do relator. O substitutivo é aprovado por quatorze (14) votos. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 220, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à CB Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado, com abstenção dos Senadores Geraldo Cândido, Eduardo Suplicy e Marina Silva. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 160, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Olinda-Pernambuco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado, com abstenção dos Senadores Geraldo Cândido, Eduardo Suplicy e Marina Silva. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: Item 03: Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 2000. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo **quorum** regimental, damos por aberta a 25ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 50ª Legislatura que se realiza hoje, dia 18 de setembro.

Antes de iniciarmos a nossa pauta do dia, gostaria de ler para V. Ex^{as} o convite que nos foi encaminhado pelo Ministro de Estado das Ciências e Tecnologia, Dr. Ronaldo Mota Sardenberg, no seguinte teor:

"Sr. Senador,

A Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, organizada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e pela Academia Brasileira de Ciências, integra amplo processo de consulta à sociedade com vistas à formulação de um conjunto de diretrizes es-

tratégicas para a ciência, tecnologia e inovação para a próxima década.

Tenho o prazer de convidar V. Ex^a para participar da Conferência Nacional a realizar-se em Brasília de 18 a 21 de setembro de 2001.

A cerimônia de abertura contará com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e terá lugar às 18h30min, no dia 18 de setembro, no auditório da Academia de Tênis.”

Quero destacar a importância dessa Conferência Nacional, que tratará de temas de extrema relevância para o progresso da ciência e para o desenvolvimento tecnológico do País.

Os temas a serem debatidos estão divididos nos seguintes subtemas: no caminho do futuro, qualidade de vida, desenvolvimento econômico, desafios estratégicos para a economia e para a sociedade brasileira, e desafios institucionais, sobretudo relacionados com a gestão das instituições de ciência e de tecnologia.

Solicitou-nos a Coordenação dessa Conferência para que os Srs. Senadores preenchessem o questionário que está sendo distribuído agora, com o objetivo de identificar o perfil de interesse cada Senador dentre os subtemas que eu acabei de ler aqui, a fim de que os Senadores pudessem, desta maneira, ter acesso às diversas sessões de discussão dessa importante Conferência e também receberem os Anais que irão registrar as discussões da Conferência Nacional, mesmo que não possam comparecer.

Queria, também, antes de iniciarmos a nossa pauta, dizer que, na semana passada, na última quarta-feira, nós, como Presidente da Comissão de Educação, recebemos aqui, na companhia da Senadora Emilia Fernandes e do Senador Geraldo Cândido, a direção da Associação Nacional dos Docentes, que veio solicitar a esta Comissão que facilitasse e abrisse um canal de interlocução com o Ministério da Educação, visando uma solução para a greve que já se instala na maioria das instituições federais de ensino superior. As 39 universidades brasileiras se encontram em greve que abrange professores e funcionários e que, portanto, merece uma atenção toda especial nossa. Estamos solicitando do Exm^o Sr. Ministro da Educação uma audiência, para que possamos encaminhar o documento que a ANDES nos encaminhou e solicitar uma interlocução com o Ministério, a fim de que possa ser, num primeiro momento, discutida a pauta de reivindicação do movimento dos professores e servidores e posteriormente ser estabelecido um canal de negociação com aquele Ministério. Espe-

ro que nesta semana nós já possamos tomar providência nesse campo.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Desejo obter duas informações, Sr. Presidente. Primeiro, estava prevista a vinda do Ministro da Educação na semana passada, dia 11. Parece-me que essa visita foi adiada. Gostaria que V. Ex^a nos informasse se houve adiamento

Gostaria de saber, com relação à questão das universidades, se haverá uma reunião com o Ministro e a Comissão para análise do assunto que estava pendente. Poderia ser aproveitada a visita para que outros assuntos fossem tratados, tais como a resolução do problema das universidades.

A segunda informação que gostaria de obter, Sr. Presidente, e já conversei com V. Ex^a há pouco, mas acho que o assunto é de interesse de todos os Srs. e Srs. Senadores, refere-se à concessão que o Senado Federal deverá votar. Trata-se da **Rede TV**, **Rede Ômega**. Esse é um assunto que está pendente desde o segundo semestre do ano passado. Inúmeros Senadores apresentaram sugestão de um requerimento para que as diversas partes interessadas – a direção da **Rede TV**, da **Rede Ômega**, os representantes da antiga **Rede Manchete**, os representantes daqueles que trabalham nessas emissoras, radialistas, jornalistas, todos os funcionários – pudessem estar aqui para serem ouvidos em audiência. V. Ex^a nos informou que ainda vai designar o relator e fazer essa audiência, a fim de que possa esta Comissão servir de catalisador de um entendimento entre as partes.

Agradeceria a V. Ex^a se pudesse nos dar informações sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeitamente. Com relação à vinda do Ministro da Educação, como todos sabem, ela foi adiada. Em razão de requerimento da Senadora Emilia Fernandes, essa visita foi transformada em convocação, que sofreu um adendo de nossa parte, ou seja, convocamos também o Ministro Martus Tavares, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Consideramos importante a convocação dos dois Ministros, na medida em que o objetivo principal dessa audiência seria a discussão do processo de implementação do Plano Nacional de Educação. Como todos sabem, o Plano Nacional de Educação terá, para sua normal implementação, de promover uma adaptação do Plano Plurianual e do próprio orçamento corrente.

Pediria a todos um pouco de silêncio para que pudéssemos responder ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, tenho quase certeza de que também foi aprovado pelo Plenário um requerimento sobre a vinda do Ministro. Tratava-se de ouvir a opinião do Ministro relativamente ao projeto sobre a obrigatoriedade do ensino da Sociologia e Filosofia nas escolas. A votação ficou pendente, pois seria realizada depois da audiência com o Ministro. Esse também seria um assunto da pauta da reunião da Comissão de Educação com o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – A pedido do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, será incluída na pauta da audiência pública, com a presença do Ministro Paulo Renato, essa questão da introdução das cadeiras de Filosofia e Sociologia. Com relação ao segundo ponto, cumpridas todas as formalidades de natureza burocrática por parte da empresa titular, da RTV, TV Ômega, já estamos em condições de convocar a audiência pública e designar o relator. Certamente estamos com a data previamente fixada, que seria na próxima quarta-feira, para a audiência pública.

O SR. CASILDO MALDANER – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, faz parte da pauta de hoje e em primeira mão, como o assunto é terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº202, de 1999, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, do qual sou relator, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Recebi neste final de semana várias ponderações, embora já tenha um parecer oferecido, em condições de ser votado. Porém foram ponderações das mais diversas, invocando o questionamento sobre que se seria possível uma rediscussão com este relator e com alguns segmentos. Em função disso, procurei aceder a esse chamamento. Há alguns dias rediscuti isso com alguns setores e solicitaria a V. Exª que o retirasse de pauta neste momento para que eu tivesse mais alguns dias para rediscutir, dar alguma satisfação a alguns setores que me procuraram, Sr. Presidente. É um projeto de muita profundidade, é o Código de Telecomunicações do Brasil, que vem desde 1962, e, naturalmente, as propostas que o Senador Antero Paes de Barros propõe, para que se alterem as telecomunicações no Brasil, tem suas razões, mas

também há implicações das mais diversas. Solicitaria a V. Exª mais alguns dias para dar uma resposta a alguns setores que me procuraram.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tendo em vista as ponderações do Senador Casildo Maldaner, que é o relator da matéria, estamos propondo ao colegiado da Comissão de Educação que se retire de pauta esse Item 1, reapresentando-o certamente na próxima semana.

O SR. CASILDO MALDANER – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passemos ao Item nº2 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº52, de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do Governo Federal. A autora da matéria é a Senadora Emilia Fernandes e o relator é o Senador Nilo Teixeira Campos.

É importante observar que foi concedida vista coletiva na reunião do dia 4 de setembro último. O Senador Ney Suassuna apresentou voto em separado, concluindo pela aprovação do projeto na forma do substitutivo oferecido, que consta da nossa pauta do dia.

É importante observar também que, sendo aprovado o parecer ou o voto em separado, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno. Com essas observações, passamos a palavra ao relator da matéria, Senador Nilo Teixeira Campos.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tive oportunidade de relatar o projeto de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do Governo Federal.

Apresentei na última reunião desta Comissão, em forma de substitutivo, um parecer do qual, por solicitação da Senadora Emilia Fernandes e do Senador Ney Suassuna, foi concedida vista coletiva na reunião do dia 4 de setembro. Essa vista possibilitou que fossem mantidos entendimentos dos quais participei, que objetivam estabelecer um entendimento mais amplo e uniforme na Comissão, que resultou no voto em separado do Senador Ney Suassuna.

Assim sendo, como esse voto em separado decorreu de entendimentos e estabelece uma maior facilidade para tramitação do Projeto aqui na Comissão, desisto do meu substitutivo e subscrevo o voto em se-

parado do Senador Ney Suassuna, que em rápidas palavras lerei aqui.

O Senador Ney Suassuna apresenta um substitutivo ao Projeto de Lei nº 52, de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do Governo Federal. Ele relata o que já falei e termina com a fundamentação do voto.

No que se refere às questões de mérito, estamos de inteiro acordo com a autora da matéria, Senadora Emilia Fernandes. Como Relator designado na Comissão de Educação, Senador Nilo Teixeira Campos, que objetiva, com suas propostas, proporcionar aos deficientes auditivos a possibilidade de exercer seu direito de votar com mais segurança e clareza e ainda receber informações que auxiliem na melhor qualidade de vida, tendo acesso a vários tipos de informações contidas em campanhas institucionais, estimulando e contribuindo decisivamente para o voto consciente.

Assim, diante das razões fundamentadas, apresentamos esse voto em separado, o qual subscrevo, no seguinte substitutivo.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Esta lei obriga o uso de mecanismo que torne acessível aos portadores de deficiência auditiva as mensagens televisivas dos Poderes da União e a propaganda eleitoral gratuita.

Art. 2º – As mensagens dos Poderes da União, as manifestações oficiais de seus membros e suas campanhas institucionais veiculadas pela televisão serão interpretadas na língua brasileira de sinais.

Art. 3º – A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 54, “a”.

Art. 54. “a” – A partir de 1º de janeiro de 2006, os programas de televisão da propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação serão interpretados na língua brasileira de sinais.

§ 1º. A inobservância do disposto nesse artigo sujeita o partido ou a coligação às sanções estabelecidas no parágrafo único do art. 55.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor noventa dias a partir da data de sua publicação, ressalvado o disposto no art. 3º.”

Esse é o voto proferido pelo Senador Ney Suassuna, que subscrevo e submeto à aprovação dos demais Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Educação do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria.

Com a palavra a autora do Projeto de Lei, Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o motivo que realmente me fez apresentar este Projeto – lógico que é do conhecimento de todos os Srs. Parlamentares – é o esforço por que passam hoje os governos, os Poderes Legislativos e a sociedade, inclusive chamando a iniciativa privada a essa grande construção, ou seja, um esforço coletivo para que se garanta cada vez mais a cidadania de segmentos praticamente excluídos do mundo do trabalho e da inserção social. As pessoas portadoras de deficiência hoje são tratadas com muito mais respeito. Lógico que há muita coisa ainda a ser conquistada. Há uma luta incessante para que haja adaptação de prédios, de passeios públicos, de estímulo à qualificação, capacitação e ao mercado de trabalho para as pessoas portadoras de deficiência. Inclusive no meu próprio Estado, o Rio Grande do Sul, temos um projeto de iniciativa do governo que estimula a classe empresarial a empregar mão-de-obra de pessoas portadoras de deficiência. Há um grande sentimento coletivo de que as coisas precisam ser feitas e ser aceleradas.

O que buscamos através desse projeto é exatamente dar oportunidade a quase 10% da população brasileira que são portadores de deficiência auditiva para que tenham a possibilidade de inserção nos meios de comunicação. Sabemos hoje que a televisão é o meio que chega em todos lares, desde os mais simples até o mais qualificado do ponto de vista econômico. E as pessoas surdas são impossibilitadas, na grande maioria dos programas, de interagir dentro daquilo que está sendo apresentado.

Propusemos que se institua, iniciando pelos programas oficiais. Todos os programas de responsabilidade dos poderes públicos, portanto, do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, terão a possibilidade de apresentar também a interpretação na língua de sinais.

O diálogo que houve na nossa Comissão foi muito positivo, porque tivemos a oportunidade de aperfeiçoar o projeto. Então, no momento em que corrigimos, por exemplo, que não se fale em linguagem, mas em língua de sinais. Essa é uma expressão internacionalmente considerada como mais correta. Quando falamos que não vamos interpretar, não se trata de transmissão, mas sim de interpretação da língua de sinais, também é uma expressão mais correta. E quando retiramos que seja colocada simultaneamente a interpretação da língua e a apresentação da linguagem oculta, estamos facilitando para as pessoas

portadoras de deficiência, porque tal procedimento certamente confundiria muito mais do que auxiliaria a compreensão. Sabemos que uma grande parte das pessoas não são alfabetizadas, sendo estimuladas a se comunicarem na língua de sinais.

O que o Senador Ney Suassuna, o Senador Nilo Teixeira Campos, relator, fazem, nesse momento, é acolher uma idéia de consenso construída coletivamente.

E a questão de se incluir também nos programas de televisão da propaganda eleitoral gratuita parece-me positiva. Gostaríamos que já se iniciasse em 2002 ou 2004. Mas o consenso a que se chegou foi que se inicie a partir de 2006. Então respeitamos a opinião da maioria dos parlamentares da nossa Comissão, para que os partidos políticos possam se adaptar a essa nova exigência. Também precisamos de pessoas qualificadas que possam cada vez mais participar dessa atividade no mercado de trabalho.

Queremos agradecer a sensibilidade e a compreensão dos ilustres pares e dizer que esta Comissão dá uma demonstração concreta de que precisamos agir em conjunto para que mais e mais pessoas possam ter uma vida mais digna, principalmente uma construção de cidadania mais sólida.

O SR. CASILDO MALDANER – V. Exª me concede um aparte, Senadora Emilia Fernandes?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Concedo-lhe o aparte, concluindo o meu pronunciamento com ele.

O SR. CASILDO MALDANER – Essa proposta de V. Exª é extraordinária.

Pergunto: para entrar em vigor a partir de 2006, pelo que vejo na proposta de consenso, inclusive os programas eleitorais para que as pessoas com deficiência auditiva possam acompanhar a interpretação da linguagem, por exemplo, nos canais... Porque, aqui fala, Senadora, veiculada em televisão a linguagem de sinais em todas as veiculações de televisão do Governo Federal. Depois fala nos programas eleitorais a partir de 2006. Pergunto a V. Exª se nos programas de televisão, para os que têm problemas auditivos, teremos isto, a partir de quando.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Agradeço o aparte de V. Exª. É importante que se diga que torna sensível aos portadores de deficiência auditiva as mensagens televisivas dos Poderes da União e a propaganda eleitoral. Então todas as mensagens televisivas que forem de responsabilidade dos três poderes deverão ter a interpretação da língua de sinais a partir de 90 dias depois de aprovada a lei. Então todas as mensagens, todas as campanhas, propagandas,

campanhas educativas que algum dos Poderes, normalmente o Poder Executivo faz mais isso, mas todos deverão ter essa interpretação.

Quanto à propaganda eleitoral, houve um entendimento de que seria a partir de 2006.

O SR. CASILDO MALDANER – Quero cumprimentar V. Exª porque, como disse antes, isso vai ter uma repercussão muito grande. É um grande passo que se dá. Quero cumprimentar também, sem dúvida alguma, o Relator, Senador Nilo Teixeira, e a proposta do Substitutivo do Senador Ney Suassuna.

De qualquer forma, Senadora Emilia Fernandes, foi um grande avanço que esta Comissão deu através de V. Exª.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Queremos chamar a atenção para o art. 2º, que diz que as mensagens dos Poderes da União, as manifestações oficiais de seus membros... Então sempre que um Ministro for falar, um Presidente do Congresso, do Poder Judiciário, o próprio Presidente da República, as campanhas institucionais veiculadas pela televisão, sempre serão interpretadas na língua brasileira de sinais. Então, dentro de 90 dias após a aprovação desta lei, e a questão da propaganda eleitoral ficaria a partir de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de enfatizar a importância do diálogo, do debate na busca do entendimento. Na última sessão em que foi pedida vista coletiva, tivemos um acalorado debate sobre um tema naturalmente importante, que haja o contraditório, é aqui o espaço para isso, e louvo quando agora a autora do projeto, Senadora Emilia Fernandes, que em boa hora toma a iniciativa de, em entendimento com o Senador Ney Suassuna, que apresenta um substitutivo, e também com o relator, Senador Nilo Teixeira, chegando a um teto compreendido por eles como ideal, feito esse entendimento por eles como ideal, o que valoriza sobremaneira a nossa atividade aqui no plenário desta Comissão.

Nós, que assistimos e participamos do debate de maneira tão calorosa, neste momento a nossa participação restringe-se a cumprimentar a autora do projeto, que acolheu as mudanças, os ajustes, no seu entendimento, valorizando o projeto, e o Relator, que soube ter essa capacidade de articular entre autora e quem apresentou o substitutivo, apresentando para nós esse texto que, entendo eu, é de qualidade absoluta, de referência absoluta, o que vai trazer benefíci-

os especialmente àqueles que são deficientes e, conseqüentemente, excluídos da participação do processo de comunicação. Meus cumprimentos.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Alguém nos perguntou por que não colocamos em relação a todos os programas das empresas privadas do País de televisão. Entendemos que deveríamos iniciar pelo exemplo dos poderes constituídos. Desejamos, esperamos, e essa é a expectativa das lideranças e daqueles grupos de trabalho com as pessoas portadoras de deficiência auditiva, que gradativamente as empresas comerciais, principalmente aqueles programas mais culturais, educativos, automaticamente passem a incluir também a língua de sinais. Então seria a participação da sociedade como um todo nesse grande projeto coletivo de construção da cidadania das pessoas portadoras de deficiência. Por isso não colocamos aqui. Queremos que a iniciativa privada se dê conta da importância e saia à frente, incluindo também nos seus programas de caráter educativo e cultural.

O SR. ARLINDO PORTO – Agradeço o aparte da Senadora Emília Fernandes e concluo, Sr. Presidente, dando um testemunho: a Rede Minas de Televisão, que é a **TV Educativa** do Governo do Estado, que está presente em mais de quinhentos municípios mineiros com seu sistema de retransmissão com a geração de sinais da capital, e os jornais, os principais, os dois programas noticiosos, telejornais, já têm apresentação paralela, a representação da língua brasileira de sinais. Acho que é uma demonstração da sua importância. Há alguns anos, talvez há cinco, seis anos quando eu era ainda vice-Governador, o Governo do Governador Hélio Garcia mandou que assim fosse feito e até hoje é mantida a comunicação por sinais. Acho que isso é valorizar a questão cultural em respeito àqueles que têm deficiência e que merecem o respeito da sociedade. E as empresas de televisão, com o tempo, estarão se adequando a esse mercado que não pode ser desprezado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passemos à votação. A votação será nominal, considerando que esse projeto é terminativo na Comissão de Educação. Então vamos chamar nome a nome.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Bem, a matéria vai a turno suplementar, na próxima reunião.

Eu gostaria de parabenizar a Senadora Emília Fernandes por essa iniciativa e também as contribuições do Senador Nilo Teixeira Campos e do Senador Ney Suassuna com o substitutivo, além da relevância da matéria em si, que torna acessíveis aos deficien-

tes auditivos programas oficiais dos Poderes da República e também a legislação eleitoral, os programas eleitorais. A iniciativa da Senadora lança foco o problema dos deficientes de audição, sugerindo, recomendando até outras medidas que venham a tornar menos problemática a participação dessas pessoas, seja participação na política, seja na sociedade brasileira.

Passemos ao Item nº 3 da pauta. Estamos aguardando a presença do Relator do Item nº 3, Senador Roberto Freire, que ainda não se encontra.

Então passemos ao Item nº 4.

Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2001, aprova o ato que outorga permissão à CB Empreendimentos Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador José Coelho.

O SR. JOSÉ COELHO – (Inaudível. Fora do microfone) ...recebeu o encaminhamento por parte do Ministério das Comunicações ao Presidente da República, instruindo que está de acordo com a legislação aplicável e que o referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Recebi o Parecer favorável do Deputado Ney Lopes, de que na Comissão de Justiça daquela Casa o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa. Considerando ainda que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 220, de 2001, evidencia o cumprimento da sobriedade estabelecida na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade CB Empreendimentos Ltda atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se autor da permissão, opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Parecer do nobre Senador José Coelho queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 5 da pauta – Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2001 que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Olinda-Pernambu-

co Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Olinda, Pernambuco.

Com a palavra o Relator da matéria, o nobre Senador José Coelho.

O SR. JOSÉ COELHO – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2001, para renovação da concessão da Rádio Olinda-Pernambuco, Ltda.

Considerando a Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. O referido projeto foi, também, aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o Parecer favorável do seu Relator, o Sr. Deputado Gessivaldo Isaías. Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 160, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Olinda-Pernambuco, Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Considerando a ausência do nobre Senador Roberto Freire, que é o Relator do Item nº 3 e não havendo mais nenhuma outra questão a tratar, damos por encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h25min.)

Ata da 26ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, Realizada em 25 de setembro de 2001.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e um, na sala de

reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Nabor Júnior, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Emília Fernandes, Mauro Miranda, Juvêncio da Fonseca, Freitas Neto, Francelino Pereira, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Osmar Dias e Leomar Quintanilha, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Valmir Amaral, Waldeck Ornêlas, Teotônio Vilela Filho, Fernando Matusalém, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Marina Silva e Roberto Freire. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 01: Substitutivo do Senador Nilo Teixeira Campos ao Projeto de Lei do Senado n.º 52, de 2001, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do Governo Federal.” O substitutivo ao projeto é aprovado em turno suplementar. Item 03: Projeto de Lei da Câmara n.º 62 de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Pedro Wilson, que “Introduz a palavra “obrigatório” após a expressão “curricular”, constante do § 3º do artigo 26 da Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.” É concedida vista coletiva. Item 04: Aviso n.º 142, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal da Decisão n.º 519, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Programa TV Escola, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC (TC – 012.373/2000-6).” O relator designado é o Senador Moreira Mendes e o relatório pelo conhecimento do assunto e arquivamento da matéria é aprovado. Item 05: Aviso n.º 107, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão n.º 332, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente auditoria realizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal de Contas da União e o Reino Unido, no período de 04.09 a 13.10.2000, com a finalidade

de verificar em que medida o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO pode melhor contribuir para aumentar as oportunidades de uso pedagógico da informática nas escolas do sistema público de ensino (TC – 012.374/2000-3).” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o relatório pelo conhecimento do assunto e arquivamento da matéria é aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 222, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão da Fundação Casper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o relatório favorável, com a emenda n.º 01-CE, é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 294, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Araci Pinto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o relatório favorável é aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 230, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Cidade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o relatório favorável é aprovado. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 255, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 233, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Antártida FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável, com a emenda n.º 01-CE, é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 237, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Libério para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado

é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 1998, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão deferida a Rádio Aliança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Prosseguindo, os Senhores Senadores Casildo Maldaner e Arlindo Porto apresentam à Mesa requerimentos para deliberação do plenário. Extra Pauta, Item 01: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que “Requeiro, nos termos do inciso II e V do art. 90, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 202, de 1999, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que ‘Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações’, cujos convidados serão oportunamente nominados.” O requerimento é aprovado. Item 02: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Arlindo Porto, que “Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o PDS 255/01, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.” O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: Item 02: Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 2000. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 26ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que se realiza hoje, 25 de setembro de 2001, terça-feira.

Primeiramente, gostaríamos de apresentar alguns requerimentos encaminhados à Mesa.

Requerimento do Senador Casildo Maldaner para a realização de audiência pública para instruir o PLS nº 202/99, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para encaminhar.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sugiro essa audiência pública em função do projeto apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros que determina que as emissoras de televisão e rádio dediquem 50% de sua programação a suas respectivas regiões. Por exemplo, uma emissora que é gerada em São Paulo e chega a Mato Grosso do Sul, Tocantins, ou Santa Catarina, onde também tem geradoras, deverá reservar 50% de sua programação para as questões regionais.

Recebi diversas manifestações de setores que gostariam de discutir essa matéria, e entendo que ela merece ser debatida aqui, na Comissão de Educação. Por isso, solicito permissão para que se faça uma audiência pública com vistas a nos ajudar a esclarecer melhor e definir em conjunto a proposta do Senador Antero Paes de Barros para alteração do sistema de televisão e rádio no Brasil.

Essas são as considerações que eu gostaria que os colegas acatassem, aprovando esse requerimento, a fim de que pudéssemos programar uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – A Presidência lembra a V. Ex^{as} o convite da Cáritas Brasileira e de outras instituições para o lançamento da Campanha pela Convivência com o Semi-Árido e do livro **Água de Chuva, o Segredo da Convivência com o Semi-Árido Brasileiro**. O lançamento dar-se-á no dia 04 de outubro, das 9 horas às 12 horas, na Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário nº 9.

Gostaria, antes de iniciarmos os nossos trabalhos com os itens programados na pauta, de homenagear o nobre Senador Nilo Teixeira Campos, visto que hoje é o último dia de S. Ex^a nesta Comissão, em razão da reassunção do cargo por parte do Senador Artur da Távola. Gostaria de agradecer ao Senador Nilo Teixeira pela eficiente colaboração à Comissão, pela presteza com que apresentou os seus relatórios em assuntos de natureza substantiva ligados à área

de educação, colocando toda a sua experiência à disposição da Comissão de Educação.

Portanto, esta Presidência não poderia deixar de render suas homenagens ao nosso caro e amigo Senador do PSDB do Rio de Janeiro, Senador Nilo Teixeira Campos.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Pois não, Excelência.

O SR. CASILDO MALDANER – Creio que as palavras de V. Ex^a representam o pensamento da Comissão. Pelo menos eu gostaria de me associar às palavras de V. Ex^a em relação ao Senador Nilo Teixeira Campos, pelo excelente trabalho nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passemos ao item 1 da pauta: substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 52/2001, que está sendo submetido à Comissão de Educação em turno suplementar.

Considerando, conforme dispõe o art. 284 do Regimento Interno, que não foram oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação. Então, consideramos aprovado esse substitutivo, já que não houve emendas.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra à autora, Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, seria desnecessário abordarmos aqui a importância deste projeto e os agradecimentos da autora em relação a sua acolhida por parte das Sr^{as} e dos Srs. Senadores desta Comissão, particularmente, pelo relator. Entretanto, tendo em vista o registro de V. Ex^a de que esta é a última reunião desta Comissão de que o Senador Nilo Teixeira Campos participa, o que lamentamos profundamente, além de agradecermos pelo seu convívio, pela sua capacidade e pelo seu bom relacionamento durante o período em que permaneceu no Senado, queremos agradecer, particularmente, pelo seu interesse, pela sua sensibilidade, pela sua visão ao analisar esse projeto que dispõe sobre a linguagem de sinais para as pessoas portadoras de deficiência auditiva. Receba nossos agradecimentos. A sua passagem pelo Senado, sem dúvida, fica marcada, na história desta Casa, como um ponto positivo e significativo, principalmente para a educação deste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Nilo Teixeira Campos.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não falarei sobre o projeto, porque, em face das falas do Senador Ricardo Santos, da Senadora Emilia Fernandes e de outros Senadores, direi algumas palavras de agradecimento e de despedida. Fui muito feliz e me julgo privilegiado por ter chegado ao Senado, onde tive uma convivência afável e de onde saio orgulhoso de ter passado nove meses, convivendo com tão ilustres pessoas. Sinto-me feliz também até ao sair, porque vejo que o titular da cadeira que eu ocupava aqui hoje retorna ao Senado bem mais valorizado do que quando saiu, uma vez que foi convidado pelo Presidente da República para ser o Líder do Governo. Isso deixa a todos nós, do PSDB do Rio de Janeiro, felizes, porque vemos que, na homenagem que o Presidente presta ao Senador Artur da Távola, Sua Excelência está homenageando o PSDB do Estado do Rio de Janeiro. Nós, que conhecemos o Senador Artur da Távola, como também V. Ex^a todos o conhecem, sabemos da capacidade de S. Ex^a, dos seus dons de oratória, do seu conteúdo ideológico e da disposição com que S. Ex^a vem para prestar um bom serviço ao Presidente e, acima de tudo, ao Senado, dignificando e elevando as discussões, quer políticas, quer ideológicas.

Então, é um momento também de felicidade. Acredito que o Senado, não só com a iniciativa do Senador Artur da Távola, como também com outras iniciativas de outros Senadores, virará um capítulo da história desta Casa e teremos o Senado mais voltado para as suas reais finalidades.

Assim, cheguei feliz, tive a felicidade de conviver com os meus pares e saio feliz também, agradecendo a todos os Senadores a generosidade e a lhanza de trato que me dispensaram.

Esta é a minha última participação e agradeço a todos a gentileza com que me distinguiram.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Muito obrigado, Senador.

Passaremos ao item 3, considerando que estamos aguardando o relator do segundo item da pauta, que é o Senador Roberto Freire.

Item nº 03. Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2001. Introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular" constante do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O Relator é o Senador Moreira Mendes.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, sem intenção de protelar, mas de colaborar com a melhor solução possível, peço vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedido o pedido de vista do Senador Francelino Pereira, por um prazo de cinco dias no máximo.

Passemos ao item nº 04 da pauta. Considerando também a ausência do Senador Moreira Mendes, Relator da matéria, vamos passar ao item nº 09, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2001. O Projeto aprova ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais. O Relator é o Senador Arlindo Porto, a quem passamos a palavra.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por meio da Mensagem Presidencial nº 974, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos da Constituição, ato constante da Portaria nº 196, de 31.5.2000, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais.

A documentação anexada à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos competentes, atendendo à legislação pertinente.

Essa emissora, de frequência modulada, sob a responsabilidade da Fundação Educativa e Cultural do Alto Paranaíba, cujo o diretor-presidente é o Sr. Oscar Garcia de Faria, o vice-presidente é o Sr. Rodrigo Melo de Faria e a diretora administrativa é a Sr^a Sônia Alves Moreira.

Eu gostaria de enfatizar a importância da Fundação Educativa e Cultural do Alto Paranaíba para toda a região do Alto Paranaíba, coordenada por Patos de Minas. E essa Fundação já explora os serviços de televisão educativa em nossa região, atendendo os objetivos culturais e jornalísticos, que são implementados. É uma emissora que tem uma grande liderança de audiência e agora, entrando no serviço de radiodifusão em frequência modulada, vai aumentar a

possibilidade do fomento à cultura e educação do nosso Estado.

Por isso quero cumprimentar o nosso diretor-presidente, Sr. Oscar Faria, pelo trabalho que lá realiza, pelo desempenho de suas atividades.

O meu voto, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o voto do Relator, Senador Arlindo Porto (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento do Senador Arlindo Porto, pedindo regime de urgência para a apreciação desse Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 251/01.

Passo a palavra ao Senador Arlindo Porto, para que S. Ex^a possa encaminhar a votação.

O SR. ARLINDO PORTO – Considerando, Sr. Presidente, que há uma programação já previamente feita para que essa emissora possa entrar no ar ainda nesta semana, em função da mobilização que existe na comunidade, solicitamos apoio das Sr^{as} e Srs. Senadores, para que, em regime de urgência, a matéria possa entrar em Plenário talvez ainda nesta semana.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação o requerimento do Senador Arlindo Porto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 06 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2001, aprova o ato que aprova permissão da Fundação Cásper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de São Paulo, em São Paulo.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pergunto a V. Ex^a se alguém já se manifestou em homenagem ao Dia do Rádio.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Não, ainda não.

O SR. ROMEU TUMA – Visto que temos uma gama enorme de procedimentos e autorização de outorga de funcionamento, pediria licença a V. Ex^a para que fizéssemos um voto de louvor aos radialistas, ao rádio que nos tem mantido permanentemente informados. E esta audiência alcança tanto as casas de

maior poder aquisitivo como as favelas. Depois do surgimento desses rádios de pilha, eles são a grande fonte de informação que tem, sem dúvida nenhuma, possibilitado à população a tomar conhecimento dos assuntos mais relevantes do País.

Então, pediria aos Srs. Senadores que aprovassem um voto de louvor ao dia tão importante para aqueles que militam no rádio e para aqueles que se utilizam dele para estarem bem-informados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação a proposta do Senador Romeu Tuma, para que a Comissão de Educação aprove um voto de louvor para o dia de hoje, quando se comemora o Dia dos Radialistas.

Aqueles que concordarem com a proposta do Senador Romeu Tuma permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ROMEU TUMA – Vem a esta Comissão o Decreto nº 222/01, que renova a permissão da Fundação Cásper Líbero para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Paulo.

É uma Fundação bastante antiga que cumpriu todos os requisitos legais. De forma que, já aprovado na Câmara, somos favoráveis a sua aprovação para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Paulo.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o voto do Senador Romeu Tuma permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passemos ao item nº 7.

Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2001, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Araci Pinto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Eunápolis, Estado da Bahia.

Vamos indicar como Relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior, em substituição ao Senador Waldeck Ornelas.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Araci Pinto para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Eunápolis, Estado da Bahia.

Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 1040, de 2001, originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 8:

Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Cidade a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.

Passamos a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, que também está sendo indicado como Relator *ad hoc*, considerando-se a ausência do Senador Waldeck Ornelas e que esta é também uma rádio do Estado da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 230, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Rádio Comunitária FM Cidade atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 10 da pauta.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, tenho um requerimento que envolve questão de tempo. Estou solicitando que compareça na audiência pública de hoje à tarde o Líder Sindical Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, para que contrapusesse também o outro ponto de vista.

Então, gostaria, em função de ainda desse convite, de antecipar o contato com ele, para que haja tempo do seu comparecimento aqui.

O SR. ROMEU TUMA – Acho que ele já está na lista como convidado. Não está? Então, quero apoiar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Quero esclarecer que ele, na verdade, não se encontra na lista ainda. Isso foi um acréscimo feito pela Secretaria Executiva, considerando esse requerimento que está sendo apresentado pelo Senador Mauro Miranda.

Então, o requerimento que está sobre a mesa é o seguinte:

“Em aditamento ao Requerimento n.º 20, de 2000, da Comissão de Educação, aprovado em 23 de novembro de 2000, convido o Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical, para depor em audiência pública, na Comissão de Educação, que visa instruir o PDS n.º 236, de 2000, que é aprova o ato que renova concessão da TV Ômega Ltda.”

O Senador Mauro Miranda propõe também, para apresentar-se como debatedor nesta audiência pública, o nome do Sr. Paulo Pereira da Silva.

Então, submetemos à votação o requerimento do Senador Mauro Miranda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 10:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 233, de 2001, aprova o ato que renova a permissão da Rádio Antártida FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Minas Gerais.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – A Rádio Antártida FM Ltda. tem como sócios-componentes os Srs. Luiz de Paula Menezes e Luiz de Menezes.

Luiz de Paula Menezes foi prefeito, por duas ou três vezes, de Itabira e, no momento, é Deputado Estadual pelo meu Estado, Minas Gerais.

Trata-se da cidade de Itabira e, em se tratando de Itabira, devo dizer algo mais. Itabira é a terra do Poeta maior, Carlos Drummond de Andrade, e um dos maiores municípios da região central de Minas Gerais, com uma população de quase 100 mil habitantes e uma economia voltada para a mineração, com exploração principalmente de ferro, ouro e quartzo. É também um dos maiores centros culturais da terra mineira com vários cursos superiores, quatro emissoras de

rádio e seis jornais que contribuem para o desenvolvimento econômico, político, social e cultura de Itabira.

Mantenho com a terra de Drummond uma longa e fértil relação de amizade e de cooperação que se originou desde o início de minha vida política em Minas e firmou-se no exercício de vários mandatos parlamentares e consolidou-se no exercício do Governo do Estado e, agora, no mandato de Senador.

É, portanto, com enorme satisfação que dou parecer favorável ao ato que renova a permissão à Rádio Antártida FM para explorar o serviço de radiodifusão, certo de que a emissora continuará desempenhando o saliente papel cultural e informativo que sempre exerceu em benefício de toda a população da terra de Itabira.

Pelo nosso parecer, propõe-se que o art. 1º do PDS nº 233 de 2001 tenha a seguinte redação: “Art. 1º – Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 188, de 3 de agosto de 1998, que renova por dez anos, a partir de 28 de abril de 1993, a permissão da Rádio Antártida FM Ltda., outorgada originalmente à Fífon de Rádio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora com frequência modulada na cidade de Itabira”.

É uma modificação, apenas atendendo à solicitação da própria organização da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator, Senador Francelino Pereira, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 237 de 2001. Aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Padre Libério para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Passamos a palavra ao relator da matéria, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, Pará de Minas é um dos principais municípios da região central de meu Estado. Localizada na meia distância de Belo Horizonte e Divinópolis, Pará de Minas tem mais de setenta mil habitantes e uma economia voltada para as atividades industriais e de serviços, dois segmentos que ocupam a maior parcela da população economicamente ativa.

Sempre tivemos as melhores relações com as lideranças políticas, empresariais e comunitárias de Pará de Minas, sempre admiramos o esforço do seu povo em prol do progresso e do desenvolvimento econômico, social e cultural do município.

A operação de mais uma emissora de rádio em Pará de Minas – a terceira, ao lado dos dois jornais editados da cidade – é bem um exemplo desse esforço reconhecido e elogiado por todos os mineiros. É, portanto, com enorme satisfação que dou o parecer favorável, adiantando que o presidente da instituição é Sérgio Donizeti dos Santos, o vice-presidente é Givanildo Morgado, o diretor financeiro é José Carlos de Sousa Campos e a diretora administrativa é Maria Dalva de Almeida.

Conheço a instituição e sei que essa decisão nossa terá uma grande repercussão naquela bela e importante cidade de Minas Gerais, nas proximidades de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator, Senador Francelino Pereira, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 12 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 70 de 1998. Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Aliança Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Santa Catarina.

Passamos a palavra ao relator da matéria, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres colegas, a renovação da outorga da Rádio Aliança da cidade de Concórdia, em Santa Catarina, preenche os requisitos todos, de acordo com a legislação vigente. Aqui chegou através do Ministério das Comunicações, teve sua tramitação e, embasado em todos os setores, não há por que não aprovarmos, ainda mais porque Concórdia, Sr. Presidente e nobres colegas, não só é o que o próprio nome significa – concórdia – naquela cidade catarinense, mas porque também representa a sede de uma empresa muito conhecida no Brasil, que é a Sadia, avícola, suinocultura, de perus. A Sadia se iniciou no País e tem sua sede e matriz nessa cidade de Concórdia, no meu Estado.

E o próprio nome significa que essa rádio procura muito analisar as questões da cultura, da concórdia mesmo, como seu próprio nome empresta, enfim, no dar-se as mãos naquela cidade. Então, não há por que não aprovarmos essa renovação, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator, Senador Casildo Maldaner, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Voltemos agora ao Item nº 4:

Aviso nº 142, de 2001, encaminha ao Senado Federal a Decisão nº 519, de 2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam sobre a auditoria realizada no Programa TV Escola, sob responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e Cultura.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o aviso em questão encaminha a esta Casa a Decisão nº 519, de 2001, do Tribunal de Contas da União, adotada em Plenário sobre a auditoria feita no Programa TV Escola, desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação. O aviso também encaminha relatório e voto que fundamentam a decisão do Tribunal.

O relatório é extenso – já foi distribuído previamente a todos os Srs. Senadores –, recomenda a implantação e traz consigo 13 itens a serem observados pelo MEC.

No voto concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria, tendo em vista que nenhuma providência se impõe no âmbito do Senado Federal em decorrência do conhecimento e do exame dos autos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o relatório.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle.

Item nº 5:

Aviso nº 107, de 2001, também do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 332, bem como o respectivo relatório e voto referentes à auditoria realizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica firmada entre o Tribunal de Contas da União e o Reino Unido.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o documento é longo e trata de apreciação técnica muito cuidadosa e bem feita sob a coordenação do Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, que analisa todos os aspectos do programa, a partir de levantamento realizado praticamente em todo o País até por unidades da Federação.

Todos os Srs. Senadores têm o relatório em suas mesas. Portanto, vou ater-me às recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas da União ao Ministério sobre o Programa de Educação a Distância.

O Tribunal de Contas da União solicita recomendar à Secretaria a implementação de várias medidas, dentre as quais se destacam: ampliação de acesso dos alunos aos laboratórios de informática, redução da subutilização de equipamentos, remessa de novos equipamentos, capacitação do maior número de professores, promoção do maior número de cursos nas escolas fora dos horários de aula e sincronização dos prazos de preparação dos laboratórios com os das remessas de computadores. Observaram que em algumas escolas há equipamentos em excesso e poucos professores; em outras, há muitos professores, mas não há equipamento suficiente para atender a toda a classe.

Determina também à Secretaria de Educação a Distância do MEC que remeta ao Tribunal, em 60 dias, o conjunto das metas correspondentes aos indicadores de desempenho, remete o processo à 6ª Secex para que seja realizado o monitoramento e implementação das recomendações, encaminha cópia da decisão, bem como do relatório e voto que a fundamentaram, ao Secretário do SED/MEC, ao Ministro da Educação e aos membros das Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Voto

Trata-se de matéria situada no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União que não exige agora providências do Congresso Nacional.

Opinamos que a Comissão de Educação tome conhecimento dela e delibere pela remessa ou arquivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam o parecer do Relator Gerson Camata permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, tendo em vista que no próximo mês de outubro, no dia 15, será comemorado o Dia do Professor, eu gostaria que V. Ex^a considerasse uma proposta de nossa autoria. Colocaria à apreciação de V. Ex^a e dos demais Membros da nossa Comissão, segundo um cronograma previamente definido por V. Ex^a e dialogado com os demais Membros da Comissão, para reverenciarmos esta data do Dia do Professor como um dia de reflexão, de luta, de respeito e valorização acima de tudo por esses trabalhadores da educação.

A nossa proposta é no sentido de que se estabeleça uma programação, podendo ser composta por atividades culturais, educativas etc. Poderíamos receber sugestões dos demais Pares para que se construísse essa programação ao longo do mês de outubro, a fim de que nossa Comissão lembrasse com respeito e valorização esta data tão significativa que é o dia 15 de outubro, Dia do Professor.

É uma proposta que posso escrever e encaminhar a V. Ex^a, mas desde já gostaria que os demais Pares e a Presidência levassem em consideração, porque entendemos que deveríamos fazer um cronograma de uma programação que poderia acontecer durante ou no início de nossas reuniões, ou em data específica. Discute-se e fica à determinação de V. Ex^a.

Era o requerimento que eu gostaria V. Ex^a considerasse sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito. É muito bem vista a proposta apresentada pela Senadora Emilia Fernandes. Aguardaríamos, portanto, uma formulação por parte de V. Ex^a para que, inclusive, possamos colocá-la na programação durante o mês de outubro, considerando as nossas audiências públicas que teremos também durante este mês.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Queria comunicar que hoje, após a Ordem do Dia, será realizada uma audiência pública, por requerimento dos Senadores Geraldo Cândido, Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores para a instrução do Projeto de Decreto Legislativo n.º 236, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão da **TV Ômega Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens nas cidades de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, respectivamente.

O Relator da matéria é o Senador Pedro Piva, e os convidados são Juarez Martins Quadros dos Santos, Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações; Dulcirian Van Marsen Farena, Procurador da República em São Paulo; Sr. Fábio Sabóia, da ex-**TV Manchete**; Sr. Newton Martins, Diretor-Coordenador do Sindicato dos Radialistas de São Paulo; Sr. Amílcare Dallevo Júnior, Presidente da **Rede TV**; Marcelo de Carvalho Fragali, vice-Presidente da **Rede TV**; Cássio Luís Casagrande, Procurador do Ministério do Trabalho, Rio de Janeiro, e, por inclusão através de requerimento do Senador Mauro Miranda, hoje, e do Senador Moreira Mendes, o Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

Essa audiência será realizada após a Ordem do Dia, aproximadamente às 17:30 horas. Teremos amanhã a primeira audiência pública que irá debater a proposta do Ministério das Comunicações sobre a nova lei de radiodifusão. Faremos duas audiências públicas sobre a matéria.

Os autores dos requerimentos são os Senadores Geraldo Cândido, Ricardo Santos e Freitas Neto. Estão convidados para amanhã o Sr. Vinícius Artur de Lima, Professor da Universidade de Caxias do Sul, a Sr^a Elizabeth Vilela da Costa, Presidente da Federação Nacional de Jornalistas, o Sr. Sebastião Santos, Presidente da Federação das Associações de Rádios Comunitárias e o Sr. Roberto Wagner, Presidente da Abratel, Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações. A reunião será realizada amanhã, às 10 horas, portanto pedimos a presença dos Srs. Senadores nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Quanto ao problema da televisão de alta definição, e V. Ex^a já disse isso aqui, o Brasil, no regime militar, tomou uma decisão

errada, quer dizer, mandou desenvolver um sistema chamado pall-m que só existe no Brasil e no Laos.

Hoje há um sistema defasado. Todas as emissoras brasileiras, na verdade, produzem sua programação pelo sistema norte-americano e na hora de jogar no ar é que convertem ao sistema brasileiro, encarecendo a produção. Agora vai entrar a TV de alta definição, com o sistema europeu, o sistema americano e o sistema japonês.

Não sou a favor de nenhum deles, mas de que o Brasil discuta com cientistas, com os conhecedores, com os empresários de televisão no Brasil qual o melhor sistema para o País, qual o sistema mais barato, qual o que vai melhor para que não ocorra uma decisão a portas fechadas e o Brasil novamente cometa um outro erro que vem custando tanto dinheiro e tantos recursos aos brasileiros.

Queria propor a V. Ex^a a convocação de uma reunião sobre isso. Traríamos os empresários da televisão por duas ou três reuniões, depois traríamos técnicos das estações de televisão e do Ministério do Planejamento. Posteriormente, a parte política, o Ministro, o pessoal que vai tomar a decisão política, para que possamos ajudar o Governo, ajudar o Executivo, o Ministério e o povo brasileiro a escolher um sistema melhor, mais eficiente e mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Agradecemos a proposta do Senador Gerson Camata que consideramos muito oportuna. Podemos fazer duas audiências públicas: uma discutindo os aspectos de natureza tecnológica e, posteriormente, chamando os tomadores de decisão, ligados sobretudo ao Ministério das Comunicações, para que possam debater também com a Comissão de Educação essa matéria tão importante.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – É oportuna a intervenção do Senador Gerson Camata. Também já era do meu interesse solicitar audiências públicas para que discutamos esse assunto que é muito importante. Por vir do ramo, gostaria de me associar ao Senador Gerson Camata para que propuséssemos essas audiências públicas.

O SR. GERSON CAMATA – Vou levantar alguns nomes de técnicos.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Inclusive a maior autoridade brasileira, que se chama Fernando Bittencourt, Diretor de Engenharia da Rede Globo, que, nos Estados Unidos, fez uma brilhante exposi-

ção contra o sistema americano, no ano passado. Talvez seja a primeira pessoa que deva ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Ficamos aguardando o requerimento dos Senadores para ser apreciado na próxima reunião da Comissão de Educação, na próxima terça-feira.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a reunião. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h32min.)

Ata da 32ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 16 de outubro de 2001.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornélas, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Carlos Patrocínio, Teotônio Vilela Filho, Fernando Matusalém, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Álvaro Dias, Mauro Miranda, Ney Suassuna, Juvêncio da Fonseca, Freitas Neto, Geraldo Althoff, Fancelino Pereira, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Osmar Dias, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido e Roberto Saturnino, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gerson Camata, Gilvam Borges, Valmir Amaral, Arlindo Porto e Marina Silva. Comparece à reunião o Senhor Senador José Fogaça, não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Senador Pedro Piva solicita a inclusão extra pauta do PDS 236/00, com o que todos concordam. Em seguida, o Senador Pedro Piva requer, oralmente, a inversão de pauta para que o PDS 236/00 seja apreciado prioritariamente. O requerimento é aprovado por todos os presentes. Extra Pauta: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 236, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.” O

relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado, com voto contrário do Senador Geraldo Cândido e abstenção da Senadora Emília Fernandes. Dando continuidade à reunião os Senadores Romero Jucá, Romeu Tuma e Pedro Piva apresentam requerimento de urgência para o PDS 236/00. O requerimento é aprovado, com voto contrário do Senador Geraldo Cândido e abstenção da Senadora Emília Fernandes. Prosseguindo a Presidência passa a deliberação da pauta ordinária, iniciando pelo Item 02 uma vez que o relator designado, Senador Ricardo Santos, solicita tempo para analisar as emendas apresentadas pela Senadora Marluce Pinto ao PLC 105/96. Item 02: Projeto de Lei da Câmara n.º 118, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sílvio Torres, que “Denomina “Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro” o aeroporto internacional da cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo n.º 280, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 284, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Dona Maria Vergentina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíra, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 258, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 254, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.” A relatora designada é a Senadora Marluce Pinto e o parecer favorável é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 253, de 2001, de caráter não terminati-

vo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Amigos de Guapiara – SAG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiara, Estado de São Paulo.” A relatora designada é a Senadora Marluce Pinto e o parecer favorável é aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 261, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Lúdio Coelho e o parecer favorável é aprovado. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 272, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente de Rifaina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rifaina, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Lúdio Coelho e o parecer favorável é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 252, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcínópolis, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 271, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Wagner FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Wagner, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o parecer favorável é aprovado. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 227, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção de Guruguéia, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Freitas Neto e o parecer favorável é aprovado. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 238, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical – Piauí – Adecomuna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical do Piauí, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Freitas Neto e o parecer favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 239, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Fundação Alfrío Guerra de Macedo a executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Curimatá, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Freitas Neto e o parecer favorável é aprovado. O Senhor Presidente, Ricardo Santos, passa a Presidência ao Senador Freitas Neto para analisar as emendas da Senadora Marluce Pinto ao PLC 105/96. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 275, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 295, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da TV Esplanada do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 296, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio São Gonçalo FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 224, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 244, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independente de Barretos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 263, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Praia de Mariscal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bombinhas, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Geraldo Althoff e o parecer favorável é

aprovado. Item 01: Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1996 (tramitando em conjunto com o PLS 154/97), de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Elias Murad, que “Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências.” O substitutivo ao projeto, de autoria do Senador Ricardo Santos, é colocado em discussão. Finda a discussão o projeto é submetido a votação, ressalvadas as 06 (seis) emendas oferecidas pela Senadora Marluce Pinto, que serão analisadas na próxima reunião. O substitutivo, ressalvadas as emendas, e concluindo pela rejeição do PLS 154/97, é aprovado por unanimidade. Reassume a Presidência o Senador Ricardo Santos que determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Havendo número regimental, iniciamos os trabalhos da 32ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 16 de outubro.

Considerando solicitação do Senador Lúdio Coelho, propomos a inversão da pauta, de forma a apreciarmos primeiramente os Itens nº 8 e 9.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, com a aquiescência do Senador Lúdio Coelho, solicito que o meu parecer sobre a renovação da concessão à **TV Ômega** seja submetido à votação, extrapauta, antes dos demais itens.

O relatório já se encontra nas mãos dos Srs. Senadores e penso que seria desnecessário lê-lo. Também V. Ex.ªs têm em mãos o meu voto, do qual evidencio que:

(...) tendo em vista o exame da documentação que acompanha o Projeto de Lei nº 236, de 2000, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, ficando caracterizado que a entidade **TV Ômega** atendeu a todos os requisitos técnicos, podendo habilitar-se à renovação da concessão.

Opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Submeto ao Plenário da Comissão de Educação a apreciação do requerimento do Senador Pedro Piva, que solicita a votação, extrapauta, do projeto de renovação da **TV Ômega**.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agora, submeteremos à votação a solicitação de inversão de pauta, de autoria do Senador Pedro Piva.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, gostaria de me manifestar favoravelmente a esse requerimento tendo em vista o fato de a **TV Ômega** ter uma das maiores audiências no País. Em certo momento, cria-se uma certa instabilidade que dificulta a vida dos funcionários da empresa **TV Ômega** e, creio, isso poderá tranquilizá-los por ser o trâmite normal.

Por isso, sou favorável à inversão da pauta e à preferência de votação, em função da importância para o Brasil dessa rede de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Alguém mais gostaria de se manifestar acerca da inversão de pauta.

Não havendo mais quem peça a palavra, submeterei a inversão da pauta à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, faço das minhas palavras, sem a leitura integral do relatório, as palavras do Senador Mauro Miranda.

A **Rede TVI** emprega milhares de pessoas, apresentou todos os documentos necessários, com os quais estamos de acordo. Creio que o meu voto é o mesmo de todos os senhores senadores que querem que haja mais de uma rede de televisão no Brasil, que haja concorrência nos meios de comunicação. Isso faz sentido porque é bom o País, para os funcionários e para a geração de emprego.

Dessa forma, meu voto é absolutamente favorável à renovação desta concessão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concordando inteiramente com o pa-

recer do Senador Pedro Piva, eu gostaria de destacar que a **REDE TVI** constitui-se em fato novo, surpreendente e agradável nos meios de comunicação no Brasil. Trata-se de uma rede de televisão que se estabeleceu com instalações próprias em todo o Brasil – hoje são mais de 20 mil metros quadrados de estúdios, de equipamentos de transmissão e geração –, que reconstruiu a rede de filiais e desenvolveu uma grade de programação, contratando artistas de renome e profissionais técnicos por todo o País.

Essa empresa emprega 1,2 mil funcionários diretos e gera 5 mil empregos indiretos; está em dia com tributos e salários, tendo todas as certidões negativas do INSS e de demais tributos federais; tem atingido índices expressivos de audiência de até 20%, contribuindo para a pluralidade dos meios de comunicação; atinge 87% do território nacional, ou seja, 3.500 Municípios e 127 milhões de pessoas, sendo realmente a rede de televisão que mais está crescendo no País neste momento.

Diante desse cenário promissor de avanço e de contribuição notável à comunicação no nosso País, evidentemente não poderíamos adotar outra providência a não ser a de aprovar a matéria, de conformidade com o relatório apresentado pelo Senador Pedro Piva.

É o nosso voto, favorável, portanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres Colegas, não há dúvida de que algumas questões precisavam ser esclarecidas. Entendo que, na audiência pública que aqui ocorreu, houve um amplo debate. Durante horas, pudemos discutir com os técnicos, com os proprietários e com as representações, porque havia questões relativas aos trabalhadores que estavam pendentes no momento da negociação.

Em razão daquela audiência pública, Sr. Presidente e nobres Colegas, creio que a questão ficou esclarecida. E não há dúvida alguma de que podemos acompanhar, neste momento, o parecer do Senador Pedro Piva, embasando, inclusive, as palavras do Senador Álvaro Dias com relação à importância da **Rede TVI** para o Brasil inteiro.

Por isso, não há por que não nos manifestarmos favoravelmente a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão o parecer.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, apenas quero encaminhar favoravelmente, pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Pedro Piva queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço licença a V. Ex^a para juntar um documento que me chegou hoje às mãos, o qual passa a fazer parte do processo.

Agradeço aos Srs. Senadores pelo voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Por solicitação do Senador Lúdio Coelho, passa-se ao Item nº 08. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Pedrinhas Paulista a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Pedrinhas Paulista, no Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO – Sr. Presidente, o projeto de decreto legislativo que autoriza o funcionamento da Associação Comunitária e Cultural de Pedrinhas Paulista veio acompanhado de toda a documentação exigida.

Dada a importância desse assunto, meu parecer é favorável ao funcionamento dessa Associação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o parecer do Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente de Rifaina a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Rifaina, Estado de São Paulo.

O Relator é o Senador Lúdio Coelho, a quem passamos a palavra.

O SR. LÚDIO COELHO – A documentação a que se refere o Projeto de Decreto Legislativo que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente de Rifaina veio completa. Dada a importância dessa estação para essa cidade, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Sugiro a inversão de pauta no sentido de que o item 1 passe para o final, considerando que a Senadora Marluce Pinto, que pediu vista do projeto na semana passada, está neste momento conversando com a assessoria da Secretaria Nacional Antidrogas, com vistas à apresentação de uma emenda ao projeto.

Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 118, que denomina “Aeroporto Internacional São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro” o Aeroporto Internacional da cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa matéria já veio a esta Casa, onde tivemos uma longa discussão. Os motivos que me levaram a dar parecer favorável ao projeto do Deputado Sílvio Torres são os seguintes: foi o Senador Franco Montoro que construiu o aeroporto de Guarulhos; foi lá entrando que ele morreu; e existia, à época, o projeto Pedro Simon, que foi definitivamente arquivado. Então, está em condições de ser votado. Podemos votar a mudança de nome, como aconteceu no Rio de Janeiro. Continuará Aeroporto de Guarulhos, e, em baixo, entre aspas: “Governador Franco Montoro”. Ou seja, não haveria modificação na denominação original, mas apenas o acréscimo “Governador Franco Montoro”.

Pediria aos Srs. Senadores o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO – Senador Pedro Piva, entendi que o aeroporto continuaria a denominar-se Guarulhos.

O SR. PEDRO PIVA – Certo, exatamente.

O SR. LÚDIO COELHO – É só uma homenagem. Não sou muito favorável à mudança de nome dos aeroportos, como mudou o do Rio de Janeiro. Mas, em todo caso, como é só uma homenagem, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, acho que estamos no momento de homenagear pessoas como Franco Montoro. Acredito ser uma iniciativa excelente, uma oportunidade muito grande, nesta hora em que a política está tão depreciada pela sociedade brasileira. Colocar o nome de Franco Montoro, homem de forte presença na vida nacional, de integridade absoluta durante toda a sua atuação, vem reforçar o sentimento de que a política é importante, vem para servir, para trabalhar para a comunidade.

Também precisamos cultuar pessoas como Franco Montoro, que deram um testemunho de vida em favor do seu povo, da sua gente, com toda a simplicidade. Um homem que morreu pobre, apesar de ter ocupado praticamente todos os postos importantes no Governo de São Paulo e no Governo Federal.

Acredito que é justo e oportuno se colocar o nome de André Franco Montoro nesse aeroporto em São Paulo.

É necessário lembrarmos sempre, até para que a nossa juventude também perceba, que existiram homens sérios e corretos que fizeram muito pelo Brasil, como foi o caso de Franco Montoro.

Sou, portanto, favorável a esse projeto.

Acompanhei, na época da ditadura, a luta dele em favor da redemocratização deste País. Ele merece, com justiça, ser lembrado com essa homenagem, emprestando seu nome ao aeroporto da cidade de São Paulo, aeroporto este que ele ajudou a construir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, não quero me alongar, mas desejo fazer um registro, em nome da Liderança do Governo, dessa justa homenagem ao Senador, Governador e Deputado Federal Franco Montoro, que construiu, com a sua vida pública, uma história de dignidade, respeito, seriedade e, principalmente, de amor ao próximo, porque ele, durante muitos anos, defendeu os princípios da democracia cristã no nosso País.

Portanto, eu gostaria de dizer, em rápidas palavras, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que todos nós do PSDB, nos honramos de ter a condição de dar o nome do Senador André Franco Montoro ao aeroporto de São Paulo. O encaminhamento é favorável à proposição.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem a palavra o Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Da mesma forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero manifestar o profundo respeito e admiração por essa figura notável que foi, na política brasileira, Franco Montoro. Seu nome desautoriza a generalização em relação aos políticos. Todos nós nos sentimos agredidos quando percebemos o intuito da generalização negativa que constantemente se observa, inclusive em depoimentos colhidos por comunicadores, através da mídia, nas ruas do País, como se houvessem só opiniões absolutamente desfavoráveis em relação aos políticos brasileiros.

A presença de Montoro na vida pública nacional é, sem dúvida nenhuma, desautorização cabal a esta tentativa de generalização. Há, sim, homens de bem, dignos, e Montoro foi um exemplo de dignidade, honradez e decência, de ousadia, entusiasmo pela causa pública e dedicação absoluta; jamais conheci alguém com tamanha dedicação. Até os últimos dias da sua vida, Franco Montoro foi um homem público dedicado. Poderíamos apresentar vários adjetivos em homenagem a Franco Montoro; talvez a palavra dedicação pudesse retratar melhor a sua presença na atividade pública no nosso País. Ele realizou um governo extraordinário em São Paulo, sob o ponto de vista do saneamento financeiro, da introdução de métodos de participação da comunidade; e nos ensinou como é importante valorizar a sociedade, a população. Ele nos ensinou que um governante quando reconhece o valor, a força e a importância da mobilização popular tem muito maiores chances de acertar e ser bem sucedido na gestão pública e por isso ele o foi. Estabelecendo esses métodos de participação da comunidade, Montoro foi em São Paulo um governo inovador, moderno, transparente e participativo.

Portanto, fico feliz, Senador Pedro Piva, de poder acompanhar o parecer de V. Ex^a e a sugestão do Deputado Sílvio Torres, também paulista que conheceram de perto a trajetória de Franco Montoro. Nossa homenagem aos familiares de Montoro que, na estei-

ra do seu exemplo, prosseguem prestando notáveis serviços à coletividade de São Paulo e do Brasil.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, peço a para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto que está sendo discutido pela nossa Comissão de Educação no dia de hoje é um dos mais importantes, porque valoriza a figura do homem público em nosso País. Quando se pretende denominar o aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, de André Franco Montoro, pelos méritos de Vereador em São Paulo, de Deputado Federal por várias legislaturas, de ex-Ministro do Trabalho, Senador da República, Governador de São Paulo.

Sr. Presidente, eu queria ressaltar, sobretudo, o aspecto que me toca muito de perto: participei de várias reuniões, como Governador do Estado do Acre, na ocasião em que Franco Montoro era Governador do Estado de São Paulo, de todos os entendimentos, de todas as negociações para a transição democrática do nosso País. Foi graças a Franco Montoro que nós iniciamos o processo para superar o regime autoritário que vigorou no Brasil durante mais de vinte anos. Foi S. Ex^a que comandou toda essa negociação. Pelo menos, três ou quatro vezes, tive a oportunidade, o prazer, de participar de reuniões promovidas por S. Ex^a, no seu gabinete, no Estado de São Paulo, para que pudéssemos ir ao Colégio Eleitoral com o Dr. Tancredo Neves, uma vez que muitos eram contrários a que a Oposição participasse do processo eleitoral. Todavia, verificamos que, graças à argumentação expendida por S. Ex^a naquela oportunidade, aquela era uma maneira de promovermos a transição democrática.

Então, quero prestar esse depoimento aqui e dizer que sou inteiramente favorável à aprovação desse projeto, porque entendo que é pouco ainda, trata-se de uma homenagem ainda muito insignificante para ressaltar a figura humana de um administrador, político, chefe de família, um democrata-cristão, que foi Franco Montoro.

Por esta razão, quero manifestar o meu apoio à aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, meus nobres Colegas, eu também me solidarizo com todos os membros desta Comissão na aprovação do projeto.

Franco Montoro, como já foi dito aqui, iniciou a sua carreira como Vereador, no Estado de São Paulo, foi Deputado Federal várias vezes, Senador, Governador, administrou o segundo orçamento do País. Durante toda a sua vida pública, foi um homem probo, que soube dignificar todos os cargos que ocupou e, até hoje, tenho certeza, não só os paulistas, mas todos os brasileiros lamentam o fato de S. Ex^a não estar mais prestando os seus bons e relevantes serviços a este País.

Homens como o ex-Governador, André Franco Montoro deixam uma lacuna muito grande, cujo nome deve ser lembrado sempre, não só pelos que hoje estão exercendo a política, como também pelos jovens que, infelizmente, hoje, têm muitas dúvidas sobre os políticos brasileiros.

Apesar de o nosso nobre Colega, Senador Nabor Júnior, haver dito que ainda é insignificante esta homenagem, quero dizer que, quando se dá um nome a um aeroporto, principalmente ao de São Paulo, por onde passam milhares de pessoas, centenas de comandantes, todos os dias, com aquela voz sempre repetindo o nome Franco Montoro, para os que surgirem depois, os que ainda não nasceram irão sempre saber quem foi o homem, André Franco Montoro, o que fará com que esse nome seja perpetuado.

Então, parabenizando o autor desse projeto, quero dizer que, com muita satisfação, voto favoravelmente à matéria, pois se trata de um prazer e uma honra para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem V. Ex^a a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, é óbvio que encaminharei favoravelmente.

Gostaria de agradecer as palavras elogiosas ao ex-Governador Franco Montoro proferidas pelos meus nobres Colegas, Senadores Álvaro Dias, Nabor Júnior, Marluce Pinto e Romero Jucá.

André Franco Montoro começou realmente sua vida pública como Vereador, Deputado Estadual, De-

putado Federal, Senador, Governador, Ministro do Trabalho. S. Exª só não foi Presidente da República por uma conjunção de fatores, pois seria o candidato natural. Morreu, como eu disse, trabalhando, com mais de 70 anos, tendo formado uma família extraordinária. O seu filho começa, neste momento, a vida pública, em São Paulo, como Vereador.

Então, é uma família de tradição na luta pela reafirmação dos direitos democráticos que todos nós aprendemos a admirar. E esta homenagem que aqui se faz, nesta Comissão, é motivo de grande alegria não só para os paulistas, mas para todos os brasileiros.

Tenho orgulho, inclusive, Sr. Presidente, de ocupar o gabinete que foi de Franco Montoro nesta Casa. Pois bem, ele Deputado Federal, eu tinha o respeito pela idade, pelos cargos que ele ocupou, mas ele fazia questão, com a sua modéstia, com a sua humildade, de ir ao meu gabinete conversar todas as vezes que tinha um problema e lembrar os bons momentos que tinha passado aqui no Senado.

Agradeço sobremaneira as manifestações em meu nome pessoal e em nome da família aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Desculpem-me por fazer o encaminhamento, ao invés de entrar na discussão, mas, em face de uma reunião, acabei me atrasando.

Não posso deixar de ser testemunha do trabalho que André Franco Montoro fez, principalmente em favor do meu Estado, o Estado de São Paulo.

Em épocas de momentos difíceis da vida nacional, em especial, eu diria, naqueles movimentos grevistas na região do ABC e tudo o mais, o então Senador André Franco Montoro teve um papel maravilhoso, de equilíbrio, de tolerância, de buscar harmonizar as forças que, àquela época, poderiam ter transformado o futuro do País. E ele se manteve firme, com coragem. Enfim, soube enfrentar a situação.

Infelizmente, por razões profissionais, à época em que André Franco Montoro foi eleito Governador do Estado, deixei a Secretaria de Segurança para vir prestar serviço à Polícia Federal. Mas nunca faltou o respeito e o carinho de André Franco Montoro para com as autoridades. Soube enfrentar os momentos de dificuldades com muita tolerância, paciência, e os venceu a todos, conseguindo se fixar no cenário político nacional como um homem que prestou seus serviços ao País, sem nunca ter levado nada em seu benefício próprio.

Então, esta é uma homenagem que eu gostaria de testemunhar da história e do período de maior atividade e de maiores dificuldades do Governador, Senador, Deputado André Franco Montoro, numa fase difícil do País.

Meu voto, sem dúvida, em nome do PFL, é favorável ao Governador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o registro da nossa admiração permanente e eterna pelo nome de Franco Montoro.

Senador, Governador, Ministro, Vereador, Deputado Franco Montoro é um exemplo para o País, para as futuras gerações e é, talvez, na história de São Paulo, o homem que marca a sua biografia pela afabilidade, pela capacidade de convivência, pelo respeito ao pluralismo, pelo respeito ao outro político, ou seja, é uma lição permanente de convivência democrática, de aceitação dos contrários. Esta é uma das grandes lições que Franco Montoro deixa.

Mas também deixa, nesses tempos tão difíceis, tão bicudos que nós vivemos, a memória de alguém que percorreu uma trajetória de mais de quatro décadas na vida pública, mais de quatro décadas ocupando cargos executivos de grande importância e não há uma acusação, uma mancha, nada contra a figura impoluta de Franco Montoro.

Dele tive dois grandes ensinamentos: o primeiro, o seu apego, o seu apreço, o verdadeiro culto que ele nutria em relação ao sistema de governo parlamentarista. Era um lutador do parlamentarismo e estive com ele lado a lado na campanha de 1993, do plebiscito; ele foi um lutador incansável do parlamentarismo, juntamente com o Deputado Ulysses Guimarães.

A outra grande lição que aprendi junto a Franco Montoro, nos anos em que pude acompanhá-lo e que pude estar junto a ele, foi também o apreço, a extraordinária devoção pessoal que ele dedicou à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Ele era um panamericanista, um homem voltado para a América Latina, dedicava boa parte do seu tempo à idéia da construção e consolidação de um parlamento latino-americano e, portanto, a sua visão internacionalista, mas, ao mesmo tempo, baseada num profundo apreço e amor pelo seu país, fazia dele um verdadeiro pregador dessas idéias. E Franco Montoro significa isto: a luta pelo parlamentarismo, a decência política, a decência pessoal; significa, também, esse caminho palmilhado por uma vida inteira, lutando pela integração da América Latina, integra-

ção desses povos sofridos desta nossa América, a que todos nós pertencemos.

De modo que, Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, cumprimentar o Deputado Sílvio Torres* por ter tomado a iniciativa, o Relator, Senador Pedro Piva, que honra, também, essas tradições dos políticos de São Paulo e quero dizer que encaminho o meu voto favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, já falei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Pedro Piva queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esta Presidência, também, associa-se às homenagens ao ex-Governador, ex-Senador, André Franco Montoro, por iniciativa do Deputado Sílvio Torres, que contou com a relatoria do Senador Pedro Piva.

O Dr. André Franco Montoro* marcou, de forma indelével, a vida política e a história deste País. Foi Governador num momento decisivo na vida política brasileira. Eleito em 1982, assumiu em 1983 estabelecendo um padrão de administração marcado pela eficiência, pela probidade e pelo compromisso ético com o trato das coisas públicas.

Costumo comparar a administração de Franco Montoro com a administração de Mário Covas, os dois fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira. Portanto, é mais do que justa, diria até um pouco tardia, essa homenagem que, neste momento, o Senado Federal aqui, na instância da Comissão de Educação, presta ao grande homem público deste País, que foi André Franco Montoro.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Gostaria de, junto com o Senador Romeu Tuma e o Senador Pedro Piva, fazer o requerimento para que fosse votada a urgência para o item 01, que foi votado extrapauta, na questão da concessão da TV Ômega, para que pudéssemos incluí-lo rapidamente no Plenário.

Portanto, esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, esse pedido de urgência realmente é importante para dar estabilidade aos que lá trabalham, sem entrar no mérito

das discussões trabalhistas que estão nos fóruns competentes.

Com a apresentação das certidões que o Senador Pedro Piva trouxe hoje e que tive, também, oportunidade de recebê-las, isso pode dar urgência. Assim, estabiliza-se a situação. Poderão investir, manter a tranquilidade dos que lá trabalham, pois são mais de mil pessoas.

Assim, poderemos dar prosseguimento aos outros itens.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação o requerimento apresentado pelos Senadores Pedro Piva, Romeu Tuma e Romero Jucá, que é o pedido de urgência para a aprovação do PDS nº 236/00, que aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens de TV nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo e nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.

Os Senadores que concordam com o requerimento de pedido de urgência para essa matéria permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item 3 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2001, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência na cidade de Ourinhos, São Paulo. Passamos a palavra ao relator da matéria, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Vem a esta Comissão o Projeto nº 891, de 2001, da Câmara dos Deputados, para a permissão à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo. Preencheram todos os requisitos de forma que, completando toda a investigação necessária ao Projeto de Decreto Legislativo, o nosso relatório é favorável à sua aprovação pela regularidade do procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Romeu Tuma permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4.

Projeto de Decreto Legislativo nº284, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural D^a Maria Vergentina a executar serviço de radiodifusão na cidade de Guafrá, São Paulo. Passamos a palavra ao relator da matéria, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Projeto nº284, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural D. Maria Vergentina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guafrá, Estado de São Paulo.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o projeto, tendo sido cumpridas as formalidades estabelecidas, somos favoráveis ao Decreto Legislativo que aprova a permissão concedida.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5.

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo. Com a palavra o relator da matéria, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – É o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

O procedimento veio com todos os documentos exigidos pela legislação em vigor. De forma que estão habilitados a ter a aprovação desse ato da forma que a lei atual permite. Esse é o nosso relatório, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6.

Projeto de Decreto Legislativo nº254, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de

Passos, Estado de Minas Gerais. Passamos a palavra à relatora, Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, membros desta Comissão. O projeto para que seja criada a Rádio Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Missão tem o meu voto favorável, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 254, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultural Nova Missão atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização.

Opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Senadora Marluce Pinto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 7.

Projeto de Decreto Legislativo nº 253, 2001, aprova o ato que autoriza a Sociedade Amigos de Guapiara a executar serviço de radiodifusão da Cidade de Guapiara, São Paulo.

Com a palavra a Senadora Marluce Pinto, Relatora da matéria.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, o projeto da Rádio, também, tendo em vista que toda a documentação acompanhada está de acordo com as exigências, e atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Senadora Marluce Pinto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passaríamos ao Item nº 8 da pauta, entretanto, em virtude da ausência do Relator, iremos a outro item.

Item 10.

Projeto de Decreto Legislativo nº 252, 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária

Ecológica Educativa e Cultural a executar serviço de radiodifusão na Cidade de Alcínópolis, Mato Grosso do Sul.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. NABOR JÚNIOR – Só para lembrar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Os itens 8 e 9 já foram aprovados. Os Senadores Juvêncio e Lúdio Coelho já leram os relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Obrigado pela lembrança, Senador.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Alcínópolis é uma cidade de Mato Grosso do Sul, que está ao norte do Estado, cidade progressista, atividade primária ainda.

A Rádio Comunitária Ecológica, de valor educacional e cultural muito importante à cidade. O Presidente da Associação é Patrícia Maria de Moraes, vice-Presidente João Aparecido Alves da Silva, secretária Maria Cristina Caputo, tesoureiro Luiz Antônio Palata.

O projeto atendeu a toda a tramitação legal, com satisfação de todos os requisitos necessários à sua aprovação. Nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11.

Projeto de Decreto Legislativo nº 271, 2001, que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Wagner FM a executar serviço de radiodifusão da Cidade de Varga, Bahia.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 271, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Fe-

deral, ficando caracterizado que a Rádio Comunitária Wagner FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Antonio Carlos Júnior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Gavioli, de Ribeirão Claro, a executar serviço de radiodifusão na Cidade de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Álvaro Dias.

Em virtude da ausência do Senador Álvaro Dias, vamos passar ao Item nº 15, Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção de Guruguéia, Piauí.

Passamos a palavra ao Senador Freitas Neto, Relator da matéria.

O SR. FREITAS NETO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, também na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação. O projeto foi considerado jurídico-constitucional embasado em boa técnica legislativa, então, assim, pronunciamos o nosso voto.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDC 227/2001 evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização.

Opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Quero informar que será a primeira emissora que está sendo autorizada para a cidade de Redenção Guruguéia, no Vale do Guruguéia, no Estado do Piauí.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE () – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passamos ao Item nº16, Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical, Piauí, **ad communem**, a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Angical, Piauí.

Passamos a palavra ao Senador Freitas Neto, Relator da matéria.

O SR. FREITAS NETO – Da mesma maneira que o PDS anterior já aprovado nas Comissões competentes da Câmara dos Deputados, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº238, de 2001 evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical, Piauí, **ad communem** atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se a autorização.

Opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados.

Aprovado.

Solicito ao Senador Freitas Neto, se possível, assumir temporariamente a Presidência para que eu possa analisar as emendas ao Projeto nº 1.

O SR. FREITAS NETO – Tem mais um item, do qual sou Relator. Se V. Exª puder colocar este item em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito. Amos passar ao Item nº17.

O SR. FREITAS NETO – Da mesma maneira, Sr. Presidente, é o PDS nº 239, já apreciado pelas Co-

missões competentes da Câmara dos Deputados. Trata-se da Fundação Alfrío Guerra de Macedo, que atendeu a todos requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização.

Opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo temporariamente a Presidência ao Senador Freitas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Item nº12, Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Gaviola de Ribeirão Claro a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade Ribeirão Claro, Estado do Paraná. Autor é o Poder Executivo e Relator o Senador Álvaro Dias.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ALVARO DIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto de Decreto Legislativo da Câmara dos Deputados aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Gaviola de Ribeirão Claro a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Claro no Estado do Paraná.

Essa proposta de concessão atende às exigências de lei. O processo está perfeito sob o ponto de vista legal e, portanto, o nosso parecer é favorável para que a Associação dos Moradores da Vila Gavioli, de Ribeirão Claro, possa operar os sistema de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Claro.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2001, que aprova o ato que renova a concessão da TV Esplanada do Paraná Ltda., para explorar serviço

de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Autor: Poder Executivo, Relator: Senador Álvaro Dias.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o processo é perfeito sob o ponto de vista legal. A organização atendeu a todas as exigências da lei e estamos aprovando a renovação de concessão da TV Esplanada do Paraná Ltda., que é repetidora da programação da Rede Globo de Televisão. E tem o Paraná o Dr. Francisco Cunha Pereira como seu grande líder, o Presidente das Organizações do Estado, que, além da atividade empresarial no setor de comunicação, exerce uma atividade comunitária da maior importância, liderando movimentos paranaístas, defendendo teses de interesse público, por intermédio dos órgãos de comunicação que dirige, especialmente o jornal *A Gazeta do Povo* e a *TV Paranaense*. Esta entidade, *TV Esplanada*, do Paraná, portanto, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais e habilita-se à renovação desta concessão.

É com prazer que oferecemos o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio São Gonçalo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Gonçalo Amarante, Estado do Ceará. Autor: Poder Executivo, Relator: Senador Álvaro Dias.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta entidade Rádio São Gonçalo FM Ltda., no Ceará, também atende a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga desta permissão. Em nome do Senador Lúcio Alcântara, ofereço o parecer favorável à proposta de atender à solicitação para explorar os serviços de radiodifusão. É a outorga que permite à Rádio São Gonçalo FM Ltda. explorar os serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 18.

Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2001, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Radiodifusora Batatais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais, Estado de São Paulo. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Pedro Piva.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Sr^{as}. Srs. Senadores, a exemplo dos dois pedidos já relatados sobre a concessão de rádios, a Rádio Batatais cumpriu todas as exigências; de modo que o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 19.

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2001. Aprova o ato que renova concessão da Rádio Independente de Barretos Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Pedro Piva, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO PIVA — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mesma forma que o anterior, a Rádio Barretos cumpriu todas as exigências. De maneira que, o meu voto é favorável à renovação.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) — Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 1.

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996, tramitando em conjunto com o PLS nº 154/97, que dis-

põe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins e dá outras providências.

Autor: Elias Murad. Relator: Senador Ricardo Santos, que opina pela aprovação do substitutivo oferecido e pela rejeição do PLS nº 154/97.

Foi concedido vista coletiva na reunião do dia 9 deste mês.

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, após o pedido de vista, apresentei as emendas ao PLS nº 54.

Primeiro: dê-se ao art. 1º do PLS nº 105, de 1996, que é o substitutivo, a seguinte redação:

art. 1º – Esta lei, que tem aplicação no âmbito da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regula as operações e ações relacionadas aos produtos, substâncias ou drogas que causam dependência física ou psíquica.

A justificativa, Sr. Presidente, é que as diretrizes emanadas da política nacional antidrogas, aprovada pelo Conselho Nacional Antidrogas, os objetivos do sistema nacional antidrogas e a doutrina brasileira de enfrentamento à problemática das drogas, que se sustenta na valorização da vida, todos calcados em estudos, tratados em entendimentos de organismos nacionais e internacionais, classificam o álcool, o tabaco e determinados medicamentos como drogas, que causam dependência física e psíquica. Portanto, sendo necessária a exclusão do termo “ilícitas” da redação do referido artigo, conforme adotado pelo eminente Relator.

Uma outra emenda:

Dê-se ao § 4º do art. 46 do PLS nº 105, de 1996, a seguinte redação: “O Ministério, mediante petição autônoma, requererá, ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos, executados aqueles que a União, por intermédio da Secretaria Nacional Antidrogas – Senad – indicar para serem colocados sob custódia e uso de autoridade policial de órgãos de inteligência ou militares, envolvidos nas operações de prevenção e repressão ao tráfico e uso indevido de drogas ou de instituições responsáveis por ações antidrogas ou por apoio a essas ações.”

A justificativa, Sr. Presidente, amplia o universo de instituições que podem ser contempladas com bens apreendidos em decorrência da prática de crime de narcotráfico, mediante indicação da Senad, uma vez que, na forma da legislação atual, somente a autoridade policial, órgãos de inteligência ou militar federal, envolvidos nas operações de combate e prevenção ao tráfico e do uso indevido de drogas é que

podem ser beneficiados por essa indicação, podendo as demais instituições serem contempladas com tais bens somente após o trânsito em julgado de decisão que decretar o seu perdimento em favor da União, o que ocorre, muitas vezes, após o longo período do processo penal, fator que determina o sucateamento desses bens na maioria dos casos.

A outra emenda:

Dê-se ao art. 48 do PLS nº 105 a seguinte redação recontextualizada:

Art. 48 – Ao proferir a sentença de mérito, o Juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, seqüestrado ou declarado indisponível e sobre o levantamento da caução.

§ 1º – No caso de levantamento da caução, os certificado a que se refere o §9º do art. 52 serão resgatado pelo seu valor de face e os recursos para os respectivos pagamentos providos pelo Fundo Nacional Antidrogas;

§ 2º – A Secretaria do Tesouro Nacional fará constar dotação orçamentária para o pagamento dos certificados referidos no § 9º do art. 52;

§ 3º – No caso do perdimento em favor da União dos bens e valores mencionados nos §§ 3º e 4º do art. 52, a Secretaria do Tesouro Nacional providenciará o cancelamento dos certificados emitidos para caucioná-los;

§ 4º – Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta lei e que não foram objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão apropriados diretamente ao Fundo Nacional Antidrogas;

§ 5º – Compete à Secretaria Nacional Antidrogas – Senad – alienação dos bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento já tenha sido decretado em favor da União;

§ 6º – A Secretaria Nacional Antidrogas – Senad – poderá firmar convênios de cooperação a fim de dar imediato cumprimento ao estabelecido no § 5º anterior.

A justificativa, Sr. Presidente, ao art. 47 do substitutivo do Senador Ricardo Santos, no art. 54 da proposta da Senad “impõem-se as alterações sugeridas, pois depreende-se desse dispositivo que está subentendida, mas não declarada, a competência do Senad para realizar alienação de bens, com perdimento decretado em favor da União, na forma desse artigo, ou seja, bens apreendidos porque instrumentos do crime de narcotráfico.

É necessário salientar que a lei em vigor estabelece que bens ou valores utilizados para a prática do narcotráfico ou adquiridos com proventos desse crime ou produtos desse crime (Constituição, Recurso do Funad, Lei nº 7.506/86) também é na lei vigente que está materializada, não subentendida, a compe-

tência do juízo para venda de bens apreendidos em qualquer situação, crime ou pretexto e perdimento decretado em favor da União (Código de Processo Penal, Decreto Lei nº 3.689/41).

Assim, com o objetivo de demover quaisquer dúvidas ou a possibilidade de ser suscitado qualquer conflito de competência no que concerne a venda de bens com perdimento decretado em favor da União, seja porque utilizados para a prática do narcotráfico ou adquiridos com os proventos desse crime, os produtos desse crime e em razão da lógica estabelecida pela própria legislação, propôs-se a definição daquela competência com a inclusão do proposto §5º.

Ainda conforme a legislação em vigor, no que se refere a valores apreendidos, a informação, determinação de que os mesmos constituirão recursos do Fund, porém não resta, é evidente, que devem ser diretamente apropriados a esse Fundo, qual o escopo da lei.

Assim, evitando-se dúvida interpretação quanto a sua finalidade, restou a proposta para a inserção do §4º. Afinal, corroborando com a previsão contida no §4º, art. 48 do substitutivo adotado pelo eminente Relator, tendo em vista as propostas anteriormente discutidas, manteve-se tal previsão no §6º, agora proposto, recontextualizado para atender a melhor técnica legislativa.

Sr. Presidente, há uma outra Emenda que diz:

"Dê-se ao §3º do art. 12 do PLC nº 105, a seguinte redação:

"Art. 12 – (...)

§3º – As empresas privadas que desenvolverem programas de reinserção do dependente ou usuário do produto, substâncias ou drogas no mercado de trabalho, encaminhados por órgão oficial, poderão receber benefícios previstos no §2º do art. 2º."

Justificativa: nesse dispositivo, conforme apresentado pelo eminente Relator, apesar da faculdade estabelecida pelo verbo "poderão", há questão de consentimento quanto à possibilidade legal de a União beneficiar empresas privadas mediante recursos auferidos, nos termos do art. 47, pois o benefício alusivo a esse procedimento se materializa mediante apoio ou auxílio financeiro, subvenção social e contribuição.

Também pretende-se, em consonância com as diretrizes da Polícia Nacional Antidrogas e com os objetivos do Sistema Nacional Antidrogas, ampliar essa possibilidade aos dependentes ou usuários de drogas consideradas lícitas.

A última emenda, Sr. Presidente e meu nobre Relator:

"Dê-se ao §1º do art. 46 do PLS nº 105, a seguinte redação:

"Art. 46 – (...)

§ 1º – Havendo possibilidade ou necessidade da utilização de quaisquer dos bens mencionados neste artigo, para a sua conservação e sob sua responsabilidade, poderá a autoridade de Polícia Judiciária deles fazer uso, mediante autorização judicial, observado, logo após a instauração da competente ação penal, o disposto no § 4º deste artigo."

Justificativa: este dispositivo, cuja redação pretende-se alterar, era previsto na Lei nº 3.368/76, o atual diploma antidrogas do País e foi revogado pela Lei nº 9.804/99.

O seu resgate, pelo atual substitutivo, cria a possibilidade de os bens apreendidos serem utilizados pela autoridade de Polícia Judiciária em havendo necessidade e para a sua conservação.

Conforme estabelece a lei vigente, depreende-se que realmente há uma lacuna quanto a essa possibilidade, ora sugerida, e que é oportuna, uma vez que até a conclusão do relatório do inquérito há apenas a determinação contida no **caput**, ou seja, de que tais bens ficarão sob a custódia daquela autoridade.

Não obstante o diploma legal em vigor, também estabelece também o procedimento cautelar para a venda judicial de tais bens a requerimento do Ministério Público, somente não sendo levado a efeito se a Senad* indicá-los para serem colocados, sob uso e custódia das autoridades e órgãos que elenca, preceitos também considerados nessa nova proposta na forma do §4º deste mesmo art. nº 46.

Nesse sentido, ao requerer o Ministério Público, em petição autônoma, a alienação dos bens apreendidos, entende-se que o juízo somente deixará de dar provimento se a Senad indicar os bens conforme estabelecido. No entanto, seguindo-se a linha de raciocínio, vislumbrada pelo sugerido e resgatado o §1º retromencionado, depara-se com a necessidade de se estabelecer critério temporal à utilização, pela autoridade de Polícia Judiciária, dos bens apreendidos, evitando-se que seja inviabilizado o cumprimento do disposto no §4º no que concerne à venda cautelar daqueles bens pelo juízo.

De outra forma, permanecendo a necessidade de utilização, a Senad promove a indicação, para uso e custódia, não havendo solução de continuidade no intento da autoridade. Desta maneira, sugere-se a manutenção do dispositivo, recontextualizado e adequado ao espírito da lei.

Sr. Presidente, Sr. Relator, foram apresentadas essas emendas, artigo por artigo e parágrafos, porque não era mais possível se apresentar um substitutivo, uma vez que o substitutivo do nosso Presidente da Comissão está muito bem elaborado, necessitan-

do apenas a inclusão dessas modificações para que não haja dúvidas com referência ao Ministério Público, Senad e também no ato do Poder Judiciário.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Relator.

O SR. ROMEU TUMA – Eu queria apresentar uma sugestão, Sr. Presidente, se possível.

O SR. RICARDO SANTOS – Ouço o Senador Romeu Tuma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA – Com todo respeito ao seu trabalho, devo informá-lo de que tenho um relatório, também aprovado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Lei nº 6.368 a que a Senadora fez referência é de 1976. Existe, portanto, há 25 anos, o que gera uma ansiedade muito grande no sentido de que se modifiquem alguns aspectos, principalmente no que se refere ao usuário, ao tratamento. No entanto, a cada dia que passa somam-se relatórios e as emendas continuam a chegar, porque a mutação no aspecto de combate a drogas se altera a cada experiência e em cada país, de forma que até órgãos externos ao Congresso têm inserido muitas sugestões.

Em uma das emendas, a Senadora fala em polícia nacional antidrogas, que não existe. Existe a Polícia Federal com setor especializado. Não estou criticando, mas penso que poderíamos aprovar esse projeto, sem prejuízo das emendas, para que V. Ex^a possa examinar com cuidado, inclusive o Senador até levantou uma inconstitucionalidade provável, que não dá para ser analisada a não ser com assessoria técnica. Portanto, deveríamos aprovar o projeto, sem prejuízo dos outros relatórios, para discuti-lo em plenário. E não vou abrir mão do meu relatório, com todo respeito que tenho a V. Ex^a. Penso, inclusive, que devemos analisar conjuntamente os três relatórios e o plenário é o foro mais apropriado.

Além disso, não sei se V. Ex^a vai conseguir apreciar essas quatro ou cinco emendas que a Senadora apresentou, porque elas entram diretamente no mérito do projeto e o alteram. São boas e não as estou criticando, mas pelo fato de entrarem no mérito do projeto, penso que V. Ex^a deve ter um pouco de tempo para analisá-las. Assim, poderíamos colocar o seu relatório em discussão, e caso fosse aprovado, poderíamos analisar por uma semana as emendas da Senadora, já que são boas, mas devem ser analisadas no sentido de se verificar se há ou não alguma deficiência de ordem legal ou constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RICARDO SANTOS – Concordo plenamente com a proposta do Senador Romeu Tuma, ou

seja, vamos disculir o substitutivo nesta reunião e submetê-lo à votação, ressalvadas as emendas apresentadas aqui, que seriam submetidas à apreciação e discussão, com parecer do Relator na próxima terça-feira.

Portanto, concordo com o Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, meu nobre Relator, Senador Romeu Tuma, tratando-se de V. Ex^a, uma autoridade com bastante experiência, acato em parte a sugestão de V. Ex^a, mas quero dizer que quando solicitei vista desse projeto sentei com os técnicos da Senad, até com autorização do próprio General Cardoso, e me causa estranheza já não haver mais essa secretaria. E as explicações todas que me foram...

O SR. ROMEU TUMA – Secretaria, não. Eu disse que não há a polícia antidrogas; existe a Polícia Federal que exerce a atividade antidrogas. Assim, a expressão polícia antidrogas é um sonho que querem criar: uma polícia política.

O SR. RICARDO SANTOS – Ao que parece, há um problema de redação. O que existe é política antidrogas.

O SR. ROMEU TUMA – V. Ex^a leu política.

A SRA. MARLUCE PINTO – Assim, desde que sejam ressalvadas as emendas, pelo que me foi explicado, penso que vamos, ao invés de solucionar muitos problemas, se for aprovado da maneira como está, sem essas modificações aqui...

Não é, absolutamente, que queira questionar. Até já ressaltai a importância e a relevância da elaboração desse substitutivo do Senador, mas é porque esse assunto é muito complicado. E precisamos sentar para discuti-lo, porque, se tudo que me foi repassado com referência à necessidade dessas modificações para que as coisas sejam interpretadas e julgadas de maneira correta, sinceramente, Senador Romeu Tuma, se fosse para votar, com todo o respeito que tenho pelo nosso nobre Presidente desta Comissão, eu irei me abster se não ficarem ressalvadas.

O SR. RICARDO SANTOS – Mas estão ressalvadas as emendas. Elas serão submetidas à apreciação na próxima semana.

A SRA. MARLUCE PINTO – Eu entendi. V. Ex^{as} explicaram.

O SR. ROMEU TUMA – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO – Pois não, com todo o prazer.

O SR. ROMEU TUMA – Eu procurei o Senado e pedi a todos que mandassem sugestão. Nunca me solicitaram nada e eu fui o Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

V. Exª teve mais sorte que eu. Não estou discutindo o mérito das suas emendas. Já disse que não vou abrir mão do meu relatório. Creio que ele tem que ter algumas modificações também, porque a evolução é permanente nessa área de combate às drogas.

O Senador Artur da Távola também fez um relatório bastante eficiente. Acredito que não podemos nem pensar em prejudicar suas emendas. Pelo contrário, o que eu estava querendo é que tivéssemos fôlego para analisá-las dentro do contexto geral do projeto.

Não estou contra, estou apenas achando que o tempo para nós não é suficiente. Se S. Exª disser assim: aprovo as emendas, não vou discutir. Vou aprovar, mas acho que tem que existir um tempo para que S. Exª possa aprofundar nos estudos e consultar alguns outros segmentos que tem algum interesse, como o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal, porque o Senado tem uma influência grande, mas não é o único que deve dar toda a tranquilidade para determinar o que deva ou não ser feito.

A SRA. MARLUCE PINTO – Senador Romeu Tuma, já havia até solicitado do nobre Senador Ricardo Santos o adiamento da aprovação para a próxima terça-feira até por ser um assunto muito complexo.

Realmente, aqui há necessidade de que sejam pessoas altamente especializadas nesses assuntos que convivam no dia-a-dia com esses problemas de droga e que conheçam com profundidade o tema. V. Exª já disse inicialmente, só pelos anos que esteve na Polícia Federal está apto a discutir esses assuntos, o que não acontece comigo, que não sou profissional na área.

Quero dizer a V. Exª que fico bastante gratificada de ser aprovado o projeto, ressalvadas as emendas e, posteriormente, até solicitaria que não só o Senador Romeu Tuma como o Presidente e eu sentássemos com os técnicos.

Essas emendas foram elaboradas num tempo recorde. Tivemos muito pouco tempo.

O SR. ROMEU TUMA – Só para enaltecer a boa vontade que sempre S. Exª convocou todos aqueles que participam desta luta contra as drogas, porque isso aqui é para dar mais força a esse combate que está crescendo. E o terrorismo para se ligar ao tráfico de drogas é um passo. É permanente essa regra de troca de apoio entre o terrorismo e o narcotráfico, o narcoterrorismo. Isso vem crescendo.

Daqui a pouco pode-se ter uma união dessa que trará um prejuízo à sociedade enorme. E todas as vezes que o Senador fez uma reunião, sempre nos convidou. Teve assessores. Não há uma regra estabelecida, em que uma cabeça só possa resolver isso. Absolutamente. Ela é dinâmica, complexa e difícil.

Temos médicos aqui que tem uma parcela de responsabilidade na elaboração desse projeto no que diz do tratamento e da conscientização e recupera-

ção do usuário. Então cada um tem uma fração importante nessa participação.

Quero cumprimentar V. Exª por ter trazido essas propostas, que são importantes. Por isso acho que não devam ser prejudicadas, mas que haja tempo para se analisar e discutir com profundidade, porque elas alteram, profundamente, alguns artigos do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – A proposta do Senador Romeu Tuma, com a concordância do Relator da matéria e da Senadora Marluce Pinto, é a de discutirmos e votarmos o projeto, ressalvadas as emendas apresentadas, que serão analisadas na próxima terça-feira. Não haverá mais apreciação de novas emendas, embora novas emendas possam ser apresentadas no plenário.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a votação, informando que o PSDB recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Gostaria de saber se V. Exª gostaria de tecer alguma consideração.

O SR. RICARDO SANTOS – Não, Sr. Presidente. A matéria se encontra em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres Colegas, penso que chegamos a bom entendimento. No início da discussão, eu pensava que, com as emendas de autoria da Senadora Marluce Pinto, iríamos avançar bastante na discussão. Contudo, também avançaremos muito com a votação da proposta, embora ressalvadas as emendas apresentadas, sem prejuízo das mesmas.

Não há dúvida de que concordo com o Senador Romeu Tuma. Essa lei está em vigor desde 1976. Portanto, existe há um quarto de século, e as coisas nesse tempo evoluíram. Sei que, além do Senador Romeu Tuma, o Senador Lúcio Alcântara também participa dessa matéria. Conheço a matéria e, há aproximadamente cinco anos, trabalhei no assunto até em função de especialistas e de pessoas no meu Estado que se dedicaram a essa matéria. Enquanto Governador, desenvolvemos um trabalho nesse sentido e, inclusive, em relação à cultura.

Nesse aspecto, há que se tratar da prevenção e da repressão, porque há pessoas consideradas doentes sociais. É preciso que haja uma séria prevenção, como disse o Senador Romeu Tuma, e um estudo de como a situação pode ser corrigida, porque a simples análise jurídica não funciona. As coisas evoluíram de tal forma que hoje é a situação é muito complexa. A matéria é vasta, precisamos enfrentar todos os pormenores que o mundo contemporâneo lhe oferece. A sociedade acompanha a matéria até em função de tudo que vem acontecendo ao longo dos tempos.

Penso que avançaremos, embora ressalvadas as emendas apresentadas pela Senadora Marluce Pinto. Assim, votaremos a proposta e, na próxima terça-feira, iniciaremos a análise das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão o substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, que rejeita o PLS nº 154/97, ressalvadas as emendas apresentadas hoje.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, nesta oportunidade, eu gostaria de agradecer a colaboração de todos, particularmente do Senador Romeu Tuma, na elaboração do substitutivo que acaba de ser aprovado, o qual incorporou quase integralmente o substitutivo de sua autoria. Também ressalto a participação do Senador Lúcio Alcântara, que apresentou emendas que foram incorporadas ao substitutivo, assim como o Senador Artur da Távola, que assumiu a relatoria desse projeto de lei em um determinado momento, tendo a ele apresentado um substitutivo, que só não foi submetido à apreciação em função do licenciamento de S. Ex^a do Senado Federal.

Com esses agradecimentos, reconheço a participação desses Senadores que tiveram vital importância na confecção desse substitutivo que acabamos de aprovar.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Há mais um item na pauta, cujo Relator é o Senador Geraldo Althoff.

Antes de passar à sua apreciação, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Apenas quero dizer aos membros desta Comissão da importância do ato praticado hoje. Há uma lei de 25 anos e um processo que muda a cada mês, a cada dia. Considero uma grande vitória da Comissão de Educação.

Cumprimento o Senador Ricardo Santos pela maneira ética e respeitosa com que conduziu os trabalhos.

Sr. Presidente, penso que pediremos urgência na apreciação do projeto pelo Plenário da Casa e, se for possível, solicito que as emendas de autoria da Senadora Marluce Pinto sejam encaminhadas aos membros da Comissão. Já conversei com S. Ex^a e, o mais rápido possível, depois do relatório do Senador Ricardo Santos, poderemos confirmar o que propôs a Senadora, que mora numa área perigosa.

A SRA. MARLUCE PINTO – É uma região fronteira a dois países: a Venezuela e a Guiana.

O SR. ROMEU TUMA – A região da Senadora é caracterizada pelo tráfico, e a passagem de drogas é um problema espinhoso para o governante.

Então, meus cumprimentos e a expectativa de que as emendas sejam aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Antes de passarmos ao Item 20, informo que amanhã, às 10 horas, haverá uma audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 202/99, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

O autor do requerimento é o Senador Casildo Maldaner. Os convidados são: Jurandir Antonio Francisco, Secretário de Cultura do Estado de Mato Grosso; Paulo Tonet de Camargo, Diretor Institucional da Rede Brasil Sul; Flávio Cavalcanti Júnior, Diretor do Sistema Brasileiro de Televisão; Elizabeth Pinto de Azevêdo Souza, Secretária-Geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro.

Tratemos agora do Item 20 – Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Praia de Mariscal a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Bombinhas, Estado de Santa Catarina.

O Poder Executivo é o autor do PDL, sendo Relator o Senador Geraldo Althoff, a quem concedo a palavra.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe-me dar parecer a respeito do ato que autoriza a Associação dos Amigos da Praia de Mariscal a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Bombinhas, Estado de Santa Catarina.

Todo o exame da documentação que acompanha o referido projeto mostra que está tudo conforme o que é técnica e legalmente determinado. Por isso, opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo oriundo da Câmara dos Deputados.

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h10min.)

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, Realizada em 17 de outubro de 2001.

Audiência Pública

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Lúcio Alcântara, e com as presenças dos Senhores Senadores, Amir Lando, Casildo Maldaner, Eduardo Siqueira Campos, Arlindo Porto, Ricardo Santos, Fernando Matusalém, Luiz Pontes, Eduardo Supliy, Emília Fernandes, Ney Suassuna, Freitas Neto, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Pedro Piva, Leomar Quintanilha e Geraldo Cândido, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gerson Camata, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornélas, José Coelho, Carlos Patrocínio, Teotônio Vilela Filho, Marina Silva e Álvaro Dias. Comparece à reunião o Senhor Senador Antero Paes de Barros, não membro da Comissão. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 202/1999, que "Introduz modificações na Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações." sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 203 de 1995 que, "Foram convidados, como palestrantes, as seguintes personalidades: Sr. Jurandir Antônio Francisco (Secretário de Estado de Cultura do Mato Grosso), Sr. Paulo Tonet de Camargo (Diretor Institucional da Rede Brasil Sul – RBS), Sr. Flávio Cavalcanti Júnior (Diretor do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT) e Sr.ª. Elizabete Pinho de Azevedo Souza (Secretária Geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro) A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra para os Senadores membros da Comissão para posterior debate com os convidados. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam

anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Lúcio Alcântara**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

(Início da reunião sem registro de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – (...) audiência pública. Requerimento de autoria do Senador Casildo Maldaner, da Comissão de Educação do Senado Federal. Audiência destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 202, de 1999, que introduz modificações na Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. O autor do projeto é o Senador Antero Paes de Barros, o Relator é o Senador Casildo Maldaner, autor do requerimento.

Convidamos os Srs. Senadores a comparecerem à Comissão, pois já vamos dar início aos nossos trabalhos.

Contaremos hoje com as presenças do Sr. Jurandir Antônio Francisco, que ainda não chegou, Secretário de Estado de Cultura do Mato Grosso, do Sr. Paulo Tonet Camargo, Diretor Institucional da Rede Brasil Sul – RBS, Flávio Cavalcanti Júnior, Diretor do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, Elizabete Pinho de Azevedo Souza, Secretária-Geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro.

Damos as boas-vindas a todos. Esperamos que o debate seja bastante produtivo. Para os que estão nos ouvindo e vendo queremos dizer que essa alteração proposta pelo Senador Antero Paes de Barros para o Código Brasileiro de Telecomunicações visa obrigar que 50% da programação das emissoras de rádio e televisão em horário nobre seja destinado à veiculação da cultura local e regional. Entendemos como horário nobre aquele compreendido entre seis e dezoito horas para as rádios e entre dezoito e vinte e duas horas para a televisão. Seguem as penalidades previstas no caso de desrespeito à essa norma legal.

Com a palavra o Sr. Paulo Tonet Camargo, que é Diretor Institucional da Rede Brasil Sul – RBS.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Meu caro Senador Lúcio Alcântara, Presidente desta Mesa, caro Senador Amir Lando, meus companheiros de Mesa, Flávio Cavalcanti, Elizabete e Secretário Jurandir, o tema que se propõe à discussão é o Projeto

de Lei que visa obrigar as emissoras de rádio e televisão, em horário nobre, a destinar 50% da programação à veiculação da cultura local e regional.

Gostaria de iniciar, Srs. Senadores, pela questão, que me parece fundamental, que é estabelecer a matriz que dirige o setor de radiodifusão no Brasil historicamente. O modelo adotado pelo Brasil, desde o final da década de 20, quando começaram a se estabelecer as primeiras emissoras de rádio no País, foi e continua sendo um modelo privado. Então, o desenvolvimento da radiodifusão no Brasil, das emissoras de rádio, de televisão, desde o início da **Rede Tupi de Televisão**, em 50, passando pela **Record**, em 52, e assim por diante, sempre foi um modelo privado de comunicações, ao contrário de muitos países do mundo onde os pesados investimentos foram feitos pelos governos.

No Brasil, esses investimentos sempre foram do empresariado, que levaram a todo o Brasil o modelo de radiodifusão que temos hoje. Então, o modelo de radiodifusão no Brasil é privado e, permitam-me, exitoso. Por que exitoso? No nosso País, até há bem pouco tempo, não se conhecia. A primeira vez que fui ao norte do País, a Belém do Pará, fiquei muito impressionado quando lá me disseram que, até o final da década de 30, dois chefes de Estado tinham visitado Belém do Pará. Primeiro, o Imperador D. Pedro II, quando lá o seu navio fez uma escala rumo aos Estados Unidos, e o Presidente Getúlio Vargas, na década de 30. Ou seja, o sul do país, de onde eu venho, não conhecia o Pará, não conhecia o norte do país. Passamos a nos conhecer, o Brasil passou a se conhecer, passou a se ver através das ondas do rádio e da televisão, que fizeram essa integração de Norte a Sul. Isso impressiona os estrangeiros que nos visitam, que não compreendem como um país, com as dimensões do Brasil, consegue, de norte a sul, ser unido e falar a mesma língua. Acho que grande parte desse mérito da integração do país se deu em função da radiodifusão.

No Rio Grande do Sul, até há muito pouco tempo – cerca de vinte e cinco anos atrás –, na fronteira do Brasil com o Uruguai, as rádios e televisões que pegávamos eram do Uruguai e da Argentina, as televisões brasileiras não chegavam lá. O nosso povo tinha hábitos, culturas, programações basicamente da Argentina e do Uruguai.

Esse modelo, a partir da década de 70, começou a ser revertido, e nós, da **RBS**, no sul do país, talvez sejamos hoje a empresa que mais investiu na interiorização da radiodifusão. A nossa empresa hoje possui dezoito emissoras de televisão – não vamos nem contar as retransmissoras e repetidoras – nos

Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina cobrindo absolutamente 100% do território dos Estados, com cinco emissoras de rádio AM e dezesseis emissoras de FM. Todo esse conglomerado fez com que conseguíssemos uma cobertura absoluta dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com 14% da programação local.

E aí vem uma pergunta que temos que fazer: Como é que viabilizamos esse modelo? Como é que conseguimos levar as nossas emissoras de televisão para lugares como Chapecó, Santa Cruz do Sul, Criciúma, Uruguaiana, Santa Rosa? Como conseguimos esse modelo de fazer com que essas comunidades possuam efetivamente hoje uma programação local e voltada para si? Em função da possibilidade que temos de levar até essas comunidades a chamada programação de rede, uma programação nacional. Por quê? Porque só assim esse modelo de interiorização das emissoras de televisão, de cobertura total por emissoras de televisão no interior, fica economicamente viável. E volto a dizer: Se o modelo de radiodifusão no Brasil é privado, a emissora de televisão que instalamos lá na fronteira com a Argentina, lá na fronteira com o Uruguai, lá nos rincões mais longínquos do sul do Brasil precisa ser viável, precisa se auto-sustentar.

A nossa grande preocupação primeira com esse projeto foi exatamente de que ele não fez uma análise econômica da viabilidade de essas emissoras se implantarem do sistema que o projeto preconiza.

Pedi que o nosso pessoal fizesse alguns cálculos. Calculamos duas televisões, uma em Santa Catarina e uma no Rio Grande do Sul; na TV de Chapecó e na TV de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Nessas duas emissoras, se adotado o critério da lei, teríamos uma redução de faturamento da ordem de 70% e os custos de produção triplicariam, sem falar no investimento necessário que teria que ser feito em pessoal. Aí é um outro problema, porque lá, em Uruguaiana, não tenho pessoal para fazer a produção, sem falar na quantidade de equipamento que eu precisaria importar e o respectivo **back-up** desse equipamento, tudo isso em investimento, mais o triplo de custo operacional dessa emissora e uma redução dos 70% do faturamento. Qual a conclusão? A emissora deixa de ser viável. Vamos ter de transformar essa emissora em repetidora. Como tal, o prejuízo vai ser para aquela comunidade que, hoje, tem uma emissora local, gerando, no nosso caso, 14% de programação local e regional.

Então, volto a colocar que vivemos um momento muito difícil para a comunicação no Brasil. Quanto à

redução do investimento em publicidade, as estimativas mais otimistas é que deva atingir 8% no final do ano, as mais realistas falam de uma redução de 10%. Os custos evidentemente aumentaram; a situação do setor de comunicações não é boa.

Vejam que é preciso termos uma radiodifusão econômica e empresarialmente viável, porque essa é a forma de ter uma radiodifusão independente. Ela precisa ser comercialmente viável, para ser independente e, portanto, ter a possibilidade de exercer o seu múnus, que esta Casa outorgou, no sentido de se fazer recreação, informação e cultura, sem estar atrelado a Governo, a instituição ou a partido político.

Esse nosso modelo de interiorização das emissoras da **RBS**, que o Senador Casildo Maldaner conhece bem, lá pelo interior de Santa Catarina, demonstrou êxito. Começou na década de 70 e se consolida hoje como tal. Talvez não sejamos a empresa, no Brasil, que possui mais emissoras espalhadas pelo interior. Essa possibilidade só existiu porque houve um envolvimento do empresariado local, regional, fazendo com que essas emissoras fossem economicamente viáveis.

Trazemos à consideração de V. Ex^{as} algumas questões, para encerrar, que nos parecem fundamentais. A primeira é que, se estabelecêssemos a obrigatoriedade de uma programação 50% local e regional, não fugiríamos de um fato absolutamente inexorável – a migração de nosso público telespectador para as antenas parabólicas, porque não temos condições, no interior, de fazer uma produção, com a qualidade que vem sendo feita nos grandes centros. Esse é um processo paulatino, em que o mercado vai-se adaptando. À medida em que isso for sendo viável, nós vamos fazendo. Na **RBS**, isso é uma realidade. Nós fazemos 14% de programação local.

Em segundo lugar, o setor não possui, hoje, pessoal compatível para fazer essa produção no interior. Conversamos, há pouco, que sempre imaginamos isso nas capitais dos Estados. Lá não teríamos dificuldade, mas o modelo que se pretende e o que a Lei pretende atingir são exatamente essas emissoras lá do interior.

Acredito que o modelo privado e de mercado viabilizou a existência de emissoras no interior do Brasil. Se aprovado esse dispositivo da maneira como está, vai ferir cânones de mercado, e teremos, então, grandes problemas. Diria que levaríamos à absoluta inviabilidade essas emissoras do interior, que, com tanta dificuldade, conseguimos instalar, levando essas comunidades à informação e ao entretenimento.

Finalmente, uma questão que talvez devesse ter colocado *a priori*, mas ficará para reflexão a V. Ex^{as}. Discute-se, hoje, no Brasil, uma lei de radiodifusão num âmbito muito maior, onde se discute todo o setor. O Ministro Pimenta da Veiga colocou em consulta pública, outro dia, mais de mil sugestões. Recentemente, um seminário trouxe especialistas de outros países para discutir a questão. Esse projeto deve ser mandado a esta Casa até o final do ano, onde se discutirá o setor como um todo.

Parece-me que seria muito melhor para o País, para o setor e fundamentalmente para o destinatário, que é o nosso público, que isso fosse discutido no contexto da radiodifusão e não isoladamente fora, pois poderá nos trazer grandes problemas e prejuízos, e aquele temor maior, que é a inviabilidade dessas emissoras, que a tanto custo conseguimos levar esse modelo para o interior.

Eu gostaria de colocar-me à disposição para apresentar dados que os Srs. Senadores entendam que sejam necessários, e dizer que o que nós queremos é que se cumpra a Constituição, é verdade, que se tenha a programação regional, é verdade – e no nosso caso até já temos –, mas que não se inviabilize empresarialmente esse conjunto de emissoras que tem prestado tão relevantes serviços ao País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Dr. Paulo Tonet, V. S^a poderia me dar um esclarecimento: esses 14% são de média ou todas operam com 14% de programação local?

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Na **RBS**, todas operam com 14% de programação local. Todas.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Fiquei em dúvida se era uma média ou se...

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Não; esta é o que nós operamos na nossa programação da **RBS**.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Aonde tiver uma emissora, uma geradora da **RBS** tem 14%...

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Da **RBS**, lá será gerado 14% de programação local.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Então, para alternar opiniões, nós vamos ouvir agora o nosso Secretário do Estado de Mato Grosso, Secretário de Cultura, que é o Jurandir Antônio Francisco.

O SR. JURANDIR ANTÔNIO FRANCISCO – Bom dia a todos, colegas da Mesa. É uma satisfação estar aqui em nome do Estado de Mato Grosso, participando dessa audiência. Sou jornalista, especializa-

do em rádiojornalismo e ocupo atualmente o cargo de Secretário de Estado de Cultura de Mato Grosso.

Eu queria mostrar um pouco o retrato da nossa situação. Uma situação muito específica, de um Estado que há pouco mais de dois anos recebeu, em toda sua totalidade, um sinal de uma emissora gerando programação da Capital do Estado, Cuiabá. Então, nós temos uma situação que há pouco mais de dois anos só os Municípios do interior, das regiões norte, leste, oeste e sul do Estado receberam imagens de uma emissora da capital gerando uma programação. Essa emissora é o **Grupo Gazeta de Comunicação**, que tem uma programação local no período da manhã, das sete ao meio-dia, centrado apenas na programação regional, sendo que um programa de revista que basicamente se destina à divulgação da cultura local e estadual.

Essa própria ação de ocupação do Estado, nós tivemos a criação de várias emissoras de tevê e emissoras de rádio. Nós temos um contingente de emissoras de rádio comunitária extremamente expressivo no Estado. Quase todos os Municípios, dos cento e trinta e nove Municípios do Estado – nós diríamos, com certeza, pelo menos 50% deles –, detêm rádios no sistema comunitário. E é importante destacar que as programações são muito dedicadas às questões locais dos Municípios, e também às questões da cultura de cada região, de cada Município. E as tevês também, pelas dificuldades de integração nos Estados, pelas distâncias que são enormes nos Estados, as tevês em VHS, Super V, elas foram dominando várias cidades, e as programações locais tiveram espaços generosos em todas essas emissoras que estão espalhadas pelos Municípios. Até porque nós não tínhamos até há pouco mais de dois meses qualquer nível de integração através de uma rede estadual de emissoras de rádio ou de tevê.

O rádio teve uma importância muito grande no sentido da integração, da formação e da informação no Estado, principalmente as Regiões Norte, da Amazônia, do Estado de Mato Grosso, através das ondas da **Rádio Nacional** que prestou grande contribuição ao Estado, e era até há pouco tempo a única forma de comunicação que nós tínhamos.

Nós temos absoluto interesse e concordamos com a idéia do projeto, mas também trazemos aqui essa possibilidade, já ressaltada pelo colega, de estarmos debatendo essa questão mais profundamente. Temos a clareza de que a questão cultural nas regiões precisa ganhar um espaço de promoção e de divulgação para que possamos ter a identificação das

culturas regionais por meio dos seus aparelhos de televisão e de suas emissoras de rádio. É fundamental que não tenhamos casos como o que acompanhamos nas visitas às regiões, de jovens que passam a ter vergonha de algumas danças e manifestações folclóricas, dizendo que são manifestações de antigos, de velhos. Então, é preciso que possamos estar veiculando, pelas emissoras locais, essas manifestações que são fundamentais na formação e na raiz da cidadania de cada região.

Evidentemente, é um projeto que requer bastante reflexão e bastante discussão de todos nós para que possamos ter garantido o direito de acesso dessas populações às informações e às produções da sua cultura regional.

Na área de cinema, especificamente, nós temos um trabalho no pólo de cinema de Mato Grosso, e, por praticamente terem sido eliminadas as salas de cinema nas cidades do interior – e hoje, no nosso caso específico, as salas de cinema se resumem aos **shoppings** –, não existe um espaço para a veiculação da produção cinematográfica de vídeo regional. Então, temos trabalhado em Mato Grosso nesse sentido e, agora, nesta “Semana da Cultura”, que se realiza de 5 a 10 do corrente, estaremos fazendo um grande encontro regional com as emissoras de televisão, da capital e do interior, no sentido de que abram espaço para a veiculação dessa produção de vídeo local.

Nesse aspecto, então, acho que é fundamental e o projeto pode ajudar e contribuir na divulgação das produções regionais e fortalecer a cidadania e a auto-estima em cada região brasileira.

Era essa a introdução que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado ao Dr. Jurandir.

Convido o nobre Senador Amir Lando a assumir a Presidência, porque, daqui a pouco, terei que assumir outro compromisso.

Antes, concedo a palavra ao Dr. Flávio Cavalcanti Júnior, Diretor do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Lúcio Alcântara.

Sr. Senador Casildo Maldaner, Sr^a Senadora Emília Fernandes, Srs. Senadores Geraldo Cândido e Amir Lando, é sempre um prazer estar aqui, conversando sobre televisão com os senhores. Televisão é um negócio que entendo bem pouco. Os senhores vêem como é complicado, porque nasci nesse negócio. Nasci quando a televisão nasceu. O meu pai começou a trabalhar em televisão em 1956 e eu acom-

panhava os bastidores do programa dele. Televisão é a minha vida, e eu não entendo muita coisa de televisão. Tenho muito mais dúvidas e perplexidades a respeito de como esse veículo poderoso e mágico deve-se comportar diante da sociedade do que certezas. Não sei se esse veículo deve ser um espelho. Não sei se esse veículo da sociedade é apenas um espelho. Não sei se ele deve ser um farol. O ideal, talvez, é que fosse um pouquinho dos dois, mas definir essa quantidade, esse *mix* é uma coisa que não está resolvida.

Na semana passada, participei de um seminário no Ministério das Comunicações onde se encontravam representantes da Itália, França, Inglaterra e Estados Unidos – países fracos, todos falidos – falando sobre as televisões dos seus respectivos países. E, para a minha alegria e conforto, notei que as perplexidades deles são as mesmas que as nossas: como controlar o conteúdo da televisão; qual é o ponto em que se tem que tirar alguma coisa do ar porque abusa do sexo e da violência; que ponto é esse, porque, de repente, você não coloca mais violência na televisão e pode passar uma imagem de um mundo que não existe. Enfim, isso é complicado.

No que tange a esse assunto específico, não dá para “viajar” muito aqui, e é pena que, covardemente, meu colega Paulo Tonet me tenha tirado todas as palavras, sobrando-me pouco a acrescentar –, eu gostaria de deixar algumas questões para a reflexão dos Srs. Senadores.

O Brasil é um país, infelizmente, muito desigual. Se a **RBS**, que é uma potência, que é disparadamente a maior rede de televisão regional deste País – aliás, penso que é a única que realmente tem uma configuração de rede, com uma série de emissoras interligadas –, enfrenta dificuldades para funcionar, imaginemos o que acontece com as demais! Para o **SBT** faturar mais do que a **RBS** é um custo. E o **SBT** é uma rede nacional com noventa emissoras. Daí V. Ex^{as} podem imaginar o tamanho e a importância da **RBS**. Falo – é claro – do grupo **RBS**, incluindo os jornais. Mas para as minhas televisõezinhas faturarem um pouco mais é um sufoco. Isso se dá por mérito deles. Se eles chegam aqui, perante V. Ex^{as}, e dizem que terão terríveis dificuldades de cumprir esse projeto, se aprovado como está, imaginem V. Ex^{as} a situação dos afiliados da Rede TV!, da CNT, da Rede Bandeirantes! Imaginem V. Ex^{as} uma estação geradora em Catolé do Rocha! Como será isso?

O que considero mais grave nesse projeto é a restrição da programação para uma faixa horária muito curta e muito importante comercialmente para nós,

das 18 horas às 22 horas. Quanto à quantidade de horas, poderá ser feita uma negociação futura. Isso é até imaginável se considerarmos que o Brasil, por ser muito diferente, talvez venha a criar uma obrigação de uma regionalização maior em capitais e em cidades maiores, fazendo uma gradação, para que as cidades pequenas não tenham uma obrigação pesada, que a inviabilize completamente.

Esse horário nobre, na faixa das 18 horas às 22 horas, representa a concentração de cerca de 45% a 50% do faturamento total de uma emissora de televisão. Certamente, no caso do **SBT**, esse percentual chega a 50% – ou seja, 50% de tudo que o **SBT** fatura é vendido naquele horário, e os restantes 50% são vendidos obviamente ao longo da programação e do domingo, nossa liderança, quando vendemos muito bem.

E a quem vendo, prioritariamente, esses espaços? Vendo aos anunciantes nacionais, como, por exemplo, a Volkswagen, os bancos, enfim, as instituições nacionais de peso que têm interesse numa cobertura *net*, fechando o Brasil inteiro em anúncios simultâneos. Ora, se eu tiver duas horas a menos para vender esse espaço, realmente eu, gerador e cabeça de rede, vou enfrentar dificuldades terríveis. E, na ponta, haverá o problema sério da falta de condições técnicas e financeiras de fazer uma programação com um mínimo de qualidade.

Esses equipamentos superVHS são viáveis – já os utilizamos anos atrás; são equipamentos quase caseiros –, mas a imagem vai ficar deficitária, diferente. Penso que a televisão brasileira atingiu um nível tal, que não é possível mais voltarmos atrás – do estágio em que está, devemos melhorá-la e não piorá-la.

Vamos considerar o aspecto de preservação da cultura local e do que está acabando por aí. Como carioca, morro de saudade do velho samba de Noel Rosa, que ninguém está fazendo mais, e a televisão não é culpada por isso. Assim, como carioca, sei da importância de um evento como o de Parintins, na Amazônia, e não há falta de cobertura por parte da televisão que consiga tirar a força desse evento. E o frevo em Pernambuco, por exemplo? Será que acabou o frevo em Pernambuco por que a televisão não o cobre? Penso que não acabou não! Será que a festa Peão de Boiadeiro, no interior de São Paulo, não acontece mais? E o evento do Círio de Nazaré, será que acabou porque a televisão não o cobre?

Acredito que há coisas que estão extremamente enraizadas na população, que vai cultuando aquilo e os valores vão ficando. É o caso do chimarrão do gaú-

cho, que vai ficando, apesar de ninguém tomar churrasco nas redes nacionais de televisão. Aquilo que vai acabando é porque infelizmente as coisas vão mudando. Que bom seria se a Bossa Nova tivesse ficado aí até hoje! O forró, para mim, é execrável, mas o povo gosta. Será que a televisão tem o papel de congelar esses hábitos? De dizer: “Olha, não vamos mexer nisso não, porque isso é cultura regional”. Tem o bumbá-meu-boi lá no Norte, que é importante como espetáculo, está lá, existe e resiste, sai todo ano.

Enfim, temos que pensar sério essa questão de se criarem mais espaços para regionalizar mais a televisão brasileira, que realmente atingiu um formato muito centralizado, a partir de Rio de Janeiro e São Paulo, por razões basicamente econômicas. Há grande dificuldade em se fazerem produções regionais.

Lembro-me sempre do caso da TV Tupi, que de associados só tinha o nome, pois era um grupo muito heterogêneo, onde cada emissora tinha sua programação: a TV Piratini, lá no Sul, a TV Rádio Clube, de Recife, todas tinham sua programação numa época em que a **Globo** começava a traçar esse perfil de rede nacional. E sabemos o trágico fim da TV Tupi. Ela distribuía seus investimentos por vários Estados, e tudo sinalizava no sentido de que isso tinha que ser centralizado. Agora, penso que se radicalizou demais em algumas emissoras, e isso precisa ser revisto. Precisam ser criados espaços obrigatórios para programação regional, estamos plenamente de acordo com isso. Mas nunca, se pudermos ter peso nessa questão, nesta faixa horária de 18 horas às 22 horas. Isso para nós é fatal. Mas podemos criar, sim, alguns espaços.

Gosto da idéia do Tonel. Será que isso não deve ser visto num âmbito maior, mais abrangente, que é o desse novo projeto de lei que está saindo? Os senhores terão muito tempo para discutir a matéria, e nós também. Creio que essa regionalização ao ser pensada deve levar em conta as diferenças do Brasil, diferenças de tamanho do País. Não se pode exigir para o interior do Piauí a mesma coisa que deve ser exigida da programação local em uma cidade como Porto Alegre. Não se pode exigir a mesma quantidade de horas. Já se imaginou fazer novelas, teledramaturgia no interior do Piauí? Quer dizer, é uma coisa fora do contato com a realidade.

Enfim, é uma questão que deve ser discutida, sim, mas esse projeto é um projeto terrível. As pessoas com mais dinheiro nesses lugares inevitavelmente vão acrescentar ao seu VHS de hoje, caseiro, um DVD de boa qualidade, vão colocar um bom som e, quando entrar aquela chatice de se discutir reunião

do Rotary Club da cidade, eles vão ter outra opção. E aquele coitado que não tem dinheiro vai ficar amarrado, sem acesso a essa produção nacional que, apesar dos pesares, me parece, com toda controvérsia a respeito da qualidade, que acho que é inegável, ser a que agrada a maioria da população brasileira.

Estou à disposição dos senhores. Não quero tomar mais muito tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra à última autoridade convidada, a Sra. Elisabete Pinho de Azevedo Souza, Secretária-Geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro.

A SRA. ELISABETE PINHO DE AZEVEDO SOUZA – Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, meu conterrâneo de Santa Catarina; Srs. Senadores, companheiros de Mesa.

Primeiramente, quero agradecer a chance de estar neste dia, nesta sala, retomando um assunto que foi preocupação do meu sindicato desde a Constituinte de 1988. Durante a Constituinte, percebendo que não poderíamos arcar com o ônus de trazer muitas pessoas a Brasília, fizemos um **book** que continha um fita verde e amarela – e acredito que alguns dos Srs. Senadores ainda se lembram – que foi enviado aos Senadores, Deputados e para todas as Lideranças. Fizemos um vídeo. Esse **book**, na verdade, era a redação de um vídeo que estava no Salão Verde, no qual os artistas se manifestavam. Muitos deles se manifestavam sobre o assunto que está em pauta hoje. Por exemplo, a nossa Fernanda Montenegro dizia: “Sou testemunha, na minha vida de artista, porque viajo por este País, certamente, há trinta anos, que, nos anos 70, digo, nos anos 50 e 60, a gente podia ir a Porto Alegre, por exemplo, e ter lá um campo de trabalho. Quer dizer, cenografia, indumentária, todo um campo de artesanato, entretenimento da terra, programações feitas como se fazia no Rio ou em São Paulo.

Isso acontecia em Porto Alegre, em Belo Horizonte e em Recife. Com o passar dos anos, há toda uma paralisação no campo artístico em cada centro, em cada Estado do Brasil. Estados enormes, Estados altamente produtivos em outros setores e que, no campo das artes, ficou sempre confinado a esta central de informações e de programação, que só interessa a um, dois ou três empresários que fazem com que uma leva enorme de artistas fique se deslocando pelo País, mudando de cidade, apagando a sua prosódia, desfigurando toda uma qualidade de vida orgânica mesmo, que faz parte da criatividade de um povo.

Há uma chancela de uma assinatura de vida que deve ser igual a do Rio e de São Paulo. Há uma prosódia toda ela deturpada, ensinada com sotaque e com toda deturpação lingüística e até mesmo em um grande centro urbano, como no Rio e em São Paulo”.

Então, isso é um ponto a ser observado. Há uma mão-de-obra que não é só do artista, mas do pintor, do maquinista, do eletricista, do carpinteiro, do costureiro; essa gente toda não tem mais onde trabalhar como tinha há vinte e cinco anos, e eu sou testemunha disso. A minha geração é testemunha disso.

Temos Paulo Figueiredo também falando sobre esse assunto. Temos um depoimento do ator Carlos Zara, que foi, durante dez anos, Presidente do Sindicato dos Radialistas em São Paulo, que pergunta: “Como pode uma só emissora produzir tudo? Como podem as outras emissoras produzir muito pouco ou nada?”

Tem a Regina Duarte que faz um depoimento curto, interessante: “A pessoa estuda e se forma, por exemplo, em Belém, em Salvador, em Porto Alegre, em Belo Horizonte, em São Luís do Maranhão e não tem onde exercer sua profissão. Fica condenada a vir para o Rio de Janeiro, onde encontra o mercado saturado. Não podemos mais permitir que o Brasil desperdice seus grandes talentos”.

Temos um depoimento do Milton Gonçalves, que é membro da minha diretoria, e isso é um orgulho para nós, que diz que temos que discutir com maior amplitude o que é a cultura e faremos cultura melhor, principalmente se essa emenda da obrigatoriedade da produção regional passasse na então Constituinte e que se baseia em algo que consideramos muito importante: a democratização opinião nacional. Temos o depoimento da Vanda Lacerda, Joana Fomm e da Dina Sfat, um depoimento muito curto.

Em setembro de 1963, eu começava no Teatro de Arena de São Paulo e o primeiro espetáculo foi **O melhor juiz, o rei**. Viajamos para Recife, onde fizemos a estréia nacional. Lá, encontramos três televisões funcionando com programações próprias, em que atores, técnicos e diretores da região faziam novelas, especiais, programas femininos e jornalismo.

Em 1964, com os acontecimentos políticos do País, começou a centralização da cultura, que passou a ser melhor controlada, ou seja, censurada. Esse tempo já passou, e acredito que é hora de trabalharmos para reavivar as culturas regionais, aproveitar os valores regionais e os talentos que se perdem nessas estradas tentando chegar até o Rio de Janeiro e São Paulo.

Objetivamente, entendo que há um ponto de partida para traçarmos algumas reflexões. Existe um projeto, de autoria da Deputada Jandira Feghali, tramitando na Câmara dos Deputados segundo o qual 30% da produção obrigatoriamente tem de ser regional. Faço outra sugestão: 50% divididos de forma que 30% seja de produção nacional e 20% de obrigatoriedade de produção regional. Por que sugiro que a produção seja nacional? Porque está em tramitação um projeto de lei que permite a entrada do capital estrangeiro e a contrapartida seria a garantia de um percentual de programação feita no Brasil.

Penso que o horário não deveria ser concentrado na faixa nobre. Por exemplo, poderia ser das 7h da manhã às 23h. Há uma gama de programas educativos que podem exibidos nas manhãs, assim como programas jornalísticos.

Considero importante que, neste país continental, preservemos as culturas regionais tendo uma dimensão nacional também. Da mesma forma, acredito que seria importante que 10% da produção regional fosse composta por programas jornalísticos, ou seja, telejornais, debates, mesa redonda, entrevistas, documentários, reportagens e assemelhados. O restante da produção seria composto pela teledramaturgia, radiodramaturgia, novelas, seriados, séries, minisséries e similares.

Em um primeiro momento, acredito que se poderia tratar o assunto por região porque há lugares muito pobres. Poderia ser um estabelecido um critério, já que não queremos fechar o mercado para ninguém. O Estado pode e deve legislar sobre o assunto porque os canais de rádio e de televisão são concedidos pelo mesmo. Inclusive, amanhã será votada a concessão de um canal de televisão. Apenas meu sindicato tem 80 processos contra a sua antecessora, cujo ator mais vendido do mundo, que é o Rubens de Falco, não recebe salário há três anos, e não conseguimos fazer com que, embora o processo seja ganho, apareça.

Enfim, coloco-me à disposição de V. Ex^{as}. É uma realidade bastante dura com a qual estamos convivendo. Acredito que também o seja para os empresários. Não queremos fechar nada, mas não vamos abrir desses princípios que vão consagrar a cultura regional e a produção nacional.

Vamos ter bom senso para nos colocarmos à disposição, não fecharmos nenhuma porta, mas acredito que as pessoas não terão um resultado tão ruim economicamente, porque todos gostam de se ver. Lembro-me de que, em Parati, os programas que são disparados em audiência são os feitos no local. A ci-

dade gosta de se ver, e o Brasil precisa de conhecer o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado à representante do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, Elisabete Pinho de Azevedo Souza.

Vamos entrar, agora, na parte de perguntas e debates. Inicialmente, concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, Relator do Projeto e autor do requerimento de audiência pública.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, Srs, Srs. Senadores e autoridades convidadas para esta audiência, confesso que quando recebi essa proposta, apresentada pelo Colega Antero Paes de Barros, do Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Casildo Maldaner, gostaria somente de dar um esclarecimento, no sentido de fazer uma proposta sobre a forma de trabalharmos. Todos fariam as suas perguntas e, ao fim, a Mesa responderia. Acredito que ganharíamos tempo, porque temos quatro Senadores, incluindo, *ex officio*, o Senador Antero Paes de Barros.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Gostaria de me inscrever também. Acredito que poderíamos fazer dois blocos, com um máximo de três Parlamentares em cada.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Vamos fazer dois blocos. No primeiro, os Senadores Casildo Maldaner, Geraldo Cândido e Amir Lando; no segundo, os Senadores Antero Paes de Barros e Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Acredito que assim ficará melhor para os palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A sugestão de V. Ex^a foi excelente.

O SR. CASILDO MALDANER – Eu levantaria, Sr. Presidente, em primeiro plano, que, à primeira vista, eu já estava elaborando parecer em relação à matéria. Já havíamos até pautado a matéria para uma reunião. Fui até provocado por um representante da RBS, que disse ser essa matéria passível de conversa. Em função disso é que dei uma segurada, motivando-se a realização de uma audiência pública, a fim de criarmos uma transparência maior em relação a isso.

Confesso que, quando vi a proposta do Senador Antero Paes de Barros, percebi o propósito de, na verdade, fazer com este País Continente recebesse atenções – e aí o sentido das palavras do representante do Estado de Mato Grosso, Secretário de cultu-

ra, Dr. Jurandir Antônio Francisco, e também da conterrânea Elisabete Pinho também, Secretária-Geral do Sindicato dos Artistas –, no sentido de que se privilegiem os acontecimentos regionais. Senti essa tendência, e o autor também vai nessa direção, qual seja, a de que, muitas vezes, o que interessa a São Paulo e ao Rio de Janeiro talvez não seja o melhor para o Brasil inteiro.

Quer dizer, precisamos preservar aquilo que acontece nas devidas regiões. Aí vem aquela tese de revelações novas, despertando outros movimentos nos artistas, nas pessoas e na cultura. Senti a intenção do projeto nessa linha.

Assisti à exposição dos Srs. Paulo Tonet de Camargo, gaúcho e meu conterrâneo de nascimento – hoje vivo em Santa Catarina – e Flávio Cavalcanti. Aliás, tal pai, tal filho. É aquela dinâmica.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI – Meu pai me imitava muito, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER – Não há como dissociar essa questão. A exposição do Dr. Paulo Camargo foi muito concreta. Ele afirmou que, atualmente, já se colocam cerca de 14% em gravações regionais.

Senador Antero Paes de Barros, se considerarmos a opinião do Dr. Paulo Tonet de Camargo e do Sr. Flávio Cavalcanti, seu projeto foi bombardeado. Sou sincero. Não há condições, tudo fechará, nossa TV Chapecó vai parar, assim como Uruguaiana e Santa Rosa. Não há jeito. Nem os 10 minutos de programação regional serão possíveis. Há, ainda, Santana do Livramento da Senadora Emilia Fernandes.

O Senador Antero Paes de Barros, que é autor do projeto, deve fazer uma explanação, que é fundamental. Sou muito conciliador – assim sou considerado em Santa Catarina. Aliás, Victor Hugo já dizia que a paixão – ou a beleza – deve ser examinada como se examinam cães e gatos numa exposição: com naturalidade. A paixão, muitas vezes, flutua como o fogo fátuo entre o corpo e o espírito e pode, com o tempo, tornar-se surda, não funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – V. Ex^a está poético. Estou apreciando, mas, por favor, tenha cuidado com o tempo, pois faltam apenas três minutos.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, digo isso, porque enfrentei algumas greves como Governador do meu Estado, em Santa Catarina. Quem tem participação política e não enfrentou greves? Às vezes, tenho refletido, concluindo que é melhor haver duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio – daí a necessidade de provocarmos em conjunto

essa audiência pública a fim de buscar a conciliação e o melhor para a comunicação no Brasil.

Devemos fazer o que pudermos para que as empresas de comunicação – na televisão ou no rádio – tenham condições de buscar mercados. Prego a tese da interiorização. Também precisamos fazer com que as questões regionais tenham cada vez mais condições de crescer a fim de que se apresentem e tenham seu espaço.

Depois de ouvirmos as respostas às questões dos Colegas, será preciso buscar uma gradação. Não sei se avançaremos. Hoje, a RBS afirma que já está com 14%. Vamos buscar, no campo econômico, o PIB das cidades nas regiões. Quando o autor propõe a implantação compulsória desde já, estava pensando em aplicar esse procedimento nos próximos dois anos gradativamente.

O debate está aberto para que possamos, aos poucos, formar o melhor juízo para todos em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. A cada Senador será dado o prazo de três minutos. Estamos no horário de verão, mas o tempo continua o mesmo. Vamos reparar essa injustiça com Santana do Livramento, que não tem emissora de TV – jurava que tinha.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Se abrirem um canal lá, certamente entraremos na concorrência. Não tenha dúvida nenhuma disso. Mas o ministério precisa abrir o canal.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Eu jurava que lá havia uma estação. Quer dizer que estão ouvindo do Uruguai?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A RBS já tem um problema para resolver.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, gostaria de ponderar que acho três minutos muito pouco; inclusive, não farei perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Use o jeitinho carioca. (Risos.)

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Aquele jeitinho carioca faz irmos um pouco além. Farei apenas alguns comentários em relação ao que disseram aqui os nossos debatedores. Também vou ser rápido.

Primeiro, gostaria de fazer referência rapidamente ao Paulo Tonet, que foi muito competente na sua explanação. Em parte, ele, que é Diretor da Rede

RBS, tem razão nas suas considerações, embora eu não concorde com o percentual ao qual fez alusão. Creio que é possível atingir um percentual maior que 14%, pois, na Região Sul ou em qualquer parte do Brasil, manifestações culturais são muito importantes para a população local. Por isso, do ponto de vista do faturamento da rede, ele disse que, se houver um espaço muito maior, haverá prejuízo para a empresa. Enfim, essa discussão será feita inclusive com os autores do projeto, tendo em vista mediar essa questão. Acredito que é possível alcançar um pouco além de 14%.

Parabenizo o Secretário de Cultura de Mato Grosso, o Jornalista Jurandir Antônio Francisco, que, creio, fará um bom trabalho frente à Secretaria de Cultura do Mato Grosso. Segundo ele, a programação regional e local de Mato Grosso ocupa algumas horas na programação do Estado e há também várias emissoras da rede comunitária que contribuem com essa programação. É importantíssima a rádio comunitária. Portanto, o Secretário faz um bom trabalho, o que demonstra que é possível combinar essas coisas, ou seja, as emissoras de TV fazerem uma programação sem prejuízo do seu faturamento, trazendo para a população local divulgação da cultura.

A Elisabete, do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, argumentou uma série de opiniões de vários artistas em relação à programação. Até falou sobre uma questão polêmica que não vou discutir. Uma emissora deverá receber, esta semana, a concessão numa situação delicada, pois eu, pessoalmente, vou votar contra e talvez alguns Senadores também o façam, até porque, do ponto de vista dos seus direitos até com seus ex-empregados e com a Previdência, do ponto de vista jurídica e constitucional, ela não poderia receber a concessão neste momento, pois há ilegalidade. Vamos até verificar essa questão mais profundamente. Mas isso é uma outra discussão que não cabe aqui.

Sou membro desta Comissão e da Subcomissão de Rádio, TV e Cinema, uma Subcomissão da Comissão de Educação. Tratamos dos debates em relação às rádios comunitárias, programação televisiva. O projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que trata da lei geral de radiodifusão está tramitando no Congresso. Já fizemos uma audiência pública e vamos, talvez este mês ainda, promover uma segunda, para debatermos este projeto, que é muito importante. Estamos atentos a esta questão, inclusive discutindo isso, que vai trazer o conjunto da sociedade, os representantes das emissoras de TV para o debate. É importante que a Comissão esteja acompanhando

do este tema passo a passo, dando a sua contribuição.

Por último, chamo a atenção para a intervenção do Sr. Flávio Cavalcanti, o qual fez uma ponderação que considero infeliz. Discordo frontalmente do que disse. Segundo ele, o forró deve ser execrado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Ele disse isso?!

O SR. GERALDO CÂNDIDO – É. Ele disse isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Ainda bem que foi na minha ausência. (Risos.)

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Flávio, estamos falando aqui pela **TV Senado**, à qual muitos estão assistindo. Se você disse isso, é sério. Posso dizer-lhe que, por exemplo, no **SBT**, do qual você é diretor, existem programas que considero execráveis, como o programa do **Ratinho**. Ali há um quadro que acho execrável, pior do que o forró, muito pior para a população. Há gente que assiste porque gosta, mas acho que realmente é lamentável que haja numa programação alguns quadros como os do programa do **Ratinho**.

Há até no Sílvia Santos, no domingo, o programa **Topa Tudo por Dinheiro**, que humilha o cidadão. Do ponto de vista do ser humano, acho aquilo absurdo, uma humilhação, mas está lá na programação e há muita gente que assiste àquilo. Falo como pessoa: a população, se assiste, é porque gosta de assistir. Mas acho lamentável que haja esse tipo de programação. Quando falo isso, não quero impor, criar uma censura à programação de televisão, apenas acho que deve ser debatido, inclusive na nova Lei de Radiodifusão, a regulamentação, e acho que tem que ter auto-regulamentação. Agora, se as emissoras de televisão não vão fazer a coisa, acho que aqui tem que se discutir uma forma de regulamentação sem impor a censura, porque a censura, jamais, sou contra a censura, sou pela liberdade, mas tem que haver um certo limite. É isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Quero agradecer a defesa que V. Ex^a fez do forró, porque realmente... Ainda bem que eu não estava aqui.

O SR. ROMEU TUMA – Senão ia dançar um xaxado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. convidados, entendo que estamos diante de um tema relevante, em se referindo a

comunicação social. Acredito que é importante desenvolver-se uma valoração da cultura, quer dizer, há que haver um compromisso maior, inclusive de caráter pedagógico, com relação à cultura nacional, regional e local. A cultura é um todo e precisa, evidentemente, tornar-se uma mercadoria – vamos chamar assim – no sistema de comunicação nacional. É evidente que é preciso trabalhar com essas idéias, e a idéia do projeto é boa como idéia. Entendo que a formulação merece reparos e meu voto seria por um substitutivo que pudesse – já antecipo logo a minha visão – conciliar os interesses em jogo. A cultura, sim, mas de que forma? Que viabilidade ela tem num processo de comunicação privado, que vive exatamente do seu faturamento? Creio que, inclusive, a Secretária-Geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, Elisabete Pinho de Azevedo Souza, colocou algumas idéias, flexibilizando um pouco a proposta. A proposta é severa e acredito, inclusive, que nesse ponto se inviabiliza, isto é, pela sua severidade. Caberia a nós definir melhor o que é a cultura, que é a produção de um povo, em termos intelectuais, axiológicos, a cultura é exatamente esse complexo de padrões, de comportamento, de crenças, de valores que esteiam uma sociedade determinada. É óbvio que este é um tema que nós não podemos abandonar, que devemos valorizar. Creio que, neste ponto, o projeto traz um mérito indiscutível, de preservar esses valores dos nossos povos neste imenso território nacional. É evidente que também muito bem situou a Secretária-Geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro a idéia de preservar a cultura nacional, que é o elo da unidade deste País. Não podemos aqui, como às vezes algumas idéias vieram, querer valorizar apenas determinadas culturas, como por exemplo, a cultura indígena, determinadas nações indígenas, como um princípio da secção do País, do Território Nacional.

Então, essas minhas observações, isso é o óbvio, e eu pediria ao Presidente que me desse três minutos amazônicos, elásticos como látex, que é um produto que marca nossa região, para dizer que realmente devemos trabalhar com essa idéia. Essa idéia não pode ser perdida. É uma chance que temos de discutir. E eu entendo que aí a flexibilização, até é essa minha pergunta final aos representantes, já que vi a Secretária-Geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro ouvir dos dois representantes das cadeias de televisão: Qual seria uma proposta viável, possível? Como darmos uma ênfase maior à cultura na programação da televisão brasileira e definindo um pouco mais o que é cultura.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Desculpe-me, mas o que é cultura regional também.

O samba é uma cultura regional ou nacional? Cultura nacional e cultura regional. Não se trata de somente definir cultura. Isto é complicado.

O SR. AMIR LANDO – Exatamente isso.

Descemos às culturas local e regional. Isto é fundamental para que se possa realmente construir esse País na unidade e na imensa diversidade. É claro que dentro do possível, daquilo que começa mais como um objetivo pedagógico inicial. É um esforço comum do País dentro da viabilidade econômica de funcionamento porque não pensaremos no patrocínio público desses programas.

Trata-se de um compromisso da comunicação social com o Brasil e com as peculiaridades locais. Temos que trabalhar a idéia dentro do entendimento e da disposição. É claro que a lei comanda, mas uma lei que comanda não é aplicada, é um comando vazio. A lei não pode ser arbitrária e ela sempre tem que extrair da sociedade aquilo que é possível, que realmente se converta em um imperativo categórico e do entendimento para que seja aplicada, senão será mais uma lei vazia, inútil, imprópria, arbitrária.

Esse é o entendimento que me parece fundamental. A minha pergunta é: o que podemos oferecer em termos do projeto no que se refere às duas cadeias de rádio e televisão aqui presentes. É importante ouvi-los e me parece que há uma proposta flexibilizada da Secretaria do Sindicato dos Artistas e, talvez, possamos evoluir em termos de construção legislativa.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Ex^a naquilo em que excedi, mas a cultura é um tema milenar e não poderia falar em segundos.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – V. Ex^a fez, como os demais companheiros, uma intervenção muito pertinente e o tempo que precisasse lhe seria concedido.

Passo a Presidência ao Senador Ricardo Santos que é o Presidente da Comissão de Educação. Ocupei o seu lugar para que a audiência pública tivesse início na hora indicada e, em seguida, será concedida a oportunidade de cada um falar sobre as intervenções do primeiro bloco de Senadores que ficou concluído com o Senador Amir Lando.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Cumprimento a todos.

Peço desculpas por meu atraso, mas estava no Palácio do Planalto discutindo com Lideranças partidárias, com o Presidente da República e com o Minis-

tro da Educação a situação da greve dos professores e servidores das universidades federais.

Com a palavra o Sr. Paulo Tonet Camargo.

(Pausa.)

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Em primeiro lugar, tentarei responder à pergunta do Senador Amir Lando.

Do nosso ponto de vista, temos dezesseis emissoras no interior geradoras de programação local, seria muito difícil, pelo menos neste momento, eu lhe dizer o que seria razoável, o que seria até mesmo viável, porque compararemos coisas incomparáveis.

Sabemos, por exemplo, que uma emissora em uma cidade como Joinville é completamente diferente de uma em Criciúma. Assim como é diferente uma emissora no Rio Grande do Sul, em Caxias do Sul, Santa Maria ou Passo Fundo do que uma em Santa Cruz, Santa Rosa ou Uruguaiana.

Estas são coisas muito desiguais, economias muito desiguais, potenciais comerciais desiguais. Se fixarmos uma regra rígida, pelo menos nesse particular, em relação à quantidade de programação local, poderemos estar cometendo uma injustiça e até uma inviabilidade ou com o centro menor ou com o médio ou o maior. Não vamos nem comparar as capitais.

Senador Geraldo Cândido, na verdade, em nossa empresa sempre fomos ardorosos defensores da programação local. Volto a dizer que não acredito que exista nenhuma rede regional, nenhuma afiliada de cabeça de rede que possua a quantidade de programação local que nós geramos. E talvez seja até insuficiente. Gostaríamos de produzir mais. Há algumas iniciativas, como por exemplo curtas gaúchos no Rio Grande do Sul, em que estamos colocando produção de cinema local em nossas janelas na televisão.

Voltando ao ponto inicial, se a matriz é de uma radiodifusão comercial, ela precisa ser viável. Nós não podemos correr o risco de inviabilizar. Do contrário, a comunidade será prejudicada. Como a Senadora Emilia Fernandes disse há pouco, e eu no início de minha manifestação, na fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai e Argentina, até bem pouco tempo atrás, só sintonizávamos canais de televisão de outros países. Para que a geração de televisão chegasse até lá foi necessário um modelo economicamente viável. Portanto, nossa preocupação é apenas uma.

Não sei dizer, Senador Amir Lando, pelo menos neste momento, qual seria o percentual razoável. Ou qual seria o critério razoável. Lógico que devemos aprofundar a discussão. E talvez esse aprofundamento se dê quando debatermos o setor como um todo, a

radiodifusão no Brasil como um todo, que é a nova lei de radiodifusão que vem por aí.

É a minha colocação, pelo menos no início.

O SR. JURANDIR ANTÔNIO FRANCISCO –

Em relação ao percentual, também penso que deve haver um aprofundamento da discussão. É necessário que façamos isso. Gostaria também de dizer que, como representante do espaço cultural de nosso Estado, não há intolerância, nenhuma ação contra a divulgação atual nas redes nacionais. O que reivindicamos é um espaço mínimo assegurado para a produção regional.

Na divisa de Mato Grosso com a Bolívia há uma cidade chamada Porto Esperidião, onde foi criado um ritmo, uma dança, chamada curussé, que é uma mistura dos nativos bolivianos com os brasileiros que migraram para a região oeste de Mato Grosso. Não podemos deixar que essa demonstração cultural esteja condenada a ser exibida apenas para os sete mil habitantes de Porto Esperidião. É um absurdo que não haja condições de possibilitar que tais manifestações sejam levadas ao público brasileiro como um todo.

Mato Grosso é um Estado que recebeu brasileiros de todas as regiões. Estamos acostumados a respeitar a diversidade cultural no Estado. Há regiões formadas por gaúchos, catarinenses, paranaenses, mineiros, goianos, baianos, com uma grande diversidade cultural. E o ponto fundamental do debate é respeitar a diversidade cultural do País. É necessário que sejamos o ponto principal do debate do projeto do Senador Antero Paes de Barros, mas que também condenemos a censura, que é execrável. Não podemos, em qualquer ato nosso, provocar ações de censura a qualquer tipo de produção.

Cito, como exemplo, a situação do filme *Babe, o Porquinho*, que foi exibido vinte e cinco vezes durante um ano. E, em todas as vezes, com a tarja de inédito. Não é possível que o diretor comercial da empresa que vende o filme vinte e cinco vezes durante o ano não possa vender um filme nacional. Não é possível que não haja um empresário brasileiro que compre uma produção nacional para exibir numa rede de televisão brasileira. No meu ponto de vista, é inadmissível que tenhamos que ficar numa situação dessas, submetendo-nos apenas à produção de enlatados; e que não se abra, dentro das emissoras, uma discussão com o empresariado que patrocina também produção brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Diretor do SBT.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Para começar, V. Ex^a me desculpe, meu prezado Senador Geraldo. Não quis ofender o seu forró; só quis dizer que prefiro a bossa-nova. Provavelmente, V. Ex^a não goste da bossa-nova, mas eu a adoro.

Enfim, não sou conferencista; falo de uma maneira bastante informal, talvez até não muito adequada, mas não sei falar de outro jeito, porque fica composto demais. Prefiro externar realmente aquilo que está dentro da minha alma.

Que bom que existem pessoas que gostam de forró, que existem aqueles que gostam de bossa-nova. Enfim, há espaço para tudo. Portanto, V. Ex^a me perdoe. Não quis ofender o seu forró.

Fiquei muito preocupado com o que disse o meu prezado Secretário. Parece-me que os fatos mudaram. Nacionalmente, a programação é local. Ele quer colocar curussé em rede nacional. Agora, eu estou desesperado, porque a lei não está tratando disso; a lei está tratando de mostrar curussé para aquela comunidade, na televisão. Porém, se a lei está tratando de mostrar curussé obrigatoriamente para a rede nacional, ficamos desesperados! Vou mandar o Sr. Silvío mudar de ramo, porque é outra coisa.

Estou muito preocupado. Estamos aqui para discutir. Eu vim aqui para falar sobre a conveniência ou não de aumentarmos o espaço para que as comunidades locais se vejam nas televisões. E, como princípio, é óbvio que temos que estar a favor, até porque a Constituição prevê isso. Portanto, temos que cumprir a Constituição, temos que encontrar talvez um mecanismo.

V. Ex^a levantou qual seria o melhor mecanismo, Senador Amir Lando. Vou deixar como idéia, para que seja refletida pelos Srs. Senadores, primeiro, a criação de dois segmentos de programação regional como um critério muito simples: todas as capitais e as cidades com mais de um milhão de habitantes que não sejam capitais têm a obrigação de fazer uma programação regional um pouco maior do que a do resto das emissoras do País, estejam onde estiverem. Mas não fazer a mesma obrigação. Podemos pensar em duas horas por dia para as capitais dos Estados e mais as cidades com um milhão de habitantes; V. Ex^as vão encontrar o número.

Quero que V. Ex^as pensem que uma emissora pela outra tem uma média de 20 horas de programação por dia. Se considerarmos 20% – parece pouco –, são quatro horas.

Penso que é muito produzir quatro horas de programação diária em todas as emissoras. É um núme-

ro gigantesco. Eu não chegaria a tanto, mas é claro que penso comercialmente em primeiro lugar. Por mais apaixonado que eu seja pela causa da cultura regional, como diretor de uma rede de televisão, tenho que pensar comercialmente na sobrevivência dessa rede.

Se considerarmos hoje 20%, é uma loucura, na minha modesta opinião. V. Ex^{as} que decidirão essa questão. Tenho, aqui, que expor a minha opinião. Quem sabe a partir de duas horas por dia para as capitais e cidades com mais de um milhão e, quem sabe, uma hora nas outras cidades com menos de um milhão de habitantes, distribuídas ao longo de uma grade de programação muito maior do que esse horário nobre, que é o eixo central da nossa sobrevivência.

Quanto à questão complicada de se exportar essa cultura regional, quero dizer que esse problema não se resolveu no mundo inteiro. Num país paupérrimo, miserável, como os Estados Unidos, um sujeito, para ser cantor, tem que sair de Iowa, em Nebraska, para ir para Los Angeles ou Nova York. Não tem jeito! Na França, pequenininha, o sujeito que tem um belo talento artístico tem que sair da cidade de Anecy – ele não deveria, porque é uma beleza – e ir para Paris. Os grandes centros sugam os grandes potenciais artísticos, e isso não tem muito jeito. Infelizmente, não é um assunto. O fato de garantir um espaço local no mais transformará esse artista localmente um pouco mais conhecido, mas como projetar esse talento para o resto? No caso, é o mercado, são outras injunções complicadíssimas; entra uma série de fatores.

Não vejo, portanto, como o projeto, com essa regionalização, vá resolver o problema da projeção dos valores locais. Não vislumbro uma linha muito direta. Apareceu na cidade tal, localmente, tem mais chance? Acho que não.

É difícil, mas é claro que o fator emprego é maravilhoso e com produções locais você será obrigado a empregar mais gente, o que resolve o problema do emprego. Isto estará resolvido, mas com relação ao fator de projeção tenho as minhas dúvidas. Enfim, para o momento era o que tinha a dizer e continuo a vossa disposição.

O SR. AMIR LANDO – A minha idéia é a preservação das culturas locais e todo o eixo da minha reflexão é sobre ela. Pode acontecer desde que tenha valor comunicativo.

É evidente que as coisas acontecem como no Círio de Nazaré em que se acaba chegando no País assim como o evento do Boi-Bumbá, no Amazonas.

Mas o fato em si tem um valor regionalístico. Trata-se da preservação das culturas locais.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – É a maioria dos artistas que fazem sucesso atualmente no eixo Rio-São Paulo vieram de fora como a Fafá de Belém, a Elis Regina, do Sul; enfim, todo mundo vem de fora. Os baianos não me deixam mentir porque todos eles, de Caymmi a Caelano, são todos valores de fora. O talento vem e acontece.

A SRA. ELISABETE PINHO DE AZEVEDO SOUZA – Com licença. O talento vem e acontece, mas quantos talentos perdemos? Quantas “Elis Reginas” existem no País, minha amiga Elis Regina? Quantas existem no País e que nunca escutamos a voz?

O importante não é isso, mas as pessoas, em sua região, poder desenvolverem a sua atividade e aquelas que se projetarem vão se projetar porque o que o Sr. Secretário está falando são de vinte pessoas. Em um País musical, que em essa mescla racial, continental, que é a nossa maior riqueza e nosso maior tesouro, temos que preservar isso sim e descobrir os talentos que se perdem.

Se eu remeti a outros artistas é para mostrar que a luta é encampada pelo Sindicato dos Artistas, mas não vim aqui falando por mim. Eu, Beth Pinho, vim falando em nome das pessoas que represento, que me elegeram e que me mantém há doze anos no sindicato e que são as pessoas das quais li os depoimentos que não são de hoje.

Vemos com muita perplexidade o fato de termos um artigo que não foi regulamentado até hoje e que só pode cumprir. Além do fato de que temos que considerar que há emissoras que dependem de patrocinador e há aquelas que não dependem, uma vez que a venda de seus produtos lhes garante o lucro.

O que queremos neste momento é que todos dêem a sua quota de sacrifício e que as pessoas pensem em ganhar um pouquinho menos talvez e dar mais para fazer esse Brasil gigante exportar essa cultura que trará divisas e riquezas para o Brasil. Os meses de janeiro, no **Reveillon**, no Carnaval e no **Rock in Rio** renderam 1,6 bilhão de reais extras para o Rio de Janeiro. Assim, é a cultura nacional, eventos sendo vistos como negócio também, como divisas também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passemos ao segundo bloco de perguntas.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, autor do projeto.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados, gostaria de dizer que sabia desses petardos. Esse é

um debate que tento há bastante tempo, já apresentei esse projeto à época em que fui Deputado Federal Constituinte, mas o perdi dentro da Câmara dos Deputados. Aliás, não o perdi, o projeto sequer foi à votação porque existiam interesses que impediam isso.

Tive a inspiração desse projeto porque sou jornalista e radialista e estamos discutindo rádio, televisão e cultura, a associação da produção cultural local, a produção cultural regional com os veículos de massa que transmitem a produção cultural.

Quero dizer que essa idéia me veio quando fui ao Rio Grande do Sul como jornalista esportivo para transmitir um Grenal, a decisão do campeonato gaúcho. Chegando lá, tomei contato com a programação da **RBS**, diferente da **Globo** da minha cidade, que tinha o jornal do almoço, debates, etc. A partir daí, comecei a pensar que isso seria bom para o meu Estado e discuti com empresários e pessoas que faziam televisão e rádio.

Existe uma realidade, hoje, no Brasil, em que alguns traços culturais do povo brasileiro estão em destruição e as pessoas não percebem. Não que a dança de Porto Esperidião tenha que ser projetada nacionalmente, pois seria um equívoco, mas ela vai morrer se não tiver espaço nas emissoras local e regional – aliás, Porto Esperidião não tem emissora. Temos a dança do congo, em Mato Grosso, que existe exclusivamente em Vila Bela da Santíssima Trindade e é uma das últimas heranças dos negros no Brasil, mas que vai morrer porque há uma enorme dificuldade da divulgação da cultura regional.

Da mesma forma queremos apoiar a diversidade cultural, acho bonito, Dr. Paulo Tonet, quando vejo a seleção do Rio Grande do Sul entrar para disputar uma partida de futebol de salão no meu Estado e os atletas e os gaúchos, e lá existem muitos, cantarem o hino do Estado. São bonitos os CTGs, a divulgação da cultura regional do Rio Grande no meu Estado. Acredito que a diversidade cultural tem que ser apoiada e tenho absoluta certeza de que, até pela preocupação econômica, há uma certa postura de “não vi e não gostei”.

Primeiro, há um equívoco, e permitam-me discordar, do Dr. Paulo Tonet quando diz que “já faz 14%, como é que vai produzir?” Uma coisa é produzir em Joinville e outra coisa é produzir em outra cidade.

O projeto, no art. 38, I, diz o seguinte: “50% da programação das emissoras de rádio e televisão, em horário nobre, destinar-se-ão à veiculação da cultura local e regional.”

Se a capital, uma cidade com mais de um milhão de habitantes, tem condições de produzir 80% e Joinville, só 10%, o projeto não impede isso. Ele pede apenas que a cultura regional e local tenham uma produção de 50% no horário nobre. Podem dizer: “Mas nós produzimos mais ou menos 20% das vinte horas que estamos no ar, 20% já é uma loucura”. Tudo bem. Vinte por cento é uma loucura porque são quatro horas. Nossa proposta é de que seja 50% em duas horas, o que é menor do que 20%. Se conceituamos horário nobre de televisão das 18 às 22 horas, 50% é a metade de 20%, se consideradas as vinte horas. Podem dizer que o custo aumentará. Não. As bandeiras, as cabeças de rede, orientarão as programações regionais. Elas propiciarão qualificação e suporte técnico a fim de receber pessoas das capitais que até lá se dirijam, para o **SBT**, para a **Globo**, para a **RBS**, para que possam conhecer a experiência e produzir jornalisticamente aquela realidade em seus respectivos Estados.

Portanto, não estamos aqui colocando que em Joinville deverá ter 50%. Estamos colocando que a produção regional de Santa Catarina, na bandeira do **SBT**, deverá ter 50% nesse horário. Que sejam 90% da produção realizada na capital e 10% na cidade do interior. Há cidades do interior em condições de produzir mais de 20% daquilo que lhe é destinado. Aqui tivemos a presença de duas pessoas de televisão, uma de cultura e duas dos artistas. As emissoras de rádio AM no Brasil estão falidas. Não é a realidade do Rio Grande. Na capital do meu Estado, Mato Grosso, não existe uma rádio AM com programação condizente com a sua finalidade, que é a prestação de serviços, a rádio útil, a rádio necessária. O que existe hoje? Aluguéis de emissoras de televisão transmitindo horários religiosos.

Gostaria de deixar muito claro que, ao elaborar o projeto, não estamos inventando, não estamos inovando. Estamos cumprindo o que dispõe a Constituição Federal, nos incisos I a IV do art. 221: “I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. II – promoção da cultura nacional e regional...” Portanto, não há nada contra a cultura nacional. Nenhuma intenção de impedir a cultura nacional. Mas há o interesse de cumprir a Constituição Federal com a promoção da cultura regional. “III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei”. É a Constituição que nos manda estabelecer percentuais. E até hoje não estabelecemos. É uma falha essencialmente do Congresso Nacional que precisa ser corrigida.

Que não sejam 50%, que sejam 40%, que sejam 30%. Mas que seja um percentual. E defendo que o percentual seja no horário nobre, o que possibilitará uma democratização maior na disputa de audiência. Uma coisa é o Silvío Santos ser o líder absoluto do segundo lugar. Uma coisa é a **Globo** ser o líder absoluto do segundo lugar. Outra coisa é o **SBT** de Cuiabá, por exemplo, com um bom espaço de programação local – é evidente que concedido pelos senhores –, com programas locais muito bem produzidos, e esse empresário local do **SBT** ter condições de, apoiado tecnicamente pelo **SBT** nacional, dar chance aos jornalistas, aos produtores culturais, aos artistas daquele Estado no sentido de que possam competir com o empresário da **Globo**, que também tem ampliado bastante o seu horário, e com os outros empresários dos veículos de comunicação.

Outro ponto. Reconheço que há influência econômica. É evidente. Em uma hora de programação no horário nobre deve haver quatro **breaks** de três minutos cada. São doze minutos de comerciais por dia, que teoricamente deixarão de ser nacionalizados e serão disputados no local, mas, dentro do mercado capitalista, fortalecerá o empresariado local, porque não acredito que o comerciante deixará de anunciar nesse horário. Ele vai continuar anunciando nesse horário. O que precisamos fazer é preservar e ampliar o espaço da cultura regional, dar chance de revelações regionais ainda que eles não se transformem em célebres.

Em Mato Grosso, há uma lei de apoio e incentivo à cultura, como a Lei Rouanet em nível federal, Lei Hermes de Abreu, que dá um incentivo cultural. Lá revelaram-se, nos últimos quatro anos, 117 artistas; alguns já começam a fazer sucesso nacional, como é o caso do dois em um, que já participou de programações nacionais do **SBT**.

O Estado também já editou filmes e vídeos; de 12 livros premiados recentemente pela Academia de Letras, três são de Mato Grosso, certamente devido a esse incentivo à produção cultural e regional. Inclusive, alguns desses escritores estão sendo descobertos com páginas inteiras em jornais de circulação nacional.

Isso ocorre porque há uma atenção com a cultura regional. O maior exemplo disso está no Rio Grande do Sul, a **RBS**, que não é só no Estado; está em Santa Catarina também. E é o maior exemplo de que isso deu certo porque a cultura gaúcha se preservou ao demonstrar que o falar gaúcho, se não tivesse conquistado aquele espaço que a **RBS** conquistou junto

à **Globo** para o Rio Grande do Sul, talvez hoje estivesse puxando o 's'. O falar cuiabano causava vergonha às pessoas de lá, porque falavam um dialeto, que é um traço cultural forte do nosso povo. Foi graças à Rede **Globo** de Cuiabá, graças a uma ex-Secretária de Cultura de Cuiabá, Glorinha Alboés, que fez um documentário e conseguiu que a TV **Globo** transmitisse esse documentário chamado **Rio abaixo, Rio acima**, em um horário de meio-dia, uma hora da tarde, que é um horário fortíssimo na televisão, e as pessoas passaram a deixar de sentir vergonha do jeito de falar cuiabano.

O que não queremos é o assassinato da nossa cultura. Vou dar outro exemplo de uma situação, como jornalista esportivo. Fiz um projeto – e fui chamado de louco; não sou, penso que passo em qualquer teste do gênero – no sentido de que o direito profissional do Grêmio e do Internacional, do Flamengo e do Vasco, do Corinthians e do Santos fosse respeitado; eles negociariam com as emissoras nacionais o direito de transmissão, mas respeitariam as praças locais, ou seja, não fazendo com que esse futebol invadisse as praças locais.

Agora vou citar números. O Mato Grosso teve, em 1976, 1977, 1978 e 1979, a segunda maior presença de público para o campeonato brasileiro; perdeu para a Bahia. Era um média de 38 mil, 40 mil pessoas pagando ingresso no Estádio Governador José Fragelli. Mato Grosso atualmente não chega à média de 150 pessoas pagando ingresso para ver o futebol. Mas em 1977 foi a primeira transmissão direta pela televisão de São Paulo e Atlético Mineiro decidindo o campeonato brasileiro. Hoje, de segunda a segunda, temos essas transmissões. O público saiu do estádio; o futebol lá morreu.

Pode-se dizer que é um direito profissional dos clubes. Mas e o direito profissional dos clubes de lá? Esse direito profissional dos clubes de lá. Esse projeto foi relatado, na mesma Câmara dos Deputados, por alguém que tem ou teve vinculações jornalísticas com a **RBS**, que era o Deputado Mendes Ribeiro, que considerou o projeto inconstitucional. Tenho dúvidas se é inconstitucional ou não, mas perdemos.

Estou dando um detalhe de um traço cultural fortíssimo do povo brasileiro, que é o futebol. A falência não é somente em Mato Grosso, tanto é que o futebol brasileiro está se limitando ao Clube dos Treze. Não se tem mais aquelas velhas produções dos atletas no interior do Brasil, para serem colocados à disposição.

É evidente que há uma pequena influência da comunicação nisso. É evidente que há uma influência

dessa que é uma das grandes conquistas da civilização, fantástica e maravilhosa, a televisão.

Então, faço essas afirmações e defendo o projeto. Considero que ele possa ser modificado, embora entenda que é importante tornar consensual um percentual, despreocupando-nos de que essa produção local e regional significa que cada local terá de ter sua produção. Não. Terá de ter um mínimo de informação, porque, senão, é geradora por quê? Senão, vira RTV e tem de perder a condição de geradora. Ela tem de ter o mínimo de geração local para satisfazer isso que está na lei. A produção pode ser regional – regional significa o Estado. Não vamos dizer que estamos criando essa obrigação a todas as emissoras de televisão do Brasil. Ah, sim, seria loucura, mas não me dêem esse atestado, pelo menos até agora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Depois do que foi exposto e debatido, não teríamos quase nada a acrescentar, mas é importante sempre recebermos a presença de convidados de diferentes setores de atuação que vêm contribuir com o nosso trabalho legislativo. Sempre é uma satisfação, porque nos enriquecem e fazem provocações na nossa forma de atuar, de refletir e até de posicionar. Então, sempre considero positivo. Saúdo o Relator, Senador Casildo Maldaner, pela iniciativa da audiência, e cumprimento as ilustres figuras presentes. Particularmente na figura do nosso conterrâneo da **RBS**, saudamos a todos.

Foi muito importante apresentar visões diferentes na forma e na implementação das questões. Penso que há uma visão comum de que este País tem muito a preservar. Podemos resgatar isso de todos.

O que nos ampara a salientar a importância, a iniciativa e o mérito do projeto do Senador Antero Paes de Barros é, sem dúvida, o que a própria Constituição nos diz. Se olharmos a nossa Constituição, vamos ver que a programação das emissoras de rádio e de TV tem princípios a serem seguidos, que estão ali e que dizem que a preferência é para finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Depois, há a regionalização da produção da cultura, artística e jornalística, e o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

É lógico que a idéia dele é tentar mostrar que, num país como o nosso, com a riqueza cultural que temos, algo tem de ser de responsabilidade coletiva de quem governa, de quem legisla e de quem faz a coisa acontecer, principalmente no setor privado. O setor privado, lógico, tem a finalidade primeira que é o

lucro, mas esse lucro não pode estar dissociado daquilo que preceitua a nossa lei maior e daquilo que a sociedade brasileira merece e exige, que é a preservação de direitos, de valores e de uma construção educativa de toda a tecnologia moderna que chega e invade os nossos lares, inclusive sem pedir licença.

Então, pelo que vejo, tenho certeza de que o nosso relator e o nosso autor já estão prontos para decidir sobre esse projeto, que é importante. O que consideramos é que, neste País, as coisas sempre chegam atrasadas. Se tivéssemos tido, no mínimo, o respeito que o Congresso Nacional deveria ter tido com uma lei aprovada em 1991, que é a Lei da Comunicação Social, talvez nem precisássemos estar mais discutindo isso. A sociedade representada no Conselho da Comunicação Social já deveria ter construído propostas e estudos alternativos e não seria agora que um executivo manda uma lei de radiodifusão.

Penso que perdemos muito tempo neste País, até porque não implementamos coisas que muitas vezes nós mesmos, os legisladores, fazemos constar das leis.

Por outro lado, se tivéssemos uma política séria de rádio e TVs educativas e de cultura, penso que sequer poderíamos estar nesta discussão, tentando discutir se são duas horas, se são 10% ou 50%. Penso até que estamos muito atrasados.

Um país que quer se desenvolver investe na tecnologia a serviço da educação e da cultura de seu povo e dos valores essenciais de sua gente. E temos, em nossa história, para mostrar na região.

Aqui foram citados municípios, e até pensávamos em regiões do Brasil. Se formos aos municípios vamos encontrar uma cultura riquíssima que muitos de nós sequer conhecem, imaginem as novas gerações.

Cumprimento o Senador Antero Paes de Barros pela inspiração no povo do Rio Grande do Sul que ele demonstrou. O Rio Grande do Sul tem essa cultura regional muito forte e que leva onde estiver um gaúcho. Em qualquer lugar do território brasileiro, ou fora dele, até nos Estados Unidos já temos os nossos CTGs. E porque isso acontece? Porque respeitamos e até cultuamos a tradição.

Já lá se vão mais de 160 anos da Revolução Farroupilha, que foi a nossa inspiração para a nossa história. Sabemos quais são os ideais de igualdade, de fraternidade, de humanidade que estão escritos em nossa bandeira, porque preservamos e respeitamos as músicas e as danças de outras regiões, mas temos espaços privilegiados para a nossa cultura re-

gional, porque essa é a forma como vamos fortalecer o nosso sentimento não apenas regional, mas de brasilidade, porque as pessoas pensam que o Rio Grande do Sul tem o espírito separatista. Não, muito pelo contrário. O Rio Grande do Sul veio com a Revolução Farroupilha com os ideais da liberdade, da independência e da nacionalidade.

Um País não pode se submeter ao que dizem os países estrangeiros sobre a nossa economia, cultura.

Essa, na verdade, seria uma aula. Empolgo-me porque sou professora de História do Brasil e lecionei por 23 anos. Sou apaixonada por esse tema.

O Rio Grande do Sul faz parte desse contexto como exemplo. Não que seja melhor que qualquer Estado ou que a gente do Rio Grande do Sul seja melhor do que qualquer um nascido nos mais diferentes rincões de nossa Pátria.

Somente temos feito isso porque o povo gaúcho exige. A RBS, com todo o seu mérito, ela só faz as inserções, fazendo o seu canal e rádio rurais, com muito mérito, porque o povo gaúcho exige que a nossa história farroupilha seja contada nas séries, como é feito todos os dias, com muito êxito e aplauso, na TV da RBS.

Se não houvesse esse sentimento, vamos mantendo o que há dentro das pessoas. Este é o objetivo do parecer: preservar. Em um certo dia, até perguntamos quais seriam as referências históricas de cada região ou Estado brasileiro. Não sei se todos terão o que dizer. É algo que até pode existir na cultura, mas está-se perdendo. É possível que até alguns de nós não saibam dizer o que é marcante. É claro que, em determinados Estados, nós sabemos, mas teríamos de ter nos 27 Estados brasileiros pontos norteadores da educação, da cultura e da formação histórica daquele povo para que as gerações preservassem amor e respeito ao que se faz aqui.

Então, penso que o Brasil tem de ser mostrado, como muito bem disse a Sr^a Elisabete Pinho. Está aí a **Globo** pelo que mostrou, tirando a máscara da miséria e da pobreza em que milhões de brasileiros vivem. Foi premiada, e tenho prazer e orgulho de dizer isso, porque acompanhei de perto a produção, por incrível que pareça. Tenho uma filha jornalista que trabalha na **Globo**. Orgulho-me dela.

Ontem, lançamos o programa Fome Zero. Trata-se de um projeto do Partido do Trabalhadores no campo popular. Estamos mostrando a série feita pela **Globo**, a quem cumprimos.

Então, se começarmos a mostrar que, dentro de nossa comunidade, temos valores, temos problemas,

isso também é educação. Vou encerrar, Sr. Presidente, porque sei que a hora já se está esgotando. Está comprovado que os nossos educadores não têm condições de assinar uma revista, um jornal, de ir a um seminário nem quando realizado numa cidade ao lado, a 100 km da sua, quanto mais se for nos grandes centros. Imaginem se estabelecêssemos, em nossas programações, espaços de construção da educação, que serviriam de inspiração até para os educadores transmitirem aos alunos, aproveitando a tecnologia disponível.

Acredito que temos que avançar nesse projeto. E considero sensacional a sugestão da Sr^a Elisabete Pinho sobre produção nacional e regional. Entendo que o aperfeiçoamento do projeto deverá ser buscado por esse caminho, Senador Casildo Maldaner. Também precisamos discutir a questão de horário, além de estabelecer nossas prioridades. Hoje, infelizmente, o espírito das redes de televisão é o lucro. Para atingir a maior audiência, mostram qualquer coisa. Esse é o grande problema, que atinge não só a nossa Constituição, mas as pessoas, que são desqualificadas nos programas televisivos. É uma vergonha nacional, por exemplo, a forma como as mulheres são mostradas. Estamos numa luta constante para mostrar o nosso valor como cidadãs, mas somos expostas de outras formas em todos os momentos e jogadas no saco comum da falta de respeito e da desvalorização.

Então, temos que fazer algo. Não somos de estabelecer limitações nem imposições, mas as empresas não estão fazendo o seu papel. Por isso, nós, legisladores, e o Governo temos obrigação de fazê-lo.

Observo todo o esforço feito em determinados setores. Temos que nos lembrar das rádios e jornais do interior e também da capital, que trabalham muito bem. Não podemos dizer que é só a RBS, com todo o respeito. Temos uma infinidade de rádios do interior que ficam clamando por isso, mas é a vontade de cada um que prevalece, enquanto a vontade coletiva é que deveria ser respeitada, pois é o que a sociedade está pedindo. Precisamos estimular valores e fortalecê-los, enraizando os ideais de que o Brasil precisa.

Faço apenas essa espécie de desabafo, já que não tenho mais perguntas a fazer. Cumprimento a todos e respeito as posições contrárias. Esta Casa e esta Comissão têm primado por esse espaço democrático. E depois nós, Parlamentares, com a legítima representatividade que temos, podemos nos posicionar.

Cumprimento a todos e, mais uma vez, saúdo o nosso ilustre conterrâneo, o Paulo, que é do Rio Grande do Sul, bem como os demais integrantes da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Seguindo a nossa lista de inscritos, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Jurandir Antônio Francisco, Dr. Paulo Tonet Camargo, Dr. Flávio Cavalcanti Júnior, gostaria de, pelo menos de passagem, lembrar o pai de V. S^a, já que ele imitou-o muito. Quem assiste à novela **O Clone** deve ter feito referência a um passado em que, provavelmente, os filhos nasceram antes dos pais.

Flávio Cavalcanti era uma pessoa que tinha um bom relacionamento. E eu, ainda jovem, gostava de ver seus programas, pois traziam muita cultura. Eram programas de auditório, programas populares, onde a cultura era inserida com muito vigor pelo conhecimento que ele possuía sobre o Brasil e sobre as artes, principalmente na área literária.

Então, fico feliz em vê-lo aqui.

E a certeza da contribuição que o senhor, a Dr^a Elisabete e os que aqui se encontram, apesar de que a Belh também já deveria estar sendo ouvida, porque já reclamou que não foi convidada.

Fica aqui a referência ao Presidente, ao Relator de que seria importante que as entidades representativas também viessem a este debate, porque elas têm um papel importante nas decisões.

Então, depois do eloquente discurso da Senadora Emilia Fernandes, gostaria de dizer que eu, quando Diretor da Polícia Federal, Senadora, fui várias vezes ao Rio Grande do Sul, mas, se eu dormisse lá e não fosse ao CTG, eles pediam a minha demissão. Em todos os estados brasileiros que visitei há um CTG, para comer churrasco de chão e ver as danças folclóricas gaúchas que tão bem representam historicamente a nossa cultura.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Gostaria de fazer um aparte para convidar todos os presentes, no dia 23 agora, terça-feira que vem, a comparecerem na biblioteca do Senado, pois haverá uma grande atividade cultural com a presença de Paixão Cortes???, um histórico do Rio Grande do Sul. São os senadores gaúchos que estão fazendo o Pampa no coração do Brasil. Vamos discutir a história, o folclore e uma série de coisas. Então, fica aqui o meu registro, para se conhecer um pouco. Estará presente toda a nossa gauchada, homens e mulheres. Será muito interessante. Resgataremos a história do Rio Grande do Sul para o Brasil.

O SR. ROMEU TUMA – Estou dando isso como exemplo, porque não depende só das rádios e das televisões. Depende do povo. A cidadania tem que se

manifestar também e formar a história, porque aí a televisão e a rádio vão-se interessar em difundir, porque haverá audiência.

Não podemos dizer que vivemos num regime onde o lucro não tem valor. Pelo contrário! Não é pecado ter lucro. E hoje os meios de comunicação são comerciais. Verifico aqui que o Senador Ricardo Santos tem feito um esforço enorme para aprovar dezenas e centenas de rádios comunitárias, que não sei se terão sobrevidas longas, porque não podem fazer quase propagandas, e o raio de ação é muito curto. Então, é uma concorrência que será praticamente esmagada!

A Senadora Emilia Fernandes fez referência aqui a este fato. O PT tem sempre votado pela abstenção nos projetos de renovação e principalmente das novas autorizações pelo não cumprimento do art. 224, que é obrigação do Congresso Nacional, não é iniciativa de governo instituir o órgão auxiliar o Conselho de Comunicação Social. Desde o primeiro dos quase sete anos que estou aqui, ouço falar em tal Conselho. Isso é nossa obrigação! Não é obrigação do Governo estimular a formação desse Conselho, que já poderia estar trabalhando com as empresas de comunicação e provavelmente fazendo um trabalho sério.

Só quero dizer que é importante o projeto do Senador Antero Paes de Barros e sei que o Senador Casildo Maldaner buscará elaborar um relatório, talvez melhorando ou corrigindo algumas falhas, o que pode acontecer. Mas não podemos fazê-lo vingar sem, paralelamente, termos um projeto de incentivo à cultura. O Governo, hoje, tem verbas para publicidade, mas a televisão, para funcionar e fazer com que um programa do Governo produza, tem que investir, tem que gastar. E onde está o patrocínio? Se não houver patrocínio, ela não tem como estabelecer um programa permanente, ou mensal ou quinzenal, sem que haja uma contrapartida financeira, nem que seja pelo custo. Se quiser impor que é obrigada, será difícil para as empresas de comunicação ficarem com 50% do programa cultural de uma forma gratuita.

Ninguém mais patrocina nada, se não tiver um retorno. É uma questão de economia! É uma questão do sistema capitalista. E nós vivemos nele. É uma realidade! Então, o estímulo à criação de rádios e TVs culturais e educacionais é ótimo, porque temos aprovado aqui, principalmente de iniciativa de algumas prefeituras. Tais prefeituras podiam fazer convênios com as televisões e rádios comerciais e comprar determinados horários, e, aí sim, haveria essa troca de trabalho e a população se beneficiaria, provavelmente

te, aumentando a audiência, o que interessaria aos programas.

A Senadora citou a TV **Globo**. Há um quadro no Programa Fantástico, que é gostoso de ver, denominado "Pelo Brasil". O repórter vai a vários pontos de nosso País e descobre um cantor de viola, ou um tipo de dança novo, ou um outro tipo de cultura, o que aos domingos provavelmente tem trazido uma audiência boa, e que mantém vivos, é a descoberta que a gente faz, de segmentos culturais em determinados Municípios brasileiros.

Trata-se de uma divulgação importante que poderá, sem dúvida alguma, trazer audiência e patrocinadores, para que se estabeleça essa necessidade, que é princípio outorgado pela Constituição Federal e que tão bem o Senador Antero Paes de Barros trouxe ao conhecimento desta Casa.

Sugiro ao relator que encaixe alguma coisa que favoreça o interesse comercial na programação cultural, através de Prefeitura de Estado ou de incentivo à cultura, dirigido a estabelecer a propagação das culturas regionais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Os colegas inscritos e os nossos convidados fizeram as suas colocações. Vamos procurar encontrar um termo que venha conciliar. Talvez possamos dirimir algumas dúvidas.

Quanto à exposição do autor da proposta, Senador Antero Paes de Barros, eu alimentava uma dúvida de que 50% das programações tinham que ocorrer nas comunidades onde a televisão era gerada. Estava entendendo dessa forma e acredito que outras pessoas também, ou seja, que onde era gerada a televisão tinha que se produzir 50%. Mas, pela exposição do autor da proposta, essa ocupação do espaço, essa distribuição do tempo, não precisa ser localizada onde é gerada, mas ela é regional. Vamos pegar, como exemplo, Joinville, em Florianópolis, que, pelo que entendi é a idéia do autor, no caso da **RBS**, ela já vem cumprindo mais do que isso. Pela exposição do Professor Paulo Tonet Camargo, a **RBS** já está usando 14% nas gerações locais. Mas, considerando a questão regional, Santa Catarina já ultrapassou 50%; e Chapecó, Joinville e Florianópolis, devem estar acima dos 14%. Pela proposta do Senador Antero Paes de Barros, a proposta original, essa produção de 50% seria não somente na geração, em Joinville, mas regional.

No Estado do Rio Grande do Sul seria Santa Maria, Caxias e Porto Alegre. Ou seja, pode ser que, dos 50%, Caxias gere apenas 10% ou 14%, e Porto Alegre venha gerar 90%. Estou entendendo nessa linha. É possível chegarmos a isso pela exposição. Gostaria de ouvir o Dr. Paulo Camargo e o Dr. Flávio Cavalcanti nessa linha. A bandeira da **Globo**, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, está cumprindo isso. Suponhamos a bandeira do **SBT**, ela poderia, com os empresários, fazer cumprir que, o Estado de Mato Grosso contemplasse, com 50%, a questão cultural, no Estado como um todo, nas gerações de diversas cidades do Mato Grosso; não haveria uma imposição de que cada local gere 50%, mas seria o geral do Mato Grosso. Parece-me que o espírito seria nessa linha.

Então, gostaria que o Sr. Flávio Cavalcanti Júnior fizesse alguma colocação sobre isso, e talvez o Sr. Paulo Tonet de Camargo, para que possamos ver se há um entendimento nessa linha.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Senador, tenho uma notícia muito desagradável para V. Ex^a e para o Senador, porque nenhum desses 14% está no horário nobre. Nenhum dos 14% da programação da **RBS** (Rede Brasil Sul) está em horário nobre; está de manhã e principalmente na hora do almoço. O horário nobre não existe; é fechado como rede nacional.

Temos dois problemas. Um é saber a quantidade de programas, ou regionais ou locais, que vamos ter que produzir, que a Constituição prevê. Agora, o segundo e mais grave problema é nos obrigar a que 50% do horário nobre seja de programação regional. Isso nos inviabiliza como um negócio. Se pudermos alargar essa faixa horária para todos da programação, de 7h às 23h, e aí impor o cumprimento de horário mínimo de programação regional, entendemos que... Bem, isso é o que a Constituição prevê, porque ela também não prevê horário nobre, horário nobre é uma idéia do Senador Antero Paes de Barros. A Constituição diz que se deve privilegiar a programação regional, etc. Certo, vamos privilegiar, mas ela não diz que a programação regional tem que ser nesse horário nobre. Esse horário nobre... Senador, tenta por cento...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Só um minuto. Peço a contribuição do Sr. Flávio Cavalcanti Júnior, porque temos uma certa ordem nos trabalhos. O senhor terá oportunidade de falar, posteriormente, ao Senador Casildo Maldaner. Peço ao Senador Casildo Maldaner que termine e passaremos a palavra para os apresentadores aqui presentes.

O SR. CASILDO MALDANER – Estou tentando ver o que podemos buscar. A idéia dessa audiência pública é justamente para ver se podemos chegar a um consenso, se podemos avançar no sentido de que seja viável quanto à questão econômica. Precisamos manter, interiorizar a comunicação no País, integrar, respeitando a pluralidade cultural e econômica do País, fazer com que isso paire no Brasil inteiro, e fazendo com que também economicamente e financeiramente seja possível isso. Como vamos conciliar, como vamos avançar?

Se o horário nobre, então, existe, não como um horário estipulado pela Constituição, mas existe, ou de que maneira, de que forma vamos aproximar, pela exposição do autor do projeto... Pelo que vejo, na palavra do Sr. Flávio Cavalcanti Júnior e na sinalização psicológica do Dr. Paulo Tonet de Camargo, por aí, não dá.

Quanto à questão que o Senador Romeu Tuma levantou, da Lei de Incentivo à Cultura, se houvesse um incentivo para privilegiar, não sei até onde... Existe a Lei Rouanet hoje, não sei até onde poderíamos fazer com que algumas questões culturais das regiões pudessem ser privilegiadas pela Lei Rouanet, no recolhimento de Imposto de Renda da pessoa física e jurídica, para projetos específicos que fossem apresentados nas regiões, que se encaminhasse ao Ministério da Cultura, e aí se captassem recursos para promover essas questões; não sei se é possível inserir isso. Quer dizer, estamos tentando buscar o melhor.

Mas, em todo caso, quanto à questão levantada pelo Senador Antero Paes de Barros, o Sr. Flávio Cavalcanti Júnior já coloca da impossibilidade, dizendo que no horário nobre nem os 14% acontecem hoje. Eu já estava entendendo que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina já estava acontecendo.

O SR. PAULO TONET DE CAMARGO – No horário nobre, não.

O SR. CASILDO MALDANER – Então, talvez seja conveniente uma pequena exposição agora do Sr. Paulo Tonet de Camargo. Em seguida, eu gostaria que o Senador Antero Paes de Barros também fizesse uma sugestão, para ver se afunilamos um pouco essa questão para tentarmos formar um juízo nos próximos dias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passo a palavra agora, para as considerações finais, nesse segundo bloco, primeiramente ao Sr. Jurandir Antônio Francisco.

O SR. CASILDO MALDANER – Eu gostaria que o Sr. Paulo Tonet de Camargo falasse, e aí...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – A Mesa toda falaria. Para as considerações finais, o tempo de cada um é de três minutos, tendo em vista o adiantado da hora.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Em primeiro lugar, Senador Antero Paes de Barros, deixa-nos muito orgulhosos – particularmente nós, da **RBS** (Rede Brasil Sul) – saber, pelo que V. Ex^a colocou, que o nosso modelo – o que adotamos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina – de radiodifusão vem quase a ser inspirador para a proposta que V. Ex^a faz, mas também quero aproveitar algo que disse a Senadora Emília Fernandes. Temos consciência de que a televisão não é um elemento indutor da população, mas, sim, um reflexo do que a população quer.

Então, se mérito tem a **RBS** (Rede Brasil Sul) nesse modelo que adotou foi o de perceber o que os nossos ouvintes, os nossos telespectadores e os nossos leitores gostariam de ter a partir de nossos veículos de comunicação.

Permito-me fazer um pequeno parêntese em relação às emissoras de rádio. V. Ex^a tem razão em dizer que somos grandes operadores de rádio: são cinco emissoras de rádio AM no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, todas com programação local. A Rádio Gaúcha, em Porto Alegre, por exemplo, não toca música, mas notícia local 24 horas por dia. Assim também a Rádio CBN, em Florianópolis. A Rádio Rural é dirigida para esse segmento e toca música nativa.

Senador, o que fez com que a **RBS** tivesse condições de viabilizar esse modelo, que pode de alguma forma tê-la inspirado, foi exatamente a possibilidade de levar às comunidades uma grade nacional de programação com viabilidade de custo. Já disse e repito que temos 14% de programação local e regional.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quantas horas?

O SR. PAULO TONET DE CAMARGO – Quatorze por cento de 24 horas, numa perspectiva semanal. Por exemplo, no domingo a programação local é muito maior do que nos outros dias. Produzimos programas locais e regionais. Depois do Fantástico, quando todos assistem a filmes, divulgamos na programação local uma espécie de resenha da semana. Há programas locais sendo gerados.

É importante lembrar que essa programação – o Flávio disse isso muito bem – não se dá no horário no-

bre, porque o faturamento nesse horário é essencial para podermos aplicar esse modelo de regionalização.

Senador Antero Paes de Barros, chegamos a fazer um ensaio nas emissoras do interior. Se fosse aplicado o modelo proposto por V. Ex^a, teríamos um decréscimo de faturamento de publicidade de quase 70% e um custo triplicado. Infelizmente não tive tempo para lhe trazer esses dados impressos, mas, a grosso modo, a conta é essa.

O horário nobre é fundamental para que seja possível ter uma grade nacional, para viabilizar nossa programação regional, sob pena de tornar-se economicamente inviável. A Rádio Gaúcha transmite todos os festivais de música que ocorrem em todas as cidades do interior do Rio Grande do Sul. Não temos como, com o empresariado local, absorver essa publicidade no horário nobre de televisão.

O Senador Antero Paes de Barros disse, com muita propriedade, que as rádios AM passam por um período muito difícil. O mesmo ocorre conosco. Uma das razões da grande dificuldade existente nessas rádios é a restrição crescente à propaganda de produtos cuja fabricação e comercialização são livres no País. Para alguns deles, as propagandas chegam a ser quase proibidas. Cito exemplo. V. Ex^a é um homem de rádio e sabe que os xaropes e os remédios sustentaram a publicidade das rádios durante muitos anos. Hoje há enormes restrições para a publicidade desse produto. Devemos nos atentar para a seguinte questão: cada vez mais se retira a fonte de sustento das emissoras com uma crescente idéia de restrição à propaganda e uma crescente demanda de obrigatoriedade em determinadas programações. Há enorme dificuldade em conciliarmos e viabilizar isso.

Falando especificamente sobre rádio, temos uma rádio AM conhecida por V. Ex^a, até porque estive na nossa terra – espero que o Grêmio tenha sido vitorioso nesse Grenal a que V. Ex^a foi assistir em Porto Alegre.

A idéia, Senador, é de que nós – e falo isso com a satisfação de quem teve aqui o reconhecimento de ser uma rede de televisão e de rádio que prestigia a cultura regional, que prestigia a programação regional – mas posso lhe afirmar que só foi viável fazer isso pela adoção de um modelo de rede, de um modelo nacional. Se tivéssemos que levar isso a 50% da programação no horário nobre, dir-lhe-ia que inviabilizaria completamente o modelo, que já aplicamos, e é viável e deu certo no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra a Sr. Jurandir Antônio Francisco.

O SR. JURANDIR ANTÔNIO FRANCISCO – Nesse encerramento, gostaríamos de agradecer o convite e apresentar uma questão que tem sido ponto de discussão do segmento cultural em âmbito nacional. Participamos recentemente em Palmas, no final do mês de agosto, de um debate com todos os presidentes de conselho de cultura do Brasil, em que uma parte desse tema que estamos enfocando aqui hoje foi alvo de discussão.

O Senador Antero Paes de Barros citou as leis de incentivo, e todos os Estados detêm hoje uma lei de incentivo à cultura. Existe uma lei federal de incentivo à cultura, a Lei Rouanet. E essas leis, quem for utilizá-las perceberá no formulário que existem perguntas: qual a contrapartida social que resultará do projeto? Qual a contrapartida social que o Governo Estadual dará ao projeto? Qual a contrapartida social que o Governo Federal dará ao projeto da Lei Rouanet? Então, o artista é obrigado a nomear a sua contrapartida social; os governos são o são. Só que, na veiculação, não temos nenhuma ação de contrapartida social.

Penso que esse tema tem que ser posto em discussão. Não adianta os Governos Estadual e Federal fazerem investimentos em leis de incentivo à cultura, produzirem, como produzimos nos últimos dois anos e meio, 117 CDs, privilegiando a produção regional, e, depois, o artista passar por uma verdadeira humilhação de rádio em rádio com o CD, tentando veiculá-lo, recebendo todas as limitações impostas pelas emissoras. Da mesma forma a produção de vídeos, documentários, que são retratos da cultura regional, mas que não encontram qualquer espaço para veiculação nas emissoras de TV.

Penso que essa contrapartida social também da produção cultural na veiculação dos produtos culturais tem que ser discutida. Esse espaço pode servir para o debate independentemente do percentual que tenhamos que definir. Essa é uma questão que deve ser levada em conta, porque não podem apenas dois lados dar a contrapartida social.

É importante que tenhamos clareza. A Senadora expôs muito bem esse assunto. Estou cansado de ouvir em vários debates essa questão da construção de uma sociedade com valores baseados na ética. Não se construirá uma sociedade calcada na ética se não houver possibilidade de os valores culturais serem colocados à mostra nos espaços de veículos de comunicação de massa. Continuaremos, todo dia, falando que é preciso construir uma sociedade com éti-

ca, mas sem espaço para divulgar. E não há instrumento mais poderoso de discussão de paz e de ética do que o setor cultural.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Sr. Flávio Cavalcanti Júnior.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Penso que a discussão do assunto já está bem avançada. A questão do horário nobre é cruel, e para nós ela é muito complicada. Não consigo imaginar o **SBT** não tendo essas 4 horas de programação para gerar cabeça de rede, para diluir seus custos e para ter um faturamento que o suporte.

É importante que os senhores, ao pensar em televisão, não pensem somente em **Rede Globo**, porque realmente é uma máquina muito poderosa neste País. Ela fatura, pela sua competência, quase 50% que o mercado publicitário tem à disposição.

Todavia, a televisão, no Brasil, não é feita apenas de **Rede Globo** e **SBT**, que é a segunda rede e está indo bem. Há outras dezenas de rádios e estações de televisão que lutam com seríssimas dificuldades. Impor esse tipo de obrigação complica ainda mais a capacidade de sobrevivência desse público.

De qualquer maneira, imagino que nós executivos de televisão estamos vindo muito ao Congresso, discutindo qualquer uma das 187 leis em tramitação aqui hoje, fora a que virá, porque ainda não está tramitando: a lei de comunicação de massa. Há 187 leis que interferem no nosso negócio e criam espaço em função do princípio básico de que somos uma concessão e, portanto, temos obrigações. Acho que temos sim, mas também temos que ter limites nessas obrigações, sob pena de inviabilizarmos. Quer dizer, o cinema brasileiro está lutando e quase conseguiu, há pouco tempo, pôr um percentual de 4% do nosso faturamento para ser investido em cinema nacional. Isso iria sair por medida provisória recentemente.

O Ecad – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais pensa em cobrar 2,5%, o que acha justo. Tira 4% aqui, 2,5% lá, concede horário para partido político, propaganda eleitoral, dez minutos por dia para publicidades gratuitas e de relevantes interesses, como campanha de vacinação, alistamento de jovens aos dezoito anos. Temos que conceder dez minutos por dia de espaços comerciais gratuitos para esse tipo de comunicação. Se se somar isso... Enfim, a televisão está ficando de forma que não continuará.

Estamos discutindo isso em um cenário da televisão atual, que – devo comunicar – é um modelo em extinção, quer dizer, a TV digital, que virá em dois, três anos, quadruplicará as opções de sinais e canais

que cada emissora, cada Estado vai ter. De repente, ali será o momento de se pegar o segundo, terceiro ou quarto canal que vai estar disponível tecnicamente em quatro, cinco anos, para se ter preocupações mais com a comunidade local.

Insisto que, primeiro, o horário nobre nos inviabiliza e, segundo, temos que discutir a radiodifusão como um todo. O projeto que estará chegando aqui até o final do ano, talvez, seja o momento específico e adequado para criar a discussão, inserindo o problema da regionalização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra a Sra. Elisabete Pinho de Azevedo.

A SRA. ELISABETE PINHO DE AZEVEDO SOUZA – Preocupam-me, sim, o mercado de trabalho e a cultura nacional e regional. Senador, acho que o projeto tem que correr porque o próximo assunto sobre o qual teremos que nos debruçar será a digitalização, porque já há a figura do ator digital. Minha imagem será comprada para que uma pessoa, um técnico... Não serei mais contratada por oito meses para fazer uma novela. Vou ceder minha imagem para que um técnico manipule sobre ela a interpretação. Dizem que é tão perfeito que quase não se consegue distinguir. Já temos que começar a pensar. O avanço da nova tecnologia tem que ser seguido, de perto, pela legislação. Não somos contra a nova tecnologia, mas os direitos do cidadão têm que ser preservados.

Talvez fosse importante diluir o horário nobre. Seria interessante que várias camadas da população tivessem acesso a isso. De manhã, há programas educacionais e infantis; no horário nobre, talvez, a criança esteja dormindo. Acho superimportante que sejam vistos. Também é importante manter no projeto, como V. Exª citou, que a produção seja de musicais, espetáculos teatrais, circos, cinemas, teledramaturgia, teleradiodramaturgia, jornalismo. Ainda mais, que o cinema nacional seja contemplado por passar, na região, pelo menos um filme nacional uma vez por semana.

Digo isso, agradecendo a todos.

Flávio, quero deixar minha última mensagem para você. A Santa Catarina chegamos muito tarde, já que vínhamos do Rio Grande do Sul. Eu estava pensando, ontem à noite no seu pai: Uma vez por mês, havia o programa do Flávio Cavalcante, de Porto Alegre, como havia o do Chacrinha, de Porto Alegre. E, uma vez por semana, os ganhadores iam para o Rio de Janeiro. Lembro-me de uma menina de dez anos que ficou um mês ganhando tudo. O carro-chefe dela era a Carolina, do Chico. Seu pai foi um precursor dis-

so, e você deve ter muito orgulho dele e continuar esse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, para suas considerações finais.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, quero somente dizer o seguinte: a questão que tanto preocupa aqui é a do horário nobre. É possível que o Relator faça uma flexibilização nesse ponto. Até antecipo uma sugestão.

O que está proposto aqui para rádio não prejudica as grandes emissoras. Tenho absoluta certeza de que o Sr. Flávio Cavalcanti e o Sr. Paulo Tonet falam em nome das grandes emissoras. O **SBT** é uma grande emissora e o **RBS**, um grande grupo, um dos mais importantes grupos de comunicação do País.

Entendo que é possível flexibilizar essa questão do horário nobre da mesma forma que definimos o horário nobre do rádio. Para o grande rádio... O que está morrendo é o rádio do interior, o rádio das capitais interioranas. É evidente que, quando se percebe a **CBN** comprando canal de FM, a Bandeirantes comprando canal de FM em São Paulo, para fazer 24 horas de notícia, inclusive, nos dois canais, no AM e no FM, percebe-se para aonde está indo a rádio. Se não houver uma grande revolução técnica, a rádio AM morrerá.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – A rádio AM já não pega no carro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Exatamente, por causa do seu sistema radiante e por uma série de fatores. Para a grande rádio não é problema. A exigência da regionalização fortalecerá, porque temos universidades e faculdades de jornalismo no Brasil inteiro, mas não temos mais empregos sendo gerados em rádios no Brasil inteiro. Não temos mais o veículo rádio AM cumprindo com a sua obrigação.

Portanto, o projeto não atinge as grandes emissoras. Leva custos para as pequenas emissoras, no sentido de que se possa ter essa produção regional e local.

Primeiro, a questão da TV. É possível flexibilizar o horário? Sim. Eu faria ao Relator – e gostaria de anunciá-las aqui – três sugestões. Pela minha proposta, são 14% de 24 horas, o que dá mais de duas horas por dia, se não estou enganado.

Sugeriria ao Relator que S. Ex^a pudesse apresentá-la como substitutivo, que ela não fosse uma proposta conclusiva, e que se ouvissem mais empresários do setor de telecomunicações, jornalistas, sindicatos, a Fenaj, os produtores culturais, enfim. Eu fa-

ria a seguinte proposta: das 19 às 20 horas. Está estabelecido duas horas. Cinquenta por cento de 18 às 22 horas dá duas horas.

Que se fizesse, das 19 às 20 horas, 30 minutos, pelo menos, por produção regional. Isso já fazem. Das 12 às 13 horas, que se fizesse 30 minutos também de programação regional e que ficasse das 18 às 22 horas, pelo menos, com uma hora de produção regional e local. Estar-se-ia flexibilizando o horário nobre, porque, senão, o projeto não vale a pena. Não quero valorizar a cultura regional em qualquer horário, porque valorizá-la deixando-a à vontade do empresário, a cultura regional será valorizada às 3 horas, de madrugada. Não é possível.

Acredito que, por isso, a legislação tem de prever e, pelo menos, estabelecer o que é horário nobre. Na rádio não há dúvida, é de 6 às 18 horas. À noite e de madrugada a audiência das rádios cai. Acredito que, fazendo isso, teríamos, na pior hipótese – porque o grosso do faturamento, ou seja, 90% está concentrado no horário de 18 às 22 horas –, na verdade, 12 minutos, talvez nem isso, de brake por dia. As pessoas da área de televisão sabem o que isso significa. Doze minutos de comerciais por dia, ou seja, em 24 horas haveria 12 minutos de comercial. Não é que deixariam de representar o faturamento da emissora, porque não perde. É evidente que a **RBS** em Porto Alegre continuará comercializando bem quando gerar Porto Alegre, quando gerar Santa Catarina, como a **Globo** de São Paulo venderá bem o seu horário de São Paulo, do Rio de Janeiro. E os empresários locais ganharão.

Se houver um problema aqui, os empresários locais que representam as bandeiras da **Globo** e do **SBT** ganharão, mais até os que representam o **SBT** do que aqueles que representam a **Globo**, etc.

Para concluir, gostaria de apresentar – não poderia deixar de fazê-lo – uma discordância em relação ao que disse o jornalista Flávio Cavalcanti Júnior. Dezenas de emissoras serão prejudicadas. Não. Poderão ser atingidos o **SBT**, a **Globo**. Enfrentarão esse problema do horário comercial porque têm uma audiência nacional consolidada, mas essas dezenas de emissoras serão beneficiadas porque o empresário do Mato Grosso terá condições de disputar essa uma hora do horário nobre em igualdade de condições com os artistas locais, com produções regionais, com todos os empresários de todas as emissoras.

Hoje, há um desnível nessa medição e aferição da audiência pelo Ibope. Isso se alterará muito pouco nas grandes praças, porque, nesses locais, o que

está estratificado na audiência continuará assim. Creio que precisamos apenas ter boa vontade com a produção regional e não temermos aquilo que se apresenta. Haverá geração de emprego, fortalecimento da diversidade cultural e setores realmente importantes da sociedade brasileira. Todos cresceremos, principalmente o setor de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Senhoras e Senhores, ao finalizar essa audiência pública, agradeço a presença dos Srs. Jurandir Antônio Francisco; Paulo Tonet de Camargo; Flávio Cavalcante Júnior; da Dr^a Elisabete Pinho de Azevedo Souza; dos Senadores que aqui estiveram presentes.

Estamos, mais uma vez, diante de um grande desafio. Esta deve ser a 6ª audiência pública que promovemos com os veículos de comunicação ou com as suas entidades representativas, discutindo questões de relevância, considerando a grande importância social que têm esses meios de comunicação na sociedade brasileira. Discutimos como minimizar programas que veiculam cenas de violência em horário nobre, sobretudo para evitar que isso venha a afetar crianças e adolescentes.

Neste caso em particular, quero saudar o Senador Antero Paes de Barros pela apresentação desse projeto, que foi exaustivamente discutido e enfatizada a sua importância, sobretudo para um País multicultural e multirracial como é o Brasil. Ao permitir e veicular as manifestações culturais da nossa população, estamos, com isso, valorizando as nossas diversas identidades culturais, aprendendo e entendendo a diversidade cultural e social deste País, que é a primeira condição para uma harmônica convivência democrática.

O Senador Antero Paes de Barros citou várias vantagens do seu projeto, mas eu acho que, antes de tudo, ele é muito importante para a democracia.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h30min.)

Ata da 34ª reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2001.

As doze horas e quatorze minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Cassido Maldaner, Gerson Camata, Marluce Pinto, Na-

bor Júnior, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornêlas, Leomar Quintanilha, José Coelho, Arlindo Porto, Freitas Neto, Fernando Matusalém, Eduardo Suplicy, Marina Silva, Álvaro Dias, Mauro Miranda, Ney Suassuna, Juvêncio da Fonseca, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Teotônio Vilela Filho, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Geraldo Cândido e Tião Viana, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gilvam Borges, Artur da Távola, Eduardo Siqueira Campos, Luiz Pontes e Emília Fernandes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente passa a presidência ao Vice-Presidente, Senador Moreira Mendes, para apresentação de seu parecer ao Item 01: Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1996 (tramitando em conjunto com o PLS 154/97), de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Elias Murad, que “Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências.” Aprovadas as emendas n.º 16 e 18, na forma das subemendas (oferecidas pelo relator), rejeitando as emendas n.º 13, 14, 15 e 17. O relator da matéria, Senador Ricardo Santos, oferece, ainda para adequar a redação, as subemendas n.º 19, 20 e 21 que são aprovadas por unanimidade. Fica rejeitado o PLS 154/97. O Senador Romeu Tuma apresenta requerimento de urgência de sua autoria e do Senador Ricardo Santos, para o PLC 105/96. O requerimento é aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 269, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a ACITA, Associação Comunitária e Cultural de Itarana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itarana, Estado do Espírito Santo.” O relator designado é o Senador Ricardo Santos e o parecer favorável é aprovado. Reassume a Presidência o Senador Ricardo Santos. Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Revoga o artigo 2º (segundo), da Lei 9192, de 21 de dezembro de 1995, que altera dispositivos da Lei 5540, de 2 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.” O relator designado é o Senador Eduardo Suplicy e o projeto é aprovado, por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Lei do Senado n.º 163, de 2001, de caráter terminati-

vo, de autoria do Senador Ney Suassuna, que “Denomina Geralda Freire Medeiros a ponte sobre o rio Espinharas que interliga as BR’s 230 e 361 na cidade de Patos, Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado, por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Associadas FM da Cidade de Filomena a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Filomena, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Freitas Neto e o parecer favorável é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 249, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Cidadania – APC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável é aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 278, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Comunitária Zagga para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável é aprovado. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 260, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campestre - FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campestre, Estado de Alagoas.” O relator designado é o Senador Teotônio Vilela Filho e o parecer favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 251, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Maragogi - AL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maragogi, Estado de Alagoas.” A relatora designada é a Senadora Marina Silva e o parecer favorável é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 310, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Fernando Matusalém e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção dos Senadores Eduardo Suplicy e Marina Silva. O Senhor Presidente determina que as

Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e onze minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos** – Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Havendo **quorum** regimental, damos por iniciada a 34ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura que se realiza, hoje, dia 23 de outubro, terça-feira.

Vamos fazer uma inversão de pauta, considerando-se a presença de relatores, e vamos passar para o item nº 6, Projeto de Decreto Legislativo 283, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas FM da cidade de Filomena a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Filomena, Piauí.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO – Projeto de Decreto Legislativo 283, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas FM da cidade de Filomena a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Filomena, Estado do Piauí.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Também aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

Assim sendo e tendo em vista que o parecer encontra-se distribuído aos Srs. Senadores, passo ao voto, uma vez que o exame da documentação que acompanha o PDS 283/2001 evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas da cidade de Filomena atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário na Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Relator Freitas Neto permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao item 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Cidadania, APC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.

O Relator da matéria é o Senador Francelino Pereira, a quem passamos a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Guaxupé, como é do conhecimento da Casa, é uma das mais importantes e tradicionais cidades do sul de Minas. Sua economia fundada na indústria e na agricultura é uma das mais ativas da região. Guaxupé é também um dos grandes centros culturais do sul mineiro, dispondo de vários cursos superiores, quatro jornais e duas emissoras de rádio.

Sempre manteve com Guaxupé e suas lideranças políticas e empresariais um vínculo de cooperação e de sincera admiração pelo trabalho que ela vem desenvolvendo em prol do progresso e do desenvolvimento do Município.

Por essa razão, é com grande alegria que dou parecer favorável ao projeto que instala mais uma emissora de rádio em Guaxupé, especialmente por tratar-se de uma rádio comunitária de forte compromisso com o desenvolvimento cultural e social de combate à pobreza naquele Município.

Tendo em vista que o exame do documento que acompanha a proposta evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na resolução, atende a todos os requisitos, meu parecer é favorável.

Quero permissão da Casa para transmitir, num toque de sensibilidade, uma palavra ao Marco Donizeti Gomes, Presidente, à Terezinha Machado, Vice-Presidente e à Secretária-Geral, Edna Araújo Barbosa Ambrósio, e ao Diretor de Finanças, Paulo Fernando de Souza e ao Edson Luiz Ambrósio, Diretor de Campanhas e, finalmente, à Regina Maciel dos Santos, que é suplente. Trata-se de um grupo coordenado com o sentimento da cidade. E essa rádio comunitária vai compor, mais ainda, o sistema de comunicação daquela importante cidade da região do sudoeste mineiro.

O parecer é favorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº8: Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Comunitária Zaga para executar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira, Relator da matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Nova Serrana na região oeste de Minas Gerais, é uma cidade da minha intimidade, do meu convívio. Trabalhamos em conjunto, sobretudo ao lado do Deputado Jaime Martins Filho.

Nova Serrana é um dos mais prósperos Municípios do Centro-Oeste de Minas Gerais. Situado a 133km de Belo Horizonte e a 42km de Divinópolis, Nova Serrana tem sua economia fortemente baseada na indústria calçadista, tendo-se transformado, ao longo dos últimos anos, num dos maiores pólos desse setor industrial do País, rivalizando com Franca, em São Paulo, e com o Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Nova Serrana era uma cidade simples, uma cidade pobre, uma cidade nascente. E, por essas coisas que acontecem na vida, descobriu a sua vocação para o calçado, para o sapato, para o chinelo. Depois, veio a evolução no sistema de calçar, ao qual se adaptou. De maneira que Nova Serrana realiza um sistema mais interessante para uma comunidade: que é descobrir a sua vocação. A sua vocação foi descoberta, é a cidade dos calçados com repercussão no Brasil inteiro, exportando para o Brasil e, conseqüentemente, o meu parecer é inteiramente favorável.

Não posso deixar de citar aqui o nome da Diretora-Presidente, Lucília Aparecida Lacerda Martins, da Diretora-Financeira, Marilda do Carmo Saldanha e a Diretora Administrativa, Marilda do Carmo Saldanha.

Portanto, o meu parecer é favorável com essa redação apresentada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2º: Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1999, que revoga o art. 2º da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 2 de dezembro de 1968, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários. Relator: Senador Eduardo Suplicy, a quem passo a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Ricardo Santos, de autoria do Senador Romero Jucá, o Projeto de Lei do Senado nº 43 propõe que seja revogado o art. 2º da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades e estabelecimentos isolados do ensino superior.

O mencionado artigo a ser suprimido assim define: “A recondução prevista no parágrafo único do art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a que se refere o art. 1º desta lei será vedada aos atuais ocupantes dos cargos expressos no citado dispositivo”.

Ora, a Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, veio para regulamentar um processo espontaneamente criado, especialmente dentro das universidades públicas federais, para a eleição de seus dirigentes sob o objetivo de buscar maior qualidade do processo de gestão dessas instituições e desenvolvimento do processo formativo a partir da garantia de que seus dirigentes emergiriam da própria entidade acadêmica por escolha dela, os quais, assim, estariam mais diretamente comprometidos com a condução democrática e participativa das mesmas, por entenderem também que esse processo seria mais coerente com o que dispõe o art. 207 da Constituição brasileira, quando reconhece a condição e a competência das universidades de assumirem, de forma autônoma, a sua gestão administrativa, pedagógica e financeira.

A possibilidade de não-recondução dos dirigentes maiores nas universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, como define a lei em vigor, acertadamente, diz o autor, não condiz com o princípio de gestão maior já definido no País quanto a dirigentes em outras esferas.

Sendo distribuído para a Comissão de Educação, um de seus membros titulares, o Senador Edison Lobão, solicitou audiência preliminar da CCJ. Naque-

la Comissão, foi dado parecer favorável sob a relatoria do Senador Iris Rezende, concluindo pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Assim, retornando à Comissão de Educação, foi para mim distribuída a matéria para relatá-la.

Voto

O processo de tramitação do projeto, que encaminhou o texto da Lei 9.192, deu-se em paralelo à tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada em dezembro de 1996.

A escolha de dirigentes universitários era matéria constante das propostas da LDB e era objeto de grandes discussões dentro dos segmentos que acompanhavam a elaboração daquela lei.

Em face daquele processo, posicionamo-nos contrários à promulgação da Lei 9.192, de 1995, por entender que, na realidade, a questão deveria compor a linha de gestão dentro da organização que vinha sendo proposta na LDB.

Fomos voto vencido e agora nos estimula o fato de sentir a possibilidade de aperfeiçoamento da lei em discussão.

Vale salientar que concordamos com os termos do parecer aprovado na CCJ, acrescentando que, sem prejudicar o andamento do projeto em pauta, convidamos os Pares para continuar a discussão em torno da Lei 9.192, de 1995, em aspectos que ferem o princípio da gestão democrática propalada pela Lei 9.394, de 1996 – LDB. Refiro-me especialmente ao inciso III do art. 16, dentro do art. 1º da lei em discussão, pois, sem dúvida, traz uma intervenção indevida na liberdade de expressão e de organização da comunidade acadêmica.

Lembro aqui que a consulta prévia não é um procedimento obrigatório. Fica a cargo do nível de discussão política e organização de cada corpo de discentes e servidores por instituição.

Caberia acrescentar ao texto da lei, no mencionado inciso, a expressão “quando houver”. No entanto, para não prejudicar a votação em pauta, deixamos para um momento próximo a discussão que aqui suscitamos.

Concluímos, pois, pela aprovação do projeto de lei do Senado, conforme o parecer do Senador Iris Rezende, aprovado na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – O projeto já foi considerado constitucional pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O ilustre Senador Eduardo

Suplicy é muito ligado às universidades brasileiras e tem uma atuação perfeita na área educacional.

Efetivamente, o art. 2º é discriminatório. Ele permite a recondução, mas proíbe essa recondução aos atuais dirigentes. É uma discriminação anacrônica, como diz o autor, o Senador Romero Jucá.

Assim, creio que deve ser unânime o apoio da Casa à pretensão do Senador em retirar, em escolher da legislação esse artigo discriminatório contra os bons dirigentes de universidades, que poderão ser reconduzidos para continuar prestando serviços à universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE(Ricardo Santos) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Eduardo Suplicy.

A votação dessa matéria, por se tratar de projeto terminativo, é nominal.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Aprovado. Neste momento, eu pediria ao Senador Gerson Camata que assumisse a presidência. Senador Camata, como chegou o vice-presidente, vamos pedir a S. Exª que assuma a presidência, para que eu possa apresentar o meu relatório sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – **Item nº 1** da pauta: Emendas ao substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº105, de 96, tramitando em conjunto com o PLS 154/97, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e uso indevido de entorpecentes e drogas afins e dá outras providências. A autora das emendas é a Senadora Marluce Pinto; o Relator das emendas é o Senador Ricardo Santos e o parecer é pela aprovação das Emendas de nºs 16 e 18, na forma da subemenda de redação oferecida pelo Relator ao §3º do art. 48, e pela rejeição das Emendas de nºs 13, 14, 15 e 17. O autor do PLS 105/96 é o Deputado Elias Murad; o autor do PLS 157/97 é o Senador Lúcio Alcântara. O Relator dos projetos é o Senador Ricardo Santos.

O substitutivo ao PLS105/96 foi discutido e aprovado; rejeitado o PLS 154/97, ressalvadas as emendas apresentadas pela Senadora Marluce Pinto na reunião do último dia 16 de outubro de 2001.

Com a palavra o Senador Ricardo Santos, Relator das emendas.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como sabemos, na reunião passada, o projeto foi aprovado na sua essência, ressalvadas as emendas apresentadas pela Senadora Marluce Pinto. As emendas foram apresentadas na terça-feira passada e solicitamos uma semana de prazo para que pudéssemos fazer a apreciação das mesmas. Foram apresentadas seis emendas; aprovadas duas emendas e rejeitadas quatro emendas.

Vamos passar diretamente à análise das emendas no item 2, para que possamos explicitar a razão da aprovação das duas emendas que citei e da não aprovação das quatro. A Emenda nº13, que foi a primeira apresentada pela Senadora Marluce Pinto, mudava a ementa do projeto de lei e do substitutivo. A ementa passava a ter a seguinte redação: "(...) dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícito de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência física ou psíquica e dá outras providências". É interessante observar que a Senadora tirou o termo "ilícito" de drogas.

Portanto, essa alteração vai muito além dos critérios que existem no texto do substitutivo. A lei tem como foco o controle, a repressão, a fiscalização ao tráfico de drogas ilícitas. Portanto, ao mudar na ementa o sentido fundamental da legislação que estamos apreciando e aprovando incluindo a expressão "drogas ilícitas", estaremos mudando inteiramente o foco do substitutivo. Diante disso, rejeitamos a Emenda nº13, da Senadora Marluce Pinto.

A Emenda nº 14, de igual modo, altera o art. 1º, que no seu texto original diz: "esta lei, que tem aplicação no âmbito da União Federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, regula as operações e ações relacionados aos produtos, substâncias ou drogas ilícitas, que causem dependência físico-química".

Também foi retirada a expressão "ilícita", pretendendo dar uma abertura muito maior a essa legislação incluindo, por exemplo, álcool e tabaco.

O SR. ROMEU TUMA – Senador, se V. Exª retirar "drogas ilícitas", ficar só "drogas". Neste caso, qual será a abrangência? Haverá uma lista das drogas que serão consideradas proibidas ou controladas? É isso? Porque se retirar a palavra "ilícita" poderá trazer uma confusão dentro do próprio mercado de drogas "ilícitas", que é a bebida, que não é proibida, a medicação, o tabaco.

O SR. RICARDO SANTOS – Por isso que estamos rejeitando essa emenda, que retira a palavra “ilícito”.

O SR. ROMEU TUMA – Pensei que V. Ex^a estivesse....

O SR. RICARDO SANTOS – Não, não...

O SR. ROMEU TUMA – Porque aqui é o crime. Estamos analisando o crime contra a saúde pública. Tem que se dizer que aquilo é ilícito, é proibido, tem que ter a punição, porque se diz “lícito” e “ilícito” fica uma dúvida muito grande quando a matéria é penal.

O SR. RICARDO SANTOS – Perfeito.

O art. 3º da Lei, só para esclarecer V. Ex^a, para fins desta lei “são considerados ilícitos os produtos, substâncias ou as drogas que causem dependência físico....”

O SR. ROMEU TUMA – Tudo bem, não se preocupe. Já entendi, peço desculpa a V. Ex^a.

O SR. RICARDO SANTOS – Rejeitamos a emenda, porque ela abria para drogas lícitas também, a Emenda nº 14, no seu art. 1º.

A Emenda nº 15 mudava, procurava mudar o art. 12, no § 3º. A proposta da Senadora seria: “as empresas privadas que desenvolverem programas de reinserção do dependente, ou usuário de produtos, ou substâncias, ou drogas no mercado de trabalho, encaminhados por órgão oficial, poderão receber benefícios previstos no § 2º, art. 2º. Também dá um caráter genérico à palavra drogas, abrindo para drogas lícitas e ilícitas”. Portanto, a Emenda nº 15 também foi rejeitada.

A Emenda nº 16 foi acatada. Proposta pela Senadora Marluce Pinto, propõe uma redação mais completa à redação inicial do § 1º, do art. 46, permitindo a utilização dos bens apreendidos pela repressão, pela polícia judiciária sem que o processo chegue ao seu final. Portanto, a redação dada pela emenda da Senadora Marluce Pinto tornou-se a redação mais completa e nós acatamos.

A Emenda nº 17 refere-se à destinação dos bens sob custódia da Polícia Judiciária e destinados pela Senad para órgãos – Polícia Federal, autoridades militares e Serviço de Inteligência. E a emenda da Senadora amplia para, além desses órgãos que atuam na repressão, ou seja, Polícia Federal, Serviço de Inteligência e instituições responsáveis por ações antidrogas ou por apoio a essas ações.

Ao ampliar, correríamos o risco de transferir esses bens para entidades que não têm a responsabilidade específica na repressão ao tráfico e à comercialização, à produção de drogas ilícitas. Nesse sentido,

também rejeitamos a Emenda nº 17, da Senadora Marluce Pinto.

Com relação à Emenda nº 18, que altera o art. 48, acatamos a emenda da Senadora Marluce Pinto, porque tornou mais explícita a redação e a normatização do destino dos bens seqüestrados ou apreendidos pela Polícia Judiciária ou pela Polícia Federal, apresentando uma subemenda ao § 3º, em que alteramos a redação apresentada pela Relatora, especificando que, no caso de perdimento em favor da União dos bens e valores mencionados nos § 3º e 4º do art. 46, a Secretaria do Tesouro Nacional providenciará o cancelamento dos certificados emitidos para caucioná-los.

Considerando que todo o art. 46 trata dos bens apreendidos, essa subemenda diz que, no caso de perdimento em favor da União dos bens e valores mencionados no art. 46 – não especificamos apenas os § 3º e 4º, mas definimos todo o art. 46 –, a Secretaria do Tesouro Nacional providenciará o cancelamento dos certificados emitidos para caucioná-los.

Além disso, para tornar os arts. 10 e 11 coerentes com o texto dos artigos e parágrafos do substitutivo aprovado na semana passada, estamos propondo uma subemenda de redação. No art. 10, a redação inicial era a seguinte:

Os dirigentes de estabelecimentos ou entidades das áreas de ensino, saúde, justiça militar e policial, ou de entidade social, religiosa, cultural, recreativa, desportiva, beneficente e representativas da mídia das comunidades terapêuticas, dos serviços nacionais profissionalizantes, das associações assistenciais, das instituições financeiras, dos clubes de serviços e dos movimentos comunitários organizados, adotarão, no âmbito de suas responsabilidades, todas as medidas necessárias na prevenção ao tráfico e uso de produtos e substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

Adotarão, no âmbito de suas responsabilidades, todas as medidas necessárias à prevenção ao tráfico e ao uso de produtos, substâncias ou drogas ilícitas ou que cause dependência físico ou química.

A justificativa para esta emenda é para que fique compatível com a redação dos dispositivos anteriores.

O SR. GERSON CAMATA – Posso fazer uma observação quanto à redação?

O SR. RICARDO SANTOS – Sim.

O SR. GERSON CAMATA – Parece-me, ilustre Senador Ricardo Santos, que todos os clubes brasileiros, clubes esportivos, estarão proibidos de ter em

suas dependências a venda de cigarros, bebidas alcoólicas, cervejas, drogas que causem dependência física ou psíquica. Então, qualquer tipo de bebida alcoólica e qualquer tipo de cigarro não poderão ser vendidos em nenhuma associação cultural, esportiva, recreativa em todo o território nacional. É isso?

O SR. RICARDO SANTOS – Como medida de prevenção. Quer dizer, os dirigentes dessas instituições ...

O SR. GERSON CAMATA – Todas elas são necessárias à prevenção ao tráfico e ao uso. Então, em toda associação religiosa, cultural ou esportiva, em todo o território nacional, será proibido o uso e o tráfico de drogas que causem dependência. No caso, também as drogas chamadas lícitas, que são o álcool e o cigarro.

O SR. RICARDO SANTOS – A prevenção é no sentido de que não se induza o seu uso, que se oriente, que se façam campanhas. Certo?

O SR. GERSON CAMATA – A redação não me parece... Veja o que diz aqui: “todas as medidas necessárias à prevenção ao tráfico e ao uso”. A medida é boa. Meio draconiana, mas é boa. Ela vai proibir, em todas as associações esportivas, beneficentes, recreativas, sociais e religiosas, o uso de drogas que causem dependência física ou psíquica.

O SR. RICARDO SANTOS – Mais do que isso, serão feitas campanhas e orientados para que não se use.

O SR. GERSON CAMATA – Pergunto a V. Ex^a: normalmente, nas igrejas, há um salão paroquial onde se realizam casamentos, batizados e são alugados para festas. Nesses locais não poderão mais serem servidas bebidas alcoólicas com essa redação? Acho boa a medida; draconiana, mas muito boa. Mas parece-me que isto está escrito aqui, onde diz: “drogas que causem dependência física ou psíquica”. O álcool e o cigarro podem causar dependência física ou psíquica. E o uso nesses locais está proibido.

O SR. ROMEU TUMA – Essa interpretação é duvidosa.

O SR. RICARDO SANTOS – Neste caso, Senador Romeu Tuma, em comum acordo com a Senadora Marluce Pinto, procurou-se dar uma pequena abertura alterando, isso porque na seção II, quando se fala de tratamento, a redação tem mais ou menos o mesmo sentido. Então para que entendamos essa redação do art. 10, seria interessante verificar como está redigido o art. 11, no que diz respeito ao tratamento.

O art. 11 do substitutivo diz o seguinte:

“O dependente ou usuário de produtos, substâncias ou drogas ilícitas ou que causem dependência física ou psíquica relacionadas no Ministério da Saúde fica sujeito às medidas previstas neste capítulo e seção.

O SR. ROMEU TUMA – Mas aí há a exigência da elaboração da relação pelo Ministério da Saúde.

O SR. RICARDO SANTOS – Sim.

A alteração que estamos propondo é a colocação de uma vírgula em ilícitas, para tornar mais clara.

O SR. ROMEU TUMA – Para separar a expressão.

O SR. RICARDO SANTOS – Exato.

No art. 12, §3º, que também se refere a tratamento, a redação, de acordo com a subemenda, é a seguinte: “As empresas privadas que desenvolverem programa de reinserção no mercado de trabalho do dependente ou usuário de produtos, substâncias ou drogas ilícitas, ou que cause dependência físico-psíquica encaminhadas por órgão oficial poderão receber benefícios a serem criados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.”

Então, tornou-se também esta redação coerente com os arts. 10 e 11.

Este é o relatório.

Rejeitamos todas as emendas que abriam o escopo, o foco desse substitutivo apresentado à Comissão de Educação do Senado para drogas lícitas, como se pretendia nas emendas apresentadas pela Senadora Marluce Pinto. Incorporamos duas emendas: uma emenda de redação, que aperfeiçoava o § 3º do art. 46, e a outra emenda, que ordenava melhor o art. 48. Apresentamos essas subemendas que, no nosso entender, melhoram o texto, tornando mais compatível com os artigos que dizem respeito, principalmente, à prevenção e ao tratamento.

Em discussão.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, essa lei passou pela Câmara, veio ao Senado e aqui é aperfeiçoada pelo substitutivo de V. Ex^a, num momento em que o Brasil precisa pensar muito sobre este problema. Ela vai proporcionar à autoridade policial e judicial brasileiras mais agilidade nas ações.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Elias Murad, pois temos acompanhado a luta deste Parlamentar contra as drogas durante todo o seu mandato parlamentar. Agora, consegue-se uma lei clara, bem definida.

Também desejo cumprimentar o Senador Romeu Tuma, um homem que dedicou uma vida inteira, na sua carreira policial e na sua carreira parlamentar,

a preservar a juventude brasileira e os brasileiros dos perigos das drogas, que envolvem e ameaçam até o futuro do País. Acrescentou-se não só a experiência do Senador Romeu Tuma mas também a do Ministério Público e das autoridades policiais para que se pudesse aperfeiçoar a lei.

Cumprimento V. Exª que, sensível ao problema, por meio do seu substitutivo, aperfeiçoou com as emendas da Senadora Marluce e de tantos companheiros aqui, o projeto e tornou-o um documento do qual, tenho certeza, o Senado, a Câmara, a sociedade brasileira e as autoridades policiais e judiciárias não de se orgulhar.

Era o queria dizer a V. Exª.

O SR. RICARDO SANTOS – Senador Gerson Camata, concordo plenamente com as palavras enaltecedoras de V. Exª em relação à contribuição, na Câmara, do autor do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de autoria do Deputado Elias Murad; aqui, no Senado Federal, a contribuição inestimável do Senador Romeu Tuma, que elaborou o substitutivo na CCJC e trouxe contribuições, como vem trazendo ao longo da sua vida pública, seja como legislador, como ex-Chefe da Polícia Federal, ao combate de drogas no País.

Quero lembrar também o nome do Senador Artur da Távola, que também apresentou um substitutivo, e de todos os Senadores que apresentaram emendas ao projeto: o Senador Lúcio Alcântara, a Senadora Marluce Pinto e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Primeiro, quero agradecer ao Senador Gerson Camata, pela gentileza das suas palavras, e a V. Exª também, Senador Ricardo Santos; a amabilidade da Senadora Marluce Pinto, que quando apresentou as emendas procurou explicar seus objetivos, foi muito singela na sua exposição. E o desejo desse aperfeiçoamento que com a análise de V. Exª chegou a uma conclusão razoável.

Sabemos que a Lei Antitóxicos é quase emergencial, e essa lei, Senadora Marluce Pinto, tem 31 anos de vigência. Ao longo desses anos foram feitas várias modificações em matéria penal com respeito às organizações criminosas, mas não constava do arcabouço Jurídico matéria que pudesse definir vários segmentos dentro da ordem de combate ao uso de drogas ilícitas ou ao controle de drogas lícitas, que me parece seja um dos objetivos dessas modificações que V. Exª fez durante as propostas da Senadora Marluce Pinto. Então é muito importante. Ficávamos

sempre com o objetivo da repressão, que mostrou a todos os países que não tem resultado efetivo no combate e desarticulação especialmente do tráfico de drogas. Esse projeto trata principalmente do usuário, da sua recomposição no meio social e a obrigatoriedade do tratamento sem colocar na promiscuidade os jovens, os usuários de drogas que se vêm condenados em presídios com promiscuidade e com marginalidade comum. Praticamente entram no caminho antagônico ao que a sociedade deseja que é a recuperação. Às vezes, Senadora, uma delegacia fica com o estoque de uma, duas toneladas; o marginal armado vai lá, assalta e leva embora, revende tudo; outras vezes, infelizmente, policiais corrompidos vão lá pegam parte das drogas substituem por qualquer pó, por açúcar ou álcool ou qualquer outra coisa e revende. Mas hoje, com ordem judicial, podemos incinerar e guardar a contraprova para o julgamento do processo final.

Sr. Presidente, depois da votação que V. Exª produzir com as emendas, vou requerer a urgência em plenário; já fiz o requerimento, e a Senadora Marluce Pinto também vai assinar. Agradeço às manifestações e quero cumprimentar V. Exª por ter colocado, depois de mais de ano, essa matéria em discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Continua em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente e relator desse substitutivo, quero agradecer a V. Exª por haver acatado duas das emendas apresentadas e as modificações que embora pequenas foram bastante relevantes com referência aos arts. 10º e 11º. Quero me solidarizar com o Deputado Elias Murad, um parlamentar exemplar com quem tive o privilégio de legislar à época dos trabalhos da Constituinte. S. Exª é um batalhador com referência a esse assunto. Quanto ao Senador Romeu Tuma, é até indispensável se falar sobre o assunto porque quem dedicou mais de 10 anos da sua vida pública à frente da Polícia Federal é um expert nesse assunto. Só temos que louvar todo o apoio que ele deu, não só durante as audiências públicas, como também no substitutivo apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O substitutivo é bastante relevante e muito bem elaborado, com muita cautela. V. Exª acatou minhas emendas porque achou que também havia relevância, para que se pudesse aprimorar um pouco mais, principalmente no caso relatado há pouco, e para que inde-

pendentemente de se aguardar o término do processo, possa ser distribuído o material que foi apreendido.

Quero agradecer a V. Exª e dizer da minha satisfação de haver conseguido a aprovação dessas emenda que, tenho certeza, vão advertir nossos jovens da modernização desse projeto e, principalmente, aqueles que comercializam, que são mais criminosos do que os próprios usuários.

Então, parabéns a V. Exª e a todos que contribuíram para o debate dessa matéria e, principalmente, aqueles que vão aprovar essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação do parecer do Senador Ricardo Santos sobre as emendas, o qual acolhe as Emendas 16 e 18 e rejeita as de número 13, 14, 15 e 17.

As Srªs. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Eu pediria a V. Exª que, por gentileza, submetesse o Item 3, porque é terminativo e os Senadores querem sair. O Senador Gerson Camata será o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Senador Ney Suassuna, acolho o pedido de V. Exª. Entretanto, quero antes submeter o Item 5, de que o Presidente é o Relator. Depois transmitirei a Presidência a S. Exª, que certamente passará à apreciação do item 3.

Antes de passar ao Item 5, quero aqui parabenizar o Senador Ricardo Santos pelo brilhante trabalho que desenvolveu na relatoria do projeto de lei que acaba de ser aprovado, assim como aos Senadores Romeu Tuma, Marluce Pinto, Lúcio Alcântara e ao Deputado Elias Murad pela participação.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, há um requerimento de urgência para esse projeto de combate às drogas, a que V. Exª se referiu. Se pudermos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sobre a mesa, requerimento de urgência subscrito por cinco Srs. Senadores.

Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização e o controle na repressão do tráfico ilícito e o uso indevido de entorpecentes e drogas afins e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Em votação.

As Srªs. Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento de urgência.

Passarei, agora, então ao item 5 da pauta, não terminativo.

Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2001, que aprova o ato que autoriza a ACCITA – Associação Comunitária e Cultural de Itarana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade e Itarana, no Estado do Espírito Santo. O autor Poder é Executivo, e o Relator, o Senador Ricardo Santos, a quem passo a palavra para relatar.

O SR. RELATOR (Ricardo Santos) – Sr. Presidente, a Associação Comunitária Cultural de Itarana apresentou toda documentação pertinente e o processo passou pelo Ministério das Comunicações e pelas Comissões da Câmara dos Deputados e tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 269 e que evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a ACCITA atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Em votação o Parecer do Relator Senador Ricardo Santos, que é favorável.

As Srªs. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Retransmito, agora, a Presidência ao Senador Ricardo Santos. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Item nº 3.

Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2001, denomina Geralda Freire Medeiros a ponte sobre o rio Espinharas, que interliga as BRs 230 e 361 na cidade de Patos – PB. O autor da matéria é o nobre Senador Ney Suassuna e o Relator é o nobre Senador Luiz Pontes.

Considerando a ausência do nobre Senador Luiz Pontes, indicamos o nobre Senador Gerson Camata como Relator *ad hoc*.

S. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, na qualidade de Relator *ad hoc*, quero, primeiramente, cumprimentar o nobre Senador Ney Suassuna pela sua sensibilidade. É uma homenagem que se presta à Dr^a Geralda Freire Medeiros – a única Prefeita, até hoje, do município de Patos –, pela sua luta em favor do desenvolvimento daquele Município. Patos é uma cidade pólo, uma *rapid city*, como dizem os americanos, uma cidade que distribui e concentra em torno de si duas importantes rodovias – a BR-230 e a BR-361.

Essa senhora, como Prefeita, lutou sozinha, com os recursos do Município, entendendo que essa ponte era importante porque ligava as duas rodovias por dentro do seu Município e criaria pólos de crescimento e de desenvolvimento para a sua cidade.

Nada mais justo que, tendo essa senhora falecido, seja colocado nessa ponte o nome dessa lutadora em favor do crescimento da cidade de Patos. Parece uma coisa de não muita significação, mas tem a significação para se homenagear as pessoas que perseveram a vida toda e que lutam pelos seus objetivos e que conseguem ver fixadas as suas metas em favor das comunidades.

De modo que, ao apresentar o voto favorável do nobre Senador Luiz Pontes, congratulo-me com o nobre Senador Ney Suassuna pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, essa senhora, médica, além de ter sido a primeira Prefeita, também foi a primeira Deputada Estadual da Paraíba.

O SR. GERSON CAMATA – Primeira Deputada.

O SR. NEY SUASSUNA – Exato. Era médica e atendia levas de pessoas. Sua morte foi uma tragé-

dia: todos na cidade de Patos choraram muito. A ponte, que começou com os recursos próprios da Prefeitura, está sendo concluída com recursos federais. Nada mais justo do que darmos o nome dessa senhora à ponte que ela iniciou.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação nominal.

(Procede-se à votação)

Está aprovado.

Passamos ao item nº 9 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2001, que aprova o Ato que autoriza a Associação Comunitária Campestre FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Campestre – Alagoas.

Com a palavra o Relator, Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Sr. Presidente, como V. Ex^a já disse, coube-me relatar este Projeto de Decreto Legislativo nº 260 (nº 23, na Câmara dos Deputados), que aprova o Ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campestre FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Campestre, Estado de Alagoas.

O Projeto já foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator, Sr. Deputado Hermes Parciannelo. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 260, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Rádio Comunitária Campestre FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do Ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis ao parecer do Senador Teotônio Vilela Filho queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao item 12 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 310, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O relator é o Senador Fernando Matusalém, a quem concedo a palavra.

O SR. FERNANDO MATUSALÉM – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 310, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, é o seguinte o meu voto.

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma de Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis ao parecer do Senador Fernando Matusalém queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11:

Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Maragogi, Alagoas, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Maragogi, Estado de Alagoas.

Passamos a palavra à relatora, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, como é da prática da nossa comissão, estamos lendo apenas o resumo do voto e, por tratar-se de rádio comunitária, estou relatando.

Tendo em vista o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão de Maragogi atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer da Senadora Marina Silva queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Após a Ordem do Dia, haverá uma reunião da Comissão de Educação para votarmos as emendas de comissão.

Não havendo nenhum outro item de pauta a ser tratado, damos por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h15min.)

Ata da 35ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2001, Emendas ao Orçamento – 2002.

Às dezoito horas e dez minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com as presenças dos Senhores Senadores Amir Lando, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Marluce Pinto, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornélas, Leomar Quintanilha, Arlindo Porto, Freitas Neto, Eduardo Siqueira Campos, Fernando Matusalém, Emília Fernandes, Marina Silva, Álvaro Dias, Paulo Hartung, Mauro Miranda, Ney Suassuna, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Luiz Otávio, Geraldo Cândido e Sebastião Rocha, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Gilvam Borges, Nabor Júnior, Artur da Távola, Luiz Pontes e Eduardo Suplicy. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as cinco (5) emendas coletivas da Comissão de Educação do Senado Federal ao Orçamento de 2002. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas: Emenda n.º. 01 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Profissional no valor R\$ 238.000.000,00 (duzentos e trinta e oito milhões de reais), apresentada pelos Senadores Ricardo Santos, Romero Jucá, Marluce Pinto e Ney Suassuna. Emenda n.º. 02 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação no valor de R\$ 46.190.236,00 (quarenta e seis milhões,

cento e noventa mil duzentos e trinta e seis reais), apresentada pelos Senadores Geraldo Cândido, Ricardo Santos, Emília Fernandes, Marina Silva, Marluce Pinto, Álvaro Dias e Mauro Miranda. Emenda n.º 03 – Apoio a Entidades de Ensino Superior Federais no valor de R\$ 82.300.000,00 (oitenta e dois milhões e trezentos mil reais), apresentada pelos Senadores Marina Silva, Marluce Pinto, Casildo Maldaner e Álvaro Dias. Emenda n.º 04 – Fomento a Projetos de Difusão Cultural no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), apresentada pelos Senadores Romero Jucá, Lúcio Alcântara, Francelino Pereira, Romeu Tuma, Freitas Neto, Antonio Carlos Júnior, Marluce Pinto, Ney Suassuna e Sebastião Rocha. Emenda n.º 05 – Implantação e Funcionamento de Núcleos Esportivos no valor de R\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), apresentada pelos Senadores Romero Jucá, Arlindo Porto, Lúcio Alcântara, Freitas Neto, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma, Marluce Pinto e Moreira Mendes. Finda a deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2002, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezenove horas e trinta e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos** – Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Srs. e Srs. Senadores, iniciamos a 35ª reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura, que se realiza, hoje, 23 de outubro.

O item único da pauta é discussão e votação das emendas da Comissão para o orçamento de 2002.

Foram apresentadas à Secretaria 31 emendas.

Convidei o Senador Freitas Neto para que nos auxilie aqui, considerando a experiência que tem nessa questão, como ex-Presidente da Comissão de Educação.

Vamos propor um critério inicial porque são cinco emendas que temos que aprovar. Primeiramente, a idéia seria a seguinte: determinaríamos três emendas para a Educação, considerando o peso específico; uma, para a Cultura e uma para o Esporte.

Os Senadores que concordam permaneçam sentados.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, eu gostaria ainda apenas de um esclarecimento de V.

Exª. Se V. Exª pode me esclarecer quantas emendas foram apresentadas para Cultura, quantas para o Esporte e quantas para a Educação, porque, a partir daí, teríamos uma consideração.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que as três da Educação fossem lidas, para que possamos analisar o teor.

O SR. ROMEU TUMA – V. Exª está definindo quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Critérios.

A SRA. MARLUCE PINTO – Quantas para Educação e quantas para Cultura...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O critério que estamos definindo são três para Educação. Para o Ensino Superior, cinco; Ensino Médio, profissionalizante, quatro; Cultura, oito; esportes, cinco; não-enquadradas, nove.

Vamos ler as não-enquadradas.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Ensino profissionalizante, V. Exª está considerando como Ensino Médio?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Existem três para ensino profissionalizante e um, que é do chamado...

Então, temos essa proposta de emendas.

Os Senadores que concordam...

O SR. GERSON CAMATA – Permita-me, Sr. Presidente.

Observa-se, aqui, que quase todos os cancelamentos são da Fonte 001230, Fonte 100, que é a reserva de contingência.

Somente com referência a todas as emendas que estão aqui há cancelamentos de mais de um bilhão – mais do que há em uma reserva de contingência. E temos que ter um pouco de cuidado nos cancelamentos de reserva de contingência.

Enfrentamos períodos de calamidade no início do ano no Espírito Santo. É daí que se tiram recursos, quando ocorre uma enchente, uma seca prolongada, um cataclismo. Se nós esvaziamos essa fonte, depois sentimos o problema lá na frente. E não podemos também cancelar mais do que a fonte já tem. Então, temos que observar isso, porque, quando chegar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nós vamos ter o problema de inviabilizar a emenda porque nós estamos tirando de uma fonte mais do que ela tem. Então, estamos tirando de um buraco uma terra que já foi tirada há muito tempo. Então, há que se observar isso, porque não está acontecendo só nesta Comissão, mas em todas as comissões. Da 001230, Fonte 100 já tiraram uns 15

milhões. Se havia meio milhão, não há jeito de se tirarem 15 bilhões dali.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Eu agradeço a observação do Senador Camata, que foi muito procedente, mas o que ocorre é que as comissões, ao encaminharem as emendas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, quando houver qualquer problema de fonte, fazem a adequação.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, apenas uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Pois não.

O SR. CASILDO MALDANER – Diante daquela preocupação do Senador Gerson Camata, por exemplo, nós temos as cinco emendas – três para a Educação, uma para a Cultura, uma para Esportes. Para essas cinco emendas nós temos um limite de valores?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Não.

O SR. CASILDO MALDANER – E como é que isso vai, depois, se concretizar no Orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Esse problema não vai acontecer aqui porque as nossas emendas são muito pequenas, de no máximo R\$100 milhões e nós vamos gerar, aqui, qualquer coisa em torno de R\$250 a R\$300 milhões de emendas.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, se são R\$300 milhões das cinco emendas, se isso se concretizar, colocaremos 10%, 15% ou 20% no ano que vem e tudo bem. Não podemos é, ao invés de R\$300 milhões, R\$500 milhões ou, que sejam, R\$200 milhões, isso não se tornar uma realidade, mas apenas um sonho. Se nós gerarmos apenas expectativa, não fica bem. Eu acho que esse é o mínimo de condições de se concretizar durante a realização do Orçamento no ano que vem. Essa é a idéia.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Pois não.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Na verdade, o que se aprova em comissões ou em bancada é submetido ao critério da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das relatorias setoriais, da Relatoria Geral e, depois, é definido o valor final. Afora isso, só as emendas individuais que já vão com valor certo, naquele teto de R\$2 milhões. Aqui se aprovam R\$6 milhões, lá se corta para R\$10 milhões, para R\$15 milhões, para R\$20 milhões, lá na Comissão. Isso não é fundamental. Essa definição de valores, de fonte, de cancelamento não é fundamen-

tal aqui, e não pode prevalecer como critério, porque na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é que é feita a triagem, a adequação de valores, da fonte, do cancelamento. Tudo é feito dentro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pelas relatorias setoriais e pela Relatoria Geral.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, eu quero protestar, porque a Comissão de Educação do Senado está reunida, esforçando-se e procurando, entre trinta emendas apresentadas, ou coisa que o valha, fazer uma triagem de cinco. Nessas cinco, vamos tentar chegar a valores modestos, mas precisamos de pelo menos algum indicativo de até onde podemos ir.

V. Exª já propôs ficarmos com três para a Educação; uma para a Cultura e uma para o Esporte, e estou sentindo que todos os colegas estão concordando. A maioria vai concordar com isso, com um mínimo para onde partir. Dentro desse princípio, nós vamos fazer aí uns valores mais ou menos.

Agora, o que trabalharmos aqui vai chegar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e se o Relator resolver aceitar só 10%, ou nada, tudo que valeu todo esse trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Isso não tem jeito.

O SR. CASILDO MALDANER – Eu acho que as comissões da Casa e o Relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização deveriam ter um teto: se são R\$200 milhões para cada comissão ou, no mínimo, R\$100 milhões, sei lá.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Mas não existe teto, não há teto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Pois não.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, eu até entendo a inquietação do nobre Senador, mas é difícil estabelecer isso. Seria necessário que fosse autorizativo. Mas pelo que nós acompanhamos na Comissão, há emendas que são aprovadas e que não atingem 10% do valor solicitado. Isso diz respeito às emendas de comissão, às emendas regionais e às emendas de bancada. É como disse o Senador Sebastião Rocha: só são estabelecidas aquelas individuais. Cada Parlamentar tem R\$2 milhões. Esse valor é respeitado. Os demais valores dependem da disponibilidade de recursos no orçamento em cada setor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Submeto a votação o critério de três emendas para a educação, uma emenda para a cultura e uma emenda para o esporte.

Os Srs. Senadores que concordam com essa distribuição queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão. Nas três emendas relativas à educação, poderia ficar uma para o ensino superior, uma para o ensino médio e técnico e uma para o fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito.

A SRA. MARLUCE PINTO – Há emendas profissionais aqui. V. Ex^a está considerando essas emendas como técnicas?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Como curso técnico profissionalizante.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, eu também quero fazer uma proposição. Trata-se de fazer da mesma forma que fizeram as outras Comissões. Como há muitas emendas iguais, equivalentes, o ideal é aglutiná-las, e os autores serão todos os Senadores que apresentaram aquelas emendas. Na verdade, a Comissão faz uma fusão de emendas, e os autores serão todos aqueles que apresentaram emendas idênticas.

A SRA. MARLUCE PINTO – Considerando o valor mais alto.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Eu queria apenas um esclarecimento. Aqui há, por exemplo, uma emenda de (fora do microfone) o Espaço Cultural Israel Pinheiro. Só se fala em Juscelino aqui; não se fala em Israel Pinheiro, que foi o construtor de Brasília. A proposta é no valor de R\$18 milhões. É uma emenda da área da cultura. Então aqui está-se apoiando essa emenda da cultura por R\$18 milhões – pode até não chegar a isso – e no final das contas fica uma emenda pequenina, R\$18 milhões, no fim termina em R\$5, R\$4, R\$3 ou R\$2 milhões. Eu acho que, de acordo com o valor, poderíamos aprovar mais emenda.

O SR. ROMERO JUCÁ – Não é possível.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu peço prioridade para falar porque preciso me retirar, urgentemente, do plenário. Mas antes quero dizer que V. Ex^{as} e meus ilustres pares têm sido testemunhas da minha presença nesta Comissão e do meu envolvimento direto em todas as atividades da mesma. Por isso, peço desculpas a V. Ex^a e aos

demais Parlamentares. Peço ainda a todos que considerem a minha avaliação aqui em relação a algumas emendas que estão sendo apresentadas na hora da decisão. Tenho certeza de que esta Comissão vai decidir bem em relação às emendas apresentadas.

Assim, eu deixo o meu voto registrado para as emendas de todos os Senadores em relação à educação profissional. Refiro-me ao Senador Ricardo Santos, à Senadora Marluce Pinto e a outros Senadores que também têm emendas nesse sentido.

A Emenda nº 11 é coletiva, de autoria do Senador Ricardo Santos, do Senador Mauro Miranda, da Senadora Marina Silva, do Senador Geraldo Cândido e desta Senadora. Trata-se de uma coisa que queremos resgatar e restituir aos estudantes das nossas universidades em todo o País.

Solicito atenção especial para essa emenda, pois ela tem necessidade de verba específica para desenvolver a atividade de assistência estudantil aos alunos, como auxílio-moradia, refeição, acompanhamento pedagógico, restaurante universitário. Isso já existiu no Brasil, e agora algumas universidades continuam com esse trabalho, essa assistência, mas outras não. Então, temos que resgatar isso, pois é importante e necessário. Nesse sentido, faço um apelo para que dêem uma observada na Emenda nº 11, porque deixo o meu voto em relação a essa. E para qualquer proposta que surja no sentido de recursos para o PET, também deixo registrado o meu apoio, assim como para a cultura e para o esporte, enfim, o que a maioria decidir, porque considero que educação, cultura e esporte caminham juntos. Peço desculpas pelo fato de ter que me retirar, mas peço que V. Ex^a considere como voto. Vou estar na Casa, mas preciso fazer a abertura de um evento que seria às 17h30min e que até agora não se iniciou porque tenho que fazer a abertura e ainda não estou lá. Inclusive, é uma atividade cultural.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Vamos iniciar pelo ensino médio profissionalizante. Existem três emendas que poderiam ser aglutinadas em uma só.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, gostaria apenas de um esclarecimento. Com relação à educação, ficou estabelecida uma emenda para o ensino superior, uma para o médio profissionalizante e uma para o fundamental? Já foram aprovados os critérios de como serão as três? No ensino fundamental, a Comissão entende que é necessário porque existe o Fundef. Eu perguntaria, pela experiência que tenho dentro da Comissão, se é necessário de fato uma emenda para o ensino fundamental, tendo em vista já haver o Fundef. E diante da crise do ensino

superior, por que não colocamos duas emendas para o ensino superior?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Há essa proposta. Há a proposta do Senador Sebastião Rocha de se adotar duas emendas para o Ensino Superior e uma para o ensino médio profissionalizante.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, também gostaria de colocar a emenda dos estudantes no sentido da melhoria do restaurante universitário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Faz parte do Ensino Superior.

As Sr^{as} e os Senadores que concordam com essa proposta do Senador Sebastião Rocha queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Quero apenas mostrar duas emendas para Ensino Superior... O Ensino Superior no Brasil é uma coisa à parte, importante, mas o mais importante hoje é o Brasil pobre, é o Brasil do Ensino Técnico Profissional. Essa é a prioridade absoluta e faz parte da consciência nacional. No Ensino Superior, as escolas estão se alaistrando pelo Brasil inteiro. As universidades criam **campus** em cidades outras e todas estão prosperando muito bem. É claro que os recursos não chegam na iniciativa privada, no serviço público também é muito difícil. Agora, o Ensino Técnico Profissional, os Fundec são fundamentais para o Brasil. Então, não há por que colocar duas para o Ensino Superior. Para o Ensino Técnico, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Ou assumimos a proposta do Senador Sebastião Rocha ou assumimos a proposta do Senador Francelino Pereira. Vou colocar em votação.

O SR. AMIR LANDO – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Não tenho dúvidas de que temos que olhar o caminho das universidades, mas não apenas das universidades, porque esse começa com o Ensino Primário, depois pelo 2º Grau, mas sobretudo me parece importante essa proposta do Senador Francelino. Eu encaminho nesse sentido, porque penso que temos que dar uma chance ao Ensino Profissionalizante. Não há dúvidas de que, neste particular...

(Palmas da platéia.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Eu peço à assistência que não se manifeste, porque isso, do ponto de vista regimental, não é possível.

O SR. AMIR LANDO – Finalmente, gostaria de dizer que o ideal teria sido ter discutido depois, ou seja, vamos ter que discutir depois quais as emendas desses blocos. Vamos chamá-las assim: ensino superior, ensino médio, assistência ao estudante, enfim, para que possamos, posteriormente, discutir qual a emenda mais adequada.

Agora, não há dúvida de que vamos olhar aquilo que atinge a grande maioria do povo brasileiro, sobretudo dos jovens. Temos que ter um ensino de boa qualidade, integral e não olhar apenas o número de universidades. Aliás, a universidade está em crise. Pode até parecer que a universidade está bem, entretanto, ela está sucateada. Quero aqui fazer a defesa da universidade brasileira, cujo destino muito me preocupa. E gostaria que minha colocação ficasse registrada, para não parecer que estou menosprezando, minorando, minimizando a crise pela qual passa a universidade brasileira.

Mas não há dúvida de que é fundamental que destinemos recursos no Orçamento para o ensino médio, sobretudo para o ensino profissionalizante.

Era nesse sentido que eu queria encaminhar.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, eu só queria dizer – o Senador Casildo Maldaner até que me auxiliou – que mantenho a minha proposta: um para cada um. Com relação ao ensino fundamental, o grande problema é o transporte escolar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Não tem emenda.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não tem emenda?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Não. Então, vou colocar em votação.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, pela ordem.

Lamentavelmente, eu participava de uma outra reunião e cheguei agora. Só gostaria de saber em que fase estamos, se já foram discutidas todas as emendas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Não, não.

O SR. CASILDO MALDANER – Qual foi o critério que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O critério aprovado foram três emendas para a educação, um para a cultura, um para o esporte. Isso é que o que foi aprovado. Agora,

O SR. CASILDO MALDANER – E no momento estamos discutindo a educação?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Educação. E como seria? Existe uma proposta do Senador Sebastião Rocha, de que sejam duas para a universidade e uma para o ensino médio, e outra do Senador Francelino Pereira, de sentido contrário, ou seja, duas para o ensino médio profissionalizante e um para a universidade.

O SR. CASILDO MALDANER – Mas essas duas do ensino médio profissionalizante em que área?

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Se forem idênticas, podemos fundir.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – A emenda não está-se destinando a Laje nem a Joinville. A emenda é para o ensino técnico profissionalizante do Brasil inteiro. Se houver duas idênticas, podemos unir numa só.

A SRA. MARLUCE PINTO – Há três.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, só mais uma informação técnica.

Evidente que quando falo em ensino médio e profissionalizante estou dentro dessa idéia. Agora, vejo que, com relação à agregação de valor, as emendas de comissão não têm limite de valor, como, aliás, de certa forma, nenhuma emenda têm. Então, poderemos aqui agregar um valor maior a uma emenda já que as ações são as mesmas, porque uma emenda não pode envolver várias ações, mas sim uma ação típica.

Portanto, nessas circunstâncias, se pudermos tecnicamente acomodar os recursos necessários para o ensino profissionalizante em uma emenda só, não há necessidade de duas.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Se isso for possível, a Secretaria nos informará.

O SR. AMIR LANDO – Então, é uma questão agora do mérito, da análise do conteúdo das emendas. Era só isso.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, quero saber quais são as emendas do ensino médio profissionalizante.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, quero justificar minha proposta, porque me parece que há uma tendência desta Comissão em aprovar a emenda que beneficia, que presta assistência aos educandos. Parece-me que há uma tendência nesse sentido. Existem quatro Parlamentares autores con-

juntamente da emenda, e já ouvimos a defesa da Senadora Emília Fernandes. Quando propus duas para o ensino superior, foi pensando que essa seria uma emenda que não diz respeito à essência em si do ensino superior, mas sim à assistência ao educando, e uma outra que tratasse mais da questão do mérito do ensino superior, do apoio mesmo ao ensino superior ou alguma outra possibilidade. Então, foi por isso que eu propus duas emendas para o ensino superior. Se ficar o ensino superior só com uma e a tendência da Comissão prevalecer, de aprovar essa de assistência ao educando, para o ensino propriamente dito não vai ficar nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Eu acho que a coisa pode ser simplificada se iniciarmos a votação, partindo do ensino médio.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, parece-me que existe um clima favorável ao ensino médio. Nós sentimos isso em nossas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com relação ao ensino médio, temos aqui quatro emendas.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Agora eu quero saber quais são as emendas para o ensino médio profissionalizante.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Três emendas podem ser aglutinadas numa só: apoio ao desenvolvimento da educação profissional, apoio às escolas técnicas federais e centros federais de educação tecnológica. É a nº 2, do Senador Romero Jucá. A segunda, apoio ao desenvolvimento da educação profissional, da Senadora Marluce Pinto, que também é destinada às escolas técnicas federais. É a de nº 7: centros federais de educação tecnológica. E tem a nº 9: apoio ao desenvolvimento da educação profissional nacional. Essa também é voltada para as escolas técnicas federais e escolas agrotécnicas. Essas três emendas são praticamente idênticas.

Há uma outra emenda, do Promed, do Senador Antonio Carlos Júnior, que é voltada para o ensino médio.

Chamo a atenção do Senador, porque o Promed já tem o financiamento do BID.

É possível aglutinarmos essas três emendas. Então, as emendas do ensino médio e profissionalizantes, relatores Senador Romero Jucá, Senadora Marluce Pinto, Senador Francelino Pereira e de minha autoria também, são emendas praticamente idênticas, voltadas para o mesmo objetivo, e já resolveríamos a questão do ensino fundamental.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, apenas proponho que o texto da emenda parta da

Emenda nº 9, que foi tecnicamente elaborada. Se está certo não sei, mas a redação parte da Emenda nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Segundo bloco de emendas do ensino superior. Há a Emenda nº 5, que diz respeito ao apoio a entidades de ensino superior federais, programas de extensão. É apoio às universidades federais a programas de extensão, da Senadora Marina Silva, no valor de R\$70 milhões.

Há uma outra emenda: apoio à entidade de ensino superior nacional. Esta segunda Emenda de nº 8, da Senadora Marluce Pinto, é destinada a apoiar a melhoria da infra-estrutura das universidades federais.

Há também uma outra emenda, coletiva, da Senadora Emília Fernandes, que dá apoio a entidades de ensino superior federais, assistência ao educando, fornecimento de refeições, atendimento médico-odontológico e oferta de alojamento. Assinada pelo Senador Geraldo Cândido, pela Senadora Emília Fernandes, pela Senadora Marina Silva e pelo Senador Ricardo Santos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Pedimos destaque para esta emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Temos a Emenda nº 19: ampliação do acervo bibliográfico para pós-graduação nacional.

O SR. (orador não identificado) – Não está no bloco, porque o Senador trocou essa emenda por outra dele. Está entregue agora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Foi retirada porque o Senador retirou?

O SR. (orador não identificado) – Não retirou. Ela foi retirada por outro, por isso apresentou essa. Ela está no bloco na mesa. Está sendo distribuída agora.

A SR^a MARLUCE PINTO – Júlio, e onde está a minha emenda de ensino superior?

O SR. (orador não identificado) – Tiramos fora.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, apresentei essa emenda a pedido do Ministério da Educação, da Capes. É para assegurar as assinaturas dos periódicos, compra dos livros, inclusive a assinatura por via eletrônica, porque não há recursos para isso, e esses cursos de pós-graduação, sem esses periódicos – estrangeiros e nacionais –, não poderão funcionar. Dessa forma, essa crise tem resulta-

dos na descontinuidade das assinaturas e é a razão de ser da apresentação dessa minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – É a que acabei de ler.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sim. Estou fazendo esse esclarecimento porque houve uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Há uma emenda de autoria do Senador Sebastião Rocha, versando sobre assistência médica e odontológica para servidores das universidades públicas brasileiras. Gostaria de saber se V. Ex^a fundiria essa emenda com essa de apoio aos educandos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, concordo com a fusão, se for possível fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Isso facilitaria o processo, Senador.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sim, mas acredito que sejam coisas distintas. Não sei se é possível viabilizar a junção delas.

Essa emenda baseia-se num estudo do próprio Ministério da Educação. Os servidores públicos federais de todos os ministérios, de todos os órgãos recebem do Governo Federal um auxílio para assistência médica e odontológica da ordem de R\$24,00 **per capita**. Todo servidor federal tem esse auxílio hoje no Brasil, exceto os servidores das universidades. E o levantamento feito pelo Ministério concluiu que o custo total dessa assistência seria em torno de R\$100 milhões por ano.

Se puderem ser agregadas as emendas de assistência aos educandos e de assistência aos servidores das universidades, referentes ao auxílio médico-odontológico, de minha parte não há nenhum empecilho, Sr. Presidente. Só que a Comissão de Orçamento terá de adequar essa emenda para torná-la eficaz.

Concluindo, Sr. Presidente, estou de acordo com a fusão. E, tecnicamente, na Comissão de Orçamento, poderemos verificar a possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O nosso consultor está dizendo que a fusão não é possível. Daí, seria desistência. Se fosse possível, juntaríamos as duas para facilitar as outras.

Julgo conveniente ler novamente as emendas do ensino superior. Passo à leitura:

Emenda nº 5 – Apoio às entidades de ensino superior federais – programas de extensão, de autoria da Senadora Marina Silva.

Emenda nº 8 – Apoio às entidades de ensino superior nacional, voltada à melhoria da infra-estrutura

das universidades, principalmente laboratórios, de autoria da Senadora Marluce Pinto.

Emenda nº 11 – Apoio às entidades de ensino superior federais – assistência ao educando: refeitório, assistência médico-odontológica, etc.

Emenda do Senador Lúcio Alcântara, que substituiu uma emenda anterior, referente a ampliação do acervo bibliográfico para pós-graduação.

Emenda do Senador Sebastião Rocha, voltada à assistência médico-odontológica para servidores das universidades federais.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, só para... V. Exª já concluiu a leitura das emendas?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Sim.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que protocolei junto à Mesa um aditamento à Emenda nº 5, para aumentar os recursos de 70 milhões para 82 milhões atendendo principalmente aos programas de extensão das universidades, que são fundamentais, tanto para a informação dos nossos formandos quanto para o envolvimento dessas instituições com a comunidade, com a sociedade. É fundamental estarmos propagando a função das instituições de ensino superior na vida da comunidade.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar a defesa da Emenda nº 11, apresentada por mim, pela Senadora Emília Fernandes, por V. Exª e pela Senadora Marina Silva, de apoio ao educando, porque sabemos que os universitários, principalmente os da classe "E", que não dispõem de nenhum recurso financeiro, necessitam de alojamento e de alimento. Essa emenda, sendo aprovada, vai propiciar a esses alunos um apoio muito importante. Portanto, gostaria que os Srs. Senadores ficassem atentos à essa emenda. Se for possível, vamos fundi-la com a emenda da Senadora Emília Fernandes. Mas gostaria de reforçar o pedido, fazendo um apelo para que se vote a Emenda nº 11, para que ela seja aprovada aqui, nesta Comissão, hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Considerando o caráter totalmente diferenciado dessa emenda – e cinco Senadores assinaram, firmaram essa emenda – vamos colocá-la em votação, por proposta do Senador Geraldo Cândido. É de assistência ao educando. Ela é uma das emendas. Vamos colocá-la em votação.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, pode acrescentar a minha assinatura nessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Então, o Senador Álvaro Dias também. Então, a emenda é

firmada pelos Senadores Emília Fernandes, Geraldo Cândido, Marina Silva, Ricardo Santos e Álvaro Dias.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, o Senador Arlindo Porto também subscreve.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Submetemos à votação, então.

Os Srs. Senadores que concordam com a Emenda nº 11 queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. CASILDO MALDANER – Por unanimidade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Queria fazer uma sugestão e uma solicitação. A sugestão é a seguinte: Aprovamos a emenda que diz respeito ao apoio ao educando, portanto uma emenda que beneficia a graduação. Sugiro que a segunda emenda do ensino superior seja para pós-graduação. E o outro pedido que quero fazer é que, após votada a educação, vote-se a matéria relativa à cultura e, por último, a do esporte. Eu vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Vou, por proposta do Senador Lúcio Alcântara, submeter à votação a emenda voltada para a pós-graduação, que é a da ampliação do acervo bibliográfico.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma sugestão antes de a votação ser feita: que, em cada emenda que outras pessoas subscrevam, conste o nome de todas.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, gostaria de consultar o Senador Lúcio Alcântara sobre se essa emenda não pode ser para graduação e pós-graduação. Quanto a acervo bibliográfico, acho que há carência também no nível de graduação. Então, poderia tirar pós-graduação e colocar acervo bibliográfico nas universidades públicas. Aí estou de acordo. Creio que é uma necessidade fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Bom, o Senador Lúcio Alcântara concordou em ampliar o objetivo da sua emenda. Seria graduação e pós-graduação.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, para colocar essa emenda dentro da educação? Vi antes a Senadora Marina Silva fazer uma exposição sugerindo a extensão, porque a extensão, o ensino à distância no terceiro grau é fundamental. Vamos ver se é possível adaptar a tese da Senadora Marina, porque isso é fundamental.

A SRª MARINA SILVA – Apresentei uma proposta fazendo um aditamento à Emenda nº 5, de minha autoria, que considero fundamental, que é de apoio às entidades de ensino superior federal. Esse

programa é fundamental para as nossas universidades. Apresentei um aditamento, colocando essa questão da extensão e principalmente as ações do Programa Especial de Treinamento. Então, é fundamental o apoio a essa emenda e a esse aditamento, principalmente às regiões que são menos aquinhoadas com a presença de recursos para as instituições. Sr. Presidente, faço um apelo aos meus pares, dentro da concepção de educação que teremos que estar atentos, para os recursos necessários a que essas entidades possam se viabilizar, tanto do ponto de vista do ensino, quanto do ponto de vista da extensão e da contribuição que podem fazer através desses Programas Especiais de Treinamento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, todas essas emendas, no mérito são importantes. Então, a Senadora Marina Silva tem toda razão. Mas, quero dizer que acabamos de votar a Assistência ao Educando. O nosso Educando, é pobre; não tem dinheiro para comprar livro, muito menos revistas. Então, se não melhorarmos e atualizarmos o acervo de Bibliotecas das Universidades, eles serão prejudicados. O Senador Sebastião Rocha fez um adendo que aceitei na hora, porque é de bom senso e é importante. Agora, temos decidir por uma ou por outra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Então, vamos submeter as duas emendas a votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não ousaria em dizer que a minha emenda tem mais mérito do que a da Senadora Marina Silva, porque elas são emendas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – São importantes.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, na tese da Senadora Marina Silva, para fazer o ensino à distância, mesmo que seja uma extensão, é necessário que haja um acervo bibliotecário. Por outro lado, é importante a emenda proposta pelo Senador Lúcio Alcântara. Porém, fico com a emenda da Senadora Marina Silva, pois, a meu ver, vem atender. Dou meu apoio a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Vamos submeter as duas emendas a votação: a da Senadora Marina Silva, que dá apoio a programas de extensão nas universidades federais; e a emenda, com aditamento, do Senador Lúcio Alcântara, que visa a ampliação do acervo bibliográfico para graduação e pós-graduação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda da Senadora Marina Silva queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Gostaria de saber de V. Ex^a se seria possível mudar o encaminhamento e, aqui, individualmente, fazermos opção entre as duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Votação nominal?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Individualmente, nominalmente, porque essa possibilidade de ficar levantando a mão para consignar o voto contra... Não somos contra a emenda alguma, não sou contra a emenda da Senadora, mas temos que escolher uma das duas. Então, cada Senador terá que fazer a sua opção, que poderia ser por uma votação nominal. Acredito que fica mais claro, porque não somos contrários.

O SR. PEDRO PIVA – Vamos votar, sem ser nominalmente. Se houver dúvida, far-se-á nominalmente. Se não, não. Se houver dúvida, far-se-á nominalmente.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Ganhou com ampla margem o Programa de Extensão da Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – E o adendo do PET.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com o aditamento.

A SRA. MARINA SILVA – Sim. (Pausa)

Sr. Presidente, a Senadora Marluce Pinto está pedindo a subscrição também, junto comigo, da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – V. Ex^a me permite inscrever, Senadora Marina Silva?

A SRA. MARINA SILVA – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Alerto para o fato de que todas as emendas submetidas a votação são de âmbito nacional. Qualquer emenda específica para uma região ou para um lugar, pelo Regimento, não é possível.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente Ricardo Santos, e esse critério foi o mesmo em todas as Comissões: pela lógica.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – E é um critério também da Comissão Mista do Orçamento.

O SR. FREITAS NETO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Freitas Neto.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Peço a palavra pela ordem. Já é cultura, é?

O SR. FREITAS NETO – A colaborar...

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Pedi a palavra pela ordem.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – E eu também.

O SR. FREITAS NETO – E eu também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Freitas Neto, que a havia solicitado.

O SR. FREITAS NETO – Apenas esclareço, para facilitar os trabalhos, com relação às Emendas da Cultura e do Esporte, que esta Comissão já há alguns anos, a pedido dos respectivos Ministérios, vem contemplando um programa que atinge os Municípios brasileiros, que é a implantação de bibliotecas em cada Município brasileiro. Todos os anos o Ministério pede e há alguns anos esta Comissão vem aprovando esta emenda, e esse programa vem funcionando, portanto, há alguns anos. E o mesmo acontece com o Ministério do Esporte, onde, aliás, as emendas apresentadas, que são cinco emendas, quase todas são parecidas, que é a implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes, talvez fosse o caso apenas de aglutinar aqui. Os Senadores Leomar Quintanilha, Moreira Mendes e outros têm emendas totalmente parecidas...

O SR. ROMERO JUCÁ – Senador Freitas Neto, tenho uma proposta de aglutinação dessas emendas.

O SR. FREITAS NETO – Apenas estou... Um momentinho, peço a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ – Exato.

O SR. FREITAS NETO – Apenas para colaborar, porque na cultura e no esporte vem-se atendendo há alguns anos dessa maneira. Era só a colaboração que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Muito obrigado.

Com a palavra...

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Agora sou eu. Estou na ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O Senador Romero Jucá tinha solicitado anteriormente.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Pedi primeiro.

O SR. ROMERO JUCÁ – Não, Sr. Presidente, na hora de decidir o esportivo. Cultura, estamos discutindo cultura.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Desculpe, o Senador Francelino Pereira já tinha solicitado há muito tempo a palavra.

Com a palavra, o Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Quero apenas manifestar à Comissão que – realmente, o critério de emenda teoricamente abrangente para todo o Brasil, se bem que não acredito muito em orçamento, orçamento é ficção –, e não é uma exceção, você negar uma emenda para construir o Espaço Cultural Israel Pinheiro em Brasília, que foi o verdadeiro construtor desta cidade, um trabalhador de dia e de noite, correto e honesto, morreu pobre e construiu Brasília, não é possível. Tudo se faz em Brasília, e o nome dele não está em lugar algum. Já existe o espaço, já existe o Projeto elaborado por Oscar Niemeyer, e a importância é de apenas R\$18 milhões – ou quanto for possível. Eu, então, não considero essa emenda local. Ela é universal, até porque, se não fosse Israel Pinheiro, nós não estaríamos aqui hoje, mas afundados no Rio de Janeiro. De maneira que peço considerar essa emenda como coletiva – coletiva do Brasil –, em homenagem a JK, que foi o homem que “inventou” Brasília e restabeleceu o otimismo no Brasil.

O SR. (orador não identificado) – Muito bem!

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Sr. Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas o nobre Senador Lúcio Alcântara tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Obrigado, nobre colega e amigo.

Está presente, aqui, uma representante do Ministério da Cultura. Nós, simplesmente, não vamos sancionar o que ela vai dizer mas podemos ouvir qual é a prioridade do Ministério – esta é uma idéia. A segunda é que, do ponto de vista técnico – e eu sou um dos signatários da emenda a que acaba de aludir o nobre Senador Francelino Pereira e que, também, é signatário o nobre Senador Hugo Napoleão e vários Srs. Senadores – e acabei de consultar o Técnico em Orçamento – a emenda está redigida em âmbito nacional: construção de espaço cultural. Na Justificativa, fala-se no Espaço Israel Pinheiro mas a emenda não é específica. Ela não está direcionada para isso. Pode-se fazer, amanhã, um espaço cultural no Acre,

para o Chico Mendes, ou um espaço cultural na Paraíba, para João Pessoa.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Já ganhou o voto da Srª Senadora Marina Silva.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Eu, então, quero apenas dar um justificativa de natureza técnica.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – É muito lógica.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – A Emenda é redigida de maneira a ter abrangência nacional. Ela, portanto, não contraria a LDO. O Técnico em Orçamento aqui poderá me confirmar se o que estou dizendo está ou não certo. Agora, a Comissão pode escolher esta ou outra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O Sr. Senador Lúcio Alcântara tem toda a razão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Ela não pode ser rejeitada sob o argumento de que desrespeita a LDO. Ela tem condições como todas as outras.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Eu só gostaria de corroborar com o que falou o nobre Senador Lúcio Alcântara. A Emenda nº 20 foi elaborada da seguinte forma: implantação e modernização de espaços culturais. E o objetivo: “implantação e modernização de centros culturais” – não especificando – “justifica-se pela importância de se oferecer espaço à população que visa a divulgação de valores, idéias e manifestações artísticas e culturais, bem como a realizações do passado, presente e, em particular, às perspectivas abertas para o futuro”. Quer dizer, ela não é uma emenda específica para o Centro Cultural Israel Pinheiro.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, biblioteca é um espaço cultural?

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O nobre Senador Pedro Piva havia solicitado a palavra anteriormente. S. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Secretário, eu tenho, aqui, uma série de solicitações e indagaria se posso agregar apenas o texto – como eu já vi que ele pode ser uma emenda regional – e apenas apresentar no texto do nobre Senador Lúcio Alcântara a justificativa – são emendas pequenas – que manda proporcionar

aos museus recursos necessários para a realização de projetos de difusão cultural. É só para acrescentar no texto de V. Exª.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O texto não é meu, mas de vários Srs. Senadores...

O SR. PEDRO PIVA – Não modifica em nada, Sr. Senador...

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, eu sugiro que V. Exª faça inscrições, porque todos aqui estão pedindo a palavra pela ordem, mas, na verdade, estão discutindo. Eu, então, quero também debater. Quero-me inscrever para debater esse assunto.

A SRA. MARINA SILVA – Para debater o mérito, mas penso que, antes, precisamos fazer uma aglutinação. Como exemplo, cito a emenda que, salvo engano, foi apresentada pelo Senador Ney Suassuna. Nela, S. Exª advogou que o Ministério da Cultura está interessado na implementação de bibliotecas. Como professora, penso ser um bom programa. A proposta do Senador Lúcio Alcântara quanto à modernização dos espaços culturais, do meu ponto de vista, uma biblioteca é um espaço cultural e vice-versa. Então, teríamos que fazer uma aglutinação para que não estejamos aqui pulverizando ações que poderiam estar se complementando.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Gostaria de esclarecer que investimento é uma coisa, e custelo, outra.

O Senador Pedro Piva, por exemplo, quer colocar difusão. Difusão são eventos, é outra coisa. A Senadora Marina Silva fala em biblioteca. O programa de biblioteca do Ministério da Cultura privilegia acervo, não construção de espaço para biblioteca. Então, tanto quanto possível, vamos fazer fusão, mas daquilo que é possível.

O SR. PEDRO PIVA – Senador Lúcio Alcântara, é exatamente este o objetivo: fazer algo mais abrangente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto, que havia há bastante tempo solicitado a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, deixamos uma emenda para a cultura.

O Ministério da Cultura, aqui presente, diz que a preferência deles é por biblioteca. Julgo maravilhosa a inteligência e exulto e parabeno o Senador Francelino Pereira quando, num ato de inteligência pura, consegue “dar nó num pinga d’água” e volta, dizendo que, no tocante a espaço cultural, precisamos privilegiar o espaço em Brasília, muito mais próprio da Bancada do Distrito Federal aqui. Agora, com toda certe-

za, se o Ministério, o dono da área, diz que prefere as bibliotecas que atingem os mais de cinco mil Municípios brasileiros, não posso divergir. Tenho que apoiar as bibliotecas.

Por isso, o meu apoio é às bibliotecas.

O LÚCIO ALCÂNTARA – O Ministério da Educação queria acervo para as bibliotecas dele, e votaram a emenda da Senadora Marina.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

Peço a atenção dos Srs. Senadores para ouvirmos o Senador Arlindo Porto, que há muito tempo pede a palavra.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, quero louvar a força do argumento do Senador Ney Suassuna e agradecer o apoio da assessoria parlamentar do Ministério, que veio a esta Comissão apresentar a posição do Ministério.

Isso não nos obriga e não deve nos induzir a decidir a favor disso ou daquilo, até porque o Ministério tem mais do que uma preferência e pode estar fechando em torno de uma. Quase todos apresentaram suas emendas baseados em algum contato com o Ministério. Não estamos aqui avaliando a importância de uma ou de outra, mas a sua conveniência.

Quero colaborar com meu colega e coestaduano Francelino Pereira e propor que ampliemos a proposta para espaços culturais e aumentemos o valor. Não precisamos nos limitar a R\$18 milhões, como está proposto, mas aumentar o valor, inclusive abrindo possibilidades ao Ministério de ampliar o seu atendimento, pois, bem disse o Senador Freitas Neto, esse programa já é tradicional no Ministério, que deve abrir para atividades novas e criar espaços culturais.

Defendo, em função disso, a ampliação do valor da receita e de dar oportunidade ao Ministério de criar espaços culturais. É importante comprar livros, mas não pode ser só isso. Essa compra pode ser fruto de uma emenda individual ou dos Srs. Deputados. Há muitas opções, e a verba de custeio é do próprio Ministério. Temos que trabalhar com valores maiores. A Comissão não pode ficar discutindo valor pequeno.

A minha proposta é em apoio ao Senador Francelino Pereira, mas com valores maiores, no quanto S. Ex^a entenda que devam ser aumentados.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voto pela implantação de biblio-

otecas. O meu Estado tem praticamente todos os Municípios contemplados com acervo de bibliotecas, fruto de um programa do Ministério da Cultura que desembolsa R\$44 para aquisição de acervo e não para construção de bibliotecas.

Todavia, se essa proposta não for a vencedora, Sr. Presidente, vou apresentar um destaque – não sei se é regimental ou não. Mas há um artifício nessa emenda dos espaços culturais exatamente na sua justificativa, quando se estabelece que ela se destina à construção do Centro Israel Pinheiro em Brasília, quando diz aqui, no segundo parágrafo: a implantação do Espaço Cultural Israel Pinheiro permitirá completar a área da Praça dos Três Poderes. Vou solicitar um destaque para retirar dessa parte porque essa não é uma emenda nacional, ela tem um artifício.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Ela é emenda nacional. Desculpe-me, mas aqui está citado Israel Pinheiro porque é uma motivação para aqueles que não têm atração pela cultura, pela construção de Brasília, onde se homenageia apenas Juscelino. Se estivesse vivo, ele gostaria de homenagear Israel Pinheiro. O homem que construiu Brasília, próprio, não merece sequer um título?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Não é uma emenda nacional, só se se constrísse um Centro Cultural Israel Pinheiro em cada Estado da Federação. Se for para construir um Centro Cultural Israel Pinheiro em cada Estado da federação...

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Não, não, é um espaço cultural...

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Se fosse um Espaço Cultural Israel Pinheiro em cada Estado da Federação, então, ela seria nacional.

Aqui há um artifício usado em todas as comissões, é um artifício. Quando não se quer, no título da emenda, especificar qual é o objetivo dela, especifica-se na justificativa. É preciso para que essa emenda, se aprovada, se torne nacional e receba o apoio da Comissão, retirar-se esse parágrafo que se refere ao Centro Israel Pinheiro.

O Centro Israel Pinheiro, em Brasília, deve ser uma proposta da Bancada do Distrito Federal. A referida Bancada é quem deve propor uma emenda específica para construção do Centro Israel Pinheiro na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e não a Comissão de Cultura. Se for para construir os espaços culturais no Brasil inteiro, em todos os Estados da Federação, é diferente, a emenda passa a ser nacional. A Câmara está debatendo uma emenda similar, praticamente já com acordo estabelecido, no sentido de

aprovar centros culturais. Por isso, faço uma opção por biblioteca e reafirmo que essa não é uma emenda nacional, a não ser que se retire o parágrafo que estabelece, na justificação, que é para a construção do Centro Israel Pinheiro, e que se ampliem os valores, conforme proposto por alguns Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, que já a havia solicitado.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, farei uma proposta que talvez atenda a todos. O espaço cultural é o lugar que se destina a atividades culturais, inclusive biblioteca, porque se inclui nessa categoria. De repente, poder-se-ia fazer uma emenda propondo a construção e o funcionamento de espaços culturais no valor de cem milhões, estabelecendo para os GND-3, portanto, para custeio, compra de livros e acervos, cinqüenta milhões, e para GND-4, investimento, cinqüenta milhões. E o Ministério atende aos dois objetivos: a biblioteca e o centro cultural.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Pode ser implantação de centros culturais e bibliotecas. Implantação é construir e equipar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Colocar-se-ia implantação e modernização de espaços culturais, com um GND-3 para investimento de capital e custeio, sendo este último para comprar livros

(discussões fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Senador Romero Jucá, dentro do PPA e do Orçamento, essas duas atividades estão inteiramente separadas, diversas. Não são incompatíveis, estão separadas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Gostaria de fazer uma pergunta, porque o Senador Sebastião Rocha, meu querido amigo e colega, dá a entender que se está querendo fazer uma farsa. Sou o primeiro que não quero compactuar com farsa. A emenda é nacional, é para espaço cultural. Gostaria de consultar o Técnico do Orçamento aqui presente para saber se essa menção na justificativa tem que ser Israel Pinheiro, em Brasília.

O SR. MURILO (Técnico de Orçamento) – Não, a justificativa não é nem publicada.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Eu já sei disso. Só queria que V. S^a dissesse ao Senador Sebastião Rocha não que faça mau juízo.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Não estou fazendo mau juízo, ninguém aqui é ingênuo, Senador Lúcio Alcântara. O Senador Francelino Pereira colocou isso muito claramente na sua fala: o objetivo é construir o

Espaço Cultural Israel Pinheiro, em Brasília, em homenagem a um dos construtores de Brasília. Vamos colocar em votação as duas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O que vale é o que está escrito.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Se o que vale é o que está escrito, por que não se altera a justificação?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Vou submeter à votação as duas emendas.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Senador Sebastião Rocha, sua atenção. Não sou analfabeto e sei que aqui ninguém é e nem é bobo também. Ninguém está solicitando aqui para colocar na emenda construção de um centro Israel Pinheiro, como poderia ser João Pinheiro ou outra pessoa qualquer. A emenda é para espaços culturais. Os interessados que se empenhem amanhã junto ao Ministério da Cultura.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – V. Ex^a concorda em retirar Espaço Cultural Israel Pinheiro da justificação?

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Não concordo. Quero que fique "espaço cultural". Destinado a espaço cultural e não sei o que mais.

O SR. (orador não identificado) – Senador Lúcio Alcântara, retire.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Por mim, não tem nenhum problema. Sou um dos signatários, não sou o único. Não tem problema nenhum retirar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Gostaria de submeter à votação as duas emendas.

O SR. FRANCELINO – Quero que retire. É só espaço cultural. O resto é justificativa.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Eu quero que retire da justificativa.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Eu também retiro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Está retirada da justificativa aquela menção.

O SR. (orador não identificado) – Eu ia apresentar uma proposta ...

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Tinha feito uma proposição. O Ministério agora está trazendo outra proposição na mesma direção que estou apresentando: fomenta projetos de difusão cultural; cabe biblioteca, centro cultural, qualquer tipo de atividade cultural que possa ser feito num recurso só. Colocaríamos R\$100

milhões, sendo R\$50 milhões para custeio e R\$50 milhões para investimento. Apresento essa proposta.

A SRA. MARINA SILVA – Eu proponho que o Senador Lúcio Alcântara seja signatário juntamente com o Senador Romero Jucá e todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Então, a emenda ficaria: “fomento à difusão cultural”.

O SR. ROMERO JUCÁ – “Fomento à difusão cultural”, sendo R\$50 milhões de custeio e R\$50 milhões para investimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – R\$100 milhões? (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARLINDO PORTO – Esporte, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, gostaria de discutir a do esporte, porque tenho uma proposição para resolver.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. MARINA SILVA – Só lembrando que esta é a Comissão de Educação, pessoal. Estamos nos comportando de uma forma bastante...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Dada a dificuldade de escolher tantas emendas na relação de seis para um, é natural que os ânimos se exaltem. Mas vamos passar à escolha da emenda para esporte.

Temos aqui duas emendas, a de nº 01 e a de nº 23, que propõem a implantação da chamada infra-estrutura esportiva de excelência para formar grandes talentos no esporte. E existe outro agrupamento, que é a de implantar praças esportivas para comunidades carentes, que são três emendas: a de nº 17, a de nº 24 e a de nº 25. Então, podemos perfeitamente aglutinar as Emendas nºs 17, 24 e 25.

Com a palavra, o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, sou autor de três das emendas. Houve uma discussão extra-oficial, e praticamente já chegamos a um entendimento em relação a elas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em relação às Emendas nºs 17, 24 e 15, que tratam de comunidades carentes?

O SR. MOREIRA MENDES – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, proponho a retirada da emenda sobre os centros de excelência esportiva.

O SR. MOREIRA MENDES – A emenda sobre os centros de excelência esportiva será retirada porque não tem o alcance social que desejamos, e as demais emendas serão fundidas.

O Senador Romero Jucá apresentará uma idéia que aglutina tanto o funcionamento dos núcleos de esportes das comunidades carentes quanto a criação de infra-estrutura para as comunidades carentes. Entendemos ser esse o objetivo principal, já que atende a todo o País, possibilitando a retirada das crianças de comunidades carentes da rua e dando-lhes orientação esportiva.

Peço ao Senador Romero Jucá que apresente os detalhes técnicos porque S. Ex^a é especialista no assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, como já foi dito, foram apresentadas várias propostas relativas aos esportes. Houve sugestão de construção de quadras em escolas, de implementação de atividades desportivas em comunidades carentes, sem a construção de infra-estrutura, assim como de criação de centros de excelência, que poderiam levar à restrição do atendimento.

Fundimos as sugestões em um emenda que propõe a implantação e funcionamento de núcleos esportivos, sendo R\$129.980 milhões no custeio GND-3 e R\$129.980 milhões para investimento GND-4. Dessa forma, pode-se implantar centros esportivos em escolas e em comunidades carentes ou mesmo construir centros de excelência, se for o caso do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Penso que o Senador Romero Jucá Porto resolveu a questão.

O SR. ROMERO JUCÁ – Apenas para registrar, a emenda é de autoria dos Senadores Moreira Mendes, Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Lúcio Alcântara.

O SR. ROMEU TUMA – Quero endossar a proposta do Senador Romero Jucá, porque vários desportistas me fizeram solicitações, como o Graiel, o Paulão e outros, e o Senador Moreira Mendes ficou encarregado de redigir a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, quero louvar o bom senso que está predominando em relação ao esporte. Considerando que todas as emendas são importantes, é fundamental que haja consis-

tência e um objetivo a ser atingido, dando condição ao Ministério de executar a proposta, depois de aprovada a emenda ao Orçamento.

Minha posição é favorável à aprovação da proposta, inclusive subscrevo a emenda, no sentido de que a aprovemos como única emenda relativa ao esporte, a qual considero bastante relevante.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua a discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com essa proposta permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Concluindo nossos trabalhos, agradeço a compreensão de todos na escolha de 5 entre as 31 emendas apresentadas, tarefa que considero extremamente difícil.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h21min.)

Ata da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2001

Audiência Pública Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senhor Senador Ricardo Santos, e com as presenças dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Waldeck Ornêlas, Arlindo Porto, Freitas Neto, Fernando Matusalém, Emília Fernandes, Marina Silva, Mauro Miranda, Francelino Pereira, Pedro Piva e Geraldo Cândido, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Amir Lando, Gerson Camata, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, José Coelho, Artur da Távola, Eduardo Siqueira Campos, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy e Álvaro Dias. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como objetivos comemorar o Dia do Professor – 15 de outubro, na forma de homenagem póstuma ao educador Paulo Freire, com a palestra intitulada “Atualidade da Obra de Paulo Freire”, do Prof. Dr. Balduino Antonio Andreola, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e descerrar o retrato do

Senador Freitas Neto, Ex-Presidente da Comissão de Educação, na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Educação. A seguir, a Presidência passa a palavra ao convidado. Finda a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra para os Senadores membros da Comissão. Prosseguindo, a Presidência convida a todos os presentes para o descerramento do retrato do Ex-Presidente desta Comissão, Senador Freitas Neto. Finda a solenidade, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.– Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Srs. Senadores, iniciamos os trabalhos da 36ª reunião extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que realiza hoje, 24 de outubro, nesta quarta-feira.

Esta é uma reunião especial em que estamos comemorando, neste mês de outubro, o Dia do Professor. Por sugestão da Senadora Emília Fernandes, incluímos nas atividades da Comissão de Educação, neste mês de outubro, uma homenagem póstuma ao grande educador brasileiro Paulo Freire.

Chamamos para falar sobre Paulo Freire o Professor Doutor Balduino Antônio Andreola, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que conviveu com Paulo Freire na sua vida acadêmica, com trabalhos sobre Paulo Freire e com o próprio Professor Paulo Freire. Dessa forma, aproveitamos para homenagear um dos grandes pensadores e educadores que este País produziu em todos os tempos.

Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes, autora do requerimento, para as manifestações iniciais.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco PT-RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustre Professor Balduino Antônio Andreola, temos buscado, em todos os anos, através da nossa Comissão de Educação, mais precisamente por ocasião do Dia do Professor, 15 de outubro, que se faça nesta Comissão alguma homenagem, retomem-se na história nomes de figuras ilustres, historiadores, professores, educadores que deram a sua contribuição para a educação deste País.

Comentamos que, normalmente, se diz que as pessoas passam, as obras ficam, mas que não há aqueles que busquem reativar a memória, o coração e o sentimento das pessoas. Então temos não apenas que nos inspirar naqueles que nos antecederam, mas também mostrar para as novas gerações que temos uma caminhada que deve ser preservada, respeitada e valorizada por ilustres figuras, como é o caso do inesquecível Paulo Freire.

Entendemos que, falando em Dia do Professor, temos logicamente não muito a comemorar, mas parabenizar a nossa lutadora categoria dos trabalhadores em educação pela sua prática, pelo esforço com que os trabalhadores deste País vêm se superando, dando efetivamente a sua contribuição indispensável para o desenvolvimento do País e do nosso povo.

Fazemos um amplo debate e discussão dentro desta Comissão a respeito da importância de os Governos adotarem medidas necessárias para que a educação seja realmente valorizada com investimentos. A própria Comissão Econômica para a América Latina e Caribe apontou recentemente que as taxas de retorno de investimento em educação são altíssimas, por isso ela recomenda um incremento de no mínimo de 4% no valor do PIB para a educação.

Temos os dados da Unesco, de uma pesquisa que envolveu 47 países, revelando que o Brasil ainda está entre os que têm as piores proporções na relação aluno-professor na educação básica, por exemplo. Quanto ao ensino médio, nosso País se posiciona em último lugar, com 38,6 alunos por função docente, bem como é a terceira pior média salarial anual para o professor em início de carreira. É uma média que não atinge R\$400,00 por mês. Temos dados sobre os quais poderíamos discutir.

O Fórum Nacional de Educação em Defesa da Escola Pública, um órgão que reúne mais de quarenta entidades representativas da sociedade civil, tem feito manifestações muito precisas e atuado muito corretamente durante a Constituinte, na organização da Lei de Diretrizes e Bases e, agora, no Plano Nacional de Educação também.

Temos muitos movimentos no Brasil que merecem registro e atenção. Particularmente, hoje, em Porto Alegre, estamos iniciando o Fórum Mundial de Educação, que vai até o dia 27. Também é um evento marcante, em que educadores do mundo inteiro dirão que um novo mundo possível que desejamos é construído com espaços educativos, formais ou não, em que a formação humanística e cidadã promova o acesso ao conhecimento.

Vale ressaltar a nossa luta, que já está sendo feita pela sociedade e que estamos trazendo para o Congresso Nacional, em relação aos vetos do Presidente da República referentes ao Plano Nacional de Educação. O Congresso Nacional, a partir de uma grande discussão com a sociedade, entendeu que o percentual para deslanchar a educação neste País precisa chegar a 7% do PIB até o final da década. Não se pode pensar que se fará educação sem investimentos. Esse item e vários outros foram vetados.

O que queremos é chamar atenção para que o País dê um salto de qualidade em educação, porque ainda estamos longe dos padrões mínimos que um país precisa ter para se dizer, sentir e comprovar que é realmente desenvolvido do ponto de vista social e econômico. Temos ainda 17 milhões de brasileiros iletrados, ou seja, que não sabem ler nem escrever. Temos 30 milhões de iletrados funcionais, que são pessoas que sabem ler e escrever, mas não fazem uso dessa habilidade no seu dia a dia. Mais da metade das crianças entre quatro e seis anos não frequentam a pré-escola. Estão ainda fora da escola 8,5 milhões de pessoas entre sete e dezoito anos. Menos de 7,5% da população têm acesso ao nível superior. Em relação a negras e negros deste País, esse índice é de somente 2,5%, segundo institutos de pesquisas. Ainda cerca de 97% da população estudiantil negra, por exemplo, estão em escolas públicas menos aparelhadas. Desse total, apenas 3% chegam ao nível superior.

Como vêem, o quadro ainda é sombrio. Estamos numa Comissão que tem a responsabilidade de fazer não apenas o encaminhamento dos projetos que passam por aqui, que são fundamentais, mas a grande provocação nacional dos nossos governantes e da nossa sociedade: como termos realmente um país desenvolvido sem investimento em educação e sem qualificar, crítica e conscientemente, a nossa juventude e o nosso povo?

Por isso talvez tenhamos muito pouco a comemorar, mas precisamos, sim, continuar clamando o óbvio, para ver se ultrapassamos essas barreiras.

Mais uma vez, também apelamos, a partir desse evento tão significativo, para que haja sensibilidade por parte do Governo Federal, mais precisamente por parte do Ministério da Educação, nesse diálogo, ainda necessário e urgente, com os nossos professores universitários.

Como aqui já foi dito, para falar de Paulo Freire, sem dúvida, ninguém é melhor que o Professor Balduino, que foi amigo, colega e que conviveu com Paulo Freire. Ele se diz discípulo. Tenho certeza de que é

um bom discípulo, pela qualidade do professor presente.

O Prof. Balduino é do Rio Grande do Sul, descendente de imigrantes italianos, de Caxias do Sul. Ele é graduado em Filosofia e Teologia, Bacharel em Filosofia pela Unisinos, licenciado pela Faculdade de São Paulo, Mestre em Educação da URGs, Doutor em Ciência da Educação pela Universidade Católica na Bélgica. Foi Professor de Filosofia da Educação do Centro Universitário La Salle, da Universidade de Caxias, da PUC do Rio Grande do Sul, da Faculdade de Educação da URGs. Ele é um pesquisador do CNPq, é inclusive Consultor da Capes, CNPq, Fapergs e Propesp e de várias revistas científicas. Exerceu cargos na direção de colégios em Caxias do Sul, na Faculdade de Educação da URGs. Foi professor visitante do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pelotas; Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas continua orientando teses de doutorado na mesma universidade.

Desde 01.02.01, é Professor do Instituto Ecuemênico da Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, convidado a coordenar o futuro mestrado em educação.

Estamos diante de uma pessoa que pode dar uma aula não apenas a nós, mas para todo o Brasil em relação ao grande educador Paulo Freire.

Agradeço desde já a presença do nosso professor e a presença dos nossos ilustres pares.

Caberia ainda dizer que tomamos essa data importante para fazer uma homenagem ao nosso ex-Presidente desta Comissão, o Senador Freitas Neto, que por dois anos à frente desta Comissão desempenhou um papel sério e qualificado.

Estamos todos de parabéns. Tenho certeza de que as palavras do Professor Balduino são uma mensagem importante que ficará gravada nos Anais desta Casa e chegará aos ouvidos dos trabalhadores em educação de todo o Brasil e da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Muito obrigado, Senadora Emilia Fernandes.

Passamos a palavra ao professor Balduino Antonio Andreola.

O SR. BALDUÍNO ANTONIO ANDREOLA – Meu bom dia a todas e a todos. É imensa a satisfação em estar aqui.

Exmº Sr. Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal; Exmº Sr. Senador Freitas Neto, ex-Presidente desta Comissão, hoje justamente homenageado; Exmª Srª Sena-

dora Emilia Fernandes, autora do requerimento; demais Senadores e outras autoridades aqui presentes, minhas colegas e meus colegas professores e professoras do Brasil, juntamente com o nosso grande Professor Paulo Freire, concidadãos e concidadãs presentes neste evento ou que me estejam ouvindo e vendo através da TV Senado, inicialmente, como homenagem ao nosso grande mestre Paulo Freire, eu gostaria de passar às mãos do Presidente desta Comissão alguns livros que ou são de Paulo Freire ou em homenagem a ele.

Em primeiro lugar, Pedagogia da Indignação, Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. As cartas pedagógicas, título de um livro que ele estava escrevendo e deixou inconcluso, foram publicadas sob esse título, incluindo outros escritos. Esse livro foi organizado pela esposa de Paulo Freire, Drª Ana Maria Araújo Freire. Outro livro igualmente organizado pela Drª Ana Maria de Araújo Freire, A Pedagogia da Educação em Paulo Freire, com a colaboração de mais de trinta estudiosos de suas obras não apenas do Brasil, mas de diversos países, o que demonstra a universalidade da obra de nosso insigne educador. Freire e Fiori no Exílio – Um projeto pedagógico e político no Chile, em co-autoria com o Professor Augusto Nibaldo Silva Trivinos e Professor Balduino Antonio Andreola. Resgatamos um momento importante na trajetória desses dois grandes educadores e parceiros de caminhada: Freire e Fiori. Finalmente, inserindo-me nesse diálogo, como homenagem a esta Casa, um livro de minha autoria sobre dinâmica de grupo.

Inicialmente, gostaria de registrar, junto com os méritos desta eminente Comissão, o mérito da Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que está reeditando a obra do grande Anísio Teixeira, que Paulo Freire considerava seu mestre, para que seu legado não seja esquecido.

A editora da universidade pediu a dois eminentes intelectuais e educadores, Dr. Darcy Ribeiro e Dr. Afrânio Coutinho, que fizessem a apresentação. Permito-me, porque tem um sentido profundo neste evento, citar algumas frases de Afrânio Coutinho. S.ª escreveu assim:

Sempre que consideramos a vida dos grandes homens do Brasil, chegamos a um profundo sentimento de frustração. É que a reação da coletividade é sempre negativa: não li; não gostei. No fundo, o pensamento é este: este fulano deve ser preso. Ele quer fazer coisas. Lá vem ele com novidades. Não pode. Está tudo tão bem.

“Anísio Teixeira”, escreveu Afrânio Coutinho, “foi uma vítima desse espírito”, e documenta em quais ocasiões e de que maneira foi vítima.

Quero parabenizar a Comissão de Educação do Senado Federal, que, ao homenagear os grandes educadores deste País – sei que já é uma tradição desta Casa –, não permite que suas obras sejam relegadas ao esquecimento.

O tema da minha fala: Atualidade e Universalidade da Obra de Paulo Freire.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”, escreveu Paulo Freire. A frase é citada como epígrafe dessa minha fala. É da última página que Paulo Freire nos deixou por escrito em sua terceira carta pedagógica inconclusa. A escolha não foi aleatória, mas intencional. Se em lugar de estar aqui hoje, discorrendo a respeito de Paulo Freire e de sua obra, estivesse ele pessoalmente falando ao Senado da República, tenho certeza plena de que, no estilo que lhe era próprio, marcado pela boniteza a um tempo e pela veemência da linguagem, salientaria perante este egrégio auditório a importância fundamental da educação para os destinos do nosso País.

Agradeço sensibilizado o convite sumamente honroso que me foi feito por indicação da Senadora Emilia Fernandes. Permita-me, Sr. Presidente, que eu agradeça também, na informalidade, à minha esposa e aos meus filhos, Diego e Michel, que me liberaram para esta solenidade com a promessa de voltar logo em seguida para a festa de meu filho, Diego, que hoje completa 16 anos. Minha saudação a minha esposa, ao Diego e ao Michel.

Ao juntar-me hoje a esta homenagem que a Comissão de Educação do Senado presta ao nosso pedagogo maior, apraz-me dizer que neste ato solene em que é reverenciada, a cada ano, a memória e a obra de um de nossos grandes educadores, não vejo uma pura formalidade. Nesta Casa em que o colegiado máximo da República vem desempenhando com intrepidez a tarefa dolorosa de resgatar a ética e a dignidade na política, tenho a certeza de que esta solenidade significa, por parte desta Comissão e do Senado, a proclamação de que a educação deve ser prioridade neste País. Prioridade não enquanto mera afirmação de princípios, mas sim como defesa de políticas públicas sérias e eficazes destinadas a criar condições concretas para que a educação de qualidade, como um direito indiscutível de todos os brasileiros e brasileiras, seja concretizada.

Esta foi uma bandeira de luta para Paulo Freire durante toda sua vida. Buscando ser coerente com

sua luta, nessa hora de impasse no diálogo dos docentes e dos servidores das Universidades Federais com o Ministério da Educação, estaria me omitindo se, em nome de floreios retóricos, deixasse de citar um texto do último livro publicado por Paulo Freire: **Pedagogia da Autonomia**.

Declara ele:

“A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente enquanto prática ética. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão importante dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, a sua pessoa, ao seu direito de ser.

Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair do indiferentismo fatalisticamente cínico que leva ao cruzamento de braços.

Não há o que fazer, é o discurso acomodado que não podemos aceitar”, escreve Paulo Freire.

Parece-me uma ambigüidade grave afirmar a priorização do ensino fundamental e médio, justificando o descaso com a universidade pública. Priorizar o ensino fundamental e médio deve significar também, necessariamente, condições dignas de funcionamento nas instituições de ensino superior, às quais competem, para garantir o ensino de qualidade em todos os níveis, tarefas tão importantes como a formação de professores, sua capacitação permanente e a pesquisa no campo da educação.

A universidade pública, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é patrimônio cuja defesa caiba apenas aos dirigentes universitários, aos estudantes, aos servidores e aos docentes; ela é patrimônio da Nação. E a responsabilidade maior pela preservação e pelo desenvolvimento deste patrimônio cabe às autoridades. As gerações futuras e a história terão o direito de nos cobrar a todos nós o perecimento desse patrimônio.

Creio que às Comissões de Educação do Senado e da Câmara, bem como ao Congresso, na sua representatividade coletiva máxima, poderá caber nessa hora um compromisso de sábia mediação, para que sejam superados os confrontos, derrubados os muros e se estabeleça o diálogo que leve ao encami-

nhamento de soluções não apenas paliativas, mas realmente profundas e duradouras.

O compromisso de Paulo Freire com a educação em sua longa trajetória e em sua volumosa obra traduziu-se na formulação de um novo paradigma epistemológico-pedagógico. A uma concepção mecanicista, autoritária e alienante que Freire denomina “educação bancária” ele contrapõe um paradigma dialógico.

Diálogo, na perspectiva de Freire, não representa apenas reformulação de métodos ou técnicas de ensino. Trata-se de uma mudança bem mais radical. O diálogo é visto por Freire como uma exigência ontológico-existencial do ser humano.

O processo ensino-aprendizagem não pode ser concebido como “trans” transmissão ou transferência de conhecimentos, sendo o professor o sujeito enquanto o aluno é reduzido à condição de objeto, de receptáculo. Na concepção dialógica há um processo coletivo, interativo e dialético. Professores e alunos são sujeitos com saberes diferentes e posições diferenciadas, e o ensino-aprendizagem constitui-se em construção intersubjetiva do conhecimento.

Paulo Freire não foi um pensador e um educador solitário, elaborando isoladamente essa caminhada e esse novo paradigma. Desde o início do seu trabalho, em Recife, depois, no Plano Nacional de Alfabetização, abortado pela ditadura, e em todos os quadrantes do mundo, nos seus longos anos de exílio, até seus trabalhos em várias universidades brasileiras e como Secretário de Educação de São Paulo, ele sempre trabalhou em equipe. Sua pedagogia, quer a chamemos “pedagogia do oprimido”, de “ação cultural para a liberdade”, de “educação libertadora”, ou de “conscientização”, sempre foi construída e reconstruída através de um processo coletivo, dialógico e interdisciplinar.

Cabe enfatizar, por isso, para uma hermenêutica rigorosa da obra de Freire, o sentido mais profundo, não apenas sintático e semântico, mas sobretudo epistemológico e político, do título “Pedagogia do Oprimido”, que expressa a iniciativa do oprimido e sua autoria como sujeito histórico.

Numa obra coletiva, organizada recentemente pela esposa de Paulo Freire, Dr^a Ana Maria Araújo Freire, intitulei o meu texto, com o qual participei, de **Pedagogia do Oprimido, um Projeto Coletivo**. Justifico escrevendo:

A pedagogia do oprimido já não pertence mais a Paulo Freire, porque se transformou em um grande projeto coletivo, repensado, recriado e reconstruído

continuamente por milhares de educadores, por milhões de pessoas, em todos os quadrantes da terra, em escolas, universidades, movimentos sociais e organizações comunitárias. Essa dimensão coletiva da pedagogia da libertação pode ser comprovada pelos fatos concretos.

Pessoalmente, e não sou diferente de outros professores universitários, nesses últimos cinco anos, participei de mais de oitenta bancas de mestrado e doutorado em várias universidades. Na grande maioria dos casos, fui convidado porque a obra de Freire era referência principal ou importante.

O nosso Fórum Paulo Freire do Rio Grande do Sul foi fundado em 1998 e realizou seus encontros anuais, sucessivamente, na Unisinos, em São Leopoldo, na Universidade Federal de Santa Maria e, neste ano, no Centro Universitário La Salle, em Canoas. E contou, em todas essas treze lições, na média, 70 trabalhos em cada um dos encontros.

Os trabalhos apresentados analisam experiências muito variadas em diferentes áreas do ensino, bem como nas áreas da saúde, de projetos comunitários ou nos movimentos sociais.

Com relação a esses movimentos cabe salientar a presença marcante da inspiração freiriana no MST, sobretudo nas escolas dos assentamentos e dos acampamentos.

O MST está organizando, em colaboração com a Dr^a Ana Maria Araújo Freire, um livro comemorativo dos oitenta anos de Paulo Freire.

Eu poderia referir-me a numerosos eventos no Brasil e no mundo consagrados à discussão da obra de Freire. Para não delongar-me, citarei dois apenas: no Rio Grande do Sul, o Seminário Nacional Aprendendo e Ensinando Paulo Freire, promovido pela Secretaria de Educação do Estado, em maio de 2001, com a apresentação de numerosas experiências acontecendo em todo o Estado. Participaram do seminário mais de três mil professores do magistério público estadual.

De outro Estado, lembrarei o Terceiro Colóquio Internacional Paulo Freire, realizado em Recife, de 15 a 19 de setembro, com palestrantes não apenas do Brasil, mas do México, de Portugal e da França.

O Colóquio do Recife, já em sua terceira edição, é promovido a cada dois anos pelo Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, que acumula já uma produção bibliográfica copiosa, espelhando uma gama riquíssima de práticas pedagógicas, culturais e comunitárias que desmentem o ditado popular e provando

que Paulo Freire é profeta e continua profeta, sempre mais, também em sua própria terra.

Feitos os registros acima, cabe também admitir que Paulo Freire é muito mais reconhecido, estudado e levado a sério no exterior, em numerosos países de todos os continentes, do que no Brasil. Eu próprio tive a oportunidade de participar, durante meu doutorado na Bélgica, de seminários onde se discutia a aplicação da pedagogia de Freire em escolas de primeiro e segundo graus daquele país. Em Paris, o Inodep (Institut Œcuménique au service du Développement des peuples), inspirado em Freire, realiza projetos de educação e desenvolvimento comunitário em países do terceiro mundo. O Idac (Instituto de Ação Cultural), de Genebra, foi o centro onde Paulo Freire organizou uma equipe através da qual ampliou a atuação em países do terceiro mundo, sobretudo na África.

Três dados parecem-me eloquentes para comprovar a universalidade da obra de Freire. Conforme um levantamento feito por Donaldo Macedo, já em 1987, a bibliografia freiriana superava seis mil títulos. O livro **Pedagogia do Oprimido** está traduzido em mais de vinte idiomas. Até 1997, Paulo Freire tinha sido distinguido com o título de Doutor **Honoris Causa** por trinta e cinco universidades do mundo inteiro.

O renomado intelectual e político francês Roger Garodi, em seu livro **Para um Diálogo das Civilizações – O Ocidente é um Acidente**, escreveu que Paulo Freire é o maior pedagogo do nosso tempo. Outro intelectual ilustre, o noureguês Brunvoll, escreveu:

“Como um cruzador de fronteiras, Freire uniu o local e o global, demonstrando que não existem interesses globais que não estejam estreitamente ligados aos compromissos locais. Foi por ser brasileiro que Freire pôde iniciar um movimento pedagógico global, pois compromissos internacionais começam em casa.”

Esse sentido da universalidade o próprio Freire o reconhece como uma aprendizagem que foi proporcionada pelo exílio. Numa grande entrevista ao jornal **O Pasquim**, em 1978, ele declarou:

“O exílio, então, me deu essa grande lição: na medida em que tu experimentaste no teu contexto historicamente, socialmente, na medida em que tuas raízes entraram nesse contexto, em primeiro lugar, nunca mais deixas de pertencer a esse contexto e, em segundo lugar, jamais pertences só a ele. Eu sinto em mim um pedaço de raiz ultrapassando o meu sapato. Onde quer que eu esteja, essa fala arrastada do nordestino que continua, o gosto da comida, a minha visão do mundo, a minha linguagem. O que eu quero

dizer é que sou existencialmente um bicho universal, mas só sou porque sou profundamente recifense, profundamente brasileiro. E por isso comecei a ser profundamente latino-americano e depois mundial. Eu sou capaz de querer bem, enormemente, a qualquer povo.”

Associada a essa perspectiva de universalidade que ultrapassa as distâncias geográficas e culturais e faz de Freire um cruzador de fronteiras, segundo a expressão de Brunvoll, emerge a dimensão ética que perpassa toda a caminhada pedagógico-política de Freire e toda a sua obra.

Diria que o apelo ético, como exigência primeira e absoluta da existência humana, constitui o núcleo central e o princípio fundante de sua obra clássica **Pedagogia do Oprimido**, princípio assim expresso por ele de forma inequívoca.

Ninguém pode ser autenticamente, proibindo que os outros sejam – essa é uma exigência radical. O ser mais que se busque no individualismo conduz ao ter mais egoísta, forma de ser menos, de desumanização.

Essa radicalidade ética da pedagogia freiriana situa-se na mesma perspectiva de Emmanuel Levinas, que considera não a ontologia, mas, sim, a ética como filosofia primeira, num livro escrito por ele sob o significativo título **Ethique comme Philosophie Première**.

Segundo Levinas, a questão primeira que se nos impõe não é a questão do ser, mas sim a questão do outro. Numa formulação histórica existencial, ele pergunta: meu ser no mundo ou meu lugar ao sol, meu estar em casa não tem sido usurpação dos lugares que cabem ao outro homem por mim oprimido, esfomeado, expulso num terceiro mundo? Um repelir, um excluir, um exilar, um despojar, um matar, meu lugar ao sol – dizia Pascal –, o começo da imagem da usurpação de toda a terra.

O questionamento de Levinas lembrou-me talvez a mais desafiadora pergunta que me foi feita numa entrevista logo após a morte de Paulo Freire. Críticos de Paulo Freire questionaram a atualidade da sua obra. Poderia lembrar lastimavelmente que a revista **Veja** encomendou um artigo infeliz, dando a impressão de que se candidatou rapidamente, após a morte de Freire, a coveira de sua obra. A pergunta era esta: o que o senhor pensa desses críticos? Respon-di, e responderia hoje, que torço para que Paulo Freire seja superado e que todos nós, estudiosos de sua obra, também o sejamos, mas por fatos, pela história e não pela fala improvisada.

Quando, um dia, houver uma sociedade sem opressão, sem excluídos, sem discriminação, sem famintos e sem violência, então a proposta de Paulo Freire será coisa do passado. Estarei feliz e nós todos nos sentiremos felizes. Enquanto isso não ocorrer, continuaremos a ser desafiados por ele e por nossa consciência de pessoas e de cidadãos deste Planeta.

Ainda acrescento que, enquanto continuarem, no Brasil e no mundo, modalidades cruéis e impunes de escravidão como as documentadas domingo último pelo **Fantástico**, Freire continuará nos interpelando através dos brados que permeiam seu livro derradeiro: **Pedagogia da Autonomia**, como também em outros altamente expressivos de sua indignação político-profética.

A grande força sobre o que se alicerçar a nossa rebeldia é a ética do ser humano e não a do mercado, insensível a todo o reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro. É a ética da solidariedade humana.

Se governantes de países ricos, Sr. Presidente, de países ricos do norte podem dedicar-se a fantasias tresloucadas e delirantes de que poderão construir um escudo protetor para preservar o bem-estar e a opulência dos seus povos, ninguém de nós poderá construir um escudo que proteja nossos ouvidos e nossas consciências dos clamores e dos prantos desesperançados de multidões incontáveis, dos enxotados da mesa do pão, da cultura, da cidadania e da fraternura.

Retorno à pergunta que me foi feita: a obra de Paulo Freire é atual?

Respondendo como respondi, acrescentaria ainda, sob um outro ângulo, parafraseando Sartre: enquanto três quartos da humanidade não têm direito ao verbo, à palavra, a **Pedagogia do Oprimido** continuará atual, no sentido que lhe atribuiu Ernani Maria Fiori. Este insigne Filósofo e Educador gaúcho, convidado por Freire a prefaciá-lo seu livro mais importante, sintetizou aquele livro e o admirável prefácio por ele escrito, nas palavras do título **Aprender a Dizer a sua Palavra**:

“A palavra proferida com liberdade, autonomia e dignidade é uma das expressões máximas da cidadania e da participação política. A palavra interdita violentamente por tantas formas de autoritarismo continua sendo uma conquista difícil e penosa para grandes setores da nossa população, vítima de estruturas injustas e desumanizadoras.”

Para mudar essas estruturas, impõe-se como exigência ética e política o que Freire definiu “reinven-

ção do poder”, na última conversa que teve com o grande amigo e parceiro, em 1984, quando Ernani estava sendo vitimado já pelo câncer.

A radicalidade ética que perpassa a obra e a vida de Freire significa, sobretudo, afirmação e defesa da vida.

Diante do episódio da trágica transgressão da ética dos jovens assassinos do índio pataxó em Brasília, Paulo Freire escreveu em seu livro póstumo **Pedagogia da Indignação** que tal episódio nos adverte de como urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais, como o respeito à vida dos seres humanos, à vida dos animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas.

“Não creio” – prossegue Freire – “na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo. Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor.”

Releio com frequência a derradeira frase daquela carta inacabada, e ela me parece sempre mais atual perante os acontecimentos que tornam o panorama do mundo cada dia mais sombrio:

“Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a serem sérios, justos e amorosos da vida e dos outros...”

Esta é a última frase que Freire nos deixou por escrito, e é uma frase sem ponto final. As reticências nos dizem que é compromisso nosso retomarmos aquele brado veemente a favor da vida, nesta hora em que o mundo ameaça diluir-se nas chamas do ódio e da guerra.

Contra tantas formas ingentes de ódio, Leonardo Boff e Dalai Lama conclamam os moradores deste Planeta a sentimentos de compaixão. Nessa mesma perspectiva de urgência máxima, o renomado Filósofo Paul Riquier, do qual tive o privilégio de ser vizinho, em Chatene Malabri, por um mês, durante meu doutorado, proclama o perdão como única saída para os terríveis conflitos da humanidade; o perdão, visto não apenas como virtude humana e teológica, mas como categoria e estratégia política para a paz.

Em minha carta-prefácio ao livro póstumo de Freire **Pedagogia da Indignação**, escrevi: Paulo, simpatizo com a idéia de pensar o teu projeto pedagógico-político na constelação do que denomino pedagogia das grandes convergências.

Lembro alguns grandes mestres da humanidade que, no século findo, lutaram e dedicaram suas vidas por um projeto mais humano, fraterno e solidário de mundo. Sem excluir outros, penso nos seguintes: Gandhi, João XXIII, Luther King, Simone Veil, Lebre, Frans Franon, Che Guevara, Tereza de Calcutá, Dom Hélder, Monet, Tejar de Charden, Nelson Mandela, Roger Garaudy, Dalai Lama, Teovetiré, Betinho, Paramahansa Yogananda, Michel Clair, Fritjof Capra, Pierre Veilleux, Leonardo Boff, Paul Riquer e outros muitos.

Perante o repto que nos foi lançado, neste momento crucial da história, de nos posicionarmos no confronto de duas formas de terror – o terror da clandestinidade anônima e o da tecnologia bélica –, no contexto e no concerto desse diálogo esperançoso de grandes líderes, sábios e profetas de nosso tempo, lembrarei, mais uma vez, o testemunho já citado de Paulo Freire: sou capaz de querer bem, enormemente, a qualquer povo.

Sr. Presidente, concluirei com as palavras com que Paulo Freire conclui **Pedagogia do Oprimido**:

“Se nada ficar dessas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo, nossa fé nos homens e na criação do mundo em que seja menos difícil amar.”

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Professor Balduino Antonio Andreola, o senhor nos fez uma emocionante apresentação sobre a obra e a vida de Paulo Freire. Neste momento, como Presidente da Comissão de Educação, registro que a palestra de V. S^a, ao reavivar a história de vida e a obra acadêmica de Paulo Freire, com certeza será um sinalizador para a condução dos trabalhos desta Comissão, que tem imensa responsabilidade perante a Nação, uma vez que, como Comissão Permanente, temos a atribuição de responder por todo o processo legislativo ligado à educação e também no sentido de acelerar a implementação do Plano Nacional de Educação, que, como sempre digo, trata-se de um plano de Estado e não apenas de governo.

Como disse, a palestra de V. S^a será, com certeza, um sinalizador para a atuação desta Comissão e de seus membros, lembrando que a educação deve ser, antes de tudo, um fator de transformação social, visando à construção de um mundo mais justo, mais harmônico, um mundo de paz, sobretudo no momento turbulento em que vivemos hoje, muito bem lembrado na palestra de V. S^a. Além de contribuir para a construção de uma escola de qualidade para todos, repetindo o tema da conferência internacional realiza-

da pela Unesco em setembro deste ano, temos também que aprender a viver juntos, respeitar as diversas culturas e diferentes formações sociais, conviver respeitando a diversidade, seja dentro de cada nação, seja na convivência entre as nações e entre os povos.

Nesse sentido, queremos agradecer muitíssimo a V. S^a pela apresentação. Gostaria de lhe dizer que a palestra foi filmada e taquigrafada. Desejo, ainda, ter o texto de V. S^a autografado.

Passemos à segunda parte da nossa solenidade, que é o descerramento da placa em homenagem ao Senador Freitas Neto, cuja gestão como Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal deu uma nova dinâmica, uma nova vida a esta Comissão, tornando-a mais atuante e, portanto, mais participante do processo de valorização da educação no Brasil.

Se esta homenagem que hoje fazemos ao Senador Freitas Neto é feita a todo Presidente de Comissão, quero destacar que se trata de homenagem especial ao Senador Freitas Neto pela maneira como conduziu esta Comissão, com alto sentido democrático, imprimindo-lhe um novo dinamismo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, antes de iniciar a solenidade, pediria a V. Ex^a que me concedesse a palavra pela ordem para que eu fizesse um pequeno comentário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O que poderíamos fazer seria descerrar a placa e depois voltarmos. Nós não terminaríamos.

Eu pediria ao Sr. Carlos Rubnei que fizesse o anúncio do descerramento da placa.

O SR. CARLOS RUBNEI – Exm^{os} Srs. Senadores, senhoras e senhores, é com satisfação que procederemos agora ao descerramento do retrato do Exm^o Sr. Senador Freitas Neto, ex-Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal.

Temos a honra de convidar o Excelentíssimo Sr. Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão de Educação, para proceder ao descerramento do retrato, acompanhado do homenageado, Senador Freitas Neto, e dos demais Senadores Marina Silva, Geraldo Cândido, Emilia Fernandes, Nabor Júnior, Presidente Ricardo Santos, e também do Prof. Balduino Antonio Andreola para fazer, neste momento, o descerramento da faixa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO – Apenas para fazer um registro. Primeiramente, congratulo-me, como membro da Comissão, com o Prof. Balduino Antonio Andreola pela excelência da sua palestra, que real-

mente dignifica esta Comissão no momento em que comemoramos o Dia do Professor.

Esta Comissão é, realmente, uma das mais dinâmicas do Senado Federal. É uma Comissão das mais importantes do Senado Federal. Ela abrange não apenas o setor da educação, mas também outros setores importantíssimos, como por exemplo: a Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Esportes, enfim, é uma Comissão muito abrangente.

Realmente, de um tempo para cá, segue uma nova dinâmica. Em 1999 e em 2000 bateu o recorde, dentre as Comissões Permanentes do Senado Federal, em apreciação de proposições que a ela vieram. Pelo que me disse o Secretário Júlio, este ano já ultrapassamos o número do ano 2000. Provavelmente, mais uma vez, sob a sua inteligente, dinâmica e democrática presidência, bateremos o recorde.

A Comissão de Educação, que tinha, há algum tempo, problemas em matéria de presença, é hoje uma das mais concorridas.

Desejo também estender esta homenagem que está sendo feita ao ex-Presidente à atual Direção da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Estamos seguindo o seu exemplo.

O SR. FREITAS NETO – Desejo me dirigir – pedindo a compreensão e a permissão aos colegas, membros da Comissão – à Senadora a Emília Fernandes, para lhe dizer que esta tradição – porque já se tornou uma tradição homenagearmos o Dia do Professor – partiu exatamente de uma iniciativa de S. Ex^a há dois anos, em 1999 – fizemos em 1999 e em 2000. Inclusive, a Galeria de ex-Presidentes. Existia até o letreiro, mas não havia nenhuma fotografia de nenhum ex-Presidente. Foi a Senadora e Professora Emília Fernandes que, em um requerimento em comemoração ao Dia do Professor, em 1999, se não me engano, sugeriu, e nós, na época, como Presidente da Comissão, providenciamos a Galeria de ex-Presidentes.

Desejo, também, congratular-me com a Senadora Emília Fernandes não somente pelo seu trabalho no Senado Federal, que é reconhecido, mas também pela dedicação que S. Ex^a tem, por ser professora, portanto, representante dos professores no Senado Federal, e também uma das responsáveis, como os demais companheiros, pela atuação vibrante desta Comissão.

Agradeço à Senadora, agora particularmente, por haver tomado a iniciativa que geralmente se coloca no final da gestão da Comissão de ter feito, com a

Presidência da Comissão, esta homenagem muito justa ao Dia do Professor. Fico muito orgulhoso por ser incluído nesta galeria, que tem ilustres homens públicos do Brasil todo. Agora estou fazendo parte da Galeria de ex-Presidentes, com muita honra, da Comissão de Educação.

Então, resta-me agradecer à Presidência, à Senadora Emília Fernandes e a todos os companheiros que vêm se dedicando muito ao trabalho.

O maior exemplo de democracia, nesta Comissão, foi ontem, quando tínhamos 31 emendas, em diversos setores, porque, como disse, ela é muito abrangente. E depois de uma demorada, mas muito atuante reunião, conseguimos, para o bem do Brasil, selecionar, creio, as melhores emendas nos setores de que esta Comissão trata, diante dos Ministérios, com a questão do orçamento do ano de 2002.

Portanto agradeço a todos e, mais uma vez, parabeno o Professor gaúcho Balduino Antonio Andreola pela excelência de seu pronunciamento sobre Paulo Freire.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passamos a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, inicialmente, parabenizar a Senadora Emília Fernandes pela brilhante iniciativa de apresentar esse requerimento para, no dia de hoje, homenagearmos os professores do Brasil, principalmente por meio da palestra do professor Balduino Antonio Andreola. Esse momento, para nós, foi muito importante.

Inclusive, parabeno o Senador Freitas Neto pela sua fotografia na Galeria dos Presidentes desta Comissão, até porque, como já se disse aqui, S. Ex^a foi um dos campeões na direção desta Comissão. Conseguiu aumentar muito a produção da Comissão, tornando-a muito alta em termos de realização de sessões e aprovação de projetos. O Senador Ricardo Santos segue a mesma trajetória.

Considero muito importante esta sessão, embora sem uma grande presença. Mas, aqui, a presença foi boa, até pela qualidade dos presentes.

Professor Balduino, eu o parabeno pela brilhante palestra. A exemplo do Senador Ricardo Santos, solicitarei a fita gravada pela TV Senado para levar até o meu Estado, Rio de Janeiro, e apresentá-la aos nossos companheiros, professores e outros amigos e escolas, porque considero a fita uma grande contribuição para o nosso País, apresentando a história do nosso grande educador Paulo Freire, o que,

com certeza, é sempre algo muito emocionante. Portanto, parabéns a todos.

Esperamos que ao final dessa 1ª Legislatura, no final do ano 2002, o Senador Ricardo Santos possa estar, também, com a sua fotografia na Galeria dos Presidentes, inclusive como um recordista de sessões dirigidas por S. Ex^a, com o apoio do nosso competente Secretário Júlio e a nossa efetiva participação.

Muito obrigado a todos. Parabéns.

Sr. Presidente, obrigado.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Agradeço as deferências do Senador Geraldo Cândido e passo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Senador Ricardo Santos, muito brevemente, hoje nós estávamos divididos, porque eu sou Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e o Senador Romeu Tuma não pôde presidir os trabalhos, de sorte que precisei ficar presidindo-os. Mas gostaria de ter estado aqui desde o início, ouvindo a palestra do Professor Balduino.

Digo que é muito importante, para todos nós, essa homenagem feita ao nosso eterno educador Paulo Freire, o qual tem um significado todo especial na minha vida.

Eu não fui alfabetizada pelo Método Paulo Freire, mas lamento isso até hoje. Fui alfabetizada pelo Mobral, aos quase 17 anos de idade. Quando entrei na faculdade, cursando História, tivemos a parte pedagógica, e a nossa professora trabalhava com os conceitos e a teoria de Paulo Freire. E eu ficava sonhando: “Ah, se aquele Mobral fosse concebido de acordo com tudo isso que está aqui!”. Se algum dia algum poder político tiver, gostaria muito de que isso fosse implementado para educar as nossas crianças, os nossos caboclos e ribeirinhos.

Mesmo antes de estarmos no governo do Acre, acho que vinte anos antes, o Chico Mendes conseguiu construir as primeiras escolas para os seringueiros, juntamente com a atual Secretária da Amazônia Legal, Professora Maria Alegrete, que é Antropóloga, e um grupo de sonhadores, fazendo a escola da floresta, a escola dos seringueiros. Hoje já temos uma terceira geração de pessoas educadas que trabalham nas cooperativas, que ajudam seus pais e que saíram de uma situação de analfabetos sem sonhos para pessoas alfabetizadas pelo sonho e pelo desejo de uma justiça social.

Então Paulo Freire para mim não fala apenas com palavras, fala com palavras cheias de intenção;

não fala apenas com palavras cheias de intenção, fala com palavras cheias de intenção e de ação, que são todos esses elementos de transformação da realidade de que precisamos utilizar.

Muito obrigada pela sua palestra e lamento não estar presente desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Neste momento encerramos esta audiência pública, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h50min)

Ata da 37ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2001.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia trinta de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Cassido Maldaner, Gerson Camata, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornêlas, José Coelho, Arlindo Porto, Freitas Neto, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Marina Silva, Mauro Miranda, Juvêncio da Fonseca, Francelino Pereira, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Luiz Otávio e Geraldo Cândido, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Leomar Quintanilha, Artur da Távola, Teotônio Vilela Filho, Fernando Matusalém, Emília Fernandes, Álvaro Dias e Paulo Hartung. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado n.º 17, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “Altera a Lei n.º 9424, de 24 de setembro de 1996, que “Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Moreira Mendes e o parecer, pela rejeição e pela prejudicialidade da emenda oferecida, é aprovado. Item 02: Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 2001 (tramitando em conjunto com os PLC 91/00, PLC 14/98, PLS 657/99, PLS 32/00 e PLS 200/00), de caráter não terminativo, de

autoria da Presidência da República, que “Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais (e define contravenções).” O relator designado é o Senador Moreira Mendes e o parecer favorável, na forma das emendas oferecidas, pela audiência da CCJ e concluindo, ainda, pela rejeição dos PLC 91/00, PLC 14/98, PLS 657/99, PLS 32/00 e PLS 200/00, é aprovado. Item 03: Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado José Chaves, que “Denomina “Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco – Professor Romero Marques” o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.” O relator designado é o Senador José Coelho e o parecer favorável é aprovado. Item 04: Projeto de Lei da Câmara n.º 78, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eber Silva, que “Institui o Dia da Bíblia.” O relator designado é o Senador Luiz Pontes e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente passa a presidência ao Vice-Presidente, Senador Moreira Mendes, para apresentação de seu parecer ao Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro do Itapeirim, Estado do Espírito Santo.” O relator designado é o Senador Ricardo Santos e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Reassume a Presidência o Senador Ricardo Santos. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 307, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Nova Aliança: Caminho, Verdade e Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Regente Feijó, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 243, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Belo Jardim – AMCRBJ/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador José Coelho e o parecer favorável é aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 268, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Cristã do Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador José Coelho e

o parecer favorável é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Itapoã – ACCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 322, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Subaé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Waldeck Ornêlas e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE, é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 313, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Subaé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Waldeck Ornêlas e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 324, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa Caracará de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caracará, Estado de Roraima.” O relator designado é o Senador Romero Jucá e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 341, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à LHM Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima.” O relator designado é o Senador Romero Jucá e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Eldorado para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artística de Castro Alves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castro Alves, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o parecer favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 306, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executi-

vo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Nabor Júnior e o parecer favorável é aprovado. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 316, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza o Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boqueirão, Estado da Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 330, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Romiporã de Espigão do Oeste para a Preservação da Cultura e o Desenvolvimento Social e Artístico - ACROMEO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espigão do Oeste, Estado de Rondônia.” O relator designado é o Senador Moreira Mendes e o parecer favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 09: Projeto de Decreto Legislativo 256, de 2001, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 319, de 2001 e Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 339, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos** – Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Sr^{as} e Sr^s Senadores, iniciamos a 37ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 30 de outubro, terça-feira.

Item nº 01 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2001. Altera a Lei nº 9.424, de 24 de setembro de 1996, que dispõe sobre o Fundef (Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), na forma prevista do art. 60, §7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

O Relator da matéria é o Senador Moreira Mendes, a quem passamos a palavra.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2001, altera a Lei nº 9.424, de 4 de setembro

de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Fundef.

A primeira mudança determina que a distribuição dos recursos do Fundo considere também a promoção de alunos matriculados na educação infantil, ministrada nas creches e pré-escolares. Dessa forma, a repartição desses recursos passaria a levar em conta a diferenciação do custo do aluno nessa etapa da educação básica.

A segunda alteração estipula que o Ministério da Educação poderá autorizar, em caráter excepcional, que os recursos do Fundef sejam usados em atividades assistenciais de caráter educativo, conforme critérios fixados no decreto.

A justificação do Projeto reconhece a relevância do Fundef para o desenvolvimento educacional do País. No entanto, aponta a forte demanda dos Prefeitos em favor da sua flexibilização. Nesse contexto, alega, surgiram as reivindicações da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, para que os recursos do Fundo possam ser dirigidos a atividades assistenciais, como as executadas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e à educação oferecida em creches e pré-escolas.

Foi apresentado ao Projeto emenda, de iniciativa do Senador Casildo Maldaner, que acrescenta novo art. 2º à proposição, alterando a redação do art. 7º da Lei nº 9.424. Após audiência da Comissão, o PLS nº 17, de 2001, será enviado à Comissão de Assuntos Econômicos, onde a decisão será terminativa.

Da Análise. O Fundef, como bem reconhece o autor da proposição, tem prestado relevantes serviços às mudanças por que tem passado o ensino fundamental; promoveu significativas correções das disparidades dos gastos por aluno no interior de cada Estado; garantiu ainda, por meio de papel equalizador da União, valores mínimos anuais por aluno, os quais, se não chegam a ser desejáveis, pelo menos representam substancial melhoria das disponibilidades de recursos para os entes federados.

Um dos efeitos mais importantes desse aporte de recursos diz respeito aos salários dos docentes. Pesquisa encomendada pelo MEC mostrou crescimento médio de 29,5% dos salários dos professores da rede pública de ensino fundamental entre dezembro de 1997 e julho de 2000.

Em localidades mais pobres, a elevação do salário dos docentes foi ainda mais significativa. Outras pesquisas, por sua vez, apontam para o aumento do nível da qualificação docente, fenômeno proporcional-

do pela realização de curso de aperfeiçoamento profissional, com os novos recursos direcionados ao ensino fundamental.

O Fundo permitiu também melhorar condições físicas das escolas. É de certo compreensível que se queira tentar expandir para a educação infantil os benefícios do Fundef vem trazendo ao ensino fundamental. No entanto, a proposta contida no PLS nº 17 merece reservas, em primeiro lugar, porque amplia aquilo que a Constituição Federal restringe.

O Fundef, como indica o próprio nome, está vinculado ao ensino fundamental. O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, leva a essa conclusão.

Adiante, os §§1º e 2º do artigo criam o Fundo no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, bem como determinam a sua composição e estipulam que o montante dos recursos seja distribuído entre cada Estado e os seus municípios proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental.

Resta claro, desta forma, a vinculação constitucional do Fundo ao ensino fundamental. Cumpre não esquecer que os recursos do Fundef podem ser dirigidos à educação especial, desde que vinculados ao ensino fundamental e oferecidos em escolas públicas.

Instituições assistenciais de caráter educativo podem receber recursos públicos se observar os requisitos legais que asseguram o caráter filantrópico. Porém, a participação pública no seu financiamento não pode se dar às custas do Fundef.

Além desse óbice de natureza constitucional, há que se refletir sobre a adequação de incluir novos encargos para fontes de recursos que financia o ensino fundamental. Se novas despesas são acrescidas aos encargos relacionados ao ensino obrigatório, corre-se o risco de reduzir o impacto das mudanças que ele vem sentindo nos últimos anos. Em favor da educação infantil, seria possível discutir a viabilidade de criação de fundo próprio para o seu financiamento ou criar um novo fundo destinado à toda a educação básica ou às suas duas primeiras etapas: educação infantil e ensino fundamental.

Desse modo, não obstante as suas elevadas intenções, afigura-se impossível acolher o projeto de lei em exame. Neste sentido, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2001, dada a sua inconstitucionalidade e inadequação de mérito e,

conseqüentemente, pela prejudicialidade da emenda a ele apresentada.

Sr. Presidente, este é o Parecer e o Voto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, o Relatório do nobre Senador Mendes Moreira não dá nem margem para discussão. A intenção pode até ser boa, mas ele, de pronto, esbarra na inconstitucionalidade. Aí, não se pode fazer nada.

Apoio o Relatório, entendendo que ele perfeito na sua colocação e até mesmo tecnicamente. Mas a concentração de recursos no ensino fundamental, retirando-os de outros destinos, não trará benefício algum, mas a pulverização dos enormes benefícios do Fundef. Ao esbarrar na Constituição, torna-se impossível votá-lo. Portanto, o Relatório, nesse aspecto, é perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o nobre Senador Romeu Tuma para discutir.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, é apenas para confirmar o que o nobre Senador Gerson Camata disse a respeito do Relatório do nobre Senador Moreira Mendes. O Relatório está baseado numa postura jurídica clara. Mas desejo cumprimentar S. Exª pela sugestão de que, de qualquer forma, deveria ter sido viabilizada mediante nova emenda constitucional. V. Exª entendeu ser razoável a proposta, todavia, ela é inconstitucional. V. Exª, mesmo, propõe uma nova emenda para corrigir a inconstitucionalidade. Parabéns, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srªs Senadores que concordam com o parecer do Relator, o nobre Senador Moreira Mendes, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer pela rejeição da matéria e pela prejudicialidade da emenda.

Passamos, agora, ao Item nº 2: Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2001, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 91, de 2000; nº 14, de 1998; Projeto de Lei do Senado nº 657, de 1999; o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2000 e o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2000.

O Relator da matéria é o nobre Senador Moreira Mendes, a quem concedo a palavra.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr.^s. Senadores, tramita em conjunto nesta Casa Legislativa, por força do art. 258 do Regimento Interno, o Projeto de Lei da Câmara nº 13, ora em discussão, o Projeto de Lei nº 14, de 1998 nº 3.770, na Casa de origem), o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2000 (nº 2.999/97 na origem), o Projeto de Lei do Senado nº 657, de 1999, e o Projeto de Lei do Senado nº 32 e, ainda, o Projeto de Lei do Senado nº 200.

Todas as proposições oferecem alterações e acréscimos à Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências.

O Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2001 (350/99, na Casa de origem), é o que contempla com maior abrangência a matéria.

A proposição possui trinta e oito artigos de normas gerais, distribuídos em oito capítulos, que dispõe sobre a forma dos símbolos nacionais – a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional, a sua apresentação, as cores nacionais, o respeito devido à Bandeira Nacional e ao Hino Nacional e as contravenções referentes aos símbolos nacionais.

O projeto conta, ainda, com nove anexos, com as especificações referentes a cada um dos símbolos, assim distribuídos:

- os dois primeiros relativos à Bandeira Nacional;
- os quatro seguintes, ao Hino Nacional;
- o penúltimo, às Armas Nacionais;
- o último, ao Selo Nacional.

Resultado de entendimentos entre os representantes dos Ministérios da Justiça, da Cultura e da Educação, dos antigos ministérios militares e de entidades da sociedade civil, o projeto de lei tem por objetivo precípuo, expresso na Mensagem nº 361, de 1999, a alteração da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, com o intuito de tornar acessível ao povo brasileiro o uso e apresentação dos símbolos nacionais, principalmente a Bandeira e o Hino.

Na Câmara dos Deputados a proposição foi examinada pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. A primeira manifestou-se pela adequação financeira e orçamentária do projeto, enquanto a segunda, ao examinar a técnica legislativa, o mérito, a constitucionalidade e a juridicidade da matéria, manifestou-se pela sua aprovação com emenda destinada a alterar a correspondência das estrelas da Bandeira

Nacional, consolidada na redação final, conferindo à estrela de primeira grandeza, **Spica – Alfa da Virgem**, a representação do Distrito Federal.

O PLS nº 657, de 1999, propõe a ampliação das possibilidades de reprodução da Bandeira Nacional e interdita a sua exposição em mau estado de conservação.

O PLS nº 32 torna obrigatória a impressão do desenho da Bandeira Nacional e letra do Hino Nacional nas contracapas dos cadernos e livros didáticos.

Por fim, o PLS nº 200, de 2000, propõe a substituição nas Armas Nacionais do ramo de fumo pelo ramo de guaraná frutificado.

Análise

Em boa hora vem o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001, conferir flexibilidade às manifestações cívico-culturais em consonância com a evolução dos costumes. A legislação que atualmente regula a forma e a apresentação dos símbolos nacionais data de 1971 e de lá para cá, nesse início de século 21, as mudanças experimentadas pelos códigos de comportamento social são imensas. Parece inquestionável que todo cidadão tem observado no dia-a-dia a rápida alteração e a incorporação de novos hábitos didáticos inclusive pelo processo de globalização.

Muito oportunamente o ato em análise vem conferir a esperada modernidade aos rituais que expressam o sentimento cívico devido, em especial aos símbolos pátrios. A saudação na forma de palmas, por exemplo, já tão comum entre nós, passa a ser não apenas admitida, mas apreciada, por ocasião do hasteamento da Bandeira e a execução do Hino Nacional.

Com justeza são mantidos os impedimentos de desapareço à Bandeira a sua apresentação em mau estado de conservação ou de maneira depreciativa, bem como a sua utilização em solenidades públicas em desacordo aos preceitos estabelecidos pela lei.

Relativamente ao Hino Nacional, a proposição veda a sua execução em solenidades de caráter oficial ou em continência com arranjos vocais diferentes do estabelecido por Alberto Nepomuceno. Entretanto, excetuadas essas ocasiões de caráter oficial, o projeto permite outro arranjo vocal ou instrumental, desde que a iniciativa não afronte ou desrespeite o Hino.

Por fim, no elenco das medidas mais importantes propostas pelo PLC nº 13, de 2001, destaca-se a inclusão de novo capítulo ao Decreto-Lei nº 3.688/41 – a chamada Lei das Contravenções Penais – voltado exclusivamente para infrações às regras devidas aos símbolos nacionais. Importa ressaltar ainda que as al-

terações sugeridas pelo Poder Executivo dizem respeito mais especificamente à redação do diploma que à essência das suas determinações.

O PLS nº 657, de 1999, ao propor a ampliação das possibilidades de reprodução da Bandeira Nacional em vestimentas e objetos de uso pessoal, atribui ao tratamento dispensado a esse símbolo nacional a modernidade que ele merece. Nada mais legítimo à manifestação desse sentimento físico pela incorporação da Bandeira ao nosso cotidiano, como já fazem países como a França, os Estados Unidos, a Argentina, para citar apenas três exemplos. Portanto, na intenção de preservar a meritória intenção do referido ato, encaminhamos emenda nesse sentido.

O PLS nº 32, de 2000, por sua vez, propõe a obrigatoriedade da impressão do desenho da Bandeira Nacional e da letra do Hino Nacional nas contracapas dos cadernos e dos livros didáticos. É nosso entendimento que essa iniciativa, tal como apresentada pelo projeto, vulneraria o princípio do exercício da livre iniciativa, estatuído pelo art. 170 da Constituição Federal. No entanto, como, a nosso ver, a intenção tem mérito inquestionável, apresentamos emenda que escoa o vício de inconstitucionalidade e preserva mais esse instrumento de convivência das nossas crianças com os símbolos pátrios; afinal, tal convivência consolida o civismo, e ao Poder Público cabe propiciar os meios para a sua viabilização.

Quanto ao PLS nº 200, de 2000, é mister corroborar a sua oportunidade ao substituir, nas armas nacionais, o ramo de fumo pelo ramo do guaraná, em sintonia com as atuais campanhas de caráter mundial em favor da erradicação do pernicioso vício do fumo. Por outro lado, a representação de um ramo de guaraná frutificado vem incorporar aos símbolos nacionais um sugestivo signo da nossa identidade cultural.

Pelo exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, manifestamo-nos pela aprovação, nesta Comissão de Educação, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2001 (nº 350, de 1999, na Casa de origem), com as emendas apresentadas pela conseqüente rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1998 (nº 3.770, de 1997, na origem), do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2000 (nº 2.990, de 1997, na origem), do Projeto de Lei do Senado nº 657, de 1999, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2000, do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2000, e pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que ela se pronuncie nos termos regimentais.

Em seguida, as emendas.

Emenda nº 1, da Comissão de Educação. Dê-se ao inciso III do art. 8º do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2001, a seguinte redação:

“Art. 8º, inciso III – produzida sobre paredes, tetos, vidraças, veículos, aeronaves, adesivos, utensílios, vestimentas e objetos de uso pessoal.”

Emenda nº 2, da Comissão de Educação. Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 32 do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2001 (nº 350, de 1999, na origem):

“Art. 32, parágrafo único. É obrigatória a impressão do desenho da Bandeira Nacional e da letra do Hino Nacional nas contracapas dos cadernos de Ensino Fundamental produzidos ou adquiridos pelo Poder Público.

Finalmente, Emenda nº 3, da Comissão de Educação:

Dê-se ao inciso III do art. 1º do Anexo VIII do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2001 (nº 350/99, na origem) a seguinte redação:

Art. 1º

III –

VIII – O todo brocante sobre uma espada em pala, empunhada de ouro, guardas de blau, salvo a parte do centro, que é de goles e contendo uma estrela de prata, figurará sobre uma coroa formada de um ramo de café à direita e de um ramo de guaraná à esquerda, ambos frutificados e da própria cor atados de blau, ficando o conjunto sobre um resplendor de ouro, cujos contornos formam uma estrela de vinte pontas.”

Esse é o relatório e o voto.

Se V. Exª me permitisse, gostaria de agradecer a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram com este relatório. Várias sugestões foram apresentadas. Respeitosamente, quero destacar o meu agradecimento ao Professor José Roberto Vasconcelos da Costa e a Flora Inês Matos da Costa, ambos da USP de São Carlos, para a conclusão desse relatório e do voto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do Senador Moreira Mendes, que é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2001, e propõe a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, ainda, a rejeição do PLC nº 91/2000, do PLC nº 14/1998, do PLS nº 657/1999, do PLS nº 32/2000 e PLS nº 200/2000.

Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, é lógico que o uso dos símbolos nacionais já deveria ter sido liberalizado. A opinião pública brasileira já adotou essas posições.

Veja V. Exª que, pela legislação atual, liberalizada no relatório proferido pelo Senador Moreira Mendes, a cantora Fafá de Belém deveria ter sido advertida e presa porque gravou o Hino Nacional com outro arranjo. Esse projeto de lei liberaliza o arranjo da execução do Hino Nacional e torna menos rígido o uso das cores nacionais, o que já acontece toda vez que o Brasil é vitorioso em alguma competição. Recentemente vimos, quando o Guga chegou ao Brasil, depois de sagrar-se campeão na Europa, a população enrolada na Bandeira nacional fazendo festa. Entendo que a Bandeira nacional deve ser um símbolo usado também para isso e não apenas em eventos essencialmente cívicos. A população já vinha adotando essas práticas, ao passo que a legislação estava um pouco atrasada, embora projetos de lei tramitassem há anos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Outro ponto que considero interessante é a retirada do fumo dos símbolos nacionais. Depois de tantas campanhas, e provados os malefícios à saúde causados pelo fumo, o Brasil era o único país que exibia um veneno em suas armas nacionais. A emenda que trata desse ponto foi tecnicamente bem redigida e, em homenagem a seu autor, vou reproduzi-la:

“O todo brocante sobre uma espada em pala, empunhada de ouro, guardas de blau, salvo a parte do centro, que é de goles e contendo uma estrela de prata, figurará sobre uma coroa formada de um ramo de café à direita e de um ramo de guaraná à esquerda, ambos frutificados e da própria cor atados de blau, ficando o conjunto sobre um resplendor de ouro, cujos contornos formam uma estrela de vinte pontas.”

Somente um técnico de altíssima qualidade conseguirá traduzir isso em um desenho e transformá-lo nas armas nacionais.

Novamente cumprimento o nobre relator e os autores dos vários projetos, apensados em apenas um, visando à liberalização do uso das armas e dos símbolos nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Primeiro, gostara de cumprimentar o Senador Moreira Mendes pela beleza do relatório.

Solicitei um avulso porque entendo que, assim que o projeto for aprovado, deveremos distribuir o texto às escolas, para que os jovens tomem conhecimento desse trabalho. E praticamente repito as palavras do Senador Gerson Camata, que analisou a questão. Prestamos a atenção ao relatório. Acho importante a emenda que V. Exª também coloca, tirando a inconstitucionalidade da iniciativa da produção dos cadernos com o símbolo da bandeira e do hino nacional. Isso faz uma falta enorme.

Outro dia, eu estava dizendo que, hoje em dia, as crianças não têm mais contato com o hino nacional. Antigamente, às 8 horas da manhã, era hasteada a bandeira e se cantava o hino em todas as escolas. Aqui, não vi nenhuma referência, porque é mais voltado para o hino nacional. Mas, quando o Estado for adquirir, principalmente hoje, que o Ministério da Educação tem uma bonita campanha, na distribuição dos livros didáticos e dos cadernos escolares para todas as escolas do Brasil, ele têm de exigir isso. A emenda de V. Exª está correta. Ao invés de mulher pelada nos cadernos, a nossa bandeira, o nosso hino. Sem dúvida, isso terá um efeito muito bom, porque nós veremos, no futuro, que todo cidadão brasileiro terá conhecimento não só da bandeira, como do hino, algo muito importante para a cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, gostaria de solicitar, quando possível, a antecipação dos Itens nºs 13 e 14, de que sou Relator. Se V. Exª puder colocá-los em pauta, com prioridade, agradecerei a V. Exª. Faço esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O Senador Romero Jucá propõe uma inversão de pauta dos Itens nºs 13 e 14.

Passemos, então, ao Item nº 3, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2001. Denomina Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco Professor Romero Marques o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco.

O Relator da matéria é o Senador José Coelho, a quem passamos a palavra.

O SR. JOSÉ COELHO – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da

Câmara nº 68, de 2001, que denomina Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco Professor Romero Marques o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco.

De autoria do Deputado José Chaves, o Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2001 (PL nº 3.782, de 2000, na origem), tem por objetivo incluir o nome do Professor Romero Marques na denominação do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco.

Ao justificar a homenagem pretendida, o autor elenca inúmeros fatos relevantes na vida do eminente cirurgião pernambucano, nascido na cidade de Recife, no ano de 1903, e morto na mesma localidade, aos 94 anos.

Segundo registro biográfico que acompanha o projeto, a vida acadêmica do Professor Romero Marques iniciou-se com a sua brilhante passagem pelos bancos da Faculdade de Medicina da Bahia, onde, além da graduação, obteve, com distinção, o título de Doutor em Ciências Médicas e Cirúrgicas e deu continuidade ao trabalho docente desenvolvido na Faculdade de Medicina do Recife, marcado pela busca incansável do aperfeiçoamento científico e profissional.

Foi nessa instituição que, entre outros cargos ocupados, presidiu a comissão encarregada de concluir a construção do Hospital de Ciências das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, do qual foi o primeiro Chefe do Departamento de Cirurgia. Sua produção científica, extensa e qualificada, foi reconhecida internacionalmente, como demonstram as inúmeras condecorações e títulos, homenagens recebidas.

Em decorrência, destaca o autor da proposição: “A obra deixada pelo Professor Romero Marques constitui rica e importante conquista da comunidade mundial e, por muito tempo ainda, servirá de trilha e referência para as novas gerações de cientistas tão argutos e talentosos quanto o eminente. Distribuído a esta Comissão para deliberação sobre o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

Relatório:

O projeto em causa encontra abrigo no art. 48 da Constituição Federal, que assegura ao Congresso Nacional a possibilidade de dispor sobre todas as matérias de competência da União.

O presente caso trata da atribuição de denominação suplementar ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, de modo a home-

nagear o médico e cientista brasileiro de renome internacional, Professor Romero Marx.

No mérito, nada se apresenta que impeça a aprovação da matéria, haja vista que o homenageado, figura de especial significado para o povo pernambucano e para a medicina brasileira de modo geral, é profundamente merecedor da honraria que lhe é concedida. Ainda mais quando ela se materializa em relação a uma instituição cuja história mantém notória ligação com o homenageado.

De fato, o eminente professor e pesquisador não só ajudou a construir o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, mas também contribuiu decisivamente para elevar o nome da instituição no cenário médico brasileiro e internacional. Tudo isso graças a sua determinação, a competência profissional e a excelência de sua vasta produção científica.

Verifica-se, ademais, que a proposição observa as restrições impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que proíbe, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoas vivas a bem público de qualquer natureza pertencente à União ou a pessoa jurídica da Administração Indireta.

Dessa forma, o projeto atende perfeitamente aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, além de estar vazado em boa técnica legislativa.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLC nº 68, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, conheci o Dr. Romero Marx. Ele foi um médico excelente e renomado no Estado de Pernambuco. Considero extremamente justa essa homenagem pela história que o homenageado tem na saúde pernambucana.

Portanto, encaminho favoravelmente pela Liderança do Governo, enaltecendo o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4: Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2001, que institui o Dia da Bíblia. O Relator é o Senador Luiz Pontes, a quem passamos a palavra.

O SR. LUIZ PONTES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2001, destinado a celebrar nacionalmente o segundo domingo de dezembro como o Dia da Bíblia.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi analisada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que se manifestou favoravelmente quanto ao seu mérito, e pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, que emitiu parecer também favorável em caráter terminativo quanto aos aspectos de sua competência. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto, razão pela qual será ele analisado como foi encaminhado ao Senado.

A Bíblia, como livro sagrado dos judeus e dos cristãos, constitui-se em obra de cunho não apenas religioso, mas também histórico, cultural e antropológico e tem servido como fonte de referência para estudos da mais variada natureza.

No Brasil, a não ser os evangélicos, que consagraram o segundo domingo de dezembro como Dia de Referência às Sagradas Escrituras, nenhum outro grupo religioso procurou ostensivamente reservar uma data específica para comemorar essa obra marcante do pensamento universal.

Nesta oportunidade, o Deputado Eber Silva propõe seja feito esse reparo histórico. Já consagrado em sua Casa Legislativa, cabe ao Senado Federal associar-se às manifestações favoráveis ao indiscutível mérito do projeto.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e à regimentalidade da proposição, esta relatoria se associa à análise elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, em nome da Liderança do Governo, encaminho favoravelmente ao projeto que institui o Dia da Bíblia. Considero extremamente importante a leitura da Bíblia em nosso País. É fundamental que a religiosidade, o amor ao próximo e a fé em Deus estejam, cada vez

mais, presentes não só na ação de cada família, mas também na ação pública.

Esse é um momento de reflexão, em que poderemos estar sinalizando politicamente que é importante a aprovação de um projeto que, de certa forma, eleva a Bíblia, fazendo com que essa recomendação seja utilizada num dia de meditação especial.

Portanto, a Liderança do Governo é favorável e encaminho o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, igualmente, apoiando a iniciativa do Deputado Eber Silva, os evangélicos já comemoram o Dia da Bíblia no segundo domingo de dezembro. Não se está fazendo um novo feriado nacional. É exatamente no domingo, um dia de reflexão. A iniciativa é boa, pois é necessário que os brasileiros leiam mais a Bíblia e se aprofundem no seu conhecimento, não precisando, contudo, chegar a um fundamentalismo semelhante ao de algumas seitas muçulmanas que seguem o Alcorão. Esse dia servirá de exemplo à história daqueles fundadores das religiões monoteístas, inclusive a muçulmana, baseadas na Bíblia.

Desse modo, voto favoravelmente ao projeto e cumprimento o Relator, Senador Luiz Pontes, pela exatidão do seu relatório, e o Autor, Deputado Eber Silva, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo provisoriamente a Presidência ao Senador Moreira Mendes para que eu possa relatar o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Item 5: (não-terminativo):

Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2001

(Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Santa Bárbara para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo. O Autor é o Poder Executivo e o Relator é o Senador Ricardo Santos.)

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS – O Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2001 – nº 776, de 2000, da Câmara dos Deputados – aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Santa Bárbara para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

A Fundação Cultural Santa Bárbara localiza-se em Cachoeiro de Itapemirim, que é o principal centro urbano do Sul do Estado do Espírito Santo. Na referida Fundação, a Diretora-Presidente é a Srª Sandra Maria Andrade Carone, o Diretor e Vice-Presidente é o Sr. Idalécio Carone Neto, o Diretor-Secretário é o Sr. Jacy Fernandes e o Diretor Administrativo-Financeiro é a Srª. Graciosa da Penha Alves Guide.

A tramitação desse processo cumpriu todas as obrigações legais, foi apreciada e aprovada pelo Ministério das Comunicações e, diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opino pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2001. É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa)

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata para discutir.

O SR. GERSON CAMATA – Tanto a Srª Sandra Carone quanto o Sr. Idalécio Carone Neto são pessoas benquistas na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Ele é filho e neto de radialistas, cuja família já possui e ainda possui outras emissoras na cidade. Desse modo, a emissora está sendo entregue a uma família que, há muitos anos, milita na área da radiodifusão e servirá bem à população de Cachoeiro de Itapemirim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer e o voto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo novamente a Presidência ao ilustre Senador Ricardo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2001 (Aprova o ato que autoriza a Associação Nova Aliança, Caminho, Verdade e Vida a executar servi-

ços de radiodifusão comunitária na Cidade de Regente Feijó, São Paulo)

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, conforme declarou V. Exª, chegou a esta Casa o pedido de renovação, preenchendo todos os pré-requisitos analisados pela Assessoria e por nós. Somos favoráveis ao ato que autoriza a Associação Nova Aliança, Caminho, Verdade e Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Regente Feijó.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2001, que “aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Belo Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco”.

O Relator é o Senador José Coelho, a quem concedemos a palavra.

O SR. JOSÉ COELHO – Sr. Presidente, chega a esta Comissão o PDL nº 243, de 2001 (nº 758/00, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Belo Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 815, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 141, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal.

A Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O processo de exame e apreciação pelo Congresso Nacional dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão, autorização para que se execute serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que deve instruir o processo, submetido à análise desta Comissão.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 243, de 2001, evidencia o cumprimento da formalidade estabelecida na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural de Belo Jardim atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar essa autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo oriundo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do Relator José Coelho. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2001, que “aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Cristã de Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Paulista, Pernambuco”.

O Relator é o Senador José Coelho, a quem concedemos a palavra.

O SR. JOSÉ COELHO – Sr. Presidente, chega a esta Comissão o PDL nº 268, de 2001 (nº 817/00, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Cristã de Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.

A Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

A Diretoria da Associação Cultural Cristã de Paulista está constituída da seguinte maneira:

Diretor-Presidente: Oséias Pimentel Gonçalves;

Diretor Administrativo: Josemias Pimentel Gonçalves;

Diretor Administrativo: Gedeão Pimentel Costa;

Diretor Financeiro: Rosângela Marques de Santana;

Diretor Financeiro Adjunto: Jacilene Batista Santana

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável do seu Relator, Deputado Yvonilton Gonçalves. Na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 268, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural e Cristã de Paulista atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar sua autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do Senador José Coelho. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Item nº 10. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Itapoã a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ivinheima, Mato Grosso do Sul. O Relator da matéria é o Senador Juvêncio da Fonseca, a quem concedo a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Associação Comunitária e Cultural Itapoã (ACCI) é constituída pela seguinte Diretoria: Presidente Edmilson Roberto Cássia; Vice-Presidente Humberto Reginato; Tesoureiro Antônio Gomes da Silva Filho; Secretário Michael Jackson Ângelo; e Diretor de Patrimônio Geraldo Torrecília Lopes.

A cidade de Ivinheima é uma cidade pólo de desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul, e essa rádio comunitária exercerá um papel muito importante no desenvolvimento da região.

O nosso voto é pela aprovação porque foram atendidos todos os requisitos legais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Item nº 11. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2001, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Subaé Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Feira de Santana, Bahia.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, trata-se de renovação de permissão para exploração de serviços de rádio em frequência modulada à Rádio Subaé Ltda.

Todos os requisitos legais foram cumpridos, e estou apresentando uma emenda de redação, uma vez que a outorga foi originariamente concedida à Rádio Subaé de Frequência Modulada Ltda., hoje Rádio Subaé Ltda.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável do Relator Waldeck Ornélas, na forma da emenda oferecida.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Item nº 12. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2001, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Subaé Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, trata-se da mesma pessoa jurídica e também de ato de renovação de concessão, agora destinada à exploração de serviços de radiodifusão sonora em onda média.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Item nº 13. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à empresa Caracará de Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caracará, Estado de Roraima.

Passamos a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator da matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, o projeto prevê a outorga e a permissão para a empresa Caracará de Comunicação Ltda. explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caracará, no Estado de Roraima.

O projeto está de acordo com a legislação, e foi apresentada toda a documentação pertinente.

Portanto, o parecer é favorável à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Item nº 14. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2001, que aprova o ato que outorga a concessão à LHM Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora na cidade de Alto Alegre.

Passamos a palavra ao Relator da matéria, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, esse projeto pretende também a outorga e a concessão à LHM Comunicação Ltda. para exploração de serviços de radiodifusão sonora na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima.

O projeto está de acordo com a legislação, amplia as condições de funcionamento das rádios no Estado de Roraima, onde há muito poucas rádios.

Portanto, apresentada toda a documentação pertinente, a Relatoria é favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2001, que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Eldorado para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Castro Alves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castro Alves, Estado da Bahia”.

Com a palavra, o Relator, Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – É o seguinte o meu voto:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 311, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Eldorado para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Castro Alves atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2001, que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais”.

Com a palavra, o Senador Nabor Júnior, Relator da matéria.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o processo que concede outorga para o funcionamento da rádio denominada Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão, localizada na cidade de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais, está de acordo com a legislação e atende a todos os requisitos do Ministério das Comunicações.

Pelo exposto, apresento parecer favorável à requerida concessão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2001, que “aprova o ato que autoriza o Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boqueirão, Estado da Paraíba”.

O Relator da matéria é o Senador Ney Suassuna, que, por motivos de transição – S. Ex^a está para assumir um Ministério -, não está presente. Indicamos como Relator *ad hoc* o Senador Gerson Camata, a quem pedimos que faça a leitura do parecer.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma licença para uma rádio comunitária pertencente ao Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista, cujo presidente é o Sr. Aníbal Furtado Maciel, e a vice-presidente, D. Margarida Maria Maciel.

O processo está dentro das normas, foi aprovado pelo Sr. Ministro, aprovado na Câmara e o nosso relatório também é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2001, que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Romiporã de Espigão do Oeste para a Preservação da Cultura e o Desenvolvimento Social e Artístico – Acromeo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espigão do Oeste, Estado de Rondônia”.

Com a palavra, ao Relator, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2001, oriundo da Câmara dos Deputados, onde recebeu o número 872, sugere a aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Romiporã de Espigão do Oeste para a Preservação da Cultura e o Desenvolvimento Social e Artístico – Acromeo a executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade.

Quero apenas dizer que Espigão do Oeste é uma das cidades mais importantes do Estado de Rondônia. Fica no sudeste do Estado, na conhecida Zona da Mata. A presidência dessa instituição de caráter comunitário está com o Sr. Inácio Perini; o Vice-Presidente é José Ângelo Mascarelo; o Secretário, Wilson Garcia...

O SR. GERSON CAMATA – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. MOREIRA MENDES – Pois não, Senador. Com muito prazer.

O SR. GERSON CAMATA – Adiantando meu voto favorável, são duas famílias do Espírito Santo: Inácio Perini, de Santa Tereza, e Mascarelo, de Castelo e Colatina. Assim, os capixabas que lá estão atuam também na área das rádios comunitárias.

O SR. MOREIRA MENDES – Agradeço o aparte e gostaria de dizer a V. Exª que a presença dos capixabas no Estado de Rondônia, a exemplo dos demais brasileiros, é realmente muito grande. Aquela é um região produtora de café, entre outros, do café conillon, aos cuidados dos capixabas.

Repetindo, o tesoureiro é o Sr. Geraldo André de Souza. O projeto já passou pela Câmara dos Deputados, onde obteve parecer favorável, foi aprovado e encontra-se no Senado Federal.

O voto é no sentido de que toda a legislação foi cumprida e merece a aprovação desta Comissão, Sr. Presidente.

É o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Senadores que aprovam o parecer do Senador Moreira Mendes, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tendo em vista que não há outros assuntos a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Encerrada a reunião às 12h40min.)

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 11ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de cinema, Comunicação Social e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 31 de outubro de 2001. – Audiência Pública

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto, e com as presenças dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Artur da Távola, Ricardo Santos, Fernando Matusalém, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Juvêncio da Fonseca, Francelino Pereira e Geraldo Cândido, reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Amir Lando, Gerson Camata, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornélas, Leomar Quintanilha, José Coelho, Arlindo Porto, Teotônio Vilela Filho, Marina Silva, Álvaro Dias e Paulo Hartung. A Presidência submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como objetivo debater sobre a proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei de Radiodifusão, "Foram convidados, como palestrantes, as seguintes personalidades: Sr. Juarez Martinho Quadros do Nascimento (Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações), Sr. Alberto Dines (Colunista do "Jornal do Brasil" e Diretor do Programa Observatório da Imprensa – TVE), Sr. Etevaldo Siqueira (Especialista em comunicação e Jornalista do Jornal "O Estado de São Paulo") e Sr. Ara Apkarian Minassian (Superintendente de Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL). Deixa de comparecer o Sr. Etevaldo Siqueira, por motivo justificado. A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra para os Senadores membros presentes para posterior debate com os convidados. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador Freitas Neto, Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo número regimental, está aberta a 38ª Reunião Extra-

ordinária da Comissão de Educação e a 11ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Esta reunião trata de uma audiência pública atendendo a requerimento aprovado pelo Plenário da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, de autoria dos Senadores Geraldo Cândido, Ricardo Santos, que é Presidente da Comissão de Educação, e Freitas Neto, para debater a proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei de Radiodifusão.

A sugestão de ambas as comissões era chamar para esta audiência o Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Juarez Quadros, aqui presente, colunista do **Jornal do Brasil**, Diretor do Programa do **Observatório da Imprensa**, Alberto Dines, aqui presente, e o representante da Anatel, Ara Apkari Minassian, Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Desejo esclarecer que gostaria de estar presente o Diretor-Geral da Anatel, Dr. Renato Guerreiro, mas está havendo um evento importante para a Anatel em Florianópolis. Ontem mesmo, à noite, ele ligou para a minha residência para reforçar a intenção de, em uma próxima audiência pública, se for do interesse de ambas as comissões, ele aqui comparecer e dizer que tinha designado o Superintendente dos Serviços de Comunicação de Massa para representar a Anatel nessa audiência.

Foi também convidado o jornalista Etevaldo Siqueira, especialista em comunicação e jornalista do jornal **O Estado de S. Paulo**, que havia, inclusive, confirmado presença para esta audiência, mas que, por problemas de saúde, ontem, ligou para a comissão se desculpando.

Portanto, vamos iniciar a nossa audiência pública de hoje, passando a palavra para os nossos convidados. Primeiramente, concederemos a palavra a cada um dos convidados por 15 minutos. Depois, abriremos os debates para os Senadores que se interessarem em fazer pergunta a todos ou a cada um de nossos convidados.

Com a palavra o Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Juarez Quadros, por 15 minutos.

O SR. JUAREZ QUADROS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não dá para discorrer sobre o projeto como um todo. Ele é composto de vários livros. O que gostaria

então de mostrar inicialmente, nestes 15 minutos, é que a condição foi estabelecida já desde o início do processo de reforma das comunicações, com a Emenda Constitucional nº 8, ainda quando do Ministro Sérgio Motta. O que fizemos foi pedir a alteração do dispositivo constitucional que tratava do aspecto de telecomunicações.

A Constituição Federal, em seu art. 21 com os seus incisos, já tinha a separação daquilo que tratava de telecomunicações e o que tratava também de radiodifusão, ou seja, a Constituição Federal já separa as disposições em incisos diferentes para tratar da questão de telecomunicações e de radiodifusão.

Diferentemente de outros países, mas essa é a nossa Constituição, que respeitamos, o assunto, então, é tratado em disposições constitucionais separadas. Tanto assim que, na Emenda Constitucional nº 8, a redação alterada foi justamente a do inciso XI, para tratar da questão exclusivamente de telecomunicações.

O inciso que trata de radiodifusão é o inciso seguinte, que é o inciso XII, na sua alínea “a”, que permaneceu inalterado desde a Emenda Constitucional nº 8.

Dito isso, gostaria de citar, fazendo menção também a Lei Geral de Telecomunicações, nas suas disposições finais e transitórias. A questão é tratada de vez que esse foi um dos aspectos de muita dificuldade quando da elaboração geral da Lei de Telecomunicações, ou seja, justamente por ficar ainda no Poder Executivo a administração do espectro de rádio de frequências.

Só para citar a V. Exªs, nos diversos países, por exemplo, nos Estados Unidos, o FCC trata de todos os serviços, ou seja, tanto de telecomunicação como de radiodifusão e também a questão da administração do espectro. Já outros países, tipo a Inglaterra, a questão do espectro é tratada por agências diferentes, vamos assim, ou seja existe uma agência para a radiodifusão e existe uma agência para a telecomunicações e tipo uma agência para a questão da administração do espectro. Na própria França, também são órgãos entidades diferentes que tratam sempre da questão da administração do espectro; *idem* na Itália. Então, aqui no Brasil, quando tivemos que tratar esse assunto, tínhamos a grande dificuldade de onde deixar a questão do espectro, porque as frequências se misturam; ora elas estão sendo usadas para serviço de radiodifusão, para serviços de telecomunicações e ora para as aplicações militares.

No caso, então, da lei geral, foi estabelecido que a administração do espectro radio frequência ficaria na Anatel e na competência do Ministério das Comunicações, que justamente no seu art. 211, da Lei Geral de Telecomunicações, ficou a questão da outorga do serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, que é excluída da jurisdição da agência, permaneceu no âmbito das competências do Poder Executivo, uma vez que os serviços dos atos de outorga dos serviços de radiodifusão são de competência do serviço do Poder Executivo, ou seja, o Presidente da República auxiliado pelo Ministro de Estado, também de acordo com a disposição constitucional. E cabe então a agência, no caso a Anatel, elaborar e manter os respectivos planos de distribuição de canais levando em conta inclusive os aspectos concernentes à evolução tecnológica. Também ainda num parágrafo único desse artigo foi determinado então que pela Lei Geral de Telecomunicações que caberia a Anatel a fiscalização quanto aos aspectos técnicos das respectivas estações de radiodifusão.

Feita essa menção à Constituição e à Lei Geral de Telecomunicações, o projeto de lei que ainda está em consulta pública no âmbito do Ministério das comunicações, para essa consulta foram recebidas da ordem de 1.500 contribuições das mais diversas colocações e questões, que estão sendo analisadas. Nós ainda não terminamos essa análise, muita coisa ainda será recepcionada, ou seja, há proposta de alterações de disposições que certamente merecerão a nossa atenção como o próprio Ministro tem mencionado, e, com isso, ao ser concluída a elaboração do projeto de lei, ele virá com alterações daquilo que está para o conhecimento público mediante consulta pública.

Eu gostaria então de, no projeto de lei do serviço de radiodifusão, citar algumas condições que são mais interessantes para até esclarecer dúvidas, de vez que tem havido alguns equívocos de algumas pessoas, de alguns profissionais e colegas também nossos, na área de engenharia, com relação a algumas questões que estão colocadas. Uma das questões, por exemplo, que gostaríamos até de esclarecer, é um dos artigos do projeto que fala que o usuário do serviço de radiodifusão e seus ancilares tenham o direito. Aqui é bom entender o que é serviço de radiodifusão, o que são serviços ancilares e o que são serviços auxiliares. Esses jargões eles – quem trabalha no métier mais perto talvez saiba alguns outros até mesmo profissionais na área de engenharia talvez não percebam essa coisa toda, mas é importante aqui então tentar ir esclarecendo algumas dúvidas que te-

nham ocasionado alguma repercussão para pessoas que talvez não tenham percebido a questão.

Um outro ponto que também é interessante aqui frisar é justamente o da criação de um conselho, que, no projeto de lei – justamente no art. 13 –, foi chamado de Conselho Nacional de Comunicação. Quanto a isso eu diria – é uma opinião pessoal minha – que o importante não é o nome do conselho, e sim o que se dará de competências ou de atribuições a ele. Se esse nome não for o melhor, poderá ser modificado no próprio projeto.

Mas a intenção que foi aqui colocada é a de que seria um órgão colegiado, integrado à estrutura organizacional do Ministério das Comunicações, com a finalidade de assessorar o Ministro de Estado na formulação de políticas e diretrizes para a exploração dos serviços, ainda podendo esse conselho, observado o interesse público, estabelecer representações regionais, na forma de seu regimento, ou seja, levando então para um regimento.

E ele é constituído, inicialmente, na proposta, no projeto de lei, por onze membros com uma composição que está elencada, mas que poderá... Até mesmo, na consulta pública que fizemos, há sugestões de mais representatividade e inclusive de aumentar o número de membros junto a esse Conselho de Comunicação. Então, isso está sendo apreciado também e com certeza recepcionaremos para dar mais representatividade, em função de segmentos que se interessaram em estar presentes no tal conselho.

Uma outra questão que também destaco é relativa às condições gerais de exploração dos serviços de radiodifusão. É importante também frisarmos que todos os princípios constitucionais estão mantidos no projeto, ou seja, não tentamos no projeto – e não tentaremos, essa é a orientação do Ministro – fazer nenhuma modificação ou nenhum pedido de emenda constitucional. Sabemos até que existem emendas constitucionais que estão em curso aqui no Congresso Nacional, como a questão do capital externo nas empresas de radiodifusão. Dependendo, então, da condição com que o assunto seja tratado na emenda constitucional que está em curso, a lei, ou o projeto de lei, terá que recepcionar aquilo que o Congresso Nacional determinar.

Há questões, então, em relação às quais, em função do avanço tecnológico que ocorre a toda hora, a lei tentou ser mais ágil e mais moderna, em que o Ministério poderia disciplinar novos serviços de radiodifusão. No próprio projeto de lei, há uma série de menções a que o Ministério – aqui eu faria já uma correção, que faremos no projeto de lei. Será, sim, o Po-

der Executivo, ou seja, há um equívoco de nossa parte na elaboração do projeto de lei, então, muitas das atribuições que estão ditas como sendo do Ministério das Comunicações terão correções para estabelecer que serão do Poder Executivo.

Uma outra questão que também aproveito a oportunidade para mencionar é a das outorgas, que serão todas estabelecidas dentro do que a Constituição determina, ou seja, deverão passar também pelo Congresso Nacional porque assim prescreve a Constituição Federal. Isso significa que os atos de outorga, mediante o processo que hoje é adotado, estarão sempre passando pela Casa do Legislativo.

Um outro ponto que também é interessante frisar e destacar é quanto à maneira de outorgar. Os senhores devem lembrar que a Constituição e a lei, que é o Código Brasileiro de Telecomunicações, não tratava muito diretamente de como fazer o processo de outorga. Por um ato administrativo, que foi um decreto, em um ano em que ainda era vivo o Ministro Sérgio Motta, foi decidido que o processo de outorga dos serviços de radiodifusão seria feito mediante concorrência pública.

Na Lei nº 4.117 não estava disposto que faríamos as outorgas dos serviços de rádio e televisão por um processo público, pois o processo era discricionário. A imposição dessa condição representa uma elevação de nível, porque a matéria deixa de fazer parte apenas de um decreto para se tornar disposição de lei, dessa forma, já não será o Presidente da República e/ou o Ministro de Estado quem poderá modificá-la, mas somente o Congresso Nacional. Utilizando um jargão técnico, poderia dizer que estamos fazendo um **upgrade**, impondo maiores condições para que alguma tratativa altere o processo de outorga. Essa condição, ou seja, a necessidade do processo de licitação foi incluída no projeto de lei.

A lei trata de outra condição, que é a modalidade dos serviços de radiodifusão. Hoje, no País, há apenas serviços prestados em regime comercial ou educativo. Entretanto, nesta Casa mesmo, tivemos oportunidade de participar dos processos de implantação da **TV Senado**, da **TV Câmara** e da **Rádio Senado**, e houve pleitos de entidades, mesmo no âmbito legislativo de Estados e Municípios, solicitando a outorga desses serviços.

O que consta do projeto de lei? A proposta é a de que o serviço de radiodifusão poderá ou não ser comercial. Comercial é todo serviço que pode ser explorado com finalidade lucrativa, e o não-comercial, aquele explorado sem fins lucrativos, aí compreendida a radiodifusão educativa, que deve ser explorada

exclusivamente com a finalidade educativa, e o serviço de radiodifusão institucional, cuja finalidade é divulgar as atividades desenvolvidas pelas pessoas de direito público interno e por órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federal, estadual ou municipal.

Também existe a Lei nº 4.017, que não está no Código Brasileiro de Telecomunicações e regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária.

Então, as modalidades de serviço são: comercial, educativo, institucional e comunitário.

Quanto ao serviço comunitário, quase nada foi alterado na lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Poder Executivo, a não ser uma pequena questão a respeito da proteção, sugerida quando realizamos uma audiência pública. Houve muitas solicitações para que as outorgas fossem protegidas, porque são dadas em caráter precário e não têm proteção contra interferências. Quando fizemos a consulta pública, houve muitas propostas relativas à proteção contra a interferência.

Com relação à maneira de fazer a outorga desses serviços, deveremos obedecer àquilo que a Constituição Federal. As modalidades de outorga são a concessão, a permissão e a autorização, sendo que, ainda por disposição constitucional, as outorgas de concessão e de permissão devem ser feitas mediante concorrência pública, ou seja, por processo de licitação. Quanto à autorização, isso não é necessário.

Como isso é feito atualmente? Somente as outorgas de concessão e permissão para rádio e televisão são feitas por concorrência pública. Os processos de rádio e televisão educativas ou comunitárias ainda são discricionários, principalmente para as educativas. Com relação à radiodifusão comunitária, a própria lei que a criou estabeleceu um rito em que há uma série de exigências que devem ser observadas atentamente, para que mandem ao Congresso projetos bem elaborados, já que aqueles eventualmente enviados de forma errada são devolvidos. Há um rito previsto na própria lei que dá trabalho, mas procuramos observá-lo e, no projeto de lei, está totalmente mantido.

Uma questão muito debatida nessa fase de consulta pública de projeto de lei é a das restrições. Só para lembrar a V. Ex^{as}, isso está na legislação atual, a Lei 4.117 e o Decreto-Lei nº 236, que tratam das restrições quanto às propriedades dos serviços de radiodifusão.

Quanto às rádios, as limitações são as seguintes:

– no âmbito local, o Decreto-Lei nº 236 estabelece que são permitidas a um mesmo grupo somente seis rádios FM (frequência modulada) e quatro rádios OM (ondas médias);

– no âmbito regional (a potência que se pode ficar aumentando ou diminuindo), são permitidas a um mesmo grupo três emissoras de ondas tropicais e três emissoras de ondas médias, com a limitação de no máximo duas por Unidade da Federação ou duas por Estado;

– no âmbito nacional, permitem-se duas emissoras de rádio, sendo duas em ondas médias e duas em ondas curtas.

Esse é o limite estabelecido pela lei em vigor.

Já para a televisão, os limites são dez emissoras no País, sendo cinco em VHF e cinco em UHF, limitadas a duas emissoras por Unidade da Federação.

No projeto de lei, tentamos fazer uma abertura. Porém, nas reuniões que temos tido com o Ministro Pimenta da Veiga, esse item está em revisão. Foi um item muito questionado durante a fase de consulta pública, e deveremos estabelecer uma condição restritiva cuja análise não está concluída. No projeto de lei, são os arts. 76, 77, 78 e 79.

Hoje, praticamente todos os grandes grupos brasileiros estão no limite máximo de outorga, o que acarreta a adoção do conceito de “afiliações”. Se tomarmos, por exemplo, o segmento de televisão, normalmente todos os grupos têm 5 outorgas. Houve um caso recente nesta Comissão, na semana retrasada, que era a renovação da **TV Manchete**, agora **TV Ômega**. As outorgas daquele grupo, ainda quando da família Bloch, estavam no limite máximo permitido pela lei, ou seja, de 5 estações. Normalmente, quando se chega a esse limite, essas organizações fazem processos de afiliação. Se analisarmos, por exemplo, a Rede Globo – a rede de maior penetração no País –, as emissoras do Amazonas, do Pará, do Maranhão, do Ceará, da Bahia e de muitos outros Estados são afiliadas; a exceção é o Estado de Pernambuco, cuja emissora pertence à própria Rede. Esses grupos afiliados são independentes e diferentes, e o contrato é feito entres as partes: o afiliado e o cabeça da Rede. Com isso, é feita a exploração do serviço.

A ampla utilização do instituto da afiliação pelas redes de televisão demonstra a necessidade dessas redes de uma abertura maior em todo o País. No projeto de lei, estávamos tentando analisar essa abertura e seus limites, para que o projeto venha à apreciação do Congresso Nacional.

Outra questão também muito delicada é o conteúdo de programação. A Constituição Federal, no art. 220, que trata da comunicação social, é muito forte. E temos o cuidado e o zelo de evitar infringi-la.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Neste caso, trata-se do limite da censura. No projeto de lei, estamos muito conscientes de que, no conteúdo de programação, os princípios constitucionais têm que ser muito bem apreciados e observados, sob pena de cometermos alguma inconstitucionalidade. Há alguns dispositivos no projeto de lei.

Farei um destaque à programação regional. O art. 82 do projeto de lei dispõe que “a exploradora do serviço de radiodifusão deverá transmitir percentual mínimo de programação produzida regionalmente, conforme disciplinado pelo Ministério das Comunicações”. O projeto diz Ministério das Comunicações, mas poderá ser o Poder Executivo, por alguma norma. Ou seja, os regulamentos sempre serão do Poder Executivo. A regulamentação da lei – vamos corrigir isso – será feita por disposição do Poder Executivo.

Quanto à programação oficial de informações dos Poderes da República, manteremos o modelo atual, exceto quanto ao programa **A Voz do Brasil**. Hoje temos que observar muito as disposições judiciais. Entidades, exploradoras e prestadores de serviço de radiodifusão sempre buscam algum recurso, de vez que hoje há um horário. No projeto de lei, estamos estabelecendo a proposta de que a programação de **A Voz do Brasil** possa ser veiculada no período entre 19h e 22h local, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

Quanto à transmissão de programação político-partidária e propaganda eleitoral, temos, com está no projeto de lei, que fazê-la nos termos da legislação específica que trata da questão.

Quanto à programação educativa e informativa dirigida à criança, está sendo proposto que isso seja obrigação, devendo ser veiculado entre 7h e 22h, também por disciplinamento do Poder Executivo. O conteúdo e a duração dessas inserções comerciais, ou seja, da programação destinada à criança deverão ser adequados a ela. Estamos tratando isso no projeto de lei.

Também dizemos que as exploradoras, ou seja, as prestadoras de serviço que tratam de programas para a criança devem dispor de pedagogos e psicólogos para a avaliação dos seus programas educativos

e informativos. A prestadora dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá exibir, em sua programação, percentual mínimo de filmes de longa e curta metragem de produção independente, desenhos animados produzidos no País, conforme disciplinamento que será estabelecido.

A prestadora de serviços de radiodifusão de sons e imagens também deverá exibir, em sua programação, percentual mínimo da dramaturgia brasileira inédita, conforme disciplinamento a ser estabelecido.

Quanto à afiliação, estamos propondo, no projeto de lei, que a relação entre a cabeça de rede e a filial seja acordo entre as partes, ou seja, o Poder Executivo não tratará da questão.

No item relativo ao bloqueio individual, à recepção de programas e canais, da classificação de programas e da legenda codificada. No art. 95 do projeto de lei, estamos propondo que os aparelhos receptores de televisão, fabricados ou comercializados no País, deverão ser dotados de dispositivos eletrônicos que emitam ao usuário o acesso à legenda codificada nos programas, o recebimento de informações referentes à classificação dos programas e o bloqueio à recepção de programas. Ainda, no art. 96, que as prestadoras deverão transmitir informações referentes à classificação de programas para permitir a opção dos usuários.

Há também uma proposta de disposição relativa à questão da tecnologia digital dos serviços de radiodifusão. A televisão digital está aí, já com uso em países outros, como Inglaterra e Estados Unidos, para não citar muitos outros. Na Inglaterra, segundo sabemos, há uma penetração da ordem de 32%; nos Estados Unidos, menos de 1% ainda de penetração. No projeto de lei, em seus arts. 99 e 100, há uma tentativa de tratar da questão. Está havendo alguns questionamentos, na consulta pública, relativos a esses dois artigos. Estamos avaliando para decidir, ou seja, o Ministro decidirá, até dada a premência da questão, que se faça, talvez, uma condição, não no projeto de lei, tentando fazer uma política de governo. Quer dizer, colocar a questão aqui proposta de uma outra forma: uma política que poderá ter força de decreto, de vez que será uma emenda, uma exposição de motivos do Ministro, submetida ao Presidente da República, que, com a aprovação do Presidente, terá força de decreto, ficando, então, numa hierarquia abaixo da lei. Isso ainda está sendo analisado para que possa ser levado ao Presidente, e, certamente, por se tratar de uma política de governo – e sendo uma política de governo, ela será pública –, o Ministro tratará também com o Congresso da tecnologia digital. Tendo em vista que

ela já está muito presente hoje, na televisão, sendo discutidas, inclusive, diversas fases de consulta feitas pela Anatel, que tem a competência de definir qual será o padrão – o europeu, o americano ou o japonês –, o que será motivo ainda de algum debate. Porém, essa é uma questão estratégica e política, e a pretensão do Ministro é também discutir isso com o Congresso.

A questão da rádio comunitária está praticamente transcrita para o projeto de lei, exceto a questão relativa às interferências indesejáveis, que hoje, na própria lei da rádio comunitária, não tem proteção. Na consulta pública, houve muita solicitação de que haja uma proteção e de que essas interferências, se houver, haja uma proteção.

Um outro item que também citei rapidamente, o qual está no livro 5, o art. 28 do projeto de lei, é o que trata de serviços ancilares. Um colega nosso, também engenheiro, publicamente, por meio de artigos em jornais, questionava isso. Não tivemos ainda oportunidade de conversar com o Prof. Murilo, da UnB, a fim de esclarecer-lhe a dúvida que eventualmente tenha.

Hoje, os serviços ancilares de radiodifusão são os serviços de retransmissão e repetição de televisão. Esses dois serviços são usados pelo interior do País de forma muito extensa. Só para os senhores terem idéia, hoje temos retransmissoras de televisão outorgadas no País, ou seja, 8.755 outorgas de retransmissão de televisão. Sequer tenho o número de repetições, porque, às vezes, o número de repetições é muito superior a isso em determinados enlaces.

No projeto de lei, a referência que se faz a serviços de ancilares é tratada no item relativo às retransmissoras e às repetidoras.

Nos serviços auxiliares de radiodifusão, há os serviços, os **linkings**. Por exemplo, quando há uma entidade dando cobertura ao Congresso Nacional, vemos sempre carros estacionados em locais próximos, que apontam para as antenas que estão nas torres ou nos prédios onde estão os estúdios das estações de televisão. A esse **linking** chamamos serviço auxiliar. Ou seja, hoje, com o advento da tecnologia das fibras óticas, alguém já não está mais usando o espectro radioelétrico. Há muitos pontos, tipo tribuna do povo, explorados por algumas entidades e emissoras de televisão em que, em determinado local, há um ponto de conexão por fibra ótica. Desse local, leva-se ao estúdio principal aquele sinal sem usar o espectro radioelétrico.

Essas licenças, inclusive, quando não usam o espectro radioelétrico, sequer passam pelo controle

do setor, no caso, a Anatel, pois é ela quem expede as licenças de uso do espectro. Quando não se usa o espectro, o serviço independe de outorga. Esse é um exemplo de um serviço de radiodifusão.

Esse artigo trata também dos serviços de valor adicionado. O serviço de valor adicionado, de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações, não é serviço de telecomunicações. No Projeto de Lei de Radiodifusão, está previsto que o serviço de valor adicionado ao serviço de radiodifusão não é serviço de radiodifusão, até por uma simetria com a Lei Geral de Telecomunicações. Sendo assim, independe de outorga. Esses serviços também terão a facilidade, principalmente com o advento da televisão digital, de permitir que serviços de Internet possam passar pelos canais de televisão. Essas questões também estão propostas no projeto de lei.

A seguir, há o item que trata das infrações e das sanções, em que são estabelecidas as multas. No projeto de lei, o teto é o de que nenhuma multa poderá ser superior a R\$1 milhão. Hoje, as multas no setor de radiodifusão são irrisórias. Com o trabalho que temos, talvez fosse melhor nem cobrar. A relação custo/benefício é muito desproporcional. No projeto de lei, estamos tentando adequar essa condição à realidade econômica.

Destaco ainda a ética na prestação dos serviços, principalmente no que se refere à fraude ao controle societário. Somos muito acionados com relação ao isso, mas nem sempre conseguimos resolver, na rotina dos trabalhos do controle societário, visto que há os recursos na esfera do Poder Judiciário. Normalmente, se a questão não estiver bem estruturada, a entidade que às vezes está sendo penalizada recorre, e somos vencidos por falta de disposições legais.

No art. 168 do projeto de lei, tratamos da fraude ao controle societário. O artigo propõe que dissimular por qualquer meio o controle societário de exploradora de serviço de radiodifusão, com vistas a fraudar regras relativas à propriedade múltipla, à propriedade cruzada e à participação de capital, leva a pena de reclusão de dois a cinco anos, mais a multa que será estabelecida.

Sr. Presidente, essas são as condições que nós colocamos no projeto de lei que está ainda em consulta pública, como eu falei, com cerca de 1.500 contribuições sendo processadas, para que nós possamos, ou não, atendê-las, recepcioná-las, e com isso concluir o projeto de lei que virá para o Congresso, para o debate mais amplo e muito competente que V. Ex^{as} farão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O Dr. Juares Quadros fez um relato a respeito de todo o projeto que se e contra em consulta pública, por isso mesmo fomos tolerantes no tempo. Aliás, o tempo, aqui, não é inteiramente rígido, mas achamos que é útil para o debate.

Passamos a palavra ao jornalista Alberto Dines por 15 minutos, mas também, se julgar necessário, pode tornar o tempo mais elástico. Temos apenas três convidados. Acho que devemos realmente esclarecer e debater vários aspectos da referida proposta.

Com a palavra o jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Muito obrigado **O SR. PRESIDENTE**, Srs. Membros da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus amigos.

Estou aqui na condição de jornalista preocupado sempre com o aspecto político-institucional do Jornalismo, compreendido dentro de um processo de comunicação mais amplo. A minha apreciação será focada nesse aspecto fulcral político-institucional, e deixo aos técnicos e aos especialistas, sobretudo aos engenheiros e aos juristas, a análise dessas questões que não são secundárias, mas eles terão mais competência do que eu para analisá-las.

Na qualidade de jornalista, também me sinto mais à vontade, Sr. Presidente, por ter preparado um textinho que lerei com a maior brevidade possível, que não terá meias tintas. Pretendo deixar as coisas bem claras, para que, a partir de agora, do que eu disser, a coisa fique colocada dentro desse aspecto político-institucional que não tem sido discutido até o momento.

Eu começo com uma pergunta que pretendo responder: O que há de certo e de errado no anteprojeto de radiodifusão que está sendo submetido ao debate da sociedade? Vejo que há pouquíssimas coisas certas e muitíssimas coisas erradas. Quase todas.

Para que a afirmação não pareça fruto de levianidade nem de diletantismo ou puro niilismo, é preciso, antes, recuar para fazer uma pergunta ainda mais abrangente: o que há de errado na comunicação social, no Brasil?

Com essa nova pergunta, fica evidente que o problema não está circunscrito à radiodifusão, ou somente à radiodifusão. Estamos tratando de um sistema que inclui veículos impressos e eletrônicos. Cada grupo subdividido em subgrupos.

Mídia é plural, não preciso eu ensinar isso aqui. Não existe no singular. Encarar ou corrigir apenas uma das suas formas é ignorar o seu caráter holístico,

múltiplo, sistêmico, na sociedade de massas, sobretudo nesta era da informação.

Os problemas de um determinado meio de comunicação, "mídiu", tendem a repetir-se e magnificar-se, por meio dos demais, porque todos têm a mesma função social: comunicar. Tentar resolver isoladamente a radiodifusão, a chamada mídia eletrônica, significa ignorar o caráter pluralista e diversificado da comunicação na sociedade contemporânea, aberta e democrática, como a nossa.

Nesse aspecto, digamos morfológico da questão, somos obrigados a contestar também a precariedade do termo "radiodifusão", para designar um conjunto de meios que incluem, além do rádio e todas as modalidades de TV, também a comunicação pela Internet e seus diferentes desdobramentos que, em um futuro muito próximo, estarão englobando o próprio rádio e a televisão.

Legistar, acredito eu, em cima de circunstâncias equivale a produzir regulamentos condenados à obsolescência. Ao adotar essa ótica abrangente e sistêmica, estamos principalmente querendo chamar a atenção para as rápidas mutações produzidas pela tecnologia e para a necessidade de fixar princípios e doutrinas, essas sim capazes de estabelecer um mínimo de continuidade e perenidade diante da velocidade dos avanços tecnológicos.

As deficiências desse projeto, a meu ver, originam-se no seu caráter particularista e setorial, a saber: esquece a interação dos diferentes meios de comunicação; esquece outros instrumentos legais já aprovados ou em via de serem aprovados na área da comunicação social e da imprensa, criando-se contradições imperdoáveis no estado moderno; esquece a concepção de um Executivo eficaz e regulador que o próprio Governo vem propondo com tanta insistência; esquece, finalmente, a noção de controle social e participação pública, hoje aceita como essencial para o desenvolvimento da democracia e de uma comunicação democrática. Vamos tratar dessas quatro omissões logo adiante.

Antes disso, queria identificar os erros, as disfunções e os desvios gerais e globais do processo da comunicação no Brasil. Primeiro, a doença com suas causas e sintomas; depois, o remédio.

Os problemas da mídia brasileira, a meu ver, resumem-se em dois: o primeiro refere-se à estrutura e o outro é o que é produzido por essa estrutura, o conteúdo; todos os demais problemas são decorrentes. Em matéria de estrutura, nossa mídia está perigosamente concentrada. Repito: perigosamente concentrada. Temos um conglomerado que, por várias ra-

zões, todas aparentemente legítimas, tornou-se hegemônico, e na outra ponta temos um número muito pequeno de alternativas; todos, sem exceção, os gigantes e os anões, sufocados pela mesma descapitalização, pelo endividamento e alguns até em situação pré-falimentar. O problema não diz respeito apenas à concorrência e ao poder econômico, diz respeito, e muito, à pluralidade das fontes informativas, daí por que insisto no caráter institucional e político deste anteprojeto. É, portanto, um problema político.

Essa concentração não se dá apenas no terreno mais visível que é o da televisão; ao contrário, a concentração é agravada pela televisão. E aqui temos o exemplo mais eloquente e dramático da concentração midiática no Brasil – e aqui sou obrigado a citar nomes. As principais afiliadas da **Rede Globo** no País inteiro são ao mesmo tempo núcleos dos mais poderosos conglomerados regionais de mídia. Pior ainda: os mais importantes e influentes jornais regionais são editados por empresas que, entre os seus diversos negócios, atuam na TV como afiliadas da **Globo**. Considerando que o faturamento de uma afiliada da **Globo** é no mínimo dez vezes maior do que a receita de um jornal regional impresso, pode-se imaginar o grau de dependência desses grupos a sua atividade mais rentável e a sua matriz. É o caso dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Exceções são Minas, Pernambuco e Distrito Federal (Brasília), cujos principais jornais são dos associados; também a Bahia, onde o mais influente diário é **A Tarde**, que pertence a um grupo adversário da afiliada da **Globo**. São Paulo, que por enquanto ainda é exceção, tende infelizmente a enquadrar-se na regra, caso o recém-adquirido **O Diário de São Paulo** consiga transformar-se num jornal de grande penetração popular, o que não será difícil considerando a maciça campanha publicitária da **Rede Globo** para promovê-lo. O caso da cidade de Santos é o mais aberrante em matéria de concentração. O maior porto da América do Sul só tem um diário, **A Tribuna**, e a empresa que o edita é também afiliada da **Globo**. Pergunta-se: o jornal poderá defender alguma causa que ponha em risco suas relações com a principal fornecedora do seu faturamento? Fica evidente que qualquer medida – e aqui é importante – que se adote para se diluir a concentração da mídia terá que levar em conta o sistema midiático como um todo. Cuidar apenas da concentração na área da chamada radiodifusão, como faz este anteprojeto, é olhar uma parte do problema e esquecer o resto, o que é muito mais grave.

O contrário acontece nos Estados Unidos, onde a agência reguladora chamada **FCC – Federal Communications Commission** controla a concentração do sistema como um todo, levando em conta não apenas o universo eletrônico, mas também o seu parentesco com a mídia impressa. Obviamente, esse controle não se faz a partir de jornais, que, não sendo concessões, podem ser editados livremente, mas sim em razão dos conglomerados multimídia em torno dos jornais.

Uma das grandes falências desta proposta de radiodifusão: além de não ser declarada e suficientemente diluidora em matéria da mídia eletrônica, não leva em conta o perigo da imantação de empresas de mídia eletrônica com mídia impressa; e essas com provedoras de conteúdo para a Internet.

É justamente no âmbito dessa primeira enfermidade ou, se quiserem, deformidade chamada concentração que se situa a segunda doença do processo de comunicação brasileiro que é a baixa qualidade da programação da nossa TV. Como enfrentar o poder de fogo desse formidável conglomerado nacional com propostas modernizadoras ou saneadoras? Como levar adiante a idéia da classificação de programação televisiva por horário e faixa etária ou lançar ao debate a idéia do controle social de uma concessão pública, se a mídia brasileira está amarrada a um grupo monolítico?

No ano passado, assistimos estarecidos a como uma ofensiva do Ministério da Justiça em prol de algo tão simples como a classificação da programação foi derrotada por esse grande conglomerado, na época ainda mais poderoso e influente porque contava com a adesão da **Folha de S.Paulo**, que então estava em bons termos com o **Grupo Globo** em razão da parceria de ambos no jornal **Valor Econômico**.

Antes que algum dos presentes levante a razão dessa submissão do poder político ao poder multimídia, vale acrescentar um dado ainda mais grave em matéria de distorção institucional e política: todos, repito todos os clãs políticos do País são também, de uma forma direta ou indireta, donos dos mais importantes grupos de comunicação regional. E aqui incluem-se as afiliadas de outras redes de televisão, como é o caso do ex-Senador e ex-Presidente desta Casa, Jader Barbalho, afiliado da **Rede Bandeirantes**.

É preciso dizer também – e isso é importante – que mesmo as Oposições temem mexer em um sistema tão bem amarrado e sólido. Os projetos de poder das Oposições não contemplam pelo menos até ago-

ra qualquer alteração no **status quo**. Ao contrário, as Oposições contam com a manutenção do **status quo** em matéria de mídia para os seus projetos de poder.

E se há uma razão transcendental para se criticar este projeto de lei oriundo do Ministério das Comunicações é o fato de que, sob o pretexto de remediar e corrigir, ele mantém, agrava e aprofunda uma situação que relativiza a nossa democracia e compromete o nosso desenvolvimento cultural.

Mencionei anteriormente que o texto submetido ao debate público cometeu quatro omissões. Da primeira, de caráter didático, já tratamos: a impossibilidade de examinar a radiodifusão desligada do seu contexto maior, o sistema multimidiático. A segunda omissão é operacional: ignora completamente a existência de outros dispositivos legais em diferentes fases de tramitação, em todos os casos mais adiantados que este anteprojeto. E, portanto, em condições de tornar inócuas algumas das suas proposições.

Eis o que já existe em tramitação e que o anteprojeto ignora: já foi aprovada por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional, que altera o art. 222 da Carta Magna, que regula a propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

A nova redação, que só espera a oportunidade para ser votada em plenário, contraria frontalmente o que está proposto no capítulo V, art. 73, incisos I e II, dessa minuta. Nesse está dito que “a propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa de radiodifusão, exceto partidos políticos e sociedade, cujo capital pertença exclusivamente a brasileiros”.

Mas a nova redação do art. 222 da Carta Magna, que será apresentada à Câmara Federal e depois ao Senado, diz o contrário; admite a participação de pessoa jurídica, porém, limitada a 30% do capital total e votante, devendo os 70% restantes pertencer, exclusivamente, a brasileiras ou brasileiros naturalizados, etc.

Não é apenas isso. Foi previsto na Constituição, no art. 224, e já está devidamente regulamentado, o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Não obstante, o anteprojeto ora em debate, no seu Livro II, Títulos I, II e III, propõe a criação de um segundo órgão com características idênticas. Chama-se: Conselho Nacional de Comunicação, ligado à estrutura do Ministério das Comunicações.

Pergunto: o que faremos com o primeiro Conselho já inscrito na Constituição e já regulamentado?

É um órgão auxiliar do Congresso e que não foi constituído.

Aqui entramos na terceira omissão do texto submetido ao debate público. Esquece, completamente, uma das coordenadas do próprio Governo, que propõe um Estado mínimo com agências reguladoras independentes legitimadas pelo Legislativo, portanto, representativas da sociedade – caso da ANP, da Anatel da Anae, etc.

Ao Conselho Nacional de Comunicação caberá assessorar o Ministro das Comunicações, que não tem mandato popular. Já o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição, é órgão auxiliar do Congresso Nacional, eleito pelo povo. Não são apenas concepções conflitantes sob o ponto de vista filosófico, mas opções políticas incompatíveis e das quais só podem resultar impasses e paralisia.

A quarta omissão, a meu ver, diz respeito ao menosprezo pelo conceito de controle social do sistema midiático, hoje uma necessidade, considerando a sua transformação em poder econômico, não apenas aqui no Brasil, mas em todas as partes do mundo.

No Capítulo II, Dos Deveres do Poder Público, do Direito do Usuário, estão listados os objetivos conceituais e os estímulos a serem promovidos pela nova lei. No inciso VIII sugere que sirva de estímulo à auto-regulamentação entre as exploradoras dos serviços, visando manter elevado o conteúdo artístico, cultural, ético e moral da programação.

Ora! Todos nós sabemos quão frágeis são os mecanismos de auto-regulamentação, especialmente quando se trata da sobrevivência de corporações.

Nos onze incisos restantes nenhuma menção à idéia de promover, intelectualmente, a participação da sociedade, por meio de ouvidorias autônomas, de ONGs, de conselhos comunitários, etc. Mesmo como sugestão, introduziria na momentosa discussão sobre o sistema midiático a presença do terceiro setor e traria para o debate institucional as novas opções de participação da sociedade civil.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a meu ver, esta lei nasceu velha. Ela está superada, é incompleta, é inconsistente. A meu ver, ela não serve à sociedade, não serve ao Governo, não serve ao cidadão; não serve à radiodifusão e não serve ao sistema de comunicação; serve à concentração da mídia.

Portanto, ela precisa ser refeita integralmente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agradeceria se pudéssemos ter a distribuição da cópia do texto da importante contribuição do jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Tenho em disquete.

O SR. EDUARDO SUPLICY – A sua própria cópia serve.

O SR. ALBERTO DINES – Mas ela está rabiscada.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas ela significará importante subsídio para nós.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a permissão do jornalista Alberto Dines, vamos distribuir o texto a seguir.

Concedo a palavra, por quinze minutos, o Sr. Ara Minassian, Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Anatel.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Exm^o Sr. Senador Freitas Neto, Presidente da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema e Informática, Srs. Senadores, Dr. Quadros, Secretário Executivo, e Sr. Alberto Dines, minhas senhoras e meus senhores, gostaria de pedir licença ao Senador para tentar, se possível, fazer a minha apresentação usando o retro-projetor.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pois não.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – A nossa intenção na audiência é trazer alguns pontos como reflexão, tentar mostrar o cenário atual das comunicações, como o futuro poderá ser inserido dentro deste cenário e, principalmente, como nós, da Anatel, como órgão regulador, seguimos estritamente o que está sendo estabelecido pelo Legislativo e também pelo Ministério das Comunicações, responsável pela execução da política para o setor de telecomunicações.

Rapidamente, irei passar para alguns pontos que foram mencionados pelo Dr. Quadros. A questão da reestruturação começou com a Emenda Constitucional nº 8; em seguida, tivemos a Lei Mínima e veio, finalmente, a Lei Geral de Telecomunicações.

A Lei Geral de Telecomunicações trouxe no seu bojo alguns aspectos importantes, como a questão do órgão regulador. Na realidade, a própria lei se baseia em dois pilares: a universalização dos serviços e a competição. Esses dois pilares têm um foco principal, o usuário. Se não olharmos para o cidadão, não haverá nenhum interesse em montarmos qualquer tipo de lei ou qualquer estrutura se desviarmos desse foco.

Portanto, todas as nossas ações no setor de telecomunicações têm se voltado principalmente para a questão dos aspectos sociais, que é alcançada pela universalização, e a diversidade dos meios, que é através da pluralidade das informações, que é tratado pela competição.

Então, rapidamente, dentro das nossas atribuições, conforme consta na Lei Geral e, principalmente, no que diz respeito à radiodifusão, tratada no art. 222 da Lei Geral, a Anatel atua, exclusivamente, na questão técnica e no tratamento dos planos básicos e ao Ministério das Comunicações cabe apenas a questão da política e das outorgas.

Temos a questão da fiscalização dos serviços, a radiodifusão está inclusa também; a questão da concessão da radiodifusão não se aplica. Temos a questão do acompanhamento e controle das tarifas, administração do espectro de rádio frequência e da órbita. Nesse aspecto, a radiodifusão está inclusa, a fim de que não haja nenhuma duplicidade de informações. Basicamente, dentro da lei geral, estamos trazendo alguns aspectos onde a radiodifusão se insere.

Nós, tentando traçar um paralelo, saímos de um sistema que era monopolista para um sistema que está visando à competição. O Estado deixou de ser operador, passou a regular os serviços, e a operação passou para as empresas privadas. Para isso, é necessário que tenhamos uma regulamentação forte, com metas bem definidas e regras bem claras para que possamos realizar a nossa tarefa de fiscalização.

O Legislativo e Executivo formulam as políticas, a Anatel atua como regulador do sistema, e as empresas privadas têm a incumbência de realizar a operação. Antes da privatização, estávamos com cerca de 7.13 milhões de telefones e, agora, estamos com 45.1 milhões de acessos instalados. Novamente, a densidade passou de 8.6 para 26.6 e, em alguns Estados, chega a ser de cerca de 35%. A mesma situação ocorre com a telefonia móvel. Pulamos de 800 mil para 27 milhões, e a densidade passou de 1.5 para 16 telefones por 100 habitantes.

Esse quadro mostramos não apenas pelos números, mas para demonstrar a qualidade, antes da privatização, se aplicássemos os critérios de qualidade que foram estabelecidos, esse seria o comportamento. Em meados deste ano, temos apenas esses vermelhos. Então, tivemos um incremento em termos de qualidade.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Desculpe-me, mas foi tão rápido que não consegui perceber qual foi a mudança havida.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – A mudança havida é que tínhamos uma baixa qualidade, tudo praticamente está em vermelho, o que significa que, na época em que a Anatel estabeleceu os indicadores de qualidade, bem no momento da privatização, essa qualidade da forma como nós, como órgãos reguladores, enxergávamos, isto é, se fôssemos para as concessionárias e verificássemos qual seria a qualidade que estava sendo oferecida para o cidadão – por exemplo, solicitação de reparos, meta de três reparos –, poucas concessionárias tinham esse índice atingido, mas a maioria estava chegando a quase 15, 20. Erros em conta, tom de discar, completamento de chamadas, enfim, era um elenco de 15 indicadores estabelecidos naquela ocasião. Hoje, na realidade, estamos apenas trazendo esses mesmos 15 indicadores vistos em junho de 2001, só que, além desses 15 indicadores, nos contratos de concessão foram impostos mais 33 indicadores, e, hoje, temos cerca de 48 indicadores controlados pela agência.

O Brasil foi dividido em três regiões, sendo que o âmbito nacional é a quarta grande região. Já no final deste ano, vamos permitir que haja uma maior competição, para que às empresas que conseguirem antecipar as suas metas estabelecidas para 31 de dezembro de 2003 para 31 de dezembro de 2001 seja permitido entrar em outras regiões. No entanto, essa competição gerada está sendo objeto de uma consulta pública e deveremos receber em breve os comentários.

Na realidade, o que nós queremos mostrar é que estamos forçando a competição, porque entendemos que com isto nós teremos condição de reduzir as tarifas e permitir que sejam oferecidos serviços de melhor qualidade para os usuários. Então, da mesma forma acontece com a telefonia móvel, pois hoje nós temos as duas bandas, – A e B – e vamos partir para um novo cenário, que é a competição. E, a partir de 2002, procurando abrir novas frentes para o trabalho.

Resumindo: nós temos aqui os investimentos que foram realizados no setor de radiodifusão e verificamos que na década de 95/97, praticamente havia um investimento de cerca de R\$7 bilhões e, hoje, nós estamos tendo investimento de cerca de R\$16 bilhões a R\$17 bilhões, e a receita líquida do setor abrange cerca de R\$ 34 bilhões.

Em termos de cidadania, na realidade, nós podemos verificar que quando do início da privatização nós tínhamos as classes C e D, que eram as menos favorecidas e, sim, os telefones estão concentrados nas classes A e B. Verificamos que essa tendência, na realidade, existiu até 2002, e agora, em 2001, es-

tamos praticamente elevando a participação ou a penetração dos serviços nos segmentos da classe D.

Em termos de abertura de mercado, a partir de 2002, estamos fazendo questão de mencionar, para verificarmos quais são os nossos pontos de preocupação para o futuro e fornecer elementos para que a Casa possa avaliar os projetos e, em cima das decisões adotadas, nós passamos realizar o nosso papel.

Então, em termos de competição, nós temos telefonia fixa, a telefonia móvel e também o serviço de comunicação de massa. Nós entendemos que não é possível, hoje, separar esse serviço. Se não olharmos do ponto de vista de regulamentação todo esse conjunto, de uma forma uniforme, nós teremos uma distorção ou uma assimetria regulamentar. Em termos de universalização, nós tivemos recentemente – a Casa aprovou – a questão do Fust, que tem um papel grande na universalização.

Vamos agora tentar falar alguma coisa em termos de evolução de serviços.

Com a expansão que os serviços de telecomunicações estão tendo e com os acessos a Internet, e principalmente com a digitalização dos serviços e a interatividade, é impossível separarmos, deixarmos a radiodifusão fora desse cenário. Entendemos que a radiodifusão também é um meio, conforme Dr. Quadros mencionou. Como hoje o Brasil é um dos poucos países, onde a televisão aberta, a radiodifusão sonora chega praticamente a todos os rincões deste País – e podemos viajar para o interior do Amazonas, enfim, nós sempre temos um radinho de pilha, e o cidadão está ouvindo as suas notícias através de ondas curtas, a televisão, praticamente cobrindo cerca de 35,8 milhões de lares –, nós verificamos que a radiodifusão exerce um papel extremamente importante nesse cenário. Ela não pode ser esquecida e simplesmente não podemos ficar olhando um grupo de serviços, mas, sim, nós temos que colocar a radiodifusão dentro desse cenário, principalmente com a interatividade dos serviços que estão surgindo. Mostramos esse quadro para tentar chamar atenção em alguns pontos.

As telecomunicações estão nesse segmento com a Internet, com uma série de facilidades que estão sendo colocadas. No entanto, existe outro segmento, que é a TV por assinatura, que pode vir por satélite, por cabo ou por meio da tecnologia que nós chamamos de MMDS. Temos a própria telefonia móvel celular e, novamente, chamamos a atenção para a televisão e a radiodifusão sonora, que também atingem a casa do cidadão.

Hoje nós temos de olhar todo esse segmento como um conjunto. E se não partirmos para uma harmonização dos serviços, da regulamentação e da legislação, poderemos ter uma assimetria regulamentar.

Vou apresentar alguns números que foram mencionados pelo Dr. Quadros. No que se refere à televisão, a Anatel apenas administra os planos básicos e as alterações que neles ocorrem. Hoje, 618 canais de televisão constam do Plano Básico. Destes 618, 209 ainda estão vagos. Nós estamos agindo com cautela, principalmente por causa da digitalização da televisão. Destes 618, concretamente, temos 354 canais em uso e 55 estão em concorrência por intermédio do Ministério das Comunicações. RTVs são as retransmissoras. Hoje o Brasil tem, no Plano Básico, cerca de 7700 retransmissoras e, em uso, 4500. Em FM o total chega a 7600; em onda média, a 2100.

Este, na realidade, é o quadro que temos. Se os Srs. Senadores quiserem, podemos deixar o material da apresentação aqui.

Queremos chamar a atenção para o fato de que quando estamos falando de radiodifusão de sons e imagens nos lembramos de uma declaração do ministro da Inglaterra, que disse que a TV digital é uma das chaves do governo no combate à exclusão social e na melhoria da conveniência do serviço público.

Esta é uma preocupação nossa também, porque entendemos que a televisão aberta – e a radiodifusão sonora encaixa-se nesse contexto – é um meio para aumentarmos a penetração. A radiodifusão de sons e imagens e também a sonora são elementos que podem contribuir para uma aproximação melhor da sociedade e para a eliminação das diversas distorções e desníveis que temos nas nossas camadas sociais.

Estamos observando que há hoje uma convergência tecnológica e entendemos que tem que haver convergência também na regulamentação. Se não trabalharmos com esses dois eixos em conjunto fatalmente vamos ter uma defasagem. Em termos de regulamentação, temos hoje a Lei Geral de Telecomunicações, que é a Lei nº 9.472, temos a Lei de TV a Cabo, que não pode ser esquecida – é a Lei nº 8.977, de 1995 –, e agora temos o Projeto de Lei da Radiodifusão.

Entendemos que a radiodifusão e o serviço de TV por assinatura têm que guardar certa similitude, porque são serviços que atingem uma massa de pessoas. Possivelmente esses dois serviços deveriam ser também previstos de forma abrangente. Precisamos buscar a harmonização com a Lei Geral de Telecomunicações, porque vamos ter uma lei que estabele-

lece alguns preceitos e as leis que se sucederão terão que guardar certa harmonia ou até fazer uma pequena correção de rumo.

Mesmo que venhamos a ter o Projeto de Lei de Radiodifusão, o serviço de TV por assinatura é regulamentado por uma lei de 95, que trouxe no seu bojo uma situação vigente na década de 90. Hoje, com a evolução do serviço, com a convergência que estamos verificando e a própria situação em que o mercado se encontra, ele é um serviço que não pode correr paralelamente. Caso contrário, daqui a pouco teremos que ter uma terceira lei, para harmonizar.

Estamos apenas trazendo algumas reflexões.

Aqui chamamos a atenção para uma correção, mas não sei por que ela não feita. É projeto de lei. Entendemos que alguns aspectos devem ser questionados, devem ser contemplados. Há a questão da administração, e estamos aqui falando da administração das telecomunicações. Mas aqui, na administração, estamos falando basicamente do espectro. Quando falamos de espectro, existe a fiscalização das estações, e existe também, associada à fiscalização, toda a parte de interferências que também hoje a agência realiza.

A convergência à competição tem que estar presente no bojo da nova lei. Se queremos prestar novamente serviços de qualidade – estamos olhando o cidadão –, devemos permitir que haja uma competição e uma desconcentração dos meios de informação. Isso é importante. Se esses aspectos não forem abarcados pela lei, em vez de haver uma competição, poderá haver uma convergência de serviços e também uma convergência das fontes de informação.

Aqui, já falamos da diversidade e pluralidade de fontes de informação. Entendemos que a lei deve trazer no seu bojo regras claras e homogêneas, para que possamos ir em campo, para que possamos realizar corretamente a nossa missão, tanto na fiscalização, como também nas avaliações da questão da concentração econômica, que aqui foi mencionada.

Então, se a lei não trouxer alguns pontos claros, ficará difícil atuarmos até na desconcentração ou verificarmos se, em determinado segmento, está havendo alguma concentração ou não dos meios de comunicação.

Entendemos que o serviço de comunicação eletrônica de massa – estamos novamente chamando a atenção para isso – serve como instrumento de implementação de políticas educacionais e governamentais.

Aqui, volta-se novamente para o cidadão: temos a garantia de o indivíduo escolher o que quer ver e o que quer ouvir. O cidadão deve ter condições de escolher se quer um programa na sua casa; esse programa não pode ser imposto. Em um determinado momento, por meio da interatividade, principalmente com as vantagens e com os serviços que a própria televisão digital trará no seu bojo, será possível que o cidadão escolha algum tipo de programação. Na hora em que ele não estiver em casa, os receptores estarão programados. Assim, se ele não quiser que seus filhos assistam a determinado tipo de programa, ele terá essa condição de fazer essa programação. A tecnologia vai permitir isso.

Mas, se não soubermos quais são as tendências ou quais são as regras a serem estabelecidas, ficará até difícil de a própria indústria nacional atuar na fabricação dos receptores. Em breve, haverá uma grande revolução na sociedade, e, se não dermos condições para que esses equipamentos que vão permitir a recepção de multiserviços possam trazer em seu bojo essas facilidades, essas restrições ou, enfim, a garantia de o cidadão poder escolher o que quer assistir, vamos enfrentar alguns problemas.

A língua, a nossa cultura, os nossos valores nacionais também deverão ser previstos na lei. Os critérios objetivos devem ser bem definidos, como já mencionamos. E a questão dos preceitos da defesa da livre concorrência terá também que ser abarcada por essa lei.

Em linhas gerais, essas são as nossas preocupações e os nossos números.

Estamos à disposição de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Antes de passar para a fase de debates, gostaríamos de informar, principalmente aos nossos convidados, que a Comissão de Educação, nos anos de 1999 e 2000, criou duas comissões temporárias: uma, por requerimento do Senador Francelino Pereira, que durante dois anos estudou a problemática da indústria cinematográfica; e a outra, por requerimento de autoria do Senador Pedro Simon, aprovado por esta Comissão, que tratava da programação de rádio e televisão. Apenas a programação.

No final do ano 2000, houve um requerimento da criação de uma subcomissão permanente envolvendo a questão do cinema, da comunicação social, e não mais para tratar apenas da programação de rádio e televisão, incluindo aí a informática. É essa subcomissão que tenho a honra de presidir, que funciona in-

serida na Comissão de Educação, presidida pelo Senador Ricardo Santos, que tem tido o maior interesse em acompanhar de perto todos esses problemas atuais, não só da radiodifusão.

Esta é a segunda audiência que nós estamos fazendo aqui na Comissão de Educação e na Subcomissão de Cinema e Comunicação Social, sobre a proposta da radiodifusão. Sobre a televisão digital, já há requerimento aprovado para duas audiências no âmbito da Comissão e da Subcomissão, que vamos fazer agora em novembro. Inclusive em relação ao art. 222 da PEC, que foi citado aqui pelo jornalista Alberto Dines, já fizemos uma audiência a esse respeito.

Vamos partir para a fase de debates e, como é da nossa tradição, vamos passar a palavra, primeiramente, para os autores do requerimento, no caso, o Senador Ricardo Santos em primeiro lugar e, a seguir, o Senador Geraldo Cândido, que comigo assinou o requerimento desta audiência pública.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pela ordem, concedo à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados, quero inicialmente cumprimentar a qualidade das apresentações, as contradições, as provocações, os desafios aqui colocados. Lamento profundamente que, em função de compromissos externos, eu não possa permanecer neste período de debate, que eu acho que também seria profundamente enriquecedor. Mas tenho certeza de que os ilustres Senadores presentes a esta reunião complementarão a qualidade dessa audiência. Mas vamos recuperar as notas técnicas. As considerações aqui feitas parece-me que precisam ser muito bem avaliadas, porque vimos aqui exatamente as ponderações favoráveis e as provocações contrárias. Então, parece-me uma contribuição importante na medida em que estabelece o contraditório.

Quero cumprimentar a Comissão, V. Ex^a e os Senadores que são autores do pedido de realização desta audiência, porque as pessoas nos trazem contribuições que temos a obrigação de analisar na hora de tomar uma posição e até propor alterações.

Peço desculpas, mais uma vez, porque preciso me retirar, mas cumprimentando todos os convidados pela qualidade do que foi exposto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – A TV Senado vai retransmitir esta audiência pública hoje e amanhã.

Antes, queria informar aos nossos convidados que, nesta fase do debate, o Senador tem três minutos para fazer a pergunta aos convidados e o convidado três minutos para responder, mais um minuto para réplica e um minuto para tréplica.

Com a palavra o Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS – Primeiramente, gostaria de parabenizar os convidados pela qualidade das apresentações que aqui nos foram dirigidas, apresentando informações de mais alta relevância para que nós, no momento oportuno, possamos apreciar o projeto de lei da radiodifusão que deverá ser encaminhado pelo Executivo. De maneira especial, quero aqui congratular-me com o Dr. Alberto Dines pela sua análise didática e contundente e a forma com que estabeleceu a relação entre a atual estrutura de propriedade de controle dos meios de comunicação no Brasil e o conteúdo desses meios. E também a sua posição de que uma nova lei de comunicação deveria levar em conta a interação dos diferentes meios de comunicação, posição que, de certa forma, coincide com a do Dr. Ara Apkari quando ele se manifesta pela necessidade de convergência dos diversos meios eletrônicos de comunicação de massa.

Mas, eu gostaria de dirigir uma pergunta ao jornalista Alberto Dines que, na sua apresentação, citou uma questão mais específica que gostaria de perguntar, a respeito do controle social e participação pública sobre os meios de comunicação.

Mesmo levando em consideração os nossos problemas de estrutura e de concentração, eu gostaria que o senhor, talvez, nos detalhasse um pouco mais, sobre ouvidoria – que foi citado pelo senhor aqui –, a constituição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que não deve ser mais adiado, sendo fundamental a sua implantação. Penso que a implantação desse conselho deve ser uma missão importante e fundamental da Comissão de Educação do Senado Federal. Mas gostaria que o senhor tecesse alguns comentários sobre essa questão do controle social e de que forma ela se exerce em outros países, ou se o senhor conhece experiências de outros países nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – O que proponho, o que reclamo é que no Capítulo II – que é um capítulo de intenções, é mais um capítulo subjetivo de compromisso intelectual – que se estimule a auto-regulamentação, o que, para mim, é uma coisa meramente formal; a auto-regulamentação em negócios é muito

complicada, gostaria que num desses itens também se estimulasse o conceito do controle social.

O senhor me pergunta quais seriam esses instrumentos. E o senhor, com muita propriedade, deu a ordem. O mais importante é o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988, regulamentado alguns anos depois e não constituído. Esse Conselho de Comunicação Social é, realmente, a forma mais simples, mais legítima de controle social.

Existiriam, uma vez incluídos nesse capítulo, outras formas, como a criação de ouvidorias que fossem, realmente, representativas nas emissoras, porque as emissoras são concessões públicas.

Ora, se uma concessão de distribuição de energia elétrica tem a ouvidoria, por que numa concessão de comunicação social não deveria ter também uma ouvidoria, com sistema de rotatividade que permitisse que as diversas correntes da sociedade se manifestassem? O que reclamo é, justamente, essa ausência, nesse capítulo importante, das intenções, quer dizer da subjetividade porque uma lei exige uma certa consideração subjetiva. E nessas considerações subjetivas há coisas tão interessantes, como a promoção da diversidade das fontes de informação, a questão ética, está incluída a auto-regulamentação e não está incluído o controle social, que é hoje a palavra de toque em todas as sociedades desenvolvidas.

O SR. RICARDO SANTOS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores debatedores, quero aqui parabenizar o jornalista Alberto Dines pela sua brilhante apresentação, que deu grande contribuição a esse debate. Logicamente parabenizo também os demais debatedores pelas apresentações que fizeram.

Gostaria de levantar algumas questões. Primeiramente, esta Comissão tem uma tarefa muito importante neste debate não somente em relação ao anteprojeto oriundo do Poder Executivo que dispõe sobre radiodifusão, mas no geral, ou seja, sobre a regulamentação da qualidade da programação, da participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação, enfim, do percentual de horário definido para que as emissoras dediquem à divulgação da cultural local e regional. Essas coisas têm que ser regulamentadas, têm que ser debatidas e aprofundadas. Acho que o jornalista entrou, permeou toda essa discussão na sua intervenção.

Gostaria de fazer algumas perguntas ao Dr. Juares Martinho Quadros, porque, há duas semanas, o Congresso Nacional – primeiro a Câmara e depois o Senado – aprovou a concessão para a **Rede TV**, que é o nome fantasia da **Rede Ômega**. O fato é que a Casa discutiu e aprovou. Posicionei-me contra a concessão. Não que eu seja contrário à concessão, mas à forma como está sendo feita. Até porque havia um debate sobre questões trabalhistas. A **TV Manchete** passou para **Rede TV**. A **TV Ômega** é a sucessora. Ela diz que não é, mas já há decisão judicial dizendo que ela é a sucessora, e há todo um debate em torno de questões trabalhistas decorrente dessa mudança. Estamos querendo negociar, acabar com esse impasse, resolver esse problema trabalhista. Ai, sim, a **TV Ômega** seguiria o seu curso normal. Isso acabou não acontecendo.

Isso está na Resolução nº 39, que é muito clara em relação a isso. Mas o anteprojeto, na seção III, dispõe sobre os prazos e a renovação da concessão.

Diz o seguinte:

O prazo de concessão será de 15 anos para o serviço de radiodifusão de sons e imagem e de 10 anos para serviços de radiodifusão sonora, contando da data da publicação do resumo do contrato da prestação publicado no Diário Oficial.

Isso está bem. Faço esta pergunta: segundo o art. 45, a renovação de concessão dependerá do cumprimento, pela concessionária, das obrigações legais regulamentares, contratuais e da manutenção da qualificação técnica e econômico-financeira e ainda da regularidade fiscal perante a seguridade social. Então, rigorosamente, a **TV Ômega** ou a **Rede TV** não preencheu esse requisito. Houve uma irregularidade nesta concessão. Chamamos a atenção para o fato de que o sindicato dos jornalistas, radialistas estão com ação no Supremo contra a concessão. Não se sabe se vão ganhar, mas entraram com ação no Supremo. Tínhamos a prova de uma documento emitido pela Caixa Econômica Federal de setembro, mês passado, mostrando que a emissora estava inadimplente, inclusive com FGTS e Previdência Social. Logo, não poderia ter sido feita a concessão. Perguntaria a V. Sª: qual sua visão disso? A segunda questão se refere aos arts. 82 e 83.

Art. 82. A exploração do serviço de radiodifusão deverá transmitir percentuais mínimos de programação produzida regional-

mente, conforme disciplinado pelo Ministério das Comunicações.

Art. 83. Além do percentual previsto no artigo anterior, a exploradora do serviço de radiodifusão deverá destinar percentual mínimo de seu tempo de funcionamento para transmissão de serviço noticioso, conforme disciplinado pelo Ministério das Comunicações.

O problema é que aqui, quando se fala em percentuais, ainda não definiu o percentual. Até entendendo, porque o projeto ainda está em discussão, ainda é um anteprojeto, mas o art. 83 fala em percentuais definidos no artigo anterior, e não tem nenhum percentual, apenas cita que o Ministério, então, ainda vai definir o percentual para essa decisão, porque não tem definição de percentuais. Só fala, mas não tem números.

Outra questão que o jornalista Alberto Dines abordou – acho que é uma questão também fundamental para nós – é o problema da qualidade da programação. Essa é uma questão muito séria; já tivemos aqui uma audiência pública em relação a isso. Quer dizer, acho, a meu ver, que nem o Senado, o Congresso Nacional, nem o Ministério das Comunicações não devem baixar nenhum decreto, nada que venha a censurar a programação. Acho que poderia ser até uma questão de auto-regulamentação, enfim, mas acho que a programação nossa é horrível, é muito ruim, a qualidade da programação na nossa TV, sinceramente, é uma coisa assustadora. Acho que existe programação que não merece, não devia entrar no lar de uma família decente, não se devia sintonizar o tipo de programação, porque isso influencia muito na formação, principalmente, do jovem, da criança, da juventude.

Acho importante essa discussão, esse debate para que haja, enfim, uma forma de criar uma comissão, composta por representantes do Ministério das Comunicações, da Anatel, dos representantes das empresas de comunicação das televisões, para que se discuta uma programação que possa ser assistida por qualquer família, sem se passar pelo constrangimento. Porque tenho assistido – aliás, nem assisto, apenas olho, desligo ou saio da sala para não assistir, porque acho realmente que as programações são de péssima qualidade, embora tenha programação também que é de boa qualidade. Nem toda a programação, mas uma parcela da programação, em vários canais, é de péssima qualidade. Penso que merecia um debate mais profundo em relação a essa questão.

Eram essas as observações que eu queria fazer. Gostaria que V. S^a me respondesse a essas duas observações, em relação à questão da concessão e em relação ao percentual que deve ser destinado para a divulgação da cultura, da programação local, cultural e regional.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Senador, V. Ex^a fez a pergunta a ele...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – E também para o representante da Anatel. Se o jornalista quiser se posicionar, se os três quiserem falar sobre isso, acho ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Então, passo a palavra ao Dr. Juarez Quadros.

O SR. JUAREZ QUADROS – Com relação à primeira questão levantada pelo Senador Geraldo Cândido, relativa à **TV Ômega**, o fato inclusive citado pelo senhor, relativo a documentos da Caixa Econômica Federal, eu gostaria de alertá-lo de que a **TV Ômega** apresentou os documentos de regularidade fiscal que a legislação exige. Houve um problema depois, dentro da própria Previdência, no caso do INSS, em que um cassava a tal certidão do outro, mas no âmbito da própria Previdência, e isso aí, depois, foi totalmente esclarecido. De fato, não poderíamos propor o processo, se houvesse, sim, a questão, que agora se repete aqui, no projeto de lei, de que para ser renovada uma concessão têm que ser apresentados os atos de regularidade fiscal e também da seguridade social. O que ocorre é que havia uma dívida pelo grupo antigo, que o grupo novo assumiu. E o Senador, acho, sabe que quando há uma repactuação da dívida, a entidade controladora emite a certidão. Agora, se, depois disso, aquela repactuação não é obedecida, aí sim, o ato da declaração da regularidade poderá ser modificado.

Então, Senador, a questão da regularidade, em função da repactuação que foi feita... E isso não só nesse grupo, mas também em outros grupos e em qualquer empreendimento econômico. Toda vez que alguma entidade tem uma dívida e faz uma repactuação com qualquer que seja o fisco, municipal, estadual ou federal, normalmente lhe é dado um documento de regularidade.

Então, essa questão foi, sim. E se eles não tivessem tal documento, a área de controle, que é a área jurídica do Ministério, não deixaria que tal fato prosperasse.

A outra questão que o senhor citou, da sucessão da dívida, essa é uma outra questão. E os senhores fizeram muito bem em aprovar a renovação da

concessão com a exigência de que aquilo que esteja pactuado, que esteja no contrato entre os grupos que assumiram e o grupo que saiu, em benefício dos trabalhadores, tenha que ser observado.

Estivemos presentes aqui naquela audiência também e entendemos que o fato que talvez ainda não tenha ficado muito bem explicado foi com relação àquela condição toda. Mas, na época, foi a solução possível que encontramos, de vez que o que os trabalhadores queriam, e com todo o mérito, já que estavam com os salários atrasados e com muitos problemas de ordem até familiar e social – criança na escola sem poder pagar anuidade etc. – era que o Poder Executivo tirasse a outorga do grupo que tinha a concessão e passasse para os trabalhadores, que estavam realmente sem receber.

Na época, analisamos bastante isso, e não tinha como, até porque, em uma cassação, a competência não é sequer do Poder Executivo ou do Legislativo. No processo de cassação, a competência é do Poder Judiciário, de acordo com a Constituição. Então, não podíamos cassar a concessão para passar a um outro grupo, que seria o grupo dos empregados, que, se fôssemos analisar realmente a condição, estava com passivos ali dentro. Então, a solução de transferir para um outro grupo a concessão, de vez que tempestivamente o grupo que detinha a concessão tinha solicitado a renovação, foi a solução possível, inclusive na tentativa de salvar empregos.

Creio que essa questão da regularidade fiscal que aqui se repete, como o senhor destacou, no art. 45 do Projeto de Lei, é uma disposição inclusive constitucional, repetida, aqui, nesse projeto de lei.

Outra questão que o senhor colocou, com relação aos arts. 82º e 83º...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente Freitas Neto, se me permite, gostaria de complementar a pergunta antes que ele mude de assunto, pois é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pois não. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas, na mesma preocupação do Senador Geraldo Cândido, como houve um compromisso público do Ministro Pimenta da Veiga de que os direitos dos trabalhadores seriam assegurados, e como, infelizmente, não conseguimos que isso fosse feito, pelo menos os que assim argumentavam – alguns votaram contra; outros, inclusive eu, preferiram se abster –, gostaria de transmitir ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações e ao Ministro das Comunicações que nós consi-

deramos que ainda há a responsabilidade do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Ministério das Comunicações em realizar todo o empenho para que a **Rede TV/Rede Ômega** complemente os compromissos que ainda não foram completamente resolvidos com aqueles que trabalhavam na **TV Manchete**, inclusive junto ao INSS e ao Fundo de Garantia.

Eles aqui argumentaram que essa é uma questão pendente na Justiça. Mas, na verdade, é uma questão pendente diante da palavra e do compromisso público do Ministro Pimenta da Veiga. Queremos salientar que esse compromisso ainda não foi cumprido.

Nós, aqui – o Senador Geraldo Cândido, eu e outros –, perdemos, mas queremos registrar isto: que o Governo Fernando Henrique Cardoso tem o compromisso de dizer aos responsáveis pela **Rede TV/Rede Ômega** e àqueles que eram da **TV Manchete** que eles têm um compromisso assumido e contratual que ainda não foi resolvido. Eu quero registrar isso, Sr. Juarez Quadros.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Dr. Juarez Quadros.

O SR. JUAREZ QUADROS – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Levarei também a sua posição ao Ministro Pimenta da Veiga.

Volto à questão levantada pelo nosso Senador Geraldo Cândido, dos artigos 82 e 83.

Aqui, Senador, é uma questão de técnica de redação. Normalmente, alguma coisa não é contemplada na lei para ficar para uma regulamentação. Aqui é a pretensão de que esses percentuais, sejam os mínimos, sejam os máximos – como está no art. 83, é uma condição de percentual mínimo, já no art. 84 é um percentual máximo –, na regulamentação da lei, sejam estabelecidos. Normalmente, fica para a regulamentação coisas desse tipo, mas em algumas outras vezes fica na lei. Só que ao ficar na lei, em função de circunstâncias econômicas ou problemas de outra ordem, na regulamentação alguma coisa pode ser alterada. Aqui, a lei estaria delegando para a regulamentação, e a regulamentação será feita pelo Poder Executivo e não pelo Ministério das Comunicações. Ou seja, será um ato do Presidente da República e do Ministro de Estado.

Quanto à qualidade da programação, o senhor tem toda razão na colocação que fez aqui. E o senhor até perguntava como se pode tratar dessa questão. Eu falei no início da minha exposição que o nosso grande cuidado é saber o limite da censura. Se o senhor observar a legislação de diversos países, essa questão da liberdade de expressão, da liberdade da

informação, ou seja, a manifestação do livre pensamento, esse item está no art. 220 da Constituição brasileira. Conversamos com colegas de outros países aqui em Brasília, especialistas em radiodifusão de quatro países convidados – da Itália, da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, que aqui estiveram para fazer, por solicitação nossa, apresentações de como funcionam as estruturas em seus países e todos frisaram, como temos também já na nossa Constituição, a questão do livre pensamento, da liberdade de criação, da liberdade de expressão. A questão é difícil, muito complexa. Nos outros países, eles todos dizem que observam também essas condições.

Eu tenho aqui a síntese do que foi dito pelo representante da Itália, da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos e poderia passar cópia para o senhor, onde aparecem questões do tipo da que o senhor está levantando, como a qualidade da programação. O jornalista Alberto Dines está aqui conosco. Assisto com frequência ao programa que ele tem na televisão, os debates com relação à questão do limite da censura ou a não censura, a questão da auto-regulamentação, como fazer a fiscalização. No nosso caso, estamos tentando fazer o controle da qualidade sem chegar no campo da censura, porque é algo difícil de fazer nessa condição. Mas para se ter uma idéia, na França, por exemplo, há um sistema de controle ou uma prestação de serviços de radiodifusão. Lá, eles têm o Conselho Superior do Audiovisual, que é uma autoridade administrativa independente, porém, sem poder para regulamentar. Na França, quem tem o poder da regulamentação é o Primeiro Ministro, de acordo com a Constituição Federal francesa. E há questões de toda ordem. Por exemplo: os processos de outorga não passam pelo Parlamento francês. No Brasil, de acordo com a Constituição, as outorgas passam pelo Congresso Nacional.

Há também a questão da TV pública, que é importante enfocar aqui. Aqui não praticamos a TV pública. Nós praticamos a TV educativa. A TV pública aparece, praticamente, em todos os países europeus. A Itália tem TV pública – é uma outra modalidade de televisão. A Inglaterra e a França também têm. No caso da França, tem há explorações de TV pública; na Itália e na Inglaterra também. Mas há grandes diferenças. A TV pública, lá na Europa, é subsidiada pelo consumidor – o nobre Senador Eduardo Suplicy tem muita vivência internacional e deve saber dessas coisas. Ou seja, o telespectador ou o proprietário de um televisor paga uma taxa para o subsídio da televisão pública. Nos Estados Unidos, não há TV pública. Eles têm apenas TV comercial e TV educativa.

Aqui, estamos tentando criar uma condição, que é a TV institucional, que não poderá fazer publicidade. Às TVs educativas, hoje, pela legislação atual, não é permitido fazer publicidade.

V. Ex^{as} devem ter muito contato com radiodifusores educativos, como o nosso jornalista também, aqui, conosco à mesa, e conhecem bastante e sabem que é um suplício manter TV educativa.

No projeto de lei, estamos propondo uma abertura: será permitido fazer publicidade, porém, sem fazer corte no programa, como as TVs comerciais fazem. Ou seja, a cada pacote de programa como, por exemplo, um filme, um programa educativo ou um programa científico, somente no final desse é que poderia haver a inserção de propaganda. Estamos tentando contemplar isso, aqui, no projeto. É um pleito dos grupos que exploram TV educativa. Há muita TV educativa, no Brasil, que iniciou e já encerrou a operação, de vez que é impossível; os custos são relativamente altos.

Então, essa questão da programação – como V. Ex^a coloca – é complexa, em função do limite da censura.

Coloco à disposição do Presidente e da Mesa essas experiências que nos foram apresentadas, a fim de que também possam chegar aos Srs. Senadores aqui presentes, ou seja, tudo aquilo que vimos resumidamente, que foi apresentado pelos quatro países que aqui citei.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O jornalista Alberto Dines quer se referir às perguntas.

Com a palavra o jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Serei breve, se o Dr. Juarez Quadros me permitir; será só para dar uma informação complementar.

Há uma alternativa à TV pública, que é o sistema americano, em que ela é muito mais do que uma TV educativa; ela é pública mesmo. Trata-se do PBS – Public Broadcasting System, que é financiado da seguinte forma: para cada dólar da sociedade, o governo dá outro dólar. Com isso, criou-se uma rede extraordinária, de alta qualidade jornalística e cultural, que atinge os Estados Unidos inteiro, tanto em rádio como em televisão. É uma coisa que deu certo nos Estados Unidos, pode dar certo aqui, porque o esquema é extremamente simples.

Refiro-me agora às questões abordadas pelo Senador Geraldo Cândido, referentes à concessão dos canais da ex-Manchete/Ômega/Rede Imagem, as quais considero muito importantes. E aqui trago o testemunho dos trabalhadores daquele setor. Ontem,

à noite, dia da minha emissão na **TVE**, meus companheiros – quando falo em companheiros, refiro-me a **cameramen**, auxiliares, produtores, jornalistas, intelectuais –, sabendo que eu estaria aqui, no Senado, trouxeram o apelo dramático de pessoas cujos salários estão bloqueados há alguns anos. Essa é uma situação que não está resolvida.

É claro que a proposta de se passar o canal para os trabalhadores é ideal, mas isso é impossível. Existe algo que pode ser feito pelo Poder Público; os atuais detentores da concessão não podem ignorar essa dívida social que têm com seus trabalhadores. Se não houver, de uma vez por todas, algum tipo de intervenção, esse problema vai continuar. Como eu disse na minha provocação, hoje várias empresas de mídia impressa e de mídia eletrônica estão em situação prefalimenter, e é preciso que a situação dessas empresas não seja transferida aos trabalhadores, que nada têm a ver com isso e, afinal, cumprem ordens.

Feito esse pequeno reparo, mais a título pessoal, como trabalhador na indústria da comunicação eletrônica, eu queria tratar de uma questão mais complexa, a da qualidade da programação e da possibilidade de isso esbarrar na censura. Ao meu ver, não há qualquer perigo de o controle da qualidade esbarrar na censura. Os grandes jornais brasileiros têm extraordinária qualidade, são feitos com esmero de primeiro mundo, e não há censura nenhuma. Então, não são conceitos necessariamente conflitantes.

Existe um debate que foi levado para a sociedade – e a imprensa tentou levá-lo com mais contundência –, qual seja aquele que gira em torno da questão mais simples da classificação da programação. Isso não interfere no conteúdo; trata-se apenas de classificar o público por faixa etária e por horário. Não se conseguiu fazer isso. O Ministério da Justiça, com toda a boa vontade – e houve uma série de reuniões com as concessionárias –, não conseguiu fazê-lo. O Ministério da Justiça praticamente desistiu, se não formalmente, mas de fato, de implementar – e isto é o mínimo de uma concessão pública – a classificação da sua programação por horário e por faixa etária, o que é extremamente simples. Aliás, um dos méritos do projeto da Lei de Radiodifusão é a obrigatoriedade da fabricação desses aparelhos que podem ajudar os pais e as famílias a fazer esse tipo de classificação.

Tenho a impressão de que é preciso que o Executivo assuma uma posição mais firme com relação à questão da classificação, não se deixando seduzir pelo debate de que isso estaria a um passo da censura, o que não é verdade. Essa é uma falsidade, é um artifício retórico, que nada tem a ver. Não se está ten-

tando mudar o que é dito ou transmitido pela televisão, mas se está tentando apenas redirecionar a programação para determinados horários e determinados públicos, o que, aliás, está previsto na Constituição. Em seu art. 220, a Constituição determina que o conteúdo deve ser dirigido apropriadamente aos diferentes públicos e horários.

Então, o problema da qualidade não se confronta com a possibilidade de censura. Quero repetir, enfatizar e reiterar. Não há essa possibilidade, porque estamos tratando de começar esse processo por meio da classificação da programação. Isso é o mínimo necessário e tem que ser feito.

No entanto, seria preciso também que, nessa lei de radiodifusão, no capítulo introdutório, onde está exposto o espírito da lei, estivesse dito que tem que haver, além da auto-regulamentação, o controle social. As leis são feitas com a letra e com o espírito – Montesquieu já dizia isso. E aqui, no espírito da lei, que é o Capítulo II (Dos Deveres), devia estar mencionado que o objetivo é criar a noção de controle social dos meios de comunicação, que pertencem à sociedade. E isso não foi expresso.

Então, cabe à criatividade da sociedade brasileira o surgimento desses mecanismos de controle social, as ouvidorias – que é o nome brasileiro do que se chama de **ombudsman** –, para dar estímulo à criação de ONGs que estudem, que acompanhem a programação, e, sobretudo, implementar o que já está previsto na Constituição, há 13 anos, e que não foi implementado, que é o Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Sr. Ara Minassian.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Queremos, novamente, registrar que as regras, as definições, na realidade, têm que ser bastante claras. Estamos falando de preceitos constitucionais, e a própria Constituição, no seu art. 223, menciona os sistemas públicos estatal e privado.

Então, primeiramente, precisamos definir claramente esses conceitos, para, uma vez definidos, verificar como vai ser inserido dentro desse conceito a questão da programação. As classificações os equipamentos vão permitir, mas novamente eu diria que o conselho ou órgão que for tratar da classificação, se não deixar claro para o cidadão – creio que é esse o nosso foco – como é feita essa classificação... Porque a classificação é bastante subjetiva. Então, o importante é definir... A sociedade, o cidadão tem que saber o seguinte: se aquele programa tem uma tarja amare-

la ou foi classificado de impróprio, que razões ou quais os critérios que o levaram no seu bojo.

Eu chamaria a atenção para o fato de que, se as regras forem claras, facilmente conseguiremos nos adequar. No entanto, se as regras forem estabelecidas de uma forma que possam permitir uma dupla ou tripla interpretação, eu diria que sempre discutiremos essa questão. Se o assunto for corretamente abordado, eu diria que a indústria, como um todo – quando falamos em indústria, os provedores de serviço estão incluídos –, adequa-se. O importante é que se saiba, claramente, como é feita uma determinada classificação, o que essa classificação traz no seu bojo, para que o cidadão possa escolher se aquele programa ou aquela classificação é adequada para ele ou não. Isso vai depender muito dos conselhos, enfim, das entidades que compõem o conselho.

O SR. ALBERTO DINES – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite um adendo?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Eu só queria lembrar que o senhor tem toda a razão, tem que ser explicado, mas isso não é tão complicado. Imagino que eu seja o mais velho aqui, e, no meu tempo, quando fomos ao cinema, sabíamos – éramos adolescentes – que não poderíamos ver “Éxtase”, com a Heddy Lamar, aquele famoso primeiro filme com cenas explícitas, porque estava proibido para menores de 14 anos – creio – e não entrávamos. Estava claro, estava explicado, quer dizer, é muito fácil. Se, naquela ocasião, há mais de 50 anos, explicava-se isso, e a sociedade sabia, por que hoje, com os meios de comunicação, não se consegue dizer que determinado programa não é recomendado para menores de tantos anos? E eu respondo a pergunta: porque a mídia está concentrada, porque os veículos eletrônicos têm suas conexões com a mídia impressa e cria-se um monólito incapaz de ser vencido. E essa é a situação. Foi essa situação que obrigou o Ministério da Justiça, dois anos atrás, a bater em retirada quando iniciou essa tentativa tímida de fazer a classificação da programação.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido para concluir a sua participação.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Quando abordo esse assunto do controle da qualidade da programação, sempre deixo claro que não se trata de propor nada em relação à censura. Sou um homem que sempre lutou pelas liberdades, contra a ditadura por mais de 20 anos e jamais aceito qualquer tipo de mecanis-

mo que venha impor censura ou qualquer coisa que atinja as liberdades individuais. Meu objetivo não é esse. Digo isso porque para desqualificar o debate as pessoas, às vezes, coloca a censura e, na verdade, não é isso.

Para concluir, pergunto ao Dr. Juarez Quadros o seguinte: o projeto propõe a criação do Conselho Nacional de Comunicações, que fica subordinado ao Ministério das Comunicações. O jornalista Alberto Dines já abordou isso. Temos efetivamente o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que é um órgão auxiliar. Penso que se houvesse sido instalado o Conselho uma das suas atribuições é debater a qualidade da programação, juntamente com os Ministérios das Comunicações e da Educação. E até hoje essa questão não foi resolvida. Como será? Haverá um duplo conselho? Um do Ministério das Comunicações e outro do Congresso Nacional? Eu queria saber para deixar clara a proposta do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Dr. Juarez Quadros, com a palavra. Peço que seja breve porque temos mais dois oradores inscritos, que desejam fazer perguntas aos nossos convidados.

O SR. JUAREZ QUADROS – Eu diria a V. Ex^a, Senador, que não teríamos o conflito, de vez que o Conselho de Comunicação Social que é de competência do Congresso Nacional, como está na Constituição, vai tratar de toda a questão de comunicação social. Como o jornalista Dines já colocou, seja da mídia num todo. Aqui o conceito será um órgão de assessoramento do Ministro de Estado somente com os assuntos relativos a radiodifusão. Ele não tratará, por exemplo, hoje, da mídia impressa. Talvez devamos até corrigir o nome, não chamá-lo Conselho Nacional de Comunicação, mas Conselho de Radiodifusão, o que o tornará mais limitado, uma vez que não é da competência do Ministério das Comunicações a questão da mídia impressa.

O que se quer nessa proposta é justamente um órgão de assessoramento – aproveitando o gancho que o Dines colocou – até mesmo com o papel da Ouvidoria, de vez que, na estrutura organizacional dos Ministérios, as comissões de assessoramento ao Ministro serão possíveis, mas dentro do padrão de estrutura organizacional não temos ouvidoria desse tipo. Aproveito para dizer que nós não vemos nenhum conflito entre esses dois conselhos. O conselho aqui será o conselho maior, será algo muito específico para assessorar o Ministro. Ou seja, no recebimento de reclamações dos cidadãos, da sociedade, até os processos de renovação de outorga vão a esse con-

selho independentemente da análise técnico-jurídica que tem que ser feita, porque, nesse caso, é uma questão mais social. Então essa é a condição que se tenta.

Com relação a esses controles todos, se um dia vir a ser criada a agência para a radiodifusão – não é a proposta do momento, mas não está descartada – essa estrutura das agências reguladoras, com ouvidoria, com conselho – na Anatel tem um conselho consultivo para assessorar o conselho diretor – poderá vir.

Como o Ministro Pimenta da Veiga fala, não estou dizendo que não haverá uma agência, apenas a questão ficaria no âmbito do Ministério das Comunicações. De repente, num outro Governo, se houver a intenção e iniciativa do próprio Legislativo no sentido de que tenha que haver uma Agência também para o setor de radiodifusão, isso poderá ser contemplado.

O fato que ocorre no momento é que a atribuição de radiodifusão, até porque tem implicações de ordem constitucional, uma vez que é um inciso ou outro noutra alínea que trata, coisa que é diferente noutros países, pois radiodifusão, pela UIT, pela União Internacional de Telecomunicações, cuja sede é em Genebra, e o Brasil faz parte, é enquadrado como sendo um serviço de telecomunicações. Mas no Brasil, o serviço de radiodifusão é tratado separado de telecomunicações, de acordo com a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Próximo Senador inscrito, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres Colegas, senhores convidados, procurarei ser breve em minha análise.

Fiquei um pouco pensativo, quando o jornalista Alberto Dines, que se diz mais velho entre nós, mais experiente, mais vivido, mencionou o art. 224 da Constituição. O Senador Ricardo Santos, nosso Presidente da Comissão da Educação, mandou procurar esse artigo na Constituição Federal e, de fato, encontramos o art. 224.

Em 1988, foi constituído o Conselho de Controle Social para os meios de comunicação no Brasil e, segundo o jornalista Alberto Dines, até por lei ele teria que ser implantado.

Fiquei pensando por que isso não foi implantado ainda e talvez perguntaria – cabe mais perguntar ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Juarez Quadros: o Governo deve sinalizar em sua base no Congresso Nacional ou cabe a quem criar o Conselho, porque não foi instalado ainda?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Senador Casildo Maldaner, quando, ao longo desses últimos anos, nós, do Partido dos Trabalhadores, temos dito em cada votação, que votamos pela abstenção em vez de dizer “sim”, dizemos nós votamos pela abstenção, porque até agora não foi instituído e colocado em prática o Conselho de Comunicação Social.

Então, só temos dito “sim” à autorização das rádios comunitárias por essa razão.

Se V. Ex^a quiser somar força à nossa voz e dizer ao Presidente Ramez Tebet que deve colocar isso em prática. A responsabilidade é do Congresso Nacional.

O SR. CASILDO MALDANER – Recolho as ponderações do Senador Eduardo Supply. Vamos levá-las, sem dúvida alguma, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, no entanto, eu deixo uma pergunta igual ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, porque, naturalmente, dependerá da base, da maioria, de uma sinalização do Governo, para que se instale o Conselho de Controle Social nas comunicações no Brasil.

Não havendo essa sinalização, claro que só se a maioria entender que não, vamos continuar como estamos. Isso nos fez pensar, por isso a importância dessa audiência pública que estamos realizando hoje.

Se, no art. 220, conforme questionado pelo jornalista Alberto Dines, a Constituição manda que as programações sejam aquelas, e aqui tramitou ou tramita um projeto de equipamentos e dispositivos de bloqueios para que os pais, responsáveis, possam fazer por faixa etárias, o que se poderia fazer? Os meios de comunicação, o rádio, a televisão, devem fornecer as legendas do que é que vai passar amanhã, depois de amanhã. Se puder, por meio desse dispositivo, fazer o controle, sem querer fazer censura, acho que teríamos condições de avançar.

Sintetizando: o Governo sinalizaria para colocarmos em prática o que prevê o art. 224 da Constituição Federal. Essa é uma questão – Controle Social. E uma outra questão – e aí, quem sabe, o jornalista Alberto Dines poderia esclarecê-la. Sei que, nos Estados Unidos, existe um Conselho, mas não sei se atua no controle do conteúdo social dos meios de comunicação. Como podemos fazer esse controle em relação aos cartéis dos meios de comunicação de massa que poderão se formar no Brasil? Isso me despertou e acredito que temos de ter cuidado.

Sr. Alberto Dines, não sei se caberia à agência o controle da área econômica em uma possível formação de cartéis. V. S^a citou vários casos no Brasil.

Lembro-me de que, em 1989, até se dizia que um veículo dos meios de comunicação havia adotado uma candidatura à Presidência da República e que essa seria vitoriosa. E isso aconteceu. Ainda hoje, ouvimos pessoas afirmar que, se determinado meio de comunicação adotar uma candidatura, é difícil essa ser derrotada. Isso se escuta até mesmo nos corredores do Congresso Nacional.

O CADE, por exemplo, exerce um controle para que nos meios de produção e defesa do consumidor não haja um cartel, porque isso pode prejudicar o consumidor. Entendo que nós brasileiros também consumimos as notícias veiculadas pelos meios de comunicação e que um cartel, se quiser, pode, veladamente, conduzir a formação de opinião no Brasil. Penso que isso tem de ser controlado e que não pode ter o céu como limite.

É preciso que haja um órgão controlador – e não sei se seria a agência – para que a ocupação dos meios de comunicação do Brasil seja mais eqüitativa em todos os setores. Considero essa tese importante e creio que precisamos analisar essa proposta a fim de que seja imposto algum limite, senão, veladamente, as notícias podem ser manipuladas e a massa é consumidora de notícias.

Espero que essas duas questões sejam respondidas. Dirijo uma para o Professor Quadros, que diz respeito ao controle social dos conteúdos e, outra, relativa ao controle econômico dos meios de comunicação, ao jornalista Alberto Dines. Em relação à última pergunta, gostaria que o Sr. Alberto Dines tratasse acerca de como podemos inserir o modelo americano na legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações e, em seguida, ao jornalista Alberto Dines, pedindo a ambos que sejam breves em suas respostas, em função do adiantar da hora e do fato de que o Senador Eduardo Suplicy ainda fará perguntas.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sr. Presidente, eu poderia complementar as considerações dos colegas formulando uma breve pergunta. Assim, já ouvimos as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo concordância dos Srs. Senadores, passarei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que fará suas perguntas. Depois, concederei a palavra aos convidados para responderem.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Como muitas das minhas preocupações foram contempladas pelos colegas, falarei brevemente.

Em sua exposição tão brilhante e tão significativa, o jornalista Alberto Dines também deu uma palavra sobre as Oposições, dizendo que teríamos mexer no bem amarrado e sólido sistema, que não teríamos propostas para modificar o *status quo* e que contamos com a manutenção desse em matéria de mídia para seus projetos de poder. Surpreende-me tal afirmação porque não a imaginava...inclusive, como um pré-candidato à Presidência da República, considero essa uma avaliação que me surpreende. Creio que as suas observações sobre a estrutura de poder hoje existente, sobretudo de interação entre os jornais impressos e o jornalismo de rádio e de televisão, são exemplos importantes. Em alguns momentos, foi até econômico, porque sublinhou apenas o exemplo de um ex-Presidente do Senado, quando poderia ter mencionado inclusive outros ex-Presidentes – seria até mais justo, se me permite dizer – que detêm poder semelhante àquele citado. Talvez queira citá-lo, porque o senhor demonstrou um conhecimento muito grande sobre a maneira de as emissoras interagirem com o poder extraordinário dos próprios membros do Congresso Nacional

Posso dizer ao jornalista Alberto Dines que é possível se chegar ao Parlamento, ao Senado Federal e ao Poder Executivo mesmo sem contar com essa extraordinária força.

Vou relatar um diálogo que tive com meu filho Supla, há poucos dias. Ele me disse: “Pai, parece-me que somente com o apoio da **Rede Globo** é que um candidato à Presidência pode ser eleito. Então, como é que será possível”? Fiz a seguinte observação a ele: “Filho, é fato que, desde o início do processo de eleições diretas para Presidente da República, depois do regime militar, somente conseguiu chegar à Presidência da República o candidato, ou aqueles candidatos, que tiveram o apoio não apenas da **Rede Globo**, mas do sistema de comunicação mais importante – Fernando Collor, em 1989; Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e em 1998. Avalio que, se for possível fazer um acordo pelo menos de imparcialidade com as redes de televisão, radiodifusão e de jornais já será um extraordinário avanço, mas quero cumprimentá-lo pela análise que fez”.

O que eu gostaria de ouvir por parte do Secretário Executivo das Comunicações, Dr. Juarez Quadros do Nascimento, e do representante da Anatel, diante de formulação crítica tão severa, contundente, mas

apontando para a necessidade premente de se rever esse quadro, é qual a reação do Ministério das Comunicações e da Anatel diante de diagnóstico tão bem feito. Se quisermos que haja a democratização dos meios de comunicação, exigindo-se pelo menos uma certa imparcialidade para que possa haver uma sucessão presidencial e de governadores de uma maneira mais isenta, que passos devem ser dados, inclusive na legislação?

Quero agradecer, portanto, a avaliação crítica aqui feita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Passarei, portanto, a palavra aos nossos ilustres convidados, para resposta aos dois Senadores Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy, e para as considerações finais, em primeiro lugar, ao Secretário Executivo das Comunicações, Dr. Juarez Quadros.

O SR. JUAREZ QUADROS – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero tentar responder ao Senador Casildo Maldaner, mas o Senador Eduardo Suplicy já nos ajudou. Realmente, de acordo com o que está na Constituição Federal, a competência para instalar o Conselho de Comunicação Social é do Congresso Nacional. A Constituição Federal, no seu art. 224, dispõe:

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Quando estávamos ultimando o projeto de lei para colocá-lo em consulta pública, quanto à questão do conselho no Ministério, que está previsto no projeto de lei, brincando com o Ministro Pimenta da Veiga, que sugeriu que criássemos o conselho, eu disse a S. Ex^a: “Mas isso é competência do Congresso Nacional”. Posso dizer agora a V. Ex^{as} que S. Ex^a disse: “Coloca aí. Deixe-me provocar o Congresso”. Como V. Ex^{as} sabem, S. Ex^a também é parlamentar, e dizia, no momento em que decidia: “Deixe-me ver se provoco o Congresso também a instituir”.

Já falei também ao Senador Geraldo Cândido que as atribuições dos dois conselhos são totalmente diferentes. Não haverá sobreposição e se já há algum mérito em provocar o Congresso, conforme falava o Ministro Pimenta da Veiga, o Senador Suplicy já está me concitando a entrar no esforço de tentar instituir o conselho.

Quanto a outra questão que V. Ex^a coloca e também já respondendo ao Senador Eduardo Suplicy, falarei sobre o poder de mídia.

Se o Presidente da Mesa me permite, farei um retrospecto muito rápido: quando tratamos da emenda constitucional, a PEC que dispunha sobre a alteração da Constituição Federal para ser permitida a privatização do setor de telecomunicações foi enviada ao Congresso no início do ano de 1995, ainda com o Ministro Sérgio Motta, precisamente em janeiro. A PEC só foi transformada em emenda constitucional em agosto, ou seja, demorou um bom tempo. Qual foi a estratégia adotada nessa questão?

Como disse no início da minha apresentação, o art. 21 da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência da União, no inciso XI, trata dos serviços de telecomunicações e, no inciso XII, trata de outros serviços, incluindo na alínea a os serviços de radiodifusão sonora, de sons, imagens e demais serviços de telecomunicações.

Levamos de janeiro a agosto para conseguir a aprovação da emenda constitucional. Depois da emenda aprovada, enviamos ao Congresso o projeto de lei para o setor de telecomunicações. Também houve, no bom sentido, frisando isso, algo também muito estratégico e complexo como o setor de telecomunicações. Levamos nove meses, desde a entrada do projeto de lei aqui, na discussão, para que o projeto fosse transformado em lei. O que pensávamos naquele momento?

Estou na equipe do Governo, no Ministério, desde 1995. Antes eu era engenheiro do Sistema Telebrás. Sou Secretário Executivo desde a gestão do Ministro Sérgio Motta, acompanhando, depois, o Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros. Agora, também distinguido pelo Ministro Pimenta da Veiga, continuo sendo Secretário Executivo, portanto venho acompanhando esse processo desde aquele tempo.

Discutia-se, na época, que se fôssemos mexer em radiodifusão, o projeto para telecomunicações demoraria muito mais. Não esperamos – eu, principalmente – que esse projeto de lei deva tramitar rapidamente no Congresso. Ele é muito complexo e tem um poder altíssimo, por se trata da comunicação, ou seja, da mídia no todo, e aqui, especificamente, da mídia eletrônica. A estratégia que traçamos, à época, era a de propor somente uma alteração, até porque, por facilidade da própria Constituição, ela tratava de incisos diferentes. Então, foi-nos permitido alterar somente a disposição do inciso XI e deixamos intactos os demais incisos que tratam justamente de radiodifusão.

Entendam V. Ex^{as} que agora surge a questão do mérito para ser examinada pelo Ministro Pimenta da Veiga. A decisão do Ministro Sérgio Motta, na época, foi a de tratar apenas de telecomunicações, deixando a questão da radiodifusão para depois. Em seguida, tivemos a presença do Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que permaneceu por pouco tempo, e cuja prioridade era realmente a privatização de telecomunicações. O projeto de lei já estava, naquele momento, elaborado para radiodifusão, e a decisão do Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros era a de não modificar aquela questão, deixando-a para depois. Em razão da chegada do Ministro Pimenta da Veiga, mais uma vez levei o projeto, avisando-o da complexidade e da força que esse material apresentava na discussão com a sociedade e com o Congresso Nacional. Finalmente, depois de S. Ex^a estudar bastante a questão, S. Ex^a entendeu que deve encaminhar, ainda este ano, para o Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Radiodifusão. Porém, trata-se de questão complexa aos extremos, e, em virtude do poder da mídia – tema que aqui já foi também levantado pelo Sr. Alberto Dines – e dos seus veículos perante a sociedade e a enorme discussão que se travará nesta Casa, creio que este projeto deva tramitar por muito tempo.

Sr. Presidente, para finalizar, faço referência à questão da Portaria do Ministério da Justiça, que, numa ação provocada pelas entidades que executam os serviços de radiodifusão, no Poder Judiciário, a Portaria acabou tendo de ser revogada por uma questão outra em que foi levantada inclusive doutrina ou jurisprudência – não sei bem, estou com as advogadas que nos assessoram no Ministério e naquele órgão dão consultoria jurídica, a Dr. Beatriz e a Dr^a Dalzira, para tratar desse assunto. Estamos atentos, porque o Poder Judiciário já tem tratativas também a respeito da questão. Quanto à Portaria do Ministério da Justiça que tratava daquela questão, além da que agora estamos também analisando, devemos ter cuidado a respeito do que já disse o Poder Judiciário, uma vez que, parece-me, já existe jurisprudência acerca da questão, tendo em vista que esses assuntos são muito complexos. Aliás, o próprio colega da Mesa, o Sr. Alberto Dines, já expôs esse tema. Falarei rapidamente sobre o art. 220. Disse o nosso colega que, no nosso tempo de cinema, quando éramos impedidos de ter acesso aos filmes proibidos para menores de 18, 14 anos, nós nos autocontrolávamos, ou seja, já sabíamos que não era possível e não fazíamos. No entanto, o que existe hoje, com jurisprudência e na doutrina, no Poder Judiciário, é um conceito tal que o responsável pela família – o pai, a mãe ou o

irmão mais velho – deve retirar os menores do ambiente quando tratar-se de algo impróprio para determinada idade.

V. Ex^a também perguntou sobre essa questão nos Estados Unidos. Esteve conosco o Sr. Peter Doyle, do FCC, e, no material que distribuí a V. Ex^{as}, ele diz, na apresentação que nos fez, que a censura prévia é proibida nos Estados Unidos. Mas, existe monitoramento do que é transmitido nos canais de TV aberta. A classificação é indicativa. No entanto, caso os concessionários desobedeçam aos limites de horário, são aplicadas severas multas.

Agradeço a tolerância ao Presidente da Mesa e aos Srs. Senadores. Se necessário, coloco-me à disposição, mas encerro aqui a minha parte.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Permita-me, Sr. Presidente, mencionar uma observação interessante.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Primeiramente, concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply e, em seguida, ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Na exposição do Sr. Peter Doyle, nos Estados Unidos, os donos de televisão não podem ser proprietários de jornais. No contexto do que foi aqui afirmado, sublinho essa informação relevante contida na explanação que V. S^a distribuiu.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, registro apenas que sei que não é fácil. Disse o Secretário-Executivo Juarez Quadros, quanto a algumas questões a serem enfrentadas no Brasil, que o trâmite desse projeto não vai demorar muito. No entanto, não podemos protelar para sempre, *sine die*. Não há como. Talvez a questão de controle econômico dos meios de comunicação de massa seja difícil, mas precisamos fazer uma proposta. Devemos ser transparentes e enfrentar essa questão. É um compromisso de todos nós atualmente.

Quanto ao controle, embora, nos Estados Unidos, parece-me que os pais, o irmão ou a pessoa responsável é que dirão se é possível ou não. No Brasil, já há uma jurisprudência segundo a qual os responsáveis devem retirar os menores de frente da televisão. Convenhamos que esse procedimento, nos lares, é complicado. Os responsáveis, conhecendo a legenda antecipadamente, poderiam controlar melhor e, talvez, com dispositivos de bloqueio. Creio que seria melhor assim. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Obrigado, Sr. Presidente.

Serei breve, mas há vários itens que sou obrigado a mencionar. Começarei pelo fim não por ser menos importante, mas pelo fato de a questão ter sido afirmada por último. Trata-se da delegação para a família. Seria a família que faria essa classificação. Para isso, é preciso que ela seja informada. Se a mídia é monolítica e não consegue passar para a família esse conceito de que a televisão está desinformando, ela não tem a capacidade de exercer o pátrio poder.

Esse é o grande problema. A mídia, no Brasil, está toda amarrada, formal ou informalmente, a pressupostos e é praticamente monolítica, quase sem oposições. Não é uma questão de orientação política para determinado partido. É uma vocação para corporação que tem causado grande malefício ao próprio desenvolvimento da imprensa, do jornalismo e da comunicação brasileira.

O Senador Eduardo Suplicy, meu colega de jornalismo há não sei quantos anos, fez-me o reparo de que fui, de certa forma, econômico e só mencionei o ex-Presidente da Casa, Senador Jader Barbalho. Fiz referência a ele, porque os outros dois estão incluídos nesse contexto de serem filiados da **Rede Globo**. Ele é o único que, sendo um líder regional político, é filiado a outro canal, o que não causa diferença. Entretanto, eu precisava mostrar que essa questão não se refere apenas ao controle indireto da **TV Globo**, mas abarca todas as redes de televisão.

Esse assunto leva-me a explicar o reparo que fiz às Oposições. Sabia que o Senador e amigo estaria aqui e agi assim de propósito. Havia um recado na-quele mensagem. Já fiz isso várias vezes. Na última vez, estava na Universidade de Oxford, há pouco tempo, em junho. Sabia que estaria presente o economista ligado ao Partido dos Trabalhadores, o Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, e fiz o mesmo reparo para ele, que sentiu tocado também.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior considera-se independente. Ele colabora trocando sempre idéias conosco, inclusive comigo, mas não é filiado.

O SR. ALBERTO DINES – Sim. Sabia que ele estaria presente e incluí essa ponderação como fiz agora com relação a V. Ex^a. Não é mera provocação. Tenho base para esse procedimento e terei de contar os elementos.

Há dois anos, houve um processo de cartelização, que hoje já se dissolveu, mas que foi extremamente perigoso: quando a **Folha de S. Paulo** e o **Globo** se juntaram precipuamente para destruir um terceiro jornal, a **Gazeta Mercantil**, e isso foi anunciado em uma nota oficial. O poder da **Globo** e o poder de influência da **Folha de S. Paulo**, talvez o jornal mais influente deste País – e não é favor que faço –, juntaram-se para destruir um outro.

Fizemos um programa de televisão sobre o assunto. Foi a única voz da sociedade brasileira que arguiu o CADE no sentido de saber por que esse tema não era tratado dentro do Conselho. O CADE informou, então, que alguém precisava entrar com uma petição. Mas as oposições não se manifestaram nem em plenário, não estranharam essa perigosa atração de dois grupos para destruir um outro jornal que tem estado em situação bastante delicada.

Agora houve um outro lance nesse tabuleiro de xadrez empresarial, quando praticamente desfez-se essa parceria **Globo/Folha**, e o **Estado de S. Paulo** e a **Folha de S. Paulo** se juntaram para fazer algo que considero mais perigoso ainda: uma empresa de distribuição de jornais. Quer dizer, os maiores jornais de São Paulo se juntaram para controlar a distribuição de jornais em São Paulo e, assim, decidir quem merece ou não entrar nessa rede de distribuição, o que é gravíssimo.

Há três semanas fizemos um programa de televisão ao qual o CADE compareceu e novamente confirmou que o assunto era de sua competência, mas que seria necessário que um cidadão ou uma organização se manifestasse, fizesse uma petição a fim de que pudessem examinar o caso. Mas as oposições não se manifestaram.

Compreendo que estamos às vésperas de campanha eleitoral, mas é uma situação extremamente perigosa. Estamos assistindo a cada dia a um processo muito rápido de cartelização da imprensa brasileira, e ninguém tem feito nada, a não ser o terceiro setor, que é o Observatório da Imprensa, o grupo **TVE**, de São Paulo, e outros grupos pequenos ou vozes individuais que manifestam estranheza. Entretanto, não há uma vocalização institucional alertando para esse perigo.

O caso da **Federal Communications Commission** – FCC. A FCC controla – e creio que está aí seu regulamento – as comunicações, a eletrônica. Não pode controlar a mídia impressa, porque a liberdade de imprimir vem desde John Newton, no século XVII. Então, ninguém controla a liberdade de imprimir, mas

pode impedir que um grupo de telecomunicações tenha um jornal ou que um jornal tenha a propriedade cruzada de um grupo de radiodifusão. Então, isso é facilmente examinado, pedindo o regulamento da FCC, que aliás, infelizmente, no Governo George W. Bush, está voltando atrás.

Assumi a FCC muito recentemente, antes de 11 de setembro, o filho do Colin Powell, o qual já amenizou um pouco as regras extremamente rigorosas da FCC. Foi um debate que nós, no Observatório da Imprensa, no nosso *site*, também travamos, porque se criaram algumas flexibilizações que, até então, eram inadmissíveis nas administrações anteriores. Mas, de qualquer forma, o modelo da FCC impede a propriedade cruzada. Quer dizer, uma empresa de radiodifusão não pode ter jornal. O jornal não pode ter a propriedade cruzada com a radiodifusão, o que evita essa concentração. Portanto, grandes empresas como o **New York Times**, o jornal mais importante dos Estados Unidos, não pode ter televisão, porque a lei não o permite. Não por ser jornal, mas pelo fato de que a FCC controlaria a emissora que ele tivesse, uma vez que a liberdade de imprimir jornais é, consoante a primeira emenda, absoluta.

Finalmente, gostaria de fazer um esclarecimento com relação ao art. 222. Estou muito ligado a esse assunto, cuja discussão ajudei a suscitar ainda em 1995, se não me engano, e é preciso escaparmos também de outra armadilha. Essa emenda não pretende apenas a permissão da participação de capitais estrangeiros, a idéia não é essa. A idéia é a democratização do capital da empresa de comunicação no Brasil, isso é que é importante. Porque a empresa de comunicação no Brasil, por causa da Constituição de 1988, que herdou uma série de maneirismos – chamo até totalitários – até do Estado Novo, a propriedade da empresa é individual, é pessoa física, porque na ditadura os Governos queriam saber quem era o dono para apertá-lo, uma sociedade anônima é anônima, não é? Infelizmente a Constituição de 1988 incorporou isso. O que se pretende com essa alteração, pelo menos foi isso que me levou a participar do debate desde o início, é que se democratizasse o capital. A empresa de comunicação poderia ter pessoas jurídicas, e não apenas pessoas físicas, porque evidentemente isso hoje não é respeitado, então é muito triste que as empresas de comunicação, que deveriam dar o exemplo para o País, de transparência, até de respeito à letra da lei, elas têm caminhos que atravessam a lei, tanto na sua letra quanto no seu espírito.

Então, é muito importante não deixar que o debate sobre o art. 222, que certamente virá a esta

Casa, fique estigmatizado como a “lei do capital estrangeiro”. Não é a lei do capital estrangeiro. Evidentemente se permitirá a participação do capital estrangeiro, mas limitada, porque hoje é ilimitado. Hoje nós temos parcerias na mídia brasileira que são abomináveis, ao arrepio da lei. Então, é preferível que isso seja estipulado e limitado do que fique dessa forma retrógrada, antiga e seja atropelado, a cada associação que se faz, seja com o Rupert Murdoch, seja com outros grandes grupos internacionais de mídia.

Eram esses os esclarecimentos que eu queria dar ao SR. PRESIDENTE.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Para concluir, com a palavra o Dr. Ara Apkarian Minassian.

O SR. ARA APKARIAN MINASSIAN – Vou começar, pela, eu diria, provocação do Senador Eduardo Suplicy, o projeto de lei que será enviado, na realidade, foi elaborado pelo Ministério das Comunicações e tanto que no art. 2.º o próprio Ministério já avoca para si a organização ou exploração dos serviços de radiodifusão em todos os seus aspectos, inclusive nos aspectos técnicos, e também avoca para si o disciplinamento e a fiscalização. Portanto, essas ações, que hoje são executadas pela Anatel, pelo projeto de lei passariam integralmente, tanto a parte técnica, como a fiscalização, para o Ministério ou para a agência de radiodifusão, enfim, mas, novamente, se, na revisão ou na conclusão dos trabalhos que o Ministério está realizando, concluir que essa ação caberia à Anatel, até que haja uma definição posterior, aí eu voltaria para o ponto básico da Lei Geral das Telecomunicações, que nós falamos na questão da simetria regulamentar, onde a agência, por si só, atua com imparcialidade, legalidade, impessoalidade e dá publicidade aos seus atos.

E aí, nessa linha, voltando para a pergunta do próprio Senador Casildo Maldaner, nós podemos ver o seguinte: que na própria Lei Geral das Telecomunicações e também na regulamentação decorrente, a questão da propriedade cruzada é perfeitamente tratada. A questão da propriedade cruzada, inclusive, todas as ações são iniciadas na Anatel, a Anatel é que faz a instrução e aquilo que entra na esfera do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) existe uma interação com o CADE. Então hoje a própria Anatel na área de telecomunicações age na propriedade cruzada e nas ações onde há uma interferência ou entra na esfera da competência do CADE, existe essa interação, a agência instrui o processo e encaminha o processo ao CADE.

Nós tivemos recentemente, na questão inclusive dentro da organização dos serviços, a TV por assinatura, a questão do **DTH versus Sky**, quando o assunto foi parar na esfera do CADE, mas toda a instrução da confusão entre a **Globo** e a **DirectTV**, que é contrato da TVA, toda a instrução foi realizada e todos os elementos foram remetidos. Portanto, novamente nós voltamos para a questão inicial. Se a regulamentação, a legislação for clara, as ações estarão previstas e, nessa harmonização, a questão do CADE e da propriedade cruzada aparecerão claramente.

Importante é sabermos o que o Poder Executivo e o Legislativo, no caso o Congresso Nacional, vão decidir. Se a ação fica integralmente no âmbito do Ministério ou vai parcialmente ou integralmente para a Anatel. Na realidade, a nossa ação é cumprir a legislação e tudo o que nela está estabelecido. Hoje, da forma como o projeto de lei está sendo discutido, eu diria que todas as ações que estão na esfera da Anatel passariam. Mas isso da forma como está. É claro que, conforme o Dr. Quadros mencionou, estão sendo ultimadas algumas adequações. Vamos, portanto, verificar essas adequações, ver o que vai aparecer e, depois, o que o próprio Conselho...

O SR. CASILDO MALDANER – Professor Ara, faço somente uma pergunta.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Pois não.

O SR. CASILDO MALDANER – Hoje, nas TVs a cabo já existe. E nas TVs abertas também já existe isso?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Não, na TV aberta não, porque a legislação data da década de sessenta e, naquela oportunidade, o Estado assumia algumas ações. Portanto, isso não foi previsto. Mas na Lei Geral de Telecomunicações, que procurou ser moderna, essa questão da propriedade cruzada e do controle societário aparece claramente.

Entendemos que também na nova legislação, tanto na Lei de TV a Cabo, quando for reformulada, quanto no projeto de lei – se ele virar uma lei de comunicação de massa –, ou na própria Lei de Radiodifusão, o problema da propriedade cruzada, assim como o do controle societário, têm que ser enfrentados de uma forma bem aberta, porque isso facilita a ação.

Se formos omissos e se esse for o desejo do legislador, diria que ficará muito difícil de levar adiante até uma ação de fiscalização. Por isso é que novamente alertamos: as regras têm que ser claras e definidas, e existem mecanismos para isso.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O Dr. Juarez pede somente um minuto para fazer um pequeno esclarecimento e, logo em seguida, encerraremos.

O SR. JUAREZ QUADROS – Pediria ao Ara que observasse atentamente o projeto de lei. Há um equívoco muito grande da parte dele e preciso fazer esse destaque. Não há nenhuma tomada das competências da Anatel que estão na Lei Geral de Telecomunicações. Peço que verifique o art. 7º, inciso VII, do Projeto de Lei, em que está ressalvada a disposição do parágrafo único do art. 211 da Lei Geral de Telecomunicações, segundo a qual a competência de fiscalizar, quanto aos aspectos técnicos, as estações de radiodifusão é da Anatel.

Feito esse reparo, para que não parem dúvidas, peço ao Ara que leia mais atentamente o projeto de lei.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Perfeito, Dr. Quadros. Concordamos integralmente. Isso passou batido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em nome da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, agradecemos ao Dr. Juarez Quadros, ao jornalista Alberto Dines, ao Dr. Ara e aos Senadores que participaram da audiência pública de hoje.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h40min.)

Ata da 39ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 06 de novembro de 2001.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia seis de novembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Moreira Mendes, e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornélas, José Coelho, Arlindo Porto, Freitas Neto, Emília Fernandes, Marina Silva, Álvaro Dias, Paulo Hartung, Mauro Miranda, Maguito Vilela, Francelino Pereira, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Luiz Otávio e Geraldo Cândido, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Leomar Quintanilha, Artur da Távola, Teotônio Vilela Filho, Fernando Matusalém, Luiz Pontes e Eduardo Suplicy. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência

cia submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente, em exercício, Senador Moreira Mendes, comunica a retirada de pauta do item 01, atendendo à solicitação do autor da matéria, Senador Juvêncio da Fonseca. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 303, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o parecer favorável, na forma da emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado, com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Marina Silva. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo n.º 256, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Caxias do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Emília Fernandes e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Marina Silva. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 336, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Otacílio Costa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Otacílio Costa, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o parecer favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 305, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio a Tribuna de Santos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, na forma da emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 279, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Beneficência Institucional Básica Integrada – “BIBI” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sanharó, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador José Coelho e o parecer favorável é aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 315, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que

renova a permissão outorgada à Rádio Montanhês FM Stéreo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Nabor Júnior e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Marina Silva. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 309, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural de Santa Bárbara do Monte Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Monte Verde, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o parecer favorável é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 319, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural Nova Onda de Carmo do Rio Claro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.” A relatora designada é a Senadora Marluce Pinto e o parecer favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 335, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei – ACELCR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borba, Estado do Amazonas.” A relatora designada é a Senadora Marluce Pinto e o parecer favorável é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 332, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a ADEPAM – Amazônia em Defesa e Proteção do Meio Ambiente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benjamin Constant, Estado do Amazonas.” A relatora designada é a Senadora Marluce Pinto e o parecer favorável é aprovado. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 355, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial Maria do Carmo Pedrosa Mendes – FUMACPEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazarezinho, Estado da Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Freitas Neto e o parecer favorável é aprovado. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 331, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Amigos de Treze Tílias – SC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina.” O

relator designado, ad hoc, é o Senador Casildo Maldaner e o parecer favorável é aprovado. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 344, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Prosseguindo, os Senhores Senadores Emília Fernandes e Luiz Otávio solicitam a inclusão extra pauta do PDS 337/01 e PDS 364/01 respectivamente, com o que todos concordam. Extra Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 337, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Universidade Luterana do Brasil para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o relatório favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 364, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nazaré de Comunicação para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o relatório favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 05: Projeto de Decreto Legislativo 338, de 2001 e Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 339, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Moreira Mendes** – Presidente, em exercício, da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 6 de novembro de 2001, terça-feira.

Antes de iniciar a pauta, comunico aos Srs. Senadores que amanhã, às 10 horas, será realizada audiência pública – motivada por requerimento dos Senadores Freitas Neto e Roberto Saturnino – destina-

da a promover debate sobre a Medida Provisória n.º 2.228-1, de 10/09/2001, que estabelece princípios gerais da política nacional de cinema, cria o Conselho Superior de Cinema e a Agência Nacional de Cinema – Ancine, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – Prodecine, autoriza a criação dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – Funcines, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.

Estão convidados para a audiência pública o Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas e Operadoras de Multiplex, Sr. Valmir Fernandes; o Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA, Sr. Alexandre Annenberg; a cineasta Carla Camurati, a Diretora da Associação Brasileira de Empresa de Infra-Estrutura Cinematográfica e Audiovisual, Srª Sílvia Rabelo; e o Assessor Jurídico da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Cláudio Teixeira.

Comunico ainda às Srªs e aos Srs. Senadores que, por solicitação do relator, foi retirado de pauta o Item 1. Em face da ausência da relatora do Item 2, passaremos ao Item 4 da pauta, não-terminativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 336, DE 2001

(Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Otacílio Costa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Otacílio Costa, no Estado de Santa Catarina. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Casildo Maldaner, a quem passo a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, chega-me às mãos para relatar a proposta que aprova e autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Otacílio Costa, que fica na região do planalto em Santa Catarina, nos campos de Lajes, para que possa executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade.

O Município de Otacílio Costa não possui nenhuma estação de rádio, seja de FM ou de AM. Essa rádio comunitária, por meio da Associação, sem dúvida alguma, ajudará muito a levar informação à comunidade, manter a cultura, fazer com que haja um intercâmbio, uma comunicação das questões daquele município.

Por isso, de acordo com a legislação do Ministério das Comunicações, o projeto veio a esta Casa, passou por todos os trâmites legais, e nosso parecer conclui pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o parecer do eminente Relator. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC) – Sr. Presidente, o Item 15 da pauta, também com relação a Santa Catarina, aprova a Associação Cultural e Comunitária de Amigos de Treze Tilias, naquele Estado. O Relator é o Senador Geraldo Althoff. Tendo em vista ser o Relator da CPI do Futebol, S. Ex^a se sente, de certo modo, impedido. Peço a V. Ex^a que o coloque em votação. O Senador Geraldo Althoff não terá condições de vir aqui neste momento. A comunidade vem reivindicando isso há muito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sem dúvida. Já há um entendimento desta Comissão no sentido de que, ocorrendo a ausência por três vezes consecutivas do Relator, se nomeia um Relator ad hoc. V. Ex^a, portanto, relatará no momento certo.

O SR. CASILDO MALDANER – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Item 2:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, de 2001

(Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul. A Relatora é a Senadora Emília Fernandes.)

Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exposição de motivos apresentada pelo Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Houve aprovação na Câmara dos Deputados, na Comissão de Ciências e Tecnologia e na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, tendo sido considerado o projeto jurídico, constitucionalmente favorável e vazado em boa técnica legislativa.

É importante salientar – peço a atenção dos Srs. Parlamentares – que, na leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, o pleito foi originalmente formulado pela entidade Radiodifusão Sul do Brasil S. A., razão por que se propõe o registro da mudança de seu nome por meio de emenda de redação ao art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo do Senado em análise.

Tendo em vista o exame da documentação que evidencia o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas pela Entidade Rádio Santiago Ltda., ela está pronta e habilitada à renovação da concessão. Então, elaboramos uma emenda com o seguinte teor no art. 1º:

"Fica aprovado o ato que se refere ao Decreto de 30 de setembro de 1999, que renova por 10 anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda., outorgada originalmente à Radiodifusão Sul do Brasil S.A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul."

Meu parecer é pela aprovação, porque analisei a documentação, realmente essa emenda se faz necessária e está técnica e legitimamente viável. Por isso, apresentamos essa emenda.

É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, de 2001

(Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Caxias do Sul para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.)

O Relator inicialmente designado foi o Senador José Fogaça, que não mais pertence a esta Comissão. Diante desse fato e tendo em vista que a emissora sob análise se localiza no Estado do Rio Grande do Sul, designo como Relatora *ad hoc* a Senadora Emília Fernandes para relatar o item 3 da pauta.

Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, a Fundação Universidade de Caxias do Sul vem buscando ampliar o seu trabalho educativo e cultural. Por isso, desde maio de 2000, tramita um processo buscando exatamente ter a oportunidade de, com fins exclusivamente educativos, prestar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Toda a documentação foi devidamente instruída, analisada pela Câmara dos Deputados e também à luz das exigências distintas, inclusive daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais. As questões que tratam de radiodifusão educativa têm outra legislação e outras exigências, também devidamente cumpridas.

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opino pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o parecer da Relatora. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 7:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2001

(Aprova o ato que autoriza a Beneficência Institucional Básica Integrada – Bibi – a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Sanharó, no Estado de Pernambuco.)

Concedo a palavra ao Senador José Coelho, Relator da matéria.

O SR. JOSÉ COELHO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o problema de comunicação neste País, sobretudo nessa fase, quando se procura disseminar a educação por meio de todos os meios possí-

veis para que a população fique cada vez mais conscientizada da necessidade de informações e utilize os veículos de comunicação para tornar tudo mais fácil, sobretudo no Nordeste, onde tudo sempre é mais difícil e as melhorias chegam sempre com atraso.

Observadas as condições e as exigências da lei e enquadrando-se perfeitamente nos preceitos estabelecidos pelo Ministério das Comunicações, somos de parecer favorável pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, informo a V. Ex^a que, por deliberação da nossa Bancada, continuo votando a favor da concessão para a rádio comunitária, mas abstenho-me da votação de concessão de rádios convencionais.

Comunico a minha posição à Mesa, para não ficar dizendo sempre o mesmo. Voto a favor da rádio comunitária, mas abstenho-me da votação das rádios convencionais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Portanto, nesta votação, o Senador Geraldo Cândido vota favoravelmente, porque se trata de rádio comunitária.

Item 8:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 315

(Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Montanhez FM Estéreo Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Gerais, no Estado de Minas Gerais.)

Concedo a palavra ao Relator, Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse Projeto de Lei n.º 315, de 2001, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Montanhez FM Estéreo Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Gerais, no Estado de Minas

Gerais, está devidamente instruído conforme as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações e já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Por essa razão, o meu parecer é favorável à concessão da referida outorga.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Item 9:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 309, DE 2001

(Aprova o ato que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural de Santa Bárbara do Monte Verde a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Monte Verde, no Estado de Minas Gerais.)

Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto, Relator da matéria.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 309, de 2001, aprova o ato que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural de Santa Bárbara do Monte Verde, no Estado de Minas Gerais, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade do mesmo nome.

A documentação apresentada atende aos preceitos regimentais e legais por meio da Mensagem Presidencial n.º 814, de 2000, em que o Senhor Presidente da República autoriza a exploração. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações, que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável.

É a seguinte a Direção do Centro Social, Educacional e Cultural de Santa Bárbara do Monte Verde: o Presidente é o Sr. Júlio César Maurício Guedes, a Vice-Presidente é a Sr^a Patrícia Maurício Guedes Pires, o Secretário é o Sr. Paulo Roberto Pereira Vieira, e o Tesoureiro é o Sr. Luiz Ernani de Souza.

Considerando que toda a documentação está devidamente regularizada e que foram atingidas as condições legais, o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – **Item 10:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2001

(Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural Nova Onda, de Carmo do Rio Claro, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Rio Claro, na cidade de Minas Gerais.)

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da matéria.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Sr. Presidente, demais membros desta Comissão, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL n.º 319, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução n.º 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão para o desenvolvimento artístico e cultural Nova Onda, de Carmo do Rio Claro, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – **Item 11:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 335, DE 2001**

(Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei – ACELCR – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borba, Estado do Amazonas.)

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da matéria.

A SRª MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Sr. Presidente, nobres colegas, tendo em vista a utilidade que sabemos que tem uma rádio comunitária, principalmente numa cidade pequena como Borba, no Estado do Amazonas, é que o nosso parecer é favorável. Toda a documentação exigida foi atendida, de acordo com os requisitos técnicos e legais para habilitar-se a esta autorização. Portanto, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Item 12:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 332, DE 2001**

(Aprova o ato que autoriza a Adepam – Amazônia em Defesa e Proteção do Meio Ambiente – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benjamin Constant, Estado do Amazonas.)

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da matéria.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, demais membros desta Comissão, tendo em vista tratar-se de mais uma rádio comunitária no Estado do Amazonas, na cidade de Benjamin Constant, o nosso parecer é favorável, uma vez que somos conscientes da utilidade de uma rádio comunitária naquela região tão distante do centro. Como o exame da documentação que acompanha o PDL nº 332, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficam

do caracterizado que a Adepam – Amazônia em Defesa e Proteção do Meio Ambiente – atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pela ordem, a Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Gostaria de fazer uma solicitação, consultados os membros da nossa Comissão. Tendo em vista que já analisamos e demos parecer favorável, não seria possível incluir em pauta extra da nossa reunião de hoje o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2001, nº 887, de 2001, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga a concessão à Universidade Luterana do Brasil para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em votação, portanto, o requerimento da Senadora Emília Fernandes para discussão e inclusão desse PDL extrapauta.

As Sr.as. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra, o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Pediria também que fosse incluído na reunião de hoje o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2001, nº 969, de 2001, da Câmara dos Deputados, que aprova outorga de concessão à Fundação Nazaré de Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Igualmente ao da Senadora Emília Fernandes, em votação, a inclusão do requerimento do Senador Luiz Otávio para inclusão extrapauta do PDL nº 364, de 2001.

As Sr.as e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 14:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 335, DE 2001**

(Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial Maria do Carmo Pedrosa Mendes, Fumacpem, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Nazarezinho, Estado da Paraíba.)

O relator designado é o Senador Ney Suassuna. Em face da ausência de S. Ex^a, pelo mesmo motivo exposto anteriormente e que S. Ex^a não estará aqui na semana que vem, concedo a palavra ao Relator ad hoc, Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO (Bloco/PSDB – PI) – Trata-se de autorização à Fundação Assistencial Maria do Carmo Pedrosa Mendes a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Nazarezinho, no Estado da Paraíba.

O parecer do Senador Ney Suassuna encontra-se distribuído aos Srs. Senadores.

O voto é o seguinte: Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL n.º 355, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução n.º 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Fundação Assistencial Maria do Carmo Pedrosa Mendes (Fumacpem) atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr.as e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (pausa.)

Aprovado.

Item 15:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 331, DE 2001**

(Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Amigos de Treze Tílias, Santa Catarina, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina.)

O Relator ad hoc é o Senador Casildo Maldaner, a quem passo a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, como já expus no início, para que pudessem avocar, o eminente Senador Geraldo Althoff não pôde comparecer por ser Relator da CPI do Futebol. Está em pauta a proposta para que se autorize a criação da Associação Cultural e Comunitária Amigos de Treze Tílias, a fim de que possa executar serviços de radiodifusão comunitária naquele município.

Ressalto, Sr. Presidente, que Treze Tílias é uma cidade de estreitas ligações com a Áustria, inclusive há um consulado austríaco na cidade de Treze Tílias. As características, o jeito das pessoas, todas as confrontações, as ligações culturais têm muito que ver com a Áustria. Então, essa autorização para que possa haver uma rádio comunitária lá em Treze Tílias é sumamente importante. Por isso, o nosso parecer conclui pela aprovação, tendo em vista ter passado pelos canais necessários, desde o Ministério das Comunicações até a Câmara dos Deputados e esta Casa. Somos pela aprovação da proposta do eminente Senador Geraldo Althoff nesta Comissão não só por S. Ex^a ter ligações com a Áustria, mas também porque a região do Vale do Rio do Peixe será extremamente contemplada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr.as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 305, DE 2001

(Aprova o ato que renova a concessão da rádio A Tribuna de Santos Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, São Paulo.)

O Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Decreto que aprova o ato que renova a concessão da rádio A Tribuna de Santos Ltda.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n.º 305, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

solução n.º 39, ficando caracterizado que a entidade Rádio A Tribuna de Santos Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais. Portanto, com uma emenda de redação, pedimos a aprovação do decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr.ª e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero apenas dizer que o item anterior foi aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Item 16:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 344, DE 2001

(Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João, Paraná.)

O Relator é o Senador Álvaro Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda. fica no Município de São João, no sudoeste do Estado, administrado de forma competente pelo Prefeito Dirceu Mezaroba. Analisamos toda a documentação e constatamos que a entidade a Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais e está, portanto, habilitada à renovação da concessão. Opinamos pela aprovação. É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr.ª e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Item extrapauta:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 337, DE 2001

(Aprova o ato que outorga a concessão à Universidade Luterana do Brasil para

executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.)

A Relatora é a Senadora Emília Fernandes, a quem concedo a palavra.

A SR.ª EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr.ª e Srs. Senadores, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o processo que permite a outorga de concessão à Universidade Luterana do Brasil para executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A documentação anexada à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Telecomunicações constatando-se estar devidamente instruída em conformidade com a legislação. O referido projeto foi aprovado na Câmara, tanto na Comissão de Ciência e Tecnologia quanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na análise, esclarecemos, inclusive em nosso parecer, que o processo de outorga pelo Poder Executivo para execução de serviço de radiodifusão educativa é condicionada ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessão ou permissão para exploração de canais comerciais de rádio e televisão. Além disso, alertamos que, devido à especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados, Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil com finalidade educativa, de acordo com o Código Brasileiro de Comunicação. E oferecemos o parecer favorável.

É importante registrar também, Sr. Presidente, que estamos falando de uma instituição de ensino que em 2001 completa 29 anos de instalação no Brasil. Seu primeiro curso de graduação foi o de Administração de Empresas, das então Faculdades Canoenses, na cidade de Canoas (RS). Na verdade, a história da Ubra e de sua mantenedora, a Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo, remonta ao início do século, quando foi criada em Canoas, como já disse, em 1905. O trabalho dos pioneiros frutificou. Hoje a Ubra dedica-se ao ensino, à saúde e à tecnologia. Está presente em sete Estados das Regiões Sul, Norte e Centro-Oeste. Há 16 **campi** universitários no Estado do Rio Grande do Sul, dois em Rondônia, dois no Pará, um no Amazonas, três no Tocantins, um no Distrito Federal e dois em Goiás, além do Uruguai – há uma universidade em Montevidéu –, e de Portugal, na cidade de Ponte de Lima.

A Ubra atua nas áreas de educação, saúde, tecnologia, esporte, cultura. Agora, com a concessão e instalação da TV Educativa, será criada a área de comunicação, compreendendo televisão, rádio, educação à distância, gráfica e editora, jornais e periódicos. A oportunidade de contar com um canal de TV educativa faz parte da proposta inicial de um projeto pedagógico institucional da Universidade que está sendo perseguido desde 1992. O canal a ser outorgado cobrirá, em primeiro estágio, a grande Porto Alegre, em segundo, todo o Estado do Rio Grande do Sul e no terceiro, as localidades do Norte e Centro-Oeste, onde também atua em seu papel de integração educacional.

Sempre que ressaltamos a importância das iniciativas no âmbito comunitário, educativo e cultural, precisamos realizar um esforço a fim de que elas sejam ampliadas e levadas, cada vez mais, a todo o povo brasileiro, que tanto necessita. Por essa razão, nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antes de passar à discussão deste item, gostaria apenas de registrar também que a Universidade Luterana do Brasil, a Ubra, presta relevantes e importantíssimos serviços à educação no Estado de Rondônia. Lá, também é pioneira e instalou recentemente seu segundo campus, desta feita na capital, na cidade de Porto Velho. Desejo associar-me a todos os elogios que V. Ex^a fez a essa universidade pelos brilhantes e relevantes serviços que tem prestado à educação no País.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado, com o voto favorável do Senador Geraldo Cândido.

Item extrapauta n.º 2:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 364, DE 2001

(Aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Nazaré de Comunicação para executar serviço de radiodifusão, de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará.)

Com a palavra, o Senador Luiz Otávio, Relator da matéria.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por meio da Mensagem Presidencial n.º 1.448, de 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso submete ao Congresso

Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal, ato constante do Decreto de 6 de outubro de 2000, que outorga a concessão à Fundação Nazaré de Comunicação para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, os serviços de radiocomunicação de sons e imagens na cidade de Belém, no Estado do Pará, que tem como Diretor-Presidente o Arcebispo de Belém, Dom Vicente Joaquim Zico.

PARECER

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame na forma do Projeto de Decreto Legislativo n.º 364, de 2001, tendo em vista a Rádio Nazaré, que pertence à Fundação Nazaré de Comunicação, ter instalado também um canal de televisão.

A Fundação Nazaré, que é coordenada e dirigida pela Igreja Católica, em especial por Dom Vicente Zico, por meio da Igreja de Nazaré, no Estado do Pará, tem essa autorização e, com certeza, dará um grande avanço no que se refere à área educativa, para esclarecimentos, para orientações, para programas que, certamente, serão dirigidos com essa finalidade.

Este é o parecer, Sr. Presidente, que é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, quero retificar uma comunicação. A audiência pública de amanhã, que seria realizada às 10 horas, terá início às 11 horas.

O SR. (orador não identificado fala fora do microfone) – Sr. Presidente, a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, sobre as Medidas Provisórias n.ºs 22 e 28, que estabelecem os princípios gerais do Instituto Nacional de Cinema, terá início às 11 horas, em vez de às 10 horas?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Às 11 horas. Está aqui o Presidente da Subcomissão, Senador Freitas Neto, que dirigirá os trabalhos amanhã.

O SR. FREITAS NETO – Obrigado pela comunicação, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia solicitar uma cópia dessas medidas provisórias, para nos situarmos? Eu creio que os membros gostariam de tê-las em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Solicito à Secretaria que providencie cópia para todos os Srs. Senadores. Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h22min.)

**Ata da 40ª Reunião Extraordinária,
da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª
Legislatura, realizada em 13 de novembro
de 2001.**

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia treze de novembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos, e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Waldeck Ornélas, Lomar Quintanilha, José Coelho, Freitas Neto, Artur da Távola, Fernando Matusalém, Emília Fernandes, Marina Silva, Álvaro Dias, Paulo Hartung, Mauro Miranda, Pedro Simon, Ney Suassuna, Juvêncio da Fonseca, Francelino Pereira, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara, Luiz Otávio e Roberto Saturnino, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gilvam Borges, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Arlindo Porto, Teotônio Vilela Filho, Luiz Pontes e Eduardo Suplicy. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado n.º 74, de 2001, de caráter terminativo, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que "Denomina "Paulo Curado" trecho da rodovia BR-235." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lomar Quintanilha e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 170, de 2001, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Lúdio Coelho e Pedro Ubirajara, que "Requerem seja denominado "Ponte Nossa Senhora do Pantanal" a ponte sobre o Rio Paraguai, situada na BR-262, no Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Nabor Júnior e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Lei da Câmara n.º 108, de 2001,

de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Aldo Rebelo, que "Dá nova redação à alínea e do inciso I do artigo 23 da Lei n.º 8977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências (disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior em locais de área de prestação de serviço)." É concedida vista coletiva. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 357, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão de Cumaru – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumaru, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador José Coelho e o parecer favorável é aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 352, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jornal A Crítica Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas." A relatora designada é a Senadora Marluce Pinto e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção da Senadora Marina Silva. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 338, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Prima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Mor, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 342, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora Atalaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção da Senadora Marina Silva. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 308, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Liberdade FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção da Senadora Marina Silva. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 312, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Jaboticatubas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticatu-

bas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 381, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção da Senadora Marina Silva. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 351, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à MR Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Turiçu, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer favorável é aprovado, com a abstenção da Senadora Marina Silva. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente informa ao plenário a iniciativa, por parte desta Presidência, de solicitar ao Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, a instalação do Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Congresso Nacional, previsto na Constituição Federal desde 1988. O plenário aprova por unanimidade a proposta do **SR. PRESIDENTE**. Em seguida, os Senhores Senadores Casildo Maldaner e Marina Silva solicitam a inclusão extra pauta do PDS 304/01 e PLC 111/00 respectivamente, com o que todos concordam. Extra Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 304, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Balneário de Camboriú, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado, com a abstenção da Senadora Marina Silva. Item 02: Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado José Chaves, que “Denomina “Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre” o Aeroporto localizado na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.” A relatora designada é a Senadora Marina Silva e o relatório favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 371, de 2001, Item 12: Projeto de Decreto de Legislativo n.º 277, de 2001, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 349, de 2001, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 266, de 2001 e Item 16: Projeto de Decreto Legislativo

n.º 339, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Ricardo Santos** – Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo **quorum** regimental, iniciamos os trabalhos da 40ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que se realiza hoje, 13 de novembro, terça-feira.

Faremos inversão de pauta e iniciaremos pelo **Item 4**: Projeto de Decreto Legislativo n.º 357, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão de Cumarú, Pernambuco, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumarú, Estado de Pernambuco.

Passamos a palavra ao Relator, Senador José Coelho.

O SR. RELATOR (José Coelho) – Sr. Presidente, a cidade de Cumarú, em Pernambuco, tem necessidade de divulgação e não existe nenhum impedimento que possa permitir que ela não seja beneficiada com o serviço de radiodifusão. Não existe nenhum dispositivo legal que se contraponha à aprovação dessa unidade de radiodifusão.

De maneira que, em vista da documentação que acompanha o PDS n.º 357, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução n.º 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Radiodifusão em Cumarú, Pernambuco, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização.

Opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao **Item 5**: Projeto de Decreto Legislativo n.º 352, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jornal A Crítica Ltda. para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas.

Passamos a palavra à Relatora da matéria, Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, demais membros desta Comissão, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 352, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Jornal A Crítica Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Assim, Sr. Presidente, o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Senadora Marluce Pinto permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a, se possível, a inclusão extrapauta do PL nº 304, de 2001, que concede à Fundação de Radiodifusão de Balere, Camboriú, a autorização para instalar nesta Fundação no Balneário de Camboriú.

O processo está pronto, relatado, e eu pediria a V. Ex^a que submetesse aos Colegas a inclusão extrapauta, para, no momento oportuno, nós o analisarmos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Submeto à aprovação do Plenário o requerimento do Senador Casildo Maldaner.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está incluído em pauta.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2001, que aprova ato que renova concessão da Rádio Emissora Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Álvaro Dias.

O SR. RELATOR (Álvaro Dias) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Rádio Emissora Atalaia Ltda. presta um enorme serviço na área de comunicação a uma das mais importantes cidades do Paraná, Guarapuava, uma cidade universitária, pólo da região Centro-Oeste do Estado do Paraná. Tem como principal acionista Clery Becker de Matos Leão.

Examinamos toda a documentação constante desse processo e concluímos que atende a todas as exigências da lei, todos os requisitos técnicos, habilitando-se, portanto, à renovação da concessão.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Atalaia Ltda. de Guarapuava para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do Relator. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2001, que aprova ato que outorga concessão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Turiaçu, Estado do Maranhão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Educação recebeu o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2001, que outorga concessão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Turiaçu, Estado do Maranhão.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 351, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, fica caracterizado que a entidade MR Radiodifusão Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão.

Opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o parecer do Relator. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2001, que requer seja denominado Ponte Nossa Senhora do Pantanal a ponte sobre o rio Paraguai, situada na BR-262, no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul. Os autores são os Senadores Juvêncio da Fonseca, Lúdio Coelho e Pedro Ubirajara.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, indicado como Relator *ad hoc*, considerando-se a ausência do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. RELATOR AD HOC (Nabor Júnior) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório apresentando pelo Senador Jonas Pinheiro está consubstanciado no seguinte teor:

Está em apreciação, nesta Comissão de Educação, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2001, que propõe denominar a Ponte Nossa Senhora do Pantanal a ponte sobre o rio Paraguai, situada na BR-262, no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul. Os autores do projeto, Senador Juvêncio da Fonseca e outros, em sua justificação, destacam que a proposta foi desencadeada pelo abaixo-assinado com milhares de assinaturas e encaminhado pela população do Estado, em especial dos Municípios de Corumbá e Ladário, em campanha liderada pela Diocese de Corumbá.

Conforme os autores, a ponte, com extensão de 1890 metros, é responsável pela integração do Pantanal com o restante do território nacional e pela ligação rodoviária entre o Brasil e a Bolívia rumo ao Oceano Pacífico.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

Passo à análise. De acordo com a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que disciplina a designação das rodovias do Plano Nacional de Viação, as estações terminais, obras de arte e trechos de via do Sistema Nacional de Transporte poderão ter a designação de um fato histórico, de um nome de pessoa falecida ou que haja prestado relevantes serviços à Na-

ção ou à humanidade, ouvido previamente o órgão administrativo competente.

Embora a designação proposta não se enquadre rigorosamente nos critérios definidos pela lei, há que se considerar que ela vem respaldada por ampla escolha popular. Ademais, acredita-se que, dada a religiosidade do povo brasileiro, a homenagem a Nossa Senhora do Pantanal é uma manifestação cultural popular inequívoca e, como tal, reveste-se de mérito equivalente a qualquer dos critérios anteriormente mencionados.

Finalmente, o projeto em exame reúne as condições de constitucionalidade e de juridicidade, bem como os requisitos legais, regimentais e de técnica legislativa exigidos.

Passo ao voto. Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2001.

Esse é o teor do relatório do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, um dos autores da proposição.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, a ponte sobre o rio Paraguai tem significativo fator de integração nacional, como também integração com a Bolívia rumo ao Oceano Pacífico. Essa é a grande salda comercial que se pretende no futuro para a busca do Oriente Médio no seu relacionamento comercial.

Essa ponte sobre o rio Paraguai, além de majestosa, é um grande orgulho do povo sul-mato-grossense. Toda a população de Corumbá e de Ladário movimentou-se e fez chegar às mãos dos três Senadores milhares de assinaturas pedindo que se colocasse o nome de Nossa Senhora do Pantanal nessa ponte.

Sabemos que, rigorosamente, como disse o Relator, talvez o nome não se enquadre perfeitamente na situação. No entanto, o espírito da Lei nº 6.682 era evitar que se pusesse o nome de pessoas vivas nesses próprios da União. Todavia, Nossa Senhora do Pantanal tem um significado de religiosidade muito forte. Na verdade, não se estão fazendo homenagens a lideranças ou a pessoas vivas da Nação brasileira, mas a uma entidade – que é Nossa Senhora – de grande repercussão no coração do povo brasileiro.

Por essas razões, solicito aos meus Pares que aprovem o requerimento dos Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca, Pedro Ubirajara e Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo à votação nominal, considerando que esse projeto é terminativo na Comissão de Educação.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

Aprovado.

Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001. Dá nova redação à alínea “e” do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências – disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior em locais de área de prestação de serviço.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Mauro Miranda.

O SR. RELATOR (Mauro Miranda) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chegou a esta Casa para parecer o Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, que dá nova redação à alínea “e” do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências – disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior em locais de áreas de prestação de serviço.

O projeto é de autoria do ilustre Deputado Aldo Rebelo e foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de projeto que pretende democratizar o uso desse canal universitário. Ele terá uma amplitude não só para as universidades, mas também para aquelas escolas isoladas ou grupos de escolas.

Dou um exemplo do meu Estado, onde todas as universidades – ou quase todas – estavam situadas na cidade de Goiânia. Atualmente, há várias unidades e conjuntos de escolas superiores em inúmeras partes do Estado. Será uma maneira de chegarmos também com esse canal, proporcionando o acesso da comunidade universitária, da elite intelectual do País, para todo o nosso Estado, estendendo-o para toda a sociedade brasileira.

Passo ao voto. A lacuna deixada pela Lei em pauta é perfeitamente preenchida pela instrumentalidade do presente projeto. Tem ele, portanto, o condão de ajustar o espírito daquela norma à realidade nacional, razão por que voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, sendo favorável a

esse projeto que democratiza o acesso ao canal universitário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata para discutir.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao Relator e ao autor do projeto, é comum no Congresso Nacional querer fazer programação de televisão. Se tivessem sido aprovados todos os projetos que já tramitaram aqui sobre esse assunto, obrigando determinado número de minutos para uma programação de meia hora ou duas horas para outra, não seria preciso que as estações de televisão tivessem diretor artístico ou de programação. O Congresso Nacional faria a programação de todas as estações de televisão. No entanto, ninguém conseguiria assistir.

As TVs a cabo estão tendo um prejuízo enorme. Estão até querendo agora que se invista capital estrangeiro, porque, ao revés, não suportarão a situação. Erraram ao acreditar que o Brasil teria uma grande imagem para canal a cabo. Como a TV aberta tem uma programação razoavelmente boa, a TV a cabo não penetrou no Brasil como ocorreu na Argentina, no Peru, no Chile, no Uruguai e em outros países da América Latina.

Existe o canal comunitário, que apresenta slides dia e noite. Por que as universidades não fazem uma boa programação e a expõem no canal comunitário destinado a todas as pessoas e a instituições da comunidade? Esse canal nunca apresenta nada. Às vezes, há previsão do tempo porque não há nada para ponderar, porque ninguém vai lá levar uma programação. Então, o que vai acontecer? Mais um canal obrigatório. Já há o canal da Câmara, o do Senado, o Comunitário, o da Universidade, o da Assembléia Legislativa, que já estão instalando no Espírito Santo. Então, não precisa mais programação. É só canal chato que ninguém agüenta ver. Vai encarecer a assinatura e as pessoas têm de ver esse monte de baboseira que ninguém agüenta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte antes de prosseguir?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com o maior prazer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me. Se lermos com cuidado o projeto de lei, constatamos que tem um outro objetivo que não criar

praticamente um novo canal. O risco dele – Senador Mauro Miranda, desculpe-me – é que hoje temos o canal que é usado somente por universidades, abordando assuntos voltados para área de interesse global. Este projeto procura uma abrangência. Quer dizer, a parte de divisão do tempo é que trará uma deficiência da estrutura que cada universidade tem hoje em São Paulo. Então, há a TV Comunitária e a TV Universitária, feita por um pool de universidades. Portanto, se se fizer essa abrangência, praticamente cairá a qualidade que já hoje existe em termos de assuntos de importância para a sociedade.

O SR. MAURO MIRANDA – (PMDB – GO) – Permite-me um aparte, Senador Gerson Camata?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com muito prazer.

Não existe nada contra o relatório dele, não. Trata-se de um telespectador que paga para ver o canal a cabo e está – desculpe-me – de saco cheio de ouvir baboseira.

O SR. MAURO MIRANDA – (PMDB – GO) – Senador Gerson Camata, V. Exª tem de ter preocupação. Mas, como houve esse processo de abertura, naturalmente, as coisas vão-se ajustar com o tempo. No caso do canal universitário, porém, é diferente, porque não temos a dimensão e o nível, por exemplo, da Universidade de São Paulo. De repente, podem celebrar um convênio da USP com a UFGO, ou com as universidades particulares, ou das escolas colegiadas dentro do meu Estado. Podemos ter acesso às aulas dadas na USP hoje, no interior do Estado, com a maior tranquilidade, naqueles horários definidos. Considero isso muito importante. Não vamos esperar um público alto, mas um público dirigido dentro das universidades e das escolas secundárias, tendo em vista o enriquecimento do ensino que há no interior. Às vezes – Senador Gerson Camata, V. Exª sabe muito bem disso –, numa cidade nossa do interior, não temos acesso a um bom professor de determinada área e podemos ficar ligados no canal da Universidade de São Paulo, por exemplo, que é considerada a líder nacional ou no canal da Unicamp, ou da UFRJ, ou da UFBA, que são universidades de primeira linha no Brasil, e poderemos obter essa troca de conhecimento e até assistir às aulas diretamente dadas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Desculpe-me, Senador. Não é o que está escrito no projeto. Para isso há o canal fechado. A universidade do seu Estado e a do meu Estado alugam um canal e seus alunos assistem, no auditório, a uma aula ministrada em Londres, Nova York.

Imagine V. Exª que, com esse monte de curandeiro que há por aí, se se começar a dar aula de cirurgia num canal aberto, o sujeito fará cirurgia no dia seguinte, sem curso superior, sem nada. Isso é coisa para ambiente fechado, para auditórios e anfiteatros das universidades. Não pode ser para um canal a cabo, ao qual todos têm acesso.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PDT – PR) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Gerson Camata?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pois não.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PDT – PR) – É da maior importância um canal de televisão que possa permitir, na área universitária, a teleconferência, a educação a distância, mas estou entendendo a preocupação de V. Exª, Senador Gerson Camata, que me parece ter razão quando teme a banalização da televisão com fins educativos. Creio que um projeto dessa natureza deve ser discutido em maior profundidade, que a análise deve ser ampliada, no sentido de evitar consequências que comprometam a qualidade da televisão brasileira. Somos inconformados quase sempre com aquilo que vemos na TV do País. Condenamos sempre a qualidade, o nível da televisão brasileira. Somos críticos em relação a isso – esta Casa, esta Comissão, a Subcomissão que aqui se instalou – e temos que contribuir exatamente para que ela se torne uma televisão cada vez de melhor qualidade. Por isso, esses projetos que ampliam a utilização desses canais de TV a cabo devem ser analisados com o devido cuidado. Sem dúvida nenhuma, há necessidade de cautela. Sei que o Senador Mauro Miranda, sempre inteligente, competente, cuidadoso, tem objetivos claros quando oferece um parecer favorável. Mas creio que as restrições apresentadas pelo Senador Gerson Camata encontram justificativa na nossa realidade.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado, Senador.

Creio, Sr. Presidente, que até um substitutivo dizendo que 50%, ou 25%, do tempo das tevês comunitárias, que é obrigatório, seria dedicado a programações produzidas por universidades, pronto. Aí em lugar daqueles slides parados, gastando energia, transmitindo dia e noite, entrava alguma programação produzida pela universidade, pelas ONGs, por organizações comunitárias. Seria talvez o ideal. Quer dizer, na forma como está, com todo o respeito ao Relator, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA)

– O canal universitário já é obrigatório. Na verdade, o que se está querendo com o projeto é que qualquer unidade de nível superior tenha acesso a esse canal. Só que considero um precedente perigoso, porque há universidades e escolas isoladas que não têm condições de produzir com qualidade programas. Então, é um perigo dividir o tempo das universidades com escolas isoladas, em relação às quais não há garantia da qualidade da programação, porque elas não têm capacidade de produzir. Então, na Bahia já há experiências. As universidades fizeram um acordo entre si, e o canal funciona bem, mas porque são todas as universidades. Com relação a escolas isoladas, tenho muito receio, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quero só fazer umas ponderações aqui aos companheiros Senadores sobre essa matéria.

O Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior disse muito bem. Já existem os canais universitários na rede de televisão a cabo. A diferença é que aqui há a pretensão de que qualquer escola, mesmo fora do âmbito universitário, de nível superior, possa ter os canais em qualquer município.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Quer dizer, pode ter acesso a esse canal.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Pode ter acesso...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – ... compartilhado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Compartilhado. Como é o caso do Canal Universitário que existe hoje em dia na televisão a cabo. Sou observador há muitos anos dessa matéria e posso dizer, primeiro, basicamente algo. O serviço que existe hoje nas redes de cabo do canal universitário, a meu ver, é surpreendente. Ele surpreende por uma gradativa qualidade que está a ganhar, sobretudo qualidade de conteúdo, porque as universidades não têm condição de produção, em geral cingem as suas matérias a entrevistas e a algumas pequenas reportagens, no caso de universidades de mais recursos, mas noto ali dentro uma evolução significativa, e traz algumas novidades. Primeira, são entrevistadas normalmente pessoas que não aparecem em outros canais e, segunda, é um excelente instrumento de trabalho para os estudantes que, na total maioria dos casos sendo supervisionados por um professor, elaboram os programas, o

que também significa a preparação de um pessoal qualificado para posteriormente se profissionalizar nas atividades do jornalismo ou da mídia. A experiência é bastante significativa.

O segundo ponto é que no Brasil nasceram oitenta milhões de pessoas em trinta anos. Vejam só esse raciocínio: oitenta milhões de brasileiros nasceram entre 1970 e 2000. Houve mais nascimentos aqui do que na França ou na Espanha. Portanto, a pressão sobre o espírito universitário será cada vez mais. Por quê?

Recentemente o Fundef criou condições para que um número maior de crianças saia do primeiro grau e chegue ao segundo, cuja expansão é notória nos últimos quatro ou cinco anos. Todos os dados indicam que também o acesso ao nível superior e a pressão sobre o nível superior aumentaram enormemente.

No nível superior há, aproximadamente, pouco mais de trinta por cento nas universidades federais e setenta e poucos por cento nas universidades privadas. Logo, não se pode mais, a meu juízo, o que é uma questão magna para a vida brasileira, deter essa expansão, que continuará. Serão abertas novas escolas. Algumas serão qualificadas e outras não. O Ministério terá de manter o provão, e essa é a sua razão principal.

A verdade é que cresce no país o movimento. Portanto, a minha idéia favorável à lei é a seguinte: se essas instituições privadas têm autorização para funcionar, supõe-se que são qualificadas também para ter acesso, em seu Município, a um canal que lhes dê uma experiência alternativa na televisão.

Não parto do princípio de que serão necessariamente ruins ou malfeitas. Se não há confiança nelas, errado está o Poder Público quando lhes dá autorização de funcionamento, a qual supõe certo cuidado com a instituição. Vejo o projeto com mais otimismo porque oferece uma oportunidade de fixação da cultura local, interior.

O processo de televisão é extremamente massificado no Brasil e é produção dos grandes centros. As culturas regionais vão ficando cada vez mais abandonadas e relegadas. Não penso que sejam necessariamente ruins ou desqualificados os programas oriundos dessas escolas. Prefiro pensar com otimismo. Louvo o cuidado, mas prefiro pensar com otimismo sobre a matéria porque isso é um fluxo nacional brasileiro.

É claro que os nossos índices de expansão populacional caíram felizmente, porque o país não

agüentaria o nosso ritmo de explosão populacional. O Brasil já teve 3.1 de crescimento populacional e está com 1.6 aproximadamente, isto é, um nível razoável. O que era uma vasta pirâmide na base começa a aproximar-se de um cilindro porque a expectativa de vida também aumentou para os maiores de sessenta anos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ontem eu estava em Uberlândia participando da CPI do Roubo de Cargas e ouvi o discurso de V. Exª durante o período em que os trabalhos estavam suspensos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – V. Exª não tinha nada melhor para fazer?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A qualidade de seus discursos nos faz suspender tudo, não em homenagem a V. Exª, mas ao seu pronunciamento porque fez a colocação das faixas etárias do aproveitamento e as grandes dificuldades de quem está morrendo.

V. Exª traz agora a necessidade de uma ampliação do setor universitário. Mas não posso me esquecer de que, como V. Exª disse ontem e amargurou muito, é a faixa etária em que mais se mata e mais se morre.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Exato, dos 19 aos 29 anos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era a importância pela caracterização de como temos de coibir a violência. Talvez os programas de televisão, bem orientados, possam nos auxiliar nesse sentido.

Entrando no mérito do que V. Exª e os Senadores Mauro Miranda e Gerson Camata disseram, o objetivo da lei, ou da sua contrariedade, não é pela qualidade que se suspeite que as faculdades possam apresentar, mas pela quantidade de faculdades que poderão aparecer uma ou duas vezes ao ano, porque não haverá espaço, como hoje, quando oito ou dez universidades funcionam com canal. Pergunto ao Senador Mauro Miranda se é para a criação de um novo canal ou para aproveitar o que já existe, se a autorização proposta é para um novo canal ou se vai intervir no processo do canal utilizado pelas universidades que possuem alta qualidade de programas e entrevistas, como vejo, em grande número, em São Paulo, principalmente nos dias em que lá me encontro.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Pois não. Posso concluir perfeitamente com a pergunta do Senador Romeu Tuma, que é pertinente. Se

é para que todas as faculdades ou escolas isoladas de ensino superior possam ter presença nos canais que hoje são universitários, realmente, a lei não seria, a meu juízo, passível de ser aprovada. Mas, se abre a possibilidade para esse fluxo incontrolável, digamos, de pessoas que chegam à universidade e é inevitável a abertura e a fixação das pessoas em seu lugar pela abertura de escolas superiores, sempre que fiscalizadas, autorizadas e analisadas, vejo também de bom grado. Daí porque a pergunta do Senador Romeu Tuma é completamente pertinente: qual seria o canal através dos quais este mecanismo funcionaria. Porque o das universidades já existe e é plenamente ocupado. Inclusive, poderia até ser utilizado mais horas por dia, o que não é. Mas já é plenamente ocupado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E há a intenção de se melhorar a programação, pelo que alguns reitores têm publicado a respeito do assunto.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Exatamente. A propósito, hoje mesmo, foi publicado no jornal *O Globo* um artigo do Reitor da PUC, Padre Hortal – é interessante ser lido como instrumento subsidiário às nossas conclusões – a respeito de canais universitários. Não se trata especificamente da matéria que estamos a votar aqui, mas é uma análise. Cabe-lhe hoje ser o coordenador dessa atividade dos canais universitários, num rodízio existente entre as universidades.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, creio que foi enriquecido o debate pelo testemunho do Senador Artur da Távola e de outros companheiros. Gostaria de pegar um gancho no que disse o Senador Álvaro Dias. A sociedade brasileira está a exigir uma qualidade melhor dos programas de televisão. Nada melhor do que a escola, do que a universidade, do que até mesmo o outro lado cultural de cada comunidade para fortalecer o processo. Não pode haver preconceito contra cidades pequenas ou médias que, de repente, se transformam em líderes em determinadas áreas. Por exemplo, a cidade de Viçosa, em Minas Gerais, é líder. Sua Faculdade de Agronomia alcança dimensão nacional, uma das melhores escolas de agronomia. E não tem acesso a um canal de televisão universitário por estar isolada em uma região diferenciada. Gostaria que houvesse a generosidade de ampliar para essas universidades e acreditar na juventude.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que o Senador Mauro Miranda não entenda como discriminação. Não é esse o objetivo da discussão. Estou perfeitamente de acordo com S. Ex^a. Desejo apenas um esclarecimento. E pediria, se possível, vista coletiva, a fim de que possamos solucionar a possibilidade ou não da criação.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Eu gostaria de, no meu aparte ao Senador Mauro Miranda, responder a essa questão, se me permite.

A Lei nº 8.977, no seu art. 23, que está sendo modificado na letra “e”, diz que deverá tornar disponíveis canais para as seguintes destinações: “e. Um canal universitário reservado para o uso compartilhado entre as universidades.” O dispositivo legal é esse. Vem o projeto e diz: “(...)canal universitário reservado para o uso compartilhado entre as instituições de ensino superior.”

Eu penso que o projeto simplesmente estende das universidades às instituições de ensino superior que não são universidades. O projeto é esse, não há muito o que dizer. Não é canal novo, mas apenas uma extensão para ser utilizado o canal universitário além das universidades. O meu entendimento é esse.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Eu creio que está muito claro. Essa resposta do Senador Juvêncio da Fonseca esclareceu bastante a questão. Não se trata da abertura de um novo canal, mas de tornar a utilização do canal universitário, permitido pela Lei nº 8.977, compartilhado por entidades, faculdades isoladas, centros universitários, além das universidades, na área de abrangência deles. Não se trata de abertura de um novo canal, mas de compartilhamento do espaço desse canal por várias instituições de ensino superior.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, creio que está bem esclarecido e parece que é lógico que não se deve fazer interferir qualquer instituição numa disposição que é para as universidades. Agora, a intenção do projeto me parece saudável. Deveríamos encontrar a forma, talvez, de encaminhá-la, porque existem canais locais, regionais, o que significa uma concessão especial ou em UHF ou em VHF, ou seja, existem canais que podem ser disponibilizados para determinadas regiões. Há canais

que estão exclusivamente na Bahia, em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em qualquer cidade brasileira, que não chegam ao âmbito fora. Poderia, sim, haver um desses canais destinado exclusivamente ao uso universitário, que poderia e deveria até abarcar escolas isoladas.

Penso que se evoluíssemos para essa posição, aproveitaríamos o espírito do projeto, que acredito ser saudável ao ver de todos, e, ao mesmo tempo, não macularíamos esse cuidado que o canal universitário seja exclusivamente das universidades. É uma sugestão que deixo para alguma emenda ou algo parecido.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, há pedido de vista coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – A Senadora Marina Silva solicitou a palavra anteriormente. Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, inscrevo-me para solicitar o pedido de vista.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, diante do pedido de vista, reservo-me para a discussão no momento oportuno. Mas me dirijo pela linha de raciocínio do Senador Mauro Miranda e do Senador Artur da Távola. Penso que não podemos criar nenhum tipo de restrição para as instituições de ensino, até porque, se já existe uma safra que está produzindo programas de boa qualidade, talvez o acesso por esse outro grupo que ainda não está nesse circuito possa possibilitar uma avaliação, por parte até da sociedade, do produto que está sendo gerado. Segundo informações do projeto, cerca de 60% dos cursos de comunicação social do País estão nessas instituições de ensino. De sorte que penso que seria uma grande contribuição para que, ao se verem no espelho, essas instituições possam se avaliar para melhorar a sua qualidade e, ao mesmo tempo, para que a sociedade possa também fazer as comparações e as cobranças. Penso que é mais um canal.

De sorte que considero oportuna a proposta do autor e faço aqui minhas as palavras dos colegas que me antecederam nessa direção. Mas, diante do pedido de vista, quero-me resguardar para a discussão no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedida a vista coletiva, o projeto volta a ser analisado na próxima reunião.

Passemos ao Item nº 6 da pauta.

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Prima a executar serviço de rádio e difusão comunitária na cidade de Monte-mor, São Paulo. O Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. RELATOR (Juvêncio da Fonseca) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Associação Cultural e Comunitária Prima de Monte-mor, no Estado de São Paulo, cumpriu todos os requisitos legais necessários à aprovação desse projeto.

Nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de passar para o próximo item, peço a presença do Senador Artur da Távola, para um breve comunicado que eu gostaria de fazer, porque acho que a presença de S. Ex^a é muito importante.

Já realizamos várias audiências públicas, sobretudo aquelas que se referem ao papel das televisões, quando especialmente discutimos a programação das televisões e a sua influência na formação de crianças e adolescentes. Em todas essas audiências públicas que participamos, que, de um modo geral, é para apreciar projetos de leis concernentes à matéria, é levantada a questão da instalação do Conselho de Comunicação Social, previsto no art. 224 da Constituição Federal de 1988, que foi regulamentada pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991. Essa lei institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Essa lei regula o art. 224, mas este conselho jamais foi constituído a partir daí. Quer dizer, ele foi regulamentado em 1991, portanto, há dez anos. E procurei o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, e ele me autorizou a organizar uma reunião para que discutíssemos a instalação desse conselho, considerando o papel relevante que ele terá, em especial na discussão da liberdade e manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação. Discute também a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapia nos meios de comunicação; diversões, espetáculos públicos, produção e programação das emissoras de rádio e televisão; monopólio e oligopólio dos meios de comunicação social; finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação

das emissoras de rádio e televisão; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente e a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; complementariedade do sistema privado, público e estatal de radiodifusão; defesa da pessoa e da família de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto na Constituição Federal; e outras atividades e atribuições atinentes a esse conselho.

Acho que seria de bom alvitre que trabalhássemos pela constituição e implementação desse Conselho de Comunicação Social.

Portanto, quero submeter essa proposta à discussão primeiro na Comissão de Educação, para que possamos avançá-la e finalmente implementar e constituir esse conselho que consideramos da mais elevada importância, sobretudo para orientar a programação das televisões brasileiras.

Com a palavra, o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ)

– Sr. Presidente, fui hoje convidado a participar de uma conferência via Embratel para vários Estados e terei de me retirar por essa razão, só queria deixar meu ponto de vista favorável à iniciativa de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Muito obrigado.

Com a palavra, a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) –

Sr. Presidente, Ricardo Santos, quero cumprimentá-lo pela sensibilidade que está demonstrando, tenho certeza de que, a partir das audiências públicas que têm sido realizadas nesta Comissão em relação ao tema Meios de Comunicação, sou testemunha – porque tenho participado de várias delas e assistido a algumas palestras, enfim, estamos acompanhando, fazemos parte dessa subcomissão – há sempre no mínimo um entre os debatedores de cada uma dessas audiências, desde o início do ano e até em anos anteriores, que se manifesta sobre a importância desse conselho, estranhando que, desde de 1991, quando já imediatamente poderia ter sido organizado, até hoje isso não tenha acontecido no Congresso Nacional.

Nesse conselho vão participar pessoas de diferentes segmentos das áreas da comunicação, da cultura, das artes, enfim, pessoas que vão pensar, sugerir, debater, estabelecer um fórum qualificado, eu diria, democrático e legítimo, porque há uma lei já aprovada por esta Casa, e que vão passar a observar, a orientar, a sugerir e provocar, tenho certeza, mudanças e reações dentro desse setor tão complexo e hoje também profundamente questionado.

Quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa que tenho certeza de que vai ao encontro da iniciativa da sociedade brasileira e de muitos outros segmentos, e citaria apenas um que esteve recentemente em audiência com os Presidentes da Câmara, o Deputado Aécio, e do Senado, Ramez Tebet, a exemplo do que já havia feito com presidentes anteriores da Casa, a bancada feminina do Congresso Nacional que, em nome de todas as organizações que tratam da questão de gênero e igualdade, levou essa reivindicação mais uma vez aos Presidentes das duas Casas para que o Congresso Nacional observasse da importância desse conselho, da sua constituição e implementação e do apoio essencial desta Casa.

Queremos nos associar a V. Exª, parabenizando-o e dizendo do espírito positivo dessa provocação que espera receber o apoio desta Casa, especificamente desta Comissão, para que façamos do Conselho de Comunicação Social, hoje previsto em lei, uma realidade. Cumprimento V. Exª, não apenas em meu nome, mas também em nome da bancada feminina, de que sou uma das coordenadoras, porque tenho certeza de que é uma necessidade porque poderemos discutirmos o trato dispensado à mulher nesse contexto.

Deixaria mais um apelo a V. Exª, que na constituição do conselho tivéssemos mulheres como representantes desse segmento organizado, para tratar da questão de gênero no País. Porque consideramos que as mulheres, as crianças, os idosos, os negros, quer dizer, aquelas camadas que ainda sofrem uma profunda discriminação em determinados momentos, e exploração em outros, precisam ser contempladas com debates no sentido de corrigir essas injustiças que os meios de comunicação ainda acentuam. Reitero os cumprimentos, pedindo que conte com a nossa parceria e disposição de trabalho na implementação e articulação para que o Conselho de Comunicação Social seja uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o que quero tratar não é referente a esse assunto. Apenas gostaria de pedir que V. Exª incluisse extrapauta o projeto que acrescenta o nome de Gilberto Freyre ao Aeroporto de Guararapes. Esse projeto já veio para aqui e voltou muitas vezes. Seria inte-

ressante que pudéssemos aprová-lo, porque o assunto não envolve grandes polêmicas. Foi levantada uma polêmica da parte do Senador Roberto Freire, mas creio que, na Comissão, já foram bastante dirimidas todas as dúvidas em relação ao nome do aeroporto. Apenas seria acrescida mais uma nomenclatura ao nome já existente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação, o requerimento da Senadora Marina Silva.

As Srªs e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto a que se referiu a Senadora Marina Silva está incluído em pauta.

Com relação ao Conselho, vamos realizar essa reunião com os Líderes partidários, com a presença do Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, no sentido de verificar a possibilidade de implementá-lo num prazo o mais breve possível.

Passa-se ao **Item 8** da pauta. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2001, que aprova ato que outorga permissão à Rádio Liberdade FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. O Relator é o Senador Francelino Pereira, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – Sr. Presidente, como anunciou V. Exª, o projeto visa à concessão, à permissão e à outorga à Rádio Liberdade FM Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais.

A distribuição das cotas está entre Míriam Lúcia Palhares Silva e José Afonso Guerra.

O parecer é inteiramente favorável, porque o projeto atende a todos os requisitos legais, assim como ao interesse da comunidade histórica.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao **Item 9** da pauta. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2001, que aprova ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Jabuticatubas a executar serviços de radiodifusão naquela cidade do Estado de Minas Gerais. O Relator é o Senador Francelino Pereira, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – Sr. Presidente, Jabuticatubas situa-se na região metropolitana de Belo Horizonte, tem um perfil econômico expressivo e cresce de forma assustadora. A rádio tem a direção de Nilton Marques Barbosa, Elzira Gonçalves Marques dos Santos e Leônidas Marcos Torres.

Quero apenas salientar que Jabuticatubas situa-se a 63 quilômetros da Capital e se destaca pela atividade agropastoril, setor em que vem apresentando excelente progresso.

Meu parecer é inteiramente favorável.

Aproveito o momento para felicitar a cidade de Jabuticatubas por mais esse meio de comunicação que passa a funcionar em razão da autorização que estamos concedendo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 381, de 2001, que “aprova o ato que outorga concessão à Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal”. Autor: Poder Executivo

O Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem passo a palavra.

O SR. RELATOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento V. Ex^a pela decisão de formar uma comissão para o Conselho, visto que, há já alguns anos, o PT vem protestando permanentemente nesta Comissão, abstando-se de votar, para que esse Conselho seja criado e instalado. Cumprimento V. Ex^a por essa decisão oportuna. Penso que há um pouco de atraso, mas, provavelmente, a sua gestão será marcada por esse seu ato.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. RELATOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, o que esse projeto pede é a outorga de concessão à Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda., do Distrito Federal.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL n.º 381/01 preenche todos os requisitos e as formalidades legais e estão atendidos os requisitos técnicos, somos pela outorga da concessão. Portanto, somos favoráveis ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Romeu Tuma queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Voltemos, agora, ao **Item 1** da pauta.

Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 74, de 2001, que “denomina ‘Paulo Curado’ trecho da Rodovia BR-235”. O autor desse projeto é o Senador Carlos Patrocínio.

Passo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, do Estado de Tocantins, indicado como Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Leomar Quintanilha) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de uma homenagem muito justa que o Estado de Tocantins quer render a um de seus homens ilustres, que se dedicou à atividade empresarial com muita honradez e com muita seriedade, dando uma contribuição efetiva ao desenvolvimento do Estado. Por essa razão, o ilustre cidadão Paulo Curado é um nome digno desse gesto de gratidão que o povo tocantinense e o próprio Estado de Tocantins querem lhe devotar.

Assim sendo, a proposta apresentada pelo eminente Senador Carlos Patrocínio, denominando de Rodovia Paulo Curado trecho da Rodovia BR-235, que liga a cidade de Pedro Afonso à BR-153, no Estado de Tocantins, é uma justa homenagem.

Apresentamos voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Considerando que essa matéria é terminativa, teremos de fazer votação nominal. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Aprovada a matéria.

Passemos ao item 304 que, por solicitação do Senador Casildo Maldaner, foi colocado extrapauta. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo n.º 304, de 2001, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Casildo Maldaner.

O SR. RELATOR (Casildo Maldaner) – Sr. Presidente, nobres colegas, essa concessão à Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade Balneário Camboriú, em Santa Catarina, vem revestida pela documentação exigida pelo Ministério das Telecomunicações. Além disso, devido a suas especificidades, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados, Municípios, Universidades e Fundações constituídos no Brasil, com a finalidade educativa.

Por isso, Sr. Presidente, diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento à legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato-oultorga em exame, na forma da legislação em vigor.

Eu gostaria de esclarecer que já existe a radiodifusão e, agora, estamos autorizando também as imagens, ou seja, a televisão, em relação a essa fundação educacional no balneário Camboriú. Eu gostaria de ressaltar a importância do balneário Camboriú, principalmente em épocas de veraneio, quando a população de 200 mil habitantes vai para algo em torno de um milhão de habitantes.

Assim, além de contar com a radiodifusão, com a televisão, sem dúvida, a fundação ajudará em muito a população que veraneia, que circula e que visita aquela região do balneário Camboriú.

É em função de tudo isso, Sr. Presidente, nobres Colegas, e por estar dentro dos parâmetros da legislação em vigor, que opinamos favoravelmente a essa concessão à Fundação Educacional Rodesindo Pavan.

Aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo também, quando V. Ex^a encabeça um movimento para instituir o Conselho – que está previsto na Constituição – em sintonia com o Presidente da Comissão de Educação da Câmara, que com certeza lavrará um grande tento para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Vamos considerar a constituição desse Conselho como aplaudida e aprovada pela Comissão de Educação, considerando as manifestações apresentadas aqui pelo ilustres Srs. Senadores.

Em discussão o relatório do Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de passar para o último item da pauta, quero submeter aos ilustres Senadores da Comissão de Educação um requerimento assinado pelo Senador Gerson Camata e pelo Presidente da Comissão, solicitando a convocação de uma audiência pública para debater a importância das escolas “famílias agrícolas” e a sua proposta pedagógica baseada na alternância, em data que marcaremos de maneira oportuna.

Submeto esse requerimento aos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Último item da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2000.

Denomina Aeroporto Internacional Recife-Guararapes Gilberto Freyre o aeroporto localizado na cidade Recife, no Estado de Pernambuco.

A Relatora é a Senadora Marina Silva, a quem passamos a palavra.

A SRA. RELATORA (Marina Silva) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quanto a esse projeto já foi feita a leitura do Parecer e já houve uma discussão em que tanto eu como o Senador Roberto Freire colocamos os nossos argumentos e, ao final desse debate, temos uma alternativa que é a aprovação da matéria em homenagem ao grande historiador e antropólogo Gilberto Freyre, mas, ao mesmo tempo, colocando que a adição do nome Gilberto Freyre não será feita em prejuízo do nome já existente, que é Aeroporto Internacional do Recife Guararapes. Passaria a denominar-se Aeroporto Internacional do Recife Guararapes – Gilberto Freyre, em uma justa homenagem a um homem que teve a capacidade de ser um grande inovador dos métodos de pesquisa de sua época. Essas pesquisas trouxeram contribuições para a Sociologia, para a História, enfim, para diferentes ramos das Ciências Sociais. Além do mais, a posição ousada de Gilberto Freyre significou uma espécie de denúncia da estrutura da sociedade patriarcal brasileira, colocando suas vísceras para fora. Esse ilustre representante das Ciências Sociais em nosso País merece, sobremaneira, todas as homenagens que aqui estão sendo propostas.

Como já havia feito a leitura de meu parecer, não vou repeti-la novamente. Devo acrescentar, também, que Gilberto Freyre deu uma grande contribuição para a História, a partir de uma nova abordagem: a história do cotidiano. Mesmo antes da École des

Anales dos uma contribuição, reconhecida em todo o mundo, desse ilustre historiador brasileiro.

Sr. Presidente, apresento meu voto favorável. Os questionamentos realizados pelo Senador Roberto Freire já foram dirimidos, até porque a inclusão do nome Gilberto Freyre não trará prejuízo ao nome já existente.

Faço um apelo pela justa homenagem com a aprovação do projeto nos termos em que apresento meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o relatório da Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo outras questões a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h10min)

SUBCOMISSÃO DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 11ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 31 de outubro de 2001. – Audiência Pública.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto, e com as presenças dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Artur da Távola, Ricardo Santos, Fernando Matusalém, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Juvêncio da Fonseca, Francelino Pereira e Geraldo Cândido, reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Amir Lando, Gerson Camata, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Waldeck Ornélas, Leomar Quintanilha, José Coelho, Arlindo Porto, Teotônio Vilela Filho, Marina Silva, Álvaro Dias e Paulo Hartung. A Presidência submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como

aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como objetivo debater sobre a proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei de Radiodifusão, “Foram convidados, como palestrantes, as seguintes personalidades: Sr. Juarez Martinho Quadros do Nascimento (Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações), Sr. Alberto Dines (Colunista do “Jornal do Brasil” e Diretor do Programa Observatório da Imprensa – TVE), Sr. Etevaldo Siqueira (Especialista em comunicação e Jornalista do Jornal “O Estado de São Paulo”) e Sr. Ara Apkár Minassian (Superintendente de Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL). Deixa de comparecer o Sr. Etevaldo Siqueira, por motivo justificado. A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra para os Senadores membros presentes para posterior debate com os convidados. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto** – Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo número regimental, está aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e a 11ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Esta reunião trata de uma audiência pública atendendo a requerimento aprovado pelo Plenário da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, de autoria dos Senadores Geraldo Cândido, Ricardo Santos, que é Presidente da Comissão de Educação, e Freitas Neto, para debater a proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei de Radiodifusão.

A sugestão de ambas as comissões era chamar para esta audiência o Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Juarez Quadros, aqui presente, colunista do **Jornal do Brasil**, Diretor do Programa do **Observatório da Imprensa**, Alberto Dines, aqui presente, e o representante da Anatel, Ara Apkár Minassian, Superintendente do Serviço de Co-

municação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Desejo esclarecer que gostaria de estar presente o Diretor-Geral da Anatel, Dr. Renato Guerreiro, mas está havendo um evento importante para a Anatel em Florianópolis. Ontem mesmo, à noite, ele ligou para a minha residência para reforçar a intenção de, em uma próxima audiência pública, se for do interesse de ambas as comissões, ele aqui comparecer e dizer que tinha designado o Superintendente dos Serviços de Comunicação de Massa para representar a Anatel nessa audiência.

Foi também convidado o jornalista Etevaldo Siqueira, especialista em comunicação e jornalista do jornal **O Estado de S. Paulo**, que havia, inclusive, confirmado presença para esta audiência, mas que, por problemas de saúde, ontem, ligou para a comissão se desculpendo.

Portanto, vamos iniciar a nossa audiência pública de hoje, passando a palavra para os nossos convidados. Primeiramente, concederemos a palavra a cada um dos convidados por 15 minutos. Depois, abriremos os debates para os Senadores que se interessarem em fazer pergunta a todos ou a cada um de nossos convidados.

Com a palavra o Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Juarez Quadros, por 15 minutos.

O SR. JUAREZ QUADROS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não dá para discorrer sobre o projeto como um todo. Ele é composto de vários livros. O que gostaria então de mostrar inicialmente, nestes 15 minutos, é que a condição foi estabelecida já desde o início do processo de reforma das comunicações, com a Emenda Constitucional nº 8, ainda quando do Ministro Sérgio Motta. O que fizemos foi pedir a alteração do dispositivo constitucional que tratava do aspecto de telecomunicações.

A Constituição Federal, em seu art. 21 com os seus incisos, já tinha a separação daquilo que tratava de telecomunicações e o que tratava também de radiodifusão, ou seja, a Constituição Federal já separa as disposições em incisos diferentes para tratar da questão de telecomunicações e de radiodifusão.

Diferentemente de outros países, mas essa é a nossa Constituição, que respeitamos, o assunto, então, é tratado em disposições constitucionais separadas. Tanto assim que, na Emenda Constitucional nº 8, a redação alterada foi justamente a do inciso XI, para

tratar da questão exclusivamente de telecomunicações.

O inciso que trata de radiodifusão é o inciso seguinte, que é o inciso XII, na sua alínea "a", que permaneceu inalterado desde a Emenda Constitucional nº 8.

Dito isso, gostaria de citar, fazendo menção também a Lei Geral de Telecomunicações, nas suas disposições finais e transitórias. A questão é tratada de vez que esse foi um dos aspectos de muita dificuldade quando da elaboração geral da Lei de Telecomunicações, ou seja, justamente por ficar ainda no Poder Executivo a administração do espectro de rádio de frequências.

Só para citar a V. Ex^{as}, nos diversos países, por exemplo, nos Estados Unidos, o FCC trata de todos os serviços, ou seja, tanto de telecomunicação como de radiodifusão e também a questão da administração do espectro. Já outros países, tipo a Inglaterra, a questão do espectro é tratada por agências diferentes, vamos assim, ou seja existe uma agência para a radiodifusão e existe uma agência para a telecomunicações e tipo uma agência para a questão da administração do espectro. Na própria França, também são órgãos entidades diferentes que tratam sempre da questão da administração do espectro; *idem* na Itália. Então, aqui no Brasil, quando tivemos que tratar esse assunto, tínhamos a grande dificuldade de onde deixar a questão do espectro, porque as frequências se misturam; ora elas estão sendo usadas para serviço de radiodifusão, para serviços de telecomunicações e ora para as aplicações militares.

No caso, então, da lei geral, foi estabelecido que a administração do espectro radio frequência ficaria na Anatel e na competência do Ministério das Comunicações, que justamente no seu art. 211, da Lei Geral de Telecomunicações, ficou a questão da outorga do serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, que é excluída da jurisdição da agência, permaneceu no âmbito das competências do Poder Executivo, uma vez que os serviços dos atos de outorga dos serviços de radiodifusão são de competência do serviço do Poder Executivo, ou seja, o Presidente da República auxiliado pelo Ministro de Estado, também de acordo com a disposição constitucional. E cabe então a agência, no caso a Anatel, elaborar e manter os respectivos planos de distribuição de canais levando em conta inclusive os aspectos concernentes à evolução tecnológica. Também ainda num parágrafo único desse artigo foi determinado então que pela Lei Geral de Telecomunicações que caberia a Anatel a fiscaliza-

ção quanto aos aspectos técnicos das respectivas estações de radiodifusão.

Feita essa menção à Constituição e à Lei Geral de Telecomunicações, o projeto de lei que ainda está em consulta pública no âmbito do Ministério das comunicações, para essa consulta foram recebidas da ordem de 1.500 contribuições das mais diversas colocações e questões, que estão sendo analisadas. Nós ainda não terminamos essa análise, muita coisa ainda será recepcionada, ou seja, há proposta de alterações de disposições que certamente merecerão a nossa atenção como o próprio Ministro tem mencionado, e, com isso, ao ser concluída a elaboração do projeto de lei, ele virá com alterações daquilo que está para o conhecimento público mediante consulta pública.

Eu gostaria então de, no projeto de lei do serviço de radiodifusão, citar algumas condições que são mais interessantes para até esclarecer dúvidas, de vez que tem havido alguns equívocos de algumas pessoas, de alguns profissionais e colegas também nossos, na área de engenharia, com relação a algumas questões que estão colocadas. Uma das questões, por exemplo, que gostaríamos até de esclarecer, é um dos artigos do projeto que fala que o usuário do serviço de radiodifusão e seus ancilares tenham o direito. Aqui é bom entender o que é serviço de radiodifusão, o que são serviços ancilares e o que são serviços auxiliares. Esses jargões eles – quem trabalha no métier mais perto talvez saiba alguns outros até mesmo profissionais na área de engenharia talvez não percebam essa coisa toda, mas é importante aqui então tentar ir esclarecendo algumas dúvidas que tenham ocasionado alguma repercussão para pessoas que talvez não tenham percebido a questão.

Um outro ponto que também é interessante aqui frisar é justamente o da criação de um conselho, que, no projeto de lei – justamente no art. 13 –, foi chamado de Conselho Nacional de Comunicação. Quanto a isso eu diria – é uma opinião pessoal minha – que o importante não é o nome do conselho, e sim o que se dará de competências ou de atribuições a ele. Se esse nome não for o melhor, poderá ser modificado no próprio projeto.

Mas a intenção que foi aqui colocada é a de que seria um órgão colegiado, integrado à estrutura organizacional do Ministério das Comunicações, com a finalidade de assessorar o Ministro de Estado na formulação de políticas e diretrizes para a exploração dos serviços, ainda podendo esse conselho, observado o interesse público, estabelecer representações

regionais, na forma de seu regimento, ou seja, levando então para um regimento.

E ele é constituído, inicialmente, na proposta, no projeto de lei, por onze membros com uma composição que está elencada, mas que poderá... Até mesmo, na consulta pública que fizemos, há sugestões de mais representatividade e inclusive de aumentar o número de membros junto a esse Conselho de Comunicação. Então, isso está sendo apreciado também e com certeza recepcionaremos para dar mais representatividade, em função de segmentos que se interessaram em estar presentes no tal conselho.

Uma outra questão que também destaco é relativa às condições gerais de exploração dos serviços de radiodifusão. É importante também frisarmos que todos os princípios constitucionais estão mantidos no projeto, ou seja, não tentamos no projeto – e não tentaremos, essa é a orientação do Ministro – fazer nenhuma modificação ou nenhum pedido de emenda constitucional. Sabemos até que existem emendas constitucionais que estão em curso aqui no Congresso Nacional, como a questão do capital externo nas empresas de radiodifusão. Dependendo, então, da condição com que o assunto seja tratado na emenda constitucional que está em curso, a lei, ou o projeto de lei, terá que recepcionar aquilo que o Congresso Nacional determinar.

Há questões, então, em relação às quais, em função do avanço tecnológico que ocorre a toda hora, a lei tentou ser mais ágil e mais moderna, em que o Ministério poderia disciplinar novos serviços de radiodifusão. No próprio projeto de lei, há uma série de menções a que o Ministério – aqui eu faria já uma correção, que faremos no projeto de lei. Será, sim, o Poder Executivo, ou seja, há um equívoco de nossa parte na elaboração do projeto de lei, então, muitas das atribuições que estão ditas como sendo do Ministério das Comunicações terão correções para estabelecer que serão do Poder Executivo.

Uma outra questão que também aproveito a oportunidade para mencionar é a das outorgas, que serão todas estabelecidas dentro do que a Constituição determina, ou seja, deverão passar também pelo Congresso Nacional porque assim prescreve a Constituição Federal. Isso significa que os atos de outorga, mediante o processo que hoje é adolado, estarão sempre passando pela Casa do Legislativo.

Um outro ponto que também é interessante frisar e destacar é quanto à maneira de outorgar. Os senhores devem lembrar que a Constituição e a lei, que é o Código Brasileiro de Telecomunicações, não tratava muito diretamente de como fazer o processo de ou-

torga. Por um ato administrativo, que foi um decreto, em um ano em que ainda era vivo o Ministro Sérgio Motta, foi decidido que o processo de outorga dos serviços de radiodifusão seria feito mediante concorrência pública.

Na Lei nº 4.117 não estava disposto que faríamos as outorgas dos serviços de rádio e televisão por um processo público, pois o processo era discricionário. A imposição dessa condição representa uma elevação de nível, porque a matéria deixa de fazer parte apenas de um decreto para se tornar disposição de lei, dessa forma, já não será o Presidente da República e/ou o Ministro de Estado quem poderá modificá-la, mas somente o Congresso Nacional. Utilizando um jargão técnico, poderia dizer que estamos fazendo um **upgrade**, impondo maiores condições para que alguma tratativa altere o processo de outorga. Essa condição, ou seja, a necessidade do processo de licitação foi incluída no projeto de lei.

A lei trata de outra condição, que é a modalidade dos serviços de radiodifusão. Hoje, no País, há apenas serviços prestados em regime comercial ou educativo. Entretanto, nesta Casa mesmo, tivemos oportunidade de participar dos processos de implantação da **TV Senado**, da **TV Câmara** e da **Rádio Senado**, e houve pleitos de entidades, mesmo no âmbito legislativo de Estados e Municípios, solicitando a outorga desses serviços.

O que consta do projeto de lei? A proposta é a de que o serviço de radiodifusão poderá ou não ser comercial. Comercial é todo serviço que pode ser explorado com finalidade lucrativa, e o não-comercial, aquele explorado sem fins lucrativos, aí compreendida a radiodifusão educativa, que deve ser explorada exclusivamente com a finalidade educativa, e o serviço de radiodifusão institucional, cuja finalidade é divulgar as atividades desenvolvidas pelas pessoas de direito público interno e por órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federal, estadual ou municipal.

Também existe a Lei nº 4.017, que não está no Código Brasileiro de Telecomunicações e regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária.

Então, as modalidades de serviço são: comercial, educativo, institucional e comunitário.

Quanto ao serviço comunitário, quase nada foi alterado na lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Poder Executivo, a não ser uma pequena questão a respeito da proteção, sugerida quando realizamos uma audiência pública. Houve muitas solicitações para que as outorgas fossem protegidas, porque

são dadas em caráter precário e não têm proteção contra interferências. Quando fizemos a consulta pública, houve muitas propostas relativas à proteção contra a interferência.

Com relação à maneira de fazer a outorga desses serviços, deveremos obedecer àquilo que a Constituição Federal. As modalidades de outorga são a concessão, a permissão e a autorização, sendo que, ainda por disposição constitucional, as outorgas de concessão e de permissão devem ser feitas mediante concorrência pública, ou seja, por processo de licitação. Quanto à autorização, isso não é necessário.

Como isso é feito atualmente? Somente as outorgas de concessão e permissão para rádio e televisão são feitas por concorrência pública. Os processos de rádio e televisão educativas ou comunitárias ainda são discricionários, principalmente para as educativas. Com relação à radiodifusão comunitária, a própria lei que a criou estabeleceu um rito em que há uma série de exigências que devem ser observadas atentamente, para que mandem ao Congresso projetos bem elaborados, já que aqueles eventualmente enviados de forma errada são devolvidos. Há um rito previsto na própria lei que dá trabalho, mas procuramos observá-lo e, no projeto de lei, está totalmente mantido.

Uma questão muito debatida nessa fase de consulta pública de projeto de lei é a das restrições. Só para lembrar a V. Ex^{as}, isso está na legislação atual, a Lei 4.117 e o Decreto-Lei nº 236, que tratam das restrições quanto às propriedades dos serviços de radiodifusão.

Quanto às rádios, as limitações são as seguintes:

- no âmbito local, o Decreto-Lei nº 236 estabelece que são permitidas a um mesmo grupo somente seis rádios FM (frequência modulada) e quatro rádios OM (ondas médias);
- no âmbito regional (a potência que se pode ficar aumentando ou diminuindo), são permitidas a um mesmo grupo três emissoras de ondas tropicais e três emissoras de ondas médias, com a limitação de no máximo duas por Unidade da Federação ou duas por Estado;
- no âmbito nacional, permitem-se duas emissoras de rádio, sendo duas em ondas médias e duas em ondas curtas.

Esse é o limite estabelecido pela lei em vigor.

Já para a televisão, os limites são dez emissoras no País, sendo cinco em VHF e cinco em UHF, limitadas a duas emissoras por Unidade da Federação.

No projeto de lei, tentamos fazer uma abertura. Porém, nas reuniões que temos tido com o Ministro Pimenta da Veiga, esse item está em revisão. Foi um item muito questionado durante a fase de consulta pública, e deveremos estabelecer uma condição restritiva cuja análise não está concluída. No projeto de lei, são os arts. 76, 77, 78 e 79.

Hoje, praticamente todos os grandes grupos brasileiros estão no limite máximo de outorga, o que acarreta a adoção do conceito de “afiliações”. Se tomarmos, por exemplo, o segmento de televisão, normalmente todos os grupos têm 5 outorgas. Houve um caso recente nesta Comissão, na semana retrasada, que era a renovação da **TV Manchete**, agora **TV Ômega**. As outorgas daquele grupo, ainda quando da família Bloch, estavam no limite máximo permitido pela lei, ou seja, de 5 estações. Normalmente, quando se chega a esse limite, essas organizações fazem processos de afiliação. Se analisarmos, por exemplo, a **Rede Globo** – a rede de maior penetração no País –, as emissoras do Amazonas, do Pará, do Maranhão, do Ceará, da Bahia e de muitos outros Estados são afiliadas; a exceção é o Estado de Pernambuco, cuja emissora pertence à própria Rede. Esses grupos afiliados são independentes e diferentes, e o contrato é feito entre as partes: o afiliado e o cabeça da Rede. Com isso, é feita a exploração do serviço.

A ampla utilização do instituto da afiliação pelas redes de televisão demonstra a necessidade dessas redes de uma abertura maior em todo o País. No projeto de lei, estávamos tentando analisar essa abertura e seus limites, para que o projeto venha à apreciação do Congresso Nacional.

Outra questão também muito delicada é o conteúdo de programação. A Constituição Federal, no art. 220, que trata da comunicação social, é muito forte. E temos o cuidado e o zelo de evitar infringi-la.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Neste caso, trata-se do limite da censura. No projeto de lei, estamos muito conscientes de que, no conteúdo de programação, os princípios constitucionais têm que ser muito bem apreciados e observados, sob pena de cometermos alguma inconstitucionalidade. Há alguns dispositivos no projeto de lei.

Farei um destaque à programação regional. O art. 82 do projeto de lei dispõe que “a exploradora do serviço de radiodifusão deverá transmitir percentual mínimo de programação produzida regionalmente,

conforme disciplinado pelo Ministério das Comunicações”. O projeto diz Ministério das Comunicações, mas poderá ser o Poder Executivo, por alguma norma. Ou seja, os regulamentos sempre serão do Poder Executivo. A regulamentação da lei – vamos corrigir isso – será feita por disposição do Poder Executivo.

Quanto à programação oficial de informações dos Poderes da República, manteremos o modelo atual, exceto quanto ao programa **A Voz do Brasil**. Hoje temos que observar muito as disposições judiciais. Entidades, exploradoras e prestadores de serviço de radiodifusão sempre buscam algum recurso, de vez que hoje há um horário. No projeto de lei, estamos estabelecendo a proposta de que a programação de **A Voz do Brasil** possa ser veiculada no período entre 19h e 22h local, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

Quanto à transmissão de programação político-partidária e propaganda eleitoral, temos, com está no projeto de lei, que fazê-la nos termos da legislação específica que trata da questão.

Quanto à programação educativa e informativa dirigida à criança, está sendo proposto que isso seja obrigação, devendo ser veiculado entre 7h e 22h, também por disciplinamento do Poder Executivo. O conteúdo e a duração dessas inserções comerciais, ou seja, da programação destinada à criança deverão ser adequados a ela. Estamos tratando isso no projeto de lei.

Também dizemos que as exploradoras, ou seja, as prestadoras de serviço que tratam de programas para a criança devem dispor de pedagogos e psicólogos para a avaliação dos seus programas educativos e informativos. A prestadora dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá exibir, em sua programação, percentual mínimo de filmes de longa e curta metragem de produção independente, desenhos animados produzidos no País, conforme disciplinamento que será estabelecido.

A prestadora de serviços de radiodifusão de sons e imagens também deverá exibir, em sua programação, percentual mínimo da dramaturgia brasileira inédita, conforme disciplinamento a ser estabelecido.

Quanto à afiliação, estamos propondo, no projeto de lei, que a relação entre a cabeça de rede e a filial seja acordo entre as partes, ou seja, o Poder Executivo não tratará da questão.

No item relativo ao bloqueio individual, à recepção de programas e canais, da classificação de programas e da legenda codificada. No art. 95 do projeto de lei, estamos propondo que os aparelhos recepto-

res de televisão, fabricados ou comercializados no País, deverão ser dotados de dispositivos eletrônicos que emitam ao usuário o acesso à legenda codificada nos programas, o recebimento de informações referentes à classificação dos programas e o bloqueio à recepção de programas. Ainda, no art. 96, que as prestadoras deverão transmitir informações referentes à classificação de programas para permitir a opção dos usuários.

Há também uma proposta de disposição relativa à questão da tecnologia digital dos serviços de radiodifusão. A televisão digital está aí, já com uso em países outros, como Inglaterra e Estados Unidos, para não citar muitos outros. Na Inglaterra, segundo sabemos, há uma penetração da ordem de 32%; nos Estados Unidos, menos de 1% ainda de penetração. No projeto de lei, em seus arts. 99 e 100, há uma tentativa de tratar da questão. Está havendo alguns questionamentos, na consulta pública, relativos a esses dois artigos. Estamos avaliando para decidir, ou seja, o Ministro decidirá, até dada a premência da questão, que se faça, talvez, uma condição, não no projeto de lei, tentando fazer uma política de governo. Quer dizer, colocar a questão aqui proposta de uma outra forma: uma política que poderá ter força de decreto, de vez que será uma emenda, uma exposição de motivos do Ministro, submetida ao Presidente da República, que, com a aprovação do Presidente, terá força de decreto, ficando, então, numa hierarquia abaixo da lei. Isso ainda está sendo analisado para que possa ser levado ao Presidente, e, certamente, por se tratar de uma política de governo – e sendo uma política de governo, ela será pública –, o Ministro tratará também com o Congresso da tecnologia digital. Tendo em vista que ela já está muito presente hoje, na televisão, sendo discutidas, inclusive, diversas fases de consulta feitas pela Anatel, que tem a competência de definir qual será o padrão – o europeu, o americano ou o japonês –, o que será motivo ainda de algum debate. Porém, essa é uma questão estratégica e política, e a pretensão do Ministro é também discutir isso com o Congresso.

A questão da rádio comunitária está praticamente transcrita para o projeto de lei, exceto a questão relativa às interferências indesejáveis, que hoje, na própria lei da rádio comunitária, não tem proteção. Na consulta pública, houve muita solicitação de que haja uma proteção e de que essas interferências, se houver, haja uma proteção.

Um outro item que também citei rapidamente, o qual está no livro 5, o art. 28 do projeto de lei, é o que trata de serviços ancilares. Um colega nosso, também

engenheiro, publicamente, por meio de artigos em jornais, questionava isso. Não tivemos ainda oportunidade de conversar com o Prof. Murilo, da UnB, a fim de esclarecer-lhe a dúvida que eventualmente tenha.

Hoje, os serviços ancilares de radiodifusão são os serviços de retransmissão e repetição de televisão. Esses dois serviços são usados pelo interior do País de forma muito extensa. Só para os senhores terem idéia, hoje temos retransmissoras de televisão outorgadas no País, ou seja, 8.755 outorgas de retransmissão de televisão. Sequer tenho o número de repetições, porque, às vezes, o número de repetições é muito superior a isso em determinados enlaces.

No projeto de lei, a referência que se faz a serviços de ancilares é tratada no item relativo às retransmissoras e às repetidoras.

Nos serviços auxiliares de radiodifusão, há os serviços, os **linkings**. Por exemplo, quando há uma entidade dando cobertura ao Congresso Nacional, vemos sempre carros estacionados em locais próximos, que apontam para as antenas que estão nas torres ou nos prédios onde estão os estúdios das estações de televisão. A esse **linking** chamamos serviço auxiliar. Ou seja, hoje, com o advento da tecnologia das fibras óticas, alguém já não está mais usando o espectro radioelétrico. Há muitos pontos, tipo tribuna do povo, explorados por algumas entidades e emissoras de televisão em que, em determinado local, há um ponto de conexão por fibra ótica. Desse local, leva-se ao estúdio principal aquele sinal sem usar o espectro radioelétrico.

Essas licenças, inclusive, quando não usam o espectro radioelétrico, sequer passam pelo controle do setor, no caso, a Anatel, pois é ela quem expede as licenças de uso do espectro. Quando não se usa o espectro, o serviço independe de outorga. Esse é um exemplo de um serviço de radiodifusão.

Esse artigo trata também dos serviços de valor adicionado. O serviço de valor adicionado, de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações, não é serviço de telecomunicações. No Projeto de Lei de Radiodifusão, está previsto que o serviço de valor adicionado ao serviço de radiodifusão não é serviço de radiodifusão, até por uma simetria com a Lei Geral de Telecomunicações. Sendo assim, independe de outorga. Esses serviços também terão a facilidade, principalmente com o advento da televisão digital, de permitir que serviços de Internet possam passar pelos canais de televisão. Essas questões também estão propostas no projeto de lei.

A seguir, há o item que trata das infrações e das sanções, em que são estabelecidas as multas. No projeto de lei, o teto é o de que nenhuma multa poderá ser superior a R\$1 milhão. Hoje, as multas no setor de radiodifusão são irrisórias. Com o trabalho que temos, talvez fosse melhor nem cobrar. A relação custo/benefício é muito desproporcional. No projeto de lei, estamos tentando adequar essa condição à realidade econômica.

Destaco ainda a ética na prestação dos serviços, principalmente no que se refere à fraude ao controle societário. Somos muito acionados com relação ao isso, mas nem sempre conseguimos resolver, na rotina dos trabalhos do controle societário, visto que há os recursos na esfera do Poder Judiciário. Normalmente, se a questão não estiver bem estruturada, a entidade que às vezes está sendo penalizada recorre, e somos vencidos por falta de disposições legais.

No art. 168 do projeto de lei, tratamos da fraude ao controle societário. O artigo propõe que dissimular por qualquer meio o controle societário de exploradora de serviço de radiodifusão, com vistas a fraudar regras relativas à propriedade múltipla, à propriedade cruzada e à participação de capital, leva a pena de reclusão de dois a cinco anos, mais a multa que será estabelecida.

Sr. Presidente, essas são as condições que nós colocamos no projeto de lei que está ainda em consulta pública, como eu falei, com cerca de 1.500 contribuições sendo processadas, para que nós possamos, ou não, atendê-las, recepcioná-las, e com isso concluir o projeto de lei que virá para o Congresso, para o debate mais amplo e muito competente que V. Ex^{as} farão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O Dr. Juares Quadros fez um relato a respeito de todo o projeto que se e contra em consulta pública, por isso mesmo fomos tolerantes no tempo. Aliás, o tempo, aqui, não é inteiramente rígido, mas achamos que é útil para o debate.

Passamos a palavra ao jornalista Alberto Dines por 15 minutos, mas também, se julgar necessário, pode tornar o tempo mais elástico. Temos apenas três convidados. Acho que devemos realmente esclarecer e debater vários aspectos da referida proposta.

Com a palavra o jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Muito obrigado **O SR. PRESIDENTE**, Srs. Membros da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus amigos.

Estou aqui na condição de jornalista preocupado sempre com o aspecto político-institucional do Jornalismo, compreendido dentro de um processo de comunicação mais amplo. A minha apreciação será focada nesse aspecto fulcral político-institucional, e deixo aos técnicos e aos especialistas, sobretudo aos engenheiros e aos juristas, a análise dessas questões que não são secundárias, mas eles terão mais competência do que eu para analisá-las.

Na qualidade de jornalista, também me sinto mais à vontade, Sr. Presidente, por ter preparado um textinho que lerei com a maior brevidade possível, que não terá meias tintas. Pretendo deixar as coisas bem claras, para que, a partir de agora, do que eu disser, a coisa fique colocada dentro desse aspecto político-institucional que não tem sido discutido até o momento.

Eu começo com uma pergunta que pretendo responder: O que há de certo e de errado no anteprojeto de radiodifusão que está sendo submetido ao debate da sociedade? Vejo que há pouquíssimas coisas certas e muitíssimas coisas erradas. Quase todas.

Para que a afirmação não pareça fruto de levianidade nem de diletantismo ou puro niilismo, é preciso, antes, recuar para fazer uma pergunta ainda mais abrangente: o que há de errado na comunicação social, no Brasil?

Com essa nova pergunta, fica evidente que o problema não está circunscrito à radiodifusão, ou somente à radiodifusão. Estamos tratando de um sistema que inclui veículos impressos e eletrônicos. Cada grupo subdividido em subgrupos.

Mídia é plural, não preciso eu ensinar isso aqui. Não existe no singular. Encarar ou corrigir apenas uma das suas formas é ignorar o seu caráter holístico, múltiplo, sistêmico, na sociedade de massas, sobretudo nesta era da informação.

Os problemas de um determinado meio de comunicação, "mídiun", tendem a repetir-se e magnificar-se, por meio dos demais, porque todos têm a mesma função social: comunicar. Tentar resolver isoladamente a radiodifusão, a chamada mídia eletrônica, significa ignorar o caráter pluralista e diversificado da comunicação na sociedade contemporânea, aberta e democrática, como a nossa.

Nesse aspecto, digamos morfológico da questão, somos obrigados a contestar também a precariedade do termo "radiodifusão", para designar um conjunto de meios que incluem, além do rádio e todas as modalidades de TV, também a comunicação pela Internet e seus diferentes desdobramentos que, em

um futuro muito próximo, estarão englobando o próprio rádio e a televisão.

Legislar, acredito eu, em cima de circunstâncias equivale a produzir regulamentos condenados à obsolescência. Ao adotar essa ótica abrangente e sistêmica, estamos principalmente querendo chamar a atenção para as rápidas mutações produzidas pela tecnologia e para a necessidade de fixar princípios e doutrinas, essas sim capazes de estabelecer um mínimo de continuidade e perenidade diante da velocidade dos avanços tecnológicos.

As deficiências desse projeto, a meu ver, originam-se no seu caráter particularista e setorial, a saber: esquece a interação dos diferentes meios de comunicação; esquece outros instrumentos legais já aprovados ou em via de serem aprovados na área da comunicação social e da imprensa, criando-se contradições imperdoáveis no estado moderno; esquece a concepção de um Executivo eficaz e regulador que o próprio Governo vem propondo com tanta insistência; esquece, finalmente, a noção de controle social e participação pública, hoje aceita como essencial para o desenvolvimento da democracia e de uma comunicação democrática. Vamos tratar dessas quatro omissões logo adiante.

Antes disso, queria identificar os erros, as disfunções e os desvios gerais e globais do processo da comunicação no Brasil. Primeiro, a doença com suas causas e sintomas; depois, o remédio.

Os problemas da mídia brasileira, a meu ver, resumem-se em dois: o primeiro refere-se à estrutura e o outro é o que é produzido por essa estrutura, o conteúdo; todos os demais problemas são decorrentes. Em matéria de estrutura, nossa mídia está perigosamente concentrada. Repito: perigosamente concentrada. Temos um conglomerado que, por várias razões, todas aparentemente legítimas, tornou-se hegemônico, e na outra ponta temos um número muito pequeno de alternativas; todos, sem exceção, os gigantes e os anões, sufocados pela mesma descapitalização, pelo endividamento e alguns até em situação pré-falimentar. O problema não diz respeito apenas à concorrência e ao poder econômico, diz respeito, e muito, à pluralidade das fontes informativas, daí por que insisto no caráter institucional e político deste anteprojeto. É, portanto, um problema político.

Essa concentração não se dá apenas no terreno mais visível que é o da televisão; ao contrário, a concentração é agravada pela televisão. E aqui temos o exemplo mais eloquente e dramático da concentração midiática no Brasil – e aqui sou obrigado a citar nomes. As principais afiliadas da **Rede Globo** no País

inteiro são ao mesmo tempo núcleos dos mais poderosos conglomerados regionais de mídia. Pior ainda: os mais importantes e influentes jornais regionais são editados por empresas que, entre os seus diversos negócios, atuam na TV como afiliadas da **Globo**. Considerando que o faturamento de uma afiliada da **Globo** é no mínimo dez vezes maior do que a receita de um jornal regional impresso, pode-se imaginar o grau de dependência desses grupos a sua atividade mais rentável e a sua matriz. É o caso dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Exceções são Minas, Pernambuco e Distrito Federal (Brasília), cujos principais jornais são dos associados; também a Bahia, onde o mais influente diário é **A Tarde**, que pertence a um grupo adversário da afiliada da **Globo**. São Paulo, que por enquanto ainda é exceção, tende infelizmente a enquadrar-se na regra, caso o recém-adquirido **O Diário de São Paulo** consiga transformar-se num jornal de grande penetração popular, o que não será difícil considerando a maciça campanha publicitária da **Rede Globo** para promovê-lo. O caso da cidade de Santos é o mais aberrante em matéria de concentração. O maior porto da América do Sul só tem um diário, **A Tribuna**, e a empresa que o edita é também afiliada da **Globo**. Pergunta-se: o jornal poderá defender alguma causa que ponha em risco suas relações com a principal fornecedora do seu faturamento? Fica evidente que qualquer medida – e aqui é importante – que se adote para se diluir a concentração da mídia terá que levar em conta o sistema midiático como um todo. Cuidar apenas da concentração na área da chamada radiodifusão, como faz este anteprojeto, é olhar uma parte do problema e esquecer o resto, o que é muito mais grave.

O contrário acontece nos Estados Unidos, onde a agência reguladora chamada **FCC – Federal Communications Commission** controla a concentração do sistema como um todo, levando em conta não apenas o universo eletrônico, mas também o seu parentesco com a mídia impressa. Obviamente, esse controle não se faz a partir de jornais, que, não sendo concessões, podem ser editados livremente, mas sim em razão dos conglomerados multimídia em torno dos jornais.

Uma das grandes falências desta proposta de radiodifusão: além de não ser declarada e suficientemente diluidora em matéria da mídia eletrônica, não leva em conta o perigo da imantação de empresas de mídia eletrônica com mídia impressa; e essas com provedoras de conteúdo para a Internet.

É justamente no âmbito dessa primeira enfermidade ou, se quiserem, deformidade chamada concentração que se situa a segunda doença do processo de comunicação brasileiro que é a baixa qualidade da programação da nossa TV. Como enfrentar o poder de fogo desse formidável conglomerado nacional com propostas modernizadoras ou saneadoras? Como levar adiante a idéia da classificação de programação televisiva por horário e faixa etária ou lançar ao debate a idéia do controle social de uma concessão pública, se a mídia brasileira está amarrada a um grupo monolítico?

No ano passado, assistimos estarrecidos a como uma ofensiva do Ministério da Justiça em prol de algo tão simples como a classificação da programação foi derrotada por esse grande conglomerado, na época ainda mais poderoso e influente porque contava com a adesão da **Folha de S.Paulo**, que então estava em bons termos com o **Grupo Globo** em razão da parceria de ambos no jornal **Valor Econômico**.

Antes que algum dos presentes levante a razão dessa submissão do poder político ao poder multimídia, vale acrescentar um dado ainda mais grave em matéria de distorção institucional e política: todos, repito todos os clãs políticos do País são também, de uma forma direta ou indireta, donos dos mais importantes grupos de comunicação regional. E aqui incluem-se as afiliadas de outras redes de televisão, como é o caso do ex-Senador e ex-Presidente desta Casa, Jader Barbalho, afiliado da **Rede Bandeirantes**.

É preciso dizer também – e isso é importante – que mesmo as Oposições temem mexer em um sistema tão bem amarrado e sólido. Os projetos de poder das Oposições não contemplam pelo menos até agora qualquer alteração no **status quo**. Ao contrário, as Oposições contam com a manutenção do **status quo** em matéria de mídia para os seus projetos de poder.

E se há uma razão transcendental para se criticar este projeto de lei oriundo do Ministério das Comunicações é o fato de que, sob o pretexto de remediar e corrigir, ele mantém, agrava e aprofunda uma situação que relativiza a nossa democracia e compromete o nosso desenvolvimento cultural.

Mencionei anteriormente que o texto submetido ao debate público cometeu quatro omissões. Da primeira, de caráter didático, já tratamos: a impossibilidade de examinar a radiodifusão desligada do seu contexto maior, o sistema multimidiático. A segunda omissão é operacional: ignora completamente a existência de outros dispositivos legais em diferentes fa-

ses de tramitação, em todos os casos mais adiantados que este anteprojeto. E, portanto, em condições de tornar inócuas algumas das suas proposições.

Eis o que já existe em tramitação e que o anteprojeto ignora: já foi aprovada por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional, que altera o art. 222 da Carta Magna, que regula a propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

A nova redação, que só espera a oportunidade para ser votada em plenário, contraria frontalmente o que está proposto no capítulo V, art. 73, incisos I e II, dessa minuta. Nesse está dito que “a propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa de radiodifusão, exceto partidos políticos e sociedade, cujo capital pertença exclusivamente a brasileiros”.

Mas a nova redação do art. 222 da Carta Magna, que será apresentada à Câmara Federal e depois ao Senado, diz o contrário; admite a participação de pessoa jurídica, porém, limitada a 30% do capital total e votante, devendo os 70% restantes pertencer, exclusivamente, a brasileiras ou brasileiros naturalizados, etc.

Não é apenas isso. Foi previsto na Constituição, no art. 224, e já está devidamente regulamentado, o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Não obstante, o anteprojeto ora em debate, no seu Livro II, Títulos I, II e III, propõe a criação de um segundo órgão com características idênticas. Chama-se: Conselho Nacional de Comunicação, ligado à estrutura do Ministério das Comunicações.

Pergunto: o que faremos com o primeiro Conselho já inscrito na Constituição e já regulamentado?

É um órgão auxiliar do Congresso e que não foi constituído.

Aqui entramos na terceira omissão do texto submetido ao debate público. Esquece, completamente, uma das coordenadas do próprio Governo, que propõe um Estado mínimo com agências reguladoras independentes legitimadas pelo Legislativo, portanto, representativas da sociedade – caso da ANP, da Anatel da Anae, etc.

Ao Conselho Nacional de Comunicação caberá assessorar o Ministro das Comunicações, que não tem mandato popular. Já o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição, é órgão auxiliar do Congresso Nacional, eleito pelo povo. Não são

apenas concepções conflitantes sob o ponto de vista filosófico, mas opções políticas incompatíveis e das quais só podem resultar impasses e paralisia.

A quarta omissão, a meu ver, diz respeito ao menosprezo pelo conceito de controle social do sistema midiático, hoje uma necessidade, considerando a sua transformação em poder econômico, não apenas aqui no Brasil, mas em todas as partes do mundo.

No Capítulo II, Dos Deveres do Poder Público, do Direito do Usuário, estão listados os objetivos conceituais e os estímulos a serem promovidos pela nova lei. No inciso VIII sugere que sirva de estímulo à auto-regulamentação entre as exploradoras dos serviços, visando manter elevado o conteúdo artístico, cultural, ético e moral da programação.

Ora! Todos nós sabemos quão frágeis são os mecanismos de auto-regulamentação, especialmente quando se trata da sobrevivência de corporações.

Nos onze incisos restantes nenhuma menção à idéia de promover, intelectualmente, a participação da sociedade, por meio de ouvidorias autônomas, de ONGs, de conselhos comunitários, etc. Mesmo como sugestão, introduziria na momentosa discussão sobre o sistema midiático a presença do terceiro setor e traria para o debate institucional as novas opções de participação da sociedade civil.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a meu ver, esta lei nasceu velha. Ela está superada, é incompleta, é inconsistente. A meu ver, ela não serve à sociedade, não serve ao Governo, não serve ao cidadão; não serve à radiodifusão e não serve ao sistema de comunicação; serve à concentração da mídia.

Portanto, ela precisa ser refeita integralmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Agradeceria se pudéssemos ter a distribuição da cópia do texto da importante contribuição do jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Tenho em disquete.

O SR. EDUARDO SUP LICY – A sua própria cópia serve.

O SR. ALBERTO DINES – Mas ela está rabiscada.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Mas ela significará importante subsídio para nós.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a permissão do jornalista Alberto Dines, vamos distribuir o texto a seguir.

Concedo a palavra, por quinze minutos, o Sr. Ara Minassian, Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Anatel.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Exm^o Sr. Senador Freitas Neto, Presidente da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema e Informática, Srs. Senadores, Dr. Quadros, Secretário Executivo, e Sr. Alberto Dines, minhas senhoras e meus senhores, gostaria de pedir licença ao Senador para tentar, se possível, fazer a minha apresentação usando o retro-projetor.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pois não.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – A nossa intenção na audiência é trazer alguns pontos como reflexão, tentar mostrar o cenário atual das comunicações, como o futuro poderá ser inserido dentro deste cenário e, principalmente, como nós, da Anatel, como órgão regulador, seguimos estritamente o que está sendo estabelecido pelo Legislativo e também pelo Ministério das Comunicações, responsável pela execução da política para o setor de telecomunicações.

Rapidamente, irei passar para alguns pontos que foram mencionados pelo Dr. Quadros. A questão da reestruturação começou com a Emenda Constitucional nº 8; em seguida, tivemos a Lei Mínima e veio, finalmente, a Lei Geral de Telecomunicações.

A Lei Geral de Telecomunicações trouxe no seu bojo alguns aspectos importantes, como a questão do órgão regulador. Na realidade, a própria lei se baseia em dois pilares: a universalização dos serviços e a competição. Esses dois pilares têm um foco principal, o usuário. Se não olharmos para o cidadão, não haverá nenhum interesse em montarmos qualquer tipo de lei ou qualquer estrutura se desviarmos desse foco.

Portanto, todas as nossas ações no setor de telecomunicações têm se voltado principalmente para a questão dos aspectos sociais, que é alcançada pela universalização, e a diversidade dos meios, que é através da pluralidade das informações, que é tratado pela competição.

Então, rapidamente, dentro das nossas atribuições, conforme consta na Lei Geral e, principalmente, no que diz respeito à radiodifusão, tratada no art. 222 da Lei Geral, a Anatel atua, exclusivamente, na questão técnica e no tratamento dos planos básicos e ao Ministério das Comunicações cabe apenas a questão da política e das outorgas.

Temos a questão da fiscalização dos serviços, a radiodifusão está inclusa também; a questão da concessão da radiodifusão não se aplica. Temos a questão do acompanhamento e controle das tarifas, admi-

nistração do espectro de rádio frequência e da órbita. Nesse aspecto, a radiodifusão está inclusa, a fim de que não haja nenhuma duplicidade de informações. Basicamente, dentro da lei geral, estamos trazendo alguns aspectos onde a radiodifusão se insere.

Nós, tentando traçar um paralelo, saímos de um sistema que era monopolista para um sistema que está visando à competição. O Estado deixou de ser operador, passou a regular os serviços, e a operação passou para as empresas privadas. Para isso, é necessário que tenhamos uma regulamentação forte, com metas bem definidas e regras bem claras para que possamos realizar a nossa tarefa de fiscalização.

O Legislativo e Executivo formulam as políticas, a Anatel atua como regulador do sistema, e as empresas privadas têm a incumbência de realizar a operação. Antes da privatização, estávamos com cerca de 7.13 milhões de telefones e, agora, estamos com 45.1 milhões de acessos instalados. Novamente, a densidade passou de 8.6 para 26.6 e, em alguns Estados, chega a ser de cerca de 35%. A mesma situação ocorre com a telefonia móvel. Pulamos de 800 mil para 27 milhões, e a densidade passou de 1.5 para 16 telefones por 100 habitantes.

Esse quadro mostramos não apenas pelos números, mas para demonstrar a qualidade, antes da privatização, se aplicássemos os critérios de qualidade que foram estabelecidos, esse seria o comportamento. Em meados deste ano, temos apenas esses vermelhos. Então, tivemos um incremento em termos de qualidade.

O SR. EDUARDO SUPLEY – Desculpe-me, mas foi tão rápido que não consegui perceber qual foi a mudança havida.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – A mudança havida é que tínhamos uma baixa qualidade, tudo praticamente está em vermelho, o que significa que, na época em que a Anatel estabeleceu os indicadores de qualidade, bem no momento da privatização, essa qualidade da forma como nós, como órgãos reguladores, enxergávamos, isto é, se fôssemos para as concessionárias e verificássemos qual seria a qualidade que estava sendo oferecida para o cidadão – por exemplo, solicitação de reparos, meta de três reparos –, poucas concessionárias tinham esse índice atingido, mas a maioria estava chegando a quase 15, 20. Erros em conta, tom de discar, completamento de chamadas, enfim, era um elenco de 15 indicadores estabelecidos naquela ocasião. Hoje, na realidade, estamos apenas trazendo esses mesmos 15 indicadores vistos em junho de 2001, só que, além desses 15 indicadores, nos contratos de concessão foram im-

postos mais 33 indicadores, e, hoje, temos cerca de 48 indicadores controlados pela agência.

O Brasil foi dividido em três regiões, sendo que o âmbito nacional é a quarta grande região. Já no final deste ano, vamos permitir que haja uma maior competição, para que às empresas que conseguirem antecipar as suas metas estabelecidas para 31 de dezembro de 2003 para 31 de dezembro de 2001 seja permitido entrar em outras regiões. No entanto, essa competição gerada está sendo objeto de uma consulta pública e deveremos receber em breve os comentários.

Na realidade, o que nós queremos mostrar é que estamos forçando a competição, porque entendemos que com isto nós teremos condição de reduzir as tarifas e permitir que sejam oferecidos serviços de melhor qualidade para os usuários. Então, da mesma forma acontece com a telefonia móvel, pois hoje nós temos as duas bandas, – A e B – e vamos partir para um novo cenário, que é a competição. E, a partir de 2002, procurando abrir novas frentes para o trabalho.

Resumindo: nós temos aqui os investimentos que foram realizados no setor de radiodifusão e verificamos que na década de 95/97, praticamente havia um investimento de cerca de R\$7 bilhões e, hoje, nós estamos tendo investimento de cerca de R\$16 bilhões a R\$17 bilhões, e a receita líquida do setor abrange cerca de R\$ 34 bilhões.

Em termos de cidadania, na realidade, nós podemos verificar que quando do início da privatização nós tínhamos as classes C e D, que eram as menos favorecidas e, sim, os telefones estão concentrados nas classes A e B. Verificamos que essa tendência, na realidade, existiu até 2002, e agora, em 2001, estamos praticamente elevando a participação ou a penetração dos serviços nos segmentos da classe D.

Em termos de abertura de mercado, a partir de 2002, estamos fazendo questão de mencionar, para verificarmos quais são os nossos pontos de preocupação para o futuro e fornecer elementos para que a Casa possa avaliar os projetos e, em cima das decisões adotadas, nós passamos realizar o nosso papel.

Então, em termos de competição, nós temos telefonia fixa, a telefonia móvel e também o serviço de comunicação de massa. Nós entendemos que não é possível, hoje, separar esse serviço. Se não olharmos do ponto de vista de regulamentação todo esse conjunto, de uma forma uniforme, nós teremos uma distorção ou uma assimetria regulamentar. Em termos de universalização, nós tivemos recentemente – a Casa aprovou – a questão do Fust, que tem um papel grande na universalização.

Vamos agora tentar falar alguma coisa em termos de evolução de serviços.

Com a expansão que os serviços de telecomunicações estão tendo e com os acessos a Internet, e principalmente com a digitalização dos serviços e a interatividade, é impossível separarmos, deixarmos a radiodifusão fora desse cenário. Entendemos que a radiodifusão também é um meio, conforme Dr. Quadros mencionou. Como hoje o Brasil é um dos poucos países, onde a televisão aberta, a radiodifusão sonora chega praticamente a todos os rincões deste País – e podemos viajar para o interior do Amazonas, enfim, nós sempre temos um radinho de pilha, e o cidadão está ouvindo as suas notícias através de ondas curtas, a televisão, praticamente cobrindo cerca de 35,8 milhões de lares –, nós verificamos que a radiodifusão exerce um papel extremamente importante nesse cenário. Ela não pode ser esquecida e simplesmente não podemos ficar olhando um grupo de serviços, mas, sim, nós temos que colocar a radiodifusão dentro desse cenário, principalmente com a interatividade dos serviços que estão surgindo. Mostramos esse quadro para tentar chamar atenção em alguns pontos.

As telecomunicações estão nesse segmento com a Internet, com uma série de facilidades que estão sendo colocadas. No entanto, existe outro segmento, que é a TV por assinatura, que pode vir por satélite, por cabo ou por meio da tecnologia que nós chamamos de MMDS. Temos a própria telefonia móvel celular e, novamente, chamamos a atenção para a televisão e a radiodifusão sonora, que também atingem a casa do cidadão.

Hoje nós temos de olhar todo esse segmento como um conjunto. E se não partirmos para uma harmonização dos serviços, da regulamentação e da legislação, poderemos ter uma assimetria regulamentar.

Vou apresentar alguns números que foram mencionados pelo Dr. Quadros. No que se refere à televisão, a Anatel apenas administra os planos básicos e as alterações que neles ocorrem. Hoje, 618 canais de televisão constam do Plano Básico. Destes 618, 209 ainda estão vagos. Nós estamos agindo com cautela, principalmente por causa da digitalização da televisão. Destes 618, concretamente, temos 354 canais em uso e 55 estão em concorrência por intermédio do Ministério das Comunicações. RTVs são as retransmissoras. Hoje o Brasil tem, no Plano Básico, cerca de 7700 retransmissoras e, em uso, 4500. Em FM o total chega a 7600; em onda média, a 2100.

Este, na realidade, é o quadro que temos. Se os Srs. Senadores quiserem, podemos deixar o material da apresentação aqui.

Queremos chamar a atenção para o fato de que quando estamos falando de radiodifusão de sons e imagens nos lembramos de uma declaração do ministro da Inglaterra, que disse que a TV digital é uma das chaves do governo no combate à exclusão social e na melhoria da conveniência do serviço público.

Esta é uma preocupação nossa também, porque entendemos que a televisão aberta – e a radiodifusão sonora encaixa-se nesse contexto – é um meio para aumentarmos a penetração. A radiodifusão de sons e imagens e também a sonora são elementos que podem contribuir para uma aproximação melhor da sociedade e para a eliminação das diversas distorções e desníveis que temos nas nossas camadas sociais.

Estamos observando que há hoje uma convergência tecnológica e entendemos que tem que haver convergência também na regulamentação. Se não trabalharmos com esses dois eixos em conjunto fatalmente vamos ter uma defasagem. Em termos de regulamentação, temos hoje a Lei Geral de Telecomunicações, que é a Lei nº 9.472, temos a Lei de TV a Cabo, que não pode ser esquecida – é a Lei nº 8.977, de 1995 –, e agora temos o Projeto de Lei da Radiodifusão.

Entendemos que a radiodifusão e o serviço de TV por assinatura têm que guardar certa similitude, porque são serviços que atingem uma massa de pessoas. Possivelmente esses dois serviços deveriam ser também previstos de forma abrangente. Precisamos buscar a harmonização com a Lei Geral de Telecomunicações, porque vamos ter uma lei que estabelece alguns preceitos e as leis que se sucederão terão que guardar certa harmonia ou até fazer uma pequena correção de rumo.

Mesmo que venhamos a ter o Projeto de Lei de Radiodifusão, o serviço de TV por assinatura é regulamentado por uma lei de 95, que trouxe no seu bojo uma situação vigente na década de 90. Hoje, com a evolução do serviço, com a convergência que estamos verificando e a própria situação em que o mercado se encontra, ele é um serviço que não pode correr paralelamente. Caso contrário, daqui a pouco teremos que ter uma terceira lei, para harmonizar.

Estamos apenas trazendo algumas reflexões.

Aqui chamamos a atenção para uma correção, mas não sei por que ela não feita. É projeto de lei. Entendemos que alguns aspectos devem ser questio-

nados, devem ser contemplados. Há a questão da administração, e estamos aqui falando da administração das telecomunicações. Mas aqui, na administração, estamos falando basicamente do espectro. Quando falamos de espectro, existe a fiscalização das estações, e existe também, associada à fiscalização, toda a parte de interferências que também hoje a agência realiza.

A convergência à competição tem que estar presente no bojo da nova lei. Se queremos prestar novamente serviços de qualidade – estamos olhando o cidadão –, devemos permitir que haja uma competição e uma desconcentração dos meios de informação. Isso é importante. Se esses aspectos não forem abarcados pela lei, em vez de haver uma competição, poderá haver uma convergência de serviços e também uma convergência das fontes de informação.

Aqui, já falamos da diversidade e pluralidade de fontes de informação. Entendemos que a lei deve trazer no seu bojo regras claras e homogêneas, para que possamos ir em campo, para que possamos realizar corretamente a nossa missão, tanto na fiscalização, como também nas avaliações da questão da concentração econômica, que aqui foi mencionada.

Então, se a lei não trouxer alguns pontos claros, ficará difícil atuarmos até na desconcentração ou verificarmos se, em determinado segmento, está havendo alguma concentração ou não dos meios de comunicação.

Entendemos que o serviço de comunicação eletrônica de massa – estamos novamente chamando a atenção para isso – serve como instrumento de implementação de políticas educacionais e governamentais.

Aqui, volta-se novamente para o cidadão: temos a garantia de o indivíduo escolher o que quer ver e o que quer ouvir. O cidadão deve ter condições de escolher se quer um programa na sua casa; esse programa não pode ser imposto. Em um determinado momento, por meio da interatividade, principalmente com as vantagens e com os serviços que a própria televisão digital trará no seu bojo, será possível que o cidadão escolha algum tipo de programação. Na hora em que ele não estiver em casa, os receptores estarão programados. Assim, se ele não quiser que seus filhos assistam a determinado tipo de programa, ele terá essa condição de fazer essa programação. A tecnologia vai permitir isso.

Mas, se não soubermos quais são as tendências ou quais são as regras a serem estabelecidas, ficará até difícil de a própria indústria nacional atuar na fabricação dos receptores. Em breve, haverá uma grande revolução na sociedade, e, se não dermos condições

para que esses equipamentos que vão permitir a recepção de multiserviços possam trazer em seu bojo essas facilidades, essas restrições ou, enfim, a garantia de o cidadão poder escolher o que quer assistir, vamos enfrentar alguns problemas.

A língua, a nossa cultura, os nossos valores nacionais também deverão ser previstos na lei. Os critérios objetivos devem ser bem definidos, como já mencionamos. E a questão dos preceitos da defesa da livre concorrência terá também que ser abarcada por essa lei.

Em linhas gerais, essas são as nossas preocupações e os nossos números.

Estamos à disposição de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Antes de passar para a fase de debates, gostaríamos de informar, principalmente aos nossos convidados, que a Comissão de Educação, nos anos de 1999 e 2000, criou duas comissões temporárias: uma, por requerimento do Senador Francelino Pereira, que durante dois anos estudou a problemática da indústria cinematográfica; e a outra, por requerimento de autoria do Senador Pedro Simon, aprovado por esta Comissão, que tratava da programação de rádio e televisão. Apenas a programação.

No final do ano 2000, houve um requerimento da criação de uma subcomissão permanente envolvendo a questão do cinema, da comunicação social, e não mais para tratar apenas da programação de rádio e televisão, incluindo aí a informática. É essa subcomissão que tenho a honra de presidir, que funciona inserida na Comissão de Educação, presidida pelo Senador Ricardo Santos, que tem tido o maior interesse em acompanhar de perto todos esses problemas atuais, não só da radiodifusão.

Esta é a segunda audiência que nós estamos fazendo aqui na Comissão de Educação e na Subcomissão de Cinema e Comunicação Social, sobre a proposta da radiodifusão. Sobre a televisão digital, já há requerimento aprovado para duas audiências no âmbito da Comissão e da Subcomissão, que vamos fazer agora em novembro. Inclusive em relação ao art. 222 da PEC, que foi citado aqui pelo jornalista Alberto Dines, já fizemos uma audiência a esse respeito.

Vamos partir para a fase de debates e, como é da nossa tradição, vamos passar a palavra, primeiramente, para os autores do requerimento, no caso, o Senador Ricardo Santos em primeiro lugar e, a seguir, o Senador Geraldo Cândido, que comigo assinou o requerimento desta audiência pública.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pela ordem, concedo à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados, quero inicialmente cumprimentar a qualidade das apresentações, as contradições, as provocações, os desafios aqui colocados. Lamento profundamente que, em função de compromissos externos, eu não possa permanecer neste período de debate, que eu acho que também seria profundamente enriquecedor. Mas tenho certeza de que os ilustres Senadores presentes a esta reunião complementarão a qualidade dessa audiência. Mas vamos recuperar as notas técnicas. As considerações aqui feitas parece-me que precisam ser muito bem avaliadas, porque vimos aqui exatamente as ponderações favoráveis e as provocações contrárias. Então, parece-me uma contribuição importante na medida em que estabelece o contraditório.

Quero cumprimentar a Comissão, V. Ex^a e os Senadores que são autores do pedido de realização desta audiência, porque as pessoas nos trazem contribuições que temos a obrigação de analisar na hora de tomar uma posição e até propor alterações.

Peço desculpas, mais uma vez, porque preciso me retirar, mas cumprimentando todos os convidados pela qualidade do que foi exposto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – A TV Senado vai retransmitir esta audiência pública hoje e amanhã.

Antes, queria informar aos nossos convidados que, nesta fase do debate, o Senador tem três minutos para fazer a pergunta aos convidados e o convidado três minutos para responder, mais um minuto para réplica e um minuto para tréplica.

Com a palavra o Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS – Primeiramente, gostaria de parabenizar os convidados pela qualidade das apresentações que aqui nos foram dirigidas, apresentando informações da mais alta relevância para que nós, no momento oportuno, possamos apreciar o projeto de lei da radiodifusão que deverá ser encaminhado pelo Executivo. De maneira especial, quero aqui congratular-me com o Dr. Alberto Dines pela sua análise didática e contundente e a forma com que estabeleceu a relação entre a atual estrutura de propriedade de controle dos meios de comunicação no Brasil e o conteúdo desses meios. E também a sua posição de que uma nova lei de comunicação deveria

levar em conta a interação dos diferentes meios de comunicação, posição que, de certa forma, coincide com a do Dr. Ara Apkár quando ele se manifesta pela necessidade de convergência dos diversos meios eletrônicos de comunicação de massa.

Mas, eu gostaria de dirigir uma pergunta ao jornalista Alberto Dines que, na sua apresentação, citou uma questão mais específica que gostaria de perguntar, a respeito do controle social e participação pública sobre os meios de comunicação.

Mesmo levando em consideração os nossos problemas de estrutura e de concentração, eu gostaria que o senhor, talvez, nos detalhasse um pouco mais, sobre ouvidoria – que foi citado pelo senhor aqui –, a constituição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que não deve ser mais adiado, sendo fundamental a sua implantação. Penso que a implantação desse conselho deve ser uma missão importante e fundamental da Comissão de Educação do Senado Federal. Mas gostaria que o senhor tecesse alguns comentários sobre essa questão do controle social e de que forma ela se exerce em outros países, ou se o senhor conhece experiências de outros países nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – O que proponho, o que reclamo é que no Capítulo II – que é um capítulo de intenções, é mais um capítulo subjetivo de compromisso intelectual – que se estimule a auto-regulamentação, o que, para mim, é uma coisa meramente formal; a auto-regulamentação em negócios é muito complicada, gostaria que num desses itens também se estimulasse o conceito do controle social.

O senhor me pergunta quais seriam esses instrumentos. E o senhor, com muita propriedade, deu a ordem. O mais importante é o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988, regulamentado alguns anos depois e não constituído. Esse Conselho de Comunicação Social é, realmente, a forma mais simples, mais legítima de controle social.

Existiriam, uma vez incluídos nesse capítulo, outras formas, como a criação de ouvidorias que fossem, realmente, representativas nas emissoras, porque as emissoras são concessões públicas.

Ora, se uma concessão de distribuição de energia elétrica tem a ouvidoria, por que numa concessão de comunicação social não deveria ter também uma ouvidoria, com sistema de rotatividade que permitisse que as diversas correntes da sociedade se manifes-

tassem? O que reclamo é, justamente, essa ausência, nesse capítulo importante, das intenções, quer dizer da subjetividade porque uma lei exige uma certa consideração subjetiva. E nessas considerações subjetivas há coisas tão interessantes, como a promoção da diversidade das fontes de informação, a questão ética, está incluída a auto-regulamentação e não está incluído o controle social, que é hoje a palavra de toque em todas as sociedades desenvolvidas.

O SR. RICARDO SANTOS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores debatedores, quero aqui parabenizar o jornalista Alberto Dines pela sua brilhante apresentação, que deu grande contribuição a esse debate. Logicamente parabenizo também os demais debatedores pelas apresentações que fizeram.

Gostaria de levantar algumas questões. Primeiramente, esta Comissão tem uma tarefa muito importante neste debate não somente em relação ao anteprojeto oriundo do Poder Executivo que dispõe sobre radiodifusão, mas no geral, ou seja, sobre a regulamentação da qualidade da programação, da participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação, enfim, do percentual de horário definido para que as emissoras dediquem à divulgação da cultural local e regional. Essas coisas têm que ser regulamentadas, têm que ser debatidas e aprofundadas. Acho que o jornalista entrou, permeou toda essa discussão na sua intervenção.

Gostaria de fazer algumas perguntas ao Dr. Juares Martinho Quadros, porque, há duas semanas, o Congresso Nacional – primeiro a Câmara e depois o Senado – aprovou a concessão para a **Rede TV**, que é o nome fantasia da **Rede Ômega**. O fato é que a Casa discutiu e aprovou. Posicionei-me contra a concessão. Não que eu seja contrário à concessão, mas à forma como está sendo feita. Até porque havia um debate sobre questões trabalhistas. A **TV Manchete** passou para **Rede TV**. A **TV Ômega** é a sucessora. Ela diz que não é, mas já há decisão judicial dizendo que ela é a sucessora, e há todo um debate em torno de questões trabalhistas decorrente dessa mudança. Estamos querendo negociar, acabar com esse impasse, resolver esse problema trabalhista. Aí, sim, a **TV Ômega** seguiria o seu curso normal. Isso acabou não acontecendo.

Isso está na Resolução nº 39, que é muito clara em relação a isso. Mas o anteprojeto, na seção III, dispõe sobre os prazos e a renovação da concessão.

Diz o seguinte:

O prazo de concessão será de 15 anos para o serviço de radiodifusão de sons e imagem e de 10 anos para serviços de radiodifusão sonora, contando da data da publicação do resumo do contrato da prestação publicado no Diário Oficial.

Isso está bem. Faço esta pergunta: segundo o art. 45, a renovação de concessão dependerá do cumprimento, pela concessionária, das obrigações legais regulamentares, contratuais e da manutenção da qualificação técnica e econômico-financeira e ainda da regularidade fiscal perante a seguridade social. Então, rigorosamente, a **TV Ômega** ou a **Rede TV** não preencheu esse requisito. Houve uma irregularidade nesta concessão. Chamamos a atenção para o fato de que o sindicato dos jornalistas, radialistas estão com ação no Supremo contra a concessão. Não se sabe se vão ganhar, mas entraram com ação no Supremo. Tínhamos a prova de uma documento emitido pela Caixa Econômica Federal de setembro, mês passado, mostrando que a emissora estava inadimplente, inclusive com FGTS e Previdência Social. Logo, não poderia ter sido feita a concessão. Perguntaria a V. S^a: qual sua visão disso? A segunda questão se refere aos arts. 82 e 83.

Art. 82. A exploração do serviço de radiodifusão deverá transmitir percentuais mínimos de programação produzida regionalmente, conforme disciplinado pelo Ministério das Comunicações.

Art. 83. Além do percentual previsto no artigo anterior, a exploradora do serviço de radiodifusão deverá destinar percentual mínimo de seu tempo de funcionamento para transmissão de serviço noticioso, conforme disciplinado pelo Ministério das Comunicações.

O problema é que aqui, quando se fala em percentuais, ainda não definiu o percentual. Até entendendo, porque o projeto ainda está em discussão, ainda é um anteprojeto, mas o art. 83 fala em percentuais definidos no artigo anterior, e não tem nenhum percentual, apenas cita que o Ministério, então, ainda vai definir o percentual para essa decisão, porque não tem definição de percentuais. Só fala, mas não tem números.

Outra questão que o jornalista Alberto Dines abordou – acho que é uma questão também fundamental para nós – é o problema da qualidade da programação. Essa é uma questão muito séria; já tivemos aqui uma audiência pública em relação a isso. Quer dizer, acho, a meu ver, que nem o Senado, o

Congresso Nacional, nem o Ministério das Comunicações não devem baixar nenhum decreto, nada que venha a censurar a programação. Acho que poderia ser até uma questão de auto-regulamentação, enfim, mas acho que a programação nossa é horrível, é muito ruim, a qualidade da programação na nossa TV, sinceramente, é uma coisa assustadora. Acho que existe programação que não merece, não devia entrar no lar de uma família decente, não se devia sintonizar o tipo de programação, porque isso influencia muito na formação, principalmente, do jovem, da criança, da juventude.

Acho importante essa discussão, esse debate para que haja, enfim, uma forma de criar uma comissão, composta por representantes do Ministério das Comunicações, da Anatel, dos representantes das empresas de comunicação das televisões, para que se discuta uma programação que possa ser assistida por qualquer família, sem se passar pelo constrangimento. Porque tenho assistido – aliás, nem assisto, apenas olho, desligo ou saio da sala para não assistir, porque acho realmente que as programações são de péssima qualidade, embora tenha programação também que é de boa qualidade. Nem toda a programação, mas uma parcela da programação, em vários canais, é de péssima qualidade. Penso que merecia um debate mais profundo em relação a essa questão.

Eram essas as observações que eu queria fazer. Gostaria que V. S^a me respondesse a essas duas observações, em relação à questão da concessão e em relação ao percentual que deve ser destinado para a divulgação da cultura, da programação local, cultural e regional.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Senador, V. Ex^a fez a pergunta a ele...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – E também para o representante da Anatel. Se o jornalista quiser se posicionar, se os três quiserem falar sobre isso, acho ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Então, passo a palavra ao Dr. Juarez Quadros.

O SR. JUAREZ QUADROS – Com relação à primeira questão levantada pelo Senador Geraldo Cândido, relativa à **TV Ômega**, o fato inclusive citado pelo senhor, relativo a documentos da Caixa Econômica Federal, eu gostaria de alertá-lo de que a **TV Ômega** apresentou os documentos de regularidade fiscal que a legislação exige. Houve um problema depois, dentro da própria Previdência, no caso do INSS, em que um cassava a tal certidão do outro, mas no âmbito da própria Previdência, e isso aí, depois, foi totalmente es-

clarecido. De fato, não poderíamos propor o processo, se houvesse, sim, a questão, que agora se repete aqui, no projeto de lei, de que para ser renovada uma concessão têm que ser apresentados os atos de regularidade fiscal e também da seguridade social. O que ocorre é que havia uma dívida pelo grupo antigo, que o grupo novo assumiu. E o Senador, acho, sabe que quando há uma repactuação da dívida, a entidade controladora emite a certidão. Agora, se, depois disso, aquela repactuação não é obedecida, aí sim, o ato da declaração da regularidade poderá ser modificado.

Então, Senador, a questão da regularidade, em função da repactuação que foi feita... E isso não só nesse grupo, mas também em outros grupos e em qualquer empreendimento econômico. Toda vez que alguma entidade tem uma dívida e faz uma repactuação com qualquer que seja o fisco, municipal, estadual ou federal, normalmente lhe é dado um documento de regularidade.

Então, essa questão foi, sim. E se eles não tivessem tal documento, a área de controle, que é a área jurídica do Ministério, não deixaria que tal fato prosperasse.

A outra questão que o senhor citou, da sucessão da dívida, essa é uma outra questão. E os senhores fizeram muito bem em aprovar a renovação da concessão com a exigência de que aquilo que esteja pactuado, que esteja no contrato entre os grupos que assumiram e o grupo que saiu, em benefício dos trabalhadores, tenha que ser observado.

Estivemos presentes aqui naquela audiência também e entendemos que o fato que talvez ainda não tenha ficado muito bem explicado foi com relação àquela condição toda. Mas, na época, foi a solução possível que encontramos, de vez que o que os trabalhadores queriam, e com todo o mérito, já que estavam com os salários atrasados e com muitos problemas de ordem até familiar e social – criança na escola sem poder pagar anuidade etc. – era que o Poder Executivo tirasse a outorga do grupo que tinha a concessão e passasse para os trabalhadores, que estavam realmente sem receber.

Na época, analisamos bastante isso, e não tinha como, até porque, em uma cassação, a competência não é sequer do Poder Executivo ou do Legislativo. No processo de cassação, a competência é do Poder Judiciário, de acordo com a Constituição. Então, não podíamos cassar a concessão para passar a um outro grupo, que seria o grupo dos empregados, que, se fôssemos analisar realmente a condição, estava com passivos ali dentro. Então, a solução de transferir para

um outro grupo a concessão, de vez que tempestivamente o grupo que detinha a concessão tinha solicitado a renovação, foi a solução possível, inclusive na tentativa de salvar empregos.

Creio que essa questão da regularidade fiscal que aqui se repete, como o senhor destacou, no art. 45 do Projeto de Lei, é uma disposição inclusive constitucional, repetida, aqui, nesse projeto de lei.

Outra questão que o senhor colocou, com relação aos arts. 82º e 83º...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente Freitas Neto, se me permite, gostaria de complementar a pergunta antes que ele mude de assunto, pois é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pois não. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas, na mesma preocupação do Senador Geraldo Cândido, como houve um compromisso público do Ministro Pimenta da Veiga de que os direitos dos trabalhadores seriam assegurados, e como, infelizmente, não conseguimos que isso fosse feito, pelo menos os que assim argumentavam – alguns votaram contra; outros, inclusive eu, preferiram se abster –, gostaria de transmitir ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações e ao Ministro das Comunicações que nós consideramos que ainda há a responsabilidade do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Ministério das Comunicações em realizar todo o empenho para que a **Rede TV/Rede Ômega** complemente os compromissos que ainda não foram completamente resolvidos com aqueles que trabalhavam na **TV Manchete**, inclusive junto ao INSS e ao Fundo de Garantia.

Eles aqui argumentaram que essa é uma questão pendente na Justiça. Mas, na verdade, é uma questão pendente diante da palavra e do compromisso público do Ministro Pimenta da Veiga. Queremos salientar que esse compromisso ainda não foi cumprido.

Nós, aqui – o Senador Geraldo Cândido, eu e outros –, perdemos, mas queremos registrar isto: que o Governo Fernando Henrique Cardoso tem o compromisso de dizer aos responsáveis pela **Rede TV/Rede Ômega** e àqueles que eram da **TV Manchete** que eles têm um compromisso assumido e contratual que ainda não foi resolvido. Eu quero registrar isso, Sr. Juarez Quadros.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Dr. Juarez Quadros.

O SR. JUAREZ QUADROS – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Levarei também a sua posição ao Ministro Pimenta da Veiga.

Volto à questão levantada pelo nosso Senador Geraldo Cândido, dos artigos 82 e 83.

Aqui, Senador, é uma questão de técnica de redação. Normalmente, alguma coisa não é contemplada na lei para ficar para uma regulamentação. Aqui é a pretensão de que esses percentuais, sejam os mínimos, sejam os máximos – como está no art. 83, é uma condição de percentual mínimo, já no art. 84 é um percentual máximo –, na regulamentação da lei, sejam estabelecidos. Normalmente, fica para a regulamentação coisas desse tipo, mas em algumas outras vezes fica na lei. Só que ao ficar na lei, em função de circunstâncias econômicas ou problemas de outra ordem, na regulamentação alguma coisa pode ser alterada. Aqui, a lei estaria delegando para a regulamentação, e a regulamentação será feita pelo Poder Executivo e não pelo Ministério das Comunicações. Ou seja, será um ato do Presidente da República e do Ministro de Estado.

Quanto à qualidade da programação, o senhor tem toda razão na colocação que fez aqui. E o senhor até perguntava como se pode tratar dessa questão. Eu falei no início da minha exposição que o nosso grande cuidado é saber o limite da censura. Se o senhor observar a legislação de diversos países, essa questão da liberdade de expressão, da liberdade da informação, ou seja, a manifestação do livre pensamento, esse item está no art. 220 da Constituição brasileira. Conversamos com colegas de outros países aqui em Brasília, especialistas em radiodifusão de quatro países convidados – da Itália, da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, que aqui estiveram para fazer, por solicitação nossa, apresentações de como funcionam as estruturas em seus países e todos frisaram, como temos também já na nossa Constituição, a questão do livre pensamento, da liberdade de criação, da liberdade de expressão. A questão é difícil, muito complexa. Nos outros países, eles todos dizem que observam também essas condições.

Eu tenho aqui a síntese do que foi dito pelo representante da Itália, da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos e poderia passar cópia para o senhor, onde aparecem questões do tipo da que o senhor está levantando, como a qualidade da programação. O jornalista Alberto Dines está aqui conosco. Assisto com frequência ao programa que ele tem na televisão, os debates com relação à questão do limite da censura ou a não censura, a questão da auto-regulamentação, como fazer a fiscalização. No nosso caso, estamos tentando fazer o controle da qualidade sem chegar no campo da censura, porque é algo difícil de fazer nessa condição. Mas para se ter uma

idéia, na França, por exemplo, há um sistema de controle ou uma prestação de serviços de radiodifusão. Lá, eles têm o Conselho Superior do Audiovisual, que é uma autoridade administrativa independente, porém, sem poder para regulamentar. Na França, quem tem o poder da regulamentação é o Primeiro Ministro, de acordo com a Constituição Federal francesa. E há questões de toda ordem. Por exemplo: os processos de outorga não passam pelo Parlamento francês. No Brasil, de acordo com a Constituição, as outorgas passam pelo Congresso Nacional.

Há também a questão da TV pública, que é importante enfatizar aqui. Aqui não praticamos a TV pública. Nós praticamos a TV educativa. A TV pública aparece, praticamente, em todos os países europeus. A Itália tem TV pública – é uma outra modalidade de televisão. A Inglaterra e a França também têm. No caso da França, tem há explorações de TV pública; na Itália e na Inglaterra também. Mas há grandes diferenças. A TV pública, lá na Europa, é subsidiada pelo consumidor – o nobre Senador Eduardo Suplicy tem muita vivência internacional e deve saber dessas coisas. Ou seja, o telespectador ou o proprietário de um televisor paga uma taxa para o subsídio da televisão pública. Nos Estados Unidos, não há TV pública. Eles têm apenas TV comercial e TV educativa.

Aqui, estamos tentando criar uma condição, que é a TV institucional, que não poderá fazer publicidade. Às TVs educativas, hoje, pela legislação atual, não é permitido fazer publicidade.

V. Ex^{as} devem ter muito contato com radiodifusores educativos, como o nosso jornalista também, aqui, conosco à mesa, e conhecem bastante e sabem que é um suplício manter TV educativa.

No projeto de lei, estamos propondo uma abertura: será permitido fazer publicidade, porém, sem fazer corte no programa, como as TVs comerciais fazem. Ou seja, a cada pacote de programa como, por exemplo, um filme, um programa educativo ou um programa científico, somente no final desse é que poderia haver a inserção de propaganda. Estamos tentando contemplar isso, aqui, no projeto. É um pleito dos grupos que exploram TV educativa. Há muita TV educativa, no Brasil, que iniciou e já encerrou a operação, de vez que é impossível; os custos são relativamente altos.

Então, essa questão da programação – como V. Ex^a coloca – é complexa, em função do limite da censura.

Coloco à disposição do Presidente e da Mesa essas experiências que nos foram apresentadas, a fim de que também possam chegar aos Srs. Senado-

res aqui presentes, ou seja, tudo aquilo que vimos resumidamente, que foi apresentado pelos quatro países que aqui citei.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O jornalista Alberto Dines quer se referir às perguntas.

Com a palavra o jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Serei breve, se o Dr. Juarez Quadros me permitir; será só para dar uma informação complementar.

Há uma alternativa à TV pública, que é o sistema americano, em que ela é muito mais do que uma TV educativa; ela é pública mesmo. Trata-se do PBS – Public Broadcasting System, que é financiado da seguinte forma: para cada dólar da sociedade, o governo dá outro dólar. Com isso, criou-se uma rede extraordinária, de alta qualidade jornalística e cultural, que atinge os Estados Unidos inteiro, tanto em rádio como em televisão. É uma coisa que deu certo nos Estados Unidos, pode dar certo aqui, porque o esquema é extremamente simples.

Refiro-me agora às questões abordadas pelo Senador Geraldo Cândido, referentes à concessão dos canais da ex-Manchete/Ômega/Rede Imagem, as quais considero muito importantes. E aqui trago o testemunho dos trabalhadores daquele setor. Ontem, à noite, dia da minha emissão na TVE, meus companheiros – quando falo em companheiros, refiro-me a cameramen, auxiliares, produtores, jornalistas, intelectuais –, sabendo que eu estaria aqui, no Senado, trouxeram o apelo dramático de pessoas cujos salários estão bloqueados há alguns anos. Essa é uma situação que não está resolvida.

É claro que a proposta de se passar o canal para os trabalhadores é ideal, mas isso é impossível. Existe algo que pode ser feito pelo Poder Público; os atuais detentores da concessão não podem ignorar essa dívida social que têm com seus trabalhadores. Se não houver, de uma vez por todas, algum tipo de intervenção, esse problema vai continuar. Como eu disse na minha provocação, hoje várias empresas de mídia impressa e de mídia eletrônica estão em situação prefalimantar, e é preciso que a situação dessas empresas não seja transferida aos trabalhadores, que nada têm a ver com isso e, afinal, cumprem ordens.

Feito esse pequeno reparo, mais a título pessoal, como trabalhador na indústria da comunicação eletrônica, eu queria tratar de uma questão mais complexa, a da qualidade da programação e da possibilidade de isso esbarrar na censura. Ao meu ver, não há qualquer perigo de o controle da qualidade esbarrar na censura. Os grandes jornais brasileiros têm extraordi-

nária qualidade, são feitos com esmero de primeiro mundo, e não há censura nenhuma. Então, não são conceitos necessariamente conflitantes.

Existe um debate que foi levado para a sociedade – e a imprensa tentou levá-lo com mais contundência –, qual seja aquele que gira em torno da questão mais simples da classificação da programação. Isso não interfere no conteúdo; trata-se apenas de classificar o público por faixa etária e por horário. Não se conseguiu fazer isso. O Ministério da Justiça, com toda a boa vontade – e houve uma série de reuniões com as concessionárias –, não conseguiu fazê-lo. O Ministério da Justiça praticamente desistiu, se não formalmente, mas de fato, de implementar – e isto é o mínimo de uma concessão pública – a classificação da sua programação por horário e por faixa etária, o que é extremamente simples. Aliás, um dos méritos do projeto da Lei de Radiodifusão é a obrigatoriedade da fabricação desses aparelhos que podem ajudar os pais e as famílias a fazer esse tipo de classificação.

Tenho a impressão de que é preciso que o Executivo assuma uma posição mais firme com relação à questão da classificação, não se deixando seduzir pelo debate de que isso estaria a um passo da censura, o que não é verdade. Essa é uma falsidade, é um artifício retórico, que nada tem a ver. Não se está tentando mudar o que é dito ou transmitido pela televisão, mas se está tentando apenas redirecionar a programação para determinados horários e determinados públicos, o que, aliás, está previsto na Constituição. Em seu art. 220, a Constituição determina que o conteúdo deve ser dirigido apropriadamente aos diferentes públicos e horários.

Então, o problema da qualidade não se confronta com a possibilidade de censura. Quero repetir, enfatizar e reiterar. Não há essa possibilidade, porque estamos tratando de começar esse processo por meio da classificação da programação. Isso é o mínimo necessário e tem que ser feito.

No entanto, seria preciso também que, nessa lei de radiodifusão, no capítulo introdutório, onde está exposto o espírito da lei, estivesse dito que tem que haver, além da auto-regulamentação, o controle social. As leis são feitas com a letra e com o espírito – Montesquieu já dizia isso. E aqui, no espírito da lei, que é o Capítulo II (Dos Deveres), devia estar mencionado que o objetivo é criar a noção de controle social dos meios de comunicação, que pertencem à sociedade. E isso não foi expresso.

Então, cabe à criatividade da sociedade brasileira o surgimento desses mecanismos de controle social, as ouvidorias – que é o nome brasileiro do que se chama

de **ombudsman** –, para dar estímulo à criação de ONGs que estudem, que acompanhem a programação, e, sobretudo, implementar o que já está previsto na Constituição, há 13 anos, e que não foi implementado, que é o Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Sr. Ara Minassian.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Queremos, novamente, registrar que as regras, as definições, na realidade, têm que ser bastante claras. Estamos falando de preceitos constitucionais, e a própria Constituição, no seu art. 223, menciona os sistemas públicos estatal e privado.

Então, primeiramente, precisamos definir claramente esses conceitos, para, uma vez definidos, verificar como vai ser inserido dentro desse conceito a questão da programação. As classificações os equipamentos vão permitir, mas novamente eu diria que o conselho ou órgão que for tratar da classificação, se não deixar claro para o cidadão – creio que é esse o nosso foco – como é feita essa classificação... Porque a classificação é bastante subjetiva. Então, o importante é definir... A sociedade, o cidadão tem que saber o seguinte: se aquele programa tem uma tarja amarela ou foi classificado de impróprio, que razões ou quais os critérios que o levaram no seu bojo.

Eu chamaria a atenção para o fato de que, se as regras forem claras, facilmente conseguiremos nos adequar. No entanto, se as regras forem estabelecidas de uma forma que possam permitir uma dupla ou tripla interpretação, eu diria que sempre discutiremos essa questão. Se o assunto for corretamente abordado, eu diria que a indústria, como um todo – quando falamos em indústria, os provedores de serviço estão inclusos –, adequa-se. O importante é que se saiba, claramente, como é feita uma determinada classificação, o que essa classificação traz no seu bojo, para que o cidadão possa escolher se aquele programa ou aquela classificação é adequada para ele ou não. Isso vai depender muito dos conselhos, enfim, das entidades que compõem o conselho.

O SR. ALBERTO DINES – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite um adendo?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Eu só queria lembrar que o senhor tem toda a razão, tem que ser explicado, mas isso não é tão complicado. Imagino que eu seja o mais velho aqui, e, no meu tempo, quando fomos ao cinema, sabíamos – éramos adolescentes – que não poderíamos ver “Êxtase”, com a Heddy Lamar, aque-

le famoso primeiro filme com cenas explícitas, porque estava proibido para menores de 14 anos – creio – e não entrávamos. Estava claro, estava explicado, quer dizer, é muito fácil. Se, naquela ocasião, há mais de 50 anos, explicava-se isso, e a sociedade sabia, por que hoje, com os meios de comunicação, não se consegue dizer que determinado programa não é recomendado para menores de tantos anos? E eu respondo a pergunta: porque a mídia está concentrada, porque os veículos eletrônicos têm suas conexões com a mídia impressa e cria-se um monólito incapaz de ser vencido. E essa é a situação. Foi essa situação que obrigou o Ministério da Justiça, dois anos atrás, a bater em retirada quando iniciou essa tentativa tímida de fazer a classificação da programação.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido para concluir a sua participação.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Quando abordo esse assunto do controle da qualidade da programação, sempre deixo claro que não se trata de propor nada em relação à censura. Sou um homem que sempre lutou pelas liberdades, contra a ditadura por mais de 20 anos e jamais aceito qualquer tipo de mecanismo que venha impor censura ou qualquer coisa que atinja as liberdades individuais. Meu objetivo não é esse. Digo isso porque para desqualificar o debate as pessoas, às vezes, coloca a censura e, na verdade, não é isso.

Para concluir, pergunto ao Dr. Juarez Quadros o seguinte: o projeto propõe a criação do Conselho Nacional de Comunicações, que fica subordinado ao Ministério das Comunicações. O jornalista Alberto Dines já abordou isso. Temos efetivamente o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que é um órgão auxiliar. Penso que se houvesse sido instalado o Conselho uma das suas atribuições é debater a qualidade da programação, juntamente com os Ministérios das Comunicações e da Educação. E até hoje essa questão não foi resolvida. Como será? Haverá um duplo conselho? Um do Ministério das Comunicações e outro do Congresso Nacional? Eu queria saber para deixar clara a proposta do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Dr. Juarez Quadros, com a palavra. Peço que seja breve porque temos mais dois oradores inscritos, que desejam fazer perguntas aos nossos convidados.

O SR. JUAREZ QUADROS – Eu diria a V. Ex^a, Senador, que não teríamos o conflito, de vez que o Conselho de Comunicação Social que é de compe-

tência do Congresso Nacional, como está na Constituição, vai tratar de toda a questão de comunicação social. Como o jornalista Dines já colocou, seja da mídia num todo. Aqui o conceito será um órgão de assessoramento do Ministro de Estado somente com os assuntos relativos a radiodifusão. Ele não tratará, por exemplo, hoje, da mídia impressa. Talvez devamos até corrigir o nome, não chamá-lo Conselho Nacional de Comunicação, mas Conselho de Radiodifusão, o que o tornará mais limitado, uma vez que não é da competência do Ministério das Comunicações a questão da mídia impressa.

O que se quer nessa proposta é justamente um órgão de assessoramento – aproveitando o gancho que o Dines colocou – até mesmo com o papel da Ouvidoria, de vez que, na estrutura organizacional dos Ministérios, as comissões de assessoramento ao Ministro serão possíveis, mas dentro do padrão de estrutura organizacional não temos ouvidoria desse tipo. Aproveito para dizer que nós não vemos nenhum conflito entre esses dois conselhos. O conselho aqui será o conselho maior, será algo muito específico para assessorar o Ministro. Ou seja, no recebimento de reclamações dos cidadãos, da sociedade, até os processos de renovação de outorga vão a esse conselho independentemente da análise técnico-jurídica que tem que ser feita, porque, nesse caso, é uma questão mais social. Então essa é a condição que se tenta.

Com relação a esses controles todos, se um dia vir a ser criada a agência para a radiodifusão – não é a proposta do momento, mas não está descartada – essa estrutura das agências reguladoras, com ouvidoria, com conselho – na Anatel tem um conselho consultivo para assessorar o conselho diretor – poderá vir.

Como o Ministro Pimenta da Veiga fala, não estou dizendo que não haverá uma agência, apenas a questão ficaria no âmbito do Ministério das Comunicações. De repente, num outro Governo, se houver a intenção e iniciativa do próprio Legislativo no sentido de que tenha que haver uma Agência também para o setor de radiodifusão, isso poderá ser contemplado.

O fato que ocorre no momento é que a atribuição de radiodifusão, até porque tem implicações de ordem constitucional, uma vez que é um inciso ou outro noutra alínea que trata, coisa que é diferente noutros países, pois radiodifusão, pela UIT, pela União Internacional de Telecomunicações, cuja sede é em Genebra, e o Brasil faz parte, é enquadrado como sendo um serviço de telecomunicações. Mas no Bra-

sil, o serviço de radiodifusão é tratado separado de telecomunicações, de acordo com a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Próximo Senador inscrito, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres Colegas, senhores convidados, procurarei ser breve em minha análise.

Fiquei um pouco pensativo, quando o jornalista Alberto Dines, que se diz mais velho entre nós, mais experiente, mais vivido, mencionou o art. 224 da Constituição. O Senador Ricardo Santos, nosso Presidente da Comissão da Educação, mandou procurar esse artigo na Constituição Federal e, de fato, encontramos o art. 224.

Em 1988, foi constituído o Conselho de Controle Social para os meios de comunicação no Brasil e, segundo o jornalista Alberto Dines, até por lei ele teria que ser implantado.

Fiquei pensando por que isso não foi implantado ainda e talvez perguntaria – cabe mais perguntar ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Juarez Quadros: o Governo deve sinalizar em sua base no Congresso Nacional ou cabe a quem criar o Conselho, porque não foi instalado ainda?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Senador Casildo Maldaner, quando, ao longo desses últimos anos, nós, do Partido dos Trabalhadores, temos dito em cada votação, que votamos pela abstenção em vez de dizer “sim”, dizemos nós votamos pela abstenção, porque até agora não foi instituído e colocado em prática o Conselho de Comunicação Social.

Então, só temos dito “sim” à autorização das rádios comunitárias por essa razão.

Se V. Ex^a quiser somar força à nossa voz e dizer ao Presidente Ramez Tebet que deve colocar isso em prática. A responsabilidade é do Congresso Nacional.

O SR. CASILDO MALDANER – Recolho as ponderações do Senador Eduardo Supply. Vamos levá-las, sem dúvida alguma, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, no entanto, eu deixo uma pergunta igual ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, porque, naturalmente, dependerá da base, da maioria, de uma sinalização do Governo, para que se instale o Conselho de Controle Social nas comunicações no Brasil.

Não havendo essa sinalização, claro que só se a maioria entender que não, vamos continuar como estamos. Isso nos fez pensar, por isso a importância dessa audiência pública que estamos realizando hoje.

Se, no art. 220, conforme questionado pelo jornalista Alberto Dines, a Constituição manda que as programações sejam aquelas, e aqui tramitou ou tramita um projeto de equipamentos e dispositivos de bloqueios para que os pais, responsáveis, possam fazer por faixa etárias, o que se poderia fazer? Os meios de comunicação, o rádio, a televisão, devem fornecer as legendas do que é que vai passar amanhã, depois de amanhã. Se puder, por meio desse dispositivo, fazer o controle, sem querer fazer censura, acho que teríamos condições de avançar.

Sintetizando: o Governo sinalizaria para colocarmos em prática o que prevê o art. 224 da Constituição Federal. Essa é uma questão – Controle Social. E uma outra questão – e aí, quem sabe, o jornalista Alberto Dines poderia esclarecê-la. Sei que, nos Estados Unidos, existe um Conselho, mas não sei se atua no controle do conteúdo social dos meios de comunicação. Como podemos fazer esse controle em relação aos cartéis dos meios de comunicação de massa que poderão se formar no Brasil? Isso me despertou e acredito que temos de ter cuidado.

Sr. Alberto Dines, não sei se caberia à agência o controle da área econômica em uma possível formação de cartéis. V. S^a citou vários casos no Brasil.

Lembro-me de que, em 1989, até se dizia que um veículo dos meios de comunicação havia adotado uma candidatura à Presidência da República e que essa seria vitoriosa. E isso aconteceu. Ainda hoje, ouvimos pessoas afirmar que, se determinado meio de comunicação adotar uma candidatura, é difícil essa ser derrotada. Isso se escuta até mesmo nos corredores do Congresso Nacional.

O CADE, por exemplo, exerce um controle para que nos meios de produção e defesa do consumidor não haja um cartel, porque isso pode prejudicar o consumidor. Entendo que nós brasileiros também consumimos as notícias veiculadas pelos meios de comunicação e que um cartel, se quiser, pode, veladamente, conduzir a formação de opinião no Brasil. Penso que isso tem de ser controlado e que não pode ter o céu como limite.

É preciso que haja um órgão controlador – e não sei se seria a agência – para que a ocupação dos meios de comunicação do Brasil seja mais equitativa em todos os setores. Considero essa tese importante e creio que precisamos analisar essa proposta a fim de que seja imposto algum limite, senão, veladamente, as notícias podem ser manipuladas e a massa é consumidora de notícias.

Espero que essas duas questões sejam respondidas. Dirijo uma para o Professor Quadros, que diz

respeito ao controle social dos conteúdos e, outra, relativa ao controle econômico dos meios de comunicação, ao jornalista Alberto Dines. Em relação à última pergunta, gostaria que o Sr. Alberto Dines tratasse acerca de como podemos inserir o modelo americano na legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações e, em seguida, ao jornalista Alberto Dines, pedindo a ambos que sejam breves em suas respostas, em função do adiantar da hora e do fato de que o Senador Eduardo Suplicy ainda fará perguntas.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sr. Presidente, eu poderia complementar as considerações dos colegas formulando uma breve pergunta. Assim, já ouvimos as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo concordância dos Srs. Senadores, passarei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que fará suas perguntas. Depois, concederei a palavra aos convidados para responderem.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Como muitas das minhas preocupações foram contempladas pelos colegas, falarei brevemente.

Em sua exposição tão brilhante e tão significativa, o jornalista Alberto Dines também deu uma palavra sobre as Oposições, dizendo que temeríamos mexer no bem amarrado e sólido sistema, que não teríamos propostas para modificar o **status quo** e que contamos com a manutenção desse em matéria de mídia para seus projetos de poder. Surpreende-me tal afirmação porque não a imaginava...inclusive, como um pré-candidato à Presidência da República, considero essa uma avaliação que me surpreende. Creio que as suas observações sobre a estrutura de poder hoje existente, sobretudo de interação entre os jornais impressos e o jornalismo de rádio e de televisão, são exemplos importantes. Em alguns momentos, foi até econômico, porque sublinhou apenas o exemplo de um ex-Presidente do Senado, quando poderia ter mencionado inclusive outros ex-Presidentes – seria até mais justo, se me permite dizer – que detêm poder semelhante àquele citado. Talvez queira citá-lo, porque o senhor demonstrou um conhecimento muito grande sobre a maneira de as emissoras interagirem com o poder extraordinário dos próprios membros do Congresso Nacional

Posso dizer ao jornalista Alberto Dines que é possível se chegar ao Parlamento, ao Senado Fede-

ral e ao Poder Executivo mesmo sem contar com essa extraordinária força.

Vou relatar um diálogo que tive com meu filho Supla, há poucos dias. Ele me disse: “Pai, parece-me que somente com o apoio da **Rede Globo** é que um candidato à Presidência pode ser eleito. Então, como é que será possível”? Fiz a seguinte observação a ele: “Filho, é fato que, desde o início do processo de eleições diretas para Presidente da República, depois do regime militar, somente conseguiu chegar à Presidência da República o candidato, ou aqueles candidatos, que tiveram o apoio não apenas da **Rede Globo**, mas do sistema de comunicação mais importante – Fernando Collor, em 1989; Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e em 1998. Avalio que, se for possível fazer um acordo pelo menos de imparcialidade com as redes de televisão, radiodifusão e de jornais já será um extraordinário avanço, mas quero cumprimentá-lo pela análise que fez”.

O que eu gostaria de ouvir por parte do Secretário Executivo das Comunicações, Dr. Juarez Quadros do Nascimento, e do representante da Anatel, diante de formulação crítica tão severa, contundente, mas apontando para a necessidade premente de se reverter esse quadro, é qual a reação do Ministério das Comunicações e da Anatel diante de diagnóstico tão bem feito. Se quisermos que haja a democratização dos meios de comunicação, exigindo-se pelo menos uma certa imparcialidade para que possa haver uma sucessão presidencial e de governadores de uma maneira mais isenta, que passos devem ser dados, inclusive na legislação?

Quero agradecer, portanto, a avaliação crítica aqui feita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Passarei, portanto, a palavra aos nossos ilustres convidados, para resposta aos dois Senadores Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy, e para as considerações finais, em primeiro lugar, ao Secretário Executivo das Comunicações, Dr. Juarez Quadros.

O SR. JUAREZ QUADROS – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero tentar responder ao Senador Casildo Maldaner, mas o Senador Eduardo Suplicy já nos ajudou. Realmente, de acordo com o que está na Constituição Federal, a competência para instalar o Conselho de Comunicação Social é do Congresso Nacional. A Constituição Federal, no seu art. 224, dispõe:

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Quando estávamos ultimando o projeto de lei para colocá-lo em consulta pública, quanto à questão do conselho no Ministério, que está previsto no projeto de lei, brincando com o Ministro Pimenta da Veiga, que sugeriu que criássemos o conselho, eu disse a S. Ex^a: "Mas isso é competência do Congresso Nacional". Posso dizer agora a V. Ex^{as} que S. Ex^a disse: "Coloca aí. Deixe-me provocar o Congresso". Como V. Ex^{as} sabem, S. Ex^a também é parlamentar, e dizia, no momento em que decidia: "Deixe-me ver se provoco o Congresso também a instituir".

Já falei também ao Senador Geraldo Cândido que as atribuições dos dois conselhos são totalmente diferentes. Não haverá sobreposição e se já há algum mérito em provocar o Congresso, conforme falava o Ministro Pimenta da Veiga, o Senador Suplicy já está me concitando a entrar no esforço de tentar instituir o conselho.

Quanto a outra questão que V. Ex^a coloca e também já respondendo ao Senador Eduardo Suplicy, falarei sobre o poder de mídia.

Se o Presidente da Mesa me permite, farei um retrospecto muito rápido: quando tratamos da emenda constitucional, a PEC que dispunha sobre a alteração da Constituição Federal para ser permitida a privatização do setor de telecomunicações foi enviada ao Congresso no início do ano de 1995, ainda com o Ministro Sérgio Motta, precisamente em janeiro. A PEC só foi transformada em emenda constitucional em agosto, ou seja, demorou um bom tempo. Qual foi a estratégia adotada nessa questão?

Como disse no início da minha apresentação, o art. 21 da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência da União, no inciso XI, trata dos serviços de telecomunicações e, no inciso XII, trata de outros serviços, incluindo na alínea a os serviços de radiodifusão sonora, de sons, imagens e demais serviços de telecomunicações.

Levamos de janeiro a agosto para conseguir a aprovação da emenda constitucional. Depois da emenda aprovada, enviamos ao Congresso o projeto de lei para o setor de telecomunicações. Também houve, no bom sentido, frisando isso, algo também muito estratégico e complexo como o setor de telecomunicações. Levamos nove meses, desde a entrada do projeto do lei aqui, na discussão, para que o proje-

to fosse transformado em lei. O que pensávamos naquele momento?

Estou na equipe do Governo, no Ministério, desde 1995. Antes eu era engenheiro do Sistema Telebrás. Sou Secretário Executivo desde a gestão do Ministro Sérgio Motta, acompanhando, depois, o Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros. Agora, também distinguido pelo Ministro Pimenta da Veiga, continuo sendo Secretário Executivo, portanto venho acompanhando esse processo desde aquele tempo.

Discutia-se, na época, que se fôssemos mexer em radiodifusão, o projeto para telecomunicações demoraria muito mais. Não esperamos – eu, principalmente – que esse projeto de lei deva tramitar rapidamente no Congresso. Ele é muito complexo e tem um poder altíssimo, por se trata da comunicação, ou seja, da mídia no todo, e aqui, especificamente, da mídia eletrônica. A estratégia que traçamos, à época, era a de propor somente uma alteração, até porque, por facilidade da própria Constituição, ela tratava de incisos diferentes. Então, foi-nos permitido alterar somente a disposição do inciso XI e deixamos intactos os demais incisos que tratam justamente de radiodifusão.

Entendam V. Ex^{as} que agora surge a questão do mérito para ser examinada pelo Ministro Pimenta da Veiga. A decisão do Ministro Sérgio Motta, na época, foi a de tratar apenas de telecomunicações, deixando a questão da radiodifusão para depois. Em seguida, tivemos a presença do Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que permaneceu por pouco tempo, e cuja prioridade era realmente a privatização de telecomunicações. O projeto de lei já estava, naquele momento, elaborado para radiodifusão, e a decisão do Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros era a de não modificar aquela questão, deixando-a para depois. Em razão da chegada do Ministro Pimenta da Veiga, mais uma vez levei o projeto, avisando-o da complexidade e da força que esse material apresentava na discussão com a sociedade e com o Congresso Nacional. Finalmente, depois de S. Ex^a estudar bastante a questão, S. Ex^a entendeu que deve encaminhar, ainda este ano, para o Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Radiodifusão. Porém, trata-se de questão complexa aos extremos, e, em virtude do poder da mídia – tema que aqui já foi também levantado pelo Sr. Alberto Dines – e dos seus veículos perante a sociedade e a enorme discussão que se travará nesta Casa, creio que este projeto deva tramitar por muito tempo.

Sr. Presidente, para finalizar, faço referência à questão da Portaria do Ministério da Justiça, que, numa ação provocada pelas entidades que executam os serviços de radiodifusão, no Poder Judiciário, a

Portaria acabou tendo de ser revogada por uma questão outra em que foi levantada inclusive doutrina ou jurisprudência – não sei bem, estou com as advogadas que nos assessoram no Ministério e naquele órgão dão consultoria jurídica, a Dr. Beatriz e a Drª Dalzira, para tratar desse assunto. Estamos atentos, porque o Poder Judiciário já tem tratativas também a respeito da questão. Quanto à Portaria do Ministério da Justiça que tratava daquela questão, além da que agora estamos também analisando, devemos ter cuidado a respeito do que já disse o Poder Judiciário, uma vez que, parece-me, já existe jurisprudência acerca da questão, tendo em vista que esses assuntos são muito complexos. Aliás, o próprio colega da Mesa, o Sr. Alberto Dines, já expôs esse tema. Falarei rapidamente sobre o art. 220. Disse o nosso colega que, no nosso tempo de cinema, quando éramos impedidos de ter acesso aos filmes proibidos para menores de 18, 14 anos, nós nos autocontrolávamos, ou seja, já sabíamos que não era possível e não fazíamos. No entanto, o que existe hoje, com jurisprudência e na doutrina, no Poder Judiciário, é um conceito tal que o responsável pela família – o pai, a mãe ou o irmão mais velho – deve retirar os menores do ambiente quando tratar-se de algo impróprio para determinada idade.

V. Exª também perguntou sobre essa questão nos Estados Unidos. Esteve conosco o Sr. Peter Doyle, do FCC, e, no material que distribuí a V. Exªs, ele diz, na apresentação que nos fez, que a censura prévia é proibida nos Estados Unidos. Mas, existe monitoramento do que é transmitido nos canais de TV aberta. A classificação é indicativa. No entanto, caso os concessionários desobedeçam aos limites de horário, são aplicadas severas multas.

Agradeço a tolerância ao Presidente da Mesa e aos Srs. Senadores. Se necessário, coloco-me à disposição, mas encerro aqui a minha parte.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita-me, Sr. Presidente, mencionar uma observação interessante.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Primeiramente, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Na exposição do Sr. Peter Doyle, nos Estados Unidos, os donos de televisão não podem ser proprietários de jornais. No contexto do que foi aqui afirmado, sublinho essa informação relevante contida na explanação que V. Sª distribuiu.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, registro apenas que sei que não é fácil. Disse o Secretário-Executivo Juarez Quadros, quanto a algumas questões a serem enfrentadas no Brasil, que o trâmite desse projeto não vai demorar muito. No entanto, não podemos protelar para sempre, *sine die*. Não há como. Talvez a questão de controle econômico dos meios de comunicação de massa seja difícil, mas precisamos fazer uma proposta. Devemos ser transparentes e enfrentar essa questão. É um compromisso de todos nós atualmente.

Quanto ao controle, embora, nos Estados Unidos, parece-me que os pais, o irmão ou a pessoa responsável é que dirão se é possível ou não. No Brasil, já há uma jurisprudência segundo a qual os responsáveis devem retirar os menores de frente da televisão. Convenhamos que esse procedimento, nos lares, é complicado. Os responsáveis, conhecendo a legenda antecipadamente, poderiam controlar melhor e, talvez, com dispositivos de bloqueio. Creio que seria melhor assim. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao jornalista Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES – Obrigado, Sr. Presidente.

Serei breve, mas há vários itens que sou obrigado a mencionar. Começarei pelo fim não por ser menos importante, mas pelo fato de a questão ter sido afirmada por último. Trata-se da delegação para a família. Seria a família que faria essa classificação. Para isso, é preciso que ela seja informada. Se a mídia é monolítica e não consegue passar para a família esse conceito de que a televisão está desinformando, ela não tem a capacidade de exercer o pátrio poder.

Esse é o grande problema. A mídia, no Brasil, está toda amarrada, formal ou informalmente, a pressupostos e é praticamente monolítica, quase sem oposições. Não é uma questão de orientação política para determinado partido. É uma vocação para corporação que tem causado grande malefício ao próprio desenvolvimento da imprensa, do jornalismo e da comunicação brasileira.

O Senador Eduardo Suplicy, meu colega de jornalismo há não sei quantos anos, fez-me o reparo de que fui, de certa forma, econômico e só mencionei o ex-Presidente da Casa, Senador Jader Barbalho. Fiz referência a ele, porque os outros dois estão incluídos nesse contexto de serem filiados da **Rede Globo**. Ele é o único que, sendo um líder regional político, é filia-

do a outro canal, o que não causa diferença. Entretanto, eu precisava mostrar que essa questão não se refere apenas ao controle indireto da **TV Globo**, mas abarca todas as redes de televisão.

Esse assunto leva-me a explicar o reparo que fiz às Oposições. Sabia que o Senador e amigo estaria aqui e agi assim de propósito. Havia um recado naquele mensagem. Já fiz isso várias vezes. Na última vez, estava na Universidade de Oxford, há pouco tempo, em junho. Sabia que estaria presente o economista ligado ao Partido dos Trabalhadores, o Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, e fiz o mesmo reparo para ele, que sentiu tocado também.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior considera-se independente. Ele colabora trocando sempre idéias conosco, inclusive comigo, mas não é filiado.

O SR. ALBERTO DINES – Sim. Sabia que ele estaria presente e incluí essa ponderação como fiz agora com relação a V. Ex^a. Não é mera provocação. Tenho base para esse procedimento e terei de contar os elementos.

Há dois anos, houve um processo de cartelização, que hoje já se dissolveu, mas que foi extremamente perigoso: quando a **Folha de S. Paulo** e o **Globo** se juntaram precipuamente para destruir um terceiro jornal, a **Gazeta Mercantil**, e isso foi anunciado em uma nota oficial. O poder da **Globo** e o poder de influência da **Folha de S. Paulo**, talvez o jornal mais influente deste País – e não é favor que faço –, juntaram-se para destruir um outro.

Fizemos um programa de televisão sobre o assunto. Foi a única voz da sociedade brasileira que argüiu o CADE no sentido de saber por que esse tema não era tratado dentro do Conselho. O CADE informou, então, que alguém precisava entrar com uma petição. Mas as oposições não se manifestaram nem em plenário, não estranharam essa perigosa atração de dois grupos para destruir um outro jornal que tem estado em situação bastante delicada.

Agora houve um outro lance nesse tabuleiro de xadrez empresarial, quando praticamente desfez-se essa parceria **Globo/Folha**, e o **Estado de S. Paulo** e a **Folha de S. Paulo** se juntaram para fazer algo que considero mais perigoso ainda: uma empresa de distribuição de jornais. Quer dizer, os maiores jornais de São Paulo se juntaram para controlar a distribuição de jornais em São Paulo e, assim, decidir quem merece ou não entrar nessa rede de distribuição, o que é gravíssimo.

Há três semanas fizemos um programa de televisão ao qual o CADE compareceu e novamente confirmou que o assunto era de sua competência, mas que seria necessário que um cidadão ou uma organização se manifestasse, fizesse uma petição a fim de que pudessem examinar o caso. Mas as oposições não se manifestaram.

Compreendo que estamos às vésperas de campanha eleitoral, mas é uma situação extremamente perigosa. Estamos assistindo a cada dia a um processo muito rápido de cartelização da imprensa brasileira, e ninguém tem feito nada, a não ser o terceiro setor, que é o Observatório da Imprensa, o grupo **TVE**, de São Paulo, e outros grupos pequenos ou vozes individuais que manifestam estranheza. Entretanto, não há uma vocalização institucional alertando para esse perigo.

O caso da **Federal Communications Commission** – FCC. A FCC controla – e creio que está aí seu regulamento – as comunicações, a eletrônica. Não pode controlar a mídia impressa, porque a liberdade de imprimir vem desde John Newton, no século XVII. Então, ninguém controla a liberdade de imprimir, mas pode impedir que um grupo de telecomunicações tenha um jornal ou que um jornal tenha a propriedade cruzada de um grupo de radiodifusão. Então, isso é facilmente examinado, pedindo o regulamento da FCC, que aliás, infelizmente, no Governo George W. Bush, está voltando atrás.

Assumi a FCC muito recentemente, antes de 11 de setembro, o filho do Colin Powell, o qual já amenizou um pouco as regras extremamente rigorosas do FCC. Foi um debate que nós, no Observatório da Imprensa, no nosso site, também travamos, porque se criaram algumas flexibilizações que, até então, eram inadmissíveis nas administrações anteriores. Mas, de qualquer forma, o modelo da FCC impede a propriedade cruzada. Quer dizer, uma empresa de radiodifusão não pode ter jornal. O jornal não pode ter a propriedade cruzada com a radiodifusão, o que evita essa concentração. Portanto, grandes empresas como o **New York Times**, o jornal mais importante dos Estados Unidos, não pode ter televisão, porque a lei não o permite. Não por ser jornal, mas pelo fato de que a FCC controlaria a emissora que ele tivesse, uma vez que a liberdade de imprimir jornais é, consoante a primeira emenda, absoluta.

Finalmente, gostaria de fazer um esclarecimento com relação ao art. 222. Estou muito ligado a esse assunto, cuja discussão ajudei a suscitar ainda em

1995, se não me engano, e é preciso escaparmos também de outra armadilha. Essa emenda não pretende apenas a permissão da participação de capitais estrangeiros, a idéia não é essa. A idéia é a democratização do capital da empresa de comunicação no Brasil, isso é que é importante. Porque a empresa de comunicação no Brasil, por causa da Constituição de 1988, que herdou uma série de maneirismos – chamo até totalitários – até do Estado Novo, a propriedade da empresa é individual, é pessoa física, porque na ditadura os Governos queriam saber quem era o dono para apertá-lo, uma sociedade anônima é anônima, não é? Infelizmente a Constituição de 1988 incorporou isso. O que se pretende com essa alteração, pelo menos foi isso que me levou a participar do debate desde o início, é que se democratizasse o capital. A empresa de comunicação poderia ter pessoas jurídicas, e não apenas pessoas físicas, porque evidentemente isso hoje não é respeitado, então é muito triste que as empresas de comunicação, que deveriam dar o exemplo para o País, de transparência, até de respeito à letra da lei, elas têm caminhos que atravessam a lei, tanto na sua letra quanto no seu espírito.

Então, é muito importante não deixar que o debate sobre o art. 222, que certamente virá a esta Casa, fique estigmatizado como a “lei do capital estrangeiro”. Não é a lei do capital estrangeiro. Evidentemente se permitirá a participação do capital estrangeiro, mas limitada, porque hoje é ilimitado. Hoje nós temos parcerias na mídia brasileira que são abomináveis, ao arrepio da lei. Então, é preferível que isso seja estipulado e limitado do que fique dessa forma retrógrada, antiga e seja atropelado, a cada associação que se faz, seja com o Rupert Murdoch, seja com outros grandes grupos internacionais de mídia.

Eram esses os esclarecimentos que eu queria dar a O SR. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Para concluir, com a palavra o Dr. Ara Apkarian Minassian.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Vou começar, pela, eu diria, provocação do Senador Eduardo Suplicy, o projeto de lei que será enviado, na realidade, foi elaborado pelo Ministério das Comunicações e tanto que no art. 2.º o próprio Ministério já avoca para si a organização ou exploração dos serviços de radiodifusão em todos os seus aspectos, inclusive nos aspectos técnicos, e também avoca para si o disciplinamento e a fiscalização. Portanto, essas ações, que hoje são executadas pela Anatel, pelo projeto de lei passariam integralmente, tanto a parte técnica, como a fiscalização, para o Ministério

ou para a agência de radiodifusão, enfim, mas, novamente, se, na revisão ou na conclusão dos trabalhos que o Ministério está realizando, concluir que essa ação caberia à Anatel, até que haja uma definição posterior, aí eu voltaria para o ponto básico da Lei Geral das Telecomunicações, que nós falamos na questão da simetria regulamentar, onde a agência, por si só, atua com imparcialidade, legalidade, impessoalidade e dá publicidade aos seus atos.

E aí, nessa linha, voltando para a pergunta do próprio Senador Casildo Maldaner, nós podemos ver o seguinte: que na própria Lei Geral das Telecomunicações e também na regulamentação decorrente, a questão da propriedade cruzada é perfeitamente tratada. A questão da propriedade cruzada, inclusive, todas as ações são iniciadas na Anatel, a Anatel é que faz a instrução e aquilo que entra na esfera do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) existe uma interação com o CADE. Então hoje a própria Anatel na área de telecomunicações age na propriedade cruzada e nas ações onde há uma interferência ou entra na esfera da competência do CADE, existe essa interação, a agência instrui o processo e encaminha o processo ao CADE.

Nós tivemos recentemente, na questão inclusive dentro da organização dos serviços, a TV por assinatura, a questão do **DTH versus Sky**, quando o assunto foi parar na esfera do CADE, mas toda a instrução da confusão entre a **Globo** e a **DirectTV**, que é contrato da TVA, toda a instrução foi realizada e todos os elementos foram remetidos. Portanto, novamente nós voltamos para a questão inicial. Se a regulamentação, a legislação for clara, as ações estarão previstas e, nessa harmonização, a questão do CADE e da propriedade cruzada aparecerão claramente.

Importante é sabermos o que o Poder Executivo e o Legislativo, no caso o Congresso Nacional, vão decidir. Se a ação fica integralmente no âmbito do Ministério ou vai parcialmente ou integralmente para a Anatel. Na realidade, a nossa ação é cumprir a legislação e tudo o que nela está estabelecido. Hoje, da forma como o projeto de lei está sendo discutido, eu diria que todas as ações que estão na esfera da Anatel passariam. Mas isso da forma como está. É claro que, conforme o Dr. Quadros mencionou, estão sendo ultimadas algumas adequações. Vamos, portanto, verificar essas adequações, ver o que vai aparecer e, depois, o que o próprio Conselho...

O SR. CASILDO MALDANER – Professor Ara, faço somente uma pergunta.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Pois não.

O SR. CASILDO MALDANER – Hoje, nas TVs a cabo já existe. E nas TVs abertas também já existe isso?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Não, na TV aberta não, porque a legislação data da década de sessenta e, naquela oportunidade, o Estado assumia algumas ações. Portanto, isso não foi previsto. Mas na Lei Geral de Telecomunicações, que procurou ser moderna, essa questão da propriedade cruzada e do controle societário aparece claramente.

Entendemos que também na nova legislação, tanto na Lei de TV a Cabo, quando for reformulada, quanto no projeto de lei – se ele virar uma lei de comunicação de massa –, ou na própria Lei de Radiodifusão, o problema da propriedade cruzada, assim como o do controle societário, têm que ser enfrentados de uma forma bem aberta, porque isso facilita a ação.

Se formos omissos e se esse for o desejo do legislador, diria que ficará muito difícil de levar adiante até uma ação de fiscalização. Por isso é que novamente alertamos: as regras têm que ser claras e definidas, e existem mecanismos para isso.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O Dr. Juarez pede somente um minuto para fazer um pequeno esclarecimento e, logo em seguida, encerraremos.

O SR. JUAREZ QUADROS – Pediria ao Ara que observasse atentamente o projeto de lei. Há um equívoco muito grande da parte dele e preciso fazer esse destaque. Não há nenhuma tomada das competências da Anatel que estão na Lei Geral de Telecomunicações. Peço que verifique o art. 7º, inciso VII, do Projeto de Lei, em que está ressalvada a disposição do parágrafo único do art. 211 da Lei Geral de Telecomunicações, segundo a qual a competência de fiscalizar, quanto aos aspectos técnicos, as estações de radiodifusão é da Anatel.

Feito esse reparo, para que não parem dúvidas, peço ao Ara que leia mais atentamente o projeto de lei.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Perfeito, Dr. Quadros. Concordamos integralmente. Isso passou batido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em nome da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, agradecemos ao Dr. Juarez Quadros, ao jornalista Alberto Di-

nes, ao Dr. Ara e aos Senadores que participaram da audiência pública de hoje.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h40min.)

**Ata da 12ª Reunião Extraordinária,
da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª
Legislatura, realizada em 7 de novembro
de 2001. – Audiência Pública**

Às onze horas e vinte e um minutos do dia sete de novembro de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto, e com as presenças dos Senhores Senadores, Juvêncio da Fonseca, Francelino Pereira, Ricardo Santos, Geraldo Cândido, Emília Fernandes, Roberto Saturnino Casildo Maldaner e Marina Silva, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gerson Camata, Pedro Simon, Antônio Carlos Júnior e Lúcio Alcântara. Comparecem à reunião os Senhores Deputados Maurílio Ferreira Lima e Joel de Hollanda, membros da Comissão Mista que vai analisar a Medida Provisória n.º 2.228-1. A Presidência submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como objetivo debater a Medida Provisória n.º 2.228-1 que “Estabelece princípios gerais da política nacional do cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional e dá outras providências”. Foram convidados, como palestrantes, as seguintes personalidades: Senhor Valmir Fernandes (Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX), Senhor Alexandre Annenberg (Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA), Senhorª Carla Camurati (Cineasta), Senhora Silvia Rabello (Diretora da Associação Brasileira das Empresas de Infra-estrutura Cinematográfica e Audiovisual – ABEICA) e Senhor Cláudio Teixeira (Assessor Jurídico da Casa Civil da Presidência da República). Deixa de comparecer o Sr. Cláudio Teixeira. A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Senhor Presidente franqueia a

palavra para os Senadores membros da Subcomissão para posterior debate com os convidados. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto** – Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo número regimental, está aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que tem como objetivo a promoção de uma audiência pública, atendendo a requerimento, aprovado pelo Plenário da Comissão, de minha autoria e do Senador Roberto Saturnino, Vice-Presidente da Comissão.

Para debater a Medida Provisória nº 2.228-1, de 10 de setembro de 2001, que estabelece os princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – Ancine, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – Prodecine, autoriza a criação de Fundos de Financiamento na Indústria Cinematográfica Nacional – Funcines, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.

Os convidados são Walmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – Abraplex, Alexandre Annenberg, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA, Carla Camurati, cineasta; Sílvia Rabelo, Diretora da Associação Brasileira das Empresas de Infra-estrutura Cinematográfica e Audiovisual – Abeica. Foi também convidado e estava confirmado até ontem – a Comissão recebeu o aviso, ontem à noite, de que não poderia comparecer – o Sr. Cláudio Teixeira, assessor jurídico da Casa Civil da Presidência da República.

Nós vamos passar a palavra a cada um dos nossos ilustres convidados por quinze minutos e, depois disso, faremos os debates, quando os Srs. Senadores farão perguntas aos nossos convidados.

Com a palavra, inicialmente, o Sr. Walmir Fernandes, Presidente da Abraplex, por quinze minutos.

O SR. WALMIR FERNANDES – Bom dia.

Eu queria agradecer a esta Casa a oportunidade de estar aqui, podendo participar pela primeira vez – infelizmente num **post facto**, mas não deixa de ser uma oportunidade. Representando a Abraplex, nós temos muito a dizer em relação à medida provisória.

Eu tenho quinze transparências apenas. Vou tentar gastar um minuto em cada uma delas e respeitar o tempo que temos.

Vou procurar, também, esclarecer um pouco, até porque as pessoas, necessariamente, não têm que ter um conhecimento perfeito do mercado. Vou gastar só duas transparências para dizer o que é a Abraplex e que é o mercado exibidor.

Na realidade, a sala de cinema é apenas a vitrine do produto cinematográfico, ou seja, do filme. E ela é um dos elementos e formatos de comercialização, sendo que é a maior, ela é um dos responsáveis pela arrecadação. Mas os outros formatos de comercialização – e, aí, seguem-se o vídeo, o DVD, a TV a cabo e o **pay-per-view** e a própria TV aberta – são aqueles mercados de onde se retira o máximo da comercialização do produto filme. O cinema é, literalmente, a vitrine.

O exibidor, por sua vez, faz parte de uma cadeia que aqui está demonstrada pelo setor de produção, distribuição e exibição, sendo que a produção nós dividimos como nacional ou estrangeira ou uma co-produção. A distribuição é formada pelos grandes estúdios, representantes de Hollywood no mercado brasileiro, que são em número de quatro, uma série de distribuidores independentes médios, algumas empresas brasileiras, e uma série de independentes pequenos e distribuidores de arte, mais empresas brasileiras atuando no setor de distribuição.

Já o setor de exibição, que venho representar aqui – e unicamente o setor de exibição, que é aquele que tem a sala de cinema –, tem a seguinte característica no Brasil: são, aproximadamente, 1.600 salas de cinema no Brasil hoje, sendo que dez dos principais grupos são responsáveis por 40% das salas. Quer dizer, não há uma concentração excessiva.

A presença de capital estrangeiro ocorre hoje em apenas 24% dessas salas, apesar de serem as mais modernas. Trata-se de uma atividade puramente privada e de risco. Repito, ela não é um concessão do Estado, não recebe incentivos de ordem alguma. Ou seja, é um mercado aberto e quem quiser se estabelecer nesse segmento pode fazê-lo. Se algum dos se-

nhores decidir virar exibidor e quiser montar um cinema na sua cidade natal, fiquem à vontade, pois não há nada que os impeça. É preciso simplesmente ter um capital para se fazer isso.

O mercado brasileiro hoje vende 80 milhões de ingressos/ano.

O exibidor é apenas o meio condutor para que o filme ou o produto fique à disposição do público. Cabe ressaltar que o distribuidor é quem seleciona o filme, quem define uma data de lançamento, quem estabelece uma estratégia de lançamento. O exibidor, que é o dono da sala, executa isso. O exibidor investe massivamente em equipamentos e bens materiais. Vários deles não estão disponíveis no Brasil e também não estão disponíveis em vários países. Eles têm que ser importados, e vale lembrar o preço do dólar.

O preço médio do ingresso no Brasil, apesar de ser caro, na visão da maioria da população, é duas ou três vezes menor do que o preço nos principais grandes centros. Ou seja, ele pode ser custoso ainda, mas não é desproporcional.

O exibidor não possui meios para influenciar a produção que vai receber. Ele não opina sobre a mesma. É um dos únicos mercados do mundo que não sabe o que vai vender na semana seguinte, pois o produto ainda vai ser entregue para ser vendido. O exibidor necessita remunerar os seus investimentos, que são de longo prazo, de modo a manter uma contínua ampliação de sala. Ou seja, o Brasil é um mercado muito pobre em número de salas de cinema. Eu falei em 1.600 salas de cinema, o que dá uma sala aproximadamente para cada 120 mil brasileiros. Em países mais desenvolvidos há um número de 1 sala para cada 8 mil pessoas ou 1 para cada 15 mil pessoas. Existe uma grande necessidade de mais salas de cinema no Brasil. Nós estamos ainda no processo de eliminação dessa diferença. O cinema não chega hoje aos mercados e às cidades onde deveria chegar.

Às vezes, por desconhecimento, espera-se que o rabo determine a direção do cavalo. Ou seja, a exibição, por estar no final da linha, não tem condições de influenciar determinadas decisões, determinadas políticas.

Falando especificamente do setor que eu venho hoje representar, a Abraplex congrega os exibidores que operam o cinema no conceito multiplex. Eu acho importante dizer o que é multiplex. É um conceito novo de cinema iniciado na década de 50 e que reverteu a tendência de queda de público de cinema nos vários países onde esse conceito foi implantado. No Brasil ele chegou em 1997, tardiamente, pois deveria ter chegado antes. O primeiro multiplex foi inaugurado

em 1997. O multiplex é um complexo de cinemas que pode ter de seis a dezoito salas de cinema no mesmo local. Para aqueles que vivem em Brasília, o exemplo mais próximo desta Casa é o Pier 21, com treze salas no mesmo local. Todas têm equipamentos de última geração. Isso dá maior flexibilidade de programação e significa um investimento por sala, não pelo complexo, acima de R\$1 milhão. Como falei, o início da operação foi em 1997. Hoje existem cerca de quarenta multiplex no Brasil. Esses multiplex foram os grandes responsáveis pelo desenvolvimento do mercado de exibição no Brasil nos últimos quatro anos. Esse mercado cresceu mais de 55%.

A Abraplex, entidade que represento, visa fomentar a difusão desse conceito de salas múltiplas no País. Houve um crescimento importante, mas ainda deixa a desejar. Atualmente a Abraplex representa quatro empresas: a Cinemark, o CI Brasil, o General Cinema e Circuito Arte Ltda. Essas salas representam o que existe de mais moderno no parque exibidor brasileiro e são responsáveis pela equiparação do parque exibidor brasileiro ao que existe de mais moderno no mundo. Hoje o Brasil não deve nada em relação à qualidade dos seus complexos de cinema a nenhum país, seja os Estados Unidos, a França ou qualquer centro mais avançado.

A penetração da Abraplex em quatro anos é significativa, mas infelizmente não atinge ainda todo o território nacional. No entanto, são quatrocentas salas de cinema de última geração, divididas em quarenta e um complexos espalhados pelo País da forma que está demonstrada nesse mapa, em azul, representando 24 milhões de ingressos vendidos em 2000. Ou seja, 30% do público total de cinema no País. Em 2001 serão 30 milhões de ingresso de um total aproximado de 80. Ela gerou nesses quatro anos 2600 empregos diretos e realizou um investimento altamente substancial de R\$485 milhões. Acho que isso é um ponto extremamente importante, pois a indústria de exibição, de salas de cinema é uma indústria de capital intensivo, e que requer um investimento substancial para continuar crescendo no padrão que o País merece ter.

A Abraplex, por intermédio dos seus associados, vem fornecendo amplo apoio à exibição da produção nacional. Aqui vai alguns exemplos: ela tem 100% da quota de tela cumprida no período. Ela exhibe 100% dos filmes nacionais lançados no Brasil, alguma coisa ao redor de 25 filmes/ano. Ela possui 31% de participação no mercado de filmes nacionais em 2000. Neste ano deve atingir 35% de participação. Ela faz lançamentos prioritários em multiplex. Aqui há al-

guns exemplos. Ela já participa de co-produções. Ela congrega entre os seus exibidores, entre os seus associados os maiores exibidores de produção nacional.

As formas pelas quais os associados da Abraplex apoiam o cinema nacional têm sido criativas, o que demonstra que existe um espaço enorme para se fazer mais pela divulgação e pela penetração do cinema nacional em todo o País. Exemplos: O Dia do Cinema Nacional que, por uma coincidência ocorreu nesta segunda-feira, dia 5 de novembro é o Dia do Cinema Nacional, ocasião em que um projeto de um dos associados levou 135 mil pessoas, num único dia, para assistirem apenas a filmes nacionais, ao preço de R\$1, com renda revertida aos festivais de cinema do Brasil.

O Projeto Escola, com mais de 400 mil alunos, com filmes somente nacionais. O Projeto de Cinema Solidário, que leva mais de 20 mil crianças carentes ao cinema, para conhecerem o cinema e para expor a produção nacional para essas crianças. Há também o Projeto Curta 6 que é uma iniciativa da Petrobras e de associados da Abraplex, algo extremamente louvável e que tem dado cada vez mais espaço ao curta metragem nos grandes centros. Esse projeto está em ampliação.

Isso mostra que existe um total apoio ao desenvolvimento do cinema nacional pelo mercado exibidor. O mercado exibidor no Brasil, seja ele de capital misto, estrangeiro ou nacional, acredita piamente que uma produção nacional forte é fundamental para o desenvolvimento desse mercado. Nós não abrimos mão disso e é preciso uma participação maior.

Eu quero agora tratar especificamente da medida provisória e colocar alguns pontos de vista da Abraplex a respeito. Se nós temos o consenso de que algo precisa ser feito, ao mesmo tempo temos alguns questionamentos e algumas dúvidas que queremos deixar absolutamente claras através dessa participação.

O processo de criação da Ancine apresenta ponto, no nosso entendimento, questionáveis. Nós achamos que não se justifica a utilização de medida provisória para algo desse tipo. Nós achamos que não se justifica o tom de confidencialidade imposto aos participantes do Gedic. Acreditamos que não se justifica também que entidades representativas, como a Abraplex, a Fenec e outras não tenham sido chamadas a opinar. Não se justifica também que manifestos públicos dessas entidades tenham sido ignorados pelo Governo. Não se justifica que mudanças de conteúdo sejam realizadas por pressões políticas de enti-

dades de maior expressão e tenham sido aceitas. Por fim, não se justifica a criação de uma agência reguladora que atue num segmento puramente privado, como é o segmento de distribuição e exibição, deixando de fora as áreas de concessão do Governo – áreas essas em que cabe a atuação de uma agência reguladora como a ANP, a Anatel, a Aneel, etc.

Existe falta de apoio dos setores-chave à MP. E a falta de apoio deve ser considerada cuidadosamente, sob pena de algumas consequências. Primeiro, ela pode impor graves perdas a setores importantes da atividade audiovisual. Ela pode restringir a captação de novos investimentos para o setor, devido ao risco de intervenção do Estado. O fato de não haver apoio pode causar longas e custosas batalhas judiciais, por falta de busca antecipada de consenso. E pode atrasar ainda mais o desenvolvimento da produção nacional por antagonismos gerados pela MP. Finalmente, pode gerar o receio de uma volta ao passado: em vez de propor medidas reais de fomento ao setor de produção, penalizar alguns segmentos. São cuidados que têm que ser tomados.

Os potenciais problemas gerados pela MP não estão totalmente contrabalançados pelos benefícios. Por quê? Se encontramos, de um lado, benefício, pois ela pode vir a criar uma política nacional de cinema – coisa que ainda não aconteceu, mas é uma possibilidade –, de outro ela tem como ponto contrário o excesso de regulamentação para os setores envolvidos, uma potencial burocratização dos processos administrativos, centralização de poder e um viés na escolha dos membros, conforme definido na medida provisória, a possível inviabilização de alguns setores-chave e a não inclusão de todos os segmentos audiovisuais. Acreditamos que esse desbalanceamento precisa ser trabalhado.

Do ponto de vista da Abraplex e do setor de exibição, algumas mudanças no texto são urgentes, sendo a primeira delas a limitação dos poderes dessa agência reguladora, visando afastar a possibilidade de uma interferência indevida de cunho fiscalizador e regulador numa iniciativa puramente privada, e, principalmente – uma grande preocupação nossa –, eliminar a possibilidade de, num segundo momento, taxar o ingresso de cinema. Conforme eu disse, o ingresso de cinema não é barato. Apesar de ser duas ou três vezes mais barato do que em grandes centros, não pode ser considerado barato. O cinema tem que ser uma diversão para todas as faixas de renda e não tem conseguido isso. Se começarem a taxar o ingresso, isso vai ficar cada vez mais difícil.

Além disso, existem alguns aspectos delicados, como a criação de um sistema nacional de informações, que se sobrepõe aos atuais sistemas de informações, que têm que ser atendidos pelos governos federal, estadual e municipal.

Gostaríamos de eliminar a co-responsabilidade na contribuição para a chamada taxa Condecine. Gostaríamos de isentar o Condecine das obras publicitárias que vão para o meio cinema, porque essa é uma atividade em início de desenvolvimento.

Gostaríamos que fosse criado um procedimento de definição consensual da cota de tela, como basicamente existe hoje. Por quê? Porque a cota de tela só existe no setor de exibição. O exibidor é o único segmento da cadeia produtiva que tem de uma cota de tela – e tem respeitado. Tem havido consenso. Então, é importante que esse consenso continue sendo implantado, porque não queremos que seja estabelecida uma cota inviolável de ser cumprida; queremos uma cota possível de ser atingida, sem comprometer as condições do negócio.

Por fim, que sejam estabelecidas penalidades condizentes com o setor e não penalidades devido às quais, se algo sair errado, a empresa quebra, por uma primeira penalidade, por um primeiro erro.

Estes são alguns pontos. Peço desculpas por estar me referindo demais à medida. Não era o meu objetivo, mas eu queria aproveitar para dizer que esses são pontos importantes do ponto de vista da Abraplex.

Voltando, há algumas condições que, a nosso ver, deveriam ser respeitadas. O estabelecimento da política nacional tem que respeitar alguns aspectos inerentes ao setor de exibição e distribuição, contrários à proposta inicial da MP. O capital investido até o momento de monta precisa ser respeitado para que o reinvestimento ocorra, ou seja, sem o reinvestimento desse capital a indústria não consegue crescer, ou seja, não podemos alterar as regras do jogo de forma a sacrificar o capital já investido, ele precisa ser reinvestido, recursos investidos seja por empresas nacionais ou estrangeiras, não podem ser retirados do setor, eles têm que ser continuamente reinvestidos. As leis de mercado existentes no País e no mundo pelas quais o setor opera não podem ser substituídas por decreto. Se existe uma lei de mercado e se o mercado se auto-regula, isso não é prejudicial ao segmento no mundo inteiro, isso não deveria ser estabelecido por decreto, porque tira a flexibilidade. Por sua vez, a exibição cinematográfica é uma atividade privada de diversão pública e lazer, que não pode absorver uma nova regulamentação imposta apenas com base em

argumentos culturais, apesar de defendermos o fato de que o Governo precisa atuar fortemente no setor cultural, garantir a diversidade cultural e fomentar a produção nacional.

No entanto, tanto a Ancine como os exibidores estão vinculados ao Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio. Então, existe uma diferença, isso é complexo. Por quê? Porque ao mesmo tempo que queremos cuidar da produção cultural, precisamos respeitar alguns aspectos do negócio, alguns aspectos econômicos.

Por fim, a exibição cinematográfica não é uma concessão pública, conseqüentemente não deveriam ser impostos a ela obrigações ou solicitados deveres que não estão sendo impostos às concessões do Governo.

Perigos inerentes à medida provisória. Na verdade, estamos listando três perigos iminentes que estamos querendo trazer à tona. Primeiro, ao criar órgãos com poderes ilimitados e que eliminam a necessidade de sujeição aos Três Poderes constitucionalmente estabelecidos, esses órgãos poderão desavissadamente exorbitar de suas atribuições, causando danos irreparáveis ao setor de exibição e ao Estado Democrático de Direito. Ou seja, isso é uma preocupação, não posso afirmar que isso vá acontecer, mas eu, como executivo do setor, preciso pelo menos tentar garantir que eu não tenha essa ameaça, não gostaríamos de conviver com uma constante ameaça de uma interferência indevida ou uma extrapolação dos Poderes.

Ao mesmo tempo, criaram mecanismos até o momento pela medida provisória que podem acabar nem mesmo gerando uma nova política, que é o objetivo principal, se ter uma política nacional de cinema voltada ao desenvolvimento cultural e preservação da diversidade.

Por outro lado, existe a certeza de um forte viés, da forma como foi estabelecida a agência e o Conselho Superior de Cinema. Esse viés não está garantindo uma isonomia nas entidades criadas. Isso para nós é uma preocupação, gostaríamos de ter um equilíbrio maior. Quem se detiver um pouco mais na medida provisória perceberá que esse equilíbrio não existe.

Por fim, a falta de participação e de definições claras referentes a essa nova política faz com que surjam reações contrárias que podem acabar prejudicando o desenvolvimento da produção nacional.

Estamos ousando dizer que existem dois caminhos a seguir, a não ser que existam mais e não este-

jamos visualizando atualmente. Em princípio, o primeiro caminho seria reverter esse quadro impositivo da medida provisória. Como? Fazendo uma discussão da política de cinema no Congresso Nacional sob a ótica ampliada da política do setor de audiovisual, ou seja, por meio do questionamento dos poderes já estabelecidos e dos órgãos ou autarquias especiais criadas até o momento.

Esse é um caminho. O segundo, seria amenizar os efeitos e a abrangência da agência e do conselho limitando seus poderes, estabelecendo como ponto de partida a definição da nova política nacional de cinema a ser referendada, aí sim, e um fórum com isonomia e representatividade.

No meu último slide, queria chegar à conclusão, que discutimos exaustivamente entre os associados, que o Brasil necessita de uma política clara de fomento à produção cinematográfica, que compatibilize os interesses acadêmicos e culturais – e aí falamos em curta metragem, cinema de arte – aos objetivos comerciais e econômicos do segmento envolvidos.

A complexidade de se atingir esse objetivo não pode ser superada por decreto – pelo menos não acreditamos nisso –, mas deve surgir no seio do setor por meio da discussão democrática entre os agentes diretamente envolvidos, cabendo ao Governo ou às suas autarquias especiais ou não o papel de catalisador, visando a um maior crescimento da produção nacional.

A posição da Abraplex hoje não é a de um setor que está sendo imediatamente prejudicado pela medida provisória, mas a de um setor que pode ser potencialmente prejudicado e que não gostaria que isso acontecesse, com base em um discurso que também fazemos: o de desenvolvimento do cinema e de proteção da cultura nacional.

Esse é o ponto que gostaríamos de apresentar hoje a V. Ex^{as}.

Agradeço, outra vez, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Diretor Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA, Alexandre Annenberg, por quinze minutos.

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG – Prezados Senador Freitas Neto, prezados Parlamentares presentes, é realmente uma satisfação muito grande poder estar numa audiência dessa importância, justamente na tentativa de nos redirmos todos do fato de que chegamos a esse ponto sem termos sido ouvidos de uma forma conveniente.

Queria iniciar louvando a apresentação do Valmir Fernandes, que foi de uma clareza e de uma agudeza realmente extraordinárias. O que foi mencionado, aqui e agora, pode ser integralmente subscrito também pela Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura.

A ABTA tem uma relação de amor e ódio com essa medida provisória. Começando pelo lado negativo, a nossa relação de ódio vem do fato de não termos em nenhum momento sido ouvidos, consultados. Não nos pudemos manifestar a respeito do conteúdo dessa medida provisória. Isso nos deixou absolutamente vendidos em relação a teses e sistemáticas que foram propostas pela medida provisória. Por outro lado, somos os primeiros a reconhecer a importância de se criarem mecanismos de fomento e de desenvolvimento para a cinematografia nacional. Daí a nossa relação de amor com essa medida provisória.

Para entendermos um pouco melhor essa questão, quero deter-me um pouco no que é o segmento econômico de TV por assinatura, porque ele não é muito claro para grande parte da população.

Na verdade, quando se fala de TV por assinatura, que, popularmente, chama-se TV a Cabo – e não é só a cabo, porque TV por assinatura pode ser obtida via satélite, via microondas, etc –, o que bate na cabeça das pessoas é a palavra “televisão”. Entende-se que televisão por assinatura é igual à televisão. Mas, na verdade, são conceitos muito diferentes como modelo de negócio e como atividade econômica. A atividade econômica da televisão por assinatura não tem nenhuma semelhança com a atividade econômica da televisão propriamente dita.

Quando o Ministro Sérgio Motta propôs o seu projeto de privatização, ele tinha em mente a incapacidade de o Estado estar investindo em infra-estrutura. Com seu projeto de privatização, passou-se a atribuir à iniciativa privada a responsabilidade de construir uma infra-estrutura, que hoje se chama Infovia, no Brasil. A construção dessa Infovia é algo da maior importância estratégica para o País. Surpreende-nos, inclusive, que ainda não exista um plano estratégico consistente que viabilize a construção dessa infra-estrutura de uma forma mais objetiva. Qualquer país hoje só poderá participar do concerto das nações no século XXI se tiver no mínimo essa infra-estrutura de fibras ópticas e de satélites suficientemente capilarizadas e abrangentes. Essa infra-estrutura, se, por um lado, serve para transmitir televisão por assinatura, entretenimento e cultura, o que já não é pouco, por outro lado, serve também para transmitir uma série de serviços de valor agregado e de novos serviços que a

tecnologia oferece, fundamentais, determinantes no crescimento de uma nacionalidade. Só para citar alguns exemplos, há a Internet de banda larga, a televisão digital, enfim, uma série de tecnologias, de instrumentos e de meios propiciados pela construção dessa infovia.

Os que investiram e estão investindo na construção dessa infra-estrutura fizeram isso baseados em serviços, que são os serviços de televisão por assinatura, que começaram dez anos atrás. Há dez anos não existia nenhum produto de televisão por assinatura que pudesse ser comercializado. E é pela comercialização da televisão por assinatura que se viabiliza a construção da infra-estrutura, um ponto extremamente importante para entendermos a questão. Quer dizer, a infra-estrutura é capilar, chega à casa de cada assinante porque tem um produto, a televisão, que interessa a cada indivíduo ou a cada família. Então, por meio da venda do produto televisão, constrói-se uma infra-estrutura.

Quando se começou a construção dessa rede, não havia nenhum tipo de insumo ou de pacote que pudesse ser oferecido ao mercado. Foi-se, então, ao exterior e se trouxe uma infinidade de canais, alguns excelentes, outros de qualidade talvez não tão boa, mas a verdade é que foi trazida uma abertura de novas culturas e de novos conteúdos disponibilizados para a população. Qual o problema que, imediatamente, se enfrentou? Nenhum desses conteúdos foi desenhado, dimensionado à cultura local, à cultura nacional. Então, apesar de termos hoje canais de primeira ordem, de nível internacional, reconhecidos internacionalmente, temos pouquíssimos canais com conteúdo realmente nacional.

Isso fez com que a televisão por assinatura tivesse algumas limitações muito graves, tornando, em primeiro lugar, o produto que se oferece um produto de um custo que inviabiliza a massificação da televisão por assinatura. Hoje, ela tem uma penetração razoável nas classes A e B, e absolutamente nenhuma penetração na classe C. Por quê? Porque não há formas de se ter um custo que permita o acesso à classe C, que só se obtém de duas formas contemporâneas: um custo razoável e um conteúdo adequado. Se não tivermos um e outro, não conseguimos a penetração desejável na classe C. E a única forma de massificar, de viabilizar a televisão por assinatura no País é realmente conseguir penetrar na classe C. Portanto, precisamos desesperadamente de conteúdo nacional.

Por outro lado, somos onerados por uma carga tributária absolutamente brutal em torno do setor, que acaba onerando, na ponta, o produto de uma forma

que inviabiliza a sua comercialização a preços adequados para essa penetração. Essa é a grande contradição e o grande problema com o qual nos deparamos hoje na questão da televisão por assinatura.

Na verdade, o ônus adicional que a medida provisória impõe ao setor de televisão por assinatura é absolutamente insuportável ao setor. Só para os senhores terem uma idéia, hoje temos mais de 400 operações no País inteiro – ainda são muito poucas se considerarmos os nossos cinco mil Municípios –, 400 operações nos Municípios mais representativos. Essas operações, nesses dez anos de atividade, perderam sistemática e constantemente dinheiro. Não há uma única dessas operações que tenha tido um resultado positivo ao longo de todo esse tempo. Só para citar alguns números, mencionarei três dos maiores operadores de TV por assinatura: a **NET**, a **Rede Globo** e a **TVA**, do **Grupo Abril**. Esses dois operadores juntos conseguiram perder, nesses dez anos, dois bilhões de reais, tendo investido em cima dessa infra-estrutura, das redes que foram construídas, quantias extremamente significativas. Na verdade se investe em dólar e depois se tem a receita em real, esse é um outro problema grave. Mas a verdade é que essas operadoras continuam no vermelho de uma forma absolutamente dramática. Os ônus adicionais que estão sendo criados – e aí não me refiro só à medida provisória, existem também ônus de taxa de uso de solo, que algumas prefeituras agora pretendem tirar da manga do colete. Quando os investidores fizeram os seus planos de negócio para a construção da infra-estrutura e a exploração de negócio, nenhuma dessas cargas adicionais estavam previstas lá atrás, na remuneração do capital investido, absolutamente nenhuma. E isso foi, portanto, uma mudança extremamente grave e extremamente importante no modelo de negócio de televisão por assinatura.

Então, hoje, nos encontramos diante dessa terrível situação, a necessidade brutal de termos conteúdo nacional e a impossibilidade de sermos adicionalmente penalizados por isso. Só para que se tenha uma idéia, nós, operadores de tevê a cabo, de tevê por assinatura sustentamos e temos: 32,7% só de compra de programação – isso é custo direto de compra de programação; mais cerca de 18% de outros custos variáveis; de outros custos fixos cerca de 10%; total de custos, digamos, de fornecedores são 60% dos nossos custos operacionais. Se somarmos a isso os custos de impostos e taxas, que hoje representam outros 28%, isso nos deixa uma margem de menos de 12%. Essa margem de 12% é antes de pagamento de juros, amortizações, depreciações, remuneração

do investimento, imposto de renda. Temos 12% para reinvestir inclusive nas próprias frentes. Então, estamos num limite que tem que ser necessariamente re-discutido e revisto. E por que eu insisto em falar sobre isso? Se entendemos e estamos de acordo quanto à necessidade de construirmos a infra-estrutura da super **highway** de informação. Vocês se lembram, há alguns anos, que o então vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, conclamou a sociedade americana a construir a superinfovia da informação. O que ele estava querendo dizer era exatamente isso, a necessidade de se atualizar, naquele tempo, as redes de cabo que existiam nos Estados Unidos para a possibilidade de estarem suportando todos esses novos serviços que agora estão disponíveis. E os americanos estão investindo fábulas no sentido de fazer o **upgrade**, fazer a atualização das redes atualmente existentes. Nós, no Brasil, temos a sorte de ter entrado nessa tecnologia muito recentemente. E, portanto, as redes que estão sendo construídas são da mais alta tecnologia, são as redes mais atualizadas e comparadas às melhores redes do mundo, só que custam um patrimônio. O retorno sobre isso em investimento, em condições absolutamente normais, não é menor do que sete a oito anos. Isso está em qualquer **business plan**, em qualquer plano de negócios de uma operação de televisão por assinatura. Com os encargos adicionais a que tem sido submetido o setor, esse retorno já está sendo adiado para doze, até quinze anos. É isso que nos falta, uma política de viabilização da construção da infra-estrutura. E acho que esse é um dos pontos que mais deve nos sensibilizar para que possamos viabilizar a construção da infra-estrutura para o efeito a que ela se destina, que são todos esses outros serviços das tecnologias do novo século.

Uma coisa é se coibir o lucro excessivo de uma operação; outra coisa é a necessidade de se preservarem as margens. E, quando falamos em margem inferior a 12%, qualquer vírgula que se preserve é absolutamente essencial. Então, acho que o desafio que se coloca é: de que forma podemos fomentar, incentivar e produzir conteúdo nacional de forma a não onerar essa atividade econômica? Existem, sim, algumas formas sendo desenvolvidas pela própria operação TV a cabo. Os senhores sabem que foi TV a cabo que viabilizou uma série de canais, desde os Comunitários até canais como a **TV Senado**, a **TV Câmara**, todos eles de conteúdo extremamente importante para a comunidade. Eles foram viabilizados devido à existência de TV por assinatura, grande canal de divulgação dessas atividades.

Pois, bem, nessa mesma linha, um grande número de operadores – quando falo em operadores, refiro-me a operadores de cidades pequenas, de cidades de poder aquisitivo bastante reduzido – têm feito o quê? Têm fomentado e incentivado a produção local através da criação canais da comunidade local. Há vários exemplos disso, exemplos extremamente importantes. Temos um operador, por exemplo, que montou uma pequena escola de formação de apresentadores de televisão, de diretores de televisão, de programadores de televisão. Essa escola admite voluntários da comunidade, que dirigem a grade desse canal. Esse é o canal de maior audiência dessa operação local.

Por que? Porque trata dos temas e dos assuntos que interessam fundamentalmente àquela comunidade, tais como o jogo de futebol entre escolas. Essas são as informações que a comunidade não tem por qualquer outra fonte. A TV a cabo tem esta enorme vantagem: é, por definição, uma televisão segmentada. Ela se diferencia radicalmente da televisão aberta, porque, em vez de atingir mediamente um vasto público universal, ela atinge públicos localizados. Nos Estados Unidos, é comum que se tenha canais televisão que exibem golfe 24 horas por dia. Esse é um exemplo típico de segmentação. Existe um público específico para isso, e esse público específico compra o canal de golfe, porque está interessado em depois comprar bolas, uniformes de golfe e assim por diante. Então, a segmentação da TV fechada a transforma em um modelo de negócio completamente diferente da TV aberta.

Enquanto a TV aberta se remunera através de anunciantes, portanto, seus clientes são anunciantes, os clientes da TV fechada são assinantes. Essa é a remuneração da TV fechada. Existe uma pequeníssima parcela de remuneração também por anúncios, mas, no contexto geral, é muito pequena. Ela se remunera através da venda das assinaturas. Para vender assinatura, o produto tem que ser vendável e ter interesse mercadológico. É neste ponto que nossos interesses coincidem: os interesses da venda da TV por assinatura com o fomento da criação do conteúdo nacional. Nós precisamos dele. Não podemos onerá-lo com maior carga tributária. Precisamos ter a criatividade necessária. Existem algumas propostas que nosso setor desenvolveu e desenvolve, no sentido de procurarmos outra forma de fomento e de incentivo à produção nacional. Não creio que este seja o fórum adequado para se discutir isso, mas, na realidade, se pudéssemos ter ouvidos lá atrás, antes da formulação da medida provisória, quem sabe, pode-

ríamos ter contribuído de uma forma muito mais concreta, muito mais objetiva para encontrar uma forma de fomento e de incentivo à produção nacional.

Gostaria de, por enquanto, limitar a essa colocação. Depois, estarei à disposição para responder às perguntas dos senhores.

O SR PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra a cineasta Carla Camurati.

A SRA. CARLA CAMURATI – É um prazer estar aqui. Foi ótimo ficar ouvindo, antes de falar. Na realidade, o Valmir – que é representante da Cinemark e da Arteplex, que é um dos setores – mas, antes eu gostaria de dizer que, como cineasta, eu, de alguma maneira, ao longo do tempo, tenho desenvolvido e tenho atravessado todos os caminhos – desde a produção, a pesquisa, a exibição, a venda – e como acabei centralizando o meu trabalho, acabei conhecendo e estabelecendo relação com todos os setores da atividade cinematográfica que podemos ter e estar envolvido quando se faz um filme. Então, foi ótimo ouvir, porque temos uma queixa geral. Todos reclamam de um sentimento de abandono frente à criação de uma Medida Provisória. E falo: que bom que estamos todos, aqui, juntos, hoje, sentados e decidindo uma coisa importantíssima para o País que é uma política audiovisual séria. Tem muito dinheiro envolvido, quer dizer, o Brasil é um ótimo mercado, e podemos ter certeza. Acho que podemos ter certeza, também, porque quando vamos estabelecer regras para um jogo, sempre haverá pessoas insatisfeitas, de alguma maneira. Acho que não tínhamos outra opção. Sou a favor do que foi feito. Acho que, infelizmente, não tivemos outra opção a não ser esse mecanismo. Não participei de nada, e tomei um susto, como todo mundo; tenho coisas a reclamar, mas continuo achando que foi maravilhoso que isso tivesse acontecido no momento em que aconteceu, com todo o dinheiro que o País já investiu em cinema e em audiovisual, era o momento. Não dava para esperar mais um ou mais dois anos, mais conversa ou mais isso ou aquilo. Na realidade, isso tem que ser feito e é bom que os Parlamentares fiquem cientes de um mercado enorme que estava se desenvolvendo e crescendo sem que, politicamente, soubéssemos controlar isso direito.

Quando fico ouvindo o Alexandre ou o Valmir falar, eu pensava: Que legal, não é? Está bom para todo mundo, porque, de alguma maneira, o Valmir está muito bem. A Cinemark entrou no Brasil, conseguiu aumentar o seu número de salas, cada vez é maior, pretende abrir mais. Isso é muito bom para nós. O Alexandre também vê soluções. Na realidade, se nós, hoje, não temos um cabo maior é porque o Brasil não

produz programação brasileira a cabo, que aumente também o número de assinantes. Vejam onde fica a música no Brasil? Em que lugar está a música brasileira, no mercado internacional? Está entre os dez primeiros. Ela é brasileira. E a televisão aberta? Está entre as dez primeiras televisões. Por que o cabo e o cinema estão lá atrás? Na realidade, estamos atrasados numa produção brasileira. Quando o cinema tinha uma forte produção brasileira, ele tinha uma outra relação de bilheteria, tinha uma outra relação de público.

O interessante, hoje, do jeito como o mundo está, é recuperarmos um espaço que perdemos e não precisarmos perder o que ganhamos. Acho que o equilíbrio e a harmonia vêm exatamente dessa medida: alguém perde alguma coisa e todo mundo ganha, no final. Vamos, então, todos sentar – e eu brinco com eles, dizendo: Ok, gentel. Pode ir mexendo todo mundo na carteira. Não vai dar. Vai, todo mundo ponha a mão na carteira; alguma coisa teremos que pagar, para que, no futuro, tenhamos alguma coisa interessante. E é um mercado que dá para todo mundo; dá para todos os setores ganhar dinheiro e sobreviver; dá para fortalecer uma indústria brasileira que irá gerar mais dinheiro do que imaginamos. Isso é ótimo ouvir do Valmir. Ele fez, em um dia, a R\$1,00 só filmes brasileiros; há ali 136 mil espectadores, em um dia, só nos cinemas dele. Temos nas nossas mãos uma coisa boa e muito forte e que nós, agora, temos que chegar a esse consenso de harmonia. Penso que, talvez, na Ancine – que era uma coisa sobre a qual os Srs. Parlamentares poderiam pensar quando forem fechar isso – é que alguns setores, dentro do campo maior da produção, não foram pensados, independente de em quanto se vai taxar a TV a cabo. Sobre isso teremos que taxar. Acho que a TV aberta tem que voltar para se negociar. Não dá para ela sair; infelizmente, não dá. Foi um chute errado. Pediu-se muito, alguém foi lá e conseguiu tirar na última hora. Não dá. A tevê aberta tem que entrar. É horrível, é péssimo dizer isso, cria constrangimento, mas é uma concessão nossa. Ela tem que entrar, não para derrubar, não para atrapalhar. Mas, vamos lá, sentemos à mesa e acertemos alguma coisa aqui. Por princípio, tem que entrar. Não podemos estabelecer algo desse tamanho e ter TV aberta de fora. Não existe essa chance.

Em se tratando de produção, foi um erro político tirar a Lei Rouanet para produção de filmes. Se a lei do audiovisual, em alguns anos, não mudar essa relação de investimento, dificilmente teremos pessoas investindo em cinema sem um retorno excessivo. Se se investe, o retorno é de 110%. Então, se se investe

R\$100 mil, o desconto no Imposto de Renda é de R\$110 mil e ainda se tem direito à bilheteria.

Esse equilíbrio não educa direito numa política mais ampla. Segundo a Lei Rouanet, para investir em um projeto, a pessoa tem que colocar 20% de dinheiro próprio; para isso, precisa acreditar no projeto, e aquilo não é só um benefício. Numa política a longo prazo, não seria interessante perdermos isso. Como é que jogamos esse jogo a vida inteira se queremos criar algo completamente independente? A vida inteira vai ter 110% de retorno. Isso é complicado e deveria ser pensado a longo prazo.

Em relação a cuidar do nosso acervo, é importantíssimo que faça parte da Ancine, já que estamos pegando dinheiro de todo mundo para criar e melhorar a política audiovisual. Cuidar do acervo brasileiro de imagem é um dos aspectos mais importantes hoje.

Como os meus filmes são sempre relacionados com história, com pesquisa, conheço muito as cinematecas. Conheço a Cinemateca Brasileira, conheço o MAM, mexo em arquivo, vou lá pegar lata de filme. Eu tinha vontade de fotografar e mostrar aos senhores, pois sei que não vão acreditar no estado que se encontram nossos arquivos de imagem de quarenta, cinquenta anos atrás. Tudo que o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – do Governo Vargas fez no Brasil está estragando, apodrecendo. É a nossa história ruindo, o que me deixa transtornada; já peguei em lata que desmancha. Quando se vai abrir a lata, ela está desmanchando, acabou, não vamos mais ter aquela imagem. Isso é algo que deve ser cuidado. Graças a Deus, a BR, este ano, investiu R\$500 mil e conseguiu terminar as obras da Cinemateca.

A tendência do mundo é pensar no presente, é o filme que vai ser produzido amanhã, é a TV que está emitindo, enfim, é tudo hoje. Mas temos que aproveitar este momento e fazer um esquema diferente. Por exemplo, uma determinada verba da Ancine vai para cuidar do acervo. Não adianta produzir filme se não temos onde guardar. É muito engraçado, porque aqui diz que toda produção nacional tem de fornecer uma cópia para ser armazenada. Onde? Vamos armazenar isso onde? Não temos como cuidar de um acervo de imagem. Isso é crucial e deveria ser colocado ali.

Os laboratórios e as pessoas que locam equipamentos no Brasil devem ser pensados dentro da Ancine. O Brasil, durante muitos anos, sempre privilegiou de alguma maneira quem vem de fora. Sentimo-nos mais patinhos feios do que somos, então sempre oferecemos boas condições aos de fora. Sem querer ser pretensiosa, humildemente, considero que temos um mercado muito interessante e devemos privilegiá-lo e

regulá-lo de maneira que consigamos preservar totalmente a possibilidade do nosso mercado, sem extinguir o de fora. Então, tem que haver taxação para todo mundo, e quem vem de fora tem que ter um pouco mais. É chato, mas não é para destruir, para implicar. Não quero ser contra, nada pessoal, não sou xiita. Vamos criar uma harmonia. Se todo mundo tiver um mínimo de consenso, este é o básico: ganha mais, paga mais. Qual é o problema? Não pode ser igual. Democracia não é todo mundo pagar igual; é quem ganhar mais pagar mais. Se está ganhando “zilhões”, paga um pouco mais. Não está ganhando nada, paga um pouco menos. É muito básico para que soframos. Se chegarmos a um mínimo de obriedade até – eu diria –, fecharemos todas essas relações com mais facilidade.

Então, concluindo esse tema dos laboratórios e da importação de equipamentos, hoje, para se baixar um custo de produção, esse tipo de segmento tem que ser pensado, como é que se importa isso. Da mesma maneira com que queremos fundos para produzir – e estão-se taxando algumas coisas –, para outras coisas deveria ser eliminada ou diminuída a taxação, como para fomentar a indústria como um todo e entrar equipamento, com certeza. Portanto, é preciso ter jogo de cintura, para que respiremos, para que as coisas não sejam destruídas.

Pessoalmente, acredito que este é o momento mais importante que estamos vivendo e não devemos desperdiçá-lo com lamentações. Não devemos também tentar fugir do inevitável. Deveríamos aproveitar por sermos nós, hoje, em 2001, a resolver isso e fazer um mercado mais interessante para daqui a pouco, sem ter medo.

Creio que os Parlamentares têm que saber que vão sofrer muitas pressões e têm que suportá-las com consciência. No fundo, pelo que observo, não foi tão trágico, tão horroroso. A coisa está começando a se desenhar.

Foi chato. E o que virá no futuro? Isso vamos ver; só Deus sabe. Nossa! Temos passado por cada coisa do futuro que virou presente que é uma loucura! É melhor ficarmos no presente e resolvermos isso da melhor maneira.

Não se pode prejudicar a TV a cabo, acabar com ela. Mas, na hora em que – como o Alexandre mesmo disse – ela tiver uma produção brasileira mais forte, mais gente fará assinaturas. Por que quem só fala português assinaria cabo hoje? O que adiantaria assistir à CNN em espanhol? Para mim adianta, é ótimo, eu adoro; é a única TV a que eu assisto. Mas, na realidade, ela tem uma incoerência; ela tem que começar

a investir na produção nacional e, naturalmente, o lucro dela vai ser maior. O sentido que estamos tomando é altamente positivo.

Então, é uma questão de tempo e de aproveitar este momento para adequações, para todo mundo se convencer que vai ter que entrar e vai ter que pagar.

Não podemos deixar ninguém de fora. Podemos resolver todas essas questões, porque não é intuito da Ancine, nem de nenhum cineasta ou produtor, que não existam cinemas, que não exista TV a cabo, que não se produza. Ninguém está aqui para isso. Agora, todo mundo tem que entrar.

Era isso que eu queria falar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra a Diretora da Associação Brasileira das Empresas de Infra-estrutura Cinematográfica e Audiovisual, Sílvia Rabelo, por 15 minutos.

A SRA. SÍLVIA RABELO – É uma pena que a Carla não tenha ficado por último, porque ela já fez um grande fechamento, inclusive defendeu a própria infra-estrutura. Eu preferiria ter falado antes dela. De qualquer maneira, em primeiro lugar, quero agradecer exatamente a oportunidade de poder estar explanando aqui a questão da infra-estrutura da atividade cinematográfica.

Da mesma forma que o meu colega Valmir – que começou fazendo uma pequena diferenciação –, eu gostaria também de falar sobre o conceito de indústria de infra-estrutura.

Ao lermos a medida provisória, em um primeiro olhar, parece que a indústria cinematográfica está amplamente amparada nisso. No entanto, se formos pensar em termos de infra-estrutura, a medida provisória é absolutamente omissa, por uma pequena confusão de conceitos, no meu entendimento.

Portanto, dividiria a infra-estrutura cinematográfica em dois segmentos: as indústrias que atuam durante a feitura da obra cinematográfica ou similar, que são as empresas fornecedoras de negativos, de iluminação, de câmara, de sonorização, todas aquelas empresas da infra-estrutura que acompanham a feitura da obra. O outro segmento é aquela indústria que revela, copia, finaliza, insere efeitos especiais e transforma o sonho da Carla naquilo que você vê na tela do cinema, é a janela que exhibe.

Sem a infra-estrutura que propiciaria a transformação desse sonho do cineasta na projeção, na tela, a indústria cinematográfica não existiria, e eu tenho observado, ao longo das discussões do cinema, que, invariavelmente, quando se fala em indústria se fala em produção, distribuição e exibição, supondo-se

que, nesta produção, estaria incluída a infra-estrutura, mas ela nunca é incluída nessa discussão, até porque, também, como a exibição, a infra-estrutura brasileira é uma atividade privada. Não tem subsídio de natureza nenhuma.

No segundo ponto, falo que as referências da medida provisória à indústria cinematográfica são absolutamente inexistentes. Mesmo quando se fala na destinação da Codecine, ela vai ao Capítulo III, fala do Fundacine. No Fundacine há uma pequena observação também para a infra-estrutura técnica, quer dizer, se sobrar algo irá para a infra-estrutura técnica no terço do terço do terço.

Penso que, onde se lê indústria cinematográfica, melhor seria produção cinematográfica, porque ela não analisa essa questão da infra-estrutura.

Preocupa-me a formação do Conselho Superior de Cinema, o qual tem sete representantes do Governo e cinco da iniciativa privada, representantes da indústria. Será que a infra-estrutura será lembrada na composição desse Conselho?

Historicamente, pelo que se vê, também não será lembrada e até a presença dessa Associação, aqui, hoje, nesta audiência, é um fato inédito. É a primeira vez que o Poder Público realmente está ouvindo a indústria da infra-estrutura.

Vou fazer, agora, um pequeno paralelo na questão do tratamento constitucional dado à cultura. A carta política veda tributação sobre determinados fatos geradores, considerando a excelência da matéria a qual se refere. São as chamadas imunidades tributárias. Especificamente a cultura foi contemplada no Diploma Maior, no art. 150, que diz:

Art. 150. Sem prejuízos de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI- instituir impostos sobre:

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Obviamente que a intenção da lei não é proteger o livro, o jornal, e, sim, salvaguardar valores de cultura, educação e divulgação. A imunidade dos livros, jornais e periódicos tem, por fim, assegurar a liberdade de expressão do pensamento e disseminação da cultura.

Nesse mesmo diapasão, poderia dizer que se encontra a atividade cultural cinematográfica e sua indústria de infra-estrutura, a requerer matéria-prima

de altíssimo custo, as películas e os equipamentos são – vou dizer – não 100%, porque alguns produtos químicos já são fabricados no Brasil, mas diria que 94% dos impostos da infra-estrutura são de importados, sofrendo uma carga tributária expressiva que vai de 20% a 120%.

Uma lâmpada chega ao Brasil para iluminar um set 120% mais cara do que sai na fonte nos Estados Unidos. Então, entendemos que a atividade da infra-estrutura deva merecer um tratamento semelhante. Não é isenção, mas pelo menos um alívio nesta carga tributária. Isso pode se fazer de várias maneiras.

Ainda há a questão dos benefícios fiscais, porque tanto a lei do audiovisual, como a Lei Rouanet, como a nova, esses novos recursos que serão destinados visam, precipuamente, à produção, ou seja, à feitura de filmes. Não há destinação específica para a questão da infra-estrutura, e falo a vocês com clareza que a nova política do cinema brasileiro prevê que, em 2010, o Brasil estará produzindo 100 filmes por ano. Essa meta é ousada e, sinceramente, espero que seja alcançada. Contudo, considero difícil fazer a mesma previsão para a nossa infra-estrutura, se essa não receber um tratamento diferenciado. Não temos condições de dar atendimento, ao mesmo tempo, a 100 produção, em termos de equipamentos, não digo de laboratórios, mas de iluminação, de câmeras e dos demais segmentos.

Pergunto-me: como investir na modernização do parque industrial se a nossa atividade não gera recursos suficientes para serem aplicados? Setenta por cento dos meus custos representam meus insumos. Desses, mais de 90% são importados. Com os restantes 30%, tenho de fazer o pagamento da folha de pessoal e todos os impostos internos.

A indústria de base é geradora de empregos contínuos, enquanto uma produção cinematográfica gera empregos durante a execução da obra. Então, quando um filme é produzido, há geração de uma série de empregos apenas no período em que o filme está sendo produzido.

Sou presidente de um laboratório e, havendo ou não filmes sendo produzidos, meus custos são fixos, e tenho que honrar, todos os meses, o pagamento da folha e o recolhimento dos impostos. Penso que esse problema precisa ser resolvido.

Ainda temos mais uma questão grave. O dinheiro usado na produção cinematográfica, em sua maioria, vem de incentivos. Os recursos oriundos da Lei do Audiovisual e da Lei Rouanet vêm da renúncia fiscal do Governo e considero um absurdo o produtor usar

esses recursos oriundos da renúncia fiscal para remunerar operários estrangeiros, alegando que o nosso parque industrial não é tecnologicamente avançado para atendê-lo. A indústria brasileira reivindica que o dinheiro proveniente desses incentivos não seja usado na finalização do filme no exterior, mas que isso ocorra em empresas brasileiras. Nunca ouvi ninguém falar disso, a não ser o Conselho da BR, em que, graças à influência da Carla Camurati, foi instituído o apoio a projetos finalizados no Brasil. Temos de ter essa preocupação, porque o Governo renuncia a uma série de recursos para incentivar essa indústria e esses recursos são usados no pagamento de operários americanos, sob a alegação de que os laboratórios brasileiros não têm a menor qualidade.

Hoje em dia, posso afirmar, sem nenhum medo de errar, que o produtor ou o cineasta brasileiro só vai finalizar seu filme no exterior se quiser, se for da sua preferência. Contudo, não considero correto que o faça com dinheiro oriundo de incentivo. Se estou usando meu dinheiro, posso concluir meu filme onde quiser. Mas, se os recursos vêm de incentivos, penso que esses deveriam ficar no parque industrial brasileiro. Nossa infra-estrutura está plenamente apta a fazer todos os tipos de serviços de finalização de cinema, sem exceção, já que os laboratórios e as finalizadoras têm equipamentos de última geração.

Especificamente no caso dos laboratórios, precisamos de linhas de crédito, de longo prazo e com juros palatáveis para que possamos fazer a reciclagem desses parques. Nossas máquinas são antigas e, hoje, o trabalho é realmente consolidado na genialidade dos seus próprios técnicos. Temos trabalhadores de altíssimo nível que se empenham, criam e resolvem problemas dos nossos cineastas que, dificilmente, seriam resolvidos em laboratórios do exterior. Por isso, entendo que a indústria precisa ser contemplada nessa política de cinema como um todo, não podendo ser simplesmente esquecida.

No trabalho que trouxe, fiz um longo levantamento de todas as vezes que a indústria é citada e em que deveria ser citada, incluindo a infra-estrutura. E, ao final, fiz um pequeno exercício da incidência de impostos sobre quatro ou cinco produtos nossos, para se verificar que, se já é caro lá fora o material, quando ele chega aqui dentro, chega a um preço absurdo. Se ele fala em sete ou oito anos de retorno de capital, se você importa um equipamento de última geração, é no mínimo de dez a doze anos o início do retorno do investimento, para se poder pensar em algum lucro.

Então, essa é a questão básica da indústria de infra-estrutura: que ela seja vista e incluída nesse

grande estudo que se está fazendo na implementação de uma política cinematográfica como um todo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Vamos, portanto, passar para a fase de debates. Cada Senador tem três minutos para formular suas perguntas e o convidado tem três para responder, mais um minuto de réplica do Senador e mais um minuto de tréplica do convidado.

Passamos a palavra, em primeiro lugar, a um dos autores do requerimento de convocação desta audiência pública e Vice-Presidente da Comissão, Senador Roberto Saturnino.

A SRA. MARINA SILVA (BLOCO/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (BLOCO/PT – AC) – Sr. Presidente, peço desculpas, mas é que tenho agora uma entrevista que já estava agendada e tenho que honrar esse compromisso. Mas pretendo concluir para retornar para poder participar do debate, pedindo desculpas a S. Ex^{as} e também a meus colegas por não ouvi-los.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG) A agenda de todos nós é apertadíssima.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e convidados, não vou propriamente formular perguntas, mas acho importante fazer alguns comentários por tudo o que estou ouvindo aqui. Acho que foi extremamente importante essa iniciativa nossa de produzir esse debate, porque nós, Parlamentares, não gostamos de medida provisória, não gostamos de nenhuma iniciativa que venha coberta com certa dose de reserva e de sigilo. O nosso *métier* é o debate transparente, público, a votação transparente, então em princípio também não gostamos disso. Entretanto, somos obrigados a certos reconhecimentos. Primeiro, de que havia urgência de uma decisão, de uma pré-formulação de política, que fosse, porque o mecanismo existente está visivelmente em desgaste e o cinema brasileiro conseguiu uma nova fase de ascensão, mas corre o grave risco de perder esse impulso se não for tomada uma medida imediata nesse sentido.

Sabemos que as decisões de âmbito parlamentar, pela sua natureza, exatamente porque requerem grande tempo de debate, em geral, demoram e reconhecemos que era preciso tomar essa medida imedi-

ata. Por isso aceitamos, com a nossa reserva, a medida provisória.

Agora temos tempo para revê-la e exatamente procedendo a debates, auscultando, ouvindo, estudando e analisando as objeções e sugestões trazidas. Temos que reconhecer também que, embora setorialmente, aqui e ali, tenha havido objeções – e algumas graves –, como é o caso da TV fechada, da TV por assinatura, de um modo geral, a aceitação foi boa, na média, sugerindo correções aqui e ali a que podemos proceder com o tempo, escutando as sugestões que são trazidas.

Concordamos em que há alguns riscos que precisam talvez de uma revisão mais rápida. Exatamente porque a aceitação situou-se num nível medianamente bom ou razoável, há um sentimento, que sinto aqui no Congresso Nacional e sinto escutando as pessoas envolvidas no setor, do tipo: “Não vamos alterar nada, vamos deixar isso funcionar um ou dois anos, para depois alterar”. Agora, nós, Parlamentares, temos a responsabilidade de analisar esse fato e verificar a necessidade ou não de algumas correções imediatas em função de resultados que podem ser catastróficos. Um exemplo é a questão da TV fechada, por assinatura.

Estamos dispostos a ouvir sugestões. Eu apreciaria muito se o Sr. Valmir Fernandes* nos trouxesse propostas concretas e solicito ao Alexandre que faça o mesmo.

Queremos exatamente analisar se é possível uma negociação no sentido de reduzir parte dos encargos sobre a TV fechada e aumentá-los quanto à TV aberta, que precisa entrar nessa competição. Estou de pleno acordo com isso. Não há razão para deixá-la de fora. Algo também deverá ser pago por ela – e é importantíssimo que esse acerto seja reconhecido e negociado política e transparentemente.

Há vários meios de ajudarmos a TV por assinatura a construir a programação local. Como é possível isso? Vamos entrar em pontos concretos a respeito das possibilidades de, nessa correção, introduzirmos mecanismos eficientes que a ajudem a construir mais rapidamente o conteúdo nacional.

Também concordo plenamente com a Sílvia no sentido de que o setor de infra-estrutura foi relegado. Apareceu uma menção nos fundos, que constituem exatamente aquela fonte de receita que consideramos mais duvidosa. Não sabemos como funcionarão esses fundos, que tipo de aceitação terão ou como entrarão no mercado. Nesse ponto, surgiu a infra-estrutura. Acreditamos ser necessária a criação de linhas de crédito, um certo apoio efetivo do Governo

para que essa infra-estrutura se atualize, modernize-se e possa prestar um serviço muito importante para assegurar a completitude do setor. Não sei quem se referiu a esse assunto – talvez o Sr. Valmir ou o Sr. Alexandre –, alegando certa predominância do viés cultural sobre o econômico. Queremos corrigir esse fato, que, de certa forma, até admitimos ser natural.

O prestígio da indústria e da atividade cinematográfica é essencialmente cultural, importantíssimo e fundamental. Entretanto, não podemos esquecer que essa atividade não ganhará a dimensão que precisa se não tiver a sua base econômica sólida. A base econômica está muito plantada sobre a infra-estrutura – evidentemente, não é só isso –, a produção de geração de renda, de emprego e de riqueza para o País.

Sr. Presidente, são essas as minhas ponderações. Não tenho propriamente nenhuma indagação a não ser um pedido de sugestões concretas por parte, por exemplo, da TV fechada, por assinatura. Reconhecemos que, talvez, o único ponto de urgência na correção dessa medida provisória – para não seguir totalmente o caminho de deixar funcionar por dois anos para depois examinar o que acontece – seria o da TV por assinatura e também a questão da infra-estrutura.

Vejamos se há propostas concretas em relação a essas duas questões para que possamos introduzi-las na votação da medida provisória e, assim, fazer a experiência por dois anos para ver o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra à Sr^a Sílvia Rabelo, que deseja falar a respeito das considerações do Senador Roberto Saturnino.

A SRA. SÍLVIA REBELO – Não me ative à leitura.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG – Senador Roberto Saturnino, agradeço as suas considerações. Realmente, ninguém, em sã consciência, pode ser contra o objetivo dessa medida provisória. Claramente, os seus objetivos são os mais louváveis. O grande problema é que não se pode vestir um santo desvestindo outro. Nesse caso, precisamos ter a habilidade e a consciência de equilibrar as fontes de recursos para viabilizar uma indústria que não seja em detrimento de outra.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para um fato: a indústria é de distribuição de conteúdo – a nossa indústria, a do operador de cabo –, não de produção de conteúdo. Funcionamos como uma espécie de super-

mercado, que compra no atacado e vende no varejo, sendo as margens muito restritas. Qualquer variação de margem, nesse caso, simplesmente derruba a atividade econômica, porque as margens com que os supermercados funcionam são medidas em 1%, 2% ou 3%.

Na distribuição de conteúdo, não é muito diferente disso, por isso devemos ter muito cuidado nesse equilíbrio, que, como disse a V. Ex^{as}, ainda é extremamente precário.

Fomos pegos muito de surpresa pela edição da medida provisória. Não participamos, em momento algum, de nenhuma avaliação ou conversa. Estamos, nestas últimas semanas, nos dedicando de corpo e alma a tentar encontrar sugestões e propostas – muitas, inclusive, já foram até mencionadas pelo próprio Sr. Valmir, exatamente na linha daquilo que ele apresentou. Faço questão de que, com a rapidez possível, encaminheemos a esta Comissão o nosso documento de propostas concretas, que são realmente no sentido de louvar o escopo da medida provisória, mas tentando encontrar um equilíbrio que hoje inexiste, o que é muito grave, porque, se não corrigirmos essa situação, não há como viver um ou dois anos experimentando. Não se vivem dois meses experimentando com essa carga tributária criada. Isso é muito grave, é catastrófico.

A SRA. CARLA CAMURATI – Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra à Sr^a Carla Camurati.

A SRA. CARLA CAMURATI – Sr. Presidente, desculpe-me, mas insisto novamente nesse assunto, porque, para mim, é muito importante que não seja só em relação à TV a cabo, a TV aberta também deve entrar. Não se pode começar essa política sem que a TV aberta, de alguma maneira, esteja junto conosco. Não importa se ela será ou não o ideal.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Não participamos também em nada da elaboração desse projeto, mas chegavam notícias frequentes de que a TV aberta também estaria presente. De um dia para outro, em 24 horas, ela sumiu.

A SRA. CARLA CAMURATI – Ela sumiu, porque talvez houve um erro político. Pediu-se demais, taxou-se demais, alguma coisa aconteceu e o gato sumiu.

De qualquer modo, todo mundo chora – não quero referir-me ao Sr. Alexandre. Cada vez que eles falam, eu venho e peço para não se impressionarem. Um vai chorar, o outro também. Sinceramente, quem

pode melhor ficar chorando é a Sílvia. A TV aberta não pode falar nada, deve apenas sentar-se à mesa para negociar. A TV fechada passa alguma coisa difícil aqui e acolá, mas, de qualquer maneira, é um segmento que tem dinheiro investido e que recebe. Diz-se que está fechando, que não conseguiu ganhar, que poderia ganhar mais. Evidentemente, sempre se pode ganhar mais. No entanto, é importante que todos entrem e participem e que ninguém esteja fora da contribuição.

Primeiramente, insisto sempre no acervo. Em segundo lugar, em não deixar ninguém ficar fora dessa contribuição. Não podemos dar essa chance, que tende somente a ser pior. Não se deve estrangular ninguém, não se deve acabar com ninguém, ouvir todos, ou seja, o equilíbrio é a melhor coisa.

Vão sofrer? Vão, mas vão sofrer sobrevivendo. O importante é termos essa consciência de que será difícil e que todos chorarão. No meio de cinema, do **boy** ao maior produtor, todos choram e reclamam. Brinco, falando para pararem de reclamar. Mas só reclamam. É uma coisa compulsiva a reclamação. Quando se começa a reclamar, não se termina mais. Então, temos que lidar com isso e achar harmonia para não perdemos, no meio de tanta reclamação, o objetivo final; caso contrário ficaremos presos somente na reclamação.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG – Se permite, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG – Não se trata de deixar de ganhar mais, no nosso caso, mas de perder menos. Este é o grande problema: ainda somos uma indústria deficitária. Isso é que é grave. Somos uma indústria que está investindo em uma infra-estrutura de longuíssimo prazo e ainda não apresentou um resultado positivo. Então, não se trata de deixar de ganhar mais, mas de perder menos no investimento e na construção dessa infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra para tecer considerações sobre o que falou o Senador Roberto Saturnino, o Sr. Waldir Fernandes.

O SR. WALDIR FERNANDES – Obrigado. Temos uma certa tranquilidade ao percebermos que existe um entendimento muito grande do processo em si e da situação. Para nós, é importante entender que o interlocutor conhece o segmento e, conseqüentemente, está formando opinião com base em fatos concretos.

Diante disso, se a possibilidade aventada pelo Senador, ou seja, a tendência a testar vier a ser um

caminho, obviamente com algumas possíveis alterações que sugerimos e que o pessoal da TV por assinatura vai sugerir em termos de infra-estrutura, acredito na necessidade muito grande de que tentemos pelo menos limitar a tentativa ou teste àquilo que está definido, com algumas modificações.

A minha preocupação, Senador, refere-se à possibilidade de que, nesse período, se defina uma nova regulamentação. E por quê? Porque a autonomia que se está criando pode levar a que, à revelia ou sem uma sujeição ao Governo, se crie a regulamentação da regulamentação, porque são vários artigos. Aqueles já estão escritos e já conhecemos. Então, a reação é uma. Mas a minha preocupação é com relação àquilo que poderia ser criado. Logo, com a possibilidade dessa vir a ser aquela que vamos visualizar, além dessas modificações, julgo relevante que se restrinja um pouco, porque a extrapolação do poder é que nos preocupa.

Nesse sentido, pediríamos aos Parlamentares que limitassem isso para que, supondo-se que alguém observe um dano ou que haja um risco potencial, este não seja aumentado ao longo do período. Essa é a preocupação que temos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O Senador Francelino Pereira inspirou a criação da Comissão Provisória do Cinema, que funcionou no âmbito da Comissão de Educação do Senado, nos anos de 1999 e 2000, e da qual surgiu a idéia da criação desta Subcomissão do Cinema, da Comunicação Social e da Informática, agora de caráter permanente.

Concedo a palavra ao Senador Francelino, que foi inclusive Relator da Subcomissão Temporária do Cinema.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Gostaria de externar a minha admiração e meu respeito ao Sr. Alexandre Annenberg. Elogio seu perfil, sua clareza, sua imagem de sueco ou norueguês. Um abraço carinhoso em nome das montanhas de Minas a Carla Camurati, que fala com os olhos, com o nariz, com as mãos, com os pés e, sobretudo, com o coração e, mais do que isso, com a sua inteligência. Você vai longe, menina! Quero também dar um abraço cordial ao encanto da Sílvia Rabelo, que vi há pouco no Rio de Janeiro – não a conhecia. Por ser bela e encantadora, fiquei com medo de me aproximar da beleza, mas me aproximo da minha admiração. Por último, um abraço ao Waldir pela contribuição que trouxe ao nosso debate.

Vou ser breve. Tudo tem um instante, tudo tem um **timing**. Precisamos identificar o momento por que

surgiu essa história. O que era cinema? Cinema é lazer, cinema é brincadeira, começamos a perceber uma certa profundidade e densidade na expressão “entretenimento”. De certa forma, quando eu estava coordenando a construção do Centro Cultural Banco do Brasil* do Rio de Janeiro, que é a menina dos meus olhos, e vou lá só para admirar aquela construção, da qual participei ao lado de Oscar Niemeyer*, de Roberto Burle Marx e de Lúcio Costa, naquele momento houve um instante em que nós, visitando aquele prédio, alguém falou: “Isso aqui deve ser um centro cultural”. O Camilo Calazans me perguntou: “Francelino, você topa?” Eu era vice-presidente do Instituto. “Topo”. E fiz, e está lá. É o orgulho do Brasil, o maior endereço cultural do Rio de Janeiro. Tentei fazer um em Belo Horizonte. Não consegui. Brasília já o tem, São Paulo já o tem.

Cinema: cinema no Senado Federal, cinema na Câmara dos Deputados, cinema no Congresso Nacional, lazer, brinquedo, por que se tratava desse assunto? Então, houve um instante para não esquecer nunca mais, Silvia Rabelo, ajude-me no tratamento da intimidade. Houve um instante em que nós, que acompanhamos o futebol quando vem a Copa, nós, que acompanhávamos cinema quando surgia uma Copa no cinema, o Oscar, veio a **Central do Brasil** e nela embarcamos. Fizemos uma carta. Conversei com o Ministro da Cultura, que é Francisco Weffort, meu amigo, no dia quando, ao lado da Celina Vargas, doávamos ao Museu da República o acervo de Getúlio Vargas*. E ele disse no avião, sabendo da nossa idéia: “Faça, abra o debate. O Governo é fechado. O Governo tem uma estrutura. Eu não posso criar problema com Pedro Malan. Eu não posso criar problema sequer com Everardo Maciel”.

Então, o Senado Federal é uma Casa aberta, quase toda de vidro, aqui não tem segredo, não adianta roubar, porque todo mundo fica sabendo que roubou, a verdade é que aqui ninguém é burro, todo mundo é inteligente, e estamos aqui para representar o Brasil, e eu estou aqui representando 18 milhões de mineiros, de 853 cidades, e que fez de Belo Horizonte a sua pátria, a minha patriazinha, que é a maior pátria do Brasil. Primeiro um projeto: projeto tarifa? Não, não dá certo. Isso não é um problema meu, é um problema de todos. E partimos, ao lado do meu xará – Saturnino rima com Francelino – e amigo escritor de quem eu leio o livro, para a criação da Subcomissão Permanente de Cinema, Audiovisual e Informática* aqui no Senado Federal, e a coisa pegou; pegou fogo, e fogo de morro acima, que é fácil, mas fogo de morro abaixo, também.

Amanhã ou depois vai sair a publicação de um livro chamado **O Povo do Cinema**, e lá na segunda página, com uma certa preocupação com Valmir Fernandes*, a Agência Nacional do Cinema na segunda página, não na primeira. Esse **O Povo do Cinema** é um livro que documenta toda essa peleja nossa, da Comissão do Senado Federal, para a criação, o desenvolvimento e a projeção e o tomar conta do assunto cinema no Senado da República. Amanhã ou depois desta semana ainda sai todo o relatório, palavra por palavra, de todos os membros da Comissão e das 26 audiências públicas que realizamos aqui sobre cinema, audiovisual e a Lei Rouanet.

Em certo momento, fiquei preocupado de dizerem “o Francelino agora não é mais político e, sim, cineasta”. Não sou cineasta de modo algum, mas até que somos, porque no Brasil todos têm que fazer cinema, porque é o próprio cinema na vida. Ocorre que a Comissão foi criada e a preocupação era de ordem ideológica. Afastamos, conversamos, discutimos e chegamos, afinal, à medida provisória.

Tal como se falou, a elaboração dela foi 99,9% fechada. Eu mesmo, Senador da República e ex-governador de Minas Gerais, e mais do que isso, ex-vereador de Belo Horizonte, tentei conversar com os auxiliares por entender que não era possível que se elaborasse a medida provisória e eu não tivesse conhecimento.

A Tatiana falou com a Juliana, que falou com a Maria, que falou com o João, até que, quatro ou cinco dias depois, o nosso parente me telefonou de São Paulo dizendo que eu não tivesse preocupação porque tudo ia correr muito bem. Eu sabia, por intuição – em Minas falamos pouco e intuímos mais e, assim, sabemos mais e por isso temos a capacidade de entender até o silêncio das montanhas – que a medida ia sair. A medida provisória, o horror.

Em quatro anos de Vereador, tinha seis anos de Deputado Federal, tudo por Minas Gerais, cinco anos de Presidente do Banco do Brasil, um ano de Presidente da Acesita e agora seis anos de Senador e vem mais mandato.

Tudo isso discutíamos na perspectiva de que efetivamente o assunto se tornasse sério, mas digo para vocês uma realidade: a de que eu sabia que a medida viria, porque houve uma modificação na elaboração e expedição das medidas provisórias combatidas pela opinião pública brasileira, que não foi informada de que o não-andamento célere, a multiplicação ou a reedição das medidas provisórias resultavam muito mais da incúria do Senado da República e da Câmara dos Deputados, que não as examinavam

porque elas já haviam sido baixadas e entravam em vigor e discutiam o que se estava discutindo.

O certo é que fiz parte de várias Comissões e nunca ninguém compareceu, somente se votava e vota-se. Assim, mudamos por culpa de nós mesmos e do Governo também. É bom falar do Governo e mal. A medida provisória foi baixada e houve um clamor contra ela. Talvez inspirado pelo Almir e por muita gente, mas, com a nossa intuição, percebíamos que a medida provisória era extremamente necessária.

Ao Senador Roberto Saturnino, que vocês admiram – Prefeito, Senador, inteligente, competente, honrado, melhor do que eu, maior que nós todos –, se eu perguntasse, no silêncio de Brasília, o que S. Ex^a preferiria – e não perguntarei nunca –, ele preferiria a medida provisória para criar um fato, para acabar com o silêncio, para acabar com o tumulto. Gilberto Gil, que adoro – cito **Eu, Tu, Eles** –, foi Vereador em Salvador. Estou falando demais?

O SR. (Não Identificado.) – Não.

O SR. **FRANCELINO PEREIRA** (PFL – MG) – Sou o mais novo aqui.

O SR. **PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Mineiro não fala.

A SRA. **MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está se contradizendo: mineiro não pensa.

O SR. **FRANCELINO PEREIRA** (PFL – MG) – Pois bem. Gilberto Gil chegou à conclusão de que a política é uma arte marcial. Arte marcial, meu caro Alexandre, é o que praticamos na vida política. Na política devemos ter um adversário e devemos matá-lo, derrubá-lo. É assim que ocorre no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em qualquer lugar do mundo. E por que uma arte marcial? Devemos ter um adversário, devemos matá-lo. Gilberto Gil não conseguiu fazer isso. Ele nasceu para cantar. Cantar o amor do Rio, janeiro, fevereiro e março. E deixou de ser Vereador. Mas nós aqui não podemos sair. A política, segundo o contrerrâneo de meu Presidente – que está à minha frente –, **Petrônio Portella***, é a mais nobre das atividades humanas, por isso estou nela. Quase trinta anos de mandatos, apenas um no voto indireto, o último, graças a Deus, por haver contribuído de forma decisiva, ao lado de **Ernesto Geisel***, para acabar com a ditadura militar no Brasil. Contribuí, decididamente, em nome de Minas Gerais e dos mineiros.

Afinal de contas, hoje é um dia de comemoração. Estou diante de V. S^{as} para discutir algo que já existe. Uma medida provisória era necessária. Do contrário, cairia no ritual novo, e seria muito mais difícil, muito mais complicado. E o ritual antigo, no mo-

mento, teve de ser adotado para salvar a tramitação de hoje. Alí está, portanto, a razão de nossa presença no cinema. Começou com **Central do Brasil**. E Deus permita que o filme de Walter Sales, **Abril Destroçado**, não venha a destroçar nossa imagem. Saúdo aqui **Carlota Joaquina** e **Copacabana**, na pessoa de **Carla Camurati***.

Em razão de todas as complicações, sou obrigado a assistir a filmes bons e ruins. E fui buscar colaboração em todos os lugares, inclusive em Ouro Preto, de onde veio uma formanda, aqui presente, em História, pela Universidade Federal de Ouro Preto, a cidade mais encantadora do Brasil, porque deu liberdade, nacionalidade e independência ao País, no silêncio das montanhas de Minas Gerais. Estamos diante de um fato. Graças a Deus, chegou a medida provisória. Ela não sairia nunca, principalmente dentro desse outro ritual. E estamos aqui, agora, para discutir. Imaginem quando se instalar a Comissão Provisória. Imaginem o que se passa na cabeça de muitas pessoas: quem será ou não diretor? O Presidente já sabe quem é. Os brasileiros gostam disso. Nós, em Minas Gerais, fazemos mais pela intuição do que pela falação e pela “fulanização”.

Hoje, estamos aqui exatamente comemorando com a maior alegria, porque foi lançado um marco zero. E V. S^{as} estão diante de nós. Aqui não está o Senado Federal todo, porque, às oito horas da manhã, eu participava de uma comissão, às dez horas participava de outra a respeito da reforma do Poder Judiciário, uma calamidade no Brasil; depois vim para cá e, daqui a pouco, participarei de uma reunião no Palácio. Está havendo uma reunião no Palácio, e almoçarei lá, no Dia da Cultura. Aqui ninguém pára, todos trabalham enlouquecidamente.

Praticamente, não tenho nada a indagar. Eu gostaria de transmitir a vocês as nossas felicitações e dizer que estamos diante de um marco. Por favor, discutam a matéria, tragam-na ao debate, porque, na verdade, a sua formulação final foi 99% fechada. Nem eu consegui ver, porque assim é o Governo. Esta Casa, não. Esta é a Casa do povo, é a Casa aberta, a Casa da democracia, de alguns senões, de algumas falações verdadeiras, mas, na verdade, estamos aqui livres e independentes, porque pelo voto direto e secreto. No meu caso, dois milhões de mineiros honraram-me com seu voto; e nunca recebi um tostão de ninguém, nunca dei um centavo a ninguém. Estou aqui em nome de Minas, por sua vocação, sua beleza, sua história e sua consistência no futuro.

Pois bem, agradeço a vocês pela presença aqui. Logo mais, instalaremos a Comissão Provisória para

debater a medida. Ela é apenas o ponto de partida, mas o ponto de partida já está instalado, e debatemos objetivamente. Agora, por favor, não vamos mais discutir cinema: o povo não tem cinema, o povo não tem filme. Vamos pegar a medida provisória, texto por texto, palavra por palavra. Não venham com falação, venham com o texto: "Neste artigo, inscreva-se isto; neste aqui, isto ou aquilo". Vocês ajudarão, e muito, esta epopéia que nós, Senadores da República, às vezes não bem-compreendidos, estamos realizando para que o Brasil seja filmado com amor, carinho e devoção.

Desculpem-me pela longevidade.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra, para tecer considerações a respeito do que falou o Senador Francelino Pereira, ao Sr. Walmir Fernandes.

O SR. WALMIR FERNANDES – Depois de ouvir o Senador, temos que acreditar piamente que, além de trabalharem enlouquecidamente, existe uma paixão pelo tema, ou seja, vocês trabalham apaixonadamente pelo tema cinema. Nós, que trabalhamos no setor, dizemos que, quando se entra nesse campo, é muito difícil de sair dele, e, para nós, é importante perceber isso.

Quero dizer apenas que minha posição é a mesma do Senador Saturnino: se me perguntarem abertamente em relação à medida provisória, a minha posição está firmada. No entanto, também consideramos sugestões, da mesma forma como está sendo sugerida. Por quê? Porque também estamos considerando que todo comentário que está sendo feito é pós-fato e que, seja lá qual o caminho a ser traçado, queremos participar do processo, principalmente porque a Casa está-nos permitindo. A grande diferença é a mudança total que está acontecendo da data em que foi emitida – dia 10 de setembro – para cá. Temos que levar isso em consideração. Nós agradecemos a V. Ex^{as} por esta oportunidade, e é exatamente nesta linha, ou seja, sabemos que é pós-fato.

Da mesma forma, respeitamos a necessidade de o fato estar ocorrendo em função de todo um cenário político. Continuamos com aquela posição estabelecida, mas realmente não estamos nos furtando de trabalhar e de trazer a nossa colaboração. Se V. Ex^{as} continuarem nos dando esta oportunidade e criando meios para nossa participação, não nos furtaremos ao trabalho. Pelo contrário, viremos a Brasília quantas vezes forem necessárias para participar das reuniões.

Eu agradeço pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O próximo orador inscrito é o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, senhores convidados, estou vivendo um dia de muita satisfação como cidadão brasileiro, porque estamos numa audiência pública em que se trata de interesses especialmente brasileiros, defendendo a cultura brasileira. Além disso, percebo que os palestrantes de hoje estão realmente imbuídos do princípio de defesa dos interesses nacionais, o que é importante demais.

Carla Camurati, que é uma figura nacional, bem representa esse sentimento de defesa dos interesses nacionais, que está nascente no País. É forte demais. As colocações do Valmir também foram nesse sentido. A proposta da Sílvia, de que a finalização de todas as obras seja feita no Brasil, é em defesa dos interesses nossos. Já conversei com o Alexandre Annenberg* a respeito, procurando, por meio das diversas empresas que trabalham nesse sentido, tentar fazer com que, no setor da TV fechada, realmente possamos alcançar, com eficiência técnica, uma cultura nacional para que haja viabilidade econômica verdadeira. Esse é o princípio fundamental.

Há três pontos de suma importância. Como a Sílvia observou, uma emenda nossa no projeto de defesa da estrutura nacional não é difícil, mas se pudéssemos colaborar conosco seria muito bom, para que pudéssemos instruir essa medida provisória e para que a finalização desse trabalho fosse feita em laboratórios brasileiros, sem depender de incentivos fiscais que o Brasil está colocando.

Um problema importantíssimo é o acervo. A Carla poderia municiar-nos, se fosse possível, para vermos se nessa medida provisória poderíamos fazer uma emenda nesse sentido.

Eu gostaria de dizer ao Alexandre Annenberg – como já lhe disse pessoalmente num jantar – que a TV a cabo compra conteúdo de fora, o que, às vezes, é uma grande camisa-de-força. Há canais sem interesse para o povo brasileiro e que causam prejuízo à iniciativa das produtoras. Deveria haver um dispositivo nessa medida provisória de defesa do consumidor brasileiro e que também será um instrumento de defesa das produtoras, empresas que enfrentam essa camisa-de-força de fora. Posso comprar aquilo que eu quiser da TV a cabo, como no supermercado. Vou lá e não sou obrigado a comprar uma cesta básica inteira, de forma nenhuma. Posso querer comprar somente o tomate, o pimentão e o abacaxi e não querer a melancia, o alho, o arroz, o feijão e o pão. Estão-me forçando a assinar canais que não quero. Posso fazer esco-

lha como consumidor, mas, infelizmente, esse sistema não permite escolha ao consumidor, e não permite escolha sequer ao distribuidor, que se submete aos produtores de fora: para colocar produto no País, deve-se comprar outros conteúdos. Será que um dispositivo na lei estabelecendo essa proteção do consumidor não seria também uma proteção aos negociadores internacionais desses conteúdos? Minha colaboração seria nesse sentido.

Não tenho o poder de síntese que tem Minas, mas rapidamente fiz o que pude.

Agradeço a presença de V. S^{as}, dando-nos essa injeção de nacionalismo em nós. Agradeço principalmente à Carla Camurati, dizendo que está tudo maravilhoso. Que bom! Este País está vivendo um momento “sinistrose” que deve ultrapassar. O Senado Federal está sofrendo terrivelmente com isso, muito embora o Senado Federal seja hoje a instituição brasileira mais aberta e mais democrática para discussões. Entretanto, para aqueles que dominam a opinião pública, não se pode democratizar demais, porque avançam o sinal da democracia e cometem atos acéticos contra o Congresso Nacional.

Estamos vivendo um momento maravilhoso. O Brasil passa por um instante importante para a conquista da sua verdadeira autonomia econômica e política, principalmente nos meios de comunicação: televisão, rádio e jornal, mas cinemas e os curtas-metragens também. Tudo isso transforma o povo brasileiro. Informações culturalmente adequadas é o que queremos.

Parabéns pelo trabalho de vocês. Isso é um entusiasmo muito grande para nós que trabalhamos aqui tão abertos e tão expostos à crítica nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Obrigado, Senador. Sílvia Rabelo quer fazer algumas considerações sobre os seus comentários.

A SRA. SÍLVIA RABELO – Especificamente já fizemos algumas sugestões até de redação, mas vou me debruçar mais atentamente a todos os itens da medida provisória e já que houve essa abertura, vou encaminhar com o maior prazer todas as sugestões de todos os membros.

Especificamente em relação à questão da empresa que represento dentro da associação, que é um laboratório, é a única empresa na América Latina que tem um departamento de restauração – e a Carla conhece – todo montado com tecnologia e criado dentro da própria empresa com recursos próprios que hoje é capaz de fazer verdadeiros milagres. Criamos um

equipamento que copia quadro a quadro um negativo em qualquer estado que ele esteja, torcido, torto, cristalizado, de qualquer maneira. Vimos desenvolvendo esse trabalho ao longo desses últimos dois anos com sucesso absoluto. No festival do Rio, o prêmio para a minha empresa foi uma cópia para preservação na cinemateca. Temos uma ligação muito forte com essa questão da preservação da memória. A imagem é um dos maiores patrimônios culturais que um país pode ter e a sua preservação é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Carla Camurati também quer fazer algumas considerações.

A SRA. CARLA CAMURATI – Inicialmente, quero propor alguma coisa escrita para que entre nessa medida provisória, algo que nos projete definitivamente. Quer dizer, uma verba, uma maneira – já que se vai arrecadar dinheiro – para que anualmente já tenhamos a possibilidade de aumentar as instalações da Cinemateca Brasileira. Na realidade, atualmente temos duas grandes cinematecas, a Cinemateca Brasileira, que está numa condição um pouco melhor, e Cinemateca do MAM, que está numa condição terrível. Tudo que faço é procurar melhorar essa situação. No ano passado, o dinheiro que foi dado para o Dia do Cinema Brasileiro também foi para a Cinemateca do MAM para comprar material para reforma. Quando o Valmir me ligou para avisar que ia passar os filmes e pedindo um dos meus filmes, logo respondi-lhe que sim, mas quis saber o que ele ia fazer com o dinheiro. Sempre fico preocupada em colocar dinheiro num projeto. Essa é uma preocupação que tenho.

Quando fui chamada para o Conselho BR, do qual faço parte, meu primeiro pedido foi que o Conselho BR desse R\$500 mil para terminar a obra da Cinemateca brasileira, porque os filmes estavam cozinando debaixo daquele telhado de amianto. O Luiz Antônio Viana foi maravilhoso. Não precisei nem terminar de dizer quanto era o valor que ele já se prontificou. Este é realmente um trabalho que precisamos levar mais a sério porque em alguns lugares eu consigo gente, em outros, fico parecendo aquela pessoa fora do tom... Pensar em preservar filme agora?... Você tem que falar na produção que vai... Então esse é um problema que tem que sumir de nossa vida.

Outra coisa que quero falar, para complementar, é que defendo há muito tempo que os recursos financeiros, oriundos de lei, sejam usados para fomentar a nossa indústria como um todo. Todos os meus filmes – tenho três longas-metragens – foram inteiramente feitos no Brasil. Fiz “Carlota Joaquina”, uma ópera

chamada “La Serva Padrona” e o mais recente, “Copacabana”. Os três são filmes absolutamente feitos no Brasil. Todos e tudo. Todos dentro da Laborcine. Brigo por isso. Acredito que por princípio temos de aprender que se o Estado do Maranhão me propicia recursos financeiros para filmar “Carlota Joaquina”, esses recursos devem ficar no Banco do Maranhão e eu vou gastar dentro do Estado do Maranhão. E assim com todos os filmes. Trata-se de uma regra básica a fim de que tudo dê certo.

Essa medida já se tornou uma regra até dentro do Conselho BR, de tanto que pergunto para que mandar dinheiro para fora. Tem que colocar dinheiro aqui dentro, senão nunca teremos o mínimo de infra-estrutura para produção porque vai fazer laboratório fora do Brasil. Todos os meus filmes são feitos dentro da Laborcine, dentro da Casablanca. Por que não podemos fazer efeito, revelação aqui?

Há uma área, que é o som, que não podemos fazer aqui. Infelizmente, ainda não temos no Brasil um espaço para se fazer som. Aliás, temos um em São Paulo, que é o melhor. É muito engraçado, pois 90% dos filmes são feitos numa sala de meio metro, muito pequena.

Então, temos um problema de equipamento, de fortalecer a nossa indústria. Isso tinha de entrar nessa medida, para que possamos fechar isso no final.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Se houver uma proteção da atividade nacional, V. S^a não pensa que haverá empresas investidoras?

A SRA. CARLA CAMURATI – Há milhões de empresas querendo investir. Na realidade, é isso...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Se houver proteção, há investimento?

A SRA. CARLA CAMURATI – Temos de facilitar a entrada de equipamento, porque são equipamentos caros. Então, tem de se estabelecer uma linha de crédito, para que continuemos a aplicar em nós mesmos, ou seja, ganhamos aqui, colocamos aqui, porque, aí, andamos para frente.

Assim, o som é algo que tem de ficar um pouco fora. E, provavelmente, estabelecendo o equilíbrio da compra de equipamento, haver algum tipo de benefício para importação... Na realidade, se se beneficiar a importação, há quem consiga importar.

No Brasil, há imposto sobre imposto, o que é uma loucura. Você paga o imposto e ele volta para você. Demorei anos para entender isso. Eu brigava com meu contador. Eu dizia: “Não, eu já paguei 10%”. Ele falou: “Não, mas os 10% agora estão... Você paga 100 mais 10.” Eu falei: “Eu paguei 10. Eu só comprei

100.” Ele disse: “Não, mas é assim que funciona no Brasil.” Realmente, a parte de importação desse tipo de coisa é muito complicada.

Então, seria bom que, quando acertássemos isso, excluíssemos o som e colocássemos alguma coisa que possibilitasse a parte do som caminhar um pouco mais. Com isso, num futuro breve, penso que vamos conseguir amarrar todas as pontas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – O próximo inscrito é o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Vou lhes contar uma história. Quando Juscelino Kubitschek estava no exílio, em Portugal, contam que Ulysses Guimarães disse: “Vamos visitar Juscelino em Portugal. Ele deve andar meditando, taciturno, muito melancólico. Ele pensa muito, ainda mais por vir de onde ele vem. Vamos levar um consolo a ele.” Eis que, lá chegando, ao invés de encontrarem um Juscelino taciturno, meditando, encontraram um Juscelino saltitante, alegre, exaltado, falante – como, aliás, encontramos o Senador Francelino Pereira também, “namorante”, falante, exultante, como nunca o vi. Até parece que Juscelino e o Senador Francelino Pereira não são de Minas Gerais. Eu fiquei grato, porque...

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Posso fazer um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Pois não.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Um dia, perguntaram ao Dr. Milton Campos o que ele achava de Juscelino. Ele, com aquela simplicidade dele – ele foi uma grande figura -, disse: “Parece com o filho do Presidente”.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Se derem corda àqueles que mais meditam, pensam e falando pouco, minha Nossa Senhora. Penso que isso faz parte de uma cultura nacional, que vem das montanhas de Minas Gerais, de Outro Preto, de um berço de luta pela independência do Brasil.

É importante agora avançar também na independência do cinema, da cultura, o que ajudará a todos nós.

Quero fazer apenas um comentário. Gostei da alegação da Sílvia em relação à infra-estrutura que falta nessa área. Infra-estrutura é fundamental, sem dúvida alguma.

O Alexandre comentou a TV aberta, que a contribuição da TV fechada é alta na medida provisória. A TV aberta é uma concessão pública. Por que não contribuir também para esse fundo, para alavancarmos essa infra-estrutura necessária, a base para tudo?

Por que não pensarmos um pouco nisso? É uma concessão, na verdade, e o consumo dessa mercadoria, a TV aberta, no Brasil é grande. Essa massa consumidora é enorme no Brasil. Temos que ver isso, porque há um mercado enorme.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– A TV aberta é concessão pública e veja o que acontece: o Estado, o Município ou mesmo a União, quando quer fazer uma campanha de vacinação, de interesse público, nas áreas de educação e saúde, tem de pagar.

A SRA. CARLA CAMURATI – É um negócio da China.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) –

Aliás, como houve a referência à China, aqueles “camelódromos” combateram a indústria nacional. Em Santa Catarina, o setor têxtil, por exemplo, as pequenas empresas produtoras de malhas na região do Vale do Itajaí, Blumenau, Brusque quebraram porque tomou conta da região o camelódromo da China, do oriente. Naquela época, a indústria nacional quase se foi.

Penso que a questão da TV aberta é fundamental. Então, por que não pensarmos um pouco nessa linha?

Para finalizar, se a TV a cabo é uma distribuidora, a TV aberta também o é. Não é só produção, ela distribui para uma massa consumidora enorme. Essa participação também é fundamental.

A Carla referiu-se a acervo, preservação. Eu nunca mergulhei ou meditei – acho que vou ser um pouco meditabundo, um pouco mineiro nesse aspecto – em guardarmos o que temos, preservarmos.

E trago nesse sentido o meu exemplo. Faz uns dez anos que passei o Governo de Santa Catarina e tenho coisas guardadas daquele tempo, para os meus filhos e netos, para recordar um pouco. E alguém já me falou: “Senador Casildo Maldaner, V. Ex^a já foi Governador e não está preservando as fitas gravadas, todo aquele acervo... Se não conservar um pouco você perderá”. Olha, penso que já devo estar perdendo coisas. São coisas boas, ruins, caminhadas. Isso faz parte da vida.

Refiro-me ao meu caso, no sentido de preservar algo, de ter um acervo. Vejamos o conjunto da cultura brasileira, de aspectos como o cinema. Não podemos esquecer isso, sem dúvida alguma ou vamos acabar perdendo.

Teço esses comentários sobre a contribuição para um fundo de infra-estrutura em relação à TV aberta. Temos de criar mecanismos para isso.

Quanto aos acervos, precisamos sem dúvida alguma preservá-los.

Ao lado disso, penso que a discussão se abriu e ela é fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Tem a palavra Alexandre Annenberg.

O SR. ALEXANDRE ANEMBERG – Senador, gostaria de aproveitar o que disse V. Ex^a e também o Senador Juvêncio da Fonseca, porque vejo aqui, com muito prazer, abordar-se a televisão aberta em confronto com a televisão fechada ou a cabo.

Para os senhores terem uma idéia, a televisão aberta cobre hoje cerca de 90% dos domicílios deste País – 87% para ser mais exato. A televisão fechada cobre 6% dos domicílios e tem ainda um enorme caminho a percorrer até alcançar a vitalidade suficiente para ser uma indústria auto-sustentável.

Essa comparação é extremamente importante para identificarmos quais os segmentos industriais no setor de entretenimento que têm capacidade de investir, de sustentar o crescimento da cinematografia nacional e quais são os setores que ainda não têm – e digo “ainda” na expectativa de que a TV a cabo possa vir a ser aquilo que ela é em outros países. Para se ter uma idéia, a TV a cabo, nos Estados Unidos, tem uma penetração de 75% dos lares. Na Argentina, 52%.

Estamos ainda no berço da televisão por assinatura no País, e não podemos matar essa criança que está nascendo. É esse o cuidado que temos de ter, porque, na verdade, uma vez que se tenha televisão por assinatura forte, que possa competir com a aberta, e, mais do que isso, que possa se constituir na infra-estrutura de infovia, que é o de que este País precisa em termos de transporte de dados, de vídeo e de voz. Vamos dar um salto tecnológico extraordinário. Não se pode vestir um santo e despir o outro. Esse equilíbrio precisamos ter. Minha intenção é, justamente, tentar contribuir com os senhores legisladores para encontrar os melhores caminhos e ter a cinematografia nacional no patamar que precisamos, sem dúvida alguma.

A SRA. CARLA CAMURATI – Alexandre, quanto se arrecada hoje com a TV a cabo? São 3,5 milhões de assinantes? Quanto de dinheiro? Tenho dificuldades sem ver o montante.

O SR. ALEXANDRE ANEMBERG – Vamos fazer uma conta aritmética, pois não tenho um dado objetivo. Vamos pegar 3,5 milhões x R\$50,00.

A SRA. CARLA CAMURATI – Cento e setenta e cinco milhões de reais.

O SR. ALEXANDRE ANNEBERG – Mais ou menos isso. Quanto se gasta para a construção e manutenção dessa infra-estrutura? Qual é o ônus desse faturamento? Se tirarmos, dos R\$50,00, todos os custos que mencionei antes, teremos R\$5,90. É de R\$18 milhões a margem antes de pagar impostos, antes da depreciação etc. Estamos, ainda, engatinhando. É uma importância absolutamente irrisória para que se possa investir e manter uma estrutura dessa natureza. Não há como extrair-se disso algo mais, não por enquanto. No futuro, espera-se chegar lá.

A SRA. CARLA CAMURATI – V. S^a está falando de um lucro que sobra de R\$247 milhões/ano?

O SR. ALEXANDRE ANNEBERG – Não é um lucro, mas um resultado operacional. Ainda, com este, é preciso pagar todos os investimentos. Isso não é lucro.

A SRA. CARLA CAMURATI – É importante termos noção de dinheiro.

O SR. ALEXANDRE ANNEBERG – Exatamente. A importância dessa conversa é podermos medir, efetivamente, os vários **players** desse seguimento: quem tem maior ou menor responsabilidade, quem, hoje, pode assumir uma responsabilidade maior. É muito importante que tenhamos claro que, nesse sentido, claramente a TV aberta é, disparadamente, a entidade que tem fôlego para suportar os investimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – A Sílvia Rabelo também gostaria de dar uma palavra.

A SRA. SÍLVIA RABELO – Gostaria de mencionar algo sobre o qual creio ser importante não fazermos confusão. A infra-estrutura, o pleito da infra-estrutura como um todo, não é de forma nenhuma a fundo perdido, nem incentivos. Queremos, apenas, que se estude uma desoneração tributária da cadeia e que nos sejam concedidas linhas de crédito compatíveis com a atividade. Obviamente, que tenhamos também algum benefício no caso de co-produções. As diversas empresas da cadeia de infra-estrutura têm investido no cinema brasileiro dinheiro do seu giro. Não há nenhum incentivo. Tenho até algumas propostas de que isso reverta, apenas e tão-somente, a parcela usada na co-produção. Por ser uma atividade privada, não temos intenção de ter benefícios nem de obter nada de graça. Queremos, apenas, a possibilidade de reestruturar o parque tecnológico com uma tecnologia de ponta, mas em condições compatíveis com a atividade, com prazo de retorno etc.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – O meu poder de síntese é bem menor porque venho de um Estado onde há uma cultura quase orgânica, onde a oralidade é fundamental. Mas meu poder de fome talvez seja maior. Então, vou tentar usar meu poder de fome.

Quero cumprimentar a Comissão por este trabalho. Lamento que meu colega Francelino Pereira não esteja mais aqui. Discordo da idéia de que o instrumento, via medida provisória, foi importante e bom porque criou um fato. Ora, se a tentativa era fazer em segredo, para que os grupos de interesse não viessem fazer pressão, como ela iria chegar aqui para receber parecer, essa discussão poderia acontecer.

Creio que a idéia da democracia é sempre mais construtiva. Se esses vários setores tivessem sido ouvidos na gênese desse processo, já teríamos ganhado muito tempo e talvez não estivéssemos hoje aqui. Estaríamos mais reclamando da forma como foi e mais debruçados sobre o conteúdo, porque a forma já teria colocado esse conteúdo democrático.

Sou grande defensora da idéia do legislador coletivo. Penso que criei esse termo.

Aqui, apresentamos um projeto de lei, que foi a Lei de Acesso aos Recursos Genéticos, que criou um barulho danado. Mesmo assim, o Governo pegou o fato pronto e ainda apresentou uma medida provisória, em cima de uma lei que já estava sendo discutida no Congresso.

Creio que esse malfadado mal costume da medida provisória atrapalha em muitos momentos. Graças a Deus, isso já está sendo reparado.

Achei muito interessante as pessoas que foram pela positiva, que é um processo que está sendo construído, e isso é muito bom. Por quê? Estamos aqui tentando legislar sobre interesse de partes. Agora, quando você está tentando ver o direito das partes, você tem que realizá-los de sorte que neles esteja contido o dever de, ao final, estarmos contemplando os interesses maiores de todos. E aí alguém vai ter que abrir mão de alguma coisa. Só consigo entender direito se, ao realizar meus direitos, eu estiver contribuindo para os princípios maiores do todo, mesmo que, em alguns momentos, eu tenha que perder alguma coisa.

E, como se trata de fortalecer o cinema nacional, a cultura – porque um país que não tem raízes, que não tem referências, está fadado ao fracasso em todos os sentidos –, não podemos abrir mão, em hi-

pótese alguma, disso que é um patrimônio nosso. Graças a Deus, existem pessoas que, quase que por um sacerdócio, lutam por isso, fazem isso.

Concordo inteiramente com o que ela falou, que os recursos que são oriundos de incentivos, dos cofres públicos, não devem ser usados para ir para fora. E aprendemos isso com eles! Pela nossa experiência na Amazônia, quando conseguimos alguma verba de alguma agência multilateral, mesmo que a fundo perdido, qualquer consultoria tem que vir de fora, para o dinheiro voltar. Ninguém consegue colocar o infeliz de um consultor brasileiro, por mais competente que seja. É com muita dificuldade, para não ser radical.

Então, aprendemos isso com aqueles que defendem a economia aberta, maravilha do mercado etc. Agora, quando é para essa maravilha ser traduzida para nós, no nosso espaço, os conceitos não valem.

Concordo inteiramente que, com o dinheiro, com o chapéu das instituições públicas do Governo Federal, não se pode acenar para fora, como eles muito bem nos ensinaram. E creio que as contribuições, por escrito, que alguns já trouxeram podem ser encaminhadas, como quando assumiram o compromisso – não sou titular, apenas suplente –, são muito bem vindas. Isso não significa que as pessoas têm que vir aqui só para apresentar propostas concretas. Tenho muita raiva deste negócio de “seja objetivo!”, “tragam propostas concretas!”, porque objetividade muita gente tem, propostas concretas muita gente traz. Agora, discutirmos os propósitos, os referenciais éticos que estão por trás dessas propostas concretas é o que antecede qualquer esforço. Se tivermos o propósito ético de fazer o melhor para o cinema brasileiro, para a cultura brasileira, para que as pessoas possam estar produzindo e colocando a sua criatividade, vamos achar as respostas técnicas. Por isso, temos que estar aqui também discutindo idéias, propostas. Aí, o conteúdo técnico disso, na forma da lei, do artigo, do capítulo, do versículo – já estou falando de Bíblia, porque sou muito religiosa – acontecerá naturalmente. Mas temos que vir aqui para discutir propósitos, para discutir o nosso empenho de realizar a parte, mas sem estarmos despreocupados com o todo. Na Amazônia olhamos muito para a Floresta, porém também cuidamos do pequeno problema da samambaia. Mas há alguns casos em que a samambaia não pode atrapalhar o bom funcionamento da Floresta. Então, acho que isso é válido para todas as situações.

Parabenizo esta Comissão. O Governo apresenta medidas provisórias em muitas Comissões nesta, achando que elas não vão funcionar, mas ape-

nas deixar acontecer. Esta Comissão, todavia, reuniu, discutiu e está debatendo. Tenho experiência de uma outra Comissão assim também, a do Código Florestal, que está tendo um grande trabalho com relação às mudanças naquele Código, contrariando a lógica de que, vai para o Congresso Nacional, ninguém vai ver nem discutir.

Com certeza, apesar do empenho dos membros da Comissão, dos Senadores Roberto Saturnino e Francelino Pereira e de todos aqui, a ação operativa da sociedade é que assegurou que esse tema esteja sendo debatido. Foram os núcleos vivos da sociedade que nos obrigaram a fazer aqui este debate, da mesma forma como foi no Código Florestal.

Não tenho perguntas porque me nutri muito com as respostas antecipadas por vocês, mas gostaria de fazer esse registro, mesmo como suplente. Meu poder de fome aumentou.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Srs. Senadores, não vou criticar porque não sei as razões do não-comparecimento do Dr. Cláudio Teixeira da Silva, mas lamento sua ausência aqui porque seria a opinião de quem participou diretamente – é assessor jurídico da Casa Civil da Presidência da República – e seria extremamente importante para nós.

Assim mesmo, acho que os quatro convidados trouxeram informações relevantes e a reunião foi extraordinariamente boa.

Se ninguém mais deseja fazer considerações, agradeço a presença de todos e dou por encerrado o nosso encontro.

(Levanta-se a reunião às 13h41min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 6ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia oito de maio do ano de dois mil e hum às 17 horas e 30 minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JEFFERSON PÉRES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: BELLO

PARGA, MAURO MIRANDA, GERALDO CÂNDIDO, JOSÉ ALENCAR, NABOR JÚNIOR, PAULO HARTUNG, ADEMIR ANDRADE, FERNANDO MATUSALÉM, JOSÉ AGRIPINO, TASSO ROSADO, TIÃO VIANA, ROBERTO SATURNINO, JOÃO ALBERTO DE SOUZA, IRIS REZENDE, HUGO NAPOLEÃO, BERNARDO CABRAL, GILBERTO MESTRINHO, JOSÉ COELHO, ROMEU TUMA, PEDRO PIVA, EDUARDO SUPPLY, EMÍLIA FERNANDES. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se a apreciação da pauta. Item n.º 01 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 04, de 1999 – “que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.” Retirado da pauta a pedido do relator, Senador GERALDO CÂNDIDO, para proceder retificações; Item n.º 02 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 1999 – “que aprova o Texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999.” Relator: Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA, com parecer favorável. Após a leitura do parecer o Senhor Presidente JEFFERSON PÉRES abre a discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria é aprovada por unanimidade. Item n.º 03 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 2001 – “que aprova o Texto do Acordo de Assistência Jurídica em Matéria Penal celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, em Lima, em 21 de julho de 1999”. Relator: Senador IRIS REZENDE, com parecer favorável. Após a leitura do parecer o Senhor Presidente JEFFERSON PÉRES abre a discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria é aprovada por unanimidade. Item n.º 04 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 50, de 2001 “que aprova o texto do tratado de amizade, cooperação e consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa”. Relator: Senador RENAN CALHEIROS, com parecer favorável. Na ausência do Relator o Presidente designa como relator “ad hoc” o Senador HUGO NAPOLEÃO. Após a leitura do parecer o Senhor Presidente JEFFERSON PÉRES declara aberta a discussão. Faz uso da palavra o Senhor Senador: BERNARDO CABRAL. Não havendo mais quem queira discutir, a matéria é colocada em votação e aprovada por unanimidade. Item n.º 05 – Projeto de Decreto Legislativo

n.º 51, de 2001 – “que aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento”. Relator: Senador JOSÉ AGRIPINO, com parecer favorável. Na ausência do relator o Presidente designa com relator “ad hoc” o Senador GILBERTO MESTRINHO. Terminada a leitura o parecer é colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria é colocada em votação e aprovada por unanimidade. Item n.º 06 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 2001 – “que aprova o texto do acordo, por troca de Notas, para a abolição recíproca da exigência de visto de entrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, celebrado em Budapeste, em 09 de novembro de 1999”. Relator: Senador JOSÉ COELHO, com parecer favorável. Após a leitura do parecer o Senhor Presidente JEFFERSON PÉRES abre a discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria é aprovada por unanimidade. O Presidente comunica que os itens 07, 08, 09 contém Projetos de Lei do Senado n.ºs 292/99, 386/99 e 614/99 que tramitam em conjunto “e dispõem sobre a fabricação e o comércio de armas de fogo”, tendo como relator o Senador PEDRO PIVA. O Senhor Presidente, em virtude do baixo “quorum”, coloca o pedido de vistas coletiva em votação. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: PEDRO PIVA, ROMEU TUMA, EDUARDO SUPPLY E EMÍLIA FERNANDES. Aprovado. A votação do projeto fica adiada para a pauta da próxima reunião. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador HUGO NAPOLEÃO para fazer a exposição sobre a participação na reunião de QUEBEC. Com a palavra, o Senador HUGO NAPOLEÃO solicita que a apresentação seja realizada na próxima sexta-feira. Item n.º 10 – Requerimento n.º 608, de 2000, de autoria do Senador TIÃO VIANNA “que requer nos termos do disposto nos artigos 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, após a manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que o Senado Federal formule voto de censura junto ao governo fundamentalista do Afeganistão, que se autodenomina Emirado Islâmico do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações pelo regime de Taliban.” Relator: Senador LÚDIO COELHO, com parecer favorável. Na ausência do relator o Senhor Presidente JEFFERSON PÉRES designa relator “ad hoc” o Senador PEDRO

PIVA. A matéria é colocada em discussão fazendo uso da palavra os Senhores Senadores: JOÃO ALBERTO DE SOUZA, PEDRO PIVA, GILBERTO MESTRINHO, HUGO NAPOLEÃO, EDUARDO SUPPLY e ROMEU TUMA. Fica decidido que será feita uma consulta ao Itamaraty a respeito da natureza das relações atuais entre o Brasil e o Talibã e a matéria adiada para a próxima reunião. Item n.º 11 – Requerimento n.º ??, de 2001, de autoria do Senador TIÃO VIANA “que requer nos termos do disposto nos incisos II, III, V, IX, XI e XIII do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja promovida, se possível no mês de maio, audiência pública no âmbito dessa Comissão, com a presença das autoridades relacionadas, sem prejuízo de outras autoridades que venham a ser, igualmente, chamadas a debater neste plenário, para que possamos melhor conhecer e debater em profundidade ações e mecanismos do Governo no combate ao tráfico e ao consumo de drogas, as normas legais vigentes e o quadro atual da dependência no Brasil.” O Senador EDUARDO SUPPLY pede a palavra, pela ordem, solicitando, em virtude da ausência do relator, o adiamento da matéria. O Senador ROMEU TUMA pede a palavra para dar a sugestão para propor reunião conjunta com a Comissão de Educação onde tramita a nova Lei de Drogas. Fica, portanto, adiada a votação do requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador Jefferson Péres – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Indago dos Srs. Senadores se dispensam a leitura da Ata. (Pausa.)

Vamos à apreciação da pauta.

O Item n.º 01 está adiado. O projeto foi retirado de pauta para ser feito uma retificação pelo Relator.

Item n.º 02. Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, que aprova o Texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999. Relator: Senador João Alberto Souza, cujo parecer é favorável e a quem concedo a palavra neste momento.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 2000, que

aprova o Texto de Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999.

Brasil e Bolívia, cada vez mais integrados por especial canal de aproximação entre os dois países, propõem-se, mutuamente, um Acordo de Cooperação Cultural em substituição ao já ultrapassado Convênio de Intercâmbio Cultural, assinado em 29 de março de 1958.

Cada país permitirá a entrada, em seu território, de material pertinente à cultura da outra parte, desde que contribua com o desenvolvimento das atividades relacionadas a este acordo. É o art. 10.

As partes recomendam o uso de banco de dados comum informatizado para a difusão cultural conjunta. É criada a Comissão Executiva Cultural para estabelecer programas de execução e promover a sua avaliação periódica. Essa Comissão examinará os recursos orçamentários para a execução de programas conjuntos. O art. 14 estabelece a cláusula de vigência do Acordo.

Em face do exposto, entendemos que o Acordo em referência, com os propósitos nele explicitados contribuirá, por certo, para ampliar o intercâmbio cultural entre os dois países. Somos, pois, pela aprovação integral do seu texto, distribuído a todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão o parecer, que é favorável à aprovação do Acordo de Cooperação com a Bolívia.

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item n.º 3. Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, que aprova o Texto do Acordo de Assistência Jurídica em Matéria Penal celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, em Lima, em 21 de julho de 1999. Relator: Senador Iris Rezende, a quem concedo a palavra.

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 2001, que aprova o Texto do Acordo de Assistência Jurídica em Matéria Penal celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, em Lima, em 21 de julho de 1999.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, item I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação parlamentar o texto deste ato internacional. O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 26 de abril de 2000, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça e de Redação.

Segundo exposição de motivos do Ministério de Relações Exteriores encaminhada a esta Casa, o instrumento internacional analisado é resultante da negociação de proposta peruana, apresentada em 1996, prevendo extenso elenco de procedimentos por meio dos quais as autoridades competentes dos Estados parte deverão prestar assistência mútua para investigar ação de delitos e cooperar na condução de processos judiciais de natureza penal.

A assistência a ser concedida inclui, sobretudo, cooperação para a produção de provas em matéria penal e para a execução de medidas sobre bens e produtos de delito. O acordo estabelece uma série de salvaguardas que permitem aos países, se necessário, denegar assistência. As hipóteses levantadas para tal denegação referem-se principalmente a delitos de caráter militar e político a pessoas que já tenham sido julgadas no Estado requerido pelo mesmo delito apontado na solicitação e a possibilidade de conflito no tocante à ordem pública, à soberania, e à segurança nacional da parte requerida. Dada a crescente frequência da extensão do caráter transnacional a delitos de relevo, o acordo reveste-se de importância fundamental para o combate de práticas criminosas que envolvem os dois países.

Com efeito, o presente protocolo, conforme consta de seus próprios artigos exordiais, tem por objeto promover a cooperação bilateral entre os Estados parte, em especial no que concerne à investigação de delitos, prevenindo a impunidade e contribuindo para que se perfaça o devido processo legal.

o relatório.

O presente ato internacional decorre do compromisso dos Estados signatários em estreitarem seus laços em matéria de cooperação penal internacional. Trata-se, a toda evidência, de ato internacional oportuno e conveniente aos interesses nacionais, sendo constitucional e legal, versado em boa técnica legislativa, pelo que somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 48/2000, na forma da proposta original.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão o parecer, que é favorável.

Não havendo quem queira se manifestar, submete à votação.

Aprovado.

Item nº 4. Aprova o texto do Projeto de Decreto Legislativo nº 50. Aprova o texto do tratado de amizade, cooperação e consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa. Relator: Senador Renan Calheiros, cujo parecer é favorável. Na ausência do Relator, designo o Senador Hugo Napoleão Relator ad hoc.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Pois não, Sr. Presidente.

Diz o Senador Renan Calheiros, em seu parecer, que a Comissão deve opinar a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, acerca do tratado de amizade entre o Brasil e Portugal, celebrado em Porto Seguro, no dia 22 de abril de 2000. Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo passado ainda pelo exame das Comissões de Economia, Indústria e Comércio, Educação, Cultura e Desporto, Constituição e Justiça e de Redação, e aprovado, finalmente, no plenário, em 15 de março de 2001.

Pela exposição do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, então titular da pasta das Relações Exteriores, na mensagem dirigida ao Presidente da República, a idéia era a elaboração de um texto básico de ordem geral, visando regular as linhas mestras do relacionamento especial existente entre os dois países, e derrogar alguns instrumentos já, segundo diz, superados pelo tempo, buscando promover a atualização do quadro jurídico institucional. Ainda estabelece o tratado que há mecanismos de consulta a serem cumpridos pelo Brasil e Portugal; incorpora o estatuto da igualdade internacionais dos dois países; cria linhas de cooperação nas áreas de cultura, ciência, tecnologia, ensino, pesquisa. De mais a mais, dispõe sobre o reconhecimento de títulos acadêmicos de ensino superior, obtidos em ambos os Países, desde que, evidentemente, provenientes de instituições habilitadas, criando condições para que tanto brasileiros como portugueses possam exercer suas atividades profissionais à luz da normativa prescrita para seus nacionais e nacionais de países membros dos processos de integração a que pertençam Brasil e Portugal.

Mais adiante, esclarece que o tratado também trata das diretrizes de cooperação econômica, financeira e de investimentos, criando, por conseguinte, uma comissão permanente bilateral para acompa-

nhar a execução, interpretação e aplicação. E revoga diversos instrumentos superados em face não apenas do avanço tecnológico mas também das necessidades de atualização dos instrumentos jurídicos entre os dois países.

Quanto à análise, considera o Senador Renan Calheiros que, ao estabelecer as diretrizes que regulamentam as relações de cooperação e consulta entre ambos os Países, há o natural e decorrente aprofundamento dos laços históricos e culturais conhecidos de todos. E acrescenta que há importância no andamento deste tratado, tendo em vista a possibilidade da integração entre o Mercosul e a União Europeia, proclamada em diversas oportunidades pela imprensa.

Ressalta que há um ponto interessante no diploma internacional em questão. São os mecanismos de cooperação nos planos econômico e financeiro e de investimentos, tendo em vista o número crescente de empresas portuguesas instaladas no Brasil e o valor dos investimentos portugueses no nosso País, que confere àquele país a quinta colocação entre os maiores estoques de investimentos no Brasil, o que não deixa de ser altamente significativo.

Por isso mesmo, considera que a inclusão de áreas de grande interesse para o moderno Direito Empresaria, como concorrência, meio ambiente, propriedade industrial, tornam o presente Diploma plenamente atualizado e conclui pelo seu voto favorável à aprovação desse projeto de decreto legislativo.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão o parecer.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Tem a palavra o Sr. Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, sabe V. Ex^a – e sabe a Casa – que sou filho de pais portugueses. Esse tratado, em verdade, como bem ressaltou o eminente Senador Hugo Napoleão, tem um grande interesse para as relações bilaterais, uma vez que nós temos hoje o dinamismo do mundo globalizado, conforme o parecer do eminente Relator. E é, sem dúvida nenhum, um mecanismo de alta modernização e dinamização das relações Brasil/Portugal.

Quero dar o meu voto favorável, Sr. Presidente, com os louvores que o assunto merece.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Continua em discussão o projeto.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Item nº 5:

Projeto Decreto Legislativo nº 51, que aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento”.

O Relator é o Senador José Agripino. Na sua ausência, designaria, como Relator ad hoc, o Senador Gilberto Mestrinho, a quem concedo a palavra.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, esta Comissão foi chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2001, que “aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre rendimentos”, Imposto de Renda, celebrada em Brasília, em 16 de maio de 2000.

Cumprindo obrigação constitucional, o Presidente submeteu a esta Casa a aprovação do texto.

Este diploma legal já foi aprovado pela Câmara em 6 de dezembro de 2000. Tem 29 artigos, que versam, tecnicamente, sobre o âmbito da tributação, e dá normas gerais e disposições específicas para eliminar a dupla tributação.

O texto convencional é complementado por normas especiais sobre o procedimento de troca de informações e estipula a vigência e a possibilidade de denúncia do instrumento jurídico-institucional.

O Brasil já possui convenções congêneres com 20 países, e, no que concerne às atribuições desta Comissão, a matéria não oferece nenhuma dificuldade, estando conforme os compromissos de cooperação entre o Brasil e as outras nações.

A Receita Federal participou das negociações e celebração da Convenção.

Esse é o relatório do eminente Relator José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O relatório é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 56, que “aprova o texto do acordo, por troca

de Notas, para a abolição recíproca da exigência de visto de entrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, celebrado em Budapeste, em 9 de novembro de 1999. O Relator é o Senador José Coelho, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ COELHO – A Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2001 (nº 00518, de 2000, na origem), que “aprova o texto do acordo, por troca de Notas, para a abolição recíproca de exigência de visto de entrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria”, celebrado em Budapeste, em 9 de novembro de 1999.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação parlamentar o texto deste ato internacional.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 28 de junho de 2000, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, e das Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Proveniente de troca de Notas entre os Governos, a liberalidade reciprocamente proposta no presente acordo é, portanto, decorrente do direito e empenho dos Estados, em reforço bilateral, em prol do aperfeiçoamento das relações entre ambos os países.

Buscando estimular e incrementar os vínculos de cooperação econômica e de relações culturais, o acordo em apreciação dispensa os vistos de entrada no território nacional de ambos os países, por parte de brasileiros e húngaros, para a permanência de até 90 dias, exceto quando o visitante desejar obter emprego ou desempenhar atividade remunerada em território receptor.

Reserva-se, tanto ao Brasil quanto à Hungria, o direito de recusar a entrada de cidadão de outra parte acordante quando venha a ameaçar a segurança, a ordem pública ou a saúde pública do país receptor e ainda quando o interessado não possuir recursos financeiros suficientes para cobrir as despesas decorrentes de sua entrada.

Acompanhando a Mensagem nº 382, de 2000, do Poder Executivo, que encaminha o acordo à apreciação legislativa, vem a cópia autêntica da nota do Governo da República da Hungria, como incluso texto factício versado em onze artigos.

Análise. Trata-se, a toda evidência, de acordo conveniente e oportuno aos interesses nacionais,

haja vista as inúmeras possibilidades de aproximação política, econômica e cultural dele decorrente. A rápida aproximação dos ditos países da Europa do Leste à União Européia, que modernamente se verifica com suas iminentes adesões ao Tratado de Roma, significa um importante cenário de futuro, que em nenhuma hipótese pode ser negligenciado numa visão estratégica de política externa.

Por outro lado, de imediato, a República da Hungria representa um importante espaço que encerra inúmeras oportunidades a serem aproveitadas, sendo o acordo examinado como importante elemento facilitador das relações potencialmente desejadas.

Por todo o exposto e por ser constitucional e legal, bem como versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2001, que aprova o texto do acordo por troca de notas para abolição recíproca da exigência de visto de entrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, celebrado em Budapeste, em 9 de novembro de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão o parecer, que é favorável ao acordo com a Hungria. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Os Itens 7, 8 e 9 contêm projetos que tramitam conjuntamente e dispõem sobre a fabricação e o comércio de armas de fogo. Os autores não se encontram, mas está presente o Relator dos três itens, Senador Pedro Piva.

O quorum da Comissão está baixo, mas decidi colocar os três projetos em pauta, pois são de grande importância. A matéria é altamente polêmica. Creio que há um grande interesse da sociedade, há pressões fortes a favor e contra. E o pior que esta Comissão pode fazer é continuar protelando isso. Que não seja hoje, mas temos de decidir – aprovando ou rejeitando –, para não parecer que estamos com medo de tomar decisão, fugindo ao problema.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA – V. Ex^a poderá dar por encerrada as discussões hoje, deixando a votação para depois, se não houver número? Ou V. Ex^a pretende que a discussão seja hoje e que haja outra reunião de discussão?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Eu gostaria que a discussão prosseguisse.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, suas palavras vão exatamente de encontro às posições que assumi em todas as reuniões a que compareci para discutir esse assunto. Estou de acordo com V. Ex^a. Trata-se de um assunto polêmico que precisa ser votado. Tenho dito que a democracia se faz com voto – a favor ou contra. Não falei a nenhuma reunião da Comissão de Relações Exteriores no ano passado justamente para que não houvesse aqui um favorecimento ou um problema que me impedisse de defender meu relatório. Estou inteiramente de acordo com V. Ex^a. Vamos ver se hoje ainda teremos número. Temos de votar. Não é possível continuarmos a protelar, porque isso desmoraliza a Comissão e os relatores e autores dos projetos.

Minha posição já está expressa no meu relatório. E faço minhas as suas palavras, Sr. Presidente, pedindo encarecidamente, como já o fiz outras vezes, que os membros compareçam e votem, a favor ou contra, mas que votem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Informo-lhe que há pouco, duas horas atrás, informei ao Senador Renan Calheiros que o projeto poderia ser votado hoje, dado o envolvimento de S. Ex^a com o problema, em face de ter sido Ministro da Justiça.

O SR. PEDRO PIVA – Perfeito. Esteja presente quem estiver.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Até para não parecer que se está votando lista às escondidas.

O SR. PEDRO PIVA – Claro, exatamente. Está aqui na pauta do dia, compareçam e votem. Como eu mesmo tenho feito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Se não for votado hoje é a Comissão que vai decidir na próxima reunião, com certeza.

O SR. PEDRO PIVA – Vamos ver se votamos hoje, já que temos número.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Suplicy, quer usar da palavra?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Obrigado, Sr. Presidente.

Fica, então, decidido o adiamento da votação para uma nova reunião?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Não sei, ainda está em discussão se votamos hoje ou na próxima reunião.

Está franqueada a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Havia um apelo do Senador Tião Viana, que também é membro desta Comissão, e está presidindo a reunião da Comissão de Assuntos Sociais, e deseja muito participar; se for votada a matéria, ele sugeriu que fosse pedida vista coletiva, se não for decidida hoje, conforme V. Ex^a considera.

Avalio que seria interessante que fosse feito como um aviso prévio a todos que a matéria será discutida e debatida numa reunião, dada a importância do tema, conforme V. Ex^a mencionou, até mesmo dizendo quão polêmica é. Então, todos estaríamos sabendo que, por exemplo, na próxima semana ou data que V. Ex^a marcar, vamos ter essa matéria como item principal, e todos de antemão terão conhecimento. Penso que se for assim o caminho, não precisaria pedir vista coletiva, se for discutida hoje, até atendendo ao pedido do Senador Tião Viana, sugeriria a vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senadora Emília Fernandes, pela ordem.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, o sentimento que queria expressar era nessa mesma direção.

Estamos com audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, um projeto muito importante, o Senador Tião Viana está presidindo, por solicitação do Senador Romeu Tuma, e a idéia é que adiassemos a discussão e votação da matéria nesta noite, caso não haja esse entendimento, a nossa posição, como a do Senador Tião Viana, também vai na mesma direção do Senador Suplicy, o pedido de vista; mas penso que ainda o mais oportuno, neste momento, seria o adiamento da discussão.

É a proposta que deixo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, o projeto é discutido na Casa há mais de um ano, houve audiências públicas e discussões em plenário, procurou-se, por muito tempo, um entendimento entre os dois relatores para ver se, por convenção, eles poderiam chegar à apresentação de um relatório definitivo, dentro dos objetivos de cada um nas suas relatorias.

Praticamente se conseguiu muito, e ficou a dúvida sobre a proibição de uso de armas nas ruas, isso é consenso geral. Parece-me que os dois relatórios definem claramente a proibição com algumas exceções que são relatadas: os policiais e outras atividades que exijam o porte de armas, mas o cidadão comum não poderá mais portar armas, pelo menos nas ruas, o

que se discute hoje mais é se se pode manter arma registrada dentro de casa, fazenda ou de uma propriedade. Esse, penso, é o grande tema. E sobre a proibição de fabricação, também já foi eliminada essa possibilidade, porque a indústria poderá continuar produzindo, há as importações, as vendas para as empresas de segurança, para as forças policiais, as Forças Armadas. Então, quanto à pendência, acredito que V. Exª tenha razão. O âmago dessa questão é se o cidadão pode ou não comprar uma arma para possuí-la em sua propriedade, seja ela rural ou não. É um tema difícil de ser vencido e acredito que, se V. Exª puder adiá-lo para a próxima sessão, deve haver um aviso-prévio: quem não comparecer, não terá o direito de reclamar posteriormente de não ter participado das discussões.

V. Exª tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Pedro Piva, V. Exª deseja falar?

O SR. PEDRO PIVA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO PIVA – O Senador Romeu Tuma, que é um conhecedor emérito do problema, falou sobre a dificuldade de se ter ou não arma em casa, do registro disso em fazendas. Em propriedade rural já foi definido, há um acordo de que poderá haver a posse em propriedade rural. Mas, Sr. Presidente, pelo que estou vendo, se for pedida vista, tenho medo de que, na próxima reunião, decida-se fazer outra reunião. Então, prefiro que alguém peça vista hoje. Se V. Exª puder pedir, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Já pediu?

O SR. PEDRO PIVA – Porque será em última instância, Sr. Presidente. Senão, vamos continuar discutindo se for só o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Vista coletiva, então, Senador?

O SR. PEDRO PIVA – Que é a última instância.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Discussão final e votação na próxima reunião.

Antes de votarmos os dois últimos itens da pauta – ainda temos dois itens –, peço aos Srs. Senadores que permaneçam. Na próxima reunião teremos apenas esta matéria. O Senador Hugo Napoleão faria hoje, a meu pedido, uma exposição sobre a participação de S. Exª na reunião de Quebec. Fui designado pela Presidência, mas não pude ir. O Senador Hugo Napoleão já tinha sido designado e eu pedi que S. Exª representasse também a Comissão. Então, Senador Hugo Napo-

leão, na próxima reunião V. Exª faria primeiramente uma exposição, depois apreciaríamos esta matéria. Pode ser breve ou longa, ficará a seu critério.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Com o maior prazer. Na última sexta-feira, em Teresina, no Piauí, fiz, na sede do Crea, no auditório, e diante de várias representações organizadas da sociedade civil, uma palestra nesse sentido, que despertou interesse e curiosidade. É claro que, com muito mais razão, devo dizer que estive em companhia do Senador Pedro Piva também, que poderá nos auxiliar com suas opiniões.

V. Exª designará para a próxima terça-feira e eu, se Deus quiser, aqui estarei para cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Obrigado, Senador.

Penúltimo item da pauta: Item 10. Requerimento nº 608. Requer, após a manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que o Senado Federal formule voto de censura junto ao Governo Fundamentalista do Afeganistão, que se autodenomina Emirado Islâmico do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros em relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele País, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus tratos e humilhações pelo regime do Talibã. Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador Lúdio Coelho.

Designo o Senador Pedro Piva como Relator ad hoc para fazer a leitura do parecer. Concedo a palavra a V. Exª, Senador.

O SR. PEDRO PIVA – Pois não, Sr. Presidente.

O relatório do Senador Lúdio Coelho fundamenta-se nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno, e, para justificar seu pedido, alega o autor da proposição que o Brasil não pode furtar-se a manifestar, em nome de todos os cidadãos brasileiros, o repúdio de que são, em última análise, os responsáveis pelo desrespeito absoluto aos mais elementares direitos humanos no Afeganistão.

A justificação da proposta relembra ainda que o Afeganistão abriga terroristas e responde atualmente por 75% da produção mundial de ópio, tendo sido isolado pela comunidade internacional, que não reconhece o Governo dos Talibãs.

Voto.

Compreendemos a revolta que inspira a presente posição e louvamos o espírito humanitário do seu autor. Julgamos que a formulação pelo Senado de um voto de censura ao Governo do Afeganistão é medida

imprópria mas representa um gesto de solidariedade desta Casa, caixa de ressonância da opinião pública brasileira.

A proteção dos direitos humanos se universalizou de tal ponto que nenhum país, mesmo no respectivo território, pode julgar-se nesse domínio exclusivo e insustentável de gerências externas no tratamento aos direitos dados aos seus jurisdicionados. O assunto tem sido objeto de debate nos fóruns apropriados, nas comissões internacionais de direitos humanos, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que vem impondo aos Talibans uma série de medidas coercitivas. Consideramos também que o Senado Federal deve exprimir o seu repúdio pelas práticas chocantes contra a mulher afegã, vítima indefesa da milícia ultrafundamentalista islâmica Taliban.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Requerimento nº 608, de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão, o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – O Brasil não reconhece o Governo do Afeganistão?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Brasil não reconhece o Governo afegão?

O SR. PEDRO PIVA – Não, creio que alguns países não reconhecem.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – E o Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Creio que não tem representação diplomática.

O SR. PEDRO PIVA – Senador, estou aqui como Relator ad hoc.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Tenho a impressão de que talvez alguém do Paquistão faça a representação. Não sei. Não é a Embaixada do Brasil no Paquistão que nos representa junto ao...

Confesso que não sei.

O SR. PEDRO PIVA – O governo existente lá é do Taliban. Se não reconhecemos, não podemos protestar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Poderíamos adiar a votação., então?

O SR. PEDRO PIVA – É melhor, mesmo porque nem o relator nem o autor da proposta estão aqui, num assunto que gera polêmica. Penso que temos de aguardar.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, nesse caso, tenho a impressão de que deveríamos fazer uma consulta a quem nos representa.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, a informação é de que a nossa Embaixada é em Islamabad e é em caráter cumulativo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Era o que eu pensava: Islamabad, no Paquistão.

O SR. JOSÉ ALBERTO SOUZA – Mas isso antes da revolução e do domínio da milícia. Quase todos os países se afastaram do governo do Taliban. Eles se isolaram totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Então, houve uma ruptura de relações?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – E eles declararam que não aceitam o convívio internacional. Quando fizeram a destruição das estátuas, não aceitaram o protesto de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Como não estão presentes nem o autor nem o relator, e como esta Presidência fará uma consulta ao Itamaraty sobre a situação atual, a verdadeira natureza das nossas relações, fica para uma outra reunião.

Todos concordam com o adiamento? (Pausa)

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, o próximo item refere-se a um requerimento do Senador Tião Viana relativo a uma proposta de debate de grande relevância sobre as drogas no Brasil. Teremos, nas próximas semanas, demandas de grande relevância relativas ao Conselho de Ética, assim como alguns simpósios pendentes, como aquele que esta Comissão e a CAE realizarão relativamente a Alca e Mercosul. Como o Senador Tião Viana não está aqui neste momento, talvez fosse interessante adiar para que S. Exª possa estar aqui. Mas, da mesma maneira como, hoje de manhã, o Senador Paulo Hartung e eu dissemos ao Senador Lúcio Alcântara da importância de não distanciarmos muito o debate sobre a Alca e o Mercosul, eu pediria a V. Exª que, até à próxima semana, tenhamos um diálogo sobre isso, a fim de programarmos para junho uma primeira etapa daquele importante debate e, daí, podermos planejar também essa outra importante atividade, que é o debate sobre a questão das drogas no Brasil, com a presença do Senador Tião Viana.

É a sugestão que deixo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, dou uma sugestão. Está na Comissão de Educação há mais de seis meses o relatório sobre a nova Lei de Drogas. Ele

foi a Plenário, já estava em fase de votação, quando o Senador Artur da Távola pediu vista, apresentando um voto em separado. Depois, o projeto estagnou. Se aprovados esses convites, poderíamos fazer a reunião junto com a Comissão de Educação, para que se coloque em discussão o projeto, a fim de que possamos avançar na nova Lei de Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Ex^a sugere uma reunião conjunta?

O SR. ROMEU TUMA – Sim. Já que o tema é drogas, que possamos já discuti-lo, levando em conta o projeto que está em andamento na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Romeu Tuma, quando for votado o requerimento do Senador Tião Viana, apreciaremos, ao mesmo tempo, a sua sugestão para a reunião conjunta.

O SR. ROMEU TUMA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h36min.)

Ata da 8ª Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JEFFERSON PÉRES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: JOSÉ AGRIPINO, IRIS REZENDE, RENAN CALHEIROS, PEDRO PIVA, GERALDO CÂNDIDO, MAURO MIRANDA, BELLO PARGA, JOÃO ALBERTO SOUZA, FERNANDO MATUSALÉM, JOSÉ COELHO, EMÍLIA FERNANDES, GILBERTO MESTRINHO, ROBERTO SATURNINO, GERALDO MELO, ROBERTO REQUIÃO, HUGO NAPOLEÃO, ROMEU TUMA, EDUARDO SUPLICY, TIÃO VIANA e BERNARDO CABRAL. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência comunica que a reunião teria a apresentação dos Senadores HUGO NAPOLEÃO e PEDRO PIVA a respeito da reunião da III CÚPULA DAS AMÉRICAS EM QUEBEC (reunião sobre a ALCA). Em virtude da ausência do Senador HUGO NAPOLEÃO, passa a palavra ao Senador

PEDRO PIVA para um breve relato. Fazem uso da palavra para discutir o assunto os Senhores Senadores JOÃO ALBERTO e EMÍLIA FERNANDES. Passa-se a apreciação das matérias constantes da pauta. Item 01 - Projeto de Lei do Senado n.º 292/1999 (tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado n.º 386/1999 e PLS n.º 614/1999) – “que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo e dá outras providências.” Autor: Senador GERSON CAMATA. Relator: Senador PEDRO PIVA. Parecer: Pela Aprovação. Item 02 – Projeto de Lei do Senado n.º 386/1999 (tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado n.º 292/1999 e Projeto de Lei do Senado n.º 614/1999) – “que acresce dispositivos à Lei n.º 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo.” Autor: Senador DJALMA FALCÃO. Relator: Senador PEDRO PIVA. Parecer: Pelo Arquivamento. Item n.º 03 – Projeto de Lei do Senado n.º 614/1999 (tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado 292/1999 e Projeto de Lei do Senado n.º 386/1999 – “que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional e dá outras providências.” Autor: Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA. Relator: Senador PEDRO PIVA. Parecer: Pelo Arquivamento. Colocado em discussão fazem uso da palavra os Senhores Senadores PEDRO PIVA, RENAN CALHEIROS, EMÍLIA FERNANDES, GERALDO MELO, ROMEU TUMA e ROBERTO REQUIÃO. Colocado o Projeto em votação nominal o Senador RENAN CALHEIROS declara que recorrerá ao plenário se mantendo durante a votação em abstenção. Votaram sim 10 Senadores. Houve uma abstenção. O projeto foi aprovado. Item n.º 04 – Requerimento n.º 04, de 2001-CRE – “que requer nos termos dos incisos II, III, V, IX, XI e XIII do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja promovida, se possível no mês de maio, audiência pública no âmbito dessa Comissão, com a presença das autoridades abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras autoridades que venham a ser, igualmente, chamadas a debater neste plenário, para que possamos melhor conhecer e debater em profundidade as ações e mecanismos do Governo no combate ao tráfico e ao consumo de drogas, as normas legais vigentes e o quadro atual da dependência no Brasil.” Autor: Senador TIÃO VIANA. A apreciação do requerimento é adiada por falta de “quorum”. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diá-

rio do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Jefferson Péres** – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número, declaro aberta a reunião.

Teríamos hoje uma exposição do Senador Hugo Napoleão, complementada pelo Senador Pedro Piva, a respeito da reunião da ALCA em Quebec, mas o Senador Hugo Napoleão se atrasou e não sei nem se virá à reunião.

Assim, vou colocar primeiro o projeto do qual é o Relator o Senador Pedro Piva, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO PIVA – O Senador Hugo Napoleão ia fazer uma explanação sobre a viagem do Senhor Presidente a Quebec.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – E V. Ex^a também.

O SR. PEDRO PIVA – É. Não me preparei, mas gostaria até de fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Ex^a quer fazer um ligeiro relato?

O SR. PEDRO PIVA - ...relato de cinco a dez minutos a respeito dessa viagem. Essa não é a primeira viagem que o Senhor Presidente faz relacionada com a ALCA. A ALCA tem sido discutida durante todo este Governo e trata-se do mecanismo, como todos sabem, da Área de Livre Comércio das Américas e com o qual precisamos ter muito cuidado com essa nossa incursão. Já temos o Mercosul; os Estados Unidos têm o Nafta. O Senhor Presidente convidou um pequeno grupo, inclusive V. Ex^a, que não pôde comparecer. A viagem foi muito proveitosa, por dois motivos: em primeiro lugar, porque o Senhor Presidente colocou de maneira clara a posição do Brasil. Esse assunto foi manchete em todos os jornais do mundo. Sua Excelência fez um discurso brilhante. O próprio Deputado Aloízio Mercadante, que era um dos observadores, ficou impressionado com o discurso. Ele nos dizia, em tom de blague, que o discurso do Presidente, se fosse feito no Brasil, ele apoiaria o Governo in totum, porque era o discurso que a Oposição e todo o País gostaria de ouvir.

Depois, tivemos algumas reuniões – três reuniões –, principalmente com os Senadores americanos – e para a qual o Ministro Celso Lafer nos convidou –, dois democratas, dois republicanos e dois independentes, mais o Ministro Alcides Tápias, eu e o Senador Hugo Napoleão. Nesse encontro aconteceu um fato muito interessante e que mostra que realmente precisamos nos precaver contra a entrada ataba-

lhada ou apressada na ALCA. A ALCA interessa a diversos produtos brasileiros. É óbvio que aumentaria, e muito, o nosso comércio exterior. Somos competitivo em uma série de produtos, principalmente em produtos primários, em produtos agropecuários. Temos competitividade no algodão, na soja, no gado, na laranja, nos produtos siderúrgicos, em papel celulose. Enfim, em uma série de produtos.

Posto isso, Sr. Presidente, começou-se a discutir com os Senadores americanos, com os dois primeiros. E, quando tocamos no assunto da siderurgia – de que é preciso abrir a siderurgia, é preciso acabar com o protecionismo –, os dois primeiros Senadores americanos, disseram: “Não, isso não. Sobre siderurgia não conversamos.” Como não conversam? “Não conversamos porque são 600 mil empregos de americanos e não podemos mexer nesse assunto. É um assunto proibido. Então, a siderurgia brasileira fica fora de acordo.”

Fomos em frente, falamos sobre produtos agropecuários. Eles nos disseram: “Isso é muito difícil, porque tem a parte sanitária. Precisamos verificar isso com muito cuidado. E tem o sul dos Estados. Isso não se pode mexer. Nisso não podemos mexer.”

Fomos para o terceiro aspecto – a laranja, com uma sobrecarga de quatrocentos e poucos dólares por tonelada de impostos. Levantei essa questão. O Senador americano disse: “Ah, não. Laranja, não. Afeta a Flórida totalmente. Não podemos mexer no produto. Então, realmente, fica muito difícil negociarmos dentro desses termos. Se não entrarmos nesse processo da ALCA com uma força de negociação muito forte, não adianta fazer o acordo. Aí os Estados Unidos nos ameaçam – e fizeram ameaças veladas na ocasião – com os acordos bilaterais. É um problema, porque amanhã ele fará com um país como o Caribe, por exemplo, da América Central, de banana com sei lá o quê. Pronto, o país está atendido. Faz lá um acordo de cobre com o Chile, e está atendido. Enfim, pequenos acordos bilaterais que atendem toda a América. Não podemos nos esquecer, Sr. Presidente, de que o Brasil é metade ou mais da América. No Brasil, são 170 milhões de habitantes. O PIB da Argentina, que é o segundo da América Latina, corresponde às exportações do Estado de São Paulo. A economia das Américas, desses 34 países, é extremamente frágil, e se não agirmos com grande segurança, com grande firmeza, a ALCA para nós será terrível, embora, como agricultor, como industrial, eu a apóie inteiramente. Temos que achar um caminho que beneficie o País para fazer essa inserção na América. Vamos ter três blocos no mundo: o bloco asiático, o bloco eu-

ropeu, que já está com a sua produção e o seu consumo equilibrados, e os Estados Unidos, o Canadá e o México com 8 mil quilômetros de fronteiras. Só para se ter uma idéia, Sr. Presidente, o comércio bilateral do Canadá com os Estados Unidos corresponde a 90% das exportações mexicanas. Então, é um apêndice dos Estados Unidos. A nossa é de 20%.

Sr. Presidente, esta Comissão, no futuro, deveria pedir ao Ministro Celso Lafer que viesse aqui falar especificamente sobre a ALCA, que é um tema irreversível, que vai ser a seu tempo discutido, e é melhor que se discuta o mais breve possível.

O presidente americano ficou profundamente irritado com o discurso do nosso Presidente, que foi incisivo, foi firme, e que disse, no seu final, no seu último parágrafo, que capitular em função da atitude e das imposições dos mais fortes é melhor não fazer. Enfim, foi interessante a reunião em virtude da firmeza do Presidente da República em relação a esse instituto. O resto V. Ex^a sabe, os jornais anunciaram, foi interessante, o Presidente brasileiro foi extremamente prestigiado, ele se sai muito bem nessas viagens internacionais, é um homem brilhante, culto, preparado, e que eleva sempre o nome do Brasil nessas missões no exterior. Mas, Sr. Presidente, tínhamos que tomar muito cuidado sobre esse aspecto e, no momento oportuno, pedir ao nosso Ministro do Exterior que venha aqui fazer um relato mais profundo do que vai ser a ALCA e as conseqüências em relação ao nosso país. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Muito obrigado, Senador Pedro Piva, pela sua explanação.

Com a palavra, o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO – Senador Pedro Piva, dos países presentes, quais teriam pelo menos uma posição semelhante à do Brasil? Ou todos estão alinhados à posição norte-americana?

O SR. PEDRO PIVA – Senador João Alberto, não conheço bem, não sei a soma do PIB desses 34 países...

Só para lembrar, o presidente americano se irritou quando o Presidente Fernando Henrique, logo no início do seu discurso, disse que estavam lá os 34 países das Américas, menos um, Cuba, o país amigo, e que esperava que na próxima reunião Cuba estivesse presente. Isso já causou um frisson no presidente americano, mas foi muito bem recebido por todos os outros países representados. Interessante é que a maioria – isso é apenas por curiosidade – estava com seus aviões particulares, países pobres, países em situação difícil, e nós fomos em avião fretado da TAM;

a única coisa ruim é que não podíamos tirar o nome da TAM para colocarmos um dístico ou a bandeira do Brasil.

Senador João Alberto, estamos um pouco sozinhos nessa luta por causa da ameaça...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Piva, com certeza o único País que tem posição firme como o Brasil, ou até mais, é a Venezuela. Com certeza.

O SR. PEDRO PIVA – O Presidente nos esclarece, aliás, sendo vizinho da Venezuela, é conhecedor profundo daquele País e muito amigo do Presidente Hugo Chavez. Mas V. Ex^a tem razão, Senador Jefferson Péres. A Venezuela estava firme do nosso lado, mas precisávamos juntar, precisava haver uma conscientização da América. Entristece-me muito, Senador João Alberto, não ver a união desses países todos devido a força dos Estados Unidos. E vou cometer uma inconflência. Nessa reunião, eu me irritei muito em razão da posição em que ficamos. Quando se tocava num assunto, não se podia discutir sobre ele. Então, levantei-me e disse para alguns assessores e pessoal do Ministério que não adiantava ficar conversando e que por isso eu ia embora. Se não havia nada para conversar, se não se podia tocar em determinados assuntos, não havia razão de se estar ali. Aí um dos presentes disse que, se tivesse 10 trilhões de PIB e estivesse na situação dos Estados Unidos, também faria o mesmo. Então, era mais um motivo para eu ir embora, pois estava perdendo tempo.

Quer dizer, essa é a situação. Temos que brigar, Senador Alberto, temos que brigar até o fim. É aquela velha conversa: a paz a qualquer custo, mas se for guerra é guerra. Então, temos que decidir se fazemos a paz e nos submetemos a tudo isso – o que não acho correto – ou se vamos brigar.

A meu ver, o Brasil deveria ir às últimas conseqüências em defesa de seus legítimos interesses.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Obrigado, Senador Pedro Piva. Creio que já tenha sido uma grande vitória da diplomacia brasileira e do Governo, obviamente, ter conseguido manter como horizonte de negociação 2005. A pressão era muito forte no sentido de antecipar para 2003.

O SR. PEDRO PIVA – Exatamente, essa foi a posição firme do Governo brasileiro e com uma grande vitória, que tem que ser consolidada.

E eles insistem sempre; na próxima reunião, voltarão à carga e nós não estamos preparados para assumir a ALCA neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Gostaria de colocar algumas questões, Senador Pedro Piva. Em primeiro lugar, a minha posição com relação à ALCA. Creio que um dia já falamos brevemente sobre esse assunto. Tenho grande preocupação com relação ao ingresso do Brasil na ALCA. Não podemos entrar fragilizados numa organização de países poderosos e ricos. Este não é o momento, até pelo relato que V. Exª fez aqui dos encaminhamentos e do tratamento a nós dispensado – e não só o tratamento desrespeitoso em relação ao nosso País. Mas essa questão precisa ser considerada na hora de analisarmos o ingresso ou não do Brasil na ALCA. Precisamos saber também das conseqüências.

Sou uma defensora intransigente do Mercosul. Vejo que o Mercosul até hoje não saiu das boas intenções, inclusive daqueles que o previram, planejaram e tornaram uma realidade.

Venho de região de fronteira, e embora o Mercosul não seja uma questão de fronteira ou de Estados – é de países e o Brasil todo entra na questão do Mercosul – são os moradores daquelas regiões de fronteira que sentem a integração de fato, se realmente existe uma ponte. Quando se fala em integração econômica, são alguns ramos da atividade econômica, são alguns empresários, alguns setores da economia que vivem essa integração. São os trabalhadores, o povo; e a cultura, a educação também fazem parte dessa integração, na visão que temos do Mercosul. Qualquer medida integrada com os outros países que se pense em fazer numa região de fronteira é a maior dificuldade burocrática, a dificuldade visível. Basta ver agora essa questão que atinge o Rio Grande do Sul em relação a essa febre aftosa. É porque não se conseguiu encaminhar uma política conjunta de fiscalização entre os países.

É lógico que, numa região de fronteira, onde há apenas, às vezes, um rio e, no nosso caso, uma fronteira seca, onde a pessoa põe um pé no Uruguai e outro no Brasil, onde apenas uma cerca de arame apenas separa os animais doentes dos sadios, não podiam impedir. E não houve um avanço de uma política. Isso é um fato.

Buscamos uma universidade binacional, que está sendo a coisa mais difícil até hoje. Estamos há seis anos discutindo o assunto, e não se avança. Queremos garantias de direitos dos trabalhadores que trabalham num dos países – Uruguai, Brasil ou Argentina e pode ser até qualquer outro país –, mas não se consegue avançar.

No que se refere à questão da comunicação, dos Correios, tínhamos – e cheguei aqui e ainda denunciei nesta Casa – uma carta saindo de Santana do Livramento para a Cidade de Rivera, no Uruguai, a uma distância de 100 metros, e a correspondência teria que ir a Montevideu e, depois, voltar à casa que estava a 100 metros do remetente. Ou, se era no Uruguai, teria que ir a Porto Alegre ou Rio de Janeiro para depois retornar.

São exemplos rápidos que digo. Se não conseguimos amadurecer um acordo comercial, mas que tem uma visão muito mais ampla, até pelos propósitos que o Brasil entrou, como vamos entrar numa integração com países poderosos, com países, que nos olham sempre como Terceiro Mundo, que devem ser explorados e que estão em desenvolvimento, portanto, estão em condições de obedecer? Então, tenho restrições.

Gostaria de perguntar a V. Exª o seguinte: quando V. Exª diz que até se exaltou com o tratamento desrespeitoso, que captei – considero desrespeitoso –, foi por parte de quem expressamente? Representantes de que países, encaminhamentos? Gostaria de saber. Penso desrespeitoso, inclusive, não apenas com V. Exª, mas com o país que V. Exª estava representando lá.

O SR. PEDRO PIVA – Em primeiro lugar, fomos como observadores apenas; não fomos como uma delegação, com poderes de decidir.

Sou, como V. Exª, um entusiasta do Mercosul. Mas o Mercosul avançou, Senadora Emilia, porque, da época do Senador Sarney, que instituiu o Mercosul, até hoje o comércio entre a Argentina e o Brasil aumentou dez vezes. É um feito absolutamente expressivo.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Mas ainda há uma concorrência, inclusive, desencontros...

O SR. PEDRO PIVA – Claro, não há dúvida. Mas sou tão entusiasta, que faço parte de um conselho, antes de assumir a cadeira no Senado, que se chama CEAL, Conselho Empresarial da América Latina, que trata justamente de problemas do Mercosul. Sou o maior entusiasta desse programa. Quem falou a respeito... Não me exalto. Só exalto quando tocam nos pontos absolutamente... Aí, o meu sangue italiano, da fronteira, se exalta. Fiquei irritado com a posição apenas. Foram assessores brasileiros, Senadora.

Quero reiterar aqui que o Presidente da República fez um sucesso extraordinário. E Sua Excelência marcou a posição do Brasil e a data. Como vitória diplomática, essa viagem foi um sucesso, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Vamos à pauta.

Os Itens 2 e 3 contêm projetos que tramitam em conjunto, cujo relator é o Senador Pedro Piva.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Já lhe concedo a palavra pela ordem.

Senador Pedro Piva, quando o projeto foi discutido aqui pela primeira vez, eu nem pertencia à Comissão. Pergunto: o parecer de V. Ex^a foi lido?

O SR. PEDRO PIVA – Foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – E a discussão foi encerrada?

O SR. PEDRO PIVA – Foi adiada.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Muito bem.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, como a discussão desse projeto que, sem dúvida alguma, é um projeto complexo, controverso e que divide opiniões, em função do momento óbvio que o Senado está vivendo, de o fato de o autor do projeto estar vivendo, sem trocadilho, um verdadeiro fogo cruzado, faço um apelo a esta Comissão, e especialmente a V. Ex^a, a fim de que possamos adiar a discussão desse projeto, de modo a permitir surpreender ainda algumas afinidades, para tentarmos marcar, afinal, o dia da sua votação.

O País hoje se depara com índices crescentes de violência, lamentavelmente a arma de fogo está na raiz da violência no Brasil. No mundo todo onde se tem o mais eficaz controle da arma de fogo temos uma queda conseqüente da violência, e isso não se verifica no Brasil. No ano que passou, 49 mil pessoas foram assassinadas por arma de fogo, obviamente pela banalização do uso da arma de fogo, pela facilidade que se tem para comprar uma arma de fogo em qualquer lugar. Isso, Sr. Presidente, sem levar em consideração que, se não ocorrer um atendimento a essa proposta para que possamos adiar a votação, inevitavelmente terei que recorrer, o art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal diz que não se admitirá emenda em sentido contrário à proposição quando se trata de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei, que é o caso, ou de resolução. Todas as propostas em discussão objetivam a proibição do uso e da venda da arma de fogo, é o objetivo central das propostas que estão em tramitação.

E, lamentavelmente, o parecer do Senador Pedro Piva, e não queria entrar no mérito dessa discussão, conclui por uma emenda que propõe o contrário, propõe, por exemplo, no art. 2º, que só é admitido o porte, já trata do porte quando o projeto propõe o fim do porte da venda e do uso da arma de fogo. Propõe que o porte, no art. 2º, só é admitido a quem a lei reconhece esse direito como inerente à função ou atividade que exerce. O art. 3º, como algo arditosamente colocado, estabelece que a concessão de novos registros, ou seja, burlando a limitação do próprio §2º, de armas de fogo destinada a defesa de pessoas não enquadradas no art. 2º dependerá de o requerente comprovar bons antecedentes, comportamento social produtivo, capacidade técnica de manuseio de arma e aptidão psicológica. Sr. Presidente, o §2º diz ainda, pior, que as pessoas que possuem armas não registradas, reconhece-se o direito de regularizar a posse no prazo de 120 dias, ou seja, o parecer do Senador Piva, lamentavelmente, é no sentido oposto das proposições, contrariando o Regimento no seu art. 230, se não me engano, já citado. Limita as possibilidades do uso de arma de fogo no art. 2º, e no art. 3º amplia e condiciona apenas a comprovar bons antecedentes e comportamento social produtivo.

Sr. Presidente, no §1º diz que fica garantida a validade dos registros já concedidos também no sentido oposto; no §2º diz que as pessoas que possuem armas não registradas têm 120 dias para registrar. Ora, temos, no Brasil, apenas um milhão e setecentas armas legalizadas contra 20 milhões de armas ilegais. O parecer do Senador Piva, que conclui com uma emenda, dentre outras coisas está abrindo prazo para legalizar, pasmem, as armas ilegais existentes no País. É o oposto do que as propostas pretendem. E o art. 230 do Regimento proíbe terminantemente emenda oposta ao objetivo de cada proposição. Então, em primeiro lugar, eu queria fazer um apelo para que adiássemos a votação em função do não encerramento da discussão.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, se não for possível o apelo, gostaria de requerer a V. Ex^a, com base no art. 230, que façamos antes da votação uma audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que ela diga da constitucionalidade do parecer do Senador Pedro Piva, que conclui com emenda que apresenta, como proposta, o oposto daquilo que os projetos pretendem, contrariando o Regimento, numa ação anti-regimental. Tenho pelo Senador Pedro Piva o maior respeito, mas é impraticável que o Senado se depare na apreciação de um projeto que objetiva proibir a venda de armas, com um pare-

cer que conclua por uma emenda que permite a venda, que permite o uso, que permite, dentre outras coisas, que as armas ilegais sejam registradas num prazo de cento e vinte dias. Estamos querendo, com isso, diminuir a violência. E o projeto, lamentavelmente, vai aumentar a violência porque, dentre outras coisas, vai legalizar as armas ilegais no Brasil.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Embora questão de ordem seja decidida pela Presidência, eu, em atenção ao Senador Renan Calheiros, gostaria de ouvir os membros da Comissão a respeito da questão levantada por S. Ex^a o Senador Pedro Piva, quer discutir a matéria ou quer levantar outra questão de ordem?

O SR. PEDRO PIVA – Não, eu fui informado pela Mesa que não tem nenhum cabimento a questão de ordem levantada sobre o adiamento da votação. Então, reitero que quero que se vote. Em segundo lugar, repudio, com todo o respeito que o Senador Renan Calheiros diz que me tem, que coloquei de forma ardilosa. Não coloco coisas ardilosas, coloco as coisas de frente, sempre. Fiz tudo o que era possível para se chegar a um acordo e reiterei diversas vezes que estava disposto a uma conversa, a um entendimento. Eu não ajo de forma ardilosa, ajo de frente, defendendo os meus pontos de vista. Repudio, portanto, desculpe-me Senador, a sua afirmação.

Quero votar, porque está no Regimento que posso votar. O que se faça depois, não. Esse projeto já foi para frente, já foi para trás, já foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já voltou, está há três anos, e a opinião pública não agüenta mais essa protelação. Temos que votar o projeto. É o entendimento. O Senador Renan Calheiros disse que não ia discutir, mas discutiu. Então, peço, com todo o respeito a V. Ex^a, que eu também possa. Tudo que o Senador Renan Calheiros afirma, eu afirmo em contrário. É óbvio que quero que se registrem as armas ilegais. Não gostaria que os carros ilegais do país ficassem ilegais, porque tem uma forma de legalizar.

Sobre o problema das armas, da posse e do porte, isso já foi discutido. Cedi, no meu parecer, que poderia ter sido votado há meses, para que a discussão se prolongasse. Só que realmente não agüento mais. Não é que não agüente. Na semana passada, o Senador Lúcio Alcântara pediu que o projeto fosse levado a plenário para ser votado, o que seria um desrespeito a esta Comissão e ao Relator, que está dispos-

to a submeter à votação pelos Srs. Senadores os itens que aqui estão em meu relatório e em meu parecer.

Então, não vou-me alongar, Senador, mas, sob meu ponto de vista, o relatório está aqui presente. Só vou dizer que damos força. Se pararmos, se não formos andando sem a discussão, as firmas de segurança estão numa situação, temos um milhão de pessoas, Senador Geraldo Melo, que fazem parte. O Senador Renan Calheiros quer que as firmas de segurança continuem armadas, é um milhão de pessoas, que são a maioria dos que vão portar armas, despreparados, uma segurança não orientada. E vai-se proibir que o cidadão pacato tenha a sua arma em casa. Sou absolutamente contrário ao porte de arma.

O Senador Renan Calheiros esqueceu de dizer que fui Presidente de um hospital em São Paulo, todos sabem, a Fundação Zerbini, que é um órgão do Hospital das Clínicas. Setenta por cento das pessoas que entram no hospital acidentadas com armas são vitimadas com armas de fogo, mas são bêbados e portam armas fora da sua residência. Nas residências, o número é ínfimo. Mas, se for para discutir o projeto, discutirei depois, com os argumentos que tenho, que acho justos, mas sempre dizendo que não é a arma de fogo em casa, não é a arma de fogo do cidadão pacato que gera violência. O que gera violência é a falta de uma política de segurança correta, é a falta de condições neste País para o homem mais pobre, para aquele que está sem emprego. Falta de tudo, há uma série de problemas, e não é arma de fogo. Por exemplo, em São Paulo aumentou de 50 mil para 100 mil o número de celas nas penitenciárias, mas não adiantou nada. O que nós vemos em revistas e se insinua nos corredores é que eu faço parte de lobby. Lobby de arma de fogo, Senador?! Repudio absolutamente. Em cima de mim? Ninguém tem a coragem de me abordar, em qualquer situação, em qualquer corredor, para dizer que eu faço lobby ou qualquer alguma coisa. Não preciso disso. Todos sabem disso.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente...

O SR. PEDRO PIVA – Eu estou falando e vou falar até o fim. Eu ouvi V. Ex^a, vou terminar e, em seguida, darei o aparte a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS – Com muito prazer.

O SR. PEDRO PIVA – Não admito. A pergunta que se tem em mente, Sr. Senador, é: o que o povo faz num País tão violento? Ao contrário do que se possa pensar, a resposta é fácil: é pobreza, usada tantas ve-

zes para justificar as mais diversas mazelas da sociedade.

Todas as projeções dizem, em dezenas e dezenas de páginas, que a causa é a pobreza, a falta de emprego. O povo brasileiro é responsável por toda essa violência que grassa no País. Quando o que eu quero é justamente que isso seja controlado. No Rio de Janeiro, do Senador Geraldo Cândido, que está aqui, no ano passado, foram registradas 50 armas, e o crime aumentou alguns milhares de vezes.

Gostaria de ver, neste País, uma arma ser vendida com CIC, CPF, atestado de bons antecedentes e registro. Gostaria que, neste País, os vigilantes não pudessem portar armas nem fora do seu trabalho. Que ela ficasse na residência ou no local de trabalho.

Então, eu propugno um avanço, a utopia do possível. Banir todas as armas do País, fechar as fábricas, como foi no começo, é impossível. Eu quero a utopia do possível, e não a utopia pura, romântica, que não existe. Então, sou favorável em meu relatório. Já fui muito condescendente, muito calmo e assim continuo, após o meu desabafo natural. Mas gostaria que esse projeto – inclusive o Senado e esta Comissão têm essa autoridade – seja votado. Senão, virará uma pândega.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Renan Calheiros, com a palavra, V. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, já que o Senador Pedro Piva não me concedeu o aparte, gostaria de fazer uma rápida contestação.

O SR. PEDRO PIVA – Desculpe. Eu concedo o aparte.

O SR. RENAN CALHEIROS – Já que é impossível, pelo menos do ponto de vista de S. Exª – V. Exª ainda não se pronunciou a respeito da colocação que fizemos – transferirmos a discussão da matéria para marcarmos uma posterior votação, entendo até que, independentemente dessa discussão sobre lobby, se existe ou não, não tem nenhum sentido que ela se faça aqui.

O SR. PEDRO PIVA – Não. Eu não discuto. Eu não admito. Eu não admito.

O SR. RENAN CALHEIROS – Eu não estou dizendo que V. Exª é representante de algum lobby. O que estou dizendo é que V. Exª não pode, porque o Regimento não permite, ...

O SR. PEDRO PIVA – É sua opinião. Eu estou aguardando o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS – Eu ouvi V. Exª, e V. Exª vai ter que me ouvir.

O SR. PEDRO PIVA – Pois, é. Mas eu ouço, primeiramente, o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS – Vai ter que me ouvir.

O SR. PEDRO PIVA – O senhor vai ter que...

O SR. RENAN CALHEIROS – Agora, eu concedo o aparte, se V. Exª quiser discutir.

O SR. PEDRO PIVA – Discuto com V. Exª o que quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS – O que V. Exª não pode é aproveitar a tramitação de um projeto de lei que objetiva acabar com o uso e com a venda de armas, porque o Regimento, no seu art. 230, não permite. Ele diz textualmente: "Não se admitirá emenda em sentido contrário à proposição quando se trate de proposta de Emenda à Constituição, projeto de lei – que é o caso – ou de resolução." E a Proposta, Sr. Presidente, objetiva acabar com o uso e a venda de armas. O projeto do Senador Pedro Piva legaliza o uso da arma.

O SR. PEDRO PIVA – Restringe.

O SR. RENAN CALHEIROS – Não restringe, amplia.

O SR. PEDRO PIVA – Restringe.

O SR. RENAN CALHEIROS – Amplia.

O SR. PEDRO PIVA – Como? Eu proíbo o porte.

O SR. RENAN CALHEIROS – Amplia, porque, dentre outras coisas, repito, V. Exª está legalizando as armas ilegais no País.

O SR. PEDRO PIVA – Graças a Deus. Porque eu vou colocar as armas civilmente...

O SR. RENAN CALHEIROS – Graças ao seu deus; ao meu Deus, não. O meu Deus não quer isso.

Sr. Presidente, se o Senador Pedro Piva quiser, se essa for a sua convicção – acredito que o é -, S. Exª deve apresentar um projeto de lei na forma do Regimento. Mas o Regimento não permite que um projeto de lei dos Senadores Jefferson Péres ou João Alberto, por exemplo, seja por meio de um parecer que conclui por uma emenda apresentada no sentido oposto do que se quer. Se o Regimento não o permite, o mais recomendável, nesse caso, é que o Senador Pedro Piva assine um projeto de lei. Mas essa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acredito – o bom senso não manda, o equilíbrio também não -, não pode apreciar um parecer que conclui pelo oposto do que se quer com o projeto de lei, contrariando o art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PEDRO PIVA – Já estive na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e fiz um acordo e honrei o acordo com V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS – Voltarei a falar quantas vezes V. Ex^a quiser. A citada Comissão não tratou do parecer de V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA – Tratou sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS – O parecer de V. Ex^a foi apresentado à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PEDRO PIVA – Fiz um acordo com V. Ex^a que não objetaria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para ser votado. V. Ex^a concordou que fosse aqui votado.

O SR. RENAN CALHEIROS – Fizemos uma acordo para votar o meu parecer, que foi aprovado com o voto de V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA – Então, onde está o meu parecer?

O SR. RENAN CALHEIROS – E agora V. Ex^a apresenta o parecer contrário àquilo que aprovamos.

O SR. PEDRO PIVA – Que V. Ex^a já sabia, quando tentou fazer um acordo comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS – Eu sabia que V. Ex^a iria legalizar...

O SR. PEDRO PIVA – Foi lido aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS – Eu sabia que V. Ex^a iria permitir que qualquer cidadão, desde que comprovasse bons antecedentes e comportamento social produtivo, poderia adquirir uma arma no Brasil? Sou contra isso! Sempre fui contra e por isso estou aqui.

O SR. PEDRO PIVA – V. Ex^a ouviu a exposição aqui. V. Ex^a ouviu a minha exposição, a discussão da matéria e fez um acordo para que se votasse na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o que acatei. Honrei o meu compromisso, mas V. Ex^a não está acatando o compromisso de votar aqui, porque V. Ex^a...

O SR. RENAN CALHEIROS – Que compromisso?

O SR. PEDRO PIVA – O compromisso de votarmos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, transferirmos a discussão...

O SR. RENAN CALHEIROS – Estou aguardando que V. Ex^a conclua.

O SR. PEDRO PIVA – Falou. V. Ex^a falou isso.

O SR. PEDRO PIVA – “Vamos votar na Comissão de Relações Exteriores”.

Então, o que peço apenas é que V. Ex^a cumpra a sua promessa, como cumpri a minha na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de acatar o seu pa-

recer sem disculpir para ser votado aqui, nesta Comissão, esse meu parecer. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS – Deixe-me explicar o que houve, pois o Senador Pedro Piva está confundindo completamente. Lá, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, votamos um parecer em torno do qual estabelecemos um acordo. Ele foi aprovado. E aqui ficamos de procurar um acordo novo, de modo a preservar a essência do projeto, que é a proibição da venda de armas.

O SR. PEDRO PIVA – Então, V. Ex^a aceita que houve um acordo aqui? V. Ex^a disse que não pode discutir, que é anti-regimental, como, então, fazer um acordo?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS – Porque o parecer de V. Ex^a é anti-regimental, porque contraria o art. 230 do Regimento. Não houve acordo procedimental, porque ninguém conhecia o mérito, o âmago do parecer de S. Ex^a, que foi apresentado somente agora.

O SR. PEDRO PIVA – Foi lido aqui, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Senador Renan está com a palavra, Senadora Emilia Fernandes.

O SR. RENAN CALHEIROS – Estou com a palavra e darei o aparte à Senadora Emilia Fernandes com o maior prazer.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem é que estou pedindo, depois...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Mas só pode levantar a questão depois de S. Ex^a terminar.

O SR. RENAN CALHEIROS – A senhora me interrompeu e lhe darei, com muito prazer, o aparte.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não pedi aparte. Somente registrei um pedido pela ordem para o Presidente no sentido de que, após V. Ex^a encerrar a sua participação, conversarei diretamente com a Mesa.

O SR. RENAN CALHEIROS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS – Então, Sr. Presidente, encerrando, quero mais uma vez explicar o que aconteceu.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fizemos um acordo em torno de um parecer que fazia concessões, obviamente. Não era o que eu queria, inclusive uma falada aqui pelo Senador Pedro Piva e outras mais. Aceitamos as concessões, mas

preservamos a essência dos projetos, que eram as proibições de uso, de venda, de fabrico, inclusive, de alguns deles. Concessão também fizemos para não prejudicar a indústria nacional. E acertamos que, na tramitação na Comissão de Relações Exteriores, buscáramos preferencialmente um acordo, mas de modo a manter a essência do projeto, que era a proibição do uso de armas de fogo. Jamais, Sr. Presidente, contrariando o art. 230 do Regimento que não permite que um parecer conclua por emenda oposta àquilo que se pretende no projeto.

Diante disso, não temos outro caminho senão recorrer a V. Ex^a para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal decida sobre a constitucionalidade ou não, uma vez que contraria frontalmente o art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu quero dizer que isso é uma coisa deplorável. A indústria de armas, no Brasil, está pensando que pode tudo, mas não pode. Não pode. O Brasil é campeão mundial em homicídios por arma de fogo.

O Senador Pedro Piva acaba de citar um dado que é terrível para a indústria: que só tivemos o registro de cinquenta armas de fogo no Rio de Janeiro. E quantas, eu pergunto, foram colocadas no mercado de uma maneira clandestina, como se faz com o cigarro? Armas que são vendidas para Trinidad y Tobago, para o Paraguai e retornam para o mercado interno, para o seu consumo, para uso do crime organizado, que aumenta a criminalidade neste País. Eles não podem.

Outro dia, Elio Gaspari – o mais renomado jornalista deste País – disse, num artigo, que uma grande indústria, a Taurus, que está defendendo interesses nos corredores deste Senado Federal – e eu tenho testemunha -, não com o Senador Pedro Piva, mas defendendo interesses, está fazendo apologia do uso e da venda de armas de fogo nas escolas deste País. Pasmem! E este Senado não pode concordar com isso.

Confio plenamente na consciência jurídica de V. Ex^a, regimental, e tenho certeza de que a Comissão de Relações Exteriores não pode apreciar – discutir até pode – e votar um parecer que, objetivamente, é contrário àquilo que se pretendia com a proposta.

Entendo que é um direito do Senador Pedro Piva, que, assim como outros Senadores, pensa o que quiser e, democraticamente, nós teremos que respeitar. Se S. Ex^a entender que é importante, é prioritário liberar o uso de arma de fogo no Brasil, ampliar o uso do porte, legalizar as armas ilegais existentes, hoje, no País, pode fazer tudo isso, mas deve fazê-lo

por meio de um projeto de lei. S. Ex^a não deve aproveitar a tramitação de uma proposta que pretende acabar com o uso e a venda de armas para aprovar exatamente o contrário, porque o Regimento não permite. O Regimento não permite.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Há oradores inscritos: Senador Geraldo Melo e Senador Roberto Requião.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, embora citado, eu só gostaria de dizer uma frase, para encerrar, porque, do contrário, ficaremos nós dois, o Senador Renan Calheiros e eu, discutindo enquanto os demais Senadores não têm oportunidade de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois não, Senador.

O SR. PEDRO PIVA – Não inverta, Senador Renan Calheiros, não jogue a imprensa contra mim – só isso –, fazendo o bom moço, o que quer acabar com a violência. Eu, como V. Ex^a, tenho o maior interesse de que, neste País, tenha menos violência e de que possamos dar um passo avante sobre o problema das armas. Só isso. Não me ponha como sendo um belicista que quer aumentar a violência, o tráfico e o comércio de armas no País.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senadora Emilia Fernandes, é pela ordem ou para uma questão de ordem?

A SRA. EMILIA FERNANDES – É para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – É questão regimental, então?

A SRA. EMILIA FERNANDES – É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois não.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Quero saber se nós estamos num processo de discussão da matéria, porque houve dois Senadores que se manifestaram. Fiquei um pouco confusa quanto a isso, porque eu desejo me inscrever para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Estamos em processo de discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não de discussão da proposta do Senador Renan Calheiros?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Discussão ainda, porque ela foi interrompida, segundo me informou o Senador Pedro Piva e segundo consta

dos registros, mas não foi encerrada. Então, estamos retomando à discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Certo. Está bem. Obrigada, Sr. Presidente. Então, me considere inscrita.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Geraldo Melo, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a.

Talvez poucos projetos, dos que estão em discussão no Congresso Nacional, possam suscitar tantas emoções e desencadear tão candentes discussões como esse. De minha parte, penso que os defensores desse projeto o defendem de muito boa fé: sonham com um País desarmado, em que a população possa viver em paz. E esse não é um sonho deles. É um sonho da sociedade. É um sonho de todos: viver em paz.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, tenho a impressão de que o Estado não tem o direito de criar regras, normas a que os cidadãos devem se submeter sem a contrapartida, a mínima garantia ao cidadão. Por mais calorosos que sejam os argumentos, eu desconfio que não exista, nesta Casa, nem em casa alguma, um único Senador, independente da sua posição em relação a esse Projeto que possa dizer aos cidadãos: nós vamos desarmá-los e vocês vão viver em paz. O Estado brasileiro, infelizmente, nobre Senador Jefferson Péres, não está apto a oferecer esta garantia ao cidadão. O nobre Senador Pedro Piva usou a expressão – utopia – muito apropriadamente. Sonhar com um Estado assim, com um País assim, todos nós temos o direito mas acreditar que, pelo simples fato de criarmos e escrevermos uma lei nova, proibindo o uso de armas, nós estaremos dando paz aos nossos concidadãos é mais do que uma utopia e chega muito a se distanciar de uma decisão que possa ser considerada plenamente responsável. A situação real do Brasil é que, com esta lei ou sem ela, existem, hoje, normas para venda de armas, para compra de armas e para porte de armas. São regras muito mais frouxas do que aquelas que se pretendem quando se soe em coibir o uso de armas e nem essa se cumpre. Se não se cumpre as regras de hoje, por que podemos garantir aos nossos concidadãos que vai ser cumprida a regra nova? O que vai acontecer é o que já está acontecendo. O que vai acontecer é que todos os marginais deste País que, hoje, têm a possibilidade de comprar armas clandestinas onde quiserem, que têm o endere-

ço dos fornecedores e que podem pedir por telefone, por carta ou por telegrama e que tem como receber nas suas casas, sem pagar imposto e podem colocar dentro do seu carro metralhadora Uzzi e armas proibidas que já são proibidas, hoje, continuarão com o direito de fazer isto, quando nós proibirmos os cidadãos pacatos de comprar uma arma para ter em sua casa. Por outro lado, de tanto ouvir argumentos, respeitáveis uns, densos outros, valiosos outros e subtécnicos e subcientíficos alguns deles, eu procurei ver se era possível, realmente, encontrar uma relação de causa e efeito entre o uso legal de armas de fogo no País e os índices de criminalidade deste País. E se nós formos ver os países do mundo, encontraremos índices para todos os gostos – elevados índices de violência com as armas permitidas, elevados índices de violência com as armas proibidas, uma salada de comportamentos que nada tem a ver com esta permissividade com que se usam as estatísticas para provar qualquer coisa. Lembro-me, Sr. Presidente, que alguém, uma vez, me dizia que a estatística é uma ciência para uns, uma técnica para outros, segundo a qual, se alguém comeu um frango inteiro no almoço, e o outro não comeu nenhum, cada um deles comeu meio frango. Na verdade, elas servem para provar o que quisermos, se tivermos a habilidade necessária.

O fato é que a pergunta que faço a esta Casa é: quem aqui está em condições de dizer que no dia em que proibirmos o uso de arma de fogo, essa clandestinidade a que se refere o Senador Renan Calheiros, de armas ilegais que saem, que vão para o Paraguai, que voltam, que essa clandestinidade vai desaparecer?

Quem aqui está em condições de dizer aos cidadãos: pode sair na sexta-feira à noite com a sua esposa, pode jantar fora, pode fazer o seu programa, que você voltará em paz e o seu carro não vai ser fechado por um outro e ninguém vai lhe colocar uma metralhadora na cara? Quem está em condições de dizer isso? O Estado brasileiro não está.

Pois aí está – sabemos nós – o crime organizado, não apenas no Rio de Janeiro, mas em toda parte, exibindo garras, dentes, força, organização, poder, eficiência, que as instituições regulares do Estado não têm nem parecida.

Eu, portanto, Sr. Presidente, pedi a palavra somente para dizer que bem que gostaria de viver num país assim, em que não houvesse violência, em que não houvesse armas, em que, se possível, não houvesse ódio, não houvesse desesperança, que fôssemos todos felizes. Infelizmente esse país ainda não foi criado e infelizmente ainda estamos muito longe dele.

E por melhores que sejam as intenções dos autores de todas as iniciativas de desarmamento do povo brasileiro, penso que o Estado brasileiro não está em condições de dizer aos cidadãos que se desarmem, que os bandidos serão desarmados também. Eu até que aceitaria, se pudéssemos iniciar por desarmar os marginais, por recolher nas favelas, por recolher nas palafitas, por recolher em certos bangalôs, em certos palacetes onde moram muitos bandidos também, por recolher as armas que ameaçam e levam insegurança à sociedade. E aí se pudéssemos dizer que os bandidos estão desarmados, garantimos que não entram armas mais neste País, aí sim, haveria um país que poderia exigir dos cidadãos que se desarmassem.

Mas, essa história de dizer que vamos começar porque temos que dar o primeiro passo, vamos primeiro desarmar os cidadãos e um dia vamos desarmar os bandidos, penso que ou o Estado se prepara para desarmar primeiro os bandidos ou não vejo como responsabilmente se possa exigir que se desarme toda a população do País.

Não estou defendendo uma população armada, mas uma população que encontre, como procura encontrar no nosso País, um jeitinho para continuar vivendo.

O SR. RENAN CALHEIROS – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GERALDO MELO – Ouço V. Exª com muita honra.

O SR. RENAN CALHEIROS – Eu queria colaborar com o brilhante pronunciamento de V. Exª, especificamente no que se refere à prioridade para desarmar primeiro os bandidos. É óbvio que estamos legislando aqui não para os fora-da-lei. O Estado já deveria ter desarmado essa gente, e os exemplos são muitos. Onde se tem uma polícia que trabalha ostensivamente com esse objetivo, conseguem-se resultados fantásticos. Não é possível, no Brasil, é conviver com essa calamidade. O Brasil tem por exemplo, já que V. Exª falou em estatísticas, segundo dados da ONU, na década de 90, 3 milhões de pessoas no mundo foram mortas por armas de fogo. No Brasil, foram 270 mil vítimas; ou seja, o Brasil tem 2,8% da população mundial, mas respondemos por 9% dos crimes cometidos com arma de fogo.

No Brasil, portanto, com esses dados, o nosso cidadão tem três vezes mais chances de morrer por arma de fogo que qualquer outro cidadão do mundo.

Outra estatística também da ONU: na recente Conferência Internacional de Controle de Armas Le-

ves, países em situação econômica pior que o Brasil, como Botswana, Tanzânia e Zâmbia, que proibem ou restringem o uso da arma de fogo, revelaram dados surpreendentes. Botswana registra apenas 15 assassinatos por 100 mil habitantes; a África do Sul, economicamente superior e sem controle de armas, registra 64,5 assassinatos por 100 mil habitantes. Significa dizer que onde há controle rigoroso da arma de fogo, há uma direta queda da criminalidade.

Verificaríamos isso sem dúvida no Brasil, porque as estatísticas brasileiras dizem – V. Exª as conhece muito mais do que eu – que 63% dos crimes que acontecem no Brasil, desses crimes que vitimaram 49 mil pessoas no ano que passou, acontecem por motivos fúteis, porque ali, na hora da discussão, alguém tem uma arma de fogo – há facilidade de sacar uma arma de fogo – e saca, atira, mata, morre. Lamentavelmente, isso acontece no Brasil.

Se acabarmos com o uso da arma de fogo, é óbvio que não vamos acabar com os motivos do crime – não tenho essa pretensão –, mas acabaremos, sem dúvida, Senador Geraldo Melo, com os chamados crimes imotivados, com os crimes que acontecem pela banalização do uso da arma de fogo. E isso não demoraríamos para ver. Permita-me citar o número de assaltos, por exemplo: de cada 100 assaltos cujas vítimas armadas reagem, mais de 90% são afetadas pelas armas de fogo. É uma grande ilusão dizer que a arma é uma possibilidade que alguém tem de se defender, de se proteger. Não, ela só agrava a situação, porque o cidadão de bem, a que V. Exª se referiu, não sabe atirar. O bandido não, porque sabe manejar a arma, maneja-a com muita destreza, faz uso dela no seu dia-a-dia.

O SR. GERALDO MELO – Muitos sabem, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – E é sempre surpreendido. Basta que o bandido perceba, num assalto ou seja lá no que for, que alguém está armado que ele prefere matar, em vez de dar as costas para a pessoa, porque sabe que invariavelmente vai ser atingido.

O SR. GERALDO MELO – Senador Renan Calheiros, conheço os argumentos de V. Exª, que são respeitáveis, e conheço algumas dessas estatísticas. Algumas não valorizo, por não achá-las apropriadas, como disse no início aqui, porque não descubro uma relação de causa e efeito. Por exemplo, no caso que V. Exª menciona da África do Sul, acho que a violência está muito mais associada à história do Apartheid, a um país que desenvolveu uma cultura de violência institucional, do que ao fato de ter arma ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS – Isso são as causas do crime.

O SR. GERALDO MELO – Senador Renan Calheiros, se V. Exª me permite, eu queria responder ao que acho essencial do que V. Exª disse e que, de certa forma, enriqueceu muito o pronunciamento que fiz. Peço desculpas à Comissão por estar-me alongando tanto.

V. Exª concordou comigo em que era preciso que o Estado, primeiro, desarmasse os bandidos para, depois, poder exigir da população que garantisse a todos nós vivermos num país desarmado. V. Exª disse isso. E V. Exª foi Ministro da Justiça, a lei estava ao seu lado. V. Exª estava lá. Por que V. Exª não desarmou os bandidos do Brasil?

O SR. RENAN CALHEIROS – Eu fiz, na medida do possível, o que poderia fazer.

Permita-me V. Exª um aparte, já que V. Exª me citou.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Renan Calheiros, está com a palavra o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Senador Renan Calheiros, eu ouvi V. Exª. Eu gostaria de concluir a pergunta, que ainda não terminei.

O SR. RENAN CALHEIROS – Mas me permita o direito de resposta.

O SR. GERALDO MELO – Claro. O Presidente, certamente, é um democrata, que o permitirá a todos.

Estou dizendo isso com o respeito que lhe tenho, com a estima que lhe tenho, com a admiração que lhe tenho. Ninguém poderia concordar mais do que eu concordo com V. Exª quando diz ter feito o possível, mas a sua intervenção e a sua resposta bastam para demonstrar uma coisa: um homem sério, um homem competente, um homem bem intencionado, como V. Exª, um homem convencido, como acabou de declarar aqui, de que é preciso começar por desarmar os bandidos, guindado à posição de Ministro da Justiça, fez, como V. Exª acabou de dizer, o que era possível. Mais não fez porque era impossível.

Portanto, e apesar de ter feito o possível, fica no ar a pergunta com que encerro a minha intervenção. V. Exª fez o possível. V. Exª era, para este fim, o Estado. O que era possível ao Estado fazer, V. Exª fez e eu lhe pergunto ...

O SR. RENAN CALHEIROS – Permita-me um aparte?

O SR. GERALDO MELO – Vou encerrar. V. Exª desarmou...

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Exª me chamou ao debate. Por favor, permita-me um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Renan Calheiros, V. Exª foi citado e lhe darei a palavra em seguida.

O SR. GERALDO MELO – Senador Renan Calheiros, V. Exª disse que fez o possível com a lei ao seu lado, sendo V. Exª o Ministro da Justiça. Encerro, Sr. Presidente, perguntando: V. Exª desarmou os bandidos do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Renan Calheiros, há outros oradores inscritos, mas como V. Exª foi citado, vou-lhe conceder a palavra, pedindo-lhe que seja breve.

O SR. RENAN CALHEIROS – Perfeito.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Se o Senador responder a cada um dos oradores aqui, o Senador Piva também tem o direito de interceder, porque cada um fala, e os dois...

O SR. RENAN CALHEIROS – Fui chamado ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senadora Emília Fernandes, o Senador Renan Calheiros, no pronunciamento do Senador Geraldo Melo, foi mais do que citado. O Senador Geraldo Melo terminou dirigindo uma pergunta ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – O Senador Geraldo Melo coloca uma questão com a qual temos que conviver, pela sua concretude, evidentemente.

Essa questão de desarmamento é uma questão que tem a ver com a competência. A segurança pública, a proteção das pessoas no Brasil compete aos governos estaduais. Acessoriamente, como Ministro da Justiça, eu fiz o que podia fazer.

No que compete a mim, quero dar dois exemplos que não deixam dúvidas com relação à pergunta que V. Exª me faz. Todas as vezes em que designávamos, através da Polícia Federal, um delegado para investigar um ilícito, um crime, no outro dia, via-se logo a notícia no jornal: delegado fulano de tal não pode porque praticou um crime, dois, três, quatro, cinco, seis. Diante disso, como nunca, até então, havia sido feito, editamos uma medida provisória e afastamos da Polícia, sumariamente, todos os delegados, agentes e superintendentes que conviviam com o crime ou que tinham praticado crimes – mais de sessenta pessoas, quatro superintendentes e vários delegados dos quadros da Polícia Federal foram afastados. Eu fiz a minha parte.

No porto do Rio de Janeiro e de São Paulo, havia um enorme número de assaltos, de roubos. Bastou que comprássemos...

O SR. GERALDO MELO – Senador Renan Calheiros, permita-me V. Exª um aparte. É só uma frase.

O SR. RENAN CALHEIROS – Deixe-me concluir, e eu darei o aparte a V. Exª.

O SR. GERALDO MELO – É só uma frase. O cidadão que está em casa e que tem a sua casa invadida por um bandido não está querendo saber se é fácil ou se é difícil, não está querendo saber se é possível ou impossível, ele quer saber somente se vinga a proposta do desarmamento na sociedade, porque ele não pode ter uma arma, a casa dele está sendo invadida, e um Ministro da Justiça competente e dedicado como V. Exª e vinte e sete governos estaduais não conseguem desarmar os bandidos do País.

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Exª raciocina de uma maneira oposta. O que queremos é conscientizar as pessoas de que arma na mão não resolve, de que o cidadão não sabe atirar, e o bandido sabe.

O SR. GERALDO MELO – Mas sabe.

O SR. RENAN CALHEIROS – Não sabe atirar. Esse discurso leva o cidadão comum a achar que armado está protegido. Meu Deus, isso é uma falácia! Se fizermos esse discurso – e hoje temos uma grande...

O SR. GERALDO MELO – Esse é um problema sociológico.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sociológico, não. É um problema de segurança pública. A proibição da venda de armas de fogo não acaba com o motivo do crime, repito, mas acaba com o crime motivado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Vamos evitar discussões paralelas. Está com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Mas esta discussão, Sr. Presidente Jefferson Péres, é necessária para que possamos formar uma consciência do que devemos fazer com o projeto. Mas antecede esta discussão a disposição regimental que fiz para V. Exª, na forma do art. 230, a qual gostaria que V. Exª levasse em consideração para fazermos, com bom senso e envolvendo setores da sociedade, uma discussão menos acalorada que essa.

Quando falei na Taurus e no artigo do Sr. Elio Gaspari não pretendia, de forma nenhuma, citar o Senador Pedro Piva, por quem tenho um grande respeito. Estou citando a indústria, que está exorbitando. Ao fazer a apologia do uso de arma de fogo nas escolas,

comete um absurdo. E o Senado Federal não pode conviver com isso.

Sr. Presidente, por esses motivos tenho dito e repetido isso. Sei que a correlação talvez não nos favoreça, mas sei também...

O SR. ROMEU TUMA – Senador, desculpe-me, V. Exª tem algum dado concreto sobre essa apologia nas escolas?

O SR. RENAN CALHEIROS – Está em um artigo do Sr. Elio Gaspari, publicado na Folha de S. Paulo de domingo, o qual enviarei a V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA – Isso é muito sério.

O SR. RENAN CALHEIROS – Apresentarei um requerimento para, com base na matéria do Sr. Elio Gaspari, convocar os representantes da Taurus a depor no Senado, a fim de que possamos aprofundar esta discussão.

Só assim, creio, vamos definitivamente enfrentar essas indústrias que pensam que podem tudo no Brasil. A indústria de arma constitui-se, na prática, no maior mercado do mundo. É um mercado maior que o do narcotráfico, pois movimenta US\$500 bilhões por ano e pensa que pode tudo, mas não pode.

Aproveitando a idéia do Senador Romeu Tuma, apresentarei um requerimento para trazer ao Senado da República, à Comissão competente, os representantes dessa indústria para que comentem o artigo do Sr. Elio Gaspari. Creio que esta discussão tem sentido. Tenho uma posição antagônica à da Senadora Emília Fernandes, mas, democraticamente, não me recuso a discutir, a ouvir a Senadora. Aliás, considero até muito agradável. Tenho o melhor relacionamento com todos, mas não posso aceitar argumentos desprovidos da realidade.

Desprovido da realidade, sim. Alguém está sorrindo ali.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Regimento não proíbe que sorriam.

O SR. RENAN CALHEIROS – São os mesmos representantes que continuam sorrindo, enquanto milhares de brasileiros continuam sendo assassinados. No ano que passou, foram 49 mil.

Não quero discutir com V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Sª não pode se manifestar.

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Sª precisa respeitar o Senado Federal.

Da última vez em que realizamos uma audiência pública, o Senado foi destrutado publicamente.

O SR. ROMEU TUMA – Eu pediria que V. Ex^a pedisse a retirada dessa pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS – O Senado foi destratado publicamente, e não concordarei com isso.

O SR. ROMEU TUMA – Eu pediria a retirada dessa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Se o senhor se manifestar mais uma vez, serei obrigado a fazer o que não quero, ou seja, mandar retirá-lo daqui.

A platéia não se pode manifestar. É proibida de se manifestar. É esse o termo. Não posso impedir ninguém de sorrir.

Senador Renan Calheiros, V. Ex^a concluiu?

O SR. RENAN CALHEIROS – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Renan Calheiros, quanto à questão de ordem de V. Ex^a, entendo que a emenda do Senador Pedro Piva modifica-o substancialmente, mas não vai contra o projeto. É esse o meu entendimento e, por isso, indefiro-a.

Submeterei à votação, daqui a pouco, como requerimento verbal de V. Ex^a, a transferência da votação. Deixarei que o Plenário se manifeste, tendo em vista as alegações de V. Ex^a. No entendimento de V. Ex^a, o Senado Federal vive um momento pouco propício à discussão da matéria, e o autor de um dos projetos encontra-se afastado das discussões e da votação.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião. Em seguida, a Senadora Emilia Fernandes, o Senador Romeu Tuma e o Senador Geraldo Cândido.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, cumprimento inicialmente o Senador Renan Calheiros por ter sido um dos Senadores que trouxe ao debate do Congresso Nacional a questão das armas. Congresso algum em qualquer sociedade perderá ao debater questões como essa. No entanto, quero dar também a minha contribuição. Acredito que já trouxe a matéria algumas vezes a esse debate, e novamente pretendo fazê-lo.

Há cerca de trintas dias, estive nos Estados Unidos, estudando o problema da energia elétrica brasileira à luz das experiências norte-americanas. Na Universidade do Texas, tive um contato demorado com o Departamento de Direito. O Diretor e os professores do referido Departamento advertiam-me para o custo social da legislação de pânico: punição e mais

punição, gerada por uma sociedade protestante, branca e conservadora, a elite dirigente dos Estados Unidos da América do Norte. Demonstravam-me a consequência principal desse processo: num horizonte de quinze anos, pelo menos 55% da população norte-americana estaria na cadeia. Cada vez que o pânico levava a sociedade a refletir um problema, os protestantes brancos e conservadores, que dominam o Congresso Nacional e os Parlamentos dos Estados mais importantes, geravam uma proibição.

Não podemos ir por esse caminho. Sem a menor sombra de dúvida, não é um bom caminho. Os Estados Unidos já conheceram as consequências da proibição de um costume socialmente arraigado num momento de crise: a ingestão de bebidas alcoólicas, reprimida – e não contida – de forma irracional e absoluta pela Lei Seca, que viabilizou a formação da máfia norte-americana. Quando o despropósito da legislação proibitiva se tornou conhecido e consensual nos Estados Unidos, e se suspendeu a proibição, as máfias já estavam organizadas e continuaram a operar, vendendo, a partir desse momento, racket – seguro de funcionamento do pequeno comerciante, do pequeno armazém – e comandando, de forma generalizada, o crime organizado naquele País.

A herança de uma lei radical, que agredia um costume social de modo abrupto e também radical, não foi debelada até hoje. A herança da organização da máfia norte-americana continua sendo um dos problemas daquela sociedade.

Tempos depois, na Rússia, um Presidente moderno, que queria transformações abruptas e não progressivas – como nos ensinava, há tempos, o nosso velho Guerreiro Ramos, na sua “Redução Sociológica” e em outros livros de administração pública –, também proibiu, por uma iniciativa do Gorbachev, o consumo de bebida alcoólica. Essa proibição, no sentido contrário de costumes sociais, gerou o mesmo tipo de organização criminosa: a Rússia passou a conviver com as quadrilhas e com as máfias, que não desapareceram mesmo quando se extinguiu a proibição radical do consumo de bebidas alcoólicas.

Nós, no Brasil, temos nos preocupado com as armas, o cigarro e a bebida. No entanto, num debate inteligente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando V. Ex^a inclusive relatou projeto de minha autoria, percebemos que a proibição do consumo de cigarro, além de tola, era inconstitucional, e que o caminho mais correto seria a proibição da propaganda do cigarro. Nesse sentido, não avançou o nosso projeto, mas avançou a opinião do Congresso Nacional, acolhendo proposta paralela e – por que

não dizer – oportunista do Ministro José Serra, que pegou carona no debate e passou na nossa frente. De qualquer forma, a tese debatida – e consensual – na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania era a melhor. Portanto, foi encampada pelo Governo por iniciativa do Sr. Ministro José Serra, transformando-se em legislação.

Vale o mesmo para as bebidas, cujo consumo jamais poderá ser proibido. No entanto, talvez possamos progressivamente evitar a publicidade em favor do consumo.

O Senador Pedro Piva, trabalhando no projeto e na discussão iniciada pelo Senador Renan Calheiros, estabeleceu restrições profundas e interessantes ao uso de arma, cuja proibição no Brasil é tolice absoluta em virtude da nossa formação cultural e da insegurança que vivemos com as nossas famílias. Não votaria nunca um projeto desse, porque estaria transformando um criminoso num contraventor. Em minha casa, Sr. Presidente, V. Ex^a sempre encontrará uma arma – não de porte ou alguma que eu usasse no carro ou na cinta, mas uma arma que se destina à proteção da minha família pelo meu manejo, da minha mulher e dos meus filhos.

A referida proibição simplesmente exacerbaria o comércio clandestino e forçaria um Senador da República, que tem uma vida morigerada, a cometer uma contravenção ou um crime. Não abro mão, por força de lei alguma, do instrumento de segurança da minha família. Não admitirei que futuramente bata um cidadão à minha porta com uma metralhadora de uso ilegal e diga: “Senador Requião, eu vim aqui estuprar a sua filha, assaltar a sua casa e o senhor se afaste do caminho, porque estou armado e sei que, por força da lei votada no Senado e sancionada pelo Presidente da República, você não tem arma alguma em sua casa”. Não é assim. Não se trata de medida inteligente.

O que o Senador Pedro Piva propôs está no mesmo caminho e na mesma filosofia da proibição da publicidade das armas. Ele propôs o essencial, que é a proibição do porte, mas não aquilo que não se pode remover e que, caso isso ocorra, simplesmente reforçará a organização das quadrilhas, o tráfico e o crime organizado na comercialização desse processo. Ele propôs o cadastramento, a legalização das armas que entraram de forma ilegal, principalmente nesse momento em que não se sabe se a proibição virá ou não.

Havendo a proibição do porte ou o porte restrito de modo rigoroso, dá-se um passo importante no que poderíamos acreditar que fosse um instrumento de redução da criminalidade: a arma disparada na festa na emoção de uma discussão pelo indivíduo que be-

beu um pouco mais num bar ou num baile. O Senador Pedro Piva está evitando esse processo por meio da proibição do porte e mantendo o costume, principalmente no interior, de segurança social, que é a posse de uma arma na residência das famílias.

O Senador Renan Calheiros deu a sua contribuição, e o Senador Pedro Piva aperfeiçoou o projeto. A discussão já vem há muito e está na hora de colocar nela um termo. Portanto, declaro o meu voto consciente e racional a favor do projeto do Senador Pedro Piva, que derivou, queira este Parlamentar ou não, da questão posta em debate pelo Senador Renan Calheiros – que, no entanto, radicalizou, como fizeram os Estados Unidos e a Rússia, e que, na minha maneira de ver, não obteria o resultado por ele desejado, que, entretanto, é, em parte significativa, alcançado pela proposta do Senador Pedro Piva, que deve ser votada nesta Comissão e encaminhada ao Plenário de forma definitiva ou seguindo os caminhos possibilitados pelo Regimento da Comissão e do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra, a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, indubitavelmente, quando analisamos um projeto dessa natureza, temos de registrar alguns considerandos. O primeiro é que não desconhecemos ser assustadora a atual situação da violência tanto no País como no mundo. A brutalidade praticamente toma conta do Planeta e, de certa forma, a matéria é de responsabilidade de todos, mas que também precisa ser analisada sob a ótica do País em que vivemos. Uma coisa é idealizarmos um país que desejaríamos ter, como aqui já foi dito: um país onde todos tivessem emprego, todos tivessem um prato de comida na mesa, um pedaço de terra para morar, uma casa digna para reunir a sua família, o direito ao lazer, à educação, à saúde, onde as pessoas pudessem ir e vir, reconhecidas de que são cidadãos cuja Constituição não apenas elenca os seus direitos no papel, mas os considera no seu dia-a-dia. Então, é esse o país que nós desejaríamos ter. Acredito que possamos construí-lo quando tivermos políticas, sistemas de governo e pessoas realmente comprometidas com a causa coletiva, visualizando o ser humano como o principal alvo de toda e qualquer destinação de recursos e de compromissos. Temos hoje uma política que, na minha visão, acentua a exclusão e trabalha sob a ótica da dominação econômica acima de qualquer proposta social. Logo, em primeiro lugar, considero que a violência crescente não é resultado da pobreza. Não identifico violência com pobreza, mas com exclusão social, com falta de perspectiva

que os nossos jovens têm nas suas casas, muitas vezes com a família desmantelada pelo vício, pela falta de condições, de perspectivas, acentuada pelo alcoolismo, enfim, pelo desequilíbrio social existente.

O que a sociedade cobra? A sociedade cobra segurança das autoridades – segurança pública, que é um setor vital para o desenvolvimento da sua vida e do seu dia-a-dia. O que faz o Governo? O Governo assume compromissos nos programas que anuncia, como o fez diante daquela fatalidade que aconteceu no Rio. Um programa de combate à violência. Assume um compromisso de iluminar o Brasil, dizendo que realmente este País precisava ser iluminado, e, em resposta, diz que foi pego de surpresa e decreta um apagão, passando a responsabilidade pela sua incompetência e pela falta de seu planejamento no setor elétrico para o povo, para quem produz e para quem emprega, porque os prejuízos estarão evidentes logo. Os investimentos são reduzidos no setor de segurança; o número de policiais que ainda temos no País não é suficiente para oferecer uma segurança à altura da demanda: temos 40 mil policiais na Argentina e aqui, 5 mil profissionais, se considerarmos a situação da Polícia Federal. Neste País, há falta de estrutura – entra e sai ministro – e de controle de armas neste País – existem 7,5 milhões de armas, das quais cerca de 1,5 milhão com registro, mas não se sabe sobre o restante. Quer dizer, sabe-se que existem as armas, mas não se consegue fazer o seu registro. Então, aí, já há mais uma incompetência dos responsáveis. As estruturas estão sucateadas: faltam viaturas; as armas estão totalmente desatualizadas; as delegacias oferecem condições precaríssimas de trabalho para os profissionais da segurança. Portanto, temos de fazer uma análise. São profissionais expostos a toda sorte de vicissitude. Como convivi com essa categoria durante muitos anos, praticamente 30 anos, sei de todas as condições que são dadas para esses profissionais, sem falar nos salários, que também são uma vergonha.

O que se propõe? O desarmamento. Aqui já foi dito: o ideal seria tentar proibir o cigarro e a bebida alcoólica, até pelos malefícios que – já se sabe – causam do ponto de vista pessoal e coletivo, inclusive. Nós teríamos que começar a fazer uma série de restrições, em vez de regulamentarmos, de dificultarmos. Agora, se proibíssemos, pura e simplesmente, estaríamos estimulando a clandestinidade, que já existe e que o Governo, por ser incompetente, não tem conseguido reduzir. Dizer que, desarmando o povo, terminaremos com a violência é ir ao encontro do que o próprio Presidente Fernando Henrique Car-

doso afirmou, quando se discutia esta lei: “É uma lei simbólica para o País”. Se o Presidente da República admite publicamente isso, sabe, no mínimo, que aquilo que aqui estão defendendo é uma saída pela tangente, para dar uma imagem de que se está fazendo alguma coisa para combater a violência, quando sabemos que a violência combateríamos, sim, se diminuíssemos a desigualdade, se gerássemos emprego, se fizéssemos com que os empresários e produtores tivessem condições de empregar e produzir cada vez mais, se pudéssemos pagar bons salários para os trabalhadores.

Temos que ter a idéia muito clara de que esta proposta desmobiliza a sociedade, os Governos e o próprio Congresso Nacional na busca de soluções estruturais e efetivas. Não deveríamos estar desmobilizando a sociedade ou dizendo que vamos desarmá-la. Esta proposta está desmobilizando a sociedade e os responsáveis que têm que acompanhar, os pais que têm que dar boa orientação aos seus filhos. Terminando com as armas, termina-se com a violência: essa é a idéia falsa, hipócrita, que se está tentando passar. As leis são feitas para cidadãos de bem; o marginal, o bandido, o assassino, o seqüestrador não respeitam a lei. Então, esta lei não existe, nem passará a existir. Se o desarmamento no País fosse instituído, ela não existiria, porque o infrator, o bandido não se orienta pela lei, senão não faria o que faz. A lei não serve para quem já está na clandestinidade do banditismo. Sobre a política de desarmamento, para a qual essa lei foi aplicada, há números que são analisados do ponto de vista de alguns que a defendem e de outros que lhe são contrários, mas sabemos, por exemplo, que, na Inglaterra, o número de assaltos à mão armada aumentou 117% nos últimos anos, apesar da política de desarmamento. Portanto esses fatos não estão diretamente relacionados.

Então, o que estamos entendendo? Se olharmos os números no Brasil, veremos que, entre 1995 e 1998, a venda de armas caiu 80%, e o porte de armas, 97%, mas a violência disparou. São dados que temos de registrar. Eu venho do Estado do Rio Grande do Sul. Como diz o Senador Roberto Requião, é um desses Estados onde o porte de armas é muito freqüente, já que é parte da nossa história, da nossa cultura, as famílias manterem armas em suas casas. O meu Estado é o que tem o maior número de armas registradas – portanto armas legais, que o Governo pode acompanhar – e o menor registro de ocorrência de homicídios, porque as armas que matam no Rio Grande do Sul não são as armas legais, mas as ilegais, que entram sob todas as formas. No Rio de Janeiro,

todos sabem, há o menor número de armas registradas e o maior índice de violência, e a violência vem aumentando. Então, essa relação precisa ser feita e não podemos entender que vamos barrar a questão da arma ilegal com esse projeto, se passasse a idéia do desarmamento puro e simples. Vamos é fortalecer o mercado negro, o contrabando, o tráfico de armas porque elas vão duplicar o seu preço da ilegalidade.

Concluo dizendo que é preciso enfrentar a violência, mas de forma concreta, efetiva e estratégica. Desarmar apenas a sociedade é uma panacéia para encobrir a incapacidade oficial, e é preciso enfrentar as desigualdades, investir no social, na educação, gerar empregos e realmente dar a aplicação efetiva da legislação existente, fazer regras mais rígidas para porte de armas, controle efetivo das armas existentes no País.

Dizer que queremos, como o projeto do Senador Pedro Piva, legalizar as armas ilegais, nada mais correto porque precisamos, o Governo precisa saber. O cidadão de bem, chamado a legalizar, vem fazer isso porque não tem interesse em manter uma arma ilegal. Assim, não é algo do outro mundo o que está pedindo o Senador. Ele precisa ter o controle das armas existentes no País.

Não se legaliza terra e uma série de coisas. Começa-se o processo irregular, mas depois é chamado à legalização. O projeto do Senador Pedro Piva entra fortemente no combate ao porte de arma. Entendemos que não é bom que as pessoas andem armadas porque a sociedade estressada como vive realmente é estimulado o uso, mas liquidar com até aquele amparo psicológico que hoje o cidadão de bem tem em saber que há uma arma dentro de casa e o bandido saber que ele tem e, portanto, ter menos probabilidade de invadir uma casa e se sentir na total segurança, não há possibilidade nesse país de que se entenda que desarmando todos pura e simplesmente vai-se combater a violência.

Encerro dizendo que voto com o Senador Pedro Piva que veio do Estado do Rio Grande do Sul, que tem fábricas de arma e não admito também que se levante qualquer suspeita de que, diante da minha posição, haveria qualquer outro tipo de interesse. Não admito lobby, não aceito e não sei nem o nome. Se me perguntarem quantas fábricas e a localização exata, no Rio Grande do Sul, talvez eu não saiba dizer e não sei nem o nome de qualquer dos proprietários das fábricas.

Defendo porque acredito que a educação não se faz pela proibição, faz-se pelo ensinamento, pela cultura, pela formação de consciência e o projeto, da

forma como está, se encaminha para uma formação de consciência e de posição que é salutar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com todo o respeito a nossos Colegas, pretendo fazer uma breve avaliação do projeto.

Entendo ser muito polêmico. Tenho recebido em nosso gabinete muitas manifestações de pessoas de vários Estados preocupadas com o projeto. Alguns são favoráveis, outros são contra. Daí a complexidade do projeto, e não é muito fácil tomar uma decisão quanto à questão.

Como o Rio de Janeiro foi citado, quero dizer que, na verdade, a violência está ligada a grandes regiões metropolitanas do Brasil inteiro e é proporcional à população. Talvez o Rio não seja a cidade mais violenta. Se formos verificar, há cidades menores que, pela proporção daquilo que acontece, a violência é maior que a do Rio de Janeiro.

Um detalhe: numa pesquisa feita, nos casos em que houve assalto com morte, em que as pessoas estavam armadas, 90% delas foram mortas pelos assaltantes, o que não significa que o fato de estar armado dá garantia de defesa. Noventa por cento das pessoas abordadas por assaltantes que estão armadas e reagem morrem ou são feridas. Geralmente os assaltantes vão embora ou saem feridos, algumas vezes. Mas nem sempre. Há uma diferença muito grande. O fato de estar armado não significa que está garantida a sua segurança. São fatos concretos, divulgados pela imprensa.

Em 1999, houve o episódio do ônibus da linha 147, no Rio de Janeiro, com a morte de Gelsa, o que estremeceu a Nação. O Governo brasileiro ficou assustado com a violência e criou um plano nacional de segurança em que foram destinados não sei quantos bilhões para em não sei quantos anos serem investidos na segurança dos Estados. E me parece que não houve evolução nesse sentido, pois a violência continua nas grandes cidades.

Outro fato importante a avaliar é que as armas utilizadas, principalmente por criminosos do narcotráfico, não são revólveres Taurus; são armas muito mais perigosas e poderosas, importadas. Utilizam as AR-15, as K-14 e a metralhadora Uzzi, que não são fabricadas no Brasil, o que demonstra – e aqui se encontra nosso ex-Ministro da Justiça – que a Polícia Federal não realiza o trabalho que deveria de fiscalizar as fronteiras, os aeroportos e principalmente os

portos marítimos, por onde entram as armas para os criminosos. Nas favelas, os criminosos não utilizam os Taurus ou Rossi, fabricados no Brasil, mas armas de grosso calibre, automáticas, que vêm do exterior. A Polícia Federal, ao invés de ser orientada para realizar esse tipo de trabalho, fica por aí fechando rádios comunitárias e prendendo trabalhadores sem terra. E não fiscaliza nossas fronteiras a fim de impedir o tráfico de armas. Essa é a grande questão.

Não acredito que a aprovação de um projeto de lei vá garantir a segurança da população. Portanto, diante de toda dificuldade, vou abster-me da votação, pois tenho divergências, seja com relação à proposta do projeto apresentado, seja com relação ao relatório do Senador Pedro Piva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Encerrada a discussão, submeto à votação, assegurado o direito de encaminhamento.

O SR. RENAN CALHEIROS – Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, é importante o debate aqui travado. Importante porque é democrático. Não poderia ser diferente. Já disse e repito que o Brasil se debate com uma verdadeira calamidade em função do crescimento da violência. Respeito obviamente as posições e os argumentos aqui colocados. Alguns, se V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Há orador na tribuna. Pediria silêncio aos presentes, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS – E se V. Ex^a me permite, gostaria, com todo o respeito, de retrucar alguns. Aqui foi dito, por meio da intervenção magnífica da Senadora Emilia Fernandes, que as armas que matam são as ilegais, que as legais não matam. E cita exemplos do Rio Grande do Sul. É o oposto, Sr. Presidente. Há no Brasil, repito, um milhão e setecentas armas legais para mais de vinte milhões de armas ilegais, que serão legalizadas, se o parecer do Senador Pedro Piva for aprovado, pois, em seu art. 3º, § 2º, diz que às pessoas que possuem armas não registradas reconhece-se o direito de regularizar a posse no prazo de 120 dias. Mas como saber, Sr. Presidente, se a arma que mata é a legal ou a ilegal, se nós temos no País uma grande quantidade de armas ilegais? Que estatística seria essa em que poderíamos acreditar? A violência hoje é a principal causa mortis, sobretudo

no Sudeste, principalmente de jovens entre 8 e 19 anos de idade.

Sr. Presidente, tenho dito aqui e repito, retrucando também a argumentos esposados, que a proibição da arma de fogo não objetiva, de maneira nenhuma, acabar com as causas do crime, que são essas anunciadas pela Senadora Emilia Fernandes: a exclusão social, a impunidade que grassa neste País. Dos crimes cometidos em São Paulo, por exemplo, cujos autores não se conhecem na hora do fato, só 1,7% são esclarecidos! Vivemos no Brasil a impunidade total. O Brasil é campeão também em impunidade.

Sabemos que a legislação penal está enrugada pelo tempo. Sabemos que a Polícia está despreparada, porque o Estado não investe suficientemente na sua modernização, nos recursos humanos. Sabemos de tudo isso e nunca dissemos que a proibição da arma de fogo acaba com esse tipo de crime ou com o motivo do crime; mas acaba, Sr. Presidente, com os chamados crimes imotivados, com aqueles que decorrem principalmente da banalização da venda de armas de fogo. No Rio de Janeiro, por exemplo, elas são vendidas aos milhares, mas somente 90 delas foram registradas no ano passado. São essas que matam!

O Senador Geraldo Cândido usou aqui um argumento ao qual eu queria retrucar, respeitosamente, com um dado prático.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Geraldo Cândido, V. Ex^a está sendo mencionado.

O SR. RENAN CALHEIROS – Srs. Senadores, pesquisa realizada pela Polícia do Rio de Janeiro demonstra que 87% das armas apreendidas e acauteladas na Polícia do Rio de Janeiro são armas de fabricação nacional! É óbvio que o crime organizado mata com armas pesadas, e é preciso que façamos um mutirão nas fronteiras – o Senador Geraldo Cândido tem toda a razão –, para impedir que essas armas entrem no Brasil. E o Brasil, pelo menos quando fui Ministro da Justiça, quando presidia temporariamente o Conselho de Ministros da Justiça e do Interior do Mercosul, tratou prioritariamente essa questão. Fizemos um acordo exatamente para mobilizar os esforços de todos para proibir que as armas fossem colocadas no Brasil. Nós temos dificuldade, Senador Geraldo Melo, de ter acesso ao cadastro de venda de armas para brasileiros nos Estados Unidos. Essa indústria é poderosa e pensa que tudo faz, mas ela não faz tudo o que pensa! E ela está, sem dúvida nenhuma, na raiz do aumento da criminalidade do Brasil.

Mais uma vez, eu gostaria de reforçar aqui a minha posição. É óbvio que entendo a posição de todos

os Senadores, mas, de antemão, quero dizer que, se houver um resultado desfavorável à proposta, sobretudo na linha da aprovação do parecer do Senador Pedro Piva... Porque o parecer do Senador Pedro Piva propõe exatamente o contrário, Sr. Presidente! No seu art. 2º – repito –, ele admite o porte de armas para pessoas a quem a lei reconhece esse direito. No art. 3º, ele abre a perspectiva para todos!

Sr. Presidente, estou aqui no exercício de obstrução, obviamente usando a palavra na medida em que o Regimento me permite. Se V. Exª pudesse me dizer por quanto tempo eu posso usar da palavra, eu agradecería muito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O tempo do bom senso.

O SR. RENAN CALHEIROS – Qual o tempo do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Não há tempo estabelecido para encaminhamento. V. Exª pode ficar até a meia-noite – o que espero não aconteça.

O SR. RENAN CALHEIROS – Não, não ficarei até a meia-noite, mas ficarei o tempo necessário, oferecendo recursos ao Plenário, fazendo o que for necessário, trazendo aqui aquelas mesmas indústrias de armas que fazem apologia nas escolas, para não permitir esse acontecimento no Brasil. O Brasil precisa dar sinais de que quer combater a criminalidade! A Senadora Emilia Fernandes disse que a Polícia Federal brasileira tem seis mil homens. É verdade. A Polícia Federal da Argentina tem 46 mil. Os Estados Unidos têm 13 polícias federais; para cada ramo do crime organizado, eles têm uma polícia especializada. É óbvio que precisamos somar esses esforços todos para acabar com a criminalidade no País. No Rio de Janeiro, 90% dos crimes cometidos não são esclarecidos.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Mas, em Alagoas, no caso da Ceci, coitada, até hoje não prenderam os bandidos.

O SR. RENAN CALHEIROS – Prendemos os bandidos da Ceci. Pessoalmente, conduzi a investigação.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Os mandantes do crime não foram presos.

O SR. RENAN CALHEIROS – Os mandantes também foram presos, a não ser a polícia os tenha soltado. Mas terão de responder a júri. A impaciência de V. Exª com relação à defesa intransigente do uso da arma de fogo é uma coisa significativa.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Diziam que as mulheres não são (trecho inaudível, porque falado fora do microfone).

O SR. RENAN CALHEIROS – Admiro isso, partindo principalmente da mulher.

A SRA. EMILIA FERNANDES – (trecho inaudível, porque falado fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senadora Emilia Fernandes, respeite o tempo do Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Exª é uma Senadora que participa, que debate, que coloca suas posições. Isso é fantástico. Tenho muita admiração por isso. Gostaria que V. Exª, em contrapartida, pelo menos escutasse os argumentos.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Estou escutando, mas me lembrei da Deputada.

O SR. RENAN CALHEIROS – É claro. Trabalhamos juntos. Pessoalmente conduzi a investigação, desloquei para lá a polícia, para combater o crime organizado. Trabalhamos juntos e com muito orgulho, porque a Deputada Ceci era uma grande amiga minha, uma batalhadora. Alagoas, hoje mais que qualquer outro Estado, sente muito a falta dela. Era uma excelente Parlamentar.

Sr. Presidente, esta discussão não pode, de forma alguma, encerrar-se aqui. O mundo todo está olhando para o Brasil. Isso tudo também precisa ser discutido com a perspectiva de que temos de fazer profundas modificações nessa área de segurança pública. Precisamos rever a competência das polícias, regulamentar o art. 144 da Constituição Federal, que trata de segurança pública, o que até hoje não se fez. Precisamos mobilizar recursos permanentemente para o Fundo Nacional de Segurança Pública e resolver o problema das penitenciárias. Temos no Brasil um déficit de vagas prisionais de 170 mil vagas. Temos um fundo penitenciário que o Governo não executa e que volta para o Tesouro. Precisamos fazer caixa e apresentar essa contabilidade ao País e principalmente ao Fundo Monetário Internacional.

Essas questões precisam ser discutidas, assim como precisa ser divulgado que quase 70% dos crimes que acontecem no Brasil são por motivos fúteis; 50% das pessoas envolvidas se conhecem. E o Estado está verdadeiramente desaparelhado. E isso sinceramente não pode continuar.

Agradeço a boa vontade de V. Exª e reafirmo todos os argumentos aqui apresentados. Independentemente da votação, vou entrar com recursos para o Plenário, para que tenhamos no Plenário o desdobramento dessa discussão. Não podemos permitir que,

na sofreguidão de alguns acerca da necessidade de votarmos – e não é o caso de V. Ex^a –, matemos – sem fazer trocadilho – essa idéia que seria muito boa para o País.

Agradeço as entidades do Rio de Janeiro, de São Paulo, do País inteiro que se preocupam com a tramitação dessa proposta. Agradeço àqueles Parlamentares que, embora não pertencendo a esta Comissão técnica, fazem questão de nos acompanhar, mesmo não podendo votar. E digo aos que estão nos assistindo agora que assumo solenemente o compromisso de dar continuidade a essa discussão, haja o que houver, porque é impraticável, Sr. Presidente.

O art. 230 do Regimento Interno do Senado previne que uma proposta que objetiva acabar com a venda e com o uso de armas seja deturpada na sua tramitação para permitir o uso da arma, para permitir o porte – e houve aqui quem dissesse que é preciso fazer uma lei mais rigorosa para proibir o porte. Essa lei, de tão rigorosa – invoco o testemunho do Senador Tuma –, colocou quase 100% das armas na clandestinidade. Não podemos fazer nada mais rigoroso – há pouco dizia ao Senador Jefferson Péres –, só proibir o uso, o que seria bom senso. Lamentavelmente, não podemos aprová-lo nesta Casa.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Obrigado, Senador Renan Calheiros, por sua compreensão. Creio que não seja só um direito de V. Ex^a recorrer ao Plenário; torna-se imperiosa a manifestação do Plenário. Tendo em vista a relevância e o caráter polêmico dessa matéria, ela não deve ser decidida, na minha opinião, no âmbito apenas de uma comissão.

Iniciaremos a votação, que será nominal.

(Procede-se à votação.)

Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Com o relator, em razão de o Estado não oferecer tranquilidade ao cidadão.

Votaram SIM 8 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

O projeto está aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h43min.)

Ata da 9ª Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JEFFERSON PÉRES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: FERNANDO MATUSALÉM, TIÃO VIANA, PEDRO PIVA, EMÍLIA FERNANDES, ROMEU TUMA, EDUARDO SUPLEY, IRIS REZENDE, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOSÉ COELHO, BERNARDO CABRAL, HUGO NAPOLEÃO e MAURO MIRANDA. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se a apreciação da pauta. Item n.º 01 – Turno Suplementar de Discussão da Emenda n.º 01-CRE (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado n.º 292, de 1999 de conformidade com o artigo 92 combinado com o artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Iniciada a discussão, o autor da Emenda, Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, solicita sua retirada. Colocado em discussão o Projeto e não havendo quem queira discutir, a matéria é aprovada por unanimidade. Item n.º 02 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 47/2001 – “que aprova o texto da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência”. Relator: Senador ROMEU TUMA, com parecer favorável. Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir, a matéria é aprovada por unanimidade. Item n.º 03 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 55/2001 – “que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre o Governo da República do Brasil e o governo da Ucrânia, em Kiev, em 15 de novembro de 1999”. Relator: Senador FERNANDO MATUSALÉM, com parecer favorável. Na ausência do Relator, o Presidente designa o Senador IRIS REZENDE como relator “ad hoc”. Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir, a matéria é aprovada por unanimidade. Item n.º 04 – Requerimento n.º 04/2001-CRE – “que requer nos termos dos incisos II, III, V, IX, XI e XIII do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja promovida, se possível no mês de maio, audiência no âmbito dessa Comissão, com a presença das autoridades abaixo relacionadas, sem

prejuízo de outras autoridades que venham a ser igualmente, chamadas a debater neste plenário, para que possamos melhor conhecer e debater em profundidade as ações e mecanismos do Governo no combate ao tráfico e ao consumo de drogas, as normas legais vigentes e o quadro atual da dependência no Brasil". Autor: Senador TIÃO VIANA. Colocado em discussão o requerimento, fazem uso da palavra os seguintes Senadores: ROMEU TUMA, TIÃO VIANA, PEDRO PIVA e IRIS REZENDE. Colocado em votação o requerimento é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Jefferson Péres** – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião. O item nº 1 da pauta é a discussão, em turno suplementar, da Emenda nº 1, ou seja, o substitutivo, apresentado pelo Relator, Senador Pedro Piva, ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de conformidade com o art. 92, combinado com o art. 282 do Regimento Interno.

O art. 282 prescreve o seguinte:

Sempre que for aprovado substitutivo integral a projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução em turno único, será ele submetido a turno suplementar.

É o caso.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pela ordem, com a palavra o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Não havendo emendas sobre a mesa, não havendo discussão, peço, se possível, Sr. Presidente, a votação imediata, em virtude de diversos afazeres de diversos Senadores, se não houver ninguém para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Pedro Piva, se não houvesse emendas, não haveria votação. É o que diz o art. 284:

Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

O SR. PEDRO PIVA – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Ocorre que há uma emenda sobre a mesa.

O SR. PEDRO PIVA – Não, foi retirada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O autor retira a emenda?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Senador João Alberto Souza retira a emenda, então está aberta a discussão em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro aprovado o projeto.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, só uma coisa: esse projeto ainda irá ao Plenário, correto?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Se houver recurso. O Senador Renan Calheiros me adiantou que recorrerá.

O SR. PEDRO PIVA – Perfeito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Vamos passar aos demais itens, por favor, sem votação.

O SR. – (inaudível) o presidente... não há mais votação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sim, embora não haja votação nominal, eu pediria que os que pudessem permanecessem.

Item nº 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 47 de 2001. Aprova o texto da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. O Relator é o Senador Romeu Tuma, que emitiu parecer favorável à matéria. Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ato internacional em questão foi adotado e assinado por vinte chefes de delegação de países membros da OEA (Organização dos Estados Americanos), inclusive o Brasil, presentes à 29ª Assembléia Geral da OEA, realizada no período de 06 a 08 de junho de 1999, na cidade da Guatemala.

Segundo informa a exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Presidente da República, com vistas ao encaminhamento do documento em pauta ao Poder Legislativo, a Convenção tem por objetivos prevenir e eliminar discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar sua plena integração social. Segue o relatório baseado na exposição de motivos, e eu pediria licença para ler o parecer:

A Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, assinada em 07 de junho de 1999, vem fortalecer o sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos.

Reforça, ademais, a adesão do Continente aos princípios consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), pela Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem de 1948, e, mais tarde, em 1969, pela Convenção Americana de Direitos do Homem.

Trata-se de matéria de elevada relevância social, pois pretende garantir a inserção das pessoas portadoras de deficiência no meio social e econômico, ou seja, no mercado de trabalho, nos espaços de lazer e de esporte, facilitando-lhes o acesso ao transporte e às edificações, à justiça, à saúde, à educação etc., permitindo-lhes o pleno gozo e exercício de seus direitos humanos e liberdades fundamentais.

Voto. Pelo todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 47 de 2001, que aprova o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência concluído em 07 de junho de 1999, por ocasião do 29º período ordinário de sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos realizadas no período de 06 a 08 de junho na cidade da Guatemala.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O parecer do Relator é pela aprovação da Convenção.

Em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Item 3, Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2001. Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Kiev, em 15 de novembro de 1999. Relator: Senador Fernando Matusalém.

O Relator emitiu parecer favorável à aprovação do acordo.

O Senador Fernando Matusalém encontra-se ausente. Por isso designo Relator ad hoc o Senador Íris Rezende, a quem solicito faça a leitura do parecer.

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2001, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o governo da Ucrânia, em Kiev, em 15 de novembro de 1999.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação parlamentar o texto desse ato internacional.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 22 de março de 2001, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Acompanhando a Mensagem nº 388, de 2000, do Poder Executivo, que encaminha o texto do acordo sob exame ao Congresso Nacional, vem a Exposição de Motivos nº 04, de 07 de janeiro de 2000, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: “A Ucrânia é um dos países que resultaram das mudanças políticas que ocorreram na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Para a antiga República Socialista Soviética da Ucrânia, aplicava-se, na qualidade de estado-membro, o Acordo Base de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado em 16 de abril de 1981 e vigente desde março de 1982”.

Após a extinção do regime socialista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o referido acordo não pode ser transmitido e aplicado com força obrigatória em um Estado que recuperou plenamente a condição de sujeito do direito internacional em razão do desmembramento do estado federal do qual fazia parte.

A conclusão de novo acordo tem o objetivo de regulamentar a cooperação bilateral brasileiro-ucraniana em matéria de ciência e tecnologia. Intenta, ainda, ajustar a cooperação às novas realidades ucraniana e mundial. Para tanto, o novo acordo prevê a participação ativa tanto do setor privado quanto do acadêmico e de organismos governamentais nas atividades a serem desenvolvidas em conjunto pelos dois países. Aduz ainda a exposição de motivos supracitada que o Ministério da Ciência e Tecnologia participou ativamente das negociações conducentes ao texto final do acordo, aprovando integralmente. Versado em onze artigos, o acordo foi firmado em Kiev, Capital da Ucrânia, no dia 15 de novembro de 1999, tendo representado o Governo da República Federativa do Brasil o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Ronaldo Sardemberg.

Voto, por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, sendo constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2001, que aprova o texto do acordo sobre cooperação científica e tecnológica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Kiev, em 15 de novembro de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O parecer é pela aprovação do acordo.

Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Último Item da pauta, nº 4.

Requerimento de autoria do Senador Tião Viana, que pede seja promovida, se possível no mês de maio (já está vencido, seria junho agora) audiência pública com a presença das autoridades abaixo relacionadas, chamadas a debater neste plenário ações e mecanismos do Governo no combate ao tráfico e ao consumo de drogas, as normas legais vigentes e o quadro atual da dependência no Brasil.

As autoridades sugeridas são as seguintes: Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Alberto Cardoso. Secretário da Receita Federal, Sr. Everardo Maciel. Juiz Federal do Acre, Dr. Pedro Francisco(?). Subprocurador Geral da República, Dr. José Roberto Santoro. Subprocuradora Geral da República e Professora de Direito Penal da UNB, Drª Ella Folkmer de Castilho. Procurador da República, Dr. Luiz Francisco. Procuradora-Regional de República, Drª Raquel Dodge, e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Dom Jaime Chemello.

Em discussão o requerimento.

O SR. ROMEU TUMA – Só para subsidiar. Se for interessante, pelo conhecimento que ele tem das diligências, principalmente na operação que é feita na área da Calha Norte, na fronteira com a Colômbia.

O SR. TIÃO VIANA – Acato essa sugestão oriunda do Senador Romeu Tuma...

O SR. ROMEU TUMA – Ou ele ou alguém que ele possa indicar para descrever...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Diretor-Geral. Penso ser um autor indispensável.

O SR. TIÃO VIANA – E a autoridade do Senador Romeu Tuma, nos faz concordar imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Estou achando o número muito grande de participantes.

O SR. TIÃO VIANA – Talvez pudéssemos dividir em duas etapas.

O SR. ROMEU TUMA – Como se trata de drogas, desculpe-me perguntar, não sou contra, o Procurador Luiz Francisco, eu soube que ele está...

O SR. TIÃO VIANA – Porque foi um dos pioneiros nesse grande debate da CPI do Narcotráfico. Como Juiz Federal do Acre, ele tem atitudes jurídicas que são inovadoras e participa de encontro com países que têm uma política avançada. Todos foram muito bem pensados e refletidos juntamente com técnicos que atuam na área.

O SR. ROMEU TUMA – Talvez pudéssemos dividir em duas.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Pedro Piva, com a palavra.

O SR. PEDRO PIVA – Quando não queremos resolver alguma coisa, convidamos um mundo de gente. Como dizia (?) Valadares, reunião é aquela que se combina antes com pouca gente. Alguém falou neste plenário que era muita gente. Acho que V. Exª podia repensar para tirar uns dois. Ficáramos com seis. V. Exª não acha que seria bom tirar...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sete já, com o diretor-geral da polícia.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, justifico as razões que me motivaram a esse tipo de atitude: o Brasil está adormecido em relação à problemática do narcotráfico. Não tenho dúvida de que o maior problema da humanidade hoje é o narcotráfico. A pobreza nos agride, mas o narcotráfico é o mais ameaçador de todos. Os dados técnicos internacionais apontam que 25% do dinheiro movimentado no planeta têm origem e tutela do narcotráfico. Devemos dar a devida atenção ao problema. Temos um sistema nacional de educação e saúde, mas não temos uma ampla política de combate e controle ao narcotráfico.

Pude ouvir profissionais de elevado nível na área. Alguns poderiam até argüir que o Dr. Everardo Maciel é alheio ao problema do narcotráfico por ser Secretário-Geral da Receita Federal, mas, no governo americano, verifica-se que a Receita Federal tem importância vital e imprescindível no combate ao narcotráfico, porque tem poder de polícia, com status de Polícia Federal. Lá existem coisas extraordinárias de controle e contribuição da Receita Federal em relação ao narcotráfico.

Senador Íris Rezende, que também conhece da matéria, apenas para contribuir, na Comissão de Assuntos Sociais, cujo Presidente era o Senador Romeu Tuma, tivemos uma experiência recente sobre uma matéria chamada reprodução assistida. Convidamos 15 pessoas e fizemos duas audiências, esgotando o conteúdo para se expor da matéria. Foram contribuições extraordinárias que vão marcar um dos temas mais importantes da atualidade: reprodução assistida. Se houver operacionalidade por parte da Presidência em dividir em duas sessões, vamos contribuir muito em despertar o País para um tema tão grave e delicado como o narcotráfico.

Concedo um aparte, com prazer, ao Senador Íris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, compreendo o interesse do Senador Tião Viana ao convidar as autoridades mencionadas neste requerimento, uma vez que a questão é, realmente, preocupante e complexa. As atenções de todo o mundo estão voltadas para essa questão, que, realmente, merece um esforço especial das autoridades e desta Comissão, que tem a responsabilidade, além de relações internacionais, de discutir também a defesa nacional. Isso implica em defesa nacional.

Entendo que, a essa altura, qualquer nome que for excluído seria desconfortável para o autor e até mesmo para a Comissão, porque o excluído poderia não entender o gesto, o alcance da medida.

Por outro lado, deve-se convocar uma reunião apenas com sete, recomendando que, não havendo contraditório, o tema mencionado por um já não deve ser discutido pelo outro. Cada um procure acrescentar à Comissão elementos que nos dêem condições para uma tomada de providências. Acho absolutamente compreensível e aceitável que se convide o número de sete para uma só reunião e que a Presidência limite o tempo de cada um, porque não estamos mais no tempo do discurso de duas horas. Hoje, querendo ou não, a pessoa precisa resumir o que pensa, até a respeito de temas complexos, em dez ou quinze minutos. Sou favorável.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, como levantei a objeção e convencido pelos Senadores Íris Rezende e Tião Viana, a quem devo gentilezas em outras votações. Retiro a minha observação e voto favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência, juntamente com o Senador Tião Viana, vai tomar as providências para fazer uma ou duas audiências em datas próximas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião 18h19min.)

Ata da 10ª Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia cinco de junho do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JEFFERSON PÉRES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: PEDRO PIVA, TIÃO VIANA, JOÃO ALBERTO, EDUARDO SUPPLY, MAURO MIRANDA, HUGO NAPOLEÃO, ROMEU TUMA, GILBERTO MESTRINHO, PEDRO SIMON, GERALDO MELO, ROBERTO REQUIÃO, BERNARDO CABRAL, PAULO HARTUNG, JOSÉ AGRIPINO, LÚDIO COELHO. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se a apreciação da pauta. Item n.º 01 – Mensagem n.º 01/2001 “que submete a apreciação do Senado Federal o nome da Senhora MARISA ALMEIDA DEL'ISOLA E DINIZ, para exercer o cargo de Diretora-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN”. Relator: Senador LÚDIO COELHO. Na ausência do Relator a Presidência designa como Relator “ad hoc” o Senador ROMEU TUMA. Lido o Parecer o Senhor Presidente introduz a indicada na sala de reuniões para proceder seu relatório. Finalizado o relatório o Senhor Presidente, obedecendo ao preceito regimental, determina que a sessão torne-se secreta para proceder a sabatina. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente comunica que passarão ao Item n.º 02 – Mensagem n.º 112/2001 – “que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles e à República Democrática de Mada-

gasçar". Relator: Senador JOSÉ AGRIPINO. Concede a palavra ao Senador JOSÉ AGRIPINO para leitura do parecer. Na sequência, faz uso da palavra o Ministro PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA. Finalizado o relatório o Senhor Presidente, obedecendo ao preceito regimental, determina que a sessão seja secreta para proceder a sabatina. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente comunica que passarão ao Item n.º 03 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 04/1999 – "que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996". Relator: Senador GERALDO CÂNDIDO, com parecer concluindo pela prejudicialidade do requerimento n.º 256/99 (Plenário) de autoria da Senadora EMÍLIA FERNANDES. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa como relator "ad hoc" o Senador ROMEU TUMA. Colocado em discussão, a Senadora EMÍLIA FERNANDES solicita sua retirada da pauta. Atendido. Item n.º 04 – Mensagem n.º 129/2001 – "que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia". Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. Concede a palavra ao relator para leitura do parecer. Na sequência faz uso da palavra o Ministro ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA. Finalizado o relatório, o Senhor Presidente, obedecendo ao preceito regimental, determina que a sessão torne-se secreta para proceder a sabatina. Reaberta a sessão, em caráter público, o Senhor Presidente comunica ter esgotado a pauta da reunião. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, MARIA LUCIA FERREIRA DE MELLO, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Jefferson Péres** – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Declaro aberta a reunião. Passaremos a apreciação do item n.º 01 da pauta que submete ao Senado o nome da Sra. Marisa Almeida Delisola e Diniz para ocupar o cargo de diretora geral da ABIN. Na ausência do Senador Lúdio Coelho, designo o Senador Romeu Tuma como relator "ad hoc". Finalizada a leitura do parecer vamos ouvir a exposição da Srª Marisa Almeida Delisola e Diniz para exercer o cargo de diretora geral da Agência Brasileira de Inteligência. Peço ao Senador Romeu Tuma que faça introduzir no recinto a Srª Marisa.

Com a palavra a Srª Marisa Diniz para fazer a sua exposição. Ao final da exposição, a sessão será transformada em secreta, como determina o Regimento do Senado.

A SRA. MARISA ALMEIDA DEL'ISOLA E DINIZ – Exmº Sr. Senador Jefferson Peres, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Exmºs Srs. Senadores integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senhoras e senhores presentes.

Antes de mais nada, permitam-me expressar que muito me dignifica comparecer perante esta eminente Comissão, acatando honrosa indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para assumir a Direção-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). A esses sentimento aliam-se uma elevada satisfação e uma responsabilidade ainda maior, particularmente considerando a importância da ABIN para a condução dos assuntos estratégicos relativos à segurança da sociedade e dos Estados brasileiros.

Como os senhores têm conhecimento, a atividade de inteligência no Brasil não é recente. Sua concepção formal remonta a 1927, quando o Presidente Washington Luiz criou o Conselho de Defesa Nacional, dotando-o de um setor específico destinado a estudar e coordenar informações "relativas à defesa da Pátria", como instrumento de suporte às ações estratégicas do Poder Executivo. Foram essas, portanto, as raízes históricas da atual atividade.

Posteriormente, no período pós-Segunda Guerra Mundial, o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, preocupado em dotar o país de organismo de inteligência adequado às necessidades do Estado, previu, em 1946, a organização do Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI), que só viria a ser criado formalmente em 1958, vinculado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), que sucedeu o Conselho de Defesa Nacional.

Com o Serviço Nacional de Informações (SNI), que sucedeu o SFICI, em 1964, no governo do General Humberto Castelo Branco, a atividade posicionou-se no mais alto nível da estrutura do Governo Federal, vinculando-se diretamente à Presidência da República.

A partir de 1990, porém, a atividade assistiu ao esvaziamento dos seus quadros, com a extinção do SNI e a criação de um segmento de Inteligência na estrutura da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e, a seguir, da Secretaria-Geral e da Casa Militar da Presidência da República, nessa ordem. Con-

formou-se, então, um período de transição, embora persistisse o vínculo, mesmo indiretamente, ao mais elevado patamar do Poder Executivo.

Naquele período, consolidava-se o processo de redemocratização do País e, na cena internacional verificavam-se importantes acontecimentos históricos, como a queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e da bipolaridade mundial. As vultosas alterações no ambiente global estabeleciam novas regras políticas e econômicas de convivência entre as nações, reorientando as considerações geopolíticas e geoestratégicas.

Contudo, a conjuntura que a atividade atravessava afetou-lhe a capacidade de acompanhamento e avaliação de eventos dessa natureza, retirando-lhe qualidade em termos de produção de Inteligência, particularmente de caráter estratégico.

Essa situação perdurou até 7 de dezembro de 1999, quando a Lei nº 9.883, que criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), permitiu a reabilitação da atividade, dotando o País de efetivo instrumento de apoio à preservação de sua soberania e à garantia de suas instituições, com respeito absoluto à dignidade da pessoa humana, irrestrita observância aos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança da sociedade e do Estado.

Como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), a ABIN destina-se a assessorar o Presidente da República, na qualidade de Chefe de Estado, na condução dos negócios estratégicos nacionais. Compete-lhe planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas nos termos da Lei, sem qualquer conotação ideológica ou partidária. Constitui-se, assim, em órgão típico de Estado, imparcial e à disposição dos sucessivos governos.

Adaptada aos novos tempos, a ABIN, portanto, busca fortalecer a capacidade de autopreservação do Estado Democrático de Direito, apoiada no respaldo popular conferido por meio dos representantes no Congresso Nacional que aprovaram a sua lei de criação, cujas importantes inovações, inéditas na história da Inteligência federal nacional, vale mencionar:

estabelecimento de parâmetros para a atividade, por meio da Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Presidente da República e executada sob supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) do Conselho de Governo; e

talvez mais relevantes sob o ponto de vista dos senhores Senadores, o controle e a fiscalização externos pelo Poder Legislativo, na forma estabelecida pelo próprio Congresso Nacional, com a prerrogativa de examinar a Política Nacional de Inteligência, sugerir modificações antes de sua aprovação pelo Presidente da República e acompanhar sua execução pela ABIN.

Ademais, convém mencionar, as aplicações orçamentárias da ABIN submetem-se sistematicamente à fiscalização do Controle Interno Setorial (CISSET) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Esses mecanismos de controle e fiscalização são fundamentais para a ABIN, pois validam a sua atuação e proporcionam-lhe feedback necessário a eventuais correções de rumos, em saudável parceria e co-responsabilidade entre Poderes da República, cujos principais beneficiários são a sociedade e o Estado brasileiros.

Nesse curto período de existência, foi possível à Agência implementar mudanças estruturais decorrentes da sua lei de criação, produzir conhecimentos sobre temas de interesse nacional e global e desenvolver atividades relevantes para a inserção do País na cena internacional, dentre as quais convém destacar as reuniões dos serviços de Inteligência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos países mais diretamente envolvidos no "Plano Colômbia".

De especial relevância, cabe mencionar o papel do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC) e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (CEPESC) que, fazendo a interface entre a ABIN e segmentos estratégicos da iniciativa estatal e privada, têm transmitido e apoiado medidas em contraposição e ações ilícitas de busca de dados e de espionagem econômica ou industrial, contribuindo, assim, para a salvaguarda dos conhecimentos sensíveis e dos segredos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Ademais, dentro do novo quadro estabelecido, a Agência procede à atualização dos seus servidores e ao desenvolvimento de nova mentalidade, em consonância com as suas competências institucionais e o perfil exigido para o profissional de Inteligência, que impõe, além de dedicação exclusiva, requisitos tais como sólida formação acadêmica, elevados padrões éticos, integridade moral, patriotismo, lealdade, disciplina, probidade e disciplina, atributos esses verificados mediante avaliações periódicas.

A busca de maior qualidade determinou, assim, prioridade ao preparo e à habilitação profissionais se-

gundo os novos paradigmas. A propósito, de acordo com o que preceitua a lei, a realização de concursos públicos possibilitou formar novos analistas e fortalecer os quadros da ABIN. Nesse contexto, convém ressaltar o mérito da Escola de Inteligência (ESINT) como centro de irradiação doutrinária, formação e aperfeiçoamento de pessoal.

Senhores Senadores, na atual era do conhecimento, “Inteligência” não mais constitui monopólio de Estados ou governos, mas estende-se a qualquer organização que se pretenda competitiva. Diferentemente do caráter meramente informativo que se verificava em tempos pregressos, a atividade se volta para o tratamento inteligente da informação, coletando-a, conferindo-lhe significado lógico e delineando trajetórias prováveis, de forma isenta e imparcial, sem descuidar das medidas de proteção, em apoio aos tomadores de decisões no mais alto nível.

Dessa forma, a atividade de Inteligência, embora gravite na esfera do poder, dele não detém sequer parcela, nem visa a influenciá-lo, mas provê-lo de conhecimentos que permitam estabelecer prognósticos e alternativas, indispensáveis no plano estratégico. Decidir cabe ao legítimo detentor do poder.

A ABIN, volto a frisar, nessa sua curta existência, tem orientado a sua atuação nesse sentido, mostrando-se essencial à consecução e à manutenção dos objetivos e interesses estratégicos do País, em especial no tocante à preservação da soberania, à defesa das instituições democráticas, ao atendimento das reivindicações sociais, a segurança da sociedade e do Estado e à salvaguarda dos segredos e demais componentes estratégicos do patrimônio da Nação.

Por fim, cabe salientar que, no passado, as preocupações institucionais em torno da atividade de Inteligência normalmente se fizeram manifestas em épocas conturbadas que marcaram a História do Brasil.

Inversamente, a ABIN surgiu atendendo a reclamos nacionais, em ambiente de paz social, plenitude democrática, equilíbrio econômico e reconhecimento internacional do País como potência emergente. O seu advento veio resgatar o orgulho de antigos e corretos profissionais que se dedicam galhardamente à atividade, assim como motivar novos candidatos pelo padrão de excelência. O serviço a ela prestado deve ser reconhecido como relevante à Nação e título de merecimento para os efeitos da vida funcional.

A ABIN, portanto, quer e deve ser motivo de orgulho nacional. E, nessa trajetória, é fundamental o aval desta Casa Legislativa, com o qual a ABIN espera contar, para o perfeito exercício de suas competências. Certamente os maiores beneficiários dessa parceria serão a sociedade e o Estado brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Afim de que a indicada seja sabatina em sessão secreta, eu solicito aos funcionários e ao público em geral, que deixe o recinto, inclusive para a apreciação dos demais itens que serão secretos por se tratar de escolha de autoridade de Estado para exercer função de embaixador no Exterior.

(A reunião torna-se secreta às 18h04min e reabre às 19h12min.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Está reaberta a reunião.

Votados os itens 1, 2, 3 e retirado de pauta o item 4, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h13min.)

Ata da 11ª Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia doze de junho do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JEFFERSON PÉRES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: NOVA DA COSTA, JOSÉ ALENCAR, VALMIR AMARAL, JOSÉ AGRIPINO, BELLO PARGA, MAURO MIRANDA, IRIS REZENDE, PEDRO PIVA, JOSÉ COELHO, EMÍLIA FERNANDES, GILBERTO MESTRINHO, ROBERTO SATURNINO, ROBERTO REQUIÃO, ROMÉU TUMA, e BERNARDO CABRAL. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência passa a apreciação da pauta. Item n.º 01 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 04/1999 – “que aprova o texto do acordo comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.” Relator: Senador GERALDO CÂNDIDO, concluindo pela prejudicialidade do Requerimento n.º 256/99 do Plenário, de autoria da Senadora EMÍLIA FERNANDES. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa Relator “ad hoc” o Senador ROMÉU TUMA. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores BERNARDO CABRAL, EMÍLIA FERNANDES. Encerrada a discussão e colocado em votação o Projeto é aprovado. Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 54, de 2001 – “que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Fede-

rativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Cooperação na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, ao Uso Indevido e à Farmacodependência, celebrado em Bucareste, em 22 de outubro de 1999.” Relator: Senador GERALDO CÂNDIDO com parecer favorável. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa o Senador GILBERTO MESTRINHO como Relator “ad hoc”. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores ROMEU TUMA, BERNARDO CABRAL, EMÍLIA FERNANDES. Encerrada a discussão e colocado em votação o Parecer é aprovado. Item n.º 3 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 57/01 – “que aprova o texto da Convenção n.º 174 da OIT sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores, complementada pela Recomendação n.º 181, adotadas em Genebra, em 02 e 22 de junho de 1993, respectivamente.” Relator: Senador RENAN CALHEIROS com parecer favorável. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa o Senador ROBERTO SATURNINO como Relator “ad hoc”. Faz uso da palavra o Senhor Senador BERNARDO CABRAL. Encerrada a discussão e colocado em votação o parecer é aprovado. Item n.º 4 – Projeto de Decreto Legislativo n.º 46/01 “que aprova o texto do Acordo sobre a Transferência de Nacionais Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Bolívia, em La Paz, em 26 de junho de 1999.” Relator: Senador BERNARDO CABRAL com parecer favorável. Encerrada a discussão e colocado em votação o Parecer é aprovado. Nada mais havendo a tratar a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, secretária da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador Jefferson Péres – Presidente

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Pergunto aos presentes se dispensam a leitura da Ata. (*Pausa.*)

Dispensada a leitura da Ata.

Primeiro item da pauta: Projeto de Decreto Legislativo n.º 4, de 1999, que aprova o texto do acordo comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996. Relator: Senador Geraldo Cândido.

O parecer conclui pela prejudicialidade do Requerimento n.º 256/99 do Plenário, de autoria da Senadora Emilia Fernandes.

O parecer originário é de autoria da Senadora Emilia Fernandes. Por isso, designo-a Relatora ad hoc para ler o parecer do Senador Geraldo Cândido.

Com a palavra, a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esclareço que, inicialmente, mantém-se o voto favorável ao acordo entre o Brasil e a Indonésia.

Ressaltamos, entretanto, que, à época da celebração do acordo, em 1999, este Senado entendeu de bom alvitre sobrestar a matéria, em virtude dos conflitos que estavam ocorrendo entre o Governo da Indonésia e a população do território do Timor Leste. Não queríamos, de forma alguma, que a aprovação de acordo internacional entre o Brasil e aquele país pudesse significar que estaríamos apoiando atentados, mortes e conflitos que ocorreram, inclusive, até com o assassinato de um deputado. O momento fez com que pedíssemos o sobrestamento.

O parecer elaborado pelo Senador Geraldo Cândido em relação ao requerimento – que hoje já se encontra, de certa forma, prejudicado, pois o Senado Federal atendeu o conteúdo do meu requerimento – não o aprovamos. O Plenário assim decidiu – porque essa matéria já se encontrava no Plenário. Então, houve essa compreensão.

Logicamente, a matéria voltou ao requerimento. O parecer é pela aprovação do acordo e pela prejudicialidade, devendo, logicamente, o projeto de decreto legislativo seguir seu curso normal nesta Comissão.

Sr. Presidente, pergunto a V. Exª se não poderíamos votar imediatamente o meu parecer, que é pela aprovação, porque o parecer do Senador Geraldo Cândido diz respeito apenas ao requerimento. Votaríamos as duas matérias, o que iria até agilizar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senadora Emilia Fernandes, votaremos ambos.

A SRA. EMILIA FERNANDES – O requerimento já cumpriu sua finalidade, que era a manifestação da postura política do Senado em relação ao tratamento que a Indonésia estava dando ao povo do Timor Leste.

Quanto ao conteúdo do acordo entre o Brasil e a Indonésia, que visa basicamente a fortalecer as relações comerciais entre os dois países, estabelecendo normas gerais e comuns para a igualdade de tratamento, para o alcance de benefícios recíprocos e para um equitativo sistema de solução de controvérsias, vale ressaltar que essa possível extensão de benefícios mútuos, prevista no acordo, está aparelhada com forte e legítima salvaguarda para a nossa área de integração prioritária.

Sr. Presidente, entendo que este relatório, de certa forma, já teria sido aprovado por esta Comissão. Foi apenas impedido de ser votado pelo Plenário. Então, estamos analisando hoje somente o requerimento, que já está, de certa forma, considerado preju-

dicado. A matéria estaria pronta para imediatamente ser analisada e avaliada pelo Plenário.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Exª me concede um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pois não, Senador.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senadora Emilia Fernandes, V. Exª tem razão. Devemos votar agora o requerimento em que V. Exª pede sobrestamento e em que o Senador Geraldo Cândido opinou pela prejudicialidade. Tollitur quaestio, a matéria morre aqui agora. Retoma-se, no Plenário, a aprovação do convênio celebrado entre a República Federativa do Brasil e o governo da República da Indonésia. Meu voto será nesse sentido.

A SRA. EMILIA FERNANDES – É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Devemos votar o parecer do Senador Geraldo Cândido?

A SRA. EMILIA FERNANDES – O requerimento do Senador Geraldo Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O parecer é pela prejudicialidade do requerimento?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela prejudicialidade, tendo em vista que...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Está prejudicado realmente.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Exatamente.

O SR. BERNARDO CABRAL – E no Plenário, a eminente Senadora reabrirá a discussão para a votação?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Votaremos pela aprovação do acordo, conforme nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senadora Emilia Fernandes, a Comissão precisa aprovar o parecer de V. Exª favorável ao acordo.

A SRA. EMILIA FERNANDES – No Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Exato.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Nesta Comissão, votamos de acordo com o parecer do Senador Geraldo Cândido, opinando pela prejudicialidade.

O projeto continuará seu curso, porque esse assunto já está, de certa forma, sendo encaminhado satisfatoriamente. Aquele momento de impasse e de conflito armado vivido pelo Timor Leste passou.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Creio que não há o que discutir quanto ao parecer do Senador Geraldo Cândido, porque, realmente, está prejudicado o requerimento da Senadora Emilia Fernandes.

Colherei os votos simbolicamente.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O processo seguirá a tramitação normal, indo ao Plenário.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Irá ao Plenário com o parecer favorável desta Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Item 2.

Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2001.

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, sobre cooperação na área do combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, ao uso indevido e à farmacodependência, celebrado em Bucareste, em 22 de outubro de 1999. Relator: Senador Geraldo Cândido.

O parecer do Relator é favorável.

Designo o Senador Gilberto Mestrinho como Relator ad hoc.

Para ler o voto, com a palavra, o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Relator, Senador Geraldo Cândido, analisou detidamente o processo, que contém um texto de acordo entre o Governo brasileiro e o Governo da Romênia sobre cooperação no combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e institui o regime de combate à produção e ao tráfico.

O caráter do acordo está bem resumido na exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores.

Em linhas gerais, já existem diversos tratados celebrados pelo Brasil sobre essa matéria e que determinam formas de assistência mútuas para o combate ao narcotráfico. Essa preocupação é universal, e é importante que o Brasil seja signatário desses tratados.

Diz o Relator: "Com base no exposto, considerando-se de todo conveniente para o interesse do País a ratificação do acordo em análise, conclui-se o parecer, opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2001 – de número 482, de 2000, na origem –, que aprova o texto do acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da Romênia sobre cooperação na área de combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, ao uso indevido e à farmacodependência, celebrado em Bucareste, em 22 de outubro de 1999".

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Jefferson Péres) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, enalteço o relatório do Senador Geraldo Cândido e a importância dessa matéria dos acordos bilaterais.

Há um interesse internacional muito forte no combate ao narcotráfico e à farmacodependência, o que tem favorecido a tentativa de salvar principalmente a juventude, que está à mercê de traficantes internacionais.

Por ser um país fronteiro com os produtores de drogas, o Brasil desperta grande interesse, principalmente na troca de informações e de dados que possam ajudar as áreas de consumo.

O Senador Amazonino Mendes e o Senador Bernardo Cabral, moradores da Amazônia, sabem...

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Senador Romeu Tuma, o Senador Amazonino Mendes atualmente é Governador do Amazonas.

O SR. ROMEU TUMA – Com todo o respeito, o meu mestre, Senador Gilberto Mestrinho, grande mestre, deve chamar-se Mestrinho apenas pela qualificação de simpatia...

O SR. PRESIDENTE (Senador Jefferson Péres) – Talvez V. Exª tenha feito confusão, porque o Senador Gilberto Mestrinho foi o pai político do Senador Amazonino Mendes.

O SR. ROMEU TUMA – É verdade. Desculpe-me.

Retomando o tema, o Governador Amazonino Mendes e o Senador Bernardo Cabral conhecem profundamente a diversidade da região de fronteira, sabem da dificuldade de se manter uma vigilância capaz de dar maior tranquilidade ao Brasil, que fica na expectativa de que a passagem das drogas pela região seja facilitada.

Então, os países consumidores consideram o Brasil uma grande fonte de informações e que pode colaborar para se evitar o aumento do consumo de droga.

Várias experiências têm sido feitas em vários países a respeito da liberação ou não do uso de drogas. Entretanto, infelizmente, até hoje, não se fixou um programa de prevenção e de recuperação correto.

Penso que esses acordos bilaterais, que são de interesse internacional, têm uma validade enorme, mas se arrastam. O Senador Bernardo Cabral foi Ministro da Justiça e sabe disso, pois muitos acordos passaram por suas mãos. Com dedicação, se interessava pelo assunto, sempre buscando a aprovação desses acordos pelo resultado que podem trazer.

Cumprimento o Senador Geraldo Cândido e peço a aprovação do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Jefferson Péres) – Com a palavra, o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, quero dar um depoimento a meus eminentes colegas a respeito atuação do Senador Romeu Tuma, já que S. Exª fez referência à época em que ocupamos o Ministério da Justiça.

Aquela época, o Senador Romeu Tuma chefiava a Polícia Federal numa Secretaria criada especificamente para S. Exª – anteriormente era um departamento – e acumulava também as altas funções de Vice-Presidente da Interpol. O Senador visitou não só a América Latina, a Europa Central e Meridional, mas, sobretudo, o leste europeu. E os relatórios que elaborou quando chefiava aquela repartição eram irretocáveis. As previsões que manifestou àquela altura eram como profecias do que iria ocorrer em relação ao problema do narcotráfico, do tráfico ilícito de entorpecentes, dos farmacodependentes. Dizia sempre o Senador Romeu Tuma que estava na hora de haver uma cooperação entre países na área de combate à produção e ao tráfico. S. Exª também tinha essa preocupação. Hoje vejo que as previsões feitas pelo Senador Romeu Tuma há dez anos estão-se concretizando com a ratificação desses acordos, primeiramente com a celebração, agora passando por aqui.

Solicito sejam registrados em ata, Sr. Presidente, meus louvores à atuação do Senador Romeu Tuma, que, sempre com essa modéstia, prefere ficar na platéia obscura a procurar o palco iluminado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Jefferson Péres) – Determino à Secretaria que registre em ata o pronunciamento feito pelo Senador Bernardo Cabral a respeito do Senador Romeu Tuma.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, acrescento ainda algo que nos parece importante. O Relator, Senador Geraldo Cândido, afirmou – penso ser importante ressaltar isso aqui – que, no caso desse acordo bilateral, a cooperação dar-se-á essencialmente pelo intercâmbio de informações relativas às pessoas envolvidas criminalmente nessa área em ambos os territórios, às legislações antidrogas das partes contratantes e às pesquisas científicas desenvolvidas sobre o tema em cada país. As partes poderão, inclusive, elaborar e desenvolver programas conjuntos de ação contra o narcotráfico.

Um ponto que o Relator fez questão de salientar é que o acordo estabelece que todas as atividades de cooperação previstas serão realizadas com estrita observância das legislações nacionais dos Estados signatários, cumprindo, dessarte, o princípio inafastável da soberania nacional. Parece-me que isso deve ser ressaltado.

Cumprimentamos o Relator pela iniciativa de ajudar o Brasil a investir cada vez mais nesse tema de combate ao narcotráfico, que – sabemos – é uma das

grandes chagas da Humanidade. Igualmente cumprimos o Senador Gilberto Mestrinho, que exaltou muito bem os pontos positivos desse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Jefferson Péres) – Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a deseja usar da palavra?

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Nobre Presidente, esses acordos são bons e válidos. Entretanto, seria interessante que se preocupassem também em combater o consumo. Fala-se em combater a produção e o tráfico, mas o consumo é praticamente livre. À medida que desaparece ou que se reduz o consumo, naturalmente a atividade se reduz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Jefferson Péres) – Mormente o consumo no grande mercado americano.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA – Senador Gilberto Mestrinho, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Com prazer.

O SR. ROMEU TUMA – Senador Gilberto Mestrinho, atualmente temos uma visão diferenciada do problema das drogas para os americanos. Até há pouco, os americanos se julgavam vítimas de todo o processo do tráfico de drogas, porque eles eram obrigados a consumir. Recentemente, com a morte de dois policiais do DEA, o Presidente à época admitiu que os americanos também tinham as mãos sujas de sangue, porque, se não houvesse a pressão consumidora, não haveria a demanda pela produção.

Então, atualmente, o assunto drogas tem três estacas: a produção, o tráfico e, principalmente, a prevenção. Hoje, de maneira alguma se despreza a importância da prevenção, que retira a possibilidade do aumento de consumidores na sociedade.

Parabenizo V. Ex^a pela preocupação que demonstra ter em relação à estrutura de combate às drogas.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Gilberto Mestrinho, solicito um esclarecimento ao Senador Romeu Tuma. V. Ex^a se referiu ao DEA. Seria o Drug Enforcement Agency?

O SR. ROMEU TUMA – Exatamente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Então, estamos de acordo.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, sabe-se que, muitas vezes, se combate o tráfico apenas para regular o preço de mercado. Então, essa consideração em relação ao consumo é mais importante, porque as campanhas de prevenção podem

educar, reeducar e preparar a juventude para resistir à droga.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Jefferson Péres) – Encerrada a discussão.

Em votação, o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3: Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2001, que aprova o texto da Convenção nº 174 da Organização Internacional do Trabalho sobre a prevenção de acidentes industriais maiores, complementado pela Recomendação nº 181, adotadas em Genebra em 02 e 22 de junho de 1993 respectivamente. Relator: Senador Renan Calheiros, cujo parecer é favorável.

Designo o Senador Roberto Saturnino para fazer a leitura do parecer.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, diz o parecer do Senador Renan Calheiros na análise que faz do projeto: “A adesão dos Estados às normativas da OIT ganha, modernamente, importância ainda maior diante da avassaladora era do mercado, a que assistimos.

Com a globalização, que incide fragorosamente nas relações de trabalho, não há como a legislação internacional para poder fazer face aos grandes desafios trazidos pelos novos tempos.

Nos termos do tratado institutivo da OIT, incumbe aos estados-membros incorporar a seus ordenamentos jurídicos nacionais as convenções internacionais de trabalho mediante seus mecanismos internos. Não é ocioso recordar o que diz o art. 19, item 6, alínea “b” da Constituição da OIT: “Cada um dos estados-membros compromete-se a submeter, dentro do prazo de um ano a partir do encerramento da sessão ou conferência, a recomendação à autoridade ou autoridades em cuja competência entre a matéria.

A Convenção nº 174 da OIT, ora sob exame, para efeito de autorização de ratificação, tratando de prevenção de acidentes industriais maiores, complementada pela Recomendação nº 181, esta apenas com a natureza exortatória, fora adredemente objeto de avaliação pela comissão tripartite do Ministério do Trabalho, que concluiu pela conveniência de ambas. Trata-se de legislação oportuna aos interesses nacionais, haja vista a abrangência e o significado de seu alcance.

Como já foi destacado, seu objeto é a prevenção de acidentes industriais maiores, designando-se como tal todo evento inesperado como uma emissão, um incêndio ou uma explosão de grande magnitude

no curso de uma atividade, dentro de uma instalação exposta a riscos de acidentes maiores, envolvendo uma ou mais substâncias perigosas e que exponham os trabalhadores, a população ou o meio ambiente a perigo de consequências imediatas, de médio e longo prazo.

A Convenção também define substância perigosa como toda substância ou mistura que, em razão de propriedades químicas, físicas ou toxicológicas, seja, só ou em combinação com outras, potencialmente lesiva.

Deve ainda, pela norma sob exame, o empregador assumir um conjunto de obrigações, quais sejam: a identificação de instalações e substâncias que podem gerar situações de acidentes industriais maiores; a tomada de medidas técnicas preventivas e de medidas de informação e instrução de pessoal; a preparação e a adoção de planos e procedimentos de emergência e medidas que tendem a eliminar as consequências de um acidente maior; e, ainda, a consulta com os trabalhadores e seus representantes.

Além disso, incumbe ao empregador manter atualizado um relatório de segurança sobre as instalações e substâncias de risco de acidentes industriais maiores.

Na ocorrência de acidente de que trata a Convenção nº 174, o empregador deve informar o evento imediatamente à autoridade competente, além de obrigar-se a elaborar relatório sobre o fato.

A Convenção confere, ademais, obrigações à autoridade competente, que deve estabelecer uma política global de prevenção de acidentes industriais maiores, inclusive quando seus efeitos forem de natureza transfronteiriça, abrangendo dois ou mais Estados.

É ainda digno de referência o fato de que a Convenção regula e assegura a participação dos trabalhadores na prevenção aos riscos de acidentes maiores, inclusive comprometendo-os nos procedimentos de emergência em caso de ocorrência maior.

Quanto à Recomendação nº 181, sobre a prevenção de acidentes industriais maiores, cuida de complementar os temas regulados na Convenção sem natureza injuncional ou impositiva, dotada apenas de caráter exortatório, o que, inclusive, distingue as convenções das recomendações da OIT.

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, em nada discrepando do ordenamento jurídico nacional, além do que versado em boa técnica legislativa,

somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2001”.

Sr. Presidente, é esse o voto do Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, tenho uma sugestão a fazer. Na página 3, há um erro de digitação. No segundo parágrafo, onde se diz “a Convenção nº 174 da OIT...”, na quarta linha, se diz “...foram adredemente objeto...”. Não existe o advérbio ‘adredemente’. O certo é: ‘foram adrede’. Sugiro a correção, tenho certeza de que houve erro de digitação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Será feita a correção.

Em discussão, o parecer, que é favorável.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2001, que aprova o texto do acordo sobre a transferência de nacionais condenados celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, em La Paz, em 26 de junho de 1999. Relator: Senador Bernardo Cabral, cujo parecer é favorável.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ato internacional em questão visa a complementar o instrumento em vigor sobre a matéria, que data de 1942.

Com base em texto de convênio similar firmado entre a Bolívia e a Argentina em 1998, resultou o acordo em tela da proposta apresentada pelo Brasil durante as negociações.

O art. 1º dispõe sobre a possibilidade de nacionais dos países signatários condenados no outro poderem cumprir pena no país de sua nacionalidade, estabelece procedimentos a serem adotados pelas autoridades competentes, reserva ao Estado as prerrogativas de anistia, indulto, perdão ou comutação da pena imposta e, por fim, diz que se aplicará a legislação do Estado receptor na execução da sentença, inclusive no tocante à concessão e revogação da liberdade condicional.

Este é o relatório.

O voto é simples.

O acordo em tela visa proporcionar aos cidadãos condenados no exterior a reintegração mais rápida e eficaz à sociedade, mediante a sua proximidade da família e de seu meio social.

Tal questão tem merecido crescente atenção por parte dos formuladores da política externa brasileira, tendo em vista a presença do grande número de brasileiros radicados no exterior.

O Brasil vem celebrando um grande número de acordos sobre a matéria, tendo recentemente firmado instrumento sobre a matéria com Espanha, Grã Bretanha, Chile e Argentina, estando vários outros em negociação.

Trata-se, portanto, de matéria de elevada relevância social, pois pretende garantir a possibilidade mais rápida de reinserção à sociedade de nacionais condenados que viviam no exterior, configurando também num importante instrumento de cooperação penal entre países soberanos.

O voto é favorável à aprovação do projeto.

Sr. Presidente, registro ainda que, há pouco, quando chegava a esta Comissão, verifiquei que se encontra presente o Embaixador João Carlos Sousa Gomes, que realizou um trabalho perfeito na Costa Rica, conseguindo a extradição de Jorgina Freitas, advogada que fraudou o Instituto Nacional de Previdência Social. Posso afirmar isso, porque, juntamente com dois outros amazonenses – que dão testemunho disso –, Dr. Luiz Felipe D'Ávila e Milton Cordeiro, pouco tempo depois desse fato, passei pela Costa Rica, onde pudemos presenciar o que foi a atuação do Embaixador.

Por isso, Sr. Presidente, faço a inserção desse episódio neste meu voto favorável.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão, o parecer.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A pauta está esgotada.

Alguns dos presentes deseja abordar outro assunto? (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 18h25min.)

Ata da 12ª Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte de junho do ano de dois mil e hum às dez horas.

Às dez horas do dia vinte de junho do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JEFFERSON PÉRES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: NABOR JUNIOR, ROMEU TUMA, TIÃO VIANA, GERALDO CÂNDIDO, ALVARO DIAS, GILBERTO MESTRINHO, JOSÉ COELHO, NOVA DA COSTA, BELLO PARGA, EMÍLIA FERNANDES, IRIS REZENDE, JOSÉ AGRIPINO, MAURO MIRANDA, LUDIO COELHO, JOÃO ALBERTO DE SOUZA, PEDRO PIVA e BERNARDO CABRAL. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência passa a apreciação da pauta. Item n.º 01 – Mensagem n.º 132, de 2001, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. ANDRÉ MATOSO MAIA AMADO, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru. Relator: Senador VALMIR AMARAL. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa como relator “ad hoc” o Senhor Senador NOVA DA COSTA que procede a leitura do relatório. Depois de entrar na sala de reuniões, o Embaixador ANDRÉ MATOSO MAIA AMADO procede sua exposição de motivos. Na seqüência, o Senhor Presidente solicita, seguindo os preceitos regimentais, que os visitantes e funcionários deixem o recinto em virtude de ser a sabatina secreta. Reaberta a sessão passa-se à apreciação do Item n.º 02 – Mensagem n.º 134, de 2001, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor FLÁVIO MOREIRA SAPHÁ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos. Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO que procede a leitura do relatório. Depois de entrar na sala de reuniões, o Embaixador FLÁVIO MOREIRA SAPHÁ procede sua exposição de motivos. Na seqüência, o Senhor Presidente solicita, obedecendo aos preceitos regimentais, que os vi-

sitantes e funcionários deixem o recinto em virtude de ser a sabatina secreta. Reaberta a sessão passa-se a apreciação do Item n.º 3 – Mensagem n.º 135, de 2001 – que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor FLÁVIO MOREIRA SAPHA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Catar. Relator. Senador GILBERTO MESTRINHO. O Senhor Presidente esclarece que por se tratar de cargo cumulativo para Embaixador já apreciado pela Comissão ficou decidido que a decisão tomada no item n.º 02 fica valendo para o item atual. O Senhor Presidente declara terem sido aprovados, por unanimidade de votos, os nomes dos Embaixadores ANDRÉ AMADO E FLÁVIO SAPHA, sendo este último aprovado, também, para representar o Brasil, cumulativamente, junto ao Estado do Catar. Nada mais havendo a tratar a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, secretária da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Jefferson Péres** – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Srs. Senadores, havendo número, está aberta a reunião.

Os Srs. Senadores concordam em dispensar a leitura da Ata? (*Pausa*)

O Item 1 da pauta é a Mensagem n.º 132, de 2001, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. André Matoso Maia Amado, Ministro de 1ª Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

O Relator da matéria, Senador Valmir Amaral, está ausente. S. Exª comunicou que por problema de saúde não poderá comparecer.

Designo o Senador Nova da Costa Relator ad hoc e peço a S. Exª que leia o parecer do Senador Valmir Amaral.

Com a palavra, o Senador Nova da Costa.

O SR. NOVA DA COSTA – Relato do Senador Valmir Amaral. Apresenta o currículo do Embaixador André

Matoso Maia Amado, com destaque de ter nascido no Rio de Janeiro, filho de Gildásio Amado e Maria Matoso.

O interessado, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto do Rio Branco, foi nomeado 3º Secretário em 03 de fevereiro de 1970. Subseqüentemente, sempre por merecimento, foi promovido a 2º Secretário; depois 1º Secretário em junho de 1979; Conselheiro, em dezembro de 1982; Ministro de 2ª Classe em 1989; e Ministro da 1ª Classe em dezembro de 1997.

Dentre os cargos e missões que desempenhou, cumpre destacar em Washington a missão junto à OEA, 2º Secretário, de 1974 a 1978, em Montevideu, 2º Secretário, 1978 e 1979, Paris, Conselheiro, 1983 a 1985, Madrid, Conselheiro, de 1985 a 1988. Terceira Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Japão, Brasília, em 1973, Assessor, Assembléia Geral da OEA, em 1975, Delegado. Comissão Assessora para Assuntos Administrativos e Orçamentários da OEA, eleito para um mandato de três anos a título pessoal, em 1976, membro. Visita de Sua Santidade o Papa ao Brasil, membro da Comissão Especial e Acompanhante Oficial. Reunião do Comitê Negociador do Sistema Global de Preferências Comerciais, Brasília, 1986, Delegado. Reuniões com equipes de planejamento político da Alemanha, Argentina, Canadá, China, Estados Unidos, França, Japão, México, Reino Unido e Suécia.

O Embaixador André Matoso Maia Amado possui as seguintes condecorações: Ordem do Rio Branco Grão Cruz Brasil, Ordem do Mérito Forças Armadas Comendador Brasil, Ordem do Mérito Aeronáutica Oficial Brasil, Ordem do Mérito Militar Cavaleiro Brasil, Medalha do Pacificador Brasil, Medalha do Mérito Tamandaré Brasil, Medalha Mérito Santos Drumond Brasil, Ordem de Isabel a Católica Grande Oficial, Espanha, Ordem do Mérito Grande Oficial, Itália, Ordem do Mérito Nelitense Grande Oficial, Ordem Militar e Soberana de Malta, Ordem de São Carlos Oficial Colômbia, Ordem de Del Enfanté, Comendador Portugal, Ordem da Águia Asteca Comendador México, Ordem do Mérito Oficial República Federal da Alemanha, Ordem do Libertador San Martin Oficial Argentina e Ordem Libertador O'Higgins Oficial Chile.

Cumpra ainda informar que o Embaixador é autor da literatura em prosa, tendo publicado os seguintes romances: “Desde os Tempos de Esquina”, pela

Editora Maltese, em 1995, e "Dentro do Exílio, pela Editora Top Books, em 2001.

No presente momento, o Embaixador André Matoso Maia Amado ocupa o cargo de Diretor do Instituto do Rio Branco, tendo, em sua gestão, dado ênfase à profissionalização e à formação diplomática e a maior integração com a sociedade civil. Como vemos, é portador de um excelente currículo. São essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Peço ao secretário que introduza o Embaixador André Amado no recinto.

Com a palavra, o Embaixador André Amado, para fazer a sua exposição.

O SR. ANDRÉ AMADO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras e Srs Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Um momento. Peço ao senhor que releve a baixa frequência. Isso se justifica pelo fato de haver várias comissões em funcionamento, inclusive a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual fazem parte muitos membros desta Comissão.

O SR. ANDRÁ AMADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Compareço a esta reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado com a consciência de um duplo privilégio. Primeiramente, por ter sido escolhido pelo Senhor Presidente da República para representar o Brasil em Lima, e o segundo, não menos honroso, de ter a oportunidade de trazer para V. Exas a minha visão sobre o estreitamento das relações entre o Brasil e o Peru.

Início destacando a importância desse país andino para o Brasil. Como sede do Império Inca e, posteriormente, da aventura colonial espanhola no pacífico, o Peru foi desde sempre um ponto de referência obrigatório na história da América do Sul. Como país andino e detentor de grande parte da Bacia Amazônica, o Peru é um interlocutor natural do Brasil para o desenvolvimento de ações nessa área.

Como membro fundador e ativo do Tratado de Cooperação Amazônica e da Comunidade Andina de Nações, mais uma vez, em outro aspecto, o Peru se torna um parceiro muito importante nosso, não só para os projetos de desenvolvimento comum, mas também para a aproximação entre a comunidade andina e o Mercosul.

E um último ponto, como se não bastassem esses primeiros a destacar, o Peru é o segundo país de maior extensão territorial comum com o Brasil, 2.955km, o que ressalta a importância de nossa parceria com ele, não só por conta da administração das áreas comuns e revitalização dessas áreas, mas também eventual acesso ao Pacífico.

Esses aspectos, que em si destacam a importância estratégica do Peru, devem ser vistos sob a ótica de que hoje o país está vivendo um momento de transição delicado. Na América do Sul, sobretudo a partir da década de 50, quando retomávamos o estado de direito, o Peru, no começo dos 90, elegeu democraticamente um dirigente, para presenciar, dois anos depois, o alto golpe, com consequências tão graves para a sociedade peruana, particularmente pela desarticulação das instituições e pelas agressões aos direitos humanos. Uma primeira leitura desse período poderia admitir êxito do governo, pelo menos no plano econômico e no combate ao terrorismo e ao narcotráfico. Mas hoje as cifras, os indicadores econômicos já são muito modestos. Estima-se que o Peru crescerá, em 2001, não mais do que 1%, para não mencionar a memória do povo peruano e agora o conhecimento do povo peruano em relação aos dados de violação desses direitos individuais e coletivos.

A nobreza do povo peruano terminou por impor-se e hoje o país retoma a sua normalidade democrática, que é o único caminho para reconduzir o país à reconstrução de suas instituições e aperfeiçoamento dos mecanismos internos de diálogo, o que permitirá ao país não só se recuperar, mas também se reintegrar à Comunidade Internacional Européia. Chego assim ao Peru em um outro ambiente e, francamente, muito promissor. Por enquanto o nosso comércio não é importante; é modesto. Segundo as cifras que se concluem em 2000, tivemos US\$565 milhões de comércio bilateral, US\$353 dos quais de exportações brasileiras e US\$212 de exportações peruanas. Mas os horizontes são muito favoráveis. Empresários dos dois países têm se reunido em fóruns específicos e nesses encontros, muito rapidamente, já concluíram negócios na faixa de US\$4 milhões. Temos agendado para dezembro próximo uma importante reunião entre a comunidade andina e o Mercosul para discussão de um acordo de livre comércio.

E mais importante que isso são as perspectivas de integração terrestre entre os dois países. Se nos dermos conta de que a distância entre Rio Branco, no

Acre, e São Paulo é de 3.850km, e que da costa peruana à fronteira brasileira no Acre em alguns trechos a distância não chega a 500km, podemos nos dar conta do impacto que poderá ter sobre o desenvolvimento da região essa interligação terrestre, seja rodoviária como é o Projeto Assis Brasil/Porto de Ilo, seja intermodal como outro projeto que poderá começar nos rios amazônicos, passar pelo Cruzeiro do Sul e chegar a By Over, no Peru. Por outro lado, a partir do plano de ação de Lima já temos projetos bastante concretos. Só a Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty está diretamente envolvida em 25 projetos de cooperação técnica com o Peru em áreas múltiplas, 10 dos quais já em processo de execução, num total de US\$750 mil de cooperação técnica.

Creio que V. Ex^{as} podem avaliar o que significa para mim, diplomata há 33 anos, a perspectiva de ter como primeira chefia no exterior a embaixada em Lima. Se me permitem V. Ex^{as} uma alusão à Música Popular Brasileira, eu tomaria emprestada a imagem de Gilberto Gil para dizer que caso V. Ex^{as} me honrem com a aprovação para essa importante missão, estou seguro de que o Presidente saberá me dar a régua para orientar-me nesta missão, e esta Casa o compasso para que eu possa representar, defender e projetar os melhores interesses do Brasil no exterior. Muito obrigado, Sr. Presidente, estou à disposição dos Srs. Senadores para esclarecer e complementar aspectos da minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – De acordo com o que preceitua o Regimento Interno solicito aos Senhores visitantes e funcionários que deixem o recinto para procedermos a sabatina.

(Converte-se a reunião em secreta.)

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Sr. Embaixador, foi encaminhada ao Congresso Nacional uma mensagem do Senhor Presidente da República, indicando sua intenção de nomear o diplomata Flávio Moreira Sapha, Ministro de Primeira Classe, para o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos e ao Estado de Catar.

A aprovação do nome de S. S^a é uma atribuição privativa do Senado Federal e, com este objetivo, estamos realizando esta reunião.

O indicado, para nossa satisfação, é natural de Manaus – AM, filho de pessoas que prestaram reconhecidos serviços ao Estado. Graduou-se na Universidade Estadual da Guanabara, no Rio de Janeiro, e cursou mestrado em Ciências Políticas na Universidade de Nova Iorque. Já desempenhou inúmeras fun-

ções na Chancelaria e no Poder Executivo, tendo sido encarregado de negócios em vários Países como Managua, Xangai, Aman, Argel, etc.

O indicado recebeu várias condecorações e vai nos representar nos Emirados Árabes Unidos, conjunto de Países pequenos, ilhotas localizadas em parte especial da Ásia, no Oriente Médio, que têm como atividade econômica principal a exploração do petróleo. Apesar da rivalidade existentes entre as famílias reinantes – pois são todos sultanatos ou emirados –, têm uma liderança natural do Emirado de Abu Dhabi, o mais rico dentre eles.

Trata-se de uma região importante para um Embaixador natural do Amazonas, porque é uma região onde não há muita água. Então, podemos dizer que a região é um contraponto da nossa Amazônia.

Contudo, é uma região importante na rota comercial. Dubai, por exemplo, é um grande centro comercial e financeiro e está sendo centro de negócios entre o Ocidente e o Oriente, especialmente o Oriente Médio.

Dá a nossa satisfação em relatar o projeto apresentando parecer favorável porque tenho certeza de que o Embaixador Flávio Sapha prestará um bom serviço de aproximação e incremento de atividades, sobretudo demonstrando o que é o Brasil naquela região e aproveitando as oportunidades que a área oferece para negócios nacionais.

Sr. Presidente, esse é o relatório, como meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra, o Embaixador Flávio Sapha para fazer sua exposição.

O SR. FLÁVIO SAPHÁ – Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço carinhosamente as palavras do Relator, de quem sou admirador desde criança. Como colocou muito bem o Senador Gilberto Mestrinho, os Emirados são um conjunto de povos árabes que, por sua posição geográfica no Golfo Pérsico, tiveram que se adaptar a circunstâncias extremamente difíceis de convivência internacional. Eles foram freqüentados pelas caravelas portuguesas, e hoje lá estão as esquadras nucleares protetoras. O árabe tem um sentimento de propriedade muito intenso. A língua árabe tem declinações que significam propriedade nos substantivos, adjetivos, verbos e preposições. Então, esse sentimento de propriedade evoluiu facilmente para um nacionalismo muito forte com relação à grande riqueza da região, que é o petróleo. Os Emirados, como todos os outros países do Golfo, tiveram de administrar uma negociação permanente, uma dialética, com as grandes multinacionais de petróleo e conseguiram estabelecer um *modus vivendi* pelo qual controlam o petróleo da região. Todos adotam o mesmo mode-

lo: os Emirados seguem o mesmo modelo da Arábia Saudita e do Catar. Todos eles têm uma empresa estatal mãe que controla 60% da propriedade financeira, diretoria e operações de todas as empresas filiadas. Eles têm associações com empresas japonesas, americanas, inglesas, em que eles controlam 60% da propriedade. Com a crise do petróleo e a matriz do famoso ministro do petróleo da Arábia Saudita, Yamani, as empresas petrolíferas multinacionais tiveram de aceitar também a participação do capital árabe - e, inclusive, dos Emirados - ao longo da distribuição e da revenda nos mercados mundiais. Então, com isso, os Emirados Árabes Unidos têm hoje US\$160 bilhões em projetos no exterior ligados ao petróleo. Eles cultivam, principalmente, relações com os Estados Unidos e com o Japão e se associam mediante contratos de fornecimento de equipamentos militares e em joint ventures em empresas mistas, na exploração de petróleo e de sistemas de distribuição comercial em toda a Ásia. A guerra entre Irã e Iraque mostrou que a posição dos Emirados na entrada do Golfo era extremamente favorável ao abastecimento DA Reggie. Então, rapidamente, o Emirado de Abu Dhabi, como mencionou o Senador Mestrinho, deslocou recursos do petróleo de grande monta para instalar uma zona franca em Dubai, um outro Emirado associado. Essa zona franca hoje tem um rede de distribuição comercial armada que alcança 1,5 bilhão de consumidores. Ela pega todo o Golfo Pérsico, os subcontinentes DA Índia e DA China e as ex-Repúblicas Soviéticas, que tentam se afastar do centro controlador russo para se desviar para o Golfo Pérsico. As nossas relações com os Emirados, no plano político, são corretas, mas tênues e distantes. No plano econômico, são iniciais. Nós vendemos US\$270 milhões e compramos US\$150 milhões. Há um grande desafio aí, que seria desenvolver as relações bilaterais comerciais, mas nelas superpostas a penetração, para o Brasil, nessa zona franca e na sua rede armada em todo o continente. O empresariado brasileiro e o Governo já têm consciência disso. Estão nesse estágio de início de uma organização, uma participação e uma presença maior nessa Reggie. Lerei aqui um elenco de itens que preparei, que seriam o meu projeto de gestão e de atividades, que, aliás, é uma exigência hoje DA Administração e do Tribunal de Contas da União. Então, podemos enumerar, como instrumentos do que fazer, o seguinte:

1) Ampliação dos serviços da Embaixada para maior dedicação ao comércio do Brasil em Dubai, em particular pela instalação de um centro conjunto, com o empresariado brasileiro interessado, conforme bem sucedida experiência feita nos Estados Unidos, em Boston, pelo meu colega Mário Vilalva, que é hoje Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty.

2) Missões de exportadores brasileiros coordenadas pelo Itamaraty, pela Agência de Promoção do Comércio Exterior, pela FIESP, pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, por outras entidades e, com todo o meu empenho, pela Suframa, do Amazonas.

3) A organização de seminários e painéis no Brasil, com empresários dos Emirados, seguidos de visitas aos centros exportadores dos vários Estados da União. Patrocinados pelo Itamaraty e pela Apex, que citei há pouco, que é dirigida pela Dr^a Werneck, já vamos fazer agora, em julho, um grande seminário com dirigentes comerciais de Dubai e de outros países árabes no Rio de Janeiro. Em seguida, vamos levá-los a várias regiões. Eu vou participar dessa programação. Levaremos esses grandes importadores a São Paulo, Rio Grande do Sul e, inclusive, a Manaus.

4) A convocação da comissão mista prevista no acordo bilateral sobre cooperação aprovado por este Senado em 1992.

5) Promoção do aumento vegetativo dos produtos já exportados, como açúcar, munições, carne de frango, silício, minério de ferro, laminados, papel, móveis e outros da nossa pauta, uma vez que eles já contam com um sistema comercial estabelecido. Então, é mais fácil já procurar os sistemas estabelecidos e procurar ampliá-los. Esse é um passo inicial em qualquer atividade comercial de Embaixada.

6) Cooperação no comércio eletrônico. Em 1998, o Emirado de Dubai investiu US\$200 bilhões na construção de uma outra cidade, que é uma cidade eletrônica, e já levou para lá 300 das maiores empresas do comércio eletrônico do mundo, para se expandir por esse mercado gigantesco que é o mundo asiático.

7) Uma coordenação estreita entre os exportadores potenciais e as várias linhas marítimas que ligam o Brasil aos Emirados. Várias linhas sediadas em Dubai servem portos brasileiros, algumas com escalas semanais, em travessia direta e sem baldeação de cargas. Tenho um elenco aqui de dez empresas.

8) Coordenação com as traders de Dubai predominantes na estrutura de comercialização e nos canais de distribuição para reexportação.

9) As cartas de crédito podem ser processadas pelo Banco do Brasil, e podemos tentar incluir nisso outros bancos brasileiros, porque o Banco do Brasil já opera com todos os bancos dos Emirados. Fiz uma checagem sobre isso.

10) A legislação comercial dos Emirados é nossa conhecida, porque foi promulgada toda a partir dos anos 80, inspirada no código napoleônico, portanto,

no Direito Romano, com código civil, lei comercial, lei marítima, lei do seguro, lei trabalhista. Então, não há mistério nisso para nós.

11) Aproximação institucional do Mercosul com a zona franca de Dubai e com o Conselho dos Países do Golfo, que também tencionam organizar um mercado comum com a Arábia Saudita, os Emirados, o Catar, o Kuwait, o Baha'i e Oman. O grande instrumento, hoje, do comércio exterior é o produtor brasileiro, que está formando grupos regionais segundo o modelo mundial dos Clusters. Esses grupos regionais estão assumindo o eixo central do comércio exterior brasileiro. No momento, o ponto fraco do nosso sistema é a cobertura financeira. Tivemos, no passado, um esforço extraordinário, de que o Itamaraty participou. Foi um desafio na época do Presidente Médici. Tínhamos um comércio exterior de US\$3 bilhões. Um País do tamanho do nosso. E precisando de divisas para investimentos internos, o Presidente, que era o Presidente Médici, desafiou o Governo.

O Ministro Mário Gibson Barbosa disse que o Itamaraty tinha talvez a única organização que poderia juntar mil pessoas, homens e mulheres, capazes de falar inglês, e capazes de visitar, de procurar – eles não eram tímidos –, etc. Isso foi feito e, com o apoio financeiro da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, e da Interbras, da Petrobras, foi possível ao empresariado brasileiro pular para níveis de US\$30, US\$40, US\$50 bilhões no comércio.

Depois, no Governo Collor, desarmou-se esse esquema financeiro estatal, esperando que o esquema financeiro privado o substituisse. Isso não ocorreu até agora. Temos que ser otimistas. Acredito que a atração do lucro, por gravitação, vai trazer o sistema financeiro para se unir com esse novo desenho de classes, quer dizer, de aglomerados empresariais regionais. Isso aconteceu no mundo todo: aconteceu no Vale do Silício, em Seattle, e até na Toscana italiana, cujo caso é conhecido; são indústrias tradicionais antigas que de repente se tornaram um conglomerado extraordinário e estão dominando o mundo nos têxteis.

Todos esses itens podem ser adotados também em relação ao Emirado do Catar. Tudo isso que se pode com os Emirados Árabes Unidos pode ser feito também em relação ao Catar.

Esse é o meu desafio inicial. Procurei tomar tempo de V. Ex^{as} para mostrar quais são os passos

concretos que uma Embaixada do Brasil deve dar nessa região.

Em homenagem ao nosso Presidente, eu lembraria então uma regra hamletiana de Shakespeare, de que temos que ajustar sempre a palavra à ação e a ação à palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Está franqueada a palavra. Obedecendo aos preceitos regimentais, determino que a sessão seja secreta para proceder a sabatina.

(Converte-se a reunião secreta).

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Por unanimidade de votos, foram aprovados os nomes dos Embaixadores André Amado e Flávio Sapha, sendo que este último também para representar o Brasil, cumulativamente, junto ao Estado do Catar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h42min.)

Ata da 13ª Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JEFFERSON PÉRES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes Senhores Senadores: JOÃO ALBERTO SOUZA, JOSÉ COELHO, ROMEU TUMA, PEDRO SIMON, MAURO MIRANDA, NABOR JÚNIOR, EMÍLIA FERNANDES, BERNARDO CABRAL, PEDRO PIVA, JOSÉ AGRIPINO, IRIS REZENDE, TIÃO VIANA, GILBERTO MESTRINHO, ROBERTO SATURNINO, VALMIR AMARAL e HUGO NAPOLEÃO. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se a apreciação da pauta. A Senadora EMÍLIA FERNANDES, em virtude da ausência do Relator do Item n.º 01, Senador GERALDO MELO, requer a inversão da pauta. Em votação. Aprovado. Item n.º 02 – Mensagem n.º 144, de 2001, "que submete à apreciação

ação do Senado Federal o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República Islâmica do Irã". Relator: Senador MAURO MIRANDA. O Presidente passa a palavra ao Senador MAURO MIRANDA para leitura do parecer. Em seguida, faz uso da palavra o Embaixador CESÁRIO MELANTONIO NETO. Terminada a exposição o Senhor Presidente, obedecendo aos preceitos regimentais solicita que os visitantes e funcionários deixem o recinto em virtude de ser a sessão secreta, informando que o Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional solicita a presença dos Senadores para votação nominal. Reaberta a sessão em caráter público passa-se a apreciação do Item n.º 01 – Mensagem n.º 143, de 2001, "que submete a apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia". Relator: Senador GERALDO MELO. Na ausência do relator, o Senhor Presidente designa como relator "ad hoc" o Senador JOSÉ AGRIPINO que procede a leitura do parecer. Na sequência, passa a palavra ao Embaixador JOSÉ VIEGAS FILHO. Terminada a exposição de motivos e, seguindo ao preceito regimental, o Senhor Presidente solicita aos visitantes e funcionários que deixem o recinto em virtude do caráter secreto da reunião. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente declara terem sido aprovados ambos os Ministros indicados para cumprirem Missão Diplomática no exterior. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador Jefferson Péres – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Srs. Senadores, há número regimental. Declaro aberta a 13ª reunião ordinária da III Legislatura da 51ª Legislatura. Comissão de relações Exteriores, reunião de hoje, dia 27 de junho de 2001, quarta-feira, às 10 horas.

Vamos começar invertendo a ordem.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) Pois não, Senadora..

A SRA. EMILIA FERNANDES – Gostaríamos de propor, Sr. Presidente – tendo em vista que o relator do Item 1, Senador Geraldo Melo está a caminho e por dificuldades não conseguiu chegar mais cedo – que houvesse uma inversão de pauta. O Item 2 passasse para ser analisado primeiramente, tendo em vista que estão presentes o relator e o Ministro que será sabatinado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Perfeito.

Vamos inverter a ordem.

Submetemos à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã, sendo relator o Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, com base no art. 52, inciso IV da Constituição Federal e legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da República, na forma da Mensagem n.º 144, de 2001, submete à apreciação dos senhores membros do Senado Federal o nome do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã. Acompanha a mensagem presidencial em epígrafe o curriculum vitae do Embaixador Cesário Melantonio Neto, do qual cabe destacar o seguinte:

Nascido em São Paulo em 31 de outubro de 1949, filho de Osvaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio. O interessado é Bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal.

Após aprovação em concurso público foi nomeado Terceiro secretário em 02 de fevereiro em 1972, tendo subseqüentemente sido promovido a Segundo Secretário por merecimento em 19 de abril de 1976; a Primeiro Secretário por merecimento em 20 de novembro de 1980; a Conselheiro também por merecimento em 17 de dezembro de 1986; a Ministro de Se-

gunda Classe em junho de 1992 e a Ministro de Primeira Classe em dezembro de 2000.

Dentre os cargos e missão que desempenhou destacam-se: Assistente de Chefe da Divisão Europa I em 1979 e 1980, Assistente e Chefe da Divisão da Divisão de Pessoal em 1980 e 1981, Assistente e Chefe da Divisão De Visitas em 1984 e 1985, Secretário Especial Substituto das Relações com o Congresso em 85 e 87, Assessor Chefe do Gabinete de Ministro em 1987 e Chefe da Divisão do Departamento Consular Jurídico de 90 a 92, Chefe Substituto do Departamento Consular Jurídico em 91, Chefe da Assessoria de Relações Federativas em 97, Paris, Terceiro Secretário em 1975, em Paris, Subchefe do Setor Econômico de 75 a 76 em Paris, Chefe do Setor de Ciência e Tecnologia em 1977, no México, Chefe do Setor Cultural de 78 e 80, em Madri, Primeiro Secretário em 82 e 83, em Madri, Chefe do Secon em 82, 83, Teerã, Encarregado de Negócios em 83, Queens, Harvard, Encarregado de Negócios em 86, Roma, Conselheiro 87 e 90, Chefe do Setor de Política Interna Relações com o Parlamento e Imprensa, Frankfurt, Cônsul Geral de 83 a 97, Grupo de Trabalho e Preparação da Visita do Ministro de Estado do Continente Africano em 72, Conferência Especializada ao Desenvolvimento da América Latina em 72, à disposição da Comitiva Oficial do Presidente do Conselho de Ministros de Portugal em visita ao Brasil por ocasião das comemorações do Sesquicentário da Independência em 72, Comitiva Presidencial e encontro com o Presidente da Venezuela, Santa Helena, Uiarém em 73, Comitiva Presidencial e encontro com o Presidente da Bolívia Cochabamba em Santa Cruz de la Sierra em 74, Sessão Geral do Comitê Office International des Epizooties, em Paris, Reunião Ministerial da Conferência de Cooperação Internacional, Paris, em 75, Conferência sobre Cooperação Internacional Comissão I de Energia, e IV de Assuntos Financeiros em Paris, Comissão II em Matérias-Primas, III Desenvolvimento em Paris em 76, Membro, Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Reunião dos Funcionários de Alto Nível de Paris, em 1976, Reunião do Conselho Superior da Faculdade Latina-Americana de Ciências Sociais de São José, em 78, participante de Seminário sobre o Desenvolvimento da Amazônia, realizado pela Sudam e Banco da Amazônia, membro do grupo de trabalho em or-

ganizar a solenidade de posse do Senhor Presidente da República em 85, Delegação Parlamentar à Conferência Especial do Parlamento Latino-Americano sobre Dívida Externa em Montevideu, em 85, Delegação Parlamentar Brasileira da União Interparlamentar de Manágua, 87, Missão Especial a Zezek do Primeiro Ministro de Barbados em 87, Adjunto do Cerimonial da Presidência da República de 73 a 75, à disposição da Presidência da República em 74 e 75.

O Embaixador possui as seguintes condecorações: Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil; Medalha de Mérito Tamandaré, Brasil; Ordem do Mérito do Paraguai Cavaleiro; Ordem de Francisco de Miranda, Grau Três da Venezuela; Ordem da Águia Asteca Oficial, México; Ordem Nacional do Mérito Cavaleiro, França; Ordem Soberana Militar Comendador Malla; Ordem Nacional de Mérito da Alemanha, Primeira Classe; Ordem de Isabel, A Católica, Oficial, Espanha; Ordem Nacional do Mérito e Comendador, Itália.

São estas as informações a serem prestadas no âmbito do presente relatório. É o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Peço à secretária que conduza o Embaixador à mesa.

O Sr. Embaixador já se encontra à mesa. Pediria que fizesse as suas considerações iniciais.

Peço licença para me ausentar um pouco da mesa e convido a Senadora Emilia Fernandes para presidir na minha ausência.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Assumo a presidência e, de imediato, passo a palavra ao nosso Ministro Cesário Melantonio, para que faça as considerações, em seguida seja questionado pelos presentes.

Tendo em vista que aqui chega o Presidente da nossa Comissão, de imediato passamos a atribuição ao titular.

V.S^a está com a palavra.

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Jefferson Péres, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vou rapidamente fazer um resumo sobre a atual situação na República Islâmica do Irã e, em seguida, dar uma idéia sobre o nosso programa de trabalho.

Atualmente, no Irã há uma luta política entre uma área conservadora e uma área reformista. A área

conservadora liderada pelo Aiatolá Ali Khamenei, sucessor espiritual do Aiatolá Komeini, e a área liberal pelo Presidente recentemente reeleito por mais quatro anos, o Presidente Katami.

Esta ala reformista liderada pelo Presidente Katami conseguiu no ano passado ter 70% do parlamento eleito. Portanto, a ala reformista tem no Májilis, Parlamento Iraniano, 70% dos deputados. No dia 08 de junho, o Presidente Katami teve uma vitória retumbante com 78% dos votos. E 83% dos eleitores compareceram às urnas. A situação política, portanto, tende a se estabilizar.

Na área econômica há problemas. Há um desemprego crescente, oficialmente estimado em dois milhões dentre os cerca de 70 milhões de iranianos. Existe uma espiral inflacionária que atingiu ultimamente a marca de 25%. E, finalmente, há uma série de constrangimentos impostos por uma rígida interpretação das leis alcorânicas.

O Presidente Katami tem uma proposta modernizadora da economia. Ele quer uma abertura maior para o exterior. É favorável a um processo de privatização na área econômica e descentralização na área política. O Irã também tem 27 províncias. Finalmente, tem o interesse especialíssimo na aproximação com o Brasil.

O Vice-Ministro das Relações Exteriores do Irã, Dr. Ali Ahani, esteve em abril último no Brasil. Foi recebido pelo Vice-Presidente Marco Maciel e pelos Ministros Celso Lafer e Alcides Tápias. Ele transmitiu-nos uma série de convites para irem ao Irã em datas a serem acordadas: o Vice-Presidente da República, os Ministros das Relações Exteriores, da Cultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, assim como um convite para, em data também a ser acordada, ser organizada uma visita de parlamentares brasileiros do Senado e da Câmara, em especial das Comissões de Relações Exteriores, ao Irã.

O Presidente Katami tem uma grande capacidade política. Ao ser reeleito, com enorme apoio, como disse no parlamento e na população, deve aprofundar o processo de modernização. Mas, vai continuar tendo um combate na área política com esta ala conservadora que ainda tem 30% do parlamento.

Nesse sentido, o Presidente Katami tem logrado alguns êxitos, tanto em matéria de política interna como externa. Tem conseguido privatizar certas áreas da indústria automobilística, uma parte da rede bancária, da rede hoteleira e da área de distribuição de energia elétrica.

Em termos de investimentos estrangeiros, os últimos dados, o Irã recebeu entre março de 1999 e março de 2000 um total de US\$250 milhões. Na agenda diplomática, o Presidente Katami é partidário de uma détente entre as nações e faz uma apologia do que chama diálogo entre as civilizações. Aprofundar o diálogo entre o mundo oriental e o mundo ocidental, desvinculando o Irã de sua imagem negativa perante a comunidade internacional.

Acredito que, para que as relações entre o Brasil e o Irã possam ser mais densas e fluidas, o Governo Brasileiro na área bilateral deve partir da premissa de que o setor econômico e comercial e a cooperação industrial constituem-se no eixo fundamental para o adensamento das relações entre o Brasil e Teerã.

A diplomacia brasileira deve ter sempre presente que o Irã, apesar de suas atuais mas não permanentes peculiaridades políticas, dispõe de um mercado de quase 70 milhões de habitantes, 9% das reservas mundiais de petróleo, 93 bilhões de barris e 15% das reservas mundiais de gás, 21 trilhões de metros cúbicos. Ocupa, ademais, em escala mundial o primeiro lugar em reserva de zinco, o segundo em reserva de cobre e o nono lugar em reservas de minério de ferro.

Em 2001, o PIB iraniano está estimado em US\$110 bilhões e suas reservas em conta corrente em US\$8 bilhões. A dívida externa do Irã é 6% do PIB. Portanto, é um país que tem condições de aumentar o seu nível de importações e de pagar sem grandes dificuldades essas importações.

Na área multilateral, e sempre tendo em vista o acercamento das relações entre o Brasil e o Irã, seria recomendável que a diplomacia brasileira buscasse uma agenda positiva com o Teerã na defesa dos interesses comuns em áreas como: desarmamento, paz e segurança internacionais, meio ambiente, direitos humanos, proibição de fabricação de armas químicas, combate ao racismo, ao narcotráfico e ao crime organizado e outras áreas afins que se multiplicam hoje em dia em função da própria dinâmica do fenômeno da globalização.

Há, portanto, sinais favoráveis em prol de um relacionamento mais intenso entre o Brasil e o Irã. A diplomacia brasileira, acredito, deve passar a considerar Teerã como um parceiro estratégico no Oriente Médio, além de ponte natural com a Ásia Central, isto é, pensar no Irã não apenas como um mercado importante no Oriente Médio, mas como um mercado que tem influência importante regional na área da Ásia Central, das ex-Repúblicas Socialistas Soviéticas, que representam quase 400 milhões de habitantes. E há uma área em que os países são caracteriza-

dos nas suas economias por serem grandes produtores e exportadores de energia, petróleo e gás e grandes importadores de alimentos.

No âmbito bilateral é importante que o Brasil, como um dos principais exportadores de produtos agroindustriais e importador de petróleo e derivados busque o que eu chamaria de uma relação complementar, já que, como expliquei, as economias são complementares e não competitivas.

Nos diferentes foros multilaterais, tratar-se-ia de buscar uma agenda positiva na defesa de interesses comuns. Enfim, o Brasil de ter no Irã termos naquele país um parceiro em função de seu peso político regional, ser parceiro na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento na medida em que se intensifica o processo de globalização e suas diferentes vertentes nem sempre favoráveis aos interesses da nação brasileira.

Para concluir, gostaria de dizer que tomamos algumas iniciativas na área político-econômica e cultural concretas. Na área política foi constituído um grupo de consultas políticas Brasil-Irã, para trocar idéias sobre o panorama internacional, a primeira reunião já se realizou em Brasília, em abril último, e já estamos preparando a próxima reunião do grupo de consultas políticas, em Teerã, no segundo semestre deste ano.

Na área política já mencionei também o enorme interesse do governo iraniano em que uma missão parlamentar brasileira do Congresso Nacional visite Teerã, em data a ser acordada. Foram convidadas a irem ao Irã as seguintes autoridades brasileiras: o Vice-Presidente da República Marco Maciel, que se encontrou em 30 de maio último, em Jacarta, na reunião do G-15 com o Vice-Presidente do Irã e os Ministros das Relações Exteriores, Desenvolvimento e Cultura. Na área econômica comercial, depois de 10 anos sem enviarmos missões empresariais ao Irã, está indo uma missão com cerca de 40 empresários, de 9 a 15 de setembro a Teerã e estamos fazendo um trabalho de arregimentação do empresariado brasileiro, nos nossos Estados, em todos os Estados do Brasil, através das federações das indústrias, dos centros internacionais de negócio, reconhecendo os produtos de cada Estado do Brasil que têm potencial de exportação para o Irã, a fim de que o maior número de Estados estejam representados nessa missão empresarial em setembro próximo.

Finalmente, está prevista uma visita do Ministro Weyffort, da Cultura, para que o Brasil conheça melhor

culturalmente o Irã e se organize uma série de exposições sobre a cultura brasileira em Teerã. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Srs. Senadores, o Presidente do Congresso pede que suspendamos esta sessão para que se inicie votação no plenário.

Consulto aos Srs. Senadores se vamos suspender e fazer arguição mais tarde ou os Senadores abrem mão de arguir e fazemos a votação e, em seguida, suspendemos. Solicito ao público geral que após a leitura do relatório deixem o recinto, obedecendo aos preceitos regimentais.

Peço ao Senador José Agripino que leia o final do parecer referente ao Embaixador José Viegas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Srs.^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da República remete a esta Casa mensagem indicando o nome do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Itamaraty, para exercer o cargo de Embaixador junto à Federação da Rússia.

Foi distribuído, por antecipação, o relatório preparado pelo Senador Geraldo Melo, que informa, com precisão, o curriculum vitae do Embaixador Viegas, extremamente substantivo, rico, pela experiência vivida por S. Ex.^a ao longo de sua carreira.

Faria um destaque especial para os últimos cargos desempenhados: de Embaixador em Copenhague, de 1995 a 1998, e de Embaixador em Lima, em 1998. O Embaixador José Viegas possui ainda grandes condecorações: Comendador da Ordem Nacional do Mérito da França e da Ordem da Palma do Suriname; Oficial da Ordem do Mérito do Chile; medalha Santos Dumont, Medalha Tamandaré; Grã-Oficial das Ordens do Mérito Militar, Naval, Aeronáutico, mérito das Forças Armadas; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

S. Ex.^a, no meu entendimento, está suficientemente habilitado para o exercício da função para a qual é designado pelo **SR. PRESIDENTE** da República e, no momento, são essas as informações que poderia prestar no âmbito do relatório.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Declaro reaberta a sessão. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h24min.)

Ata da décima quarta Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia sete de agosto do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia sete de agosto do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes Senhores Senadores: José Coelho, Romeu Tuma, Pedro Simon, Mauro Miranda, Emília Fernandes, Bernardo Cabral, Pedro Piva, José Agripino, Iris Rezende, Tião Viana, Roberto Saturnino, Hugo Napoleão, Lúdio Coelho, Eduardo Suplicy e Paulo Artung. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se a apreciação da pauta. O Senador Jefferson Péres requer inclusão como extra-pauta de um requerimento de sua autoria. Em votação. Aprovado. Item nº 01 – Requerimento nº 06/2001 – CRE – que “requer, nos termos dos arts. 50 e 58, parágrafo 2º, inciso III, da Constituição da República, e com fulcro no art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor Ministro de Estado da Defesa, Dr. Geraldo Magela da Cruz Quintão, para prestar esclarecimentos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a licitação internacional destinada à compra de aviões para reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB), totalizando uma encomenda de 108 aeronaves, com um lote inicial de 12 a 24, no marco do Projeto F-XBR, especialmente no que concerne a dispositivos que permitam a efetiva transferência e absorção de tecnologia estrangeira, bem como, no que couber, a preferência por equipamentos desenvolvidos por indústrias brasileiras.” Colocado em discussão o requerimento, fazem uso da palavra os seguintes Senadores: Pedro Simon, Emília Fernandes, Lúdio Coelho e Roberto Saturnino. Colocado em votação, com o adendo proposto pelo Senador Pedro Simon, o requerimento é aprovado por unanimidade. Item nº 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 212/2001 – que “aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército Brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz,

no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele país.” Relator: Senador Iris Rezende, com parecer favorável. Colocado em discussão e não havendo quem queira se pronunciar, a matéria é aprovada. Item nº 03 – Mensagem nº 124/2001, por meio da qual o Presidente da República “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.” Relator: Senador Fernando Matusalém. Na ausência do relator, o Senhor presidente designa como relator “ad hoc” o Senhor Mauro Miranda, que procede a leitura do parecer. Na sequência, faz uso da palavra o Embaixador Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho. Terminada a exposição de motivos e, seguindo ao preceito regimental, o Senhor Presidente solicita aos visitantes e funcionários que deixem o recinto em virtude do caráter secreto da reunião. Reaberta a sessão em caráter público, passa-se ao item seguinte. Item nº 04 – Mensagem nº 142/2001, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.” Relator: Senador José Coelho. Concede a palavra ao relator para leitura do parecer. Na sequência, faz uso da palavra o Ministro Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos. Finalizando o relatório, o Senhor Presidente, obedecendo ao preceito regimental, determina que a sessão seja secreta para proceder a sabatina. Reabertos os trabalhos, declara-se que ambos os Ministros foram apreciados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

Notas taquigráficas da reunião realizada no dia 07/08/2001.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número legal, está aberta a reunião.

Pergunto aos presentes se dispensam a leitura da ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Dispensada.

Requeiro inclusão como extrapauta de um requerimento de minha autoria, se o Plenário não fizer objeção.

Passo a ler o requerimento, como primeiro item da pauta:

Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58 da Constituição e com fulcro no art. 90, inciso III, do Regimento Interno, seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Defesa, Dr. Geraldo Quintão, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a licitação internacional, destinada à compra de aviões para reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, totalizando cento e oito aeronaves com lote inicial de doze a vinte e quatro, especialmente no que concerne a dispositivos que permitam a efetiva transferência de tecnologia estrangeira, bem como no que couber a preferência por equipamentos desenvolvidos por indústrias brasileiras.

Embora não tenha incluído no requerimento, pode-se aproveitar a vinda do Ministro, caso seja aprovado o requerimento, para que S. Ex^a discuta também esse episódio rumoroso referente a serviços de inteligência militar, que estão suscitando muito polêmica na imprensa.

Senador Pedro Simon, com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON – Concorde plenamente com o requerimento de V. Ex^a, mas não há dúvida de que a segunda parte a que V. Ex^a se referiu é tremendamente importante e deve constar.

Os documentos que a Folha de S. Paulo publicou são inexplicáveis. Não consigo entender. Sinceramente não consigo entender de onde partiu, quem está atrás daquilo, o que querem.

E o Ministro – e acho que fez muito bem – não disse uma palavra. Dirigiu-se às forças do Exército, pedindo que trouxesse os esclarecimentos, mas estamos todos aqui boquiabertos, esperando uma explicação.

Creio que essa explicação deva ser dada. Parece que alguns estão muito preocupados em como é que os documentos tão sigilosos foram terminar publicados na Folha de S. Paulo. Isso a mim não me preocupa. Preocupa-me o conteúdo dos documentos. E o conteúdo dos documentos parece-me que é de uma gravidade, principalmente pelo momento que estamos vivendo, quer dizer, numa hora que nem esta em que estamos aqui e existem pessoas investigando instituições não-governamentais como se fossem instituições terroristas.

Tenho o maior respeito pelo Ministro da Defesa. Viajei com S. Ex^a. Tive a felicidade de viajar com ele

no Projeto Calha Norte e tive a melhor impressão dele. É um democrata, um homem excepcional, inteligente, culto, competente. Tenho a convicção de que S. Ex^a deve estar tão boquiaberto quanto como nós todos. Por isso, acredito que a vinda dele não deva demorar muito, dentro do possível, Sr. Presidente. Isso seria interessante.

Com relação ao primeiro item, sou totalmente favorável, mas apenas lhe perguntaria: há uma discussão de que a Embraer teria condições de produzir esses aviões e, que se a Embraer tivesse condições de produzir esses aviões, talvez devêssemos discutir a abertura ou não da licitação internacional.

Não sei, mas é um assunto que devemos discutir com S. Ex^a. Se houver a possibilidade, sem vigarices, sem fazer nenhuma negociata, algo absolutamente sério e concreto, positivo de que isso possa acontecer, acho que, pelo menos, deveríamos conversar, debater com S. Ex^a.

Sou totalmente favorável e felicito V. Ex^a pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes

A SR^a EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, quero cumprimentar, primeiramente, V. Ex^a pela iniciativa do requerimento. O adendo que faz o Senador Pedro Simon também me parece profundamente pertinente. Também gostaria de acrescentar que, assim como o Senador Pedro Simon e o Senador Romeu Tuma, também tivemos a oportunidade de integrar essa comitiva que foi à região amazônica conhecer de perto o Projeto Calha Norte. Tive uma boa impressão do Ministro da Defesa, não apenas pela sua forma cordial e respeitosa, mas principalmente pelo sentimento que nos passou de amor e de preocupação com os interesses da soberania do nosso País. A vinda dele a esta Comissão seria muito oportuna.

Ressaltamos a importância do Projeto Calha Norte, um trabalho espetacular realizado por nossas Forças Armadas no que se refere à defesa das nossas fronteiras – numa região com uma característica muito própria que são a nossa floresta e os nossos rios – com países que nos causam uma certa preocupação pela situação política em que vivem – principalmente a Colômbia.

Parece-me que a vinda do Ministro seria muito interessante. Talvez fosse oportuno que S. Ex^a viesse nos contar um pouco mais a respeito da política de defesa das nossas fronteiras. Conhecemos o Calha

Norte e ouvimos uma explanação sobre o Sivam, mas há uma grande extensão de área de fronteira com outros países – Paraguai, Argentina, Uruguai.

Sou oriunda de fronteira e, nesse período de recesso em que fizemos um grande trabalho, cada um no seu Estado, fui à região da nossa fronteira e recebi inclusive um documento com dados e números que nos preocupam e que extrapolam a questão meramente de segurança, vinculada às nossas polícias civis ou estaduais. O documento traz algo tão forte que quase é necessária uma política mais forte e mais consistente nas regiões de fronteira.

Vejo a vinda do Ministro Geraldo Quintão com muito bons olhos. É muito oportuna, e é lógico que S. Exª nos pode dar essas explicações. Então, dentro do possível, nas tratativas que fará com o Ministro, V. Exª poderia verificar a possibilidade de debater sobre a segurança nas fronteiras nesse momento ou em outra oportunidade, pois gostaríamos de saber algo mais concreto. Vimos a qualidade e a dedicação das nossas Forças Armadas naquela região, naquele programa, mas gostaríamos de estender um pouco mais essa discussão, para verificar realmente qual a política de defesa das nossas fronteiras, tendo em vista que venho dessa região e tenho grandes preocupações. E os problemas avolumam-se a cada dia.

Gostaria que V. Exª incluísse esse tema para debate, porque, dessa forma, traríamos o Ministro para uma grande discussão acerca da política que envolve o seu Ministério.

Seriam as considerações que eu faria, cumprimentando V. Exª pela iniciativa e pelo requerimento apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senadora Emilia Fernandes, a minha preocupação é maior que a sua, pois quem tem fronteira com a Colômbia é o Amazonas. Ao convidar o Ministro e marcar a data, pedirei a S. Exª que venha preparado para debater também esses assuntos de fronteira.

Continua em discussão o requerimento, com o adendo do Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO – Considero adequada a proposição de V. Exª. É conveniente a vinda do Ministro da Defesa para tratar desses assuntos nesta Comissão. Sobre essa parte de segurança, não tenho as preocupações manifestadas pelo Senador Pedro Simon.

Há um ou dois meses atrás, encaminhei ao Ministro da Defesa, ao Ministro da Justiça e, se não me engano, ao Presidente do Congresso um manual de

um seminário realizado numa cidade do meu Estado, com documentos oficiais, cujos participantes eram na sua maioria estrangeiros, com cursos de guerrilha. Considerei, então, que a área competente para tomar conhecimento oficial do assunto seria o Ministério da Justiça. Encaminhei, então, esses documentos ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Defesa e a mais algumas autoridades porque tenho comigo que o Governo tem o dever de cuidar da segurança sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Continua em discussão o requerimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, o requerimento é muito oportuno, gostaria até de tê-lo apresentado. Creio que podemos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Senador Lúdio Coelho vota contra o adendo do Senador Pedro Simon?

O SR. LÚDIO COELHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Apenas fez uma observação.

Em votação o requerimento, com o adendo proposto pelo Senador Pedro Simon.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Item nº 01. Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001, que aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de 42 militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele país. Relator: Senador Iris Rezende, cujo parecer é favorável.

Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a ementa do presente Projeto de Decreto Legislativo já é esclarecedora. Ofereço parecer favorável, uma vez que, nos últimos anos, se tornou uma rotina a prática de exercício conjunto de adestramento entre tropas do Brasil e da Argentina.

Quando eu me encontrava à frente do Ministério da Justiça, tive oportunidade de acompanhar o Senhor Presidente da República quando se fazia uma demonstração na fronteira, ao final de exercício durante alguns dias, em que se encontravam soldados argentinos e brasileiros. Esse tipo de exercício vem selar uma nova convivência entre esses países, que, durante décadas e décadas, experimentaram um ambiente de desconfiança. Hoje, felizmente, com a instituição do Mercosul e com a presença de novos estadistas à frente desses países, tudo tem mudado.

Este decreto legislativo é necessário para atender uma formalidade legal. Por isso, meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa)*

Aprovado.

O Senador Gilberto Mestrinho pediu-me que justificasse a sua ausência, porque S. Ex^a se encontra hoje em São Paulo para submeter-se a exame médico.

Item nº 2: Mensagem nº 124, de 2001. O Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador. Relator: Senador Fernando Matusalém.

Solicito ao Senador Mauro Miranda que, como Relator ad hoc, proceda à leitura do parecer, que será apreciado em reunião secreta. Peço, portanto, que, após a leitura do parecer, a sala seja evacuada.

O SR. MAURO MIRANDA – Pela Mensagem nº 124, de 2001, o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Sr. Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho para Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.

Apoiado no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e em legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 422, de 14 de maio de 2001, submete à apreciação dos Srs. Membros do Senado Federal a escolha que deseja fazer do nome do Sr. Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho Ministro de Primeira Classe em carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.

Efetivamente rezam os art. 52, inciso IV e LXXXIV, inciso VII da Constituição Federal que os senhores têm conhecimento do que está transcrito.

Por outro lado, detalha os artigos 18, inciso Iº, LVI e VI do Decreto nº 93325, de 01º de outubro de 1986, regulamenta o pessoal do serviço exterior, que também está comprovado no documento em anexo.

Por fim, reforça o art. 54, inciso Iº, alínea “a” do Decreto nº 3414, de 14 de abril de 2000, caber aos Ministros de Primeira Classe, dentre outros cargos e funções, a chefia de Diplomata permanente com título de Embaixador.

Do currículo:

Apresenta aqui, também, Srs. Senadores, de que V. Ex.^{as} têm conhecimento, o currículo do apresentado por Sua Excelência o Presidente da República, que serviu a diversos postos de relevo no serviço de relações exteriores do Itamaraty.

Em virtude do exposto, entendemos que os Srs. Membros da Comissão de Relações Exteriores, Defesa Nacional já possuem elementos suficientes, necessários para a apreciação da escolha por parte do Senhor Presidente da República para a escolha do nome do Sr. Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.

É o relatório.

Em anexo segue o *curriculum vitae*, em que podemos perceber o valor e a graduação desse Ministro que se apresenta neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Peço a Secretaria que introduza o Embaixador Sérgio Augusto no recinto.

Os presentes poderão ouvir a exposição do Embaixador.

Não há arguição posterior.

Concedo a palavra ao Embaixador Sérgio Augusto Florêncio Sobrinho.

O SR. SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO SOBRINHO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Jefferson Péres, Exmº Sr. Relator desta reunião, Senador Fernando Matusalém, Exmº Sr. e Srs. Senadores, amigos e colegas aqui presentes, desejaria, inicialmente, manifestar a minha profunda gratidão aos Membros desta Comissão, que me dão a oportunidade de fazer uma breve exposição sobre o Equador, país para o qual tive a honra de ser designado Embaixador do Brasil. Sinto-me, pois, extremamente honrado com a submissão de meu nome para exercer esse cargo.

Esta apresentação está dividida em duas partes. A primeira procura identificar os marcos mais expressivos da trajetória histórica do equador; a segunda busca avaliar a importância do Equador no quadro da política externa brasileira sob três óticas:

1. O capital de credibilidade político construído pelo Brasil com esse país;

2. A intensa participação de grandes empresas brasileiras de engenharia em projetos de infra-estrutura de importância essencial para o desenvolvimento econômico e social do Equador; e

3. O papel do Equador no quadro da nossa política de integração regional.

História:

A independência das ex-colônias espanholas da América do Sul, no início do século XIX, coincidiu com a afirmação republicana com marcante desestabilização institucional e com a fragmentação política em diversos estados nacionais. Ficava arquivado o ideário bolivariano de uma América unida.

Em contraste, no Brasil prevalecia um quadro de maior normalidade política e institucional: monarquia, unidade territorial, relativa estabilidade política, crescimento econômico mais vigoroso. Essa diversidade de rumos entre Brasil e seus vizinhos, associada a uma política externa vocacionada a dar à América do Sul uma prioridade explícita, em grande medida, o peso econômico e a influência política do Brasil na América do Sul.

A trajetória política do Equador foi pautada pela alternância de oligarquias regionais no poder, ora predominava o regionalismo da costa, centrado em Guayaquil, formado por uma burguesia liberal, empreendedora, voltada para o comércio exterior e comprometida com o dinamismo econômico, ora prevalecia o nacionalismo da serra, centrado em Quito, dotado de raízes históricas mais profundas, constituído por grandes proprietários rurais, mais voltado para o mercado interno, com uma visão política mais conservadora.

Além da circulação dessas elites, dois outros fenômenos foram de grande relevância: as fases de hegemonia de regimes militares, associados a rupturas institucionais e os movimentos políticos indígenas que conquistam crescente poder.

Recentemente, ocorreu uma aliança entre lideranças indígenas e seguimentos médios das forças armadas. A esse padrão de evolução política correspondeu um modelo econômico, baseado nas vantagens comparativas excepcionais. Três produtos dominaram os ciclos da economia equatoriana: o cacau, até 1920, a banana, com auge em 1950 e o petróleo, que foi o grande dinamizador propulsor da economia, a partir de 1973.

A partir de meados de 90 o Equador viveu um período de estagnação e inflação. Em 1999, ocorreu uma grave crise bancária, cambial e suspensão de

pagamento a credores internacionais. Em janeiro de 2000, foi decretada a dolarização da economia, com todo o colapso negativo de perda de soberania, de abdicação de política monetária e cambial.

Apesar disso, em 2001, alguns indicadores já se revelam positivos: retomada do ritmo de crescimento, queda da taxa de inflação, superação da crise bancária e resgate da credibilidade externa do país.

Relações com o Brasil: o Equador é um país com apenas 276 mil quilômetros quadrados, com população reduzida 12,7 milhões de habitantes e com um Produto Interno Bruto modesto de US\$13 bilhões.

Apesar desses indicadores, é um país importante para a política externa brasileira. Três dimensões do relacionamento bilateral ilustram essa importância do Equador no quadro da nossa política externa: a primeira dimensão é da credibilidade política. O capital de credibilidade política que o Brasil construiu no Equador se projeta nas diversas áreas do relacionamento bilateral: Numa política ambiental identificada com ideais do tratado de cooperação amazônica, na convergência de posições no âmbito de organismos multilaterais e no reconhecimento do papel relevante que teve o Brasil no processo de paz no conflito entre Peru e Equador. O conflito, cujas hostilidades foram retomadas em 1995, teve o primeiro impulso negociado com a assinatura da Declaração de Paz do Itamaraty. A diplomacia brasileira foi decisiva na solução final do conflito que consistiu basicamente em considerar como parques naturais desmilitarizados o território contestado. Segunda dimensão do relacionamento bilateral, grandes projetos de infra-estrutura: empresas brasileiras de engenharia têm tido uma participação muito expressiva em projetos de infra-estrutura no Equador, projetos que são essenciais para o desenvolvimento econômico e social do País. Dentre essas empresas estão a Norberto Odebrecht, Andrade Guitierrez e a Mendes Júnior.

Estima-se que nos últimos dez anos nossas exportações de máquinas e serviços, no âmbito desses projetos, tenham sido da ordem de US\$1 bilhão. São exportações, portanto, de elevado conteúdo tecnológico e de grande valor agregado. Essas obras incluem construção de hidrelétricas, aquedutos, infra-estrutura elétrica, rede de água e esgoto, fornecimento de água potável, ou seja obras importantes do ponto de vista econômico e social para o Equador e relevantes para o Brasil porque consistem em exportações de grande valor agregado.

Terceira dimensão do relacionamento bilateral: integração regional hemisférica. O Equador é um país importante para a política de integração do Brasil na

América do Sul. Maior aproximação com esse país certamente terá efeitos positivos sobre o relacionamento entre o Mercosul e a Comunidade Andina. O Mercosul e a Comunidade Andina estão em processo de negociação de um importante acordo de livre comércio. Ao mesmo tempo, laços mais densos com um país da comunidade andina como o Equador tende a fortalecer a posição negociadora do Brasil no âmbito da área de livre comércio das Américas.

Esse fator ganha mais relevância ainda pelo fato do Equador ter assumido recentemente a presidência do grupo de negociações comerciais no âmbito da Alca, o que o torna um parceiro importante nesse processo de negociação. Esse comitê de negociações tem importância decisiva no processo de construção da Alca.

Essas são as breves considerações sobre o tema. Agradeço uma vez mais a V. Ex^{as} a oportunidade que me honraram ao fazer essa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – A reunião passa a ser secreta, por força de dispositivo regimental e não é descabido porque durante a arguição os debates podem surgir palavras e expressões que podem causar mal-estar nas relações com o país em causa.

(Converte-se a reunião em secreta).

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Senador José Coelho para proceder à leitura do parecer sobre a indicação do Sr. Rui Antônio Neves Pinheiro de Vasconcelos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Coelho.

O SR. JOSÉ COELHO – Com base no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à apreciação ao Senado Federal o nome do Sr. Rui Antônio Neves Pinheiro de Vasconcelos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil...

A Constituição Federal determina em seus arts. 52, inciso IV e 84 inciso VII e 92 que compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após agilização em sessão secreta, escolha do Chefe da Missão Diplomática em caráter permanente.

“Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República manter relações com os Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.”

Do *curriculum vitae*, fls. 03 a 05, encaminhado pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, consta que o citado diplomata nasceu na cidade de **Broadway**, Reino Unido, brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946, em 23 de outubro de 1940, sendo filho de Henrique Pinheiro de Vasconcelos e de Leonor Neves Pinheiro de Vasconcelos.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez também o curso de preparação para a carreira diplomática no Instituto Rio Branco, onde se especializou igualmente em promoção comercial, exportações e modernização administrativa.

O aludido diplomata iniciou a sua carreira funcional como Terceiro Secretário em 1966, tendo atingido quase todos os demais postos da carreira por merecimento, até galgar, com igual qualificação, o posto de Ministro de Primeira Classe em junho de 1994, fls.03.

Ao prestar serviço no Brasil, o diplomata exerceu vários cargos administrativos de relevância no Itamaraty, bem como importantes funções em conselhos e comissões técnicas, fls. 03 e 04.

Voltado para assuntos diversificados, traz como transporte de comunicação, feiras, turismo, promoção comercial, modernização e informática, navegação exterior, reforma administrativa e espaço exterior, armas químicas e energia nuclear.

Removido diversas vezes para desempenhar funções no exterior, o diplomata em questão serviu, fls. 03, em Washington, Santiago do Chile, Genebra, Paris, Luanda e Cingapura, sendo nos dois últimos postos como embaixador.

Ademais, representou o Brasil em várias reuniões internacionais, fls. 03 e 04, ocasião nas quais tratou, em nome do nosso País, de assuntos variados, tais como: transporte marítimo, aeronáutica, satélite, promoção comercial, subsídios, valoração aduaneira, direitos humanos, informática, armas químicas, crime organizado e política nuclear.

Também coordenou diversos encontros empresariais no exterior: Pequim, Haia, Argel, Tóquio e Buenos Aires.

O diplomata indicado para embaixador é portador de condecorações do Brasil e da Argentina, fls. 03.

Segue, em anexo, as informações básicas sobre a Tunísia.

Em face do exposto, é nosso entender que os ilustres integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já possuem os elementos infor-

mativos suficientes e necessários para deliberar sobre a escolha presidencial do nome do Sr. Rui Antônio Neves Pinheiro de Vasconcelos, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil perante a República da Tunísia.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Muito bem. Peço que conduzam a nossa sala o Sr. Rui Antônio Neves Pinheiro de Vasconcelos. (Pausa.)

Bem, tendo o Senador José Coêlho proferido o seu relatório, concedo a palavra ao Sr. Rui Antônio Neves Pinheiro de Vasconcelos, para sua exposição à Comissão.

O SR. RUI ANTÔNIO NEVES PINHEIRO DE VASCONCELOS – Muito obrigado.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Roberto Saturnino, Exmº Sr. Relator, Senador José Coêlho, Exmºs Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, é com muito prazer e com muita honra que venho mais uma vez à Comissão de Relações Exteriores em processo de designação para uma Embaixada. As duas outras ocasiões foram quando meu nome foi submetido à Comissão, em 1991, em Angola, e, em 1995, em Cingapura. Desta vez, o país objeto da minha atenção nesta Comissão é a Tunísia.

Eu queria fazer uma exposição o mais concisa possível a respeito. Minha idéia é dar uma impressão geral do quadro político-institucional do país e, em seguida, passar a falar da situação econômica que vive o país e naturalmente as relações com o Brasil.

No quadro institucional a Tunísia é um país árabe, mediterrâneo, de língua oficial árabe e de religião oficial islâmica. É, no entanto, muito moderada tanto nas suas posições de política externa como também na própria questão do Oriente Médio e na questão islâmica, que por vezes traz problemas e provoca crises nesses países, principalmente no que se refere ao fundamentalismo islâmico.

Constitucionalmente, é uma democracia parlamentar, com separação de poderes, mas na prática tem um executivo forte e é um regime de partido único. Desde a independência, conquistada em 1956, o partido que dominava toda a política era inicialmente o PSD, Partido Socialista Desturiano – desturiano quer dizer constitucional – e depois passou a ser o Hassemblement Constitutionnel et Démocratique, sempre com os mesmos integrantes.

O presidente, como o parlamento, é eleito a cada quinquênio. Os poderes do presidente, que são muito extensos, são, dentre outros, o de dissolver o

parlamento, legislar no intervalo das sessões, nomear primeiro-ministro, conselho de ministros, os vinte e três governadores, o chefe das forças armadas e da polícia, os juízes superiores e altos funcionários.

O parlamento é composto de cento e oitenta e dois assentos, de acordo com as últimas modificações na constituição, e reserva trinta e quatro assentos para a oposição. Essa medida foi tomada depois que houve uma crise política em que os argelinos fundamentalistas fizeram um ataque a um posto fronteiriço com a Tunísia. Aliás, é uma obcecação da Tunísia manter boas relações com seus dois vizinhos, a Líbia e a Argélia, esse último um país que há vários anos é vítima de guerra civil. Isso naturalmente preocupa muito o governo da Tunísia. Daí ocorrem ondas sucessivas de abertura democrática no governo e se tolera a liberdade de expressão e há outras ondas de prisões e de repressão.

Na política externa, além da preocupação com a Argélia e mesmo com a Líbia – porque o próprio regime de Kadafi algumas vezes ameaçou a própria Tunísia – existe o cuidado de manter boas relações com os Estados Unidos e com a Europa, inclusive através de consultas com a OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Esses países também exercem pressão sobre a Tunísia no que se refere aos direitos humanos. Muitas vezes, apóiam também a Tunísia na sua política econômica, que é uma política de estabilidade e de busca de prosperidade. Esse é o lado, digamos, muito positivo do país. O país, na realidade, nesses últimos anos, tem conseguido índices de crescimento bastante altos, os mais altos da África, eu poderia dizer. Nos últimos dez anos, a Tunísia conseguiu manter uma média de 5,5% de crescimento do produto interno bruto. É um país de 9,5 milhões de habitantes, não é um mercado muito extenso, mas, por outro lado, é um país de muitos equilíbrios do ponto de vista social. O governo justamente, tendo a preocupação e às vezes até o alarme com que recebe os movimentos na Argélia, tem muita preocupação em manter uma situação social boa, equilibrada. Segundo dados do governo, 80% da população da Tunísia é de classe média. Portanto, mantém um bom equilíbrio. Quase 80%, 78%, mais ou menos, dos chefes de família têm casa própria. O governo faz uma política assistencial nesse sentido. A inflação, nos últimos tempos, é baixa, 2,7%, e com isso mantém-se uma estabilidade. A Tunísia aposta muito nas exportações para manter a sua economia num nível elevado de crescimento e o faz estimulando principalmente a indústria manufatureira. Quarenta por cento das ex-

portações da Tunísia são constituídas de produtos têxteis, mas também há os produtos tradicionais, como o petróleo, que vem declinando, a Tunísia tem reservas bastante reduzidas se compararmos com seus vizinhos, mas que dá para o seu gasto e, até pouco tempo, dava para exportar. Da mesma forma, muito importante no contexto das exportações, são as exportações de azeite de oliva, é um dos maiores produtores de azeite de oliva, as tâmaras, que são conhecidas de todos, que tem no mediterrâneo, e a Tunísia procura, para o seu parque industrial, incentivar o investimento estrangeiro. Para um país com um produto interno bruto de cerca de 22 bilhões de dólares, conseguir aumentos de investimento na base de 1 bilhão de dólares é bastante. A Tunísia, cada vez mais, procura se aproximar, o seu comércio, com a União Européia. Em 1995 fez um acordo com a União Européia, de associação, foi o primeiro país mediterrâneo a fazê-lo, e, segundo esse acordo, a União Européia abre o mercado para a Tunísia em troca também de uma liberalização da Tunísia. É um período que vai passar de 12 anos, começado em 1996, o que leva mais ou menos a 2008. A Tunísia conseguiu também algum progresso com a União Européia na parte agrícola. Todos sabem que a União Européia é muito protetora com a sua agricultura e conseguiu aumentar as cotas de exportação, livres de impostos, para vários produtos, inclusive o azeite de oliva e, naturalmente, as frutas. A Tunísia também produz uma quantidade grande de frutas cítricas. O comércio exterior, para dar uma idéia, de 1998, as exportações F. O. B eram de 5 bilhões e 724 milhões de dólares e, em 1999, chegou a 5 bilhões e 800 de exportação, mas as importações também crescem, e aí é um fenômeno muito interessante, porque a Tunísia tem que importar insumos e bens de capital para a produção manufatureira.

De modo que, na medida em que o valor agregado ainda é pequeno, isso leva a um déficit nas importações. O que a Tunísia consegue agregar é insuficiente para cobrir a necessidade dessas importações.

Além disso, a produção de produtos tradicionais, como eu disse, como o petróleo e os fosfatos – a Tunísia também é um grande produtor de fosfatos –, vem caindo, o que tem criado dificuldades para o país. Há também déficit no setor de energia e a agricultura depende muito da situação climática. O país, ao mesmo tempo que tem um clima muito mediterrâneo na parte norte, na parte sul chega a ter um clima desértico.

Passemos às relações entre Brasil e Tunísia. O Brasil começou as suas relações com aquele país praticamente quando a Tunísia adquiriu a sua independência, em 1956, quando foi também instalado o consulado. Em 1961, já na política de aproximação com a África, do Presidente Jânio Quadros, abriu-se a embaixada em Túnis. A própria Tunísia abriu a sua embaixada em 1989 aqui em Brasília, sendo o Brasil o primeiro país onde tiveram representação diplomática na América Latina.

A Tunísia valoriza muito a relação com o Brasil, pela perspectiva que vê de diversificar um pouco as suas exportações e não depender no comércio exterior tanto da União Européia, que hoje absorve cerca de 75% das vendas da Tunísia. Na importação o número é semelhante, 73%. O principal parceiro da Tunísia é a França; depois vêm a Itália e a Alemanha. A França tinha protetorado sobre a Tunísia anteriormente. Ela é uma ex-colônia.

Voltando ao Brasil, nesse período todo desde 1956, houve várias visitas, de parte a parte, de autoridades, como o Presidente da Câmara dos Deputados brasileira, Ibsen Pinheiro – que esteve lá em 1991 –, o Ministro Rezek, o Ministro da Agricultura, de Deputados brasileiros, inclusive do Grupo Parlamentar Brasil-Tunísia, que foi formado no Congresso.

Mantemos alguns acordos com o país, como o acordo de supressão de vistos em passaportes oficiais e diplomáticos, um acordo cultural, um acordo de criação de comissão mista e um acordo comercial – acordos que foram estabelecidos durante essa época. Há também um acordo entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e a União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato, que seria uma espécie de CNI local.

Na recente visita que o Secretário-Geral do Itamaraty fez à Tunísia foram assinados mais três acordos, entre os quais destaco o de isenção de visto de turismo e de negócios, que vai permitir que possamos começar a dinamizar as relações comerciais e econômicas, principalmente.

O nosso intercâmbio comercial com a Tunísia ainda está muito restrito a produtos primários. Vendemos açúcar, óleo de soja e café, principalmente, com algumas variações, de ano a ano, e compramos fosfatos, compostos de alumínio e tâmaras. Há potencial para diversificar esse comércio e aumentá-lo, desde que possamos estabelecer uma plataforma dentro da Tunísia – adiante vou explicar.

Penso que é um dado também importante no contexto do que estamos vendo aqui que o nosso

comércio hoje com a Tunísia é de US\$85 milhões. O Brasil no último ano, em 2000, exportou US\$40 milhões e importou US\$45 milhões. Quer dizer, em termos brasileiros, nas nossas exportações isso significa mais ou menos um por cento se comparados com a importação total da Tunísia, mais ou menos um por cento que temos deste mercado. Temos potencial para aumentar. O mercado tunisiano pode ser importante para nós em termos de economia árabe em geral, dado que a Tunísia tem muito boas relações com todos os países árabes e muita penetração nos diversos mercados árabes. Poderíamos aproveitar porque o mercado árabe, hoje integrado com 22 países, significa US\$ 380 bilhões, as importações globais chegam a US\$ 170 bilhões; não é um mercado que se possa desprezar.

Aliás, essa visita que o Sr. Secretário-Geral do Itamaraty fez à Tunísia foi um momento muito interessante porque nessa ocasião fizemos uma reunião dos embaixadores brasileiros, o que permitiu trocar idéias e ver como poderíamos utilizar, articular toda uma frente ou uma política de comércio exterior dentro dos países árabes.

Naturalmente, outra plataforma que se pode usar é essa voltada para a União Européia. O acordo de associação com a União Européia permite uma nacionalização mínima de 40%. Ora, isso significa que podemos preencher esses índices, por exemplo, com uma **joint venture** entre uma empresa brasileira e uma empresa local, tunisiana. É um mercado a explorar. Além disso, poderíamos também procurar nichos onde poderíamos colocar exportações brasileiras.

Recentemente, em março deste ano, foi à Tunísia uma delegação da Câmara de Comércio Árabe brasileira e lá constatou a possibilidade imediata de vendas também de diversos produtos novos inclusive os aviões da Embraer. Acho que podemos com a Tunísia, e há o interesse da parte deles, exportar produtos de tecnologia de ponta. Os tunisianos têm muito interesse em melhorar a qualidade de suas exportações mediante agregação de mais tecnologia. Nesse aspecto, poderemos também desenvolver um programa de cooperação bastante diversificado, como verificamos nessa visita.

Bem, tenho impressão de que mais ou menos pude dar uma visão abrangente do país. Eu tinha organizado – e posso passar às S. Ex^{as} – uma proposta de programa de ação da embaixada, contendo, por exemplo, a promoção de visitas, também o apoio desse grupo parlamentar Brasil-Tunísia, que

quero muito conhecer e privar, porque considero muito importante, porque o parlamentar conhece o Brasil a fundo, conhece os recantos. Há uma grande perspectiva, por exemplo, de cooperação técnica da Embrapa, que podemos estimular. Eles têm interesse no turismo, que representa cinco milhões por ano; mais ou menos o que recebemos aqui no Brasil, com 160 milhões de habitantes, 5 milhões de turistas por ano. A Tunísia com 9,5 milhões tem os mesmos 5 milhões. Então é muito importante o aspecto turístico.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Há vestígios de Cartago lá ainda?

O SR. RUI ANTÔNIO NEVES PINHEIRO DE VASCONCELOS – Bom, eu não quis entrar nesse...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – O que pode atrair tanto?

O SR. PEDRO SIMON – Qual o número de turistas?

O SR. RUI ANTÔNIO NEVES PINHEIRO DE VASCONCELOS – Cinco milhões por ano.

Eu queria somente dizer que o turismo que procurava a Tunísia, até há pouco tempo, era um turismo de praia. Lá há praias magníficas, no Mediterrâneo. Eles souberam explorar o turismo também no deserto do Saara e o turismo de montanha, visto que, naquela região, há um resíduo dos Montes Atlas.

Mas, agora, o Governo está tentando estimular justamente o turismo cultural, explorando toda a riqueza histórica da Tunísia. Há anfiteatros na Tunísia que estão quase intactos, e, dificilmente, encontra-se isso na própria Itália. Há realmente muito o que ser explorado nesse aspecto.

São essas as palavras que eu poderia dizer sobre a Tunísia e as relações com o Brasil.

Sr. Presidente, estou à disposição de V. Ex^{as} para responder a qualquer questionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Vamos passar aos Senadores, mas, lamentavelmente, temos que esvaziar, pela exigência regimental.

(Converte-se a reunião em secreta).

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Reabertos os trabalhos, feita a apuração dos votos, verificamos que ambos os Embaixadores propostos foram aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h45min)

Ata da décima quinta Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quatorze de agosto do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia quatorze de agosto do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador João Alberto Souza, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes Senhores Senadores: Bernardo Cabral, Hugo Napoleão, Íris Rezende, Jefferson Péres, José Agripino, José Coelho, Pedro Piva, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Valmir Amaral, Bello Parga, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Leomar Quintanilha, Mauro Miranda, Nabor Júnior, Pedro Simon e Roberto Requião. O Senhor Senador Gilberto Mestrinho se encontra afastado por licença médica. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se a apreciação da pauta. Item n.º 01 – Mensagem n.º 130, de 2001, "que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia." Relator: Senador Hugo Napoleão. O Presidente concede a palavra ao relator para leitura do parecer. Após consentimento unânime dos Senhores Senadores, o Senhor Presidente decide postergar a votação do primeiro relatório, a ser realizada conjuntamente com a votação do relatório referente ao item n.º 02 da pauta. Passa-se à apreciação do Item n.º 02 – Mensagem n.º 137, de 2001, "que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca." Relator: Senador Valmir Amaral, que procede à leitura do parecer. Em seguida, faz uso da palavra a Senhora Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida. Terminada a exposição de motivos e, seguindo ao prece-

ito regimental, o Senhor Presidente solicita aos visitantes e funcionários que deixem o recinto em virtude do caráter secreto da reunião. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente declara terem sido sabatinados os dois nomes indicados por votação unânime. Item n.º 03 – "Exposição do Senhor Jacques Guibaud sobre as causas da sua demissão do Itamaraty, em vista de Requerimento oral do Senador Roberto Requião, aprovado na reunião do dia 03 de abril de 2001." O Senhor Presidente pede a compreensão de todos diante da necessidade de adiar a referida Exposição, tendo como justificativa a presença de dois Ministros de Estado e do Presidente do Banco Central na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar de assuntos do interesse de todo o Congresso e da sociedade brasileira. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

Notas taquigráficas da reunião realizada no dia 14/08/2001.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Esta Comissão, hoje, vai analisar duas Mensagens em sua pauta. Uma delas não exige a presença do indicado, pois ele vai exercer, cumulativamente, o cargo de Embaixador; a outra será a sabatina da Srª Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe, que exercerá o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

O primeiro item da pauta submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Luiz Henrique Pereira Fonseca, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia. O Relator é o nobre Senador Hugo Napoleão a quem passo a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de ser esclarecido que o Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca já desempenha as suas funções junto à Embaixada do Brasil na Finlândia. Portanto, o Presidente da República, agora, vem acrescentar a esta missão uma outra, cumulativa, que

é, exatamente, para que o referido Embaixador represente o nosso País junto à República da Estônia.

Em síntese, Sr. Presidente, direi que o indicado, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, concluiu cursos de preparação à carreira diplomática e ingressou como 3º Secretário em outubro de 1968, chegando até a Ministro de Primeira Classe, ou seja, Embaixador, em 1994, e, em todas as ocasiões, sempre por merecimento. Foi Chefe-Substituto da Divisão de Política Financeira, Chefe da Divisão da África 1, da Divisão da Ásia e Oceania 2, da Divisão da América Meridional 1 e foi Conselheiro em Londres, Ministro-Conselheiro em Lisboa, Encarregado de Negócios, nos últimos três anos, e Embaixador em Helsinque. Desempenhou muitas e importantes funções; tem diversas condecorações, e o nosso relacionamento com a Estônia vem quando da secessão da União Soviética em 1991. É interessante, dentro do escopo de que o País tenha relações com o maior número de Estados possível.

Nesses termos, eis os elementos e os Srs. Senadores já poderão votar de acordo com os seus entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza) – Em discussão, o relatório do nobre Senador Hugo Napoleão.

Antes, gostaria de consultar os Srs. Senadores no sentido de fazermos uma votação conjunta, pois, em seguida, apreciaremos a Mensagem nº 2 – e esta votação é secreta. Acolhida a solicitação.

Passo a palavra ao Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Mensagem nº 137, de 2001, submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Sr.^a Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

Do currículo da indicada, encaminhado pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, consta que a diplomata nasceu no Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1936, sendo filha de Mário Pedrosa e Mary Rondon Pedrosa. Oriunda do Instituto Rio Branco, possui também os cursos de Prática Diplomática e Consular e de Altos Estudos, da mesma instituição.

Iniciando a carreira diplomática como Terceira-Secretária, galgou quase todos os demais postos por merecimento até atingir o de Ministra de Primeira Classe em 1993, ponto culminante da carreira.

Quando em exercício no Brasil, ocupou vários cargos da administração do Itamaraty, relacionados com a prestação de chefias de assistência e coordenação de setores importantes da referida instituição.

Removida para a prestação de serviço no exterior, a indicada esteve em Madri, Lima, Paris, Haia, Quito, nos dois últimos postos como Embaixadora do Brasil. Em tais ocasiões participou de inúmeras reuniões de trabalho em outros países, quando tratou, em nome do nosso País, de matérias as mais diversificadas, tais como: navegação aérea internacional, cooperações econômica e técnica, conservação de espécies marinhas e atum, desertificação na América Latina, meio ambiente, recursos hídricos, situação da mulher, entorpecentes, direitos humanos, desarmamento, proibição de armas químicas, Unesco e alterações climáticas. A indicada presidencial é portadora de condecorações estrangeiras e brasileiras.

No processado constam informações gerais sobre o Reino da Dinamarca, particularmente sobre as relações bilaterais nos campos político, econômico e cultural.

Em virtude do exposto, entendemos que os Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, já possuem os elementos suficientes e necessários para a apreciação do nome da Sr.^a Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira Diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Solicito aos senhores funcionários que façam entrar na sala a Sr.^a Vera Pedrosa Martins de Almeida. (Pausa.)

Sr.^a Embaixadora, esta sessão é dividida em duas partes. Na primeira, a senhora irá fazer uma explanação a respeito do novo cargo que exercerá e, em seguida, em sessão secreta, vamos fazer a sabatina, as perguntas que os Senadores julgarem pertinentes.

Assim sendo, concedo-lhe a palavra pelo tempo que V. S.^a desejar para que faça sua explanação.

A SR.^a VERA PEDROSA MARTINS DE ALMEIDA – Muito obrigada, Sr. Presidente. Agradeço as palavras e a opinião, enfim, o voto do Sr. Relator, que muito me honra e muito me desvanece. E eu queria ser muito breve e, de uma forma muito sucinta, falar sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a Dinamarca,

que são, como normalmente são as nossas relações com os países da Europa Ocidental e, sobretudo, dos países do Norte, relações que se caracterizam por uma grande cordialidade, uma ausência de contenciosos, uma identidade de pontos de vistas, em matéria de política internacional, em matéria dos temas gerais de política internacional, como Direitos Humanos, meio ambiente, desarmamento e outras questões.

Nossa relação bilateral é antiga, é uma relação absolutamente serena, e temos tido bons representantes na Dinamarca. No momento, como, lamentavelmente, nosso último Embaixador na Dinamarca faleceu, estamos, há algum tempo, com o Posto sem um titular, mas, enfim, nas mãos de um Encarregado de Negócios.

O país é, evidentemente, muito próspero, situa-se em uma das zonas mais prósperas da Europa Ocidental, e, por suas características geográficas, tem acesso à Europa Ocidental, à Europa Central, aos países bálticos e, claro, aos países escandinavos, que são os países da região. É um país que se pretende um Posto, portanto, uma espécie de pórtico europeu para os países da Europa Central, bálticos e para esses novos mercados que estão se abrindo, que estão se tornando mercados crescentemente mais importantes na Europa Oriental.

Trata-se de um país que tem uma extraordinária infra-estrutura, rodoviária, ferroviária, de meios de transportes, portuária, um grande setor de serviços, uma mão-de-obra especializada, extremamente bem educada, das mais bem treinadas e de melhor produtividade de toda a Europa. É um país que tem um nível de vida dos mais elevados da Europa, com uma renda per capita de US\$32 mil. Enfim, é um país com poucos habitantes, cinco milhões de habitantes, mas que tem acesso a um mercado de 300 milhões, na Europa Ocidental, e mais 200 a leste.

Portanto, a Dinamarca nos interessa profundamente, não só em si mesmo, nas relações bilaterais, como na possibilidade de ser, para nós também, um centro de redistribuição para outros países. É um pouco o que ocorre também com a Holanda, com relação à Europa Ocidental, e pode vir a ocorrer com a Dinamarca, com relação a essa outra parte do mundo.

Eu diria que o nosso comércio bilateral, enfim, limita-se a relativamente poucos elementos. A nossa pauta de exportações é: 75% de produtos primários, farelo de soja e café; o resto – calçados, autopeças – corresponde a 15%. No entanto, creio que há uma possibilidade de explorar vias de aperfeiçoamento e de ampliação dessa pauta.

Por outro lado, a indústria dinamarquesa se caracteriza mais por pequenas e médias indústrias. Eles não têm grandes empresas, como os suecos ou os finlandeses, e os investimentos deles no Brasil ainda são, também, relativamente pequenos. Podem ser ampliados, também. Eles nos exportam instrumentos de precisão, instrumentos para a indústria médica, enfim, sempre bens de alto valor agregado.

Acredito que todo Embaixador, quando chega a um Posto, chega com certas informações, e a experiência no Posto abre novas perspectivas e novos conhecimentos.

Eu gostaria muito de ter sempre a opinião dos Srs. Senadores e de poder incrementar, de uma certa forma, as nossas relações com os Membros do Congresso, com relação ao país, porque é um país que tem uma vida parlamentar muito interessante. O Parlamento deles é de 179 membros, o **Folketing**, mas tem muita influência sobre todas as decisões políticas e administrativas do país. É um país com uma administração direta importante, com um grande setor de serviços públicos, com uma seguridade social extraordinariamente avançada – que sofreu, evidentemente, modificações e alterações, devido a todas as influências e alterações no panorama econômico internacional, mas que mantém ainda a sua importância.

A Dinamarca tem, também, um extraordinário nível de descentralização administrativa. O que eles chamam de Autoridades Locais tem grandes poderes tributários de redistribuição e de atendimento às necessidades locais.

Enfim, eu gostaria de encerrar minhas palavras aqui e me pôr à disposição de V. Ex^{as} para responder a algumas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto) – De acordo com nosso Regimento, a segunda parte da reunião é secreta, porque, se assim não for, ela poderá ser anulada. Gostaria, então, que falássemos a sós com a Embaixadora.

(Converte-se a reunião em secreta às 18h20min)

(Reinicia-se a reunião às 18h44min)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto) – Reaberta a reunião, com a palavra, a Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida, que, sabatinada por esta Comissão, teve votação unânime dos Srs. Senadores para que possa exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

Quero parabenizar a Embaixadora, lhe desejar muitas felicidades no seu posto, e que essa convivên-

cia com o Senado continue. Estaremos sempre prontos a ajudá-la a fim de que possa exercer bem a sua missão.

A SRª VERA PEDROSA MARTINS DE ALMEIDA

– Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sinto-me extremamente honrada com esse resultado e quero agradecer a bondade e a benevolência de V. Exªs. Procurarei estar à altura da honraria.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Declaro reaberta a reunião. Antes de introduzir o convidado desta noite, devo esclarecer que, quando foi marcado o depoimento do Sr. Guillaud – Senador Requião, está reaberta a reunião, pediria a atenção de V. Exª –, convidado para atender um convite do Senador Roberto Requião, ninguém poderia prever que haveria, na mesma hora, uma reunião da CAE, com a presença de dois Ministros de Estado e do Presidente do Banco Central, para tratar de um assunto que é do interesse de todo o Congresso e da sociedade brasileira. Vários Senadores membros desta Comissão também são membros da CAE e estão interessados em arguir os Ministros. Eu, entre eles, estou inscrito e, dentro de vinte ou trinta minutos, terei que retornar à Comissão para fazer a minha intervenção. Estou aqui para dar uma satisfação aos Srs. Senadores membros desta Comissão, em particular ao Senador Roberto Requião, porque não é descaso nem com V. Exª, Senador Requião, nem com o convidado; foi uma circunstância não prevista. Não vou deixar de arguir o Ministro, porque tenho o maior interesse em fazer isso. Mas estou aqui, reabri a sessão, vou mandar introduzir o convidado e vou ficar aqui até chegar o momento da minha intervenção lá, quando terei de me retirar mais uma vez.

Vários membros estão lá.

O SR. TIÃO VIANA – Eu apenas gostaria de dizer a V. Exª, porque sei que tem sensibilidade à matéria, que isso se repete já de maneira crônica. Hoje, no mesmo horário, teremos Comissão de Orçamento, CPI das ONGs, Comissão de Relações Exteriores e esse debate com os Ministros da área econômica.

É uma situação insustentável! Parece que não há governo dentro do Congresso Nacional sobre essa matéria.

Peço que V. Exª possa mediar uma solução de respeito às Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Peço ao Senador João Alberto que faça a introdução do nosso convidado.

Se os Senadores concordarem com uma sessão extraordinária às 17h horas novamente... Há consenso, Senador João Alberto?

Com o compromisso dos presentes de estar aqui – nós cinco – farei um esforço para trazer outros.

Então, eu próprio vou apresentar as minhas desculpas ao convidado e dispensá-lo.

Transfere-se para amanhã.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h55min)

Ata da décima sétima Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Iris Rezende, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores: Bernardo Cabral, Hugo Napoleão, Roberto Saturnino, Valmir Amaral, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Leomar Quintanilha, Mauro Miranda, Nabor Júnior, Lúdio Coelho, Roberto Requião, Geraldo Cândido, Iris Rezende, Tião Viana, Pedro Piva e Paulo Hartung. O Senhor Senador Gilberto Mestrinho se encontra afastado por licença médica. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se à apreciação da pauta. Há uma inversão de pauta. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Roberto Requião, designado como relator ad hoc da matéria, que comunica ter o Excelentíssimo Senhor Presidente da República feito a indicação, através da Mensagem n.º 100, de 2001, da Senhora Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil, "Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de El Salvador". Em seguida, faz uso da palavra a Senhora Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil. Finalizada a exposição de motivos, o Senhor Presidente, obedecendo ao preceito regimental, determina que a sessão torne-se secreta para proceder a sabatina. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente comunica que passarão a ouvir o Senhor Jacques Guillaud que

fará uma “exposição sobre as causas de sua demissão do Itamaraty, em vista de Requerimento oral do Senador Roberto Requião, aprovado na reunião do dia 03 de abril de 2001.” Argüiram-no os seguintes senadores: Roberto Requião, Eduardo Suplicy e Mauro Miranda. Item nº 03 – Mensagem 164, de 2001 que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia”. Concede a palavra ao Senhor Senador Geraldo Cândido relator da matéria. Na seqüência, faz uso da palavra o Ministro Marco Antônio Diniz Brandão. Finalizado o relatório o Senhor Presidente, obedecendo ao preceito regimental, determina que a sessão seja secreta para proceder a sabatina. Reaberta a sessão em caráter público, é designada a comissão escrutinadora composta pelos Senadores Roberto Requião, Mauro Miranda e Geraldo Cândido, e procedendo à apuração dos votos, tanto a Ministra Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil quanto o Ministro Marco Antônio Diniz Brandão foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

Notas Taquigráficas da reunião do dia 21/08/2001

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Na ausência do Presidente, Senador Jefferson Péres, que participa de uma reunião da Comissão de Ética e encontra-se impedido de se deslocar para esta Comissão, assumo esta Presidência na condição de Senador mais idoso entre os presentes.

Declaro aberta a reunião e convido o Senador Roberto Requião para acompanhar até a mesa a Srª Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores. *(Pausa)*

Por estar na Presidência dos trabalhos e como Relator da mensagem, solicito ao Senador Roberto Requião para, na condição de Relator **ad doc**, proceder à leitura do parecer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Substituindo o Senador Íris Rezende, que preside esta reunião, faço a leitura do seu relatório.

É um relatório da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 100/2001 (Mensagem nº 228, de 20 de março de 2001), do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha da Srª Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de El Salvador.

Calculado no art. 52, IV, da Constituição Federal e legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da República, na forma da Mensagem nº 228, de 20 de março de 2001, submete à apreciação dos Srs. Membros do Senado Federal a escolha que deseja fazer da Srª Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de El Salvador.

A Constituição Federal determina em seu art. 52, IV e 84, VII:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
VI – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;
.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

Os arts 18, I, 56 e 58, do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 86, dispõe:

Art. 18. São competentes para remover:

I – o Presidente da República, quando se tratar de diplomata das classes de Ministro de Primeira Classe e de Ministro de Segunda Classe e de titular da repartição consular de carreira;
.....

Art. 56. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os chefes de missão diplomática permanente serão nomeados pelo Presidente da República, com o título de embaixador.
.....

Art. 58. Os chefes de missão diplomática permanente serão escolhidos dentre os Ministros de Primei-

ra Classe ou, nos termos do art. 66, entre os Ministros de Segunda Classe.

O Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, reforça:

Art. 53. Aos servidores da carreira de diplomata nomeados ou designados para servir ao exterior cabem os seguintes cargos e funções:

I – Ministros de Primeira Classe Chefe de Missão Diplomática Permanente, com o Título de Embaixador. Do **Curriculum Vitae** da pessoa indicada, firmado pelo Sr. Diretor-Geral, Departamento de Serviço Exterior, consta que a diplomata em questão nasceu no Rio de Janeiro, em 07 de março, sendo filha de José Pompeu Magalhães Brasil e Doris Santos Pompeu Brasil. Bacharel em Direito pela antiga Faculdade do Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, a referida Srª possui, igualmente, Certificados de Diplomas em Línguas e Literatura Francesas, Universidade Nancy, França. Egressa do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, em 1974, a Srª Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil, iniciou sua carreira diplomática como Terceira Secretária, em 1974, tendo galgado quase todos os demais postos por merecimento, até atingir o de Ministra de Segunda Classe, em 1994.

Ao prestar serviços no Brasil, a diplomata exerceu vários Cargos de Chefia e de Assistente, no próprio Itamaraty, onde tratou de temas variados, tais como: Promoção Comercial, Assuntos Políticos, Ciência, Tecnologia e Finanças. Removida várias vezes para o exterior, a indicada presidencial prestou serviço em Genebra, Ottawa, Houston, e por outro lado, participou de várias missões comerciais no exterior, ocasiões em que, em nome do Brasil, tratou de uma gama variável de assuntos com predomínio dos produtos de base. A diplomata brasileira é portadora dos Prêmios Amílcar de Araújo Falcão e Clovis Beviláqua, conferidos pela antiga Universidade da Guanabara.

Anexo ao relatório, informações de El Salvador sobre os aspectos políticos, econômicos e seu relacionamento com o nosso País. Tendo em vista o exposto, entendemos que os Srs. Senadores, Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, já possuem os elementos suficientes e necessários para apreciação do nome da Srª Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixadora do Brasil, junto à República de El Salvador.

Sr. Presidente, é o relatório da lavra do Senador Iris Rezende, que acabo de ler.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Agradecendo ao ilustre Senador Roberto Requião pela sua colaboração, passamos a palavra à ilustre indicada, para suas considerações iniciais.

A SRª MARIA LÚCIA SANTOS POMPEU BRASIL – Muito obrigada, Exmº Sr. Presidente, Senador Iris Rezende. Agradeço especialmente as generosas palavras de apresentação e a leitura do relatório por S. Exª o Senador Roberto Requião. Agradeço também a presença dos demais Senadores.

De início, gostaria de expressar a minha honra com a designação para essa segunda função de chefia no exterior e expressar que sinto que é um alto privilégio eu poder ter a oportunidade de dirigir-me hoje a V. Exªs, no mais Alto Forum do Parlamento Brasileiro.

Identificaria dois pontos referenciais para uma avaliação introdutória da atual realidade salvadorenha: terra e guerra. El Salvador tem uma extensão territorial equivalente a do menor Estado brasileiro e é o menor e mais densamente povoado país da América Central, com cerca de 6 milhões de habitantes. Portanto, a terra como um produto econômico escasso e com importância agigantada, em função da escassez de recursos minerais lucrativos e pelo fato de sua propriedade estar concentrada nas mãos de um grupo muito reduzido de pessoas, a terra traçou as linhas básicas da História Política e Econômica do País, e explica, assim, uma estrutura política que foi originalmente alicerçada num regime oligárquico baseado numa agricultura de monocultura, explica também graves conflitos civis que sangraram o país, ao longo de sua história, e está profundamente entranhada na história político-econômica mais recente associada à instabilidade social, a conflitos civis e a medidas governamentais na área da reforma agrária.

Por outro lado, a guerra que se estendeu por mais de uma década teve um efeito devastador sobre a economia do país. Fala-se que a guerra custou ao país um retrocesso da ordem de 35 anos em termos de nível de vida da população. E, de fato, a renda per capita caiu de um patamar equivalente ao da Coreia, Malásia e Costa Rica e a par com Tailândia, em apenas três anos de conflito, para níveis correspondentes à metade da Costa Rica, um terço da Coreia e Malásia e 15% da Tailândia, os prejuízos totais foram estimados em US\$2,2 bilhões, setor de infra-estrutura e bens de capitais foram os mais duramente atingidos, porque alvo sistemático de atos de sabotagem, o setor agrícola, que, à época, respondia por 80% das re-

ceitas de exportação sofreu uma queda de produção da ordem 2,3% ao ano. O algodão praticamente desapareceu como produto de exportação, com valores exportados caindo de 87 milhões, em 1979, para perto de 2,3%, em 1987. O processo de migração maciça estabeleceu-se com mais de um milhão de pessoas fugindo do país e foram computadas perdas humanas da ordem 75 mil pessoas.

No entanto, El Salvador vangloria-se hoje de haver alcançado um alto grau de desenvolvimento político e econômico, democracia plena e estabilidade macroeconômica, fruto de um extenso programa de reestruturação econômica e agressiva modernização do Estado. Os dados apresentados para confirmar tal avaliação são um crescimento econômico da ordem de 5% ao longo da década de 90, e o país é reconhecido como a economia mais dinâmica de toda a América Central, inflação controlada em 2%, a situação fiscal equilibrada com déficit das contas públicas correspondendo a apenas 2% do PIB e inteiramente gerado por investimentos em infra-estrutura. Dados de 2000, situam a dívida pública num nível correspondente a 25% do PIB, e o serviço da dívida em 2,5, portanto, um índice moderado de desembolso. A balança comercial deficitária, mas a balança de pagamentos equilibrados por remessa de divisas dos emigrantes salvadorenhos, e um país também com uma economia muito aberta e atrativa para investidores estrangeiros. A **Heritage Foundation**, que é uma espécie, **Think tank**, estabelecida em Washington que publica anualmente os conhecidos índices de abertura da economia classificou El Salvador na 12ª posição em termos mundiais em termos da abertura da economia, com índice de 1,95. Em termos referenciais, os Estados Unidos, por exemplo, teve um índice, em 2001, de 1,75, o Brasil, na 93ª posição, com índice de 3,25. De resto, Estados Unidos e El Salvador foram os dois únicos países do continente americano que foram qualificados como economias abertas.

Há de se reconhecer, no entanto, que esse é um cenário relativo pois do outro lado da balança pesam problemas muitos sérios. O fato é que após a explosão de crescimento que se seguiu à guerra, a economia foi crescendo num ritmo desacelerado. Outro ponto, a tragédia dos desastres naturais que parece não dar trégua àquele país com custos muito pesados econômicos e sociais. Após o furacão Mitch, em 1998, que resultou em 56 mil desabrigados, 65 mil hectares de terras inundadas, os terremotos deste ano tiveram, como consequência, 200 mil desabrigados, extensos prejuízos ao setor de infra-estrutura e serviços públicos e danos consideráveis ao patrimônio cultural. O governo in-

dicou que estaria levantando empréstimos externos da ordem de US\$2 bilhões, basicamente representaria quase o dobro da dívida e, portanto, um encarecimento considerável no serviço da dívida.

Outro ponto também negativo é um índice de criminalidade que é extremamente elevado, alimentado por um farto arsenal bélico herdado da guerra civil, e a criminalidade é vista por muitos talvez como a principal ameaça ao sistema democrático, porque tem justificado um clamor muito forte da opinião pública por medidas mais repressivas e uma mão forte do governo. Fragilidades também inerentes ao sistema, ao milagre salvadorenho, ao fato de que o crescimento econômico está sustentado pelas indústrias de maquiladoras e por remessas de divisas pelos imigrantes salvadorenhos nos Estados Unidos, que equivalem a 20% do PIB.

Índices de pobreza também e desequilíbrio social extremamente elevados. A classe alta, a elite no país, corresponde a 2% da população e a classe média 8%. Portanto, 90% da população correspondem à população realmente pobre, sendo que 34% abaixo dos níveis mínimos de subsistência. Estabilidade social é uma realidade precária e isso sustentada em larga medida pela migração de mão-de-obra para os Estados Unidos. São dois milhões de salvadorenhos nos Estados Unidos, o que é um fator importante obviamente para compensar o desemprego.

Relações internacionais, política externa sempre priorizou as relações com os Estados Unidos, América Central e o Brasil, mais recentemente, no entanto, Europa. Especialmente, Espanha e Países Asiáticos, Japão, Coreia, principalmente, descobriram a potencialidade do mercado salvadorenho e vêm desenvolvendo esforços para promover as relações bilaterais.

Relações com os Estados Unidos mereceriam um registro à parte. A presença norte-americana consolidou-se no país a partir dos fins do séc. XIX. Há uma hegemonia que está sustentada nos interesses geopolíticos e econômicos. E, de um lado de São Salvador uma forte dependência econômica da qual há um fator importante, um programa maciço de ajuda vinculada.

A mão de Washington, portanto, está presente ao longo da história salvadorenha. Removeu ditadores, como Maximiliano Hernández Martínez, cuja renúncia foi reclamada pelo o Embaixador norte-americano em São Salvador, em 1944. Apoiou golpe de Estado, como a deposição do Presidente Romero em 1979, por uma junta militar. Justificou a adoção de medidas extraordinárias como a prisão e deportação

para campos de concentração, nos Estados Unidos, de alemães, italianos e japoneses, durante a II Guerra Mundial. Elegeram presidentes, como o democrata-cristão José Napoleão Duarte, em 1974. E ainda alimentou uma década de Guerra Civil dentro dos interesses da Guerra Fria, com custos sociais e econômicos consideráveis para o país.

Durante a Guerra Civil, El Salvador se beneficiou de uma ajuda extraordinária dos Estados Unidos, foram US\$6 bilhões no período de 80 a 92, fim da guerra, janeiro de 92. No pós-guerra, essa influência mantém-se elevada por meio de um importante programa de apoio à reconstrução nacional e a ajuda também se mantém elevada ainda hoje em cerca de US\$40 milhões, em 1999. Sessenta e quatro por cento das exportações salvadorenhas são para os Estados Unidos e 51,7% das importações.

Relações com a América Central prioritárias são países com história que se inter cruzam com inúmeras ocorrências de atritos e alguns registros mais recentes de sucesso. O principal fator de coesão centro-americano atual é o Mercado Comum Centro-americano que, em seus primórdios, na década de 60, teve impacto significativo sobre o fluxo comercial inter-regional e em larga medida foi o fator, a alavanca propulsora do processo de industrialização de El Salvador.

O integracionismo sofreu, no entanto, um desaquecimento nas décadas de 70 e 80, politicamente muito conturbadas, mas voltou a ser reativado com a estabilização política da década de 90, programas de reestruturação econômica, assinaturas de tratado de livre comércio com o México e a implementação de programas de maquiladoras na região.

Hoje, o mercado comum absorve atualmente 25% das exportações salvadorenhas e 16% das importações. Portanto, importante contrapeso com relação à dependência salvadorenha vis-à-vis à economia norte-americana.

Relações com o Brasil tradicionalmente cordiais, mas pouco dinâmicas. Durante o período da guerra civil e mesmo durante as negociações de paz, o Brasil manteve um posicionamento de distanciamento prudente, observância aos princípios de autodeterminação e não-intervenção, mas o Governo tem procurado, mais recentemente, redefinir o seu relacionamento político, vis-à-vis à América Central, ciente de que estão em jogo interesses comerciais importantes e possíveis alianças políticas.

Me coloco à disposição de V. Ex^{as} para elaborar qualquer outro ponto de interesse maior.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Agradecemos e cumprimentamos a ilustre Ministra pela sua exposição.

Gostaria de pedir àqueles que nos honram com suas presenças, mas que não são Senadores, que se retirem, porque a reunião, a partir de agora, será secreta. *(Pausa)*

(A reunião está secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Declaro reaberta a reunião.

Designo os Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Requião para introduzirem o Dr. Jacques Guilbeaud para proferir conferência nesta reunião. *(Pausa)*

Nobres Parlamentares, o requerimento de autoria do ilustre Senador Roberto Requião, aprovado na reunião do dia 03 de abril de 2001, tem como objetivo convidar o Dr. Jacques Guilbeaud a vir a esta Comissão de Relações Exteriores expor as causas de sua demissão do Itamaraty – questão que muito interessa nossa Comissão, à qual é a responsável pelo acompanhamento do trabalho realizado pelo Ministério de Relações Exteriores, além de ser a encarregada pelo acompanhamento das relações internacionais do nosso País com os demais países com os quais mantemos relações diplomáticas.

Passo a palavra ao Senador Roberto Requião para esclarecer, com pormenores, o motivo do requerimento de S. Ex^a e também a sua aprovação por esta Comissão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, estando em França, fui procurado por alguns jornalistas brasileiros que me puseram a par da situação do Sr. Jacques Guilbeaud, e pediram-me apoio. Segundo esses jornalistas, o Sr. Jacques Guilbeaud teria, em determinado momento, sido incorporado ao Serviço de Informações do Itamaraty e enviado a Portugal para cumprir algumas missões. Durante este período, o Sr. Jacques Guilbeaud teria descoberto um desvio de recursos da compra da Embaixada Brasileira em Portugal para um esquema ligado ao Serviço Nacional de Informações. Ou seja, ele teria tropeçado, por assim dizer, no fato de que a Embaixada teria sido superfaturada e alguns Embaixadores e militares ligados ao Serviço Nacional de Informações estariam ficando com uma quantia de cerca de US\$950 mil na ocasião. Fui ao Itamaraty, no Brasil, e pedi informações. O Itamaraty me apresentou um processo de desligamento do Sr. Jacques Guilbeaud que, incrivelmente, não fazia nenhuma referência a fatos anteriores.

res ocorridos com ele em Portugal. O Sr. Guilbeaud tem o apoio, na França, de uma organização dirigida pelo Sr. Allen Turent, que viabilizou recursos para vir ao Senado prestar o seu depoimento.

O meu objetivo é o de esclarecer, de uma vez por todas, a situação do Sr. Jacques Guilbeaud. Ele postula, em juízo, o seu reingresso, mas o processo não é informado a respeito da sua situação em Portugal, e é evidente que, sem as informações que poderemos conseguir, a partir da Comissão de Relações Exteriores, poucas chances tem o Sr. Guilbeaud de realizar o seu intento de ser readmitido ou aposentado no Itamaraty, dependendo de uma decisão administrativa.

Sr. Presidente, a partir deste depoimento de hoje, pretendo reclamar ao Itamaraty os documentos referentes à superavaliação e aos incidentes de Lisboa, de forma a que o Senado tenha uma informação mais clara e mesmo de que esses documentos possam ser juntados ao processo judicial que o Sr. Guilbeaud move contra o Estado brasileiro.

Eram essas as informações preliminares que eu poderia trazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Agradecendo a V. Exª pela exposição inicial, em nome desta Comissão, queremos agradecer ao ilustre convidado pela aceitação do convite, deslocando-se do exterior e permanecendo, aqui, nesta capital, até que a Comissão pudesse se reunir, a fim de ouvir o depoimento, motivo deste convite.

De forma que é com muita satisfação que passamos a palavra a V. Sª.

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Muito obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, Sr. Senador Roberto Requião, Srs. Senadores, meus senhores e minhas senhoras, antes de mais nada, os meus profundos agradecimentos por esta oportunidade de trazer a V. Exªs o meu pleito e o meu pedido de ajuda.

Após ler para V. Exªs um breve histórico do caso, de modo a tornar mais claro o assunto, estarei evidentemente à inteira disposição dos senhores para quaisquer perguntas ou esclarecimentos.

Infelizmente, o assunto de que trata este depoimento é a corrupção. Parece um eterno câncer a minar as forças da Nação. Lamentavelmente, em vez de se concentrar, com orgulho e patriotismo, os seus esforços na defesa da saúde do povo e na educação de seus filhos, os nossos Governos parecem incapazes de cortar o mal pela raiz, evitando, assim, que o mesmo perdure.

Como muitos, talvez, mais do que outros, em decorrência de tão sofrido exílio, acho cada vez mais difícil aturar que essa situação perdure e que o País não atinja o nível de dignidade, de moralidade e de maturidade que o povo brasileiro merece e cansa de esperar.

Permitam-me que me apresente: sou um antigo Diplomata brasileiro, expulso em 1980 pela Revolução de 64, por ter descoberto uma enorme corrupção no mais alto nível do Governo de então – Generais Figueiredo e Fontoura.

Para que os senhores possam melhor julgar os fatos ocorridos, permitam-me, a seguir, breve histórico da minha vida. Talvez, a melhor maneira seria a de explorar a minha saga como exemplo de único caso conhecido de um cidadão punido especificamente por não ser corrupto. Conhecemos muitos corruptos que não são punidos, mas sou o único a ter sofrido, com a minha família, o exílio e a miséria por não ser corrupto e, depois, por dizer com toda a simplicidade – uma evidência – que os Generais estavam “nus”.

Eis um breve histórico e os acontecimentos que culminaram com a minha expulsão na carreira.

Entrei para a carreira diplomática em 1963, seguindo, pela primeira vez, para o exterior, em 1965, onde permaneci de 1965 até 1974. Quando regresssei a Brasília, fui então convidado para ingressar no Serviço Secreto do Itamaraty, recentemente criado à semelhança do Serviço Secreto Inglês. Elementos ingleses haviam treinados os nossos e ajudado na instalação do mesmo. Tratava-se de posição de confiança e prestigiosa.

Jovem ainda, romântico e autêntico, com alma e coração, aceitei, imediatamente, pois se tratava, em princípio, de trabalhar para o País na primeira linha de frente, onde provas de heroísmo e patriotismo esperavam por mim – imaginava eu! Um dos elementos que ajudaram na minha defesa de aceitar o convite foi quando me indicaram que precisariam de mim para apurar o caso de provável espionagem a serviço de país estrangeiro por parte de três diplomatas nossos. O caso havia sido descoberto pelos ingleses, os quais haviam passado ao Itamaraty vasto maço sobre o assunto. Para mim, tratar-se-ia tão-somente de aprofundar e comprovar alguns fatos e indícios já conhecidos e eventualmente descobrir outros.

Depois de novo estágio rotineiro na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, e de um ano em transição em Santiago, em 1976, com o Embaixador Expedito Freitas Rezende, fui, portanto, enviado à embaixada em Lisboa, onde se encontravam reunidos os três diplomatas suspeitos, ali chega-

dos um após outro, em rápida seqüência, como que um chamando pelo outro, desde o início da Revolução dos Cravos, em 1974, em Portugal.

Cheguei a Lisboa em 1977. Com os antecedentes que amealhávamos, graças sobretudo aos ingleses, não foi espantoso se conseguir rapidamente colher outros indícios que praticamente incriminavam os três diplomatas que mantínhamos sob vigilância: Raul Fernando Leite Ribeiro, Antonio do Amaral Sampaio e Genaro Mucciola.

Fiz o relatório e entreguei-o em mão ao Ministro de Relações Exteriores Embaixador Silveira quando fui em serviço ao Brasil em agosto de '978. Junto com o documento, sob a outra inacreditável irresponsabilidade e corrupção que eu, inadvertidamente, descobrira, o que na verdade não espanta muito, já que, tradicionalmente, quando se busca algo na lama, acaba-se encontrando estrume. Tratava-se da aquisição da residência da embaixada em Lisboa.

O pagamento do prédio adquirido pelo Governo brasileiro é efetuado parceladamente, a cada trimestre entregando-se US\$250 mil ao português que vendia o imóvel. A cada pagamento um diplomata diferente. Estavam, assim, todos envolvidos ou queríamos que todos parecessem envolvidos. Era enviado com um cheque daquela importância à Suíça, a fim de depositá-lo na conta do antigo proprietário, Sr. Queiroz Pereira. Com o recibo correspondente ia a Paris, onde residia o antigo proprietário e entregar-lhe em mão.

Tal operação era algo elaborado, cuja manobra em si já indicava negócio pouco limpo. Com efeito, para que tanta complicação?

O caso é que eu ao entregar o recibo ao referido Sr. Queiroz Pereira procedi de modo atípico, o que desencadeou reação atípica por parte do português. Constrangido por chegar à casa dele, dar-lhe o recibo e secamente partir em atitude que me parecia definitivamente pouco elegante, grosseira mesma, na base do toma lá dá cá, sobretudo para com pessoa, o português mencionado, fugitivo de seu país, refugiado político na França, já idoso, tive, talvez, a malfadada idéia de convidá-lo para almoçar, por generosidade, digamos assim, e também para que o português pudesse dizer: o Brasil faz bem as coisas, com categoria, com boa-fé, enfim, para dar boa impressão, para que o português ficasse com boa imagem nossa.

Então, logo que o referido Sr. Queiroz Pereira sentar-se à mesa, após tomar alguns drinques num bar, começou a desabafar. Não sei se foi o álcool ingerido ou foi mais a minha atitude atípica que fez com que ele pensasse que era parte da turma da negociata. O que sei é que o homem não parava. Quase aos

prantos dizia: "Já dei mais de US\$900 mil e ainda querem mais, para serem distribuídos entre o Figueiredo, o Fontoura e o Leite Ribeiro, Ministro ?? em Lisboa", disse-me ele, entrando nos melhores detalhes da repartição e dos depósitos que fazia nas contas do Banco do Brasil dos interessados a cada cheque de US\$250 mil que ele recebia.

Surpreendido com o fato de que de modo algum desconfiara até então, embora tivesse estranhado que o imóvel fosse vendido por US\$1,932 milhão, quando havia sido avaliado por um milhão, desconversei como pude, mas o homem parecia desesperado e disse o bastante.

Evidentemente que na primeira oportunidade em que falou com o General Fontoura, ex-Chefe do SNI e embaixador do Brasil em Lisboa, devo referir que Queiroz Pereira ter dito ou dado a entender que me havia feito confidências. O que importa é que eles ficaram sabendo que eu sabia. Tratou de me anular, de me eliminar de qualquer forma a partir daquele momento, uma vez que eu passara a me constituir numa ameaça total, verdadeira bomba contra a própria revolução de 64, se considerarmos a identidade e o significado dos personagens envolvidos.

Assim é que, após o episódio acima relatado, tão logo regressei de Brasília, onde estivera um mês inteiro, chamado a serviço, quando foram longamente consultados os maços pessoais dos três diplomatas suspeitos – portanto, o mês todo em que eu cá estive, em Brasília –, maços esses solicitados ao arquivo secreto, cujo chefe era o irmão do Ministro Conselheiro em Lisboa, um dos implicados, fui imediatamente notificado pelo Embaixador de que estava eu excluído, na realidade, expulso da Embaixada, por ter declarado que a Embaixada arranjava mulher para meu predecessor, o Conselheiro Sérgio Damasceno Vieira, que eu substituiria.

Tamanha e tão ridícula e inesperada explicação para minha eliminação do cenário já explica tudo. Essa monstruosa comédia, sem outra forma de processo – isto é, sem sequer me perguntarem se era verdade, se isto, isso ou aquilo –, já, em si, é eloquente. O telegrama com a aludida explicação já estava pronto. Sei, porque queriam que eu o rubricasse.

Começou assim a operação para me desestabilizar, me anular de uma forma ou de outra. Durante meses, fiquei em Lisboa, sem salário, no ar, abandonado por todos, sem contatos com a Embaixada ou seus representantes, raríssimos do próprio Itamaraty e alguns telefonemas do gabinete do Ministro das Relações Exteriores, dizendo-me: "Agüenta a mão. Cal-

ma. Estamos com você. Vamos apanhá-los a todos no alçapão, na rede, qual peixe. Calma.”

Tonto, desarvorado, desesperado, fui agüentando, esperando – a esperança é a última que morre –, enquanto, paralelamente, recebia ameaças de morte. Removido oficialmente, sucessivamente, para Kingston, Rabbah, Bogotá, Toronto – este último posto arranquei quando fui a Brasília e ameacei de tornar público o que eu sabia, caso não me dessem posto na Alemanha ou no Canadá. Em condições rocambolescas e menos do que elegantes, o Chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Hoshana, declarou-me, tão logo me recebeu, quando entrei em seu gabinete: “Não quero ouvir nada. Não sei de nada.”

Telefonou-me, horas depois, aquele senhor, para meu hotel, no Rio – para onde eu voltara logo, para não permanecer muito aqui em Brasília, porque eu tinha medo de cá ficar muito tempo –, onde, ao regressar, já encontrei o recado dele. Telefonei-lhe e me disse aquele senhor: “Após consultar, resolvemos mandá-lo para Toronto. Esperamos que lhe pareça bem”. Raramente presenciei ou ouvi falar em atitude tão canalha, tão covarde e tão eloquente.

A essa altura, embora aliviado, estava revoltadíssimo, abalado, decepcionado, desiludido, desesperado ao extremo. Afinal, por cumprir com minhas instruções, descobria eu que me haviam enviado a aprofundar, paralelamente e inadvertidamente, corrupção gigantesca, enquanto podia ter antecipado felicitações ou medalhas. Recebi porradas, fui humilhado, ameaçado de morte. É bem verdade que o que eu descobrira era mortal para o sistema então em vigor, mas, sem querer ousar enfrentar o poder militar que governava, poderiam e deviam ter me protegido de alguma forma. Era obrigação do Ministro das Relações Exteriores, meu chefe supremo e do qual, além do mais, dependia diretamente o Serviço Secreto.

Chegando a Toronto, sentimo-nos salvos, aliviados. Meus cinco filhos tinham, então, entre onze e três anos de idade. Pouco a pouco, confesso, passados os primeiros momentos de sensação de liberdade recuperada, do perigo afastado, ilusório em si mesmo, voltou a revolta. Afinal, o que me tinha caído em cima era monstruoso e tão injusto, e revoltante a atitude daqueles a quem cabia me defenderem. Para cúmulo, recomeçaram as ameaças, agora contra minha família. Impossível não partirem de elementos do próprio Governo – ninguém mais sabia onde eu estava.

O inacreditável era tão incrível que eu não queria, não podia aceitá-lo. Finalmente, tive que abrir os olhos para o evidente: tinham me abandonado e feito

crer que me viriam ajudar tão somente para ganhar tempo. Eu estava sozinho. Minha família e eu, sós, expostos a tudo e a todos. Temendo pela minha família, fui, pouco a pouco, conhecendo o pânico e, receando o pior, segui conselho de advogado internacional que me disse para tornar públicas as ameaças que proferiam contra nós. Assim, não poderiam chegar a concretizá-las – essas ameaças –, sob pena de serem imediatamente apontados como mandantes. Foi o que fiz, solicitando asilo ao Canadá.

Enviou o Governo de Figueiredo comissão de inquérito a Toronto, a qual não me ouviu e que, aliás, viera unicamente para salvar as aparências internas (Brasil) e externas (Canadá), uma vez que – como tomei conhecimento recentemente, ao ler o processo – nunca a dita comissão mencionou Lisboa, e, uma vez que, sem falar dos gravíssimos acontecimentos ocorridos em Lisboa, sem ligar Lisboa a Toronto, os fatos ocorridos no Canadá – como o meu pedido de asilo, por exemplo – não têm, evidentemente, sentido algum.

Assim, o governo da época não dera à aludida comissão de inquérito os meios para atuar com vigor dentro da verdade dos fatos e da justiça, muito pelo contrário. Em outros termos, é muito provável que a referida comissão de inquérito tenha procedido em toda honestidade, mas não lhe haviam dado os meios para que atuasse de modo correto e apropriado. Somente podia ela sofismar em toda a honestidade, uma vez que partira de bases falsas ou incompletas que lhe haviam fornecido como boas, como autênticas e honestas.

Maquiavélicos, não precisavam ser praticamente espertos para me liquidar, tratava-se do poder de todo um governo contra um pobre indivíduo, cidadão sem defesas, influências ou forças algumas, que ousava dizer que os generais estavam nus.

Refugiei-me junto à minha família, mulher e filhos, e concentrei-me na educação e instrução das crianças, quatro meninos e uma menina. Tiveram a educação esmerada, instrução séria e puxada, estudos secundários de primeira ordem, estudos superiores em Ciências Políticas em países de economia e finanças. Os cinco trabalham, três em Londres e dois em Paris, em posições muito boas, ganhando muito bem a vida, graças a Deus e aos esforços deles.

O tempo passou no dia-a-dia da luta para sobreviver na rotina de combate constante. Dia após dia, semana após semana, os meses e os anos passaram.

Em 1986, viemos para a França, terra do asilo por excelência, o Cardoso que o diga, uma vez que o sistema de educação de primeira ordem gratuito per-

milita aos filhos, na França, prosseguirem excelentes estudos, e a nós, sobrevivermos.

Em 1994, não sei como, localizamos o jornalista do **Correio Braziliense**, Ricardo Lessa, de quem fiquei imensamente amigo, sem jamais tê-lo visto. Declarou-me aquele senhor reiteradas vezes ao telefone que a situação no Brasil tinha evoluído, mudado, que o Presidente Cardoso era um homem capaz, de bem, autêntico democrata, justiceiro, e que, considerada a injustiça que eu sofrera, tinha eu todas as chances de obter justiça, reintegração na carreira diplomática, indenizações, etc. Tanto disse, e era impressionante ouvi-lo como conhecia todo o caso, quase melhor que eu, tanto insistiu aquele jornalista que acabou-me convencendo. É verdade que em princípio fiquei logo desconfiado, confesso, acreditando logo numa manobra maquiavélica por parte de sei lá quem, afinal eu tivera tantas razões para perder ilusões e fé.

Enfim, o Sr. Ricardo Lessa trouxe de volta a esperança, nossa mais fiel amiga, como bem dizia Chateaubriand: abriu a janela, por onde entrou a esperança e rápido me inundou, permitindo assim que recomencesse o meu combate.

Conforme escrevi recentemente ao Embaixador Azambuja, em Paris, não sou homem de vinganças e acredito que o passado deva ser esquecido. O caminho é para frente, tanto para o País quanto para nós e nossos filhos. Pode-se, portanto, não condenar os antigos corruptos se são responsáveis por isso ou aquilo, mas tampouco é caso para que não se oponha em condenar os que não foram corruptos. Numa democracia que se respeita, impõe-se corrigir os erros e as injustiças passadas. O contrário seria moralmente monstruoso e politicamente fatal.

Perdoem-me o longo discurso e a exposição, mas julgo importante dar-lhes resumo de um dos crimes de provar a corrupção e a responsabilidade do sistema instaurado no país pela denominada revolução de 1964.

Apesar de todos os sofrimentos vividos, não sou homem de vingança, mas quero justiça. Deixo, aqui, o meu apelo, no sentido de que apóiem o meu pedido de reabilitação junto às autoridades competentes, seja governo seja justiça. Qual Voltaire e Zola, vosso apoio poderá fazer com que a justiça prevaleça sobre a corrupção, a mentira e a irresponsabilidade.

Em resumo, para concluir, integrei o serviço secreto do Ministério das Relações Exteriores por idealismo e ambição de servir na primeira linha os interesses do país. Criado à imagem do serviço secreto inglês, este sério e competente, julguei também o nos-

so existiria para cuidar com patriotismo dos interesses da nação, acima de correntes partidárias, dos interesses mesquinhos deste ou daquele partido, acima de governos desta ou daquela orientação. Com efeito, os governos vão e vêm, o país e a nação ficam.

Infelizmente vim a me dar conta de que o nosso serviço secreto simplesmente não existia, a não ser para servir aos interesses particulares de cada um, tanto é que quando se tratou de descobrir envolvimento de país estrangeiro e corrupção por parte de diplomatas e membros do governo preferiu aquele serviço fechar os olhos e abandonar aquele que, cumprindo ordens, descobrira o tumor canceroso que ??? da nação. E isso muito embora fossem aqueles os próprios fatos que me haviam levado a aceitar com entusiasmo a proposta para ingressar no serviço secreto que os levassem a me abandonar e a ocultar aquilo que eu descobrira.

Com efeito, o argumento principal que haviam utilizado para me convencer foi que teria eu, eventualmente, de vir a apurar o provável envolvimento de três diplomatas nossos com os serviços de países estrangeiros, nomeadamente o soviético, o que faziam por razões financeiras das mais ordinárias, portanto. Em verdade, razões ideológicas tivessem tido, pelo menos mérito teriam tido em não fazê-lo por 30 vinténs.

Assim, quando me apresentaram aquele fato – que os ingleses haviam comunicado ao Governo brasileiro via Itamaraty – como argumento, foi com entusiasmo que aceitei ingressar no Serviço Secreto do Ministério das Relações Exteriores. A missão era delicada, perigosa, atraente, portanto. O objetivo, nobre, isto é, anular perigosa interferência estrangeira em nossos assuntos.

Ingênuo, talvez. Romântico, possivelmente. Bem intencionado, seguramente. Correto e íntegro por natureza e inclinação, sem dúvida, era eu. Aliás, diga-se de passagem, em um sistema outro, teria eu sido reconhecido como o agente e funcionário exemplar que era. Digo sem falsa modéstia ou hipocrisia e tampouco ufanismo. Na minha idade, com tudo aquilo que sofri, vaidades ou exageros não cabem, nem interessam, infelizmente.

Ocorreria, porém, que iria entrar eu em um sistema e em um governo que eram, na realidade, por baixo de tênue camada de pseudonacionalismo, incapazes de motivação nobre e honesta e unicamente movidos pelo desejo primário e frenético do enriquecimento pessoal

Assim, sob o pretexto e a coberto de ameaça comunista, que não existia no Brasil – o que existia, e existe, isto sim, é a pobreza e a miséria econômica e

social, por um lado, e, pelo outro, a indiferença, a corrupção e a irresponsabilidade –, venderam, tanto quanto puderam, o País aos interesses americanos, enquanto procuravam – isso, com sucesso – locupletar-se, enchendo valorosamente e gloriosamente os bolsos com o dinheiro do País e de seu povo.

Ora, enquanto cabia à Nação, cabia ao País, cabia à República, cabia ao Ministério das Relações Exteriores, cabia ao Serviço Secreto defenderem seu cidadão, seu funcionário, seu agente, fui, ao contrário, por todos abandonado e martirizado por ter cumprido com a minha missão de defesa dos mais altos interesses do País contra o estrangeiro e, paralelamente, descoberto imensa corrupção por parte do Governo desmoralizado de então. Fui abandonado, ameaçado, rejeitado, jogado às feras, por um bando de criminosos, corruptos, irresponsáveis e incompetentes.

Isso, com cinco filhos, cujas idades variavam, então, de três a onze anos de idade. Trata-se de monstruosa indignidade, Ex^{as}, cometida, faz mais de 20 anos, contra um inocente. Peço justiça a V. Ex^{as}. Confiem em minha dor e em minha imensa revolta. E por justiça clamo.

No exílio, na tristeza e na profunda injustiça sofridas, deixei a juventude. Ficaram os sonhos e o entusiasmo, bem assim a esperança, nossa melhor e mais fiel amiga. Deixo com V. Ex^{as} a possibilidade de corrigir o erro outrora cometido e compensar a perda, dando-me, assim, a possibilidade de voltar a servir ao País, desta vez oficialmente, após havê-lo feito sob forma de exemplo e abnegação.

Fácil teria sido calar, aceitar, fechar os olhos e consentir. Duro foi dizer não aos responsáveis, então, todos poderosos.

Ex^{as}, muito obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Eu coloco à disposição dos Srs. Senadores a palavra para, querendo, pedirem esclarecimentos ao nosso convidado.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Faço a pergunta diretamente ao Sr. Guilbeaud?

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Perfeitamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Pros Examinations, o sistema americano. Não sei se isso seria uma evolução.

Sr. Guilbo, que atividade o senhor exerce atualmente na França?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Sou vigia noturno, em um hotel.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O senhor Queiroz Pereira vive ainda?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Que eu saiba, não. Morreu recentemente, mas a senhora dele está viva e conhece muito bem o assunto, e um dos filhos dele, que também está vivo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Conhece o assunto.

O senhor foi procurado ou manteve um contato, dias atrás, enquanto aguardava essa audiência da Comissão de Relações Exteriores, pelo Ministro da Justiça, Sr. Gregori. O senhor podia relatar o seu encontro com o Ministro?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – O Ministro Gregori me disse, muito cordialmente, que eu poderia dizer a todas as pessoas com quem eu estivesse que conto com o inteiro apoio dele, Ministro da Justiça.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Em que consistiria esse apoio, Sr. Guilbeaud?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Ele deseja a reintegração na carreira com compensações.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Com que espécie de ação ele conseguiria isso.

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Judicial, por intermédio de uma anistia, esse detalhe eu não saberia lhe dizer, Senador. Ele não entrou nesses detalhes comigo, mas foi enfático no ponto em que a justiça lhe deveria ser feita. Ele conhece bem o caso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Ele não sugeriu nenhum caminho que pudesse tomar?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Ele deixou aberto ao critério do Governo, da Justiça. Pode ser um caminho ou outro. O que importa, sobretudo, é que justiça lhe seja feita.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Ele se dispôs a conversar com os juízes que julgam o seu processo?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Sim. Ele me disse – e eu sei que o fez – que falou com os quatro juízes encarregados do meu processo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Posteriormente à sua vinda ao Brasil agora?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Posteriormente à minha entrevista com ele há três dias.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Guilbeaud, como poderíamos documentar esse superfaturamento da Embaixada em Lisboa? Existem processos numerados? Avaliações? Constam da contabilidade esses recibos de pagamentos? Que elementos teríamos para verificar as suas declarações?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Seguramente, devem existir maços – como chamávamos no Itamaraty antigamente – sobre o assunto. A avaliação foi feita rigorosamente de acordo com a lei. Nenhum imóvel desse preço pode ser adquirido sem que haja uma avaliação. Se não for encontrada a avaliação, maior prova ainda de que houve irregularidade. Deve existir o maço da aquisição da residência, constando a avaliação de um milhão de dólares e a aquisição, por um milhão novecentos e trinta e dois mil dólares.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O senhor teve acesso, à época, a essa avaliação?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Tive. Um dos fatos chamou-me a atenção. Ao chegar a Lisboa, como eu fazia rotineiramente, percorri toda a correspondência recebida e expedida da Embaixada no último ano, para melhor me situar e fazer o meu trabalho, saber bem o que estava acontecendo na Embaixada: os problemas, as dificuldades. Deparei com o documento no qual constava a avaliação de um milhão de dólares e a aquisição por um milhão novecentos e trinta e dois mil dólares.

Na altura, como não havia nenhum indício que me fizesse desconfiar de qualquer coisa, não pensei mais no assunto. Mas a disparidade entre a avaliação e o preço do pagamento a seguir chamou-me a atenção, porque nunca ouvi falar de um objeto que fosse avaliado por um valor e, em seguida, fosse adquirido por outro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Numa conversa que tive com jornalistas brasileiros, em Paris, chegou-me a informação de que uma série de intelectuais franceses teriam escrito diretamente ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso a respeito do problema que o senhor enfrenta. O senhor tem notícia ou cópias dessas cartas e das respostas que o Presidente Fernando Henrique Cardoso provavelmente teria dado? O senhor sabe quem as teria mandado?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Não as trouxe comigo, mas é muito fácil consegui-las, sobretudo junto ao professor Alan Turraine?, um dos membros proeminentes do estado francês e trabalha no Centro de Estudos Sociológicos Franceses. Além do mais, foi quem protegeu e ajudou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando esteve ou pretendia exilar-se na França. Posso obter toda a correspondência que o Professor Turraine trocou com o Presidente. As que não tenho, posso pedi-las ao Professor, que terá muita satisfação em me dar cópia dessa correspondência.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Teríamos do senhor, então, o compromisso de enviar oficialmente a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional documentação o mais breve possível.

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Sim, Senhor. Com prazer. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O senhor citou três diplomatas que trabalhariam na Embaixada do Brasil em Lisboa: Raul Fernando Leite Ribeiro, Antonio de Amaral Sampaio e Geraldo Muciolo. Esses diplomatas ainda estão prestando serviço ao Itamaraty?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Eu não saberia dizer. Estou afastado há muitos anos. Acredito que sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O senhor fez uma referência de que um dos diplomatas, o Sr. Guilherme Leite Ribeiro, é atualmente cônsul geral do Brasil em Milão?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Foi o que me disseram.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O senhor não tem uma informação mais precisa?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Não, mas isso será fácil de controlar junto ao Itamaraty.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Ele não está aposentado do Itamaraty?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Que eu saiba, não. Perdão. Mais uma vez, isso é muito fácil de controlar. Basta ir ao Ministério das Relações Exteriores e lá eles poderão dizê-lo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – V. S^a teria alguma sugestão de como esta Comissão poderia localizar os processos de superfaturamento e a sua denúncia, que certamente foi feita por escrito?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Absolutamente. Entreguei os dois relatórios ao Embaixador Silveira: um sobre o envolvimento dos 3 diplomatas com os soviéticos; o outro sobre a corrupção quando da aquisição da residência.

Acredito que, solicitando ao Itamaraty, o Ministério terá a obrigação de dar as informações.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – V. S^a tem alguma idéia de ano, mês ou número desses processos, dessas informações?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Nem do ano?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – O ano do processo da aquisição...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Qual o ano do seu comunicado?

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Mil novecentos e setenta e nove.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, de minha parte, eram essas as perguntas que eu poderia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Roberto Requião por ter tomado a iniciativa de convidar o Sr. Jacques Guilbeaud. Tal ação, felizmente, deu possibilidade ao Sr. Jacques Guilbeaud de nos trazer um depoimento. Trata-se de uma pessoa, por tudo que ouvimos, de coragem, que age em defesa do interesse público e da integridade, que procurou preservar. Seria importante que tivéssemos muitos brasileiros com a mesma atitude.

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, gostaria de expressar, como integrante desta Comissão, a nossa determinação – que acredito seja de todos – de pedir ao Ministro da Justiça que o processo seja acelerado. S. Exª tem a responsabilidade de defender os direitos à cidadania. Pediremos, em especial, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, que apresse a providência que se faz necessária: anistiar, retroceder ou anular a punição, a decisão de excluir dos quadros do Itamaraty o Sr. Jacques Guilbeaud.

Tenho certeza de que V. Sª, hoje, está completando um serviço correto que prestou ao Brasil.

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, tenho um compromisso e, infelizmente, não posso continuar.

Quero deixar aqui registrado que o Senador Roberto Requião, ao tomar conhecimento do fato, agiu com a maior propriedade. Falo da oportunidade de ouvir o Sr. Jacques Guilbeaud.

Sr. Presidente, diante do que acredito deva ser o resultado desta reunião, poderemos propor uma moção no sentido de que o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer – tendo em vista a palavra do Ministro da Justiça, José Gregori –, tome as providências necessárias para acelerar o processo de reintegração do Sr. Jacques Guilbeaud aos quadros do Ministério das Relações Exteriores com o apoio desta Comissão. Que S. Exª possa, inclusive, no mais breve espaço de tempo, transmitir à Comissão os resultados da providência.

Cumprimento V. Sª por ter prestado um serviço ao Brasil e aos que querem imprimir seriedade ao trato da coisa pública.

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Muiíssimo grato, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Determinamos que conste da Ata desta reunião as recomendações de V. Exª e que a Secretaria da Comissão tome as providências necessárias.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, tenho refletido sobre este episódio. Se ele ficar sob exame exclusivo da Justiça, que não teve e não terá acesso aos antecedentes ocorridos em Lisboa, o Sr. Jacques Guilbeaud será devidamente arcabuzado, sem nenhuma possibilidade de defesa consistente.

Eu gostaria que V. Exª submetesse ao exame desta Comissão um requerimento que faço oralmente ao Ministro das Relações Exteriores, que, partindo dos dados colocados até agora em relação a data e fatos expostos pelo Sr. Guilbeaud, traga às mãos desta Comissão todos os documentos que o Itamaraty tenha a respeito do Sr. Jacques Guilbeaud(?).

Estou propondo, Sr. Jacques Guilbeaud, uma espécie de **habeas data**, que o senhor poderia requerer em juízo, mas que estaríamos requerendo através da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Excelente. Muito obrigado, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Proponho, ainda, que esta Comissão entre em contato com o Sr. Gregori, para que possamos também participar desses esclarecimentos necessários.

Por outro lado, não move a mim, quando sei que a Comissão vai o Sr. Guilbeaud para essa sua missão, nenhum sentimento revanchista. Os fatos que aconteceram em Lisboa, se é que aconteceram exatamente assim, podem ter várias explicações e justificativas, foi um período diferente do que estamos vivendo hoje na história do Brasil. Mas de posse desses documentos e desses esclarecimentos, de posse desse **habeas data** requerido pela Comissão de Relações Exteriores a respeito dessas informações sobre a passagem do Sr. Guilbeaud em Lisboa, poderíamos, Senador Geraldo, utilizar uma resolução do Senado – algo que deveria ser estudado pela nossa assessoria técnica –, para anular o ato que demitiu o Sr. Guilbeaud por inusitado abandono de cargo do serviço que prestava à Embaixada brasileira em Toronto, Canadá.

Este é o requerimento que faço.

Muito melhor seria que o Ministro Gregori e o Presidente Fernando Henrique tomassem providências que já foram, pelo que sei através dos contatos com os franceses que tive, anunciadas muitas vezes e nunca viabilizadas. Não se trata, reitero, de varejarmos um período que já foi objeto de anistia, mas de nos recusarmos a assistir passivamente à punição de quem entrou no serviço secreto, a meu ver, por um equívoco de interpretação da situação brasileira, mas que dele saiu porque tomou a atitude séria que todos os brasileiros deveriam tomar em condições semelhantes.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, o Senador Roberto Requião dirige ao Ministério das Relações a sua solicitação. Penso, todavia, Senador, que deveríamos centrar o nosso trabalho no Ministro da Justiça, responsável pelo resgate da cidadania plena do Sr. Jacques Guilbeaud, uma vez que S. Ex.^a tem o poder de colher no Ilamaraty todas as informações e fazer o julgamento sem termos de fazê-lo, como disse V. Ex.^a, de “varejar” documentos, para o que não temos condições, a menos que criemos quase uma comissão parlamentar de inquérito.

Pelas promessas do Ministro da Justiça, segundo o Sr. Jacques Guilbeaud, penso que esse requerimento teria a confirmação de que S. Ex.^a está preocupado e vai recolher todos os dados, e seria S. Ex.^a a pessoa adequada para tratar do caso do Sr. Jacques Guilbeaud.

Creio que seria melhor centrarmos a questão no Ministro da Justiça, pois S. Ex.^a prometeu e é ele o responsável pelo resgate da cidadania tão ultrajada, na versão do Sr. Jacques Guilbeaud, desse caso lamentável de que ressentimos profundamente aqui hoje. Eu gostaria que V. Ex.^a, se me completasse em alguma coisa, mas que ficasse centrado em cima do Ministro da Justiça, porque, como V. Ex.^a deu, buscar para trás, há tantos anos atrás, em cima de um processo que já foi, talvez, anistiado, mas que, em qualquer tempo, é necessário fazer justiça, e acho que o Ministro da Justiça tem essa obrigação, ainda mais porque está revisando tantos casos de injustiça cometidas na época da ditadura.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Não tenho nenhuma objeção a fazer à proposta do nosso Senador de Goiás.

Eu dividiria a nossa ação em dois tempos: em primeiro lugar, recolheríamos ao Ministro da Justiça, e que ao Ministro da Justiça e também ao ministro das

Relações Exteriores fossem enviados os extratos da ata desta reunião com o depoimento do Sr. Jacques Guilbeaud e as nossas intervenções. Se não tivermos uma solução, posteriormente eu reiterarei o meu pedido de viabilizar esse **habeas data** para que outras providências pudessem ser tomadas.

Estou plenamente de acordo com o Senador de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Coloco em votação o requerimento, com a observação feita, e aceito...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, S. Ex.^a me diz: “Senador Mauro Miranda”. Parece que não nos conhecemos há sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Coloco em votação a proposta do requerimento do Senador Roberto Requião, com a observação feita pelo Senador Mauro Miranda.

Os que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Mais uma vez, queremos agradecer o atendimento da solicitação desta Comissão para que aqui comparecesse, prestasse os esclarecimentos, que, com muita competência, foram feitos por V. Ex.^a. Lamentamos que esta Comissão tenha tomado conhecimento tão tardiamente desses fatos, mas estou certo de que a solicitação desta Comissão às autoridades competentes – Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores – serão atendidas e ainda haveremos de ver corrigida essa injustiça lamentável, própria dos regimes ditatoriais.

Agradecendo a V. Ex.^a, comunicamos aos Srs. Senadores que ainda vamos ouvir o Ministro indicado para desempenhar as funções de Embaixador ainda nesta sessão.

Com os nossos agradecimentos, solicitamos ao Senador Roberto Requião que acompanhe o nosso convidado até a secretaria desta Comissão.

O SR. JACQUES GUILBEAUD – Muito obrigado, Excelência. Permita-me só uma última palavra. Pelo que pude observar aqui e ouvir, realmente é uma honra ter estado aqui e agradeço muito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Muito obrigado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Declaramos reaberta esta sessão. Solicitamos ao Senador Mauro Miranda que introduza do plenário até a Mesa o Ministro Marco Antonio Diniz Brandão, indicado

para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao reino da Tailândia.

(Pausa.)

Item n.º 3:

Mensagem n.º 164, de 2001. Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Sr. Marco Antonio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao reino da Tailândia.

É Relator o digno Senador Geraldo Cândido, a quem passamos a palavra, para proceder à leitura do seu parecer.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, Sr. Marcos Antonio Diniz Brandão do qual tenho a honra de ser Relator do processo de V. Ex.ª, em sua indicação para Embaixadora da Tailândia.

“Apoiado no art. 52, inciso IV da Constituição Federal e legislação ordinária pertinente, o Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem nº 743, de 16 de julho de 2001, submete à apreciação dos Srs. Membros do Senado Federal a escolha que deseja fazer do Sr. Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

Efetivamente dispõe o art. 52, inciso IV da Constituição Federal:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal.

IV – aprovar previamente o voto secreto ou arguição em sessão secreta a escolha de missão diplomática de caráter permanente.”

Por outro lado, detalham os Art. 18, inciso I, 56, 58 do Decreto nº 93.325 de 1º de outubro de 1986, regulamento de pessoal do serviço exterior.

“Art. 18. São competentes para remover:

I – o Presidente da República quando se tratar de diplomata das classes de Ministro da Primeira Classe, de Ministro da Segunda Classe e de titular da repartição consular de carreira”.

“Art. 56. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os chefes de missão diplomática permanentes serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.”

“Art. 58. Os chefes de missão diplomática permanente serão escolhidos dentre os Ministros de Pri-

meira Classe ou nos termos do art. 66 dentre os Ministros de Segunda Classe.”

O Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995 reforça o Art. 53.

“Art. 53. Aos servidores da carreira de diplomata nomeados ou designados para servir no exterior cabem os seguintes cargos e funções:

Aos Ministros de Primeira Classe:

a) chefe de missão diplomática permanente com título de Embaixador;

b) Do **currículum vitae** do indicado, fls 3 a 5, encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores consta que o citado Diplomata nasceu em Belo Horizonte em 07 de março de 1949, sendo filho de Vanderlei Gomes Brandão e Cicer Diniz Brandão;

c) Formado pelo Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores e Curso de Altos Estudos – CAE da mesma instituição concluir igualmente o Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciando a sua carreira diplomática como Terceiro Secretário em 1974.

d) Galgou os demais postos por merecimento inclusive o de Ministro de Primeira Classe, posto que atingiu em 27 de junho de 2000. Ainda no Brasil o diplomata exerceu cargo de relevância no Itamarati nas áreas técnicas de cooperação e cultural, Secretaria de Imprensa, Mercado Comum do Sul além de direitos humanos e temas sociais.

e) Removido para o exterior, o indicado presidencial serviu em Bissau, Washington, Maputo, Paris e Roma.

f) Ministro Conselheiro

Ademais, participou de vários organismos internacionais na ONU, Cepal, FMI e Bird, ocasiões em que tratou de temas variados de forte importância para o nosso país (Fls. 3 e 4). O referido diplomata é portador de várias condecorações estrangeiras e brasileiras. Segue em anexo (às fls. 6 a 20) informações gerais a respeito.

Tendo em vista o exposto, entendemos que os Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já possuem elementos suficientes e necessários para a apreciação do nome do Sr. Marco Antônio Vinícius de Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Muito obrigado, Senador Geraldo Cândido. Lido o relatório,

temos o prazer de passar a palavra ao Ministro Marco Antônio Diniz Brandão para a sua exposição inicial.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO –

Muito obrigado, Sr. Presidente. Atendendo sua recomendação, serei extremamente breve. Mas não gostaria de deixar de registrar aqui a minha gratidão ao Sr. Senador Geraldo Cândido pelas palavras elogiosas e pelo relatório que fez sobre meu nome. Não posso deixar de registrar também que é com muita emoção que estou aqui, porque ser embaixador é o ápice da carreira de um diplomata. E caso aprovado por V. Ex^{as} esteja certo de que irei para meu novo posto com muita determinação e muito entusiasmo. A Tailândia, como V. Ex^{as} conhecem, é um país de tamanho aproximado de Minas Gerais, meu Estado. Possui cerca de 60 milhões de habitantes. E é considerado um dos grandes tigres asiáticos. Aquele país teve um crescimento excepcional nos anos 70 e 80, alguns percalços na década de 90, mas agora está em fraquíssima recuperação. Trata-se de um grande exportador, tem no comércio externo uma fatia talvez essencial na composição de seu PIB, e uma economia extremamente aberta e dinâmica.

O Sião, como era conhecida a Tailândia até meados do Século XX, nunca foi colônia, ao contrário de todos os seus vizinhos. Tem um sistema político bastante estável, uma monarquia que data do Século XVIII, e conjuga, ao mesmo tempo, um grande amor à tradição, fundada nos valores do Budismo, e um notável progresso institucional e social. Desde os anos 30, quando foi abolida a monarquia absolutista, até início dos anos 90, a Tailândia experimentou diversas opções de regime, com alternância de governos militares e civis. Desde 1992, e sobretudo desde a promulgação da uma nova constituição, em 1997, tem consolidado progressivamente as instituições democráticas, praticando o parlamentarismo vigoroso e inovador.

O Brasil tem embaixada na Tailândia desde 1959. E a Tailândia inaugurou a sua no Brasil em janeiro de 1964. Nosso relacionamento comercial é expressivo, alcançando quase US\$500 milhões no ano 2000, talvez um relacionamento maior do que o existente com Portugal, por exemplo, e não se registram fricções ou problemas de grande monta. O fato, contudo, é que nosso relacionamento está muito aquém do que seria possível e do que as potencialidades dos dois países tornariam até mesmo provável. A distância, evidentemente, é um fator complicador. Mas o que parece ser um ponto de estrangulamento é um quase completo desconhecimento, aqui e lá, das realidades dos dois países.

Como reverter o quadro? É minha intenção procurar nichos de oportunidades para tornar o Brasil conhecido na Tailândia, procurar explorar ao máximo as oportunidades culturais com contatos nos meios de comunicação e nas universidades, e em todas as escolas, inclusive as primárias. Tenho a intenção de reformar, o máximo possível, o setor de promoção comercial da embaixada, ponto nevralgico no relacionamento com um país de economia tão dinâmica quanto a da Tailândia. E procurarei também incentivar ao máximo a oportunidade de visitas de autoridades e empresários brasileiros à Tailândia como forma de tornar conhecidas nossas potencialidades, de tornar possíveis negócios entre os dois países.

Nesse quadro, Sr. Presidente, a ajuda do Congresso era de extrema valia. Em um país onde o parlamento exerce funções críticas cada vez mais importantes, como é o caso da Tailândia, os contatos com o Congresso brasileiro poderiam abrir caminhos valiosíssimos para o relacionamento brasileiro-tailandês. Os dois países têm problemas semelhantes no campo social, por exemplo, no campo da saúde, e até mesmo no campo da segurança, uma vez que o tráfico de drogas, aqui como lá, constitui problema angustiante, mas também aspirações semelhantes de crescimento econômico e de desenvolvimento num cenário de paz. É minha intenção, assim, levar, eventualmente, ao conhecimento do Congresso, por meio dos canais competentes, a proposta que adianto aqui, de ativação de grupos parlamentares de amizade Brasil-Tailândia. Já existe um grupo, criado em 1993, mas que nunca foi ativado, e é minha intenção procurar que esse grupo seja de novo ativado dos dois lados, seja uma vez mais restabelecido e ativado, como fórmula capaz de ajudar o relacionamento dos dois países.

Sr. Presidente, são esses os comentários que eu teria que fazer. Evidentemente, eu estou à disposição dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Íris Rezende) – Muito bem. Eu quero cumprimentar o nosso digno Ministro pela brilhante exposição feita a respeito da Tailândia.

Cumprindo dispositivo do Regimento Interno, nós convidamos as pessoas presentes a se retirarem, para que essa parte de interpelações ocorra sigilosamente.

A sessão torna-se secreta.

O SR. PRESIDENTE (Íris Rezende) – Declaramos reaberta a sessão.

Designada a comissão escrutinadora, composta dos Senadores Roberto Requião, Mauro Miranda e

Geraldo Cândido, procedendo à apuração dos votos, tanto a Ministra Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil, indicada para embaixadora junto à República de El Salvador, quanto o Ministro Marco Antônio Diniz Brandão, indicado para o cargo de embaixador junto ao Reino da Tailândia, foram aprovados por unanimidade. Assim, temos o prazer de cumprimentar tanto a Ministra quanto o Ministro pelas belas exposições feitas nesta Comissão. E desejamos, em nome da Comissão, muito sucesso nessa nova missão, uma vez que tenho certeza, conhecendo os currículos de ambos, que o Plenário do Senado verá por bem aprovar os respectivos nomes na próxima sessão.

Agradecendo a todos, declaramos encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h38min.)

Ata da décima oitava Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da vigésima oitava Reunião Da Comissão de Assuntos Econômicos da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura, realizadas conjuntamente em vinte e três de agosto do ano de dois mil e hum às 10 horas, na sala de reuniões n.º 19, Ala Senador Alexandre Costa

Às dez horas do dia vinte e três de agosto do ano dois mil e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Lúcio Alcântara e com a presença dos Senadores: Jefferson Peres, João Alberto Souza, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy, Paulo Souto, Romeu Tuma, Waldeck Ornelas, Pedro Piva, Freitas Neto e Arlindo Porto. O Senhor Senador Gilberto Mestrinho se encontra afastado por licença médica. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se à reunião sobre "A Alca e o Comércio Internacional Multilateral" com a comitiva de congressistas norte-americanos, composta pelos seguintes Deputados: David Dreier, John Linder, Graciela Napolitano, George Radanovich, James Moran, Ander Crenshaw, Lucille Roybal-Allard e Dan Miller. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador **Jefferson Péres**, Presidente.

Notas taquigráficas da reunião realizada no dia 23/08/2001

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Está aberta a reunião extraordinária conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Solicito tomar lugar à mesa o Senador Jefferson Péres, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Deputado David Dreier.

Esta reunião conjunta tem por objetivo dar as boas-vindas e recebermos aqui uma comitiva de Deputados americanos, dos Estados Unidos, que visitam o Brasil: David Dreier, John Linder, Grace Napolitano, George P. Radanovich, Jim Moran, Ander Crenshaw, Lucille Roybal-Allard e Dan Miller.

Eles gostariam de falar, ter um diálogo com os Parlamentares brasileiros sobre Alca e Comércio Internacional Multilateral.

Esta reunião está sendo retransmitida pela TV Senado, diretamente.

A Alca é a Área de Livre Comércio das Américas. Queremos também registrar aqui a presença do Encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos, que também nos honra com a sua presença.

Então, as minhas palavras são, sobretudo, para dar as boas-vindas a essa delegação de Parlamentares. Esperamos que a sua presença aqui seja bastante proveitosa. Sabemos que tiveram contato com os Deputados brasileiros, na Câmara dos Deputados, e outros setores da vida política brasileira. O tema é da maior importância. O Congresso brasileiro está empenhado em discutir exaustivamente, com profundidade esse tema, que é, ao mesmo tempo, fascinante e desafiador.

Todos nós temos um compromisso de integração entre países, entre blocos de nações e de desenvolvimento das relações internacionais, econômicas, culturais, políticas, aumento do volume de mercado, de comércio exterior. E, evidentemente, que como países temos também os nossos interesses nacionais. Então, toda a dificuldade e todo desafio é justamente conciliar essa integração com dos interesses dos nossos países. Acharmos que qualquer tratado, qualquer acordo – aliás, isso é uma coisa muito óbvia – só é bom se for bom para os dois lados, para as duas partes. Então, conciliar isso é justamente esse desafio, que não pode ficar só nas mãos dos diplomatas;

tem que ficar também nas mãos das instituições políticas desses países.

Assim, ao dar as boas-vindas a essa comitiva estamos convencidos de que vamos abrir canais de comunicação que são importantes para nós, considerando que essa proposta da Área de Livre Comércio das Américas teve início com a chamada iniciativa para as Américas. E foi lançado em Miami ainda, salvo engano, em fins de 1993. E, de lá para cá, esses entendimentos têm sido feitos pelo Presidente Clinton e aí, então, aqui, o Presidente Itamar Franco. Esses entendimentos têm se desenvolvido, se aprofundado, mas há, certamente, muitos pontos que ainda precisam ser superados, revistos.

Nesse particular, e para não me alongar, quero mencionar expressamente o discurso do Presidente Fernando Henrique, no Canadá, em Quebec, quando Sua Excelência estabeleceu, com muita clareza, a posição brasileira, fazendo ver a necessidade de alguns pontos serem modificados, que dizem respeito, sobretudo, ao acesso dos produtos agrícolas do Brasil ao mercado americano, à chamada Lei Antidumping e às barreiras não-tarifárias, enfim precisamos discutir todos esses pontos para termos uma integração que signifique de fato o aumento do comércio internacional nas duas direções. Queremos fazer essa integração, mas evidentemente queremos vender mais, ter mais acesso aos mercados. Esse é um ponto que precisa ser bem visto.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres se quiser dirigir algumas considerações, uma vez que é S. Ex^a o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Senador pelo Estado do Amazonas, representando aqui o PDT, Partido Democrático Trabalhista, de oposição do Governo.

O Senador Roberto Saturnino também se encontra conosco. S. Ex^a é Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, representa o PSB. E o Senador João Alberto, pelo Estado do Maranhão, que representa o PMDB.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres. Depois passaremos a palavra ao Deputado David Dreier.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Bom dia a todos. Dou as boas-vindas aos nossos colegas do Congresso Americano e pouco tenho a acrescentar ao que foi dito pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lúcio Alcântara, no sentido de que devemos aproveitar esta oportunidade, este encontro interparlamentar para uma discussão cordial, mas franca a respeito dos problemas, das dificuldades que se opõem a esse processo de integração hemisférica.

Espero que os nossos colegas aproveitem esta oportunidade para levar ao Congresso dos Estados Unidos as posições que não são uniformes – talvez variem um pouco –, ou a posição média do Parlamento brasileiro a respeito da Alca.

Sejam bem-vindos e vamos conversar.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Quero passar às mãos do Deputado David Dreier, em nome do Senador Jefferson Péres e no meu próprio, um livro que traz a história do Senado Brasileiro na História do Brasil.

O SR. DAVID DREIER – Obrigado. Bom dia. *(Pronunciamento em Inglês)*

O SR. GEORGE P. RADANOVICH – *(Pronunciamento em Inglês)*

O SR. DAVID DREIER – *(Pronunciamento em Inglês)*

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Nós temos um problema. Há um artigo no Regimento do Senado que estabelece que nenhuma Comissão pode funcionar simultaneamente com o plenário, ao se iniciar a Ordem do Dia, quando se inicia a votação de projetos que estão previstos.

Assim, temos certa premência de tempo, porque tão logo se inicie a Ordem do Dia, a votação de projetos, teremos que suspender a reunião. Talvez possamos fazer manifestações rápidas, curtas, ou entremear a exposição de um brasileiro com a de um americano, para que as opiniões fiquem colocadas da melhor maneira.

O SR. DAVID DREIER – *(Pronunciamento em Inglês)*

O SR. JOHN LINDER – *(Pronunciamento em Inglês)*

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Eu queria apenas fazer um comentário, pois acho que ajudaria bastante a compreensão do momento que estamos vivendo no Brasil. O Governo brasileiro, com a participação ativa do Congresso fez nos últimos anos uma série de mudanças legais, institucionais com a finalidade de integrar o Brasil no mercado internacional. Isso custou muito para nós, custou muito em termos de economia interna, em termos das nossas empresas. Eu queria mencionar especificamente a Lei de Patentes, que foi discutida, debatida e aprovada pelo Congresso brasileiro. Há também a chamada Lei do **Software** ou Lei da Propriedade Intelectual, da qual eu inclusive fui o Relator. Essa lei está em vigor e representou um esforço do Governo para isso. Há ainda a chamada Lei dos Cultivares que também é muito importante.

O que eu quero dizer com isso é que nós temos feito um esforço enorme para inserir o País na economia internacional. O que estamos precisando agora é ter esse acesso, eu não digo facilitado, permitido. Por exemplo, nós temos dificuldades com o suco de laranja nos Estados Unidos, nós temos dificuldade com o aço, nós temos dificuldades com calçados. Há uma série de produtos brasileiros, não obstante essa abertura que nós reconhecemos. Só os Estados Unidos representam 25% do comércio mundial. Há problemas de subsídios. A nova **farmer bill** preocupa-nos bastante, pois o volume de subsídios oferecido aos fazendeiros americanos é qualquer coisa fabulosa em termos de números para o Brasil. Como nós estamos lidando com economias muito assimétricas, quer dizer, uma economia pujante, uma economia forte, vigorosa, como é a economia americana, e, de outro lado, uma economia ainda incipiente, que está procurando se desenvolver e se ajustar a esses padrões internacionais. É justamente para isso que estamos aqui, porque somos políticos, somos Parlamentares e estamos cooperando nesse esforço de integração.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Vou fazer uma pergunta, apenas, aos visitantes, e gostaria de uma resposta, tanto quanto possível, objetiva e franca. Para nós, brasileiros – é a posição do Governo e creio que da sociedade brasileira –, é impensável uma integração continental nos termos da Alca, apenas com negociação de produtos industriais e serviços. Se não forem incluídos os produtos agrícolas, chegaremos a um impasse.

Eu pergunto objetivamente aos visitantes. O Congresso americano é muito representativo da sociedade americana. Lá estão representadas todas as regiões e todos os segmentos da sociedade – representam, portanto, os senhores, interesses que são legítimos dessas regiões e desses setores sociais. Ora, os Estados Unidos têm um setor agrícola fortemente subsidiado e protegido por barreiras não-tarifárias. E pergunto aos senhores objetivamente: há possibilidade real, em um horizonte de médio prazo, de o Congresso americano aceitar uma integração, reduzindo esses subsídios e essas barreiras? Os senhores crêm realmente que haverá progresso nas negociações nesse campo ou não? É essa a pergunta.

O SR. DAVID DREIER – (*Pronunciamento em Inglês*)

O SR. JIM MORAN – (*Pronunciamento em Inglês*)

O SR. ANDER CRENSHAW – (*Pronunciamento em Inglês*)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Eduardo Suplicy, combinamos com o Deputado David Dreir que teremos mais cerca de quinze minutos. O primeiro a chegar foi o Senador Roberto Saturnino, então S. Ex^a teria a prioridade.

O SR. EDUARDO SUP LICY – S. Ex^a está inscrito antes.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Mas pode ser que S. Ex^a não queira usar da palavra, e eu a passaria a V. Ex^a, que é sempre muito diligente.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Não, Excelência, quero ouvir o Senador Roberto Saturnino antes.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Então, com a palavra o Senador Roberto Saturnino, que representa aqui o Partido Socialista Brasileiro no Estado do Rio de Janeiro, cidade da qual inclusive já foi Prefeito municipal.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Srs. Presidentes, Lúcio Alcântara e Jefferson Péres, Sr. David Dreir, Srs. Congressistas americanos, a expressão da nossa satisfação em tê-los aqui discutindo um assunto que tem tido tanto interesse e tanta prioridade, especialmente nesta Comissão, mas de um modo geral em toda a Nação brasileira.

Essa questão de integração econômica, talvez há mais de trezentos anos, venha sendo colocada de forma tal que os países cujas economias apresentam um nível de produtividade mais elevada, isto é, os países mais ricos, sempre pregaram o comércio mais livre, e os países que pretendem cobrir o seu retardo, que pretendem atingir os níveis de produtividade que ainda não atingiram, sempre usaram, de uma forma ou de outra, protecionismos ou alavancas protecionistas e alavancas de subsídios, enfim, toda sorte de intervenção nas suas economias.

É claro que isso tem uma razão, não podemos negar que a disparidade de produtividade nas economias condena aquelas mais retardatárias, num processo de integração, à destruição de grande parte do seu parque produtivo. Aqui no Brasil a simples redução das nossas tarifas, ocorrida no início dos anos 90, produziu uma devastação em grandes setores da nossa indústria. Agora, uma eliminação de barreiras, isto é, uma abertura total para com a economia americana provavelmente liquidaria muito do que sobrou depois dessa redução de tarifas.

Então, é evidente que há uma reação por parte do nosso empresariado, por parte das autoridades que têm responsabilidade na área econômica, por

parte da opinião pública. Há uma reação, vamos reconhecer francamente, e essa reação se baseia precisamente nessa disparidade de produtividades que existe ainda e que é muito forte.

A indagação que teríamos que fazer seria no tocante à disposição, por parte da nação norte-americana, de conceder auxílios, não propriamente na... Não quero referir-me a investimentos de natureza privada das empresas, porque esses vêm sempre cercados do objetivo do resultado econômico. Falo de nação para nação ou de bancos nacionais para bancos nacionais.

Na comunidade européia, os países mais ricos estão oferecendo recursos muito baratos aos mais retardados, como Portugal e Grécia – e tive oportunidade de verificar isso –, porque há uma vontade política de integração. A integração só se dá plenamente quando há uma vontade política de as nações se integrarem. Ela não pode ser discutida apenas sob o ponto de vista econômico das vantagens de um e de outro, porque é claro que as vantagens da economia americana seriam sempre maiores do que as da economia brasileira, mormente nos setores de tecnologia mais avançada, que são, justamente, aqueles que puxam todo o processo econômico.

Portanto, só se pode dialogar sobre integração no momento em que se demonstra vontade política da integração. Como é que se demonstra vontade política? Com o oferecimento de recursos, de financiamentos baratos para a redução da diferença de produtividade econômica com o relaxamento de restrições que existem à livre circulação de pessoas, porque isso também é importante. Se o objetivo ganha uma dimensão política, essa dimensão política tem que envolver a liberdade de circulação entre pessoas também.

Ademais, a Constituição, ainda que em forma de embrião, de uma instância política – não quero nem falar de um parlamento americano ou europeu –, deve tratar dos assuntos também sob os aspectos políticos e não restringir-se à questão econômica, especialmente à questão comercial, porque haverá dificuldade. A reação da opinião pública brasileira, do empresariado, dos economistas brasileiros será sempre muito forte.

Menciono estas questões: se há disposição por parte dos representantes da nação americana, de alguma forma, de nação para nação, não de empresa ou de banco privado para banco privado, para oferecer recursos para o preenchimento desse fosso que separa produtividade e se há disposição de relaxar restrições na circulação de pessoas; se há disposição

de se criar instituições políticas de integração que possam terminar na constituição de um parlamento pan-americano. Enfim, indagações dessa natureza.

Sr. Presidente, essa é a oportunidade também para fazer uma outra pergunta muito objetiva: se algum dos Srs. Deputados tem notícia de conversações, de representantes do Governo americano com representantes do Governo argentino, na última negociação de empréstimo do FMI, referentes a uma posição da Argentina mais favorável à integração, puxando os países do Mercosul também para essa posição mais favorável?

Desculpem-me ter me alongado nas minhas considerações, mas creio que eu deveria dizer tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. David Dreier.

O SR. DAVID DREIER – (*Pronunciamento em Inglês*)

O SR. JOHN LINDER – (*Pronunciamento em Inglês*)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Ouviremos o Senador Eduardo Suplicy, mais um deputado americano e encerraremos, mas gostaria de uma manifestação feminina porque as mulheres ainda não falaram.

Pedimos ao Senador Eduardo Suplicy aquela síntese habitual, porque temos pouco tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Srs. Congressistas dos Estados Unidos sejam bem-vindos. É muito significativo para nós termos essa troca de idéias.

O Congresso Nacional, em especial o Senado Federal, tem-se preocupado bastante com o empenho demonstrado pelo Congresso Norte-americano ao estabelecer, com muita rapidez, a Área de Livre Comércio nas Américas. Preocupa-nos o fato de haver enormes disparidades entre as empresas brasileiras e as norte-americanas, tendo em vista que as empresas americanas têm maior economia de escala, progresso tecnológico bem mais avançado e condições de financiamento de taxas de juros excepcionalmente melhores do que as nossas – as taxas, no Brasil, são superiores a 19% ao ano, enquanto que a dos Estados Unidos estão em torno de 3, 4% ao ano.

Ao levarmos em consideração a história da economia norte-americana, durante os seus primeiros anos, os Estados Unidos da América também procuraram procedimentos de proteção em relação à economia, por exemplo, do Reino Unido, que era, então, muito mais avançada, possibilitando aos Estados Uni-

dos terem o seu desenvolvimento progressivamente maior. Isso também aconteceu com a economia japonesa por muitos anos, até que, pouco a pouco, conseguiu-se condições de maior igualdade e progresso em todas essas áreas. Então, a aceleração abrupta da Área de Livre Comércio entre as Américas, sobretudo sob o ponto de vista dos proprietários do capital, causa-nos bastante preocupação.

O nosso entendimento é o de que, primeiramente, deveríamos fortalecer, sim, as áreas de integração com o Mercosul, com os países com uma economia mais homogênea em relação à nossa, para, progressivamente, pensarmos em todas as Américas, contudo, sob o ponto de vista que guarda relação com o que nos falou há pouco o Senador Roberto Saturnino Braga. Queremos ver a integração de nossas economias não apenas sob o ângulo de interesse das empresas e dos proprietários do capital, mas priorizando o ser humano. Uma coisa são os Presidentes George Bush, Bill Clinton e George W. Bush dizerem que gostariam de uma área de livre comércio do Alasca à Patagônia; uma outra seria dizerem que querem uma área de liberdade, de igualdade de direitos, de possibilidade de direitos sociais para todos os seres humanos que teriam a liberdade completa do Alasca à Patagônia.

No século passado, o Governo da França presenteou os Estados Unidos, aliás, presente que tem uma grande simbologia e que é conhecido mundialmente. Refiro-me à Estátua da Liberdade, que está colocada na entrada de Nova Iorque.

Houve um tempo em que as pessoas se dirigiam para os Estados Unidos para trabalharem, estudarem e progredirem. Essas pessoas vinham da Europa, tendo em vista perseguições religiosas, além de outras causas. Isso teve um enorme significado. Mas, desde a queda do Muro de Berlim, um outro muro se ergueu, simbolizando, hoje, grande preocupação. Falo da restrição de liberdade ao ser humano. Aqueles que moram para baixo do Rio Grande não têm a mesma liberdade que anteriormente estava simbolizada na Estátua da Liberdade. Quem sabe possamos pensar, um dia, em termos iguais direitos para todos.

O Sr. (inaudível) nos falou dos subsídios. Nos Estados Unidos da América, houve uma evolução muito significativa no que diz respeito à questão de como se erradicar a pobreza, se concederem direitos aos seres humanos. Há uma enorme evolução nisso desde os anos 30, com o **Aid to Families With Dependent Children** e com o **Foods Stamps Program**. Houve uma enorme discussão nos anos 60 sobre a garantia de uma renda a todos, mas se estabeleceu uma sistemática que tenho estudado do **Anti Income**

Tax Credit, que hoje atende a mais de 20 milhões de famílias nos Estados Unidos e significa uma complementação de renda aos trabalhadores que, em trabalhando, não alcançam determinado patamar.

Há hoje uma enorme discussão como, por exemplo, no livro que acaba de ser lançado nos Estados Unidos, **What's Wrong With the Free Lunch?**, a respeito da concessão, como um direito à cidadania, de uma renda básica a todas as pessoas. Um dos estados norte-americanos já instituiu aquilo que foi formulado há 206 anos por um dos maiores ideólogos da revolução americana e francesa, Thomas Paine, em justiça agrária, quando propôs que todas as pessoas tivessem não apenas o direito a um capital básico, mas a uma renda básica. Essa proposição no sentido do capital básico acaba de ser anunciada para os que nascem no Reino Unido a partir de 2003 pelo Primeiro-Ministro Tony Blair.

Uma discussão sobre a integração econômica das três Américas ganhará muito maior sentido no dia em que estivermos falando de direitos iguais para os trabalhadores, para todos os seres humanos, de estarem participando da riqueza das três Américas, do Alasca à Patagônia, e não apenas de haver o direito para aqueles que são os empresários ou proprietários do capital.

Agradeço a possibilidade de falar com essa franqueza e amizade aos senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Sr. David Dreier.

O SR. DAVID DREIER – (*Pronunciamento em Inglês*)

A SRª GRACE NAPOLITANO – (*Pronunciamento em Inglês*)

O SR. DAVID DREIER – (*Pronunciamento em Inglês*)

O SR. ANDER CRENSHAW – (*Pronunciamento em Inglês*)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto para responder.

O SR. PAULO SOUTO – Essa é uma queixa que se faz e reconheço que ainda existem problemas com relação às alfândegas. Nos últimos 12 meses, no entanto, foram tomadas algumas providências que têm facilitado bastante. Programas específicos da Receita Federal vêm auxiliando muito a questão do desembaraço alfandegário.

De qualquer sorte, estou convencido de que existem razões para algumas dessas queixas. No entanto, essa é uma preocupação muito constante do Governo brasileiro e da Secretaria da Receita Federal,

que vêm utilizando – tenho conhecimento desse fato – dois ou três tipos de programas diferentes para melhorar essa questão. Por exemplo, temos consciência de que, quanto aos produtos importados de alta tecnologia, a demora na alfândega, muitas vezes, requer um custo financeiro insuportável, inclusive para as empresas brasileiras que realizam essas importações.

Desse modo, há certa razão nessa queixa, mas é um problema de que o Brasil tem consciência. Creio que estamos agora em plena evolução para resolver essas questões.

O SR. DAVID DREIER – (*Pronunciamento em Inglês*)

A SRª LUCILLE RAYBAL-ALLARD – (*Pronunciamento em Inglês*)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Senador Geraldo Melo chegou antes de anunciarmos que, após essas intervenções, encerraríamos a reunião. Entretanto, V. Exª poderá usar da palavra agora e acrescentar algo que entender necessário.

O SR. GERALDO MELO – Muito obrigado. Compreendo que não temos muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Mas para ouvir V. Exª sempre há tempo. Desse modo, V. Exª poderá usar da palavra. O Senador Geraldo Melo representa o Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil, e integra o PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Farei apenas um breve registro com relação ao comentário final, que acabou de ser feito. De certa maneira, participo das mesmas preocupações expressas, porque, na realidade, em qualquer negociação de acordo dessa natureza, há sempre segmentos da população que não se sentirão beneficiados e serão impactados negativamente pelo tipo de negociação que se faz. Isso, na verdade, é parte da própria natureza das decisões que venham a ser tomadas. Em qualquer campo, sempre haverá perdedores como resultado de entendimentos, sobretudo quando a questão envolve assuntos de semelhante complexidade como é esse acordo que está sendo feito.

Apenas saúdo o esforço que está sendo realizado hoje com a presença dos nossos colegas norte-americanos, significando um testemunho de que eles também reconhecem que temos a responsabilidade de discutir questões profundamente graves para os dois países. Naturalmente, eles compreendem que o nosso dever é colocar o interesse do Brasil acima de

tudo, assegurando que, se viermos a realizar esse acordo um dia, as condições do nosso País sejam melhores do que são hoje para cuidar do seu desenvolvimento e que o nosso esforço ocorra no sentido de que os segmentos da população que se sintam desatendidos sejam reduzidos ao mínimo possível. Espero que isso possa ser obtido pelo esforço de ambas as partes.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, do Estado de São Paulo, pertencente ao Partido da Frente Liberal.

O SR. ROMEU TUMA – Acredito que tudo o que foi exposto aqui pouco terá a ser acrescido, uma vez que se trata de tema que poderia ser debatido durante vários dias e V. Exª, com a perspicácia da direção dos trabalhos, soube dar oportunidade à exposição de todos os membros das comissões que realizam essa importante reunião.

Ouvi parte da idéia do Senador Paulo Souto sobre as dificuldades alfandegárias. O que ocorre é profundamente lamentável. A própria falta de estrutura e de uma maior confiabilidade entre importador e a Receita Federal realmente provoca um grande atraso, demorando, às vezes, uma mercadoria, para ser liberada, três, quatro, cinco ou seis meses em virtude de confusão de documentos, e nesse aspecto o Senador Paulo Souto tem muita razão. A dinâmica reforma portuária, quando houver um acordo internacional desses, a troca de tarifas únicas terá que realmente ser modificada. Temos de ter uma boa infra-estrutura em todos os segmentos para celebrarmos acordos internacionais dessa envergadura, como este que estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Aproveitando essa pergunta do Sr. David Dreier, quero tecer algumas considerações. A economia brasileira foi, durante muitos anos, fechada. Quer dizer, as nossas importações eram pequenas, reduzidas e bastante controladas. A partir do Governo Collor, isso começou a mudar. Não tínhamos a cultura de lidar bem com essa questão de importações. Então, tivemos alguns problemas. Produtos entraram aqui com preços muito abaixo do mercado internacional, subfaturados. Não havia uma burocracia que pudesse lidar com isso com agilidade. Então, tivemos problemas muito graves no setor da indústria de brinquedos, têxtil. São os dois exemplos de que me recordo. Tivemos também problemas com importação de automóveis, inclusive usados, e relacionados com preços para incidência dos impostos federais, o que levou o nosso Governo a tomar algumas medidas que podem estar contribuindo para essa

queixa no retardamento da liberação dessas mercadorias. Mas foi algo que tivemos que fazer um pouco em defesa também da nossa economia interna, do nosso parque industrial.

Ao lado disso, estamos empreendendo um grande esforço na modernização dos nossos portos, alguns dos quais outrora estatais, controlados por empresas do Estado e hoje estão sendo privatizados e entregues à exploração de empresas privadas, conseqüentemente, melhorando o desempenho desses portos, embarque, desembarque e armazenamento desses produtos. Enfim, o problema realmente existe, mas estamos caminhando no sentido de tornar isso menos importante nessa troca de mercadorias.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de acrescentar algumas observações àquilo a que V. Ex^a está fazendo alusão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Hoje fiquei no Senado por razões óbvias, mas era meu desejo estar em São Paulo, onde o Ministro dos Transportes e o Governador do Estado estão assinando um protocolo de intenções de regionalização do Porto de Santos, o maior porto do País em movimentação econômica, onde tem havido essas privatizações às quais V. Ex^a se refere. Mas se busca a regionalização visando a um dinamismo maior. Isso vem ao encontro da exposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Senador Eduardo Suplicy me encaminhou, por escrito, uma comunicação dizendo que a pergunta sobre a pirataria dos CDs não foi respondida. S. Ex^a diz que as gravadoras brasileiras e internacionais têm manifestado muita preocupação com a propriedade intelectual e o direito autoral junto a Governos Estaduais e, inclusive, junto ao Congresso brasileiro. Já temos a lei do direito autoral ou da propriedade intelectual, o que, do ponto de vista legal, está bem definido. Agora tem de haver uma ação repressiva, policial, o que tem acontecido em muitos casos.

Concedo a palavra ao Sr. David Dreier, que dirigirá a sua saudação.

O SR. DAVID DREIER – *(Pronunciamento em Inglês)*

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Em nome do Senador Jefferson Péres e em meu próprio nome, queremos agradecer a visita dos Deputados americanos e passar às mãos de cada um, a Jim Mo-

ran e a David Dreier, o livro sobre a história do Senado do Brasil, dizendo que esse foi um diálogo que consideramos muito importante, porque colocamos com clareza e muita sinceridade nossas opiniões e reafirmamos o nosso esforço de procurarmos, conjuntamente, chegar à constituição dessa área de livre comércio, consultando, realmente, o interesse de todos os países.

Como disse o Senador Roberto Saturnino na sua intervenção, isso tem uma dimensão muito maior do ponto de vista da relação entre Governos, da relação cultural. Enfim, que esses laços políticos se estreitem sob todos os aspectos, ainda que o comércio seja um grande agente para promover todas essas aproximações.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h39min)

Ata da vigésima Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quatro de setembro do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia quatro de setembro do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: Iris Rezende, Pedro Piva, Bello Parga, João Alberto Souza, José Coelho, Emília Fernandes, Roberto Saturnino, Roberto Requião, Hugo Napoleão, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Jorge Bonhausen, José Alencar, Nabor Junior, Pedro Simon e Bernardo Cabral. O Senhor Senador Gilberto Mestrinho se encontra afastado por licença médica e o Senhor Senador Ricardo Santos também tem sua ausência justificada. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação das matérias constantes da pauta. Item 01 – Mensagem nº 163 de 2001 que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer os cargos de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus, República do Casaquistão e

República da Geórgia". Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador José Alencar, designado relator ad hoc da referida mensagem, que faz a leitura do relatório. Sendo a função cumulativa, não haverá arguição do Senhor Embaixador, e o seu nome será votado após o item 02. Passa-se à apreciação do Item nº 02: Mensagem nº 192 de 2001 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Carlos Alberto Ferreira Guimarães, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria". Sua Excelência passa a palavra ao Senador Pedro Simon, relator ad hoc da referida mensagem. Após a leitura do relatório, faz uso da palavra o Senhor Carlos Alberto Ferreira Guimarães para a exposição de motivos. Na sequência, a sessão passa a ser secreta. Após reaberta a reunião ao público, o Senhor Presidente informa que os dois nomes indicados para missões diplomáticas permanentes foram aprovados por unanimidade. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 430/1999 – "que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias e dá outras providências." cujo autor é o Senador Geraldo Cândido. O Senador Roberto Saturnino, relator da matéria, pediu a retirada de pauta da mesma. O Senhor Presidente informa uma inversão de pauta: Item nº 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 58 de 2001 que "revoga sustação da tramitação congressional dos Acordos Bilaterais firmados com o Canadá". Autor: Deputado Aloísio Mercadante. Relator: Senador Roberto Saturnino, cujo parecer é favorável. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Item nº 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 15 de 2001 "que proíbe o emprego, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização, a importação, a exportação, a aquisição, a estocagem, a retenção ou a transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoais". Autor: Deputado Eduardo Jorge. Relator ad hoc: Senador Tião Viana, que faz a leitura do parecer favorável. Resultado: aprovado. Item nº 07 – Requerimento nº 546 de 2000 "requer que, através do Plenário seja transmitida aos Chefes de Estado de Israel e da Autoridade Nacional Palestina e ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas manifestação de apoio do Senado Federal Brasileiro às iniciativas que objetivam Acordo de Paz para a questão judaico-palestina no Oriente Médio, assim como solicita o encaminhamento desta proposição ao Poder Executivo para conhecimento". Autor: Senador Pedro Simon. O Senhor Senador Eduardo Suplicy, designa-

do relator ad hoc, faz a leitura do parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 38 de 2000, que "revoga o art. 15 do Decreto-Lei nº 1455, de 07 de abril de 1976 (dispõe sobre a bagagem de passageiro procedente do exterior), a alínea "a" do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2120, de 14 de maio de 1984 (dispõe sobre o tratamento tributário relativo a bagagem), e alínea "e" do inciso II do art. 2º da Lei nº 8032, de 12 de abril de 1990 (dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação). Autor: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: contrário. Colocado em discussão, faz uso da palavra o Senhor Senador Pedro Simon. Em virtude dessa intervenção, o relator da matéria, Senador Bernardo Cabral, pede o adiamento da votação da mesma. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

Notas taquigráficas da reunião do dia 04/09/01.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Pergunto aos Srs. Senadores presentes se concordam com a dispensa da leitura da Ata. (*Pausa*)

A leitura da Ata está dispensada.

Item 1:

Mensagem nº 163/2001, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador na Rússia, exercer os cargos de Embaixador junto à República da Belarus (antiga Bielorrússia), à República do Cazaquistão e à República da Geórgia.

Solicito ao Senador José Alencar que, como Relator *ad hoc*, leia o parecer do Senador Geraldo Melo, que está ausente.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com base no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da República, na forma da Mensagem nº 163/2001 (Mensagem nº 722, de 5 de julho de 2001, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente

do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer os cargos de Embaixador do Brasil junto à República da Belarus, à República do Cazaquistão e à República da Geórgia.

Está acompanhado da mensagem presidencial em epígrafe o **curriculum vitae** do Sr. José Viegas Filho, nascido em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 14 de outubro de 1942. É filho de José Viegas e Dirce Bastos Viegas.

Após a conclusão do curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco, foi subsequentemente promovido: a Terceiro Secretário em 15 de fevereiro de 1966; a Segundo Secretário, por merecimento, em 1º de janeiro de 1969; a Primeiro Secretário, ainda por merecimento, em 1º de setembro de 1975; a Conselheiro, por merecimento, em 21 de junho de 1979; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de dezembro de 1982 e a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 25 de junho de 1992.

Entre os cargos e missões que desempenhou, destacam-se: Assistente do Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos de 1966 a 1967; Assistente do Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos em 1969; Assessor do Chefe do Departamento Econômico de 1978 a 1979; Assessor do Ministro de Estado de 1979 a 1984; Secretário substituto da Secretaria de Assuntos Políticos e Econômicos da Área Internacional Bilateral de 1981 a 1984; membro da Equipe de Planejamento Político do Itamaraty de 1979 a 1984; Chefe da Equipe de Planejamento Político do Itamaraty de 1991 a 1994; Chefe do Departamento de Organismos Internacionais de 1991 a 1993 e Secretário-Geral do Planejamento Político e Econômico de 1993 a 1994. Em Nova Iorque, foi Cônsul-Adjunto de 1969 a 1973; em Santiago, Segundo Secretário, de 1973 a 1975; em Santiago, Primeiro Secretário de 1975 a 1978; em Roma, Encarregado de Negócios de 1984 a 1985; em Paris, Ministro-Conselheiro de 1985 a 1986; ainda em Paris, Encarregado de Negócios de 1985 a 1986; em Havana, Ministro-Conselheiro de 1986 a 1991; ainda em Havana, Encarregado de Negócios de 1987 a 1990; em Copenhague, Embaixador de 1995 a 1998; em Lima, Embaixador em 1988; membro do Comitê de Produtos de Base da Untad, em Genebra, em 1967 e 1969; Delegado da 5ª Seção da Junta de Comércio e Desenvolvimento da Untad, em Genebra, em 1967; Delegado, na Segunda Conferência da Untad, Nova Deli, em 1968.

O Sr. José Viegas Filho possui, entre outras, as seguintes condecorações: Comendador da Ordem Nacional do Mérito da França e da Ordem da Palma do Suriname, Oficial da Ordem do Mérito do Chile, Medalha Santos Dumont, Medalha de Mérito Aero-náutico e Mérito das Forças Armadas e Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

São essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente relatório.

Este relatório foi assinado pelo eminente Senador Geraldo Melo.

Há outras informações e o próprio **curriculum vitae** de S. Exª o Dr. José Viegas Filho, distribuídos a todos os Srs. Senadores.

Era o que competia, salvo melhor juízo, à minha incumbência de leitura do relatório, que recomenda o nome do Sr. José Viegas Filho para a missão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Muito obrigado, Senador José Alencar.

Sendo a função cumulativa, não haverá arguição do Sr. Embaixador, e o seu nome será votado depois do item 2.

Item 2:

Mensagem nº 192, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

O Relator é o Senador Geraldo Cândido.

Peço ao Senador Pedro Simon, Relator *ad hoc*, para fazer a leitura resumida do relatório na ausência do Relator.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, o Senador Geraldo Cândido apresenta o seu parecer, em que faz a análise do **curriculum vitae**. O Diplomata iniciou a sua carreira como Terceiro Secretário em 1970, chegando a Ministro de Primeira Classe em 1999. Quando em exercício no Brasil, ocupou vários importantes dos setores administrativos do Itamaraty.

Removido para a prestação de serviços no exterior, o indicado presidencial esteve em San Jose, Roma, Moscou, Acra, San Salvador, Vaticano e Paramaribo. O último posto foi como Ministro-Conselheiro.

Quando em exercício em nosso País, o Diplomata em questão tratou de assuntos variados, envolvendo relações entre Brasil, a Argentina e Estados Unidos em questões de comércio e propriedade industrial.

O indicado presidencial é portador da Ordem do Mérito no grau de Cavaleiro, concedida pela Itália.

Seguem as várias explicações favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Por força do Regimento Interno, solicito aos senhores e senhoras do público que evacuem a sala e à Secretaria que introduza o Embaixador no recinto. *(Pausa.)*

Sinta-se à vontade para fazer a sua exposição.

O SR. CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Jefferson Péres, Exmº Sr. Senador João Alberto, Vice-Presidente da Comissão, Exmº Sr. Senador Pedro Simon, Exmº Srs. Senadores, senhoras e senhoras, desejo, antes de tudo, agradecer ao Senador Geraldo Cândido pela apresentação do relatório, ao Senador Pedro Simon e também exprimir a honra e o reconhecimento que sinto ao comparecer diante desta Comissão do Senado Federal. Este é um órgão de importância fundamental para a execução da política externa brasileira, tem um significado particularmente relevante para a vida política do País, sobretudo em momentos como o que vivemos hoje.

Caso venha a merecer a aprovação de V. Exª, deixarei o Suriname, país cujos esforços para se inserir e se integrar na América Latina têm sido notáveis, para me transferir para a Nigéria. Pretendo fazê-lo com grande entusiasmo e confiança, não só pelo desafio profissional da missão em si, mas com a esperança de poder contribuir para o fortalecimento das relações entre os dois países.

No mês de agosto passado, comemoramos o transcurso de quarenta anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Nigéria. Como V. Exª se recordam, estivemos entre os primeiros a reconhecer a independência daquele país africano. Nossos laços são muito mais antigos, pois remontam ao período colonial. Esse cenário, contudo, se alterou radicalmente com a independência do Brasil, e os contatos entre a África e o Brasil, na prática, quase deixar de existir entre as décadas finais da monarquia brasileira e o final da primeira metade do século XX.

Hoje, pode-se afirmar que o relacionamento dos dois países tem densidade política e diplomática, porque ele se baseia não só em afinidades sociais, culturais e históricas, mas também porque existe uma coincidência de pontos de vista em muitos temas bilaterais, regionais e na área multilateral.

Similarmente ao papel desempenhado pelo Brasil nas Américas, a Nigéria é uma nação líder no continente africano. Ambos os países são atores di-

plomáticos consideráveis e têm presença marcante nas Nações Unidas e em outros foros internacionais.

Do ponto de vista interno, muitos dos problemas que o Brasil e a Nigéria enfrentam são semelhantes. A sociedade da Nigéria é particularmente complexa, já que os seus, no mínimo, 111 milhões de habitantes se dividem em pelo menos 250 etnias e três grandes religiões. A história do país é marcada por conflitos étnicos, cujo episódio mais dramático se refletiu na Guerra de Biafra, que vitimou mais de um milhão de pessoas.

Apesar dos esforços que vêm sendo desenvolvidos pelo atual governo, ainda persiste um certo clima de tensão social, decorrente não só das diferenças tribais e religiosas, mas também de causas atuais, porque as relações sociopolíticas e econômicas internas ainda não encontraram o seu ponto de equilíbrio.

Desde sua independência em 1960, a Nigéria aspirou exercer a liderança política e econômica do continente africano, e esse objetivo, em alguma medida, foi alcançado. A Nigéria teve um papel preponderante no processo de descolonização da África e foi instrumental na busca da coesão entre os países africanos então recém independentes.

A Nigéria dispunha para tanto de uma elite cultivada e de forças armadas bem treinadas. Após a independência, ela pôde estabelecer uma diplomacia atuante que serviu na criação da organização da unidade africana e da comunidade econômica dos estados da África Ocidental e também no envio de tropas para vários focos de conflito na região.

Além disso, a Nigéria também contava com as benesses trazidas pelo boom petrolífero a partir de 1958, quando o petróleo começou a ser produzido naquele país. Entretanto, esse período de bonança teve curta duração, pois na década de setenta foi interrompido pela instabilidade dos preços internacionais dos produtos. Esse fator, além da situação interna instável, não permitiu que se concretizassem no grau esperado, as perspectivas de liderança continental de progresso e de desenvolvimento que se abriam ao se romperem os laços de dependência da Nigéria com o Reino Unido.

De fato, em 1966, deu-se o primeiro golpe de Estado e instalou-se o primeiro de uma série de governos militares que dirigiram o país durante vinte e oito dos seus quarenta e um anos de existência como país soberano. O atual Presidente, Olusegun Obasanjo, é um antigo militar que foi eleito para o cargo em 1999, assumiu em maio daquele ano e já havia ocupado o cargo de primeiro mandatário de 1976 a 1979.

Creio que é importante ressaltar que o presidente Obasanjo vem se tornando respeitado internacionalmente por sua conduta habilidosa, moderada e democrática e, alguns organismos internacionais, reconheceram o avanço obtido pelo país na questão de direitos humanos, nos dois últimos anos, principalmente, quanto a liberdades civil e de expressão.

Quanto à economia, permito-me lembrar que a Nigéria é o sexto maior produtor mundial de petróleo, mas justamente uma das dificuldades que enfrenta se situa no estado da indústria petrolífera. Além dessa atividade, há poucas indústrias, a agricultura tem agredido setores econômicos de um modo geral, dispõe de uma infra-estrutura deficiente e os investimentos são reduzidos.

O Brasil mantém hoje um relacionamento com a Nigéria que é marcado pela fluidez e pela cordialidade, como demonstram as visitas do General Obasanjo ao Brasil em abril de 1999, ainda na condição de Presidente eleito, e do Vice-Presidente nigeriano, o General Abubacka por ocasião da Quarta Sessão da Comissão Mista Brasil/Nigéria, que se realizou em novembro do ano passado.

As perspectivas de fortalecimento das relações bilaterais são muito boas. É claro que as dificuldades nigerianas são significativas, mas no continente africano é com a Nigéria que temos o maior nível de intercâmbio comercial, cerca de US\$1 bilhão, desde 1998. O Brasil é o quinto maior parceiro comercial da Nigéria. O principal produto desse intercâmbio são as nossas importações de petróleo e nafta, que representam um quarto do total. Por sua vez, a Nigéria importa do Brasil principalmente açúcar, veículos e papel.

Ainda nesse contexto, eu me permito ressaltar a importância da presença da Petrobras na Nigéria, onde a empresa brasileira já assegurou participação em algumas áreas de exploração petrolífera e inaugurou, em outubro do ano passado, um escritório de representação na capital. Trata-se, creio, de uma iniciativa promissora, já que coincide com a proposta de revitalização do setor de exportações, anunciada há dias pelo Senhor Presidente da República, o que, portanto, poderá estimular a ida de outras empresas prestadoras de serviços brasileiras para aquele País africano.

Sr. Presidente, são alguns dos pontos que considero de maior relevo apresentar inicialmente a V. Ex^{as}. Evidentemente, há uma gama de assuntos importantes que deixei de mencionar. Desejo agradecer a atenção de V. Ex^{as}, e coloco-me à disposição de to-

dos para os esclarecimentos adicionais que puder prestar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Peço aos presentes que deixem a sala, por favor. *(Pausa.)*

São 12 votos favoráveis para o Embaixador Carlos Alberto Ferreira Guimarães.

Nenhuma abstenção.

Nenhum voto contra.

Aprovado o nome do Embaixador. *(Pausa.)*

São 12 votos favoráveis.

Nenhuma abstenção.

Nenhum voto contrário.

Está aprovado o nome do Embaixador José Viagas Filho. *(Pausa.)*

Vamos dar prosseguimento à reunião, com a votação da pauta.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Ex^a tem dois.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Pois é. Mas gostaria de levantar duas questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Uma delas diz respeito ao próximo projeto, do qual sou Relator: é o Projeto do Senador Geraldo Cândido...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Ex^a é Relator do item 3 e do item 6, não é?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Exato. Estou-me referindo ainda ao item 3: é um projeto do Senador Geraldo Cândido que determina a imposição de tetos tarifários para importações de agropecuária.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Ex^a vai relatar?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não. Apresentei o relatório e o voto favorável, porém fui informado há pouco de um aspecto que não havia considerado e preciso confirmar: é que, em relação às variações tarifárias feitas pelo Brasil, ainda que o projeto do Senador Geraldo Cândido excetue as importações dos países do Mercosul e só imponha o teto para outros países, fui informado de que o Brasil teria que informar e obter a concordância para esse fim dos demais países do Mercosul. Preciso confirmar isso. Fico inseguro de dar esse parecer favorável sem ter essa confirmação. Nessas condições, eu pediria que ficasse para a próxima semana, até que eu possa confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois não, Senador. V. Ex^a relataria o item 6?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Eu relato. Agora, eu também queria levantar uma outra questão de ordem, que não diz respeito à pauta, mas que é o seguinte. Eu apresentei um projeto dispondo sobre a imposição de um plebiscito sobre as negociações da Alca, que se deveria processar junto com as eleições gerais do ano que vem. Este projeto, que considero de grande interesse para essa Comissão, foi despachado pela Mesa para a Comissão do Mercosul, que é uma comissão mista.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Uma comissão do Congresso?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sim, uma comissão do Congresso, a Comissão do Mercosul.

O tema da Alca transcende o Mercosul; é um projeto de livre comércio das Américas como um todo. Seria mais próprio que fosse apreciado por esta Comissão do que pela Comissão do Mercosul, que é do Congresso. Agora, eu estou colocando essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Já foi remetido para a Comissão?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Já.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Roberto Saturnino, a Presidência da Comissão entrará em entendimentos com a Presidência da Casa para ver se há condições de rever o despacho e pedir de volta o projeto para encaminhá-lo a esta Comissão. V. Ex^a tem razão; a Alca é muito mais do que o Mercosul. Aquele não é o foro apropriado.

O SR. PEDRO SIMON – Não é bem mais, é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – É bem mais amplo geograficamente, não há dúvida. Não estou dizendo que é mais importante.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, creio que, tanto para discutir a importância da Alca como do Mercosul, seria próprio que esta Comissão fosse aquela que examinasse o projeto do Senador Roberto Saturnino, que acredito deva ser examinado com rapidez por nós. Inclusive, ele se relaciona ao simpósio que estamos por organizar em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Eu me entenderei rapidamente com a Presidência do Senado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Está muito bem.

O SR. PEDRO SIMON – Eu acho, Sr. Presidente, que essa matéria vai ter o mesmo resultado se for

decidida por nós ou pela Comissão do Mercosul. Então, fica parecendo parcialidade (*trecho inaudível*).

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Eu concordo.

Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a está em condições de relatar o item 6?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Item 6. O Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2001, revoga a sustação da tramitação congressional dos acordos bilaterais firmados com o Canadá. O projeto é oriundo da Câmara. O autor é o Deputado Aloizio Mercadante, e o Relator é o Senador Roberto Saturnino, cujo parecer é favorável.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a matéria sob exame vem, na verdade, revogar o Decreto Legislativo nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, promulgado em 7 de fevereiro de 2001, que sustou a tramitação congressional dos acordos bilaterais firmados entre o Brasil e o Canadá.

A iniciativa configurou uma reação, como todos se lembram, por parte do Poder Legislativo brasileiro, à decisão do governo canadense de impedir a entrada de carne brasileira em seu mercado sob a alegação de que haveria, no rebanho brasileiro, a conhecida doença da vaca louca.

No que diz respeito ao seu objetivo, parece-nos extremamente oportuno este Projeto de Decreto Legislativo nº 58, que estamos examinando, visto que as relações entre o Canadá e o Brasil precisam voltar à sua normalidade, já que estas sempre se pautaram pelo bom entendimento e pelo respeito mútuo. Por outro lado, cabe registrar as dúvidas e ressalvas apresentadas por dois Deputados quando da inclusão, na pauta da Câmara dos Deputados, do Projeto de Decreto da Câmara nº 201-b, de 1995, que aprova um acordo de cooperação penal celebrado entre o Brasil e o Canadá. Naquela ocasião, dúvidas foram levantadas quanto à adequação da tramitação do PDC nº 849, de 2001, que, segundo o Deputado Arnaldo Madeira, deveria ter sido submetido ao Congresso Nacional, que aprovara o Decreto Legislativo nº 1, de 2001.

Entretanto, no nosso entender, foi o Decreto Legislativo nº 1, de 2001, que padeceu de vício em sua tramitação, já que deveria ter sido submetido ao exame de cada uma das Casas separadamente, à luz do art. 65 da Constituição Federal.

Entende-se até, Sr. Presidente, a forma adotada para a aprovação daquele Legislativo pela urgência com que a matéria se apresentava, porque colocava-se o contencioso Brasil e Canadá a respeito daquela questão da vaca louca. O Congresso sentiu necessidade de uma reação de caráter urgente, por isso aquela tramitação que a rigor não deveria ter sido feita da forma que foi, mas ter sido aprovada por cada Casa separadamente.

Está assim correto o rito seguido pelo projeto, agora, este em exame, que revoga aquele Decreto Legislativo nº 1.

Finalmente, caberia indicar a necessidade de adequação redacional do projeto interno, uma vez que ele vem revogar não a sustação da tramitação congressual dos acordos bilaterais firmados com o Canadá, determinada pelo Decreto Legislativo nº 1, mas sim o próprio Decreto Legislativo nº 1, de 2001.

Em vista de todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2001, Projeto de Decreto da Câmara nº 849, na origem, que revoga a sustação da tramitação congressual dos acordos bilaterais firmados com o Canadá, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se ao art. 1º do PDC nº 58, de 2001, a seguinte redação: Fica revogado o Decreto Legislativo nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Relator concluiu favoravelmente à matéria.

Em discussão, a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 5:

Projeto de Lei da Câmara nº 15, que proíbe o emprego, desenvolvimento, fabricação, comercialização, importação, exportação, aquisição, estocagem, retenção ou transferência direta ou indiretamente de minas terrestres antipessoais. O autor é o Deputado Eduardo Jorge e Relator, Senador João Alberto Souza. O parecer é favorável. Peço ao Senador Tião Viana que assuma como Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, é um projeto de lei da

Câmara dos Deputados de 2001, do ilustre Deputado Eduardo Jorge, hoje Secretário Municipal de Saúde do Estado de São Paulo, que proíbe o emprego, desenvolvimento, fabricação, comercialização, importação, exportação, aquisição, estocagem e mesmo a retenção ou transferência direta ou indireta de minas terrestres antipessoais.

Penso que é uma matéria que tem o seu mérito já expresso na sua ementa, e não tenho dúvida de que os Senadores aprovarão por unanimidade este projeto, já que ele se opõe a uma das situações mais agressivas, injustas e perversas que a humanidade teve conhecimento, que foi a evolução dessas minas em campo de guerra, especialmente na África e em alguns outros países do sudeste asiático, onde as mutilações foram sucessivas e atingiram milhares de pessoas.

Entendo que, além de um gesto legislativo, é um gesto humanitário e impõe um comportamento ético da sociedade internacional, proibindo esse tipo de prática, com efeito retardado, em uma guerra como se fez dentro do continente africano e do próprio continente asiático.

Portanto, meu parecer é de inteira aprovação e com absoluta identidade com o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concluiu a leitura, Senador?

O SR. TIÃO VIANA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Relator apresentou parecer favorável.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 7:

Requerimento nº 546, que requer que, por intermédio do Plenário, seja transmitida aos chefes de Estado de Israel e da autoridade nacional palestina e ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas manifestação de apoio do Senado Federal brasileiro às iniciativas que objetivem acordo de paz para a questão judaico-palestina no Oriente Médio, assim como solicita o encaminhamento desta proposição ao Poder Executivo para conhecimento. Autor

Senador Pedro Simon, relator, Senador Fernando Matusalém.

O parecer é favorável, e designo como relator *ad hoc* o Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sr. Presidente, com muita honra...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Se V. Ex^a tem alguma objeção à leitura, posso designar outro Senador.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Absolutamente, Sr. Presidente.

Apenas pediria à Secretaria da Mesa ou a V. Ex^a, já que apresentei requerimento semelhante a este, que, se possível, colocasse os dois requerimentos para tramitação conjunta.

Então, solicitaria a V. Ex^a, Senador Matusalém, que relatasse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Chega-me às mãos o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – O Senador Pedro Simon vai observar que mais uma vez empate, em comumhão com S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O requerimento do Senador Eduardo Suplicy já foi aprovado anteriormente?

Como não presidi as duas últimas reuniões, pode ter sido aprovado.

O requerimento de V. Ex^a é do mesmo teor que o do Senador Pedro Simon, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – É de teor muito semelhante ao do Senador Pedro Simon, quase as mesmas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Então, vamos votar o requerimento de V. Ex^a, e o requerimento do Senador Pedro Simon está prejudicado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – O requerimento do Senador Pedro Simon é oportuno pela nobreza do ideal que encerra, com efeito é digna encômios toda iniciativa que represente a busca do encontro tão anelado, o caminho de paz mundial. E por razão merece aplauso a atitude tenaz e corajosa dos líderes, com os quais esta Casa, se aprovado o presente documento, se congratulará.

Acredito que é da maior importância que possamos transmitir a todos que estão hoje no Oriente, seja do lado palestino, seja do lado de Israel, a importância de realizarem esforços de paz, até mesmo porque

a comunidade de descendentes judeus, como de descendentes árabes e palestinos, no Brasil tem esse anseio muito forte, daí porque, toda a vez que há problemas que dificultam a realização da paz no Oriente Médio, isso causa enorme preocupação para nós, brasileiros.

Assim, Sr. Presidente, sou inteiramente favorável à proposição do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O seu requerimento, Senador Eduardo Suplicy, deve ser o de número 476, que requer seja feito apelo ao Governo brasileiro para que promova ações no sentido de canalizar esforços, visando lograr a abertura de um canal de negociações que possa resultar na paz entre os povos árabe e judeu.

Era esse o requerimento, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sim, apresenta um sentido semelhante.

O SR. PEDRO SIMON – O meu está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Não foi aprovado. Está com o relator, o Senador Íris Resende.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Ainda está com o Relator.

O SR. BELLO PARGA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Por isso sugeri.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Este é o do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente, porque tem um sentido objetivo semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sejam práticos. Sugiro um requerimento conjunto assinado pelos Senadores Eduardo Suplicy e V. Ex^a, Senador Pedro Simon. V. Ex^a é o autor do outro? Então, vamos aprovar os dois requerimentos, porque é como se fosse um requerimento assinado a quatro mãos pelos Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy. É isso?

O SR. BELLO PARGA – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois não.

O SR. BELLO PARGA – Na realidade, são semelhantes, mas não são iguais. O requerimento do Senador Eduardo Suplicy requer que a Comissão ins- te o Poder Executivo, o Governo Federal, a tomar medidas que canalizem isso. A outra, diretamente do Se-

nado aos lados da questão, dando conhecimento ao Poder Executivo. São diferentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É, um pouco diferentes. O objetivo é semelhante, mas poder-se-iam aprovar tanto um quanto o outro, Sr. Presidente, porque somam-se esforços.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Mas acredito que um não exclui o outro. Poderíamos aprovar os dois, no sentido de dar conhecimento aos Governos da Autoridade Palestina e Israel, e, ao mesmo tempo, instar o Governo brasileiro a promover ações de paz.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Acredito que se completam.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em votação, os dois requerimentos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O outro já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – É verdade. Trata-se de uma questão de elegância para com o Relator, Senador Iris Rezende. O Relator do outro está ausente. Realmente, aprovar na ausência do Relator seria inusitado. Então, votaremos este, e o outro fica prejudicado, ou, então, votamos o outro na próxima reunião.

Em discussão, o requerimento do Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Haveria o item 4, mas parece-me que o Relator, Senador Bernardo Cabral, faz questão de estar presente. Então, o adiaremos.

Farei apenas uma comunicação, Sr^{as} e Srs. Senadores. Peço um minuto da sua atenção.

Recebi o documento de autoria do Deputado Gilberto Kassab, Presidente da Comissão do Sívam, no seguinte termo:

“Comunico a V. Ex^a que hoje, dia 22, em obediência ao ato da Presidência da Câmara e na forma regimental, foi instalada esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Consoante requerimento verbal aprovado, tendo em vista dar início ao procedimento de investigação, requisito a V. Ex^a todos os documentos constantes do acervo formado pela Supercomissão constituída pelas Comissões de Relações Exteriores, Assuntos Econômicos e Fiscalização, que investigou o Projeto Sívam, sob a Presidência do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, que se encontram sob a custódia desse órgão técnico.”

Ou seja, a CPI instalada na Câmara nos pede a remessa desses documentos, e não vejo nenhum inconveniente em remetê-los.

O Senador Gilberto Mestrinho comunicou-me, por ofício assinado por seu chefe de gabinete, que estará ausente até o dia 27 do corrente para tratamento médico. Conversei com S. Ex^a há cerca de dez dias, e S. Ex^a disse-me que estava bem.

O Senador Ricardo Santos também oficia, comunicando que, no período de 3 a 10 deste mês, estará ausente, participando da 46^a Conferência Bureau Internacional de Educação, da Unesco, a se realizar em Genebra, na Suíça.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Tião Viana e peço aos Srs. Senadores que permaneçam, porque o Senador Bernardo Cabral lerá o seu parecer.

O SR. TIÃO VIANA – Faço uma indagação a V. Ex^a, porque tenho um requerimento tramitando na Comissão que diz respeito a um voto de censura do Senado à prática da clonagem humana, assunto que julgo da maior importância, já que é uma matéria legislativa que estará sendo debatida na Comissão de Assuntos Sociais nos próximos dias e irá ao Plenário enquanto projeto de lei. Gostaria de saber se V. Ex^a incluirá ainda hoje na pauta esse requerimento que veio do Plenário para a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Esse requerimento é em que sentido?

O SR. TIÃO VIANA – Defendendo um voto de censura do Senado Federal ao cientista Severino Antinori.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Peço à Secretaria para me encaminhar o requerimento, por favor.

Senador Bernardo Cabral, enquanto a Secretaria faz a verificação, V. Ex^a tem a palavra para relatar o

Projeto de Lei do Senado nº 38, que revoga o art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de autoria do Senador Osmar Dias. V. Exª é o Relator, a quem concedo a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Osmar Dias apresentou um projeto que cronologicamente dizia respeito ao seguinte: ele queria revogar dispositivo de bagagem e assunto da Receita Federal. Juntou uma justificativa, que eu me permiti analisar profundamente.

Na justificativa, S. Exª desenvolvia os seguintes tópicos: uma introdução, uma base legal, tetos e limites às compras, rede de lojas, faturamento, repercussões tributárias, argumentos em favor das lojas francas no Aeroporto, chamadas **freeshops**, princípio da capacidade contributiva e conclusão.

No primeiro tópico, era apenas a introdução relativa à legislação pátria. No segundo tópico, S. Exª transcrevia os textos legais propondo a revogação dizendo que as facilidades fiscais de caráter administrativo que bafejaram o nascimento a lojas francas no País em confronto com as dificuldades fiscais e administrativas prevaletentes para a importação normal e até mesmo por meio da Zona Franca de Manaus. Era o primeiro ponto.

Depois, no outro tópico, S. Exª dizia que havia uma isenção nessas lojas de US\$100.76, que subiu para US\$383.00 e que depois, a partir de 1991, para US\$500.00. Diz o seguinte: o quarto item relata a expansão contínua da rede de lojas, desde a inauguração do primeiro **freeshop**, em dezembro de 1979, no Galeão, até a recente inauguração de dois, no Aeroporto Pinto Martins, de Fortaleza, perfazendo um total de 25. Relata ainda o faturamento crescente da principal concessionária, que controla 19 estabelecimentos.

Tive o cuidado, Sr. Presidente, por se tratar de uma matéria que envolvia tarifa externa comum e Mercosul, de chamar o consultor jurídico da Casa, a nossa Secretaria da Mesa, todos, enfim, que teriam condições de se manifestar. E eu próprio tive o cuidado de fazer uma consulta, pedindo um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que seria quem mais juízo teria.

Sr. Presidente, o que se viu foi o seguinte: a Secretaria da Receita Federal, portanto, o órgão mais importante, manifestou-se em nota contendo 12 laudas, assinadas, na última, pelo chefe da Divisão da Receita Federal, Coordenador Operacional da Coana, todos com o “de acordo” da Coordenadora-Geral do Sistema Aduaneiro.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – De acordo com o projeto?

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, com a manifestação.

Na folha seguinte, há o “de acordo” do próprio Secretário da Receita Federal, que tem a seguinte conclusão: “Em suma, evidencia-se que o referido projeto de lei é contrário ao interesse público, além de não se compatibilizar com normas gerais de Direito Tributário, que ostenta **status** de lei complementar, e violar o preceito constitucional. Ante o exposto, manifestamo-nos desfavoravelmente ao acolhimento do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2000, de autoria do nobre Senador Osmar Dias”.

Não satisfeito, eu também havia pedido a manifestação da Infraero, assinado pelo diretor comercial, que declara: “Ante o exposto, acreditamos que, caso o projeto de lei do Senado venha a ser aprovado, causará perdas significativas de receitas à Infraero.”

Chamei o Senador Osmar Dias, pois era o colega autor do projeto, conversei com S. Exª sobre o assunto e disse-lhe da manifestação. S. Exª, realmente, declarou que se sentia convencido e que, portanto, estava de acordo com o meu parecer, rejeitando.

Era o que eu queria relatar à Casa.

O meu voto é com esta conclusão: à vista da manifestação dos órgãos competentes, inclusive a Secretaria da Receita Federal, não me parece sensato outro caminho senão o de adotar as razões expostas na mencionada nota técnica. Pelo que concluo, também, desfavoravelmente ao PLS nº 38, de 2000, de autoria do eminente Senador Osmar Dias, sem deixar de reconhecer o sempre eficiente desempenho desse ilustre Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O parecer do relator é contrário.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sugiro a sustação da votação, porque considero importante que o Senador Osmar Dias fosse convidado para vir aqui e dar o pensamento dele com relação ao projeto e ao parecer do nobre relator.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Embora o Senador Bernardo Cabral tenha comunicado que consultou o Senador Osmar Dias, que teria concordado com o parecer?

O SR. PEDRO SIMON – Estranho, porque o Senador Osmar Dias falou a mim da importância do projeto e da preocupação dele, até me pedindo que eu

desse atenção ao projeto, quando esse passasse por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Então, V. Exª pede vista?

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, Sr. Presidente, um momento. Eu pediria, à vista da desconfiança manifesta, em não sendo possível a presença do Senador Osmar Dias, que V. Exª o consultasse por telefone, para saber se o que estou dizendo é verdade ou não, para confirmar o que tenho feito ao longo da minha vida pública.

O SR. PEDRO SIMON – Não tenho nenhuma dúvida com relação...

O SR. BERNARDO CABRAL – Há uma divergência. V. Exª recebeu uma informação...

O SR. PEDRO SIMON – Pelo amor de Deus, não tenho nenhuma dúvida com relação ao parecer de V. Exª. Não tive nem tenho. A irritação de V. Exª não tem razão de ser, a não ser a de, como brilhante advogado, dar uma demonstração de que entendo. Mas V. Exª sabe que, como colega, nós nos entendemos. Eu não o atingi, e V. Exª sabe que não o atingi. A reação foi brilhante, mas foi exagerada.

O que eu estava dizendo é que o Senador Osmar Dias, quando falou comigo, disse da importância desse projeto e dos argumentos pelos os quais S. Exª apresentava o projeto. Eu gostaria de saber as razões pelas quais o Senador Osmar Dias hoje pensa diferente daquilo que S. Exª falou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Exª quer saber por que o Senador Osmar Dias mudou de opinião.

O SR. PEDRO SIMON – O sentido é este: saber por que S. Exª mudou de opinião.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Então, está explicado.

O SR. PEDRO SIMON – Pelo amor de Deus, é esse o sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Senador Pedro Simon não está pondo em dúvida a sua palavra, Senador Bernardo Cabral, nem poderia fazê-lo.

O SR. PEDRO SIMON – Pelo amor de Deus.

O Senador Osmar Dias mudou de posição, e eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Considero razoável o que V. Exª está propondo, pois quer saber a razão por que S. Exª mudou de posição.

O SR. PEDRO SIMON – O parecer é totalmente contrário e S. Exª aceita?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Senador Pedro Simon tem certeza de que o Senador Osmar Dias confirmará o que V. Exª está dizendo, Senador Bernardo Cabral.

O SR. PEDRO SIMON – Eu só quero saber por quê.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Não há nenhuma desconfiança, mas S. Exª quer saber por que o Senador mudou de posição. É razoável...

O SR. BERNARDO CABRAL – Penso que deveria transformar isso em uma diligência e chamar o Senador Osmar Dias, que deve estar na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Verifique, por favor.

O Senador Tião Viana quer usar da palavra?

O SR. TIÃO VIANA – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Então, está suspensa a reunião por alguns minutos até que...

O seu requerimento tem relator designado, Senador José Sarney, que informou que, na próxima semana, apresentará o parecer.

O SR. TIÃO VIANA – Aguardo com ansiedade, em função de que...

O SR. PEDRO SIMON – Na próxima semana, o Senador Sarney estará aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Espero que sim, S. Exª já reassumiu.

O SR. PEDRO SIMON – E faço questão de não faltar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Então, eu próprio vou entrar em contato com o Senador Sarney e fazer-lhe um apelo.

O SR. TIÃO VIANA – O Senador Pedro Simon, inclusive, subscreveu comigo...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Dada a importância do seu requerimento (*Pausa*)

O SR. TIÃO VIANA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador, infelizmente o Senador Osmar Dias está fora do Senado. Diante disso...

O SR. BERNARDO CABRAL – É melhor adiar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sim, é melhor adiar e pedir a presença dele para explicar as razões, mas ficando bem claro e registrado em ata

que a palavra do Senador Bernardo Cabral não foi posta em dúvida. Houve um equívoco.

Nada mais havendo a tratar, está encerra a reunião.

Levanta-se a reunião às 18h56min.

Ata da vigésima primeira Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia onze de setembro do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia onze de setembro do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: Iris Rezende, Pedro Piva, João Alberto Souza, Emília Fernandes, Roberto Saturnino, Hugo Napoleão, Jorge Bonhausen, Bernardo Cabral, José Agripino, Lúdio Coelho, Romeu Tuma, Geraldo Althoff e Mauro Miranda. O Senhor Senador Gilberto Mestrinho se encontra afastado por licença médica. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se à apreciação da pauta. Item 01 – Mensagem nº 133 de 2001 que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Vitor Cândido Paim Gobato, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde”. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador João Alberto Souza, relator da matéria que faz a leitura do relatório. Na sequência, passa a palavra ao Embaixador Vitor Cândido Paim Gobato. Terminada a exposição de motivos e, seguindo ao preceito regimental, o Senhor Presidente solicita aos visitantes e funcionários que deixem o recinto em virtude do caráter secreto da reunião. Reaberta a sessão em caráter público, passa-se à apreciação do Item nº 02: Mensagem nº 193 de 2001 que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Ney Do Prado Diquez, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer o cargo de Embaixador do Bra-

sil junto à Granada”. Sua Excelência passa a palavra ao Senador Lúdio Coelho, relator ad hoc da referida mensagem. Após a leitura do relatório, o Senhor Presidente informa que, atendendo a um requerimento oral do Senhor Senador Romeu Tuma, haverá inversão de pauta. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 38 de 2000 que “revoga o art. 15 do Decreto-Lei nº 1455, de 07 de abril de 1976 (dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior), a alínea “a” do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2120, de 14 de maio de 1984 (dispõe sobre o tratamento tributário relativo a bagagem), e a alínea “e” do inciso II do art. 2º da Lei nº 8032, de 12 de abril de 1990 (dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação)”, cujo autor é o Senador Osmar Dias. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: contrário. Colocado o parecer em discussão, houve várias manifestações de acordo com o mesmo. Resultado: aprovado o parecer, o que significa que o projeto de lei está rejeitado. Item nº 03 – Mensagem nº 194 de 2001, que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Fausto Orlando Campello Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte D'Ivoire.” Sua Excelência designa o Senador Romeu Tuma como relator ad hoc a quem passa a palavra. Na sequência, faz uso da palavra o Senhor Embaixador Fausto Orlando Campello Coelho. Terminada a exposição de motivos e, seguindo ao preceito regimental, o Senhor Presidente solicita aos visitantes e funcionários que deixem o recinto em virtude do caráter secreto da reunião. Após reaberta a reunião ao público, o Senhor Presidente declara terem sido aprovados os nomes dos indicados a cumprir Missão Diplomática no exterior, e informa que os itens seguintes foram adiados: Item nº 05 – Requerimento nº 442 de 2001 que “requerem que o Senado Federal formule um voto de censura ao cientista Panayiotis Zavos Severino Antinori e Brigitte Boisselier, apontando a indignação dos brasileiros frente ao anúncio de que irão clonar seres humanos, a despeito dos riscos de tal prática, considerada moral e cientificamente inaceitável por parte da comunidade científica nacional e internacional e nociva ao patrimônio genético da humanidade.”; Item nº 06 – Requerimento nº 05 de 2001 que “requer nos termos do art. 215, caput, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja formulado convite aos Senadores membros das Comissões de Agricultura e de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos da América para expor, em audiência

pública nessa Comissão, sobre a questão agrícola brasileira, particularmente com referência à soja.”; Item nº 07 – Requerimento nº 07 de 2001 – CRE – que “nos termos do disposto nos incisos II e V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal e § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requer convocação de Audiência Pública conjunta: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de relações Exteriores, em data a ser agendada, devendo convidar os Senhores: Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e comércio Exterior, Embaixador Sérgio Silva do Amaral; Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, /embaixador Celso Lafer; Exma. Sra. Presidente da Associação Brasileira de Siderurgia, Dra. Maria Silvia Bastos Marques; Exmo. Sr. Presidente da Companhia de Siderurgia de Tubarão, Dr. José Armando Figueiredo Campos, a qual versará sobre o tema: “As Ameaças de Medidas Protecionistas Americanas ao Aço Brasileiro.”; e Item nº 08 – Requerimento nº 08 de 2001 – CRE – que “requer, nos termos do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convocados o Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional, General Alberto Cardoso, o Ministro da Defesa, Geraldo Quintão e o Comandante do Exército Brasileiro, General Gleuber Vieira, para prestarem esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional acerca da denúncia que o Exército espiona os membros do Movimento Sem-Terra desde 1998, acusando o MST de compor uma “brigada paramilitar” junto com a CUT e o PT.” Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador **Jefferson Péres**, Presidente.

Notas taquigráficas da reunião do dia 11/09/01.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Consulto os presentes sobre se dispensam a leitura da Ata. *(Pausa)*

Dispensada.

Passamos à pauta:

Item 1:

Mensagem nº 133, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Vitor Cândido Paim Gobato, Ministro de Segunda Classe da carreira

de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.

O Relator é o Senador João Alberto Souza, a quem concedo a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz o nosso relatório e o distribuí para todos os Srs. Senadores.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Vitor Cândido Paim Gobato, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cabo Verde.

O Ministro Gobato anexa ao seu currículo as suas principais atividades. Trata-se de um cidadão competente, um diplomata com larga experiência, conforme demonstra o seu currículo. Foi agraciado com a Ordem do Mérito Forte de São Joaquim no grau de oficial.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Peço ao Secretário que faça entrar no recinto o Embaixador Vitor Gobato. *(Pausa)*

V. S^a tem a palavra para fazer sua exposição.

O SR. VITOR CÂNDIDO PAIM GOBATO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Jefferson Péres, Excelentíssimo Senhor Senador Vice-Presidente e Relator, Senador João Alberto Souza, Excelentíssimos Senhores Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, é para mim uma grande honra comparecer a esta Comissão em virtude de ter sido o meu nome submetido para assumir as funções de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde. Por isso, eu desejaria inicialmente agradecer a presença dos senhores nesta reunião e antecipar-lhes que desejo me referir brevemente às relações do Brasil com aquele país, de maneira que possa, caso seja de conveniência dos Srs. Senadores formular algumas perguntas, responde-las ao final.

Por isso, Sr. Presidente, penso discorrer inicialmente sobre alguns dados gerais de Cabo Verde, sobre sua política interna, algumas características específicas daquele país, para depois tratar do relacio-

namento bilateral, mencionando inclusive algumas referências que cogito fazer caso obtenha aprovação dos Srs. Senadores na minha função de Embaixador do Brasil naquele país.

Depois de conviver, nos 15 anos subseqüentes à sua independência, lograda em 1975, com o regime de monopartidarismo político, a República Parlamentarista de Cabo Verde realizou em 1991 o que foram as primeiras eleições diplomáticas havidas na África lusófila.

Essas eleições conduziram ao poder o denominado Partido para a Democracia, que defendia a liberdade de mercado, o desenvolvimento de estratégias para o desenvolvimento socioeconômico do país, notadamente nos setores portuário e urbano, e, sobretudo, encorajava muito o fortalecimento da ajuda externa, notadamente para os setores bancário e hoteleiro. Com esse Governo, criou-se no Cabo Verde o que poderia ser definido como uma “caboverdeidade” política de orientação liberal e democrática.

Nas eleições lá havidas no começo do ano, o atual Presidente, Pedro Pires, foi eleito com uma escassa diferença de 12 votos num universo de mais de 151 mil eleitores. Foi uma dúzia de votos num universo de mais de 151 mil eleitores! Esse foi um resultado homologado, evidentemente, pelo Tribunal Superior de Justiça. Foi uma diferença de 15 votos num primeiro momento, mas, depois, numa segunda contagem, essa diferença foi reduzida a 12 votos, uma dúzia. Diminuiu a diferença em três votos. E com esse resultado foi eleito o Presidente Pedro Pires e o Primeiro-Ministro, simpatizante da social-democracia, chamado José Maria Neves.

Segundo os analistas, o resultado dessas eleições foi fortemente influenciado pela colônia de caboverdianos que reside fora do país. Como V. Ex^{as} sabem, há a particularidade de haver mais nacionais fora de Cabo Verde do que em seu próprio território; em outras palavras, a sua população residente é menor do que a população emigrada.

E esse fato de ter o seu destino político orientado e decidido, de certa maneira, pelos eleitores que vivem fora do País acaba invocando uma outra particularidade muito importante de Cabo Verde, que é a dependência do seu setor externo, uma dependência que deriva inicialmente de um déficit crônico que o País apresenta no seu comércio exterior e que o obriga a importar nada menos do que 85% das suas necessidades alimentares de bens e capitais.

Além disso, acentua a dependência externa de Cabo Verde o fato de que esses imigrantes fazem remessas financeiras que chegam a corresponder a

50% do Produto Interno Bruto. E, nos últimos anos, esse percentual está em torno de 13% a 14% do PIB.

Uma terceira dependência muito importante de Cabo Verde deve sempre ser considerada: é o fato de que aquele país foi, no ano de 1999, o segundo que mais recebeu ajuda externa de instituições financeiras, de países e de organizações, da ordem de US\$310 milhões. Desse montante, 25%, um quarto do total, foi acordado em forma de **grants**, empréstimos não reembolsáveis. Isso consagrou uma reputação muito favorável da administração de Cabo Verde, reconhecida pela sua probidade e eficiência.

Não obstante todas essas dificuldades e o fato de ser um arquipélago, de estar isolado, Cabo Verde ainda apresenta um problema grave de água – os índices pluviométricos são praticamente nulos –; tem uma extensão territorial reduzida – são escassos 4.033 quilômetros quadrados –; está afastado dos mercados consumidores; tem escassos recursos minerais. Não obstante tudo isso, é curioso que aquele país apresente indicadores socioeconômicos muito positivos. Menciono apenas um deles para V. Ex^{as}: o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, utilizado pela ONU. Quanto a esse índice, Cabo Verde se apresenta no mesmo grupo de países em que se encontra o Brasil, que está em 69º lugar. Cabo Verde está em 91º lugar por causa da longevidade dos caboverdianos, que supera a dos brasileiros. Isso se dá também porque a alfabetização em Cabo Verde é 17% superior à média de todos os países subsaarianos e, finalmente, porque o Produto Interno Bruto **per capita** dos caboverdianos alcança US\$1.390.

Esse conjunto de situações faz com que se caracterizem certas condições favoráveis a um adensamento ainda maior das relações com o Brasil. Ao se falar em relações com o Brasil, não há dúvida de que o mais importante, o principal, está concentrado na formação de recursos humanos, sobretudo na área de administração pública, de saúde e no serviço diplomático. Temos essa cooperação mantida há muitos anos, que já tinha apresentado até resultados muito significativos. Também me permitiria mencionar aos Srs. Senadores o fato de que tanto o Embaixador de Cabo Verde em Brasília quanto o atual Ministro da Indústria, Comércio e Turismo formaram-se no Instituto Rio Branco. Até mesmo o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, foi graduado na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, em 1984, e na Fundap, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, em 1986.

Portanto, começam a se delinear certas condições que encorajam muito essa colaboração, uma

colaboração que também se verifica muito na área educacional, porquanto no Brasil se encontra hoje o maior número de caboverdianos que freqüentam os institutos de ensino superior fora do seu País, até mesmo mais que em Portugal. Aqui temos 43,5% dos estudantes, graças a um bem sucedido programa que o Brasil desenvolve com Cabo Verde, chamado PEC, nos níveis de pós-graduação, graduação e técnico. Tenho, nesse particular, a impressão, sem querer prejudicar o que encontrarei, *sur place*, lá em Cabo Verde, de que devo inflétir um pouco essa tendência, procurando enfatizar um pouco mais o ensino profissionalizante. Pode ser que não seja normal para um país com uma escala tão reduzida como Cabo Verde ter capacidade de absorção desse número tão expressivo de formação que não seja profissionalizante. Não obstante, o Governo daquele País chega a empregar 25% da mão-de-obra local.

Com respeito aos aspectos da possibilidade da cooperação comercial, penso em fazer disso objeto também de prioridade da nossa agenda bilateral. Na verdade, temos com Cabo Verde um superávit a favor do Brasil da ordem de US\$4 milhões, que pode ser ampliado – chegou a US\$9 milhões em 1996 –, embora tenhamos para isso algumas dificuldades. Basicamente, a escala do mercado cabo-verdiano e o fato de que o transporte entre esses dois países é escasso e irregular. Nesse último aspecto, Sr. Presidente, menciono que, a partir do começo de dezembro próximo, deverão ser retomadas as conexões aéreas entre Cabo Verde e Brasil, num voo que distará somente três horas de Fortaleza. Portanto, é de se esperar que isso projete seus reflexos inclusive na cooperação comercial entre os dois países.

Desejaria também mencionar que, no que respeita à cooperação técnica internacional, minha experiência de Diretor Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação me dá elementos e tenho algumas idéias de intensificar a cooperação, sobretudo nas áreas que tenham maior interesse para Cabo Verde, quais sejam: saúde, saneamento básico, formação profissional e educação.

No âmbito da comunidade de países de língua portuguesa, também espero trabalhar muito.

Finalmente, para concluir, eu me permitiria, Sr. Presidente, invocar as palavras do atual Presidente, Pedro Pires, ao dizer que o Brasil deveria ter consciência, nas suas relações com Cabo Verde, de que é o país que mais projeta influência na sua comunidade. Chega, inclusive, a invocar o resultado de um estudo feito por Alfredo Margarido, em 1980, que dizia, comparando as literaturas dos dois países, que, para

Cabo Verde, o exemplo da metrópole veio do Brasil e não de Portugal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Cumprindo exigência regimental, a sessão se transforma em secreta para a arguição do indicado.

(Converte-se em secreta a reunião às 18h13min.)

(Retorna a reunião em caráter público às 18h17min.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – **Item 2:**

Mensagem nº 193, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Ney do Prado Di-egues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Granada. Como é cumulativa não haverá arguição. Relator: Senador Geraldo Melo, que está ausente.

Designo o Senador Lúdio Coelho como Relator *ad hoc*.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois não, Excelência.

O SR. ROMEU TUMA – Daria para inverter a ordem do relatório do Senador Bernardo Cabral, item 4? Os Senadores gostariam de participar da votação, e S. Ex^a teve de se retirar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Antes do segundo Embaixador?

O SR. ROMEU TUMA – É, se for possível.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, gostaria de pedir – parece-me que há um desejo geral de algumas pessoas de sair – o exame desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Esse item nº 4?

O SR. (orador não identificado) – O item nº 4.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois não.

Submeto à apreciação da Casa. (Pausa.)

Esta acolhido o requerimento.

O próximo item será o de número 4.

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (Fora do microfone) – O indicado pelo Presidente da República preenche todos os requisitos e vai desempenhar com competência o cargo de Embaixador do Brasil junto a Granada.

Então, o parecer é favorável à indicação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em votação, o parecer.

Os Srs. Senadores votarão ao final da arguição do segundo Embaixador.

Atendendo ao requerimento do Senador Romeu Tuma, passemos ao **item 4**:

Projeto de Lei do Senado nº 38, que revoga o art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455/76, alínea 'a', do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.120 e a alínea 'e' do inciso II do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990. Autor: Senador Osmar Dias, Relator: Senador Bernardo Cabral, que solicitou adiamento e sugeriu que o Senador Osmar Dias estivesse aqui. Foi sugestão do Senador Pedro Simon?

O SR. BERNARDO CABRAL – O Senador Pedro Simon disse que gostaria que o Senador Osmar Dias dissesse a S. Exª por que tinha mudado as razões. Ao que me disse o Senador Osmar Dias ainda há pouco, S. Exª passou suas razões pessoais ao Senador Pedro Simon. De modo que mantenho o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O parecer do Senador Bernardo Cabral é contrário.

Em discussão. (Pausa.)

(Fora do microfone houve várias manifestações de acordo com o parecer.)

Parece-me que, por aclamação, o parecer do eminente Senador Bernardo Cabral está aprovado.

Portanto, o projeto de lei está rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – **Item 3**:

Mensagem nº 194. Submete à apreciação do Senado a escolha do Sr. Fausto Orlando Campello Coelho, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire. Relator: Senador Fernando Matusalém.

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do parecer.

O SR. ROMEU TUMA – Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Fausto Orlando Campello Coelho, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire.

Com base no art. 52, IV, da Constituição Federal, o Senhor Presidente encaminhou preenchendo todos os requisitos exigidos para esta designação, de forma que está traçado no relatório já apresentado aos Srs. Senadores o **curriculum vitae** do indicado e os dados pertinentes a esta indicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Peço a Srª Secretária que introduza no recinto o Embaixador Fausto Coelho. (Pausa.)

V. Exª tem a palavra para fazer a sua exposição.

O SR. FAUSTO COELHO – Ex.ª Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, Ex.ª Sr. Relator *ad hoc*, Ex.ª Srs. Senadores, senhoras e senhores, antes de tudo, manifesto a minha mais profunda gratidão aos membros desta Comissão, que me dão a oportunidade de fazer uma breve apresentação sobre a Costa do Marfim, país para o qual tive a honra de ser designado Embaixador do Brasil. Constitui, pois, para mim, motivo de grande orgulho que o meu nome esteja sendo, neste momento, submetido à elevada consideração de V. Ex.ªs.

Esta apresentação, que estimo será muito sucinta, está dividida em três partes. A primeira procura retratar a situação política, econômica e social da Costa do Marfim. A segunda busca apresentar um quadro sumário das atuais relações entre o Brasil e a Costa do Marfim, com ênfase nas relações econômicas e comerciais. Finalmente, a última pretende traçar perspectivas para o futuro relacionamento entre o Brasil e a Costa do Marfim.

A situação política na Costa do Marfim apresenta-se instável, principalmente desde dezembro de 1999, no Natal de 1999, quando houve um golpe de Estado. Foi deposto o então Presidente Henri Konan Bédié por uma junta militar, e o General Robert Gueï assumiu a Presidência da República. Ano passado, aconteceram as eleições presidenciais, quando foi eleito o atual Presidente Laurent Gbagbo. As dificuldades no campo político – há bastante instabilidade ainda – advêm do fato de que há uma pressão interna e externa, do ponto de vista político, contra o atual Governo. Do ponto de vista interno, há uma oposição vigorosa contra o Governo atual, do Presidente Laurent Gbagbo. Do ponto de vista externo, existe uma pressão muito forte da comunidade internacional, principalmente dos Estados Unidos e da França, que quer a apuração das irregularidades dos direitos humanos feridos, durante os Governos anteriores, do Presidente Henri Konan Bédié, deposto, do General Robert Gueï, que saiu do poder no ano passado, e do atual Presidente também, Laurent Gbagbo. O Presidente Laurent Gbagbo é contrário aos direitos políticos de um político de grande importância no país, Alassan Uatara, um muçulmano do norte. O sul, onde está a capital, Abidjan, é de maioria cristã. Existe esse problema também. A comunidade internacional, principalmente os Estados Unidos e a França, exige

que esses direitos humanos sejam examinados e que Uatara seja ressarcido, para que se possa candidatar à Presidência da República, que é sua grande aspiração. Então, os créditos, que eram normalmente repassados à Costa do Marfim, estão parados agora, até que a situação política se normalize, inclusive do ponto de vista dos direitos humanos.

Um outro fator de desestabilização do país é o quadro das grandes diversidades existentes. Somente na Costa do Marfim existem mais de 60 etnias. Portanto, há diferenças culturais, regionais, étnicas, religiosas, com conflitos tribais, tudo isso dentro de fronteiras extremamente porosas.

Um outro fator também negativo do ponto de vista político se traduz na xenofobia ora existente no país contra cidadãos de países limítrofes que moram e trabalham na Costa do Marfim. Seria contra nacionais dos países limítrofes, porque Burkina Faso, Mali, Libéria e Gana... Então, essa xenofobia que se traduz em slogans como "A Costa do Marfim, para os marfinianos, é um fator de desestabilização muito grande, apesar de o País haver sempre favorecido a integração regional desde a época de Boigny, que é o pai da Pátria, um homem que tinha a visão política muito forte e é talvez o marfiniano mais conhecido de todos os tempos, porque foi inclusive Ministro de Estado em Paris antes da independência do país, que ocorreu em 1960.

Um outro problema político é a falta de recursos do Governo, que não paga regularmente os militares e os funcionários públicos, o que ocasiona greves em vários setores da sociedade. O país deve aproximadamente US\$150 milhões ao Banco Mundial e ao BAD, Banco Africano de Desenvolvimento, que tem sede em Abidjan; deve US\$314 milhões ao Clube de Paris e US\$150 milhões aos credores externos.

Um outro fator de desestabilização que se traduz mais do ponto de vista social, é algo muito negativo do ponto de vista pessoal, é a falta de mais cuidado com a saúde, o que provoca epidemias de malária, surtos de Febre Tifóide, Meningite e Cólera.

A Universidade de Cocodi, que é a universidade mais famosa do país, em Abidjan, reflete esse estado político de coisas, porque há conflitos entre estudantes de etnias diferentes.

Quanto à parte das relações Brasil/Costa do Marfim, vale assinalar que, no passado, as relações foram muito mais densas até a década de 80, quando ocorreram várias crises econômicas no país e as relações ficaram menos densas. Mais ou menos na metade da década de 80 nós tínhamos uma linha da Varig, que fazia vôos regulares semanais entre o Rio de Janeiro e Abidjan. Eles foram suspensos.

Tínhamos também empresas importantes, na época, para o país, que eram a Colia e o Pão de Açúcar, que desativaram os seus escritórios. Isso se traduziu em uma presença menor do Brasil, mas não por problemas nossos, brasileiros, mas por problemas econômicos da Costa do Marfim.

Quanto às visitas bilaterais, vale salientar que três chanceleres brasileiros visitaram a Costa do Marfim. Na década de 70, em 1973, o Chanceler Mário Barbosa; em 1975, o Chanceler Azeredo da Silveira e, mais tarde, em 1983, o Embaixador Saraiva Guerreiro.

Da parte marfiniana, visitaram o Brasil dois chanceleres: um, na década de 70, em 1973, o Ashene Usher; e, na década de 80, o Chanceler Simeon Pax.

Falando, para terminar, sobre as perspectivas, no relacionamento entre Brasil e Costa do Marfim, posso dizer, bem sucintamente, que há alguns pontos que têm de ser examinados com bastante cuidado e que constituem uma meta, que são a exploração da indústria mineral, a exportação de equipamentos agrícolas, porque a tecnologia brasileira tropical é mais interessante e mais barata do que a francesa, que está nos equipamentos importados pela Costa do Marfim. Podemos examinar a possibilidade de uma cooperação maior no campo da mineração, sobretudo ferro e ouro. A Embrapa pode ajudar na parte de tecnologia alimentar, como também o Ministério da Saúde, com o projeto de combate à AIDS, que prevê treinamento, no Brasil, de técnicos estrangeiros. Enfim, do ponto de vista comercial, há muito o que fazer na Costa do Marfim. Para isso não podemos perder de vista o conceito que temos, de certa maneira, de "irmão mais velho" do povo marfiniano.

Essa constitui, em síntese, minha apresentação. Dada a premência do tempo, não me estendi mais sobre alguns pontos de interesse. Coloco-me, entretanto, à inteira disposição do Sr. Presidente e dos demais membros desta Comissão para eventuais perguntas que desejarem formular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Solicito aos presentes, à exceção dos Srs. Senadores, que deixem a sala por alguns momentos. *(Pausa.)*

(Converte-se em secreta a reunião às 18h35min.)

(Retorna a reunião em caráter público às 18h56min.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h57min.)

Ata da vigésima segunda Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de setembro do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezoito de setembro do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: Pedro Piva, Emília Fernandes, Hugo Napoleão, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Mauro Miranda, Geraldo Cândido, José Coelho, Tião Viana, Valmir Amaral, Bello Parga, Eduardo Suplicy e Wellington Roberto. O Senhor Senador Gilberto Mestrinho se encontra afastado por licença médica. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião que se destina a ouvir a “exposição do Exmo. Sr. Ministro da Defesa Geraldo Magela da Cruz Quintão e dos Srs. Comandante do Exército General-de-Exército Gleuber Vieira, Comandante da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista e Chefe do Estado-Maior da Armada Almirante-de-Esquadra Luiz Fernando Portella Peixoto, para prestar esclarecimentos sobre a licitação internacional destinada à compra de aviões para reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB), totalizando uma encomenda de 108 aeronaves, com um lote inicial de 12 a 24, no marco do Projeto F-XBR, especialmente no que concerne a dispositivos que permitam a efetiva transferência e absorção de tecnologia estrangeira, bem como, no que couber, a preferência por equipamentos desenvolvidos por indústrias brasileiras, Serviço de Inteligência Militar e Política de Defesa das nossas fronteiras em atendimento ao Requerimento nº 06 de 2001 – CRE, de autoria do Senador Jefferson Péres, com adendos da Senadora Emília Fernandes, Senador Pedro Simon e Senador Bernardo Cabral.” Os expositores fazem uso da palavra e são argüidos pelos Senadores Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Tião Viana e Geraldo Cândido. Os itens restantes da pauta foram adiados. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publica-

da no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – Jefferson Péres, Presidente.

Notas taquigráficas da reunião do dia 18/09/01.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Declaro aberta a 22ª reunião ordinária desta Comissão, que se destina a ouvir a exposição do Exmo Sr. Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e dos Srs. Comandantes das Forças Armadas, General-de-Exército Gleuber Vieira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista e Almirante-de-Esquadra Sérgio Florêncio Chagas Teles, substituído pelo Almirante-de-Esquadra Luiz Fernando Peixoto, Chefe do Estado-Maior da Armada, para prestar esclarecimentos sobre a licitação internacional destinada à compra de aviões para reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, totalizando uma encomenda de 108 aeronaves, com um lote inicial de 12 a 24, no marco do Projeto FX-BR, especialmente no que concerne a dispositivos que permitam a efetiva transferência e absorção de tecnologia estrangeira, bem como, no que couber, a preferência por equipamentos desenvolvidos por indústrias brasileiras, Serviço de Inteligência Militar e política de defesa das nossas fronteiras, em atendimento ao Requerimento nº 6, de autoria do Senador Jefferson Péres, com adendos da Senadora Emília Fernandes e dos Senadores Pedro Simon e Bernardo Cabral.

Peço ao Senador Tião Viana que introduza os convidados no recinto. (Pausa.)

Exmo Sr. Ministro, Srs. Comandantes, Sr. Chefe de Estado-Maior da Armada, devo esclarecer aos ilustres visitantes que a pouca freqüência nesta Comissão deve-se à coincidência com a reunião de duas outras Comissões, o Conselho de Ética e a Comissão do Mercosul, marcadas exatamente para o mesmo horário. Infelizmente, essas são contingências da vida parlamentar.

Neste momento, concedo a palavra ao Exmo Sr. Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, para fazer a sua exposição. Não sei se seguirá a exposição dos Srs. Comandantes ou se haverá só a de S. Exª.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Eu proporia a V. Exª o seguinte: eu falaria sobre o Projeto FX-BR e os pelotões de fronteira, e o General Gleuber Vieira, sobre o sistema de inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra V. Exª, Ministro Geraldo Quintão.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Sr. Senador Jefferson Péres, digno Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado; Srs. Comandantes do Exército e da Aeronáutica; Sr. Almirante Peixoto, Chefe de Estado-Maior da Armada, aqui representando o Comandante Chagas Teles, que está em viagem; Srs. Senadores; senhoras e senhores, agradeço ao Senador Jefferson Péres a oportunidade de comparecer a esta Comissão a fim de prestar esclarecimentos, inicialmente, sobre o processo de aquisição das aeronaves de superioridade aérea, para a Força Aérea Brasileira, denominado Projeto FXBR. Em especial, no que concerne às suas exigências de compensação comercial, industrial e tecnológica.

As preocupações manifestadas por V. Ex^a no convite são absolutamente justas. No decorrer da minha exposição e do debate posterior, espero demonstrar que também são as nossas e, em especial, do comando da Aeronáutica, que é a instituição interessada no sucesso desse empreendimento.

Em primeiro lugar, eu gostaria de salientar a grande importância que esse projeto tem para a Força Aérea Brasileira, tendo em vista que, atualmente, as aeronaves mirage, adquiridas no início dos anos 70, já atingiram o seu estágio máximo de obsolescência operacional e logística, estando a desativação dessas aeronaves prevista para o final do ano de 2005.

As aeronaves de superioridade aérea, comumente chamadas de aeronaves de caça, constituem a espinha dorsal do sistema de defesa aeroespacial e de todas as forças aéreas do mundo, por serem as únicas com a capacidade de assegurar que o espaço aéreo do País não seja utilizado por forças aéreas hostis, ao mesmo tempo em que possibilita a operação normal de suas próprias aeronaves.

Essa aquisição de um lote de 12 a 24 aeronaves, dependendo da aeronave a ser escolhida, possibilitará à FAB manter uma unidade aérea com capacidade mínima necessária para atuar com eficácia em uma eventual situação de crise, em um cenário sul-americano, ao mesmo tempo em que se constituirá em um núcleo de excelência para manter a suas equipagens atualizadas com os modernos sistemas e armamentos utilizados em todo o mundo, inclusive por nações vizinhas.

Em relação às legítimas preocupações levantadas a respeito da transferência da tecnologia e do fortalecimento da indústria nacional, permitam-me fazer um breve histórico das realizações da aeronáutica nesse campo.

Faz parte da doutrina da aeronáutica desde a sua criação, em 1941, o entendimento de que o poder aeroespacial brasileiro possui os seguintes elementos constituintes: a Força Aérea Brasileira, a infraestrutura aeroespacial, a aviação civil, o complexo científico-tecnológico e a indústria aeroespacial.

É importante ressaltar que a aeronáutica coloca o complexo científico-tecnológico e a indústria aeroespacial no mesmo patamar que a própria Força Aérea Brasileira.

Da mesma forma, a Lei Complementar nº 97/99, que cuida do emprego das tropas, no seu art. 14 estabelece:

“O preparo das forças armadas é orientado pelos seguintes parâmetros básicos: procura da autonomia nacional crescente, mediante contínua nacionalização de seus meios, nela incluídas a pesquisa, o desenvolvimento e o fortalecimento da indústria nacional”.

A política de defesa nacional de 7 de setembro de 1996, em sua orientação estratégica, é clara ao estabelecer: é essencial o fortalecimento equilibrado da capacitação nacional no campo da defesa com o envolvimento dos setores industrial, universitário e técnico-científico.

O desenvolvimento científico e tecnológico é fundamental para a obtenção da maior autonomia estratégica e de melhor capacitação operacional das forças. E, na sua diretriz, recomenda: buscar um nível de pesquisa científica ao desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do País, quanto aos seus recursos de natureza estratégica e de interesse para a sua defesa.

Finalmente, dentre os objetivos da política de defesa, para as áreas de ciência e tecnologia, ressaltou: o fomento à capacitação nacional em tecnologia de aplicação militar e a contínua redução do grau de dependência externa para a obtenção e manutenção de material de defesa.

Assim, Srs. membros desta importante Comissão, estão estruturados os fundamentos legais que amparam as decisões da Aeronáutica de buscar, nas suas aquisições, o máximo de capacitação tecnológica para o complexo científico-tecnológico nacional, bem como fortalecer o parque industrial aeroespacial.

Eu gostaria, agora, de citar fatos concretos realizados pela Aeronáutica, em todo esse tempo, para o desenvolvimento desses importantes elementos do poder aeroespacial: a criação do CTA – Centro Técnico Aeroespacial –, na segunda metade dos anos 40,

organização voltada para a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de grande valor econômico e estratégico; a criação do ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica –, no final da década de 40, instituição de excelência no ensino das engenharias aeronáutica, mecânica, eletrônica e de infra-estrutura aeroespacial.

A participação na concepção e na implementação do Programa Espacial Brasileiro que possibilitou a criação do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que teve a sua origem no CTA, bem como a criação do Centro de Lançamento de Alcântara e de Barreira do Inferno.

O desenvolvimento e a produção de uma família de foguetes de sondagem e de lançamento de satélites.

O desenvolvimento da aeronave Bandeirante, que possibilitou a criação da Embraer.

A fabricação da aeronave Xavante, que capacitou a Embraer para a produção seriada de aeronaves, proporcionando tecnologia e carga de trabalho para a fase inicial de suas atividades.

O desenvolvimento da aeronave Xingu, que capacitou a Embraer para desenvolver e produzir aeronaves pressurizadas.

O desenvolvimento da aeronave Tucano, que foi um sucesso mundial de vendas.

O desenvolvimento da aeronave Brasília, que também foi um sucesso mundial de vendas.

O desenvolvimento do Programa AM-X, que capacitou a Embraer para o desenvolvimento e produção de aeronaves de alto desempenho, cujo aporte de recursos permitiu àquela empresa sobreviver até a sua privatização.

Graças ao Programa FX, o Brasil, hoje, possui a 4ª maior empresa fabricante de aeronaves do mundo e sua principal empresa exportadora.

A capacitação da Celma, empresa do ramo de motores aeronáuticos para a fabricação de componentes do motor da aeronave AM-X.

A capacitação da Mectron para a fabricação de radares embarcados de mísseis de ar.

Este histórico, apresentado de forma resumida, dá a dimensão da contribuição da Aeronáutica para o desenvolvimento do complexo científico e tecnológico nacional e de seu parque industrial.

Como importante informação, a Força Aérea Brasileira possui, atualmente, mais de 50% de suas aeronaves de fabricação nacional, havendo oficiais aviadores, até no posto de tenente-coronel, que nun-

ca voaram operacionalmente, ou em instrução, em aeronaves estrangeiras.

Tendo a consciência de que, nem sempre, a indústria nacional poderia atender as suas necessidades operacionais em termos de qualidade, quantidade, prazo e preços, a Aeronáutica foi forçada, muitas vezes, a adquirir bens e serviços no exterior. Essas aquisições, além da remessa de divisas, geraram postos de trabalho e fomentaram o desenvolvimento de tecnologias em outros países.

Como forma de compensar a indústria nacional por essas medidas, a Aeronáutica foi, também, pioneira no mecanismo de compensação comercial, industrial e tecnológica, conhecida, normalmente, como **off-set**.

A Aeronáutica emitiu, em 1991, a sua política de compensação comercial, industrial e tecnológica e, em 23 de setembro de 1992, aprovou a sua diretriz para ação política de compensação comercial, industrial e tecnológica. Esses documentos determinam que os contratos de aquisição, no exterior, de bens e serviços para os projetos da Aeronáutica contenham, obrigatoriamente, cláusulas de compensação. Dessa forma, todos os contratos relativos aos projetos do Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, aprovado pelo Exmº Presidente da República, terão, obrigatoriamente, cláusulas de compensação.

Até a presente data, foram assinados os contratos referentes ao Projeto de Modernização das Aeronaves F5, o Projeto F5-BR, e os contratos referentes à produção de 76 aeronaves leves de ataque, Projeto AL-X. Em ambos os projetos, a Empresa contratada foi a Embraer, dentro da política da Aeronáutica de privilegiar as empresas nacionais, sempre que possível. No caso do Projeto F5-BR, o acordo de compensação, assinado com a Empresa Elbyth, principal fornecedora de bens e serviços, prevê que haja contrapartida em termos de transferência de tecnologia e investimentos no País, no valor de US\$230 milhões (dólares americanos).

No mês de julho, em decorrência desse contrato de compensação, de **off-set**, a Empresa Elbyth investiu cerca de US\$2 milhões e meio, somente em participação acionária, na Empresa Aeroeletrônica, localizada no Rio Grande do Sul, onde irá produzir os principais equipamentos eletrônicos para as aeronaves F5-BR e AL-X, gerando empregos e transferindo tecnologia.

Ainda como resultado dos investimentos da Aeronáutica na capacitação da Embraer, dentro do Pro-

jeto AL-X, foi possível àquela empresa vencer uma concorrência internacional no valor de US\$150 milhões para o fornecimento de oito aeronaves de treinamento para a Força Aérea da Venezuela, onde a Embraer concorreu com uma versão da Aeronave MX, dotada de equipamentos aviônicos do AL-X, sendo o desenvolvimento de **software** realizado por funcionários brasileiros, treinados em Israel, pela empresa Elbet, com os custos pagos pela Aeronáutica.

Em 1995, a Embraer foi contratada para o desenvolvimento de uma aeronave leve de ataque – o Projeto AL-X, mencionado a pouco –, com a missão de participar do policiamento do espaço aéreo na Região Amazônica e na formação operacional das equipagens de combate da FAB, em substituição às aeronaves Xavantes. Este contrato, para a produção de 76 aeronaves, foi assinado em agosto de 2001, num total de US\$450 milhões.

E, agora, a Embraer anunciou a primeira venda também ao Exterior, das Aeronaves AL-X, com contrato de fornecimento de dez unidades para a República Dominicana, no valor de US\$85 milhões.

A Embraer deverá ser contratada, no primeiro semestre do próximo ano, para, juntamente com as empresas italianas participantes do AM-X, realizar a modernização daquelas aeronaves. Este contrato de venda de cerca de US\$150 milhões contempla um lote inicial de oito aeronaves com a opção de mais quinze unidades.

Agora, falando do Projeto FX-BR, assunto para o qual fui especialmente convidado para prestar esclarecimentos a esta digna Comissão, devo inicialmente fazer um histórico da sua evolução. Os seus requisitos operacionais preliminares foram emitidos pelo Estado Maior da Aeronáutica, em dezembro de 1992. Em março de 1996, após estudos realizados pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Aeronáutica, foram aprovados pelo Estado Maior da Aeronáutica os requisitos técnicos, logísticos e industriais do projeto. Diversas alternativas para a implementação desse projeto foram avaliadas, sendo três as principais: desenvolvimento e produção totalmente realizados por uma empresa nacional; desenvolvimento e produção realizados por meio de um programa conjunto entre uma empresa nacional com uma empresa estrangeira; escolha de uma aeronave já existente no mercado mundial e sua adaptação aos requisitos brasileiros com a participação de uma empresa nacional. A primeira alternativa de uma produção totalmente nacional foi descartada devido aos altos custos necessários, estimados em cerca de US\$5 bilhões, qual seja: desenvolvimento e produção total-

mente realizados por uma empresa nacional. A segunda alternativa de um programa conjunto dependeria da oportunidade de encontrar um outro país na mesma época com as mesmas necessidades e requisitos. Além disso, os custos ultrapassariam em muito os recursos disponíveis. Foi, então, adotada a linha de ação de selecionar entre produtos existentes no mercado mundial o que mais se aproximasse de nossas necessidades e possibilidades.

A participação da nossa principal empresa de aeronáutica, a Embraer, sempre esteve presente nos planejamentos da Aeronáutica. Vale lembrar que todos os projetos da Aeronáutica, tais como o Tucano, o Bandeirante Patrulha, o AM-X, o AL-X e F5-BR, a Força Aérea definiu os seus requisitos operacionais e logísticos, sendo a Embraer contratada para o seu desenvolvimento e produção com os custos e projetos totalmente financiados pela Aeronáutica. No caso do Projeto FX-BR, a Aeronáutica, a exemplo dos seus projetos anteriores, planejava contar com a efetiva colaboração da Embraer. No entanto, esta empresa resolveu não participar diretamente com a Aeronáutica e como contratante principal do processo de escolha da aeronave que melhor satisfizesse os requisitos da Força Aérea Brasileira, e cujo fabricante apresentasse melhor oferta comercial. A semelhança do ocorrido no Projeto F5-BR, a Embraer poderia se associar ao fabricante na especificação e integração, no Brasil, dos equipamentos de emissão da aeronave. A decisão da Embraer de se alinhar antecipadamente a uma empresa estrangeira fabricante, a Darson, de uma das aeronaves concorrentes criou um quadro absolutamente novo e inusitado. A aceitação de um produto sem passar por um processo de escolha entre vários fornecedores não pode resultar na melhor solução para o País.

Ao mesmo tempo, a força aérea não pode prescindir de esclarecer, baseada nas suas próprias necessidades operacionais, os requisitos técnicos e logísticos de sua aeronave de superioridade aérea.

Assim sendo, a Aeronáutica decidiu lançar o pedido de oferta para o projeto do FX-BR, com os requisitos definidos pelo seu Estado Maior. A participação de uma empresa nacional permanece sendo de alto interesse estratégico para a Aeronáutica, qualquer que seja ela.

Esse pedido de oferta contém, além dos requisitos técnicos e logísticos, os de natureza industrial, no qual constam as exigências de compensação comercial, industrial e tecnológica – **off-set**.

Foram exigidos que no mínimo 100% dos recursos despendidos no exterior sejam compensados

pela empresa a ser contratada pelo projeto do FX-BR nas seguintes áreas: investimentos no Brasil, transferência de tecnologia, suporte técnico, treinamento, atividades de cooperação científicas e educacionais em benefício de empresas brasileiras e/ou instituições privadas e governamentais, objetivando o incremento da capacidade tecnológica, comercial e industrial brasileira; produção de componentes, subconjuntos e equipamentos por indústrias brasileiras, com transferência de tecnologia e suporte técnico e treinamento; contratação de serviços com empresas brasileiras e/ou instituições privadas governamentais.

Essas exigências asseguram que qualquer das empresas que vier a ser escolhida deverá compensar o parque industrial nacional, por meio de transferência de tecnologia, investimentos e alocação de serviços de alta qualificação nos valores correspondentes aos despendidos no exterior.

Além disso, a capacitação da Aeronáutica ou de uma empresa nacional para a manutenção de softwares de computadores principais das aeronaves é uma das exigências fundamentais do pedido de oferta.

Com essas medidas, a Aeronáutica pretende nivelar as ofertas das empresas assegurando que uma empresa nacional, como a própria Embraer, tenha uma importante capacitação na adequação aos requisitos operacionais e na manutenção das aeronaves FX-BR.

O processo de seleção estabelecido pela Aeronáutica para a escolha da empresa fornecedora do FX-BR está dividido em três fases: na primeira, de seleção inicial, as empresas ofertantes serão reduzidas para um número que permita uma avaliação mais detalhada; na segunda fase de seleção final, será escolhida aquela que apresentar a melhor oferta, baseando-se nos seus aspectos técnicos, logísticos e econômicos, que, além do custo de aquisição, envolve o custo do seu ciclo de vida e estratégicos. A escolha da ofertante selecionada deverá então ser feita pelo Conselho de Defesa Nacional – isso é importante ressaltar.

A terceira fase de contratação será aquela em que os contratos comerciais serão redigidos, e o acordo de compensação será detalhado. O processo de seleção se encerrará então com a assinatura desses documentos.

Srs e Srs. Senadores, o Ministério da Defesa e o Comando da Aeronáutica estão conscientes da importância e da magnitude do projeto do FX-BR.

Assim sendo, é necessário um processo de seleção e de escolha de fornecedores para que real-

mente se encontre a melhor oferta, tanto em termos de qualidade de produto quanto de compatibilidade com os recursos disponíveis. A melhor oferta, como a própria designação indica, pressupõe comparação. É dessa forma que a Aeronáutica está conduzindo o projeto, comparando o que existe no mercado mundial para melhor atender as suas exigências operacionais resguardando de forma absolutamente transparente e legal os interesses da administração pública.

Srs. Membros desta Comissão, gostaria de finalizar esta minha explanação assegurando que, mais do que nenhuma outra instituição nacional, a Aeronáutica tem buscado, muitas vezes com o sacrifício de sua atividade fim, o crescimento do parque industrial aeroespacial e o desenvolvimento tecnológico do País. No caso específico do projeto do FX-BR, essas preocupações foram exaustivamente detalhadas no pedido de oferta enviado às empresas participantes que terão peso significativo no processo de avaliação das ofertas.

Neste momento, coloco-me à disposição de V. Ex^{as}, juntamente com o Comandante Baptista e demais Brigadeiros que se encontram presentes, para respondermos às dúvidas que ainda persistirem, informando que, como Membro do Conselho de Defesa Nacional, com responsabilidade de também participar da decisão final de escolha da empresa a ser contratada, estou impedido eticamente de formular conceitos e opiniões a respeito das aeronaves e das empresas concorrentes, devendo restringir-me no que me couber apenas aos fatos relacionados ao projeto FX-BR.

Muito obrigado.

O segundo tema que me coube será sobre a política de defesa das nossas fronteiras.

O General Gleuber falará sobre serviço de inteligência militar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Deixo ao critério da Comissão. Gostaria de abrir uma discussão breve, claro, se discutiria já essa primeira parte, ou se primeiro ouvirmos a exposição completa sobre os três segmentos e se abriria a discussão no final.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, só sugerindo, porque um tema vai sobrepor a outro, sem dúvida nenhuma.

O SR. TIÃO VIANA – Entendo perfeitamente a preocupação do Senador Romeu Tuma, mas creio que há uma interligação sobre os temas abordados e teríamos condições de até selecionar melhor as perguntas se ouvíssemos a exposição completa por par-

te do Sr. Ministro. Depois formularíamos de maneira mais objetiva até a indagação que deveremos fazer.

O SR. ROMEU TUMA – Senador Tião Viana, sem querer contrariar V. Ex^a, mas um fala em vigilância de fronteira e equipamentos para operacionalidade e o outro é o serviço de inteligência, o tema foge.

O SR. TIÃO VIANA – Penso que vamos repetir perguntas. Penso em aproveitamento do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Bernardo Cabral, que é autor do requerimento, quanto a esta segunda parte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, gostaria de saber qual será ordem de inscrição, se serão respeitados em primeiro lugar os autores.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Os subscritores do requerimento.

Mas quanto a esta questão...

O SR. BERNARDO CABRAL – Quanto à primeira parte, não tenho nenhuma pergunta a fazer. Só na segunda parte.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Ex^a concorda que haja exposição completa?

O SR. BERNARDO CABRAL – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Creio que há consenso quanto a isto.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. GERALDO QUINTÃO – A Política de Defesa Nacional trazida a lume em 1996 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, estabelecendo um escopo de atuação do Estado brasileiro na área de defesa, tem como fundamento obrigação de prover segurança à Nação tanto em tempo de paz quanto em situação de conflito.

Para tanto, a nova política é centrada em uma atividade de diplomacia voltada para a paz e uma postura estratégica decisória, de caráter defensivo, baseada nas seguintes premissas: fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; estreito relacionamento com os países vizinhos e comunidade internacional, em geral, baseado na confiança mutuada e no respeito também mútuo; rejeição à guerra de conquista; busca da solução pacífica de controvérsias, com uso da força somente como recurso de autodefesa.

Como diretrizes estratégicas que representam a orientação para alcançar os objetivos da Defesa Nacional, dentre vários ressaltos os seguintes: atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais e para solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul; intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das na-

ções amigas; manter a participação das Forças Armadas em ações subsidiárias que visem à integração nacional, à defesa civil e ao desenvolvimento econômico do País; proteger a Amazônia brasileira com o apoio de toda a sociedade, com a valorização da presença militar e priorizar ações para desenvolver e verificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Sr. Presidente, para garantir a soberania nacional, seguindo esses objetivos e diretrizes da política de defesa nacional, ao longo de 15.719 quilômetros de faixa de fronteira terrestre, as Forças Armadas brasileiras, materializando a presença do Estado, se fazem presente nos mais distantes confins. Desenvolvem suas atividades por intermédio de unidades aquarteladas, batalhões e pelotões de fronteiras e meios móveis, navios, embarcações e aeronaves, em ação nas fronteiras, particularmente na Região Amazônica e Centro-Oeste.

Faixa de fronteira é uma expressão que tem assento constitucional no art. 20, §2º da Constituição, da seguinte forma: “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.”

A presença das Forças Armadas nesse mister constitucional contribui para promover a integração e a coordenação das ações governamentais nessas áreas, fortalecendo as instituições públicas e inibindo a prática de ilícitos decorrentes da insuficiente presença do Estado.

Falando genericamente agora, no campo militar, as Forças Armadas realizam, permanentemente, o patrulhamento fluvial, terrestre e aéreo na faixa de fronteira, o qual visa a coibir as transgressões à legislação brasileira e exercer ação de presença. Apoiam as operações de repressão aos ilícitos transacionais, prestam apoio aos órgãos de segurança e controle ambiental da Receita Federal na fiscalização da zona de fronteira, prestam apoio à interdição e destruição de campos de pouso clandestinos e intensificação de fiscalização do tráfego aéreo ilegal, controlam o tráfego aéreo particularmente na detecção do tráfego ilícito na fronteira por meio do Cindactas, e a partir do ano que vem por meio do Sivam, realizam ações da política naval nas calhas dos rios, realizam exercícios militares com o intuito de aprimorar o adestramento.

Tenho como projeto meu, por ser competência do Ministro, também lá fazer um exercício de adestramento de comando combinado, por ser necessário naquela vasta região.

Campo psicossocial, o vazio demográfico na fronteira leva as Forças Armadas a desempenharem também outros papéis, além daqueles tipicamente reservados aos militares. Prestam apoio, de modo geral, a diversos outros órgãos governamentais. Apoio de saúde por meio de hospitais fixos, móveis e flutuantes; evacuações aromédicas são atividades constantes em face das limitações existentes na região de fronteira; realizam a nobre tarefa de alfabetização em escolas instaladas dentro dos quartéis, fornecendo muitas vezes equipamentos de ensino e material didático; apóia o Ministério da Saúde nas campanhas de vacinação e controle das endemias; apóiam os pleitos eleitorais por meio de transporte de urnas e na garantia da segurança do pleito propriamente dito; constróem, operam e realizam a manutenção de aeródromos na fronteira; contribuem para diminuir o isolamento em diversas comunidades e permitir o acesso e a atuação do estado nessas áreas; realizam a manutenção dos marcos de fronteira. Isso, em linhas gerais, das três Forças.

A Marinha do Brasil, obediente às diretrizes contidas na PDN, vem intensificando ações que contribuam para desenvolver e verificar a faixa de fronteira em especial das regiões Norte e Centro-Oeste, nas calhas do Rio Amazonas e Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres)(Fazendo soar a campainha) – Solicito o favor de se fazer silêncio, a fim de ouvirmos a exposição.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Obrigado. Com relação à Região Sul, mais especificamente no Rio Paraná, a Marinha mantém uma capitania na área do Lago de Itaipu.

Na Amazônia, dispõe ela não só do Grupamento Naval do Norte, como também da centenária Frota do Amazonas, realizando patrulha fluvial dos nossos rios e outras ações de presença na área, como, por exemplo, assistência médica às populações ribeirinhas, operações conjuntas com Marinhas amigas. E a Marinha, sempre que é solicitada, presta apoio aos demais órgãos federais, como ocorre constantemente com as atividades do Ministério da Saúde para distribuição de remédio e de vacina às populações ribeirinhas desde Manaus até o Acre.

Considerando a importância que a Marinha dá à região amazônica, atualmente são objeto de prioridade da alta administração naval as ações voltadas para a ampliação da presença dela na região. Isso se reflete na busca do aumento de capacidade de realização de patrulha fluvial, na transformação do Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus e do batalhão especializado em operações ribeirinhas e na implantação de um

aquartelamento de um pelotão de fuzileiros navais em Tabatinga, brevemente.

No que concerne à fronteira marítima, embora no sentido restrito da palavra, nossos limites marítimos não caracterizam as fronteiras, uma vez que, aplicados, delineiam uma extensa fronteira marítima para o nosso País. O mar territorial, a zona contígua e a zona econômica e exclusiva representam uma área de, aproximadamente, 4,2 milhões de quilômetros quadrados, equivalente a toda a região amazônica, com inúmeras riquezas a vigiar, preservar e defender, como, por exemplo, as plataformas de petróleo em franca expansão.

Também exerce atividade em busca de salvamento, decorrente de compromissos internacionais, sobre uma área marítima de 12 milhões de quilômetros quadrados, área equivalente a uma vez e meia o território nacional. E, também fruto de compromisso internacional assumido pelo nosso País, outros tipos de navios especializados tornam-se necessários para a manutenção da segurança da navegação nessa imensa área, para a cartografia, sinalização náutica etc. São os navios hidrográficos, oceanográficos e faroleiros hidroceanográficos, cuja carência também pode ser atenuada, nesse caso, com os recursos da taxa de utilização dos faróis, como previsto na legislação específica.

A Aeronáutica, Sr^s e Srs. Senadores, realiza em grande medida ações de apoio às atividades das Forças, em especial, ao Exército, dando-lhe mobilidade indispensável em suas ações de vigilância das fronteiras terrestres desde o Amapá ao Rio Grande do Sul, bem como dos radares meteorológicos e de controle da aviação, além do patrulhamento do litoral brasileiro para também o resgate de naufragos e de acidentes aéreos como atribuição internacional do Brasil.

Realizando essas atividades, a Aeronáutica, por meio do 7º Comando Aéreo Regional, que abrange os Estados do Amazonas, de Roraima, do Acre e de Rondônia, uma vasta área de 2,194 milhões de quilômetros quadrados, tem bases aéreas em Manaus, Boa Vista e Porto Velho, dispondo Manaus de três esquadrões de transporte de tropas, de transporte aéreo e de helicópteros, e as bases de Boa Vista e Porto Velho, de esquadrões de aviões de ataque Tucanos em cada uma.

O 6º Comando Aéreo Regional está sediado em Brasília, abrangendo o Mato Grosso e a sua área de fronteira com a Bolívia. O 4º Comando Aéreo Regional tem sede em São Paulo, abrangendo ainda Mato Grosso do Sul e a sua área de fronteira com a Bolívia

e o Paraguai. Há uma importante base aérea em Campo Grande, com esquadrões de busca e salvamento e de helicóptero. E o 5º Comado Aéreo Regional tem sede em Canoas, com as seguintes bases aéreas: Santa Maria e de Canoas, dispondo de aviões de transporte aéreo, entre outros, e de caças a jato.

O Exército brasileiro é que tem a presença de massa maior nas fronteiras, em função de as fronteiras brasileiras serem mais terrestres. Como eu disse há pouco, a Constituição estabelece que a faixa de fronteira com largura de 150 Km é fundamental para a defesa do território e tem a sua ocupação e utilização reguladas em legislação específica.

Em breve, Sr. Presidente, Srs. Senadores, será enviado ao Congresso um projeto de lei, já elaborado pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Ministério da Defesa, com a oitiva de todos os comandos das três Forças e também dos integrantes do Conselho de Defesa Nacional, que regulamentará o disposto no art. 20, § 2º, e o disposto no art. 190 da Constituição Federal.

Nessa legislação ainda existente, também se aplicam os demais dispositivos previstos no ordenamento jurídico do País, razão por que estão compreendidas as atribuições de diversos órgãos estatais, entre eles as Forças Armadas, que é a manutenção da inviolabilidade do território, e a Polícia Federal, exercício da função de policiamento. Em consequência, o Exército brasileiro desempenha o duplo papel de assegurar essa inviolabilidade e de apoiar aqueles órgãos na realização de suas respectivas tarefas.

Tenho aqui algumas transparências preparadas pelo Exército, que darão a V. Ex^{as} uma visão daquilo que estou lendo. São poucas as transparências. A primeira delas mostra a presença da força terrestre nas fronteiras. A exploração do interior do Brasil ocorreu durante o século XVII e a primeira metade do século XVIII. A consolidação das fronteiras verificou-se entre 1750 e 1801, por meio de acordos diplomáticos e das lutas em defesa dos direitos conquistados pelos portugueses e brasileiros.

A partir do Tratado de Madri – que, no ano passado, comemorou 250 anos, onde brilhou, na defesa das nossas fronteiras e do interesse do País, Alexandre Gusmão, que praticamente assegurou a atual configuração do território nacional -, os fortes passaram a balizar seus limites, assinalando a presença permanente da força terrestre até os dias de hoje. A presença dominante aí é de fortes, construídos pelos portugueses – como diz o General - com absoluto conhecimento de estratégia e tática.

O progressivo adensamento das guarnições militares junto aos lindes meridionais e ocidentais decorreu dos conflitos na região platina, que se prolongaram até a segunda metade do século XIX e culminaram na Guerra da Tríplice Aliança. No oeste, foi influenciado mais tarde pela interiorização do desenvolvimento nacional e pelas migrações, sobretudo a partir da década de 50.

Desde a fundação de Belém do Pará, em 1616, até a atualidade, a presença militar na região norte tem-se constituído, simultaneamente, em garantia da integridade e do patrimônio nacional e pólo de povoamento e desenvolvimento das áreas lindeiras. Toda a atividade que as Forças Armadas exercem, sobretudo no Norte, não têm só a versão militar, mas a de povoamento e do desenvolvimento. No presente, a Amazônia constitui a área estratégica prioritária para a força terrestre.

A seguir, a transparência 2 representa a situação atual. A distribuição da força terrestre no território nacional atende às estratégias da dissuasão e da presença. A primeira dissuasão consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas, aptas ao emprego imediato, capazes de inibir atitudes hostis e ameaças aos interesses vitais da Nação, pela capacidade de revidar que representam. A segunda estratégia, a da presença, modernamente implica – repito – a presença de efetivos adequados em locais selecionados e a capacidade de fazer-se presente, com oportunidade, em qualquer ponto do País.

O dispositivo resultante compreende, em primeiro lugar, uma linha avançada de destacamentos, pelotões especiais de fronteira, subunidades e unidades estrategicamente localizadas, de modo a vigiar, proporcionar alerta oportuno e, eventualmente, bloquear as vias de acesso naturais, terrestres e aquáticas, que penetram o território brasileiro. Ao todo são mais de 16 mil homens, distribuídos em 62 pontos, além dos homens que estão nos pelotões, nas companhias, nos batalhões, no interior. Os intervalos entre eles são vigiados por intermédio de patrulhamento sistemático e assistemático, realizado a pé ou por meio de transporte terrestre, fluvial e aéreo. As operações Reconhecimento de Fronteira, realizadas pela Infantaria de Selva, na Amazônia, constituem significativos exemplos dessas atividades.

Em uma segunda linha dispõem-se batalhões, regimentos e brigadas com habilidade para deslocar até o ponto visado o poder de combate necessário.

O dispositivo terrestre de defesa é completado pela Força de Ação Rápida. Quando falamos em mobilidade, há a presença da Aeronáutica no auxílio e

apoio à força terrestre. Daí por que iniciamos o Programa de Reequipamento das Forças Armadas pela Força Aérea brasileira.

O dispositivo terrestre de defesa é completado pela Força de Ação Rápida, mantida no mais alto nível de capacitação operacional e apta para, mediante um deslocamento estratégico, atuar nas diferentes áreas do País, em conjunto com as outras forças singulares, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Taubaté, ao longo do Vale do Paraíba.

A fim manter um atualizado conhecimento do terreno e detectar possíveis ações contrárias aos interesses brasileiros, visando o aperfeiçoamento e desencadeamento oportuno dos planos de defesa, são realizadas operações de inteligência em toda a Amazônia.

Complementando essa postura de caráter defensivo, a força terrestre realiza manobras na faixa de fronteira, exercitando o deslocamento estratégico e adestrando as tropas em diferentes ambientes operacionais, sobretudo amazônico.

As outras atividades do Exército previstas em lei também das outras forças da Marinha e da Aeronáutica, aqui especificamente do Exército.

A Lei Complementar nº 9.799, em seu art. 16, estatui comissão subsidiária das Forças Armadas para cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil. Atividades que também o Exército tradicionalmente realiza.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Permita-me interrompê-lo.

Há um telefonema urgente para mim. Por isso peço ao Senador Romeu Tuma que assuma a Presidência.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Essas ações subsidiárias avultam e têm importância maior nas áreas de fronteira, onde muitas vezes a iniciativa privada e os órgãos de governo enfrentam sérias dificuldades para a realização de suas atividades principais. Um dos exemplos atuais e de maior evidência foi a Operação Boiadeiro, ainda em curso e quase no final. Um perfeito relacionamento entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Agricultura. Tiveram um pleno sucesso de desempenho as tropas na Operação Boiadeiro. Aí a força terrestre juntamente com as demais forças cooperaram com as autoridades sanitárias federais e estaduais para impedir que o gado com febre aftosa, oriundo dos países vizinhos, contamine o rebanho nacional.

Apoio ao combate dos ilícitos transfronteiriços e ambientais – essa é também uma atividade importan-

te das Forças Armadas, sobretudo do Exército, e naquela região em função das dificuldades fisiográficas. O narcotráfico, o contrabando de armas e munições, tráfico irregular de pessoas e embarcações estrangeiras, comércio ilícito de produtos naturais, a extração ilegal de madeira, a degradação do meio ambiente, invasão de terras indígenas, a aquisição de extensos imóveis rurais por estrangeiros, práticas frequentes na faixa de fronteira, em particular no oeste da Amazônia, pertencem, inicialmente, à esfera de responsabilidade da Polícia Federal, da Receita Federal, do Ibama, da Funai e de outras organizações. No entanto, muitas vezes elas carecem de capacidade operacional para desempenhar suas funções. Nesse aspecto, o recente Decreto 3.897, de agosto de 2001, atualizou as diretrizes presidenciais para que as Forças Armadas proporcionem apoio logístico de inteligência, de comunicações e de instrução aos órgãos governamentais responsáveis pelo combate a esses delitos transfronteiriços e ambientais quando determinados. Essa cooperação, também tradicional, contribui para atenuar as citadas carências e tornar mais efetiva a fiscalização do governo.

Com frequência, porém, as organizações militares da força terrestre constituem-se, naquela região em expressões isoladas da presença do Estado na faixa de fronteira. Nessa situação, exceto quando em face de flagrantes delitos, os militares enfrentam o dilema de permanecerem alheios, porque a questão escapa de sua esfera de atribuições, ou atuarem como agentes do Poder Público, mesmo sem dispor de amparo legal específico, até que as instituições responsáveis sejam acionadas e assumam o controle da atuação.

As necessidades de defesa da integridade territorial e de fiscalização das atividades pelo Estado implicam manter a faixa de fronteira como alvo de atenção e de medidas específicas tanto pelas Forças Armadas quanto por várias atividades estatais. Em razão disso, é previsível que o Exército brasileiro continue a desempenhar o seu duplo papel, assegurando a inviabilidade da fronteira terrestre ao mesmo tempo em que apóia os órgãos governamentais diretamente responsáveis pelo desenvolvimento, fiscalização e policiamento das regiões limítrofes do país. As tarefas decorrentes impõem à força terrestre a preservação de elevados níveis de capacitação operacional por meio de efetivos suficientes, adequadamente equipados e treinados, com mobilidade para concentrar e aplicar o poder de combate nos locais necessários. Requerem, por outro lado, o aperfeiçoamento dos mecanismos e procedimentos que regem a coopera-

ção entre as agências governamentais, objetivando a maior eficácia no cumprimento das atribuições de cada um.

Em locais ainda inóspitos, Srs. Senadores, e da fronteira, as organizações militares, mesmo sem o conveniente amparo legal, continuam a ser os únicos instrumentos em condições de exercer a ação do Estado. Estive lá e vi. O Estado é representado pelas Forças Armadas e em grande parte pelo Exército, o que exige providências de curto prazo. Uma resposta definitiva para o problema envolve a capacitação dos órgãos governamentais para o pleno cumprimento de suas respectivas destinações, possibilitando à força terrestre dedicar-se à sua missão primordial de defender a Pátria.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer no tocante às duas questões que me foram dirigidas.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Passo a palavra ao General Gleuber Vieira, que vai fazer um relato sumário das atividades de inteligência do Exército, também objeto do requerimento.

O SR. GLEUBER VIEIRA – Exmo. Sr. Senador Jefferson Péres, Presidente da Comissão, Ministro Quintão, Brigadeiro Baptista, Comandante de nossa Força Aérea, Almirante Peixoto, Chefe do Estado-Maior da Armada, representando o Almirante Chagas Telles, Exmos. Srs. Senadores, acho que seria descortês e até agrediria a inteligência de V. Ex^{as} se eu tentasse aqui justificar a importância da inteligência militar. Qualquer país sério, sobretudo do porte do Brasil, deve e precisa admitir que é uma atividade indispensável em vários setores da vida nacional não apenas para as Forças Armadas, mas para decisões de qualquer setor do Poder Público, para empresas, para negociações que se devam travar com outros países, para as buscas de acesso à tecnologia. Enfim, a inteligência é um ingrediente hoje preponderante no exercício do poder de nações, de organizações e traduz em poucas palavras a necessidade de buscar, analisar e disseminar conhecimentos que respaldem o processo decisório não apenas nos momentos de crise, mas ao longo da vida rotineira, para que se possam adotar iniciativas que previnam as crises, porque não se pretende chegar até elas.

Para o Exército – eu me permitiria dizer, para as Forças Armadas –, traduz a busca de conhecimentos que dêem condições para o cumprimento mais eficaz de suas missões. E elas têm por missão defender a Pátria – o que traduz uma missão contra uma oposição externa –, garantir os poderes constituídos, assegurar a manutenção da lei e da ordem e, por conse-

quência, o funcionamento de um regime democrático representativo.

Portanto, a busca de conhecimentos que precisamos para as decisões estão tanto na área externa quanto na área interna. O elemento decisório levanta esses conhecimentos de que ele precisa e atribui à Inteligência a busca dos conhecimentos, em sua maioria disponíveis mediante uma pesquisa simples; outros, buscando elementos especializados para ter acesso a esses conhecimentos; e uma pequena parte – que não é o esforço no nosso caso, porque demanda muitos recursos e *know-how*, cacife para isso – é a busca do conhecimento protegido, aquele cuja guarda tem que ser quebrada para se chegar até ele.

Trabalha também a Inteligência com a vertente, com o ramo que chamamos de contra-inteligência, que é a proteção do nosso conhecimento para que a ele não tenham acesso os nossos opositores de qualquer natureza, de qualquer nível. Então, é a proteção de documentos, proteção de conhecimentos propriamente, das cabeças que retêm o conhecimento, de códigos, de redes de informática. É uma área cada vez mais ampla a ser defendida. Esse é o objeto da contra-inteligência. É a busca de conhecimentos, por um lado, e a proteção do nosso conhecimento, por outro.

O Sistema de Inteligência do Exército está evidentemente enquadrado no Sisbin – Sistema Brasileiro de Inteligência, desde que esse foi estabelecido, e dele recebe coordenação, orientação e supervisão. Trabalha tendo como órgão central o Centro de Inteligência do Exército.

Estou-me permitindo essa explicação inicial para que depois coloquemos no contexto os fatos mais recentes, que vamos comentar.

O Centro de Inteligência do Exército é esse órgão central que recebe uma supervisão, uma espécie de auditoria por parte do Estado-Maior do Exército, por meio de uma segunda subchefia, que é a Subchefia de Inteligência. Abaixo do CIE, temos companhias de inteligência, que funcionam junto a cada comandante militar de área, e pequenas frações, que, na medida do necessário, trabalham junto às brigadas. Organizacionalmente, em cada comando temos sempre uma chamada segunda sessão, que cuida, entre outros assuntos, de assuntos de inteligência. É a ponte entre o órgão central e os órgãos de operação de inteligência.

É importante frisar que, em 1994, o Sistema de Inteligência do Exército sofreu uma franca mudança de direção. Em primeiro lugar, por uma necessidade

de modernização de seus conceitos para alcançar maior eficácia, tendo em vista a disponibilidade hoje de outros recursos, como satélites, que superam, às vezes, na precisão e na oportunidade, as informações que vamos buscar pelo elemento humano. Em segundo lugar, para que as atividades do sistema passassem a ser 100% acolhidas pela Constituição e pela legislação que se seguiu. Para isso, houve uma mudança radical doutrinária de organização, de procedimentos, até mesmo uma mudança muito grande de pessoal, para assegurar que o sistema de inteligência passasse a ser conduzido por uma mentalidade arejada e compatível com a conjuntura que se vive desde os anos 90.

Assim aconteceu. Essa determinação aconteceu por meio de vários documentos, o mais alto deles sendo uma política de inteligência determinada pelo comando da Força, que segue uma diretriz estratégica de inteligência do Estado-Maior do Exército. Esse último é que dá todas as orientações a serem perseguidas pelos órgãos executantes, que vão do CIE àquelas companhias e destacamentos de inteligência.

Entendo ser importante esse entendimento, pois é esse trabalho de inteligência que nos tem permitido ter sucessos que às vezes passam despercebidos. Os laureados são aqueles que mais aparecem, sem o devido crédito a esse trabalho de base que é realizado pela inteligência.

Lembro, por exemplo, a permanência bem sucedida, graças a Deus, do Exército, na região de Parauapeba, onde estivemos por seis meses, exercendo praticamente uma missão de pacificação. Para aqueles que lá operaram, deveu-se esse grande sucesso ao fluxo de informações precisas e corretas que vinham da inteligência. Eram duas facções: os que pretendiam terra e os que defendiam terra. Eram dois elementos a serem reconhecidos para que aqueles militares e os chefes que lá estavam tomassem decisões balizadas a respeito de um e de outro.

Em recente intervenção em Tocantins, a nossa presença e negociação foram muito facilitadas pelo conhecimento prévio que obtivemos na inteligência que se faz rotineiramente e que antecipamos com equipes de inteligência, para conhecer as lideranças, a real disposição de negociar, quais as lideranças de fato e as lideranças de direito, quais as outras agências governamentais ou não que agiam no caso, quais as suas posições, se eram sinérgicas ou divergentes com nosso esforço. Tudo isso é passado para quem tem de decidir. E o general que lá esteve valeu-se dessas informações, e não tenho a menor dúvida de que o sucesso alcançado deveu-se, em grande parte,

a esse fluxo confiável de informações que a ele chegou. Repetiria o mesmo para a operação Bahia.

Alguns episódios recentes deram margem a alguma exploração na mídia, como o episódio Marabá. Farei uma breve cronologia de eventos. Durante o mês de julho, estiveram na área de Marabá jornalistas, representantes do Ministério Público e outras pessoas sob alguma cobertura que não nos interessou saber, procurando saber de operações e documentos envolvendo operações da Guerrilha do Araguaia. O pano de boca era a busca dos desaparecidos para que se proporcionassem informações sobre local de sepultamento de desaparecidos naquela guerrilha e contra guerrilha que o Exército conduziu. Parece-me que esse era o grande elemento motivador e uma causa extremamente nobre que merecia ser apoiada por todos os meios que dispuséssemos. Mas os fatos foram mostrando mais adiante que se derivou dessa idéia a força inicial para outros objetivos.

No dia 24 de julho, o juiz federal de Marabá expediu um mandado de intimação com busca e apreensão, ampliando o alcance de um pleito feito pelo Ministério Público, que era apenas de apresentação de documentos para que pudessem ser copiados e devolvidos num determinado prazo. Na realidade, o juiz de Marabá estava licenciado e quem decidiu foi o juiz da comarca de Cuiabá, um juiz substituto, que alongou até as pretensões do Ministério Público, concedendo que se fizesse uma intimação com busca e apreensão numa organização conhecida por todos que lá habitam, uma instalação da Eletronorte sob comodato para o Exército, em processo de transferência de patrimônio para o Exército, uma instalação onde trabalhava o grupo de inteligência.

Na manhã de 25 de julho, às sete horas, antes do início do expediente, realizou-se o um chamado "assalto" a essa instalação militar por representantes do Ministério Público, por um oficial de Justiça e por elementos da Polícia Federal. A instalação era guardada apenas por um soldado de plantão que não poderia responder nada a respeito. Todos sabiam que se tratava de uma instalação subordinada à Brigada de Selva sediada em Marabá.

No curso dessa operação, de imediato, avaliamos que havia procedimentos no mínimo irregulares, porque, em primeiro lugar, não se intimou quem se devia, dirigindo-se aos soldados e sob pressão, sob uma arma da Polícia Federal. Era um soldado de plantão e não tinha condição de responder nada. A intimação, portanto, para a apresentação de documentos deveria ter sido dirigida ao comando da brigada. Não sendo satisfeita, abriram mão da intimação e houve

logo a invasão da instalação do Exército, partindo-se de imediato para a busca e apreensão, ignorando a medida preliminar, inicial, que deveria ser a intimação. As instalações foram invadidas, seu patrimônio lá foi seriamente avariado, com arrombamento de armários, tampos de mesas para arrancar gavetas e todo o material existente foi recolhido, quando o mandado autorizava apenas a buscar documentos relacionados com guerrilhas do Araguaia originalmente, estendidos pelo juiz para atividades do Exército no Sul do Araguaia. Foi mais uma ampliação do próprio punho do juiz de Cuiabá.

Ciente do que tinha acontecido, o Comandante Militar da Amazônia, prudente e corretamente, instaurou um inquérito policial militar para primeiro apurar se havia ou se se confirmavam eventuais irregularidades no procedimento dos procuradores; em segundo lugar, para verificar se da nossa parte localizávamos, também, irregularidades que devessem ser coibidas e até punidas.

Mas com tantos fatos evidentes, desde logo, o Comandante do Exército, eu, encaminhei à apreciação do Sr. Advogado-Geral da União o relato dos acontecimentos, solicitando providências para o resgate daqueles documentos que inclusive não foram sequer objeto de um arrolamento e de um recibo.

Vou mencionar adiante, quando comentar os documentos, que nenhum deles atendia ao objetivo visado pelo mandado de intimação, busca e apreensão.

O Advogado-Geral da União impetrou pedido de liminar junto ao TRF e conseguiu o despacho de que vou repetir alguns dados que julgo interessantes, basta conseguir localizar aqui, entre tantos papéis. Aqui estão considerações do juiz que julgou o mandado de segurança impetrado pela AGU. Entre outras considerações, diz ele que a exibição de documentos, que era originalmente a solicitação do Ministério Público, não implica apreensão. O juiz deferiu a liminar para determinar a exibição imediata dos documentos referentes à guerrilha e à atuação do Exército Brasileiro no Sul do Estado do Pará. Em não sendo apresentados os documentos, estes deveriam ser buscados e apreendidos. Ordenou, portanto, a expedição de mandado de exibição de documentos e de busca e apreensão, mas o juiz estendeu a liminar em relação aos réus, os quais deveriam apresentar imediatamente documentos referentes às guerrilhas, ações do Exército. “Em qualquer hipótese”, diz o juiz em seu despacho, “os documentos permaneceriam apreendidos até posterior decisão”.

Verifica-se que o juiz agiu de ofício quando:

a) transformou a exibição em busca e apreensão;

b) estendeu o objeto do pedido a documentos relativos à atuação do Exército Brasileiro no Sul do Estado do Pará sem relação com a guerrilha do Araguaia;

c) determinou a apreensão do material, situação que se encontra além dos dez dias requeridos pelo Ministério Público.

“Tal ação **ultra petita** dirigida na realidade contra um órgão do Poder Executivo não se coaduna com o princípio da independência e harmonia dos Poderes da União nem com o Sistema Processual Civil, quiçá, se fosse o caso, com o Sistema Processual Penal.

Acresça-se que a União é litisconsorte necessária no processo e ainda não se cuidou de sua citação.

Por esse motivo, defiro o pedido de liminar para determinar a devolução dos documentos apreendidos pelos oficiais de justiça em cumprimento ao mandado de busca e apreensão e, considerando que não haverá prejuízo para as partes, defiro, também, a imposição de sigilo para as cópias, degravações e demais atos que forem praticados nos referidos autos ante a alegação de que envolvem assuntos relativos à segurança do Estado”.

Isso é decorrência de uma menção, no expediente que fiz à AGU, de que documentos sigilosos estavam contrariando a legislação vigente, sendo passados para imprensa, como foram largamente publicados.

Vamos agora comentar o que surgiu na mídia. Em primeiro lugar, é necessário salientar que quase todos os documentos, a única documentação oficial apreendida foi o Plano de Segurança Orgânica do Grupamento de Operações de Inteligência. Primeiro, é um plano que não deveria estar no Grupamento de Inteligência; deveria estar lá no QG da Brigada, na Segunda Seção. É uma irregularidade de nossa parte que foi percebida. Ele dita as normas a serem observadas para aquela segurança orgânica. É aquilo que eu disse, a proteção do nossos conhecimentos, dos nossos documentos.

O restante é documentação particular que não deveria estar guardada naquele local. Uma fita cassete com a gravação do depoimento de testemunha em sindicância sobre um fato acontecido três anos antes, sindicância de uma possível tortura ou pressão em um soldado, que já fora objeto de um inquérito, que já fora a auditoria e o autor já fora indiciado. Um caso absolutamente liquidado, não havia razão para essa fita

estar mais lá. Mas nada, portanto, relativa à Guerrilha do Araguaia.

O que teve repercussão – e vou me deter nisso – foi um documento que fala em “arranhar direitos do cidadão”, apresentado com uma diagramação que extrai, edita dois trechos, que, juntos, dão uma composição que denota, realmente, esse propósito de “arranhar direitos dos cidadãos”. Mas acreditem que esse documento nada mais era que uma nota de aula de 1987, que já deveria estar recolhida – é mais uma irregularidade que nós constatamos – da cadeira de Direito da Aman, que, ao contrário de explorar e incentivar a ofensa a direitos do cidadão, paradoxalmente, defendia o respeito à Constituição Federal de 1967, à então Lei de Segurança, ao CPPM e ao exercício especial do poder de polícia. Mas se fazia sob a égide da Constituição então em vigor, que era a de 1967. E o trecho em que se fala sobre direitos humanos é com uma remissão aos estados de emergência, em que a Constituição admitia que alguns direitos fossem ignorados com os propósitos de defesa do interesse nacional. Então foi pego apenas esse trecho do “arranhar”, sem os comentários que antecederiam e seguiriam essa afirmação, mudando, portanto, inteiramente o sentido e a finalidade do documento comentado.

Devo dizer, também, que esse mesmo documento falava – e isso foi comentado, foi explorado – falava no MST como um movimento adverso. Na realidade, isso estava escrito. E acho até que era uma impropriedade de redação no documento, porque não é o MST que é um movimento adverso. Como eu disse, em nota de comando, em um **informex**, em nota para a imprensa imediatamente após o acontecido, a adjetivação se aplica àqueles que, por suas atividades, constituem, sim, uma ameaça ao cumprimento de nossas missões, àqueles que, pelas intenções que manifestam, possam constituir um potencial perigo para a estabilidade, para a manutenção da lei e da ordem e que, por isso, merecem atenção. Pergunto a V. Ex^{as} se não seria uma ação adversa coisas que eu listei, como certos elementos que trabalham ao abrigo do MST.

Em 1990, “Confronto entre MST e Brigada Militar em Porto Alegre resulta em um soldado degolado”; 1997, “ONGs da Alemanha, Inglaterra, Holanda, Itália, Canadá e França doam ao MST 630 mil”. Isso preocupa, sabemos pelos menos o porquê. “Pedágio em Boituva é depredado pelo MST” – 1999; “MST invade Incra em Belém e toma Diretor como refém” – março/2000; “MST anuncia 65 invasões em cinco Estados” – abril/2000; “Sem-terra fazem quatro reféns no INCRA da Paraíba – O Estado de S. Paulo,

abril/2000; “Ministro Gregori: grupo radical do MST quer mudar regime pela força” – junho/2000; “Um líder do MST dá entrevista e ultimato ao Governo Federal, ameaçando invadir propriedades em todo o País” – julho/2000; “Outro líder do MST diz ter vontade de lançar coquetel molotov em prédio da **Folha**” – a própria **Folha** publica isso em novembro/2000; “MST invade Prefeitura de Rondonópolis, em Mato Grosso” – dezembro/2000.

E eu não pincei tudo, estou apenas assinalando alguns episódios em ordem cronológica.

“MST arrasa usina em Aliança, Pernambuco” – abril/2001; “Ponte de Uruguaiana é bloqueada por 13 horas pelo MST” – 18 de abril de 2001; “Ferrovia de Carajás, no Pará, é interditada pelo MST” – maio/2001; “MST diz ter a sua própria rede de arapongas” – agosto/2001; “Sem-terra ateiaram fogo na sede e espancam e ferem funcionários de fazenda em Marabá: invasores portavam revólveres, escopetas, espingardas calibre 22, facões e facas” – publicado pela imprensa em agosto/2001.

Então, vejam V. Ex^a que o MST, em si, tem causas nobres – a reforma agrária, a distribuição de terra a quem tem direito e a quem merece e almeja. Todavia, temos que considerar com cuidado, sempre que procedimentos daqueles que trabalham sob o guarda-chuva do MST tomam atitudes ou desenvolvem atividades que, de alguma maneira, podem, num futuro, de imediato, comprometer a ação do aparato de segurança pública. Quando se agrava a situação, evidentemente, cai no colo das Forças Armadas. Então, é uma atividade que, desde cedo, tem que ser acompanhada para a prospecção de cenário, delimitação de medidas preventivas que se podem adotar para evitar que se chegue àqueles instantes de conflitos e crises. Portanto, é uma atividade inevitável.

O MST é como qualquer outra agência, qualquer outro elemento da vida nacional em que nós percebemos que, ali, encontra-se um potencial qualquer de comprometimento da estabilidade do regime, da manutenção da lei e da ordem ou de ameaças a fronteiras quando se pensa em ameaças externas.

Esses foram os dois pontos mais batidos pela imprensa e explicados numa nota, mas que ainda tiveram algumas repercussões e alguns repiques. Faço questão de repetir esse aspecto de forma mais desenvolvida.

Devo dizer que todas as vezes que esses assuntos vem à baila, fazemos a análise da situação, exames profundos para ver se há algo a ser corrigido. Não nos consideramos perfeitos vestais. Achemos que é

um sistema complexo, amplo e que precisa de uma supervisão muito cerrada porque muitas coisas ficam à mercê, às vezes, do julgamento de elementos do pequeno escalão e que precisam desse acompanhamento. Nós sempre admitimos as correções de rumo e, por isso mesmo, ainda que não esteja terminado o inquérito, que eu não tenha as conclusões, eu só quero saber do resultado final, não interfiro no seu curso. Eu não quero saber do Inquérito, deixo toda a liberdade para o encarregado e faço acompanhar sempre por um procurador adjunto da Justiça Militar para assegurar e testemunhar a lisura dos procedimentos e até auxiliar na regularidade processualística.

Por isso, embora esperando ainda o resultado do Inquérito, eu já adotei uma nota de comando, recentemente distribuída aos Comandantes Militares de área e aos Generais em comando, no sentido de que o Estado Maior do Exército revisse as diretrizes estratégicas para saber se, no momento, recebem um aperfeiçoamento, e que cessasse a supervisão sobre as atividades de inteligência para as correções que se fizessem necessárias. Determinei a renovação de recomendações que vêm do Ministro anterior, o Sr. Ministro Zenildo de Lucena, para recolhimento de documentos obsoletos que teriam de ter sido recolhidos e triturados – são documentos didáticos, não correspondem mais ao que se pratica no CIE e ao que permite a legislação; mandei rever toda a documentação didática, para ver se, em algum dos volumes, em alguma das publicações, há alguma impropriedade que nos tenha passado despercebida; e, acima de tudo, reiterei – como determina a lei e como faz parte da política e da diretriz estratégica – que todas as ações de inteligência têm que respeitar os preceitos legais, os preceitos éticos e os direitos humanos, que são uma norma do nosso procedimento com os nossos recursos humanos.

Termino a exposição apenas salientando que fico com a sensação de que todo aquele movimento – como lhes disse inicialmente –, sob a capa de proporcionar informação às famílias dos desaparecidos – e acredito ser até uma maldade alimentar uma esperança para essas famílias, quando não há uma perspectiva de resultado concreto, embora seja uma causa nobre, para a qual o Exército se dispõe sempre a dar todas as informações de que disponha –, aos poucos, derivou para o que me pareceu muito mais uma contestação à execução da atividade de inteligência, uma atividade importante cuja inibição só pode servir àqueles que se julgam ameaçados em seus propósitos pelo que possa ser localizado pela inteligência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Ao franquear a palavra, pergunto ao Senador Bernardo Cabral, co-autor do requerimento, se deseja dirigir perguntas aos expositores.

V. Ex^a está com a palavra, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, Senador Jefferson Péres, Sr. Ministro Geraldo Quintão, Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista, meu velho amigo, Sr. Almirante de Esquadra Luiz Peixoto, que aqui representa o nosso Almirante João Castello, General Gleuber Vieira – a quem deixei por último a propósito. Devo dizer que a presença de V. Ex^a aqui, na sequência do convite ao Ministro Geraldo Quintão, foi de minha autoria, e creio que eu estava certo.

Deixo o cumprimento para o fim, porque também quero cumprimentar alguém que se encontra aqui nesta assembléia, nesta assistência, e que, ao longo de 14 anos, foi eficiente colaborador da nossa Constituição atual. Refiro-me ao General Roure, que, naquela altura, era Coronel e hoje trabalha no Ministério da Defesa, e que, sendo um democrata, para mim é uma garantia para o que acaba de dizer o General Gleuber Vieira, em termos de correção de rumos.

Tenho uma única pergunta ao Ministro Geraldo Quintão, mas tenho algumas ao General Gleuber Vieira. Ao Ministro Geraldo Quintão, com a responsabilidade que tem de ser Ministro da Defesa, pergunto: a alocação de verbas orçamentárias é suficiente para proteção das nossas fronteiras? Essa é a pergunta única.

Depois passo ao General Gleuber Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Ex^a tem a palavra, Sr. Ministro.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Nobre Senador, não é que eu fique naquela categoria que está sempre descontente com as verbas que são alocadas. Tenho uma realidade fática: uma fronteira imensa – no Calha Norte, são 1.600km; o total das fronteiras dá mais de 6.000km. E já visitei as fronteiras do Brasil, no Sul, no Oeste e no Norte. A presença militar nas fronteiras, para mim, é parca, é escassa, e eu gostaria que mais pelotões do Exército houvesse, não só no Calha Norte, como também na parte Oeste, abrangendo Peru, Bolívia e Paraguai. O Brasil é um país pacífico, sem dúvida nenhuma, mas hoje está cercado por países vizinhos onde os crimes transnacionais são freqüentes, e a entrada de contrabandistas e de narcotraficantes será sempre por essas fronteiras.

Felizmente, no Amazonas, o narcotráfico não entra com tanta virulência, mas, na fronteira da Bolívia, sim; no Paraguai, sim. Por isso é que todo ano – é o segundo ano que estou no Ministério – tenho vindo ao Congresso pedir apoio para que aportem recursos mais condizentes com as necessidades da defesa das fronteiras nacionais. E, por justiça, devo dizer que recebi apoio aqui, nos dois orçamentos. Ao tomar posse, em 2000, ainda cuidei do orçamento para 2000, com o Deputado, hoje Ministro, Carlos Melles. Obtive apoio. E para o ano 2001, o Relator Amir Lando e vários Deputados e Senadores nos ajudaram.

Este ano, com a mudança de eixo que aconteceu no dia 11 de setembro, com esses atos de terrorismo bárbaro nos Estados Unidos, estamos vendo que as ameaças existem aos países livres. Ameaça do contrabando, ameaça do narcotráfico, que dissolve o Estado, que mina a sua base, a sua estrutura, e ameaça do terrorismo.

Não podemos, no Brasil, nos manter equidistantes, pensar que essas ameaças não existem e nada fazer. O Governo, o Executivo, o Legislativo, todos têm compromisso com a ação de fazer ver a sociedade brasileira, sem alarme, sem alarde, sem querer trazer receio, medo e desconfiança, de alertá-la que vivemos hoje num mundo diferente daquele mundo anterior a 11 de setembro de 2001.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ministro Quintão, eu tinha certeza de que V. Ex^a não fugiria à pergunta sobre escassez de verba. E digo isso porque, há três anos, chegou às minhas mãos um documento confidencial em que um tecnocrata, funcionário do Tesouro Nacional, queria zerar o Projeto Calha Norte. Teríamos perdido esse programa se não tivéssemos recebido essa denúncia. V. Ex^a ainda não era Ministro da Defesa e a denúncia foi acompanhada por todos os colegas Senadores da região. Em uníssono protestamos e hoje melhorou muito o problema do Calha Norte, com a atuação do Ministério da Defesa.

Mas devo confessar que V. Ex^a vai contar com esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a alocação de verbas, que ainda é muito pequena, para aquela região.

Tenho dito que até parece, para alguns burocratas, no cartório da cidadania, que quem nasce no Norte talvez não tenha o mesmo sentido patriótico do Sul. Por isso, conte com o Calha Norte.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quero agora ouvir o General Gleuber Vieira.

Em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a pela sua sinceridade. O problema Marabá é sério, sofreu algumas distorções na mídia, conforme a sua exposição. E, ao que senti e registrei aqui, o mandado judicial foi além – e é claro que o correto termo jurídico foi esse que V. Ex^a utilizou, **ultra petita**. O juiz não poderia ter feito, segundo essas explicações, o que fez.

A minha primeira pergunta é se o Advogado-Geral da União representou contra esse juiz ou se limitou apenas ao recurso que foi devidamente julgado procedente pelo Tribunal Regional Federal.

A segunda pergunta: li no noticiário, e gostaria que V. Ex^a me respondesse, General Gleuber, até para eu tirar uma dúvida que é minha. Quando estava em Manaus, ouvi, de viva voz, a Ordem do Dia. Depois, o Comando Militar da Amazônia, em um fato inédito, cedeu a palavra a um civil para fazer um pronunciamento, o governador do Estado. Logo depois, a notícia, e é esta a pergunta, diz que a Ordem do Dia do Dia do Soldado de 2001 serviu para aplacar a irritação de integrantes do alto comando do Exército. Há fundamento nessa irritação? Por que ela estaria sendo levada a efeito, uma vez que acho que não se confundem as duas coisas.

Faço a última pergunta: alguma testemunha viu quando esses procuradores federais entraram na casa dizendo que estavam munidos de mandato judicial não apenas para a intimação, mas também para o seqüestro de documentos, porque não foi feita somente a busca e apreensão? Consta do inquérito policial militar que foi instaurado?

São essas as perguntas que faço ao General Gleuber Vieira, cumprimentando aos demais, ao Brigadeiro e ao Almirante de Esquadra...

O SR. ROMEU TUMA – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com muito prazer até porque V. Ex^a hoje está funcionando como Presidente *ad hoc* desta reunião.

O SR. ROMEU TUMA – Como o General Gleuber foi muito sincero na exposição e fez um retrospecto perfeito de todos os acontecimentos, citando não só os promotores, mas também um agente da polícia, pergunto se era uma autoridade policial e se foi feito o auto de exibição e apreensão na hora do seqüestro dos documentos.

Desculpe-me Senador Bernardo Cabral, mas faço a pergunta porque a considero importante.

O SR. BERNARDO CABRAL – Como foi um aparte, tenho de respondê-lo.

Veja que o homem com a segurança pública está sempre presente para suprir o lado jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra o General Gleuber Vieira.

O SR. GLEUBER VIEIRA – Que eu tenha conhecimento até o momento, o Advogado-Geral da União não representou ainda. Sei que há uma cogitação nesse sentido e, possivelmente, está estudando os fundamentos para essa atitude. Da mesma forma, com respeito à ofensa que se fez à divulgação de documentos sigilosos, já que é evidente a ofensa à lei que regula a divulgação de tais documentos. Não sei em que estágio está isso, mas temos acompanhado o assunto junto à AGU. Não queremos atropelar os trabalhos. Fornecemos todos os subsídios ao advogado, que foi muito eficaz naquela iniciativa que permitiu o mandato de restituição dos documentos à nossa posse.

Quanto à segunda pergunta, que diz respeito do Alto Comando, tenho até que sorrir porque, talvez, não se compreenda a sinergia com que se trabalha em um Alto Comando. Trata-se de um colegiado que me assessora, mas que respeita muito minhas posições. Por outro lado, trabalho consciente de que devo exercer uma liderança persuasiva. Então, o que ouço, discuto, mas assumo a responsabilidade de decisões tomadas, ainda que não seja correspondente à maioria. Esse caso eu não discuto com o Alto Comando porque se trata de um ato meu, próprio. A ordem do dia é um ato de moto-próprio. É uma mensagem que desejo passar aos meus subordinados em uma determinada data, em uma determinada ocasião. Inclusive, o documento não foi preparado na véspera, embora tenha havido uma tentativa de relacionamento com coisas recentes. Para eu fazer uma ordem do dia daquelas eu vinha preparando-a há 40, 50 dias, corrigindo palavras aqui e ali. É um ato de ação de comando em que abro o pensamento do Comandante da Força para os meus subordinados para saberem o que sinto. Então, longe de ser uma satisfação a irritação do Alto Comando. Penso até que é uma consideração que deixaria insatisfeitos os membros do Alto Comando. Eles jamais se prestariam a isso. É isso, sim, uma abertura do pensamento do Comandante da Força para os seus comandados, do público interno, os militares fardados, e os que chamamos do público semi-interno, aqueles que já estão na reserva, mas ligados pela vivência com a Força, o que lhes assegura uma ligação permanente para o resto da vida.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Exª concluiu?

O SR. GLEUBER VIEIRA – Gostaria de saber qual foi a pergunta porque anotei apenas a resposta. (Pausa)

Não houve a pergunta?

O SR. ROMEU TUMA – (*Intervenção fora do microfone*) – ... e se houve seqüestro dos documentos.

O SR. GLEUBER VIEIRA – Não houve. Apanharam os documentos, colocaram-nos no saco e foram embora.

O SR. BERNARDO CABRAL – Conseqüentemente não houve o auto a que o eminente senador se referiu.

O SR. GLEUBER VIEIRA – Lembrei-me. V. Exª perguntou se o IPM permitiu testemunhas. Está em curso o IPM. Como lhe disse, não tomo conhecimento até que me venha o relatório, até porque ele deve ser conduzido em sigilo de justiça. Agora sei que estão sendo ouvidos todos os envolvidos naquela ação – os procuradores, aqueles que foram objeto das medidas preliminares que antecederam essa invasão à instalação militar.

Então, vão aparecerem testemunhas desses fatos, mas eles foram tão evidentes, que o próprio despacho do TRF, sem o amparo das informações do IPM, foi suficiente para o despacho do Juiz, que nos favoreceu e não foi contestado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, estou satisfeito, porque, quando tomei conhecimento disso, por meio do noticiário da imprensa, não quis formar nenhum juízo de valor, sem ouvir a parte contrária.

Veja esta Comissão como foi oportuna a vinda do General Gleuber Vieiral! É desse modo que se esclarece, para que se faça justiça na hora de se julgar um episódio gravíssimo dessa natureza, porque o que acabo de ouvir do General é que houve não só **ultra petita**, mas também um abuso de poder de uma autoridade que não poderia ir além daquilo que lhe coubesse.

São 46 anos de advocacia, e esta é a primeira vez em que tomo conhecimento de um assunto dessa magnitude no seio da Justiça brasileira.

O SR. GLEUBER VIEIRA – Senador Bernardo Cabral, reconhecemos a nobreza do trabalho que deve ser realizado pelo Ministério Público. Pressupõe-se que isso se faça, segundo uma atuação equilibrada, retilínea e isenta. É justamente isso que achamos que não aconteceu naquele momento. Lamentamos até esse fato. A forma de se executar a missão é que dá nobreza para os que ocupam o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pergunto para a Senadora Emília Fernandes, como co-autora do requerimento, se tem perguntas a fazer. Antes disso, comunico ao Senador Eduardo Suplicy que S. Ex^a está inscrito.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Gostaria de formular uma pergunta após a Senadora Emília Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emília Fernandes.

A SR^a EMÍLIA FERNANDES – Inicialmente, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de saudar a iniciativa e a realização desta audiência, que conta com a presença qualificada do nosso Ministro da Defesa, bem como com a do General Gleuber Vieira, a dos Almirantes Carlos Batista e Luiz Fernando e a das demais autoridades que estão representando aqui as diferentes Forças Armadas.

Gostaríamos apenas de ressaltar que, em primeiro lugar, consideramos a questão da defesa nacional algo que se torna cada vez mais moderno e necessário. Entendemos que a adaptação para os novos tempos e as novas exigências precisa ser observada.

Quanto à defesa das nossas fronteiras, tivemos a oportunidade, atendendo a um convite do Ministro, de conhecer o que está sendo feito na região amazônica pelas nossas Forças Armadas e, em especial, pelo Exército brasileiro. Voltamos profundamente impressionados com o trabalho qualificado, de amor e de determinação ao nosso País. É uma qualificação que passa, sem dúvida alguma, pelas autoridades superiores e chega até o nosso soldado, que está firme naquelas regiões distantes do nosso País, cumprindo com uma determinação de amor à nossa Pátria. Esse nos parece um trabalho de fundamental importância.

Por outro lado, entendo que deveríamos trabalhar – não de forma semelhante, porque as características são diferentes – principalmente na região da fronteira sul do País. Já tivemos oportunidade de conversar sobre isso. Gostaríamos de aprofundar a análise dessa estratégia.

Estamos vivendo, diante desses últimos acontecimentos que abalaram o mundo inteiro, algo recente – apesar de entender, em determinado momento, que já estava obsoleto –, que é o terrorismo. Em nosso País, por exemplo, sempre pensamos que não necessitaríamos nos preocupar com isso, até pela diplomacia que temos e a boa integração das nossas fronteiras. Mas, diante do que ocorreu, país nenhum está livre de que, de uma hora para outra, aconteça algo, senão igual, semelhante.

Por isso, questiono nossos convidados desta audiência a respeito dessa questão que foi ventilada agora pela imprensa envolvendo um prefeito da região sul do nosso Estado, e quanto à denúncia de que haveria uma rota de intercâmbio de fatos de terrorismo de Foz de Iguaçu ao Chuf. Dentro do que é possível, neste momento, ser divulgado, gostaríamos de saber como está se processando, via defesa nacional, essa questão.

Por outro lado, no que se refere à inteligência militar, temos a idéia de que ela é necessária e de que todos os países devem possuir esse tipo de serviço. Ela é fundamental para a defesa e a soberania do País. É lógico que há os parâmetros de como ela age. Precisamos nos adaptar aos novos tempos. Gostei muito quando o General Gleuber disse que houve uma mudança doutrinária. É dentro dessa inspiração e dessa orientação que os fatos estão acontecendo. Por outro lado, vejo com certa preocupação quando se focaliza totalmente o MST, a observação de que estaríamos quase que priorizando o acompanhamento e a investigação desse movimento, que é legítimo, que nasce do desejo do povo de que se faça uma melhor distribuição da terra e que se priorize a permanência do homem no campo. Hoje, a política é totalmente contrária: aposta-se na favelização das nossas cidades e se empurram, cada vez mais, pessoas e famílias para as estradas e para as favelas dos grandes centros.

Exatamente por ser uma causa nobre, como colocou o General, temos de olhar com outros olhos para esse movimento, que nasce da angústia e da desatenção com as questões sociais neste País. Fico mais tranqüila quando o General diz que há uma mudança doutrinária na ação e na determinação do que é feito pelo setor de inteligência militar.

Coloco essas duas questões, cumprimentando o esforço que se faz para que a soberania do País se mantenha. Sempre alerta que a soberania se garante pela ordem, pela liberdade, pela democracia e pela dignidade que vive o povo. Na medida em que há milhões de excluídos do processo de desenvolvimento social, também temos de dar uma conotação da visão social. No momento em que há agressão contra o ser humano, conseqüentemente haverá aumento da violência.

Respeito as Forças Armadas. Um país se fortalece na democracia à medida que suas forças armadas são valorizadas, com destinação de recursos para seus projetos importantes e necessários e, principalmente, quando estão diretamente desempenhando suas atribuições específicas.

Esse era o registro que gostaria de fazer, ressaltando a importância de se estabelecer e se aprofundar o diálogo com esta Casa cada vez mais, para que se dê a visibilidade que a própria sociedade tem que ter em relação ao real trabalho das Forças Armadas.

Era esse o registro, Sr. Presidente. Se fosse possível, que tanto o General Gleuber Vieira quanto o Sr. Ministro Geraldo Quintão pudessem dizer-nos como se está processando essa questão na fronteira sul e, em particular, se há uma nova visão sobre a questão do próprio movimento dos sem-terra. Evidentemente, não concordamos com tudo aquilo que contraria a ordem e o direito de propriedade. Queremos construir no diálogo uma política agrária e agrícola séria. Essa é, primeiramente, a nossa bandeira. Entretanto, deveríamos acrescentar a esse dado todo o desrespeito aos direitos humanos que ocorreu de fora para dentro do movimento, como assassinatos e ataques, que sabemos que também devem ser condenados.

Registro esse fato, salientando a importância da presença de V. Ex^{as} nesta Comissão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Quem deseja responder à pergunta da Senadora Emília Fernandes, o Sr. Ministro Geraldo Quintão ou o Sr. General Gleuber?

O SR. MINISTRO GERALDO QUINTÃO – Responderei à primeira pergunta e o Sr. General Gleuber responderá à segunda.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Geraldo Quintão.

O SR. MINISTRO GERALDO QUINTÃO – Esses atos terroristas ocorridos nos Estados Unidos, na sua investigação, foram direcionados, pelo que se vê na imprensa e na mídia televisiva, sobretudo na CNN, para um cidadão árabe islâmico que mora no Afeganistão. A partir de então, conforme a imprensa publicou, iniciaram-se, nos Estados Unidos, uma campanha e uma discriminação contra todos os árabes e palestinos – inclusive um brasileiro sem nenhuma descendência árabe apanhou de três jovens. Esses fatos mostram o nível de tensão e de irritação do povo americano.

No Brasil, a mídia ficou agitada ao se começar a falar daquela região triplíce fronteira e do Chuí, onde moram principalmente muitos árabes e palestinos, trazendo como envolvido em algumas atividades o atual Prefeito de lá. Todos devemos ter muito cuidado nessa hora para não generalizar. Não se deve pensar que, por ser árabe ou palestino, já se esteja, pressupostamente, ligado a esse terrorista internacional ou

que se tenha dado telefonemas ou não. Trata-se de um homem eleito pelo povo e reeleito Prefeito, morando há 35 anos no Brasil. Como advogado, entendo que não se lhe pode negar o direito de defesa – e ele tem a seu favor todo esse tempo em que morou no Brasil. Se ele realmente cometeu algum erro e teve algum relacionamento com aquele outro palestino preso no Uruguai, esse fato será apurado.

Senadora Emília Fernandes, os órgãos de inteligência do Governo estão atentos. Há quatro anos – o General lembra-me esse fato –, já acompanho toda essa parte do Sul do País, sobretudo quando houve aqueles atos terroristas em Buenos Aires contra a Embaixada e aquela sociedade civil judaica, quando o Serviço de Inteligência da Argentina se direcionou para a triplíce fronteira. Mas nada até agora se provou. Percebe-se que, de fato, há palestinos e árabes, em geral, que moram há muitos anos naquela região. Obviamente, se algo for apurado, será reprimido imediatamente. No entanto, não podemos, em hipótese alguma, prejudicar aquilo que a mídia está noticiando a respeito desse ou daquele cidadão.

Há um perigo enorme neste momento em que a sociedade mundial está perplexa diante de uma barbárie que aconteceu nos Estados Unidos, executada não se sabe por quem e realizada com muita técnica e com uma trágica eficácia, matando, principalmente, civis que nada tinham a ver com as diferenças políticas, ideológicas, religiosas ou econômicas daqueles autores.

O mundo mudou, assim como o eixo diplomático. Os países agora devem rever os seus sistemas e a sua doutrina de defesa. Anteriormente, a preocupação era realçada contra as ameaças existentes. Não quero entrar em detalhes de que tipo de ameaça poderá futuramente ser vista por intermédio de um terrorista ensandecido por ideologia ou política. Mas realmente isso existe e devemos ter o maior cuidado e muita atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao General Gleuber Vieira.

O SR. GLEUBER VIEIRA – Nobre Senadora Emília Fernandes, inicialmente, reafirmo, com toda a sinceridade, que é um propósito nítido e insofismável do Exército desenvolver com eficácia a atividade de inteligência, mas com absoluto respeito à legislação vigente, aos preceitos éticos e ao que dispõem a Constituição e a documentação que a completa.

Concordo inteiramente com V. Ex^a na consideração sobre o MST e fiz um mea-culpa, num informe posterior à exploração do assunto pela imprensa,

quando disse que a caracterização do Movimento dos Sem-Terra como uma força adversa, considerando o seu conteúdo de movimento social, soa imprópria. A adjetivação, disse eu, aplica-se àqueles que, abrigados por esse movimento, atuam, de forma flagrante, à margem da lei e da ordem, defendendo uma estratégia revolucionária por descrer da via pacífica eleitoral, invadindo prédios públicos e propriedades privadas e causando-lhes danos, obstruindo rodovias e pontes, agindo com violência física contra pessoas ou incitando a desobediência civil.

Enquanto o MST se revela um movimento social de busca pela terra, é uma causa nobre absolutamente justificável. Ficamos vigilantes quanto a sua utilização para a busca de poder, ou seja, para a transformação em poder político. O nosso relacionamento com o MST autêntico, aquele nobre, é o melhor possível. Citei o exemplo dado por V. Ex^a: por coincidência, verificando ontem uns vídeos e uns convênios assinados, constatei que o Exército está fazendo posse de irrigação em vários acampamentos de MST sendo assistidos por pessoal de saúde do Exército – médicos e dentistas. Observei, ainda, acampamentos de MST cujas construções eram auxiliadas por meio de fortuna das unidades próximas. Mas se tratava de um MST autêntico, ou seja, de pessoas que se estavam alojando naqueles terrenos com dificuldade de instalação e de iniciação de seu trabalho. Trata-se de circunstância diferente daquela que, como caracterizei, constitui, de alguma maneira, ameaça às missões que eu, como Exército, devo cumprir: participar da manutenção da ordem pública e assegurar a prevalência de um regime democrático representativo. Essa é apenas a distinção que tentamos fazer.

Esse fato não diz respeito apenas ao MST, que não é o único objeto de nossa atenção. Enquanto as Polícias Militares estavam em estado de greve, passaram a ser alvo da inteligência justamente para suprir a força armada que se dirigiu àquelas regiões e informações confiáveis, como falei inicialmente. Não há nenhuma conotação ideológica ou político-partidária – isso é tudo que quero afastado do Exército – na identificação dos alvos. Eles dependem do conhecimento necessário. Como Comandante do Exército, preciso obter todas as indicações sobre o local em que é mais provável eclodir uma ameaça à estabilidade da ordem e acerca das motivações que, atualmente, podem levar uma corporação qualquer a entrar em greve. Devo antecipar-me a esses fatos.

Portanto, determino essas investigações, pois quero saber de tudo. A função da Inteligência é ante-

cipar-me as informações. Não há, repito, nenhum direcionamento de caráter político-partidário ou ideológico, o que significaria trair a própria finalidade da atividade.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senadora Emília Fernandes, espero que V. Ex^a esteja satisfeita com as respostas.

Peço a compreensão do Senador Tião Viana para fazer duas perguntas. A precedência não se dá por eu ser Presidente, mas porque sou o autor do requerimento aditado pelo Senador Bernardo Cabral e pela Senadora Emília Fernandes.

Senador Romeu Tuma, passo a Presidência simbolicamente a V. Ex^a.

Senador Tião Viana, fique tranqüilo, porque seerei conciso e objetivo nas minhas perguntas.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Faço as duas perguntas ao Sr. Ministro Geraldo Quintão.

Sr. Ministro Geraldo Quintão, a respeito do Projeto FX, V. Ex^a disse que o edital já contempla a transferência de tecnologia como uma das condições. Entretanto, pergunto-lhe: fontes da Embraer, que é ligada à Dassault, informam que a transferência, no caso da Dassault, seria total e sem restrições do governo francês.

Eu pergunto: serão levados em conta alguns que transferem parcialmente tecnologia, por exemplo, pacote de **off-set**? Ou apenas **software**, e não tecnologia mais sofisticada? E outra, cuja transferência é total, isso será levado em conta no julgamento da proposta ou não? É a primeira pergunta.

Faço logo a segunda, antes que encerre a minha participação aqui. A propósito da questão orçamentária levantada pelo Senador Bernardo Cabral, fui informado de que a proposta orçamentária deste ano reduziu consideravelmente os recursos correspondentes à contrapartida brasileira no projeto Sivam. A redução teria sido de R\$500 milhões para R\$150 milhões, mais ou menos. Eu pergunto objetivamente: isso é reversível? Isso vai implicar uma modificação do cronograma de forma que o projeto não esteja concluído em meados de 2002?

São essas duas perguntas.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Senador, se a Embraer disse isso, repetindo o que a Dassault pode ter afirmado a ela, eu louvo a Embraer e louvo a Dassault, porque sei que, se a Dassault vier com transferência total de tecnologia, produzindo aqui no Brasil, atendendo a todos os requisitos que constam do pro-

cesso, louve-se, porque é isso que nós queremos. Agora, não é a palavra só, não. É documento firmado, para que haja compromisso, comprometimento, daquele que amanhã o Conselho de Defesa Nacional entender que mereça fornecer esses aviões de caça de superioridade aérea para o Brasil. Esse trabalho que a Aeronáutica está fazendo é um trabalho muito importante para que o Governo tenha a capacitação para poder decidir o que é melhor para o País. Porque senão ele fica preso a um só, que dita o preço, dita o tipo do avião. Então, aqui se reverteu. A Aeronáutica estabeleceu os requisitos, lançou-os no mercado e disse: é esse tipo de avião que interessa à Força Aérea Brasileira. Venham e digam se vocês podem cumprir.

Se algumas dessas empresas estrangeiras se dispuser a produzir – não a montar; montar, a Aeronáutica não quer – esse tipo de caça aqui no Brasil, é evidente que qualquer um que instalar uma fábrica aqui vai ter que vir com um projeto voltado para toda a América do Sul, porque ninguém vai instalar uma fábrica aqui para fabricar vinte aviões para vender ao Brasil; não paga o custo. Então, tem-se que ver tudo isso.

Aquilo que li aqui é um resumo do que tem nos requisitos, é o básico, o fundamental, e toda empresa que se habilitar a isso tem que cumprir. E o Conselho de Defesa Nacional terá que ser informado com segurança de que essa ou aquela empresa firmou um documento dizendo que transfere a tecnologia, faz **off set**, monta, garante manutenção etc. Isso é fundamental. Se houver uma empresa brasileira associada a ela, melhor ainda. Se for a Embraer, tanto melhor, porque ela tem uma ligação estreita com a Aeronáutica há muitos anos, por ter nascido da Força Aérea Brasileira.

2) Redução de recursos para o Sivam. Se não aportarem mais recursos para o Sivam, ele não será inaugurado no ano que vem; não há como. Pelo que me diz o Comandante Batista e os Brigadeiros que cuidam dele, se não se seguir o programa de liberação de recursos não há possibilidade de inauguração no ano que vem.

O Presidente me garantiu que faria maiores esforços para que os recursos sejam aportados. Houve também corte no Orçamento de 2000 e estamos esperando liberação para outubro para que aquelas obras concernentes a 2000 possam ser terminadas. Há um aspecto de cortes que pode futuramente repercutir na Embraer, que está modernizando os aviões F-5, e alguns pagamentos têm que começar a ser feitos a ela. Se forem cortados os recursos, a Embraer será inviabilizada. Uma coisa puxa a outra,

há uma cadeia, um elo não pode sofrer quebra. A modernização do F-5 está sendo feita pela Embraer com repercussão na aeroeletrônica em Porto Alegre.

Sr. Presidente, é vital para o projeto Sivam que os recursos já programados sejam aportados à Força Aérea Brasileira em 2001 também.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sr. Ministro, trabalharemos na Comissão de Orçamento e espero que o Presidente da República queira inaugurar o Projeto Sivam ainda no seu mandato.

Retomo a Presidência e passo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy tem uma situação de emergência e gostaria de permutar com ele em consideração a sua necessidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Cumprimento o Ministro Geraldo Quintão e os Srs. Comandantes.

Gostaria de, diretamente, fazer uma observação e um convite ao Comandante do Exército, Gleuber Vieira, em virtude das observações que fez sobre o MST.

Em verdade, considero um tanto difícil qualificar como uma força adversa um movimento social que, por exemplo, costuma hastear a bandeira nacional em seus acampamentos, com o hino nacional em quase todos os atos e trazendo a bandeira brasileira sempre ao lado da bandeira do MST. Sou testemunha desse procedimento.

Há cerca de três semanas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma observação no sentido de que, se não fosse o trabalho do MST, talvez o Governo não estivesse realizando o que está no âmbito da reforma agrária – ainda que eu considere que seja muito pouco em relação à estrutura fundiária brasileira que advém de questões de muito tempo.

Considerando as observações de V. S^a e por estar havendo aqui um acampamento do MST do Brasil inteiro junto ao Estádio Nilson Nelson, considerando que recebi um convite para amanhã, às 7 horas e 30 minutos da manhã, fazer uma palestra e presenciar uma mística, estendo o convite ao Comandante do Exército para ir comigo e ali interagir com o Movimento. Assim, V. S^a poderá conhecer mais de perto o MST que conheço e que, em minha visão, é muito diferente.

Todas as vezes que tenho a oportunidade de diálogo digo sempre a eles que, quanto mais caracterizarem sua ação por movimentos muito assertivos e

de não-violência, maior será a simpatia da opinião pública pelo movimento. Mas quero transmitir o convite a V. S^a. Peço desculpas, pois tenho de ir ao médico, mas deixo o convite por escrito. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O General gostaria de responder ao convite?

O SR. GLEUBER VIEIRA – Simplesmente, Senador Eduardo Suplicy, repito a V. Ex^a o que afirmei à Senadora Emilia Fernandes: se algo machucou por haver colocado o MST como força adversa, pode ter sido uma infelicidade semântica, que faço questão de reconhecer quando procuro identificar, no risco, os que, sob o abrigo do MST, vão ao arrepio do que V. Ex^a preconiza: que o MST pacífico, observador de leis e de ordens, conquistará uma simpatia muito grande da opinião pública e sairá das minhas preocupações. Mas enquanto tiver de presenciar manifestações como aquelas listadas, de alguma forma, ainda tenho que manter o foco.

Lamentavelmente, não posso ir. Amanhã haverá reunião do Conselho Superior de Economia do Exército, que dura o dia inteiro. Mas conheço muito mais do que V. Ex^a imagina, pois ando muito pelo interior, e não poucas vezes...

O SR. EDUARDO SUP LICY – Mas veja que é horário de trabalhadores rurais, às 6:30 horas.

O SR. GLEUBER VIEIRA – E de milico também. (Risos.)

O SR. EDUARDO SUP LICY – Mas fica o convite para outra ocasião.

O SR. GLEUBER VIEIRA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Ministro da Defesa, Srs. Comandantes, desejo registrar o respeito que tenho pelas Forças Armadas no exercício de um Estado democrático de direito. A Amazônia brasileira é talvez o maior alvo atual da cobiça internacional, o que já foi inclusive dito aqui pelo Ministro da Defesa que antecedeu o Ministro Geraldo Magela da Cruz Quintão, em debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E dou meu testemunho, como um representante da Amazônia, neste Parlamento, de que as Forças Armadas têm prestado uma solidariedade admirável, é o mínimo que se pode dizer, em relação às populações isoladas – fato expressado também nas ações da Força Aérea Brasileira e do Exército Brasileiro.

Tivemos a alegria de manter contato, pela primeira vez, com a posição mais Ocidental da Amazô-

nia brasileira por intermédio da Marinha do Brasil, em uma operação de saúde, na qual ela conseguiu mostrar eficiência plena em atividades de apoio a populações isoladas. Enquanto o Poder Público gastava – faço questão de citar o exemplo – R\$368 mil por mês para atender 11 mil pessoas por ano, a Marinha, em três meses, num custo infinitamente menor, contribuiu com o mesmo número de atendimentos, numa parceria com o Governo do Estado e com o Ministério da Saúde. Há que se destacar o fato e fazer esse reconhecimento.

Dou meu testemunho também da eficiência e da operosidade dos representantes das Forças Armadas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que sei que é o ponto de apoio vital, o pilar fundamental da sobrevivência das Forças Armadas enquanto instituições atuantes no País. E acredito que os Partidos de Oposição no Parlamento brasileiro têm sido absolutamente solidários às reivindicações das Forças Armadas junto à Comissão. Não temos faltado em sensibilidade e apoio naquele momento.

Gostaria apenas de ressaltar uma preocupação estratégica como, por exemplo, em relação à densidade militar ainda ser tão grande no Centro/Sul do Brasil e tão escassa, pela necessidade, na Amazônia brasileira. É um fato grave que precisa ser revisto. Há maior efetivo militar nas Regiões Centro/Sul do Brasil e escassez na Amazônia. Meu Estado do Acre é um exemplo. Há ali milhares de quilômetros inteiramente vulneráveis ao fluxo de narcotraficantes e até de movimentos de guerrilhas, já citados, de maneira muito isolada, por alguns serviços dos quais obtivemos acesso a informações. O eminente Senador Bernardo Cabral teve a oportunidade de partilhar a preocupação na tribuna do Senado Federal.

Serei objetivo nas perguntas.

Sr. Comandante da Aeronáutica, gostaria de ouvir o relato da Aeronáutica quanto às experiências passadas com empresas francesas e americanas em relação à transferência de tecnologia e compromissos cumpridos, em geral. Muito se tem dito sobre a possibilidade de se produzir o novo caça no Brasil, a ser adquirido pela Força Aérea Brasileira, visto que, segundo especialistas em aeronáutica militar, é inviável fabricar em nosso País um produto com esse nível de sofisticação. Por razões tecnológicas e comerciais, jamais alcançaria um preço competitivo no mercado internacional. Eu pergunto: quais são as expectativas reais da Força Aérea em termos de produção nacional? Eu indago: não é verdade que a produção de outras aeronaves nas quais a Embraer participa, como o

projeto do EMX, com tecnologia italiana, tem de ter, obrigatoriamente, a importação de material de outros países que detêm tecnologias específicas e produção em escala, e, portanto, preços melhores, que farão com que o produto final possa competir no mercado internacional? Outra questão: seria possível apresentar, em poucos minutos, as características principais dos atuais concorrentes que estariam sendo objeto de análise pelos técnicos da Força Aérea Brasileira? A *Gazeta Mercantil* publicou no dia de hoje a desistência da Boeing com o F-18, tendo informações superficiais de que o Mirage é um avião projetado na década de 70, portanto, muito antigo, e que estaria sendo substituído na França pelo Rafale; que o russo Sukhoi é o preferido pelos pilotos, mas os custos operacionais são altos, e, por razões óbvias, não teríamos garantias em termos de manutenção e treinamento; que os Estados Unidos não repassam tecnologia, o que inviabiliza um projeto com as características desejadas pela Força Aérea Brasileira; que o avião sueco é moderno e acabou de ganhar uma concorrência na Hungria, mas há dúvidas quanto à sua autonomia de voo; e que o Eurofighter é excelente, mas extremamente caro.

Essas são as indagações que deixo às Forças Armadas, e faço ainda uma ao General Gleuber, baseado nessa preocupação, que entendo que merece respeito, em relação a alguns excessos do MST. Não consigo entender, num todo, a preocupação com movimentos sociais. Gostaria ainda de solicitar de V. Ex^a um comentário sobre a inserção do Partido dos Trabalhadores, que é o partido do qual faço parte, com muito orgulho, e que tem prestado absoluto respeito às Forças Armadas no estado democrático de direito que nós vivemos, que também foi fruto de comentário na imprensa brasileira. Eu faria uma pergunta: seria oportuno V. Ex^a fazer um comentário sobre se não seria de maior dimensão o risco à segurança nacional de uma política de privatização excessiva, que envolveu, por exemplo, as hidrelétricas do Brasil, já que, ilustrando, as hidrelétricas norte-americanas são todas pertencentes ao domínio e ao controle das Forças Armadas americanas. Não seria uma ponderação estratégica a ser debatida com o Senado brasileiro, sem querer com isso ferir pressupostos éticos ou qualquer comentário que pudesse mostrar dissonância do comportamento do Estado brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Primeiramente, o General Gleuber Vieira.

O SR. GLEUBER VIEIRA – Sr. Senador Tião Vianna, numa breve referência à suposta rarefação de tropas no CMA, dois motivos concorrem para este

fato. Em primeiro lugar, a dificuldade de deslocar novos efetivos de outras regiões do País para o Norte. Para V. Ex^a ter uma idéia, a brigada que levamos de Petrópolis para Roraima até hoje não está inteiramente instalada. Uma grande parte da tropa ainda tem instalações provisórias, porque os orçamentos foram minguando e os cronogramas de construção de instalações não permitiram essa conclusão, porque partimos do zero, todos os quartéis e residências tiveram que ser feitos. E já se passam 11 anos. A que foi de Santo Ângelo para Tefé está no mesmo regime, ainda tem gente em instalações provisórias até hoje. Então, só para dar a V. Ex^a uma idéia do vulto do problema logístico-orçamentário para uma transferência dessa natureza. À reboque, vem a reação política, porque, se eu transfiro uma unidade do Sul para o Norte, no dia seguinte estão batendo na minha porta, na porta do Ministro e na porta do Presidente o prefeito, o Governador, o Senador da área, alguns deputados federais e alguns deputados estaduais. De modo que não é um problema somente militar, é político-militar. Essa é uma decisão política, também, mas isso não chega a me preocupar. E aí vem a terceira razão, porque o tipo de operação que se prevê na Amazônia dispensa a existência maciça de tropas. São operações previstas naquele tipo de teatro de operações por unidade de pequenos efetivos em ações isoladas, que não exigem, portanto, grandes efetivos. Eu penso que grandes efetivos até atrapalhariam. O que exige, isso sim, é desenvolvermos uma capacidade de se fazer presente na hora em que for necessário. Não preciso ter lá, permanentemente, mais do que tenho hoje. Talvez um pouquinho mais, mais em elementos de apoio, comunicação, saúde, mas não em tropa combatente propriamente dita. Agora, que preciso, isso sim. Por isso, é terrível, vivo defendendo a Força Aérea. Minha prioridade um é dar força de transporte para o meu amigo Brigadeiro Carlos Baptista, porque ele me assegura a capacidade estratégica de colocar meus meios que estão aqui, no ecúmeno do Brasil, colocar em qualquer parte do País, particularmente na Amazônia.

Para o senhor ter idéia, no caso da Bahia, acho interessante dar esse dado: em seis horas, eu estava pronto para deslocar toda a tropa que saía do Rio de Janeiro, da Brigada Pára-Quedista, e do Vale do Paraíba. Seis horas! Só pude deslocá-la totalmente em quatro dias. E isso aí não é por demérito da Força Aérea. É porque a situação de sobressalentes de manutenção dos aviões não permitiu. Foi um avião, vai e volta, vai e volta. Foi um sacrifício. Levei quatro dias para fazer o que poderíamos ter feito em vinte e qua-

tro horas. Isso dá a dimensão do problema que vivemos para acorrer em regiões críticas, em momentos críticos. Mas, para efeito de força terrestre, creio que o que tenho lá no momento é suficiente, uns pequenos acréscimos especiais.

Sobre o PT, tenho as melhores relações com o PT. Vivo trocando idéias com representantes do PT. De modo que não há nenhuma prevenção, absolutamente. Agora, temos que observar, no momento em que, por exemplo, num movimento grevista tem aí um representante do PT que o defende ou se coloca como intermediário. Então, estou interessado em saber qual é a posição dele. Ele vai convergir no sentido de pacificação? Ele vai aguçar uma resistência? E tive até contatos pessoais com Deputados do PT, na situação de Tocantins e da Bahia, para acertarmos posições. E, felizmente, os pontos de vista foram convergentes, na busca de pacificação. E alguns intermediaram, com muito sucesso, idéias levantadas por nós.

(Intervenção fora do microfone)

É, refiro-me à greve das polícias em Tocantins e na Bahia.

De modo que, repito: primo por não querer no meu Exército nenhuma conotação político-partidária ou ideológica. Quero um Exército profissional. Cada um, na hora de votar, vai ter sua opinião, mas, no Exército, é um Exército voltado para dentro de si mesmo, na execução das suas missões com todo o profissionalismo.

Terceiro – essa é muito forte para mim, nobre Senador – julgar privatizações! Eu teria que dominar os dados do problema, e não tenho os dados, não participei dessas discussões, não sei as considerações que foram feitas, as vantagens e desvantagens discutidas. O que posso lhe dizer é o seguinte: como comandante de uma força armada, tenho preocupações com o grau de independência que eu possa ter para determinadas atitudes. Mais do que com hidrelétrica, por exemplo, tenho preocupação com comunicações, a liberdade de comunicações, não ficar dependente de satélites estrangeiros ou de empresas estrangeiras, ter meios alternativos para que eu opere com independência. Então, tenho preocupações. Agora, não participei do problema, portanto seria imprudente emitir uma opinião, se não participei das discussões e não tive acesso aos dados do problema.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Satisfeitos senhores?

Vou passar a palavra, até porque cargo político é o de Ministro, e não o de comandante, para emitir uma opinião tão política quanto a de privatização.

Com a palavra o Brigadeiro Carlos Baptista.

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA – Sr. Senador, entrei para a Força Aérea apenas oito anos depois da sua existência, então voei nos primeiros equipamentos que chegaram para a Força, vindos dos Estados Unidos, no final da guerra. Os aviões de treinamento da Escola de Aeronáutica, os aviões de emprego nas unidades que se formaram logo, desenvolveram-se, chegando ao estágio que conseguimos atingir de operacionalidade em tão pouco tempo. E nunca tivemos, e não temos hoje, a concessão de transferência de tecnologia com facilidade. O que fizemos, nós Força Aérea, desde o momento em que nascemos, foi ir atrás da tecnologia, mesmo sem nos cederem graciosamente.

Lembro-me, nas unidades onde servi como tenente, capitão, chefiando oficinas de hangar, suprimentos, vendo a minha gente desmontando caixas pretas que vinham naqueles aviões para aprender de duas a fazer uma, e foi assim que vivemos durante muito tempo.

Tenho grande satisfação de comentar que, ainda outro dia, no aniversário de uma força aérea nossa, fizemos uma exposição estática, aqui no sítio do Gama, onde está sediada a nossa 3ª Força Aérea, de equipamentos que os nossos sargentos desenvolveram. Aquela noite foi memorável para mim. Antes de ir para a casa, no final do ano que vem, levo essa recordação de gente nossa, do talento dos nossos sargentos que desenvolveram o mesmo material que eles não nos concedem, pela tecnologia, por genialidade própria; equipamentos que nos são vendidos por US\$100 mil, vi sargento nosso montar o mesmo tipo de equipamento com mais eficiência, utilizando US\$10 mil e até US\$1 mil ou US\$2 mil. É assim que a Força Aérea agiu durante toda a sua vida.

Ainda outro dia, na Câmara dos Deputados, foi debatida – e muito debatida – a questão sobre Alcântara. Fizem-me uma pergunta direta: como é que o comandante da Força Aérea viu o acordo? Tive a oportunidade de dizer e vou enfatizar que a Força Aérea está acostumada a condescender com esse tipo de exigência de pura venda sem transferir tecnologia. Então vamos fazer os nossos cursos no exterior, mandamos os nossos engenheiros, mandamos a nossa gente, voamos nesses equipamentos e, no final, sabemos que vamos adquirir essa tecnologia de qualquer maneira graças, como disse, ao talento da nossa gente.

Por isso a nossa condescendência a respeito de Alcântara. Dizem-me: não vai ceder? Há algumas restrições ali que soam um pouco mais violentamente aos nossos parlamentares. Ah, a Força Aérea... Isso não perturba, porque vamos conseguir de qualquer forma os recursos que estão nos negando.

Acredito que estamos numa nova época, num novo tempo e estamos fazendo esses requisitos exatamente para assegurar que, se não querem transferir, que não entrem na competição; se não querem fazer a compensação que está prevista nos nossos requisitos, é melhor desistirem; porque vão ter que transferir tecnologia sem limites, vão que ter que transferir tecnologia dos armamentos que equiparem os aviões, sem restrições, vão ter que compensar a nossa indústria aeroespacial. E não se trata apenas de Embraer.

Fui diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento há alguns anos, e, naquela época, tínhamos listadas cerca de 400 empresas que trabalhavam dentro do circuito industrial aeronáutico e aeroespacial. E não sei se V. Ex^a sabe, mas creio que mesmo com as dificuldades, escassez de recursos e todos esses dramas que vivemos de um tempo para cá, ainda reste alguma coisa como cerca de 400 indústrias.

E quem vencer essa licitação vai ter que compensar o parque industrial, como citou aqui pelo nosso Ministro Quintão, haja vista o problema da aeroeletrônica no Rio Grande do Sul, onde o nosso engenheiro, Cláudio Barreto Viana, tem lá a sua indústria novamente florescendo e participando desse esforço e, com certeza, vai entrar no mercado em função do projeto do F-5, que já está sendo desenvolvida a sua modernização, entrou novamente no mercado com muita felicidade para todos que compõem aquela nossa tradicional indústria.

A Embraer fazer esse tipo de avião, o F-X, o próprio Ministro Quintão disse que ela precisaria de muito tempo para se capacitar, porque é um avião de superioridade aérea, supersônico, como tem que ser, e com os requisitos que aí estão distribuídos. Acredito que não teria condições.

É o mesmo que aconteceu com o Sivam e o Sipam. Alguém me perguntou uma vez por que não poderíamos fazer o nosso projeto sem financiamentos externos, sem empresas como a Raytheon, simplesmente porque levaríamos 20 ou talvez 30 anos para que nos capacitemos a fazer do nosso modo próprio e a Amazônia não pode esperar tanto tempo. Por isso fizemos da maneira que foi feito.

De sorte que é inviável se falar em se fazer no Brasil. O Ministro Quintão citou algo em torno de US\$6 bilhões, é o que custaria essa capacitação, num terreno que, sem se aliar a outros que já têm essa tecnologia, não conseguiríamos fazer.

Na história da Embraer, acabamos fazendo o AM-X, uma produção conjunta com a Itália. Dali, tivemos a capacidade de desenvolver, por exemplo, o trem de pouso, que não tínhamos capacidade de fazer. Foi em função de sermos aliados das empresas italianas que conseguimos fazê-lo.

Estamos conseguindo desenvolver o radar para o AM-X. Trouxemos o avião sem o radar. Teremos que atingir o conhecimento tecnológico do radar. Felizmente, estamos conseguindo fazer isso depois de muito pelear, porque não é fácil adquirir a tecnologia de um radar de bordo que faça o seu dever para o solo e para a interceptação, embora numa capacidade reduzida, por ser o AMX um avião preponderantemente voltado para o ataque ao solo.

Com relação à análise dos concorrentes, que V. Ex^a me pediu para fazer, o Ministro Quintão disse ali que estamos até impedidos de fazer isso por força dos requisitos. Talvez numa reunião um pouco mais sigilosa, confidencial, pudéssemos trocar idéias a esse respeito, mas os requisitos distribuídos para os competidores nos impedem de publicamente fazermos considerações técnicas de quem é o melhor, se se faz isso ou não.

É evidente que não quero esconder dos Srs. Senadores as notícias. Digo apenas que, numa oportunidade mais reservada, poderíamos conversar sobre esse assunto. Mas, de público, com as luzes da mídia divulgando isso, fere o que está escrito nos próprios requisitos.

Dissemos o que nos interessava. Um avião de superioridade aérea deve subir 30 mil pés, por exemplo, no máximo, em um minuto. Quer dizer, a capacidade de velocidade é sensorial, deve ter tal tipo de radar. Em suma, dissemos o que queríamos, e os competidores agora vão analisar.

Além dos requisitos técnicos, distribuímos o logístico e a facilidade de suprimento, em que se encaixarão. Nunca tivemos experiência com os russos. Será que, de longe, poderíamos ter uma capacidade de apoio logístico adequado, numa experiência que nunca tivemos? Eles têm que demonstrar isso. A capacidade industrial é essa, a compensação, o que oferecerão à nossa indústria.

Os nossos 70 Glosters, que compramos em 1972, aviões de superioridade aérea, foram trocados

por algodão. Temos lá, na França, muitos Xingus vendidos pela Embraer para a força aérea francesa, cujo treinamento básico é feito para a aviação de transportes. Temos aviões Tucanos na Inglaterra e também na França. Tudo isso trocado por helicóptero, o Super Puma, que, hoje, serve ao Presidente; foram trocados com essa compensação industrial, de eles comprarem da Embraer.

Portanto, como disse o Ministro, a nossa preocupação sempre foi salvar a indústria, quer dizer, elevar a capacidade da indústria, especialmente pelo ar. A aviação é uma arma altamente tecnológica, o que é válido hoje será obsoleto daqui a dez anos.

Não se faz ataque nem defesa do nosso País com produtos estrangeiros. Sabemos disso. Há o exemplo das Malvinas com a Argentina. A guerra acabou nos primeiros dias, quando não lhes forneceram o suporte para aquilo que queriam fazer. Temos certeza disso.

Por isso, desde os primeiros documentos da Força Aérea Brasileira, escritos nos idos de 1941 – o senhor pode comprovar isso –, pode-se ver registrado: exigência da busca da tecnologia, a busca da autonomia industrial nacional.

Como disse o Ministro Quintão -- está ali o engenheiro Cláudio, da Embraer –, a Embraer, hoje, é um produto da Força Aérea Brasileira. Atualmente temos mais de 50% das nossas aeronaves produzidas pela empresa.

Alguém, uma vez, numa audiência nesta Casa, perguntou-me: "O que aconteceria se a Embraer quebrasse?" Quebraria a Força Aérea Brasileira.

Talvez tenha um sido um risco que não deveríamos, de sã consciência, ter assumido. Assim como não podemos ter aviões somente americanos ou somente franceses por falta de suporte num determinado momento delicado, quem sabe se não seria também razoável se tivéssemos uma derivação.

Todos já torcemos, um dia, pela privatização da Embraer e, hoje, todos torcemos para que ela seja uma potência industrial, porque se não for assim, a Força Aérea não vai sobreviver. Ninguém mais do que nós, da Força Aérea Brasileira, torce para que ela cada vez mais vá avante.

Agora, como disse o Ministro é preciso que as coisas estejam bem escritas. Tenho dito: imagine se um outro concorrente, de repente, coloca na resposta dos requisitos que vai, por exemplo, comprar da Embraer, 80 Embraer 170 para equipar a British Airways; vai comprar 80 Super Tucanos – essas aeronaves ALX – para equipar a RAF. Como será o julga-

mento depois? Isso tudo precisa estar escrito e assegurado.

E, finalmente, quem decidirá será o Conselho de Defesa – ouvidas as camadas da sociedade etc. O Conselho de Defesa vai dizer: "Ok, Brigadeiro, mas, na nossa opinião, o melhor, em termos políticos, de tudo que vi aqui, é tal avião." E, obviamente, vamos aceitar essa decisão e vamos nos equipar com o avião que o Conselho de Defesa julgar melhor para o País – talvez não seja nem para a Força Aérea Brasileira, mas para o País.

Vou aproveitar o gancho, se V. Ex^a me permite, apenas para dizer que, com relação à sua preocupação da colocação de forças pelas Forças Armadas naquela área que ainda não está povoada do jeito que V. S^a acredita que deveria estar, também concordo.

Talvez faltem recursos – não há recursos nem para suportar o pouco que lá está – mas a Força Aérea caracteriza-se pela mobilidade, além do aspecto tecnológico. Agora, por exemplo estamos com um problema: compramos dez C-130 da Força Aérea Italiana e vamos ficar com um número razoável dessas aeronaves. Pensamos, num determinado momento, em colocar talvez a metade na Amazônia para apoiar as missões que nós temos lá, mas são laboratórios que estão lá dentro, perto dos parques, no Parque do Galeão, quer dizer, a manutenção é pronta. Além de ser um risco, talvez, colocá-los numa área úmida, o que não vai fazer bem aos equipamentos eletrônicos, temos a característica da mobilidade e da velocidade de desdobramento, além de levarmos daqui de baixo o suporte necessário para a Amazônia. Então, levamos suprimentos, recursos para Prefeitos e Governadores daquela área, fazemos essa mobilização. Funciona como os aviões do Sivam, esses R-99, de senoreamento remoto e alarme antecipado, que estão sendo colocados em Anápolis. Por que não colocar na Amazônia, mais perto de onde vai atuar? Eles não resistirão às condições adversas de clima, etc., e tão longe dos parques de apoio.

Há esses problemas, mas temos essa certeza de que sempre que a região precisar, o nosso Exército – e agradeço, neste momento, mais uma vez, a gentileza das palavras do nosso comandante, General Gleuber, ao reconhecer que a nossa aviação é que dá suporte a esses pelotões de fronteira espalhados. Sempre fico muito sensibilizado porque não é a primeira vez que ouço o General Gleuber dizer isso e precisamos mesmo desse apoio, porque, com a escassez de recursos, com a escassez de suprimentos, corremos o risco de ter 23 C-130 num acervo e acabar não tendo o número de aviões necessários para

levá-los para a Bahia, para Tocantins, Palmas e para apoiar as necessidades espalhadas pelos rincões mais escondidos do nosso País. De sorte que, em termos de desdobramento, ativei, no outro dia, um destacamento de São Gabriel da Cachoeira, começa com um destacamento de base, para dar o apoio necessário às aeronaves que possamos desdobrar por períodos lá.

Naquela área, como V. S^a sabe, mandamos um C-130, passamos uma semana fazendo todo o apoio necessário, quando ocorre pane substituímos, mas eles vão e voltam, a fim de se manterem no estado técnico necessário para sobreviverem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, agradeço a presença das Forças Armadas e também as lúcidas abordagens feitas nesta Comissão.

Sr. Presidente, também gostaria de reafirmar a minha preocupação em relação ao conceito de defesa, o qual penso que deve envolver setores estratégicos tais como o de comunicação, o de energia e o de metalurgia.

Não posso imaginar que o MST tenha uma consideração mais importante do que esses setores na avaliação da Inteligência de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente; Sr. Ministro, Dr. Geraldo Quintão; Sr. Comandante do Exército, General Gleuber Vieira; Sr. Brigadeiro, Carlos de Almeida Baptista; Sr. Almirante, Luiz Fernando Portella; Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, inicialmente, abordarei um assunto que, à primeira vista, pode até parecer que foge um pouco do tema. Mas, eu não poderia deixar passar esta oportunidade, principalmente por estarem presentes os representantes das Forças Armadas e o Sr. Ministro.

Sabem V. Ex^{as} que, como representante do Rio de Janeiro, diversas categorias profissionais e trabalhadores procuram-me para que, juntos, possamos encaminhar ofícios a Ministérios e a órgãos superiores com o fim de marcarem audiência nos mesmos, já que eles têm encontrado dificuldades para tal. E, como nós, Parlamentares, temos uma certa prerrogativa, tentamos ajudá-los.

Sr. Presidente, fui procurado por um representante do Sinfa, Sindicato dos Servidores Cíveis das Forças Armadas, no Rio de Janeiro, que me solicitou a intercessão junto ao Comandante do Arsenal de

Marinha para conseguir-lhe uma audiência. Enviei ofício ao Comandante e, depois, por meio de um assessor do Comando da Marinha, veio a resposta de que o Comandante da Marinha, responsável pelo Arsenal, não tinha nenhum problema em me receber, mas não receberia o representante do Sindicato. Segundo informação do assessor, a Marinha não reconhece o Sindicato.

Sr. Presidente, estranhei o fato, tendo em vista que o Sindicato é um órgão oficial, reconhecido e registrado pelo Ministério do Trabalho e também em Cartório. Após a Constituição de 1988 até os policiais constituíram os seus sindicatos. Portanto, espantou-me que um órgão, seja ele civil ou militar diga que não reconhece sindicato, até porque a competência de reconhecê-los cabe ao Ministério do Trabalho e não à Marinha, ou ao Exército ou à Aeronáutica. Sinceramente, considere o fato estranho. Foi uma surpresa.

Portanto, não poder estar em uma audiência com um oficial das Forças Armadas por ser um interlocutor de servidores civis! Então, quem falará em nome dos servidores serão seus representantes do sindicato e não eu, que sou apenas um intermediário.

Caso isso seja verdade, ou seja, que a Marinha se nega a receber um representante dos trabalhadores, parece-me que ainda há resquício de autoritarismo, o qual já acabou há muito tempo.

Ao fazer este comentário gostaria de saber do nosso Ministro e dos demais oficiais se existe alguma orientação nesse sentido. Ou seja, para que as Forças Armadas não reconheçam representantes de sindicatos.

A segunda questão está relacionada aos comentários do Comandante do Exército em relação ao MST. É bem verdade que o Comandante listou uma série de fatos produzidos pelo MST em suas atividades. Mas há um problema. Como o Comandante reclamou da imprensa – a qual, muitas vezes distorce as coisas –, realmente o senhor falou sobre isso. Podemos dizer também que a mesma coisa acontece em relação às ações do MST. Não sou advogado do MST e não sou defensor da violência, não faço apologia à violência, pelo contrário. Eu sempre tive com o MST uma boa relação, mas sempre digo a eles para terem cuidado com o que fazem, porque os atos deles depõem contra eles próprios. Portanto, se eles tiverem uma atitude radical isso cria dificuldades de relacionamento com a sociedade e com o mundo. Não pode ser dessa forma.

No MST, é possível que algumas pessoas extrapolem e tenham atitudes condenáveis por nós. Mas

não posso condenar o movimento como um todo. E penso o seguinte, Sr. Comandante, Sr. General Gleuber Vieira, algo que o senhor disse – o senhor disse agora que não foi isso, mas a imprensa noticiou – que o MST era composto de forças adversas que deveriam ser eliminadas inclusive. É uma manifestação muito pesada; “forças adversas que deviam ser eliminadas”. É uma ameaça muito grave. No estado democrático de direito, isso tem uma conotação muito forte, agressiva e violenta.

Por último, para concluir a questão relativa ao MST, talvez o senhor não saiba, mas esse Movimento foi criado em 1985, tendo, portanto, 15 anos de existência. Nesse período – temos dados da CPT, Comissão Pastoral da Terra -, foram assassinados no campo 1.143 trabalhadores rurais no campo. Portanto, o MST tem sido vítima da violência no campo, de jagunços a serviço dos latifúndios. Isso também precisa ser visto, porque o latifúndio, armado, comete frequentemente assassinato de lideranças do MST. Temos dados concretos da CPT e outros órgãos sabem disso.

A última questão é relativa à base de Alcântara, já que o Sr. Brigadeiro falou sobre ela. A mim me preocupa porque temos denúncias de que a área onde a base está localizada era habitada por cerca de 300 famílias remanescentes dos quilombos. Eles foram afastados dali, de qualquer maneira, para a expansão da base. Houve, portanto, violência contra os quilombolas, porque foram afastados de suas terras onde viviam, talvez, a mais de 100 anos, em função da expansão da base de Alcântara.

Embora o Sr. Brigadeiro tenha dito que não preocupa a Força Aérea a base de Alcântara, eu gostaria de saber se algum dos nossos oficiais têm acesso à parte cedida aos Estados Unidos, porque lá desenvolvem projetos de que não temos a menor idéia. O que sabemos é que o Ministro da Ciência e Tecnologia fez um acordo de salvaguarda que está por ser votado no Congresso – aliás, não concordamos com os seus termos. Precisamos dessas informações efetivamente, porque há uma questão de soberania nacional, porque temos em nosso território uma base americana e não sabemos o que há lá.

Portanto, eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores que estão comandando as Forças Armadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O senhor Ministro vai responder ou cada um dos Comandantes falará?

O SR. GERALDO QUINTÃO – Eu posso responder sobre o sindicato e sobre a Base de Alcântara.

Nobre Senador, a Constituição, no seu art. 8º, ao estabelecer a livre associação profissional sindical, determina no inciso I que a lei não poderia exigir autorização do Estado para a fundação do sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.

Muito bem, no item II, temos o seguinte: “É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da mesma categoria profissional e econômica...”.

V. Exª está se referindo a um sindicato dos servidores civis das Forças Armadas.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Exato.

O SR. GERALDO QUINTÃO – É um sindicato específico, civil das Forças Armadas, e isso não existe. As Forças Armadas pertencem à União. Tem de ser um sindicato, a meu ver, dos servidores civis da União.

Quando a Constituição for modificada e permitir não a unicidade sindical, mas a pluralidade sindical, tudo bem. Na mesma categoria profissional ou econômica, poder-se-á ter quantos sindicatos quiserem aqueles que formarem os sindicatos.

Eu, particularmente, sempre fui favorável não à unicidade sindical, mas à multiplicidade sindical, porque fica mais representativa toda a associação sindical, porque dependerá da vontade do empregado participar de uma associação sindical.

Então, se houve essa referência dentro da Marinha, a respeito do Sindicato dos Servidores Civis das Forças Armadas, digo com certeza que foi em função dessa vedação de criação de sindicatos múltiplos na mesma base de categoria profissional ou econômica também. É por esse motivo.

Mas não creio que haja recusa de outros comandantes em receber determinadas pessoas, acho que talvez o assunto possa ser tratado no nível jurídico, não é? Num outro nível de pessoal das Forças Armadas. Depois chegar até o comandante. Seria a melhor solução que eu daria a V. Exª para atender aos reclamos dos servidores civis, que o senhor está dizendo que representa no Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ FERNANDO PORTELLA PEIXOTO – Sr. Ministro, o senhor me permite completar?

O SR. GERALDO QUINTÃO – Pois não. O Almirante vai complementar.

O SR. LUIZ FERNANDO PORTELLA PEIXOTO – Senador, o problema do Arsenal é esse que o Ministro falou. O sindicato, pelos aspectos que o Ministro citou, tem esse problema – digamos assim – de legalidade junto à direção do Arsenal. Agora, o diretor do Arsenal nunca se recusou a receber os trabalhadores

de lá, e sou testemunha disso, porque fui diretor de material e o Arsenal de Marinha era subordinado a mim. E um dos diretores do Sinfa (Sindicato dos Servidores Cíveis das Forças Armadas) é trabalhador do Arsenal. Ele, como trabalhador, como operário do Arsenal, tenho certeza de que já foi recebido pelo diretor do Arsenal, não como diretor ou pertencendo à diretoria do Sinfa. Mas darei uma resposta ao senhor, através do assessor parlamentar; darei a correta explicação sobre esse fato que o senhor trouxe aqui.

Era a explicação que eu poderia lhe dar.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Ministro, o que a lei diz é que não pode haver mais de um sindicato na mesma base territorial. Isso significa que não pode haver no mesmo Estado ou município, mas se for outro Estado pode. Existem vários sindicatos dos servidores da União, como o do pessoal da educação, da saúde, da previdência, que são servidores da União. Portanto, cada um tem o seu sindicato.

O SR. GERALDO QUINTÃO – O senhor falou que é das Forças Armadas, um sindicato próprio dos civis das Forças Armadas.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sim, porque militar não tem sindicato. O sindicato é dos civis. Estou dizendo que a União... Não sei se o senhor percebeu, porque a União engloba... Se fosse o caso, teria que ter os servidores da educação, da saúde, da previdência, vários servidores civis que são servidores públicos federais. Cada um tem o seu sindicato. Os civis das Forças Armadas são outro tipo de servidor, dentro da Força específica.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Claro, está dentro da Constituição. Hoje ficou livre criar sindicato, independe até de registro; então isso está dando certo tumulto e cria dificuldade até na criação das outras categorias superiores do sindicato, federação e confederação.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Exato.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Sei que há lutas constantes entre grupos, cada um querendo criar sindicatos, não só de servidores, até na área econômica também.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – É verdade, existe isso.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Há disputas na justiça justamente porque não se está seguindo o disposto na Constituição. Mas o Almirante já respondeu.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Está certo, ele vai responder. Só, Sr. Almirante, o seguinte: acho inclusive que é verdade que esse trabalhador do Arsenal deve ter sido recebido pelo comando de lá até

como trabalhador do Arsenal, mas não como líder sindical. Esse foi um impasse que se criou e que precisamos resolver.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra o Sr. Ministro para falar sobre Alcântara.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Procurarei ser sintético porque o assunto demandaria falar sobre todo o espectro do acordo firmado com os Estados Unidos. O que se firmou com os Estados Unidos foi um acordo de salvaguarda de tecnologia. É importante vermos a natureza do documento. É um acordo entre dois países. Mas para quê? Para salvaguarda de tecnologia. De quem? De quem detém um conhecimento tecnológico sensível e dual. Para que efeito? Para que um outro preste serviços às empresas do primeiro país para lançar foguetes lá.

Nessa área altamente sensível – tecnologia refinada, de ponta – quem detém esse conhecimento não quer abrir mão dele em hipótese nenhuma. Esse tratamento de firmar acordos entre países para que as empresas do seu país possam ir lá fora lançar foguetes, os americanos já o fizeram com a Rússia, com o Casaquistão, com a Ucrânia, com a China. Todos esses acordos são de salvaguarda de tecnologia. O americano tem muito interesse nisso por motivos financeiros, políticos, motivos de poder e para que não haja transferência indevida de tecnologia, ainda mais agora, com os violentos atos terroristas que estão ocorrendo. Além disso, há também interesse pelo valor financeiro e econômico.

Quando os americanos firmam esses acordos, procuram preservar seus conhecimentos até a hora do lançamento do foguete.

Não está havendo cessão de pedaço do território brasileiro para americano, como não ocorreu também no acordo firmado com a China, Casaquistão e Ucrânia. Ocorre que, no momento em que estão operando seu foguete, preparando-o para o lançamento, o que será feito por técnicos e oficiais brasileiros, terceiras pessoas não podem nem devem entrar, pois poderão ser acusados de atos de espionagem, de transferência indevida de tecnologia. Não estou acusando ninguém especificamente, essa é uma área muito delicada.

O Brasil firmou esse acordo depois de muito debate, muita discussão, muita negociação com o Departamento de Estado Americano. Como advogado e Ministro de Estado estou convicto de que esse acordo é altamente conveniente para o Brasil e não fere a soberania do País – falo isso com absoluta segurança.

Não se está cedendo parte do território nacional para americano.

Um Deputado me fez a seguinte pergunta na Câmara dos Deputados: é verdade que o Presidente da República não pode entrar nessa área sensível na hora em que há o lançamento do foguete? Não pode nem deve. Só podem entrar na área técnicos brasileiros com crachá, técnicos americanos ou de outro país autorizados por quem esteja operando os equipamentos, que são tão sensíveis que vêm em contêineres lacrados, refrigerados e só podem ser abertos em ambientes onde não haja influência, por exemplo, de maresia e de poeira, senão poderá haver até desvio na rota do foguete, gerando enorme prejuízo. Isso é feito em Kuru, na Guiana, no Paquistão, na Rússia e outros locais.

Li com paciência vários acordos firmados com outros países e percebi que também prevêm a existência dessa área restrita tão-somente quando houver lançamento.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Ministro, isso significa que, fora da área de lançamento, outras pessoas autorizadas podem visitar qualquer setor da base?

O SR. GERALDO QUINTÃO – Visitar pode, mas não poderá entrar qualquer pessoa na base.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Quis dizer pessoa autorizada.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Eu não era ministro, estava em Natal, quis entrar como turista na Barreira do Inferno, mas não me deixaram, um soldado me segurou, e com razão.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Ministro, quero saber se uma pessoa devidamente autorizada pode visitar a Base. Podemos reunir uma comissão de Parlamentares para visitar a Base de Alcântara? Teremos acesso?

O SR. GERALDO QUINTÃO – O Brigadeiro está ali me dizendo que pode, que não há problema algum.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Era isso que queria saber. Queremos fazer uma visita à Base de Alcântara.

O SR. GERALDO QUINTÃO – Entrar na Base de Alcântara pode.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Quero saber por que todo o mundo fala que estamos em área restrita?

O SR. GERALDO QUINTÃO – Brigadeiro, vários Parlamentares já foram lá, não foi?

Senador, vários Parlamentares foram lá e V. Ex^a está convidado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sr. Ministro, as demais respostas serão dadas pelo comandante. Concedo a palavra ao General Gleuber Vieira.

O SR. GLEUBER VIEIRA – Sr. Presidente, não tenho outros argumentos além dos que apresentei à Senadora Emilia Fernandes e ao Senador Eduardo Suplicy.

Gostaria de aliviar aquela impressão que posso ter causado de que consideramos o MST como inimigo, o que não é verdade. Preciso de algum grau de receptividade para as idéias que transmiro para ser compreendido. V. Ex^a disse que talvez os fatos relatados por mim, que caracterizei como carecedores de atenção pelo potencial de ameaça que trariam, poderiam ser distorcidos pela imprensa. Porém, tomei o cuidado de listar declarações dos próprios representantes e líderes do MST, reportagens fotografadas pela imprensa, como a invasão da ponte e obstrução da rodovia de Carajás para que minhas afirmações não fossem discutidas.

Vejo que a terminologia militar é difícil, teremos de encontrar uma forma de aproximar essas terminologias porque causam choques. O senhor ligou nesses termos, mas não está ligado nos documentos. A diagramação da imprensa colocou junto. Quando se fala em MST, em força adversa, não tem eliminação; essa está em outro trecho, com outras referências.

Admitindo, quando se fala eliminar trata-se de eliminar uma ameaça que pode ser por instrumentos legais, por uma neutralização de uma ameaça, pode ser pela persuasão. Não se está pensando aqui em matar ninguém. Permito-me ler um trecho em que digo: “As massas de certos grupos, alvo de inteligência, no caso que estamos discutindo, o MST, o objetivo em relação a eles é neutralizá-los. Não pode ser outra conduta, porque é constituído na maioria das vezes por brasileiros que defendem causas – isso é texto nosso – que lhes parecem justas, com instrumentos que a opinião pública eventualmente não reconhece como legítimas.”

Ao falar em eliminar, não estamos querendo matar ninguém, até porque iríamos contra aqueles princípios que disse aos Srs. Senadores: a premissa das nossas diretrizes é o respeito aos preceitos legais, preceitos constitucionais, aos direitos humanos. Então é fora de propósito considerar que eliminar é nesse conceito de matar. E jagunços, aproveito o exemplo que dei para dizer que observamos isso, e freqüentemente municiamos órgãos de Segurança

Pública, órgãos da Polícia Federal com que sabemos sobre possíveis ações reativas de proprietários de terra com seus jagunços. Foi o conhecimento disso, como lhes disse no início, que facilitou uma ação de pacificação feita durante seis meses.

Ficamos na região de Paraopeba, pois tínhamos conhecimento tanto dos que postulavam terras quanto dos procedimentos esperados dos donos de terra com seus jagunços. Muitas vezes tinha minha tropa lá entre um e outro, no meio, mas atuando junto aos líderes, conhecendo as áreas passíveis de negociação, e uma que acabou sendo bem sucedida. Demos também atenção aos jagunços na medida em que eles entram nesse espectro de potencial ameaça à manutenção da lei e da ordem e ao regime representativo democrático.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Romeu Tuma como último inscrito.

O SR. ROMEU TUMA – Acredito que, por ser o último, praticamente se esgotaram as respostas aos questionamentos que afligiam aos Senadores quando do convite feito aos Chefes militares a esta Comissão.

Preliminarmente gostaria de agradecer ao Ministro Quintão, ao Brigadeiro Baptista, ao General Gleuber e ao Almirante Peixoto não só pela presença, mas pela sinceridade de caráter com que se comportaram em responder a tudo que foi perguntado e por fazer o General Gleuber um histórico de todos os acontecimentos.

No meu ponto de vista, General Cleuber, quando o senhor fala no movimento MST como força adversa, não podemos considerar movimento social quem o senhor já corrigiu por meio de uma nota, mas ação adversa tem que ser considerada pelo Serviço de Inteligência. Penso que ação adversa é que tem que ser vigiada, informada e preparada, porque ela cabe direitinho na responsabilidade das Forças Armadas, no conceito constitucional previsto no art. 142, pela responsabilidade que ela tem da manutenção da ordem e do regime democrático. Então ela não pode fugir dessa obrigatoriedade de acompanhar de perto todos os movimentos de que possam advir ações adversas. Não sei se estou errado, mas é o meu conceito dentro daquilo que o senhor deu como explicação a todas as ocorrências que foram apresentadas.

Sempre vejo aqui o Senador Requião preocupadíssimo com a Amazônia. Sou apaixonado também por aquela região. Concordo com ele, com o Senador Jefferson Péres, com Bernardo Cabral e todos aque-

les que têm uma manifestação apaixonada, patriótica em defesa da Amazônia.

Mas às vezes me preocupo um pouco com alguns pensamentos que são expostos por pessoas de fora do Senado, de fora do âmbito militar, com respeito a obrigações das Forças Armadas, que não podem ser confundidas com ações de responsabilidade de polícia. Quando se fala no tráfico de drogas, por exemplo, lembro-me de que, à época em que o Presidente Sarney criou, instalou e procurou desenvolver o Projeto Calha Norte, criou-se estabelecimento para ocupação de terceiros. Não sei se a expressão está correta, mas...

O SR. GLEUBER VIEIRA – O termo é pavilhão de terceiros.

O SR. ROMEU TUMA – Sim, pavilhão de terceiros. V. S^a falou muito em estabelecimento militar e posso ter confundido minha memória. Mas nunca vi, em todas as visitas que fiz, não só como Senador, mas também como Chefe de Polícia, alguém ocupando, como em outros Ministérios, cargos que têm essa responsabilidade.

Por outro lado, para combater o narcotráfico, o Serviço de Inteligência do Exército tem uma eficiência muito grande, porque se liga às forças de inteligência dos países vizinhos e obtém informações que podem ser repassadas à ação correta que a lei impõe, que é a de polícia. Um militar não pode prender e autuar em flagrante um traficante; deve haver uma autoridade policial para fazê-lo, senão pode cair por terra todo o trabalho desenvolvido pelas Forças Armadas.

Fiz aqui uma série de anotações durante a exposição brilhante dos senhores. Há uma pergunta para o Almirante, que foi pouco questionado. Como exemplo da transferência de tecnologia, no ano passado ou há mais de um ano, foi aprovado um empréstimo, se não me engano da Alemanha, para construção de um submarino nuclear, em que havia a obrigação da transferência de tecnologia – não sei se de equipamentos ou de toda a construção, parte da qual acompanhei, em visita que fiz ao Arsenal de Marinha. Abro um parêntese, porque o Diretor do Arsenal tem um contato direto com o trabalhador. Ele passeia entre os trabalhadores quando estão revisando as embarcações, reconstruindo-as ou ajudando países amigos que trazem seus barcos, seus navios para serem atendidos pelo Arsenal. Há um contato direto, como se ele fosse o gerente de uma indústria, de uma empresa, porque aquela é uma indústria. Pois bem, gostaria de saber se, nessa experiência, realmente essa tecnologia tem sido repassada, conforme a exigência feita durante a aprovação do empréstimo pelo

Senado. Talvez o exemplo possa nos esclarecer sobre a passagem de tecnologia. O próprio Tenente-Brigadeiro Baptista fez uma exposição bastante eficiente sobre a necessidade ou a diminuição dessa necessidade com a inteligência e, praticamente, a desenvoltura do militar brasileiro. Isso vi também na Escola de Sargentos da Aeronáutica, a tecnologia de acompanhamento, principalmente de radares. O civil não tem a capacidade de acompanhar aquilo que o sargento da Aeronáutica desenvolve naquela escola. Seria mais ou menos isso.

Sobre o plano de mobilização, V. Ex^a disse que levou quatro ou cinco dias para deslocar a força que precisava na Bahia. Até lá, algumas pessoas morreram por agressões, pela violência da criminalidade, que encontrou um campo fértil para sua ação. Comentei com V. Ex^a que, até para arrumar um avião, se fosse preciso, era necessário esperar a Aeronáutica. Gasolina não poderia ser requisitada porque havia uma mobilização para tanto. Imaginem se os Estados Unidos, nessa crise de ações terroristas, tivessem de esperar os bombeiros arrumar carros para atender as pessoas imediatamente, ou não tivessem, infelizmente, 400 homens que se sacrificaram para salvar algumas vidas humanas.

Sobre o plano de mobilização, tenho conversado com o General, com V. Ex^a, que tem se dedicado. Recebemos aqui, até por missão paga pelo nosso Presidente, Senador Jefferson Péres, o Curso de Mobilização da Escola Superior de Guerra. Então, temos de começar a discutir, a mostrar, a fazer projetos e a aprová-los, porque as crises vêm, sem esperar o dia seguinte. Elas sempre se antecipam porque a surpresa é própria daqueles que têm uma ação deletéria contra o Estado.

Não tenho perguntas, a não ser se o Almirante puder, mas deixar aqui a importância das constantes visitas dos senhores a esta Casa e a esta Comissão, para que continuemos a discutir as necessidades das Forças Armadas e, principalmente, o papel que elas devem exercer no Estado Democrático em que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Almirante gostaria de responder?

O SR. LUIZ FERNANDO PORTELLA PEIXOTO – Naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Ex^a gostaria de fazer outra pergunta?

A SR^a EMÍLIA FERNANDES – Não. Trata-se de um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Passo a palavra ao Almirante.

O SR. LUIZ FERNANDO PORTELLA PEIXOTO – Agradeço ao Senador Romeu Tuma a oportunidade de navegarmos um pouco nas águas. Falou-se muito hoje, com muita razão, sobre os problemas de envolvimento da Força Aérea e do Exército.

Agradeço a V. Ex^{as} a oportunidade e reafirmo o que V. Ex^{as} disseram. O arsenal construído ainda é de submarino convencional, esse projeto dos submarinos convencionais da Marinha. O primeiro foi construído na Alemanha. Trata-se do Submarino Tupi. Já tivemos três submarinos construídos no arsenal de marinha. Evidentemente, houve transferência de tecnologia da indústria alemã para a construção desses submarinos no nosso arsenal. Pouco a pouco, toda essa tecnologia foi sendo adquirida pelo nosso pessoal. Como disse o Brigadeiro Baptista, o nosso pessoal é tecnicamente muito bom. Vai aprendendo e encontrando desafios em toda construção naval.

A construção naval de submarinos é sofisticadíssima pelas tolerâncias que têm de ter de solda, principalmente do cilindro do casco resistente. Essa tecnologia foi transferida para o nosso pessoal, que a adquiriu. Hoje, já estamos construindo o quarto submarino, com muito pouca assessoria do estaleiro alemão.

Mais ainda. Há dois anos, a Marinha Argentina teve problemas para fazer um *overhall* no seu submarino, construído na Alemanha. Pelo custo que seria levar esse submarino para fazer o reparo na Alemanha, em comparação com o que o arsenal da Marinha apresentou, muito mais baixo, a Marinha Argentina teve uma tremenda confiança na nossa tecnologia, pois não é um reparo simples de submarino. Tem-se de cortá-lo para poder retirar os motores de dentro dele. Eles sofrem uma revisão e são recolocados no submarino e a secção do submarino é soldada. Qualquer erro dessa tecnologia significaria à Marinha Argentina perder um submarino.

A nossa Marinha – o Diretor do Arsenal e os seus operários – teve essa responsabilidade. Talvez, esse representante do senhor seja um desses operários de alta tecnologia trabalhando em submarinos. Com o seu pessoal, a Marinha, o Arsenal fez o reparo e o submarino, hoje, já está operando na Argentina.

Já temos a comprovação dessa preocupação da Força Aérea nesse projeto de transferência de tecnologia. Foi uma exigência da Marinha. Ela foi feita e hoje a Marinha é praticamente auto-suficiente para construir os seus submarinos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Passo a palavra à Senadora Emília Fernandes.

A SRª EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, é uma questão de ordem. Gostaria de registrar duas questões que me deixam bastante preocupada.

Em relação à Base de Alcântara, tenho uma opinião divergente. Respeito a opinião do Ministro – é lógico –, mas ainda fico bastante preocupada quanto à conveniência do Brasil. A segunda é o desencontro que existe entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Trabalho em relação ao Sindicato dos Trabalhadores. Não é um sindicato ou uma aglutinação de pessoas. É um sindicato reconhecido por um órgão do Governo Federal, que é um Ministério. Há um desencontro entre os próprios Ministérios.

Sr. Presidente, gostaria de sugerir – diante de algo que, tenho certeza, é comum entre todos os membros da nossa Comissão, que é a importância das Forças Armadas e a sua qualidade se faz com os recursos necessários – que esta Comissão, em uma de suas emendas, priorize as Forças Armadas. Quais serão os projetos, a destinação, se há política de defesa das fronteiras, enfim, eu seria solidária a essa, não sei. Podemos construir juntos. Mas esse é um ponto importante.

E dentro dessa visão de que com recursos se obtém a qualidade desejada, eu gostaria de pedir o apoio da nossa Comissão, porque acredito que tenho o apoio das Forças Armadas. Não é preciso a resposta, mas quero o apoio dos membros da nossa Comissão para a emenda por mim apresentada para a medida provisória que trata da remuneração dos nossos militares, que previa uma das parcelas para janeiro de 2002 e a última reedição jogou para 2003.

Se qualidade se faz na construção da tecnologia, dos equipamentos, qualidade se faz também com a valorização dos seus integrantes, do ser humano. Então, fiz uma emenda resgatando o reajuste – a parcela devida, acordada – para os militares, prevista para janeiro de 2002, que está tramitando. Peço, portanto, o apoio dos integrantes da Comissão para que valorizemos não apenas a parte técnica, tecnológica e de equipamentos, mas os recursos humanos que precisam ser valorizados dentro das Forças Armadas.

Esta é a emenda feita à medida provisória de nossa autoria. Fiz o registro e cumprimento pelo êxito desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – A indicação de V. Exª será encaminhada e discutida na Comissão quando houver **quorum**.

Só me resta agradecer a presença do Ministro e dos Comandantes e cumprimentá-los porque responderam de forma transparente, sem tergiversar, sem ambigüidade e sem omissão.

Muito obrigado.

Parabéns Ministro e Comandantes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h04min)

Ata da vigésima terceira Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: Pedro Piva, Emília Fernandes, Hugo Napoleão, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Mauro Miranda, Geraldo Cândido, José Coelho, Tião Viana, Valmir Amaral, Bello Parga, Eduardo Suplicy, Geraldo Mello, Íris Rezende, João Alberto Souza, José Agripino, José Sarney, Roberto Saturnino, Geraldo Althoff e Pedro Simon. O Senhor Senador Gilberto Mestrinho se encontra afastado por licença médica. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela ordem, que pede licença para se ausentar da reunião em virtude de um compromisso no Supremo Tribunal Federal, e, antecipa seu voto favorável aos Itens 01, 04, 05, 06 e 07. Em seguida, faz uso da palavra, pela ordem, o Senhor Senador Pedro Piva, que se manifesta favorável às indicações dos Embaixadores e pede licença para se ausentar da reunião devido a um compromisso na comissão de Educação. Item 01 – Requerimento nº 608 de 2000, que “requer nos termos do disposto nos art. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, após manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que o Senado Federal formule voto de censura junto ao governo fundamentalista do Afeganistão, que se autodenomina Emirado Islâmico do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhação pelo regime Tali-

ban.” Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador Lúdio Coelho. Parecer: favorável. O Senhor Presidente passa a palavra ao autor do requerimento. Colocado o parecer em discussão, manifestam-se favoravelmente os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Péres e Emília Fernandes. Aprovado. Item 02 – Requerimento nº 442 de 2001, que “requerem que o Senado Federal formule um voto de censura aos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, apontando a indignação dos brasileiros frente ao anúncio de que irão clonar seres humanos, a despeito dos riscos de tal prática, considerada moral e cientificamente inaceitável por parte da comunidade científica nacional e internacional e nociva ao patrimônio genético da humanidade.” Autores: Senador Tião Viana e outros Srs. Senadores. Relator: Senador José Sarney. Parecer: favorável. Faz uso da palavra o Senhor Senador Tião Viana. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Item 03 – Requerimento nº 469 de 2001, que “requer a aprovação de manifestação de louvor relativa à reconciliação e a reaproximação com vistas ao processo de reunificação pacífica entre a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia.” Autor: Senador Antônio Carlos Valadares. Relator: Senador Jefferson Péres. Parecer: favorável. Colocado o parecer em discussão, faz uso da palavra a Senhora Senadora Emília Fernandes. É aprovado o parecer. Item 04 – Requerimento nº 314 de 2001, que “requer voto de apoio, aplauso e congratulações aos Parlamentares dos países membros da União Interparlamentar que apoiam a criação de imposto sobre transações cambiais, de alíquota reduzida, com vistas a reduzir a especulação, evitar a desestabilização das moedas nacionais, proposto por James Tobin, Prêmio Nobel de Economia, e que seja destinada a arrecadação do imposto ao atendimento às necessidades globais mais urgentes, entre as quais o socorro em situações de calamidade pública, combate à pobreza, proteção do meio ambiente e desenvolvimento social.” Autor: Senador Roberto Saturnino. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador José Coelho, relator da matéria, que se manifesta favoravelmente ao requerimento. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. O Senhor Presidente informa haver uma inversão da pauta. Passa-se à discussão simultânea dos itens 01 e 02 da extra-pauta. Item 01 – Requerimento nº 516 de 2001, que “requerem seja levada ao conhecimento do Governo Brasileiro a posição do Senado Federal, no sentido de que a política externa brasileira, em face dos trágicos acontecimentos do dia 11 de setembro de 2001, busque desenco-

rajar as Nações Amigas quanto a precipitados atos de retaliação contra populações inocentes, a ensejar graves desdobramentos para a paz mundial e o destino da humanidade.” Autores: Senadora Heloísa Helena e outros Senhores Senadores. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: favorável. Item 02 – Requerimento nº 09 de 2001 – CRE, que “requer, nos termos do art. 50 § 1º, da Constituição da República, em conjunção com o art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja formalizado convite ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores para comparecer perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a fim de prestar esclarecimentos sobre a posição oficial brasileira face a crise internacional provocada pelos ataques terroristas aos Estados Unidos da América, do dia 11 último.” Autor: Senador Jefferson Péres. Faz uso da palavra o Senhor Senador Geraldo Melo. São aprovados os requerimentos. Item 03 – Requerimento nº 10 de 2001 – CRE, que “com fundamento no dispositivo no art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência seja submetido à Comissão, pedido de convite aos Exmos. Srs. Procuradores, Dr. Guilherme Zanina Schelb, Dr. Ubiratan Cazetta, Dr. Felício Pontes e Dr. Marlon Alberto Weichert, para prestar esclarecimentos sobre as investigações do Ministério Público Federal a cerca dos desaparecidos políticos na denominada “Guerrilha do Araguaia”. Autor: Senador Pedro Simon. Não havendo quem queira discutir é aprovado o parecer. Item 05 – Mensagem nº 198 de 2001, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.” O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador José Agripino, relator da matéria. Na sequência, faz uso da palavra o Senhor Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim. Seguindo aos preceitos regimentais, a reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão em caráter público, passa-se à apreciação do item 06 – Mensagem nº 199 de 2001, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.” Relator: Senador Hugo Napoleão. Segue-se o relato do Senhor Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa e, na sequência, a reunião

torna-se secreta. Reaberta a sessão em caráter público, passa-se à apreciação do item 07 – Mensagem nº 200 de 2001, que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suazilândia”. Relator: Senador Lúdio Coelho. O Senhor Presidente declara terem sido apreciadas as três mensagens acima relatadas. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

Notas taquigráficas da reunião do dia 25/09/01.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número legal, declaro aberta a presente reunião.

Antes de ouvirmos os Srs. Embaixadores, vamos apreciar alguns requerimentos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, tenho um compromisso, dentro de 15 minutos, no Supremo Tribunal Federal. Requeiro a V. Exª que me conceda o privilégio de antecipar o meu voto nas seguintes matérias:

Quanto à primeira, declaro o meu voto favorável – já se encontra presente o Senador Tião Viana, que me pediu que o justificasse.

No Item nº 04, de autoria do Senador José Coelho, meu voto também é favorável.

Quanto ao Item nº 05, Sr. Presidente, verifico que está sendo submetido à apreciação desta Comissão o Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, meu velho amigo de 30 anos. Sei que a nossa matéria é absolutamente secreta, mas eu não poderia deixar de dizer que quem vai ganhar é o Brasil tendo um Embaixador junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte como Celso Amorim. Vou depositar o meu voto favorável, Sr. Presidente.

Também declaro a mesma circunstância em relação ao Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, com quem morei no México, há mais de 20 anos. Conheço o mérito e o valor tanto do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa quanto do Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim.

Lamento, apenas, que um esteja saindo da missão permanente, mas vou depositar o meu voto favorável à substituição pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

Peço que V. Exª e os demais companheiros compreendam essa circunstância, pois trata-se de assunto ligado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, referente ao pedido do Ministro Nelson Jobim, que queria vir aqui, e dispus-me a ir até lá, porque amanhã teremos a nossa reunião, que será dividida, Sr. Presidente – e já anuncio para os Colegas – em dois tempos: de 10 horas até 15 para meio-dia, no máximo às 12 horas, encerraremos a participação do Ministro Nelson Jobim, para começarmos a analisar os requerimentos que estão sendo objeto de allas discussões, conforme é do conhecimento de V. Exª.

Peço permissão também para deixar o meu voto favorável quanto ao Item nº 7, referente ao Embaixador Carneiro de Mendonça, cujo cargo é cumulativo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Bernardo Cabral, sua manifestação será registrada em Ata. E fique V. Exª à vontade para cumprir o seu compromisso.

O SR. BERNARDO CABRAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, a exemplo do Senador Bernardo Cabral, sou o relator dessa audiência pública da Comissão de Educação sobre o problema da Rádio e TV Manchete, mas eu não poderia deixar de estar presente para aprovar tão insígnies Embaixadores, de tamanha qualidade de representatividade, que honrarão o Brasil nas missões que vão ocupar.

Eu queria pedir licença a V. Exª para também deixar registrado o meu voto de profunda satisfação pela indicação dos Srs. Embaixadores e, se V. Exª me permitir, deixo depositado o meu voto favorável, pois tenho que comparecer à Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Pedro Piva, fique à vontade. Sua manifestação também será registrada.

O SR. PEDRO PIVA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Vamos dar início à apreciação da pauta.

Requerimento nº 01, do Senador Tião Viana, que requer um voto de censura ao Governo Fundamentalista do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, em flagrante desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus tratos e humilhação pelo regime talibã.

Esse requerimento foi formulado antes do atentado terrorista nos Estados Unidos, e é especificamente contra o tratamento discriminatório que o Governo do Afeganistão dispensa às mulheres daquele País.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, deixo claro aos nobres Pares que apresentei este requerimento no dia 06 de dezembro de 2000, quando estávamos diante apenas de uma modalidade de gestão política dentro daquele país, que impunha um tipo de relação humana que me parece de gravidade extrema. Ali se expõem o poder do homem, cidadão comum, de decidir sobre a vida e a morte de qualquer mulher. Há aprisionamento absoluto e restrição à liberdade da mulher em que ela não pode olhar sequer por uma janela. A mesma violência é praticada contra muitas crianças.

Não há qualquer vinculação com o atentado terrorista ocorrido nos Estados Unidos. Quando tratamos desta matéria, incorporo-me, de maneira absoluta, ao requerimento apresentado pelos Senadores Eduardo Suplicy e Heloísa Helena, o qual subscrevi, defendendo uma não-ação violenta que vitime inocentes.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Esse é outro requerimento.

O SR. TIÃO VIANA – É outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O que está em votação é o de V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA – Estou apenas justificando a inteira coerência do meu requerimento com a defesa de direitos humanos. Jamais ele tem qualquer vínculo com a consequência do ato terrorista praticado nos Estados Unidos.

Faço esta defesa, tranquilamente, a favor do respeito aos direitos humanos, para que nenhuma religião ou modelo de gestão política imponha uma violência como a praticada contra as mulheres do Afeganistão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer do Senador Lúdio Coelho é favorável e foi distribuído a todos.

Proponho, por economia processual, que, em vez de se ouvirem dois Senadores, seja dispensada a leitura do parecer, que está ao alcance de todos.

A SR^a EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Peço aos Srs. Senadores que levem em conta o fato de haver uma pauta relativamente grande e dois Embaixadores para serem ouvidos.

Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes.

A SR^a EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, serei breve. O autor já colocou, de forma muito precisa, o aspecto que ressalta em seu requerimento. Infelizmente, a análise deste requerimento coincide com os últimos acontecimentos e os lamentáveis desdobramentos que todo o mundo está a assistir quanto à possibilidade de uma revanche.

Solidarizo-me com o objeto do requerimento do Senador Tião Viana. O que está em análise é o desrespeito às mulheres submetidas a todas as espécies de maus-tratos e humilhações pelo regime talibã.

Não há mais espaço, em nenhuma parte deste Planeta, onde as mulheres sejam tratadas com tanta desigualdade e menosprezo. Lutamos pela igualdade e defendemos, cada vez mais, o respeito e a valorização entre as pessoas, homens e mulheres, para que possamos viver num planeta mais digno e justo.

Tendo em vista o aspecto específico do tratamento dispensado às mulheres, acompanhamos o parecer favorável a este requerimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, faço minhas as palavras da Senadora Emília Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Trata-se de um caso flagrante. O princípio da não-intervenção hoje deve ser relativo, assim como o de soberania. Quando há brutal atentado aos direitos humanos, o mundo não pode ficar indiferente a isso.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 2: Requerimento de autoria do Senador Tião Viana, cujo Relator é o Senador José Sarney, que requer que o Senado Federal formule voto de censura aos cientistas Panaioti Savos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, apontando a indignação dos

brasileiros frente ao anúncio de que irão clonar seres humanos a despeito dos riscos de tal prática considerada moral e cientificamente inaceitável por parte da comunidade científica nacional e nociva ao patrimônio genético da humanidade.

O parecer do Senador José Sarney é favorável e está à disposição de todos os presentes.

Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, apenas para registrar a minha alegria com o parecer favorável do eminente Senador Sarney, por entender o mérito do meu requerimento, que tem clareza absoluta em defender o desenvolvimento pleno, permanente e absoluto das ciências naturais. Jamais se oporia a qualquer avanço científico.

Ele permite, em sua compreensão de debate e de interpretação de texto, o inteiro favorecimento a que as ciências naturais possam utilizar estudos, inclusive com embrião, no desenvolvimento da reprodução humana em todos os seus aspectos. Mas ele não permite que haja um descarte da vida humana como está sendo possível pensar a clonagem humana nos moldes técnicos que o Sr. Severino Antinori está tentando desenvolver.

Então, é um requerimento que respeita de maneira absoluta o desenvolvimento científico, mas não entende como ético e como atual, ou como contemporâneo, o descarte de vidas para que se tenha êxito em uma cópia humana que venha a ser desenvolvida. Essa é a razão.

Eu gostaria apenas de deixar bem claro que jamais tentaria frear o avanço científico, é apenas uma imposição ética e de um conceito, de um horizonte moral do nosso tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador José Sarney queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3: Requerimento nº469, do Senador Antonio Carlos Valadares, requer aprovação de manifestação de louvor relativa à reconciliação e à reaproximação, com vistas ao processo de reunificação, da República da Coreia e da República Popular Democrática da Coreia. O Relator, este que preside a reunião, é favorável.

Em discussão.

Com a palavra a Senadora Emília Fernandes.

A SRª EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu, logicamente, não vou duvidar do mérito dessa proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, até porque tenho acompanhado a questão da Coreia bastante de perto.

Estive na Coreia do Norte duas vezes, a convite do Governo daquele País, e presido, atualmente, o Grupo Parlamentar Brasil – República Popular Democrática da Coreia. Saudamo-nos, por ocasião deste início de ano, quando o Presidente do Brasil declarou os encaminhamentos para estabelecer as relações diplomáticas com aquele País.

São duas grandes lutas por ele vividas. Uma, sem dúvida, é a questão da reunificação. Por parte da República Popular Democrática da Coreia havia, também, o desejo de estabelecer relações diplomáticas com o Brasil.

Então, quero alertar, Sr. Presidente, até para análise de V. Exª e demais membros, que no ano passado, por ocasião das conversações e da reunião histórica que aconteceu entre os Presidentes da República da Coreia e da República Democrática Popular da Coreia, foi aprovado, por esta Comissão, um voto de louvor pela histórica reunião que aproximou os dois Chefes de Estado, abrindo caminho para a paz na região, com reflexos extremamente positivos para o conjunto das relações internacionais.

Eu tenho em mãos, aqui, a cópia dos ofícios datados de 21 de novembro de 2000, que foram assinados pelo então Presidente do Senado Senador Antônio Carlos Magalhães, e que foram enviados aos dois Presidentes daqueles Países.

De forma alguma quero me contrapor ao requerimento. Apenas alerto que esta matéria já foi objeto de discussão e de aprovação e, inclusive, do envio dos ofícios, no ano passado. Portanto, pergunto a V. Exª e aos demais pares se nós enviaríamos novamente, ou alertaríamos o autor da matéria para o fato de que esta Comissão já teve o teor desse requerimento aprovado e tomadas as providências devidas; ressaltando o mérito, a importância e, inclusive, registrando um apelo que eu recebi, ainda esta semana, dos representantes do Governo da República Popular Democrática da Coreia, que desejam que o Brasil estabeleça, de fato, um espaço de diálogo e de debate com eles, inclusive, para que se firmem alguns acordos internacionais, principalmente na área da cultura, da qual fui porta-voz e trouxe da Coreia uma proposta de acordo internacional entre aqueles dois países. Repassei ao Ministério das Relações Exteriores e ao Presidente da Repúbli-

ca. Isso ocorreu há quatro ou cinco meses e, até hoje, não obtive nenhuma resposta.

Gostaria que V. Ex^a analisasse essas considerações, ressaltando sempre que, quanto mais aplaudirmos os diálogos da iniciativa da construção da paz, como está sendo feita por meio das conversações na Coreia, mais positivas serão tais iniciativas. Apenas registro, para que V. Ex^a possa deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senadora Emília Fernandes, creio que o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares complementa o primeiro, que foi de regozijo pelo encontro histórico entre os Presidentes das duas Coreias, depois de anos de antagonismos, de estado quase de guerra, porque, até hoje, não assinaram tratado de paz.

Este requerimento formula voto para que o processo de reencontro continue até chegar, quem sabe, em um futuro remoto, à reunificação dos dois países. Creio que seja isso.

A SR^a EMÍLIA FERNANDES – E tem o meu total apoio. Voto favoravelmente com o parecer de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4: Requerimento nº 314, do Senador Roberto Saturnino. Relator: Senador José Coelho. Requer voto de apoio aos Parlamentares dos países membros da União Interparlamentar, que apóia a criação de imposto sobre transações cambiais de alíquotas reduzidas, com vistas a reduzir a especulação, evitar a desestatização das moedas nacionais, proposto por James Tobin, prêmio Nobel de Economia, que seja destinada à arrecadação do imposto ao atendimento e às necessidades globais mais urgentes, entre as quais o socorro em situações de calamidade pública, combate à pobreza, proteção do meio ambiente e desenvolvimento social.

Trata-se do famoso e polêmico imposto Tobin.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas uma retificação. Evitar a desestatização e não a desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sim, realmente, estava meio confuso isso. Foi um erro na transcrição da redação.

Evitar a desestatização. Não poderia ser a desestatização, pois não teria sentido. Feita a correção, Senador José Coelho, V. Ex^a mantém o seu parecer?

O SR. JOSÉ COELHO – Com certeza, Sr. Presidente. Em face de o parecer já ser do conhecimento de todos os Sr^s Senadores, sou pela aprovação do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5: Mensagem nº 198.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois, não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Havendo dois requerimentos, não seria melhor votarmos e depois...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Extrapauta. Era o que eu ia fazer, Sr. Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Item nº 1, extrapauta, é um requerimento da Senadora Heloísa Helena e outros. Requer seja levado ao conhecimento do Governo Brasileiro a posição do Senado Federal no sentido de que a política externa brasileira, em face dos trágicos acontecimentos de 11 de setembro, busque desencorajar as "nações amigas" quanto a precipitados atos de retaliação contra populações inocentes, a ensejar graves desdobramentos para a paz mundial e para o destino da humanidade.

Correlacionado a este Requerimento há um outro de minha autoria. Trata-se do Item nº 2, no qual requero, nos termos do art. 50, etc, etc, que seja formalizado convite ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para comparecer perante esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a posição oficial brasileira, em face da crise internacional provocada pelos ataques terroristas aos Estados Unidos no dia 11 último.

Devo esclarecer que já entrei em contato com o Ministro que se encontra nos Estados Unidos e S. Ex^a se comprometeu a vir aqui na próxima quarta-feira ou terça-feira. Sugeri ao Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, que, embora o Ministro tenha sido convidado por esta Comissão para aqui comparecer, a

reunião fosse realizada no plenário do Senado, dada a importância do evento. Penso que todo o Senado e todo o País estão interessados na posição do Governo brasileiro em face dos desdobramentos desses acontecimentos.

Em discussão, simultaneamente, os dois requerimentos. Podemos desdobrá-los também, se quiserem, ou separá-los, para melhor dizer.

Senador Geraldo Melo, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO MELO – Não vejo inconveniente em que os dois requerimentos sejam apreciados conjuntamente.

Queria fazer apenas uma observação com relação ao requerimento da Senadora Heloísa Helena: nos termos em que ele está vazado, não há muito o que criticar. Independentemente dos acontecimentos ocorridos nos Estados Unidos, no dia 11 de setembro, qualquer iniciativa que busque desencorajar as nações amigas e até as nações inimigas a praticar precipitados atos de retaliação contra populações inocentes pode ser tomada em qualquer tempo.

Sou favorável ao requerimento da Senadora Heloísa Helena e me congratulo com V. Exª, Sr. Presidente, pela iniciativa de convocar a esta Comissão e, por intermédio dela, ao Senado Federal o nosso chanceler, porquanto, na minha opinião, o Senado e a Comissão de Relações Exteriores precisam realmente de uma abordagem muito responsável a respeito dessa questão, que lida com um evento simbólico. Não é apenas o componente trágico do que ocorreu nos Estados Unidos, não é apenas o conjunto de características que está no bojo da arquitetura daquela operação com a agressão a um símbolo do poderio econômico dos Estados Unidos e a outro símbolo do seu poderio militar; é muito mais, é a explicitação dramática de alguma coisa que, na minha opinião, tem muito a ver com o nosso País. Penso que, considerando a base daquele evento e do que ele significa, está na hora de repensarmos a própria política, o próprio conceito, a próprio fundamento da política de segurança nacional. Isso é algo que tem a ver explicitamente com esta Comissão, na medida em que, como dizem os especialistas, estamos diante de um exemplo dramático da mudança conceitual na própria natureza da guerra. Antes ela envolvia tropas diferentes, de países diferentes. Lembro a existência do Tratado de Genebra o qual visa proteger os prisioneiros de guerra. Fruto da evolução dos litígios entre nações ao longo da História, a guerra assume nos dias atuais uma característica que vem sendo chamada de conflito do terceiro tipo.

Posso esperar que o Senador Pedro Simon conclua.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pode prosseguir, Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, estamos tratando de matéria de extrema gravidade. Hoje, a mudança nas características da guerra estabelece isso a que acabei de me referir como sendo os conflitos do terceiro tipo, em que a guerra já não é realizada através da mobilização de forças armadas formais, em que os mísseis e os equipamentos altamente sofisticados perderam a importância, às vezes em face de um anarquista ou de um terrorista que está no meio de uma multidão. O ataque que se dá hoje poderá levar dois, três, quatro ou cinco anos para acontecer em outro lugar, e temos que tirar desse episódio algumas lições. Há lições que vão desde como um país de responsabilidade lida com questões de defesa civil – basta dizer que, quando ruiu o primeiro edifício já morreram trezentos bombeiros que ali estavam com o objetivo de socorrer a população atingida pelo acidente ocorrido 40 minutos antes –, desde a questão de como se deve levar a sério os problemas de defesa civil até a visão preconceituosa, por razões históricas perfeitamente compreensíveis, que temos no Brasil, por exemplo, com as atividades de inteligência, pois olhamos para qualquer iniciativa que diga respeito à inteligência, na estrutura do Poder Público brasileiro, como se fosse a reiteração de práticas ditatoriais do passado. Mas, na realidade, estamos vivendo um momento em que a informação se tornou mais importante que o míssil, porque, se tivesse sido possível dispor de informação a respeito do que estava sendo preparado, aí, sim, o míssil poderia impedir a ação. Na verdade, há muita coisa a se pensar a respeito dessa questão, que tem a ver com a realidade do Brasil.

Por isso, congratulo-me com V. Exª pela iniciativa de trazer aqui o Chefe da Diplomacia brasileira, que, em nome da República, a dirige, para que o assunto comece a ser discutido. E espero que seja realmente um começo, porquanto há muito não se pode dissociar do Senado Federal, da sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a responsabilidade que têm as instituições governamentais no Brasil, o Estado brasileiro em relação a uma questão como essa. Queiramos ou não, estamos, por dever de ofício, obrigados a encarar essa questão e discuti-la com seriedade. Na minha opinião, o requerimento de V. Exª dá um passo nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Exª manifestou-se sobre o requerimento da Senadora Heloísa Helena?

O SR. GERALDO MELO – Manifestei-me, inicialmente, favoravelmente, entendendo que se trata de um requerimento generoso, que, embora inspirado pelos acontecimentos Nos Estados Unidos, está vazado em termos que permitiriam que ele fosse feito em qualquer tempo. Como eu disse aqui, era um apelo, um desencorajamento a iniciativas desse tipo por parte das nações amigas e até das nações inimigas.

Eu, portanto, sou favorável aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – E como S. Ex^a fala na posição do Senado Federal, é claro que terá de ser aprovado pelo Plenário.

O SR. GERALDO MELO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento nº 56, da Senadora Heloísa Helena.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto à apreciação o Requerimento nº 09, de minha autoria, convidando o Chanceler Sr. Celso Lafer para o debate na próxima quarta-feira.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como último item extrapauta, chega às minhas mãos um requerimento trazido agora pelo Senador Pedro Simon, nos seguintes termos:

“Requeiro a V. Ex^a seja submetido à Comissão pedido de convite aos Excelentíssimos Srs. Procuradores da República Guilherme Zanina Schelb, Ubiratam Gazetta, Felício Pontes Júnior e Marlon Alberto para prestarem esclarecimentos sobre as investigações do Ministério Público acerca dos desaparecidos políticos na denominada “Guerrilha do Araguaia”.

Devo esclarecer aos presentes que, na semana passada, esteve aqui o Ministro da Defesa, acompanhado dos Comandantes das três Armas. O Comandante do Exército fez um relato a esta Comissão sobre aquelas ocorrências relacionadas ao Serviço de Inteligência do Exército e deu a sua versão dos fatos.

No dia seguinte, recebi um telefonema do Procurador Guilherme Schelb, dizendo-se inconformado

com o relato do general que, segundo eles, teria algumas incorreções que atingiam e deixavam mal o Ministério Público, perguntando se poderia vir aqui dar a versão dos procuradores envolvidos.

Disse a ele que, se algum Senador apresentasse um requerimento nesse sentido, eu o submeteria à Comissão. Ele falou com o Senador Pedro Simon, que acabou de apresentar o requerimento.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Vou à Secretaria expedir convite aos Procuradores para que compareçam aqui.

Item 5:

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Itamaraty, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte.

O relator é o Senador José Agripino, a quem concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, usando de suas prerrogativas, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Primeira Classe da carreira diplomata do Quadro Permanente do MRE para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte.

Já está distribuído o *curriculum vitae* do Sr. Celso Amorim, donde se pode depreender que o indicado ascendeu a todos os postos da carreira sempre por merecimento.

Quero deixar bem claro que o cidadão que vamos sabatar é uma das figuras mais importantes do Itamaraty, até porque S. Ex^a já desempenhou as funções de Ministro das Relações Exteriores. Dentre os cargos que S. Ex^a já ocupou, destaco o de Secretário-Geral do MRE, em 1993; o de Ministro Chanceler, em 1993/94; de Embaixador-Chefe da delegação permanente do Brasil junto aos Órgãos das Nações Unidas em Genebra, ao GAT e à Conferência sobre Desarmamento, em Genebra, de 1991/93; em Nova Iorque, como Embaixador representante permanente do Brasil nas Nações Unidas, de 1995/99; e novamente em Genebra, como representante permanente do Brasil nas Nações Unidas junto à Organização Mun-

dial do Comércio, sendo ainda Presidente da Conferência sobre desarmamento/2000 da Junta de Governadores da Organização Internacional do Trabalho e da Junta Governamental das Negociações da Convenção sobre o Controle do Tabaco.

No último posto, desempenhou as funções de Presidente do Conselho de Serviços da Organização Mundial do Comércio.

O Embaixador Celso Amorim é portador de muitas condecorações nacionais e de diversas condecorações estrangeiras, sendo portador da Gran Cruz da Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Paraguai, Portugal, e do grau de oficial dos países baixos.

Trata-se, portanto, daquilo que se costuma chamar de uns dos cardeais do Itamaraty e está designado para ocupar as relevantes funções de Embaixador do Brasil junto à Gran-Bretanha e Irlanda do Norte.

São essas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as informações que posso prestar, no momento, no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O parecer do Senador José Agripino será votado, evidentemente, de acordo com a manifestação dos Senadores na hora de voltar.

Vamos ouvir agora o Embaixador Celso Amorim. Solicito que a Secretaria o introduza ao recinto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador para fazer sua exposição.

O SR. CELSO AMORIM – Sr. Presidente, Senador Jefferson Péres, Sr. Relator, Senador José Agripino, cujas referências a minha pessoa agradeço, Srs. membros da Comissão, Srs. Senadores, esta é a quarta vez que compareço à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, com o objetivo de submeter-me à sabatina relacionada com minha nomeação para chefia de missões brasileiras. Isso, naturalmente, sem contar as várias ocasiões em que tive o prazer e a honra de participar em discussões ou prestar esclarecimentos sobre temas relevantes da política externa brasileira, sobretudo quando fui Ministro de Estado, em 93 e 94, no Governo do Presidente Itamar Franco.

Nas três ocasiões anteriores em que fui sabatinado, destinava-me a postos multilaterais. Duas vezes como representante junto aos organismos internacionais em Genebra, e uma vez como representante junto às Nações Unidas, em Nova Iorque.

Agora, o Presidente Fernando Henrique Cardoso distinguiu-me com a indicação para Londres. Será essa a primeira oportunidade de, como Embaixador,

representar o Brasil bilateralmente junto a outro país. Isso impõe uma certa reciclagem, mas também apresenta novos e interessantes desafios profissionais. Por um lado, deixarei para trás a diplomacia parlamentar, com a qual me acostumei e cujo trabalho, mal comparando, se aproxima um pouco ao de V. Ex^{as}. Por outro, estarei em contato mais direto com facetas diversas da realidade brasileira, política, econômica, social e cultural. De certa maneira, estarei mais próximo do Brasil real, não tanto o Brasil das médias e dos agregados, mas um Brasil mais específico, tanto setorial quanto regionalmente.

É esta a oportunidade de lidar diretamente com esses diversos setores e de promover seus interesses, também num contexto específico, que é o do Reino Unido, que torna a tarefa diante de mim, especialmente atraente.

Srs. Senadores, esta minha apresentação se dá num momento crítico para toda humanidade, na sequência de acontecimentos trágicos, cujos desdobramentos, ainda desconhecidos, não deixarão de afetar a ação diplomática brasileira, tanto multilateral quanto bilateral. Os princípios naturalmente são e devem continuar os mesmos; a busca de soluções pacíficas, o respeito à legalidade internacional, muito especialmente à Carta da ONU, os valores democráticos e de tolerância, mas a moldura é outra.

Em primeiro lugar, os terríveis ataques de 11 de setembro voltam a colocar a paz e a segurança internacionais no centro de nossas preocupações. A diplomacia brasileira, refletindo de certa forma os anseios da opinião pública e a prioridade nacional do desenvolvimento, sempre tendeu a enfatizar mais o aspecto econômico das relações internacionais. Pude viver isso de perto em função dos cargos que tenho ocupado, inclusive, recentemente.

Nas Nações Unidas, onde a exemplo do meu predecessor, o atual Ministro da Ciência e Tecnologia, cheguei a exercer a Presidência do Conselho de Segurança e estive envolvido em vários temas, por assim dizer, críticos, como Iraque, Iugoslávia e Angola. Recebia menos solicitações de entrevistas e era muito menos procurado do que em Genebra, onde ao lado de alguns temas de natureza política, com desarmamento, direitos humanos ou social, como trabalho e saúde, o Embaixador deve concentrar boa parte de seu tempo nas questões comerciais afetadas à OMC.

Em outras palavras, atrai muito mais a atenção, e é compreensível que assim seja, uma mudança na tarifa sobre a gelatina brasileira do que uma crise internacional que afeta lugares muitas vezes considerados distantes.

É evidente que tal prioridade aos temas econômicos, financeiros e comerciais continuará a guiar nossas ações por muito tempo, já que o desenvolvimento, a erradicação da pobreza e a correção dos desequilíbrios sociais não são tarefas que se esgotam em um Governo ou mesmo em uma geração.

Dentre os múltiplos sinais emanados das explosões que chocaram o mundo está o de não podermos tomar a estabilidade política, a paz e a segurança como um dado. Elas dependem de fatores em permanente mutação, algumas vezes de forma quase imperceptível, que conformam a realidade em que nos inserimos e dentro da qual devemos lutar por nossos objetivos nacionais.

O que quero dizer é que o Brasil tem um papel a desempenhar na construção dessa realidade, não só pela grandeza territorial, demográfica, econômica, cultural, mas também por sermos um país voltado para a solução pacífica de controvérsias, uma história de convívio e tolerância que, embora longe de ser perfeita e livre de problemas, não deixa de ser, sob muitos aspectos, um exemplo.

Uma das mensagens a ser captada desses ataques que desafiam a nossa sensibilidade e a nossa compreensão é a de que as questões políticas globais e as questões econômicas que afetam mais diretamente o nosso cotidiano estão profundamente ligadas. Em outras palavras, não podemos nos descuidar do mundo, porque o mundo não descuidará de nós.

Ainda não estão totalmente claras as consequências da identificação do terrorismo como um mal maior. De qualquer forma, e independentemente do que vier a ocorrer nos próximos dias e semanas, é certo que o combate ao terrorismo não será bem sucedido se não for objeto de uma ação política e multilateral que vá além da reação bélica contra as suas manifestações, por mais odiosas e terríveis que elas tenham sido. Aliás, quero sublinhar que, neste contexto, o papel das Nações Unidas permanece essencial, pois é o respeito aos princípios e dispositivos da Carta da ONU que conferirá legitimidade às ações, inclusive militares, que venham a ser tomadas.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse há poucos dias, e eu cito, "que a necessidade de uma participação mais ampla em nível internacional talvez se coloque a partir mesmo dos desafios que estão sendo postos pelo terrorismo".

Nada pode diminuir o horror causado pelos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, que vitimaram civis de tantas nacionalidades. Mas não se pode desconhecer que as brutais discrepâncias entre ricos e miseráveis, entre pessoas que se beneficiam da fluência criada pela globalização e outras que se sentem oprimidas por seu caráter assimétrico contribuem para o ressurgimento constante de lideranças fanatizadas que se valem desses ressentimentos causados pela injustiça e a exclusão.

Ninguém menos que o financista especulador George Soros identificou na pobreza e nas desigualdades, em entrevista recente à CNN, o caldo de cultura onde se formam os potenciais terroristas. É nesse contexto que a afirmação do Presidente Fernando Henrique Cardoso de que podemos contribuir de uma maneira mais ativa para a revisão dessa ordem internacional assimétrica ganha todo o seu peso.

Faço essas considerações, que vão algo além da tarefa específica que me espera, por estar convencido de que a atividade diplomática brasileira – embora, repito, não os seus princípios – terá que passar, inevitavelmente passará, como a de todos os países, por alguma revisão. Isso não deixará de repercutir no relacionamento bilateral do Brasil com outros países, entre eles, naturalmente, o Reino Unido. Tenho razões para crer que, no caso da Grã-Bretanha, essas repercussões serão no sentido de alargar os canais existentes e aprofundar o diálogo.

De um ponto de vista global, há que considerar que mesmo sem ser a grande potência dos tempos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido continua a ser um ator de grande importância no cenário político e econômico contemporâneo. Do ponto de vista econômico, a Grã-Bretanha está entre as cinco maiores economias do mundo, é uma das maiores emissoras, logo abaixo dos Estados Unidos, algumas vezes até mais do que os Estados Unidos, de investimento estrangeiro, a segunda maior exportadora de serviços, e a detentora, através da City, da maior praça financeira do mundo em volume de transações.

Do ponto de vista político e militar, é o Reino Unido um dos cinco membros permanentes, com direito de veto, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma das cinco potências nucleares reconhe-

cidas e um membro ativo do G-7 e do G-8. Dispõe, também, de reconhecida capacidade militar em termos convencionais.

Esses fatores, mais as relações especiais que mantém com os Estados Unidos, conferem um papel particularmente ativo à diplomacia britânica, que muitas vezes age como pivô entre a União Européia e Washington, o que se tem refletido, por exemplo, na intensa atividade diplomática do Primeiro-Ministro Tony Blair nestes últimos dias.

A este respeito, é importante notar que, embora à primeira vista e superficialmente, as atitudes britânicas em várias situações pareçam refletir um alinhamento quase automático à política dos Estados Unidos, muitas vezes, – e eu pude testemunhar isso no Conselho de Segurança – a diplomacia britânica atua de maneira a equilibrar impulsos e percepções de Washington junto a outros países e, dessa maneira, ajudando a formar consensos.

Todos esses fatores acentuam uma dimensão política do nosso diálogo com o Reino Unido o qual, naturalmente, ganha importância renovada à luz dos novos desafios. A qualidade desse diálogo, na verdade, não poderia ser melhor, o que é ilustrado nas visitas de chefes de governo, inclusive, a visita recente do Primeiro Ministro Tony Blair, a primeira – diga-se de passagem – de um Primeiro-Ministro britânico no poder, ao nosso País, de natureza bilateral.

Dispomos de um programa de ação conjunta, aprovado pelos Chefes de Governo, em 1997, que cobre áreas variadas, desde comércio, direitos humanos, passando por educação, ciência e tecnologia, meio ambiente, além de questões sociais, como eliminação da pobreza e gestão pública. Aliás, este plano de ação contempla, também, cooperação no combate ao terrorismo e no diálogo em temas relativos à defesa e à manutenção da paz, o que oferece a moldura para um aprofundamento da troca de idéias sobre questões a que aludi no início dessa apresentação.

A esse respeito não é insignificante notar que o Reino Unido tem posições que se aproximam das brasileiras em um tema que, a meu ver, tenderá a ganhar maior atualidade, senão imediatamente, pelo menos, a médio prazo com os últimos acontecimentos, qual seja o da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Apesar da disparidade de situações e de sua condição de potência nuclear, notaria, também, baseado na minha experiência pessoal, que o Reino Unido, sobretudo no Governo trabalhista, tem revelado grande disposição para o diálogo em temas que são do nosso interesse fundamental, enquanto Nação pa-

cífica e essencialmente desarmada, como o da eliminação das armas de destruição de massa, inclusive as armas nucleares. Também, em outros temas de interesse global, como comércio internacional e meio ambiente, temos tido excelente diálogo que pretendo ajudar a desenvolver.

Embora a política comercial externa do Reino Unido esteja limitada pela competência da Comissão Européia nessa área, Londres é um aliado importante junto a outros europeus no sentido de posturas menos protecionistas, particularmente, em agricultura, tanto na OMC, quanto para outros processos, como o acordo entre o Mercosul e a União Européia. Eu também poderia me alargar em outras questões, como meio ambiente e outros temas de cooperação, mas creio que seria mais apropriado, talvez, deixar essas questões para eventuais perguntas.

Diria apenas, no que toca às relações econômicas e comerciais, que a Grã-Bretanha é um importante parceiro do Brasil, está entre os dez primeiros tanto em matéria de exportação quanto importações e, também, entre os dez primeiros em matéria de investimentos.

No que toca às exportações brasileiras para o Reino Unido, é de especial interesse notar que nós, hoje, temos uma pauta muito diversificada e que o nosso principal item de exportação para o Reino Unido, muito à frente dos demais, é constituído por aviões, o que é obviamente um motivo de orgulho para todos nós, que lutamos por uma indústria, uma ciência e tecnologia nacionais.

O Reino Unido esteve presente, também, no processo de liberalização da economia brasileira e de privatização. Empresas como a Congás, a Intelig e a HSBC, são, hoje, controladas por interesses britânicos.

Mas, mais importante do que citar cifras e nomes de empresas e sem pretender, de maneira alguma, ser exaustivo, eu gostaria de mencionar uma característica do povo britânico, que é até um pouco paradoxal com a imagem que nós temos de um povo tradicional, que é a predisposição à inovação. Essa predisposição à inovação, se traduz naturalmente na inventividade tecnológica, mas também na capacidade de inovar nos programas sociais. Sobre tudo no atual governo trabalhista tem havido um esforço muito grande para resgatar o Estado do bem-estar – o Welfare State – que foi criado logo depois da Segunda Guerra. E há uma série de programas, inclusive, um que se chama Child Trust Fund, que visa a assegurar a todos os cidadãos britânicos uma participação na riqueza nacional. Então, acho que essa também é uma área em que nós podemos trocar, ter um aprendizado

mútuo, não só em nível nacional, ou federal, mas também em nível de Estados e Municípios porque essa é uma experiência que podemos também desenvolver em conjunto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, haveria muitas outras coisas que eu poderia dizer. Londres é também a sede da Organização Internacional do Café e de outras organizações de produtos de base que já não têm, hoje, a importância que tiveram há uma ou duas décadas, mas que continuam a marcar a sua presença. É também sede de muitas ONGs: algumas nos deram trabalho no passado, como a Amnesty Internacional, com a qual aprendemos a conviver de maneira transparente; outras têm até atuado como nossas aliadas, como a Oxfam, por exemplo, na questão candente dos preços dos medicamentos, cujos reflexos pude experimentar em Genebra.

Como vêem, essa é uma tarefa ampla e fascinante sob todos os aspectos. E espero contar com o apoio do Governo, dos Parlamentares, a começar pelos membros desta Comissão, para esse novo desafio da minha carreira.

Agradeço muito a V. Ex^{as} pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Na forma da Constituição, a arguição do Sr. Embaixador se fará em sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Item 06 – Mensagem nº 199 de 2001, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra. Concedo a palavra ao relator da matéria Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – *(Trecho inaudível)*.

O SR. LUIZ FELIPE CORRÊA – *(Trecho inaudível)*.

(Converte-se a reunião em secreta).

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Item 07 – Mensagem nº 200 de 2001, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suazilândia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h21min.)

Ata da vigésima quinta Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia nove de outubro do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia nove de outubro do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador João Alberto Souza, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: Jefferson Péres, Iris Rezende, Pedro Piva, João Alberto Souza, Emília Fernandes, Roberto Saturnino, Hugo Napoleão, Jorge Bonhausen, Bernardo Cabral, José Agripino, Lúdio Coelho, Romeu Tuma, Geraldo Cândido, Geraldo Mello, José Coelho, José Sarney, Tião Viana, Waldeck Ornelas e Mauro Miranda. O Senhor Senador Gilberto Mestrinho se encontra afastado por licença médica. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Atendendo ao requerimento do Senhor Senador José Sarney, o Senhor Presidente informa uma inversão de pauta, com prioridade aos itens 4 e 5. Passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta. Item 04 – Mensagem nº 213 de 2001, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Artur Denot Medeiros, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha”. Relator: Senador Iris Rezende. Seguindo aos preceitos regimentais, o Senhor Presidente declara a reunião secreta. O Item 05 – Mensagem nº 214 de 2001, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Angelo Andrea Matarazzo, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana”, que é discutido durante a sessão secreta. Relator: Senador Pedro Piva. Reaberta a sessão em caráter público, o Presidente informa que o nome do Embaixador José Artur Denot Medeiros foi aprovado por unanimidade, e que foram concedidas vistas coletivas aos membros da Comissão em relação à Mensagem nº 214 de 2001. Item 01 – Requerimento nº 05 de 2001 - CRE que “requer nos termos do artigos 215, caput, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja formulado convite aos Senadores membros das Comissões de Agri-

cultura e de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos da América para expor, em audiência pública nessa Comissão, sobre a questão agrícola americana, bem como para conhecer a realidade agrícola brasileira, particularmente com referência à soja". Autor: Senador Roberto Requião. A aprovação foi adiada devido à ausência do autor. Item nº 02, Requerimento nº 07 de 2001 – CRE que "nos temos do disposto nos incisos II e V, artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal e §2º do artigo 58 da Constituição Federal, requer convocação de Audiência Pública Conjunta: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Relações Exteriores, em data a ser agendada, devendo convidar os Senhores: 1- Exmo. Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Silva do Amaral; 2- Exmo. Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer; 3- Exma. Senhora Presidente da Associação Brasileira de Siderurgia, Dra. Maria Silva Bastos Marques; Ilmo. Senhor Presidente da Companhia de Siderurgia de Tubarão, DR. José Armando Figueiredo Campos. Tal audiência versará sobre o tema: As Ameaças de Medidas Protecionistas Americanas ao Aço Brasileiro". Autor: Senador Ricardo Santos. Colocado o requerimento em discussão, faz o uso da palavra os Senadores Ricardo Santos, Geraldo Melo, Romero Jucá. É aprovado o requerimento. Sua Excelência informa haver uma inversão de pauta. Item 01 (extra-pauta) – Requerimento nº 12 de 2001 – CRE, que "requer, em caráter de urgência, nos termos do art. 90, inciso III e V do Regimento Interno do Senado Federal, e art. 50 da Constituição Federal, seja solicitado o comparecimento dos Exmos. Srs. Ministros Geraldo Magela da Cruz Quintão, da Defesa; Alberto Cardoso, da Segurança Institucional; José Gregori, da Justiça; e Professor Darc Antônio Costa, Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (ESG), para, em audiência, em sessão secreta, discorrerem sobre os acontecimentos relacionados às ações militares desencadeadas no Afeganistão, justificadas como ações de combate ao terrorismo no mundo, e também, sobre a autorização para instalação, em território nacional, do escritório da Agência Policial Norte-Americana". Autor: Senador Roberto Saturnino. Colocado o parecer em discussão, faz uso da palavra os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Geraldo Melo e Romeu Tuma. É aprovado o requerimento. Item 03 – Requerimento nº 11 de 2001 – CRE, que "com fundamento no art. 50 da Constituição e no art. 90, III do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam convocados os doutores José Gregori,

Ministro de Estado da Justiça, Geraldo Quintão, Ministro de Estado da Defesa, e Celso Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para prestarem esclarecimentos sobre a autorização para a instalação em território nacional de escritório de Agência Policial Norte-Americana". Autor: Senador Paulo Artung. O referido requerimento é prejudicado em função da aprovação do requerimento de autoria do Senhor Senador Roberto Saturnino. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu Maria Lúcia Ferreira de Melo, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

Notas taquigráficas da reunião do dia 09/10/01.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é tida como aprovada.

Há sobre a mesa um requerimento, do Senador José Sarney, que solicita a inversão da pauta para que os Itens nºs 4 e 5 tenham prioridade.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço aos senhores funcionários que façam introduzir à sala o Sr. Embaixador José Artur Denot Medeiros, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, que será sabatinado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha. *(Pausa.)*

Srs. Senadores, temos por prática, em reunião de escolha de embaixadores, ter como pública sua primeira parte. Mas o Regimento Interno do Senado estabelece o contrário, tendo o assunto sido até mesmo questionado anteriormente.

O Regimento Interno, quanto à escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente, determina o seguinte: "As reuniões serão secretas desde o seu início." Assim sendo, vamos cumprir o Regimento, tornando a reunião secreta.

(Torna-se secreta a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – O nome do Embaixador José Artur Denot Medeiros foi aprovado, por unanimidade, por esta Comissão, com 16 votos, para ocupar o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Quero parabenizar o Embaixador e dizer a S. Exª que o nome de V. Exª será encaminhado agora para o Plenário do Senado.

O SR. JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS – Sr. Presidente, se V. Exª me permite uma palavra, quero agradecer a decisão da Comissão, tendo me submetido a sua sabatina de coração aberto. Para mim, foi uma enorme satisfação ver quão substantivas, quão profundas foram as discussões sobre o relacionamento entre o Brasil e a Alemanha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Srs. Senadores, continuemos a reunião. Adiamos a apreciação de um requerimento, pela ausência de seu autor, e apreciaremos apenas outros dois requerimentos.

Requerimento nº 7, de autoria do Senador Ricardo Santos. Nos termos do disposto nos incisos II e V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, e § 2º do art. 58 da Constituição, requer convocação de audiência conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em data a ser agendada, devendo convidar o Exmº Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Silva Amaral; Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer; Exmª Srª Presidente da Associação Brasileira de Siderurgia, Maria Silva Bastos Marques, e Ilmº Sr. Presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão, José Armando Figueiredo Campos.

Tal audiência versará sobre o tema “**As ameaças de medidas protecionistas americanas ao aço brasileiro**”.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar que todos os ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso, quando convidados, compareceram inúmeras vezes às Comissões, inclusive nesta. Portanto, apelo aos presentes que aprovem o requerimento, colocando a solicitação como convite e não como convocação, a fim de que seja marcada audiência com os senhores ministros.

O SR. RICARDO SANTOS – Concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – O autor concorda com a sugestão.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, tenho a impressão de que o próprio requerimento já foi vazado. O requerimento de autoria Senador Ricardo Santos S. Exª propõe a convocação da audiência pública, mas a própria redação sugere que seja feito o convite às referidas pessoas.

Assim, penso que, com relação a esse requerimento, já está esclarecido que se trata de um convite. Contudo, há requerimentos de convocação a serem votados. Desde já, por extensão, sugiro sejam transformados em requerimentos de convite, porque isso facilitaria à Comissão e aos ministros o ajuste de suas respectivas agendas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, aceito as ponderações Senador Romero Jucá e do Senador Geraldo Melo.

O objetivo desta audiência pública diz respeito ao processo de investigação desenvolvido pelo Governo americano, que visa analisar a concorrência que o aço brasileiro – principalmente o aço semi-acabado exportado aos Estados Unidos – faz hoje à indústria siderúrgica americana, considerada obsoleta do ponto de vista tecnológico. Também é objetivo desta audiência analisar as violentas pressões da indústria de extração de minério de ferro para que se estabeleçam cotas sobre a importação do aço brasileiro.

Este processo de investigação está em curso e deverá ser concluído até o final do ano. É fundamental que a diplomacia brasileira envide esforços para evitar que o aço brasileiro venha a sofrer qualquer tipo de restrição nas suas exportações para aquele País. Inclusive, considerando o fato de o aço ser um dos principais produtos de exportação brasileiros, setor em que estamos livres da competitividade mundial e acima da maioria dos Países.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

O requerimento extrapauta, já distribuído aos Srs. Senadores, de autoria do Senador Roberto Saturnino.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acontecimentos da maior

gravidade estão ocorrendo no mundo de hoje, no Afeganistão, com a intervenção militar de aliados de uma potência mundial hegemônica, que são os Estados Unidos. Estamos informados desses acontecimentos apenas pela imprensa, pelos jornais, pela mídia, carecendo, a meu juízo, de uma informação oficial, que penso deveria ser dada a esta Comissão em reunião secreta, porque há particularidades que exigem uma reserva e um segredo, razão pela qual estou sugerindo a convocação do Ministro da Defesa, obviamente, Ministro Alberto Cardoso, que tem, sob a sua responsabilidade, a questão da segurança interna brasileira, todas essas especulações que são feitas a respeito da existência também de ramificações de grupos terroristas aqui, e do Professor Dark, que é o coordenador de todos os estudos estratégicos da Escola Superior de Guerra, que também pode nos dar uma visão das conseqüências, em termos de estratégia de defesa brasileira, sobre esse assunto tão importante.

Também estou apresentando, sob a forma de solicitação de comparecimento, não de convocação, mas acredito que os Ministros, com a maior presteza, estarão aqui para nos dar essa informação preciosa, em caráter de reunião secreta. Isso será extremamente útil e importante para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em discussão o requerimento. (*Pausa*)

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, eu desejaria inicialmente congratular-me com a iniciativa do Senador Roberto Saturnino, por entender que esta Comissão, realmente, não pode continuar exercendo suas responsabilidades, numa hora tão grave como esta que a humanidade está atravessando, informada apenas pelos jornais.

Quero louvar a iniciativa, portanto, de garantir à Comissão um padrão de informação de outra natureza, compatível com as nossas responsabilidades. Quero louvar ainda mais a idéia de que se realize o encontro com essas autoridades em reunião secreta, pois precisamos compreender que a natureza dos problemas que vamos discutir pode eventualmente envolver informações que nenhuma autoridade, responsabilmente, possa dar publicamente.

Se a reunião não for secreta corremos o risco de receber apenas as informações que já estão nos jornais. É exatamente para termos um nível mais aprofundado de informações que se justifica a realização do encontro em reunião secreta.

Agora, exatamente por isso, permito-me formular oralmente um requerimento a V. Exª que tenha a

ver com Item nº 3, do Senador Paulo Hartung, no sentido de que seja examinado, em conjunto com o requerimento do Senador Roberto Saturnino, porque o Senador Paulo Hartung está, na verdade, requerendo a convocação dos Ministros da Justiça, da Defesa e das Relações Exteriores, para tratar de um aspecto específico, uma questão pontual da autorização que se diz estar sendo dada, a fim de que agências policiais norte-americanas se instalassem no Brasil.

Essa decisão insere-se no conjunto de decisões e de comportamentos do Governo brasileiro e está relacionada à crise que será discutida em conseqüência do requerimento do Senador Roberto Saturnino. Permito-me requerer a apreciação conjunta para que o que está sendo solicitado pelo Senador Paulo Hartung, se vier a ser acolhido pela Comissão, seja realizado no contexto da mesma iniciativa. Seria a mesma ou uma outra reunião secreta, pois é preciso que haja informações mais completas do que aquelas que já estão na imprensa.

Considerando que esse assunto já foi tratado pelo Sr. Ministro Celso Lafer na sua recente visita, acredito que, para que se acrescente algo ao que já foi dito pelo Ministro das Relações Exteriores, seria importante que isso fosse feito, no contexto e no esforço desta Comissão, para ampliar o seu conhecimento de todos os aspectos da crise, inclusive esse.

A minha proposição é para que se dê o mesmo caráter – não de convocação, como sugere o Senador Paulo Hartung, mas de convite, à semelhança do que é proposto pelo Senador Roberto Saturnino – a fim de que a intervenção das autoridades a serem convidadas, mediante proposta do Senador Paulo Hartung, se fizesse também secretamente e, se possível, na mesma ocasião.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Faço apenas uma consideração ao acréscimo sugerido. Já existem três nomes. Se indicarmos mais três pessoas, não seriam muitos convidados para uma única reunião?

O SR. ROMEU TUMA – Quero fazer uma proposta.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Isso já é comum. Ficariam cinco.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – V. Exªs não acreditam que sejam muitos convidados para uma reunião?

O SR. ROMEU TUMA – Senador Roberto Saturnino, quero fazer uma proposta.

O SR. GERALDO MELO – Poderemos realizar duas reuniões. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Vamos ouvir o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Até para haver economia de pessoas, o Ministro Celso Lafer já fez a sua exposição e foi perguntado objetivamente sobre isso. S. Ex^a respondeu. Entretanto, quanto ao quadro, creio que veio em boa hora, porque o Senador Roberto Saturnino escolheu minuciosamente as pessoas que realmente têm, na estrutura organizacional do Governo, a responsabilidade nesse terreno.

Eu acrescentaria – faço um apelo ao Senador Paulo Hartung – apenas o Sr. Ministro José Gregori, que é o responsável pelo acordo entre assuntos de polícia e de segurança pública. O Ministro Geraldo Quintão já vem. Ele realmente terá de explicar o assunto. O Ministro Celso Lafer já deu a sua resposta sobre um assunto que não era pertinente a ele. Foi o que nos disse. Tratava-se de questão mais ligada ao Ministério da Justiça.

Apelo para a inclusão no requerimento do Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Mas com a ausência do Senador? Como faríamos isso?

O SR. ROMEU TUMA – Poderemos falar com ele amanhã. Depois ligaremos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Tenho uma sugestão: vamos acrescentar a esse requerimento do Senador Roberto Saturnino o nome do Ministro da Justiça, Sr. José Gregori.

O SR. GERALDO MELO – E considerá-los prejudicado o requerimento do Senador Paulo Hartung.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Acrescentá-los, ainda, no tema, a questão da instalação da agência.

O SR. GERALDO MELO – Perfeitamente.

O SR. ROMEU TUMA – A instalação do escritório, que faz parte.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Evidentemente, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Teríamos que fazer um aditamento.

O SR. ROMEU TUMA – O Senador Roberto Saturnino aceita essa sugestão.

O SR. ROBERTO SATURNINO – É claro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – O Senador Roberto Saturnino aceita a sugestão.

Solicito a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, que redija o requerimento à Comissão.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Senador Geraldo Melo, poderemos ficar assim?

O SR. GERALDO MELO – Concorro plenamente. Uma vez incluído o tema que o Senador Paulo Hartung deseja ver esclarecido no requerimento do Senador Roberto Saturnino e considerada a presença do Sr. Ministro da Justiça, está composto um quadro. Assim, todos serão atendidos. Isso seria feito em reunião secreta, permitindo que se ampliassem e se aprofundassem as questões.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Fica prejudicado, assim, o requerimento do Senador Paulo Hartung, com uma nova redação do requerimento do Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, V. Ex^a colocará o requerimento em votação?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em votação, com a nova redação já discutida.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h38min.)

Ata da vigésima sétima Reunião da Comissão de relações Exteriores e Defesa Nacional e da Quadragésima primeira Reunião da Comissão de assuntos Econômicos da Terceira Sessão legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura, realizadas conjuntamente em dezessete de outubro do ano de dois mil e um às dezessete horas, na sala de reuniões n.º 19, Ala Senador Alexandre Costa

Às dezessete horas do dia dezessete de outubro do ano dois mil e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Jefferson Péres e com a presença dos Senadores: Lúcio Alcântara, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy, Pedro Piva, Mauro Miranda, Lúcio Coelho, Emília Fernandes, Jonas Pinheiro, Iris Rezende, Geraldo Cândido e Arlindo Porto. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e afirma ser esta reunião uma audiência pública sobre o tema “ALCA – A Retomada de Uma Agenda”, com a participação dos Se-

nhores Celso Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Horácio Lafer Piva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e João Felício, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT". Dando-se início às arguições, fazem uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lúcio Alcântara; Sr. Ministro Celso Lafer; Dr. Horácio Lafer Piva, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo; Sr^{tes} e Sr^s Senadores, as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Assuntos Econômicos dão início, hoje, a duas rodadas de debates a respeito da Alca, sobre cuja importância seria inteiramente supérfluo eu dissertar.

Já estamos com um considerável atraso de mais de uma hora, não por culpa nossa, mas por força do prolongamento da sessão Plenária do Senado. Assim sendo, dou a palavra ao Senador Lúcio Alcântara para, como co-Presidente, dar prosseguimento a essa reunião.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O Presidente da reunião conjunta é o Senador Jefferson Péres. Apenas quero agradecer a presença dos nossos convidados, Ministro Celso Lafer; o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Horácio Lafer Piva, e dizer que este é um trabalho conjunto das duas comissões. Teremos ainda a presença de um representante da CUT, que ainda está por chegar, justamente para falar pelos trabalhadores.

Eu gostaria de dizer que, em função do atraso que tivemos, que foi involuntário e, portanto, não descortês em função de votações que se prolongaram no plenário do Senado. Além disso, em função da agenda pesada – que não é preciso justificar o porquê – a que o Ministro Celso Lafer está sendo submetido agora, S. Ex^a terá de se retirar logo após a sua intervenção, não se negando, se indagado, a responder duas ou três perguntas que acaso os Srs. Senadores queiram formular. Contudo, S. Ex^a está com premência de tempo, em função de compromissos frutos das circunstâncias que estamos vivendo.

Prestadas essas informações, devolvo a Presidência ao Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Tem a palavra o Ministro Celso Lafer. V. Ex^a dispõe de vinte minutos, mas, sendo necessário, é claro, pode prorrogar esse tempo.

O SR. CELSO LAFER – Eminentíssimo Senador Jefferson Péres, Senador Lúcio Alcântara, respectivamente, Presidentes dessas duas Comissões, que nos honraram com esse convite e com a oportunidade, é evidente que participo dessa reunião especial com muita satisfação e com o objetivo de fornecer informações sobre o processo de conformação dessa Área de Livre Comércio das Américas, ora em fase de negociação.

Considero, como é óbvio, da mais alta importância o acompanhamento pelo Congresso dessas negociações, pois caberá ao Legislativo, em última instância, ratificar ou não o acordo que está sendo negociado. Daí a importância desta reunião, assim como, por exemplo, o seminário "O Brasil e a Alca", que a Câmara dos Deputados realizará nos próximos dias 23 e 24 do corrente, com o apoio do Itamaraty.

Eu gostaria de registrar que a minha presença aqui é mais uma etapa de um diálogo com a sociedade, desenvolvido por mim e por aqueles que me precederam na chefia do Itamaraty, desde a cúpula de Miami, em 1994, ainda sob a Presidência Itamar Franco.

Além de determinar a mais completa abertura ao diálogo por parte das instâncias técnicas do Ministério, eu, pessoalmente, tenho participado de um significativo número de eventos, com o intuito de discutir a Alca com a sociedade brasileira. Por exemplo, na Fiesp, aqui representada pelo Dr. Horácio Lafer Piva; na Federação das Indústrias de Minas Gerais; em diversas câmaras de comércio; na Escola de Agricultura Aloísio de Queirós; na minha faculdade de Direito, em São Paulo, a convite dos estudantes; em seminários acadêmicos, além de reuniões no próprio Itamaraty, como mencionarei mais adiante. Recordo-me, ainda, da sessão do Senado, de que participei, para discutir a questão do embargo imposto pelo Canadá às exportações da carne bovina brasileira, em março. Essa sessão também deu oportunidade para uma ampla discussão sobre a Alca. Para o Brasil, as negociações da Alca sempre estiveram inseridas num contexto mais amplo da busca de maior acesso aos produtos brasileiros aos mercados internacionais, por meio de negociações de livre comércio.

Como afirmou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, nossa vocação sul-americana vem, em pri-

meio lugar, representada pelo Mercosul, cujas dificuldades todos nós conhecemos, pelas negociações do Mercosul, em curso com a comunidade andina, com vistas, também, a um acordo de livre comércio.

Não podemos estar alheios ao destino de nosso hemisfério todo, que nos interessa coeso, integrado e, sobretudo, dotado de maior equidade. O Governo entende que a Alca pode e deve complementar as negociações multilaterais empreendidas no âmbito da OMC, os esforços de consolidação e aprofundamento do Mercosul, as negociações entre o Mercosul e a União Européia e eventuais negociações de acesso a mercados no formato 4 mais 1: Estados Unidos e países que integram o Mercosul.

A relevância das negociações da Alca decorre, por um lado, da importância de expandirmos nossas exportações para assegurar condições de sustentabilidade, a longo prazo, do nosso balanço de pagamentos. Por outro, da estrutura do comércio exterior brasileiro. As Américas, como um todo, hoje respondem por 50% do nosso comércio exterior e 70% de nossas exportações de manufaturados para o mundo.

A Alca constitui, portanto, uma oportunidade para abrir mercados e para assegurar as condições de concorrência para os produtos brasileiros, não apenas nos Estados Unidos e no Canadá, mas em todo o hemisfério. Se os demais países concluírem entre si um acordo do qual o Brasil não faça parte ou se proliferarem os acordos bilaterais com os Estados Unidos, o resultado será o desvio de comércio e de investimentos em nosso detrimento, em todos os mercados do continente. Além da manutenção das barreiras existentes contra nossas exportações, teríamos que concorrer, nos mercados norte-americanos, contra volume crescente de produtos latino-americanos admitidos em condições preferenciais.

Creio que seria útil mencionar alguns marcos históricos do processo Alca, que se divide, basicamente, em duas fases. Há uma primeira fase, a preparatória, que vai de 94 a 98, e a efetivamente negociadora, que se iniciou em 1999 e tem como prazo final as negociações que devem se encerrar em janeiro de 2005. Creio que essa periodização é útil para entender a dinâmica de um processo longo que abarca uma década. Recordo-me – a propósito, foi um dos temas que discuti muito na reunião de que tive o prazer de participar no plenário do Senado – que a manutenção do ano de 2005 para a conclusão das negociações foi objeto de um intenso esforço diplomático no qual me empenhei pessoalmente logo no início de minha gestão, inclusive para assegurar ao próximo Governo um tempo prudente para reflexão e para partici-

pação efetiva nos dois anos finais e decisivos do processo negociador. Não vou recordar, pois V. Ex^{as} seguramente se lembram, das iniciativas que tomei com esse objetivo e que redundaram em uma bem-sucedida consolidação dessa posição na reunião havida em Buenos Aires.

A fase preparatória foi marcada, inicialmente, por indagações sobre a conveniência, ou não, de se negociar uma área de livre comércio no hemisfério e sobre o formato que tais negociações poderiam adotar. Seriam, por exemplo, – eram as idéias mencionadas – meras adesões ao Nafta, por parte dos países latino-americanos do Caribe, ou haveria uma negociação mais abrangente, sem um formato específico previamente definido? Era isso que estava em jogo nessa fase preparatória.

As dúvidas começaram a ser esclarecidas a partir da reunião ministerial realizada em Belo Horizonte, em 1997, conduzida pelo meu predecessor, o Ministro Lampreia.

Naquela ocasião, o Mercosul logrou consenso em torno de sua visão do processo negociador da Alca segundo a qual os países se engajariam em uma efetiva negociação multilateral orientada pelos princípios do consenso e do **single undertaking**, com a possibilidade de preservação de blocos econômicos sub-regionais e sem imposição do modelo Nafta.

No âmbito interno do Mercosul, desde 1995, os sócios haviam concordado em participar das negociações em bloco, apresentando posições conjuntas sempre que possível.

Então, creio que o marco importante da fase preparatória é a reunião ministerial de 1997, em Belo Horizonte, porque ela definiu que não haveria, por assim dizer, um processo de incorporação ao Nafta, que haveria a idéia de uma negociação multilateral, que haveria o princípio do **single undertaking**, que é a idéia de que tudo precisa ser acordado para que a negociação chegue ao final e de que processos de integração mais aprofundados se preservariam no âmbito de uma zona de livre comércio, que é o tema da continuidade da manutenção da identidade do Mercosul, e, sobretudo, a idéia de que, no âmbito disso, houve um processo negociador conjunto do Mercosul.

Quero dizer, a propósito dessa coordenação dos sócios do Mercosul, que ela tem sido, em matéria de Alca, intensa e está funcionando a contento. Contribui para isso uma expressiva convergência de interesses, sobretudo na área agrícola e de acesso a mercados em geral. E foi essa determinação de preservar a ação negociadora do Mercosul no plano ex-

terno um dos elementos importantes da reunião recentemente realizada em São Paulo, à qual compareceram, do lado argentino, os Ministros Javarini e Cavallo e, do lado brasileiro, os Ministros Pedro Malan e Sérgio Amaral.

Ainda nessa fase preparatória, durante a reunião ministerial de São José, em 1998, foi acordada a estrutura das negociações, cuja orientação política superior é fornecida pelos Ministros que se reúnem, no mínimo, uma vez a cada dezoito meses.

Para acompanhar o processo negociador com maior detalhe e fornecer orientação permanente aos grupos de negociação, foi criado um Comitê de Negociações Comerciais, CNC, em nível de vice-ministros, que se reúne, em média, a cada seis meses.

Também houve um consenso em criar nove grupos de negociação que podem ser classificados em duas categorias amplas: os grupos de negociação dedicados a acesso a mercados nas áreas de produtos industriais, agricultura, serviços e compras governamentais e os grupos de negociação relacionados à criação e ao aprofundamento da regulamentação de temas como propriedade intelectual, investimentos, solução de controvérsias, política de concorrência, subsídios, **antidumping** e direitos compensatórios.

Enfatizo a importância da nossa participação nesse processo de elaboração normativa, que se refere, por um lado, à internalização pelo Brasil de regras internacionais e, de outro, a temas de vital importância para nossas exportações, como é o caso das regras aplicáveis em investigações de **dumping** e de subsídios.

Caberia mencionar ainda que as negociações da ALCA também contam com instâncias não negociadoras que promovem debates sobre temas relevantes para a evolução das negociações, mas que não integram o mandato negociador. É o caso do tratamento a ser dado às economias menores do hemisfério, ao comércio eletrônico e, sobretudo, à participação da sociedade civil nas negociações.

Os diversos países que negociam a ALCA têm visões muito distintas sobre como facilitar a participação da sociedade civil nesse processo. O Brasil tem buscado fomentar a mais ampla participação possível e tem promovido e apoiado iniciativas para aperfeiçoar o funcionamento do Comitê sobre a participação da sociedade civil.

Um dos objetivos tem sido o de disseminar, amplamente, informações sobre a ALCA. Para tanto foi tomada a decisão na Reunião Ministerial de Buenos Aires, em abril último, de divulgar publicamente a pri-

meira minuta de acordo. Essa minuta encontra-se disponível na página do Itamaraty, na Internet, na página (www.mre.gov.br).

Portanto, essa preocupação com transparência tem norteado a nossa orientação e a deliberação de divulgar essa minuta, cheia de colchetes, foi uma iniciativa que eu tomei na reunião de Buenos Aires. Portanto, a fase preparatória tem dois pontos fundamentais: a reunião de Belo Horizonte, em que se configurou o que vai ser essa negociação e por que ela não é uma incorporação ao Nafta e a reunião de São José, que estabeleceu a estrutura negociadora e de acompanhamento, os diversos grupos de negociação, a divisão em dois grandes grupos, vamos dizer assim, o de acesso a mercados e o de regras, e essa existência de outros grupos que não são propriamente grupos negociadores, mas que são relevantes para o processo negociador; entre elas, destaco a participação da sociedade civil.

Qual é a característica da fase em que nos encontramos atualmente? A minuta de acordo que eu mencionei representa a transição das negociações da ALCA para uma nova fase efetivamente negociadora, iniciada em 99, na reunião ministerial de Toronto.

Naquela ocasião, os Ministros autorizaram os grupos negociadores a elaborarem a primeira minuta dos seus respectivos capítulos do futuro acordo ALCA, tarefa que foi cumprida e cujos resultados foram apresentados durante a Reunião Ministerial de Buenos Aires, em abril. Com base nessa primeira minuta os Ministros elaboraram diversas orientações específicas para cada grupo negociador. Elas constam do Anexo I, da Declaração Ministerial de Buenos Aires.

Dentro dessas orientações destaco, como de especial interesse pelo Brasil – e eu me empenhei nessa orientação –, que o grupo CNC, como critério de orientação geral, deve buscar assegurar que todos os grupos negociadores avancem de forma equilibrada, ou seja, que a parte da agricultura acompanhe a parte industrial, que a parte referente a regras que nos interessam, por exemplo as **antidumping**, seja igualmente acompanhada por idêntico equilíbrio nas negociações de solução de controvérsias. Porque a idéia do **single under taking** significa a idéia do equilíbrio geral da negociação, e essa orientação, no processo negociador, tem como objetivo buscar manter esse equilíbrio.

De forma mais específica, ressalto a instrução aos Grupos Negociadores de Acesso a Mercados; Agricultura; Serviços; Investimentos; e Compras Governamentais, para que elaborem documentos sobre

métodos e modalidades de negociação tarifária ou de acesso a mercados até abril de 2002.

Métodos e modalidades é algo indispensável em negociações comerciais dessa complexidade porque são eles – ou a sua discussão – que no fundo estabelecem a pauta negociadora. É como a pauta do jornal ou a pauta do Congresso Nacional, é através dos métodos e das modalidades que a pauta é estruturada.

Além do mais, convém lembrar que, em se tratando de um acordo de livre comércio, prevalece o art. 24 do Gatt (Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), que significa “zera” tarifas para pelo menos 85% do volume de comércio entre os seus países membros em um determinado período de tempo, onde, evidentemente, o escalonamento e os prazos são um dado fundamental. Daí a importância da discussão sobre métodos e modalidades, porque é como se chega lá de uma maneira apropriada.

No âmbito do Grupo Negociador de Acesso a Mercados, que se concentra em produtos industriais, mas cujas definições sobre métodos e modalidades serão aproveitados pelo Grupo Negociador de Agricultura, será necessário chegar a um consenso sobre seis itens básicos, por exemplo: qual é a definição da tarifa base? Será uma tarifa aplicada ou será uma tarifa consolidada? E aí vale a pena mencionar que há uma diferença: a tarifa consolidada é a nossa tarifa consolidada na OMC (Organização Mundial de Comércio), é o limite onde podemos chegar; a tarifa aplicada, regra geral, é inferior à tarifa consolidada.

No âmbito da OMC é mais fácil raciocinar em termos de tarifa consolidada porque não se pressupõe a eliminação da tarifa, mas a sua redução. No âmbito de uma área de livre comércio, a tarifa consolidada tem um objetivo, mas justamente é preciso atentar que a utilização da tarifa consolidada, no caso de uma área de livre comércio, daria maior prazo de carência para a maioria dos produtos, ao passo que justamente os mais sensíveis, com maior valor agregado, estariam sujeitos ao início imediato da desgravação. Então, há uma discussão técnica necessária e importante sobre a base tarifária.

O outro é o período de referência para determinar os dados de comércio. Entende o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) que deveria ser utilizada uma média de três a cinco anos imediatamente anteriores ao período de início do cronograma de desgravação.

Outro tema é o da nomenclatura tarifária, ou seja, o grau de detalhamento da especificidade que terá a negociação. O Mercosul prevê uma negociação

a oito dígitos, ou seja, com maior detalhamento e, por conseguinte, com maiores possibilidades de atender a situações e interesses específicos.

Enfim, a experiência de quem passou pela OMC (Organização Mundial de Comércio), como é o meu caso, é a de chamar a atenção para os dígitos da nomenclatura, porque quanto maior for o número de dígitos, maior será a especificidade e melhores condições teremos de identificar que setor será afetado, beneficiado ou ficará indiferente no processo negociador.

Outro tema básico é o calendário e o ritmo de eliminações de tarifas, isto é, o prazo de desgravação e os períodos de carência que determinarão o tempo de que disporão os setores produtivos nacionais para se equiparem e se adaptarem à novas condições de concorrência.

Há também a questão do tipo de concessão tarifária. O Mercosul entende que as negociações deverão levar ao estabelecimento de margens percentuais de preferência que se aplicarão sobre a tarifa base acordada. Se houver modificação da tarifa aplicada numa nação mais favorecida, prevalecerá para a Alca a tarifa mais baixa e métodos para determinar as concessões, como, por exemplo, fórmula ou pedido e oferta.

Desculpo-me por adentrar esses detalhes, mas creio que V. Ex^{as} terão, com base nessas informações, melhor conhecimento e melhor avaliação de como andam as negociações. Creio que não preciso ser mais claro quanto à importância desta fase em que estamos sobre métodos e modalidades, ou seja, as consequências, se escolho um período de referência, serão tais ou quais; se escolho a tarifa aplicada ou a tarifa consolidada, também tenho tais ou quais consequências. Se entro numa nomenclatura que oferece um grau de detalhamento maior, tenho um melhor conhecimento do que está em jogo, e não preciso dizer que o calendário e o ritmo de eliminação de tarifas, o prazo de desgravação é um dado-chave do ponto de vista da avaliação das condições de concorrência. E é claro que o método pelo qual negócio, por exemplo, uma forma de redução linear ou por oferta e pedido, gerará como consequência facilidades ou dificuldades no processo negociador.

Na nossa avaliação, o Brasil considera fundamental que todo o universo tarifário seja objeto de negociação e desgravação, caso contrário, alguns países poderiam excluir permanentemente da Alca setores de grande interesse exportador brasileiro em áreas como a agricultura ou a siderurgia, para dar dois exemplos óbvios, comprometendo o balanço geral de resultados para o Brasil.

A negociação e a desgravação de todo o universo tarifário, não exclui, no entanto, a possibilidade de os países disporem de listas de produtos sensíveis, sujeitos a um processo de desgravação mais lento, o que poderá, evidentemente, ser utilizado inclusive pelo Brasil para conceder mais tempo para alguns setores determinados.

Outro aspecto importante das discussões sobre desgravação tarifária diz respeito ao grupo negociador de agricultura. O acesso aos mercados agrícolas do Hemisfério não estará garantido se houver apenas a eliminação de tarifas. A capacidade de nossos produtos participarem efetivamente de diversos mercados da região depende sobretudo do tratamento a ser dado a outras práticas que distorcem o comércio agrícola, como os subsídios e créditos à exportação, os subsídios à produção e até mesmo a ajuda alimentar. Por isso, o Mercosul considera indispensável que a negociação sobre o comércio de produtos agropecuários, no Hemisfério, não se restrinja apenas a tarifas.

Recordo que a importância da negociação agrícola decorre não apenas de nossas vantagens competitivas, mas também do fato de que esse setor é o que apresenta a maior capacidade de geração de oferta exportável no curto prazo. Uma vez concluída a tarefa da definição de métodos e modalidades, prevista para abril do ano que vem, os grupos com responsabilidades sobre temas afetos a acesso a mercados deverão iniciar a negociação de questões concretas. E todos os grupos negociadores da Alca devem apresentar aos ministros em outubro de 2002 uma segunda minuta dos seus respectivos capítulos contendo uma maior convergência de posições e uma significativa redução no número de colchetes presentes no texto.

A discussão que acabo de fazer é sobre a fase em que nos encontramos desse processo negociador. Métodos e modalidades, métodos e modalidades por esses diversos grupos, importância dos métodos e modalidades, porque definirão a pauta daquilo que será objeto da negociação, e o encaminhamento dessas negociações, as quais deverão levar, em outubro de 2002, a uma revisão dessa minuta que mencionei na primeira fase da minha exposição.

As perspectivas de evolução – e com isso vou concluir – do processo Alca no futuro próximo serão condicionadas por variáveis internas e externas. Entre as variáveis externas, destaco as repercussões dos recentes atentados sofridos pelos norte-americanos que poderão afetar a condução da política doméstica e externa dos Estados Unidos, inclusive no âmbito comercial.

O Executivo norte-americano tem dado mostras de continuar comprometido em obter a **Trade Promotion Authority** junto ao Congresso, e a administração está apoiando esse projeto apresentado pelo Deputado Republicano Bill Thomas, Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara.

O Projeto do Deputado Thomas, que poderia reunir condições de aprovação pelo Congresso, foi votado ainda na Comissão de Orçamento em 9 de outubro e aprovado por 26 votos a 13, mas contou com apenas dois votos democratas de Deputados que eram co-autores do texto. Registre-se que o número crescente de democratas tem expressado descontentamento com o tratamento dado no texto – esse texto que foi votado – a temas ambientais, trabalhistas e aos subsídios agrícolas.

O formato final de qualquer PPA concedido ao Executivo norte-americano gerará, como é óbvio, fortes repercussões no processo Alca. A nós interessa que prospere um formato sem maiores ênfases sobre as cláusulas ambientais e trabalhistas em acordos comerciais e, sobretudo, com um viés liberalizante na agricultura.

No que se refere especificamente às negociações da Alca, os trabalhos têm obedecido ao cronograma traçado em Buenos Aires, em abril do ano em curso. O Equador, que está na presidência **pro tempore** da Alca, presidiu a 8ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais em Managua, realizada de 24 a 28 de setembro corrente e que teve por objetivo justamente examinar o trabalho dos grupos de negociação e assegurar que os objetivos acordados pelos ministros estavam sendo cumpridos.

Na ocasião, o CNC aprovou uma declaração de repúdio aos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos e reafirmou o compromisso dos 34 países com o cumprimento do calendário de negociações estabelecido em Buenos Aires.

No que concerne às condicionantes internas, a mais expressiva certamente será o processo eleitoral brasileiro ao longo de 2002, que culminará com a eleição de um novo Presidente da República.

Nesse mesmo período, o Brasil deverá preparar-se para exercer, a partir da Reunião Ministerial de Quito, em outubro de 2002, a co-Presidência das negociações da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), em conjunto com os Estados Unidos. Assumiremos, portanto, o desafio de liderar o processo Alca em seus momentos decisivos, ao mesmo tempo em que atravessaremos um período importante na nossa política interna.

Como assinalou recentemente o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não podemos ter medo de sentar à mesa. O que importa é termos argumentos convincentes, que nos permitam efetivamente defender o interesse nacional. Não é mais possível pensar-se em defender nossos interesses no isolamento, pelo contrário, é cada vez mais necessário buscar o engajamento, discutir, organizar alianças, fazer propostas realistas, sempre tendo em mente que é preciso ter a paciência de aguardar um certo tempo para que as posições se ajustem.

Já dizia Winston Churchill que é fundamental que a firmeza de propósitos seja complementada pela flexibilidade de pensamento. E é nisto que consiste a nossa disposição para negociar: abertura para oportunidades, sem desconhecer nem minimizar as dificuldades. Em última instância, na hipótese de que os nossos esforços não sejam bem-sucedidos – como o Presidente disse e eu reiterei várias vezes –, o Governo brasileiro não assinará e o Congresso Nacional não ratificará um acordo que não seja globalmente vantajoso para os interesses brasileiros.

Quero dizer que o fato de que a negociação da Alca tem como um dos seus pólos a maior economia do mundo não deve ser motivo para desesperança; deve ser percebido como uma oportunidade, como têm feito tantos países que tem negociado, com bons resultados, acordos comerciais, tanto com os Estados Unidos quanto com a União Européia.

Negociações assimétricas, que partem de pontos de partida assimétricos, podem apresentar resultados simétricos no sentido de atender igualmente aos interesses das partes mais fracas. Foi o que aconteceu no processo de construção européia, foi o que aconteceu no Mercosul. A maioria das negociações comerciais entre sujeitos de direito privado são assimétricas, o que não as impede de serem mutuamente vantajosas. Se o pressuposto para uma negociação comercial fosse que cada empresa tivesse o tamanho da outra empresa, não haveria processo econômico capaz de funcionar.

Enfim, esse é um dado da realidade econômica que me permito lembrar, não que essas negociações dependam de generosidade, que não existe e que seria ingênuo presumir, da parte mais forte. O que é necessário é que haja margem para soluções que atendam igualmente aos interesses de todos e, no caso das partes mais fracas, consciência e determinação na defesa dos seus interesses. Essa determinação não faltará ao Brasil, que não dará – posso assegurar em nome do Itamaraty – nenhum passo que não atenda aos interesses nacionais.

Em todo caso, tampouco devemos cometer o erro de subestimar a nossa própria importância relativa. O Brasil dispõe de ativos que lhe dão peso e poder de barganha na negociação. A economia brasileira representa, em termos de paridade do poder de compra, um terço do PIB da América Latina e do Caribe.

Além do mais, há setores onde não há participação virtual de empresas estrangeiras. Esses dados fazem com que as economias maiores do hemisfério busquem acesso ampliado a nosso mercado, obrigando-as, em troca, a atender interesses dos nosso exportadores.

Embora seja concebível um acordo ou uma série de acordos de livre comércio que congregue todos os demais países do hemisfério – que é um risco para nós, como eu mencionei – a ausência do Brasil seria uma lacuna que desfiguraria, de forma significativa, uma área de livre comércio das Américas. Em outras palavras, o Brasil não dispõe de poder de veto no processo de conformação da Alca. Mas dispõe, indubitavelmente, de capacidade de influência e de defesa dos seus interesses.

Quero concluir com uma observação, devido ao adiantado da hora. Estamos trabalhando ativamente para obter, para o Brasil, abertura de mercados. Para o Itamaraty, o importante é negociar o melhor pacote possível a ser avaliado pela sociedade e julgado pelo Congresso Nacional.

Enquanto estamos na fase negociadora, quero assegurar-lhes de que o Governo tem plena consciência da importância de forjar posições negociadoras sólidas que efetivamente reflitam os interesses amplos da sociedade brasileira. Por esse motivo, o Itamaraty constituiu, desde 1996, a Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas – Senalca, que se reúne periodicamente para informar a sociedade civil sobre a evolução das negociações da Alca e colher sugestões e comentários.

Já foram realizados mais de 30 Senalcas até o momento, com forte participação das forças trabalhadoras organizadas. A elas têm comparecido membros do Congresso, membros da Academia; setores da sociedade civil. Saliento que foram realizados, até agora, mais de 30 Senalcas. Portanto, atribuo grande importância a esse esforço de fortalecimento da transparência e da participação democrática na formulação de posições negociadoras legítimas que reflitam adequadamente os interesses nacionais.

Eu teria mais pontos a expor, mas quero dar tempo para uma discussão. Portanto, desejo reiterar as linhas da minha exposição: a fase preparatória e o

que ela significou, Belo Horizonte, São José; a fase em que nós nos encontramos; os grupos negociadores e sua importância; a importância da negociação de métodos e modalidades; o início de uma fase negociadora mais importante a partir de abril de 2002; a presidência conjunta Brasil-Estados Unidos a partir de outubro de 2002; os fatores internos e externos que devem incidir sobre esse processo. E desejo realçar que o Ilamaraty tem buscado, por meio da Senalca, uma ampla participação da sociedade na análise e na conformação desse processo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Normalmente falaria agora o outro convidado, Sr. Horácio Lafer Piva. Mas, em face da premência de tempo do Sr. Ministro, passaremos à sua arguição.

Há apenas um Senador inscrito: o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente Senador Jefferson Péres; da Comissão de Relações Exteriores, Presidente da CAE, Senador Lúcio Alcântara, Sr. Ministro Celso Lafer e Presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva. A primeira pergunta que formulo é para ambos. Claro que o Presidente da Fiesp poderá fazê-lo e, certamente, o fará ao longo da sua exposição, mas acredito que seja importante ouvirmos a opinião do Ministro Celso Lafer sobre como S. Ex^a sente o parque industrial brasileiro, uma vez que o Brasil está envolvido em negociações para a eventual criação da ALCA, desde 1994, cuja iniciativa foi dos Estados Unidos.

Avalia V. Ex^a, e o Presidente da Fiesp que as empresas brasileiras, em sua maioria e na maioria dos setores, estaria em condições de enfrentar a concorrência livre e desimpedida com as empresas norte-americanas? Estariam as nossas empresas preparadas, ou estarão preparadas até 2005, efetivamente, para disputar o mercado com esses concorrentes tão poderosos, sem barreira ou anteparos de qualquer tipo, dentro de uma área de livre comércio?

Lembro que os Estados Unidos, em sua fase de crescimento industrial, por exemplo, no século passado e no início deste, em relação à Inglaterra ou ao Reino Unido, levava em consideração que as suas empresas nem sempre tinham a mesma condição de competição. Haveria condições macroeconômicas para uma área de livre comércio com os Estados Unidos? O nosso sistema tributário não colocaria as empresas brasileiras em desvantagem crônica?

Ainda nesta semana, o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso assinalou como um dos

principais pontos que faltaram em seu governo, justamente, cuidar da reforma tributária da maneira mais adequada.

As taxas de juros no Brasil não seriam várias vezes mais altas do que a dos Estados Unidos? As nossas empresas não teriam menor acesso ao crédito e ao capital? As condições de infra-estrutura econômica não seriam desvantajosas, como demonstrou, de forma até constrangedora, a recente crise energética? Quem se animaria a garantir que essas desvantagens estruturais possam ser superadas até 2005? Estaria a maioria das nossas empresas, no plano microeconômico, em condições de jogar, de igual para igual, com as norte-americanas? Essas últimas não teriam enormes vantagens em tecnologia, escala de produção, comercialização e marcas?

Ainda recentemente, Sr. Ministro, o ex-Ministro Adib Jatene relembrou um fato, quando criticou a política de abertura seguida pelo Brasil desde o Governo Collor. S. Ex^a, de memória, relembrou um dos times mais queridos do Brasil – falo isso, porque sou torcedor do Santos. S. Ex^a relembrou um fato dos tempos em que o Santos tinha um formidável time com Pelé e Coutinho. Estávamos nos anos 60 e, ao ser entrevistado antes de uma partida contra o Santos, o técnico do Botafogo de Ribeirão Preto declarou que iria jogar de igual para igual com o Santos de Pelé e Coutinho. Resultado: o Santos venceu de seis a zero. Somente o Pelé marcou quatro gols. Não é o que o Brasil estaria fazendo ao aceitar jogar, de igual para igual, dentro da Alca com os Estados Unidos?

Oficialmente, o Governo do Brasil declara que não está comprometido com a ALCA, que somente aceitará um acordo equilibrado e de interesse do País. V. Ex^a tem reiterado a frase “para o Brasil, a ALCA não é destino, mas uma opção.” Mas, permanece a dúvida: com o avanço progressivo das negociações, não estaria o Brasil, na prática, mais e mais comprometido com a iniciativa dos Estados Unidos? Há indicações de que o Brasil estaria sendo gradualmente envolvido em uma negociação perigosa.

Na III Cúpula das Américas, realizada no Canadá, em abril, estabeleceu-se que o acordo da ALCA será concluído, no mais tardar, em janeiro de 2005 e que os governos envolvidos trabalharão para que ele entre em vigor até dezembro de 2005. V. Ex^a talvez assinale que o Brasil poderá não assinar o acordo caso se conclua que ele não atende aos interesses nacionais. Mas sabemos que se trata de processo de negociação, internacional ou não, que, mesmo antes de concluído, gera compromissos cada vez mais importantes. Assim, é possível que estejamos criando

uma situação que, com o passar do tempo, torne difícil não estar de acordo com o que os Estados Unidos pretendem realizar. Esse fato pode ser particularmente verdadeiro no caso da ALCA. Trata-se de proposta da maior potência do planeta, que está acostumada a encarar a América Latina como sua área de influência, intimidando e manipulando negociadores latino-americanos.

Há poucos dias, Sr. Ministro, o Embaixador Rubens Barbosa, em artigo publicado na **Gazeta Mercantil**, lembrava as contradições do discurso norte-americano sobre a liberação do comércio no continente. Ele assinalava que os Estados Unidos, de um lado, invocam a Lei de Segurança Nacional para fixar cotas ou estabelecer alíquotas elevadas além do razoável – por exemplo, no caso do aço brasileiro. Ora, no momento em que o Brasil invoca o Tiar em favor dos Estados Unidos ante os trágicos acontecimentos de 11 de setembro último, somos, afinal, aliados ou inimigos dos Estados Unidos? Não parece ser aceitável que a segurança nacional seja invocada como argumento para barrar nossas exportações de produtos siderúrgicos para os Estados Unidos exatamente quando esse país pede a liberação do nosso mercado interno para seus produtos e serviços e busca nossa solidariedade em todos os níveis no combate ao terrorismo.

Recentemente, os Estados Unidos impuseram restrições à importação de caminhões fabricados por empresas norte-americanas no México não obstante a parceria no Nafta. Qual o espaço de sinceridade válido para se falar em livre comércio hemisférico? Considerando-se, ainda, essa ponderação, deveríamos aceitar a receita de empresas, como a Gerdau, que já optaram por produzir aço nos Estados Unidos em detrimento da produção interna?

Sr. Ministro Celso Lafer, o Mercosul, afinal, é um objetivo estratégico de consolidação de uma confederação política nos termos da União Européia, que já estuda a sua transformação em Estado federado, ou meramente uma trincheira tática para fortalecer a posição dos países do Cone Sul na integração com a ALCA? A ALCA, na visão do Governo brasileiro, deveria ter essa mesma estrutura política da União Européia? Qual a visão brasileira sobre o trânsito das pessoas no contexto hemisférico ante a implantação da Alca em face das fortes restrições migratórias dos Estados Unidos, que, inclusive, se estão ampliando após os atentados de 11 de setembro?

Sr. Ministro Celso Lafer, os ex-Presidentes norte-americanos George Bush e Bill Clinton e o atual, George W. Bush, afirmavam, ou afirmam, o desejo de,

o quanto antes, do Alasca à Patagônia, formar uma área de livre comércio. Mas parece que isso é muito levando em consideração os interesses das grandes empresas, que pretendem fazer seus bens e serviços circularem livremente, sem quaisquer barreiras, pelos países da América, investir seus capitais sem barreiras e emprestá-los ou participar de licitações públicas em qualquer Prefeitura, no Governo estadual ou no Governo da União, no Brasil ou em outros países.

Situação diferente é a relacionada aos direitos dos seres humanos. Quando as pessoas do Brasil, da Bolívia, do Equador, do Paraguai, da Argentina, do Caribe e de quaisquer países poderão adentrar os Estados Unidos? O esforço que o Presidente Vicente Fox Quesada, do México, realizou no primeiro semestre deste ano para tentar convencer o Presidente George Bush a anistiar três a quatro milhões de mexicanos parece estar vindo por água abaixo diante do que ocorreu em 11 de setembro. É possível que adiem aquela anistia, mas digo que uma coisa é a perspectiva do interesse do capital. Outra coisa em que deveríamos pensar é no interesse de os trabalhadores poderem escolher onde trabalhar, estudar, viver. Quem sabe tenhamos um dia nas três Américas essa perspectiva, formar uma Alca com uma perspectiva muito diferente da que existe hoje na União Européia, onde começa a haver já esse tipo de integração para valer, onde o ser humano também passa a ter liberdade de estar circulando nos diversos países da Europa, é outra coisa.

Gostaria de perguntar em que medida o Governo brasileiro está considerando esse outro aspecto para além dos interesses dos que gostariam simplesmente de estar com suas empresas por todas as três Américas.

Quais os resultados recentes das tratativas entre o Brasil e a Argentina para compensação daquele nosso parceiro, tendo em vista as diferenças nas políticas cambiais, que vêm criando dificuldades na exportação de produtos e serviço argentinos no âmbito do Mercado Comum ou do Mercosul?

Especificamente, o que V. Ex^a pode nos dizer sobre a posição do Chile no tocante ao Mercosul e à Alca, e da Bolívia em relação ao Mercosul, tendo em vista a crise energética e as reservas bolivianas de gás natural? Como é que o Brasil vem observando a posição do Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, que nos tem instado e todos os seus vizinhos a, primeiramente, formar um grande mercado comum sul-americano?

A unificação hemisférica tem exigido dos Estados participantes uma fina sintonia concernente às

relações nessa área. Essa concertação deverá tratar de alguns temas polêmicos, dentre os quais a questão de Cuba, que vem sendo isolada dessas tratativas. Eu gostaria de perguntar em que medida o Governo brasileiro vem realizando esforço para que Cuba esteja presente. Solicitaria também que se tocessem considerações sobre o que vem ocorrendo na Colômbia, em face das recentes declarações do Secretário Colin Powel, dizendo que haveria articulações do narcotráfico, de guerrilhas e do fundamentalismo islâmico.

O Brasil, Sr. Ministro, trabalha para a fixação de parâmetros articulados para que prevaleça uma política coerente na defesa dos interesses brasileiros, em termos da Alca, de relação de Mercosul, da União Européia e da OMC, do Multilateral Agreement on Investments, o MAI, OCDE e os chamados acordos bilaterais de investimento. Qual a nossa posição sobre as chamadas cláusulas sociais e ambientais nos processos deliberativos, no interior dessas instâncias?

Gostaria também que nos dissesse a respeito das bases institucionais para as tratativas 4+1, ou seja, do Mercosul/Estados Unidos ou se essas se dão informalmente.

E, finalmente, quanto ao problema da tarifa para a nação mais favorecida, como, por exemplo, quando se trata da relação entre Estados Unidos e China *vis-à-vis* as tarifas internas à Alca, se prevaleceria a diferenciação ou haveria uma equalização. Na hipótese de equalização, em que termos isso ocorreria?

Última questão: que cuidados vem tendo V. Ex^a no que diz respeito aos objetivos que, volta e meia, relacionados à Alca, têm sido declarados pelo Congresso norte-americano para estimular a dolarização das Américas?

São essas as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Senador Eduardo Suplicy ainda mantém o encaminhamento das perguntas aos dois visitantes ou se contenta com as respostas do Sr. Ministro?

O SR. EDUARDO SUP LICY – Eu teria perguntas. Como o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, João Felfcio, acabou de chegar, eu teria perguntas específicas para ele. Já formulei perguntas para o Presidente da Fiesp e creio que, na sua exposição, ele poderá também falar sobre tudo aquilo que mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Ex^a quer repetir as perguntas ao representante da CUT?

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, o Ministro já fez a sua exposição e como só há um Senador que pretende questioná-lo, que é o Senador Eduardo Suplicy, S. Ex^a poderia responder ao Senador Suplicy. Depois, o Dr. Horácio Lafer Piva poderia fazer a sua exposição e responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Dr. Horácio Piva Lafer responderá às perguntas do Senador Eduardo Suplicy após a sua exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Celso Lafer.

O SR. CELSO LAFER – Senador Eduardo Suplicy, foram várias as perguntas de V. Ex^a e será difícil responder a todas elas. Tentarei responder, enfim, a alguns pontos básicos.

O SR. EDUARDO SUP LICY – V. Ex^a há de compreender por que razão tantas vezes insisti junto aos Presidentes da CAE e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional que considerava essa oportunidade de enorme relevância. No Congresso norte-americano, os Parlamentares estão dando enorme importância a essa questão. No Congresso brasileiro, também deveremos dar relevância a esse tema. Por isso, formulei tantas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. CELSO LAFER – Tentarei responder sinteticamente a várias das perguntas de V. Ex^a. Começo pela última. O Brasil não contempla, de forma alguma, qualquer hipótese de dolarização. Este País entende que o manejo da sua própria moeda é algo indispensável para a autonomia da sua condução de política macroeconômica.

Responderei a V. Ex^a pela ordem inversa. Quanto a bases institucionais do quatro mais um, V. Ex^a sabe que existe um acordo do *Rose Gardens* que está em vigor, aprovado pelo Congresso dos respectivos países, criando uma Comissão, que abre espaço para a discussão de vários pontos. Incluímos nessa pauta alguns temas de nosso interesse, explicitamente ligados a acesso a mercados, como, por exemplo, mercados agrícolas e, sobretudo, uma discussão de medidas zoofitosanitárias importantes nas exportações comerciais do Brasil e dos países do Mercosul, que enfrentam dificuldades.

Com relação às cláusulas sociais e ambientais, a posição brasileira é de grande preocupação quanto ao fato de essas cláusulas se revestirem de formas disfarçadas de protecionismo. Nosso entendimento é o de que há vários assuntos relacionados com o comércio, seja na parte ambiental, seja na preservação

das condições de trabalho, tal como previsto nas sucessivas convenções da OIT, inclusive nas de que somos membros.

Em matéria de concertação hemisférica, enfim, a nossa posição em relação à Colômbia é a de estar atento a uma solução diplomática; e as relações do Brasil com Cuba são positivas e construtivas.

Em relação ao tema Mercosul e aos países da comunidade andina, falei, no início da minha exposição, da importância de se chegar a bom termo até o fim deste ano nas negociações comunidade andina/Mercosul, o que significa, enfim, caminhar num maior processo de integração da América do Sul.

Quanto às tratativas entre Argentina e Brasil, elas estão ainda em andamento. Houve uma reunião da qual V. Ex^a participou e há situações que gostaríamos de colocar para os argentinos, que fazem parte da nossa agenda comercial. Há preocupação dos argentinos, nós abrimos a hipótese de trabalhar um mecanismo que permita identificar concretamente se há ou não setores que estão sendo afetados. É uma negociação em curso, não há nada de definitivo.

Quanto ao livre fluxo de pessoas, V. Ex^a sabe que o Mercosul está construído na base de um processo que enseje o livre fluxo de pessoas e é mais do que um processo de negociação comercial. É igualmente um projeto de cooperação política. Está na linha daquilo que diz a Constituição, quando assevera que uma comunidade latino-americana de nações é uma vis diretiva para a política externa brasileira.

Não vejo a Alca caminhando nas mesmas direções em que caminha a União Européia, que é um processo de construção econômico e político. Não penso em uma Alca como uma construção dessa envergadura e, sim, como uma oportunidade comercial a ser devidamente explorada.

Quanto ao capítulo TIAR, tive oportunidade de me manifestar, mas gostaria de repetir.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Permita-me, Sr. Ministro. Considero muito importante o ponto a que V. Ex^a acabou de se referir. Gostaria de saber se V. Ex^a pode nos dar uma informação a respeito de qual o avanço dentro do Mercosul está se ampliando e efetivando a livre circulação de pessoas.

Lembro-me de que, há alguns anos, o Presidente Carlos Menem falou para os Senadores no Plenário do Senado que esse era o objetivo que em breve seria alcançado, mas não tenho observado passos efetivos na direção de paraguaios, uruguaios, brasileiros e argentinos circulando com a possibilidade de estarem ora estudando, ora trabalhando, aqui e acolá.

Como V. Ex^a mesmo assinala, existe na União Européia. Assinalo ao Presidente da CUT, João Felfcio, que no âmbito do Mercosul houve reuniões não apenas de representantes do Governo e de empresas, mas também de entidades sindicais, que levam em consideração a discussão de direitos sociais, trabalhistas e do ser humano, mas que não parecem estar presentes nas negociações relativas à Alca.

V. Ex^a acaba de dizer que não tem a perspectiva de que, um dia, a Alca venha a se tornar no conceito que a União Européia tem. Parece-me que só faria sentido ao Brasil se, no caso de um dia a Alca venha a ser viabilizada, dizer aos Estados Unidos e ao Canadá que o interessante seria a integração para valer não apenas do ponto de vista do capital, mas dos seres humanos, dos trabalhadores, dos seus direitos sociais.

Gostaria de transmitir, como representante do povo no Congresso Nacional, que esta é pelo menos a opinião de um Senador e que gostaria que fosse essa a perspectiva do Governo brasileiro. Era isso que eu gostaria de assinalar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pediria a todos os Srs. Senadores que observassem as regras. A regra é o Senador fazer uma pergunta, o expositor responder. O Senador tem direito à tréplica, mas não deve interromper o expositor. Por favor, peço a sua compreensão, Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Respeitarei o seu apelo, Sr. Presidente.

O SR. CELSO LAFER – Tentarei responder ao aparte que V. Ex^a me faz. A União Européia é uma construção federativa. Significa uma repartição de competências entre os órgãos comunitários e os Estados-Membros. É, portanto, uma construção de natureza econômica e de natureza política. Como a Constituição Federal coloca o tema da preservação da soberania como um de seus objetivos, um mecanismo que envolva, em relação a um país como os Estados Unidos, uma distribuição de competências entre o Brasil e os Estados Unidos dessa natureza, eu não me aventuraria a avançar, pois creio que iria além do que a Constituição Federal estipula. Esse seria o primeiro ponto.

Segundo, creio que tem havido, no âmbito do Mercosul, uma preocupação com vários aspectos sociais e uma participação intensa das forças sociais nas negociações, o que é muito bom, pois confere vigor e consistência à sociedade civil.

Em relação à Alca, mencionei, em primeiro lugar, que nas mais de trinta reuniões da Senalca sem-

pre houve participação das forças sociais, dos sindicatos que lá se fizeram representar e manifestaram seu ponto de vista. Também mencionei, em minha exposição, que há um grupo, no âmbito da Alca, que envolve um relacionamento com a sociedade civil e que o Brasil tem estimulado o funcionamento desse grupo. Não somos os únicos parceiros no processo negociador. Há outros países que têm relutâncias em relação a isso.

Prosseguindo nas explicações, tento colocar uma que V. Ex^a não permitiu que terminasse e que diz respeito ao Tiar. Já tive a oportunidade de dizer, e reitero, creio que as virtudes do Tiar são as de delimitar o âmbito das nossas responsabilidades. O Tiar é um mecanismo de segurança coletiva, possui uma delimitação geográfica. E a cooperação que nos é solicitada e está no marco do tratado – é muito delimitada a obrigação de ajudar a localizar –, de acordo com a avaliação que faz o próprio Estado parte integrante do Tiar, é com relação à existência ou não de pessoas ligadas a atentados terroristas. Isso, penso eu, já tive a oportunidade de dizer no plenário do Senado Federal, está de acordo com o que estipula a Constituição Federal em relação ao crime do terrorismo.

A terceira reunião, realizada no Canadá, definiu que a data do término das negociações será em janeiro de 2005. E dezembro de 2005 para a sua possível entrada em vigor. Tive a oportunidade de explicitamente dizer, e não fui o único porque vários Estados se manifestaram na reunião em Buenos Aires, que a entrada em vigor depende de procedimentos constitucionais de cada um dos países, que nem o Executivo poderia assumir uma responsabilidade em nome do seu Legislativo, e que a cláusula de tentar colocar em vigor em dezembro de 2005 era uma cláusula de boa-fé. Ou seja, de submeter o Congresso a analisar e avaliar, e naturalmente explicitar o porquê das razões pelas quais tais ou quais posições negociadoras terão sido assumidas ou não.

V. Ex^a faz uma série de questões com relação à capacidade de concorrência da produção brasileira diante do desafio internacional. Não tenho dúvida de que existem problemas macroeconômicos importantes. Ninguém melhor do que o Dr. Horácio Lafer Piva para responder a essas questões. Claro que o sistema tributário é um desafio. Claro que as taxas de juros são um desafio. Claro que os temas de infra-estrutura também são um desafio. Estou me colocando na posição que é a minha responsabilidade específica, pois compartilho o processo negociador com todos os demais membros do Governo brasileiro que também comigo operam e com as consultas que fazemos com os

diversos setores. Aí eu diria que aspectos importantes dos métodos e modalidades que eu discuti hoje são os prazos de desgravação, os períodos de carência, os métodos e modalidades. Eu incluí, por exemplo, a idéia dos diversos dígitos da nomenclatura, porque é o que nos permite identificar por que o setor x pode ser muito competitivo, mas o subsetor do setor x precisa de mais tempo. Por isso, existem produtos sensíveis. E tudo isso será um pedaço do processo negociador à luz de uma análise da situação brasileira no correr da negociação. Esse é o ponto de vista interno.

Do ponto de vista externo, eu não creio que precisaria reiterar a V. Ex^a que desempenho exportador é um dos maiores desafios para a sustentabilidade macroeconômica do Governo brasileiro. V. Ex^a, cujo Partido tem uma preocupação grande com a vulnerabilidade financeira, sabe perfeitamente que desempenho exportador é uma forma pela qual nós reduziremos essa vulnerabilidade. Para reduzir a vulnerabilidade, há aspectos que dependem da oferta exportável e da nossa capacidade de concorrer, mas uma parte muito importante diz respeito a acesso a mercados: por que temos problemas com aço; por que temos problemas com o suco de laranja; por que enfrentamos dificuldades na área zoofitossanitária; por que medidas de precaução nessa área, como foi o caso da vaca louca, representam óbices à exportação brasileira. Justamente, o cuidado que eu tive na exposição foi o de mostrar os aspectos técnicos da negociação e como nós estamos procurando lidar com aquilo que eu vejo como um dos problemas do desempenho exportador do Brasil, que são as dificuldades de acesso a esses mercados, as barreiras protecionistas que se colocam em relação aos nossos produtos nesses mercados. E foi nesse contexto que procurei situar a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a deseja comentar a resposta do Sr. Ministro?

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, como o Ministro Celso Lafer fez referência à responsabilidade constitucional, eu gostaria de lembrar o que o art. 4º da Constituição brasileira menciona. Obviamente, V. Ex^a o conhece, mas eu aqui o ressalto:

“Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;

- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Então, tudo que V. Exª puder realizar no sentido de se tornar um esforço catalisador para este objetivo está perfeitamente dentro das funções constitucionais do Governo brasileiro e da sua missão como Ministro das Relações Exteriores. Portanto, sinta-se à vontade, Ministro Celso Lafer, para realizar plenamente o que está previsto na Constituição brasileira; de empenhar-se pelo esforço integrador, porque aquilo que, por exemplo, hoje constitui a União Européia está previsto nesse artigo para todos os países da comunidade latino-americana das nações. Então, pode V. Exª realizar um enorme esforço e tudo será bem visto do ponto de vista dos nossos objetivos constitucionais. O que me preocupa um pouco, Ministro Celso Lafer, diante dos episódios desencadeados pelos atos terríveis de 11 de setembro, que infelizmente ceifaram a vida de quase seis mil pessoas no World Trade Center e no Pentágono. Isso poderá estar provocando maiores dificuldades para este mesmo objetivo – até mesmo internamente nos Estados Unidos está sendo mais difícil as pessoas entrarem nos edifícios onde trabalham. Os próprios executivos norte-americanos têm dificuldade de acesso, imagina, então, para entrar na fronteira norte-americana. Portanto, o objetivo de integração, do ponto de vista dos seres humanos, está sem dúvida, hoje, mais difícil. Para reverter isso, será necessário um esforço extraordinário da parte de todos nós – e aí Congresso, Executivo, Presidente, Ministro de Relações Exteriores, e assim por diante –, para que sejam criadas as condições de paz efetiva, com base no respeito aos seres humanos, com base em se utilizar muito mais os ensinamentos, para citar o exemplo daquela nos Estados Unidos que dedicou a sua vida para que se resolvessem todas as questões não com o método da violência, mas com o método da paz, e que levou os Estados Unidos, por seus representantes, inclusive a dedicarem um dia, feriado, a homenagear a Martin Luther King Jr., que é uma pessoa que precisaria ser lembrada

a cada momento diante daqueles que acham que podem utilizar os instrumentos bélicos da forma mais intensa possível antes dos instrumentos dos quais nos falava Martin Luther King Jr..

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Ministro Celso Lafer terá que se retirar em dez minutos. Pergunto se algum dos Senadores deseja fazer alguma pergunta.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Geraldo Cândido, peço que faça uma pergunta que não exija uma resposta muito longa, porque o Ministro nos comunicou que deve sair. O atraso não foi do Ministro, foi nosso, e não por culpa de ninguém, mas do Plenário. O Ministro, há uma hora, concluiu que o limite dele aqui seria quinze para as oito horas.

V. Exª tem a palavra, Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então serei breve.

Senhor Ministro, primeiro, eu gostaria de repetir uma pergunta que fez o Senador Suplicy, que é a seguinte: Como o Brasil vê a posição do Senhor Presidente Hugo Chávez, da Venezuela? Gostaria que V. Exª nos respondesse.

A segunda é em relação a Cuba que, **a priori**, foi excluída das tratativas, entretanto os dois parceiros dos Estados Unidos no Nafta, México e Canadá, mantêm relações diplomáticas e econômicas qualificadas com Cuba, questão que V. Exª também não respondeu.

Por último, só mais uma pergunta, até por curiosidade. Temos informações de que o Embaixador Samuel Pinheiro estaria um tanto marginalizado no Ministério de Relações Exteriores pelo fato de ser um crítico ferrenho da ALCA. Aliás, o embaixador tem obras publicadas muito importantes sobre a ALCA. Pergunto a V. Exª se isso é verdade, porque acho esta situação grave: uma pessoa ser colocada em segundo plano, sendo um embaixador de primeira classe, um ministro, com uma carreira diplomática reconhecida, em função de ser contrário à ALCA, tendo obras muito elaboradas em relação a essa questão. Eu gostaria de ouvir de V. Exª, apenas porque, para mim, é grave, se esta for a posição do Ministério de Relações Exteriores.

O SR. CELSO LAFER – Senador, vou responder, em primeiro lugar, a questão que me fez o Senador Suplicy.

É claro que conheço o parágrafo único e tenho procurado trabalhar exatamente nesse sentido. O es-

forço que venho fazendo pessoalmente, e V. Ex^a é testemunha, de operar o Mercosul nas condições difíceis é um empenho nessa mesma linha. O trabalho que estamos fazendo para buscar, enfim, trabalhar a integração da América do Sul, que é uma das linhas que o Presidente da República sabiamente buscou ao promover a reunião de presidentes da América do Sul, é uma outra linha nesse sentido, e todo o esforço de integração física nessa área tem sido também uma constante.

Permito-me lembrar que já estive no México, na Bolívia, no Chile, várias vezes no Uruguai, no Paraguai, na Argentina justamente com o objetivo de dar seqüência a essa vis diretiva. O objetivo de levar adiante as negociações Mercosul/Comunidade Andina, assim como as negociações Mercosul/México fazem parte desse esforço de levar adiante esse objetivo.

Agora, V. Ex^a me pergunta sobre a Alca, respondendo que os Estados Unidos e Canadá estão incluídos nela. A idéia de uma comunidade política, no sentido da União Européia, não está prevista na Constituição, e eu me sentiria hesitante em levar adiante essa dimensão do processo de integração. Por isso entendo que a negociação no âmbito da Alca é uma oportunidade comercial a ser avaliada, testada, para ver se é útil ou não. E apenas nesse plano que situo. Mas reitero que o esforço de seguir adiante o que estipula o mandamento constitucional como vis diretiva, tem norteado toda a minha atuação desde que assumi essa tarefa, seguindo, aliás, uma linha de raciocínio antiga minha.

Senador, respondendo as três questões formuladas por V. Ex^a, o capítulo das nossas relações com a Venezuela é importante, pois o Presidente tem promovido intensamente essa relação. Há um processo de concertação ampla, trabalhos nas áreas de integração física e energética, em todo o processo, seja do Grupo do Rio, seja no processo de convocação do Tiar, quando eu me entendi pessoalmente com o Chanceler da Venezuela, procurando, enfim, trabalhar uma posição comum, a que afinal chegamos.

Quero dizer que Cuba não integra as negociações da Alca, o processo foi conformado dessa maneira no início da abertura dessas negociações, na Presidência Itamar Franco. Mas quero dizer, reiterando o que já falei, que as relações do Brasil com Cuba são muito construtivas, e tive também a oportunidade de mencionar não só os entendimentos do Presidente com as mais altas autoridades daquele País, como também o próprio contato que tive com o novo Chanceler de Cuba, que não conhecia, e a oportunidade que terei em relação a uma próxima visita.

Em relação ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que me merece o maior respeito, e já disse repetidas vezes, uma negociação em andamento não está definida, mas quem se opõe à própria realização dessa negociação não pode, com tranquilidade, fazer parte da equipe que está trabalhando o assunto. É como se dissesse a V. Ex^a que indicasse para a sua assessoria direta uma pessoa ou outra de altíssimas qualificações técnicas, mas que não corresponde a sua visão de mandato e de responsabilidade. Assim como V. Ex^as escolhem os seus colaboradores diretos, tais como, os Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Piva, Romeu Tuma, que estão aqui me acompanhando nesse debate, também devo escolher, para trabalhar comigo, pessoas que estão dispostas a trabalhar com uma linha que não é a minha, mas é a do Governo e a do Senhor Presidente da República. Enfim, assim como existe disciplina partidária, e as características dessa disciplina partidária, existe uma disciplina de Governo em torno de uma determinada linha, que é a política definida pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Geraldo Cândido, deseja comentar?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Ministro Celso Lafer, com relação à Constituição da Área de Livre Comércio das Américas – Alca, penso que o Governo brasileiro já tem uma posição definida quanto à sua integração. Penso que deveríamos ouvir a Nação brasileira sobre essa questão, visto que é uma questão muito polêmica. V. Ex^a afirma que o Governo já tem uma posição de participar, colocando fora do caminho aqueles que se opõem com qualquer objeção com relação a essa polêmica. Além do Governo brasileiro fazer uma consulta à Nação com relação a essa questão, deveria, também, fazê-lo em relação à dívida externa, e outros problemas importantes que afligem o nosso País. Penso que um plebiscito poderia legitimar ou não essa posição do Governo. Essa é a minha opinião. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Sr. Ministro, o tempo de V. Ex^a está esgotado, mas, se quiser, poderá respondê-lo.

O SR. CELSO LAFER – Quero responder ao Senador. Expus hoje qual é esse processo negociador e por que esse processo não chegou ao fim; ele é um processo que está em andamento. Neste processo tem havido um esforço grande de informação ao Congresso Nacional e ao Senado, à sociedade civil, mencionei as reuniões da Senalca, mencionei um intenso processo de discussão e de divulgação. O próprio texto que existe hoje está disponível na Internet e está cheio de colchetes porque não significa que haja

até o presente momento acordo em relação àqueles pontos que estão em colchetes. Então, submeter à apreciação do povo por meio de uma consulta popular é difícil porque não existe o que submeter. Este é um processo em andamento. Quando ele chegar ao fim com a participação intensa de toda a sociedade brasileira, haverá um texto. Então, o Poder Legislativo examinará esse texto, apreciará e verificar se são necessários tais mecanismos de consulta.

O que eu quero dizer – e é este o ponto que quero insistir – é que não há posições pré-definidas. O que está definido é uma negociação em andamento. Negociação que entendo clara caber à competência constitucional do Senhor Presidente da República. A definição não. Agora, neste processo negociador tem havido uma intensa participação e um intenso processo de consulta. Uma das coisas que procurei insistir foi justamente na intensidade e na continuidade desse processo de consulta. Seja aquilo que já vem sendo feito institucionalmente, seja aquilo que eu mesmo venho fazendo desde que assumi o Ministério de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Sr. Ministro Celso Lafer, para tecer suas considerações finais.

O SR. CELSO LAFER – Agradeço a oportunidade de discutir esses assuntos e as questões que me foram colocadas e que me deram ocasião de ampliar o debate em torno dessas matérias.

Tendo o Dr. Horário Lafer Piva tido a paciência de me ouvir durante tanto tempo ficarei mais 15 minutos para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Estamos com um problema: o representante da CUT, João Felício, precisa se retirar daqui a 15 minutos, porque vai retornar a São Paulo. Parece-me que o Dr. Horácio Lafer Piva tem o mesmo problema do representante da Fiesp. Proponho que cada um fale por cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA – Vou fazer umas perguntas...

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, posso dar uma sugestão. Penso que os dois tiveram a delicadeza de vir aqui. Assim, cada um falaria 10 minutos, apenas para expor um pouco o seu pensamento.

O SR. ROMEU TUMA – Menos. Sete minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – E não haveria perguntas.

O SR. PEDRO PIVA – Não haveria perguntas.

O SR. HORÁCIO LAFER PIVA – Com licença. Creio que aqui somos todos amigos e adultos, de ma-

neira que eu gostaria de, respeitosamente, perguntar aos senhores se tem sentido essa minha apresentação e a do João Felício. Penso que não enchamos sequer uma mesa e já são 20 horas. A minha preocupação é a de que todos aqui já começam a entrar no terreno do sacrifício pessoal. Aceitei o convite e, claro, estou à disposição, mas quero deixá-los à vontade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Coloque algum ponto essencial.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Por favor, focalize algum ponto que lhe pareça muito importante.

O SR. HORÁCIO LAFER PIVA – Para tratar de um assunto da dimensão da Alca? Na verdade, estamos definindo o futuro do País. Antes de falar de Alca, eu ia falar um pouco de OMC e um pouco de Mercosul, principalmente sobre o nosso relacionamento com a Argentina, que é conflituoso. Ao mesmo tempo, eu queria declarar a absoluta opção mercosulista da indústria de São Paulo e, certamente, da indústria do Brasil que acredita muito nesse bloco.

Temos um extraordinário desafio pela frente. Estamos falando de um mercado de US\$13 trilhões e de um mercado de 800 milhões de consumidores. Ao mesmo tempo, estamos falando de um enorme desafio. O ano de 2005 está aí na esquina; é depois de amanhã. Tenho absoluta certeza de que a Alca vai ser aquilo que resultar das negociações. Precisamos ler os detalhes, as letras miúdas, as notas de rodapés. Não podemos ser ingênuos na discussão desse bloco chamado Alca.

Acredito que o processo de integração é inexorável. Aceitamos o desafio da inserção global competitiva. Dizer, agora, que vamos andar para trás, que vamos fechar é uma bobagem. Entretanto, precisamos tratar essa questão com a devida importância. A Alca será absolutamente devastadora para aqueles que não estiverem preparados e eles não estarão preparados apenas pelas suas decisões microeconômicas. Temos uma série de ineficiências sistêmicas na economia brasileira que precisam ser superadas, para diminuir essa assimetria entre o Brasil e os países desenvolvidos que farão parte desse bloco. Quero apenas deixar registrado a importância de avaliarmos, com muita competência, os riscos, as oportunidades, onde o Brasil perde, onde o Brasil ganha.

Lembro-lhes de que uma tonelada de circuito integrado, por exemplo – estou falando de chips, de memória -, é igual a 750 toneladas de suco de laranja e igual a 2,5 mil toneladas de soja; ou seja, para comprar uma caixinha precisamos mandar um navio. A

nossa relação de troca ainda é ruim para o País. Uma CPU de computador custa uma tonelada de soja exatamente. Então, precisamos verificar de que maneira podemos ganhar tempo até 2005 para adequar a economia brasileira.

Penso que não temos de falar de tarifas, até porque a questão de tarifa é a de menor importância. Há muitos outros pontos mais delicados.

O Ministro Celso Lafer disse muito bem da importância do nosso mercado e aquilo que temos a apresentar: uma economia brasileira que é igual a uma economia chinesa e duas vezes a economia russa. Temos aí um poder de barganha que precisa ser mais bem usado, mas não podemos ser ingênuos.

O PIB norte-americano é 15 vezes o PIB nacional; as exportações norte-americanas são 14 vezes as exportações nacionais. Se somarmos os faturamentos das três maiores empresas norte-americanas, hoje, que são a Exxon – US\$210 bilhões –, a Walmart – US\$195 bilhões – e a General Motors – US\$190 bilhões –, o resultado é o PIB brasileiro mais 20%. É com esse mercado que estamos lidando. Qualquer um aqui que já negociou com os Estados Unidos ou já foi aos Estados Unidos e olhou aquilo, sabe exatamente qual é o tamanho do nosso desafio.

Na minha opinião, o Brasil tem tido, nestes últimos tempos, um viés excessivamente financeiro. Ele precisa ter um viés mais comercial e enfrentar a questão da política de competitividade e da construção de uma política industrial. Não podemos avaliar apenas os aspectos financeiros. Quero lembrar que a questão financeira é meio e não fim. Fim, no Brasil, é emprego, é capacitação, é distribuição de renda, é vida justa, é qualidade, é oportunidade. Não podemos continuar aqui com a quarta pior distribuição de renda do mundo. Mas, por outro lado, se não fizermos esse processo de integração não chegaremos a lugar algum. Estaremos nos condenando à periferia para o resto de nossa existência.

O Ministro Celso Lafer colocou uma coisa muito bem, no sentido desses riscos das negociações, de um isolamento do Brasil, na medida em que os Estados Unidos podem, sim, fazer negociações bilaterais com a América, que, na verdade, é hoje a grande receptora dos nossos produtos, e criar dificuldades para um País que sofre hoje um enorme estrangulamento externo e que só conta, neste momento, com os mercados do mundo para poder pensar em crescimento nos anos que vêm pela frente.

Penso que não podemos ter uma posição covarde; não podemos ser vítimas. Na verdade, precisamos nos organizar. Temos de ser ativos e não subalternos

nessa discussão toda. Há uma série de avanços que precisam ser feitos e podemos exigir nessas negociações. Quero aqui dar uma palavra de respeito ao trabalho do Itamaraty, porque podemos efetivamente trabalhar com esse conceito da “sala ao lado”. Podemos efetivamente participar desse processo negociador, talvez pela primeira vez. E isso é muito positivo.

Há uma extraordinária transparência, uma vez que foi colocado na **Internet** todo o documento de negociação, com os colchetes. Enfim, ficaram à disposição, para a crítica.

Assim, o mais importante para mim, Srs. Senadores, é que o Congresso de alguma maneira possa se envolver nessa discussão. Liderar é definir realidade. E a liderança do País, de alguma forma, está aqui no Congresso. É absolutamente fundamental que se entenda que essa não é apenas uma discussão do Itamaraty. Essa é uma discussão da indústria brasileira, que também está atrasada, muitos setores não se colocaram ainda; que essa é uma discussão dos trabalhadores e do Congresso. É absolutamente fundamental.

Quero voltar a dizer que sou otimista em relação ao Brasil, a médio e longo prazos. Temos problemas: temos um PIB **per capita**, que é um décimo do dos Estados Unidos; um oitavo do da Comunidade Européia; uma taxa de pesquisa e desenvolvimento de 0,8% contra 2% dos Estados Unidos e 2,5% da Europa. Em compensação, penso que se pudermos avançar na questão da reengenharia do Governo brasileiro, da substantivação da discussão, colocando seriamente essa questão da fragilidade das nossas contas externas, tratar essa questão do crescimento com foco, o que é difícil – no Brasil, isso tem sido abortado por crise em balança de pagamentos e crise inflacionária, há tantas décadas – vamos poder nos aproveitar do fato de que somos o quarto mercado do mundo em lavadoras e geladeiras; o terceiro, em refrigerantes; o segundo, em biscoitos, microondas e celular; o quinto País do mundo em extensão territorial; o quarto em população; o maior parque industrial ao Sul do Equador; temos um terço do PIB da América; temos o dobro da área agricultável da Argentina; temos seis milhões de déficit habitacional – imaginem o que se abre de espaço na construção civil –; temos 40 vezes menos estradas do que os Estados Unidos, portanto, todo o setor de infra-estrutura para crescermos; temos o turismo, que está só começando; serviços sociais, que sequer começaram no Brasil, ou seja, é um País de mercado interno extraordinário, que poderá ser um **player** importante tanto na ponta da exportação

quanto na ponta da importação. Mas a questão da Alca tem de ser tratada com a sua devida seriedade.

Obviamente, tenho dito aos setores que representam, aos setores industriais que tratem de começar a fazer contas; tenho tido oportunidade de discutir com o Ministro Celso Lafer e com o Ministro do Desenvolvimento, e gostaria muito de pedir aos senhores que procurem, de alguma forma, contaminar positivamente todo os companheiros do Congresso, para que comecem a se ocupar dessa questão. Essa questão não se encerra com o assunto Alca. Quero lembrar que ela passa pela questão do Custo-Brasil. Estamos falando de necessidade de exoneração tributária; de redução de custo de mão-de-obra; de melhoria de infra-estrutura; de adequação do sistema financeiro, aquilo que chamamos de finanças industrializantes; de desregulamentação. Enfim, e de várias outras questões.

É um assunto absolutamente instigante, o senhor não tenha a menor dúvida. Anima-me muito conversar sobre esse assunto. Contudo, creio que teremos outras oportunidades de fazê-lo. Gostaria de agradecer as pessoas que ficaram, ao Celso, meu primo, de quem não escondo a admiração que tenho. Gostaria de agradecer a presença do Senador Pedro Piva, que aqui é Excelência, mas em casa é meu pai. Quero deixar muito clara essa relação familiar. Se houver divergências, e sempre existem, estas acabam sendo legitimadas pela franqueza e pela transparência com que coloco minhas posições. Já tivemos, eu e Celso, algumas discussões, até envolvendo a imprensa, mas nada que impeça a visão de que, lá na frente, precisaremos estar reintegrados. O mundo inteiro, cada vez mais, se integra por meio de blocos, de alianças estratégicas, de *joint venture* etc. Prometo ao Senador Eduardo Suplicy que vou responder, por e-mail, seu longo e importante questionário.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Vou ouvi-lo pessoalmente em São Paulo.

Sr. Presidente, sugiro que o Senado, por meio do serviço de apoio no aeroporto, providencie nossos cartões de embarque para que possamos ouvir o Presidente da CUT. É perfeitamente possível, basta que o serviço de apoio providencie.

O SR. HORÁCIO LA FER PIVA – Consegui uma reserva para 20 horas e 50 minutos.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. João Vinícius, Presidente da CUT, se V. Ex^a me permite, não é uma descortesia, mas fiquei aqui até essa hora porque, caso contrário, meu pátrio poder ficaria muito desvalorizado diante de meu filho. Tenho um encontro inadiável e

peço desculpas por minha ausência. Já o ouvi muitas vezes. Espero ouvi-lo ainda outras vezes para formar minha boa opinião.

O SR. HORÁCIO LA FER PIVA – Ser pai é difícil.

O SR. JOÃO FELÍCIO – Pode ficar tranquilo porque a CUT não tem divergências extremadas com toda a família Lafer/Piva. Há muitas divergências, mas muitos pontos em comum.

Gostaria de agradecer o convite feito à Central Única dos Trabalhadores para que também comparecesse ao Senado para expor suas razões e os motivos que a levam a estar extremamente preocupada com a Alca e com esse debate.

A questão da Alca é extremamente complexa, estimulante e palpitante. Creio que setores organizados da sociedade deveriam ser chamados constantemente para debater um assunto tão importante e que tem a ver com o futuro do Brasil, da nação brasileira e de seu povo.

A posição da CUT, Ministro, não é ideológica, não é que sejamos sempre contrários. Para que o Movimento Sindical, para que a CUT, ser contrário não é novidade. Geralmente somos contra, até porque no Brasil o problema são os que dizem sim e não os contrários. Então, nos sentimos muito à vontade para ser contra, mas não é uma questão ideológica.

Se formos fazer uma análise – e é difícil fazer uma análise histórica em tão pouco tempo – sobre o que nos leva a ter uma enorme preocupação com relação à Alca tem a ver com as questões mencionadas pelo Presidente da Fiesp. Se a implantação da Alca for devastadora para as empresas brasileiras, acredito que também será devastadora para os trabalhadores brasileiros. Haverá questões sociais, como o desemprego, se a Alca for implantada nos moldes em que está sendo apresentada.

Fazendo uma análise das empresas que estão no Brasil, das 650 maiores empresas 550 são internacionais, são multinacionais e exportam apenas 15% da produção. A grande preocupação da CUT é que, na implantação da Alca, estas deixem de fazer um grande investimento aqui no Brasil, como elas, bem ou mal, pouco na nossa avaliação, fazem, mas, com a implantação da Alca, poderão deixar de fazer um grande investimento e passarão a ocupar uma fatia considerável do mercado brasileiro, por meio de suas matrizes e origem, ou seja, deixariam de produzir aqui. Elas vieram para cá mais por causa do apetitoso mercado interno brasileiro, não somente preocupadas com a exportação. E hoje, é como disse, elas representam apenas 15%. Que dizer, com a implanta-

ção da Alca, poderá ocorrer o inverso do que ocorreu até agora: uma quantidade enorme de multinacionais que vieram para cá nas décadas de 50 e 60 passariam a inverter a sua relação com o Brasil enquanto nação e passariam a fazer com que as exportações dessas empresas para o mercado brasileiro passassem a ser feitas no seu país de origem, no caso, os Estados Unidos. Então, é uma preocupação que tem que ser levada em consideração em qualquer debate.

A segunda grande preocupação que temos é que, na relação dos Estados Unidos com o México, por exemplo, no caso da Nafta, uma parte considerável da produção mexicana, hoje, é feita por empresas norte-americanas. E elas acabaram ocupando um espaço considerável do México, em que pese a avaliação positiva que possa ter do Governo mexicano, mas estou falando aqui em nome de trabalhadores mexicanos também que têm uma opinião muito parecida com a nossa central sindical.

Hoje, a exportação do México para os Estados Unidos é duas vezes e meia em relação à exportação dos Estados Unidos para o México, isso é, os Estados Unidos ganharam com a implantação da Nafta em relação ao México. Os trabalhadores mexicanos não ganharam absolutamente nada. Por isso, a grande preocupação da nossa central sindical é que ocorra com o Brasil a mesma coisa: em vez de aumentarmos as nossas exportações para o mercado norte-americano, poderia ocorrer o contrário, como aconteceu na relação do México com os Estados Unidos. Eles aumentariam consideravelmente as exportações para o mercado brasileiro, e os brasileiros, a indústria nacional, encontrariam muito pouco espaço para fazer exportações para o mercado norte-americano.

Sabemos do poderio, tão bem colocado pelo Presidente da Fiesp, da economia norte-americana, que, além de ser uma economia extremamente forte, tem uma indústria fortemente protegida pelo Estado norte-americano, o que é de dar inveja. A disputa seria com um país extremamente frágil na sua política industrial com o poderio norte-americano. Até gostaríamos que, no futuro, o Governo brasileiro também tivesse uma preocupação de uma proteção bastante forte da pequena e média indústria nacional, o que não tem ocorrido.

Então, fazer uma disputa entre uma economia que é 6, 7, 8 vezes mais forte, cujo PIB, de toda a América Latina, detém de 70 a 80%, e uma, a do Brasil, cujo PIB não chega a 10%, é uma covardia. Então, já seria uma disputa desleal, uma disputa de quem já entra no ringue para perder. Pior ainda, quando sabe-

mos do poderio e da proteção do Estado norte-americano, o que não ocorre, aqui, por parte do Brasil.

Mais grave é quando há uma situação já colocada, uma reivindicação histórica da nossa central sindical – e nesse aspecto temos um posicionamento muito parecido com o da Fiesp – em que se precisaria fazer uma preparação do parque industrial brasileiro. Temos um projeto nacional de desenvolvimento. A CUT, inclusive, há muitos anos, defende uma reforma tributária para desonerar a produção. Não nos moldes como alguns Ministros falam, e não estou falando aqui do Ministro, mas há alguns Ministros do Governo FHC que, quando se fala em desonerar a produção, eles imediatamente já querem retirar direitos dos trabalhadores. Não é disso o que estou dizendo! Mas uma reforma tributária que pressupõe, acima de tudo, desonerar a produção. Uma pequena e média indústria não deveria ter a mesma carga tributária de uma grande multinacional, de um grande banco etc., porque os impostos no Brasil deveriam estar vinculados com a quantidade de empregos que a indústria oferece, sua lucratividade, para que ela pudesse se preparar ao longo dos anos com essa grande competição internacional. Não defendemos, não advogamos o isolamento do Brasil e da economia brasileira. Pensamos que há determinados processos que são irreversíveis. A forma é como você entra nesse processo de disputa. Que tipo de proteção as categorias profissionais no Brasil poderão ter num processo de disputa, a pequena e média indústria nacional, antes de assimilar um processo de negociação irreversível? Primeiro, organiza-se, prepara-se, tem-se um projeto nacional de desenvolvimento, para, depois, entrarmos nessa grande competição internacional, que pode ser extremamente maléfica para o futuro do Brasil, enquanto Nação independente.

Para finalizar, além do envolvimento muito grande do Congresso Nacional neste debate que tem muito a ver com o futuro do Brasil, consideramos importante e estamos reivindicando que haja, nos moldes do que fizeram os países europeus antes de optarem pelo Euro, um grande debate e, mais ainda, uma grande consulta à população local; uma participação transparente e envolvimento do Congresso Nacional e do movimento sindical, ao lado dos trabalhadores e empresários, mas também uma consulta ao povo brasileiro para saber se eles realmente concordam com a ALCA.

Gostaria de encaminhar ao Ministro algumas perguntas fundamentais para a CUT, nesse processo, e que levaram ao nosso posicionamento em relação à ALCA :

Quais os indicadores de que haveria benefícios para os trabalhadores e para as empresas brasileiras com a implantação da ALCA, no número de empregos, no aumento de investimentos e no aumento do processo de negociação?

As empresas brasileiras ganhariam com a implantação da ALCA? Haveria aumento no número de funcionários das empresas? Para nós, isso é fundamental, porque define o nosso posicionamento. A história tem demonstrado que ocorre o contrário. Quando existem relações comerciais entre os países de economia avançada e os países de Terceiro Mundo, geralmente nós perdemos muitos postos de trabalho.

A segunda pergunta: Quais são as condições de reciprocidade nas relações com a economia norte-americana? Isto é, num processo de negociação, a economia e o governo norte-americanos assimilariam nos mesmos moldes que o Governo brasileiro poderia assimilar no processo de importação dos produtos norte-americanos?

A história tem demonstrado o contrário. Eles taxam os nossos produtos, colocam uma enorme dificuldade para os produtos brasileiros entrarem nos Estados Unidos e, no entanto, impõem fortemente sobre os governos latino-americanos a importação dos produtos que eles fabricam lá. Isto para nós é fundamental num processo de negociação com o Governo: como a economia e o Governo norte-americanos vão se comportar? Eles têm um projeto nacional de desenvolvimento e protegem sua economia. Não acredito que teremos as mesmas facilidades para entrar no mercado norte-americano que eles têm para entrar aqui.

A última pergunta: Qual é a transparência dos acordos para a população brasileira? Achei muito positivo o convite para a nossa representação vir aqui. É uma forma positiva de relacionamento que o Senado demonstra com a nossa bancada, com o que representamos na sociedade brasileira; e é uma forma de encontrar um espaço de expressão nosso aqui no Senado, mas é preciso que haja um envolvimento maior.

É óbvio que a CUT participa do SENALCA; mas, se a Fiesp às vezes reclama que não é chamada para os debates – e acho correto que os empresários sejam chamados – imaginem nós, os trabalhadores brasileiros! Eu costumo dizer, em todos os lugares onde compareço que somos o lado feio, sujo e malvado da história. Parece que nossas opiniões têm muito pouca ressonância dentro do Governo em vários aspectos. Nossa grande esperança é que, nessa questão, aconteça o contrário; que a nossa opinião também seja levada em consideração, para que tenhamos um gran-

de debate sobre o assunto; que sociedade brasileira seja envolvida e que algumas perguntas sejam esclarecidas para todos nós, sob pena de, daqui a alguns anos, não termos mais um Brasil livre e soberano, mas sermos comandados em muitos aspectos (como já estamos sendo). Com a implantação da ALCA poderemos ser menos “donos dos nossos narizes”.

Agradeço ao convite de vocês. O assunto requer um conjunto de debates bastante amplo. Acho que, em pouco tempo, daria para aprofundar as relações comerciais e a visão que a CUT sempre teve do Mercosul. Consideramos um avanço a implantação do Mercosul e achamos que ele deveria ser fortalecido antes de fazer esse grande debate sobre a ALCA. Precisamos avançar nas relações com a comunidade econômica européia e nas relações comerciais com os Estados Unidos e outros países antes de assimilar um projeto como o da ALCA, de envergadura que pode colocar em cheque a soberania nacional.

Portanto, a nossa posição é baseada na História e não simplesmente num posicionamento ideológico e de questionamento ao poderio norte-americano no que se refere à economia. Os exemplos ao longo da história, nas relações comerciais dos países do Mercosul, dos países latino-americanos com os Estados Unidos, coloca-nos sempre uma grande dúvida: o que temos a ganhar com a implantação da Alca? A história tem demonstrado que nessas relações o Brasil tem muito a perder, caso não consigamos fazer um grande debate nacional sobre este assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Se o Ministro não se importa de perder seu compromisso e os outros convidados não se importam de perder o voto, o Ministro pode responder.

O SR. CELSO LAFER – Eu queria dizer ao Presidente da CUT que fiz questão de ficar até o final em respeito ao ponto de vista que eu sabia que ele gostaria de externar. Tentarei responder o que posso para as múltiplas questões que ele colocou.

Quanto ao tema da consulta popular, já tive a oportunidade de responder: é difícil fazer uma consulta popular sobre um assunto que não está definido. Essa negociação está em andamento – como procurei longamente expor na minha primeira intervenção –, está numa fase de métodos e modalidades. Essa é uma fase muito importante porque os métodos e modalidades vão definir aquilo que será a pauta de negociação: quais são os prazos a partir dos quais se define a negociação; quais são os prazos de desgravação; se será a tarifa aplicada ou se será a tarifa conso-

lidada; qual é a fórmula que se vai negociar... Tudo isso é muito importante, mas ainda é uma fase prévia ao próprio processo negociador.

Porque estamos nessa fase, não posso responder à questão colocada sobre quantos empregos, como afetará as empresas, como serão afetados os investimentos... na verdade, não tenho como quantificar cenários e hipóteses de um conjunto de assuntos que ainda não foram definidos.

Quanto ao tema da reciprocidade, posso assegurar-lhe – e tenho dito isso – que, evidentemente, o conjunto dessa negociação é um dos objetivos explicitados no Anexo I da Declaração de Buenos Aires, de que todos os diversos Grupos Negociadores devem encaminhar de tal forma que a agenda seja equilibrada. É claro que, se haverá solicitação de vários países em relação a vários interesses deles, haverá várias solicitações nossas do nosso interesse. Se isso vai atingir ou não um equilíbrio é o que iremos verificar. Quero assegurar-lhe de que não concordaremos, enquanto negociadores, com qualquer coisa que não atenda a essa noção de equilíbrio geral, de interesse da sociedade brasileira como um todo, onde, evidentemente, o emprego, o investimento, a competitividade são indicadores básicos.

Quero reiterar que é difícil uma negociação como essa e dessa envergadura não tenha sido objeto de tão amplas discussões com a sociedade; elas não são suficientes, mas insisto que tem havido transparência, existe o texto divulgado pela Internet, houve essas reuniões na Senalca, e tem havido um permanente esforço de discutir esses temas, não de impor.

Portanto, essas são as respostas que estou em condições de lhe dar neste momento. É evidente – todos sabemos – que o Brasil é um País com várias condições positivas e vários “senões” – quanto a isto não há dúvida nenhuma: “senões” na sua distribuição de renda, “senões” nas suas dificuldades de isonomia competitiva, “senões” em matéria de absorção favorável e comparável com aquilo que desejamos das regiões menos desenvolvidas do País. Sou o primeiro a reconhecer isso, tem sido o meu ponto de vista desde sempre. O que me parece fundamental realçar é que estamos inseridos no mundo e temos que lidar com os desafios que o mundo oferece.

Eu, por exemplo, entrei nesse Ministério sem imaginar que eu teria que lidar com os ataques terroristas do dia 11 de setembro. Eu gostaria de não ter esse item na minha agenda – creio que eu e todo mundo aqui –, mas sou obrigado a lidar com esse item, porque é parte da minha obrigação. Se não considerarmos as oportunidades de desempenho expor-

tador do Brasil, não estaremos vislumbrando um dos aspectos fundamentais para a sustentabilidade da economia brasileira a médio e longo prazos e para a dimensão de autonomia capaz de viabilizar um projeto nacional, que é uma aspiração não só de V. Ex^a e de alguns companheiros da CUT, mas, com modulações distintas, de todos nós.

Era isso que pretendia ponderar.

O SR. JOÃO FELÍCIO – Pretendo fazer uma importante sugestão em relação à reivindicação feita pelo Sr. Horácio Piva. Deveria haver outra oportunidade para debatermos esse assunto com mais tempo no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, para avançarmos um pouco mais em dados concretos que levem o Governo brasileiro, a Fiesp ou a CUT a manter o posicionamento que expressaram aqui, avançando um pouco mais. Muitas questões complexas precisam ser debatidas talvez em outros momentos e com mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Também gostaria de fazer algumas considerações finais, mas, em face do adiantado da hora, vou-me abster.

Agradeço a presença de todos, principalmente a dos convidados.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h25min.)

Ata da vigésima oitava Reunião da Comissão de relações Exteriores e Defesa Nacional e da Quadragésima quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da quinquagésima Primeira Legislatura, realizadas conjuntamente em vinte e três de outubro do ano de dois mil e hum às dezessete horas, na sala de reuniões n.º 19, Ala Senador Alexandre Costa.

Às dezessete horas do dia vinte e três de outubro do ano dois mil e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Lúcio Alcântara e com a presença dos Senadores: Jefferson Péres, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy, Pedro Piva, Lúcio Coelho, Emília Fernandes, Iris Rezende, Tião Viana, Lauro Campos, Luiz Otávio, Freitas Neto, Pedro Simon, Paulo Souto, Fancelino Pereira, Paulo Hartung, Ney Suassuna, Hugo Napoleão, Ricardo Santos E Antônio Carlos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e afirma ser esta reunião uma audiência pública sobre o tema “ALCA – A Retomada de uma Agenda”, com a partici-

pação dos Senhores Embaixadores Rubens Ricupero, Samuel Pinheiro Guimarães e José Alfredo Graça Lima. Encerradas as exposições, o Senhor Presidente passa a palavra aos oradores inscritos: Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Lauro Campos e Paulo Souto. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Declaro aberta a presente reunião, em que serão ouvidos os Embaixadores Samuel Pinheiro Guimarães e José Alfredo Graça Lima, nossos convidados para esta audiência pública que vai tratar do tema “Alca – Retomada de uma Agenda”.

Solicitamos aos Srs. Senadores membros das duas Comissões, Relações Exteriores e Assuntos Econômicos, que, por favor, compareçam ao plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos dar início à nossa audiência pública.

Já nos entendemos quanto à sequência. Vamos, inicialmente, conceder a palavra ao Embaixador Rubens Ricupero, que, além de um conhecido e um grande diplomata brasileiro, ex-Ministro da Fazenda, hoje é Secretário-Geral da Unctad. Em seguida, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Depois, o Embaixador José Alfredo Graça Lima, seguindo-se a parte de debates. Concedo 15 minutos, com uma tolerância de 5 minutos.

Eu gostaria de passar a Presidência ao Senador Jefferson Péres. É uma reunião conjunta das duas Comissões. Agradeço por terem atendido ao nosso convite. Estamos numa sequência, tanto a Comissão de Assuntos Econômicos como a Comissão de Relações Exteriores, de audiências públicas e promoções de debates, discussões sobre esses temas. Tivemos, há pouco, o Ministro Celso Lafer, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo Horácio Lafer Piva, e o Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, João Felício, falando sobre “Alca – Desafios, Oportunidades”. Na semana passada, quinta-feira pela manhã, o Embaixador e Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sérgio Amaral, falou sobre “Política de Exportação do Brasil e do Comércio Exterior”.

Hoje temos justamente os três diplomatas que vão tratar desses temas correlatos. O Embaixador Ru-

bens Ricupero me diz que deseja se referir sobretudo à questão da conjuntura do comércio internacional, portanto numa moldura muito mais ampla do que a questão só da Área de Livre Comércio das Américas.

Com a palavra, S. Ex^a.

O SR. RUBENS RICUPERO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus colegas Samuel Pinheiro Guimarães, José Alfredo Graça Lima, senhoras e senhores, para mim é uma satisfação enorme poder estar de volta aqui à Comissão e falar sobre esses temas que são tão vitais para nós.

Conforme o Presidente acaba de anunciar, tenho a impressão de que, talvez, uma divisão racional do nosso tempo, seria que cada um dos nós buscasse abordar algum tema particularmente importante sem ser repetitivo. E, no meu caso, como me ocupo muito mais da economia global do que dos aspectos regionais, imagino que seja de interesse aos presentes alguma reflexão pessoal sobre o que está acontecendo no mundo, aqui e agora. Quer dizer, quais são os problemas reais que estamos enfrentando, e refiro-me a esses problemas sob dois ângulos diferentes.

Em primeiro lugar, ao novo sistema internacional que está emergindo depois dos atentados terroristas de 11 de setembro. Em segundo lugar, à crise que já precedia esses atentados terroristas – que já existia – sobretudo a crise econômica, de desaceleração do crescimento em quase todos os países.

E qual é a inter-relação entre esses fenômenos? O que se pode dizer que eles contêm em termos de perspectiva de desenvolvimento, sobretudo para um país como o Brasil?

Evidentemente, esse é um tema arriscado, porque não há muito de firme, de concreto, de seguro que se possa afirmar sobre a maneira como esses acontecimentos vão se desdobrar no futuro, tanto em relação à crise econômica, como em relação ao sistema internacional e a esses realinhamentos que estão ocorrendo depois dos atentados terroristas. Mas creio que é importante pelo menos que se faça um esforço de sistematizar a reflexão, porque as consequências, seguramente, serão muito importantes.

Recentemente, escrevi um artigo – um dos meus artigos semanais – em que eu dizia que o Brasil, quando terminou a 2ª Guerra Mundial, fez um erro de julgamento colossal: saiu da guerra, em 1945, com a idéia de que tinha construído com os Estados Unidos uma relação especial, que lhe permitia esperar uma espécie de Plano Marshall para financiar o desenvolvimento brasileiro. E não nos damos conta de que o mundo tinha mudado num sentido completamente

contrário àquele. Os Estados Unidos já não precisavam do Brasil como tinham precisado, de uma forma modesta, durante a 2ª Guerra Mundial; não necessitavam de bases no Nordeste, de matérias-primas, de borracha. As prioridades eram outras. Havia começado a Guerra Fria, na qual a nossa importância era menos do que secundária. E daí nasceu todo um diálogo de surdos, não só do Brasil, como também da América Latina, com relação aos Estados Unidos, que durou anos e anos, e houve expectativas que se frustraram continuamente.

Cito isso apenas como exemplo de como é grave julgar mal um momento internacional, porque daí podem decorrer conseqüências graves num sentido ou noutro. E é justamente por isso que penso ser importante refletir sobre o que está acontecendo agora.

A meu ver, devemos partir fazendo uma distinção entre estes dois fenômenos: uma coisa é a crise da economia mundial, e outra, essa conjuntura internacional que toma como ponto de partida os ataques de 11 de setembro. Mas esses dois aspectos têm um relacionamento em vários setores; basta dizer que a crise já existia, já precedia os atentados terroristas.

Era evidente que a economia mundial estava desacelerando, e era provável que, antes de 11 de setembro, a economia americana já estivesse entrando em recessão, porque o crescimento americano, no último trimestre, antes dos atentados – no segundo trimestre deste ano, de abril a junho –, tinha sido de apenas 0,3%, quase praticamente estagnado. E havia muitos indícios, sobretudo ligados à queda dos investimentos e à queda da confiança dos consumidores, que apontavam para a recessão já naquele momento, independentemente dos atentados. Os atentados, quase seguramente, acentuaram, agravaram essa tendência e, provavelmente, precipitaram essa tendência. Hoje em dia, embora ninguém ainda tenha medidas definitivas, há um certo consenso entre os economistas de que a economia americana já está com um crescimento negativo, e, provavelmente, isso vai prolongar-se por, pelo menos, dois trimestres – e essa é a definição clássica de recessão, em termos nacionais.

Mas a situação é mais grave do que essa. Na verdade, não se pode subestimar a seriedade do momento que estamos vivendo. Poderia dar a V. Ex^{as} muitas avaliações, tanto nossas, da Unctad, como do Banco Mundial, do Fundo Monetário, e a mais recente de todas é a da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, uma organização dos países industrializados. São todas convergentes, com muito pouca diferença de tom ou de nú-

mero. Mas talvez a mais expressiva, a meu ver – e também citei isso nesse artigo, que está além de qualquer suspeita, justamente porque vem de um organismo ligado ao mercado financeiro que não pode ser acusado de ter uma espécie de pessimismo profissional –, é o Boletim da **J.P. Morgan**. A **J.P. Morgan**, hoje em dia, como eu citava nesse comentário, é uma espécie de **CNN** da economia mundial, porque é o único boletim de análise que dá um retrato quase que instantâneo do que está acontecendo, por causa justamente da enorme facilidade que eles têm, dos recursos que têm em termos analíticos. O Boletim deles de 1º de outubro tem justamente este título: “A Mais Grave Desaceleração Global em Três Décadas”. Dizem eles, nesse Boletim, que estamos vivendo um momento em que a economia mundial está perdendo velocidade, com características que há muito tempo não se viam. Uma delas é a sincronização. Quer dizer, praticamente todas as economias no mundo estão desacelerando.

Dos 41 países que a **J.P. Morgan** acompanha numa base diária, 38 antes dos atentados terroristas já estavam com desaceleração. Vejam bem, desaceleração não quer dizer crescimento negativo; quer dizer crescimento menor este ano do que no ano passado. Alguns, como a China, ainda têm crescimento positivo, mas menor do que no ano passado. As três economias que não estavam nesse rol – provavelmente agora já estão –, de qualquer forma, não pesam. Eram o Equador, a República Tcheca e a Eslováquia. Portanto, pequenas economias.

Esse fenômeno não é comum. São relativamente raras na história da economia desacelerações praticamente uniformes e unânimes. Por exemplo, todos os países industrializados estão nessa situação, os 30 países da OCDE.

Agora, há, também, uma outra relação com os atentados terroristas. A primeira que citei é que os atentados acentuaram, provavelmente, no curto prazo, essa tendência. E acentuaram no sentido de atingir, de chofre, quem sabe, o último elemento que ainda dava uma certa esperança à economia americana, que eram as despesas, os gastos dos consumidores, por sua vez baseados, em grande parte, na confiança dos consumidores. Isso teve uma queda muito grande em setembro, embora os gastos dos consumidores tenham tido uma pequena recuperação em outubro. Mas, de maneira geral, a expectativa dos consumidores hoje é muito mais negativa, porque ela se baseia muito também no índice de desemprego. Claro, que os consumidores são muito afetados pelo crescente número de despedidas, porque é isso que faz com

que o consumidor se retraia. E essas despedidas têm sido colossais. Para se ter uma idéia, só na indústria de transporte aéreo nos Estados Unidos as demissões já somam mais de 120 mil. E, aparentemente, não há um fim à vista.

Portanto, todos esses índices, investimentos, despedidas, queda do índice de confiança, vulnerabilidade e oscilação das bolsas, todos eles apontam num sentido negativo. Desta vez, não está havendo a compensação de outras grandes economias industrializadas, como a européia ou a japonesa. O Japão continua prostrado, a Europa está desacelerando rapidamente – a Alemanha sobretudo está tendo resultados muito negativos. Por isso é que todos esses elementos compõem um quadro muito preocupante para a economia mundial.

Mas, ao mesmo tempo em que isso ocorreu em grande parte afetado pelos atentados terroristas, esses atentados também tiveram, paradoxalmente, um efeito de promover uma resposta pronta, vigorosa e muito decidida das autoridades econômicas, sobretudo no mundo industrializado, nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. E essa resposta se deu sob três formas principais: a primeira foi a injeção de liquidez. Nos dias que precederam a reabertura da Bolsa de Valores, o **Federal Reserve** injetou centenas e centenas de milhões de dólares no sistema bancário. E o próprio **controller**, o controlador da moeda nos Estados Unidos, deu instruções aos bancos para que renegociassem as dívidas dos devedores que se vissem afetados pelos ataques terroristas. Essa injeção de liquidez, que foi maciça, contribuiu muito para a volta da confiança na Bolsa.

A segunda forma foi por meio do corte dos juros. Os juros nos Estados Unidos, com os V. Ex^{as} sabem, depois dos atentados, sofreram dois cortes e provavelmente sofrerão um terceiro agora. Já houve nove cortes de juros desde de maio passado. No momento, os juros americanos estão em número negativo. Eles estão em 2,5%, a taxa básica, quando a inflação é 3,5%. Portanto, isso é um poderoso incentivo. Mas isso não se limitou ao Estados Unidos; todos os Bancos Centrais do mundo industrializado tomaram a mesma atitude, com diferença de horas ou de dias. O Banco Central europeu, mais também o Banco Central do Reino Unido, do Japão, da Suíça, da Suécia, da Austrália; houve, creio eu, quatorze Bancos Centrais que cortaram as taxas de juros mais ou menos ao mesmo tempo.

E a terceira maneira pela qual se deu a reação é esse pacote fiscal que os Estados Unidos estão em curso de aprovar. Até agora já aprovaram mais de

cem bilhões, parte para linhas aéreas ou para as indústrias afetadas, parte para reconstrução de Nova Iorque, parte para financiar a campanha antiterrorista. E se nós somarmos também as reduções de impostos, as devoluções de impostos, tanto as aprovadas como as por aprovar, esse pacote de estímulo pode chegar, talvez, a algo como 1,5 a 2% do PIB americano, que é um PIB gigantesco. Portanto, é difícil imaginar que tudo isso em conjunto não represente uma injeção vigorosíssima para a recuperação da economia americana. Tanto assim, que, até algumas semanas atrás, havia um certo consenso entre os economistas para esperar que a recuperação da economia americana se fizesse mais cedo e mais fortemente do que teria sido o caso se não tivesse havido os ataques terroristas. Porque isso tudo que estou dizendo, a resposta coordenada entre os países industrializados, há muito tempo que se vinha dizendo que era necessária, mas não se encontrava ambiente para essa coordenação. O que tornou possível essa coordenação foi justamente o terrorismo. E o Secretário do Tesouro Americano, por exemplo, acredita que isso vai reduzir em um trimestre a duração da recessão e que, portanto, a recuperação da economia americana poderá começar em abril do ano que vem, portanto, durante a primavera do hemisfério norte; mas ela começara a se fazer sentir na segunda metade do ano.

Agora, esse tipo de visão mais otimista, de que eu participei, inclusive até recentemente, começa a sofrer uma mudança nesses últimos dias. Isso não deve surpreender ninguém, porque essas coisas são um pouco como a febre: ninguém sabe exatamente, ao colocar o termômetro, qual é a temperatura que vai dar.

Nesses últimos sete a oito dias, o consenso – e estou falando do consenso inclusive do mercado financeiro – é de que a recuperação vai tardar um pouco mais. Talvez ela só venha a ocorrer, quem sabe, depois do ano 2002 ou, então, bem no final do ano 2002. Portanto, nós teríamos que esperar quase que mais de um ano. E também se começa a duvidar de que a economia americana possa voltar a ostentar as taxas de crescimento anteriores, porque alguns fatores são preocupantes, sobretudo em relação ao aumento da produtividade. Há também, uma consciência nítida de que não se vê bem de onde pode vir a recuperação. Dificilmente virá dos investimentos, como aconteceu com a última recessão americana de 1991/1992, porque em muitas áreas da economia americana houve sobreinvestimento; logo, tardará algum tempo até que isso seja expurgado do sistema. E não se espera muito que venha do lado dos consumi-

dores devido a esses fatores que citei, inclusive do desemprego que está em crescimento.

Esse, neste momento, é o panorama da economia americana, com graus diferentes da economia mundial. A economia mundial, neste ano, provavelmente terá um comportamento quase de estagnação. A última avaliação – que é da UCDE – mostra um crescimento de 1% e em relação à economia mundial. Qualquer crescimento menor que 2% é, em geral, considerado praticamente de estagnação, devido à dificuldade de ter uma média para todos. Então, provavelmente, a economia mundial não está, também, muito melhor do que isso. E um dos lados negativos da chamada globalização é exatamente este: o de que hoje em dia a interdependência das economias é tal que o que acontece na economia americana é absolutamente fundamental – para o mal ou para o bem – porque, enquanto ela não se recupera, é muito difícil imaginar que os outros tenham condições de fazê-lo. E são basicamente os Estados Unidos – não Europa, nem Japão – a fonte de reativação econômica.

Nesse quadro, um dos problemas graves é o do comércio mundial. Para o comércio mundial, o ano passado foi um ano santo porque foi um ano jubileu e um ano santo. O comércio cresceu 12,5% em volume. É verdade que vínhamos de anos complicados, da crise asiática de 1997 e 1998, mas o ano passado foi de uma expansão quase sem precedentes. Este ano, o comércio está praticamente estagnado. Talvez, no começo do ano, ele estivesse crescendo modestamente, em torno de 3 a 4%, mas agora já deve estar estagnado.

As previsões – as do Banco Mundial estão entre as mais recentes – são de que, no ano que vem, a recuperação será muito modesta, algo em torno de 2% a 2,5% ou um pouquinho mais, o que é pouco em termos da expansão histórica do comércio mundial. Ora, isso tem uma incidência nas negociações econômicas, tem consequência. Mas, antes de se chegar a isso – peço desculpas por estar falando um pouco demais, mas estou querendo preparar o quadro para os meus colegas falarem sobre o âmbito regional – faço algumas referências ao lado político da crise.

Tem se tornado hábito dizer que o mundo nunca mais vai ser o mesmo depois desses ataques, e é óbvio que, em parte, isso é verdade. Mas não sabemos se essa mudança vai durar, não sabemos até que ponto será uma mudança duradoura. Faço essa nota cautelar porque, em 1991/1992, eu era Embaixador em Washington no final da Guerra do Golfo e no início da operação na Somália. Lembro-me de que, muitas vezes, ouvi o Presidente Bush, o pai, falar em

nova ordem internacional. Ele usou essa expressão, e até houve uma contabilidade, mais de 100 vezes. De repente, ele parou de usar. Depois que eles começaram a ter problemas na Somália, a expressão foi abandonada de um dia para outro. E sabemos que aqueles acontecimentos, embora importantes, não chegaram a mudar fundamentalmente o sistema mundial como se dizia.

Desta vez, a especulação é a seguinte: em que sentido vai mudar e com que profundidade e com que durabilidade vai mudar o sistema internacional? Não estou falando só da economia ou nem principalmente da economia. É difícil dizer. Alguns têm veiculado essa idéia de que o que nós iremos ter agora não é uma guerra quente porque, diante do episódio do Afeganistão, não se vê muitas possibilidades de operações militares convencionais. O que se terá pela frente talvez seja uma guerra fria. Quem disse isso foi o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, na Turquia – que teríamos isso como uma guerra fria. E ele até mencionou que a guerra fria havia durado quase 50 anos.

Devo dizer que, pessoalmente, não acredito – me arriscando aí em águas perigosas – que a comparação seja adequada, a não ser de uma forma limitada, por não ser uma guerra quente, aberta. Por que não acredito? Porque o fundamental, na guerra fria, era a existência de um sistema bipolar. O mundo estava dividido em dois blocos: o bloco capitalista, ou democrático, ou ocidental; e o bloco comunista, ou socialista, ou que nome se queira dar. E cada um desses blocos tinha à sua frente uma superpotência nuclear.

Não vamos voltar a um sistema bipolar, como está evidente agora até pela aproximação russo-americana, e também pela colaboração com a China. Não temos um sistema bipolar novamente à vista. E o sistema anterior, não apenas tinha uma grande potência nuclear rival da americana, não somente tinha praticamente metade do mundo sob o regime comunista, como tinha uma ideologia de apelo universal. O fundamentalismo não é uma ideologia, pelo menos na sua forma terrorista, de apelo universal, nem mesmo aos muçulmanos, quanto mais para os outros. O comunismo, ao contrário, era uma ideologia que estava organizada com partidos comunistas no mundo inteiro.

Portanto, não acredito que a comparação com a guerra fria seja, de fato, adequada, mas não há dúvida de que, em alguma medida, é verdade, no sentido de que vamos ter pela frente uma campanha de cuinho antissubversivo, antiterrorista para identificar es-

sas células terroristas. Isso vai durar muito tempo e vai, seguramente, ter conseqüências econômicas.

As conseqüências são óbvias: estávamos vivendo um período de grande globalização, em que se facilitava tudo: os investimentos transnacionais não olhavam mais as fronteiras; a produção mundial já não era mais feita só num país; qualquer produto, até mesmo um taco de golfe tinha componentes oriundos de cinco ou seis países diferentes; as companhias já não guardavam grandes estoques, porque tinham um sistema japonês *just in time*, ou seja, traziam as peças na hora. Tudo isso vai ser perturbado, porque tudo isso está demorando agora.

Disseram-me agora – cheguei hoje de Nova Iorque – que, antes dos atentados terroristas, empresas que trabalhavam com linha de montagem no México, mas que tinham indústrias na Carolina do Sul, levavam um dia e meio para transportar suas peças. Agora, estão gastando um dia e meio só para cruzar as fronteiras, só para as operações de alfândega.

É claro que é difícil de se saber até quando isso vai durar e qual será o impacto disso, mas vai, sem dúvida, entorpecer aquele famoso efeito que era buscado pela taxa Tobin, que era jogar um pouco de areia nas engrenagens da globalização, agora, isso está sendo logrado pelo terrorismo, evidentemente, por um outro caminho.

A conclusão que eu queria tirar disso é que, embora seja difícil perscrutar esse futuro – e eu não gostaria de exagerar, porque, como V. Ex^{as} acabaram de ver, não acredito na teoria da guerra fria, pelo menos clássica –, mas, apesar disso, creio que haverá conseqüências e que essas conseqüências, pelo menos nos próximos anos, vão entrar um pouco esse movimento que se vinha testemunhando até agora e que era muito acelerado, embora seja difícil de se medir.

E eu gostaria de concluir agora para dar oportunidade, enfim, mais à dimensão regional dizendo que vejo que o Brasil pode ser afetado, sobretudo por duas maneiras. Não vejo tanto o impacto no lado político, porque o Brasil está muito fora dessa área. Se formos impactados é no sentido negativo, de que a prioridade sul-americana, que já não era grande, se torne ainda menor.

Ouvi, recentemente, em Nova Iorque, de amigos meus, que grandes fundações, como a própria Columbia, que até ontem era uma grande prioridade americana, está perdendo a atenção, porque tanto os recursos como a atenção dos grandes governos são limitados. Não se pode imaginar que eles possam dedicar a mesma atenção ao Afeganistão e a mais doze,

quatorze ou vinte situações diferentes. Então, haverá uma mudança de prioridade, sem dúvida.

Não estamos diretamente envolvidos nessa temática do terrorismo; se há uma área longe disso, à margem disso, é a nossa. Somos, talvez, a área mais remotamente ligada a esse problema. Não vejo grandes conseqüências no plano político, mas vejo possibilidades complicadas na área econômica em dois setores: o comércio, que já tinha mencionado, e os fluxos financeiros para o financiamento dos **deficits** em conta corrente, o que me parece mais importante no nosso caso.

No caso do comércio, creio que vamos ser afetados, sobretudo devido à desaceleração americana, à enorme retração do crescimento da demanda de importações nos Estados Unidos – e não devemos esquecer que os Estados Unidos têm sido, nos últimos seis anos, a grande fonte de demanda de importações, inclusive das nossas.

É uma pena que tenhamos começado a dar mais ênfase ao fomento das exportações e à mudança do câmbio realista um pouco tarde.

Em 1999, quando mudamos o câmbio, devíamos ter lançado, imediatamente, um grande esforço exportador. Perdemos os dois grandes anos da importação americana, que foram os anos de 1999 e 2000. Quer dizer, tiramos uma casquinha, mas muito pouco. Pegamos o final disso, mas poderia ter sido muito melhor. Só começamos a recuperar a posição comercial quando os Estados Unidos estavam desacelerando as importações. E penso que isso irá nos afetar durante algum tempo, porém provavelmente será um efeito temporário. E vejo com muita satisfação a volta dos excedentes comerciais, embora modestos. Não sei se durarão por causa dessa conjuntura. O JP Morgan é mais otimista, pois prevê, para o ano que vem, um saldo comercial brasileiro de dez bilhões. Creio que é a única entidade que faz uma previsão tão elevada. Tenho a impressão de que o Armínio Fraga cortou isso pela metade, pois fala em cinco. Para os senhores verem que, nesta matéria, os economistas têm opiniões, às vezes, discrepantes.

No plano comercial, a situação brasileira se aliviou um pouco, porque, finalmente, a desvalorização da moeda está começando a produzir efeitos, talvez não tanto a expansão das exportações como a repressão das importações por meio da moeda.

O que vejo como muito complicado – e com isso concluo – é o terreno do financiamento do déficit. Estamos perto de um déficit de 5% do PIB em contas

correntes, num momento em que há, cada vez menos, apetite para financiar mercados emergentes.

Temos, sem dúvida, uma necessidade urgente de fazer reduzir esse déficit.

Pessoalmente, creio, como o Paulo Nogueira Batista Júnior e outros, que qualquer coisa acima de 2% do PIB é perigoso. Portanto, o esforço que teremos que fazer é muito grande; 3% do PIB para reduzir o déficit em contas correntes.

A minha impressão e a de muitos outros que acompanham essa evolução dos mercados é de que, pelo menos, a curto ou médio prazos, será difícil ter uma volta dos capitais para os mercados emergentes, não só por causa do fenômeno de uma queda de apetite pelo risco devido à incerteza mundial, à incerteza política, que sempre cria muito menos disposição de arriscar dinheiro em lugares distantes, complicados, incertos, como por um outro fenômeno. É que até recentemente o que fazia o atrativo dos mercados emergentes era o fato de que eles compensavam os momentos em que a rentabilidade do capital baixava nos mercados dos países industrializados. Havia uma espécie de alternativa, e isso desapareceu.

Estamos, hoje em dia, com muito menos possibilidade de remunerar esse capital como no passado. E essa é a razão fundamental pela qual o investidor prefere guardar o dinheiro e guardá-lo nos lugares mais seguros.

Portanto, a minha conclusão pessoal é que temos de ler bem essa situação internacional. Uma conclusão que não seria muito arriscada é que vamos ter alguns anos, na melhor das hipóteses, difíceis, pelo menos dois – quem sabe, mais do que isso –, e a nossa perspectiva, ainda com a incerteza de uma consolidação do saldo comercial, é de que devemos realmente fazer todo o possível para evitar agravar ainda mais a posição extremamente precária em que o Brasil se encontra, de ser um dos países com maior déficit em contas correntes, no momento em que há cada vez menos disposição de financiar esses déficits.

Penso que é nesse contexto que temos de analisar a dimensão regional, mas já me excedi um pouco aqui e peço perdão por ter falado demais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado, Embaixador Rubens Ricupero, pela sua exposição sobre o cenário internacional, que foi muito elucidativa.

Passo, então, a palavra para o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que tem quinze minutos, com a tolerância de cinco, e pedir ao Senador Rober-

to Saturnino que assuma a Presidência enquanto tempo de cuidar de outro assunto na Secretaria da Comissão, que exige a minha presença.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador Lúcio Alcântara. Agradeço o convite da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para participar desta audiência pública, e desejo cumprimentar os Srs. Senadores, meus colegas, senhoras e senhores.

Sobre a questão da Alca, como o Embaixador Rubens Ricupero deixou entrever no momento final da sua palestra, há a necessidade essencial de não agravar a situação externa. Então, esse é o ponto que liga, talvez, à análise dele à questão da Alca.

Eu queria começar dizendo, para evitar depois qualquer comentário, que o comércio exterior é essencial para qualquer estratégia de desenvolvimento, seja ela capitalista, capitalista elegante, capitalista selvagem, democrática, socialista, comunista, social-democrata. O comércio internacional é essencial para qualquer estratégia do desenvolvimento econômico. Esse é um ponto que, portanto, qualquer idéia de autarquia, qualquer coisa desse tipo, seria um equívoco.

Segundo, quero dizer que não existe livre comércio no mundo. Existem ações de governos, através de políticas de subsídios, que distorcem os fluxos de comércio, tanto na área agrícola quanto na área industrial e de serviços – distorcem os fluxos –, como pela ação das empresas multinacionais, tendo em vista que cerca de 40% do comércio internacional seja fluxo dentro das empresas ou entre empresas multinacionais.

Portanto, há uma certa ausência de competição e não é propriamente livre comércio. A idéia de livre comércio é uma idéia talvez benéfica no âmbito da teoria clássica da economia, mas não da teoria moderna.

O terceiro ponto é que a questão de associar a expansão do comércio à necessidade de haver zonas de livre comércio é limitada. Pode-se ver facilmente que a União Européia não pertence a uma zona livre de comércio com os Estados Unidos e, mesmo assim, há um comércio muito intenso entre ambos. Essa é a mesma situação das relações comerciais do Japão e da China com os Estados Unidos. Portanto, o comércio não é decorrência de participar de uma zona livre de comércio. Entendo que são coisas distintas.

Partindo desses comentários gerais, penso que se deve julgar a questão da Alca da forma como ela atinge três questões essenciais da sociedade brasile-

ira. Qualquer iniciativa de política comercial depende dos seus efeitos sobre os grandes problemas da sociedade brasileira e, no meu entendimento, esses efeitos são, respectivamente, as extraordinárias disparidades sociais, a crônica vulnerabilidade externa e a questão do potencial brasileiro. Como a Alca afetaria essas questões? Ela facilitaria a redução das disparidades ou não? Aumentará a vulnerabilidade ou irá reduzi-la? Permitirá a realização do potencial brasileiro econômico, político, tecnológico, assim por diante, ou não?

Fato é que, quando abordamos a questão das disparidades de forma muito sucinta, verificamos – retomando um pequeno ponto inicial – que há 50 milhões de brasileiros – número equivalente à população da França – que têm renda inferior a R\$80,00 por mês. Esse dado, de certa forma, é a síntese dessas disparidades porque essas mesmas pessoas não têm acesso ao saneamento básico e à educação e apresentam baixos índices de saúde, por razões óbvias. Também o acesso dessa faixa da população à política é muito limitado porque, possivelmente, seu nível cultural, em função de sua renda, é muito baixo.

Quanto à vulnerabilidade econômica, como disse o Embaixador Rubens Ricupero, há o problema de gerar um superávit porque, nas outras contas do balanço, a situação será muito difícil para enfrentar o déficit de transações correntes. Como ele mesmo mencionou, existe a dificuldade de ingresso de capitais. Além disso, a Marinha Mercante, na prática, não existe mais; a possibilidade do aumento do turismo nesta conjuntura internacional não é favorável. Não somos um país exportador de capitais ou de tecnologia para recebermos dividendos ou lucramos com a venda, respectivamente. Pelo contrário, todos os itens citados são estruturalmente negativos. Os itens em que há possibilidade de haver salto favorável são o balanço comercial ou a entrada de capitais. Não havendo a entrada de capitais, o salto comercial torna-se estratégico.

Se não me engano, o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen disse que *“a inflação aleija, mas o câmbio mata”*, numa referência aos pagamentos externos. Acerca dos pagamentos externos, apesar das comparações oportunas e indicadoras em relação ao PIB, registro que esse é calculado em real, e os compromissos, em dólar. Por isso, a comparação mais adequada é a capacidade de geração de receita em dólar ou em moeda forte, de forma geral. Se não há essa capacidade, a situação fica muito delicada, ainda que percentual seja mais baixo. Em sendo alto, pior ainda.

Finalmente, trataremos da questão do potencial brasileiro. Falar do grande potencial brasileiro parece bobagem, mas é isto mesmo: temos uma grande biodiversidade, os maiores estoques de água potável, extraordinários recursos naturais e uma população de 170 milhões de habitantes. Esses dados permitem ao Brasil ser um país de primeiro, e não de segundo plano, parte do território de outro ou que faça parte de outro bloco. Pode ter um destino maior. Então, se pensarmos no Brasil como Cingapura, como Hong Kong ou como um pequeno país da América Central, é um enfoque equivocado. O Brasil não é um país desse tipo. O Brasil é um país de outra classe, da classe dos países continentais. Então, tem outra dimensão. Tem a dimensão, sem nenhum exagero, histórica dos Estados Unidos. Não tem a dimensão do Canadá, que tem 30 milhões de habitantes. Se tomarmos uma lista dos países que fazem parte, ao mesmo tempo, dos maiores territórios, das maiores populações e dos maiores PIBs, há apenas três países nas três listas: China, Estados Unidos e Brasil. Ele não pode ter o destino de um país pequeno, como a Holanda, país simpático, agradável, mas não de nossa dimensão.

Então, vejamos: para resolver essas disparidades, é absolutamente essencial a ação da coletividade. Ninguém vai incorporar, pelo simples jogo das forças econômicas, esses 50 milhões de pessoas ao sistema de mercado, não vai, não há como, não há empresa que possa empregar essas pessoas, pela simples razão do seu baixo nível de produtividade, extraordinariamente baixa qualificação. Não por culpa deles, mas é a realidade de quem está nessa situação. Então, é necessário haver políticas de emprego, de desenvolvimento, políticas coletivas, de redistribuição de renda, de redistribuição de riqueza, políticas do Estado, políticas corretas. Não quer dizer haver autoritarismo nem planejamento, mas política, possibilidade de fazer política.

Muito bem. É a mesma coisa com vulnerabilidade. Ninguém pode pensar que esse superávit comercial de US\$10 bilhões saia, pelo simples jogo das empresas: “se não sair, não saiu”. “Muito bem, e aí o País quebrou”. “É, quebrou”. Quer dizer, o Estado não pode ficar inerte diante disso. Ele tem que atuar sobre o comércio internacional de forma muito ativa. E o que ocorre, portanto? Na circunstância, na minha opinião, e, para realização do potencial, as disparidades regionais vão ser resolvidas pelo livre jogo das forças de mercado? Dificilmente. São de tal natureza que exigem políticas de desenvolvimento regional, senão não vai acontecer. Pelo contrário, a tendência é o agravamento das disparidades, das vulnerabilidades,

da não-realização do potencial. Claro, claro. O que ocorre com a Alca? O problema da Alca, no meu entendimento, não é o fato de saber se vamos ter um superávit ou um déficit, quais os setores que vão ganhar, quais os setores que vão perder. O que vai acontecer? Claro que alguns setores vão ganhar. Claro, alguns setores vão exportar mais, se houvesse uma liberalização geral. Claro que sim. O que acontece é que no conjunto, sem contar que isso não seria verdadeiro, porque no conjunto da economia, setor por setor, da economia americana é 40% ou 60% cada setor, mais competitivo do que o correspondente brasileiro, então, portanto, não seria lógico isso, nem seria lógico que um país que é a maior potência econômica do mundo, com as maiores empresas multinacionais do mundo, fosse perder em livre competição para as empresas brasileiras. Porque, se fosse perder, significaria que nós seríamos a maior potência do mundo, e não eles. Como não estamos nessa situação, certamente o resultado é o contrário. Mas isso não importa. O que importa é que, ao final do processo, o País não poderá mais ter tarifas, nem barreiras não-tarifárias, nem nenhum instrumento na prática significativo de política comercial em relação aos Estados Unidos e ao Canadá. Então, o País não poderá exercer em relação a um dos seus principais mercados, tanto como cliente quanto como fornecedor, instrumentos adequados de política comercial. Ora, se ao mesmo tempo estivermos negociando áreas de livre comércio com União Européia, com África do Sul, com o Canadá e com outros países que se candidatarão, significa que não teríamos tarifa com nenhum país se todas as negociações forem exitosas, isto é, não teremos política comercial. Não tendo política comercial, não se pode pensar em política industrial. Não faz sentido. Não há como haver política industrial de fato sem existir política comercial. Nem há como existir política tecnológica significativa, porque não haverá essa necessidade na prática.

A questão essencial é que, diante dos três grandes desafios para a sociedade brasileira, em que é preciso ação da coletividade, o resultado final da Alca retirará do Estado, em grande medida, a possibilidade de ter política econômica, não só na área comercial como no campo dos investimentos. Neste, se houver, como é muito provável, um agravamento das condições da OMC – ou seja, na prática, o Estado não pode orientar os investimentos estrangeiros –, porque não pode exigir, do capital que vem aqui para exercer atividades altamente lucrativas, que ele exporte, que se oriente geograficamente, que tenha conteúdo nacional em sua produção, nada na área tecnológica,

enfim, não lhe é possível fazer nenhum tipo de condição. Então, não haverá política industrial em relação ao investimento estrangeiro. O nosso destino ficará à mercê, não mais da nossa vontade, mas do que eventualmente a figura do mercado decidir.

Ora, o que me parece importante – procurando não ultrapassar meu prazo de 15 minutos mais cinco – é que estamos engajados num processo extremamente delicado, porque, mesmo os setores que o Brasil já declarou serem essenciais para que a Alca, no entender das pessoas que a defendem, seja bem sucedida, os Estados Unidos já afirmaram, clara e publicamente, que não pretendem negociar. Trata-se das questões da agricultura, da política de subsídios internos e à exportação e da defesa dos setores industriais, que é a política **antidumping**, aquela que defende os setores que se tornam menos competitivos.

Então, não há esse equilíbrio nas negociações, apesar de o princípio, caso o resultado final pudesse ser favorável, exigir esse equilíbrio. Entretanto, ele não existe, porque a parte principal, 75% do PIB das Américas, que são os Estados Unidos, já declaram não pretender negociar isso. Negociarão eventualmente na Organização Mundial do Comércio. Mesmo na OMC, talvez não pretendam fazê-lo, porque o projeto de lei que cria o chamado **trade promotion authority** já informou que os negociadores não pode afetar o que eles chamam de **trade remedy loss**, que é a legislação **antidumping** e de direitos compensatórios. Portanto, o negociador americano não estará autorizado sequer a negociar – não apenas na Alca como na Organização Mundial do Comércio.

É muito duvidoso que as extraordinárias leis de apoio à agricultura nos Estados Unidos viessem a ser revertidas no processo de negociação da Alca. Seria muito improvável. Poderia até mesmo ser diante da União Européia, porque eles condicionam a saída do seu subsídio à saída dos subsídios da União Européia e esta não dá nenhuma indicação de que pretende, de fato, reduzir seus subsídios. Os esforços para negociar na rodada do Uruguai, nesse ponto de vista, ao fim, revelaram-se muito pouco produtivos. Os subsídios continuaram expandindo-se. Assim, é muito provável que essa situação não ocorra.

O risco que corremos, na minha opinião, é o de que, de um lado, tenhamos vários tabuleiros, e que os Estados Unidos empurrem as negociações do quatro mais um. Se não funcionar em relação à Alca, há o quatro mais um, que são as negociações do Mercosul com os Estados Unidos para formar uma área de comércio. Caso contrário, a negociação dos vários grupos separadamente produzirá textos em cada grupo.

E não há, nem pode haver texto na área de agricultura se eles não pretendem negociar a agricultura; nem texto na área de **antidumping**, porque também já disseram que não vão negociar. Mas vão negociando com países isolados, como estão fazendo no momento, por exemplo, com o Chile, e, assim, vão fatiando a negociação por países e por temas, pois firmando acordos nessas áreas, obterão autorização do Congresso, já que são áreas que interessam principalmente a eles no âmbito de investimentos.

As normas sobre investimentos e sobre propriedade intelectual são de interesse basicamente americano. Logo, ocorre que, em havendo um texto conclusivo desses acordos, os próprios americanos vão assiná-lo, como o farão eventualmente com o Chile e com outros países que venham a ser conduzidos. É uma situação muito grave, pois, à medida que as negociações avançam – apesar de que, jurídica, legal e constitucionalmente, cabe ao Congresso, no final, dar o seu parecer, o seu voto sobre se aquele resultado é favorável ou não –, será cada dia mais difícil resistir aos textos finais, que talvez venham a ser separados. É muito difícil! Para usar uma metáfora, é como um rapaz que começa a namorar uma moça e diz que não vai casar-se com ela, mas vai ao cinema, a festas com ela e conhece sua família. No dia do casamento, quando o padre lhe pergunta se almeja casar-se, ele olha para a platéia e diz: “Não, não quero. Desisti”. O fato é que as negociações vão criando um compromisso, naturalmente, o que, na minha opinião, é muito grave.

Porém considero ainda mais grave que – e quero dizer isso com toda a clareza –, em uma situação de várias negociações, o Brasil abdique juridicamente da possibilidade de ter política comercial, porque isso afetará, de forma muito profunda, a possibilidade de ter políticas de desenvolvimento econômico capazes de enfrentar aquelas disparidades, vulnerabilidades e de auxiliar na realização do potencial brasileiro. Quer dizer, um Estado subdesenvolvido não é desenvolvido. Não precisamos fazer nenhum estudo para saber se o Brasil é um país subdesenvolvido ou desenvolvido, pois isso já é patente pelas disparidades, vulnerabilidades e pelas crises que acontecem todos os dias em todos os setores. Enfim, a situação de subdesenvolvimento é patente.

E, em uma situação de subdesenvolvimento com extraordinária concentração de riqueza, se não houver a possibilidade de a própria coletividade, por meio do Estado, que é o seu instrumento, atacar essas dificuldades, reduzir gradualmente as disparidades, diminuir, com urgência, a vulnerabilidade, para

que ela não cause uma grave crise externa, e contribuir para realizar no potencial da sociedade brasileira um Estado que não tenha essa possibilidade jurídica, porque a comprometeu por tratado internacional, a sociedade tornar-se-á extraordinariamente instável, em face da concentração de riqueza e poder.

Por isso, este debate, promovido pelas Comissões de Assuntos Econômicos e Relações Exteriores do Senado Federal, é muito importante para examinar se convém ou não o Brasil participar de um tipo de negociação que vai reduzir, de forma muito significativa, a sua soberania; não de forma pouco significativa, como, em geral, qualquer tratado faz. Qualquer acordo internacional reduz um pouco a soberania. Nesse caso, de forma muito significativa, um tratado com a maior potência do mundo. Não estamos fazendo um tratado apenas com ilhas do Caribe ou pequenos países. Do outro lado desse tratado está a maior potência do mundo.

Queria agradecer a atenção dos Senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Nós é que agradecemos, Embaixador Pinheiro Guimarães, e vamos escutar o Embaixador Graça Lima.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Para mim, é uma honra muito grande estar presente nesta audiência pública que a Comissão de Assuntos Econômicos, conjuntamente com a de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado, realiza. É um privilégio especial ter como companheiros de mesa os Embaixadores Rubens Ricupero e Samuel Pinheiro Guimarães.

Gostaria de lembrar, a título de nota pessoal, se me permitem, roubando algum crédito dos meus quinze minutos, que, coincidentemente, o Embaixador Rubens Ricupero foi o meu chefe na delegação, em Genebra, durante mais de um ano, e que o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães também foi meu chefe depois do Embaixador Rubens Ricupero. De modo que me sinto humilde diante dos meus ex-chefes, com quem aprendi muito e a quem devo muito em matéria de confiança e de convívio, durante um período muito significativo da História brasileira, em matéria de avanço, de transição até, para uma situação diferente daquela que vivemos durante os anos 80. Devo muito a esses dois brasileiros tão ilustres, que muito contribuíram, inclusive, para a minha própria formação.

Isso posto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de tentar fazer um esforço, já que o Embaixador Ricupero se concentrou mais em uma análise da eco-

nomia global no mundo atual, e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães se concentrou mais em aspectos de política econômica, até com argumentos muito interessantes a respeito do impacto que acordos comerciais, ou acordos em geral, têm sobre políticas econômicas do País. Acho que esse é um ponto realmente muito relevante.

A minha tentativa, Sr. Presidente, será de tentar traçar um esboço do que pode ser ou do que é a expectativa da Alca, uma área de livre comércio para as Américas, no contexto da economia global e à luz dos interesses nacionais. Não sei se será uma síntese completa ou demasiada ousada diante do que já ouvimos e anotamos, mas essa é a minha tentativa.

O *linket* que faria, justamente nesse período tão rico em que tive oportunidade de vivenciar com os Embaixadores Rubens Ricupero e Samuel Pinheiro Guimarães, com relação ao tema em questão, está no fato de que o Brasil, nesses anos de 1987 e 1988, começa a proceder a uma primeira, ou à penúltima, digamos assim, reforma tarifária, que certamente, como salientou o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, é talvez o principal instrumento de política comercial, na verdade, o único que é internacionalmente admitido.

Faz-se política comercial por meio de tarifa, há impacto sobre preço e protege-se, de alguma forma, determinada indústria. Não é suposto, pelas regras multilaterais já acordadas desde 1947, usarem-se cotas, restrições quantitativas e outras medidas não tarifárias que, a rigor, não são permitidas, a não ser que tenham uma justificativa real. As exceções estão claras nas próprias regras, nos próprios textos dos acordos.

Gostaria de dizer que, quando o Brasil procede a uma reforma tarifária, já começa a ingressar numa outra era, em que o comércio exterior, como alavanca de desenvolvimento, passa a ter um papel diferente, por intermédio de uma integração maior, de uma busca, pelo menos, de uma inserção melhor nos fluxos internacionais.

Essa reforma tarifária introduz, ou prefacia, de uma certa maneira, a grande decisão tomada no primeiro dia do Governo de Collor de eliminar inteiramente as medidas não tarifárias. Isso não tem volta. O Brasil se compromete, a partir daí, a não praticar medidas não tarifárias, que são uma distorção para o comércio e que causam prejuízos para os seus parceiros como para si próprio.

O período que finaliza os anos 80 coincide também com a normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. Há uma certa

inflexão no sentido de que os temores, os receios fundamentais que o Brasil tinha com relação a uma rodada Uruguai um pouco talvez semelhantes àqueles que o Embaixador Samuel aponta para a possibilidade de uma área de livre comércio, dentro de determinadas condições, não vão se realizar plenamente e as reformas que o Brasil começa a fazer o reabilitam a participar dessa negociação, não da forma relutante e hesitante como fazia no começo dela, mas de uma maneira mais decisiva e afirmativa com expectativas de ganho, algumas das quais efetivamente se concretizaram.

Aconteceu que, de uma maneira muito justificada, o Brasil temia que as negociações pudessem resultar em uma divisão internacional do trabalho em que os países em desenvolvimento, entre os quais nós mesmos, iríamos passar a ser meros fornecedores de matérias-primas, de insumos primários, de produtos agrícolas para os países desenvolvidos que, por sua vez, iriam se especializar em produtos de alta tecnologia, na exportação de serviços, com isso criando uma relação de subordinação com grande desvantagem para a parte sul, digamos assim. Esse era o prenúncio de uma nova ordem econômica internacional em que se tinha uma relação desfavorável para os países que mais poderiam ter a ganhar com a reforma.

No passado, nos anos setenta, se falava em nova ordem econômica internacional e todo o romantismo que cercava esse sonho, esse ideal foi desfeito a partir do momento em que se percebeu que tratamento especial e diferenciado não só não podia ser uma concessão dos países mais ricos como perpetuava essa subordinação. É isso o que acontece na medida em que não é aplicado de uma maneira perversa, por sistemas gerais de preferência que acabam mesmo subordinando o País que faria jus por ser praticado de uma maneira autônoma, cheio de exigências e de condicionalidades.

É preferível ter uma relação jurídica igual do que ter algum tipo de tratamento que na aparência lhe dá determinadas vantagens ao lhe excluir; mas ao ser excluído subordina-se a uma classe secundária, a uma situação inferior.

Enquanto as negociações da rodada Uruguai avançam, o Brasil se habilita a negociar com expectativas de ganho, que são satisfeitas por um primeiro passo em direção à liberalização do comércio agrícola, à redução dos subsídios à exportação, que eram muito pesados, e a compromissos que foram adotados com relação ao apoio interno chamado subsídios à produção. Tudo isso são ganhos efetivos para a economia brasileira no mercado externo.

Do ponto de vista do mercado interno, isso não aconteceu na rodada Uruguai porque fizemos consolidação tarifária em um nível muito mais alto do que vinha a ser efetivamente decidido pela criação de uma tarifa externa, comum no Mercosul. Isso também representou um ganho. Regras melhores são um ganho no sentido de que fortalecem institucionalmente o País. É claro que existe o aspecto, como ressaltou o Embaixador Guimarães, da alienação da soberania, mas isso é feito de uma maneira muito controlada e se aplica a todos os Países.

Todos estarão ganhando por essa união maior. É o que inspira, por exemplo, um processo de integração muito mais profundo do que ainda é o Mercosul ou do que jamais será uma área de livre comércio para as Américas – posso absolutamente garantir – e que observamos no caso da União Européia. Não estamos falando da mesma coisa.

No caso da União Européia, como poderia ser o do Mercosul, se houvesse coragem política dos diferentes países-membros para fortalecer efetivamente o Mercosul e não sucumbir a pressões protecionistas que desintegram muito mais do que agregam os países-membros em torno de um ideal comum, que é formação de um mercado único, a inspiração que se deve ter para uma área de livre comércio é simplesmente uma obediência, um respeito às regras fundamentais do GATT e da OMC, especificamente ao art. 24. Nossa referência – considero muito importante – é e será sempre o multilateralismo. É o multilateralismo que dá a proteção legítima, digamos, a determinados direitos, inclusive de acesso, e a determinados interesses fundamentais para o País. Uma OMC fortalecida dará garantia contra o unilateralismo, contra os abusos de determinadas potências comerciais. Eu nem classificaria os Estados Unidos como uma potência comercial, pois um país com um déficit de US\$425 bilhões por ano não pode ser comparado a uma Alemanha, a um Japão, que possuem superávites comerciais muito mais expressivos, para dizer o mínimo. Desse ponto de vista inclusive, não vejo como se poderia rejeitar que houvesse a associação entre países com grau de desenvolvimento diferentes – isso já ocorre no próprio Mercosul – a menos que se entenda que, pelo fato de ser o maior do bloco, o país deve ter vantagens. A Argentina possui um superávit comercial com o Brasil, que vem de priscas eras, de muito tempo, em termos de formação e de história do Mercosul.

Portanto, é preciso conhecer a perspectiva de que falamos. Estranho um pouco que se possa hoje falar com absoluta segurança do que será a Alca, o

que pode ser daqui a quatro anos. O que houve, a partir de 1994, foi o lançamento de uma idéia de Alca, área de livre comércio. Ninguém sabia bem que temas seriam definidos. A indefinição perdurou por pelo menos quatro anos. Apenas em 1998, em Santiago, tivemos claro o que seria negociado na Alca. E algo muito interessante ocorreu. Foi aceito – e essa foi a decisão mais importante desde 1994 – que se negociasse não apenas acesso ao mercado, que é a única obrigação com relação a uma área de livre comércio, em termos de OMC, mas também regras multilateralmente, ou, se desejarem, plurilateralmente acordadas, em âmbito geograficamente mais restrito, que pudessem introduzir um disciplinamento para essa liberalização. A liberalização, nesse contexto, é certamente favorável para todos os países. Não há dúvida de que nenhum vai ganhar. Não vamos chegar aos extremos de livre comércio. Eu, que também colaborei eventualmente para o jornal **Folha de S. Paulo**, escrevi um artigo intitulado “Livre Comércio em Questão”. Livre comércio não existe, nunca existiu e provavelmente nunca existirá, pois haverá sempre mecanismos reguladores, controladores de uma situação de liberdade total. Há muito mais liberdade de fluxos financeiros do que de fluxos comerciais. E é nesse ponto que a globalização se expressa até mais avidamente do que no segundo caso.

Independentemente disso, entendo que, no âmbito da área de livre comércio, se começarmos a negociar regras que possam implicar mudança na legislação comercial dos países e que sejam muito mais exigentes ou muito mais rigorosas do que as existentes na OMC, isso deve passar por um determinado crivo. Não se pode aceitar gratuitamente. Não é que as regras não possam ser aperfeiçoadas. Algumas podem. O caso de **antidumping** é uma delas. Por quê? Não que a regra não seja boa, mas porque há abusos em sua aplicação. É preciso também distinguir a regra como conceito, como norma, e sua aplicação. Se a lei é utilizada de maneira indevida, haverá outro tipo de remédio: a solução de controvérsias, outras hipóteses de trabalho ou algum tipo de negociação que procure evitar os abusos.

Particularmente, penso que o **antidumping** existe nos Estados Unidos, em grande parte, para proteger a indústria siderúrgica. Esse é o grande ponto vulnerável da economia norte-americana. Aparentemente não abrem mão da proteção para uma indústria comprovadamente caduca, que não consegue competir com as demais. E o Brasil, em contrapartida, possuindo uma indústria siderúrgica muito competitiva, sofre na carne e a cada passo as condições que

essa indústria siderúrgica impõe a um Congresso que já é mesmo naturalmente protecionista, para dar um **fast track** para o negociador americano, para fazer outro tipo de exigências que vão no sentido contrário àquele de uma administração republicana, sobretudo no momento atual que estamos vivendo, de tentativa de combate à recessão e de recuperação da atividade econômica, por meio dessa alavanca para o desenvolvimento econômico. Para usar a própria expressão do embaixador Samuel, a intervenção é perfeitamente clara. Então, é evidente que essas comparações podem ser até naturais numa sociedade democrática. Elas têm implicações para outros países, para os parceiros dos Estados Unidos, que têm – não só o Brasil, mas a América Latina em geral – expectativas certamente claras com relação ao mercado norte-americano.

Eu penso que a Alca tem que ser vista sob esse ponto, ao mesmo tempo em que ela não vai infringir os direitos, se ela for bem negociada, evidentemente. Nós estamos falando também de uma certa confiança que deve ser depositada no negociador e que parece faltar em alguns discursos, ou por haver um certo ceticismo ou por algum tipo de viés, que eu não posso interpretar muito bem, a não ser pelo lado protecionista, certamente, ou de receio daquilo que ainda não está perfeitamente bem definido.

Na minha avaliação pessoal – não sei se já estou entrando na minha faixa perigosa, na minha zona cinzenta de já concluir –, o que me parece importante hoje, Sr. Presidente, é que a Alca tenha que ser vista mais como uma oportunidade do que como um desafio, porque só o será, na verdade, para os setores ineficientes das economias. E não falo só a economia do Brasil, falo também da economia nos próprios Estados Unidos. Quem tem a temer a Alca é a indústria siderúrgica dos Estados Unidos ou alguma indústria no Brasil que até hoje ainda não se autodenominou, que não poderá efetivar um processo de liberalização que, veja, não é de curtíssimo prazo. Nós não estamos falando de liberalização do dia para a noite. Uma desgravação tarifária leva dez anos para se produzir, sem levar em conta o fato de que a tarifa hoje, até no próprio Mercosul, já é bastante reduzida, se nós estamos falando de tarifa aplicada, e que, como o Brasil não tem medidas não-tarifárias, ele está cavaleiro nessa situação, uma situação contrária a que ele estava em todas as negociações anteriores. Ele preferia até não participar, porque, não tendo nada ou pensando que não tinha nada a receber, nada tinha a oferecer. Esse paradigma começa a ser quebrado a partir do momento em que o Brasil tem efetiva necessidade de

uma inserção melhor, e a Alca é uma das manifestações, um dos avatares, um dos aspectos desse tipo de inserção.

A Alca é um exercício fundamental, porque os Estados Unidos são o nosso principal parceiro individual. O Mercosul e a União Européia são tão fundamentais quanto ela, talvez até mais, porque a União Européia, como entidade, como bloco, é o nosso principal parceiro, sem falar nos demais, e por isso nós estamos também fazendo esforços paralelos para aumentar o comércio.

Não vamos falar de livre comércio, não vamos falar sequer de liberalização, mas de aumentar o comércio, é disso que se trata, porque, para exportar mais, certamente tem que haver esforço e mobilização da sociedade nesse sentido e não em qualquer outro, mobilização da sociedade para produzirmos mais, para exportarmos mais, para investirmos mais e podermos, portanto, auferir os frutos dessa integração, que não tem nada de errado em si mesma, porque não estabelece relações de subordinação, não são concretizações de projetos hegemônicos. Eu entendo que uma área de livre comércio sempre poderá ser benéfica, porque ela trará benefícios não necessariamente proporcionais, trará benefícios para quem tem mais a ganhar. E o Brasil, como eu disse, está numa posição mais privilegiada hoje do que jamais esteve e estará ainda melhor se puder avançar nesse sentido.

Para concluir, eu queria dizer que entendo também, pessoalmente, que um projeto de liberalização bem arquitetado, acompanhado de reforma tributária, é um outro aspecto da desoneração, acompanhado de redução de juros do capital, é uma outra equação importante. Essas tendências – ou esse tipo de reforma – só pode contribuir e contribuirá decisivamente para o que realmente é importante para o Brasil: a redução e eventual eliminação das desigualdades tanto sociais quanto regionais. Poder comprar a preços mais baixos, oferecer maiores possibilidades de acesso a bens para as populações de baixa renda, e combate à inflação é certamente um dado dessa equação, liberalização, a meu juízo, também é.

Nesse ponto entro um pouco na seara do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, peço-lhe desculpas, penso que, de qualquer maneira, a Alca tem de ser vista sempre dentro desse contexto e acredito que interesses nacionais podem ser perfeitamente atendidos por meio de um projeto dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Feitas as apresentações dos nossos convidados, passemos, então, a palavra aos Senadores. Há uma lista de oradores, e o primeiro inscrito é o Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino Braga, estamos realizando um esforço aqui, no Senado Federal, que guarda paralelo com o realizado, desta vez, pela Câmara dos Deputados, que, com o maior vigor, tanto hoje quanto amanhã, organiza um seminário sobre esse tema de extraordinária proporção. Avaliamos que o Senado também deveria colocar a Alca no centro de nossas preocupações. Esta reunião tem esse sentido e penso que é muito importante que possa o Embaixador Rubens Ricupero ter aproveitado justamente a sua vinda ao Brasil para dar a sua colaboração, e muito importante também que os Embaixadores Samuel Pinheiro Guimarães – que participou hoje desse seminário – e José Alfredo Graça Lima estejam aqui participando.

Quero, em primeiro lugar, tirar uma dúvida. O Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, na semana passada, ao responder a uma questão que lhe formulei, fez observações sobre as bases institucionais do quatro mais um, V. Exª sabe que existe um acordo, o de **Rose Garden**, que está em vigor, aprovado pelos Congressos dos respectivos países, e que cria uma comissão que abre espaço para a discussão de vários pontos. O que observei é que esse acordo não veio ainda para o Congresso Nacional, não há registro de sua tramitação na Casa.

Hoje apresentei uma questão de ordem ao Presidente do Senado, solicitando que seja enviado este acordo para o Congresso Nacional, porque não há o registro de sua discussão, apreciação ou votação. Se houver alguma informação a respeito, agradeço.

Observamos algumas diferenças de ênfase sobre qual a oportunidade para o Brasil instituir e aceitar a Alca. Faço uma pergunta para os nossos três convidados. Será a Alca, tal como os três últimos presidentes norte-americanos, George Bush (pai), Bill Clinton e o atual Presidente George W. Bush, que tanto se empenharam e têm tido como objetivo que o quanto antes, se possível em 2005, venhamos a ter a Área de Livre Comércio das Américas, o que me parece – e agradeceria se pudessem nos transmitir o seu ponto de vista – é que a Área de Livre Comércio das Américas, do ponto de vista norte-americano, parece muito mais o interesse de suas grandes empresas, e não

propriamente uma vontade de integração para todos os setores e segmentos da economia.

Poderíamos traçar um paralelo com o que aconteceu com a União Européia. A União Européia hoje tem uma integração que vale tanto para o capital, para os bens e serviços, como também para os seres humanos. Progressivamente, os direitos sociais, os direitos dos seres humanos começam a se aproximar, ainda que haja extraordinárias diferenças com respeito a outros países do mundo – e eu agradeceria se o Embaixador Rubens Ricupero pudesse transmitir um pouco do seu conhecimento sobre essa área. Obviamente, os cidadãos africanos, asiáticos ou latino-americanos não têm tanta possibilidade de circular pela Europa, mas um cidadão espanhol, grego ou português têm a possibilidade de trabalhar na Alemanha, na França, nos países escandinavos. Começa a haver uma mobilidade crescente, enquanto que, aqui nas três Américas, há uma dificuldade crescente para essa mobilidade.

Ainda hoje conversei com Geldo Jacobson (*antropônimo não encontrado em nosso banco de dados*), que me informou ter passado os últimos dias em Boston conversando com parte da comunidade brasileira. Ali – disse-me ele – há 200 mil brasileiros que estão começando a discutir que gostariam de ver o Governo brasileiro empenhar-se pelos seus direitos, assim como o faz o Presidente Vicente Fox, do México, que conseguiu pelo menos uma declaração do Presidente George Bush de que anistiará três a quatro milhões de mexicanos clandestinos e, portanto, sem direitos.

Esses brasileiros da região de Boston raciocinam que, de alguma forma, colaboram com o Brasil, pois trabalham e enviam rendimentos para cá. Com seu trabalho, eles colaboram não só para o crescimento da produção dos Estados Unidos, mas também enviam rendimentos para o Brasil. Entretanto, não têm os direitos normais de outros cidadãos, como aposentadoria, direitos sociais, previdenciários ou de assistência à saúde, porque estão na clandestinidade.

Após a queda do Muro de Berlim, em 1989, erigiu-se um novo muro ao longo da fronteira dos Estados Unidos, contra o restante das Américas. Esse muro guarda relação com o de Berlim, pois impede a livre mobilidade dos seres humanos.

Quando houver a livre mobilidade de bens, serviços e capitais através das fronteiras, isso será importante; mas também será importante a livre mobilidade dos seres humanos e a homogeneização de seus direitos desde o Alasca até à Patagônia. Contudo, o que os norte-americanos estão querendo imple-

mentar, com uma pressa muito grande, é a mobilidade para o capital. Este, sim, pode circular livremente. E o Embaixador Rubens Ricupero mencionou que o atentado de 11 de setembro último provocou uma areia maior na fronteira dos Estados Unidos com o México. Quanto ao capital, não se tem notícia de que tenha havido maior areia, que é o propósito da Taxa Tobin. O que está havendo, sim, é uma maior complicação para o serviço ou insumo, para a montagem do produto de um lado ou do outro da fronteira. Quem foi aos Estados Unidos têm-nos dito que a maior dificuldade, a maior areia para a mobilidade do ser humano, não apenas para entrar nos Estados Unidos, mas também para entrar nos edifícios. Os próprios executivos que, para trabalharem na sede de suas empresas, agora levam às vezes vinte, trinta minutos por dia só para passarem no sistema de segurança. Ou seja, está no sentido inverso a expansão da liberdade do ser humano.

Portanto, gostaria que, em primeiro lugar, expusessem suas reflexões a respeito desse aspecto. Para onde vamos? Queremos a liberdade de comércio ou de mobilidade do capital? E para o Brasil interessaria uma integração a mais ampla para todos, não apenas do ponto de vista de empresa, mas para os seres humanos no sentido global?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Pergunto ao Senador Eduardo Suplicy se, tendo S. Ex^a outras indagações, não seria o caso de fazê-las agora ou preferiria obter a resposta primeiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Preferiria ouvir a resposta sobre esse tema, Sr. Presidente. Depois só farei mais uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Certamente. Com a palavra, o Embaixador Rubens Ricupero.

O SR. RUBENS RICUPERO – De maneira breve, eu poderia dizer que, não só nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas, mas também, de maneira geral, em tudo o que se refira ao que chamamos hoje de globalização, é preciso justamente distinguir globalização de liberalização.

A maioria das pessoas erroneamente toma essas duas palavras como sinônimas. E elas não o são. A globalização é um processo pelo qual as economias se tornam cada vez mais interdependentes – e esse processo tem-se acelerado nos últimos anos. A liberalização é um instrumento do qual a globalização se vale para incentivar esse processo, mas ela usa a liberalização de maneira seletiva, porque há muitas modalidades distintas de liberalização. Existe a libera-

lização dos capitais, tanto para os investimentos diretos como para recursos financeiros, os empréstimos. Isso é um tipo de liberalização financeira ou de investimento. Há uma outra liberalização, a de fluxos de comércio, dos bens e serviços. Há uma terceira liberalização, a dos seres humanos; é o que se chama às vezes de mobilidade do fator trabalho. E há finalmente a liberalização da tecnologia. E há outros tipos.

Então, quando observamos as experiências históricas de globalização – e esta não é a única experiência histórica de globalização – constatamos que elas combinam a liberalização em dosagens diferentes. Vou citar um exemplo perfeitamente captável. No período vitoriano, entre 1870 e a I Guerra Mundial, houve uma liberalização apreciável dos fluxos comerciais, o comércio mundial se expandiu muito, mas houve também uma liberalização muito grande dos fluxos financeiros, dos investimentos e uma liberalização incomparavelmente maior do que a que existe hoje dos seres humanos. Calcula-se que, nesse período, 50 milhões de europeus deixaram a Europa para emigrar para os Estados Unidos, Argentina, Brasil, Austrália, Canadá. Nós mesmos, pelo menos nós dois, creio que somos produtos desse fluxo de globalização. E outros também. Meus quatro avós vieram para o Brasil em 1890 ou 1891. Portanto, eram produto daquela globalização.

A globalização atual não abrange essa liberalização. Portanto, a globalização atual em algumas coisas é mais liberal e, em outras, é menos liberal. Em relação ao fator trabalho, todos – não só a União Européia, também os Estados Unidos – são menos abertos hoje em relação ao que eram naquela época.

Mas há um fenômeno ainda maior dentro do próprio comércio. Durante a globalização vitoriana, havia muito mais liberalização do comércio agrícola do que há hoje. Certa vez assisti a uma palestra de um economista argentino que dizia que eles, argentinos, não poderiam ser contra a globalização se ela fosse como a daquela época, porque, para eles, ela foi muito boa. Eles vendiam carne, trigo e lã e recebiam os capitais ingleses que construíam as ferrovias e os frigoríficos. Esse foi um período em que a Argentina teve renda *per capita* que estava entre as maiores do mundo.

Acontece que a globalização de hoje, e a liberalização comercial atual, não é essa. A agricultura, em grande parte, tem sido excluída e está começando a ser incluída, como dizem os argentinos, “*arregaña dientes*”, resistindo centímetro a centímetro.

Portanto, penso que, quando falamos em integração ou globalização da economia, precisamos manter o espírito crítico e verificar, por exemplo, o caso do Alca. Não sei que tipo de globalização ou de integração será a Alca. Não sei – confesso-lhe que não estou envolvido nas negociações, e a organização em que trabalho não se ocupa desses temas regionais – se há alguma dimensão de mobilidade de mão de obra nas negociações.

Isso seria justificável, pois o senhor sabe, sendo economista, que, em termos econômicos, para que haja a maximização do bem-estar, da eficácia, tem de haver liberdade para todos os fatores de produção, não apenas de alguns.

Os economistas dizem que, se, no período vitoriano, houve uma certa convergência de renda, portanto, em que alguns países mais atrasados alcançaram um nível mais elevado, isso se deveu em grande parte à liberalização de mão-de-obra, da mobilidade de mão-de-obra, que hoje, não existe. Sabemos que não existe no setor agrícola, como sabemos que hoje é muito mais restrito o acesso à tecnologia. Sabem os senhores que há países hoje extremamente incisivos na defesa de patentes que, até o começo os anos 70, não reconheciam patentes para produtos farmacêuticos. São países altamente industrializados.

Não há dúvida de que tudo isso mudou e é por isso que me insurjo contra o fato de se tornarem sinônimos globalização e liberalização. No caso da Alca, por exemplo, teríamos de ver capítulo por capítulo: o que vai acontecer na agricultura, como foi citado aqui; o que ocorrerá com outros produtos em que o Brasil tem potencial exportador, inclusive no caso do aço; o que acontecerá em relação à tecnologia. Será que vai se restringir ainda mais?

O que ouço dizer em relação às negociações – não as conheço, repito – é que nelas os americanos querem um acordo de propriedade intelectual além do que existe na OMC. Seria o **TRIPs plus**. Será que é isso? E ser for, o que vamos ter em troca, que compensação? Creio que são essas as perguntas que devem ser feitas em cada caso. Por exemplo, na agricultura, qual será a situação do etanol brasileiro, para o qual, hoje em dia, há barreiras muito grandes? Do açúcar brasileiro? Qual será a situação da proteção doméstica ao algodão americano? Só para dar um exemplo, nos últimos quatro anos, este é o quinto, o congresso americano, além da enorme proteção normal que dá aos agricultores – que chega a US\$91 bilhões, contando todas as modalidades – , todos os anos, aprova uma lei de ajuda de emergência que, somada, dá US\$31 bilhões. Este ano, a lei foi assinada

no começo do mês de agosto e concedeu mais US\$5 bilhões para a compensação de 3 fatores: queda do preço das matérias-primas, quebra de safra por causa da seca e aumento do custo da energia. Até comentei em um artigo que escrevi para o **Globo Rural**: imaginem se o Brasil fosse compensar os agricultores pelo aumento do custo da energia?

V. Ex^{as} vêem que não há, como dizem, um **level plan field**, um terreno em que todos estamos. Creio que o Congresso deve perguntar qual é a situação dos casos particulares. Só então poderemos julgar. Em abstrato, tudo pode ser perfeitamente defensável. O problema é o concreto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – No caso do Mercosul, nitidamente, estão estabelecidas metas para integração do ser humano: direito trabalhista, de ir e vir e assim por diante. No caso da Alca, na hora em que o Embaixador Graça Lima – que está participando das negociações – for responder perguntas, seria importante mencionar se é preocupação do Brasil esse outro tema.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Antes, gostaria de saber se o Embaixador Pereira Guimarães deseja fazer alguma observação?

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Com relação à questão da livre movimentação da mão-de-obra, do fator trabalho, e de uma problemática mais geral que o Senador Eduardo Suplicy mencionou a respeito da União Européia, de as pessoas poderem exercer profissões e trabalhar livremente nos países membros, creio que seria interessante observar, com clareza, que o esquema da União Européia é muito distinto do esquema da Alca.

O SR. (aparteante não identificado) – E não é de livre comércio.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – E não é livre comércio. Além de não ser livre comércio, é muito distinto. Lá, em minha opinião, está sendo criado um novo Estado. Não é apenas um esquema de integração econômica. Estão sendo criadas instituições, há o Parlamento Europeu eleito diretamente, há a Corte de Justiça Européia. Há uma vastíssima legislação. Um executivo tem 30 mil funcionários, segundo dizem em Bruxelas, produzindo regulamentos, diretivas, do que os ingleses reclamam muito, pois dizem ser muito minuciosos. Nesse processo, estão não só liberando a movimentação dos bens, de serviços e de mão-de-obra, mas criando políticas comuns e tentando homogeneizar as regiões.

Outro dia, li um artigo sobre os efeitos da Alca sobre o México. Mencionou a autora do artigo, uma

economista mexicana radicada nos Estados Unidos, o exemplo de Portugal, comparando-o aos países da Alca. Nada tem a ver. No caso, Portugal recebe dotações importantes da Comunidade, assim como a Alemanha Oriental, que recebeu gigantescos volumes de recursos – estimados em cerca de US\$800 bilhões – para sua reconstrução. E continua.

Ninguém sabe como vai ser a Alca. Creio que seria razoável imaginar que, primeiro, se a Alca vai incorporar o Canadá e o México, ela não pode ser muito diferente do Nafta. Se for algo totalmente diferente, ficam duas situações. E o que já foi declarado pelos Estados Unidos reiterada vez de público é que o seu objetivo é ter situações OMC **plus**. Quer dizer, regras mais liberalizantes em certo sentido, porque, no caso de propriedade intelectual, são mais restritivas. São regras OMC **plus**, porém favoráveis aos seus objetivos, que, aliás, são perfeitamente justificáveis que tenham esses seus objetivos. Penso que essa é uma estratégia muito mais ampla, que inclui a parte econômica, a parte militar, a parte política em relação à América do Norte, agora terminando o processo em relação ao México, processo histórico que começa em 1835, vai depois para 48 e agora em 94. O mesmo acontece em relação ao Caribe.

Numerosas intervenções americanas na Nicarágua, no Haiti, em Cuba e em outros países, mais recentemente República Dominicana, Granada, Panamá, a criação da Zona do Canal, quer dizer, tudo isso faz parte da história da região.

A Alca será muito parecida com o Nafta, inclusive porque seria, no meu entender, do ponto de vista americano, difícil conceder mais aos demais países do que já concederam ao México e ao Canadá, porque senão teriam que conceder também a este últimos.

E se tentar obter mais dos demais países, também cria uma situação difícil. Seria mais fácil tramitar no Congresso americano algo semelhante ao Nafta, que não foi nada fácil, aliás, diga-se de passagem. Foi muito difícil e, até hoje, há muita resistência.

Será mais difícil um acordo que seja interpretado nos Estados Unidos como o mais liberal; mais liberal que digo é mais liberal para os outros. Em termos de agricultura, por exemplo, o Nafta cria condições muito objetivas para o comércio agrícola do México. É toda uma situação muito específica.

Os Estados Unidos foram muito taxativos em não negociar a livre movimentação da mão-de-obra.

Li uma vez, mas não tenho certeza, que o próprio tratado constituinte do Nafta proíbe a própria discussão da livre movimentação da mão-de-obra,

quer dizer, trazer à pauta. Tendo em vista a situação do Haiti, do Caribe, de uma forma geral, como centros geradores de imigrantes em potencial para os Estados Unidos, acho muito difícil que isso viesse a se concretizar.

Portanto, o objetivo dos Estados Unidos na Alca não é o objetivo que existe na União Européia, que é a de construção de um estado. O objetivo é outro, estratégico.

Imagino que os Estados Unidos não estão fazendo isso como um exercício ocasional, o de fazer uma área de livre comércio com as Américas e ver o que acontece. Essas coisas não são assim. Tudo isso faz parte de um projeto de política externa. É preciso saber como é que esse projeto se encaixa, da Alca no topo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Permite-me, Sr. Presidente, uma breve observação?

Uma coisa é o que os Estados Unidos desejam, e a outra é o que deveriam as autoridades brasileiras estabelecer como prioridade. Então, acredito que os negociadores brasileiros deveriam dizer que também colocariam esse tema na pauta, mesmo que a médio e longo prazos, mas tem que ser colocado.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Vamos ouvir o embaixador Graça.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA – Sr. Presidente, não vou conseguir, mas vou tentar esclarecer essa primeira dúvida que o Senador Eduardo Supply havia posto à Mesa com relação ao acordo **Rose Garden**. Não sei se o **Rose Garden** chegou a ser formalizado como um acordo entre os Estados Unidos e os quatro países que haviam acabado de se constituir com o Mercosul, pelo Tratado de Assunção, em 1991. Acho que o Embaixador, Pinheiro Guimarães não era mais o Chefe do Departamento Econômico da época. Como o Embaixador Rubens Ricupero estava em Genebra nessa ocasião, acho que nenhum de nós pode responder com absoluta certeza a pergunta. Suspeito que não seja um acordo formal. Ele data de 1991, isso eu posso assegurar, e é usado como uma referência para a constituição desse mecanismo, não é nada mais do que isso, que se utiliza um pouco para tentar ativar esse diálogo com os Estados Unidos, independentemente da Alca.

Asseguro também, acho importante que o Embaixador Pinheiro Guimarães registre isso, que o acordo, ou o esquema, quatro mais um não vai levar a uma área de livre comércio; não é essa a intenção. A intenção é apenas aprofundar o diálogo. No quatro mais um vai-se tratar de temas como OMC e Alca.

Constituiu-se grupos de trabalho, e não grupos de negociação. A negociação vai-se dar no âmbito da Alca mesmo, porque no fundo é isso que interessa, ou vai interessar, no limite, ao Mercosul e aos seus parceiros. Não podemos ignorar que essa não é uma negociação só com os Estados Unidos. Hoje mesmo foi dito, repetidas vezes, na Câmara dos Deputados que 50% das nossas exportações se dirigem ao hemisfério. Setenta por cento dos produtos manufaturados do Brasil têm esse mesmo destino, e isso não pode ser ignorado.

É claro que, como pude ressaltar antes, a parte de acesso é apenas uma parte de um acordo de livre comércio. Os acordos modernos contemplam também regras que podem disciplinar esse comércio mais livre, que tem que estar compatíveis com a OMC, ou ao GATT.

Não é obrigatório que esteja além da OMC e do GATT. Essa é uma discussão em curso, evidentemente. Nós achamos, e pude dizer nas várias reuniões do Comitê de Negociações Comerciais da Alca, em que eu sou o representante brasileiro, que não considero que propriedade intelectual seja um tema para uma área de livre comércio, porque se os países tiverem que mudar a legislação, terão que mudar para todo mundo e não só para os Estados Unidos, ou para os países do hemisfério. Então, é um tipo de obrigação que você tem que assumir **erga omnes**, para não ser discriminatório. Agora, quanto ao acesso, sim, você pode ter desimpedido em todo esse contexto, em todo esse âmbito, e isso é até uma exigência do próprio art. 24.

Passando à questão do que chamamos, no jargão dessas negociações, de movimento de pessoas físicas, esse é um capítulo das negociações sobre serviços, Senador. A primeira negociação que lembro-me de ter participado sobre isso foi no curso da Rodada Uruguai, em que isso foi apresentado, não pelo Brasil, porque entendo que o Brasil não tem tanto interesse em exportar mão-de-obra, como tem, por exemplo, o México, no caso dos Estados Unidos, já que estamos falando de Alca; ou como tem a Índia, para países da Europa, para países que são naturalmente exportadores de mão-de-obra, que vão competir naturalmente com empregos até bastante escassos, disponíveis nos grandes pólos dinâmicos da economia.

É uma discussão muito difícil, muito sensível, que tem a ver muito mais com política de imigração do que com integração econômica. É evidente que o trabalho é um fator de produção; e só se realiza mesmo um mercado comum, no momento em que se tenha

desimpedida a mobilidade de todos esses fatores. Há todas essas implicações.

É certo que o Mercosul fez alguns avanços bastante modestos nessa área. Já existem, por exemplo, alguns convênios que permitem deslocamento de estudantes, reconhecimento de diplomas, esse tipo de coisa... Existe, também, na esfera internacional, uma maior disposição para facilitar a mobilidade de quadros, mas não de mão-de-obra física.

É preciso, também, ver a coisa do ângulo do Brasil. O Brasil estaria disposto, por exemplo, a permitir a entrada desimpedida de todos os naturais da comunidade andina, ou do próprio Mercosul, sem falar dos Estados Unidos que certamente não serão atraídos pelo mercado brasileiro? Mas refiro-me aos parceiros do Brasil que podem ter até maiores dificuldades no uso da mão-de-obra.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, não vou alongar-me, para permitir que os demais colegas também perguntem, mas gostaria de fazer uma observação: penso que não se trata apenas, Embaixador José Alfredo Graça Lima, de uma questão de capítulos de serviços, de interesse de brasileiros ou do Brasil em exportar ou não mão-de-obra. Coloco a questão no sentido maior de os seres humanos terem direitos iguais de participar da riqueza das três Américas, de terem direitos sociais iguais, direitos trabalhistas iguais, isto é, a homogeneização de direitos.

Para começar, quando Bill Clinton falava, por exemplo, "Vamos fazer uma área de livre comércio do Alasca e da Patagônia", e se pensássemos nos direitos de participar da riqueza, desde o Alasca à Patagônia, como ocorre hoje no Alasca, onde todos os habitantes receberam neste ano US\$1.850 como um direito à cidadania? Só para dar como exemplo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Vamos, então, escutar o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de iniciar lamentando aquilo que os colegas Senadores perderam nesta tarde. Realmente, parece-me que cada um deverá ter a sua desculpa, mas sou "fã de carteirinha" dos que aqui estão compondo essa Mesa. Inclusive, a última vez que assisti a uma palestra do Embaixador Rubens Ricupero, fui à Universidade de Brasília ouvi-lo numa maravilhosa exposição, e quando S. Ex^a não aparece por aqui, eu o acompanho pela **Folha de S. Paulo**.

Também, se S. Ex^{as} viessem... Custa-nos perceber. Eu já os conhecia de outras refregas, então sei que há sempre uma polarização entre os participantes dessa Mesa, alguns lembram os velhos tempos do livre comércio e outros são mais tendentes ao nacionalismo, ao protecionismo e aos cuidados que o processo de integração e de inter-relação internacional sempre acarretam.

Em relação a este problema, acho o seguinte: começamos tarde a tratar das questões, tanto do Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) quanto da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Eu estava estudando na Itália nos anos cinquenta e lá só se falava nisso. Então, foi um longo processo de preparação do Mercado Comum Europeu, da União Européia, para chegar aonde chegaram. E nós entramos no processo tardiamente e me parece que num momento muito inoportuno.

Esse atraso talvez tenha sido fatal, no seguinte sentido: no meu entendimento, amadurecido desde os anos cinquenta, quando vem uma crise econômica é que os Estados nacionais – não em trinta, mas aprendendo na crise de trinta – tentam se precaver. Quer dizer, nos anos 30, por volta de 1932, se não me falha a memória, 79 haviam desvalorizado as suas moedas, três anos depois do início da crise pelo menos, para tentar preservar o mercado para suas mercadorias.

Parece-me que a proposta de organização de um Mercado Comum Europeu, de uma Nafta, de uma Alca ou de um Mercosul veio tarde – discordo, nesse ponto, do que disse o Embaixador Rubens Ricupero – pelos sinais, sintomas e preocupação demonstrados.

Os americanos nunca deixaram de se preocupar com o que ocorreu entre 1929 e 1943. Em 1929, os Estados Unidos produziram 5,3 milhões de carros e, em 1943, apenas 700 mil, quatorze anos depois. Geralmente, fala-se que a crise acabou em 1933 – os neoliberais dizem –, mas é um equívoco total. Em 1934, a Alemanha ainda estava com 44% de desemprego. Aquela crise traumatizou os americanos, que sempre tiveram receio de seu retorno. Isso foi objeto de dezenas de reuniões, de discussão, etc.

Para mim, essa questão pode esclarecer o centro das minhas divergências. Quando os Estados Unidos conseguiram se recuperar, o que ocorreu principalmente depois da Guerra da Coréia, pois, com o Plano Marshall, houve o perdão de 85% da dívida externa alemã, o que se fez depois da Segunda Guerra mundial, porém não foi suficiente. Obviamente, o processo deslanchou com uma virulência muito grande.

Em 1957, sete milhões de carros foram produzidos. Ou seja, a produção passou de 700 mil para 7 milhões entre 1943 e 1957. Então, os Estados Unidos tiveram de exportar produtos da indústria, de transplantar forças produtivas, pois tinham medo de que houvesse outra crise como aquela de 1929, que Keynes afirmou haver ocorrido por causa da sobreacumulação, do excesso de capital. Não conseguimos compreender bem esse tipo de crise, porque estamos acostumados, num país subdesenvolvido, à visão de que o nosso problema é e será sempre a falta de capital.

De acordo com Keynes, no curso de uma só geração, no sistema capitalista, dado o nível tecnológico, é possível uma crise de sobreacumulação, de excesso de acumulação de capital. Contra esse excesso algumas medidas foram tomadas, principalmente o transplante de indústrias.

Não fomos nós que decidimos, por meio de taxas de juros ou taxas de câmbio favorecidas, de doação de terrenos e de outras medidas, a vinda de empresas multinacionais para o País. Elas vieram **motu proprio**, por causa de um movimento que as levava, necessariamente, a se implantar. Na Argentina, na Coréia do Sul, no México e em outros países não havia um Juscelino Kubitschek. Então, não foi Juscelino que trouxe as indústrias automobilísticas.

Nesses processos, penso que cada um de nós entra em certas relações que são independentemente de sua vontade. Nós não dominamos essas relações entre agentes de capital e poder. De modo que, então, o poder com que entramos nessas relações são completamente díspares, desiguais. Não acredito numa tratativa que pretenda tirar proveitos dela para a economia brasileira.

Há um certo simplismo em analisar as crises. Do ponto de vista norte-americano, a crise é essencialmente de falta de mercado. É por isso que eles estão querendo fazer um mercado para eles, do Alasca à Patagônia. Se já tivessem feito isso, as indústrias automobilísticas que fecharam há dois meses nos Estados Unidos e outros setores não precisavam ter fechado.

Gostaria de abordar um outro ponto. Os Estados Unidos têm apresentado 425 bilhões de déficit comercial por ano. Será que eles têm espaço para, numa tratativa, ceder ainda mais o seu mercado? Parece-me que houve uma divisão internacional do trabalho, do poder, da exploração do capital após a II Guerra Mundial, que colocou os Estados Unidos como mercado mundial. O excedente mundial para a reprodução do capitalismo mundial tem que encontrar mer-

cado; 425 bilhões de excedente mundial têm que entrar nos Estados Unidos a mais do que exportam para outros países. Com isso, obviamente, os Estados Unidos têm que criar um mercado cada vez maior – está aí o déficit orçamentário – e injetar na economia um poder de compra e geração de emprego para esse excedente mundial. Só a dívida de famílias e de empresas já está beirando os U\$10 bilhões.

Com U\$5.5 trilhões da dívida pública americana, penso que o engessamento está visível, está evidente. As famílias e as empresas não conseguem mais dever para aumentar a sua capacidade de consumo. Esbarraram lá. O déficit duplo, comercial e orçamentário, norte-americano também está-se apresentando nos seus limites. Parece-me que os Estados Unidos estavam querendo um retorno ao Keynesianismo, ao **deficit spending**, à economia de guerra. Keynes disse pelo menos seis vezes, ao que registrei: duvido que tenhamos conhecido um auge recente capaz de levar ao pleno emprego, exceto durante a guerra. Melhor dizendo, muitos observadores estavam ansiosos por repetirem condições de parte da experiência da produção socializada tal como a conhecemos durante a guerra. Embora a maior parte dos bens e serviços se destinassem à imediata e infrutífera destruição, assim mesmo constituiriam riqueza: esse PIB que soma a destruição com a produção, a vida com a morte, e assim por diante. Não vou repetir o que ele disse, mas acho que o Presidente Bush já havia declarado, inclusive foi à China e à União Soviética tentar soprar a Guerra Fria para justificar 250 bilhões. Alguns achavam que o escudo antimísil ia ultrapassar 1 trilhão. Estava precisando encontrar desculpas para fazer o escudo antimísil. São gastos fantásticos, a partir do Governo Federal, contra um escudo antimísil, quando não havia no mundo, mas a União Soviética provou que não havia ameaça do grande mal, que naquele tempo era a União Soviética. Ela se desarmou e desmanchou sem que houvesse justificativa para os 17 trilhões gastos em armas durante a Guerra Fria.

O que me parece é que o mundo está mudando e vai mudar, mas não pelo que aconteceu no dia 11. Não é exatamente isso. Até acho que o dia 11 colocou uma azeitona na empadinha do Presidente Bush, justificando as despesas de guerra que ele queria aumentar, tentando voltar à era, que acho que está prescrita, keynesiana. Então, deveríamos perceber um pouco de humildade, porque, afinal de contas, entramos em relações que são independentes da nossa vontade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Senador Lauro Campos, peço um esforço para que V. Ex^a termine.

O SR. LAURO CAMPOS – Pois não. Temos muita dificuldade em pensar na situação de crise em que nos encontramos. Sempre temos uma tendência a normalizar nosso pensamento. Nas nossas formulações ideais, eliminamos. Por exemplo, há uma situação de guerra: de acordo com o Gaston Bouthoul, **O Desafio da Guerra**, página 16, 344 guerras foram deflagradas entre 1744 e 1974. De acordo com Eric John Hobsbawn, 87 guerras internacionais entre 1840 e 1940. Acho que raciocinar como se não houvesse isso, como se a guerra ou a crise fossem situações completamente imprevisíveis e anormais, é um defeito que temos na nossa formação, e perturba bastante as colocações que fazemos.

São essas as considerações que me foram, felizmente, estimuladas pelas lúcidas exposições dos três embaixadores que aqui compareceram, infelizmente, para tão poucos Senadores ouvirem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Obrigado, Senador Lauro Campos. Pergunto se algum dos embaixadores gostaria de fazer algum comentário. (Pausa)

Então, vamos escutar o Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, acredito que tive sorte, porque, como estou tentando iniciar-me nessa questão, participei de uma exposição que sistematizou muito bem as questões principais, com opiniões contrárias definidas com muita elegância, como é de praxe, pelos participantes da Mesa.

Dessa forma, estou muito feliz de ter participado da discussão em torno desse tema, o que seguramente me estimulará, porque sei que o Congresso, num determinado momento, terá de se pronunciar sobre isso.

Quero justamente aproveitar a oportunidade, já que estou aqui para aprender, para fazer duas perguntas muito rápidas.

O Embaixador Pinheiro Guimarães falou de uma série de situações de parceiros comerciais importantes em que não existe zona de livre comércio. Pergunto: onde essas zonas existem? Onde elas estão situadas? Qual foi a motivação dessas zonas de livre comércio? Os parceiros que as integram, de alguma forma, têm alguma semelhança com os que poderão viver uma situação que, eventualmente, poderá repetir-se no caso da Alca? Essa é a primeira indagação.

A outra pergunta talvez pudesse ser dirigida ao Embaixador Graça Lima.

É claro que o Brasil terá soberania para discutir, para decidir sobre essa questão, mas, como os Estados Unidos estão se empenhando – pelo menos, segundo o que ouvimos – tão fortemente na implantação dessa zona de livre comércio, poderíamos imaginar, dado que o jogo do comércio internacional é um jogo bruto, o que de pior poderia acontecer ao Brasil se não fosse o caso de nós, por exemplo, aceitarmos a Alca. Haveria algum tipo de retaliação pior do que o que já existe hoje nas relações comerciais existentes entre os dois países? Se o Governo brasileiro dissesse que, nessas condições, não entraria na Alca, o que poderia acontecer de ruim para o Brasil? Considerando esse jogo bruto do comércio internacional, o que aconteceria se o Brasil dissesse que isso não é interessante e que, nessas condições, não entrará na Alca? O que poderia acontecer ao Brasil numa situação desse tipo?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Vamos ouvir o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Há um número muito grande de zonas de livre comércio. Por exemplo, o México teria assinado cerca de 31 acordos de zona de livre comércio com distintos parceiros. Nessa contabilidade, está a zona de livre comércio entre o México e a União Européia – e hoje se contabilizam 15 Estados-membros – e mais a zona de livre comércio da Europa, Uefta. Fora disso, há uma zona de livre comércio com a Coréia, outra com Israel, algumas na América Central, em Guatemala, em El Salvador, o chamado Triângulo do Norte.

O SR. PAULO SOUTO – No mundo inteiro, são 250.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Há uma questão, na minha opinião, importante: são zonas de livre comércio entre economias de nível semelhante de desenvolvimento e zonas entre economias de grande assimetria de desenvolvimento. Essa é a situação que, para mim, é importante e que deve orientar a reflexão sobre o tema da Alca, porque há uma grande assimetria entre o Brasil e os Estados Unidos, a partir da posição do Brasil. Uma zona de livre comércio entre os países da América Central, para aumentar o seu mercado interno, criar condições mínimas de industrialização, é uma coisa distinta de uma zona de livre comércio entre certos países da África, como às vezes se negocia, que, depois, inclusive, não vai adiante. Penso que há uma diferença muito grande no tipo de quem são os participantes.

Depois, há o seguinte: no caso específico da Alca, como disse o Embaixador Graça Lima muito bem, vai muito além do que é uma área de livre comércio, de acordo com a Organização Mundial do Comércio, art. 24 do Gatt, onde há o livre comércio de bens. Talvez de serviços. Não sei se está no artigo do Gatt. Não, não está, porque o acordo de serviços é em outro artigo, é outro acordo, de modo que não está no Gatt. Então, no acordo do Gatt, existe um artigo semelhante sobre serviços para a zona de livre comércio, que tem um outro número mas que é muito semelhante ao art. 24.

No caso da Alca, estão envolvidos outros temas: propriedade intelectual, compras governamentais, investimentos, competição, solução de controvérsias, que já é um tema mais lateral. Enfim, de toda forma, há uma variedade de outros temas.

O exemplo mais costumeiramente mencionado hoje em dia é o do México em relação ao Nafta. Cita-se, normalmente, que as exportações mexicanas partiram – acredito, no ano de 1990, anterior ao Nafta – de cerca de US\$50 bilhões para US\$160 bilhões. Mas há uma peculiaridade muito grande no México: uma grande parte, mas uma grande parte mesmo desse comércio de exportação é feito pelas maquiadoras, que importam enormemente dos Estados Unidos, agregam mão-de-obra na montagem e reexportam o produto para os Estados Unidos. De outro lado, o México, hoje em dia, tem um déficit comercial global importante, tem problemas de déficits de transações correntes, tem uma concentração de 90% de suas exportações nos Estados Unidos, o que aumenta muito a sua vulnerabilidade diante de modificações cíclicas da economia americana. Além do que as disparidades regionais do México foram acentuadas e as disparidades a nível pessoal também o foram. Há mais de 50 milhões de mexicanos abaixo da linha de pobreza. De modo que os resultados são, na minha opinião, bastante duvidosos. É esse o comentário que eu teria a fazer. Não sei se atendi à sua solicitação, mas de uma forma geral...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Passo a palavra ao Embaixador Graça Lima.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA – Obrigado, Sr. Presidente. Vou-me permitir tentar complementar essa pergunta do Senador Paulo Souto com a seguinte observação: isso é normal com os chamados acordos de livre comércio de última geração, como a Alca, que é tipicamente um desses casos, porque está sendo pensada ou idealizada. No momento, ela não é nada mais do que isso. Acredito ser muito importante frisar bem que o que se tem em ma-

téria de Alca hoje é um copião, uma compilação de propostas de todos os países. Não frutificou ainda sequer o esforço de cruzamento dessas propostas. De modo que eu gostaria até de ter, ou de não ter, a bola de cristal que o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães tem para antever o resultado dessas negociações. Se tivéssemos a mesma bola de cristal talvez eu estivesse muito mais desesperançado e deprimido do que estou com relação ao efetivo produto do que está sendo discutido na Alca.

Independentemente disso, perdoe-me essa digressão, penso que regras não são necessariamente ruins. Se elas são boas e fortalecidas, não importa que vão além da OMC. A OMC é muito incompleta, tem regras ambíguas, imperfeitas e que, de certa forma, embutem até determinadas discriminações com relação a países que não chamarei de países em desenvolvimento, mas de economias médias e menores, digamos assim, economias que podem desfrutar menos dos benefícios do comércio internacional no momento atual da sua evolução. As regras não são necessariamente ruins. Elas podem ser boas, independentemente de irem além da OMC ou não. Dependendo do que se trata, naturalmente. No caso de propriedade intelectual tipicamente. Não estamos falando de comércio, tanto é que o acordo que existe na OMC é um acordo sobre aspectos do direito de propriedade intelectual relacionados ao comércio, e que acabou coincidindo com a renovação da Lei de Propriedade Intelectual que o Brasil tinha, um esforço do próprio Congresso Nacional no sentido de que fosse aprovada após longos anos de tratamento e negociação.

A segunda pergunta dirigida a mim, a qual eu agradeço, é como os Estados Unidos... Os Estados Unidos, Senador – não entendo e me permito também divergir de opiniões contrárias – não se apresentam de uma forma perfeitamente unânime, coesa, com relação a uma área de livre comércio. Há uma administração que pode desejá-la. Até uma administração republicana que é muito mais voltada para esse projeto do que pôde ter sido a Administração Clinton, apesar de certamente a idéia ter sido lançada por Clinton, que nunca conseguiu aprovar um **fast track** durante todo o período da sua gestão. O único recorde norte-americano durante toda a administração Clinton foi o acordo com a China, que não é um acordo de livre comércio, mas, sim, que permite o ingresso da República Popular da China na OMC.

Então, o Congresso Americano certamente pensa muito diferente da Administração Republicana, tanto é assim que não está ainda totalmente disposto a dar, aos negociadores, autorização para levar a

cabo esse projeto. E se vier a dar, será debaixo de determinadas condições que talvez sejam difíceis de se cumprir. Eu tenho muitos artigos de analistas, de professores universitários que se posicionam francamente contra a Alca, porque acham que a América Latina não é um mercado natural para os Estados Unidos.

Eu respondo um pouco à pergunta do Embaixador Pinheiro Guimarães, quando ele diz: Por que não há uma área de livre comércio entre os Estados Unidos e a Europa, ou os Estados Unidos e o Japão? Há. Essa área de livre comércio é a própria OMC. Eles não precisam de nenhum outro instrumento particular para realizar um comércio que já é espantoso. E é, inclusive, bom para os parceiros dos Estados Unidos porque gera um superávit extraordinário. Os Estados Unidos somente não têm superávit com a própria América Latina, que, a seu turno, – e essa é a beleza da história – tem expectativas de acesso ao mercado norte-americano que precisam ser concretizadas para que haja uma Alca equilibrada. Equilíbrio é o ponto fundamental dessa questão. Se houver um equilíbrio entre regras fortalecidas e condições de acessos desimpedidos, inclusive e sobretudo por meio da eliminação de medidas não-tarifárias, se terá uma Alca que certamente será vantajosa para o Brasil e para os demais países.

Quanto ao comércio ser um jogo bruto, eu não sei. Sou uma pessoa frágil, Senador. Tenho participado disso há quase 30 anos. Servi três vezes em Genebra, desde a rodada Tóquio. Negocieei a rodada Uruguai desde o seu primeiro dia até o último. Não estou me jactando disso. Eu não acho que os resultados tenham sido espetaculares. Mas, se não o foram, houve, também, um pouco de responsabilidade nossa. Se o Brasil se julgasse mais preparado para negociar, desde ocasiões anteriores, certamente teria obtido resultados. O Brasil se auto-excluiu das negociações. Então, dificilmente poderia ganhar, senão na margem. Essa tendência começa a se reverter justamente a partir do começo dos anos 90.

O que pode acontecer ao Brasil, dentro e fora da Alca, eu, candidamente, diria: nada. A situação não vai mudar do dia para a noite. Mesmo se tivermos a Alca, – eu apelo um pouco para a minha bola de cristal – eu diria que será em bases muito mais modestas do que aquilo que se poderia antecipar, não só a partir da leitura, praticamente impossível, do projeto de Alca que existe hoje, mas porque para se obter um equilíbrio é necessário um patamar muito inferior aos graus de ambição que todas as partes pretendem, não apenas em matéria de acesso, mas, por contra-

partida, também na área relativa a regras. Em regras, eu incluo, também, temas novos, tais como investimentos. Em investimentos, não se pode ir além da OMC, porque não há nada sobre investimentos na OMC, a não ser medidas de investimentos relacionados ao comércio.

Tirando os excessos que foram cometidos na Alca, é possível se obter um acordo razoável sobre proteção e promoção de investimentos, o que vai alavancar muito mais a contribuição que países exportadores de capital podem dar para o desenvolvimento de economias menores do que a dos Estados Unidos.

Não há nenhuma possibilidade de retaliação, de sanção. O único prejuízo que o Brasil poderia ter, estando fora ou dentro, é desfrutar de um mercado maior e mais desimpedido se esse objetivo puder ser evidentemente atingido.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Se V. Exª assumir o compromisso da brevidade, porque já são quase oito horas, e os nossos convidados certamente...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Prometo que faço em trinta segundos uma observação diante da exposição com que aqui nos brindou o Embaixador Rubens Ricupero a respeito do período após 11 de setembro. Refiro-me a uma bela entrevista que a jornalista afegã Niloufar Pazira, cujos episódios de vida inspiraram a realização de um bonito filme, que foi passado ontem para o Presidente George Bush, sobre o Afeganistão. Numa entrevista à **Folha de S.Paulo**, ela estava muito preocupada com a forma de destruição que está ocorrendo no Afeganistão e mencionou que seria perfeitamente possível a uma força internacional ir ao Afeganistão para solicitar o desarmamento de todos os grupos étnicos. Isso deveria ser feito um a um. Trata-se de uma pessoa que conhece muito bem o seu país, mas isso seria viável e possível, de uma maneira a se promover um entendimento que tivesse um caminho muito diferente.

Então, como o Embaixador Rubens Ricupero nos brindou hoje com o conhecimento tão significativo, pediria, se ele puder, concluindo, dizer a sua opinião, quem sabe, sobre esse tema.

O SR. RUBENS RICUPERO – Não tenho nenhuma pretensão de ser um grande conhecedor do Afeganistão, mas ele faz parte de um conjunto de países que são tratados de uma maneira especial pela Unctad. Esta, dentro do sistema das Nações

Unidas, é ponto focal para os chamados países de menor desenvolvimento ou menos avançados. Em inglês, a sigla é mais conhecida como Least Developed Countries; seriam, digamos, os pobres dentre os pobres. Seriam os países em que normalmente as pessoas vivem com menos de um dólar por dia e uma série de outros indicadores. São 49 países, dos quais 34 na África. E o primeiro desses países é o Afeganistão, um país de histórias trágicas. Só para lhe dar um exemplo, entre muitos, ele é com Moçambique e está chegando perto Angola, os três países dessa categoria que tiveram, cada um, um milhão de mortos na guerra civil dos últimos anos. Eu lhe poderia dar as estatísticas, que são terríveis em todos os pontos de vista, e particularmente nessa área do índice de conflito civil. Trata-se uma sociedade muito desagregada, com problemas étnicos e culturais seríssimos.

Como eu lhe dizia, embora eu não conheça o país tanto quanto a jornalista que vem de lá, tendo a considerar que se trata de uma visão quem sabe um pouco marcada pela esperança talvez da parte dela, porque todos me dizem, os meus colegas – tenho vários colegas na Unctad, inclusive afegãos –, que faz parte intrínseca da cultura dessas tribos uma certa atitude aguerrida à guerra, ao combate, quase inseparável da vida das pessoas. Os pastuns, a grande tribo, que são pelo menos 40% do país, é uma cultura basicamente guerreira. Portanto, a idéia de que se possa ter uma força de fora capaz de persuadi-los a se desarmarem é difícil de acreditar. Tenho certa dificuldade em acreditar porque conheço alguns desses países de perto. O Lêmen, por exemplo, é um outro país desse tipo, onde estive ainda recentemente. Só para que V. Exª tenha uma idéia, no Lêmen, todo homem a partir da puberdade leva uma adaga na cintura. E é uma coisa da qual eles não se separam, como fazem os six's, porque faz parte da identidade masculina a idéia de se estar armado.

Portanto, não vejo como se consiga. É muito difícil. É um país de uma complexidade extraordinária. E creio que os americanos vão descobrir isso na medida em que esse conflito avançar, porque a história do Afeganistão, pelo menos nesses últimos 140 a 150 anos, é a de um país que jamais foi conquistado por pessoas de fora. Eles perderam algumas batalhas, devido a essa característica da cultura, em termos antropológicos, e também devido à própria geografia física do país. Trata-se de um país montanhoso, sem estradas; praticamente não há estradas, a não ser pequenos trechos. A facilidade de se condu-

zir combates, mesmo com inferioridade de armas, é muito grande.

Fala-se, nas Nações Unidas – cheguei de Nova Iorque nesta manhã –, que pode ser até que os talibãs entrem em colapso como estrutura – porque eles têm uma estrutura que não é a de um Estado moderno –, com essa destruição dos centros de comunicação. Eles podem entrar em colapso, mas há a probabilidade de que pelo menos uma percentagem alta – fala-se até em 30% – suba para as montanhas para continuar a guerrilha, porque isso foi o que eles fizeram sempre.

Então, a perspectiva não é propriamente de se terminar em paz, mas de uma guerra com outros nomes.

É um país que terá que ter, primeiramente, um governo representativo de todos os setores. Como eu lhe disse, trabalhamos com eles, temos tido muito contato, mas há uma grande dificuldade de se ter um governo com um equilíbrio dos diversos grupos.

V. Ex^{as} sabem que eles se dividem não só em etnias, mas sobretudo em áreas lingüísticas: há os que falam urdu, que são os pastuns; e os que falam persa, que são os farsis.

Então, há uma grande separação entre eles.

O SR. (aparteante não identificado) – Urdu é a língua do Paquistão?

O SR. RUBENS RICUPERO – De uma parte do Paquistão. E farsi é também a língua do Irã, o persa; Pérsia vem de farsi, é uma outra forma de usar a palavra.

Seria necessário esse tipo de governo. Agora, infelizmente, sobretudo depois do desastre que foi a intervenção soviética, que agravou muito esses conflitos – foi o Vietnã da União Soviética, foi o começo do fim, a época do Brejnev, e tudo. Depois dessa intervenção, essas diferenças entre eles se tornaram ainda mais agudas, e os esforços dos diversos mediadores das Nações Unidas, no começo da década de 90, falharam. Por exemplo, essa Aliança do Norte, que está avançando sobre Cabul, em grande parte, é constituída pelos uzbeques e pelos tadjiques. Então, ela não é da área de Cabul, que é uma área pastun. Então, aí já há um problema, porque os pastuns são de um censo de identidade étnica fortíssimo, tanto os do Afeganistão quanto os do Paquistão, eles são o mesmo povo. Foram os ingleses que artificialmente traçaram uma linha. Mas os ingleses, mesmo no apogeu no seu imperialismo, nunca conseguiram controlar o Afeganistão.

Agora, a esperança que existe é que pelo menos o Secretário-Geral das Nações Unidas nomeou uma pessoa de extraordinária competência, o ex-Ministro das Relações Exteriores da Argélia, o Embaixador Taleb Ibrahim, que conhece aquilo muito bem. E ele definiu, e até termino com sua frase, porque é a melhor definição da situação. Até há pouco tempo, numa entrevista, ele disse: “No Afeganistão, não há nenhuma alternativa boa, todas são ruins. O problema é encontrar qual delas é a menos ruim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – O Embaixador Pinheiro Guimarães disse-me que gostaria de fazer só uma observação, tendo em vista que foi citado pelo Embaixador Graça Lima.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Gostaria apenas de agradecer os comentários do Embaixador Graça Lima e de lembrar que, entre Estados Unidos e Europa não há área de livre comércio; que entre o Japão e a Europa não há área de livre comércio; que entre a China e os Estados Unidos não há área de livre comércio; e que, também, entre a Europa e a China não há área de livre comércio; há um comércio muito intenso. E o meu argumento é justamente no sentido de que há um comércio intensíssimo, sem que haja uma área de livre comércio. Gostaria apenas de fazer essa correção; talvez não me tenha feito entender bem nesse ponto.

Gostaria também de fazer um comentário que não tive oportunidade antes. É quanto à questão da simetria. Numa área de livre comércio, pela própria definição do art. 24 e do entendimento, é necessário que cerca de 85% dos bens estejam incluídos. Isto é, que a tarifa desses bens chegue, eventualmente, num prazo não muito longo – que, normalmente, se considera ser 10 anos, podendo ir a 15 anos –; que sejam eliminados quaisquer obstáculos ao comércio.

O que ocorre numa área econômica qualquer em que existe uma situação de livre comércio é uma tendência à concentração de riqueza na área que, por uma razão qualquer, é mais avançada. Isso o Professor Gunnar Myrdal, em um livro muito interessante chamado **Teoria Econômica e Desenvolvimento**, se não me engano, há muitos anos, mostrou, a partir, inclusive, do exame da situação dos negros nos Estados Unidos, que chamavam de dilema americano, que é a tendência à concentração.

Lembro que o Brasil é uma área de livre comércio, onde os Estados são desiguais e onde não há barreiras – se bem que alguns argumentam que há. Percebemos que há uma nítida concentração de

riquezas em torno de São Paulo. Nítida porque se cria uma infra-estrutura melhor, com mão-de-obra mais treinada, e os novos investimentos tendem a se realizar naquela área. A guerra fiscal é a tentativa dos demais Estados de reverterem a tendência natural, por meio de algum tipo de vantagem. Senão, os investimentos tendem a se concentrar. A área mais avançada de uma eventual área de livre comércio das Américas são os Estados Unidos: 75 a 80% do total do PIB, capacidade de inovação tecnológica gigantesca – e é preciso lembrar isso.

Em 1999, as empresas americanas apresentaram 29 mil pedidos de patentes através do sistema da Ompi. O Brasil apresentou 120, 140. No ano seguinte, em 2000, as empresas americanas apresentaram 39 mil pedidos de patentes; o Brasil, 180. Esse é o dinamismo das empresas americanas. Não precisamos comparar questões de acesso a crédito.

Recentemente, a empresa Burlington, se não me engano, dos Estados Unidos, comprou uma grande empresa de gás do Canadá. Valor da transação: US\$2,5 bilhões. Estamos conversando sobre entidades gigantescas cujo faturamento é maior do que o de vários países somados. Na liberdade de comércio nessa grande região, haverá uma tendência natural à concentração de riqueza, que já é grande. Se me derem o exemplo do México, eu direi: está aí para utilizarem mão-de-obra mais barata próximo ao seu mercado. Ninguém vai utilizar uma maquiladora no Amapá, por exemplo. Não faz sentido instalar uma maquiladora no Amapá, para abastecer o mercado americano, podendo instalá-la no México.

Era só para discutir um pouquinho. Quanto à bola de cristal, se esperarmos o final para ver, poderemos ter uma surpresa muito grande.

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Bola de cristal, realmente, não temos, mas acho que a visão de cada um de nós ficou mais clara, depois que avançamos consideravelmente, substancialmente com essas exposições, esses debates de hoje aqui nas duas Comissões.

Quero agradecer, em nome das duas Comissões, a presença dos ilustres embaixadores, que nos auxiliaram muito a melhorar a nossa visão, a esclarecer a nossa visão sobre esse tema que é extremamente importante e que está na pauta das prioridades do Brasil.

Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h04min.)

Ata da vigésima nona Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e hum às dezessete e trinta horas

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: Pedro Piva, Emília Fernandes, Hugo Napoleão, Bernardo Cabral, Lúdio Coelho, Romeu Tuma, José Coelho, Tião Viana, Mauro Miranda, Fernando Matusalém, Gilberto Mestrinho, Valmir Amaral, Bello Parga, e Pedro Simon. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência afirma que essa reunião destina-se à apreciação da pauta. Item nº 01 que “discute e vota as Emendas ao Orçamento Geral da União – Ano 2002”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Tião Viana, relator das emendas apresentadas diante da Comissão. Colocado o parecer em discussão, fazem uso da palavra os seguintes Senadores: Emília Fernandes, Bello Parga, Gilberto Mestrinho. São aprovadas as emendas nº 01 e 06 aglutinadas que tratam da “implantação da infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte”. Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa. Autores: Senadores Fernando Matusalém e Jefferson Péres, respectivamente. Montante total: R\$ 62 milhões. Emenda nº 04 que trata da “manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes – NA”. Unidade Orçamentária: Comando da Marinha. Autor: Senador Hugo Napoleão. Montante: R\$ 84 milhões. Emenda nº 05 que trata da “modernização da força terrestre”. Unidade Orçamentária: Comando do Exército. Autor: Senador Romeu Tuma. Montante: R\$ 58 milhões. Emenda nº 12 que trata da “manutenção e suprimento de equipamentos de engenharia de construção – NA”. Unidade Orçamentária: Comando do Exército. Autor: Senador Tião Viana. Montante: R\$ 40 milhões. Emenda nº 13 que trata da “contribuição ao Sistema das Nações Unidas”. Unidade Orçamentária: Ministério das Relações Exteriores – MRE. Autor: Senador Tião Viana. Montante: R\$ 120

milhões. Item nº 02 – “Audiência Pública com a participação dos Senhores Procuradores da República Dr. Guilherme Zanina Schelb, Dr. Ubiratan Cazetta, Dr. Felício Pontes Júnior e Dr. Marlon Alberto Welchert, a fim de prestar esclarecimentos sobre as investigações do Ministério Público Federal a cerca dos desaparecidos políticos na denominada “Guerrilha do Araguaia”, atendendo ao Requerimento nº 10, de 2001 – CRE, de autoria do Senhor Senador Pedro Simon”. Na sequência, o Senhor Presidente passa a palavra aos senhores expositores, que após finalizada as explanações, são argüidos pelos Senhores Senadores Gilberto Mestrinho e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador . – **Jefferson Péres**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Declaro aberta a presente reunião.

Consulto os Srs. Senadores sobre a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de darmos início à audiência com os Procuradores, gostaria de submeter à apreciação dos presentes – gostaria que a Comissão estivesse cheia; todos foram avisados – as emendas ao Orçamento, cujo Relator é o Senador Tião Viana.

V. Ex^a está preparado para apresentar o seu parecer, mesmo que seja oralmente? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço a relatoria das emendas apresentadas diante da Comissão. Na verdade, foram apresentadas treze emendas por Parlamentares, atendendo a uma tradição da Comissão de Relações Exteriores que envolve uma sensibilidade solidária em relação às Forças Armadas, ao Ministério da Defesa e, ao mesmo tempo, ao Ministério das Relações Exteriores. Tem sido tradição na Casa esse tipo de apoio e fortalecimento de instituições que, para nós, são muito caras, no sentido de sua importância no sentimento de defesa nacional e da política de relações exteriores do Brasil.

Apresentamos o relatório, e essas emendas foram apresentadas perante a Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional para análise prévia, conforme disciplina o inciso I do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001. Treze propostas foram manifestadas, as quais estão listadas abaixo. Já fiz referência a todas.

Uma das emendas propõe a implantação de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região do Calha Norte. Essa emenda se identifica com a de nº 6, que é de autoria de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Essa é a de nº 1, Senador?

O SR. TIÃO VIANA – É a Emenda nº 1, que é exatamente igual à Emenda nº 6, de autoria de V. Ex^a.

Somadas as duas, haveria um recurso da ordem de R\$62 milhões. Defendi a fusão dessas duas emendas por tratarem do mesmo assunto, sabendo que o Calha Norte é um tema de interesse absoluto da comunidade brasileira e do Ministério da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com certeza.

O SR. TIÃO VIANA – Trata-se de um montante de R\$62 milhões. Vivendo a realidade da Comissão Mista de Orçamento, estaríamos preparados para os eventuais cortes e debates que ali ocorreriam.

A outra emenda apresentada sugere a manutenção e o suprimento de combustíveis e lubrificantes. É uma emenda nacional – o beneficiado seria o Comando Militar da Marinha –, que envolve recursos da ordem de R\$84 milhões.

A outra emenda propõe a modernização da força terrestre, apresentada pelo Comando do Exército, da ordem de R\$58 milhões, com o claro benefício para a Região Amazônica, embora seja de abrangência nacional.

A outra emenda foi a de nº 12, visando à manutenção e ao suprimento de equipamento de engenharia de construção, visto que há uma malha viária extraordinária em todas as regiões do Brasil. Historicamente, os Batalhões de Engenharia e Construções do Exército têm sido esquecidos no momento do investimento de recursos, pelo menos para a manutenção dessas rodovias. Trata-se de um problema de segurança interna do Brasil, porque ocorrem milhares de mortes nessas rodovias. Nada mais justo do que fortalecer a recuperação dessas rodovias por parte do Batalhão de Engenharia e Construção.

A última emenda atende a um diálogo fraterno com o Ministério das Relações Exteriores e diz respeito à contribuição ao sistema das Nações Unidas. Trata-se de uma emenda de R\$120 milhões. Podemos conversar, preocupados com o mérito da emenda do Senador José Sarney, que envolve recursos da or-

dem de R\$2 milhões, qual seja a Emenda nº 8, que trata da cooperação com países de língua oficial portuguesa. Notadamente, o Senador José Sarney estar-se-ia referindo ao Timor Leste. Conversei com os representantes do Legislativo no Itamaraty, e o diálogo redundou na compreensão de que, por meio dessa emenda, a Organização das Nações Unidas segue uma linha de atuação que visa exatamente a beneficiar os países de língua portuguesa, como, no caso, o Timor Leste. Então, estaria contemplada, de certa forma, a emenda do Senador José Sarney.

A emenda que teve uma rejeição – é lamentável de nossa parte, pela peculiaridade da importância das outras – foi a do Senador Wellington Roberto, que fala do atendimento e da legalização de estrangeiros no País. É uma emenda de R\$1,5 milhão, vinculada ao Ministério da Justiça. Não podemos acatá-la em função do senso de prioridade e da necessidade inadiável de darmos apoio ao Ministério da Defesa no que diz respeito a essas outras emendas, como também ao Ministério das Relações Exteriores.

Quanto às outras emendas, houve a plena compreensão de que elas não seriam de abrangência nacional. Há, por exemplo, a do Senador Fernando Matusalém, que trata da segurança pública nos municípios. Não é de abrangência nacional, teria uma limitação para aprovação. As outras estariam plenamente contempladas dentro dessas emendas que apresentei.

Se tivesse que apresentar uma emenda de pavimentação de um determinado aeroporto, não estaria atendendo ao princípio das regras da Comissão de Orçamento, segundo a qual as emendas devem ter uma abrangência nacional. Por essa razão, foram rejeitadas e aprovadas em última instância as Emendas de nºs 1, 4, 5, 12 e 13, sendo que a de nº 6, que é de autoria de V. Ex^a, incorpora-se à Emenda de nº 1, num valor total em R\$62 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão, o parecer do Senador Tião Viana.

A SR^a EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra, a Senadora Emília Fernandes.

A SR^a EMÍLIA FERNANDES – Cumprimento o Senador Tião Viana pelo trabalho que fez, de treze emendas. Sabemos que todos os assuntos são importantes, mas evidentemente as Comissões têm que analisar o critério nacional, a urgência e a prioridade.

Portanto, S. Ex^a fez um relatório com uma análise muito criteriosa, conseguindo atingir as expectativas e as prioridades, pois já há um grande consenso

na nossa Comissão no que se refere à questão do Ministério da Defesa, principalmente no que se refere à questão do Projeto Calha Norte e às demais, incluindo também a questão do Ministério das Relações Exteriores.

Cumprimento o Sr. Relator, e o nosso voto é favorável às emendas por ele apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Bello Parga, que chegou agora, está em discussão o parecer do Senador Tião Viana a respeito das emendas apresentadas a esta Comissão.

V. Ex^a tem aí o parecer e a relação das emendas.

S. Ex^a selecionou cinco das treze apresentadas.

O SR. BELLO PARGA – Eu já tinha conversado com o Senador Tião Viana e, com o aproveitamento da emenda relativa ao Calha Norte, não vejo como me afastar do apoio ao Relator. Favorável, portanto, ao Relator.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, o Senador Tião Viana analisou muito bem as emendas e criteriosamente obedeceu àquelas normas que devem ser seguidas pela Comissão, de emendas de interesse nacional.

Assim, o meu voto é com o Relator.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, sugiro a V. Ex^a, a exemplo do que fizemos hoje na Comissão de Assuntos Sociais, que as emendas possam ser aglutinadas pelo autor. Por exemplo, se existem três emendas, de três autores, mas com o mesmo objetivo, o mesmo sentido, que ela esteja representada por mais de um autor. Isso deve constar em Ata até para que se dê uma resposta ao esforço do parlamentar que sugeriu a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – A Secretaria vai fazer o registro da aglutinação das emendas, como, por exemplo, a de nº 1 e a de nº 6, que têm mais de um autor.

Peço ao Senador Tião Viana, que está na ponta, que faça introduzir os Procuradores no recinto, para darmos início à audiência. (Pausa)

Como sabem os Srs. Senadores, esta audiência foi feita a pedido dos membros do Ministério Público, que, ao tomarem conhecimento do depoimento prestado nesta Comissão pelo Comandante do Exército a respeito dos acontecimentos envolvendo agentes da Inteligência Militar no Pará e inconformados com algumas passagens da exposição, pediram para vir a

esta Comissão apresentar sua versão dos fatos. E para isso estão aqui.

Peço aos Srs. Procuradores que relevem a pequena audiência, a pouca presença dos Senadores. Não se trata de desinteresse ou menosprezo, mas V. S^{as} vieram em um dia difícil, em que estamos às vésperas de apresentação de emendas ao Orçamento, o que mexe muito com os Parlamentares, que têm de encaminhar emendas de interesse dos seus Estados. Além disso, neste momento, há duas Comissões reunidas.

Contudo, acredito que, à medida que o tempo passe, teremos mais público.

Com a palavra, o Dr. Guilherme Schelb.

O SR. GUILHERME SCHEL B – Sr. Presidente, muito obrigado.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite formulado a nós, Procuradores da República, e a oportunidade de vir a esta Casa esclarecer pontos importantes que, lamentavelmente, foram divulgados de forma equivocada e, enfim, quais mereceriam da nossa parte a devida correção.

A atuação do Ministério Público Federal no assim denominado “Caso Araguaia”, envolvendo a busca pelos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia, tem como origem principal – e poderíamos dizer, mais próxima – o comando da Lei Federal nº 9.140, de 1995, que estabeleceu, dentre outras obrigações do Estado brasileiro, o envide de todos os esforços para localização dos desaparecidos políticos naquele período bélico da assim chamada Guerrilha do Araguaia.

Essa Lei 9.140 impunha, portanto, ao Estado obrigação de investigar, de buscar por todos os meios necessários a localização – segundo os dados de que se tem conhecimento – de mais de 60 desaparecidos políticos.

De fato, ainda em 1996, com base nessa Lei, foi feita uma expedição pela Comissão dos Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, presidida pelo Dr. Miguel Reale Júnior, na região sul do Pará, para localização de desaparecidos políticos. Nessa oportunidade, após aproximadamente um mês de investigação, chegou-se à localização de três ossadas. Todavia, a equipe argentina de antropologia forense, contratada para acompanhar os trabalhos da comissão, em relatório profundo e metuculoso, deixou claro que havia a possibilidade de localização de ossadas de mais desaparecidos políticos. Isso, em 1996. Os antropólogos forenses concluíram pela necessidade de uma profunda pesquisa de campo, a ser realizada

com a maior tranqüilidade possível, para que se obtivessem dados que levassem à localização dessas ossadas.

Essas são as conclusões a que a referida comissão do Ministério da Justiça chegou.

Com base nesses elementos e considerando nossa atribuição constitucional, o Ministério Público Federal, através de Procuradores da República em Brasília, São Paulo e Pará, resolveu instaurar inquérito civil, formalmente, para que fosse iniciado um trabalho de campo, tal qual recomendara aquela comissão do Ministério da Justiça, de acordo com os antropólogos forenses argentinos. Assim foi feito. Instaurado o inquérito civil público, de forma reservada – para a própria preservação física da nossa classe, a dos Procuradores –, o Dr. Marlon Alberto Weichert, Dr. Felício de Araújo Pontes Júnior, Dr. Ubiratan Cazetta e eu, Procuradores da República, estivemos pessoalmente no sul do Pará, onde fizemos coleta de depoimentos de dezenas de pessoas, que relataram o que ocorreu naquele período e possíveis locais para identificação de ossadas. Esses trabalhos iniciaram-se em 2 de julho e eram feitos, essencialmente, mediante depoimentos e marcação dos lugares onde deveria ser realizada a possível escavação.

Após alguns dias naquelas localidades, o que pretendíamos fosse reservado quase tornou-se público, porque se trata de regiões muito pequenas. Em São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande, Xambioá ou Palestina, não há mais de cinco mil habitantes – na maior localidade, devem existir menos de 10 mil. Evidentemente, tratava-se da presença de pessoas estranhas, embora, a todo instante, nos apresentássemos como Procuradores da República – não poderíamos fazer uma investigação pública e nos identificar de outro modo. A nossa obrigação era tomar os depoimentos. Muito rapidamente, as próprias comunidades identificaram aquela investigação. Ouvimos cerca de 50 pessoas, tendo cada testemunho durado em média duas a três horas. V. Ex^{as} imaginam a carga de trabalho metuculoso.

No entanto, a nossa finalidade maior dessa reserva inicial das atividades era exatamente preservar-nos. Explicarei o porquê aos Srs. Senadores. Quando iniciamos esse trabalho, os antropólogos forenses já sinalizavam pela necessidade de uma pesquisa de campo calma, sem aparato cinematográfico nem instrumentos policiais, que amedrontariam os moradores. Essa é a razão pela qual os Procuradores foram sozinhos, apenas com seus servidores, realizar reservadamente essa pesquisa de campo.

Durante essa atividade, surgiram alguns temas que nos chamaram muito a atenção. Inúmeras pessoas demonstraram um medo presente de prestar declarações sobre os fatos da guerrilha do Araguaia, apesar de terem passado quase 30 anos e de já existir uma lei, feita pelo Congresso Nacional, ordenando ao Estado a obrigação de localizar esses corpos e de haver uma comissão no Ministério da Justiça incumbida de encontrar os desaparecidos políticos. Parecia-nos evidente a contradição da existência de pessoas com esse receio, que, porém, se tornou cada vez mais patente à medida que descobrimos concretamente indivíduos que estavam naquelas localidades exigindo silêncio dos moradores em relação aos fatos da guerrilha.

Essas pessoas chegaram a ser identificadas pelos Procuradores da República. Tendo esse contato pessoal diretamente com os Procuradores, esses cidadãos disseram ser jornalistas, tendo inclusive apresentado identificação nesse sentido. Mas, imediatamente, foram embora. Esse encontro foi até gravado. Há uma gravação dos Procuradores identificando pessoas desconhecidas, que alegavam ser jornalistas, apresentando, todavia, conduta contraditória e querendo subtrair-se rapidamente à presença dos Procuradores. Então, registramos o carro em que esses indivíduos estavam e concluímos que se tratava de automóvel com chapa fria. Além disso, não havia nenhuma agência de notícias com o nome que nos fora dado por eles – nem jornalistas com aqueles nomes em Marabá.

A partir daquele momento, tivemos que examinar quem eram aquelas pessoas que estavam na região, prejudicando a investigação do Ministério Público e exigindo silêncio dos moradores sobre os fatos para a localização desses desaparecidos políticos. O Ministério Público chegou a uma casa numa localidade residencial em Marabá. Era uma casa sem identificação de qualquer natureza, até porque localizada num quarteirão típico de residências em Marabá. Então, começamos a pesquisar quem morava naquela casa e do que se tratava. De fato, as suspeitas e as informações de algumas pessoas indicavam que era uma casa integrada por militares. Esse dado, porém, não era seguro. Havia, inclusive, da nossa parte, a desconfiança de que poderia ser uma organização paramilitar. Eles alegam ser jornalistas quando interpellados por Procuradores da República, usam automóveis com chapa falsa e a casa não tem vínculo direto com órgão público. Não havia identificação de nada.

Portanto, os Procuradores, diante desse fato, solicitaram uma audiência, na Presidência da República, ao General Alberto Cardoso. V. Ex^{as} têm uma lista cronológica dos eventos e verificarão que o encontro com esses “jornalistas” ocorreu em 13 de julho. Em 16 de julho, três dias depois, já estávamos com o General Cardoso, na Presidência da República, relatando esses fatos e indagando que casa era aquela e quem eram as pessoas que se estavam colocando no caminho de uma investigação de interesse público, realizada pelo Ministério Público. Pedimos, com a maior urgência, que essa situação fosse examinada, porque não nos sentíamos à vontade, mesmo porque não tínhamos sequer proteção pessoal para continuar um trabalho na existência daquelas pessoas – especialmente se fossem militares –, que estavam agindo contra a nossa investigação, a investigação do Ministério Público. Quando nos deparamos com essa informação – e sabíamos que havia um escritório da Abin em Marabá –, fomos diretamente ao Palácio do Planalto para conversar com o General Cardoso e esclarecer esses fatos. Isso ocorreu em 16 de julho.

Em 19 de julho, nós, os Procuradores, encontramos uma testemunha em São Geraldo do Araguaia que portava um revólver calibre 38, munição e um porte de arma federal falso. Ao ser tomado o seu termo de depoimento, essa testemunha afirmou categoricamente: “Recebi de umas pessoas que vieram de Brasília, não fui só eu – recebemos eu e outros civis da região”. Já se passara mais de uma semana em relação à reunião anterior na Presidência da República e parecia-nos mais do que necessário tomar uma atitude no plano da nossa função. O Ministério Público, quando se depara com situações dessa natureza, deve ir ao Judiciário e pleitear judicialmente a defesa das suas atribuições.

O Dr. Marlon Alberto Weichert poderia continuar a disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. S^a encerrou a sua parte?

O SR. GUILHERME SCHELB – Sim, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Dr. Marlon Alberto Weichert.

O SR. MARLON ALBERTO WEICHERT – Continuando a explanação do Dr. Guilherme, é interessante que havia um quadro então montado para os Procuradores e, a posteriori, pode parecer uma interpretação tranqüila, mas não era tão simples. Havia agentes que visitavam ex-guias. Talvez seja importante dizer o que significa ex-guia: trata-se de um morador da região que, voluntária ou compulsoriamente,

trabalhou para as Forças Armadas no combate à guerrilha do Araguaia, caminhando no mato – como eles falam – e tentando localizar onde seriam eventualmente os acampamentos dos guerrilheiros. Essas pessoas alegaram que recebiam visitas de suporte dos agentes militares, que cobravam silêncio e, coincidentemente, forneciam alimentos, presentes, munição, armas e porte de armas.

Tínhamos ido ao Diretor da Agência Brasileira de Informação, pedindo esclarecimentos sobre se aquela era realmente uma atuação oficial. Não tínhamos resposta. Diante do imobilismo e da manutenção daquela situação com o comprometimento inclusive da nossa investigação ou a adoção de uma medida transparente que revelasse de plano o que seria aquilo, optamos por essa alternativa, que foi a proposição de uma medida judicial, uma ação cautelar para que houvesse a exibição de documentos do que havia naquela casa, por aquelas pessoas que apenas tinham sido identificadas pela alcunha Adriano de tal, Flávio de tal, nomes que eles haviam fornecido naquele encontro em Brejo Grande.

Então, propôs-se uma medida judicial na Justiça Federal de Marabá e o juiz houve por bem conceder liminar. Se – digamos – se pedir por favor e se não se tratar de oficial de justiça e não for atendida a ordem do juiz, ela se transforma automaticamente numa medida de busca e apreensão, que é, por natureza, uma medida drástica. Os Procuradores da República reconhecem isso. É uma medida de última caso, mas automática, prevista no Código de Processo Civil. E assim foi feito. Dois oficiais de Justiça, dois delegados da Polícia Federal, oito agentes da Polícia Federal, requisitados pelo juiz para fazer a escolha aos oficiais de justiça, os quais presidem a operação, dois Procuradores da República e quatro servidores do Ministério Público, que tomaram a cautela previamente acertada de filmar a operação, a qual, sabidamente, via de regra, deixa mazelas, por ser, pela sua natureza, uma medida de força. E assim se fez. Houve um cumprimento bem cedo, na manhã do dia 25 de julho, às sete horas da manhã, pelos oficiais de justiça. E a versão que exponho aqui não é a dos Procuradores da República. São fatos que estão certificados nos autos da ação judicial pelo oficial de justiça e que estão filmados por duas câmaras levadas pelo próprio Ministério Público Federal e tudo isso já está juntado ao processo. Vou pedir-lhes a liberdade de dizer que não poderemos ser ricos em detalhes sobre essa execução, porque o processo está hoje sob secreto de justiça. Aquela época, não o estava. Não havia decisão decretando secreto de justiça. Pelo contrário, o juiz, expressamente, não tinha deferido a con-

cessão de secreto de justiça. Isso veio a ocorrer apenas muito tardiamente pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O cumprimento feito pelos oficiais de justiça, pela Polícia Federal e pela Procuradoria da República foi absolutamente tranquilo, o que está fartamente comprovado, exceto por um único contratempo: bem ao término da operação, uma pessoa compareceu ao local, disse que era tenente e perguntou o que os oficiais faziam lá, o que foi esclarecido, e, então, ele repreendeu o soldado que era o vigilante daquela casa, no sentido que tinha ordem para atirar nos oficiais de justiça. Havia a ordem de repelir, de forma contundente, qualquer pessoa que entrasse sem ser convidada na casa. Houve, então, esse registro pelo próprio oficial de justiça na sua certidão e esse tenente não se identificou aos oficiais, nem aos Procuradores da República.

Mas o que é importante é que – e aí entra o motivo da nossa convocação talvez – algumas versões, inclusive, foram levadas ao conhecimento da Justiça Federal e do próprio Ministério Público no sentido de que, nessa operação, muros teriam sido saltados; o vigilante teria sido detido; não teria sido apresentado o mandado de intimação para exibição e a busca e apreensão; o vigilante teria sido coagido violentamente com uma arma de fogo apontada para a sua cabeça; naquele imóvel, não havia nenhum documento relevante; e a Imprensa teria acompanhado as operações do Ministério Público. E esse é um ponto muito importante, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores. Isso tudo só pode ser fruto de absoluta falta de informação. Isso tudo é absolutamente inverdade. E isso é uma coisa que está muito clara e é muito cara para os Procuradores da República, que sempre pautaram a sua atuação pela legalidade, transparência e publicidade nos autos do processo judicial. Todas as provas carregadas aos autos demonstram que, pelo contrário, a operação foi judicializada, filmada; está certificada e comprova que foi absolutamente tranquila.

Nesse sentido, parece-nos que se criou uma certa confusão em torno dessa operação. Na verdade, ela é eminentemente instrumental para a obtenção de dados e para a continuidade do trabalho do Ministério Público. Já se transcorreram praticamente três meses, e esse tem sido o assunto mantido à tona, a nosso ver, de uma forma que não conduz a nenhum resultado, até mesmo por não ser e nunca ter sido propósito do Ministério Público Federal e desses Procuradores da República qualquer forma de confronto ou de criação de uma situação de fato

que pudesse revelar uma intenção de invasão de um prédio público.

Não havia nenhuma identificação naquele prédio. Não havia nenhuma confirmação da sua finalidade, mas apenas a notícia de que servia de base para algumas pessoas não identificadas que atuavam naquela região já tão complicada. O importante disso tudo – talvez este seja um momento para colocarmos isso – é revelar um pouco do que é relevante para esse processo, já que a questão dessa busca e apreensão que foi realizada, a nosso ver, é algo absolutamente instrumental, queríamos resgatar um pouco do que é o relevante nessa atuação.

Para isso, vou passar a palavra para o Dr. Felício Pontes Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Dr. Felício Pontes Júnior.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Para fechar essa rápida exposição, com a finalidade de ficarmos à disposição dos Senhores, eu só gostaria que ficasse bem claro o ponto nodal da nossa intervenção.

Esse inquérito civil público, que não era criminal, não tinha nenhuma intenção de revanchismo político, nem poderia ter, porque a Lei da Anistia não permite nenhuma reparação criminal desses eventos, apesar de elevadas opiniões em contrário, tem como ponto central da nossa investigação o sentido humanitário, para que essas pessoas, essas famílias que nos buscaram, pudessem chorar os seus mortos, enfim, para que pudéssemos entregar essas ossadas. Esse era o nosso objetivo final.

Tanto assim que, a partir do momento em que conseguimos aqueles depoimentos que nos davam as indicações dos lugares onde essas pessoas possivelmente estariam enterradas, fizemos com que esses documentos chegassem às mãos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que, neste momento, está na região e obteve essa informação há um mês mais ou menos.

A Comissão está não só fazendo a sua investigação, como também checando informações que lhes repassamos. Isso é extremamente importante, para saber que, em nenhum momento, havia qualquer possibilidade de uma intervenção exclusiva do Ministério Público Federal. Muito pelo contrário, queríamos que fosse difundido entre os órgãos responsáveis por esse caso, para que eles pudessem ir fundo nessas investigações e terminassem, de uma vez por todas, esse episódio da História do Brasil, com o co-

nhecimento por parte da sociedade de tudo que se passou lá.

Mas o que nos chamou a atenção – e apelo à sensibilidade dos Srs. Senadores – para o fato de que tanto sofreram aqueles guerrilheiros mortos cujos familiares receberam indenização, quanto às pessoas que viveram na região. Esse é um dado novo aqui. Aquelas pessoas moradoras da região, aqueles caboclos do sul do Pará, também foram torturados, tiveram suas casas e plantações incendiadas.

Aliás, esse foi exatamente o ponto que fez com que a guerrilha fosse debelada, porque, como os guerrilheiros estavam no mato, eles tinham apoio de alimentação nessas casas desses caboclos que os ajudavam naturalmente. Quem conhece bem a Amazônia – o Senador Gilberto Mestrinho sabe melhor do que qualquer um de nós aqui – sabe do espírito e da solidariedade do povo da região.

Foi na hora em que o Exército colocou fogo nessas casas, torturou alguns pais de família, a guerrilha conseguiu ser debelada, porque os guerrilheiros não tinham mais o alimento para poder continuar na mata. Qual é o nosso objetivo neste momento? É fazer com que o Executivo Federal também conceda indenização a essas pessoas, a essas famílias que sofreram tanto quanto os guerrilheiros, que foram os únicos que tiveram leis próprias para que a sua indenização fosse concedida. Nesse sentido é que estamos trabalhando hoje.

O fim humanitário é fazer com que o Governo Federal reconheça nesse povo da Amazônia o sofrimento pelo que passou em virtude da ação militar no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia.

Encerramos e ficamos à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento a mais.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Está franqueada a palavra a quem desejar fazer perguntas aos Procuradores.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, Srs. Procuradores, entendo que há uma desinformação muito grande sobre o episódio.

A missão dos Procuradores – foi dito aqui – era apenas cumprir uma lei que dava direito às famílias das vítimas da guerrilha de poderem chorar os seus mortos e colocá-los em uma sepultura, para poderem pelo menos saber onde estavam. E criou-se todo um clima de guerra, de incompreensão e até de risco que os senhores correram até pela incompreensão local

de certas pessoas que não entenderam a finalidade da presença dos senhores da região.

Dáí, tenho somente a elogiar o trabalho e dizer que o importante é exatamente buscar sempre trabalhar com transparência, dentro da legalidade, procurando fazer aquilo que é fundamental, ou seja, a defesa da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, meu posicionamento é no praticamente no mesmo sentido.

Os esclarecimentos foram precisos, mas quero felicitar os Srs. Procuradores. De modo especial, na atual fase da vida brasileira, quando se fala em tantos setores, com tantas crises, há um grupo de homens que merecem o respeito da Nação, que são os Procuradores da República. Embora eu não diga o mesmo do Procurador-Geral, mas eles não têm culpa. Se dependesse deles, o Procurador-Geral seria outro.

A atuação deles vem sendo de tal competência e seriedade que, às vezes, envolvendo casos como esse, os Procuradores não são políticos e, ao que me consta, não têm nenhuma preocupação de preparar caminho para a carreira política e fazer o que fizeram foi mais do que o cumprimento do dever, foi um risco calculado naquilo que entendem deva ser a sua missão.

Tenho acompanhado o trabalho dos Procuradores e sei que há muito eles incomodam. O Presidente da República queria enviar para cá, na tentativa de calar suas bocas, a proibição de que pudessem falar em qualquer tipo de processo que tivesse andamento na justiça. A justiça já não julga e não decide. Pelo menos, a opinião pública tem a oportunidade de tomar conhecimento, pelas denúncias dos Procuradores e das manchetes de jornais, dos fatos que estão acontecendo. Se isso fosse impedido, praticamente viveríamos em um regime de silêncio total e absoluto.

Graças a Deus, o Senado reagiu e o Governo recuou naquele célebre projeto tampão. Vejo mais uma vez um trabalho que me emociona desses rapazes e moças que têm um objetivo: cumprir o seu papel.

No Brasil de hoje, se todos os segmentos fizessem a sua parte, como fazem os procuradores, este não seria o País da impunidade; este seria um País em que haveria justiça, e a justiça funcionaria.

Lamentavelmente, em vez de abrirem-se as portas e facilitar os caminhos para que eles possam agir, dificulta-se de todas as maneiras. E mesmo quando chegam ao fim da etapa com provas concre-

tas, dormem na gaveta do procurador ou até na de algum tribunal.

Por isso, trago as minhas felicitações e o meu profundo respeito aos Srs. Procuradores.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) -- Indago se algum dos Srs. Senadores deseja se manifestar ou se algum dos Srs. Procuradores deseja acrescentar algo às explanações que fizeram.

Portanto, da mesma forma como fizeram os Senadores Gilberto Mestrinho e Pedro Simon, só me resta congratular com os representantes do Ministério Público pela exposição serena que fizeram, evitando agredir instituições que precisam e devem ser preservadas também. Podem até errar pelos seus agentes ou pelos seus dirigentes, mas, enquanto instituições, são indispensáveis à sobrevivência do País.

Tal como fez o Senador Pedro Simon, quero prestar aqui a minha homenagem ao Ministério Público, pois é graças à atuação de seus membros, principalmente a dos mais jovens, que o País está mudando. A secular impunidade, principalmente a dos poderosos, está começando a desaparecer.

Tenho dito sempre que o Brasil só será realmente o País do qual poderemos nos orgulhar se, ao ser delido um carro por um humilde guarda de trânsito, o cidadão ao volante perguntar: "Sabe com quem está falando?" E o guarda de trânsito, tranqüilamente, sem se alterar, responder-lhe: "Sei. Estou falando com um infrator da lei" e aplicar-lhe a multa. Aí o Brasil será realmente um País desenvolvido.

Muito obrigado, Srs. Procuradores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h27min.)

Ata da trigésima Reunião da Terceira sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e hum às doze horas

Às doze horas do dia vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: Iris Rezende, Pedro Piva, João Alberto Souza, Emília Fernandes, Roberto Saturnino, Hugo Napoleão, Jorge Bonhausen, Bernardo Cabral,

Lúdio Coelho, Romeu Tuma, Geraldo Cândido, Geraldo Melo, José Coelho, José Sarney, Tião Viana, Mauro Miranda, Fernando Matusalém, Gilberto Mestrinho, Sérgio Machado, Valmir Amaral, Artur da Távola, Bello Parga, Eduardo Suplicy, Luiz Otávio e Pedro Simon. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e afirma que esta sessão extraordinária destina-se, exclusivamente, à apreciação da Mensagem nº 214, de 2001, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ângelo Andrea Matarazzo, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana”. Relator: Senador Pedro Piva, cujo parecer já havia sido lido durante a reunião do dia nove de outubro de dois mil e hum. Na seqüência, o Senhor Presidente levanta uma discussão a respeito do caráter secreto das reuniões que apreciam nomes de Embaixadores, convidando os Senhores Senadores presentes para exporem suas opiniões pautadas no artigo 52, incisos II e IV da Constituição Federal. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Pedro Piva, Hugo Napoleão, Artur da Távola, Bernardo Cabral, José Sarney, Gilberto Mestrinho, Geraldo Melo e Tião Viana. A decisão, por consenso, é por que a sessão da comissão permaneça aberta em caráter público até o final da exposição do indicado, passando a ser secreta para serem realizadas a arguição e a votação. O Senhor Senador Bernardo Cabral, pela ordem, faz uso da palavra manifestando uma preliminar jurídica no que condiz à Mensagem nº 214 de 2001, que está em discussão. Em seguida, o Senhor Presidente declara secreta a reunião. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente comunica a apreciação do nome do Senhor Andrea Matarazzo para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana. A matéria será encaminhada ao Plenário com urgência a pedido do Senhor Senador Pedro Piva. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador . – **Jefferson Péres**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Srs. Senadores, esta sessão extraordinária foi convocada apenas para apreciar a indicação do Sr. Andrea Matarazzo para o cargo de Embaixador do Brasil na Itália. O parecer já foi lido pelo Relator, Senador Pedro Piva. Antes de dar prosseguimento aos

trabalhos, eu gostaria de submeter aos presentes uma questão de procedimento, levantada na penúltima sessão pelo Senador Geraldo Melo, a respeito do caráter secreto das reuniões que apreciam nomes de embaixadores.

Quando assumi a Presidência, a praxe era que a sessão só se tornasse secreta a partir da exposição do indicado. No entanto, eu entendia, como entende o Senador Geraldo Melo, que, nos termos da Constituição, art. 52, inciso IV, toda a sessão deve ser secreta. De forma que eu gostaria de ouvir os presentes para tomar uma decisão, que ficará como jurisprudência daqui para frente.

Está franqueada a palavra. Não quero tomar essa decisão sozinho.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, as reuniões aqui já se alternaram. Foram secretas no tempo do Presidente Sarney, deixaram de ser com o Presidente Antonio Carlos Magalhães, mas pelo menos uma parte das sessões era aberta.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Vinha sendo assim.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, penso que é justo que a reunião não fique tão secreta, que seja verificada pelos outros presentes, que eles tenham acesso a pelo menos uma parte da reunião, para que formem inclusive o seu juízo de valor sobre o candidato a ser escolhido. Não há por que a sessão ser inteiramente secreta. Penso que só quando for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Continuará sendo parcialmente secreta a partir da exposição do indicado. É isso? A exposição do indicado sempre foi secreta.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, deveria ser como era no tempo do Presidente Sarney, que orientava dessa maneira. Como sou um fiel discípulo, sou pela orientação e pela condução que fazia o Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Hugo Napoleão,

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, sou ortodoxo nessa matéria. A *ratio* constitucional indica, aliás, desde os tempos históricos de funcionamento do Senado, que a reunião seja secreta, e, assim, entende-se toda a sessão. De modo que eu, em tendo que opinar, opino dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, fui o autor, há vários anos, no tempo da Presidência do

Senador Antonio Carlos, da idéia do televisoramento das sessões e eu gostaria de defendê-la.

Houve uma mudança profunda nos modos de o Senado comunicar-se com a população. Daquela forma gráfica tradicional, hoje temos a forma eletrônica, que é um formato de grande alcance.

Da minha experiência no Senado, raras atividades do Senado têm o nível, a elevação e a importância desses depoimentos. Parto do seguinte princípio: por que privar o público de um contato com funcionários públicos, no caso do Itamaraty, os mais competentes, com análises sobre conjuntura internacional. Não vejo razão para que esse aspecto criativo e didático, inclusive, da atividade política seja oculto da população. É lógico que quando houver, por iniciativa de algum Senador ou do próprio sabatinado, uma sugestão, tendo em vista a matéria de natureza estratégica – e nesse sentido a diplomacia é extremamente hábil para sabê-lo, igualmente a qualidade dos membros da Comissão – a reunião ficaria secreta. Por essa razão, volto a defender o fato de que houve uma evolução no sentido da comunicação do Senado para o meio eletrônico, o meio digital, e a população que acompanha pela TV Senado, estudantes, pessoas ligadas à atividade política, formadores de opinião, só tem a ganhar com a visualização pública desse tipo de matéria, e até mesmo, a meu juízo, a sabatina, sempre ressalvada, como disse, a proposta de qualquer senador – ou do próprio palestrante, quando se tratar de matéria de natureza estratégica – de que ela seja secreta.

Deixo essa sugestão também à Mesa, para ponderação dos meus Pares nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Artur da Távola, a arguição tem de ser secreta, a Constituição é imperativa nesse caso. Até aqui sempre foi secreta, e nem poderia ser de outra maneira.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Presidente, houve um tempo em que não foi.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – A arguição?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Então, estavam descumprindo a Constituição.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Possivelmente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Se fosse ao menos regimental, talvez pudesse ser, mas descumprir a Constituição nunca.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – No tempo do Senador Sarney foi respeitado completamente esse item relativo à arguição, e ficou aberta a parte da ex-

posição, mas ao tempo do Senador Antonio Carlos Magalhães ficou assente – e não foi iniciativa de S. Ex^a – fazê-lo na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador José Sarney.

O Senador Cabral quer usar da palavra?

O SR. BERNARDO CABRAL – Presidente, queria, sucedendo as considerações do eminente Senador Artur da Távola, dividir o meu pensamento em duas partes. A arguição, inapelavelmente, deverá ser secreta.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Incluindo a exposição?

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, isso que quero explicar.

Será inapelavelmente secreta a arguição. Agora, sobre a exposição, a Constituição não fala que rigorosamente que deva ser secreta, porque pode conter, às vezes, dados altamente enriquecedores para o público.

Fizemos isso nessa inauguração, quando o Embaixador João Carlos Souza Gomes foi indicado para a Embaixada do Brasil na Costa Rica, a partir daí seguimos trabalhando com uma reunião que começava com a exposição e em seguida se transformava em secreta para a arguição, a não ser quando, logo na exposição, a matéria fosse secreta, nesse caso a reunião toda seria secreta.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Permita-me interromper, ou se o próprio embaixador entender que vai fornecer uma informação sigilosa.

O SR. BERNARDO CABRAL – Exatamente. Queria apenas lembrar esse ponto, seguindo a linha do Senador Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY – Sr. Presidente, vou apenas dar uma informação sobre os procedimentos da Comissão.

A Constituição, não tenho dúvida, diz que a sessão deve ser secreta, quer dizer, não temos condição de modificá-la, e desde que isso seja alegado...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – A Constituição não diz propriamente sessão secreta, mas sim, voto secreto em arguição secreta.

O SR. JOSÉ SARNEY – O texto diz sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Parece-me que não. É arguição em sessão secreta.

O SR. JOSÉ SARNEY – Explicarei, Sr. Presidente.

Sempre no Senado, ao longo de todos os anos que aqui estou, as reuniões foram secretas. Fui duas vezes Presidente desta Comissão, na primeira vez adotamos o procedimento – a vida inteira do Senado – de cumprir a Constituição; o Presidente que me sucedeu adotou uma providência diferente, e as reuniões passaram a ser abertas.

Quando, pela segunda vez, assumi a Presidência da Comissão, quis compatibilizar a interpretação constitucional com os procedimentos já adotados pela Comissão. Para isso, considerei que a parte escrita trazida pelo embaixadores, que depois era publicada pela Revista da Comissão, não gerava motivos para ser lida em uma reunião secreta, considerado essa fase da reunião como não sendo aquela que a Constituição determina que tem que ser secreta. Isso não impede, de nenhuma maneira, que na Comissão, ao tornar-se a reunião secreta, o embaixador seja submetido a todas as indagações e que faça nova exposição; apenas estamos lhe dando a oportunidade, na parte pública da reunião, de trazer informações que não são de nenhuma maneira sigilosas e nem colocam em dificuldade qualquer assunto que diga respeito a sua indicação.

Então, essa parte consideramos como pública, a reunião propriamente dita ainda não teria começado, a partir do momento em que termina a exposição, esta, pública, aí a sessão se torna secreta e cumprimos com a Constituição. Foi uma fórmula para compatibilizar essas duas fases, porque na primeira fase não tínhamos transmissão pela televisão, não tínhamos problema de o público ter acesso às informações sobre o País. A Constituição Federal é sábia quando diz que deve ser secreta; ela recomenda que sejam secretas todas as indicações que têm caráter pessoal, visto que implicam medida de valor sobre as pessoas. Nesta Comissão ainda mais, sobre fatos que dizem respeito à política externa, muitos deles que não podem ser levados a público. Apenas para uma informação a V. Ex^a, foi essa a providência adotada. Essa parte que o embaixador fala é publicada nos jornais, na revista da Casa, ela não pertence exatamente àquele início da sessão que a Constituição determina que é secreta.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Os eminentes Senadores Bernardo Cabral e José Sarney entendem que a sessão deve ser aberta até a exposição do indicado inclusive, passando a secreta... Não?

O SR. JOSÉ SARNEY – Não, a sessão é secreta até aquele momento...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Senador Bernardo Cabral apreço que tem outro entendimento.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, quero, em nível constitucional, dizer o seguinte: a Constituição Federal declara que terá de ser aprovado previamente por voto secreto após arguição pública Magistrado, Ministro de Tribunal de Contas, Governador de Território, Presidente e Diretor do Banco Central, Procurador-Geral da República, titular de outros cargos. Esta é uma arguição pública, mas quando se trata de Chefe de Missão Diplomática diz-se por voto secreto em arguição secreta. É a exceção que se faz. Mas a arguição secreta não...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Arguição em sessão secreta.

O SR. BERNARDO CABRAL – Mas é o que estou dizendo, a arguição em sessão secreta não exclui aquela parte expositiva que o embaixador traz tantas vezes por escrito e a que o iminente Senador José Sarney quando Presidente se referia porque não há como... A não ser que o próprio embaixador de pronto, sem mostrar nenhum papel por escrito, que não será publicado depois – já tivemos aqui situações dessas – peça desde logo que sua exposição seja secreta. Digo isso, Sr. Presidente, porque o telespectador se beneficiará muito de uma exposição que pode ser rica sem conter dados secretos. A partir daí, sim, a arguição deve ser secreta. É a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Continua em discussão a matéria. Do contrário vou submeter a voto os dois entendimentos. O Senador Bernardo Cabral entende que a exposição deve ser feita também em sessão aberta e apenas a arguição posterior em sessão secreta. A opinião do Senador José Sarney difere da do Senador Bernardo Cabral.

O SR. JOSÉ SARNEY – É uma filigrana udenista. É que a exposição por escrito não pertence ao corpo da sessão. Trata-se de uma informação que o embaixador traz à comissão e que pode ser tornada pública.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Acredito que a proposta do Senador Bernardo Cabral tem toda a procedência. O Senador José Sarney declarou que a exposição é objeto de publicação, de divulgação e de conhecimento geral. Como disse o Senador Artur da

Távola, ele traz um elemento elucidativo para a sociedade se televisionado ou se transmitido pelo rádio, etc. Assim, voto favoravelmente à proposta do Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Senador Gilberto Mestrinho acompanha o entendimento do Senador Bernardo Cabral.

Senador Geraldo Melo, que está chegando e é membro titular desta Comissão e foi quem levantou o assunto em sessão passada: estamos discutindo se, nos termos da Constituição Federal, toda a sessão deve ser secreta, ou pelo menos a exposição do indicado, ou se será secreta apenas a arguição. É esse o tema em discussão. Gostaria de ouvir seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, agradeço a deferência de V. Ex^a que certamente é feita em atenção ao fato de que abordei essa questão em reunião anterior da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A minha convicção é de que não há o que se discutir, em face da literalidade do texto da Constituição. O inciso IV do art. 52 está redigido da seguinte maneira: “Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.” Após a arguição em sessão secreta – o texto constitucional diz que o que é secreto é a sessão, e não a arguição. A arguição se faz dentro de uma sessão secreta. O texto é “arguição em sessão secreta”. Esse é o entendimento que deriva da simples leitura do texto constitucional. Evidentemente, não tenho autoridade jurídica. Não ouvi a opinião do eminente Senador Bernardo Cabral, a quem, não só pela sua condição de relator da Constituição, mas pela sua autoridade de jurista, rendo minhas homenagens. Mas não vejo como me convencer de forma diferente, uma vez que o texto diz com absoluta clareza: “...após arguição em sessão secreta”, não é após arguição secreta em sessão da comissão. Não é a arguição que é secreta, é a sessão que é secreta. É o que diz o texto. É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, penso que quem chegou depois da fala do Senador José Sarney possivelmente não tenha ainda todos os dados de informação. Tenho impressão de que não há mais contradição entre o que disse o Senador José Sarney e o que disse o Senador Bernardo Cabral. O Senador José Sarney disse, com muita clareza, que a

parte expositiva é como se fosse uma introdução à sessão. Nesse sentido, ela pode ser aberta, porque é uma informação geral. Dali em diante, tudo o mais será secreto. Isso tem absoluta consonância com a posição do Senador Bernardo Cabral. Salvo melhor juízo, não creio nem que seja o caso de votação, porque penso que é a opinião da maioria. Poderíamos entrar logo no assunto, se V. Ex^a estiver de acordo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, peço permissão para acrescentar uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, além de ter sido sempre secreta a sessão, além do texto constitucional a que acabo de me referir, sabemos todos que a discussão de política externa não necessariamente, mas eventualmente, envolve aspectos sensíveis das relações do nosso País com outras nações. Não seria de se admirar que, se a exposição de um candidato a embaixador fosse feita em sessão secreta, ela permitisse ao embaixador abordar aspectos sensíveis das relações do Brasil com outras nações que, numa sessão pública, seguramente não poderiam ser abordados. Talvez seja por isso que a Constituição, sabiamente, recomendou que a sessão fosse secreta.

Essa é uma opinião que respeita inteiramente as opiniões mais abalizadas que possam ter sido dadas. De forma alguma eu divergiria do Senador José Sarney nem de uma autoridade como o Senador Bernardo Cabral. Realmente, no caso específico da Embaixada da Itália, não penso que haja nenhum aspecto relevante que seja sensível e que, portanto, requeira...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concluiu, Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO – Concluí, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Parece-me que se tornou consensual que a sessão será aberta até à exposição. Correto?

O SR. JOSÉ SARNEY – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – E secreta a arguição.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Designo os Senadores Bernardo Cabral e Pedro Simon para introduzirem no recinto o indicado, Sr. Andrea Matarazzo.

(Pausa.)

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pela ordem, o Senador Bernardo Cabral tem a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, na última reunião pedi vista, o que foi exaustivamente explorado em sentido contrário, para me manifestar em uma preliminar jurídica. Eu gostaria de fazê-lo antes da exposição, pedindo que fosse distribuída a cada colega – primeiramente, a V. Exª – a preliminar que levanto. Peço que a distribuam aos integrantes da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – V. Exª vai usar da palavra ou apenas pediu que seja distribuído o material?

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, vou usar da palavra para sustentar a minha preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pela ordem, Senador Bernardo Cabral, V. Exª tem a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu gostaria de fazer chegar ao Senador Pedro Simon...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – A palavra está com o Senador Bernardo Cabral, pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – É que não tenho como não me retirar, Sr. Presidente. Assim, eu gostaria de saber se eu poderia deixar o meu voto favorável à indicação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Se V. Exª quiser, nada o impede.

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Iris Rezende, V. Exª pede permissão para falar? (Pausa.) Senador Bernardo Cabral, V. Exª pode continuar.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, Senador Jefferson Péres, eminentes colegas, esta é a preliminar que levanto e peço aos eminentes Senadores que, na medida da possibilidade, a acompanhem.

O Direito Público se divide em duas partes fundamentais: Direito Público externo e o Direito Público interno. A disciplina básica de Direito Público interno é o Direito Constitucional, que fixa as normas fundamentais da organização jurídica. Nesse passo, é fácil comprovar que a nossa Constituição impõe sejam alguns cargos privativos de brasileiros natos.

Segundo a lição de Pontes de Miranda:

“A *ratio legis* está em que seria perigoso que interesses estranhos ao Brasil fizessem alguém natura-

lizar-se brasileiro para que, em verdade, os representasse”.

Nessa linha, a Constituição Federal de 1988 consagra que entre os cargos privativos de brasileiros natos estão os da carreira diplomática (art. 12, § 3º, inciso V), de toda a carreira diplomática, e não apenas o de Ministro de Primeira Classe.

Ainda nessa mesma linha, a *mens constitutiones* aponta que mesmo brasileiro naturalizado que haja, como decorrência de princípio de Direito Internacional, aberto mão da sua anterior nacionalidade para aderir à brasileira não poderá ocupar cargo da carreira diplomática.

As situações de dupla nacionalidade por polipatridia, na Constituição Federal, art. 12, § 4º, inciso II, são favores aos súditos brasileiros e dependem sempre de ato comissivo desse brasileiro, que deverá requerer, alegar e provar o direito à nacionalidade originária alienígena, sob amparo da alínea “a” do inciso II do § 4º do art. 12. Essa cumulação de “brasileiro nato” mais “estrangeiro nato” é excepcional.

Pela linha óbvia, estando o estrangeiro que haja abdicado de sua anterior nacionalidade para exercer apenas e exclusivamente a brasileira impedido constitucionalmente de acessar os cargos da carreira diplomática, tanto mais estaria aquele brasileiro que, embora amparado em prescrição constitucional, desfrute de dupla nacionalidade. O conflito é óbvio. O zelo com que a Constituição Federal de 1988 travou a questão está refletido na própria exigência de sessão secreta para a oitiva de candidato à chefia de missão diplomática permanente (art. 2º, inc. IV).

A representação do Brasil no exterior exige do titular da função absoluta dedicação à causa brasileira e que esteja a salvo de qualquer conflito, mormente pessoal, sobre os interesses e causas que deva proteger e patrocinar no estrangeiro. O polipátrida não tem essa condição, porque: a) optou pela dupla nacionalidade, o que revela o desejo de desfrutar, também, de outra condição nacional; b) a dupla nacionalidade, com relação à carreira diplomática, é mais grave do que a condição do brasileiro naturalizado, dado notória e presente situação conflitiva; c) o polipátrida, com especial relevo para a condição de chefe de missão diplomática permanente no país cuja nacionalidade originária o beneficia, estará, a todo o tempo, consciente ou inconscientemente, em conflito sobre os interesses que deva proteger, o que de modo algum recomenda essa investidura. É tão claro o texto constitucional nos dispositivos citados que não comporta este qualquer interpretação ou exercício meramente literário.

Tenho para mim, por consequência, a inteira incompatibilidade entre as duas situações: a polipatri-dia e a chefia diplomática permanente do Brasil no es-trangeiro, mormente se se tratar de legação sediada no estrangeiro de quem o pretenso embaixador brasi-leiro também seja súdito.

Ora, o indicado, conforme suas próprias decla-rações amplamente divulgadas pela imprensa, tem também a nacionalidade italiana. Embora a Emenda Constitucional de Revisão nº 3/1994 possibilite a du-pla nacionalidade em casos semelhantes, pergun-to-me se será compatível a dupla nacionalidade com a função de Embaixador do Brasil, em particular por ter a nacionalidade do país onde o Executivo preten-de que represente os interesses brasileiros. Como um nacional sujeito às leis italianas poderá defender com isenção os interesses brasileiros? Outra pergunta ca-bível é sobre o conflito de lealdade. Como se posicio-naria o indicado diante de um conflito de interesses entre Brasil e Itália na OCDE e na OMC?

Por outro lado, há a questão de privilégios e imu-nidades. Desde os tempos da diplomacia veneziana se reconhece aos embaixadores e agentes diplomá-ticos imunidade para que não sejam submetidos às leis do país onde exercem suas funções, uma vez que não são seus nacionais.

A Convenção de Viena, sobre relações diplomá-ticas, estabelece, em seu art. 8º, § 2º: “Os membros do pessoal diplomático da missão não poderão ser nomeados dentre pessoas que tenham a nacionalida-de do Estado acreditado, exceto com consentimento do referido Estado, que poderá retirá-lo em qualquer momento.” Ademais, o art. 38 da Convenção de Viena estabelece que o agente diplomático, seja nacional do país que o recebe, país acreditado, ou que nele te-nha residência permanente, gozará da imunidade de jurisdição e de inviolabilidade apenas quanto aos atos oficiais no desempenho de suas funções.

A esfera pessoal do agente diplomático perma-nece, portanto, sem imunidade. Conseqüentemente, ficará sujeito às normas penais, civis e administrati-vas do país acreditado, conforme preleciona o Embai-xador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva em sua festejada obra “Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas”, às fls. 229. Assim, é de se imaginar também que a própria inviolabilidade e imunidade de jurisdição do Embaixador do Brasil, que são prerro-gativas do Estado brasileiro, possam já ser colocadas em questão com a Itália, já que a Itália, como Estado acreditado, não é obrigada a concedê-la a um de seus nacionais.

Tenho um trabalho aqui, num livro de minha au-toria, segunda edição, de 1980, que trata do problema do **jus sanguinis** e do **jus solis**. Ninguém discute, nem pode discutir, que o eminente indicado, em virtu-de de ter nascido no Brasil, possui nacionalidade ori-ginária. Ele é brasileiro nato, ele preenche os requis-i-tos que a Constituição exige. A sua indicação foi feita pela forma constitucional, nada a opor. A única cir-cunstância entre o **jus sanguinis** e o **jus solis** é esta declaração publicada pelo Ministro Andrea Matarazzo no jornal **O Globo**, página 10, Primeiro Caderno, de 16 de outubro: “Indicado pelo Presidente Fernando Henrique para ser Embaixador do Brasil em Roma, Matarazzo pretende entregar seu passaporte italiano assim que assumir o posto no exterior”. Af está sua declaração.

Se há dupla nacionalidade, se ele preenche os requisitos e, à vista deste precedente, claro, se a sua afirmativa for procedente, suscito a seguinte prelimi-nar: o indicado deverá dirigir-se agora a esta Comis-são, declarando expressamente que estará encami-nhando expediente à Embaixada da Itália abdicando da cidadania adquirida por descendência. Não basta apenas a entrega do seu passaporte. Esta é minha preliminar. Se ela for superada, se for aqui decidido por essa abdicação, que é o que envolve a questão constitucional levantada, entendo que se poderá pro-ceder à votação, não vejo nenhum inconveniente. Caso contrário, reservo-me para reiterar, em Plenário, com manifestação mais circunstanciada, o meu ponto de vista jurídico-constitucional, porque não quero, em nenhum instante – e não há outra modalidade senão a jurídica...

Devo declarar de público que recebi vários **e-mails** e cartas anônimas e que não lhes dei a mais leve – nem poderia dar – valia. Porque não é isso que discuti, apesar de alguns colegas pensarem que não havia, da minha parte, uma explicação para essa pre-liminar levantada, e outros dizendo que o Partido da Frente Liberal havia tocado nesse assunto. É absolu-tamente falso e mentiroso. A minha posição é exclusi-vamente técnica, no campo constitucional, para que a Comissão de Relações Exteriores não fique mal na sua posição.

A preliminar levantada, repito, é esta: a declara-ção expressa de que o candidato está abdicando da sua outra nacionalidade, já que ele próprio reconhece que tem dupla nacionalidade.

É a preliminar levantada, portanto, decidida an-tes da arguição.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Obviamente, essa questão preliminar levantada pelo Senador Bernardo Cabral terá que ser decidida ou por esta Comissão ou, se for o caso, por parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nunca pelo indicado.

Não me parece que eu deva pedir agora ao Sr. Andrea Matarazzo que ele faça essa ou aquela declaração. Portanto, deixo-o muito à vontade para permanecer na reunião ou dela se retirar, como S. S^a quiser, para que a Comissão decida.

Está franqueada a palavra.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, o Senador Bernardo Cabral diz que, procedente a afirmativa de **O Globo**, o indicado deverá informar à Comissão, agora, se está encaminhando expediente à Embaixada da Itália abdicando da cidadania adquirida.

Em primeiro lugar, gostaria de perguntar como o Ministro Matarazzo responde à pergunta nº 4.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, exatamente por circunstâncias como essas eu defendia a posição ortodoxa de ser secreta a reunião. Essa é uma situação ímpar, mas creio que podemos resolvê-la hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em face da questão suscitada, e como opina o Senador Hugo Napoleão, vamos transformar a reunião em secreta.

Com a anuência de todos, creio eu, peço àqueles que não sejam membros da Comissão que deixem a sala.

A reunião está secreta, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Mas não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Parece-me que é consensual, mas se V. Ex^a quiser eu submeto à votação.

O SR. TIÃO VIANA – Eu não tenho esse consenso.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Parece-me que é maioria, porque todos silenciaram, menos V. Ex^a. Então, contra o voto de V. Ex^a, a reunião se torna secreta.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. TIÃO VIANA – A observação que faço a V. Ex^a, Sr. Presidente, é que, presidindo a Comissão

de Relações Exteriores, o Presidente José Sarney expôs o preceito regimental de que todas as reuniões da Comissão tenham que ser secretas. O próprio Plenário, em sua soberania, decidiu que apenas em momento de sabatina seria secreta; nos demais, não haveria essa prática. Por que estamos rompendo com essa rotina estabelecida pelo plenário da Comissão? Eu discordo de maneira clara desse posicionamento de que deva ser secreta essa parte, porque não é uma sabatina, não é uma votação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Tião Viana, o Senador José Sarney, na sua intervenção, disse também que as circunstâncias poderiam justificar que a reunião fosse secreta, inclusive por ocasião da exposição do indicado.

Parece-me que essa posição do Senador José Sarney foi aceita tacitamente por todos. Portanto, como levantou o Senador Hugo Napoleão, parece-me que as circunstâncias aconselham que a reunião seja secreta.

Eu consultei o plenário, e apenas V. Ex^a se manifestou contrariamente.

O SR. TIÃO VIANA – Gostaria que fosse registrado o meu posicionamento contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Portanto, contra o voto de V. Ex^a, a reunião se torna secreta.

Peço, portanto, que evacuem a sala.

(A reunião torna-se secreta às 12h46min e é reaberta às 14h15min.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto) – Comunico agora, com a presença do Embaixador Andrea Matarazzo, que houve 18 votos favoráveis à sua indicação e apenas um contra.

Encaminharemos agora ao Plenário o nome Embaixador Andrea Matarazzo, que tenho certeza será aprovado.

Quero-lhe desejar felicidades e que seja o Embaixador do Brasil na Itália que todo o Brasil espera.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço urgência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto) – Então, a pedido do Senador Pedro Piva, encaminharemos ao Plenário com urgência.

O SR. PEDRO PIVA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h18min.)

Ata da trigésima primeira Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia trinta de outubro do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia trinta de outubro do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador João Alberto Souza, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: Pedro Piva, Emília Fernandes, Hugo Napoleão, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Mauro Miranda, Geraldo Cândido, José Coelho, Tião Viana, Eduardo Suplicy, Geraldo Melo, Íris Rezende, José Agripino, Lúdio Coelho e Pedro Simon. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência informa ser essa reunião destinada à apreciação da pauta. Item 01 – Mensagem nº 233, de 2001, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Íris Rezende, relator da matéria. Em seguida, faz uso da palavra o Senhor Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur. Seguindo aos preceitos regimentais, a reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente solicita ao Senhor Senador Hugo Napoleão que atue como escrutinador, o qual informa terem sido aprovados por unanimidade tanto o Senhor Embaixador Roberto Abdenur, quanto o Senhor Embaixador Joaquim Palmeiro, indicado na mensagem referente ao item 02. Item nº 02 – Mensagem nº 222, de 2001, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Joaquim Luís Cardoso Palmeiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Jamahiriya Popular Socialista Árabe da Líbia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malta”. Relator Senador Tião Viana. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 599, de 1999, que “estabelece tarifas diferenciadas para Estados por onde circula gás natural, em gasodutos,

e dá outras providências”. Autor: Senador Luiz Estêvão. Relator: Senador José Agripino, cujo parecer é contrário ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer, o que significa que o projeto será arquivado. Item nº 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2001, que “aprova o texto do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo, celebrados em Montevideu, em 15 de dezembro de 1997”. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Romeu Tuma, relator da matéria. Colocado em votação e não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Item nº 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2001, que “aprova o texto do Protocolo Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile, assinado em 24 de junho de 1998, por ocasião da XIV Reunião do Conselho do Mercado Comum”. O Senhor Senador Pedro Piva, relator da matéria, se pronuncia favoravelmente ao projeto. Não havendo manifestações por parte dos parlamentares, é aprovado o parecer. Item nº 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2001, que “aprova os textos da Emenda ao Anexo I e dos novos Anexos (VIII e IX) à Convenção da Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu e Depósito, adotados durante a IV Reunião da Conferência das Partes, realizada em Kuching, na Malásia, em 27 de fevereiro de 1998”. O Senhor Senador Tião Viana, relator da matéria, manifesta ser seu voto favorável à matéria. É aprovado o parecer. Item nº 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2001, que “aprova o texto do Convênio sobre a Recuperação de Bens Culturais Roubados ou Exportados Ilícitamente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, em Brasília, em 26 de fevereiro de 1996”. Faz uso da palavra o relator da matéria, o Senhor Senador Romeu Tuma, cujo parecer é favorável. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Item nº 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2001, que “aprova o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio”. Relator: Senador Lúdio Coelho, cujo parecer é favorável. É concedida vista coletiva aos membros da Comissão, atendendo manifestações dos Senhores Senadores Geraldo Cândido e José Agripino. Item nº 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2001, que “aprova o texto das Emendas dos Artigos 7º (20 de maio de 1965), 24 e 25 (16 de maio de 1998) e 74 (18 de maio de 1978) da Constituição da Organização Mundial de Saúde, concluído em Nova Iorque, em 22 de julho de

1946". O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Coelho, relator da matéria, cujo parecer é favorável. É aprovado o parecer. Item nº 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2001, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica sobre Transporte Aéreo, celebrado em Brasília, em 18 de novembro de 1999". O Senhor Senador Romeu Tuma, relator da matéria, faz uso da palavra manifestando-se favoravelmente. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Item nº 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2001, que "aprova o texto do Acordo por troca de Notas, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura concessão de financiamento de Y 46.286.000.000,00 (quarenta e sei bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de ienes) por parte do "Japan Bank for International Cooperation (JBIC)" para implementação de cinco projetos de desenvolvimento no Brasil, celebrado em Brasília, em 14 de julho de 2000". O Senhor Presidente designa como relator ad hoc o Senhor Senador Romeu Tuma, que faz a leitura do relatório. Não havendo quem peça a palavra, é encerrada a discussão e aprovado o parecer. Item nº 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2001, que "aprova o texto do Acordo Relativo ao estabelecimento, no Rio de Janeiro, de um escritório e de seus privilégios Imunidades no Território Brasileiro, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Latina, em Paris, em 15 de abril de 1999". Na sequência o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Romeu Tuma, relator da matéria, cujo parecer é favorável. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Em seguida, passa-se à apreciação dos itens da extra-pauta. Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 291 de 2001, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Brasília, em 18 de novembro de 1999". O Senhor Presidente passa a palavra ao relator da matéria Senador Geraldo Melo, cujo parecer é favorável. É aprovado o parecer. Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2001, que "aprova o texto da nova versão do Acordo do Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimento, celebrado em Helsink, em 17 de setembro de 1999". Faz uso da palavra o Senhor Senador Geraldo Melo, procedendo leitura de seu relatório favorável ao mesmo. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o projeto em caráter de ur-

gência. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Item 1 da pauta. Mensagem nº 233, de 2001. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe da carreira diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o quadro de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria. Relator o Senador Iris Rezende, a quem concedo a palavra.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, calcado no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da República, pela Mensagem nº 1.090, de 16 de outubro de 2001, submete à apreciação dos Srs. Membros do Senado Federal o nome do Sr. Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

A Constituição Federal dispõe:

"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente."

No currículo *vitae* do indicado, fls. 3 a 6 do processado, encaminhado pelo Sr. Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior, consta que o diplomata em questão nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1942. Concluiu o curso especial de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco, órgão do Ministério das Relações Exteriores. Fez estudos de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e de Economia no **London School of Economist**. É igualmente conferencista na Universidade de Brasília.

Tendo iniciado a carreira profissional como Terceiro Secretário em 1964, galgou os demais postos por merecimento até atingir o final da carreira como Ministro de Primeira Classe em 1983. Quando em exercício em nos-

so País, exerceu vários cargos de relevância na estrutura administrativa do Itamaraty (fls. 3).

Removido várias vezes para prestação de serviço no exterior, o indicado presidencial serviu em Londres, Washington, Quito, Pequim, Bonn, Berlim, nas quatro últimas capitais como embaixador. Ademais, esteve em inúmeros congressos técnicos, encontros oficiais e reuniões que envolveram uma gama variada de assuntos os quais refletem muito bem a capacidade técnica e a experiência profissional do diplomata em evidência.

O diplomata em causa é portador de um número extraordinário de condecorações brasileiras e estrangeiras (fls. 6), o que faz ressaltar a sua experiência e a sua capacidade adquiridas ao longo da carreira que abraçou.

Seguem em anexo, fls. 7 a 12, informações gerais sobre a Áustria, sob os aspectos políticos e econômicos e suas relações com o Brasil.

Em face do exposto, entendemos que os senhores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já possuem elementos suficientes e necessários para apreciação do nome do Sr. Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Solicito aos funcionários que façam entrar o Sr. Ministro Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur.

Na primeira parte, V. Exª fará a exposição e na segunda parte, que será secreta, V. Exª irá responder às perguntas dos Srs. Senadores.

V. Exª tem o tempo necessário à sua disposição, por gentileza.

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR – Muito obrigado, Sr. Presidente, sinto-me particularmente honrado por estar, mais uma vez, perante esta importante Comissão.

Esta é nada menos do que a quarta vez em que aqui compareço, Sr. Presidente. Compareci a primeira vez em 1987, quando era designado Embaixador no Equador, posto que ocupei durante quatro anos. Depois, ao final desse período, voltei às vésperas de ser designado Embaixador do Brasil em Pequim, posição que ocupei durante quatro anos e meio, de 1989 a meados de 1993, e após o interregno de quase ano e meio como Secretário-Geral do Itamaraty, em 1993-1994, voltei a esta Casa para submeter-me à

aprovação dos ilustres Senadores como Embaixador do Brasil na Alemanha.

Agora, aproxima-se o final da minha gestão na Alemanha, depois de seis anos de trabalho nesse posto de muita importância para o Brasil, e me honro e me alegro de aqui voltar mais uma vez, a quarta como dizia, como pretendente à posição de Embaixador do Brasil na Áustria.

Tive ocasião, dias atrás, pouco antes de partir de Berlim, de dirigir aos senhores membros da Comissão, por fax, um sucinto relatório de minha gestão em Berlim. Naturalmente, terei também muito prazer, se V. Exª assim achar cabível, Sr. Presidente, na etapa de diálogo com os Srs. Senadores, se for o caso, responder algumas perguntas sobre o que foram esses anos na relação Brasil/Alemanha.

Mas estou aqui, sobretudo, para dirigir-me aos senhores a respeito das relações do Brasil com a Áustria e o farei de maneira breve.

A Áustria é um país de dimensões relativamente pequenas no contexto europeu; tem oito milhões de habitantes; um produto bruto de US\$190 bilhões, quase US\$200 bilhões, mas é um país de muito forte projeção internacional.

Os diplomatas gostamos de dizer que há países, não muitos, que têm maior projeção política e econômica do que seu peso específico a rigor justificaria. Ocorre-me a esse respeito fazer um paralelo entre a Áustria e a Suíça, outro país de dimensões muito parecidas na Europa. A Áustria tem oito milhões de habitantes; a Suíça, sete milhões. Ambas são grandes potências econômicas, países com altíssimo nível de vida, mas a Áustria tem mais projeção política no plano internacional do que a Suíça, porque a Suíça é um país de neutralidade absoluta, enquanto que a Áustria, sem deixar de ser neutra – ela o é desde a II Guerra – integra as Nações Unidas desde 1955 e, desde 1995, a União Européia. Ela é, junto com a Suíça, uma das principais sedes das Nações Unidas, abrigando em Viena diversas instituições da ONU, junto as quais o Brasil tem interesses importantes.

A história da relação Brasil/Áustria é longa, leva mais de cento e setenta e cinco anos. Não preciso repetir aqui, pois os senhores sabem bem a história da nossa vinculação com a Áustria através da Princesa Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, e justamente, poucos anos atrás, ano passado, celebraram-se os cento e setenta e cinco anos dessa relação.

No que diz respeito à economia austríaca, ela tem um produto bruto de mais de US\$ 190 bilhões, o

que é muito para um país das suas dimensões, e um comércio exterior total de mais de US\$ 130 bilhões.

Em outras palavras, a pequena Áustria, com oito milhões de habitantes, tem o comércio exterior, hoje, ainda maior do que o Brasil. Ela exporta US\$64 bilhões e importa US\$67 bilhões por ano. Tem uma renda **per capita** superior à da Alemanha, que bate em quase US\$30 mil por ano; uma das mais baixas taxas de inflação e das mais baixas de desemprego na Europa.

A Áustria é um país pequeno, mas com uma notável projeção, devido a sua inserção nas Nações Unidas, na União Européia e devido a sua posição geográfica, muito central, o que lhe dá um sentido estratégico especial como país, nos limites entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental.

No que diz respeito à Organização das Nações Unidas, este será um capítulo importante do trabalho do Embaixador em Viena. A cidade de Viena abriga diversas organizações importantes, entre elas a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, a Organização para o Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas – Unido, a Organização para Proscrição de Testes Nucleares e diversas instituições ligadas a temas como combate a drogas, prevenção do crime internacional, regulamentação do uso do espaço exterior, direito internacional, migrações internacionais, institutos diplomáticos, institutos de imprensa e entidades dedicadas ao combate ao racismo e à xenofobia.

Além dessas instituições vinculadas à Organização das Nações Unidas, a Áustria também abriga duas outras organizações internacionais importantes: a Organização para Segurança e Cooperação na Europa – Osce, que desempenha papel importante nos esforços de pacificação e de recuperação dos Balcãs e de apoio às economias em transição da Europa Oriental; e outra organização, de certo modo muito importante para o Brasil, que é Organização dos Países Exportadores de Petróleo – Opep, que tem seu secretariado técnico em Viena, onde são realizadas as principais reuniões em que se delibera sobre a oferta de petróleo no plano internacional.

A esse respeito, eu gostaria de comentar que, em outras etapas da carreira, estive, entre outras coisas, muito dedicado a assuntos de petróleo e tencio-no, se pelos senhores aprovado, estreitar o diálogo com o secretariado e com membros da Opep em Viena, de modo a proporcionar ao Brasil informações e contatos úteis no que diz respeito a nossos interesses internacionais na compra de petróleo.

Portanto, a Áustria, diferentemente da Suíça, tem uma neutralidade que não é, digamos, estática, passiva, mas pró-ativa e criativa, devido justamente ao grande compromisso europeu na União Européia e internacional no contexto das Nações Unidas. Há um dado que ilustra muito bem o esforço austríaco de projeção no plano internacional: a Áustria, em pouco mais de dez anos, enviou nada menos que 45 mil homens em missões de paz das Nações Unidas, nas mais diferentes partes do mundo: África, Oriente Médio, Ásia e, recentemente, ao Timor Leste, a que estamos tão ligados.

Como lhes dizia, pela sua inserção muito central na Europa, pelo fato de estar na fronteira entre Ocidente e Oriente, a Áustria desempenha um papel estratégico e tem um interesse muito importante no alargamento da União Européia em direção ao Leste, de modo que países que outrora estavam apartados, separados, política, ideológica e até militarmente da Europa Ocidental, hoje se integrem às estruturas ocidentais, em primeiro lugar à União Européia.

A Áustria não pertence à Otan, mas vê com bons olhos a aproximação de países outrora comunistas dessa aliança militar. Hoje, surgem questionamentos na Áustria sobre o cabimento da manutenção da neutralidade, tendo em vista o fato de países outrora comunistas e ligados ao Pacto de Varsóvia, como a Polônia, a República Tcheca e a Hungria, atualmente integrarem plenamente a Otan. De qualquer modo, o cenário mais provável é o de preservação do estatuto da neutralidade por algum tempo, sem prejuízo desse grande ativismo austríaco no plano internacional.

A Áustria sempre interpretou sua neutralidade não como uma fronteira, um fator de separação, mas como uma missão de ponte, de servir de vinculação entre o Ocidente e o Oriente. Nesse sentido, converge muito com os interesses da Alemanha, outro país europeu de posição muito central no continente. Os dois convergem no interesse em estimular e apoiar o alargamento da União Européia em direção ao Leste.

Esse alargamento é um fato importante para o Brasil também. A União Européia é, hoje, o nosso principal parceiro comercial no mundo e, de longe, em seu conjunto, o maior investidor no Brasil. O patrimônio de capital acumulado da União Européia, como é hoje, no Brasil, é duas vezes superior ao investido aqui pelos Estados Unidos da América.

Com a entrada de diversos países do Leste na União Européia, a sua população, que hoje é de nada menos do que 370 milhões de habitantes, poderá chegar a 470, quase 500 milhões de habitantes, com

um produto bruto de 11 ou 12 trilhões de dólares, que será maior do que os Estados Unidos.

Assim, eu diria que a Embaixada do Brasil em Viena desempenha, nesse sentido, tem e continuará a desempenhar, um papel importante como posto de observação das grandes tendências européias e desse processo muito importante de alargamento da União Européia.

A esse propósito, cabe-me comentar, Sr. Presidente, que esse alargamento tem sérias implicações para o Brasil, algumas nem tanto positivas, mas há um dado importante, no sentido de que ele representa um fator importante de pressão, no sentido da revisão e redução da política agrícola comum européia, cujo sentido protecionista tantos prejuízos causa a nossas exportações para a Europa. Esta não pode continuar financiando desabridamente a produção e a exportação agrícolas, diante da entrada de outros 100 milhões de habitantes e de países como a Polônia, Hungria e outros que tenham um forte componente agrícola em sua economia.

De modo que esse processo de alargamento, além do seu sentido político e estratégico muito importantes, tem também, para o Brasil, esse componente mais concreto de ser fator de discussão e de revisão de política agrícola comum européia.

Além do seu interesse pelo alargamento da Europa em direção ao leste, a Áustria tem um interesse importante também, no apaziguamento, na superação, das tensões e conflitos nos Balcãs, que é uma região muito próxima a esse país, e a diplomacia austríaca tem atuado muito construtivamente nesse campo. Inclusive, a Áustria tem a honra de ser o seu cidadão, um diplomata austríaco, o enviado especial da União Européia para o Kosovo e para a Bósnia Herzegovina.

A Áustria tem tido um papel importante, na promoção do chamado pacto de estabilidade para o sudeste da Europa, para o qual 30 países europeus se esforçam por consolidar a democracia e promover a reconstrução econômica dos Balcãs. Esse país tem também uma atuação muito ativa na discussão de temas globais, multilaterais – meio ambiente, direitos humanos, desarmamento. Ela foi, por exemplo, pioneira na convenção contra o uso de minas antipessoal.

No que diz respeito ao plano econômico, a Áustria é um parceiro não de importância central, mas razoável para o Brasil. O nosso comércio, nos dois sentidos, vai a cerca de 400 milhões de dólares, com tendência a déficits contra o Brasil em anos recentes. Aliás, isso tem sido uma marca da nossa relação com

a Europa e seu conjunto desde 1995, em função, mais do que tudo, das nossas próprias circunstâncias.

A relação de comércio Brasil-Áustria tem sido deficitária em tempos recentes. O valor de 400 milhões de dólares é um dado aproximado nos dois sentidos. O Brasil tem importado 270 milhões no ano 2000, tendo sido um pouco mais no ano anterior; e exportou, no ano passado, 100 milhões de dólares.

O SR. – (Inaudível. Intervenção fora do microfone)

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR – O PIB é de 190 bilhões de dólares, e o comércio exterior é de 130 bilhões de dólares. O comércio exterior da Áustria é maior que o do Brasil. Como V. Ex.^a pode ver, o nosso País ocupa um espaço muito limitado no comércio exterior da Áustria.

No que diz respeito a investimentos, a Áustria tem cerca de 140 milhões de dólares investidos no Brasil. Agora, 80 empresas austríacas têm investimentos no Brasil.

O SR. – (Inaudível. Intervenção fora do microfone)

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR – Na área química e alguma coisa em indústria, em metalurgia e siderurgia.

No que diz respeito ao quadro político atual, como os senhores têm acompanhado, de dois anos para cá, chamou muito a atenção no mundo inteiro a ascensão ao poder na Áustria de uma coalizão que é integrada por um partido conservador, o Partido Popular, como se diz em alemão, e um partido de tendência extremadamente direitista, que é o chamado Partido da Liberdade, do Governador de uma província no sul da Áustria, Jörg Haider.

Esse senhor é uma pessoa com opiniões políticas muito extremadas, mas seu Partido, que em certo momento parecia até predestinado a empolgar o poder na Áustria, tem sofrido sérios reveses, sérios desgastes. Ele próprio tem perdido autoridade dentro do Partido. A preeminência política hoje está em mãos do Primeiro-Ministro Wolfgang Schüssel, que é um homem moderado, do Partido Conservador, que é a principal força política na Áustria. Parece, a esta altura, fora de questão qualquer possibilidade de assunção ao poder na Áustria seja pelo Partido de Haider, seja por Haider pessoalmente.

Eu queria dizer-lhes, em suma, que a Embaixada do Brasil na Áustria tem um amplo campo de trabalho. Além de tudo aquilo que vai no plano bilateral, como eu lhes dizia, tem o Embaixador em Viena sob

sua responsabilidade a condução diuturna dos interesses brasileiros em toda essa pletera de organizações internacionais estabelecidas em Viena.

Além disso, o Embaixador do Brasil em Viena é representante do Governo brasileiro cumulativamente em três outros países circunvizinhos: a Eslováquia, saída da pacífica dissolução da antiga Tchecoslováquia, com uma população de cinco milhões de habitantes, um Produto Interno Bruto de cerca de US\$48 bilhões, um comércio exterior de US\$6 bilhões; a Eslovênia, que é o menor, mas o mais próspero desses países. Era a parte da ex-Iugoslávia mais voltada e mais ligada à Europa Ocidental, com apenas dois milhões de habitantes, mas um Produto Interno Bruto de mais de US\$20 bilhões, uma renda *per capita* muito elevada; e a Croácia, com quase cinco milhões de habitantes, um Produto Interno Bruto de US\$20 bilhões, tem circunstâncias econômicas mais desfavoráveis, porque sofreu sérios problemas em decorrência dos conflitos com a Sérvia nos primeiros momentos da dissolução da ex-Iugoslávia.

Embora sejam Eslováquia, Eslovênia e Croácia países de dimensões modestas, em seu conjunto representam eles uma população de algo como 12 a 13 milhões de habitantes, um Produto Interno Bruto de algo como US\$70 a 80 bilhões, portanto algo que não podemos ignorar. Esses países – Eslováquia e Croácia – têm embaixadas no Brasil, esperam algum dia ver abertas embaixadas brasileiras em suas capitais e têm muito interesse em desenvolver relações com o Brasil. Por coincidência, dias atrás, estive em visita oficial a Berlim o atual Presidente da Eslováquia, Sr. Rudolf Schuster, a quem tive ocasião de cumprimentar e passei pela situação, digamos, algo incômoda de ouvir de Sua Excelência que conhece o Brasil bem mais do que eu, porque fez várias viagens ao Brasil, a última delas faz poucos meses. Percorreu o Brasil de norte a sul, de leste a oeste. É, portanto, um amigo do Brasil que temos na Eslováquia.

Em suma, quero reiterar aos senhores a grande honra, a grande satisfação que tenho em estar aqui nesta Casa, que tão decisivo, tão central, tão importante, tão construtivo papel desempenha não apenas na condução dos destinos do País, mas na condução da política externa brasileira.

Com isso, agradeço-lhe, Sr. Presidente, pela oportunidade que me deu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Ouvido o Ministro Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, a segunda parte dos nossos trabalhos, con-

forme determina nosso Regimento Interno, terá que ser secreta.

(Torna-se secreta a reunião)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Srs. Senadores, funcionou como escrutinador da votação secreta para a escolha do Embaixador do Brasil na Áustria o Senador Hugo Napoleão, que acaba de nos dar o resultado de que o Ministro Roberto Abdenur foi aprovado por unanimidade para Embaixador da Áustria. *(Palmas)*

Também neste momento nós fizemos a segunda votação, que foi a escolha do Sr. Joaquim Luís Cardoso Palmeiro, Ministro de Primeira Classe, que, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Socialista Árabe da Líbia, exercerá o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malta. Ele foi também escolhido por unanimidade pelos Srs. Senadores.

Agradeço a presença e a exposição do Sr. Ministro Roberto Abdenur, desejando-lhe felicidade. Agora, encaminharemos a mensagem para o Plenário do Senado Federal.

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI

ABDENUR – Mais uma vez, reitero aos Srs. Senadores e a todos os demais presentes as minhas palavras de agradecimento, ressaltando o quão honroso e grato foi para mim, pela quarta vez, comparecer a esta Comissão. Sinto-me sumamente honrado de ter tido o meu nome aprovado por V. Ex^{as}.

Apresento meus cumprimentos a V. Ex^{as} e renovo o meu propósito de estar à disposição desta Casa em minha nova função em Viena, em alguns meses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) –

Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 599, de 1999, que “estabelece tarifas diferenciadas para Estados por onde circula gás natural, em gasodutos, e dá outras providências”. O autor é o Senador Luiz Estevão, e o Relator é o Senador José Agripino, com parecer contrário.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer contrário queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2001, que “aprova o texto do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo, celebrados em Montevideu, em 15 de dezembro de 1997”.

O Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse acordo data de 15 de dezembro de 1997 e parte dele já está em execução com os países do Cone Sul. Desse modo, sou favorável, porque ele estabelece a segurança social, que é um processo importantíssimo no Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado, por unanimidade.

Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2001, que “aprova o texto do Protocolo Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em 24 de junho de 1998, por ocasião da XIV Reunião do Conselho do Mercado Comum.

O Relator é o Senador Pedro Piva, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO PIVA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, não é preciso enfatizar a importância do Mercosul para o nosso País.

O parecer é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado, por unanimidade.

Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2001, que “aprova os textos da Emenda ao Anexo I e dos dois novos Anexos (VIII e IX) à Convenção da Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotados durante a IV Reunião da Conferência das Partes, realizada em Kuching, na Malásia, em 27 de fevereiro de 1998.

O Relator é o Senador Tião Viana, a quem concedo a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Apenas esclareço aos demais Senadores que o Conselho Nacional de Meio Ambiente já analisou criteriosamente essa matéria e é favorável a que se sigamos as orientações da Convenção. Trata-se tão-somente de medida de segurança ao movimento transfronteiriço de resíduos sólidos perigosos.

Acredito que o apoio da Comissão deve ser unânime. Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado, por unanimidade.

Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2001, que “aprova o texto do Convênio sobre a Recuperação de Bens Culturais Roubados ou Exportados Illicitamente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, em Brasília, em 26 de fevereiro de 1996”.

O Relator do projeto é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O objetivo desse projeto é reprimir a depredação, o comércio ilegal e o tráfico ilícito de bens culturais. Meu parecer é favorável, porque é importantíssimo que essa questão seja acompanhada de perto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado, por unanimidade.

Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2001, que “aprova o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio”.

O Relator é o Senador Lúcio Coelho, cujo parecer é favorável.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, peço vista do Projeto nº 299.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, também peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Está concedida vista coletiva da matéria.

Passa-se à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2001, que aprova o texto de emenda dos arts. 7º, de 20 de maio de 1965, 24 e 25, de 16 de maio de 1998, e 74, de 18 de maio de 1978, da Constituição da Organização Mundial de Saúde.

Concedo a palavra ao Relator, Senador José Coelho, cujo parecer é favorável à matéria.

O SR. JOSÉ COELHO (PFL – PE) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Item nº 10. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2001, que aprova o texto do acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e do Reino Unido da Bélgica.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romeu Tuma, cujo parecer é favorável à matéria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, somos favoráveis ao acordo, que já foi celebrado em Brasília, em novembro de 1999.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Item nº 11. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2001, que aprova o texto de acordo de troca de notas, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura concessão dos financeiros do iene, na quantia de 6 bilhões e 286 milhões de ienes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – São 46 milhões.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – O Relator é o Senador Roberto Saturnino, cujo parecer é favorável.

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, o Relator, Senador Roberto Saturnino, diz que, no caso em tela, esse projeto traz efeitos positivos também no campo ambiental. Assim, mostra-se favorável ao acordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 12. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2001, que aprova o texto do acordo relativo ao estabelecimento no Rio de Janeiro de escritório e seus privilégios e imunidade

no território brasileiro, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Latina, em Paris, em 15 abril de 1999.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romeu Tuma, cujo parecer é favorável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a importância da União Latina se aprofundou desde a eleição do Embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti para a Secretaria-Geral da Organização.

Ainda em 1997, o Brasil elegeu-se para o Conselho Executivo, realçando, assim, seu perfil político dentro da União Latina.

Portanto, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Item nº 1 da pauta extra. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2001, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, sobre cooperação técnica em procedimentos sanitários e fitossanitários, celebrado em Brasília, em 18 de novembro de 1999.

O Relator, Senador Geraldo Melo, emite parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – A ementa do parecer, enunciada pelo Sr. Presidente, resume a matéria: a ratificação de um acordo entre o Brasil e a República Tcheca, de cooperação técnica em procedimentos sanitários e fitossanitários, pelo qual, além da cooperação operacional, há uma troca de informações e atualização sobre a situação sanitária na área de produtos animais e vegetais nos dois países.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Item nº 2. O Relator é o Senador Geraldo Melo, cujo parecer é favorável. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2001, que aprova o texto da nova versão do acordo do quadro de cooperação financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimentos, celebrado em Helsinque, em 17 de setembro de 1999.

Com a palavra o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Trata-se da aprovação de um acordo-quadro de cooperação financeira, pelo qual é institucionalizado o conhecimento por ambas as partes das normas de operação do Banco Nórdico de Investimento, que é uma instituição que tem uma disponibilidade de recursos superior a US\$ 7 bilhões, com o respaldo da Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.

O parecer é favorável à aprovação e, se lograr aprovação da Comissão, desde já requeiro urgência na sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em discussão. (*Pausa*)

Em votação.

Aprovado.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB/RN) – Sr. Presidente, requeiro urgência para a tramitação desse processo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Então, aprovado com urgência.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrados os trabalhos.

Está encerrada a presente reunião.

Ata da trigésima segunda Reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia seis de novembro do ano de dois mil e hum às dezessete horas e trinta minutos

Às dezessete horas e trinta minutos do dia trinta de outubro do ano de dois mil e hum, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os seguintes senhores Senadores: Pedro Piva, Emília Fernandes, Hugo Napoleão, Romeu Tuma, Mauro Miranda, Geraldo Cândido, Tião Viana, Íris Rezende, João Alberto Souza e Valmir Amaral. Ausência justificada, por ofício, dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Lúdio Coelho. Ha-

vendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência informa ser essa reunião destinada à apreciação da pauta. Atendendo a um requerimento oral do Senhor Senador José Sarney, o Senhor Presidente informa haver uma inversão de pauta Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 653, de 1999, que “altera a Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem” Autor: Senador Roberto Suturnino. Relator: Senador Hugo Napoleão, que procede à leitura do parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2001, que “aprova o texto de Emenda, por Troca de Notas, ao Anexo do Acordo Sobre Transportes Aéreos, de 04 de julho de 1947, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 03 de dezembro de 1998”. Relator: Senador Geraldo Cândido. O Senhor Presidente designa o Senhor Senador Luiz Otávio, como relator ad hoc, para proceder à leitura do parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2001, que “aprova o texto do Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em Genebra, em 27 de fevereiro de 1998”. Relator: Senador Pedro Piva. O Senhor Presidente designa o Senhor Senador ROMEU TUMA, como relator ad hoc, para proceder à leitura do parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é aprovado. Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2001, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Delitos Conexos, celebrado em Lima, em 28 de setembro de 1999”. Relator: Senador Bernardo Cabral. O Senhor Presidente designa o Senhor Senador Gilberto Mestrinho, como relator ad hoc, para proceder à leitura do parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é aprovado. Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2001, que “aprova o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional entre o MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile, concluído em Buenos Ai-

res, em 23 de julho 1998". Relator: Senador Geraldo Cândido. O Senhor Presidente designa o Senhor Senador José Sarney, como relator ad hoc, para proceder à leitura do parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é aprovado. Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2001, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000". Relator: Senador José Coelho. O Senhor Presidente designa o Senhor Senador Romeu Tuma, como relator ad hoc, para proceder à leitura do parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é aprovado. Item 01 (extra-pauta) – Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2001, que "aprova o texto de Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio". Relator: Senador Lúdio Coelho, cujo parecer é favorável. O Senhor Presidente pondera a retirada de pauta do mesmo devido à ausência do relator e também do Senador Geraldo Cândido, que apresenta um voto em separado. Item 02 (extra-pauta) – Requerimento nº 14, de 2001 – CRE – que "requer, nos termos do Artigo 40, §1º combinado Artigo 103, § único, do Regimento Interno, autorização para se ausentar do País no período de 05 a 07 do corrente, ocasião em que estará em Buenos Aires, Argentina, participando do VI Congresso Internacional do Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD. Como representante do Senado Federal, apresentarei um painel sobre o tema "Renda Básica no Brasil: Distribuição de Renda, Efeitos Macroeconômicos e Estimativas" onde as experiências e os resultados alcançados no Brasil em direção a uma renda de cidadania serão debatidos. A CLAD é uma organização que conta com a adesão de 25 países da América Latina, Caribe, e Península Ibérica". Autor: Senador Eduardo Suplicy. É aprovado o requerimento. Item 03 (extra-pauta) – Requerimento nº 15, de 2001 – CRE – que "Nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno, requer-se seja realizada reunião para audiência pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, bem como seja convidado o general Alberto Cardoso, Chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, para debater o assunto objeto da matéria veiculada no jornal O Globo, de 03 de novembro de 2001, sobre provável ocorrência de rede de apoio econômico ao terrorismo na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina".

Autor: Senador Romeu Tuma. É aprovado o requerimento. Item 01 – Mensagem nº 217, de 2001 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária". Relator: Senador Lúdio Coelho. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Valmir Amaral, relator ad hoc da matéria, que faz a leitura do parecer. Em seguida, faz uso da palavra o Senhor José Augusto Lindgren Alves. Terminada a exposição de motivos, o Senhor Presidente declara a reunião secreta, conforme determina a Constituição. Reaberta a sessão em caráter público, passa-se à apreciação do Item 02 – Mensagem nº 231, de 2001, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular do Laos". Relator: Gilberto Mestrinho. O Senhor Presidente informa terem sido aprovados os nomes dos dois Embaixadores indicados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu Maria Lúcia Ferreira de Mello, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador. – **Jefferson Péres**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Item 1.

A Mensagem nº 217 que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.

Relator: Senador Lúdio Coelho. S. Ex^a, encontrando-se adoentado, justificou a sua ausência.

Pediria ao Senador Waldir Amaral que procedesse à leitura do parecer.

Pois, não Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Tere-mos apenas uma votação secreta; a outra votação se refere a exercício de cargo cumulativo. Não haverá vo-tação secreta.

V. Exª sugere, então, que fique para o final? (*Pa-usa.*)

Pois, não. Atendendo a requerimento do Sena-dor José Sarney, aprovado por unanimidade, iniciare-mos a partir do item 3 da pauta, que passo a ler.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado Federal nº 653, de 1999, que altera a Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcações estrangeiras na navegação interior e de cabotagem.

Autor: Senador Roberto Saturnino; Relator: Se-nador Hugo Napoleão, a quem concedo a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, in-dago se V. Exª deseja que eu resuma ou que eu o leia o parecer na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Como a matéria já foi distribuída, creio que...

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Eu gostaria ape-nas de aduzir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que este projeto de lei, de autoria do Senador Roberto Sa-turnino visa adaptar a legislação sobre transporte aquaviário para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem, sem absolutamente ferir o dispositivo constitucional que votamos nos idos de 1995, junta-mente com as reformas da navegação de cabotagem. S. Exª indiscutivelmente aperfeiçoa a legislação.

Entretanto, proponho apenas duas emendas.

A primeira delas é, única e exclusivamente, de redação. Considero "é revogado o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.432, de 1997", cujo texto original apresentava redação imprópria para a revogação de artigo, pois dizia: "fica suprimido o artigo", que não é a forma adequada, sob o ponto de vista de técnica le-gislativa.

A segunda emenda visa alterar o art. 3º do PLS, que, por sua vez, altera o art. 17 da Lei nº 9.432. Esta-beleço nesta emenda, por sugestão do próprio autor, que atenciosamente foi ao meu gabinete para levar esta emenda, cuja redação apenas alterei um pouco. Esta também adapta completamente o que o projeto prevê em favor da navegação de cabotagem no Brasil.

Pelo exposto, o parecer é favorável com as emendas que apresento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois, não, Senador.

O parecer do Relator é favorável, com as duas emendas que apresenta, sendo uma de redação.

Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – **Item 4:**

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2000, que aprova o texto de Emenda, por Troca de Notas, ao Anexo do Acordo sobre transportes aéreos, de 04 de julho de 1947, celebrado entre a República Fede-rativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 03 de dezembro de 1998.

Relator: Senador Geraldo Cândido, que não se encontra no recinto.

Peço ao Senador Luiz Otávio que, como Relator *ad hoc*, proceda à leitura do parecer.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Sr. Presidente, Srs. Se-nadores, trata-se de acordo conveniente e oportuno aos interesses nacionais, eis que permitir a amplia-ção do fluxo aéreo interpartes, haja vista a importân-cia crescente da relação entre Brasil e Chile.

Voto, por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e le-gal, em nada discrepando do ordenamento jurídico na-cional, além do que versado em boa técnica legislativa.

Portanto, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O pa-recer do relator é favorável.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 5:

Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2001, que aprova o texto do Quinto Protocolo ao Acordo Ge-ral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio – OMC, concluído em Genebra, em 27 de fevereiro de 1998.

Relator: Senador Pedro Piva. Ausente.

Solicito ao Senador Romeu Tuma que atue como Relator *ad hoc*, procedendo à leitura do parecer.

Como já foi distribuída a matéria, peço que leia apenas o voto, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2001, que aprova o texto do Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio – OMC, concluído em Genebra, em 27 de fevereiro de 1998.

Em face do exposto, o Relator é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

Este, o voto do Senador Pedro Piva.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 6:

Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2001, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre cooperação em matéria de prevenção do consumo, reabilitação, controle da produção e do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e seus delitos conexos, celebrado em Lima, em 28 de setembro de 1999. Relator: Senador Bernardo Cabral.

Peço ao Senador Gilberto Mestrinho que proceda à leitura do parecer.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o referido projeto trata de um acordo firmado entre o Brasil e o Peru, buscando implementar medidas de cooperação em matéria de prevenção do consumo, reabilitação, controle da produção e do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e seus delitos conexos. O referido Acordo foi celebrado em Lima, em 28 de setembro de 1999.

A matéria é importante. Traz uma preocupação que hoje leva inquietação a toda a humanidade, e é procedente. Daí o voto do relator ser pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O parecer do Relator é favorável.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7:

Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2001, que aprova o texto do Acordo sobre arbitragem comercial internacional entre o Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, concluído em Buenos Aires, em 23 de julho de 1998. Relator: Senador Geraldo Cândido. Ausente.

Peço ao Senador José Sarney que, na qualidade de relator *ad hoc*, proceda à leitura do parecer.

O SR. JOSÉ SARNEY – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O parecer do Relator é favorável.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Item 8:

Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2001, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre isenção de vistos em passaportes comuns, celebrado em Brasília em 10 de abril de 2000.

Relator o Senador José Coêlho, ausente.

Pediria ao Senador Romeu Tuma que procedesse à leitura do parecer.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre isenção de vistos em passaportes comuns, celebrado em Brasília em 10 de abril de 2000.

O Relator, Senador José Coêlho, é favorável à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O parecer é favorável.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pondero que o item 1 deva ser retirado de pauta, porque, além de o Relator, Senador Lúdio Coelho, estar ausente por motivo de saúde, existe um voto em separado do Senador Geraldo Cândido, que também está ausente. Seria necessária a presença de pelo menos um deles, uma vez que foi estabelecido o contraditório.

Portanto, o referido item fica retirado de pauta ao menos até a chegada do Senador Geraldo Cândido. Se S. Ex^a não comparecer à reunião, fica retirado de pauta.

Itens extrapauta.

Item 12:

Requerimento nº 14, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Nos termos do art. 40, § 1º, combinado com o art. 103, parágrafo único, do Regimento Interno, requer autorização para se ausentar do País, uma vez que compareceu ao encontro em Buenos Aires para participar do VI Congresso Internacional do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 13, último item extrapauta.

Trata-se de um requerimento de autoria do Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Bernardo Cabral e eu fomos procurados pela Presidente da Ordem dos Advogados – seção Foz do Iguaçu, o Presidente da Associação Comercial, junto com o Senador Osmar Dias, que trouxeram uma grande preocupação com aquela região do País em razão das manifestações do Embaixador Interino no Brasil dos Estados Unidos, Sr. Cristovão Orosco, de que lá existe uma base terrorista, principalmente de apoio financeiro ao terrorismo internacional. E há uma grande preocupação da comunidade que vive na região. À época, queríamos, quando estava na Polícia Federal, criar o Mercopol, que era uma polícia do Mercosul, para trabalharmos conjuntamente com a Argentina, com o Uruguai e com o Paraguai no combate aos crimes, principalmente na área de fronteira. E, numa reunião da Interpol, ficou definido que a Interpol, por ter uma estrutura formada e ter um escritório básico em Montevideu, no Uruguai,

seria a base de apoio para as Polícias dos quatro países, para acompanhar todo tipo de crime, inclusive o terrorismo.

E o General Cardoso, recentemente, também numa entrevista, disse que, até agora – e há cinco anos se fazem as operações de busca de informações –, não foi constatada a presença de terroristas na região.

Eu estava conversando com o experiente ex-presidente José Sarney, que acredita que o convite ao Embaixador pode ser um pouco mal-entendido. Eu me proporia, então, a conversar com ele antes, mas faria o convite ao General Cardoso para que aqui comparecesse para explicar o que realmente está acontecendo nessa região do País, para podermos estabelecer o que realmente acontece e, dentro do possível, tomar as providências, porque nenhum de nós concorda que o terrorismo esteja presente no mundo e principalmente que tenha qualquer tipo de apoio em território nacional.

Eu suspenderia o requerimento de convite ao Embaixador, para conversar pessoalmente com ele, se ele se dispusesse. E o General Cardoso, quando pudesse, viria nos dar uma luz sobre essas investigações que têm sido feitas na região.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Romeu Tuma, quanto a isso, não há problema algum. Quero apenas dirimir uma dúvida: se não aprovarmos o nome do Embaixador, seria inútil V. Ex^a conversar com ele. Então, de duas, uma: ou...

O SR. ROMEU TUMA – Não era uma conversa sobre o assunto. Era apenas para saber se ele aceitaria o convite ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – E aí faria um novo requerimento?

O SR. ROMEU TUMA – Sim, um requerimento apenas sobre o caso dele, para evitar qualquer tipo de constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Então, seria um outro requerimento?

O SR. ROMEU TUMA – Sim, um outro requerimento. Fica reduzido só ao convite ao General Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Portanto, requer-se um convite apenas ao General Alberto Cardoso.

O SR. ROMEU TUMA – Substitui-se esse ofício.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Determino à Secretaria que envie expediente ao General Cardoso. Eu próprio farei um contato telefônico com S. Ex^a a fim de marcar o dia do seu comparecimento.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sr. Presidente, essa seria uma reunião aberta?

O SR. ROMEU TUMA – Pode ser. Se ele achar que tem alguma explicação que deve ser dada em reunião fechada, pode-se fazer a reunião fechada. Depende do que ele pode nos informar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pode-se transformar, no momento adequado, a reunião em fechada.

Passa-se à apreciação do **Item 1** da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Walmir Amaral, como Relator *ad hoc*, para proceder à leitura do parecer do Senador Lúdio Coelho.

O SR. WALMIR AMARAL – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de expediente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 217, de 2001 (nº 1.032, de 25 de setembro de 2001, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.

No voto, diz-se que cumpre destacar que o Sr. José Augusto Lindgren Alves possui as seguintes condecorações nacionais: Medalha do Mérito Santos Dumont; Ordem do Mérito Militar, Grão-Comendador; e Ordem do Rio Branco, Comendador.

São essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O relatório não é conclusivo, mas se presume que seja favorável à indicação dos nomes.

Como ficou estabelecido na última reunião, o indicado fará exposição em sessão aberta; e a sessão só se tornará secreta para as arguições a serem feitas pelos Srs. Senadores.

Peço a Sr^a Secretária que introduza o indicado. (*Pausa*)

Concedo a palavra ao Sr. José Augusto Lindgren Alves para fazer sua exposição.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES –

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer a presença de V. Ex^a aqui, gostaria de assinalar que considero um verdadeiro privilégio poder ter esse diálogo, ainda que seja rápido, porque sei que para todos nós, sobretudo para V. Ex^{as}, o tempo talvez seja o elemento mais precioso, mais escasso. Nessas condições, vou procurar limitar minha exposição apenas a uma visão bastante genérica do posto para o qual estou sendo designado; e, claro que me ponho à disposição de todos para tentar esclarecer alguma dúvida que queiram me apresentar a **posteriori**.

A minha exposição, creio, posso fazer sem citar notas, visa a assinalar essencialmente um fato. É que a República da Bulgária tem uma peculiaridade muito especial no contexto em que se situa. Ela se situa numa encruzilhada extraordinária de culturas e tendências políticas, história e geografia.

É uma região, como todos os balcânos, caracterizada pela multiplicidade de etnias. Embora a Bulgária ainda seja, hoje, um dos países mais pobres do Continente Europeu e tenha, portanto enfrentado, no passado, assim como atualmente, dificuldades graves, sobretudo na esfera econômica, ela foi talvez o único país da região, ex-comunista, que logrou fazer a transição para o sistema liberal, capitalista, uma economia de mercado, sem grandes traumas. Não houve, por exemplo, um massacre dos eis governantes comunistas, como ocorreu na Romênia. Não houve uma divisão do País, como ocorreu com a Tchecoslováquia. Não ocorreu na Bulgária, nem de longe, algo parecido com a tragédia da ex-Iugoslávia, completamente esfacelada em guerras fratricidas e nem houve, na Bulgária, uma minoria que se decidisse para partir para a luta armada, como foi o caso, ou está sendo ainda, o caso da Chechênia, na atual Rússia e dentro da antiga União Soviética. Isso, apesar de a Bulgária ter também, como todos os países balcânicos, minorias importantes. A mais importante de todas é a minoria turca. A Bulgária como, V. Ex^{as} se lembrarão, fez parte durante 500 anos do império Otomano. A segunda minoria, reconhecida pelo Governo, como tal, é a minoria dos ciganos, lá chamada de Roma, tem sua língua própria. Essas são as únicas duas minorias reconhecidas pelo governo como minoria. Mas há também chamada minoria Macedônia, que o governo da Bulgária não chega, propriamente, a reconhecer como minoria, porque para eles a nação é essencialmente uma só, já que...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Na Macedônia falam búlgaro?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES – Na Macedônia, segundo a opinião da Bulgária, eles falam um dialeto do búlgaro. Então, eles não chegam a considerar os macedônios uma minoria, mas é óbvio que a instabilidade da Macedônia é uma causa de grave preocupação na Bulgária, que conseguiu se manter isolada de todos esses conflitos nas ex-repúblicas da Iugoslávia.

Com esse dado essencial em mente, mencionaria que realisticamente tenho consciência de que se trata de um país pobre, que tem como prioridade nas suas relações exteriores o ingresso na Comunidade Econômica Européia. Portanto, à primeira vista, o comércio Brasil – Bulgária não oferece grandes possibilidades. Tivemos um comércio de US\$37 milhões no ano de 2000, sendo US\$32 milhões de exportações brasileiras para a Bulgária, todas de produtos primários – além de café solúvel e minério de ferro, basicamente açúcar, tabaco e produtos desse tipo –, e apenas US\$5 milhões de importação daquele país, basicamente de produtos químicos utilizados como fertilizantes.

O país tem PIB de US\$12 bilhões e renda **per capita** de US\$1.500. Claro que isso nos dá um quadro relativamente limitado.

Quanto ao governo atual – e aqui aproveito para adiantar outro dado muito peculiar da Bulgária –, embora ela seja uma república, está sendo governada por um rei. Trata-se do Rei Simeão II, que era rei da Bulgária logo após a Segunda Guerra Mundial, quando teve que deixar o país com cinco anos de idade, fato único no mundo. Voltou recentemente, concorreu às eleições parlamentares e as venceu.

Então, o rei, na verdade, é o Primeiro-Ministro. Ele não é o Chefe de Estado, é o Chefe de Governo. O Chefe de Estado é um civil, Petar Stoyanov.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Ele já foi Chefe de Estado e agora é Chefe de Governo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES – Exatamente. E o rei inclusive não utiliza o título de rei; exerce as funções de Primeiro-Ministro com o nome civil de Simeon Borisov Saksoburgotski – e não de Simeon II, como seria o título real.

O que eu queria assinalar é que essa peculiaridade, que vem se acrescentar às outras, traz um dado adicional. Junto com o rei, que é o Primeiro-Ministro, o novo Chanceler da Bulgária, cujo nome, Solomon Passy, é indicativo da sua origem judaica, já demonstrou grande interesse em estreitar laços com todas as

partes possíveis do mundo, diversificar suas relações e aprofundar seu relacionamento com a América Latina. Não falou especificamente do Brasil. Mas caberá ao embaixador procurar trazer para o nosso País um pouco desse interesse manifestado pelo Chanceler.

Portanto, acredito que o comércio é pouco, são poucos os produtos intercambiados, mas, por outro lado, temos um país que é estável no meio de um barril de pólvora, e esse país está demonstrando interesse pela América Latina. Acho que é por aí que devemos buscar todas as oportunidades de cooperação na área bilateral Brasil – Bulgária. Alguns laços importantes já foram estabelecidos na esfera cultural e já tive oportunidade de comentar com o Presidente da Comissão que há um número importante de músicos búlgaros que estão residindo em Manaus, constituindo família no Brasil, adaptam-se muito bem, apesar de o clima e a geografia serem tão diferentes. Eu estive, por sorte, há pouco, com o escritor Márcio Souza, que é Presidente da Funarte...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – E amazonense.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES –...e amazonense também, que me prometeu que estudará a séria possibilidade de montarmos ano que vem, uma amostra de cinema brasileiro na Bulgária, se, obviamente, for aprovado por V. Ex^{as}.

Enfim, creio que eu poderia parar esta exposição por aqui, colocando-me à inteira disposição para tentar esclarecer alguma dúvida que esteja ao meu alcance.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Algum Senador se inscreve para arguir? Se não houver esse interesse, a reunião vai prosseguir.

Então, a reunião, por força do que determina a Constituição, terá que se tornar secreta.

Sr. Embaixador, muito obrigado pela sua explanação. Não creia que haja desinteresse dos Senadores para o que V. Ex^a acabou de dizer. Talvez a Bulgária, para a maioria de nós, um país tão distante, tão estranho e com um intercâmbio tão débil com o Brasil, realmente talvez não seja assim, por enquanto, muito atraente para os Parlamentares brasileiros. Mas esperamos que, na sua permanência à frente da Embaixada, V. Ex^a saiba estreitar esses laços.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES – Sr. Presidente, eu poderia usar da palavra um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Pois não.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES – Apenas não cheguei a dizer o que eu pretendia no final, que era o seguinte: como o Sr. Presidente acaba de assinalar, existe um grande desconhecimento mútuo entre Brasil e Bulgária, realmente, é até difícil formular dúvidas com relação a um país que conhecemos tão pouco, mas eles têm mandado missões ao Brasil. Ano passado mesmo, tivemos a visita da Ministra das Relações Exteriores da Bulgária. Penso que teremos que, de uma certa maneira, retribuir e essas visitas podem envolver não apenas o Executivo, mas também o Legislativo, além, obviamente, a classe empresarial brasileira, para que tenhamos um conhecimento recíproco que possa ser mais adequadamente explorado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Muito obrigado.

V. S^a deverá aguardar lá fora.

(A reunião é tornada secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – O item 2 submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Marcos Antônio Diniz Brandão, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador na Tailândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Laos. Como é função cumulativa, não haverá arguição, e os Senadores, portanto, já podem votar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Os nomes dos dois Embaixadores foram aprovados à unanimidade – nenhuma abstenção, nenhum voto contrário.

Peço que o Senador Romeu Tuma reintroduza os Srs. Embaixadores no recinto. (Pausa.)

Srs. Embaixadores, os nomes de V. Ex^{as} foram aprovados à unanimidade.

Meus parabéns e boa sorte em suas missões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h48min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da primeira Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (Extraordinária) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 7 de março de 2001, às 17 horas

Às dezoito horas do dia sete de março de dois mil e um, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Romero Jucá, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com

a presença dos Senadores Jefferson Peres, José Eduardo Dutra, João Alberto Souza, Bello Parga, Valmir Amaral, Geraldo Althoff, Ney Suassuna, Wellington Roberto, Marluce Pinto, Luiz Pontes, Romeu Tuma e Ricardo Santos. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à apreciação do Requerimento nº 01/2001-CFC, de autoria do Senador Romero Jucá, que “em face dos fatos veiculados pela imprensa nos últimos dias relativamente à reunião ocorrida entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e os Procuradores da República Drs. Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly, vem requerer, que sejam convidados a prestar depoimento nesta Comissão os Procuradores acima citados, bem como o Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, perito em fonética forense, acerca do conteúdo da fita de gravação da referida reunião”, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador . – **Romero Jucá**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à análise da seguinte proposição: votação de requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, que passo a ler –

“Em face dos fatos veiculados pela imprensa nos últimos dias relativamente à reunião ocorrida entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e os Procuradores da República Drs. Luiz Francisco de Sousa, Guilherme Schelb e Eliana Torelly, venho requerer, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso VI da Constituição Federal e o art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados a prestar depoimento nesta Comissão os procuradores acima citados, bem como o Dr. Ricardo Molina de Figueiredo^a, perito em fonética forense,

acerca do conteúdo da fita da gravação da referida reunião”.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A segunda matéria a ser tratada agora diz respeito à reunião de amanhã, marcada para que sejam ouvidos o Dr. Ricardo Molina e o Dr. Luiz Francisco de Sousa.

Recebi correspondência do Dr. Luiz Francisco, Procurador da República, dizendo que, tendo em vista que, provavelmente, o Dr. Ricardo Molina não teria a fita degravada, S. Ex^a gostaria de vir somente quando a fita estivesse degravada porque não se lembra de detalhes da conversa e, portanto, do conteúdo da gravação. Oficializei agora ao Dr. Luiz Francisco que o Dr. Ricardo Molina confirmou amanhã sua presença, às 10 horas, com a fita totalmente degravada, a qual será passada à Comissão, assim como o material degravado. Tendo em visto que acaba o óbice levantado pelo Procurador Luiz Francisco no que tange à sua presença, estou lhe oficializando novamente o convite para que S. Ex^a esteja presente na reunião ou para que chegue depois da reunião, podendo, de certa forma, prestar informações a respeito da fita que vamos ouvir.

Informe esse fato à Comissão para que, amanhã, tenhamos a seguinte programação: às 10 horas, no início dos trabalhos, será ouvida a fita; depois do que o Dr. Ricardo Molina fará uma demonstração de que não há montagens na fita, de sua autenticidade; a partir daí, abriremos espaço para as perguntas dos Senadores; e, posteriormente, ouviremos o Procurador Luiz Francisco. Se S. Ex^a não vier, marcaremos outra data. Já estão confirmadas, para a próxima semana, as presenças do Dr. Guilherme Schelb e da Dr^a Eliana Torelly, que fizeram questão de vir. O Dr. Guilherme Schelb só nos pediu que pudesse vir após a vinda do Procurador Luiz Francisco.

O SR. JEFFERSON PÉRES – O Dr. Guilherme Schelb pediu?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pediu. A princípio, o depoimento do Dr. Guilherme Schelb será terça-feira, às 17 horas, que poderá ser adiado se o Dr. Luiz Francisco for adiado. Se o Dr. Luiz Francisco não vier amanhã, tentaremos fazer com que seja realizado na terça-feira de manhã ou na terça-feira antes do depoimento do Dr. Guilherme Schelb, dependendo do entendimento com os procuradores.

Franqueio a palavra aos Srs. Senadores.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, o Dr. Ricardo Molina afirma que a fita está perfeitamente audível?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ele afirma que a fita está audível e que já foram transcritas mais de 70 páginas, as quais serão trazidas ao Senado.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Eu ia perguntar se ele não poderia trazer a transcrição.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Já está sendo providenciado o mecanismo para que se tire cópia da transcrição para os Srs. Senadores.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Era essa a minha pergunta.

O SR. NEY SUASSUNA – Nós vamos ouvir a fita?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vamos ouvir a fita e receber sua transcrição.

O SR. BELLO PARGA – A fita era inaudível?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dr. Ricardo Molina recuperou a fita.

O SR. BELLO PARGA – Nós não vamos ouvir a fita e, sim, sua reconstituição?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A reconstituição da fita, que é a própria fita, a fita recuperada por ele.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, vamos iniciar os trabalhos ouvindo a fita?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sim.

O SR. NEY SUASSUNA – Logo após, vamos ouvir as declarações do Dr. Ricardo Molina e, em seguida, se vier o Procurador, ouviremos S. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ouviremos o Procurador. Se S. Ex^a não vier, oficiaremos a ele que a fita estará aqui, que o Dr. Ricardo Molina finalizou seu trabalho e que, portanto, sua presença será importante. Caso contrário, marcaremos outra data em que S. Ex^a já se colocou à disposição para vir.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h13min.)

Ata da segunda Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (Extraordinária) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 8 de março de 2001, às 10 horas.

Às onze horas e vinte minutos do dia oito de março de dois mil e um, na Sala nº 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ro-

mero Jucá, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Jefferson Peres, Bello Parga, Luiz Pontes, Ney Suassuna, Valmir Amaral, Geraldo Cândido, Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra, Roberto Saturnino, Ricardo Santos, Romeu Tuma, João Alberto Souza, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Marluce Pinto, Sérgio Machado, Geraldo Althoff, Renan Calheiros e ainda os Senadores Osmar Dias, Tasso Rosado, Tião Viana, Carlos Patrocínio, Pedro Simon, Eduardo Siqueira Campos, Lauro Campos, José Roberto Arruda, Freitas Neto, Sebastião Rocha, Roberto Requião, Juvêncio da Fonseca, Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Maria do Carmo Alves, Leomar Quintanilha, Fernando Matuzalem e Roberto Freire. Item único da pauta: depoimento do Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, perito em fonética forense, acerca do conteúdo da fita gravada na reunião ocorrida entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e Procuradores da República. É concedida a palavra ao Dr. Ricardo Molina de Figueiredo para uma exposição do seu trabalho. Após a exposição, passa-se a lista de inscritos para interpelar o depoente, sendo o primeiro, o Relator, Senador Ney Suassuna, e, em seguida, pela ordem de inscrição os seguintes Senadores: Bello Parga, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, José Eduardo Dutra, Roberto Saturnino, Hugo Napoleão, Romeu Tuma, Waldeck Ornelas, Renan Calheiros, Antero Paes de Barros e Tasso Rosado. Foi apresentado pelo Senador Ney Suassuna Requerimento para que "sejam convidados a depor nesta Comissão para prestar esclarecimentos os repórteres Andrei Meireles, Mário Simonsen Filho e Mino Pedrosa, autores da matéria "fisgados pela voz", da revista *IstoÉ*, edição de 7 de março. É pedida verificação de **quorum** pelo Senador José Eduardo Dutra, sendo adiada a votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a Integra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Romero Jucá**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Havendo **quorum**, declaro aberta a segunda reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, em 8 de março de 2001, quinta-feira, às 11 horas e 20 minutos.

Item único da pauta: depoimento do Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, perito em fonética forense, acerca do conteúdo da fita gravada na reunião ocorri-

da entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e Procuradores da República.

Antes de dar início ao depoimento do Dr. Ricardo Molina, eu gostaria de convidá-lo e também o Senador Ney Suassuna, Relator da matéria, para fazerem parte da Mesa.

Eu gostaria de registrar a todos os presentes que a presença do Dr. Ricardo Molina se deve à solicitação do Procurador da República Dr. Luiz Francisco de Sousa, que encaminhou documento a esta Comissão relatando que havia enviado a fita, em parte inaudível, para o Dr. Ricardo Molina fazer a perícia. E sugeria à Comissão que prestasse depoimento e que fosse solicitada a presença do Dr. Ricardo Molina, assim como a gravação e a recuperação da fita.

Convidamos o Dr. Ricardo Molina, que prontamente aceitou ao convite. E marcamos para esta data a presença do Procurador Luiz Francisco, que, inicialmente, em documento enviado à Comissão, informou que não seria possível a sua presença, tendo em vista que a fita que ele havia sugerido fosse gravada não estaria pronta. Em contato com o Dr. Ricardo Molina, dirimimos a dúvida. A fita estaria pronta. Prontamente informei ao Dr. Luiz Francisco que a fita estaria pronta, que o Dr. Ricardo Molina estaria presente e, portanto, refiz o convite ao Procurador.

Ontem, o Procurador disse que, por motivo de força maior, por se encontrar adoentado, não poderia comparecer à reunião de hoje. Mas que, provavelmente na próxima semana, marcaria uma data para vir à Comissão.

Desejo, de público, fazer estes esclarecimentos e inclusive referendar o convite ao Procurador, para que venha na próxima terça-feira, às 17h. Já enviamos o convite por escrito, os requerimentos foram aprovados no plenário da Comissão de Fiscalização e Controle, mas, novamente, reitero o convite.

Quero informar também que o Dr. Guilherme Schelb e a Drª Eliana Torelly já se prontificaram a comparecer à Comissão de Fiscalização e Controle, a fim de tratar do mesmo assunto. Apenas o Dr. Guilherme Schelb ponderou junto à Comissão que a presença dele se daria depois da presença do Dr. Luiz Francisco. Portanto, se o Procurador Luiz Francisco vier na próxima terça-feira, o Dr. Guilherme Schelb virá na próxima quarta-feira. Se o Dr. Luiz Francisco por acaso se negar a vir à Comissão, convidaremos os Procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pois não. Pela ordem o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Gostaria de fazer uma indagação, pois há comentários de que não é desejo do Procurador Luiz Francisco vir à Comissão, porque, assim, estaria fazendo o jogo de um certo segmento político. Há comentários, há rumores. Regimentalmente, pelo que sei, a Comissão tem poderes para convocá-lo, e não convidá-lo. Indago a V. Exª se, no caso do Procurador, já que a Comissão tem poderes para convocar qualquer ministro de Estado – isto está na Constituição Federal, está no Regimento – não se pode fazer o mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não. No caso do Procurador Luiz Francisco, não. Por isso, a matéria é feita por meio de convite. Mas quero registrar aqui que o Procurador Luiz Francisco, em nenhum momento, negou-se a vir à Comissão. Pelo contrário. Quero aqui dar o testemunho de que, no contato que fez com a Comissão, ele se colocou à disposição nesse sentido. Apenas ponderou que era importante, antes, ouvir a fita e a presença do Dr. Ricardo Molina, que está ocorrendo hoje. Portanto, não há nenhum motivo para a Comissão ou esta Presidência duvidarem da presença do Procurador Luiz Francisco na próxima semana.

Eu gostaria ainda de registrar que, ontem, o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pela ordem, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, o Procurador está absolutamente certo. O ponto de partida para qualquer coisa é exatamente ouvirmos a fita, ouvirmos o perito e, se for o caso, a degravação para, a partir daí, ouvirmos o próprio Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É isso que a Comissão está fazendo, sem dúvida.

O SR. RENAN CALHEIROS – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tanto que na programação com o Procurador Luiz Francisco de Sousa primeiro se ouviria o Dr. Ricardo Molina para depois, em sequência, ouvir o Procurador Luiz Francisco de Sousa.

O SR. ROMEU TUMA – Solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Peço permissão, Sr. Presidente, sem procrastinar a discussão, para solici-

tar informações que a Corregedoria tomou desde o primeiro instante, na última quinta-feira, ainda durante o período de carnaval, após a determinação do Presidente do Senado de providências que deveriam ser tomadas pela Corregedoria e quanto à nomeação de uma Comissão Especial que foi designada, sob a presidência do funcionário Dirceu Machado Fonseca, para investigar a vulnerabilidade ou não do painel e informações também com respeito à fita gravada pelo Procurador Luiz Francisco de Sousa. Imediatamente fizemos ofícios de praxe. Fui pessoalmente à Procuradoria-Geral da República em busca do Dr. Brindeiro. Deixei com seu chefe de gabinete um ofício solicitando a fita. Agora recebi um telefonema do chefe de gabinete com quem falei e S. Sª está providenciando o encaminhamento da fita que recebeu como sendo a original. Creio que não possa haver duas fitas originais, uma deve ser cópia. Juntamente com isso encaminhará a provável degravação que providenciará.

Eu gostaria de informar também que a Comissão Especial designada e contratada da Unicamp, que está hoje em plenário examinando o painel, poderá colaborar com o trabalho. Conheço a competência do Dr. Molina em degravar e em conseguir apurar um pouco as dificuldades que uma gravação clandestina como essa pode oferecer a quem tenha a missão de trazê-la a conhecimento dos investigadores. Em nenhum momento a Corregedoria deixou de tomar todas as providências necessárias e de acompanhar de perto toda e qualquer diligência que qualquer setor da Casa esteja fazendo por determinação da Mesa dirigente desta Casa.

Portanto, a Corregedoria em breve apresentará seu relatório dentro do Regimento que a Casa impõe. Não quero que fique nenhuma dúvida de que a Corregedoria não esteja tomando as providências, inclusive sob o aspecto da degravação e apresentação dos laudos. Já há peritos contratados pela Mesa da Casa para que se dê prosseguimento a essas investigações, sem duvidar da competência do Dr. Molina, que conheço muito bem, inclusive o trabalho que desenvolveu como membro da Unicamp.

Era isso que eu queria esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Feitos os esclarecimentos, quero informar ao Senador Romeu Tuma que a Comissão e os Senadores não duvidam que S. Exª esteja tomando todas as providências cabíveis. Portanto, é um zelo por parte do ilustre Senador, mas na verdade temos plena confiança de que o Senador toma todas as providências necessárias.

Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Molina, de registrar que ontem o Presidente do Sena-

do, Senador Jader Barbalho, recebeu os sigilos fiscais e telefônicos do Sr. Eduardo Jorge e encaminhou o documento à Comissão de Fiscalização e Controle, que passo a ler:

“Exmº Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Romero Jucá, nesta data recebi documentos encaminhados pelo Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira contendo informações sobre sua movimentação bancária e registros telefônicos, que estão protegidos por sigilo legal.

Para conhecimento e providências cabíveis de V. Exª e dos senhores membros desta Comissão, transiro-lhes a íntegra dos referidos documentos, registrando expressamente a imprescindível transferência do sigilo legal.

Nesta data de hoje, neste momento, estou encaminhando documentos enviados pelo Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira contendo informações sobre sua movimentação bancária e seu registro telefônico, que estão protegidos pelo sigilo legal. Saliento ainda que esses documentos são de caráter confidencial.”

Este ofício está sendo entregue ao Senador Ney Suassuna, Relator da matéria, para que S. Exª possa fazer as análises e tomar as providências necessárias.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Gostaria que V. Exª me esclarecesse se o Sr. Eduardo Jorge Caldas quebrou o seu sigilo, autorizando o Senado da República a requerer aos bancos – ao Banco Central e às companhias telefônicas – as informações, ou se ele apresentou uma seleção de documentos, escolhidos por ele, para a Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador Roberto Requião, ainda não conheço o teor do material, pois o recebi lacrado. Passo-o ao Relator – o material lacrado. Assim que o Relator o abrir e verificar do que se trata, V. Exª será informado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Pela forma como V. Exª expôs, e pela referência ao material lacrado, não há uma quebra de sigilo; há um oferecimento de alguns documentos que necessariamente não serão todos os documentos. Então, não há uma quebra de sigilo, mas uma exibição, por parte do Sr. Eduardo Jorge, de alguns documentos.

O importante era que se desse ao Senado autorização para investigar todas as ligações telefônicas, de todos os números que ele pudesse ter usado e ter a posse de todos os extratos bancários e de todas as

contas que estivessem em seu nome. Pelo que percebi, conforme a declaração de V. Exª, estamos diante de mais uma farsa do Sr. Eduardo Jorge.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Em primeiro lugar, lembro ao Senador Roberto Requião que o Senado tem a oportunidade de ter essas informações. Até porque se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estivesse tendo o mesmo zelo da Comissão de Fiscalização e Controle – não sei por que não está acontecendo isso? – ela já poderia ter se reunido. De acordo com a lei do sigilo bancário e conforme o Ato Normativo da Mesa do Senado regulamentando o procedimento nos casos de quebra de sigilo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já poderia ter se reunido com o mesmo Presidente da reunião passada, com os mesmos membros, como é o caso desta. Não sei por que apenas esta é considerada motivo até de força maior para suspender a sessão do Senado!

Pergunto à Mesa qual o procedimento que será adotado pela Presidência desta Comissão com relação ao acesso dos Srs. Senadores, membros da Comissão, a esses dados?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O acesso, a qualquer membro desta Comissão, será feito por intermédio do Relator. No momento em que for permitido o acesso, fica transferida também a responsabilidade pelo sigilo.

O conteúdo do material recebido será informado posteriormente aos Senadores membros desta Comissão. E para aqueles que queiram, como o Senador Roberto Requião, informação do que contém o material recebido – que ainda não foi aberto por mim, o abriremos em uma reunião sigilosa desta Comissão – posteriormente a daremos.

Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Molina para fazer uma rápida exposição sobre como recebeu a fita, o que motivou esse trabalho, como foi feito o trabalho, qual o conteúdo da fita, se as pessoas foram identificadas e se ele pode identificar os autores das vozes das fitas.

Após responder às perguntas do Relator, V. Sª responderá às perguntas dos Srs. Senadores, obedecendo à lista de inscrição.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, se V. Exª me permite uma preliminar, gostaria de sa-

ber o tempo de duração dessa fita. Porque a informação que temos é que a conversa durou uma hora e dez minutos. Então, já saberíamos se é uma fita integral ou não!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Dr. Roberto Molina responderá essas perguntas em sua exposição sobre a reconstituição.

Gastaremos aqui o tempo necessário.

O SR. PEDRO SIMON – Não há por que V. Ex^a dizer que vai ser uma rápida exposição. Acho que V. Ex^a tem o direito, o dever de usar o tempo necessário para fazer todos os esclarecimentos que ele possa nos fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Molina.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Essa fita vou descrevê-la materialmente, antes de mais nada. Era uma fita microcassete, desse tipo comum, daqueles gravadores pequenos, que continha uma gravação em um dos seus lados – lado “A” -, uma gravação integral do começo ao fim desse lado, gravado com velocidade lenta, portanto, com duração de um hora. Ela não poderia durar mais do que isso porque essa é a duração máxima de uma fita desse tipo. Então, havia uma hora de gravação - é que dependendo da velocidade do gravador há uma variação para cima ou para baixo. Na verdade, no nosso gravador, são 57 minutos. Mas a princípio é uma hora.

Essa fita chegou às nossas mãos encaminhada pelo Procurador Luiz Francisco, mas através de um órgão de imprensa, que seria a Revista IstoÉ.

Recebi um telefonema do Procurador, que me disse que estava encaminhado a fita através dessas pessoas, mas não me explicou o porquê. Simplesmente recebi a fita.

A fita realmente, quando foi analisada num primeiro momento, era absolutamente inaudível – depois pretendo mostrar alguns trechos de como ela se encontrava –, pensamos que nada pudesse ser feito para recuperá-la. Até que pensamos numa possibilidade, que é muito remota – existe na literatura, mas não acontece com muita frequência – que é uma questão de desajuste mecânico do cabeçote do gravador. Tentamos ir por esse caminho, ajustando vários gravadores, desmontando vários gravadores até tentar encontrar a pressão e a inclinação certa da cabeça, que reproduziria a distorção, vamos dizer assim, que existia no gravador original. Então esse era o problema da fita; ela deve ter sido gravada num gravador que estava muito desajustado e em qualquer outro gravador ela não seria audível. Porque a cabeça,

vamos dizer assim, estaria fora da trilha de sinal gravado.

Através de ajustes mais finos e de algumas filtrações digitais, conseguimos chegar ao máximo que se poderia conseguir de qualidade dentro desse material. Alguns trechos da fita se tornaram absolutamente audíveis e inteligíveis. Outros trechos são de baixa inteligibilidade e outros trechos são de nula inteligibilidade. Acredito que cerca de 70% a 75% do que foi conversado pôde ser transcrito. É claro que existe, numa gravação desse tipo, sempre lacunas, é muito difícil, mesmo que não houvesse esse problema de desalinhamento; gravações clandestinas são sempre precárias.

Eu queria também destacar uma questão: audibilidade e inteligibilidade são conceitos diferentes. Então uma fita pode estar bastante audível, quer dizer, ser claro que ali há uma conversa, mas aquele trecho não ser inteligível. De modo contrário também, um trecho pode ser de baixa audibilidade, ou seja, muito tênue a relação sinal/ruído e no entanto ser perfeitamente inteligível. Os dois tipos de fenômeno acontecem nessa fita, ou seja, há trechos que têm um bom volume de áudio, mas não são inteligíveis e há trechos que têm um baixo volume de áudio, mas são perfeitamente inteligíveis.

Segundo me foi informado, em conversa anterior com o Senador Romero Jucá, um dos trechos que causou uma certa polêmica – acho que a própria imprensa já levantou isso – é o que se refere à quebra de sigilo da mesa de votação. Essa parte, para nós, peritos, ficou absolutamente clara, está aí como está transcrito no laudo. Mas ela é de difícil compreensão, principalmente em sistemas abertos de som. Então, talvez seja preciso fazer alguma escuta mais fina, com fones, em lugar silencioso, para alguns trechos mais complicados. Mas tudo que está aí, principalmente esse trecho polêmico, que tivemos um cuidado especial, foi escutado, perfeitamente, por pelo menos três peritos.

Queria falar alguma coisa sobre a questão da autenticidade, porque isso também foi examinado.

Não há nenhuma montagem na fita. A fita transcorre linearmente, continuamente, desde o seu começo até o final. Há uma pequena interrupção no começo, mas antes de se iniciar o diálogo principal. Há uma interrupção de teste de gravadora, alguém fala alguma coisa testando, desliga e liga novamente. No momento em que o diálogo principal começa, a fita transcorre normalmente até o seu final, quando ela é desligada – não por acionamento de botão, mas pelo

próprio final físico da fita. Ou seja, ela é integral, original e autêntica.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria que o Dr. Ricardo Molina exibisse os gráficos a fim de demonstrar como se verificou a autenticidade e a montagem da fita. Posteriormente, abriremos espaço para as perguntas.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Certo.

Eu trouxe alguns gráficos. Embora isso possa representar pouco, é a única forma de demonstrar certas diferenças. Isto é o que chamamos espectrograma, que analisa toda a faixa de frequências da fita. Não sei se está colorido no laudo; é na página 66. Com essa análise é possível avaliar visualmente a qualidade do material. O que vemos aqui, que é um sinal muito fraco, seriam essas linhas harmônicas em vermelho.

Agora vou mostrar o sinal após o tratamento. Vemos que há um ganho muito grande, em todas as faixas de frequência, após o tratamento do sinal e ajuste do cabeçote. O que os gráficos mostram é que houve um ganho e uma melhora objetiva daquele material.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Solicito que se faça silêncio, por favor, principalmente às pessoas que estão acompanhando.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Gostaria de mostrar o que temos visualmente em termos sonoros também. O som já está no plenário.

É um trecho, o mesmo trecho da fita, tal como ela veio. Percebemos que ela é realmente ininteligível, não há nenhum trecho que pudesse ser transcrito da maneira como ela chegou.

(Ruídos de gravação.)

Sem som.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria que se colocasse o som máximo, por favor.

(Ruídos de gravação.)

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – O que se observa é que há uma conversa e nada mais do que isso. Quer dizer, ela era totalmente, 100% ininteligível. Em alguns trechos, após o nosso tratamento, foi possível conseguir inteligibilidade de 100%. Em outros trechos uma inteligibilidade menor.

Por exemplo, aqui há um trecho. Esse trecho pode ser acompanhado inclusive na transcrição, na página 40.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Estão sendo providenciadas cópias e distribuídas paulatinamente à medida que ficam prontas.

Reprodução da fita:

“ACM é pra (atestar/testar)...

GSprocuradoria...

VF[4/5]

FCMhouve uma... a... houve uma... uma... o Ministério Público na Amazônia, ele está investigando todas as denúncias sobre a SUDAM, não é isso? no meio dessas investigações [1/2] descobriu... é... pegou um empresário, suspeito, e nas gravações telefônicas esse empresário fala sobre a vida dos políticos...

ACM...e, no meio, o Eduardo Jorge...”

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria apenas de observar que, após esta reunião, está programada uma audição a fim de que se possa ouvir com mais detalhes, num sistema mais apurado, no auditório do Sustel, ao lado do auditório Petrônio Portella. Os senadores e aqueles que desejam ouvir, saibam que lá estará montado um estúdio onde será possível reproduzir as mesmas condições técnicas de ruído do Dr. Ricardo Molina, que dará melhor audibilidade à fita.(Pausa)

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – As vozes estão identificadas pelas siglas à esquerda.

O SR. ROMEU TUMA – Essa é a repetição do diálogo?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não, isso também está expresso no laudo: cada sigla à esquerda...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Na pág. 5 do laudo estão descritos os autores das vozes que foram identificadas.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – ACM seria o Senador Antônio Carlos Magalhães; GS, o Procurador Guilherme Schelb; LF, o Procurador Luiz Francisco; FCM, Fernando César Mesquita, e ET, Eliana Torelly. VF é uma voz que deve ser desprezada porque é da secretária. Não tem a menor importância.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Só uma pergunta para o técnico. O que significam esses números entre colchetes, como (1/2)?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Também na pág. 5, os números entre colchetes são o número aproximado de palavras que não puderam ser decodificadas nesse ponto. Então, aqui foi falada alguma coisa e há uma ou duas palavras que não conseguiram ser transcritas. De uma a duas, porque como elas não são inteligíveis, temos de fazer uma aproximação. É o número de palavras, então, uma ou duas palavras. A gente prefere fazer a transcrição dessa forma porque pelo menos se tem uma estimativa do quanto se perdeu.

Palavras entre parênteses são palavras para as quais não houve consenso entre os três peritos. Houve alguma dúvida na transcrição. Mesmo assim, elas são transcritas porque seriam a melhor hipótese, aquilo...

O SR. ROMEU TUMA – ... o senhor prescreve no início do laudo?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Seria, vamos dizer, o mais próximo que conseguimos chegar. Mas há alguma dúvida das palavras entre parênteses. Os parênteses expressam uma não certeza, vamos dizer, a respeito daquele termo.

Reprodução de fita:

"ACMé pra (atestar/testar)...

GSprocuradoria...

VF[4/5]

FCMhouve uma... a... houve uma... uma... o Ministério Público na Amazônia, ele está investigando todas as denúncias sobre a SUDAM, não é isso? no meio dessas investigações [1/2] descobriu... é... pegou um empresário, suspeito, e nas gravações telefônicas esse empresário fala sobre a vida dos políticos...

ACM...e, no meio, o Eduardo Jorge...

VFe a maioria lá, como é que foi?

ACMé pior do que a do [1/2]

VFah, é?

LFo grau de... de [1/2] é infinito, ele tem...

GS o senhor diz que ele não... ele não resiste ...

FCMo governo [1]...

GS... e quebrava, o senhor diz o ...

ACM... Fernando

VF(...)

ACM

GSo senhor diz quebrar o sigilo...

FCM... telefônico do Eduardo Jorge

GSé pra onde ele fez ligações, certo?

FCMpede uma consultoria...

ACMporque não... quebrar o sigilo de noventa e quatro?...

GSé isso mesmo

VFe a bolsa?

ACM... e agora!

VF[4/5] tá bom, ué...

... e matemática?

*... contratações..."

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Esse é um trecho onde se fala da questão do sigilo telefônico, às pags. 40/41.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vai ser colocado novamente, páginas 40/41.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – VF é uma voz que não tem...

O SR. NEY SUASSUNA – É a secretária.

O SR. ROMEU TUMA – Ela não foi identificada?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não. Na verdade a secretária estava mais perto do gravador do que todos os outros interlocutores.

O SR. ROMEU TUMA – São três gravadores, dois que estavam de posse do Luiz Francisco que ele teria destruído. Esse terceiro estava na outra sala?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Essa foi a versão que me foi passada. Esse gravador estaria colocado fora da sala, junto à secretária. Então, a voz dela acabou se sobrepondo às outras.

O SR. EDUARDO SUPLICY – FCM é Fernando César Mesquita?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Fernando César Mesquita.

(Pausa.)

Vamos começar novamente da página 40:

Reprodução da fita:

"FCMhouve uma... a... houve uma... uma... o Ministério Público na Amazônia, ele está investigando todas as denúncias sobre a SUDAM, não é isso? no meio dessas investigações [1/2] descobriu... é... pegou um empresário, suspeito, e nas gravações telefônicas esse empresário fala sobre a vida dos políticos..."

ACM...e, no meio, o Eduardo Jorge...

VFe a maioria lá, como é que foi?

ACMé pior do que a do [1/2]

VFah, é?

LFo grau de... de [1/2] é infinito, ele tem...

GS o senhor diz que ele não... ele não resiste ...

FCMo governo [1]...

GS... e quebrava, o senhor diz o ...

ACM... Fernando

VF(...)

ACM

GSo senhor diz quebrar o sigilo...

FCM... telefônico do Eduardo Jorge

GSé pra onde ele fez ligações, certo?

FCMpede uma consultoria...

ACMporque não... quebrar o sigilo de noventa e quatro?...

GSé isso mesmo

VFe a bolsa?

“ACM... e agora!

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – É, existe essa frase...

(Pausa.)

Vou destacar agora:

(Reprodução da fita – página 41 do supracitado relatório)

“ACM – Por que não... quebrar o sigilo de noventa e quatro?”

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Estou repetindo sempre essa mesma frase:

“ACM – Por que não... quebrar o sigilo de noventa e quatro?”

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Esses trechos, às vezes, para serem compreendidos têm de ser repetidos muitas vezes para ficarem mais claros.

Há algum outro trecho que...?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de ouvir em relação à questão do painel, nas páginas 63 e 64.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Esse trecho é bem difícil de ser ouvido nessas condições, mas vamos tentar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Volto a informar que, após esta audição, principalmente para esse segundo trecho, a estrutura da Sustel, ao lado do Auditório Petrônio Portela, estará à disposição e vamos ouvir esse outro trecho lá, depois.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao Dr. Molina – isso não ficou esclarecido para mim – se as vozes aqui são identificadas com absoluta certeza ou se são supostamente atribuídas a essas pessoas. Há uma identidade muito grande com relação às vozes? Elas são identificáveis com absoluta certeza?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não temos muitas dúvidas quanto aos interlocutores, porque cada uma dessas vozes tinha características bem diferentes uma da outra. Nos casos em que tivemos alguma dúvida, não colocamos o interlocutor ou o colocamos entre parênteses, sempre seguindo aquele princípio de qual deles se aproxima mais. Quando não está entre parênteses, é porque tínhamos certeza de que era aquele interlocutor que estava produzindo...

Nós tivemos acesso a amostras de comparação apenas do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Procurador Luiz Francisco, mas já foi suficiente porque, na verdade, há diferenças dialetais bem expres-

sivas; todos são de regiões diferentes. Então, não há possibilidade de misturar. A voz feminina está naturalmente separada das demais. O Procurador Guilherme Schelb tem um timbre bem característico; o Procurador Luiz Francisco tem uma frequência fundamental muito alta. Então, cada um tem uma particularidade que permitiu separá-los. A outra hipótese – uma separação entre eles. Não sei se V. Ex^a se refere a uma outra hipótese de que todos não sejam interlocutores verdadeiros. Af, teríamos de ir a uma hipótese mais complicada de que todo o diálogo teria sido uma grande representação.

Isso poderia ser checado também, desde que eu tivesse acesso a gravações de cada um deles dizendo as mesmas palavras. Isso seria facilmente verificável.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de registrar que há uma lista de inscrição. Então, vamos deixar as perguntas para depois, obedecendo a lista de inscrição, o Dr. Molina responder.

Eu gostaria de voltar a essa questão do áudio da gravação.

(Pausa.)

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Esse trecho é um trecho... Está diferente. Ache a página... Esse trecho...

Reprodução da fita:

“VM(lembro)...

ACM... Heloísa Helena votou nele...[1/2]... [1/2]... eu tenho todos que votaram nele

LFmas por que votou nele? [3/4]

(A)Renan que tratou isso... (foi e bateu, bateu...)

LF[5/6]

GSmas por que que ele fez isso?

ACMo (Luiz) Eduardo há muito tempo [5/6] (denunciar/denunciado) o PT

*[1/2]

*(pior que reza a vida inteira)

GSah, tá...

*(cassando)...

(F)depois ela (veio) [2/3] ... testou o conhecimento... (meio mole), dizendo: doutor...

*admitiu que o (voto dele é comprado)

*[3/4]

Fnão pode falar isso que Luiz Estevão pode querer anular e vai acabar dizendo que quebrou... violou o sigilo da... da... votação

ACMnão...

GSenador, o... o Luiz Estevão e o Eduardo Jorge estão preocupados... a Presidência da República também

Ffalei (isso a)

ACM[2/3] o PRODASEN, já lhe dei o nome [1/2]

Fclaro..."

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Esse trecho...É antes disso.

Reprodução da fita:

"ACM... Heloísa Helena votou nele...[1/2]... [1/2]... eu tenho todos que votaram nele"

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Isso não vai dar para ouvir. Bem, esse trecho que estou repetindo é essa frase aqui: "Heloísa Helena votou nele". Com o fone de ouvido é perfeitamente audível. Temo que aqui, com esse sistema, seja muito difícil de ouvir. Vou tentar, mas é muito baixo, muito lá no fundo mesmo.

Reprodução da fita:

"ACM... Heloísa Helena votou nele...[1/2]... [1/2]... eu tenho todos que votaram nele"

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não adianta aumentar porque piora...

Eu acho que tem que seguir a transcrição. Realmente tem de ser no fone de ouvido. Esse pedaço é muito crítico.

Mas aqui não é o ambiente. Teria de ser uma situação mesmo de tratamento acústico.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ouviremos na Sustel, logo após a reunião.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Mas a sequência nós temos a certeza de que é exatamente essa:

"Heloísa Helena votou nele".

"Eu tenho todos que votaram".

Aí há uma pergunta do Procurador Luiz Francisco: "Mas porque votou nele?" Essa voz... Isso aqui saiu errado. Por que saiu assim? Não, isso foi erro de impressão. Não há dúvida que é o Senador Antonio Carlos Magalhães que diz essa frase:

"Renan que tratou isso".

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pode seguir mais um pouco?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Ai, o Procurador Guilherme Schelb...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, já se pode fazer perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vamos deixar as perguntas para depois. Vamos ouvir o material. Depois fazemos as perguntas.

Dr. Molina, por favor.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – O Procurador Guilherme Schelb pergunta:

"Mas por que ele fez isso?"

O Senador diz: "Luiz Eduardo há muito tempo..." Há algumas palavras, alguma coisa que dava o sentido de "ter denunciado o PT..." ou alguma coisa assim. Vem, então, uma frase difícil de se compreender. Quanto a essa fala, não sabemos quem é o interlocutor, não foi possível determiná-lo. A seguir, há uma parte que é bem clara, não tem muito problema, que é produzida pelo Dr. Fernando César.

Reprodução da fita:

*[1/2]

*(pior que reza a vida inteira)

GSah, tá...

*(cassando)...

(F)depois ela (veio) [2/3] ... testou o conhecimento... (meio mole), dizendo: doutor...

*admitiu que o (voto dele é comprado)

*[3/4]

Fnão pode falar isso que Luiz Estevão pode querer anular e vai acabar dizendo que quebrou... violou o sigilo da... da... votação"

Essa parte pode ser ouvida sem fone. As condições aqui não são boas, mas esta parte está perfeitamente audível, não há problema algum. Quem fala é o FCM – Fernando César Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, peço que façam silêncio.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor pode continuar, Dr. Molina.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Há algum outro trecho que desejam que eu reproduza?

O SR. ROMEU TUMA – O senhor poderia repetir esse último trecho, para verificarmos se refere-se ao painel e se foi extraída a lista?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Em momento algum encontramos a palavra lista. A única referência a essa questão seria nesta sequência: "...a Heloísa Helena votou nele... eu tenho todos os que votaram nele". Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Poderíamos passar à fase de perguntas.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Relator, o nobre Senador Ney Suassuna.

Peço, por favor, que façam silêncio.

O SR. NEY SUASSUNA – Dr. Ricardo Molina, suponho que o senhor tenha consciência da gravida-

de dos desdobramentos políticos que ocorrerão após a publicidade deste trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dr. Ricardo Molina, nós, agora, vamos iniciar as perguntas. O nobre Senador Ney Suassuna fará algumas perguntas ao senhor.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, suponho que o senhor tenha consciência da gravidade das consequências e dos desdobramentos que essa fita trará. Com toda a certeza, estamos apenas no início desta investigação, uma vez que ainda serão chamados os Procuradores. Inicialmente, perguntaria ao senhor se existe alguma probabilidade – o senhor já explicou, mas quero que o senhor enfatize – dessa fita ter sido adulterada.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não acredito que tenha havido qualquer adulteração. Na verdade, a fita é íntegra e o problema que tinha não era de adulteração e, sim, apenas um problema mecânico do gravador originário.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, ela não foi editada, não tem cortes, nada disso. É íntegra?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Nem edição, nem montagem.

O SR. NEY SUASSUNA – Principalmente em relação a esse trecho que o senhor disse que vamos conseguir ouvir bem nos fones, indago-lhe se, nos fones, os peritos conseguiram fazer com muita certeza a afirmação de que o diálogo é esse decodificado.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não, nessa parte da fita não há nenhuma divergência entre os três peritos. Todos conseguiram ouvir a mesma coisa.

O SR. NEY SUASSUNA – Além do senhor, poderia nominar os outros dois peritos?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Donato Pasqual Junior e Helena Britto.

O SR. NEY SUASSUNA – O senhor acabou de dizer, há poucos minutos, que pela tipologia, pela escala, pelo tipo de vibração, consegue identificar tranquilamente as vozes de cada um desses participantes?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – É, na verdade, nós não...

O SR. NEY SUASSUNA – E o senhor teve dois exemplos, a do Procurador e a do Senador?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Exatamente, essas foram as amostras que recebemos.

Na verdade, a questão das vozes, na maior parte dos casos, é fácil de resolver porque, como expliquei, cada uma delas tem características bem dife-

rentes, até mesmo dialetais, regionais. O Senador Antonio Carlos Magalhães, por exemplo, tem o que chamamos de uma leve disфонia, uma voz um pouco rouca. Não é tão assim difícil reconhecer cada uma delas.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, o senhor está tranquilo com relação a isso?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não tenho dúvida de que nesse trecho foi realmente ele quem falou.

O SR. NEY SUASSUNA – A outra pergunta que faço ao senhor – o senhor também explicou, mas gostaria que enfatizasse – é como esta fita chegou em suas mãos?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Ela me foi entregue com um pedido telefônico, em primeiro lugar, do Procurador Luiz Francisco, que me disse, me avisou que repórteres da IstoÉ estariam levando a pedido dele uma fita para que eu fizesse uma primeira análise e visse se era possível recuperá-la, porque a fita era absolutamente inaudível.

Daí, fizemos os procedimentos que já expliquei e transformamos a fita. Na verdade, saímos do zero e chegamos a alguma coisa.

O SR. NEY SUASSUNA – Isso ocorreu quando?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Isso ocorreu há uma semana atrás, na quinta-feira.

O SR. NEY SUASSUNA – E quem procurou o senhor para entregar a fita?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Foram repórteres da IstoÉ, que pediram para não ser identificados. Não sei...

O SR. NEY SUASSUNA – Estou entrando com um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, vamos manter a ordem e ouvir a pergunta do Senador Ney Suassuna e a resposta do Dr. Ricardo Molina.

O SR. NEY SUASSUNA – Estou entrando com um requerimento, chamando os três repórteres da IstoÉ. Isso depois será votado e estou alertando que é para haver veracidade porque queremos tudo muito transparente.

Acho que para isso é que estamos aqui. Convido os demais Senadores para ouvirem no fone. É claro que com esse equipamento não estamos tendo a qualidade que deveríamos ter, mas no fone o senhor nos disse que fica muito melhor.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Sim, no fone acredito que seja melhor.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, Sr. Presidente, aproveito para passar o requerimento, que diz o seguinte:

“Requeiro, nos termos regimentais, seja convidados a depor nesta Comissão para prestar esclarecimentos os repórteres Andrei Meireles, Mário Simonsen Filho e Mino Pedrosa, autores da matéria “Fisgados pela Voz”, da revista *IstoÉ*, edição de 7 de março.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O requerimento será votado no final da reunião.

O SR. NEY SUASSUNA – Continuando com as perguntas ao Sr. Ricardo Molina.

O senhor conseguiu transcrever quantos por cento da fita desse total de uma hora?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Como há lacunas ao longo da transcrição, é difícil quantificar exatamente, mas acredito que cerca de 70% a 75% do total.

O SR. NEY SUASSUNA – E o senhor recebeu apenas uma fita?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Recebi uma fita gravada de um lado com uma hora de conversa, aproximadamente.

O SR. NEY SUASSUNA – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – A minha primeira pergunta se refere à existência de fitas, porque o nosso convidado disse que recebeu uma fita mandada pelo Procurador Luiz Francisco, que foi entregue para o repórter da revista *IstoÉ*. Mas aqui foi dito também que o Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, também recebeu uma fita e está fazendo a degravação.

O SR. ROMEU TUMA – Foi a informação que ele prestou agora.

O SR. BELLO PARGA – Então, são duas fitas?

O SR. NEY SUASSUNA – Eu acho que são três. Uma foi destruída, outra está com o Procurador...

O SR. BELLO PARGA – Então, se há mais de uma fita, indago se essa fita que foi objeto da exposição e da exibição do Dr. Molina era original ou era uma cópia. Porque das duas uma: ou são duas cópias ou uma é original e a outra é a cópia. É original ou cópia?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Original. A fita que eu analisei é original, com certeza. Agora, eu gostaria só de fazer uma observação. Acho que está havendo uma certa confusão. Eu devolvi a

fita, a fita não está comigo, devolvi a fita no mesmo dia ou um dia depois, porque depois que digitalizei e coloquei no CD não preciso mais da fita. A fita foi devolvida e, provavelmente, a fita que o Dr. Brindeiro tem é a mesma fita que veio para mim.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor deu para quem?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Para as pessoas que me entregaram, os repórteres da *IstoÉ*.

O SR. BELLO PARGA – Continuando a perguntar, Dr. Molina, já que foi esclarecido que foi entregue ao senhor, vejo que o laboratório de fonética forense e processamento de imagens é do Instituto de Pesquisa e Processamento de Sons e Imagens e Texto Ltda., é uma empresa prestadora de serviços, portanto. Essa análise, essa degravação, essa recuperação foi encomendada pelo Procurador ou pela revista?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Foi encomendada pelo Procurador. Não há nenhum contrato com a revista.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de abrir um parêntese para ler a carta que o Procurador encaminhou, que talvez esclareça essa questão.

O SR. WALDECK ORNELAS – O Senador está falando. O Presidente não pode interromper o Senador que está falando. O senhor está entendendo mais da fita do que o Molina.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Estou entendendo da documentação que foi enviada a mim e não admito esse tipo de colocação. Estou querendo prestar uma informação, aliás, desde o começo...

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, deixe o Senador acabar de falar. Depois V. Ex^a fala, deixa ele acabar de falar. Não queira manipular a reunião. Já basta o ridículo.

O SR. BELLO PARGA – Posso prosseguir? Então, foi um serviço encomendado e pago, portanto.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não tenho nenhum contrato com a *IstoÉ*. Esse serviço não está sendo remunerado.

O SR. BELLO PARGA – É gratuito, é um serviço que essa empresa prestou gratuitamente, sem receber honorários de espécie nenhuma.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Exatamente. Eu gostaria até de destacar um aspecto. A transcrição que fizemos difere bastante da transcrição que a *IstoÉ* fez, não há nenhuma coincidência.

O SR. BELLO PARGA – É bom esclarecer isso, mas não é disso que estamos tratando no momento.

Finalmente, quero me referir, Dr. Molina, à página 64, que exatamente cita uma frase que teria sido dita pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, em que, entra um interlocutor VM, “lembro...” VM ainda não foi achado.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Peço desculpas porque há alguns erros no laudo, principalmente de edição. Erros de menor importância. Acabamos esse laudo e imprimimos na madrugada de hoje.

O SR. BELLO PARGA – Estão aceitas as explicações. Prossigo. Ainda na página 64, nessa frase atribuída ao Senador Antonio Carlos, diz: Heloisa Helena votou nele. Antes tem reticências. O que significam essas reticências?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – As reticências são apenas de uma frase que teria uma continuação, mas não está faltando nenhum material.

O SR. BELLO PARGA – Mas a continuação de uma coisa que não foi citada aqui. Reticências... Heloisa Helena.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não significa nada.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Transcrevemos apenas aquilo que conseguimos ouvir.

O SR. BELLO PARGA – E por que essas reticências anteriores?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Isso é um erro também de digitação.

O SR. BELLO PARGA – “Lembro...” “...Heloisa Helena?”

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – O problema é que, nas legendas dos interlocutores, em algum outro momento, pode ter havido...

O SR. BELLO PARGA – A reticência implica dizer que houve uma lacuna. É isso que entendo, Sr. Presidente, e me dou por satisfeito no tocante às perguntas no momento. O Senador Bernardo Cabral me pede um aparte e eu concedo.

O SR. BERNARDO CABRAL – Dentro dessa pergunta, apenas para contribuir. A resposta aqui: ACM – “Heloisa Helena votou nele. Tenho todos os que votaram”. Mas embaixo admitiu que o voto dele é comprado. É voto dele, é voto dela? Que confusão é essa? Quero saber quem disse isso em cima e quem disse embaixo. Embaixo não aparece quem diz isso, porque se, realmente, é voto dele não é voto dela.

É apenas um aparte que queria fazer para lhe ajudar na inquirição.

O SR. BELLO PARGA – É oportuno. Agradeço a intervenção do Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero registrar, antes de dar a palavra ao Senador Jefferson Péres, que, por meio de um Ofício do Ministério Público nº 15, o Procurador Luiz Francisco de Sousa solicitou: “Para auxiliar os trabalhos desta Comissão, gostaria de sugerir que esta Comissão convidasse o Dr. Molina e requeresse ao mesmo cópia da fita, tal como a gravação da mesma”.

Portanto, a presença do Dr. Molina aqui foi uma solicitação de acordo com ofício do Procurador para que os trabalhos pudessem avançar.

Passo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, tenho pouco a perguntar. Esse texto está tão truncado! Apenas lhe pergunto: o senhor afirmou categoricamente que a fita é original. Não sabemos e vamos saber quando ouvirmos o Procurador e o repórter se o Dr. Luiz Francisco mandou para a IstoÉ a fita original ou se foi uma cópia e se a que chegou às suas mãos foi uma cópia da cópia ou se foi a original. O senhor afirma que foi a original. Por quê? O senhor tem elementos técnicos para afirmar que é a original?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Quando se faz uma cópia nesse tipo de gravador microcassete, a degradação é muito grande, quer dizer, não conseguiríamos chegar a obter essa qualidade se ela fosse uma cópia. Não tem nenhuma característica de ser cópia. Ela tem uma informação espectral suficientemente ampla. Existem elementos técnicos para que possamos dizer que ela é uma original.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ela é, sem dúvida alguma, a original?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Sem dúvida alguma, a original. No entanto, tenho uma observação a fazer. Parece que várias fitas foram gravadas simultaneamente. Essa é a versão que me foi passada. Duas ou três.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Apenas para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, vamos fazer silêncio e ouvir o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Apenas para concluir, porque esse detalhe é muito importante. Esse detalhe é muito importante!

A reticência que antecede o nome da Senadora Heloísa Helena significa, para mim, que foram pronunciadas algumas palavras antes.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não essa reticência.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Por que a reticência então? Insisto no que o Senador Bello Parga perguntou. O que significa? Os outros não têm reticência. Aqui tem uma reticência. Reticência depois quer dizer que a frase não foi concluída, e reticência antes significa que é a continuação de uma frase. Ou não?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Senador Jefferson Péres, permite-me um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Pois não.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Podia ser, por exemplo – nesse caso, concordo com V. Ex^a -: dizem que a Heloísa Helena votou nele.

O SR. JEFFERSON PÉRES – É por isso que digo que é importante o detalhe.

Não faço nenhuma especulação. Só quero saber se foram pronunciadas... Se isso é a continuação de uma frase ou não é?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Existem algumas formas de falar as frases. Temos um movimento entoacional e, às vezes, dá impressão ao perito que aquilo é uma continuação por causa da prosódia, mas isso não quer dizer que, necessariamente, quando há reticências haja aquela continuidade.

O SR. JEFFERSON PÉRES – É uma possibilidade?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – É uma possibilidade, mas não uma necessidade.

E também nós não fazemos considerações quanto à interpretação do que está sendo dito. Tentamos apenas, objetivamente, transcrever aquilo que conseguimos transcrever. A sequência dos textos deve ser analisada não pelo perito, porque ele não tem competência para isso.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Dr. Molina, não estou tirando nenhuma conclusão, só quero deixar as coisas bem claras. No meu entender, as reticências não estão aqui gratuitamente. Agora o senhor esclarece. Quer dizer, há a possibilidade de que tenha havido...

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – É, mas não necessariamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não necessariamente; possibilidade não é certeza.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Inclusive nesse trecho a própria palavra “lembro” está

entre parênteses. Quer dizer, é a palavra que mais se aproximou...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Apenas agora para concluir mesmo. Esse “A”, entre parênteses, “Renan que tratou isso”; esse “A” é provavelmente Senador Antonio Carlos, ou não?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não, não é provavelmente; esse trecho é do Senador. Isso aí foi um erro de digitação.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Por que não colocaram ACM?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Foi um erro de digitação.

O SR. JEFFERSON PÉRES – E esse “F” no final é Fernando César Mesquita?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – É Fernando César Mesquita; também foi um erro, deveria aparecer como FCM.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de solicitar que o laudo fosse ajustado e fosse mandada uma correspondência por escrito fazendo essas correções.

O SR. JEFFERSON PÉRES – É só, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Podemos fazer isso até aqui ou até hoje, porque tenho ele no computador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Para fazer uma observação, o Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Ética, tem a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que é muito importante que eu preste alguns esclarecimentos aos Srs. Senadores. Tramita dentro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar uma denúncia. Apresentada pelos Senadores José Eduardo Dutra e Walter Pinheiro, a princípio, depois ela foi aditada pelos dois ilustres Parlamentares a que me referi e mais pelo Senador Paulo Hartung, representando o PPS. Como estamos realizando esta sessão aqui na Comissão de Fiscalização e Controle, pode parecer que o Conselho de Ética perdeu a sua competência para analisar os fatos. Quero dizer que naturalmente esta reunião está sendo realizada aqui porque a fita gravada não diz respeito a um assunto só. Há um assunto que diz respeito ao Conselho de Ética, e esse, com serenidade e equilíbrio, vai analisá-lo, que é a representação apresentada pelos Parlamentares a que acabei de me referir. Quanto às outras partes, essas podem ser ou não da competência desta Comissão ou de outra; isso não me cabe aqui apreciar. Mas me cabe prestar esses esclarecimentos, até porque te-

nho que falar em nome do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a fim de que o assunto possa ser melhor entendido e melhor compreendido.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A observação de V. Ex^a é pertinente. Quero registrar que de todo o material será enviada cópia ao Conselho de Ética para que este possa verificar que tipo de informação ou não é pertinente aos assuntos de que está tratando.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Como Relator, eu queria pedir também que fossem convidados todos os membros do Conselho de Ética a ouvirem nos fones a fita em melhor condição.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, no que diz respeito ao aspecto referente inclusive à atribuição do Conselho de Ética, mas que se cruza com o que estamos vendo aqui na Comissão de Fiscalização e Controle e se refere justamente à votação da cassação do Senador Luiz Estevão e àquilo que teria sido dito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães na reunião com os procuradores, o que noto – peço a atenção do Sr. Ricardo Molina para nos esclarecer – é que estamos conhecendo aqui uma versão diferente daquela registrada pela revista *IstoÉ* e que foi reproduzida em toda a imprensa brasileira. Vou aqui me referir exatamente a isso. A frase fundamental, que inclusive levou à indignação da Senadora Heloísa Helena, que, ontem, então, fortemente se expressou a respeito, era que o Senador Antonio Carlos Magalhães teria dito: “Vou dizer aqui pra vocês: a Heloísa Helena votou a favor do Luiz Estevão; votou a pedido do Renan Calheiros. Depois, ela disse que não votou, xingou. Tenho a lista de todo mundo que votou a favor e contra o Luiz Estevão”.

Ora, o que efetivamente está aqui reproduzido, na página 64? “Heloísa Helena votou nele”. Há uma ou duas palavras inaudíveis. “Eu tenho todos que votaram nele”. Não está claro aqui como foi a votação interpretada na reprodução da revista. Daí está: “Mas por que votou nele?” Há três ou quatro palavras inaudíveis. Daí está: “Renan que tratou isso” – esse “A” seria de ACM. “Renan que tratou isso... (foi, bateu, bateu). O que é diferente de “votou a pedido de Renan Calheiros”. “Mas por que ele fez isso?” Depois de cinco a seis palavras inaudíveis de Luiz Francisco. Daí vem: ACM: “O Luiz Eduardo há muito tempo – cinco a seis palavras inaudíveis – (denunciar/denunciado) o PT”.

Portanto, exatamente essas frases-chaves, na questão que estamos querendo dirimir, que são fundamentais do ponto de vista de se o Senador Antonio Carlos Magalhães teria dito que, de fato, “Eu tenho a lista de todo mundo que votou a favor e contra o Luiz Estevão”. Essa frase não está exatamente aqui. Está lá: “Eu tenho todos que votaram nele”. Mas não está do ponto de vista daquilo que se quer apurar. Será que o Senador Antonio Carlos Magalhães teria a lista do voto secreto de todos, que, por alguma forma, teria chegado às mãos dele? Isso é importante aqui registrar.

Também não está tão claro: “Heloísa Helena votou nele. Eu tenho todos que votaram nele”. É preciso aqui se dar a completa oportunidade ao Senador Antonio Carlos Magalhães para que ele venha a esclarecer inteiramente esse episódio, porque a sua voz, sim, é reconhecível. Que ele falou essas palavras e com alguma coisa a mais que não está inteiramente compreensível assim... É claro que se faz necessário que ele próprio – e acho que é do seu interesse – transmita a todos os Senadores exatamente como foi esse diálogo, para um esclarecimento completo, inclusive para a tranquilidade da Senadora Heloísa Helena e do Senador Renan Calheiros, porque é muito diferente dizer: “Votou a pedido do Renan Calheiros” e “Renan que tratou isso...” Não está claro aqui o que ele gostaria de dizer com “Renan que tratou isso... (foi e bateu, bateu...)”

Então, Sr. Presidente, assim como hoje se considerou tão importante que não houvesse sessão no Senado para se tratar desse assunto, esse aspecto é tão relevante para a História, pela responsabilidade dos Senadores envolvidos, que avalio que esta sessão está sendo importante para novos dados que vêm à tona. Vamos ouvir ali com maior atenção ainda. Mas, depois disso, a minha proposição, que eu já havia inclusive formulado ao Senador Ramez Tebet, é que possa o Conselho de Ética se reunir para ouvir com a tranquilidade necessária. Diante das evidências que agora nos chegam – graças à sua iniciativa, Senador Romero Jucá –, tendo ouvido e examinado isso, creio que o Conselho de Ética deve se reunir para que o Senador Antonio Carlos Magalhães preste esclarecimentos ponto por ponto. Acho que essa reunião – é a proposta que faço – deve ser para os 81 Senadores. Não se deve suspender na semana que vem qualquer sessão regular, mas devemos nos reunir no próprio plenário – para que não fique uma dessas salas aqui superlotada –, porque todos 81 Senadores querem ouvir esse esclarecimento.

Então, a sugestão que aqui faço ao Senador Ramez Tebet é que seja reunido o Conselho de Ética no

plenário do Senado, em uma reunião especial, para o esclarecimento cabal deste assunto, para que o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães possa, então, dirimir cada um desses pontos, dizendo o que quis dizer ou deixou de dizer, porque as dúvidas, obviamente, ficam suscitadas.

O que noto é que a gravação que ouvimos não é exatamente o que estava reproduzido na revista *IstoÉ*. Precisaríamos, então, saber por que é um pouco diferente, pelo menos o que o Dr. Ricardo Molina nos traz, como técnico em gravação de fitas, é um pouco diferente. Esta é a constatação que tenho e a sugestão que deixo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero lembrar a V. Exª que existe um requerimento do Senador Ney Suassuna, que será votado, a respeito da presença aqui dos jornalistas da revista *IstoÉ*, que poderão responder a essa pergunta melhor do que o Dr. Molina. Também gostaria de lembrar que na próxima terça-feira e quarta-feira deveremos programar a vinda dos Procuradores Luiz Francisco, Guilherme Schelb e Eliana Torelly.

Indago a V. Exª se V. Exª tem alguma pergunta a fazer.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Eu gostaria de ouvir o comentário do Dr. Ricardo Molina sobre as observações que faço, concluindo que o melhor esclarecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães se dará depois de ouvirmos, sobretudo, os procuradores, quando, então, esclarecerão completamente tudo o que ouvirem. Depois disso, sim, caberá ao Conselho de Ética ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães. Como é tão importante, avalio que deveríamos ter uma reunião. E se, na terça-feira e quarta-feira, estaremos ouvindo os jornalistas e os procuradores, quem sabe na quinta-feira possamos dedicar o dia a ouvir o episódio do esclarecimento cabal do Senador Antonio Carlos Magalhães. Mas que a sessão ordinária do Senado possa se realizar, ou seja, poderíamos ter essa reunião a partir das 14 horas, sem interromper a sessão do Senado. Isso poderia ser feito na próxima quinta-feira. Esta é a minha sugestão.

O SR. RAMEZ TEBET – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Pois não.

O SR. RAMEZ TEBET – Só para dizer a V. Exª aquilo que afirmei aqui. Não tenho o condão e nem posso impedir que haja a repetição. O caso é que há fatos que dizem respeito a uma Comissão e que podem dizer respeito à outra. No que concerne ao Con-

selho de Ética, quero garantir a V. Exª que somos cielos da competência da Comissão que nos cabe dirigir, que já tomamos algumas providências que foram requeridas no ofício, principalmente o requerimento que foi feito para obter as fitas. Ou seja, já solicitamos o que foi requerido. Devemos designar o Relator e na próxima semana devemos, sim, de acordo com o Relator, fazer aquele organograma e seguir o nosso trabalho na Comissão de Ética. Quanto a isso V. Exª pode ficar tranqüilo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Indago ao Senador Eduardo Supply se tem alguma pergunta específica ao Dr. Ricardo Molina.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Gostaria de saber se o Dr. Ricardo Molina observa que há uma diferença entre o que ele aqui expôs e o registro que estava na revista *IstoÉ* – creio que V. Sª conhece, mas vou deixar em suas mãos para que ...

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não foi objeto dessa perícia comparar ou corrigir a transcrição da revista *IstoÉ* sem fazer uma transcrição absolutamente independente. Acho até que há divergências mesmo entre as duas transcrições, não sei a que elas se devem. Há duas hipóteses aí: ou a revista – vamos dizer assim – sintetizou falas que estavam esparsas e juntou para se transformar num diálogo só, ou os trechos ininteligíveis são exatamente aqueles trechos que a revista colocou. Mas, realmente, se nós colocarmos cada assunto separadamente e confrontarmos uma com a outra, há realmente grandes divergências.

O SR. EDUARDO SUPPLY – V. Sª cogitou pedir ao Procurador Luiz Francisco o gravador para reproduzir a fita que foi gravada por ele, para que, então, no seu próprio gravador, que assim não teria aquele problema descrito por V. Sª Cogitou e pediu a ele ou ...

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Ele disse que ele não tinha o gravador que fez a gravação, não era dele ...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Portanto, o senhor pediu e ele disse que não tinha o gravador.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Que não era dele. Foi um gravador emprestado, não estava com ele. Embora não necessariamente isso fosse resolver o problema, porque se o gravador estava desregulado, ele podia simplesmente sair de novo do lugar. Mas isso foi pensado sim.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Eu perguntaria a V. S^a se a publicação feita pela *IstoÉ* ela teve alguém que fez esse trabalho que V. S^a fez para publicar, porque a publicação foi feita antes desse trabalho de V. S^a.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Sim.

O SR. PEDRO SIMON – Como é que a *IstoÉ* publicou? De onde é que vem aquela publicação da revista?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Eu, desde o primeiro dia em que tive acesso à fita e que a *IstoÉ* publicou a transcrição... Na verdade, a primeira matéria da *IstoÉ* nem fala em fita, não é? Coloca-se alguns trechos; mas a segunda matéria, sim, aparece como se houvesse uma fita. Eu tenho colocado desde o começo que essa transcrição não teve a menor participação da nossa equipe. Ela foi feita, deve ter sido feita por membros da revista, não sei se contratados, mas não tem nada a ver com o nosso trabalho, tanto é que eles divergem bastante.

O SR. PEDRO SIMON – Pelo conhecimento que V. S^a tem, por ela ter feito a publicação que fez, eles devem ter procurado alguém, um técnico para fazer a tradução.

O SR. ROMEU TUMA – Senador Pedro Simon, posso dar um aparte para esclarecer, para tentar dar uma explicação?.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Pode ser que eles mesmos tenham feito, eu não sei.

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA – Desculpe-me. Há um artigo num dos jornais ou numa das revistas em que o Procurador Luiz Francisco esclarece que trabalhou com os repórteres da *IstoÉ* durante o dia e a madrugada inteira para tentarem reproduzir os diálogos. Está numa declaração dele na imprensa. Então, fizeram – parece-me – na sua casa, no seu apartamento, indo reproduzir provavelmente no gravador que fez a gravação. Com inteligência, o Senador Eduardo Suplicy consultou se ele fez o exame do gravador. Então, foi uma reprodução ...

O SR. PEDRO SIMON – Quer dizer, o que saiu na *IstoÉ* foi um esforço feito pelos repórteres mais o Procurador?

O SR. ROMEU TUMA – Porque estava com dificuldade de ser entendido, o Procurador procurou reproduzir aquilo o que ele achou que seria da conversa. Então, foi dentro de um trabalho do próprio Procurador com os repórteres. Vou procurar, deve estar comigo já esse recorde, porque está na investigação da Corregedoria. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Um aparte do Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Para colaborar, inclusive com o Senador Pedro Simon que está fazendo algumas perguntas, e com certeza com o Senador Romeu Tuma, é importante destacar, Senador Pedro Simon, que a matéria, primeira, da revista *IstoÉ* não fala em gravação; ela fala na conversa. Aliás, teor já confirmado pelo Procurador Luiz Francisco, que diz que a transcrição é quase literal, o que nós estamos vendo agora. Só para lembrar uma faceta da gravação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – O senhor tem a tranquilidade de informar que não houve manipulação nessa fita?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não, montagem nem edição, sem dúvida nenhuma, não há.

O SR. PEDRO SIMON – Não há chance de se ter um conhecimento melhor do que esse que V. S^a fez? Não há oportunidade de se buscar algo mais aperfeiçoado, que traduza melhor a fita?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Tecnicamente, não acredito. O que poderia, talvez, acrescentar alguma coisa seriam mais horas ainda de transcrição.

O processo de transcrição desse tipo de fita é cumulativo. Se trabalharmos 10 horas, conseguimos alguma coisa. Se trabalharmos 20 horas, conseguimos um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, vamos fazer silêncio.

Está com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – V. S^a quer dizer repetir o mesmo trabalho, fazer um trabalho de repetição? Traduz-se a fita, termina-se, traduz-se de novo, e, repetindo-se isso, misturando-se uma com a outra, vai-se entender uma palavra aqui que não se entendeu ali. É isso?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Na verdade, o nosso método é o de que três peritos fazem três transcrições independentes. Depois, elas são cruzadas, e os pontos duvidosos são analisados individualmente.

É claro que, se ficarmos mais tempo, um ponto ou outro pode ser esclarecido. O trabalho se encerra no momento em que se constata que qualquer esforço adicional vai ter um benefício, talvez, muito pequeno. Quer dizer, não adianta ficar uma semana para tirar uma palavra, porque é praticamente inviável. Tre-

chos mais específicos talvez possam ser examinados com mais profundidade, embora eu não acredite que dessa fita saia muita coisa a mais. Nós chegamos praticamente ao limite do que ela pode fornecer.

O SR. PEDRO SIMON – Não sei se é a hora, mas faço a pergunta: V. S^a a'cha que tem alguma ligação a sua demissão da Universidade com o pedido feito para essa gravação?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não tenho informações sobre isso; apenas estranhei que isso tenha acontecido. Realmente, não posso falar sobre isso, porque seria até leviano fazer associações. Aconteceu um dia depois de se noticiar que a fita iria para mim, mas pode não ter relação nenhuma também.

O SR. PEDRO SIMON – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como ainda estou bastante contaminado pelo espírito carnavalesco, diria que esta reunião da Comissão de Fiscalização e Controle merece nota 10 em alegorias e adereços e zero em enredo.

Todas as intervenções feitas aqui, as perguntas, inclusive a do Relator, pegam os trechos relativos à conversa sobre a Senadora Helofsa Helena, que não é um assunto desta Comissão. Esse é um assunto que diz respeito à possível quebra de decoro parlamentar, que vai ser analisado pelo Conselho de Ética.

Esta Comissão não vai analisar esses pontos. Diria que se está confirmando o que eu disse ontem no Plenário do Senado. Uma comissão para investigar denúncias, irregularidades é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas dizem: “É genérico, vai derrubar o Governo”.

Projeto de Resolução nº 22, de 1988: “É constituída, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e do art. 170, alínea “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, uma Comissão de Inquérito destinada a investigar, em profundidade, as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção, na Administração Pública” – ultimamente tornadas tão notórias pelos meios de comunicação. Relator do Projeto de Resolução em Plenário: Senador Chagas Rodrigues:

Não apurar as denúncias poderá ser entendido pela sociedade como descaso ou conivência, o que não seria admissível, pois no primeiro caso significaria o caos administrativo e, no segundo, o intuito de beneficiar o infrator. Não se pode permanecer omissos ante tal quadro, posto que, com tão candentes acusações, ou há injustiças por invidade, e o acusador é

um caluniador e deve ser desmascarado e punido, ou a denúncia é verdadeira e o corrupto precisa ser identificado como culpado e rigorosamente punido.

Encaminhou, na defesa do projeto de resolução, o Senador Fernando Henrique Cardoso:

Como Líder da Bancada do PMDB, manifesto o meu apoio a essa iniciativa do Senador Carlos Chiarelli e ao parecer do Senador Chagas Rodrigues. Parece-nos indispensável que em matéria de tal relevância, cujo interesse é do País e, portanto, do Governo, tudo se esclareça e o Senado não pode omitir-se. O objetivo exposto pelo Senador Carlos Chiarelli em seu requerimento, e agora referendado pelo Senador Chagas Rodrigues, é claro, auto-explicativo, não requer nenhuma consideração adicional. Não se trata, de forma alguma, de uma posição *a priori* do Senado; trata-se do cumprimento estrito das nossas funções constitucionais, ainda mais agora que estamos prestes, espero eu, a aprovar a nova Constituição. É indispensável que o poder de fiscalização seja exercido em toda plenitude pelo Senado da República.

Senador Pedro Simon, veja que grande partido era o PMDB de V. Ex^a.

O fato de termos o Partido da maioria e de sustentarmos o Governo, ao contrário de nos inibir, leva-nos a aprovar manifestação dessa natureza porque o Governo deseja o esclarecimento cabal dos fatos, e se não o desejar, não é democrático. Portanto, ele deseja.

Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do PMDB, encaminhando favorável a uma CPI mais genérica impossível. Apurar denúncias de irregularidades, inclusive corrupção, na administração pública, ultimamente tornadas tão notórias pelos meios e comunicação.

Projeto de Resolução assinado pelo Senador Carlos Chiarelli; segundo, Senador Fernando Henrique Cardoso, e outras assinaturas interessantes, como a do Senador Jorge Borhansen, e, por último, a assinatura de alguém que, com certeza, se estivesse aqui, assinaria novamente: Senador Mário Covas.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, queria perguntar ao Dr. Molina o seguinte: nessa gravação, há numerosas frases atribuídas a VF – imagino que seja uma “voz feminina”, que VF é voz feminina –, mas, seguramente, não é a voz da Procuradora Eliana Torelly?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – É da secretária. Na verdade, essa voz só foi incluída para ser mais fiel ao conteúdo, mas ela não participa da conversa. Ela dever ser... mas ela tinha que ser incluída porque aparece na gravação.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sim, mas que secretária? Desculpe perguntar.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Bem, sabe-se que é uma secretária, porque ela tem...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Que participou da conversa, então?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não, não, não. O gravador, aparentemente, estava perto da sala da secretária. Na verdade, mais perto da secretária do que dos interlocutores. Aparece muitas vezes ela atendendo telefone, ela fala gabinete, diz o número do telefone o que, de certa forma, até acrescenta alguns dados quanto à autenticidade da situação. Mas ela não é relevante para o diálogo porque ela não participa do diálogo.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sim, quer dizer que as pessoas que participaram são essas aqui, exclusivamente?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – São as cinco.

O SR. ROBERTO SATURNINO – São as cinco aqui referidas com as siglas respectivas.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Exatamente.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Bem, Sr. Presidente, só não concordaria inteiramente com o Senador José Eduardo Dutra ao dizer que quanto ao quesito conteúdo é zero porque há, nesse diálogo todo, referências que me surpreenderam a respeito do Procurador Geraldo Brindeiro, que são muito graves, referências dos próprios procuradores, referência não só do Senador Antonio Carlos Magalhães todas muito negativas, dando conta de que o Procurador-Geral não só perturba, dificulta o trabalho dos procuradores como, às vezes, persegue os procuradores que pretendem trabalhar. Quer dizer, este Procurador-Geral foi indicado pelo Presidente da República para cumprir essa missão, para proceder desta forma. Então, eu acho que isso também é um ponto que merece uma atenção e uma investigação de nossa parte. Era isso o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero registrar a V. Ex^a que é por isso que os Procuradores estão convidados para a próxima semana, exatamente para tratar de todos os assuntos pertinentes à de-

gravação da fita e não apenas um ou outro assunto como está sendo tocado aqui.

Com a palavra o Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar ao Dr. Ricardo Molina de Figueiredo inicialmente, apenas para efeito de registro, se essas palavras entre parênteses são palavras inaudíveis.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não, são palavras sobre as quais não houve um consenso entre todos os peritos. Pelo menos um dos peritos entendeu de uma forma diferente. Então, nós botamos como aquela, vamos dizer, hipótese vencedora, mas acrescentando com os parentes que não há um consenso. Quer dizer, pode haver um engano a respeito dessas palavras.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Houve, portanto, divergências entre os três peritos em várias oportunidades.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Essa é uma codificação usada internacionalmente para palavras de cunho duvidoso.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Então, nesse caso foram três divergências, às vezes duas divergências e em alguns casos uma.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Sempre que há alguma divergência.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Uma outra; às vezes, dois de um lado, um do outro, às vezes, três com opiniões diferentes.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Na verdade, pontos mais críticos são discutidos mais exhaustivamente. Quando há muita divergência nós preferimos colocar os números, quer dizer, apenas duas ou três palavras existem aí, mas nós não vamos colocar nenhuma hipótese.

A palavra entre parênteses é uma hipótese, é uma palavra que seria compatível com aquele ritmo, com aquela prosódia, com aquilo que se consegue ouvir. A transcrição dessas fitas só mesmo quem faz pode saber. É uma experiência bastante desgastante porque é muito difícil e, às vezes, é difícil ter certeza também. A gente coloca aquilo que é possível colocar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Então, os 25% restantes da fita que não estão compreendidos aqui de maneira clara representam essas divergências ou pontos não ouvidos, ou ambos?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Na verdade, os 25% de uma forma ou outra estão contidos na transcrição, porque eles seriam expres-

sos através dos números ou das palavras entre parênteses. Nós colocamos os números exatamente para dar uma idéia de quanto se perdeu naquele momento, naquela sentença. Porque simplesmente colocar ininteligível pode ser um trecho de um minuto, mas pode ser um trecho de um segundo. Então, com o número de palavras, quem lê a transcrição tem uma idéia aproximada do quanto se perdeu.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – O que eu me refiro é que 75%, aproximadamente, 70 a 75%, segundo depoimento inicial de V.S^a, foram aproveitados.

Eu pergunto: se esses 20, ou, talvez, 25% – era isso que eu queria perguntar – são originários dessas, apenas dessas divergências ou das divergências e situações de inaudibilidade?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não. Há vários trechos inaudíveis mesmo, muitos trechos inaudíveis. Eu acho que a maioria deve ter sido por inaudibilidade mesmo. As palavras duvidosas são proporcionalmente muito menos em número do que os trechos inaudíveis.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Perfeito.

Eu gostara de indagar à página 64 VM. Quem é VM?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Ah, VM também é uma voz masculina que vem falar com a Secretária. Mas nada de importante, talvez, trazendo alguma encomenda.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – E diz: lembro.

Bem, a outra indagação. Houve um pedido do Procurador Dr. Luiz Francisco para o Isit, para o instituto, para o laboratório, digamos assim; o pedido foi verbal, foi escrito?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Por parte do Dr. Luiz Francisco apenas um telefonema.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Um telefonema.

É hábito do Isit responder, assim, verbalmente sem que haja um contrato, ou um entendimento escrito, uma troca de cartas?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Recebi imediatamente depois, poucas horas depois, um telefonema do gabinete do Dr. Brindeiro, que falou comigo e disse que gostaria de ter uma cópia do laudo. Na verdade, gostaria que esse pedido fosse agora assumido também como se fosse um pedido da Procuradoria-Geral.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Mas não foi o Dr. Brindeiro?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Não. Foi o chefe de gabinete, o Dr. Júlio, se não me engano, que me ligou. E disse que um ofício estaria sendo encaminhado – deve estar na minha caixa postal. Na verdade, eu não...

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Mas não chegou ainda às suas mãos?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Se foi remetido para a minha caixa postal, deve estar lá, mas não chegou às minhas mãos. Não tenho esse ofício.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – E V. S^a chegou a dar o número da caixa postal para esse efeito?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Acho que dei sim. Pelo telefone, creio que devo ter dado aquele endereço.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – No caso, em se tratando de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, o IST costuma cobrar pelos serviços prestados, mas, muitas vezes, deixa de cobrar, porque no caso não houve pagamento.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Nesse caso, não. Simplesmente não houve, porque não cobrei. Existem certos trabalhos que são desafios naturais. Embora talvez, para algumas pessoas, seja difícil acreditar nisso, algumas coisas me instigam a vontade de fazer, e, nesse caso, realmente era um desafio tentar resolver o problema dessa fita. Foi um pedido, e eu o acatei.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, essas eram as considerações que eu tinha a fazer. Acrescento apenas que tenho minhas dúvidas sobre a questão: em se tratando de uma gravação clandestina, ela pode se constituir em uma prova, sobretudo quando há dúvidas sobre a compatibilidade dessa gravação com a gravação publicada na revista IstoÉ?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE – Até aproveitando um pouco esse final da intervenção do Senador Hugo Napoleão, quero dizer que, talvez, realmente aqui não façamos prova alguma. Talvez não possamos ser tão duros quanto foi o Senador José Eduardo Dutra, mas S. Ex^a tem razão. Estamos aqui apenas no exercício de esclarecimento.

Gostaria de levantar a seguinte questão de ordem: que essa Comissão parasse, não desse prosseguimento à convocação seja dos Procuradores, seja

dos jornalistas da IstoÉ; que deixasse isso para a Comissão de Ética.

Deixe-me levantar a questão de ordem. Não estou aqui querendo procrastinar ou impedir coisa alguma; ao contrário, quero apurar, porque essa representação que está no Conselho de Ética tem a ver com a atuação concreta do PPS e minha.

Estou querendo dizer que, no Conselho de Ética, poderá ficar nítido aquilo que aqui aparece de forma interrompida, sem muita clareza, mas que deu lugar à uma publicação em jornal, a uma suspeita, a um indício. Não houve comprovação, mas um indício de que houve um atentado violento ao decoro na quebra do sigilo do voto. Precisamos apurar isso. A representação ao Conselho de Ética serve para isso. Ouvir as pessoas envolvidas lá pode ter uma consequência: inocentar ou condenar e punir. Lá isso terá consequência; aqui nada acontecerá.

Essa fila também traz algumas informações que podem acrescentar algo a toda uma preocupação da Oposição em relação à corrupção no Governo, à corrupção praticada inclusive por Senadores. E a análise de tudo isso não vai caber nem à Comissão de Ética nem a esta Comissão, mas a uma CPI.

Esses dois aspectos é que me parecem ser importantes para que não fiquemos aqui discutindo se a fila está bem ou não. Isso deve ser discutido onde servirá de prova. Isso pode ser um indício ou ter efeitos concretos – não meramente efeitos de adereço, que foi mal, de alegoria, de enredo.

Gostaria de levantar essa questão de ordem para que não prosseguíssemos nesta Comissão com a apuração de fatos delituosos que aqui são levantados como possíveis de serem praticados. Eu estou tendo todo o cuidado no sentido de não fazer prejuízo. Até porque eu acho que é muito pouco dizer que o Sr. Luiz Estevão pode querer anular a votação por conta de violação, truncado ou não truncado, mas é grave. É importante que esperemos e que a Comissão de Ética acompanhe esse assunto, ouça as pessoas e espere a auditoria que está sendo feita no painel eletrônico para verificar se o programa permite violação, a fim de que no final de descubra se houve atentado ao decoro ou não.

Em segundo lugar, aí sim – outro chamamento e que é importante –, pode-se falar no Senador Fernando Henrique Cardoso. Temos que saber que não é o fato determinado que vai indicar a continuidade de uma CPI. Isso é determinado politicamente. Eu acho que o País está precisando hoje – a sociedade reclama isso – de uma CPI. O que estamos assistindo é o

fim de um pacto de elites que chegou a colocar as vísceras da podridão para fora. Isso está-se refletindo no nosso dia-a-dia, inclusive aqui no Senado. É importante também que não tenhamos medo de que a democracia corra risco com isso. Seria importante que instalássemos essa CPI.

Assim, esta Comissão de Fiscalização e Controle iria cumprir com suas obrigações constitucionais e regimentais e ajudando o País a caminhar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador Roberto Freire, eu queria fazer uma observação. Hoje nós deveríamos estar ouvindo o Dr. Molina e, logo após, o Procurador Luiz Francisco. Está-se apegando a um tema específico aqui, ou seja, a violação do painel eletrônico, mas na verdade o texto degravado e os assuntos pertinentes à Comissão são outros, inclusive a questão Eduardo Jorge que está no texto degravado. Isso ainda não foi tratado ainda.

Eu gostaria de registrar que o enredo da Comissão quem faz são os seus membros. Nós estamos aqui tratando de toda a degravação e não apenas da questão do painel. A questão do painel será enviada para a Comissão de Ética.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não vamos enviar não. Isso já foi solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Nós vamos aqui tratar dos desdobramentos das outras questões, que são graves e que estão aqui também.

O SR. ROBERTO FREIRE – Estamos indo desnecessariamente aonde não vamos ter nenhuma consequência. Vamos para onde podemos ter consequência!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas nós teremos consequência. A questão do painel será encaminhada à Comissão de Ética e a partir daí esse assunto não será mais tratado aqui. Há outras questões que têm que ser discutidas aqui, inclusive a questão Eduardo Jorge, a questão do sigilo, a questão das denúncias que, em princípio, o Senador Antonio Carlos Magalhães teria feito ou não.

Hoje, como não contamos com a presença do Procurador Luiz Francisco, a reunião está, vamos dizer assim, capenga. Está padecendo da presença, na próxima semana, do Procurador. Mas vamos, em nome da Comissão de Fiscalização e Controle, tomar todas as providências, ouvir e esgotar todos os assuntos. O Senador Ney Suassuna vai apresentar um relatório. Esse relatório vai ser votado na Comissão e a partir daí veremos as providências que serão tomadas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, se V. Ex^a está querendo entrar na questão regimental, vamos lá. A fita se refere ao Sr. Eduardo Jorge na questão do TRT de São Paulo. A Comissão de Fiscalização e Controle recebeu da Subcomissão do Judiciário um requerimento que tratava de questões do Sr. Eduardo Jorge, mas questões não relativas ao TRT. Tratava de questões relativas às outras ligações perigosas que ele tinha. Era um requerimento para ouvir um monte de gente. Se V. Ex^a for por aí, isso reforça a nossa posição de que essa fita não tem nada a ver com esta Comissão. Isso porque esta Comissão – mesmo na visão de V. Ex^a e da qual eu discordo – não está investigando relações do Sr. Eduardo Jorge com o TRT de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador José Eduardo Dutra, permita-me dizer que, a não ser que V. Ex^a tenha tido acesso à fita antes, todos nós, inclusive eu, que sou Presidente da Comissão, só estamos tendo acesso a ela agora. Esta reunião está sendo feita para se discutir essa questão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu não aceito essa insinuação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Ex^a está dizendo que só tem TRT.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu não aceito essa insinuação porque o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu não sei se só tem TRT.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Meu amigo, eu fiz uma leitura dinâmica disto aqui agora. Se foi esse o argumento, então o Senador Roberto Saturnino também teve a fita antes, porque ele levantou um ponto no qual nunca ninguém tinha tocado, que era aquilo que os procuradores disseram do Brindeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O problema é que V. Ex^a está incomodado com o trabalho da Comissão. O trabalho vai continuar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não estou incomodado não, Sr. Presidente. Quero registrar que esta Comissão está sendo conduzida de forma a estuprar o Regimento do Senado. Vocês têm maioria, podem fazê-lo. Mas, regimentalmente, está errado.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, só para nos acalmar um pouco. Acho que o Senador Ramez Tebet vai demonstrar que essa minha questão de ordem não tem nenhum intuito procrastinatório, não

tem intuito de evitar que se apure. Ao contrário, estou querendo ter economia processual, para que se apure efetivamente.

Eu estava conversando com S. Ex^a. Na Comissão de Ética, para se apurar o atentado ao decoro, qualquer dessas discussões é tomada por termo, como testemunho. Aqui não, aqui se está fazendo um mero exercício de informação. Pode ser até justo. Mas o que estou querendo propor aqui é que os jornalistas da IstoÉ e os procuradores sejam convocados para a Comissão de Ética, ou pela Corregedoria, para se tomar por termo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Serão.

O SR. ROBERTO FREIRE – E isso é economia processual. Em vez de chamar para cá e depois ter de chamar para lá, vamos chamar para onde, de imediato, eles vão ter de testemunhar. Por quê? Porque é um processo aberto, não é um mero exercício de sabermos ou de termos informações – que acho até que é importante. Mas estou querendo economia processual para que não se fique procrastinando – aí sim, se ficarmos nesta Comissão.

Que isso fique claro, porque somos nós que estamos pedindo a apuração da questão do decoro e somos nós que estamos assinando o pedido de CPI. Portanto, não estamos querendo colocar nada em cima – alguns aqui ficam até muitos satisfeitos quando nos vêem falar isso, mas não o fazemos para beneficiá-los.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador...

O SR. RAMEZ TEBET – Senador Romero Jucá, com licença.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET – O Senador Roberto Freire não se encontrava aqui quando pedi a palavra pela ordem para colocar a posição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. E o fiz nos precisos termos que V. Ex^a levantou. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar recebeu representação, está dando andamento a ela, e na parte que se refere à quebra de decoro parlamentar ou à conduta parlamentar podemos, sim, receber prova emprestada aqui – que é o termo jurídico –, mas não vamos abrir mão de, no foro competente, que é o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na parte referente à denúncia que recebemos, que é se houve fraude ou se houve violação do painel eletrônico, agir.

E quero esclarecer que não o fiz anteriormente porque está havendo uma certa dificuldade. A única

que coisa que me falta fazer, Senador Roberto Freire, é indicar um relator, e há razões óbvias. V. Ex^a entende que é um múnus para o qual a maioria encontra um pouco de dificuldade, mas espero até amanhã resolver esse assunto e cumprir a nossa missão no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, volto a repetir, que entendo ser o foro adequado.

Esta Comissão aqui, ao que me parece, está se reunindo em razão de ter recebido – e não me interessa saber se certo ou errado – da Subcomissão da Comissão do Judiciário, que investigou irregularidades no Judiciário, missão, que depois foi ao ponto de examinar o problema do Sr. Eduardo Jorge. Isso não diz respeito ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Agora pelo que vi hoje aqui, realmente estamos discutindo só uma parte, não estamos discutindo toda a fita. E a parte que está sendo objeto de indagação de todos aqui é, data vênua, da competência do Conselho de Ética e lá vamos cumprir, sem dúvida nenhuma, a nossa missão. Quero dizer, todavia, que o Conselho de Ética atua auxiliado pela Corregedoria, e o Senador Romeu Tuma, que é membro nato dela, já tomou algumas outras providências que vão nos permitir, a partir da próxima semana, reunir o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para cumprir a nossa missão.

É este o esclarecimento que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A Comissão de Fiscalização e Controle tem certeza de que a Corregedoria e a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar tomarão todas as providências necessárias, cabíveis e possíveis.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acredito que, com a exposição do Senador Ramez Tebet, pouco tenho a acrescentar da preliminar que levantei das providências que estão sendo tomadas, com seriedade, pela Corregedoria para o encaminhamento do relatório.

Abrimos uma sindicância, Senador Roberto Freire, tomamos todas as providências. Quinta-feira, logo após a quarta-feira de cinzas, fui pessoalmente à Procuradoria-Geral, onde deixei o ofício ao Procurador Geraldo Brindeiro, para que nos enviasse cópia da fita e da sua degravação, se possível.

Estamos acompanhando todas as publicações nos jornais, porque, em tese, elas podem trazer ao nosso conhecimento alguns fatos que sejam importantes. De forma que as perguntas técnicas que eu poderia fazer ao Dr. Molina, a quem respeito e sei das suas qualidades, eu as farei a termos durante o depoimento,

que tenho certeza tem que ser feito na Corregedoria.

Também pergunto agora à Presidência da Mesa, porque essa reunião foi convocada por iniciativa do Procurador Luiz Francisco, segundo a leitura do ofício...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não, esta reunião foi convocada e aprovada por requerimento da Comissão, requerimento meu. O Procurador Luiz Francisco solicitou que fosse convidado o Dr. Molina, com a fita, porque auxiliaria o Procurador Luiz Francisco a prestar as informações necessárias. É por isso que digo que ele deveria estar aqui hoje. Ele não está aqui hoje porque alegou motivos de doença. Mas, na próxima semana, deverá vir também.

O SR. ROMEU TUMA – Será ouvido também na sindicância, como os outros procuradores. Inclusive a secretária, que teve sob a sua guarda o terceiro gravador, ele estaria junto a ela, pela descrição que o senhor fez da força da voz dela, como a mais clara. Então estaria sob a sua guarda. Então, ela tem que ser ouvida.

Perguntaria ao senhor, só para esclarecimento, penso que é importante: se as fitas que, em tese, teriam sido destruídas pelo Procurador Luiz Francisco, teriam a capacidade, dentro do equipamento que V. S^a tem, das próprias fitas serem recuperadas, rebobinadas e aproveitadas com uma melhor audição?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Se a fita foi apenas pisada, só o gabinete externo foi quebrado, ela pode ser perfeitamente recuperada, colocando-se um novo gabinete. Mesmo que a fita tenha sido rompida também se pode juntar. Isso é um processo simples.

O SR. ROMEU TUMA – Isso tecnicamente eu sei não só da capacidade como da possibilidade. Então, vamos ter que ouvir....

O SR. PEDRO SIMON – E se foram queimadas?

O SR. ROMEU TUMA – Senador Pedro Simon, quando se põe fogo, ela enruga toda, derrete. Então, temos que questionar os procuradores durante a oitiva deles se realmente queimaram ou não, porque se ela estiver ainda de posse de um deles, poderá, sem dúvida nenhuma, ser recuperada.

Agora, pergunto também: o Senador Ney Suassuna é relator de quê? Desculpa, Senador, porque vários casos foram...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Senador Ney Suassuna é relator de todo o material recebido...

do pela Subcomissão Eduardo Jorge e denúncias correlatas.

O SR. ROMEU TUMA – Perfeito, é ótimo, então é o caso Eduardo Jorge.

O SR. NEY SUASSUNA – Tem graves denúncias dentro dessa fita.

O SR. ROMEU TUMA – Perfeito, porque fiquei meio na dúvida se estava sendo também sobre a quebra de decoro ou não.

O SR. NEY SUASSUNA – De decoro, não.

O SR. ROMEU TUMA – Então, deixo claro, até por que essa comparação que o Senador Eduardo Suplicy levantou sobre a divergência da publicação na *IstoÉ* e da fita, é importante para se esclarecer alguns termos que foram usados na revista. E esse esclarecimento provavelmente só será feito na oitiva dos circunstâncias que participaram desta reunião. A não ser que a Presidência determine a entrega do que já se fez na Corregedoria, vamos continuar com o trabalho até que se conclua por relatório e encaminhamento à Mesa para decisão de encaminhá-la, acredito eu, ao Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a que ponto chegou a irresponsabilidade em nosso País! O Dr. Molina traz aqui a gravação de uma fita, e eu quero retomar o que foi levantado pelo ilustre Senador Eduardo Suplicy. O que contém a fita não tem nada a ver com o que a revista *IstoÉ* publicou, mas o que a revista *IstoÉ* publicou provocou uma crise neste País, uma crise que paralisa o Congresso Nacional, uma crise que tem repercussões em várias frentes, uma crise que atinge a reputação de pessoas. Entendam bem que não quero nem falar da minha saída do Ministério, Senador Pedro Simon, que me permitiu, aliás, estar aqui hoje para desmascarar essa crise.

A *IstoÉ* publicou denúncias, diálogos atribuídos ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que não poderiam ter sido publicadas, que foram inventadas, criadas, porque, como disse aqui o Dr. Molina, a fita é inaudível. Na semana seguinte, a revista *IstoÉ*, que já tinha baixa credibilidade e agora chega a zero, diz que o Dr. Molina fez uma proeza tecnológica. E o que o Dr. Molina disse aqui foi exatamente desautorizar a revista *IstoÉ* pelas coisas que ela publicou, inverídicas, mentirosas, descaradas, safadas, buscando criar, inconseqüentemente e irresponsavelmente, um quadro de gravidade no País.

Essa é uma questão preliminar que deve ser considerada e que, a partir de hoje, deve ser tomada como verdade por todos que estamos aqui no Congresso Nacional.

Há uma fábrica de crises, e eu fico até impressionado quando vejo a excitação do Senador Renan Calheiros para dizer que a *IstoÉ* não falou em fita. Ora, Senador, a *IstoÉ* disse que estava publicando exatamente os dados da conversa e, com isso, o que estamos vendo é um jogo político que está sendo feito nesta Casa, um jogo político que, creio, com esta fita que está aí e mais as declarações que o Senador Antonio Carlos fez ontem no plenário do Senado, cuja Ata basta o Senador Ramez Tebet juntar do Diário do Congresso – onde ele disse que não há lista de votação, que não houve violação do painel – para arquivar essa bobagem que estão querendo dar conta, esse teatro. Já não é uma escola de samba, meu caro José Eduardo Dutra, e sim um teatro fantasmagórico. Para quê? Para fazer diversionismo, porque a competência da Comissão de Fiscalização e Controle era para investigar as denúncias de malandragens do DNER, as denúncias de fraudes nos incentivos fiscais da Sudam. Até concordo que não é competência da Comissão de Fiscalização e Controle examinar as questões do BanPará, mas é preciso que não se adote aqui essa política de fazer uma crise artificial em cima de uma mentira publicada pela revista *IstoÉ*, como aqui ficou demonstrado pelo Dr. Molina.

Vejam só que chegou-se ao ponto de criar uma expectativa sobre esta reunião, que levou até, sob os protestos do Líder José Eduardo Dutra, a suspender a sessão ordinária do Senado Federal, como se essa fita fosse comprovar as mentiras assacadas pela revista *IstoÉ*. O que precisamos, o que o Ministério Público precisa investigar é a serviço de quem e de que interesses está a revista *IstoÉ*, e as pessoas envolvidas neste processo que estamos vendo aqui. Sr. Presidente, não tenho perguntas a fazer ao Dr. Molina. Fico envergonhado de um cenário em que se criam crises para fugir da investigação de denúncias concretas e objetivas, como são as feitas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero lembrar ao Senador Waldeck Ornelas que, no que tange à Comissão de Fiscalização e Controle, estamos tomando todas as providências pelos documentos que chegaram às nossas mãos. Envergonhados talvez devessem estar as pessoas que criaram essa crise, que não sei quais são, mas que deverão ser responsabilizadas ao final dessas investigações.

O SR. WALDECK ORNELAS – Mas também aquelas que alimentam a crise devem se envergonhar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. EDUARDO SUPLCY – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE ((Romero Jucá) – Pela ordem o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY – Tendo sido citado pelo Senador Waldeck Ornelas, gostaria apenas de fazer um esclarecimento. Considero, como ele registrou, que há uma diferença entre o que foi reproduzido aqui, na transcrição efetuada pelo Dr. Molina, e o que está explicitado na revista *IstoÉ*, conforme já assinalei. Mas considero que há, sim, a necessidade do esclarecimento, já ontem dado em Plenário. No entanto, à luz dos detalhes que estão agora sendo revelados, acho que se deve dar a oportunidade ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com toda calma e tranquilidade, fazendo paralelo entre o que saiu na *IstoÉ* e o que saiu nessa transcrição. Daí, ponto por ponto, ele terá a oportunidade de esclarecer. Acredito que isso deve ser feito perante o Conselho de Ética, e essa é a sugestão.

Não considero que seja inválido o trabalho aqui feito. Acho que foi importante. E é sério aquilo que se quer apurar, inclusive no interesse do Senador Antonio Carlos Magalhães. Creio que se deve dar essa oportunidade a todos os Senadores, porque todos temos interesse nesse assunto.

O SR. RAMEZ TEBET – Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLCY – Claro.

O SR. RAMEZ TEBET – Senador Romero Jucá, rapidamente. Tanto é verdade que devemos proceder assim que quero comunicar que acabei de ser chamado por duas pessoas, dizendo que são da revista *IstoÉ* – e eu os conheço como sendo da revista – que dizem que querem depor perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Garanti a eles que sim. É claro que eles, que fizeram a reportagem, terão que ser ouvidos, e serão ouvidos rapidamente. Acho que o Conselho de Ética não pode mais demorar. Estou com dificuldade na indicação do relator, mas até amanhã decido isso de qualquer jeito, nem que seja para fazer uma confissão pública de que houve isso, assim e assado, e vamos tocar o barco para frente. Na semana que vem o Conselho de Ética tem que realmente começar pela revista naturalmente.

E quero dizer ao Senador Waldeck Ornelas, que me citou – não que tenha me citado desairosamente, em absoluto –, que qualquer requerimento que venha será anexado aos autos. Não preciso buscar. Qualquer coisa dos Anais do Senado que um Senador queira requerer a juntada aos autos da denúncia que foi formulada pelos parlamentares aos quais já me referi, nós vamos juntar para servir de prova.

O SR. RENAN CALHEIROS – Para V. Exª a única atitude digna que existe é arquivar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de dizer o que já foi repetido aqui por muitos que me antecederam: que o nosso objetivo, o objetivo desta Comissão de Fiscalização é, sem dúvida nenhuma, esclarecer o fato. Há pouco, o Senador Roberto Freire disse isso aqui com muita propriedade. Por isso, não aceito o que acabou de dizer o Senador Waldeck Ornelas, ao lembrar que a primeira reportagem da revista *IstoÉ* não falava em gravação, não falava em fitas. Eu não estava fazendo isso por excitação, mas para colaborar com o esclarecimento que aqui se quer. Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o trabalho do Dr. Molina que, praticamente, ressuscitou uma fita inaudível. É importante que se diga isso em benefício do País e do esclarecimento que todos queremos, inclusive o Senador Waldeck Ornelas. Também gostaria de lembrar que o Senador Antonio Carlos Magalhães negou, no primeiro momento, o teor da conversa. Depois, disse que, se fita houvesse, ela seria consequência de montagem. Nas palavras do Dr. Molina e no próprio debate, já verificamos que não houve montagem, a fita é integral. E pior, houve a conversa que o Senador negou.

Sr. Presidente, se fosse possível, agora ou depois, quando V. Exª tiver a oportunidade de mostrar à imprensa, com o som com mais qualidade, gostaria de ouvir o trecho onde o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães fala...

O SR. ROMEU TUMA – Senador Renan Calheiros, o Presidente já convidou para uma sala especial onde a audição será mais fácil. Logo após a reunião, para quem quiser ouvi-la, S. Exª já tomou as providências.

O SR. RENAN CALHEIROS – Agradeço a V. Exª, mas a minha proposta não é conflitante com o que V. Exª acaba de dizer. Eu queria saber do perito se é possível ouvir o trecho da gravação em que o Senador Antonio Carlos Magalhães fala do episódio dos

deputados baianos e ressalta o valor da palavra. Não consegui localizar a página. Gostaria de saber, ainda, se esta fita é aquela apontada como inaudível...

O SR. ROMEU TUMA – Está na página 24.

O SR. RENAN CALHEIROS – Está na página 24. Se é possível ouvirmos exatamente esse trecho da gravação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Fala do José Lourenço aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS – É. Exatamente na parte que fala do episódio dos deputados baianos, quando ele ressalta o valor da palavra e da gravação e até do grampo. Enquanto o perito verifica se podemos ouvir ou não, gostaria de saber o seguinte... *(Pausa)*

É no trecho que ele fala da importância da palavra, da gravação e até do grampo. *(Pausa)*

Está bom. Então, gostaria de saber se esta fita definitivamente é aquela apontada como inaudível, e se existem outras que sejam do seu conhecimento

E se existem outras fitas que sejam do seu conhecimento.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Essa fita, quando chegou ao nosso laboratório, era efetivamente inaudível. Ela tornou-se audível após aqueles procedimentos que eu resumidamente descrevi. Eu tenho informações de que existiriam outras fitas, mas as minhas informações são as mesmas que qualquer um tem, foram obtidas através da imprensa. Eu não tive acesso... Eu tive acesso apenas a uma fita, que é original e que foi gravada em ambiente fora da sala onde havia a conversa, junto à secretária. E esse foi o material que me foi entregue.

O SR. RENAN CALHEIROS – Pela sua experiência, a qual distância foi gravada essa fita, se der para precisar exatamente essa resposta.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Como sentimos assim um efeito grande de reverberação, acredito que, no mínimo, a três ou quatro metros do ponto onde estava havendo a conversa. E, provavelmente, havia algum anteparo entre o gravador e os interlocutores; pode ser uma divisória, uma porta, porque, inclusive, se ouve porta bater muitas vezes; havia alguns obstáculos aí entre o gravador e a conversa.

O SR. RENAN CALHEIROS – O Senador Antônio Carlos Magalhães procurou, como do seu feitio, dentro da tática da colocação da cortina de fumaça, macular a imagem do senhor. O senhor poderia, a título de esclarecimento, em poucas palavras, falar so-

bre – rapidamente, fazer uma síntese – a sua experiência e, se possível, casos já periciados por V. Sª?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Temos trabalhado há alguns anos com exame de fita, emitindo laudos oficiais há pelo menos dez anos. Acredito que nosso laboratório tenha examinado entre 400 e 500 casos oficiais. Casos já em que nós trabalhamos, eu citaria o Caso Magri, que foi um caso que veio aqui para o Congresso; o caso da Chacina de Vigário Geral; o caso da Favela Naval; a fita existente no caso PC Farias; o caso da emenda de suspeita de compra de votos da reeleição; o caso Talvane Albuquerque... Devo estar esquecendo algumas coisas, mas são casos que tiveram alguma repercussão, mas nós trabalhamos com muitos casos de seqüestro também e qualquer caso que envolva gravações.

O SR. RENAN CALHEIROS – Pelo contexto e pela experiência, V. Sª poderia nos ajudar localizando o trecho em que o Sr. Fernando César Mesquita menciona: "Não podemos falar, senão ele vai tentar anular."? Essa frase, especificamente, definitivamente, se referia, na seqüência, a que conteúdo do diálogo?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Eu prefiro não fazer comentário a respeito do conteúdo, porque isso envolveria uma análise de interpretação semântica que está fora da minha competência. Tudo o que foi ouvido foi descrito e está seqüenciado exatamente na transcrição. A transcrição segue uma ordem cronológica, um evento depois do outro.

Eu gostaria de não fazer nenhum comentário a respeito de interpretação semântica do conteúdo, já que entendo que a função do perito é apenas transcrever e não analisar.

O SR. RENAN CALHEIROS – Por último, Sr. Presidente, eu gostaria que o perito repetisse a resposta a perguntas que não conseguem calar, e nunca é demais responder: se houve alguma alteração da fita – além de não ter havido montagem, não ter havido edição -, se houve alguma alteração ou se a fita realmente é integral.

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – A fita é integral, não tem nenhum tipo de edição e montagem. E o problema que ela tinha nem poderia ser criado artificialmente. Foi uma coisa que aconteceu ocasionalmente, tanto que pôde ser recuperada, quer dizer, não foi fruto de manipulação. Era um problema técnico que pôde ser sanado. A fita é original e autêntica.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, agradeço, sabendo, mais uma vez, da importância que temos de ouvir, o mais rapidamente possível, os

Procuradores – inclusive, o Procurador Luiz Francisco já confirmou não só a existência da conversa, mas a própria matéria como literal – e de nós ouvirmos também – não sei se aqui ou no Conselho de Ética, qual a decisão que será encaminhada – os jornalistas da **IstoÉ**, para que possamos saber, definitivamente, da existência ou não das outras fitas e se, na oportunidade da conversa do Procurador com os jornalistas – o que, na verdade, acabou ensejando a primeira matéria da revista **IstoÉ** – eles tiveram a oportunidade de ouvir as outras fitas, se elas existem ou não.

Precisamos, na linha de buscar esclarecimentos, obter o mais urgentemente respostas para essas perguntas, porque, na medida em que precisamos avançar, precisamos saber disso para dar a resposta que a sociedade cobra que esta Comissão dê e que, na seqüência, o Conselho de Ética possa aprofundar.

Agradeço a V. Ex^a a oportunidade da intervenção e, mais uma vez, parabeno o perito por ter praticamente ressuscitado uma fita tida como inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Senador Renan Calheiros.

Passo a palavra ao Senador Antero de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria aqui de fazer algumas considerações.

Infelizmente, não mais está aqui o Senador Ramez Tebet. Mas a primeira delas é a de confirmar ao Senador Ramez Tebet que a única coisa digna que ele tem a fazer, como Presidente da Comissão de Ética do Senado, é não permitir o arquivamento dessa questão, como aqui foi solicitado pelo Senador Waldeck Ornelas.

Quero dizer o seguinte: a degravação – li e reli aqui umas três ou quatro vezes, é verdade que é uma leitura muito rápida – traz alguns assuntos da maior importância.

Primeiro, um assunto que deve suscitar um debate neste Senado, porque uma das melhores conquistas da nova Constituição brasileira é exatamente a autonomia e a independência do Ministério Público Brasileiro, seja federal ou estadual. E esta degravação deixa muito mal uma instituição que deveria e deve defender a sociedade brasileira, que deve ser os olhos da sociedade brasileira.

Dá por que não vejo como. E aí não vou entrar o mérito. Se aqui ou se lá, ou talvez aqui e também na Comissão de Ética, porque aqui o assunto é Eduardo Jorge, na Comissão de Ética, em relação aos outros assuntos.

Mas, o que é degradado aqui? Confiando na informação do perito, ou tendo oportunidade de checar num aparelho de melhor qualidade para ver a identidade das vozes, acho que é gravíssimo o que é dito aqui a respeito do Ministério Público Federal, por todos os interlocutores, por membros do Ministério Público e até pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

A se confirmar como essa declaração sendo dele, em determinado momento ele chega a assumir a condição de porta-voz do Governo – vou citar a página -, ele chega a assumir a condição de que... O Procurador Luís Francisco cita que ninguém – em um determinado trecho é impossível, não é? Vem falando aqui à página 11:

- Antonio Carlos Magalhães – Por quê?

- Antonio Carlos Magalhães – o Governo não gosta dele; os Procuradores não gostam dele e a sociedade não gosta dele. (Referindo-se ao Brindeiro.)

Mais abaixo, diz – Por quê? Porque não é decente, ele não é corajoso, porque ele é covarde.

Lá embaixo, diz o Luís Francisco: – “É impossível...” “É impossível por causa do Dr. Brindeiro...” “Inexistem outros assuntos e ninguém manda, não é?”

Ele defende que não pode investigar Senador e assim por diante. E aí tem uma série de denúncias aqui. Se isso aqui não merece esclarecimento, se isso aqui é para ser arquivado, não sei mais o que merece esclarecimento aqui no Senado da República.

Há outra informação também que desconsidera a Mesa do Senado. Ela dá conta de que todos da Mesa são praticamente tutelados pelo Senador Jader Barbalho.

Mais adiante, Sr. Presidente, tem uma questão que considero fundamental esclarecer. Penso que a verdade é revolucionária, ela liberta. Não podemos concordar que isso aqui vai... E antes de abordar esse tema eu gostaria de fazer uma indagação. Essa degravação é feita na seqüência, certo? Quer dizer, o que está escrito na seqüência das páginas corresponde à seqüência do que foi dito? (Pausa.) Bom, na página 62, está escrito GS, que quer dizer Guilherme Schelb, o Procurador, que teria dito: – “O Luiz Estevão vai tentar anular a cassação dele no Senado”. Está se tratando de que aqui? FCM: – “O Jader e o Renan”; ACM: – “A opinião pública quebra o Senado”; LF, ininteligível; ACM: – “Vai e quebra o Senado. O povo vai e quebra”.

Então, quero saber se realmente o que foi dito está truncado na gravação. Realmente, ouvindo a gravação percebe-se que está truncada. Mas esse truncamento exige que ouçamos a gravação num apare-

lho melhor para que possamos, evidentemente, checar as informações, dando oportunidade a que as pessoas se manifestem.

Considero extremamente relevante o depoimento dos jornalistas da *IstoÉ*, porque o que foi lido pelo Senador Eduardo Suplicy e o que está na gravação é – eu diria – diferente, com significado parecido, semelhante. Mas isso tem que ser juntado ao depoimento dos Procuradores.

Li uma nota que me assustou, em que o Ministério Público afirma que é normal gravar. Aliás, trata-se de uma nota oficial dos Procuradores do Ministério Público dizendo que o fato é ato ilícito. Se é ato ilícito gravar, indago: é ato ilícito destruir a gravação? Se é legal a gravação, é legal destruí-la?

Então, eu gostaria de dizer da nossa total solidariedade à decisão do Presidente do Conselho de Ética de averiguar o assunto e até, como disse o Senador Eduardo Suplicy, de dar total oportunidade de esclarecimento ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para que esta Casa não tenha de conviver com essa questão.

Sr. Presidente, independente do resultado das investigações, mesmo que essas concluam que nada disso aconteceu, ainda assim entendo que as lideranças políticas desta Casa deveriam pedir a urgência necessária para a apreciação imediata da PEC apresentada pelo Senador Tião Viana, que propõe o fim do sigilo do voto no Parlamento brasileiro. Penso que o sigilo do voto é para proteger o cidadão comum e não para proteger quem o representa. Os representantes devem votar de forma a que seus representados saibam como votou.

Ao fim dessa manifestação, cumprimento o perito e afirmo que este assunto precisa ser investigado para que se esclareça a situação definitivamente. Se não há nada, ótimo. Significa dizer que o painel nunca foi violado. Se tiver alguma coisa, evidentemente, não podemos ter receio de conhecer essa verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o último orador, Senador Tasso Rosado.

O SR. TASSO ROSADO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi atentamente todos os debates para que pudesse formular minha opinião sobre o assunto. Realmente, a fita tem seu valor. Não é totalmente esclarecedora porque, em alguns trechos, é inaudível. Mas tem valor positivo pois confirma que a conversa realmente aconteceu. Diante disso, é necessário que esta Comissão analise mais profundamente a questão. Não devemos apenas considerar essa fita, não nos devemos apegar somente a essa fita, como se

esse fato tivesse ocorrido há 500 anos e não tivéssemos uma outra maneira de esclarecer essa situação.

Então, há a necessidade de se fazer neste momento, nesta hora. Devemos utilizar a veracidade dessa fita, pois essa conversa houve, e convocar os personagens dessa história, todos vivos, que ocupam funções de destaque neste País, para vir a esta Comissão e, de público, falar para todo o Brasil a verdade do que realmente ocorreu naquela conversa, naquele dia, naquela hora, naquele momento. E essa conversa criou uma crise tão séria para o País, que houve necessidade de suspender uma sessão do Senado, para que se desse ouvido a esse assunto.

É necessário que esses homens sejam convocados e aqui esclareçam para o Brasil o que aconteceu, o que está acontecendo. O Brasil espera que, pelas funções importantes que ocupam, eles falem a verdade, a fim de que tenham condições de continuar no cargo que exercem.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao nobre Senador Tasso Rosado e informo que esse é exatamente o objetivo da Comissão, ao convidar todas as figuras envolvidas.

Gostaria de colocar em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, tenho uma pergunta que diz respeito ao Conselho de Ética, mas, como não sei o Dr. Molina vem ao referido Conselho também ...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria da atenção do Dr. Molina, pois o Senador José Eduardo Dutra vai fazer uma pergunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Na página 64, aquela frase que já foi objeto de perguntas dos Senadores Jefferson Péres e Bello Parga, se não me engano, que começa: "...Heloisa votou nele ...".

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Página 64?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Página 64, logo no início. Estava observando que, em todas as partes em que não se conseguem identificar algumas palavras, há um colchete, dois números entre um colchete. V. Ex^a já disse que as reticências não significam nada, mas vem 1/2 e outro 1/2. Significa que nesse intervalo tem entre uma e duas palavras, ou entre três ou quatro palavras?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Na verdade, houve uma pausa entre os dois.

O SR. ROMEU TUMA – As reticências significam silêncio.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então, antes do silêncio, há uma ou duas palavras e, depois do silêncio, uma ou duas palavras?

O SR. RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO – Isso é para tentar descrever um pouco. Escutando a fita, fica mais claro.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Está bem, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de colocar em votação o requerimento do Senador Ney Suassuna, que convoca os três jornalistas da revista *IstoÉ*.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Acho que há sentido em ouvi-los no Conselho de Ética, porque não vamos misturar ou tratar da mesma coisa em duas Comissões. Não vou entrar no debate quanto à questão de CPI.

O SR. ROMEU TUMA – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Nem apresentei o argumento ainda, e V. Ex^a já pede aparte!

O SR. ROMEU TUMA – Só para esclarecer, não é para entrar no mérito da sua exposição. O Senador Ramez Tebet, ao sair daqui, recebeu uma mensagem da *IstoÉ*, em que os repórteres estão dispostos a prestar depoimento no Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vamos fazer a audiência em conjunto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Para começar, sou contra reunião em conjunto. O Conselho de Ética vai tratar de algo bem específico. Quero conchamar os Colegas ao bom senso. Os jornalistas vêm para cá para dizer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vão tratar do debate de toda a gravação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O máximo que eles vão fazer aqui é um debate do tipo desse que nós vimos, do Senador Waldeck Ornelas e dizer: “Olha, vocês fizeram manipulação!” Isso não é problema nosso. Não temos a tarefa de ficar investigando, ou fazer ataque à revista “A” ou “B”, a fim de saber se houve ou não manipulação. Os jornalistas não participaram da conversa. Eles não têm nada a acrescentar, a não ser que, daqui para lá, a *IstoÉ* publique outra fita. Até agora...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador José Eduardo Dutra, deixe-me adendar uma questão ao que V. Ex^a está colocando. A revista *IstoÉ* publicou, na capa desta semana, que tinha uma fita. Queremos saber dos jornalistas se eles realmente têm esta fita e como ela é na íntegra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Espere um pouco. Na denúncia que fizemos, que está no Conselho de Ética, o item 3 é o seguinte: que o Conselho de Ética tome providência no sentido de conseguir a fita, ou as fitas, junto à Procuradoria ou junto à *IstoÉ*. Nós não temos que trazer para cá um jornalista para perguntar: vocês têm a fita ou não têm? Ora, são gestões que são feitas, porque, sinceramente, acho que eles vão vir para cá e nós vamos ver isso que nós vimos agora. Aqueles que defendem Antonio Carlos Magalhães atacam a revista e vão tentar colocar ao jornalista o seguinte: por que vocês juntaram o trecho “a” com o trecho “b”?

Sinceramente, não vejo nenhum sentido, do ponto de vista de qualquer investigação, a vinda deles aqui, a não ser em relação a um caso específico, a questão do decoro que está lá. Aqui, Senador Ney Suassuna, eu gostaria de saber em que vai contribuir para a investigação.

O SR. NEY SUASSUNA – No caso de Eduardo Jorge, colocam ali quebrar o sigilo. Quero saber se isso é verdadeiro ou não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas quem vai dizer isso são os procuradores que participaram da reunião.

O SR. NEY SUASSUNA – Senador, houve uma entrevista também. Na primeira reportagem não se fala de fita, se fala de uma entrevista. Na entrevista se fala de hora

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Ney Suassuna, a primeira matéria não fala de entrevista, fala da conversa. A primeira matéria não fala de fita – o Senador Renan Calheiros tem razão –, mas a primeira matéria relata a conversa. Então tem que convidar as pessoas que participaram da conversa. A *IstoÉ* fez um trabalho jornalístico da forma que entendeu mais correta. Não temos que aqui colocar em xeque, ou para defender ou para atacar, o trabalho da revista.

O SR. NEY SUASSUNA – Não, nós não entendemos assim e não queremos atacar a revista em absoluto. Nós queremos só ter certeza – porque houve uma entrevista....

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Certeza de quê?

O SR. NEY SUASSUNA – Ouça-me, por favor. O senhor me deixe pelo menos explicar. O Procurador passou horas tentando reconstituir. Ele falou. Nós queremos ter a certeza de que ali foi ele que falou da boca dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas vamos perguntar para o Procurador.

O SR. NEY SUASSUNA – Vamos chamar o procurador. Mas queremos o balizamento...veja só...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas...

O SR. NEY SUASSUNA – Senador, me perdoe mais um pouquinho. Veja só. Nós não tínhamos fita, nós não tínhamos balizamento, dizíamos que nós não tínhamos nada, agora temos um roteiro. É esse roteiro que nós queremos aprofundar. Se nós conseguirmos um pouquinho de aprofundamento já tivemos vantagem, porque até poucos minutos atrás nós não tínhamos nada. Diziam que era uma balela, e não é uma balela. Tá af: tem fita, 75% recuperados, e teve também uma entrevista em que ele passou horas. E eu vou mais adiante: de quem era o gravador?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Ah, sinceramente, isso está parecendo o “Agente 86”, Senador. Sinceramente. Vejam só a loucura? Daqui a pouco qualquer entrevista que saia com um parlamentar ou com quem quer que seja, que contenha um objeto de denúncia, vamos chamar aqui os jornalistas, chamar aqui...

O SR. NEY SUASSUNA – Olha, não é para atacar jornalista.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Olha, eu voto contra e quero que o Governo bote maioria para dar **quorum**, peço verificação de **quorum**.

O SR. NEY SUASSUNA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Bom, eu gostaria de saber se V. Ex^a está pedindo verificação de **quorum**.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero que coloque em votação e quero que tenha **quorum** para votar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Estou colocando em votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Como não há **quorum**, na terça-feira os jornalistas não virão. Virão à medida que forem convocados.

Vamos ouvir a gravação.

Antes de encerrar a reunião, gostaria de pedir a transcrição de todas as notas taquigráficas e também de todos os depoimentos que foram dados.

(Levanta-se a reunião às 13h51min)

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 22 de maio de 2001, após a ordem do dia.

Às dezessete horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e um, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Geraldo Althoff, Wellington Roberto, Ricardo Santos, Luiz Otávio, Freitas Neto, Bello Parga, Alberto Silva, Heloísa Helena, Romero Jucá e Fernando Matusalém. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Senador Juvêncio da Fonseca pede a palavra e requer, oralmente, a inclusão extra pauta do Aviso nº 120, de 2000, o que é aceito por todos. A seguir, passa-se a deliberação da pauta. Item 01: Aviso nº 57, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 54, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Rio Grande do Norte, nas áreas de contratos e licitações, (TC – 600.084/97-3)”. O relator designado (ad hoc) é o Senador Bello Parga e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 02: Aviso nº 46, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 80, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre estudos para verificar aplicação e vigência da Instrução Normativa nº 5, de 1995 – MARE – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, relativo ao cadastramento de fornecedores para participar de licitações na administração federal (TC – 011.622/2000-9)”. O relator designado (ad hoc) é o Senador Bello Parga e o parecer, pelo conhecimento e sobrestamento da matéria, é aprovado. Item 03: Aviso nº 39, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão da 2ª Câ-

mara nº 27/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf (TC – 004.296/2000-0)". O relator designado é o Senador Romero Jucá e o parecer, lido pelo Senador Alberto Silva, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 04: Aviso n.º 19, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.059/2000, bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a Representação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia sobre irregularidades na execução de convênios celebrados entre o Governo do Estado de Rondônia e diversas entidades, com recursos advindos do programa Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planaflo (TC 930.164/98-6)". O relator designado é o Senador Geraldo Althoff, com o parecer (lido pelo Senador Alberto Silva) concluindo pelas providências a seguir: 1 – que a Comissão tome conhecimento da Decisão nº 1.059/2000; 2 – consoante o item 8.7.a, aguardar o encaminhamento das conclusões resultantes das providências determinadas pelo Tribunal; 3 – delibere pelo arquivamento do processo. O Parecer é aprovado. Item 05: Aviso n.º 45, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 63, de 2001-TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a relatório de inspeção realizada na Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS, nas obras de infra-estrutura urbana, relacionadas ao Anel Viário. (TC – nº 400.118/93-9)". O relator designado é o Senador Geraldo Althoff, com o parecer (lido pelo Senador Juvêncio da Fonseca) concluindo pelas providências a seguir: 1 – que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da Decisão nº 063/2001; 2 – oficie ao TCU questionando sobre as razões pelas quais decorreu um excessivo período de tempo entre as inspeções e o julgamento do processo; 3 – delibere pelo arquivamento do Aviso nº 45, de 2001. O Parecer é aprovado. Item 06: Diversos n.º 8, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão 036, de 1999, bem como, dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria operacional no programa nacional de alimentação escolar – PNAE, no estado de Santa Catarina, realizada no segundo semestre

de 1998, com abrangência dos exercícios de 1997 e 1998". O relator designado é o Senador Geraldo Althoff, com o parecer (lido pelo Senador Juvêncio da Fonseca) concluindo pelas providências a seguir: 1 – envio do processo examinado à Comissão de Educação do Senado Federal, em vista das suas competências regimentais; 2 – enviar cópia do presente Parecer para a Comissão Mista que examina a Medida Provisória nº 1.784, de forma a implementar a sugestão de emenda em anexo. O Parecer é aprovado. Item 07: Aviso n.º 200, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 790, de 2000, bem como das informações constantes dos Anexos I, II e III e dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes realização de levantamentos de auditoria em obras públicas, em cumprimento à Lei nº 9.995, de 2000, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001 (TC nº 005.088/2000-2)". O relator designado (ad hoc) é o Senador Freitas Neto e o parecer, pelo conhecimento e arquivamento da matéria, é aprovado. Item 08: Aviso n.º 9, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão número 005/2000, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária da 2ª Câmara de 20/01/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 575.183/98-5)". O relator designado é o Senador Ricardo Santos, com o parecer (lido pelo Senador Romero Jucá) concluindo pelas providências a seguir: 1 – sobre a Decisão 005, de 2000, que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo; 2 – envio de ofício ao Tribunal de Contas da União, solicitando informações sobre a implementação das determinações e recomendações feitas por aquela Corte, assim como dos resultados alcançados. O Parecer é aprovado. Item 09: Aviso n.º 37, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 141, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA (TC – nº 010.111/96-4)". O relator designado é o Senador Ricardo Santos, com o parecer (lido pelo Senador Romero Jucá) concluindo pelas providências a seguir: 1 – que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do teor da Decisão nº 141/2000; 2 – oficie ao TCU questionamento as razões pelas quais houve excessivo período de tempo entre os atos audi-

tados e o julgamento do processo; 3 – determine o arquivamento do Aviso nº 3, de 2000. O Parecer é aprovado. Item 10: Aviso n.º 91, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 170, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Sorocaba/SP, na área de convênios firmados nos exercícios de 1996 e 1997, entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal e a citada Prefeitura. (TC-700.162/97-6)”. O relator designado é o Senador Ricardo Santos e o parecer, lido pelo Senador Alberto Silva, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 11: Aviso n.º 133, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º Trimestre de 1999”. O relator designado é o Senador Ricardo Santos e o parecer, lido pelo Senador Alberto Silva, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 12: Diversos n.º 62, de 1997, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal, relatório das atividades deste Tribunal, referente ao 3º (terceiro) trimestre de 1997”. O relator designado é o Senador Ricardo Santos e o parecer, lido pelo Senador Alberto Silva, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Neste momento, o Presidente, Senhor Senador Ney Suassuna, passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senhor Senador Freitas, para que o mesmo possa relatar os próximos itens da pauta. Item 13: Mensagem n.º 541, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 55.534.000,00, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento”. O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 14: Diversos n.º 31, de 1998, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha cópia da Decisão 244/98, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na área habitacional da Caixa Econômica Federal, relativa aos aspectos pertinentes ao descumprimento de normas específicas e determinações espe-

das por aquele Tribunal”. O relator, Senador Ney Suassuna, solicita a retirada de pauta da matéria, o que aceito por todos. Item 15: Aviso n.º 28, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 117, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Teresina – Piauí (TC – 525.224/97-1)”. O relator designado é o Senador Fernando Matusalém e o parecer, lido pelo Senador Wellington Roberto, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 16: Ofício n.º 31, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Ministro Homero Santos, que “Encaminha ao Senado Federal o relatório e voto da Tomada de Contas daquela Corte, referente ao ano de 1998”. O relator designado é o Senador Fernando Matusalém e o parecer, lido pelo Senador Wellington Roberto, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 17: Aviso n.º 21, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 29/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas-RS, referente à área de pessoal. (TC – nº 016.384/99-7)”. O relator designado é o Senador Geraldo Althoff e o parecer, lido pelo Senador Romero Jucá, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 18: Aviso n.º 42, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 180, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – Codebar/PA (TC – nº 929.441/98-2)”. O relator designado (ad hoc) é o Senador Freitas Neto e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 19: Aviso n.º 87, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 147, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Fundação Universidade Federal do Amazonas, referente às falhas e irregularidades quanto à contratação de pessoal e aquisição de medicamentos e material de consumo. (TC- 013.044/1999-0)”. O relator designado (ad hoc) é o Senador Freitas Neto e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do proces-

sado ao arquivo, é aprovado. Item 20: Aviso n.º 148, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 254, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagens - DNER, nas obras do Contorno Sudoeste de Goiânia, Rodovia BR 060/GO (TC - nº 006.704/99-9)”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio, com o parecer concluindo pelas providências a seguir: 1 – que seja enviado ofício ao Tribunal de Contas da União, solicitando informações sobre a implementação das determinações feitas por aquela Corte ao DNER e, em especial, sobre os resultados da Tomada de Contas Especial. O Parecer é aprovado. Item 21: Aviso n.º 149, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 253, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital Universitário Antonio Pedro da Universidade Federal Fluminense, para apuração de prováveis irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (TC nº 007.220/2000-6)”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 22: Aviso n.º 160, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 206, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que o fundamentam, realizada na Prefeitura Municipal de Manaus (AM), abrangendo o período de setembro de 1996 a junho de 1997, na área de convênios (TC nº 225.194/97-0)”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 23: Aviso n.º 166, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 718, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Amazonas, para analisar as áreas de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres e de licitação e contratos (TC nº 225.144/98-0)”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 24: Aviso n.º 49, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Fede-

ral Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2000”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio, com o parecer concluindo pelas providências a seguir: 1 – que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, relativo ao 4º trimestre de 2000; 2 – oficie ao TCU indagando, que tipo de controle mantém sobre os dados relativos à cobrança judicial de créditos originados de suas condenações, assim como qual o volume de recursos relacionados aos créditos oriundos de condenações do Tribunal efetivamente apurado na via judicial, nos últimos exercícios, e quais as dificuldades práticas existentes para a cobrança judicial; 3 – oficie ao TCU indagando, quais os desdobramentos das discussões mantidas junto à Advocacia Geral da União, sobre a cobrança dos créditos, e se as providências eventualmente implementadas já repercutem algum tipo de avanço nos percentuais de recolhimento advindos da execução forçada judicial das condenações do TCU; 4 – oficie ao TCU para que cumpra os prazos para o envio dos relatórios inerentes a suas atividades, conforme previsto no § 1º do art. 241, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União; 5 – determine a remessa ao arquivo do Aviso nº 049, de 2001. O Parecer é aprovado. Item 25: Aviso n.º 43, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 65, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Luís - MA, abrangendo convênios com a Fundação Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde no período de 17/11 a 5/12/97 (TC - nº 350.364/97-4)”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 26: Aviso n.º 193, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 802, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação do Perímetro de Irrigação denominado Serrinha, situado no Município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco (TC - 007.560/2000-8)”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 27: Aviso n.º 12, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões

n.ºs 8 e 9, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas nos órgãos e entidades de saúde do Distrito Federal e no Serviço de Convênios do Ministério da Saúde em Roraima (TC – 015.085/99-6 e TC-014.271/99-0, respectivamente)". O relator designado é o Senador Romero Jucá, com o parecer (lido pelo Senador Wellington Roberto) concluindo pelas providências a seguir: 1 – que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria; 2 – pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União sobre a implementação ou não das determinações e recomendações feitas ao Governo do Distrito Federal, à Secretaria de Saúde e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal, onde foram detectadas diversas falhas e irregularidades não especificadas, assim como sobre os resultados obtidos; 3 – pelo arquivamento do processado. O Parecer é aprovado. Item 28: Aviso n.º 105, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º Trimestre de 2000". O relator designado é o Senador Romero Jucá, com o parecer (lido pelo Senador Wellington Roberto) concluindo pelas providências a seguir: 1 – que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, relativo ao 1º trimestre de 2000; 2 – oficie ao TCU indagando, que tipo de controle mantém sobre os dados relativos à cobrança judicial dos créditos originados de suas condenações, assim como qual o volume de recursos, relacionados aos créditos oriundos de condenações do Tribunal, efetivamente apurado na via judicial, nos últimos exercícios, e quais as dificuldades práticas existentes para a cobrança judicial; 3 – oficie ao TCU indagando, quais os desdobramentos das discussões mantidas junto à Advocacia Geral da União, sobre a cobrança judicial dos créditos, e se as providências eventualmente implementadas já repercutem algum tipo de avanço nos percentuais de recolhimento advindos de execução forçada judicial das condenações do TCU; 4 – oficie ao TCU indagando, os motivos pelos quais a solicitação de informações, de iniciativa do Senado Federal, acerca de auditoria realizada na SUDAM e no BASA (Processo n.º 013.995/1999-5), a qual deu entrada no TCU em 28.10.99, ainda não foi devidamente atendida; 5 – determine a remessa ao arquivo do Aviso n.º 105, de 2000. O Parecer é aprovado. Item 29: Aviso n.º 39, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão n.º 181, de 2000,

bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada por intermédio da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro no Departamento de Assuntos Penitenciários – DEPEN (TC – n.º 009.143/99-8)". O relator designado (ad hoc) é o Senador Freitas Neto e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 30: Aviso n.º 24, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades, referente ao 1º trimestre de 1999". O relator designado (ad hoc) é o Senador Freitas Neto e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Prosseguindo, passa-se a deliberação das matérias extra pauta; Item 01: Aviso n.º 120, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia Decisão n.º 515, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – FUFMS, com o objetivo de verificar a legalidade e a conveniência, sob o ponto de vista econômico-financeiro, do acordo firmado entre a Universidade e a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura – FAPEC, para administração da Editora da FUFMS (TC – 004.661/2000-7)". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 02: Requerimento, de autoria do Senador Romero Jucá, que "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, sejam convidados os Srs. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Sampaio Malan, e a Sra. Diretora de Fiscalização do Banco Central do Brasil, Dra. Tereza Cristina Grossi Togni, a comparecerem a esta Comissão, em data e hora a serem determinadas, com a finalidade de prestarem esclarecimentos respeitantes aos fatos veiculados pela revista Veja, edição n.º 1.701, de 23.05.01". O requerimento é aprovado. Item 03: Requerimento, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "Requer, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer nesta Comissão, o Senhor José Diogo Cyrillo da Silva, Secretário Especial da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a fim de prestar informações sobre a extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM". O requerimento é aprovado. Item 04: Requerimento, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "Requer, nos termos do art. 102-A, inciso III, do

Regimento Interno do Senado federal, que a Caixa Econômica Federal remeta a esta Comissão, cópia de toda documentação do contrato de locação firmado com o Grupo Accor, referente ao Hotel Rio Palace. O requerimento é aprovado. Item 05: Requerimento, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "Requer, nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado federal, que a Caixa Econômica Federal remeta a esta Comissão, cópia de toda documentação referente a criação do FEDERAL CAP e do Federal PREVI, bem como, de todas as informações referentes a esses produtos". O requerimento é aprovado. Item 06: Requerimento, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "Requer, nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado federal, que a Caixa Econômica Federal remeta a esta Comissão, cópia de toda documentação referente a criação do FEDERAL CARD, celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o CREDICARD". O requerimento é aprovado. Item 07: Requerimento, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "Requer, nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado federal, que a Polícia Federal do Estado da Paraíba, remeta a esta Comissão, todas as informações referentes a ação penal em curso, das relações comerciais mantidas entre a Caixa Econômica Federal e o CREDICARD, conforme inquérito realizado em Campina Grande – PB". O requerimento é aprovado. Item 08: Requerimento, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "Requer, nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado federal, que a Caixa Econômica Federal remeta a esta Comissão, cópia de toda documentação do contrato da VEPLAN/CEF, iniciado em julho de 1975, bem como, de todos os pagamentos efetuados". Item 09: Requerimento, de autoria do Senador Luiz Otávio, que "Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Fiscalização e Controle solicite as seguintes informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, a serem prestadas por intermédio da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS: 1 – planilha de custos incorridos, discriminada mensalmente, para os últimos dois anos, das vinte maiores empresas de medicina de grupo atuantes no âmbito nacional, sob o critério de número de usuários, comparando-os com os custos previamente usados para definição do valor do plano; 2- nas mesmas condições do item anterior, planilha das respectivas receitas auferidas". O requerimento é aprovado. Fica adiado o Requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que

"Requer, nos termos do item IX, art. 2º da resolução nº 46/93, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União – TCU, realizar auditoria sobre a aplicação dos recursos provenientes do empréstimo internacional contratado pelo Estado do Mato Grosso junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinados a financiar o Programa de Reforma do estado de Mato Grosso". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a Integra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão

Nota Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Sob a proteção de Deus, iniciamos a 12ª reunião da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura.

Peço aos Srs. Senadores que, se estiverem de acordo, dispensem a leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item 1 é do nobre Senador Valdir Amaral, que ainda não chegou.

Eu iria direto para os dos Senadores presentes.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Relatei um projeto que está extrapauta. Eu pediria que entre na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se V. Exª quiser, pode começar por ele.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Tribunal de Contas da União encaminha cópia da Decisão nº 515/2000 refe-

rente à auditoria realizada na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Fizemos um histórico e, na análise do processo, é o acórdão firmado entre a Universidade Fapec e foi materializado por meio de Convênio nº 1.366, de 09 de novembro de 1995, cujo objeto era o ajuste e o estabelecimento de mecanismos que possibilitem a mútua cooperação entre os convenientes.

Apesar de o acordo ser denominado de convênio o mesmo parece possuir natureza contratual por há remuneração por prestação de serviços. Para a consecução dos objetivos compete à Fapec a execução da política editorial da universidade, do gerenciamento financeiro e da comercialização das emissões de eventuais doações e de subvenções destinadas ao funcionamento e ao desenvolvimento da editora da universidade.

O TCU solicitou à universidade que adote a ritualística processual para os contratos e convênios, com a formalização de todos os atos observando-se o seu prazo de validade, consoante o estabelecido no art. 1º e 3º da Lei nº 8.958.

Voto do Relator.

Pelo o exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo encaminhamento do processo ao Arquivo.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o relatório do nobre Senador. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Dois processos têm como Relator o nobre Senador Antônio Carlos Magalhães.

Tendo em vista a situação, eu pediria ao nobre Senador Freitas Neto que, por gentileza, relatasse os itens 29 e 30, que são os dois projetos do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. FREITAS NETO – Da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 39, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 181, de 2000, referente à auditoria realizada no Departamento de Assuntos Penitenciários.

O relatório, bem como a análise da matéria, encontram-se distribuídos no Avulso E aos Srs. Senadores, e o voto do Relator é o seguinte:

"Diante do exposto, e tendo em vista que documento em análise não exige nenhuma providência do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dele tome conhecimento e delibere pela remessa do processo ao Arquivo.

É este o parecer do Senador Antônio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o projeto do item 29. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. FREITAS NETO – Item 30, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 24, de 1999, que encaminha o relatório de atividades do Tribunal de Contas da União referente ao primeiro trimestre de 1999.

O relatório, como no item anterior, encontra-se à disposição, na mesa dos Srs. Senadores, publicado no avulso.

O voto do relator é o seguinte: diante do exposto e tendo em vista que o documento em análise não exige nenhuma providência do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dele tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo.

É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço ao Senador Wellington Roberto para ler os pareceres sobre as matérias constantes dos itens nº 27 e 28, cujo relator é o Senador Romero Jucá, que se encontra também ausente, neste momento.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Roberto, para ler o parecer sobre a matéria constante do item nº 27.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o parecer da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 12/2000, que encaminha cópias das Decisões nºs

008 e 009, de 2000, do Tribunal de Contas da União, referentes às auditorias realizadas no programa de ação na área de saúde do Governo do Distrito Federal e no serviço de convênio do Ministério de Saúde em Roraima, respectivamente.

Eis o voto.

Dentro do exposto, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere:

a) pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União sobre a implementação ou não das determinações e recomendações feitas ao Governo do Distrito Federal, à Secretaria de Saúde e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal, onde foram detectadas diversas falhas e irregularidades não específicas, assim como sobre os resultados obtidos;

b) pelo arquivamento do processado.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passa-se ao item nº 28.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Roberto, para ler o parecer sobre a matéria constante do item nº 28.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o parecer da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 105/2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o relatório de atividades do Tribunal referente ao primeiro semestre de 2000. O relator é o Senador Romero Jucá.

Eis o voto.

Ante o exposto, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle:

1) tome conhecimento do relatório das atividades do Tribunal de Contas da União relativas ao 1º semestre de 2000;

2) oficie ao TCU indagando:

2.1) que tipo de controle mantém sobre os dados relativos à cobrança judicial dos créditos originados de suas condenações, assim como qual o volume de recursos relacionados aos créditos oriundos de condenações do tribunal efetivamente apurado na via judicial nos últimos exercícios e quais as dificuldades praticadas existentes para a cobrança judicial;

2.2) quais os desdobramentos das discussões mantidas junto à Advocacia Geral da União sobre a cobrança judicial dos créditos e se as providências eventualmente implementadas já repercutem algum tipo de avanço nos percentuais de recolhimentos advindos da execução forçada judicial das condenações do TCU;

2.3) os motivos pelos quais as solicitações de informações de iniciativa do Senado Federal a cerca da auditoria realizada na Sudam e no Basa, Processo nº 013995/1999-5, a qual deu entrada no TCU em 28/10/1999, ainda não foram devidamente atendidas;

3) determine a remessa ao arquivo do Aviso nº 105/2000.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço ao Senador Bello Parga que faça a leitura dos pareceres do Senador Valmir Amaral, relator das matérias constantes dos itens nº 1 e 2, que não se encontram presentes.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Aviso nº 57 do Tribunal de Contas da União, encaminhando a esta Casa cópia do acórdão, bem como dos respectivos relatórios e votos que o fundamentam, sobre a auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, nas áreas de contrato e licitações.

Passo ao voto conclusivo do Senador Valmir Amaral.

As informações contidas nos documentos trazidos ao exame desta comissão revelam que foram tomadas todas as providências a cabo do Tribunal de Contas da União, com relação às irregularidades apuradas na auditoria, entre as quais a apuração de responsabilidades e aplicação de penalidades cabíveis. Ademais, cuidou a corte de contas de fazer as recomendações pertinentes para que a administração do órgão federal auditado não volte a incidir nas irregularidades administrativas constatadas.

Em face do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto, a fim de que a Comissão se inteire da matéria, e pelo arquivamento da matéria, tendo em vista que nenhuma providência se impõe no âmbito do Senado Federal, em decorrência do conhecimento e exame dos autos.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o voto do Relator Valmir Amaral, muito bem representado aqui pelo Senador Bello Parga (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item nº 02, por gentileza, nobre Senador.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, desta vez o Tribunal de Contas encaminha ao Senado cópia de sua Decisão nº 80, de 2001, acompanhada de seus respectivos relatórios e votos, que a fundamentam, sobre estudos para verificar a aplicação e vigência da Instrução Normativa nº 05, de 1995 – MARE, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, relativo ao cadastramento de fornecedores para participar de licitações na administração federal.

Os elementos constitutivos do processo estão resumidos no avulso que está em nosso poder. Passo ao voto, que tenho de circunstanciar um pouco, Sr. Presidente, porque ele foge um pouco à normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor, Senador Bello Parga, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BELLO PARGA – As informações contidas nos documentos revelam que o Tribunal de Contas da União tomou, em relação ao assunto, as providências decorrentes da competência que lhe é conferida pela Constituição da República.

Cabe assinar que o juízo de conveniência e oportunidade quanto à eventual iniciativa do Congresso Nacional no sentido de sustar parágrafo § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.722, de 2001, nos termos de competência privativa estabelecida no art. 49, inciso V, da Constituição, deverá aguardar o transcurso de tempo suficiente para que o Poder Executivo tome as providências pertinentes ou reste manifesta a inação oficial neste sentido.

Ademais, parece prudente e razoável que se aguarde o desdobramento do processo deflagrado, com a recomendação dirigida pelo Tribunal de Contas da União ao Ministério, no tocante ao subitem 13, da Instrução Normativa nº 05/95, tendo em vista o que dispõe o inciso X do art. 71 da Lei Maior, o qual autoriza o Tribunal a sustar o ato impugnado, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

Considerando-se que a ação do Congresso Nacional, com relação ao Decreto e a do Tribunal de Contas, com relação à Instrução Normativa, tem o mesmo propósito de saneamento da regulamentação

infralegal. O desfecho da ação direta do órgão auxiliar poderá contribuir decisivamente para o juízo político do Legislativo em relação às providências de sua competência.

Concluindo, Sr. Presidente, em face do exposto, somos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo sobrestamento da apreciação da matéria, a ser retomada oportunamente, ao ensejo da comunicação a que se refere o inciso X do art. 71 da Constituição da República.

Esse é o voto do Senador Valmir Amaral, que subscrevo pelos cuidados cautelares que teve com o assunto, de modo que ficará pendente, sobrestado, até que o Poder Executivo sane todas as evidências irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço ao nobre Senador Alberto Silva que, por gentileza leia os Itens 3 e 4.

O SR. ALBERTO SILVA – Trata-se de Parecer da Comissão de Fiscalização e Controle sobre Aviso nº 39, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 027, de 2001, referente à auditoria na Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional.

O Relator é o Senador Romero Jucá.

Como o histórico do Parecer está já à disposição dos Srs. Senadores, vou ler o voto.

Ante o exposto, opinamos por que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do teor da Decisão nº 027, de 2001, do TCU, segunda Câmara, sobre auditoria na Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e da Codevasf, e determine o arquivamento do Aviso nº 39, de 2001.

É o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Item nº 4.

O SR. ALBERTO SILVA – Trata-se de, novamente, a Comissão de Fiscalização e Controle apreciar o Aviso nº 19, de 2001, nº 9.108, TCU, de 2000,

do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 1059, de 2000, referente à irregularidade na execução de convênios com recursos advindos do Plano Agropecuário e florestal de Rondônia, Planaflo. O histórico já está à disposição dos Srs. Senadores. Vamos aqui, então, ler o voto do relator.

Diante do exposto, e tendo em vista tratar o assunto de matéria situada no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere da seguinte forma:

1 – Consoante o item 1.7-a, aguardamos o encaminhamento das conclusões resultantes das providências determinadas pelo tribunal;

2 – Delibere pelo arquivamento do processo.

Esse é o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço, por gentileza, ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca que, por gentileza, relate o item nº 5 e nº 6.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer da Comissão de Fiscalização e Controle é sobre o Aviso nº 45, de 2001, que encaminha cópia da Decisão nº 063, de 2001, referente à inspeção realizada na Prefeitura Municipal de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. O eminente relator, Senador Geraldo Althof, no seu relatório, faz o histórico e a análise da matéria e o seu voto é o seguinte:

“Diante do exposto, opinamos no sentido de que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da Decisão nº 063/2001 e oficie ao Tribunal de Contas da União, questionando sobre a razão pelas quais decorreu um excessivo período de tempo entre as inspeções e o julgamento do processo e delibere pelo arquivamento do Aviso nº 45, de 2001”.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passemos ao item nº 6.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Parecer da Comissão de Fiscalização e Controle sobre a Decisão nº 36, de fevereiro de 1999, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional realizada no Programa Nacional de Alimentação Escolar, em Santa Catarina.

O Eminente relator, Senador Geraldo Althof, no seu relatório, faz as considerações sobre o plano e, ao final, profere o seu voto:

“Isto posto, propomos o envio do processo examinado para o conhecimento da Comissão de Educação do Senado Federal, em vista da suas competências regimentais. Ademais, cabe enviar cópia do presente parecer para a comissão mista que examina a Medida Provisória nº 1.784, de forma a implementar a sugestão de emenda em anexo”.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, nobre Senador.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O nobre Senador Luiz Otávio tem o item nº 21, 22, 23, 24, 25 e 26. Todos eles pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Por isso, podíamos votar em bloco. Vou passar a palavra ao nobre senador e, se acatar essa sugestão, faríamos as votações dos itens 1...

O SR. LUIZ OTÁVIO – Sim, senhor, Sr. Presidente, Senador, então, desde o item 20..

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – 21, o 20 é diferenciado.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Como li toda a matéria, então sei que é a partir do item 20, até o item 26. Proponho que V. Ex^a coloque em votação a minha proposta de ser votado em bloco. Não sei se é a mesma de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Creio que podíamos fazer assim, Sr. Senador, é fácil explicar aos Srs. Senadores o que está acontecendo. Como tínhamos muita demanda reprimida, soltamos, inicialmente, todos os processos mais fáceis. A gran-

de maioria é para conhecimento e arquivamento. Por isso, podemos nos dar ao luxo de votar em bloco. Logo mais começarão a vir os mais problemáticos.

Em discussão os itens nºs 21, 22, 23, 24, 25 e 26, do nobre Senador Luiz Otávio, que opina pelo conhecimento da matéria e pela remessa do processo ao arquivo.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados.

Os seis itens foram aprovados por uma votação em bloco.

Para o item nº 20, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO – O Item 20 (Aviso nº 148/2000) encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 254/2000, bem como os respectivos relatório e voto que fundamentam a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagens – DNER nas obras do contorno sudoeste de Goiânia, BR – 060, Goiás. Tribunal de Contas nº006704/99-9. Autor: Tribunal de Contas da União. Parecer: oficiar ao Tribunal de Contas da União solicitando informações sobre os resultados da tomada de contas especial, haja vista que o Tribunal de Contas da União fez uma perícia, uma avaliação, uma intervenção, uma auditoria dentro do próprio DNER de Goiás, em especial na obra do contorno sudoeste de Goiânia.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passamos aos itens 18 e 19. O relatório é do nobre Senador Jefferson Péres. Peço ao nobre Senador pelo Piauí Freitas Neto que faça o relato.

O SR. FREITAS NETO – Parecer do Senador Jefferson Péres sobre o Aviso nº 42 do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia da Decisão nº180/2000 referente à auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – Codebar, no Estado do Pará.

O relatório e a análise foram distribuídos aos Srs. Senadores.

O voto é o seguinte:

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos porque seja dado conhecimento do feito a este colegiado e porque se delibere pelo arquivamento do processo, nos termos do art. 103, III, c/c o art. 228 do Regimento Interno.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item nº 19.

O SR. FREITAS NETO – O Item 19 é também do Senador Jefferson Péres. Trata-se do Aviso nº 87/2000 do Tribunal de Contas da União referente à auditoria realizada no Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Fundação Universidade Federal do Amazonas.

O histórico e a análise da matéria foram distribuídos. O voto do relator é o seguinte:

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos porque seja dado conhecimento do feito a este colegiado e porque se delibere pelo encaminhamento do feito ao arquivo.

É o parecer do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço ao nobre Senador Wellington Roberto que, por gentileza, relate os itens 15 e 16, que, obviamente, são do Senador Fernando Matusalém.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº28/2000 do Tribunal de Contas da União, encami-

nha cópia da Decisão nº 117/2000 referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Teresina – PI. É relator o nobre Senador Fernando Matusalém.

Passarei ao voto.

Diante do exposto e tendo em vista que a matéria já foi encaminhada ao Ministério Público, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo, uma vez que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Nacional.

Esse é o voto, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir.

Em votação.

Os Senadores que estão de acordo permanecem sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Por gentileza, o item seguinte.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – O item seguinte também se trata do parecer do Relator, o nobre Senador Fernando Matusalém. É o nº31 da Fiscalização e Controle de 1999, envolvendo o Acórdão nº136/99 do Tribunal de Contas da União, que deliberou sobre as contas do Tribunal, relativas ao exercício de 1998.

Como é de conhecimento dos Senadores, vamos ler o voto.

Diante do exposto, votamos, porque esta Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do Ofício S/nº31, de 1999, sobre as contas do Tribunal de Contas da União relativas ao exercício de 1998 e delibere pela remessa da matéria ao arquivo.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa)*

Como não há Senador que esteja discordando, passamos à votação.

Os Senadores que estão de acordo com o parecer permaneçam sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Pediria ao nobre Senador Alberto Silva que, por gentileza, relatasse os Itens nºs 7, 10, 11 e 12, todos que deveriam ser relatados pelo Senador Ricardo Santos, e todos pelo conhecimento da matéria. Perdão! Moreira Mendes, tem razão. São os nºs 8, 10 e 11. Mas, como o nº8 não é pelo arquivamento, vamos só os nºs 10, 11, e 12. Os três são pelo arquivamento.

O SR. ALBERTO SILVA – É o aviso da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Aviso

nº91/2000 da origem, que encaminha a cópia da Decisão nº170/2000, referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Sorocaba, São Paulo.

Como é do conhecimento de todos, o histórico está à disposição já nos avulsos distribuídos, e o voto do Relator é o seguinte:

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo.

É o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa)*

Em votação.

Os Senadores que estão de acordo permanecem sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

O SR. ALBERTO SILVA – Item nº11.

É também sobre o Aviso nº133/2000, na origem, e que encaminha o relatório de atividade do Tribunal de Contas da União referente a 4º trimestre de 1999.

A matéria já é do conhecimento dos Srs. Senadores, e o voto do Relator é:

Diante do exposto, e tendo em vista que o documento em análise não exige nenhuma providência do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dele tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo.

Esse é o voto do Senador Ricardo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permanecem sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

O SR. ALBERTO SILVA – Item nº12. Também Aviso nº62/1997 do Tribunal de Contas da União, que encaminha relatório das atividades daquele tribunal referentes ao 3º trimestre de 1997.

O relatório já é do conhecimento de todos, e o voto do Relator é:

Diante do exposto, e tendo em vista o tempo transcorrido, opinamos que esta Comissão tome conhecimento do relatório e delibere sobre o seu encaminhamento.

É o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permanecem sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Pediria ao nobre Senador Romero Jucá que, por gentileza, lesse o voto do Senador Ricardo Santos em relação ao Item nº8.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o parecer da Comissão de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia da Decisão nº005/2000, bem como dos respectivos relatório e voto que fundamentam sobre a representação acerca da omissão no dever de prestar contas por parte do Conselho Regional de Estatística do Estado do Rio de Janeiro.

Vem a essa Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso n.º 036, de 21 de janeiro de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão 005.

O voto do Relator é que diante do exposto, tendo em vista de tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito de competência do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo, além disso tendo em vista o longo prazo decorrido dessa publicação da Decisão 005 de 2000, sugerimos um envio de ofício ao Tribunal de Contas da União solicitando informações sobre implementação das determinações e recomendações feitas por aquela Corte, assim como dos resultados alcançados.

Este é o parecer do Senador Ricardo Santos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pediria ao nobre Senador que também lê-se o número nove, também do Senador Ricardo Santos.

O SR. ROMERO JUCÁ – O Item 09, trata-se de Aviso n.º 37, de 2000 do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia da Decisão 141/2000, referente a levantamento de auditoria na área de admissões e

concessões do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Inpa.

Vem a essa Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso 901, TCU 17 de março, de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal a cópia da Decisão 141.

O voto do Relator é que ante o exposto opinamos para que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do teor da decisão 141/2000, oficie ao TCU questionando as razões pelas quais houve um excessivo período de tempo entre os fatos auditados e o julgamento do processo e determine o arquivamento do Aviso n.º 37/2000.

Esse é o parecer do Senador Ricardo Santos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto para relatar o de número sete.

O SR. FREITAS NETO – O parecer do Senador Moreira Mendes sobre o Aviso n.º 200, de 2000, do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia da Decisão nº 790, de 2000, bem como as informações constantes dos anexos 1, 2 e 3 dos respectivos relatórios e voto que a fundamenta em cumprimento ao art. 86, da Lei n.º 9.995, de 25 de julho de 2000, Lei de Diretrizes Orçamentárias pelo exercício de 2001. Histórico e análise da matéria distribuídos nos avulsos aos Srs. Senadores e vou passar a ler o voto do relator.

Diante do exposto, tendo em vista o art. 86, da Lei n.º 9.995, de 25 de julho de 2000, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001, atribui competência apenas à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para identificar e bloquear a execução orçamentária das obras com indícios de irregularidades graves até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável.

Opinamos que esta Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito ao nobre Senador Romero Jucá que, por gentileza, relate, o último item que está faltando que é o de nº 17, do Senador Geraldo Althoff.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, o parecer trata do Aviso nº 21, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão 029, de 2000, referente ao relatório da auditoria realizado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco.

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, não exigindo nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo.

Esse é o parecer relatado pelo Senador Geraldo Althoff.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 13:

Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor R\$ 55.534 milhões em favor de refinanciamento da dívida pública mobiliária recurso e supervisão do Ministério da Fazenda para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.

De autoria da Presidência da República, Relator Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, por intermédio da Mensagem 541, de 1999, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional cópia do Decreto de 23, de junho de 1999, que abre o Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar, no valor de R\$55.534 mil, em favor do refinanciamento da dívida pública mobiliária federal; recursos, sob supervisão do Ministério da Fazenda, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Isso foi publicado no Diário Oficial da União, de 24 de junho de 1999, acompanhado da exposição de motivos do Ministro do Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, que propôs sua expedição.

A exposição de motivos mostra a regularidade de toda a operação e, realmente, dependendo da data de vencimento das obrigações, que serão pagas à conta dessa subatividade, é até possível que esse crédito seja insuficiente, haja vista que ele foi estimado com base em uma taxa de câmbio, em dólar, de um real para um e setenta e cinco, aquém do valor atualmente observado.

Mas a verdade é que todos os itens necessários ao bom andamento do processo estão em ordem.

Por isso, o nosso voto é pelo conhecimento e arquivamento da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão o parecer do Senador Ney Suassuna. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 14:

Encaminha a cópia da Decisão nº 244, de 1998, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e votos que a fundamentam, referente à auditoria realizada na área habitacional da Caixa Econômica Federal, relativa aos aspectos pertinentes ao descumprimento de normas específicas e determinações expedidas por aquele Tribunal. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Ney Suassuna, que está com a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA – Nobre Presidente, esse projeto já foi relatado aqui, foi pedido vistas e não houve nenhum voto em separado. Por essa razão, teríamos que relatá-lo hoje; mas, tendo em vista algumas informações que já chegaram ao relator, e não querendo de maneira nenhuma cometer injustiça, pediria para retirar de pauta hoje e voltaríamos após a complementação das informações.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Portanto, em votação o requerimento do Senador Ney Suassuna, para retirada de pauta.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Retirado de pauta o item 14.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradecendo a gentileza do Senador Freitas Neto, que assumiu a Presidência, enquanto eu relatava dois dos processos que me tinham sido destinados, informo aos Srs. Senadores que estou distribuindo uma quantidade considerável de projetos, cada vez mais comple-

xos; mas temos sobre a Mesa, hoje, alguns requerimentos.

O primeiro requerimento é do Exmº Sr. Senador Luiz Otávio, que pede informações ao Banco do Nordeste, ao Banco Central do Brasil e também ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sobre dados de uma empresa, chamada Arisa – Agroindustrial e Reflorestadora S/A, e que informa o que aconteceu com os seus valores, depositados na conta do Banco Cruzeiro do Sul e do Banco Itaú S/A, que o Banco Central, pura e simplesmente, subtraiu, mandou cancelar e recolher aos seus cofres, uma quantia superior a R\$27 milhões.

Tendo em vista essas informações, pede o nobre Senador que seja encaminhada àquelas instituições uma carta pedindo informações sobre o presente processo.

Esse é o requerimento.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

O outro requerimento é do nobre Senador, Líder do Governo, Romero Jucá, que solicita que esta Comissão realize reunião conjunta com a Comissão de Economia para convidar o Dr. Pedro Sampaio Malan, a Diretora de Fiscalização, Drª Tereza Cristina Grossi e também o Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga que venham até essas duas comissões para prestarem esclarecimentos a respeito dos fatos veiculados pela revista **Veja** e para responder a outros questionamentos dos Srs. Senadores.

Em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, apenas para registrar que apresentei esse requerimento, entendendo que é importante a audiência também da Comissão de Fiscalização e Controle nessa matéria.

A Comissão de Assuntos Econômicos já aprovou um requerimento idêntico na manhã de hoje, inclusive V. Exª fez um adendo ao requerimento, convidando também o Dr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central.

Portanto, entendo que o convite deveria ser feito para os três. Deveríamos agregar o Dr. Armínio Fraga...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já o fizemos na Relatoria.

O SR. ROMERO JUCÁ – Correto. E entendo que é importante. Provavelmente se está tentando marcar para a próxima terça-feira. Creio que é importante, então, o Presidente, junto com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, montar esse entendimento para se fazer a reunião.

O Governo tem uma posição clara sobre essa questão. Não tem nada a esconder, Entende que esse processo deve ser esclarecido rapidamente. Portanto, fiz questão, como Líder do Governo, de apresentar esse requerimento, convidando o Ministro e os dirigentes do Banco Central para essa reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Fiscalização e Controle, na próxima semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado os convites ao Ministro Pedro Malan; do Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, e da Diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi.

Passemos para um outro requerimento, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Nos termos do Item IX do art. 2º da Resolução nº 46/93, requeiro que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União realizar auditoria sobre a aplicação dos recursos provenientes do empréstimo internacional, contraído pelo Estado do Mato Grosso junto ao Bird (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) no valor de U\$45 milhões, destinados a financiar o programa da reforma do Estado do Mato Grosso.

Justificação: por meio da Resolução nº 109/98, o Senado Federal concedeu autorização ao Estado do Mato Grosso para contrair o empréstimo supramencionado, que tem o aval da União Federal.

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas não prevê a realização de fiscalização sobre a aplicação de recursos provenientes de empréstimos internacionais. Acreditamos que o fato de a União Federal ter concedido o aval dá-lhe o direito de efetuar fiscalização que julgar necessária.

Subscreve o Nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar o seguinte: como o Senador

Eduardo Suplicy não está presente – não sei se é praxe estar presente para se votar o requerimento –, talvez fosse o caso de retirá-lo de pauta.

Não sei qual é a praxe da Comissão, mas eu gostaria de fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Poderíamos retirá-lo de pauta, uma vez que o Senador Eduardo Suplicy é muito freqüente nesta Comissão. Seria até uma homenagem esperá-lo para que S. Ex^a desse maiores informações sobre o requerimento.

Acato a colocação, se os Srs. Senadores estiverem de acordo, do Nobre Líder do Governo. *(Pausa.)*

Portanto, será retirado o requerimento de pauta, que voltará na próxima sessão, que será amanhã.

Sr^s e Srs. Senadores, temos amanhã uma reunião com o Presidente do Tribunal de Contas da União. É a oportunidade de estreitarmos nossas informações, nossas ações. S. Ex^a vinha na semana passada, mas, diante de todos os fatos que levaram este Congresso Nacional a encerrar às 21h – quase às 22h – as suas atividades, pedimos desculpas ao Presidente do Tribunal de Contas da União e transportamos para amanhã, e S. Ex^a, muito gentilmente, concordou.

É muito importante que as Sr^{as} e os Srs. Senadores estejam presentes, porque inclusive faremos um apelo para ver se conseguimos criar alguma outra averiguação que seja a mais rápida possível, para que não haja defasagem entre os fatos e as nossas reuniões. Creio que, dessa forma, poderemos inclusive pensar em algumas perguntas.

A Presidência já fez uma série de questionamentos, mas eu gostaria que V. Ex^{as} também pensassem nos seus questionamentos, de forma a aproveitarmos a reunião de amanhã da melhor maneira possível.

Há vários requerimentos sobre a mesa. Um é do Senador Luiz Otávio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Item I, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Fiscalização e Controle solicite as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, a serem prestadas por intermédio da Agência Nacional de Saúde Complementar:

1) planilha de custos incorridos, discriminada mensalmente para os últimos dois anos, das 20 maiores empresas de medicina de grupo, atuantes no âmbito nacional, sobre o critério o critério de número de usuários, comparando-as com os custos previamente usados para a definição do valor do plano e, nas mes-

mas condições do item anterior, planilhas das respectivas receitas auferidas.

De acordo com a justificação e de acordo com os arts. nºs 196 e 197 da Constituição Federal, a saúde é uma atividade de relevância pública, competindo ao setor público exercer a sua regulamentação, fiscalização e controle. As informações solicitadas nos possibilitarão importantes subsídios para melhor formação de juízo quanto à eficácia e à efetividade da atuação das empresas atuantes na área de saúde suplementar, assim como dos respectivos órgãos de regulação e fiscalização desses serviços.

Subscreve o Senador Luiz Otávio.

Em discussão. *(Pausa)*

O SR. LUIZ OTÁVIO – Sr. Presidente, rapidamente, gostaria de confirmar o que a opinião pública e os meios de comunicação têm divulgado insistentemente. Já se fala em aumento de taxas, aumento dos valores dos convênios, o que, na verdade, fará com que o usuário fique cada vez mais onerado.

Fala-se, em voz corrente, em reajuste, mas ninguém ouve falar em aumento de proventos e de salários, não só do funcionalismo, mas, de modo geral, de toda a classe trabalhadora. Isso nos preocupa, porque só se fala em reajustar tarifas e serviços. Queremos ter conhecimento dessas planilhas para podermos realmente tratar de matéria tão importante.

No mais, agradeço e parablenizo a Consultoria da Casa por sua eficácia, em especial da Comissão de Fiscalização e Controle, tendo em vista que lhe foi encaminhada a apresentação desse requerimento, elaborado com toda a formalidade legal, mas também com muita presteza e com muita atenção.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Submeto outro requerimento à consideração dos Srs. Senadores, de autoria do próprio Presidente, que requer, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a comparecer nesta Comissão o Sr. José Diogo Cyrillo da Silva, Secretário Especial da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a fim de prestar informações sobre a extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam*.

Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Nobres Senadores, a Comissão recebeu uma denúncia sobre o caso Veplan. Diz a carta:

Várias operações de crédito foram concedidas à empresa, iniciando-se em julho de 1975, sem que nenhum valor tivesse sido pago à Caixa Econômica Federal.

Após obter tantas e tantas vantagens em diversas negociações com a Caixa, sem que ela efetuasse cobrança judicial até 1989, a devedora, possuidora de um único bem, o Hotel Rio Palace, produziu silenciosa negociação com o famoso Grupo Accor, da qual resultou o famigerado e denominado contrato de locação, que, segundo consta, contém elementos de um autêntico contrato de arrendamento conjugado com financiamento, em verdadeira usurpação da atividade privativa da instituição financeira.

Tal contrato seria firmado em verdadeiro prejuízo à Caixa Econômica, na medida em que, em tempo da administração do Sr. Sérgio Cutolo, apoiado pela Diretora Isabel Pereira de Souza, do total dos aluguéis, 50% seriam divididos entre os credores – Caixa Econômica Federal, BNDES e Bacen – e os outros 50% ficariam com a própria devedora.

Consta que, até a presente data, nada, absolutamente nada foi recebido. Como não bastasse, após tanto prejuízo acumulado, a Diretoria da Caixa está em vias de realizar a venda da posição credora da Caixa Econômica em favor de terceiro, impondo ao crédito absurdo deságio, até mesmo por consequência do gravame de locação de vinte e cinco anos, que ajudou a constituir.

Faz uma série de colocações e conclui que o caso Veplan pode ser a ponta de um verdadeiro **iceberg** perpetuado na administração de Cutolo e sua competente equipe, liderada também pela Diretora Isabel Pereira de Souza, alcançando a criação de produtos aparentemente com a marca Caixa Econômica Federal, mas que, na verdade, não lhes pertence, uma vez que Federalcap, FederalPrev, Federalcard, com eficiente participação ou omissão de personalidades – cita nomes de vários funcionários públicos – , levou a Caixa a prejuízos gigantescos, como, por exemplo, um de R\$150 milhões só em relação ao Credicard, conforme inquérito realizado pela Polícia Federal no Estado da Paraíba.

Por essa razão, estamos apresentando os requerimentos, pedindo que a Caixa Econômica Fede-

ral envie, como é de direito desta Comissão, documentação referente à criação do Federalcap.

Subscreve esta carta a Sr^a Maria da Silva Lima.

Nobres Senadores, estamos pedindo a documentação apenas para verificar se há ou não fundamento da Federalcap e FederalPrev, bem como informações referentes a esses produtos.

De igual modo, pedimos informações e cópia da documentação referente à criação do Federalcard, que é celebrado entre a Caixa Econômica e o Credicard. Também estamos solicitando o contrato realizado entre a Veplan e a Caixa Econômica e a lista dos pagamentos efetuados, bem como cópia do contrato entre a Caixa Econômica e o Grupo Acor, referente ao imóvel Hotel Rio Palace. Pedimos, outrossim, à Polícia Federal da Paraíba que nos remeta todas as informações sobre esse inquérito, ou seja, Credicard, Caixa Econômica Federal, o volume e o desfalque dado naquele Estado.

Esses os requerimentos que estão em discussão, uma vez que precisamos averiguar se tudo isso tem ou não fundamento. *(Pausa)*

Concedo a palavra ao nobre Senador Bello Parga, para discutir.

O SR. BELLO PARGA – Diante dessas denúncias, qual é a qualificação da pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nós não temos essa qualificação, apenas temos o nome de Maria de Silva Lima.

Assim estamos procedendo, tendo em vista a gravidade do caso. Por outro lado, não estamos fazendo qualquer agravo à Caixa Econômica, apenas estamos pedindo o envio da documentação para averiguarmos se isso procede ou não.

O SR. BELLO PARGA – Pergunto, primeiramente, se não seria o caso de pedir ao Banco Central, o qual deveria fazer inspetorias ou auditorias periódicas, informações a esse respeito antes de vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, quando essa carta chegou às minhas mãos, pensei em pedir o contrato para sabermos se houve ou não pagamento. Caso a Caixa diga que existe o contrato, mostrá-lo, e se os pagamentos foram efetuados ou não, então, a partir daí, tomaremos outra deliberação, que poderá ter continuidade ou não. Esse foi o pensamento da Presidência da Comissão. Pode ou não existir. É um direito da Comissão pedir a documentação de todas as ações perpetuadas entre os entes.

O SR. BELLO PARGA – Não resta dúvida quanto ao direito da Comissão, apenas me pergunto se a

cada denúncia que vier sem nenhuma comprovação...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nosso Regimento prevê a denúncia de pessoa física.

O SR. BELLO PARGA – Eu sei. Mas se aceitarmos essas denúncias sem as verificarmos ou as averiguarmos, termos, aqui, uma grande quantidade de requerimentos de processos, e, talvez, não tenhamos condições de deliberar sobre eles. Em todo caso, aguardemos para ver.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, depois faremos uma reunião secreta para decidirmos como vamos aplicar o Regimento.

Quanto a esse caso específico, ele veio tão detalhado que pensei que ele merecia um pedido de informações.

O SR. BELLO PARGA – Vamos fazer um teste, conforme nos disse o Senador Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Amanhã, às 18 horas teremos a presença do Presidente do Tribunal de Contas da União.

Agradeço a presença de V. Ex^{as}.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião 18h44min.)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 29 de maio de 2001, terça-feira, após a ordem do dia.

Audiência Pública

Às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e um, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Geraldo Althoff, Wellington Roberto, Ricardo Santos, Luiz Otávio, Freitas Neto, Francelino Pereira, Eduardo Suplicy, Romero Jucá e Fernando Matusalém. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a lei-

tura da Ata anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como convidado o Senhor Ministro Humberto Souto, Presidente do Tribunal de Contas da União, para que o Ministro preste informações sobre os trabalhos que estão sendo realizados por aquele Órgão, bem como promover o estreitamento das relações entre as duas Casas. A seguir, A Presidência passa a palavra ao convidado. Finda a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores para debaterem com o convidado. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às vinte horas e vinte e três minutos, determinando que eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado federal, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da última reunião, por gentileza, permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que na pauta de hoje consta um item único: audiência pública com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto, que vai prestar informações sobre os trabalhos que são realizados no TCU e que balizam o nosso Senado, principalmente a nossa Comissão de Fiscalização e Controle.

O objetivo desta nossa reunião é, principalmente, buscar o estreitamento das relações entre as duas Casas.

O Presidente usará do tempo que julgar necessário para sua exposição e, depois, teremos uma lista de Senadores, que poderão fazer perguntas sobre os assuntos que possam ser utilizados como incentivo, como melhoria ao nosso relacionamento.

Em muitos dos processos que chegam até nós, oriundos do Tribunal de Contas, ficamos na dúvida se todas as determinações do Tribunal de Contas foram cumpridas. Recebemos algumas já com algum prazo. Sei que o Tribunal de Contas, e todos nós sabemos, tem feito um trabalho maravilhosamente bem conca-

tenado, mas, para nós, em algumas ocasiões, precisaríamos de uma maior velocidade. Existe alguma possibilidade de se, em alguns casos específicos, além da tomada de contas, conseguir algum regime?

Essa é uma das colocações que, com certeza, vão surgir entre os Senadores.

A verdade é que o objetivo desta nossa reunião seria muito mais saber como podem ser estreitados os laços entre o Senado da República e o Tribunal de Contas da União.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Faríamos, inicialmente, essa pequena conversa com o Presidente ou leria o meu trabalho logo?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor, o trabalho, que poderá, talvez, esclarecer algumas dúvidas.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Sr. Presidente Ney Suassuna, Srs. Membros da Comissão, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, senhores e senhoras, inicialmente, gostaria de agradecer o convite feito por esta Comissão, por iniciativa do Senador Ney Suassuna, para informar os resultados que vêm sendo obtidos pelo Tribunal de Contas da União na fiscalização do uso de recursos públicos federais.

Considero esta uma oportunidade não só de divulgar os benefícios que o Tribunal tem trazido para a administração pública, mas também de conseguir maior aproximação com uma das Casas do Poder Legislativo. Isso é algo de suma importância, pois somente poderemos atender as demandas do Congresso Nacional se mantivermos um relacionamento próximo que nos permita conhecê-las adequadamente.

Já estava imbuído de tal convicção quando ingressei no Tribunal de Contas em 1995, por indicação da Câmara dos Deputados. E ela foi reforçada ao longo dos anos, com a percepção, no dia-a-dia do trabalho, de que o controle externo somente poderá ser eficiente, eficaz e efetivo se houver coordenação de interesses e de esforços entre seu titular, o Congresso Nacional e o Tribunal, responsável pela fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial.

Primordialmente, as principais funções dos parlamentos são legislar e fiscalizar a Administração Pública. Contudo, nas sociedades modernas, onde as relações sociais e as instituições públicas estão amadurecidas e consolidadas, o controle da atuação dos gestores de recursos públicos desponta como a mais relevante atividade cotidiana das casas legislativas.

Em todo o mundo, a complexidade de tal fiscalização torna necessário o apoio técnico de um órgão especializado, que pode ser um tribunal de contas ou uma controladoria.

As controladorias comuns nos países anglo-saxões têm o seu foco exclusivamente na avaliação de desempenho dos entes públicos. Seus trabalhos de auditoria são de caráter meramente opinativo e, após sua conclusão, são encaminhados ao Parlamento para conhecimento.

Já os tribunais de contas, comuns na maior parte dos países europeus, como Alemanha, França, Itália, Espanha, Bélgica e outros como Portugal fiscalizam não só o desempenho dos agentes públicos, mas igualmente a legalidade dos seus atos. Além disso, têm autonomia para decidirem sobre o resultado dos seus trabalhos e para aplicarem sanções aos responsáveis por irregularidades, o que é feito com base em julgamentos essencialmente técnicos, já que suas deliberações não são influenciadas pelas paixões políticas que, geralmente, motivam a maior parte das decisões das Casas legislativas e dos seus órgãos.

Por tais vantagens, o modelo de Tribunal de Contas foi adotado pela Comunidade Européia recentemente para controlar as finanças comunitárias. Foi também o sistema escolhido pelo Constituinte originário para o nosso País.

Contudo, a simples opção por um modelo de controle que, em nossa opinião, é o mais adequado à nossa realidade política, institucional e cultural não é garantia de uma fiscalização plena. É preciso assegurar que o ente controlador disponha dos recursos humanos e materiais adequados. Isso não tem ocorrido no Brasil.

O Tribunal de Contas da União, apesar dos extraordinários resultados que vem obtendo, graças aos esforços dos seus Ministros e funcionários, para corresponder às expectativas da sociedade e do Congresso Nacional, não tem desfrutado de condições que lhe permitam desenvolver suas atividades de maneira totalmente eficiente, eficaz e efetiva como se deseja. Nossa participação no Orçamento da União, além de ínfima, tem sido regularmente decrescente: caiu de 0,07%, em 1998, para 0,04% em 2001. Como tenho destacado todas as vezes em que abordo o assunto, esses números significam que, de cada R\$1 mil despendidos pelo Governo Federal, apenas R\$0,40 são destinados à fiscalização do seu emprego.

Nossa disponibilidade de recursos humanos é absolutamente incompatível com as tarefas a serem desempenhadas. Desde a Constituição de 1998, es-

sas somente têm crescido em decorrência de novas exigências legislativas, como, por exemplo, a recente Lei de Responsabilidade Fiscal. São apenas em torno de mil profissionais de nível superior, dos quais cerca de 25% são incumbidos de prestar apenas apoio administrativo para fiscalizar aproximadamente 8.200 órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, espalhadas por todo o território nacional que recebem e utilizam recursos públicos federais.

Isso para não falar no trabalho que fazemos no exterior. Por exemplo, o Ministério do Exército tem um escritório no exterior, assim como os Ministérios da Aeronáutica e da Marinha. Em 1999, estive visitando os escritórios de compra do Ministério do Exército, em Washington para fazer uma auditoria em que deveria gastar três ou quatro dias. O Tribunal faz duas auditorias por ano nas embaixadas, no Banco do Brasil, e entidades públicas brasileiras com representação no exterior. Trata-se mais de uma amostragem para que essas entidades – e só embaixadas são mais de 150 – tenham noção de que o Tribunal de Contas da União pode chegar para fiscalizar.

Fui aos escritórios das Três Armas e, conversando com um almirante, perguntei quantos anos tinha aquele escritório de compras no exterior. Ele respondeu-me que tinha 45 anos, se não me engano. Perguntei, em seguida, quantas fiscalizações já tinham sido feitas pelo Tribunal de Contas da União e ele respondeu-me que era a primeira. Perguntei se eles tinham uma atividade muito intensa e respondeu-me que compravam todos os materiais externos de que as Forças Armadas precisavam. Perguntei a uma das Armas quanto tinha sido gasto naquele ano e obtive como resposta US\$280 milhões. Sabemos da honestidade dos nossos militares, mas, em se tratando de um País democrático, eu deveria ficar lá pelo menos dois meses fazendo uma auditoria e, periodicamente, o Tribunal teria de enviar pessoal. Contudo, é muito difícil, pois não temos tempo para isso.

Estou dizendo que temos 8.200 entes para fiscalizar somente no Brasil, fora a obrigação que o Tribunal tem de fazer auditorias, pelo menos como amostragem, de vez em quando. Agora, por exemplo, estamos realizando uma auditoria. O Ministro Marcos Vilaça está fiscalizando quatro ou cinco Países. Isso é uma amostragem. Então, há uma notícia. O Itamaraty comunica a todas as Embaixadas que estão sendo fiscalizadas e remete a elas o resultado daquela auditoria, dando a orientação de como o Tribunal pretende que essa auditoria seja feita: o problema patrimonial, a questão de funcionários no Brasil e no exterior, a legislação que devem seguir e corrigindo os defeitos.

Imaginem V. Ex^{as} que há 8,2 mil entes para serem fiscalizados no Brasil, afóra o exterior, porque temos de ir, uma ou duas vezes por ano, em torno de vinte dias, a quatro, cinco ou seis países para aproveitarmos a passagem e o custo não ficar alto. Vai-se a quatro, cinco ou seis países ao mesmo tempo, fazendo uma escala de dois ou três dias em cada país para que tomem conhecimento do Tribunal.

Apesar de tamanha carência, não logramos aprovar dois projetos de lei. Um deles cria cargos de analistas de finanças e de controle externo. O outro disciplina a carreira de controle externo, cuja tramitação, por falta de percepção de sua importância para o correto funcionamento do Tribunal, tem-se arrastado por anos no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, é importante dizer que, em 1993, o Ministro Carlos Átila compareceu à Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e fez uma grande exposição. Os Deputados, muito interessados, perguntaram quantos funcionários havia no Tribunal e quais eram as funções daquela Corte. S. Ex^a fez uma exposição, utilizando-se de gráficos, de transparências e até de uma varinha de cientista, informando todos os números. O Ministro demonstrou, por “A” mais “B”, que o Tribunal precisava de mais 4,3 mil funcionários naquela época. Os funcionários prometeram apoiar esse projeto que tramitou na Câmara. Tentou-se muito, mas o projeto foi retirado pelo Presidente.

Há cerca de três anos, o Tribunal enviou à Câmara um projeto, criando 500 cargos de analistas de curso superior para se somarem a esses mil. Isso ocorreria num universo de cinco anos, ou seja, num ano haveria um concurso para 100 cargos, noutro ano, para mais 100 e assim por diante. Faz cinco anos, e não conseguimos sair da primeira comissão.

Até hoje, o Tribunal não tem um plano de cargos dos seus funcionários. Quando a Constituinte foi votada, estabeleceu que os funcionários do Tribunal deveriam perceber vencimentos iguais – ou com parâmetros semelhantes – aos dos funcionários do Congresso Nacional, tendo o Tribunal a incumbência de mandar um projeto para o Congresso em noventa dias. Naquele tempo, o Tribunal tinha a Receita Federal como parâmetro.

O Tribunal mandou o projeto para o Congresso e passou a aplicar, por meio de resolução – aquele vício da boca torta, pois antes da Constituinte todos legislavam desse modo –, uma tabela igual à do Senado. O resultado é que já retiramos três projetos do Congresso, porque não foram aprovados. Houve briga – de política ou de funcionários. Conseguimos aprovar

outro projeto na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – a primeira aprovação que logrou êxito no Congresso Nacional, porque, se não aprovarmos esse projeto, os funcionários do Tribunal também ficarão sem plano de carreira e, conseqüentemente, sem lei que os garanta como funcionários públicos por mais 20, 30 ou 100 anos, conforme a idade do Tribunal.

É importante destacar que até o sistema de controle interno do Poder Executivo já logrou obter, em prazo relativamente curto, aprovação de sua lei de estruturação, que lhe confere condições de trabalho e remuneração superiores às do Tribunal. Triste ironia: o órgão de apoio ao controle está melhor estruturado que o órgão controlador.

O Tribunal, por causa da própria Constituinte, mandou equiparar os seus funcionários aos do Congresso Nacional para serem bem remunerados, independentes – como deve ser – e enfrentarem todo tipo de pressão. Atualmente, os salários já estão um pouco abaixo dos maiores salários do funcionário público, e não temos ainda o nosso plano. Porém, tenho certeza de que conseguirei aprová-lo agora.

É precária a nossa situação no campo da tecnologia de informação. Como as dotações orçamentárias para ações de informática têm sido insignificantes, o nosso atraso nesse campo é brutal. Até o início deste ano, parte dos nossos analistas não dispunha de microcomputadores para trabalhar e, até hoje, muitos ainda utilizam equipamentos bastante desatualizados, com vários anos de uso, o que compromete o desempenho.

Somente neste ano, graças às emendas ao Orçamento apresentadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, conseguimos melhorar a dotação do Tribunal. V. Ex^{as} sabem que o Tribunal tem de ser altamente informatizado e tecnificado. Existem 26 Secretarias, uma em cada Estado; precisamos interfacer com o Senado, com o Prodasen, com a Câmara, com as Assembléias, com os Tribunais de Contas dos Estados, etc.

Estávamos tendo em torno de R\$2 milhões por ano para informática e não era possível pagar a Embratel para fazer uma interligação com as Secretarias. Neste ano, o Orçamento estabeleceu cerca de R\$4 milhões. Ao mesmo tempo, estipulavam-se R\$34 milhões para o Senado, que é apenas uma Casa, R\$20 milhões para o Supremo Tribunal Federal e aproximadamente R\$30 milhões para a Câmara dos Deputados.

Então, vim a esta Casa e bastou conversar com dois ou três Senadores para aprovarmos uma verba

mais substancial para este ano. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados aprovaram. Desse modo, o Tribunal, neste ano, está dotado de verbas suficientes para compensar de alguma forma o atraso. Mas a situação é tão difícil no Brasil que ainda não consegui licitar um ato qualquer do Orçamento, embora haja recursos. Em virtude da complexidade do processo, não há tecnologia do controle externo para se comprar o equipamento pronto.

Agora, estamos estudando um convênio com a Universidade de Minas Gerais, que fez uma proposta e desenvolveu para o referido Estado um projeto de controle externo, oferecendo-o ao Tribunal de Contas. Estou tentando transferir tecnologia e assinar com eles um convênio nesse sentido. Nesse caso, a Universidade viria para o Tribunal e, então, poderíamos atuar com dispensa de concorrência pública, já que se trata de uma universidade e de transferência de tecnologia.

Mas há uma imensa dificuldade para se atualizar, porque o número de processos é gigantesco. O Tribunal, além de fiscalizar todas as entidades públicas, deve registrar todos os atos de aposentadoria e de nomeação, soldos etc dos funcionários públicos federais. Apenas nos últimos três anos, se não me engano, aposentaram 60 mil funcionários. No Tribunal, para cada servidor que aposenta há um processo. Aquele órgão, juntamente com o controle interno, tem que examinar todas as lei de 20 e 30 anos atrás, pois há uma informação nesse sentido sobre pagamento de aposentadorias. Parece-me que a Sr^a Claudia Costim, então Ministra da Desburocratização, disse em certa ocasião que pagaria R\$6 a R\$7 bilhões a mais a título de aposentadorias.

Quando o órgão concede a aposentadoria ao servidor, este traz com todas as vantagens – gratificações etc. Cabe ao Tribunal de Contas examinar todos os processos a esse respeito e glosar as que estão contra a lei. Mas não se trata da legislação atual – são dez, vinte, trinta leis que foram mudando acerca de quinquênios, gratificações, incorporações, vantagens pessoais e outros. Imaginem o que é fazer esse trabalho. Atualmente, estamos desenvolvendo tecnologia própria para comprar um **software** a fim de que possamos fazer isso por meio de computação. Não é fácil. São trabalhos gigantesco que precisam ser feitos. Está expresso na Constituição. Somente o Tribunal tem competência para realizar isso.

Por essa razão, estamos ultimando projetos para licitar o desenvolvimento de sistemas de informação para o controle externo – com a respectiva transferência de tecnologia – e aprimorando a plata-

forma tecnológica do Tribunal mediante a aquisição de novos equipamentos, programas e facilidades de comunicação para a melhoria do desempenho.

Outra iniciativa que estamos adotando refere-se à contratação de serviço de suporte de atendimento a clientes externos do Tribunal – a fim de melhorar e suprir suas demandas – e de treinamento e atualização dos nossos servidores nessa área. Temos que preparar nossos funcionários. Estamos terceirizando parte da informática e comprando **softwares**, que são complicadíssimos. Todos sabem disso. Precisamos preparar a nossa equipe de pessoas que trabalham nessa área para que elas acompanhem esses modelos que serão privatizados – não serão desenvolvidos pelo Tribunal, uma vez que não temos gente, tempo ou capacidade para isso.

Apesar disso, tem sido difícil montar um sistema de informação que gere todos os indicadores necessários à tomada de decisões com base em dados e que aumente a objetividade e os resultados. Também fica prejudicada a utilização cotidiana dos sistemas estruturais de administração pública, como o Siafi, Sidor, Siap, Siasp, nos quais estão registrados os dados de atuação dos órgãos e entidades e o uso de ferramentas de apoio à elaboração e à análise de tomadas de prestação de contas de relatórios, de auditoria, de denúncias, de representações e de outros processos. Controlar é essencialmente verificar uma conduta de um agente público, compará-la com o padrão legal, operacional, fazer um juízo de valor e, eventualmente, determinar a adoção de medidas corretivas e aplicar sanções. Trata-se, pois, de um processo de obtenção de informações, de tratamento e análise dessas informações e de tomada de decisão com base nessas informações.

Como, então, executá-la adequadamente, se nossas situações, limitações no campo da informática dificultam o manejo da nossa principal matéria-prima? Apesar dessas dificuldades, que, faço questão de reiterar, serão agravadas pelas atribuições decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Tribunal tem conseguido apresentar resultados satisfatórios.

Nos últimos três anos, mais de 7.450 tomadas de prestações de contas foram julgadas, mais de 2.200 auditorias e expedições foram realizadas, cerca de 7.560 tomadas de contas especiais foram julgadas, quase 11.500 atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão foram apreciados e mais de 1.720 denúncias e representações foram investigadas, o que resultou na condenação de 3.069 responsáveis por irregularidades e no envio de mais de 450 processos, apenas no exer-

cício de 2000 e 2001, ao Ministério Público Federal, para as medidas penais cabíveis. Esses, no entanto, são apenas os resultados tangíveis, concretos da atuação do Tribunal. É preciso salientar que existe também um benefício não-qualificado, decorrente da simples existência do TCU. Graças à qualidade técnica de seu corpo funcional, à austeridade e à dedicação dos seus Ministros, a atuação cotidiana do Tribunal granjeou grande credibilidade junto aos entes fiscalizados, criando uma expectativa de controle que, ao influenciar o comportamento dos gestores públicos, inibe a ocorrência de desvios e previne o surgimento de prejuízos ao Erário.

Essa é uma face importantíssima do Tribunal. O Tribunal é um órgão que tem 110 anos. Nunca houve uma denúncia de corrupção contra nenhum de seus funcionários ou Ministros. É fantástico saber que o Tribunal é uma Casa do Congresso Nacional que, aos 110 anos, nunca recebeu de uma imprensa tão investigativa como a nossa ou de um Congresso tão atuante como o nosso denúncia de um ato de tergiversação de interesses, nem de corrupção, nem de proteção com qualquer conotação de corrupção, o que conferiu ao Tribunal respeitabilidade no universo fiscalizado brasileiro.

Eu, que não sou um homem do Tribunal, pois lá estou de passagem, fui a vida inteira do Congresso Nacional pelo qual fui cedido, não posso deixar de dar um testemunho. Com quase 40 anos de vida pública, não conheço nada mais sério, mais competente, mais eficiente em defesa do interesse público do que o Tribunal de Contas da União. Nada! É o testemunho de quem não é da Casa. Vou ficar lá por mais três ou quatro anos, pois estou aposentando-me. Logo, não teria interesse nenhum em fazer um depoimento ou dar um testemunho como este no Congresso Nacional, se não fosse efetivamente para mostrar a importância que representa o Tribunal de Contas para o Brasil e conscientizar os Srs. Parlamentares disso. Fui Parlamentar, com seis mandatos só nesta Casa, tendo exercido todas as funções públicas desta Casa e de todas as Comissões, como Presidente da Comissão de Orçamento, Líder de Governo, Vice-Presidente ou Presidente de algo, e não conhecia o Tribunal de Contas. Então, é normal que os Srs. Parlamentares não o conheçam também. É necessário, pois, aprofundar-se na análise do Tribunal, estar lá para saber da sua importância para o País como instituição, como órgão idealizado pelo nosso Rui Barbosa.

Hoje, sou um apaixonado pelo Tribunal de Contas e estou fazendo este **en passant** na nossa palestra, apenas para tentar mostrar aos Srs. Parlemen-

res como é importante para o País ter um órgão desta natureza e desta seriedade para fiscalizar a coisa pública. É uma pena que o tribunal não tenha uma estrutura maior para fazer tudo aquilo que é preciso com mais rapidez, mais presteza, inclusive para atender o Congresso Nacional. Mas continuamos empenhados em melhorar os resultados do tribunal, mesmo com esses resultados que temos hoje. A fiscalização de obras públicas, cuja importância não preciso destacar, diante da extraordinária contribuição que o tribunal vem dando à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tem sido aprimorada. Somente nos últimos três anos, foram efetuadas quase 440 auditorias de obras cujo montante corresponde a R\$7,9 bilhões. As informações obtidas permitem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao examinar os projetos de lei orçamentária anual, suspender a destinação de recursos para mais de 120 empreendimentos em que foram detectadas irregularidades.

No final do ano passado, foi criada uma secretaria especializada no tema, cuja estrutura está sendo adequada para viabilizar a realização de auditorias, concomitantes ao andamento da obra, a partir da respectiva licitação. Estamos buscando maior informatização no processo de controle, maior integração com os órgãos de controle interno e realização de convênios com outros órgãos públicos que possam, pela natureza de sua atuação, prestar apoio técnico ao tribunal, como Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), Caixa Econômica, etc. E estamos divulgando na Internet mensalmente dados relativos às obras públicas financiadas com recursos federais, em que foram detectadas irregularidades, a fim de dar maior transparência ao controle do tribunal e de estimular o controle social feito pelo cidadão comum.

Por fim, somente para manter informada a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, esse é um dado fundamental, importantíssimo. Imaginem V. Ex^{as}: estamos com nosso pessoal, nossos técnicos em campo, no trabalho, e estamos realizando 320 auditorias ao mesmo tempo, em 320 obras, para ajudar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Mas aí precisam-se avaliar 320 obras sendo auditadas, cada obra é uma auditoria. Então, tem-se que olhar como é que está o contrato, o edital, como é que está a obra, o físico-financeiro – quando é que foi construído, quanto é que gastou, quanto é que foi planejado, quanto é que falta para gastar nesta obra – e fornecer isso à Comissão

Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização até o dia 30 de setembro, que o Orçamento nem chegou aqui ainda, e o Tribunal de Contas já está fiscalizando as obras. Por quê? Porque tendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias sido aprovada, ela dá parâmetros, e com esses parâmetros o tribunal desenvolveu um projetinho, e esse projetinho dá o que a Comissão vai pedir ao tribunal. Então, ele já sabe qual é a obra, por quê? Porque os parâmetros são: importância da obra, valor da obra, localização da obra, e assim por diante. E espalhar no País inteiro, porque às vezes uma obra importante em Sergipe não é importante em São Paulo, dada a grandiosidade do número de obras que tem um Estado grande e o tamanho da obra. Às vezes uma obra de R\$10 milhões num Estado pequeno é uma obra importante, então ela precisa ser fiscalizada. Até para amostragem, até para ver a presença do Congresso Nacional e a presença do tribunal, e uma obra de R\$10 milhões às vezes em São Paulo não é importante, porque há obras muito mais importantes que o tribunal está fiscalizando, de R\$100 milhões, R\$500 milhões, R\$50 milhões, e assim por diante.

Então, já estamos com o pessoal no campo, realizando essas obras, já estamos com o Relator designado, que já está acompanhando esse trabalho, para fornecer ao Congresso Nacional – e quero fornecer esse ano antes do prazo, porque no princípio foi aquela loucura: quando começamos há três, quatro anos, a fornecer à Comissão porque é coisa nova, recente, no primeiro ano vieram dados incompletos, a Comissão reclamou; no segundo ano, ainda foi assim, no terceiro ano, no ano passado, já foi ótimo, já fornecemos 190 obras, este ano estamos fornecendo 320 e no ano que vem queremos fornecer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização 500 obras principais no País, ou seja, qualquer obra acima de R\$2 milhões estará com uma informação preliminar do tribunal de se ela tem ou não indícios de irregularidade, se ela deve ou não receber recursos. Isso é uma tranquilidade para o Parlamentar. Não é o Parlamentar que vai trabalhar no Orçamento se tem ao lado uma relação do tribunal, porque ele vê uma obra lá, ele vai na relação e diz: “Esta obra não tem irregularidade, então eu posso votar”. Então, está lá o Orçamento que o Governo mandou. Ele diz “essa obra está com problema e vou discutir lá. Vou anotar para discutir o problema na Comissão”. Já fui Presidente da Comissão de Orçamento e sei como é que essas coisas acontecem, como é que aconteciam, e, hoje, a facilidade que estão tendo os membros da Comissão, o nosso Presidente também foi Relator ou

Presidente da Comissão e sabe como é difícil para o Parlamentar votar o orçamento às escuras se não tiver essas informações do Tribunal.

Esquecemos, todavia, que são trezentas e vinte auditorias só para isso. Ontem recebi a visita dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que foi instalada para apreciar as irregularidades e levantar novamente as obras inacabadas no País. Eles pediram uma audiência, foram ao tribunal, Parlamentares inteligentes, educados, ficamos uma hora conversando e eles disseram: “Precisamos do Tribunal de Contas. Como é que faremos? É o Tribunal de Contas que vai fazer essa auditoria?”

Respondi: “Quero que os senhores me informem agora ou mandem levantar todas as obras inacabadas do Brasil”. Imaginem o tamanho do Brasil, a quantidade de obras inacabadas. Eu disse: “Pelo amor de Deus, o Tribunal não tem condições de fornecer isso. Só temos mil técnicos e trezentos estão na área administrativa. Só temos setecentos trabalhando no campo, fazendo auditoria, planejando, estudando na biblioteca, pesquisando e esse pessoal está atendendo no Congresso à Comissão de Orçamento, mas vou fazer tudo para ajudar”. “Então queremos que o senhor nos ajude”. Respondi: “Perfeitamente. Funcionários, técnicos para ajudar vou arranjar e vamos também ajudar com todas as informações”. Ele disse: “Mas eu quero trabalhar com o Tribunal”. Respondi: “Vamos trabalhar com a Comissão. Não há dúvida de que vamos apoiar a Comissão”.

Assim, todos os dias, esses são fatos intercorrentes que acontecem no Tribunal independentemente do que tenho que fazer normalmente. Todos os dias o Congresso pede uma coisa e temos que lembrar que o Congresso tem seiscentos Parlamentares e cada um quer uma coisa do Tribunal. Temos quarenta comissões técnicas e que cada uma delas aprova todo dia uma coisa pedindo ao Tribunal. A situação é problemática com o número de funcionários que temos.

Outro dia, estive me visitando a Corregedora que tem a função de fiscalizar e que tem a sua disposição o controle interno, só o Executivo, a Dr^a Nadir, que é um a pessoa fantástica. Ela disse: “Não sei como é que vocês dão conta disso. Não posso imaginar como é que o Tribunal realiza esse volume de trabalho”. Falei: “Acho que é milagre”. Ela respondeu: “Eu também acho, porque se tivéssemos vinte mil funcionários, talvez ainda não dêssemos conta, dada a grandeza”.

As pessoas, às vezes, comparam o Tribunal de Contas, dizendo: “Não, o senhor imagina, a Inglaterra

tem uma Controladoria”. Mas a Inglaterra tem um caso de corrupção por ano, quando tem, e a Controladoria, nos países anglo-saxões, apenas faz um relatório e comunica ao Congresso.

O Tribunal tem as duas vertentes: é ao mesmo tempo fiscalização, auditoria e tem que fazer todos esses atos acessórios de nomeação e, ao mesmo tempo, é um tribunal. Não é do Poder Judiciário, mas funciona jurisdicionalmente, apreciando, julgando, condenando e remetendo para a Advocacia-Geral da União a sua decisão para ser executada e ainda determina, que é a outra arma fantástica que tem, porque não só condena pessoa. Está fazendo uma auditoria, concluiu a auditora, há uma irregularidade que pode ser sanada, então determina e essa determinação vale como uma condenação. Se não cumprir a determinação do Tribunal, está infringindo a lei e é passível de ser demitido, de multa, de ser exonerado, de ser julgado inapto para exercer qualquer função pública por oito anos e não tem como deixar de cumprir. Para isto o Congresso Nacional concedeu poderes ao Tribunal de Contas. Imaginem bem o Tribunal fazer isso quando não tem cartório, mas tem que intimar, ouvir os advogados, tem todo o tipo de recurso, do embargo ao agravo, ao recurso de reconsideração, de revisão e assim por diante.

Os melhores advogados do Brasil, atualmente, estão trabalhando no Tribunal porque são ações de milhões e milhões de reais contra o patrimônio público. E são advogados da maior grandeza na esfera jurídica do País. O Tribunal tem que contar com funcionários preparados a fim de enfrentar tais pessoas. Observem que o trabalho é assustador. Se penetrarmos no Tribunal para saber o que faz, ficaremos tontos.

Continuarei minha breve explanação enquanto os Srs. Senadores que nos convocaram comparecem a fim de nos interpelar. Gostaria muito que me interpelassem, principalmente os da Oposição. Este é o momento próprio para que possamos dar explicações a respeito do que realiza o Tribunal. Creio que é dever do homem público dar satisfações. Muito mais do que do homem público, é dever do Tribunal prestar contas à sociedade brasileira, representada pelo Congresso Nacional. É uma honra para o Tribunal de Contas da União comparecer a uma das Casas do Congresso no intuito de prestar contas de suas ações.

Temos procurado resgatar o papel do controle como uma das funções da administração, juntamente com o planejamento, a organização e a direção. Para tanto, desenvolvemos, no âmbito de um acordo de cooperação com um órgão do Reino Unido, tecnologia

de avaliação de desempenho nos entes públicos de modo a corrigir sua conduta e a aumentar sua eficiência, sua eficácia e sua efetividade. O que é isso? O controle moderno nos países democráticos não se limita apenas a fiscalizar os reais ou os dólares aplicados. Suponhamos que uma obra gaste US\$1 milhão. Verificamos se tal quantia foi bem empregada, se comprou o cimento, o ferro, se pagou o engenheiro, se as coisas foram corretamente feitas, o que é importantíssimo. É a chamada auditoria financeira. Nos países desenvolvidos – e o Tribunal está desenvolvendo isso no Brasil – há uma outra vertente importantíssima no controle, que é o controle de desempenho, de resultado, o controle operacional. Ou seja, é preciso saber se o dinheiro foi corretamente empregado na obra, mas é preciso também saber se a obra era importante para o País. Se o dinheiro que o parlamentar ou o Poder Executivo incluiu no Orçamento com a finalidade de construir a obra retornará à sociedade em termos de custo/benefício do que foi empregado. Isto é, se produz renda, emprego, melhorias na área social, distribuição de renda. Qual a função da obra? Que resultado terá para a sociedade?

Por essa razão, firmamos um convênio com o Reino Unido, para onde estamos enviando técnicos a fim de se especializarem nesse tipo de auditoria. O trabalho já dura três anos. Estamos renovando inclusive o convênio. Periodicamente avaliam o Tribunal de Contas da União. É mantida no Brasil uma das maiores entidades de fiscalização particular contratada. Não sei se é a KPMG, uma das maiores empresas na área. Há cerca de um mês, estiveram no Tribunal e fizeram um elogio rasgado, claro, extenso, a respeito da atuação e do aproveitamento do Tribunal de Contas da União no programa de auditorias.

Já estamos realizando algumas auditorias-piloto em determinadas áreas: de saúde, educação, do livro escolar, de neonatal. Todas eminentemente sociais. Há uma abordagem, pois o custo para o Tribunal é quase nulo no convênio. É praticamente um convênio no qual se oferecem para que o Tribunal tenha capacidade de desempenhar melhor sua função de controle e prestar uma contraprestação maior de serviço ao País e à sociedade.

Nessas áreas sociais, já realizamos algumas auditorias com importantíssimos resultados. Foram auditorias simples. Por exemplo, quanto ao livro didático, olhamos qual o livro didático utilizado, se está produzindo resultados, como é escolhido, se é efetivamente livro didático, como é comprado etc. Há um esboço muito grande a respeito.

Numa auditoria na área de saúde, escolhemos um programa e a área de saúde que trabalharemos. Por exemplo, fizemos uma auditoria na época em que havia muito dengue no Brasil. Escolhemos determinada área no País e fizemos uma auditoria sobre aquele Estado, para saber qual era a influência política que estava havendo sobre aquele dinheiro que estava sendo gasto; se o dinheiro estava sendo efetivamente alocado nas áreas com maior densidade da moléstia; se o dinheiro estava sendo empregado erradamente em cidades onde não havia dengue. Vimos como o dinheiro era empregado, como se estava combatendo o dengue, se por meio de sistemas motorizados ou sistemas costais, com convênio com prefeitura, se a prefeitura estava desempenhando bem a sua função. Pesquisamos qual a melhor maneira de combater o dengue, com aquele fumacê que passa nas cidades matando os mosquitos ou visitando as casas, fazendo educação profilática e orientando como deve agir a dona de casa.

É um trabalho bellissimo e pequeno. Com dois ou três meses, conclui-se uma auditoria operacional como essa, que é feita junto com órgãos do Governo. O órgão do Governo participa, e se descobre o que está errado. Não há uma função polícialasca nem fiscalizatória para punir. E o Tribunal, então, determina o que deve ser corrigido. Paralelamente, se se encontrou, por exemplo, um agente do Governo, um agente da Fundação Nacional de Saúde que tergiversou ou que agiu incorreta ou erradamente, desviando ou deturpando a função, abre-se um outro processo – independentemente desse trabalho educativo, de ajuda – e se pune aquele agente com as punições previstas em lei, para que sirva de exemplo.

A auditoria é publicada, e todos os agentes públicos tomam conhecimento e, assim, já corrigem os seus erros. O ganho para a sociedade só com essa atuação do Tribunal é extraordinário. A auditoria de desempenho é moderna e atual no mundo democrático, na qual o Brasil, por meio do Tribunal de Contas, se está especializando, com convênios com o Canadá, com a Inglaterra etc., para melhorar o nosso nível de conhecimento técnico.

Apenas no âmbito desse acordo, foram realizadas, nos últimos três anos, várias auditorias operacionais nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, das quais há aquelas feitas no Programa Nacional de Alimentação Escolar, do livro didático, da vacinação, do combate à desnutrição, da prevenção da mortalidade materna, cujos resultados têm sido remetidos às comissões temáticas do Congresso Nacional, para que sirvam de orientação aos Parlamentares, geral-

mente membros das comissões especializadas, que dão seqüência a esse trabalho.

Os programas avaliados – somente os pequenos – correspondiam a um orçamento de R\$2,5 bilhões, e o resultado direto das recomendações feitas pelo TCU, em apenas três anos, nos programas citados, foi a economia de R\$96 milhões. Esse foi o resultado da parte econômica, que não é a função da auditoria, sem contar o benefício trazido pela melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Nesse momento, como exemplo dessa auditoria, lembro uma auditoria que o Tribunal fez no ano atrasado, da qual fui o Relator, chamada Diagnóstico da Saúde. Começaram a falar muito em saúde, que estava assim ou assado, aquele problema todo. Um dia, o Presidente da República disse que havia dinheiro, o que não havia era competência etc. Pensei que o Tribunal de Contas, diante de uma declaração como aquela, tinha de ver o que estava acontecendo. Fechamos, então, um projeto no País inteiro e colocamos 200 técnicos para fazer um diagnóstico da saúde. Elegemos dois municípios em cada Estado, básicos, para servir como amostragem, fizemos, então, aqui no Ministério da Educação, na Fundação Nacional de Saúde, assim por diante, e concluímos um trabalho, que é um livro mais ou menos grosso. Mande-o para a Comissão de Saúde, para os Deputados da área de saúde, etc.. Um trabalho da maior profundidade, mostrando o que estava acontecendo na área da saúde, com o SUS, com os hospitais conveniados, na área laboratorial, na área profilática, na área de ambulatório, uma coisa perfeita. E fizemos mais 40 processos, sem ser esse, e aí, sim, com recomendações e determinações de punições aos erros que foram encontrados ao longo desses vinte e tantos Estados que foram fiscalizados, e remetidos ao Ministro da Saúde, para que S. Ex^a pudesse ter ali uma orientação, um espelho, um reflexo de tudo aquilo que estava acontecendo no País na sua área. E S. Ex^a tomou providências, mas dezenas de providências em decorrência desse nosso diagnóstico que terminamos no ano passado, que foi de grande proveito para o País. Essa é uma obra que custaria uma fortuna se tivéssemos que encomendar a algumas empresas privadas para fazê-lo, e seguramente não ficaria com a qualidade do trabalho do Tribunal de Contas da União.

Outras auditorias operacionais foram analisadas. Cito apenas uma, para os senhores poderem avaliar o impacto da atuação dessa área.

Auditoria feita no serviço do Departamento de Patrimônio da União, há cerca de dois anos, onde as

recomendações feitas pelo Tribunal têm potencial para gerar uma economia correspondente a duas vezes e meia o orçamento do Tribunal de Contas em dois anos e meio – só as recomendações feitas ao Departamento de Patrimônio da União. Sobre isso não ocorreu nada, não se multou, não se cobrou nada, não se tem nada para executar. Porque é muito comum você perguntar assim – aliás, quando não se conhece o Tribunal: “Quanto é que o Tribunal conseguiu arrecadar da sua atuação?”

Primeiro, o Tribunal não é arrecadador. Esta é uma função da Advocacia Geral da União. Pela Constituição, o Tribunal remete o seu processo, que é um título líquido e certo pela Constituição, à Advocacia, que manda executar. Agora, é muito poluído, porque é muito diversificado, porque são pequenas prefeituras ao longo do País inteiro, e tal. De maneira que é muito difícil se mensurar isso. Acredito que a mensuração do Tribunal é muito maior do que as multas, a determinação ou condenação para devolver prejuízo. Ela é muito maior nas suas determinações, na sua própria existência pedagógica, seu trabalho pedagógico junto à imprensa, às prefeituras, aos Estados, aos órgãos públicos federais, a sua respeitabilidade. A sua própria existência é mais importante do que tudo que ele condena, porque, se não existisse o Tribunal de Contas, imagino que o desmando no serviço público brasileiro seria uma loucura. A preocupação que os entes fiscalizados têm com o Tribunal de Contas só vivendo para tomar conhecimento disso. Chega a ser um pavor, porque são funcionários incorruptíveis, são funcionários que você não consegue vencer com conversinhas, com lábia, vantagem, **lobby**. Não adianta. São funcionários bem remunerados, que têm a convicção, o sentimento de que estão prestando um serviço ao País. Tenho a impressão de que o funcionário do Tribunal sente-se como se fosse um parlamentar, no dever de defender os interesses do povo em nome do Parlamento, dada a sua formação.

O Tribunal tem outras coisas também que é preciso que os Srs. Parlamentares saibam. O concurso do Tribunal é feito da seguinte maneira: faz-se um concurso público difícil, onde aparecem geralmente 20 mil candidatos para 50 vagas, e, depois que passam no concurso, os primeiros colocados vão para uma escola que o Tribunal tem, que se chama Escola Cerzedelo Correia, de preparação dos funcionários. E eles fazem um curso. Depois que eles fazem o curso, a prova de conhecimento e de títulos. Ele não passa no concurso. Passa na primeira etapa, vai para o curso. Se for aprovado no curso, será nomeado. No curso, a preparação não é só técnica. Há uma prepara-

ção ideológica, para quem vai servir o País, mostrará a importância do servidor para o País, a importância do Tribunal de Contas. Então, quando entra no Tribunal, quando assume, quando pega sua pasta, quando pega seu crachá para trabalhar, é uma pessoa absolutamente vocacionada para prestar serviços ao País; é um servidor público diferente, não é um burocrata. O servidor do Tribunal não é um burocrata, é um agente público, um agente do trabalho, como se tivesse imbuído do sentimento de que vai salvar o Brasil. Isso é fantástico! O Ministro imbuí-se desse sentimento quando sai daqui ou quando vem de outras áreas. Esse sentimento, em um servidor, é algo elogiável. Por isso, consegue essa pertinácia, essa firmeza de trabalho. É muito bonito porque este é um órgão do Congresso Nacional, o que é muito importante.

A percepção da relação custo/benefício, altamente favorável nesse tipo de fiscalização, levou à criação de uma secretaria especializada em avaliação de programas e auditoria operacional para coordenar e sistematizar, como já mencionei aos senhores. Preocupamo-nos, igualmente, com a privatização das empresas estatais e com a concessão do serviço público. Apenas para nos atermos aos casos mais relevantes e recentes, no ano passado, a atuação do Tribunal na privatização do IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, resultou em um aumento, no preço mínimo na venda, em cerca de 63 milhões, resultantes na correção de impropriedades nas avaliações elaboradas por consultores contratados pelo BNDES.

O mesmo deu-se no caso da privatização do Banespa, onde o Tribunal identificou problemas nos trabalhos de avaliação que, quando solucionados, redundaram em acréscimo no valor do Banco em mais de R\$1 bilhão. Estou escrevendo em termos educados, mas, na verdade, quando o Tribunal fez a avaliação, o levantamento das planilhas, a programação, a projeção do fluxo do caixa, sabendo quanto ia valer, quanto valia a empresa, encontrou uma diferença na avaliação feita de R\$1,5 bilhão. Houve uma discussão. O Tribunal estava certo? Chegaram à conclusão de que o Tribunal estava certo. Realmente, havia um erro de R\$1,5 bilhão a menos. Falo de R\$1,5 bilhão. É muito importante que os senhores parlamentares tomem conhecimento do assunto.

Já na concessão das bandas C, D e E da telefonia celular – tudo o que estou citando ocorreu de dois meses para cá, este ano – nossos estudos permitiram melhorar a avaliação feita pela Anatel. Implicaram acréscimos de mais de R\$1,600 bilhão no preço mínimo. Para esse nem houve processo. Quando privatizam remetem ao Tribunal. Remetido ao Tribunal, este

detectou o erro. Chamando o ente responsável disse: “Há um erro de mais ou menos R\$1 bilhão”. Tem não tem, voltaram e refizeram os cálculos. A conclusão foi no sentido de que o Tribunal estava certo. Nem foi preciso formar um processo, propuseram-se a corrigir. A sociedade nem toma conhecimento. Não houve processo. Estou falando publicamente porque é uma verdade.

Gostaria de mostrar aos senhores parlamentares algo importantíssimo, refiro-me a todas as atribuições que o Tribunal tem de fiscalizar: nomeação, embaixada no exterior, o Banco do Brasil em Nova Iorque – que é maior do que muitos bancos no Brasil, possui duzentos funcionários –, seções de compra no exterior, a Petrobras, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, a Sudene, a Sudam, todas as universidades federais, as escolas públicas etc. Na saúde pública, há que se fiscalizar todos os hospitais conveniados, quando há uma denúncia. Vai-se fiscalizar a merenda escolar porque é tudo verba federal. Então, se na escolinha do interior do menor Município do País, no Nordeste, na Amazônia ou no Rio Grande do Sul há uma denúncia, o tribunal deve examinar se o prefeito realmente está desviando a merenda, se a merenda está apodrecendo sem ser distribuída. Cito o caso do Fundef, do qual até hoje não se conseguiu uma performance melhor: a União só tem 5% de participação, e os Estados e Municípios, 95%. A lei, incompletamente, disse que a fiscalização deveria ser feita pelos Municípios, pelos Estados e pela União. Como a Constituição estabelece o que a União e os tribunais dos municípios fiscalizem, criou-se um empasse. Quem deve fiscalizar? Decidimos e estamos fiscalizando, independentemente de ser do Município, do Estado ou da União, porque prestaremos uma colaboração. Se cada um de nós, desses entes, fiscalizarmos, evitaremos que exista um desvio na área do Fundef.

De todas essas obrigações, imaginem que o tribunal tenha que fiscalizar todo o processo de privatização brasileira, desde o momento em que é incluída no conselho, até o contrato, passando por todas as etapas: as empresas que são contratadas no exterior para fazer análise, apresentação do seu parecer de avaliação do patrimônio, se o edital está nos parâmetros, se está certo ou errado. Depois de assinar o contrato, faz-se o leilão, e o tribunal fiscalizará o contrato, que pode ser de estradas, de concessões, o tribunal tem que fiscalizar quantos estágios de pedágio há, se foram aumentados os pedágios e se foram cobrados pedágios correlatamente. Todos os dias chegam denúncias. Por exemplo, agora o tribunal está iniciando

uma grande auditoria operacional, de resultado, no setor de energia para fornecer ao Congresso um dado concreto do que houve com o problema de energia. Todos estão falando que foi por causa da chuva, que não houve dinheiro, que não houve determinação de alíquotas. O que houve efetivamente? O tribunal fará uma auditoria operacional, isso é um trabalho que requer alta competência, é muito complexo. Para fornecer a quem? Ao Congresso Nacional uma auditoria para dizer o que ocasionou o problema de energia no País. Não punirá ninguém nem dirá que o Governo foi o culpado, isso não é função do tribunal. O tribunal fornecerá um trabalho de primeira qualidade para que o Congresso Nacional avalie.

Mas o tribunal tem que fiscalizar concessões de rádio e televisão para saber se as concessões estão obedecendo a lei. É inimaginável que se tenha mil funcionários de nível superior para fazer isso e que trezentos deles ainda estejam dirigindo o tribunal, porque tem que se dirigir o tribunal, e ele só pode ser dirigido pelos funcionários mais categorizados. É algo fantástico que o Parlamento precisa conhecer.

Quando alguém, mesmo aqui na nossa Comissão, na melhor das intenções, analisa um processo do tribunal e pergunta por que demorou dois anos, é por isto: o tribunal não dá conta, gostaria de fazer imediatamente, já faz uma carga de trabalho extraordinária, mas não tem tempo de fazer como gostaria, no momento em que o Congresso Nacional precisa, a não ser topicamente, como disse o presidente. Será que em alguns casos o tribunal não poderia fazer quando solicitado? Pode, é prioridade absoluta quando a Comissão aprova um pedido ao tribunal. Ele manda parar todos os trabalhos e fazer o do Congresso, mas quando ele pede uma coisa específica, quando diz, por exemplo, que tem informações de que a obra tal está tendo um desvio na sua construção e gostaria de solicitar ao tribunal que fizesse uma auditoria para saber, pois todos os indícios apontam para isso, a imprensa está denunciando, há uma conversa muito grande no meu Estado. Ele não pode fazer isso sozinho, pessoalmente.

Imaginem que se seiscentos Parlamentares comessem a pedir ao Tribunal, nas suas brigas políticas, para verificar denúncias diversas ele não conseguiria cumprir a sua função constitucional. Basta que se debata o problema na Comissão. Se a Comissão entender que aquele é um assunto importante, de interesse público, o Tribunal verificará imediatamente.

Lembro igualmente o caso das rodovias federais desestatizadas em que as decisões do Tribunal tiveram impacto significativo para os usuários. Em uma

delas, o TCU determinou ao DNER a revogação da autorização irregular para a construção de novos postos de pedágio na via Dutra. Em outra, inspirada por solicitação da Câmara, o Tribunal determinou a revisão do valor dos pedágios cobrados nas rodovias federais calculado incorretamente pelo DNER, o que acarretou redução do valor pago pelos usuários desde o segundo semestre de 1999.

Neste ano, estamos aprofundando a fiscalização das estradas privatizadas para avaliar questões como a correção dos valores dos pedágios, a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das metas fixadas nos contratos de concessão e estamos analisando a legalidade de licitação de treze novas concessões de estradas federais cujos processos foram paralisados por decisão preventiva do Tribunal, já que havia denúncias de irregularidades. A mesma análise foi, e está, sendo feita nos editais de concessão e permissão das áreas de petróleo e energia elétrica, em que já foram feitas diversas sugestões para tornar mais transparente e competitivo o mecanismo de outorga.

Estamos acompanhando mais de perto a atuação das chamadas agências reguladoras como a Anatel, ANP, Aneel, onde auditorias vem sendo realizadas desde o final do ano passado a fim de avaliar a conduta dessas entidades da fiscalização dos serviços privatizados de modo a assegurar aos usuários qualidade e preço adequado e verificar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Para culminar, reforçamos, no final do ano passado, a atuação de nossa Secretaria especializada no controle de privatizações e concessões de serviço público, o que permitirá maior coordenação e melhoria de qualidade dos trabalhos nesta área.

Tenho também preocupação com a celeridade das decisões do Tribunal. Ao assumir a Presidência, determinei que todas as tomadas de prestação de contas relativas a 1999 fossem instruídas no prazo legal, que se encerra no final deste exercício. Orientei para a racionalização de procedimentos para exame das contas de 2000 dos órgãos e entidades públicas que chegarão ao Tribunal a partir de abril deste ano de maneira a permitir seu rápido julgamento — estou colocando abril porque essa nossa convocação estava prevista anteriormente, mas, por razões de acúmulo de trabalho no Senado, tivemos que adiar.

Cobrei agilidade no tocante às fiscalizações. Quero que todas as iniciadas até o final do ano passado sejam examinadas até o término desse exercício e que todas as começadas este ano sejam encerradas num prazo máximo de seis meses.

Tive especial atenção com as solicitações oriundas do Congresso Nacional, que foram levantadas e estão sendo objeto de acompanhamento quase diário por nossa Secretaria-Geral de Controle. Determinei que todas aquelas até agora não atendidas o sejam rapidamente, se possível ainda no primeiro semestre deste ano. As que vierem a ser apresentadas doravante terão prioridade absoluta no atendimento.

Nossa assessoria parlamentar tentará acompanhar mais de perto os trabalhos legislativos para que as demandas de ambas as Casas sejam identificadas ainda no seu nascedouro, permitam a orientação do planejamento de nossas atividades e possam ser solucionadas rapidamente de forma adequada. Lembro apenas que as solicitações devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional, por uma das suas Casas ou por uma das suas Comissões, como exige a Constituição Federal.

Não descuidei de tentar tornar mais transparente o controle externo e de estimular o controle social. Buscaremos ampliar a página da Internet sobre contas públicas para que os jogos e entidades cadastrados passem de cerca de 1.100 para cerca de 1.600 ainda este ano. Ressalto o desafio que isso representa, pois apenas com a atual clientela são necessários cerca de nove mil links, o que torna possível antever as dificuldades a serem enfrentadas até conseguirmos abranger o universo de oito mil e duzentos órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais.

Por fim, determinei esforços nas ações relativas à Lei de Responsabilidade Fiscal, dado o impacto positivo que podem ter na melhoria das finanças públicas. Estudos vêm sendo realizados por especialistas do Tribunal, em conjunto com técnicos da Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para tentar melhor definir os novos conceitos e exigências trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e viabilizar o seu rápido e efetivo atendimento.

Como se pode perceber, muitas e relevantes são as iniciativas, mas não posso deixar de reconhecer que ainda há aspectos de nossa atuação em que podemos melhorar. Temos consciência deles e trabalhamos para superá-los rapidamente.

O atendimento das demandas das casas legislativas deve ser prioridade absoluta da Presidência do Tribunal. Como órgão que auxilia o Parlamento, o Tribunal deve procurar respondê-las de forma rápida e satisfatória, sempre que for possível. É muito importante destacar: sempre que for possível. Se o Tribunal tivesse vinte mil funcionários, talvez ainda fosse pou-

co para atender a tudo aquilo que o Brasil precisa fiscalizar.

Nesse sentido, venho acompanhando, com especial interesse, as ações desta Comissão, particularmente quando diretamente relacionadas ao Tribunal. Vi que, apesar do reconhecimento da importância e da qualidade dos trabalhos que temos encaminhado a este colegiado, ainda podemos avançar em diversos aspectos.

É importante ressaltar que o Tribunal de Contas da União nunca mandou ao Congresso Nacional resultados de auditoria e de fiscalização. Nem a lei exige isso. Por nossa iniciativa, decidimos, no plenário, depois que chegamos ao Tribunal, há um ou dois anos, que devemos mandar para todos os Presidentes de Comissão, para todos os Líderes e Vice-Líderes de Partidos do Congresso Nacional e para os Presidentes das Casas o resultado de todas as nossas auditorias com cópia do relatório, do voto e da decisão ou do acórdão. Por quê? Porque sempre entendi que isso daria ao Congresso Nacional uma oportunidade de tomar conhecimento do que o Tribunal estava fiscalizando e de ensejar que o Congresso Nacional colaborasse naquela decisão, ou seja, fazer com que aqueles entes que estavam sendo fiscalizados e que estavam com irregularidades ou recomendações fossem melhor observados pelo próprio Congresso Nacional. Então, estamos remetendo ao Congresso Nacional todas as decisões que o Tribunal toma com referência às auditorias realizadas.

É forçoso reconhecer que, algumas vezes, o prazo de resposta às solicitações de auditoria das casas legislativas tem sido excessivamente longo. Contudo, como já mencionei, desde o início deste ano, quando detectei o problema, determinei que todos os requerimentos ainda não atendidos, se por acaso existam, o sejam ainda no primeiro semestre deste ano, se possível, e que as futuras respostas não ultrapassem mais seis meses das soluções dos problemas.

É bom lembrar que, em grande parte, a demora se deveu às carências já expostas, como a insuficiência de pessoal, o atraso na informática e a complexidade das demandas apresentadas, que tornavam necessárias, muitas vezes, a realização de trabalhos de grande vulto, que requeriam tempo e grande número de servidores para a sua concretização.

Ainda com vistas à aceleração das respostas ao Congresso Nacional, contarei com o apoio dos Srs. Ministros do Tribunal, que, conscientes da importância do tema, comprometeram-se a dedicar total atenção aos processos que envolvam demandas do Parlamento. Com isso, o prazo entre a conclusão dos tra-

balhos pelo corpo técnico e julgamento pelo Plenário será sensivelmente reduzido.

Devo lembrá-los, entretanto, que o maior entrave à diminuição de prazos e à conclusão dos casos analisados é o cumprimento do devido processo legal estabelecido por nossa lei orgânica, que, no resguardo dos direitos individuais, chega, em alguns casos, a ser excessivamente burocrática.

É como eu disse a V. Ex^{as}: o Tribunal não é só um órgão de fiscalização. O Tribunal é um órgão jurisdicional. Depois de feito todo esse trabalho, o Tribunal vai julgar a pessoa e vai dar direito à defesa, porque, no regime democrático, não se pode condenar uma pessoa sem dar a ela o direito de defesa.

Isso acontece em todos os processos. Por exemplo, um processo simples de um funcionário em que se vai examinar a aposentadoria – e são milhares. Só nos últimos três anos, foram 60 mil processos. Vamos supor que ele ganhou na sua repartição uma gratificação que dá a ele quase a metade de seus vencimentos. O Tribunal, ao examinar a matéria, entendeu que a gratificação foi ilegal, e ele é obrigado pela Constituição a glosar aquela gratificação. Mas seria profundamente injusto que o tribunal glosasse aquela gratificação, diminuísse o salário daquele funcionário à metade e ele não tivesse direito à defesa.

Em um País onde, apenas nos últimos três anos, tivemos 60 mil processos de aposentadoria, é preciso ir ao Tribunal para verificar como, com menos de mil funcionários nesta área, é possível fazer isso.

Ele recorre, junta documentos. O Tribunal leva o processo a julgamento, ele contrata um advogado para fazer a sua defesa. Se o Tribunal não fizesse ele iria para o Poder Judiciário, que estaria superabarroado com milhares de processos de funcionários públicos, que estão todos no Tribunal de Contas. São coisas que precisamos conhecer para entender porque o tribunal é obrigado a atrasar.

Determinei também que sempre que haja dúvidas a cerca do conteúdo e da extensão requerimento apresentado sejam mantidos contatos com esta Comissão, com o autor das respectivas propostas à Comissão de Fiscalização e Controle e, eventualmente, com os técnicos que assessoram este colegiado, a fim de determinar o escopo dos trabalhos correspondentes.

Com isso, espero que o produto final entregue pelo Tribunal seja exatamente o desejado por V. Ex^{as}.

Às vezes um Senador faz um requerimento no qual declara que gostaria que se verificassem todas as obras no Brasil que tivessem irregularidades. É im-

possível o Tribunal fazer isso. Tem de ser dito que, tendo conhecimento que determinada obra tem um processo de desvio, solicita-se que seja fiscalizada.

Comprovado isso pelo Plenário da Comissão, o Tribunal determina imediatamente que se faça uma auditoria, se já não tiver sido feita. Então, esse processo de simplificação do pedido e de individualização do pedido é preciso que seja observado, para que o Tribunal tenha mais capacidade de atender com prontidão.

O relatório de atividades que encaminhamos ao Congresso, trimestral – e é enviado anualmente –, pode ser melhorado, como tem apontado esta Comissão, para permitir melhor avaliação dos resultados obtidos pelo Tribunal. Determinei a nossa Secretaria de Planejamento que estudasse a inclusão naqueles documentos dos indicadores de desempenho sugeridos por V. Ex^{as}, quando tivermos condições de fazer isso, claro.

Lembro que diante da inexistência, no âmbito do Parlamento, de regulamentação do conteúdo e das finalidades específicas do relatório, o Tribunal elaborava aqueles documentos sem conhecer adequadamente as expectativas das Casas Legislativas, e evitava fazê-lo de forma excessivamente analítica, pois isso acabaria com qualquer finalidade prática, já que a extensão de cada edição ultrapassaria seguramente mais de mil páginas.

Esse é outro detalhe importante. Apresenta, por hipótese, a Comissão 20 pedidos todos no relatório trimestral – Já fizemos isso anteriormente. Mas acontece que é impossível examinar.

É o mesmo que o Poder Executivo fez com o Poder Legislativo, quando eu era Deputado. Um Deputado apresenta uma solicitação no Poder Executivo sobre determinada coisa. O Poder Executivo tem 30 dias de prazo pelo regulamento – parece-me que é o mesmo em relação ao Senado. Enviam, então, 50 caixas de documentos e mandam entregar. Quem irá examinar aquilo? Ninguém.

Então, se o Tribunal enviar para cá informações detalhadas de todas as coisas, resultará em milhares de páginas e ninguém acaba verificando nada. Por isso é que o Tribunal, a partir daí, resolveu simplificar o relatório, já que esta competência é do Tribunal, porque não há legislação que determine como deverá ser enviado o relatório. Não há relação onde conste o que deve contar do relatório. E cada Comissão não pode ficar solicitando que se inclua no relatório isso. São 40 Comissões técnicas, e cada uma apresenta algo que o Tribunal deve apresentar no relatório isto, a outra comissão deve isso e a outra comissão...

Não é assim. É preciso que haja uma legislação. Se não houver a legislação, quem tem que examinar é o próprio Tribunal. Se, topicamente, a Comissão deseja saber quanto o Tribunal arrecadou no último ano, ou quanto foi arrecadado, o Tribunal prestará informações. Creio que é muito mais simples dessa forma. Estamos aqui apenas para debater. Além disso, exatamente para propiciar o atendimento de alguns interesses mais específicos, as atas das sessões do Tribunal, com o conteúdo integral de todas as decisões proferidas, acompanhavam os relatórios trimestrais e ficavam disponíveis em nossa página na Internet, de modo a facilitar possíveis consultas. Graças às recentes solicitações feitas por esta Comissão será possível, doravante, encaminhar um relatório mais compatível com os interesses deste colegiado. Contudo, poderia ser avaliada, futuramente, por V. Ex^{as} a conveniência, entre técnicos do Tribunal e da assessoria da Comissão, da composição daquele documento, de modo a aprimorar os indicadores já sugeridos e identificar outros que possam ser relevantes para os trabalhos legislativos.

Com esses esclarecimentos, encerro essa apresentação e coloco-me à disposição de V. Ex^{as} para o debate. Espero que as informações prestadas tenham sido satisfatórias e que encontros como este venham a repetir-se, pois representam uma oportunidade de colaboração mais estreita entre o Congresso e o Tribunal, o que será de grande valia para o aperfeiçoamento do controle externo da administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr. Presidente, estamos estupefatos vendo que o Tribunal tem atribuições que, como disse V. Ex^a, apesar de nossa experiência que nos passavam despercebidas. Falo, por exemplo, dos aposentados. Estou há anos nesta Casa e não sabia o que acontecia com cada nomeado, com cada aposentado. É um volume grande, são sessenta mil nos últimos 3 anos.

Fico satisfeito ao ver o relatório, ao ver como o Tribunal tem trabalhado, como V. Ex^a já fez modificações e como, inclusive, procurou ajudar-nos. Nossa missão é muito espinhosa. Fomos criados por uma resolução que diz que, além dos itens normais, podemos realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil. Podemos e devemos convocar, quando tivermos dúvida, Ministros de Estado ou qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República. Devemos receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas; solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. Além disso, ainda temos que

avaliar a eficácia, a eficiência e a economicidade de projetos e programas. Graças a Deus, o Tribunal nos ajuda enormemente quando manda suas avaliações. Devemos apreciar a compatibilidade da execução orçamentária com os planos e programas governamentais; solicitar, por escrito, informações da administração direta ou indireta, bem como requisitar documentos públicos necessários à elucidação de atos objetos de fiscalização; avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluindo fundações, sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, bem como de qualquer natureza que receba dinheiro público federal; providenciar a efetivação de perícias, bem como solicitar ao Tribunal de Contas que realize inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da União; apreciar contas nacionais de empresas supranacionais cujo capital social da União participe de forma direta ou indireta, bem como a aplicação de qualquer recurso repassado mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere a Estado, Distrito Federal ou Município; procurar promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo pela natureza de suas atividades, mas, também, promover com o Ministério Público e com o plenário do Senado etc. Quando temos dúvidas maiores, poderemos abrir um projeto de fiscalização, uma CPI, que irá ao Plenário. Estando de acordo o Plenário, virará uma CPI, com todas as suas atribuições.

Nossa missão é muito difícil. Esta Comissão, praticamente, estava paralisada. Houve 4 reuniões durante o ano passado. Este ano, já estamos na 13ª reunião. Estamos tentando agilizar. Sem o Tribunal, não iríamos adiante. Estamos buscando o Tribunal exatamente dentro do espírito que V. Ex^a acabou de mencionar: o de procurar interação para poder atingir o nosso objetivo. Já sollamos aqui cerca de cento e poucos projetos este ano, analisando não só aqueles que vêm do tribunal, das suas auditorias, dando neles um repasse, mas também aceitando os que vêm por denúncia. E qualquer Senador ou qualquer cidadão brasileiro pode fazer isso. Já fizemos.

Como estava paralisada a Comissão, causa uma estranheza tremenda quando pedimos um documento a um órgão federal, como, por exemplo um banco oficial. Eles tomam um susto, perguntam por que razão. É nossa obrigação! Pedimos o documento para tomar conhecimento. Se tivermos dúvida, vamos recorrer ao Tribunal, vamos pedir ao Tribunal para que

intervenha imediatamente. E mais ainda, ao Ministério Público também.

Nós fizemos a amostragem de um pequeno número de projetos e verificamos que o Tribunal realmente tem algumas carências. V. Ex^a acabou de relatar. O tempo, por exemplo. E não é fácil com a quantidade de gente que V. Ex^a tem. Nós temos de auxiliá-lo e fazer sair essas contratações, porque algumas vezes não temos noção do que acontece depois. E nós gostaríamos de saber se houve ou não continuidade, por isso, às vezes, voltamos ao tribunal para perguntar o que aconteceu depois que V. Ex^as aplicaram essa penalidade. Queremos saber se houve consequência.

Não é porque queiramos de maneira nenhuma intervir na ação do Tribunal, que sabemos ser profilática, eficiente. Sabemos de todas as vertentes. É porque nós queremos ver se estamos cumprindo o nosso dever. Algumas vezes ficamos sem saber porque é que quando fizeram a constatação deixaram de mandá-la ao Ministério Público. O normal é mandar, e V. Ex^as têm mandado. Mas algumas vezes escapa. Essas colocações nós não estamos fazendo para re-criminar o Tribunal, ao contrário, estamos nos valendo do Tribunal para cumprir uma obrigação extremamente espinhosa que esta Comissão tem.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Como é a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com toda a certeza. Só que nós estamos mais pasmos do que imaginávamos ficar.

Eu não sou uma pessoa desinformada neste Senado, e digo a V. Ex^a que estou pasmo com a quantidade de ações, de atribuições, que vão desde ações profiláticas até corretivas. E em campos os mais variados. Não estou fazendo elogio.

Quando começamos a reunião, eu usei um adjetivo: o trabalho é maravilhoso. Depois, fiquei me penitenciando e pensando que não devia ter usado maravilhoso. Eu reforço o maravilhoso. É realmente um trabalho para o qual o adjetivo estava correto. Agora, com toda a certeza, a interação entre esta Comissão e o Tribunal que V. Ex^a preside vai ser muito benéfica a esta Nação. Esse é o nosso objetivo.

Vou franquear a palavra aos Senadores, e o Senador Francelino Pereira é o primeiro orador.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, esgotou-se o tempo, já é tarde, não há necessidade de fazer nenhuma referência à personalidade, à honradez, à diligência, à inteligência e à lucidez do Presidente do Tribunal de Contas da União. Mineiro,

ele é uma das figuras mais representativas do nosso Estado, com repercussão no Brasil inteiro.

Queria apenas dizer a V. Ex^a que eu me sinto ainda em falta comigo mesmo, porque foi uma situação extremamente lamentável, quase criminosa da Câmara dos Deputados não ter a sua Comissão de Tomada de Contas e Fiscalização Financeira praticamente funcionado nestes dois últimos anos. Essa é a Comissão mais importante. Quem aceitar a Presidência e a participação nessa Comissão tem que ter o sentimento de responsabilidade, dedicar a seus objetivos praticamente todo o seu tempo, porque, de outra forma, não estaremos correspondendo ao que a sociedade brasileira não está exigindo de nós, porque também nós não estamos revelando a ela as nossas funções.

A Comissão mais importante desta Casa é efetivamente esta, e se ela não se salvar com o trabalho e a eficiência de V. Ex^a, então, não é possível mais.

Confesso, também, que me surpreendi com a inteligente exposição feita pelo Presidente Humberto Souto e com as interseções que fez em todos os detalhes do seu relatório.

O Congresso Nacional não está dando ao Tribunal de Contas da União a devida importância e o devido respeito. O Tribunal de Contas é um órgão pertinente ao Congresso Nacional; não obstante, poucas pessoas sabem disso. Não sabem, também, que o Tribunal de Contas tem funções imensas e que não vem correspondendo às suas finalidades, em razão da falta de tecnologia, de pessoal e de recursos.

A própria Casa, o Congresso Nacional, se esforça por fazer tudo, nesta ou naquela direção, e se esquece de favorecer, de oferecer recursos à instituição que representa esta Casa na sua mais importante finalidade, que é a de fiscalização. O silêncio destes últimos tempos, em relação à essa questão é uma vergonha para esta Casa. E, se V. Ex^a aceitou essa função, é porque está querendo usar, praticamente, todo o seu tempo, em função desta Presidência que está exercendo.

Vou ausentar-me, em razão do adiantado da hora, felicitando ao Ministro Humberto Souto pela sua excelente exposição. Cumprimento V. Ex^a, também, pela diligência, que tem demonstrado, à frente da Comissão, na expectativa de que essa sua atenção se multiplique dez, ou quinze, vezes mais, sem o que nós passaremos o vexame de, mais uma vez, não fazer com que a sociedade brasileira conheça a finalidade mais específica e mais importante desta Casa que é a de fiscalizar.

Quando o País está caminhando para um “denuncismo”, via imprensa e via esta Casa, ninguém se recorda do Tribunal de Contas, ou desta Comissão, porque ela não existia e ainda não está existindo. Vamos ver se ela vai existir com V. Ex.^a.

Desculpe-me e receba um abraço e minhas felicitações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador, pelo aparte.

V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Eu gostaria de agradecer ao Senador Francelino Pereira. Os elogios partidos de um velho amigo, não têm muito significado, mas de qualquer maneira, a palavras de um homem experiente, íntegro e com o passado político do Senador Francelino Pereira, são sempre importante, ao abordar qualquer assunto.

A advertência do Senador é muito séria, muito válida, e o Tribunal agradece, sensibilizado, Senador, porque, realmente, estando atuando na sua plenitude, a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, terá ao seu lado o Tribunal de Contas. Consequentemente, contamos com o apoio desta Comissão, que é importante, porque representa o sentimento desta Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Presidente e Senador Francelino Pereira.

Com a palavra o Senador Wellington Roberto.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Ministro Humberto Souto, V. Ex.^a disse que a auditoria se estende, até, para ver se a obra é boa ou não para o País. Não sendo a obra boa para o País, mas já tendo recebido vários recursos da União, qual seria a interpretação do Tribunal no seu parecer? Pela continuidade da obra, ou pela paralisação da mesma?

O SR. HUMBERTO SOUTO – São dois aspectos. Quando a auditoria é feita, apenas para examinar o aspecto de auditoria financeira da obra, é muito simples. O Tribunal examina a obra e o seu cronograma. Se, efetivamente, há um desfalque, um desvio, ou alguma outra ocorrência, o Tribunal determina à entidade que faça as correções e condiciona que a liberação de recursos fique suspensa até que aquele organismo, aquele ente, ou aquela empresa, corrija os erros, como o Tribunal determinou. Isso é uma evolução do Tribunal que tem produzido um efeito muito grande.

Suponhamos que estivesse sendo construída uma barragem no Nordeste, que é uma região carente de água, e fosse encontrada uma grande irregularidade. Em vez de, simplesmente, parar essa obra,

mandar fazer nova concorrência, o que gerará um atraso de mais dois anos, corrige-se essa obra, anota-se todas as irregularidades, determina-se ao Governo Estadual, se este for conveniado, ao DNOCS ou a outro órgão mais adequado que se faça a correção e determina-se ao Governo que suspenda os recursos daquela obra até que sejam corrigidos.

Automaticamente, pela respeitabilidade que tem o Tribunal, o que tem acontecido é que essas entidades o procuram e fazem as correções, corrigem os contratos, fazem aditivos dos contratos, modificam os preços das obras e, depois de tudo isso feito, remetem os contratos para o Tribunal. O Tribunal, então, novamente examina a matéria e comunica ao Governo que foram corrigidos todos os erros e irregularidades que a obra continha e que, por essa razão, a obra está livre para continuar a ser executada.

O Tribunal parte do princípio de que não é a obra que deve pagar. A obra em si não tem culpa; quem deve pagar são os responsáveis pelo desvio, são os responsáveis pela obra, assim por diante. Isso tem gerado um bom resultado ao Tribunal.

Por outro lado, às vezes, quando se faz uma auditoria, 90% de uma obra está pronta. Como é que o Tribunal paralisa essa obra? Cada caso é um caso. O Tribunal determina as correções, mas determina também que se conclua a obra, porque, nesse caso, o prejuízo seria muito maior para o Erário se a obra fosse paralisada.

Esse bom senso é o que permeia o Plenário do Tribunal de Contas, que é composto por homens experientes, por técnicos experientes. Essa é outra coisa que ninguém sabe. Há sempre uma crítica no sentido de que o Tribunal é constituído de políticos, de que se deve mudar a composição do Tribunal. Esse é um ledor engano. No Tribunal, na verdade, só há nove Ministros para executar todo esse trabalho – essa é outra coisa que deve ser verificada. É muito difícil julgar todos esses processos. É um Tribunal muito grande, muito importante, mas, em termos de número de Ministros, é um Tribunal pequeno.

O Tribunal, hoje, é constituído de nove Ministros, seis dos quais são indicados pelo Congresso Nacional. Dois deles são concursados: um é do Ministério Público, e o outro é auditor do próprio Tribunal. Um deles é indicado pelo Presidente da República. Hoje, o Presidente da República só indica um membro do Tribunal de Contas. Até a Assembleia Constituinte, o Presidente indicava todos os membros. Vejam a guinada que deu a Constituinte em termos de controle no País, a guinada que teve o Tribunal. Vejam o que deve ter produzido no seio do Tribunal essa modificação

que foi feita pela Constituinte, porque o povo passou a indicar os Ministros; essa é uma verdadeira eleição.

Agora, por exemplo, o Ministro Ubiratan Diniz de Aguiar foi escolhido pela Câmara dos Deputados numa disputa ferrenha, numa eleição indireta, numa eleição de trabalho mesmo. Quer dizer, essa é uma eleição.

Mas, por outro lado, há três Ministros que são técnicos: um deles é indicado pelo Presidente da República, e os outros dois são concursados – um é auditor, e o outro é do Ministério Público. E há mais três auditores que são Ministros substitutos – na verdade, funcionamos como um Colegiado de doze. Esses três auditores são concursados, aprovados em concurso nacional. São chamados auditores e são Ministros substitutos, porque são eles que substituem os Ministros nas férias. Além disso, hoje, pela evolução e pela necessidade de serviço, eles já entram também na lista de sorteio de processos. Independentemente de substituírem o Ministro, eles funcionam como Ministros substitutos quando são sorteados. Eles também relatam processos. Nessas circunstâncias, eles não votam, apenas relatam. Portanto, são doze Ministros.

Então, na verdade, há cinco Ministros técnicos e seis Ministros indicados pelo Congresso Nacional, os quais podem ser qualquer pessoa, porque a Constituição não diz que o Congresso Nacional deve indicar políticos. A Constituição diz que a competência para indicar é do Congresso Nacional, mas este pode indicar qualquer pessoa que entender conveniente.

Portanto, há um *mix* hoje no Plenário do Tribunal de Contas. E essa sensibilidade de um grupo de políticos e de técnicos em interface, entrosando-se na busca do melhor para o País, sempre produz uma decisão sábia, quase sempre atendendo os interesses nacionais e do Congresso Nacional.

A auditoria de resultado, citada por V. Ex^a, não paralisa a obra por não fiscalizar como será empregada, e, sim, seu resultado para a sociedade. Analisa-se obra já existente, como está refletindo na sociedade. Analisam-se, por exemplo, programas.

Tomemos, como exemplo, um programa como o CIAC, belíssimo por sua filosofia, criado no Governo anterior, para o qual foram destinados milhões de reais. O Congresso poderia requerer ao Tribunal de Contas da União, por exemplo, que fizesse uma auditoria de resultado para saber se aquele programa estava atingindo seus objetivos, se esses eram efetivamente ajudar a sociedade; se estava produzindo os efeitos pelos quais foi proposta sua criação e se justificava as verbas empregadas no Orçamento. O Tribunal deve-

ria fazer esse relatório e enviá-lo ao Congresso Nacional, instituição competente para informar se o programa deveria continuar, se deveriam continuar sendo alocados recursos no Orçamento, ou se deveria ser encerrado.

Será fantástico se tivermos capacidade de atender a toda a demanda exigida pela sociedade e pelo Congresso Nacional a fim de aproveitar na inteireza a sabedoria que detém atualmente o Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um depoimento a respeito desse assunto.

A partir desse debate a respeito dos Tribunais de Contas estaduais e até alguns municipais, tenho visto que, quando se começa a discutir, verifica-se que a auditoria interna pode até ser eficiente, mas não mostra resultados, porque ninguém que foi nomeado por um Governador denunciará o Governo que o nomeou, diferentemente da auditoria dos Tribunais, que cobra.

Fiquei pasmo com a proposta do Governo de retirar a vitaliciedade do cargo de Ministro do Tribunal de Contas, porque, quem poderá fiscalizar alguém e depois voltar ao limbo enquanto o político denunciado continua na carreira podendo persegui-lo?

O SR. HUMBERTO SOUTO – Sr. Presidente, isso é um absurdo.

Quando Rui Barbosa idealizou o Tribunal, o controle externo era feito pelo Congresso – como todos sabem, no mundo inteiro o Congresso é o responsável pelo controle externo. Rui Barbosa pensava que, por fiscalizar pessoas que seriam seus eleitores – que é o Governador, o Prefeito, etc –, tal controle seria muito difícil de ser feito pelo parlamentar, porque o constrangeria. Então, idealizou a criação de um órgão que tivesse capacidade de representar o sentimento político da Nação, do Congresso Nacional, a visão do que estaria ocorrendo no País, com a independência em todos os sentidos, até mesmo técnica, que é dada ao Poder Judiciário. O Tribunal de Contas foi criado para ser ocupado por homens com capacidade de sentir o que está ocorrendo na área política, na área governamental, na área social, em todas as áreas.

Há uma diferença entre controle externo e controle interno. O controle interno é o controle dos Poderes Executivo, Judiciário ou Legislativo, que devem fiscalizar diretamente a obra, saber como está sendo empregado o dinheiro. O controle externo é maior. Representa a sociedade brasileira, o Congresso brasileiro. É uma janela aberta por onde se olha o que

está ocorrendo no Brasil. Fiscaliza-se o dinheiro alocado no Orçamento pelo Parlamento brasileiro, se está sendo bem empregado, bem gerido, como está sendo gasto, como a sociedade vê a destinação desse dinheiro alocado no Orçamento. Então, são feitas as correções, porque o Orçamento é votado anualmente. É essa a função do controle externo. É um poder muito mais nobre, muito mais grandioso, porque é realizado pelo próprio Congresso Nacional, por meio do Tribunal de Contas, como seu agente independente, com todas as garantias. Assim, Ministros e funcionários terão toda a independência para fiscalizar, já que os Parlamentares não podem fazê-lo por estar envolvidos no processo político.

É preciso que o Congresso utilize o Tribunal de Contas não em propósitos menores, na perseguição política, no envolvimento em conflitos políticos, mas em grandes, em macro-avaliações, para saber como está o País, como está o Orçamento, como estão os gastos públicos, os programas, os projetos.

Atualmente melhorou muito o relacionamento entre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas; está muito mais próximo, muito mais eficiente e eficaz. Mas, há dez anos, esse relacionamento praticamente não existia. Há seis anos, saí daqui para o Tribunal. Como estou dizendo, tenho 6 mandatos de Deputado e exerci todos os cargos no Congresso, todos. Fui Presidente da Câmara, em substituição ao Presidente Ulysses Guimarães, quando da sua doença; fui Líder de Governo; Líder de Partido; Presidente de várias Comissões; Presidente da Comissão de Orçamento. E eu não conhecia o Tribunal de Contas. Acredito que também os outros Parlamentares não o conheçam. Por esta razão, não o utilizam. Precisavam utilizar, porque é uma ferramenta de extraordinária eficiência que o Parlamentar pode ter.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, agradeço a exposição do Ministro. E quero me colocar desde já à disposição da Comissão de Orçamento para ajudar o Tribunal no que for possível.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Vou procurar V. Ex^a e lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio. Creio que seja o último orador inscrito.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Sr. Presidente, Sr. Ministro Humberto Souto, primeiro quero fazer uma pergunta preparada pela assessoria. Em 1994 – inclusive o V. Ex^a não estava no Tribunal – a Comissão de Finanças da Câmara requereu ao Tribunal de Contas da União uma auditoria operacional na Sudene, dian-

te de indícios de irregularidades nos contratos de financiamentos. Naquele mesmo ano, o Tribunal de Contas da União decidiu acolher o pedido, porém, no acompanhamento processual, não há qualquer referência aos resultados da auditoria.

Portanto, gostaríamos de saber qual foi o resultado. Se foi feita essa auditoria, porque a própria CPI da Sudene encontrou, em poucos meses, desvios acima de R\$2 milhões. Tomamos conhecimento disso por meio da imprensa. É realmente um questão que faço a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO SOUTO – A pedido da Comissão de Fiscalização da Câmara, o Presidente, que é um Deputado do Piauí, solicitou a cópia do processo, o mesmo já foi julgado, tenho a impressão de que é o mesmo, pois o Tribunal realiza diversas auditorias, não tenho certeza de que é essa de 1994. Tenho a impressão de que é. Telefonei para ele, e com aquela velha sensibilidade, disse a ele: "Sr. Presidente, para evitar abrir precedentes (ele pediu todos os processos, as peças, etc.), eu gostaria que V. Ex^a aprovasse o requerimento na Comissão, para que o Tribunal tivesse mais tranquilidade para remeter o processo." A Constituição não prevê a remessa de processo nem para Parlamentar. O que a Constituição prevê no item VI do art. 71 é que o Tribunal forneça informações à Comissão, quando solicitado, e cópias dos relatórios de auditorias no tempo em que concluídos. Mas, mesmo assim, o Tribunal decidiu, em uma resolução anterior, de que deveria fornecer aos Parlamentares. Após isso, começaram muitos pedidos que envolvia perseguição política; um adversário pedia auditoria de outro. Essas coisas que conhecemos como funcionam na Casa. O Tribunal para se precaver e precaver o Parlamento, entendeu que a partir daí somente deveria solicitar nos termos da Constituição. Pedi a ele, então, para solicitar. Hoje, vi na pauta da Câmara, na Comissão de Fiscalização, que ele solicitou a aprovação de seu requerimento para mandar. Estou com processo pronto para remeter, pois é processo julgado. Não posso responder a V. Ex^a os detalhes, os dados, são milhares de processos, e V. Ex^a há de convir que não tenho condição, mas eu gostaria de receber o seu requerimento e remeteria a V. Ex^a as informações completas sobre o processo.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Fico bastante satisfeito com sua explicação, e faremos, também, da mesma forma como foi feita na Comissão.

Para encerrar, eu gostaria de fazer um comentário, na verdade um reconhecimento não somente do Senado, mas tenho certeza de que do Congresso Nacional, quando, na sua explanação, V. Ex^a afirma, me-

lhor dizendo, lembra o que foi conseguido por meio do Tribunal de Contas da União na privatização do BANESPA. Esse acréscimo na avaliação redundou no acréscimo de mais de R\$1 bilhão...

O SR. HUMBERTO SOUTO – Quase R\$1,5 bilhão.

O SR. LUIZ OTÁVIO – ... ou seja, R\$1,5 bilhão nos cofres do Governo para mais investimentos, para a geração de emprego e renda. O mesmo ocorreu com a privatização das Bandas C, D e E da telefonia celular, feita pela Anatel, que resultou em aumento na avaliação de mais de R\$1,5 bilhão.

Portanto, deixo esse registro de que reconhecemos a competência e a capacidade do Tribunal e que ficamos satisfeitos por ver um Parlamentar honrado e muito competente na Presidência do Tribunal de Contas da União.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Muito obrigado. Agradeço a V. Exª pelo elogio. Vou me esforçar ao máximo na Presidência, da mesma forma como o fizeram os outros Presidentes, para que tenhamos um relacionamento cada vez melhor, pois convivi por vinte e poucos anos neste Congresso Nacional e sei da angústia que sente o Parlamentar quando precisa de informação. Espero que nosso relacionamento, a soma dos nossos esforços possa resultar em benefício para o País.

Meu único objetivo no Tribunal de Contas da União, onde estou de passagem, é mostrar que o Parlamentar é pessoa tão honrada quanto qualquer outro cidadão de bem. Pessoa desonesta é desonesta em qualquer função. Mas se é honrada, pode ser político, pode ser técnico que continuará sendo honrada. Homem honrado não tem medo de tomar as atitudes necessárias. Tem desassombro para cumprir suas funções. Meu objetivo é mostrar que o Congresso Nacional é constituído de homens honrados que podem perfeitamente presidir o Tribunal de Contas da União com dignidade, contando com o respeito dos funcionários, o que é importante.

O Tribunal de Contas da União tem um corpo funcional de elite, com pessoas altamente politizadas. Tenho certeza de que respeitam profundamente a direção da Casa e sabem que nossa luta objetiva trazer para o País os melhores resultados por meio de um controle sem o qual um País civilizado e democrático não sobrevive.

É preciso que a sociedade entenda que investir em controle não é gastar dinheiro. É economizar, investir. Precisamos mostrar isso para a sociedade brasileira, não, como às vezes presenciamos, com críti-

cas fáceis feitas por pessoas que não conhecem o trabalho prestado pelo Tribunal, não com simplificação, propondo sua transformação em uma controladoria ocupada por uma única pessoa escolhida pelo Congresso Nacional. Sabemos que quem comanda o processo político nem sempre é o Congresso, mas as maiorias, que geralmente são do Executivo, Poder que será fiscalizado. Por isso precisamos de uma Casa plural, independente, eleita pelo Congresso buscando eficiência, com um quadro funcional extraordinário. É preciso ajudar essa Casa em nome do Congresso.

O que podemos fazer para melhorar o Tribunal? Esta Casa honra o Congresso Nacional. O Tribunal de Contas da União não faz denúncias de corrupção ou de incompetência a toda hora, mas é referência para todos os professores de Direito Administrativo; é referência para o mundo. É a Casa mais completa de controle externo do mundo, porque tem duas vertentes: a fiscalização e o julgamento. O Tribunal realiza um trabalho hercúleo e precisa da ajuda do Congresso Nacional. Faço esse testemunho não como funcionário, mas como alguém que lá está e sente isso.

Não há órgão mais competente, mais sério e mais idealista do que o Tribunal de Contas. No entanto, é uma Casa desconhecida. É preciso que o Congresso Nacional a utilize, porque é uma ferramenta sua.

Agradeço ao nobre Senador os elogios feitos não a mim, que sou homem de passagem no Tribunal, mas ao Tribunal, que é uma instituição do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço a V. Exª e afirmo que comungamos nos mesmos objetivos. Seremos aliados do Tribunal de Contas da União e buscaremos auxiliar de todas as formas para que os quadros aumentem...

O SR. HUMBERTO SOUTO – Auxiliar para cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Exatamente. Que os quadros aumentem e que a informatização ocorra de forma célere. Faremos fazer tudo o que for possível. Se algumas vezes tivemos alguns pequenos atritos; eu digo atritos funcionais, não atritos de outra ordem, já bastam os que já temos tido aqui nesta Casa e que inclusive adiaram por duas vezes a vinda de V. Exª, o que nos deixou extremamente constrangidos, e hoje vemos o quanto podíamos já ter adiantado com a explanação de V. Exª.

Mas queria, ao encerrar, informar aos Srs. Senadores que, na quinta-feira, às 9:30h, teremos a ex-

posição do Ministro Pedro Malan, em reunião conjunta da Comissão de Fiscalização com a Comissão de Economia, e dizer, por último, ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Humberto Souto, que a única preocupação que temos hoje é que a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é mais do que desejada pela sociedade brasileira, vai trazer muitos entraves ao Tribunal, porque são tantas as coisas que são cobradas, são tantos os relatórios que sabemos que, se informatização não chegar célere, vamos ter problema até de estocar papel, quanto mais analisá-lo.

O SR. HUMBERTO SOUTO – É verdade. Estamos querendo fazer um convênio com a universidade para transferir tecnologia. Temos recursos que o Senado nos deu, de maneira que vamos poder fazer com que isso deslanche ainda este ano, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradecemos mais uma vez. Queremos dizer que esta Comissão vai funcionar a partir desta Presidência e vamos, com certeza, ter um auxílio importante do nosso Tribunal de Contas da União, que já estamos tendo.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Quero agradecer ao Presidente, aos Srs. Senadores e aos senhores funcionários a bellíssima acolhida que tivemos aqui e a oportunidade que tivemos de mostrar à sociedade brasileira o que é o Tribunal de Contas da União. Tenho certeza de que, fortalecendo o Tribunal, estamos ajudando ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 20h27min)

Ata da 14ª reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 2001, após a ordem do dia.

Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia trinta de maio de dois mil e um, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Vice-Presidente, Senhor Senador Freitas Neto, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Wellington Roberto, Ricardo Santos, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Alberto Silva, Heloísa Helena, Romero Jucá, Gilberto Mestrinho, Valmir Amaral, Francelino Pereira e Fernando Matusalém. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como apro-

vada. Prosseguindo, passa-se a deliberação da pauta. Item 01: Aviso n.º 169, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 323, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Perímetro de Irrigação de Itiúba (AL), obra de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, no Município de Porto Real do Colégio (AL) (TC nº 008.778/2000-8)”. O relator designado é o Senador Valmir Amaral e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 02: Aviso n.º 1, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 452 e do Acórdão nº 675, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente a auditoria realizada na Fundação Nacional do Índio – Administração Regional em Roraima, abrangendo as áreas de licitações, contratos e veículos (TC 003.685/99-3)”. O relator designado é o Senador Valmir Amaral e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 03: Aviso n.º 118, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 369, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria na área de licitações e contratos realizada pela SECEX/RR na Telecomunicações de Roraima – TELAIMA S/A, abrangendo os exercícios de 1995 e 1996 (TC – 825.108/96-9)”. O relator designado (ad hoc) é o Senador Alberto Silva e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 04: Aviso n.º 108, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 109, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada pela Secex/AP na Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho/AP, de 01/01/95 a 15/05/97, na área de convênios (TC – nº 775.067/97-0)”. O relator designado (ad hoc) é o Senador Fernando Matusalém e o parecer, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, é aprovado. Item 05: Aviso n.º 15, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º Trimestre de 1998”. O relator designado (ad hoc) é o Senador Alberto Silva, com o parecer concluindo pelas provi-

dências a seguir: 1 – solicite ao TCU que faça constar dos relatórios a serem produzidos a partir desta data; a – os processos julgados irregulares, apontando, quanto a cada processo: nome dos administradores envolvidos, razões da decisão (de forma reduzida), fundamentação jurídica, tipificação das condutas e informações acerca das medidas judiciais que estão sendo tomadas; Com vistas ao recebimento dos valores; b – a listagem das auditorias realizadas, com um resumo de eventuais irregularidades observadas, apontando as medidas impostas pelo TCU e o nome dos responsáveis e os valores envolvidos e/ou devidos; c – um resumo das questões jurídicas que tenham sido levantadas a partir do exame da interpretação da lei e que tenham sido objeto de discussões cujo conteúdo possa proporcionar uma avaliação de prováveis lagunas, imperfeições ou impropriedades no conteúdo da nossa legislação. O Parecer é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Freitas Neto**, Vice-Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo número regimental, está aberta a 14ª reunião ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Pergunto aos Srs. Senadores se concordam com a dispensa da leitura da ata. Os que concordarem permaneçam como se encontram.

Aprovada a dispensa da leitura da ata.

Vamos aqui substituir, o visitante está a caminho, para ganharmos tempo, iniciamos com o Item nº 1, que encaminha ao Senado Federal cópia da decisão 323, de 2000, bem como os respectivos relatórios de auditoria e voto que a fundamentam, realizado no perímetro de irrigação Itiúba, Alagoas, de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – Município de Porto Real do Colégio, Alagoas. Autor Tribunal de Contas da União, Relator Senador Valmir Amaral.

Concedo a palavra ao ilustre Relator.

O SR. VALMIR AMARAL – Sr. Presidente, Srs. Senadores o Item nº 1, Aviso 169, de 2000. O Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Deci-

são 323/2000, referente à auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf.

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos por que seja dado conhecimento do feito a esse Colegiado e por que se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Item nº 2, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 452 e do Acórdão nº 675, do ano 2000, bem como respectivo relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Fundação Nacional do Índio, Administração Regional em Roraima, abrangendo as áreas de licitação, contrato e veículos. Autor Tribunal de Contas da União, Relator Senador Valmir Amaral.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. VALMIR AMARAL – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Aviso nº 1, de 2001. Tribunal de Contas da União encaminha a cópia da Decisão nº 452, referente a auditoria realizada na Administração Regional em Roraima, da Fundação Nacional do Índio.

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos por que seja dado conhecimento do feito a esse Colegiado e por que se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Item nº 3, Relator Senador Moreira Mendes. Pediria ao Senador Alberto Silva encaminhe ao Senado cópia do Acórdão nº 369/2000, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam sobre auditoria na área de licitações e controles realizados pelo Secex*, na telecomunicação de Roraima. Abrangendo os exercícios de 95 e 96. Autor Tribunal de Contas, Relator Senador Moreira Mendes.

Peço ao Senador Alberto Silva para apresentar o relatório.

O SR. ALBERTO SILVA – O voto do relator diz o seguinte: diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tendo conhecimento, delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala das sessões, maio de 2001, assinado Relator Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Item 4: encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 109, de 2000, bem dos respectivos voto e relatório que o fundamentam sobre a auditoria realizada na Cecex, na Prefeitura Municipal de Tarugalzinho. E de 01/01/95 a 15/07/97 na área de convênios, auditor Tribunal de Contas, relator Senador Jefferson Péres.

Peço ao Senador Fernando Matusalém, por obséquio, que apresente o relatório do Senador Jefferson Péres.

O SR. FERNANDO MATUSALÉM – Sr. Presidente, gostaria de ler logo o voto do relator.

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no hábito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos que seja dado o conhecimento do feito a este colegiado, por que se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Último item da pauta, Item 5, Aviso nº 15, de 1999, encaminha ao Senado Federal relatório de atividades do Tribunal de Contas da União referente ao

quarto trimestre de 1998. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Suplicy.

Em reunião do dia 04/04/2001 foi concedida vista ao Senador Luiz Otávio, que devolveu o processo sem manifestação. Assim sendo, peço ao Senador Alberto Silva que apresente o relatório do Senador Suplicy, por obséquio.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto já é do conhecimento de todos, porque a pauta está em suas mãos, e o voto do relator é o seguinte:

Tendo em vista o aperfeiçoamento do relatório que trimestralmente envia ao Congresso Nacional, opino que esta Comissão solicite ao TCU que faça constar dos relatórios a serem produzidos a partir desta data:

a – os processos julgados irregulares, apontando quanto a cada processo nomes dos administradores envolvidos, razões da decisão, de forma reduzida, fundamentação jurídica, tipificação das condutas e informações acerca das medidas judiciais que estão sendo tomadas com vistas ao recebimento dos valores;

b – a listagem das auditorias realizadas com resumo de eventuais irregularidades observadas, apontando as medidas impostas pelo TCU e o nome dos responsáveis e os valores envolvidos e/ou devidos;

c – um resumo das questões jurídicas que tenham sido levantadas a partir do exame da interpretação das leis e que tenham sido objeto de discussões, cujo conteúdo possa proporcionar uma variação de prováveis lacunas, imperfeições ou impropriedades no conteúdo da nossa legislação.

d – Sala das Comissões. Senador Eduardo Marrazzo Suplicy.

e – **O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa)*

Informo aos Srs. Senadores que há três requerimentos, mas os autores não estão presentes, peço permissão, portanto, se for de concordância do Plenário sobrestamos a votação para deixarmos para a próxima reunião e os autores podem querer defender os citados requerimentos. Portanto, havendo concordância deixo de submeter à votação.

Encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h32min.)

Ata da 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 29 de agosto de 2001, às 18 horas.

Às dezoito horas e sete minutos do dia vinte e nove de agosto do ano de dois mil e hum, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Jefferson Péres, Luiz Otávio, Antônio Carlos Júnior, Wellington Roberto, Ricardo Santos, Romero Jucá, Valmir Amaral, Moreira Mendes, Freitas Neto. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, passa-se à deliberação da pauta. Item 01: Aviso nº 136, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 586, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência do Amapá, nas áreas de obras e serviços de engenharia, pessoal, licitações, contratos bens móveis e imóveis, almoxarifado, veículos, convênios, acordos, ajustes e equipamentos". (TC-775.039/97-7) tendo como relator o Senador Romero Jucá que no parecer opina pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 02: Aviso nº 95, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 426, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional do Acre." (TC-927.767/98-8) tendo como relator o Senador Romero Jucá que no seu parecer opina pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 03: Aviso nº 141, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 594 de 2000, bem como dos respectivos relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Teresina/PI, nas áreas de convênios, acordos e ajustes. (TC nº 525.224/97-1)" tendo como relator o Senador Freitas Neto. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa como relator "ad hoc" o Senador Ricardo Santos que no parecer opina seja oficiado o Tribunal de Contas da União, no sentido de

informar as providências adotadas pelo Tribunal na apuração dos fatos citados no mencionado subitem. Aprovado. Extra-pauta: Item 01: Aviso nº 81, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 338, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na área de convênios federais da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim/RN – (TC-600.095/97-5)" tendo como relator o Senador Ricardo Santos que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 02: Aviso nº 122, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão número 123, de 2000 bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Estadual do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, no Ceará, objetivando verificar a eficácia do órgão no estabelecimento de assentamentos de trabalhadores rurais e as condições em que se encontram tais assentamentos (TC-nº 275.384/97-7).", tendo como relator o Senador Ricardo Santos que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Esgotadas as matérias constantes da extra-pauta, na sequência foram instaladas duas subcomissões com a seguinte composição: 1) Subcomissão Destinada a Analisar as Contas das Obras do Metrô/DF – Presidente: Senador Romero Jucá; Vice-Presidente: Senador Moreira Mendes; Titulares: Senador Wellington Roberto – Relator (PMDB); Senador Moreira Mendes (PFL); Senador Romero Jucá (PSDB); Suplentes: Senador Valmir Amaral (PMDB); Senador Jefferson Péres (Bloco). 2) Subcomissão Destinada a Analisar o Descumprimento De Decisão Judicial Proferida No Processo em que Figuram como Partes o Banco do Nordeste do Brasil – BNB e a Empresa Agroindustrial e Reflorestadora S/A – ARISA – Presidente: Senador Alberto Silva; Vice-Presidente: Senador Moreira Mendes; Titulares: Alberto Silva (PMDB); Luiz Otávio – Relator (PMDB); Moreira Mendes (PFL); Fernando Matusalém (PSDB); Jefferson Péres (BLOCO) Suplentes: Wellington Roberto (PMDB); Freitas Neto (PFL); Ricardo Santos (PSDB). Foram apresentados e aprovados os seguintes requerimentos: 1) De autoria do Senador Ney Suassuna que solicita informações ao Procurador-Geral da República sobre a resposta ao parecer nº 705, de 2001, da CFC, sobre: 1) Se o Ministério Público já ajuizou as respectivas ações constantes da lista; 2) O andamento do Processo e 3) Os Processos que já tiveram sentença definitiva. 2) De autoria do Senador Ney Suassuna que solicita a Caixa Econô-

mica Federal informações sobre cobrança de comissão ilegal, para aprovar o pagamento de ação contra a própria Caixa, que envolve funcionários do Banco Estatal, conforme denúncia registrada em Cartório de Brasília, tendo como autores o advogado Gerardo Gualberto Queiroz e o empresário Milton Gattai, de acordo com matéria publicada no Jornal do Brasil, de 29 de agosto de 2001. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

Declaro aberta a 25ª reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à análise duas proposições da pauta e duas proposições extrapauta.

Iniciemos pelos requerimentos que estão sobre a mesa.

Recebemos dois informes, dois avisos, com número significativo de pessoas que lesaram o patrimônio nacional. Nos termos do que dispôs o Tribunal de Contas da União, estamos fazendo o seguinte requerimento:

O Tribunal de Contas, em resposta ao Ofício nº 870, de 2001, no que se refere ao parecer nº 705, de 2001, desta Comissão de Fiscalização e Controle, encaminhou a esta Casa extensa lista de documentação sob o título “Remessa de cópia da documentação que evidencie dano ao Erário decorrente do ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou ainda desfalque ou desvio de dinheiro de bens ou de valores públicos”.

Ao Ministério Público da União foi enviado o mesmo documento para ajuizamento das ações cíveis e penais cabíveis, nos termos do §3º do art. 16 e seu inciso III, alíneas “c” e “d”, da Lei nº 8.443, de

1992, e do §3º do art. 159 e seus incisos III e IV, do Regimento Interno.

Diante do exposto, requeremos que esse Requerimento seja encaminhado ao Procurador-Geral da República, solicitando:

I – Se o Ministério Público já ajuizou as respectivas ações constantes da lista;

II – O andamento de cada processo;

III – Se algum dos processos já obteve sentença definitiva.

Esse é o Requerimento que submeto à apreciação dos Srs. Senadores, pedindo ao Ministério Público Federal que nos informe o **status** de toda essa relação de funcionários que geraram desfalque ou gestão ilegítima, em relação ao Erário público.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Que se envie esse Requerimento ao Ministério Público Federal.

O nobre Senador Ricardo Santos proferirá o parecer sobre a Decisão nº 338, de 2000, adotada pelo Tribunal de Contas da União, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim.

O nobre Relator tem a palavra.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, conforme V. Ex^a já anunciou, trata-se da análise do Aviso nº 81, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 338, de 2000, referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte.

O Tribunal de Contas da União realizou e apresentou essa auditoria conforme a metodologia de praxe seguida por aquele Tribunal de Contas. Nesse sentido, eu gostaria de ler o nosso voto.

“Diante do exposto e tendo em vista que as medidas saneadoras adotadas no caso sob exame foram de plena eficácia, o nosso voto é que essa Comissão conheça da matéria e delibere pela remessa do processo ao arquivo.”

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o parecer do nobre Senador. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*)

Aprovado.

O item seguinte, também da relatoria do Senador Ricardo Santos, é sobre o Aviso nº 122, de 2000, que se refere ao relatório de auditoria realizado na Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, no Estado do Ceará.

Com a palavra, o nobre Senador.

O SR. RICARDO SANTOS – O relatório de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União na Superintendência Estadual do Incra, no Estado do Ceará, cumpriu os objetivos pretendidos pelo Tribunal de Contas, segundo a metodologia utilizada por aquela Casa.

Dessa forma, permito-me ler o voto.

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito da competência do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos para que seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e para que se delibere pelo encaminhamento do processo ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na reunião passada, ficamos de indicar os nomes das duas comissões.

O Presidente da Comissão do Metrô é o Senador Romero Jucá; o Vice-Presidente, o Senador Moreira Mendes, e o Relator, o Senador Wellington Roberto, sendo suplentes, respectivamente, o Senador Valmir Amaral e o Senador Jefferson Péres, conforme a proporcionalidade partidária.

Quanto à outra Subcomissão, da Arisa, que foi solicitada, o Presidente é o Senador Alberto Silva; o Vice-Presidente, o Senador Moreira Mendes, e o Relator, o Senador Luiz Otávio. Ainda fazem parte dessa Subcomissão o Senador Jefferson Péres e o Senador Fernando Matusalém, como titulares; são suplentes os Senadores Wellington Roberto, Freitas Neto e Ricardo Santos.

Item nº 1 da pauta regulamentar:

Encaminha ao Senado Federal cópia da decisão 586, de 2000, bem como dos respectivos relatórios e votos que a fundamentam, sobre a auditoria rea-

lizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, na Superintendência do Amapá, nas áreas de obras e serviços de engenharia, pessoal, licitações, contratos, bens móveis e imóveis, almoxarifado, veículos, convênios, acordos e ajustes de equipamentos.

O Relator é o nobre Senador Romero Jucá, que acaba de adentrar o recinto, para quem passarei a palavra a seguir.

O SR. ROMERO JUCÁ – Caro Presidente, vou apresentar o voto, já que a matéria foi distribuída e trata de cópia da Decisão nº 586, de 2000, referente à auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Superintendência do Amapá.

O voto do Relator é o de que, diante do exposto, tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opinamos para que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo encaminhamento do processo ao Arquivo.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Aprovado.

O item nº 2 da pauta, também do nobre Senador Romero Jucá, encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 426, de 2000, bem como dos respectivos relatórios e votos que a fundamentam, sobre a auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Superintendência Regional do Acre.

Com a palavra, o nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, trata-se da Decisão nº 426, de 2000, referente à auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, na Superintendência Regional do Acre.

O voto do Relator, também seguindo o mesmo encaminhamento da matéria anterior, é o de que, diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência do Congresso Nacional, opinamos para

que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo encaminhamento do processo ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item nº 3 da pauta é o Aviso nº 141, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 594, de 2000, bem como dos respectivos relatórios e votos que a fundamentam, sobre a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Teresina, Piauí, áreas de convênios, acordos e ajustes. O relator é o nobre Senador Freitas Neto, mas peço ao Senador Ricardo Santos que faça o relato.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do relatório realizado pelo Tribunal de Contas da União na Prefeitura Municipal de Teresina, Piauí. Esse relatório, efetuado de acordo com a metodologia utilizada por aquele Tribunal, foi encaminhado a esta Comissão, e o nosso voto é o seguinte:

Diante do relatório apresentado, e, tendo em vista que, nos termos do subitem 8.2 da Decisão, são apontados fatos pendentes de apuração, opinamos para que se oficie preliminarmente ao Tribunal de Contas da União no sentido de informar a esta Comissão o resultado das providências adotadas por aquele Tribunal na apuração dos fatos citados no mencionado subitem.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passemos à votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Hoje, no **Jornal do Brasil**, sai, no Caderno de Economia, denúncia de propina na Caixa Econômica Federal. Tendo em vista a matéria, estamos encaminhando àquela entidade solicitação de documentação a respeito. Como esse é o terceiro assunto sobre a Caixa em relação ao qual pedimos informações – foi-nos enviada resposta sobre o primeiro, mas ainda não sobre o segundo –, pedimos ao Líder do Governo, antes de formularmos um requerimento de infor-

mações, gestões para agilizar o envio das informações.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, a denúncia estampada nos jornais é grave, V. Ex^a tem razão em esclarecer esse fato – a Comissão de Fiscalização e Controle tem especificamente esse papel –, e, como Líder do Governo, quero registrar aqui que vou noticiar à Caixa para que mande inicialmente as informações correspondentes e necessárias. Se forem pertinentes, o processo se extingue. Se não forem, quero dizer a V. Ex^a que a posição do Governo é de que tudo seja feito de forma transparente e de que se averigüe qualquer denúncia de irregularidade. O Governo do Presidente Fernando Henrique não compactua com irregularidades, com a corrupção, e, nesse caso específico, temos todo o interesse de ver essa questão esclarecida. Portanto, coloco-me como colaborador de V. Ex^a e da Comissão no sentido de buscar as informações da Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com essa informação, se exaure a nossa pauta.

Está franqueada a palavra.

Não havendo quem dela queira fazer uso, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h49min)

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2001, às 11 horas.

Às onze horas e oito minutos do dia cinco de setembro do ano de dois mil e um, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Heloísa Helena, Valmir Amaral, Freitas Neto, Wellington Roberto, Antônio Carlos Júnior e Luiz Otávio. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente convida os Senhores Henrique Costabile, Diretor da Caixa Econômica Federal e Dalide Barbosa Alves Correa, Superintendente Nacional da Área Jurídica da Caixa Econômica Federal para prestarem informações sobre cobrança de comissão ilegal para aprovar o pagamento de ação contra a própria Caixa, conforme denúncia registrada em cartório de Brasília, tendo como autores o advogado Gualberto Queiroz e o empresário Milton Gattai, de acordo com matéria

publicada no Jornal do Brasil de 29 de agosto último. Encerrada a exposição e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Hoje temos um tema único na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a audiência pública com a presença do Sr. Henrique Costabile, Diretor da Caixa Econômica Federal, e da Sr^a Dalide Barbosa Alves Corrêa, Superintendente Nacional da Área Jurídica da Caixa Econômica Federal.

Vamos lembrar todos os senhores de que na reunião passada foi feita a leitura de uma acusação de cobrança de comissão registrada em cartório de Brasília e que envolveria funcionários do banco estatal, no caso, a Caixa Econômica Federal.

Foi dito pelo próprio Líder do Governo que esse era um assunto que a Caixa Econômica tinha o maior interesse em esclarecer, mostrando os fatos e, por essa razão, iria o Líder do Governo no Senado, que, por sinal, também é membro da nossa Comissão, pedir que imediatamente viessem a esta Comissão os membros da Caixa Econômica que estavam sendo citados.

Foi exatamente por essa razão que fizemos o convite tanto ao Dr. Henrique como à Dr^a Dalide.

Dr. Henrique, vamos ter aqui o tempo de que o senhor necessitar para que faça uma exposição sobre essas acusações. Informo que recebi do cidadão Sérgio Frazão do Couto uma documentação e uma solicitação para que ele também fosse convocado para vir a esta Comissão.

Passei apenas uma vista de olhos na documentação que, inclusive, vai gerar alguns questionamentos que farei a V. S^{as}.

A frequência à Comissão hoje é relativamente pequena, mas à medida que as outras comissões forem se encerrando, virão os Senadores para cá. Estamos tendo sessão do Congresso e, além do mais, estamos tendo reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com uma pauta muito cheia. Há também mais outras duas comissões reunidas. A

quarta-feira não é um dia dos melhores, mas como tudo é gravado e filmado, o importante é o que o Sr. e a Dr^a Dalide dêem a esta Casa todos os esclarecimentos necessários.

Tendo em vista as acusações, solicitamos providências do Líder do Governo, que agilizou a vinda dos senhores a esta Casa.

Quanto aos garimpeiros, um outro assunto, quero informar a todos os Srs. Senadores, à Senadora Heloísa Helena e aos que estão neste plenário que nós, da Paraíba, temos muitos garimpeiros em Serra Pelada. São muitos os paraibanos, os alagoanos, os sergipanos e os amazonenses ali.

Por várias vezes, recebi embaixadas de garimpeiros que vinham pedir que esse assunto fosse levantado e que a Caixa fosse pressionada para entrar num acordo com eles.

Certa vez, fomos eu e o Senador Edison Lobão; outra vez, lembro-me, foi o Senador José Roberto Arruda; outra vez, foi o Senador Wellington Roberto. Foram muitos os Senadores, de muitos Estados, que pediram por esses garimpeiros.

O assunto será mais debatido e ficará mais transparente à medida que o senhor nos esclareça. Queríamos que o senhor iniciasse, para que todos os Senadores e também o público – pois hoje a TV Senado tem uma audiência gigantesca – entendessem por que se iniciou o problema e onde estamos, por que a Caixa até hoje não fez esse acordo, por que cumpriu, por que deixou de cumprir, a quanto andamos e qual a razão das acusações.

Concedo a palavra a V. S^{as}. e usem o tempo que julgar necessário para dar os esclarecimentos que julgamos devem ser os melhores possíveis.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Srs. Senadores, iniciarei minha exposição com um breve histórico do que é esse processo judicial que está em curso, há muitos anos, entre a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada e a Caixa Econômica Federal, para que todos possam ter uma idéia do que exatamente vem ocorrendo ao longo desse período.

No início da década de 80, após a descoberta das jazidas em Serra Pelada, o Banco Central, a Caixa e a Docegel, era Rio Doce, Geologia, Mineração S/A, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, atenderam a uma determinação governamental para recompor as reservas do Tesouro Nacional e evitar a evasão de minério, passando a adquirir o ouro extraído do garimpo de Serra Pelada.

A operação de compra e venda do minério obedeceu as regras de mercado, ou seja, na compra e venda, estabelecia-se um percentual de quebra, previamente acordado, em conformidade com o grau de impureza dos minerais extraídos na região. Se o minério adquirido apresentasse uma quantidade inferior à estimada com a quebra, o vendedor, ou seja, o garimpeiro, auferiria um ganho real, e ocorrendo o inverso, suportaria o prejuízo correspondente.

Em 26.8.82, a Caixa que até então somente operava no garimpo de Serra Pelada, foi autorizada pelo Banco Central a efetuar compras de ouro em todo território nacional. Somente a partir do Lote nº 295 até o Lote nº 400, ou seja, os lotes que eram comprados e adquiridos pela Caixa é que a Caixa passou a comprar o ouro diretamente dos garimpeiros. Antes desses lotes, a Caixa comprava em nome do Banco Central.

Nesses lotes, ocorreram as chamadas sobras de 145.340 gramas. Essas sobras, a teor do que dispõe a Lei nº 7.599, deveriam e foram revertidas em prol da comunidade garimpeira com obras de manutenção do garimpo de Serra Pelada.

Após o indeferimento de várias reivindicações pelo Banco Central: remuneração pelo paládio que contamina o ouro adquirido em Serra Pelada, já em poder do Banco; remuneração pelo paládio a ser desagregado do ouro que viesse a ser adquirido pelo Banco Central; alteração dos critérios de quebra utilizados pela Caixa na aquisição de ouro, em 21 de janeiro de 1986, na assembléia geral extraordinária, convocada pela Cooperativa, realizada com 22 cooperados, de um universo de 55 mil associados, foi aprovada então uma doação pelos garimpeiros à Cooperativa, do valor correspondente às impurezas que acompanharam ou vieram acompanhar o ouro extraído do garimpo de Serra Pelada junto ao Banco Central. Assim como o recebimento de valores relativos à diferença entre o ouro e outros metais pagos aos garimpeiros e o valor apurado pela Casa da Moeda.

Vou repetir um pouco isso porque esse ponto é muito importante. As sobras de ouro pertenciam aos garimpeiros, não se sabia exatamente o que cabia a cada garimpeiro. Os garimpeiros eram detentores dessas sobras.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Essas sobras vinham de onde?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Essas sobras eram justamente dessa diferença na pesagem da compra e venda, às vezes sobrava um pouco e outras vezes faltava. Quando sobrava, ficava com a Caixa e

virava um crédito, quando faltava virava um débito junto ao garimpeiro. Mas, existem sobras de outros metais porque esses garimpeiros não encontravam apenas ouro – eles encontram paládio e outros metais preciosos. Isso era considerado sobra porque a Caixa não comprava como ouro, mas tem o valor equivalente ao ouro. Isso são as sobras.

Como não se sabia exatamente quem era o detentor de cada sobra, porque nessa época o garimpo já havia terminado, houve então uma assembléia na cooperativa – vou repetir: apareceram 22 cooperados, de um total de 53.250 associados, 22 pessoas doaram todo o patrimônio dos garimpeiros para a cooperativa.

É isso o que chamamos de doação presumida, ou seja, presumiu-se, então, que os outros 53 mil garimpeiros teriam doado nessa assembléia, porque não compareceram a ela. Isso já é motivo de uma questão judicial, porque os garimpeiros se julgam prejudicados com essa doação chamada presumida, ou seja, eles não participaram dessa doação, não estavam lá na época, e, a partir desse momento em que a doação foi feita, a Cooperativa passou a ser credora desses haveres junto à Caixa Econômica.

A fim de noticiar esse fato, em 29 de maio do mesmo ano, a Cooperativa promoveu, pela via editalícia, pelo Cartório de Ofícios de Marabá, uma notificação de terceiros interessados – leiam-se Caixa Econômica e Banco Central –, os quais, por terem endereço certo e sabido, deveriam ter sido notificados pessoalmente, jamais por edital.

Vou repetir o que aconteceu. No momento em que passou a ser detentora de todas essas sobras, a Cooperativa notificou a Caixa, por edital, e o Banco Central também, em um Ofício de Marabá, quando se sabe que o Ofício para causas do Banco Central e Caixa Econômica são Ofícios Federais – não se pode entrar em um Ofício local. E nem foi citada, ou seja, a Caixa não sabia que estava tramitando esse processo em Marabá.

Decorrido o prazo estabelecido no edital, sem que a Caixa e o próprio Banco Central tivessem adotado qualquer medida contra a chamada “doação”, a Cooperativa, de posse da notificação, ingressou, em 25 de julho de 1996, com uma ação ordinária de declaração de consentimento presumido, perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Marabá, com vistas a obter judicialmente o consentimento presumido de associados ou não, no sentido de fazerem a doação de valores correspondentes às sobras de ouro, paládio, prata e outros metais preciosos que foram comer-

cializados com a Docegel, Banco Central e Caixa, que teriam sido apurados nos lotes 295 a 400.

Não obstante a Caixa e o próprio Banco Central, na qualidade de terceiros interessados, não terem sido citados pessoalmente para contestar a ação, foi prolatada a sentença de procedência, a qual transitou em julgado, apesar das flagrantes nulidades, ou seja, falta de citação dos litisconsortes passivos necessários, a não intimação de curador especial para atuar como substituto processual dos garimpeiros, a quebra da competência constitucional *ratione personae* e a negativa da garantia constitucional do direito de defesa.

De posse de tal decisão – portanto, a Caixa tem que cumprir decisões judiciais, e estou aqui apenas explicando o nosso espanto, já que, de qualquer forma, é uma decisão judicial –, a Cooperativa interpôs ação ordinária de cobrança contra a Caixa, abriu o Processo nº 860024162/6 e promoveu, em seguida, a execução provisória do julgado, com vistas ao recebimento do valor da condenação proferida a seu favor pelo Juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de Marabá.

Paralelamente a essa tramitação das ações intentadas pela Cooperativa contra a Caixa, esta empresa interpôs ação declaratória de nulidade – essa ação chama-se **querela nullitatis insanabilis** –, objetivando a declaração judicial de nulidade do processo que tramitou pela Justiça Comum em Marabá, bem como da sentença nela proferida, a qual, transitada em julgado sem a citação da Caixa – terceiro interessado –, constituiu-se em título hábil para a instrução da ação de cobrança e execução em curso.

Então, hoje, o que acontece, Sr. Presidente, é que há várias ações que tramitaram em primeira, segunda e terceira instâncias, e o último recurso que a Caixa Econômica tem e que está pendente é essa ação que chamamos de **querela nullitatis insanabilis**, porque o processo, como um todo, tem um vício processual, ou seja, ele teve início em foro inadequado, a Caixa foi condenada sem ter sido citada, e isso se transformou em uma dívida da Caixa junto à Cooperativa.

Outro fator que creio ser importante mencionar para V. Ex^{as} é que, durante todo esse processo, ou seja, desde aquela época, de 1986 até agora, há vários processos em que a Caixa perde, entra com recurso, assim por diante. E devemos levar em conta que, se a Caixa perder esse processo, na verdade, ela estará pagando para a Cooperativa. No entanto, a lei que criou a Cooperativa estabelece que esta não pode receber nenhum pagamento pecuniário; ela não

pode receber dinheiro, só pode receber em benefício. Pela própria constituição da lei que a criou, ela só pode receber, por exemplo, um hospital,

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Essa lei é federal?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – É lei federal. Só pode receber um hospital, um posto de puericultura, uma escola, um centro de treinamento para o garimpo, mas nunca dinheiro.

O que aconteceu? A Cooperativa, ao longo desse tempo, ingressou com várias ações junto à Caixa – portanto, ações de cobrança, que estavam sendo julgadas procedentes. Nesse meio tempo, muitos credores da Cooperativa entraram com ações contra a Cooperativa, mostrando que eram credores pelos mais variados motivos. Existem mais de setenta credores da Cooperativa, muitos dos quais são considerados no próprio processo como detentores de créditos fraudulentos, porque foram originados junto à Cooperativa por serviços que, na verdade, não foram feitos. Existem casos que são notáveis, como, por exemplo, um posto de gasolina que tem R\$23 milhões para receber, uma transportadora que também tem alguns milhões de reais para receber. O valor total desses créditos somava, até a última vez que fizemos esses cálculos, mais de R\$150 milhões, sendo que a causa da Caixa, ou seja, das sobras, por um processo inclusive judicial que corrigiu a dívida original, estaria por volta de R\$100 milhões. Ou seja, tem mais credores da Cooperativa do que a Cooperativa teria de crédito junto à Caixa se o processo tivesse seguido uma tramitação correta.

Quando a Caixa entrou com essa querela **nullitatis** – é importante mencionar aqui que o Ministério Público tem atuado nesse processo também no sentido de defender os garimpeiros, ou seja, não se trata apenas de um processo entre a Cooperativa

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdão, o Ministério Público tem acompanhado o processo passo a passo?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – O Ministério Público tem acompanhado o processo passo a passo, porque o Ministério Público percebe que, se a Caixa vier a ser condenada ou se a Caixa vier a fazer um tipo de acordo com a Cooperativa no qual os cooperados nada recebam – porque eles, na verdade, não fizeram aquela doação; trata-se de uma doação presumida –, haveria prejuízo para os garimpeiros e benefício apenas para os credores da Cooperativa. Por quê? Porque, se houvesse um pagamento para a Cooperativa, o pagamento seria imediatamente repas-

sado para os seus credores, e os garimpeiros não receberiam absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas há uma lei que proíbe o pagamento à Cooperativa?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Há uma lei que proíbe o pagamento à Cooperativa, porém, o juiz, à época, nessas instâncias, decidiu que a Caixa deveria pagar. Embora exista uma lei que diga que não pode, o juiz decidiu que a Caixa teria que pagar. Nós, é claro, entramos com um recurso.

Mais tarde, entendendo que a deliberação a respeito cabe à alta administração da empresa, a quem compete avaliar se existe essa conveniência ou não em fazer qualquer tipo de negócio ou qualquer tipo de acordo que possa ser feito com a Cooperativa... Porque ela nos procurou várias vezes. Em 1996, procurou-nos para tentar fazer um acordo negocial com a Caixa. Foram várias reuniões e se chegou à conclusão de que não havia possibilidade de fazer esse acordo. Depois disso, várias pessoas têm nos procurado, sejam advogados que defendem a Cooperativa, sejam advogados ligados aos credores. Aparecem sempre pessoas interessadas; às vezes, são os próprios garimpeiros.

O importante é o seguinte: todas essas pessoas que militam em torno da Cooperativa, como advogados da Cooperativa, prepostos da Cooperativa, querem receber o pagamento em dinheiro, e esse pagamento não iria nunca para a Cooperativa, iria direto para os credores.

Muito bem, a Caixa colocou como ponto fundamental o seguinte: se algum dia viéssemos a fazer um acordo, primeiro, teríamos que fazer um acordo dentro da lei que criou a Cooperativa, ou seja, não pode ser pago em dinheiro. Segundo, esse acordo, se vier a ser feito, não pode ser feito simplesmente passando o dinheiro para os credores. Isso porque, na verdade, a Cooperativa poderá depois alegar o seguinte: *“Olha, foi pago diretamente aos credores e nós não recebemos. Portanto, nós, que somos os detentores desses valores, questionamos essa doação”*. A terceira coisa que a Caixa sempre considerou importante é a seguinte: como isso tem o acompanhamento do Ministério Público e é um assunto que interfere na vida de 53 mil garimpeiros, esse tem que ser um acordo público, tem que ser discutido da forma mais aberta, mais transparente possível. Essa é uma das razões por que estamos aqui; ou seja, prestar esclarecimentos à sociedade e dizer exatamente como a Caixa agiu nesse caso e mostrar que estamos sendo vítimas de uma série de acusações.

A Diretoria da Caixa recebeu uma proposta da Cooperativa, no ano passado. A Cooperativa tentou fazer um acordo conosco. Ela propôs uma redução no valor e disse o seguinte: “provavelmente vocês vão perder essa querela, terão que pagar um valor muito alto; e estou disposto a fazer um negócio por um valor menor. Como é muito difícil estabelecer esse valor menor e como ele é dividido, ou seja, vai ser pago em hospital, como seria feita essa colocação, a Caixa tomou duas iniciativas: consultou a Procuradoria-Geral da República para saber se havia algum óbice em se fazer algum tipo de acordo. Recebemos uma carta da Procuradoria dizendo que esse órgão não faz pareceres a respeito, mas que a lei possibilitaria que a Caixa fizesse acordos, se ela assim o desejasse.

A segunda coisa que fizemos foi criar um grupo de trabalho, constituído por empregados da Caixa – pessoas ligadas à área jurídica, outras ligadas à área de compras, outros ligados à área financeira -, com as mais variadas experiências, para que pudessem discutir com os prepostos da Cooperativa e pudessem receber a proposta da mesma para um acordo.

Durante o tempo em que esse grupo de trabalho se reuniu foram produzidos alguns documentos de trabalho. Os advogados patronos da causa pelo lado da Cooperativa pegaram esses documentos e estão usando-os agora e dizendo o seguinte: se vocês estavam fazendo contas e discutindo valores, tentando fazer um acordo conosco, numa comissão, num grupo, isso significa que vocês reconhecem a dívida. Ou seja, estavam tentando utilizar esse fato de estarmos fazendo discussões e atendendo essas pessoas de uma forma aberta, fazendo isso com muitas pessoas. Assim, esses documentos de trabalho foram usados nesse documento que o senhor tem aqui pelos advogados que diziam o seguinte: vejam como eles reconhecem que nos devem. Mas não era esse o propósito. Era simplesmente receber uma proposta e não transformar um documento de trabalho em documento oficial, legal, que pudesse piorar a situação da Caixa Econômica.

Além desses procuradores da Cooperativa que queriam fazer um acordo, nesse interim, muitas outras pessoas nos procuraram. Foram garimpeiros, ex-associados da Cooperativa que doaram seus direitos à sociedade, terceiros adquirentes de créditos recebidos em doação pela Cooperativa; ou seja, estavam comprando créditos dos credores da Cooperativa, credores da Cooperativa que dispõem de penhora no rosto dos autos, em valor supera a cifra de R\$150 milhões.

Nós, nessa época em que estávamos fazendo essa discussão, recebemos do grupo a proposta de que a Caixa teria que pagar R\$58 milhões para a Cooperativa. Nós, na diretoria analisamos essa proposta, vimos que desse valor não seria passado nenhum centavo para os garimpeiros. Como chegamos a essa informação? Nessa mesma época, recebemos, lá no auditório da Caixa Econômica – vocês devem se lembrar de que vieram aqui cerca de dois mil garimpeiros que ficaram acampados na Esplanada e no Estádio Mané Garrincha –, cinquenta e três garimpeiros que eram os representantes das duas mil pessoas que estavam lá fora, clamando pelo pagamento de seus direitos. Essas pessoas fizeram suas ponderações. Na época nós convidamos o Senador Edison Lobão e S. Ex^a esteve presente à reunião. Havia outro deputado federal, também do Pará, de cujo nome não me recordo. Eles alertaram a Caixa Econômica no sentido de que não fizesse acordo porque eles não iriam receber o dinheiro, que pertencia aos garimpeiros. Alertaram também a Caixa de que esse pagamento não podia ser feito em função da lei que criou a Cooperativa e que havia muitos créditos, todos eles fraudulentos.

Nós, da Diretoria da Caixa, ao analisarmos a proposta que tinha sido feita pelo grupo de trabalho, proposta essa feita pelos advogados da cooperativa, decidimos negar o acordo. Resolvemos, então, não fazer acordo com a cooperativa. Acho que está claro para os Senhores o seguinte: não fizemos acordo. Quem foi contrário ao acordo, quem fez o voto negativo, recomendando que não se o fizesse foram os Srs. Diretores da Diretoria Colegiada, eu e a Dr^a Dalide. Fui o diretor que assinou o voto, negando que se fizesse o acordo com a cooperativa, por tudo isso que estamos falando. A Dr^a Dalide, responsável pela área jurídica, fez um parecer jurídico dizendo que isso não era conveniente para nós naquele momento em face de tudo o que estamos dizendo. Ou seja: se viéssemos a fazer o acordo, não estaríamos cumprindo a lei que criou a cooperativa, embora o juiz esteja nos determinando o pagamento e os garimpeiros não receberiam nada. Somente os credores ficariam com esse dinheiro. Portanto, teríamos a possibilidade de ter que, mais tarde, pagar novamente, porque esse acordo não iria sobrestar créditos de credores da cooperativa.

Logo, a expectativa que havia em relação a esses prepostos da cooperativa é a de que o acordo fosse feito. Essa era a expectativa deles. Como esse acordo não foi feito, eles devem ter ficado muito irritados, decepcionados em relação à conclusão. Em 23 de outubro de 2000, a cooperativa nos encaminhou

um ofício mediante o qual informa que fez uma assembléia geral extraordinária para eleger e dar posse a uma nova diretoria. Informou também ter rescindido o contrato de serviços advocatícios com o patrono da causa, o Dr. Sérgio Alberto Frazão do Couto, desautorizando a Caixa a celebrar qualquer tipo de acordo profissional ou relativo a essas sobras de minerais com esses advogados.

A cooperativa, então, cassou o mandato do patrono, que vinha cuidando dessa causa desde o início, desde quando recebemos o processo em Marabá sem termos sido citados.

Agora, vamos à acusação que nós, Diretores da Caixa, estamos recebendo, em particular eu e a Dr^a Dalide. Antes mesmo de a Caixa ter decidido que não iríamos fazer acordo, o garimpeiro Sr. Milton de Barros Filho e o Sr. Geraldo Gualberto de Queiroz, advogado, representante da empresa Norte Transportes Rodoviários Ltda. – segundo diz, tinha mandato para receber o valor do crédito da empresa, que se encontra penhorado no rosto dos autos relativos à ação – apresentaram escrituras declaratórias de idêntico teor, pelas quais demonstram conhecer, com riqueza de detalhes, toda a tramitação das negociações entabuladas entre a Caixa e a Cooperativa. Ao final, declararam que ditas negociações somente não chegaram a bom termo em razão de o Diretor Henrique e a Superintendente Dalide terem exigido propina para viabilizar a aprovação do acordo pela diretoria colegiada da empresa.

É isso o que está no **Jornal do Brasil**. O jornalista publicou, em sua coluna, cópia daquele documento, que eu mesmo dei para ele há um ano atrás, quando ele ainda era repórter da revista **Veja**. Há um ano eu dei uma entrevista para a revista **Veja** e mostrei toda essa documentação. Mostrei para a revista **Veja** e também para outros jornais que, na ocasião, tiveram interesse nessa matéria. Alguns nem publicaram como foi o caso da **Veja**. O jornal **O Liberal** produziu uma página inteira, em novembro do ano passado, sobre esse assunto. Lá consta tudo isso que estamos falando aqui. Essa notícia, portanto, que saiu agora no **Jornal do Brasil** é a mesma notícia que saiu em novembro do ano passado. No entanto, não estava atualizada em razão de várias coisas que mencionarei, que aconteceram depois disso. Tendo recebido essas acusações, procuramos nos defender. Primeiro, ao recebermos toda a acusação da Caixa, nós a protocolamos no Ministério Público Federal. Fomos nós que levamos isso ao Procurador. Conversamos lá com o Dr. Santoro e mais outros dois Procuradores – o Dr. Guilherme Schelb e o Dr. Luiz Francis-

co -, mostramos a eles essas acusações e pedimos que eles incluíssem no processo que eles já têm, relativo à cooperativa, para que fizessem as apurações devidas.

Além disso, comunicamos, dentro do âmbito da nossa empresa, para o nosso conselho de administração, o nosso conselho fiscal, a nossa auditoria, e deixamos da forma mais transparente do ponto de vista interno.

O processo foi encaminhado à Comissão de Ética Pública. Estivemos lá mostrando esses documentos – que vou mostrar agora e dizer por que as coisas são todas falsas. Estivemos à disposição, inclusive, da Comissão de Ética Pública; prestamos todas as declarações necessárias, todas as informações. E recebemos desse Comitê de Ética Pública a informação de que o processo havia sido arquivado, por falta inclusive de provas e de qualquer coisa do gênero.

Agora, vamos a esses documentos. Acho que é importante falar alguns detalhes para os senhores.

Esse contrato que existe entre a Norte Transportes Rodoviários, no qual ela cede créditos a uma empresa chamada Projecon – Projetos e Consultoria -, a quem a acusação diz que teria intermediado negociação de acordo com a Caixa, esse contrato entre o credor da cooperativa e um outro tem o timbre do escritório de advogados que agem contra a Caixa, ou seja, foi feito pelo próprio escritório de advocacia. E tem como beneficiário do pagamento nada mais nada menos do que o sócio do advogado que nos move a causa.

Então, dessa constatação podemos extrair o seguinte: há um entendimento inarredável de que, ao apresentar instrumentos contratuais como prova de acusação, formulada pelos declarantes, a escritura declaratória e os contratos foram apresentados à Caixa pelo advogado Sérgio Alberto Frazão do Couto, como anexos 19 e 20 da denúncia – aliás está aqui a documentação que o Senador recebeu. Essa seria a denúncia fundamentada apresentada à Comissão de Ética Pública.

Diferentemente dos denunciados, que nem sequer tinham conhecimento da existência ou formalização de tal fato. Então, o Sr. Sérgio Frazão comprova ter participado efetivamente de uma montagem, daquilo que ele chamou de propina, ou seja, esse contrato é um contrato que ele próprio assinou, tem papel timbrado dele; a pessoa que recebe o dinheiro é um advogado da própria cooperativa.

Ao valer-se do documento que atribui de natureza ilícita, ele quer imputar a terceiros a prática de cri-

me de corrupção ativa, o advogado está se valendo da torpeza que a deu causa, posto que, conforme o exposto, o documento foi por ele elaborado.

Por se tratar de denúncias totalmente desprovidas de razoabilidade, os denunciados interpuseram interpelação judicial contra os denunciantes, em trâmite perante a 17ª e 2ª Varas Cíveis de Brasília.

Com relação à representação apresentada perante a Comissão de Ética Pública, a Caixa encaminhou ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda o Ofício nº 1029/Caixa, que historia a matéria e noticia o estado atual dos processos judiciais, salientando que, ao final, ter administração pautada por sua atuação dentro dos padrões legais exigidos pela Administração Pública, com total transparência de seus atos de gestão, por isso não pode se submeter a pressões de qualquer natureza, suscetíveis de denegrir sua imagem ou prejudicar o patrimônio público.

Em 20 de abril de 2001, por seu secretário executivo, Dr. Mauro Sérgio G. Soares, a Comissão de Ética Pública informa ter acatado o posicionamento do Exmº Sr. Ministro da Fazenda no sentido da inconsistência dos elementos de instrução da denúncia.

Sem embargo, a Caixa houve por bem ainda comunicar ao Ministério Público, na pessoa do Exmº Sr. Procurador-Chefe da República, o Dr. Luiz Augusto Santos Lima, requerendo-lhe a adoção de providências necessárias ao esclarecimento dos fatos e a preservação da dignidade da Administração Pública.

A Caixa está disposta a discutir uma forma negociada para por fim a esse litígio. Ela pretende obter o suprimento judicial sobre o valor justo da condenação e, após isso, promover o pagamento a quem de direito, o que lhe impede de fazer qualquer acordo com os procuradores da cooperativa e nas condições determinadas pela legislação aplicável, qual seja, na forma de benfeitorias para a sociedade garimpeira, traduzida em obras, destinadas a melhorar a produtividade da garimpagem manual de Serra Pelada, com o que concordam os nobres representantes do Ministério Público que vêm atuando na contenda.

Estivemos também – eu e a Drª Dalide – na Câmara dos Deputados, na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, em 22 de maio de 2001. Fizemos uma declaração parecida com essa e dissemos que estaríamos dispostos a fazer um acordo, porém dentro dessas premissas. Ou seja, estaríamos calculando qual seria o valor dessa ação, de uma forma transparente, faríamos os pagamentos de forma a colocar infra-estrutura nessas áreas e faríamos isso com o concurso do Ministério Público e de toda a sociedade.

Finalizando, Sr. Presidente, a Caixa não se conforma, desde o início desse processo, com o fato de ser condenada sem ter sido citada. Nessa época, o patrono da Cooperativa era o mesmo – Dr. Sérgio do Couto -, e ele deveria saber onde ficava a Caixa ou o Banco Central. Não fomos citados.

A Caixa jamais fará acordo que não beneficie os garimpeiros. Esses seriam os verdadeiros detentores legítimos das sobras. A doação presumida também é algo muito discutível, uma vez que só 22 pessoas compareceram àquela reunião. A Caixa não fará acordo para pagar quem quer que seja diretamente, sem que haja um benefício aos garimpeiros, homologação judicial, participação do Ministério Público Federal e total transparência.

O ex-patrono da causa, por estar cuidando do assunto há vários anos, pretendia receber seus honorários, sucumbência e honorários de credores em dinheiro, e a Caixa só concorda na forma da Lei – em benfeitorias. Ele viu a sua pretensão ser maculada pela decisão da Diretoria colegiada, daí o seu conformismo.

No jornal *O Liberal*, que acabei de mencionar, há uma matéria completa, inclusive entrevistando o advogado. A data da matéria, como disse, é de 26 de novembro de 2000. Nessa matéria, o repórter pergunta para mim:

“A que o senhor atribui essa denúncia?”

Eu respondi: *“A uma espécie de retaliação.”*

O advogado também responde ao mesmo repórter:

“É uma retaliação mesmo, e daí?”

Infelizmente, não conheço esse advogado. Não tive o prazer de conhecê-lo. Ele esteve várias vezes na Caixa – seus sócios e associados lá estiveram – e muitas pessoas ligadas a esse assunto, todos eles dizendo-se credores. Nem lembramos a fisionomia de todas essas pessoas, mas o fato é que essas duas pessoas que fizeram essas declarações em cartório, dizendo que conhecem toda essa história de estarmos recebendo propina, não têm prova. Alguém pode dizer qualquer coisa, mas isso não quer dizer que seja prova.

Em segundo lugar, está claro para todos nós que essas pessoas se sentiram prejudicadas e não fizeram o que imaginavam fazer. Elas não receberam o dinheiro. Então, estamos sendo acusados de ter defendido o patrimônio público. Ou seja, não gastamos o dinheiro da Caixa erroneamente, ficamos do lado dos garimpeiros, estamos cumprindo a lei e vamos ou ser condenados pela Justiça – e fazemos aquilo com o

que não concordamos, mas, aí sim, teremos que cumprir – ou fazemos um acordo nos termos que estamos falando agora.

Todo o assunto que estou relatando aos senhores foi debatido com os garimpeiros também. O novo presidente da Cooperativa esteve comigo e concorda em fazer um acordo conosco nessas bases.

Estivemos – eu e a Dr^a Dalide – no Ministério Público Federal. Os Procuradores da República concordam que seja feito dessa forma, e gostaria que V. Ex^{as} também nos ajudassem.

Não vim aqui só para prestar esclarecimento; vim solicitar a ajuda de V. Ex^{as}, porque esse acordo precisa ser feito também com o concurso do Congresso.

Gostaria que o Congresso visse que esse acordo é realmente benéfico para os garimpeiros, benéfico para aquelas pessoas. Tive contato com todas elas. São pessoas doentes, com hanseníase, com uma série de problemas, que estão esperando para continuar o garimpo e são detentoras desses valores. Na verdade, estão assistindo a toda essa pantomina, com denúncias, com coisas jurídicas para lá e para cá e nada prático acontece.

É por isso que essas pessoas vêm a Brasília e ficam acampadas, esperando que alguém resolva o problema para elas. Enquanto isso, estamos em gabinetes discutindo assuntos puramente jurídicos, acusações sem nenhuma procedência e fazendo com que as pessoas até percam o ânimo em tentar resolver isso.

Era isso o que queria dizer. Agradeço muito a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. Henrique Costabile.

Antes de passar para as perguntas, perguntaria se a Dr^a Dalide tem alguma colocação a anexar ao depoimento do Dr. Henrique Costabile.

A SR^a DALIDE BARBOSA ALVES CORRÊA – Senador, ratifico, na íntegra, o que foi dito pelo Diretor Henrique Costabile e, no mais, só me colocaria à disposição para algum questionamento por parte dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, vamos passar à discussão.

A Senadora Heloísa Helena tem alguns questionamentos a fazer.

A SR^a HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Convidados e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero saudar os dois convidados pela participação, pois é sempre importante que tenhamos a possibili-

dade de, na Comissão de Fiscalização e Controle, tentar, de alguma forma, responder à sociedade aquilo que não está sendo discutido nos meios de comunicação.

Sinceramente, não tenho a menor condição de fazer juízo de valor sobre o fato, porque não foram disponibilizados ainda – mas serão –, pelo Presidente da Comissão, todos os documentos entregues tanto por quem fez a denúncia como os que estão sendo entregues agora.

Sr. Presidente, posso fazer o requerimento oral, mas imagino que, como não há **quorum** para votar, talvez eu tenha que reapresentá-lo no final da tarde, na reunião ordinária, para que possamos ouvir também o advogado Dr. Sérgio Frazão do Couto, que encaminhou um documento a V. Ex^{as} disponibilizado para todos nós Senadores, apelando a esta Comissão a oportunidade de explicar os motivos pelos quais pedi, segundo ele, as providências legais que foram requeridas.

Então, vou solicitar a V. Ex^a, pois volto a registrar que, embora a denúncia seja grave, do ponto de vista como está apresentada nos meios de comunicação, eu, de fato, não tenho nenhuma possibilidade de fazer juízo de valor favorável ou não, mesmo porque não conheço todos os documentos.

Ao tempo que faço um apelo a V. Ex^a para que hoje sejam disponibilizados a todos os Senadores os documentos que foram apresentados, à tarde reapresentarei o requerimento para que eles venham. Pode vir, também, um representante da cooperativa, já que foi dito pelo Superintendente que existe um representante da cooperativa que gostaria também de trabalhar em relação a isso, no sentido de que pudéssemos ajudar.

Claro que, do ponto de vista da Comissão de Fiscalização e Controle, essa não seria nossa tarefa. Essa outra tarefa poderia até ser sugerida por todos nós, também, na Comissão de Assuntos Sociais, que trata do tema.

É lógico que o que estivesse dentro das possibilidades de qualquer Senador fazer, faríamos, mas efetivamente a esta Comissão é dado o papel de fiscalização e controle e, portanto, de averiguação da denúncia.

Assim, realmente não vou fazer nenhum questionamento em função de não ter tido acesso a todos os documentos que foram apresentados à Comissão ainda, Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Wellington Roberto.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Gostaria, primeiro, de saudar os convidados e fazer ao Diretor Henrique Costabile algumas perguntas. A primeira: há quanto a Caixa está em litígio contra a cooperativa de garimpeiros de Serra Pelada?

A segunda pergunta: Quantos recursos Jurídicos a Caixa ajuizou contra a Cooperativa?

Para concluir, Sr. Presidente, pergunto ao Diretor Henrique Costabile se ele conhece o Jackson e qual é a ligação do Jackson Guedes com a Empresa Projecon? E qual seria, finalmente, a decisão da Caixa em relação ao acordo proposto pela cooperativa? Se vai pagar? Se não vai pagar? Quais seriam os próximos passos?

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre diretor.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Obrigado. Sr. Senador, a Caixa está em litígio com a Cooperativa dos Garimpeiros desde 1986, quando a Cooperativa ajuizou a ação perante a 7ª Vara Federal de Brasília. Anteriormente, a Cooperativa ingressou com uma ação declaratória de outorga de consentimento presumível de doação contra terceiros interessados. Inclusive, os próprios garimpeiros que não compareceram a uma assembléia para doar os seus direitos, a ação foi movida contra a Caixa que, mesmo tendo uma agência na cidade de Marabá, ela foi citada tão-somente por edital, o que é uma nulidade processual absoluta.

Então, o início desse processo foi em 1986, era o mesmo advogado que estamos falando aqui, ou seja, o Dr. Sérgio, que na época iniciou esse processo, ajuizando contra a Caixa, lá em Marabá, sem ter sido citado.

A segunda pergunta é de quantos recursos jurídicos a Caixa já tem em relação a esse assunto? Já tivemos cerca de trinta recursos, todos eles foram cabíveis, é um processo extremamente extenso, muito grande, que já tem, vamos dizer, mais de 1.000 páginas, ou seja, uma coisa enorme.

A terceira pergunta que me fez o Senador é se eu conheço Jackson Guedes? Sim. Conheço Jackson Guedes, ele é uma pessoa que trabalhou na Secretaria de Informática, em 1979, eu também trabalhava na Secretaria, e naquela ocasião, o conheci. Mas tarde, quando vim trabalhar aqui, na Caixa, há cerca de dois anos, soube, por ele – porque inclusive ele apareceu algumas vezes na Caixa Econômica –, que tem algumas propostas para a prestação de serviço de treinamento na Caixa Econômica. Não temos nenhum con-

trato assinado que seja de treinamento ou qualquer outra coisa com o Jackson, mas ele esteve conosco. E ele também esteve algumas vezes lá, também, em todas essas reuniões que falei que houve com várias pessoas de fora, que lá estiveram discutindo. Nessa declaração que existe no jornal, lá tem uma alusão de que o Jackson seria o meu sócio, mas na verdade ele é um dos sócios da Empresa Projecon. Eu nem sabia que essa Empresa Projecon existe, nunca ouvi falar nela. Fiquei sabendo, agora, quando essas denúncias apareceram.

No entanto, acho importante registrar que a Empresa Projecon tem um contrato com um dos credores da Cooperativa, e esse contrato foi feito pelo advogado da transportadora e esse contrato foi feito pelo mesmo advogado da causa contra a Caixa. Se houvesse pagamento, o beneficiário seria próprio escritório de advocacia. É isso que estamos dizendo. E essa é a prova que está sendo usada contra nós, ou seja, uma prova produzida. É isso que estamos falando. É contra isso que entramos na Justiça, porque ninguém pode produzir provas. Certo? Assina, prova, faz, ele mesmo tem conhecimento e isso é usado – não sei, não sou advogado, mas a Dr.^a Dalide pode dizer um pouco mais o que isso significa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador, tem alguma pergunta a fazer? (*Pausa.*)

Com a palavra Dr.^a Dalide.

A SRA. DALIDE BARBOSA ALVES CORRÊA

– O Dr. Henrique me pede para acrescentar algumas informações sobre essa questão das provas produzidas. Na realidade, quando a Caixa comunicou, oficialmente, que não faria acordo com os representantes da Cooperativa, havíamos recebido, há alguns dias antes, uma Interpelação Extrajudicial, onde o advogado Sérgio Frazão do Couto intimava a Caixa para que, no prazo de 48 horas, decidisse sobre o acordo por ele formulado. A diretoria já havia tomado a decisão de não celebrar esse acordo, em razão da audiência que fora realizada com os garimpeiros, onde a Caixa se comprometeu de que jamais faria qualquer acordo em que os garimpeiros não recebessem qualquer benefício, seja em obras sociais em Marabá ou em qualquer outro local que ficasse determinado, tanto pelo Ministério público, como pela Caixa e pelo Grupo, pela comissão dos garimpeiros.

Com relação a isso, dado esse prazo de 48 horas, a Caixa formalmente comunicou aos advogados que não celebraria acordo com a Cooperativa. Nessa notificação ele dizia o seguinte, que iria levar o assunto à Comissão de Ética Pública. Então nós já sabíamos que possivelmente isso aqui tudo iria acontecer,

porque ele disse que ia levar à Comissão de Ética Pública, ia levar ao Ministério Público. E com efeito, no ano passado, esse advogado, Sérgio Frazão do Couto, distribuiu dossiês contendo essas acusações para todos os órgãos de imprensa e também para os gabinetes de Senadores, Deputados aqui no Congresso.

O que nos chama atenção é que um dos documentos ele disse que seria de uma empresa que estaria pagando propina para a Caixa Econômica Federal, para Diretores, Superintendentes da Caixa Econômica Federal, esse documento foi produzido pelo próprio escritório do advogado Sérgio Frazão do Couto. Então, realmente, ele junta uma prova. Ele está se valendo daquilo que a lei diz, “ninguém pode se valer da própria torpeza para obter benefício ou para acusar alguém”. Ele teve uma atitude torpe ao produzir esse e se utiliza desse documento, agora, para fazer acusações contra a Caixa Econômica Federal. Por quê? Eu não conheço o Dr. Sérgio Frazão do Couto mas por tudo que temos visto, inclusive nas interpelações judiciais que fizemos contra ele, chego à conclusão de que ele está desequilibrado emocionalmente por não ter sido celebrado o acordo. Ele deve ter se comprometido contando que fosse receber algum honorário já que atua nesta ação desde 1986, quando fraudulentamente a Caixa Econômica Federal não foi citada numa ação proposta perante o Fórum da Justiça Estadual de Marabá, quando a Caixa na condição de empresa pública teria que ter sido ajuizada ação perante a Justiça Federal. O Sr. Advogado Sérgio Frazão do Couto, já naquela época, demonstrando possivelmente ou falta de conhecimento ou falta de ética, propôs ação perante a Justiça comum, a Caixa não foi citada e ele se valendo desta ação, agora busca receber esses valores. Certamente, depois de tanto tempo atuando nessa causa, ele se julga com mais direito que os garimpeiros. Certamente por isso, agora, se achando nesse pretenso direito, ele procura fazer acusações justamente porque certamente não vai receber nenhum dinheiro da Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mais alguma questão, Sr. Senador?

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Faltou a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Quais serão os passos da Caixa Econômica em relação a esse acordo?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Senador Wellington Roberto, em relação ao acordo, tão logo rece-

bemos essa denúncia e chegamos à conclusão que não íamos fazer o acordo, nós, quer dizer, não é denúncia, tão logo veio a ameaça, porque não sei se o senhor percebeu, a Dr^a Dalide mostrou, nós recebemos uma ameaça para que fizéssemos o acordo. Nos deram 48 horas para fazer o acordo. Ao receber essa ameaça, nós decidimos também não fazer o acordo, porque essa ameaça era uma coisa muito entranha. Nós não estávamos entendendo que ameaça é essa: 48 horas para fazer, senão nós seríamos denunciados no Ministério Público e não sei o quê... Bom, então falei: "Vamos receber a denúncia". Aliás nós todos, Diretores da Caixa, fomos denunciados por termos demorado 48 horas para tomar a decisão se queríamos acatar aquela proposta ou não. Isso para um processo que está há 18 anos tramitando na Justiça. Quer dizer, de uma hora para outra houve uma pressa enorme, e nós temos 48 horas! E nós dissemos não, em 48 horas. Mas logo depois que essa denúncia, como a Dr^a. Dalide falou, saíram todos esses papéis, foram encaminhados a Senadores, Deputados, jornalistas etc. Tudo isto foi do ano passado e não é coisa atual mas é coisa antiga. Nós fomos ao Ministério Público no sentido de saber como poderíamos resolver isto aqui. Os Procuradores da República, então, disseram que há só havia um jeito de resolver isto e disseram: "Nós vamos defender os garimpeiros". A Caixa Econômica disse: "Nós, também, porque nós temos que cumprir a lei e a lei diz que tem que ser para os garimpeiros." Muito bem. Nós, então, estamos juntos nesse negócio. Aí, nós chamamos o pessoal da Cooperativa – os novos Diretores que foram empossados - e dissemos a ele o seguinte: "Olhem, nós estamos dispostos a chegar a um valor que poderemos ceder aos senhores sob a forma de benfeitorias." Nós, então, criávamos um grupo de notáveis para sabermos aonde seriam essas benfeitorias – se será na cidade "a", na cidade "b" ou se será uma escola, um hospital ou centro de treinamento para garimpo, seja o que for. Eles acharam isto ótimo e estão aguardando que a Caixa, por assim dizer, proponha alguma coisa neste sentido junto ao Ministério Público. Nós, por nosso lado, nós queríamos que tivesse um maior número possível de pessoas interessadas olhando isto, ou seja, esta Comissão da Amazônia – que acabei de citar – seria um assunto que nós discutiríamos, também, na Comissão. Lá estavam todos os garimpeiros, representantes da Cooperativa e pessoas ligadas ao garimpo. Eles nos aplaudiram quando nós dissemos que queríamos fazer desta forma. A solução para este caso, então, é esta, ou seja, a Cooperativa concorda com a **querela nulitatis** da Caixa e ao concordar com

a **querela nulitatis**, o processo se extingue, acaba. Ao se extinguir o processo, todos esses credores – muitos deles, como já foi dito, são credores inescrupulosos, não vão receber o dinheiro e, é claro, que o patrono da causa, o advogado, não vai receber nem honorário e nem sucumbência. Nós, então, estamos caminhando para uma solução que vai resolver o problema do garimpo e dos garimpeiros.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sempre em função dos garimpeiros.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Sim porque eram eles os detentores dos valores e não há solução que resolve o problema de honorário de advogado ou sucumbência. Esta que é a nossa orientação – a nossa decisão está nesta linha. Daí a razão que nós ferimos a susceptibilidade do outro lado e daí a razão que nós, enquanto estivermos lá na Caixa, seremos contra. Então, nada como fazer uma boa denúncia, chamar jornalista, publicar coisas, arranjar uma ação declaratória de pessoas que nós não localizamos – porque nós estamos processando essas pessoas mas elas não aparecem. Nós não sabemos aonde elas estão e, provavelmente, quando chegar o dia em que nós encontramos essas pessoas e perguntarmos: "Por que você escreveu isto? Como você conseguiu escrever um documento exatamente igual ao de uma outra pessoa? Quem aumentou esse documento? Como você conhecia tanto a processualística dentro da Caixa Econômica? E essa pessoa, provavelmente, vai dizer que lhe pediram para assinar um negócio desse. Contaram-me que era assim porque para ela mesmo não existe, quer dizer, o fato de uma pessoa pegar e fazer um depoimento, isto não quer dizer que isto seja uma prova. Pode ser até um indício porque nós estamos, aqui, justamente, para esclarecer. Agora, para mim é claro. Trata-se de uma retaliação. Aliás, o próprio Advogado já declarou isto no jornal. A Jornalista é conhecida – ela esteve várias vezes comigo. Ela acompanha, há muito tempo, esse caso do garimpo e é claro. Agora, da nossa parte, nós queremos trabalhar. Nós precisamos trabalhar na Caixa Econômica. Nós não podemos ficar todo o tempo respondendo processo para jornalista, conversando com pessoas e tendo a nossa honra com problemas. Nós somos funcionários públicos. Nós temos que ser respeitado – respeitar e ser respeitado. Isto aqui só atrapalha a nossa vida como profissionais e como seres humanos. De modo que nós estamos aqui para esclarecer o que é para ser esclarecido. Do ponto de vista do que deve ser feito pela Justiça nós estamos fazendo porque nós estamos processando as pessoas e estamos aqui para dar, mesmo, o nosso depoi-

mento o mais claro possível para V. Ex^{as}. para que V. Ex^{as} se sintam confortáveis em relação ao que estamos fazendo.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Quem, atualmente, está à frente da Diretoria da Cooperativa? Porque, entre eles, ocorreram várias brigas jurídicas. Quem são os atuais Diretores e Presidente?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – O sobrenome dele é Lepus.

A SR^a DALIDE BARBOSA ALVES CORRÊA – Parece-me que é João Lepus – João Amaro Lepus.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – João Amaro Lepus.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Quero agradecer as respostas e dizer ao Presidente que estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Dr. Diretor, eu vou fazer, agora, as minhas perguntas.

Estou verificando, aqui, que o texto do **Jornal do Brasil** é praticamente igual ao do **O Liberal** e que a data de um é de 25 de agosto de 2001 e o outro 26 de novembro de 2000. Eu pergunto: como o senhor já deve ter lido e analisado tudo, esse documento que está sendo estampado aqui, à frente, tem a sua assinatura?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E da Dr^a Dalide?

A SR^a DALIDE BARBOSA ALVES CORRÊA – Não.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – De onde partiu esse documento, que está assinado pelo Sr. Geraldo Alberto de Queiroz, que é o declarante? Isso é uma declaração dele.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Senador, toda essa documentação de acusação tem documentos apócrifos, quer dizer, documento sem assinatura nenhuma, são vários sem assinatura; tem essas duas declarações, exatamente iguais no seu texto, assinadas por duas pessoas diferentes: uma é um garimpeiro e outra, um comerciante de Marabá. Essas pessoas não são localizáveis, a Justiça não as localizou no processo que estamos fazendo, e elas declaram que o processo passou na Procuradoria-Geral da República, que...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O senhor não conhece nenhuma das duas?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Nós não conhecemos nenhuma dessas pessoas. Aliás, uma dessas pessoas, não esse Sr. Geraldo, o outro, que se chama Milton Gatti, esteve na Caixa.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, creio que há mais credor que crédito. É um verdadeiro...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ainda estou querendo fazer meu juízo a respeito. Estou verificando quanto foi pago até hoje desde o começo da querela.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Nunca foi pago nada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então não se pagou nada a ninguém.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Nunca se pagou nada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E a Caixa, pelo contrário, recusou o pagamento?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – A Caixa sempre recusou o pagamento, nunca pagou um centavo e, nessa última vez, se recusou mais uma vez a não pagar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E admite pagar cumprindo a lei, fazendo obras.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – A Caixa admite fazer um dispêndio, e não pagar, cumprindo a lei que criou a cooperativa, integrando em obras, que serão destinadas aos garimpeiros. Por exemplo: um hospital na cidade em que moram é uma benfeitoria. A decisão se vai ser um hospital ou uma escola, na reunião que fizemos aqui, na Câmara, há pouco, no início do mês, ficou dito que querem seja criada uma escola profissionalizante para que façam a mecanização do garimpo.

Assim, eles iriam à escola e aprenderiam como melhor garimpar, com mais qualidade, com mais eficiência e essa escola seria uma das benfeitorias que poderiam ser feitas com esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, a Presidência recebeu um ofício do Sr. Sérgio Couto Advogados & Associados, em que ele pede para ser ouvido aqui e se diz, como cidadão e profissional de Direito, ter sido vítima de revoltante e insidiosa tentativa de desmoralização por parte dos denunciados. Que ações os senhores tomaram contra ele? Qual é essa campanha? Por que ele diz que há uma revoltante e insidiosa campanha de moralização? Que ações foram essas?

A SR^a DALIDE BARBOSA ALVES CORRÊA – Posso responder?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Pode. Por favor.

A SRª DALIDE BARBOSA ALVES CORRÊA – Quando recebemos pela primeira vez a interpelação na Caixa Econômica Federal, o advogado Sergio Frazão do Couto, até por ser advogado, tomou a precaução de ele próprio não fazer acusações diretas. Ele juntou as declarações e essas declarações, sim, faziam acusações. Então, ele apenas juntava documentos e veiculava-os.

Como nós suspeitávamos que ele estava usando essas pessoas – garimpeiros e credores – para fazer as acusações, mas ele tentava ficar numa posição cômoda, nós providenciamos a interpelação do Sr. Sérgio Frazão do Couto para que ele nos dissesse: primeiro, onde essas poderiam ser localizadas. Uma delas, o Sr. Milton Gatti, apesar de ter estado na Caixa Econômica, onde foi recebido por duas vezes na condição de credor, se dizia morador em Marabá e me parece que na declaração agora seria morador no Paraná. Então não tínhamos como localizar o Sr. Milton Gatti e o Sr. Gerardo para que eles fossem interpelados diretamente com relação a essas acusações.

Então a primeira providência da Caixa foi interpelar o Sr. Sérgio Frazão do Couto para que ele dissesse onde essas pessoas poderiam ser localizadas, como ele tinha tomado conhecimento dessas declarações, uma vez que essas declarações foram feitas por uma única pessoa, porque são idênticas.

Então, quando fizemos essa interpelação, o Sr. Sérgio Frazão do Couto, na resposta, aí sim – e agora terá que responder perante a Justiça –, passa a assumir essas acusações e mostra também – tenho aqui o processo – que está visivelmente desequilibrado, porque fala na questão de que há uma maldição; ele ameaça, inclusive psicologicamente, as pessoas da Caixa, falando em maldição, que todos serão amaldiçoados, que todos estarão perdidos, porque não pagaram, não fizeram acordo. Então, realmente é uma pessoa que, pela interpelação, está desequilibrada.

Porém, o que acontece? A partir de agora, sim, o Sr. Sérgio Frazão vai responder perante a Justiça. Até então, ele estava escudado no Sr. Milton Gatti e no Sr. Gerardo, que não foram localizados. Mas, agora, ele realmente tirou a capa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A outra pergunta que eu faria, senhores, é a seguinte: analisei o documento que veio e verifico que há muitos documentos internos da Caixa. Isso é porque faz parte do processo, que é público, ou isso pertencia àquele grupo a que se referiu o Diretor Costabile, que disse que

estavam discutindo internamente para ver as possibilidades e alternativas?

A SRª DALIDE BARBOSA ALVES CORRÊA – Quando o Presidente criou o grupo de trabalho para estudar as propostas de acordo, Senador Ney Suassuna, V. Exª verifique o seguinte: desde 1996... Tenho até um ofício do então presidente Sérgio Cutolo*, em que diz assim: “A Caixa está sendo insistentemente provocada pelos garimpeiros, pela Coomigasp*, pelos credores, já com penhora efetuada nos autos, a celebrar acordo para que se ponha fim ao litígio”. Então, ele pede também que o Ministério Público acompanhe toda essa negociação, de 1996, para que a lisura da Caixa pudesse ficar realmente demonstrada.

Quando o Presidente, agora, recebeu nova proposta de acordo, a providência que tomou foi criar um grupo de trabalho, até porque ele sabe que esse caso de Serra Pelada é um processo complexo.

Esse grupo não tinha a alçada decisória, mas ele poderia estar em contato com os negociadores da outra parte para fazerem reuniões. Dessas reuniões, surgiram diversas atas e foram produzidos também alguns documentos pelo grupo. Embora eles não tivessem alçada, podiam, efetivamente, fazer as reuniões e produzir esses documentos. Então, alguns documentos, efetivamente, foram produzidos no âmbito desse GT de negociações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estou vendo aqui que, sempre que saía um ofício, ele saía dizendo que iria levar isso à discussão da diretoria. Então, saía sempre *ad referendum*.

A SRª DALIDE BARBOSA ALVES CORRÊA – Exatamente, porque a alçada para qualquer acordo na Caixa Econômica Federal, por ser empresa pública, é de competência exclusiva da Diretoria da Caixa, da Diretoria Colegiada, por determinação de uma lei federal, de cujo número não me recordo agora, mas essa lei determina que qualquer acordo tem que ser celebrado pela autoridade máxima da empresa.

Então, o grupo não tinha nenhuma alçada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os Srs. Senadores receberão cópia disso e poderão ver. A maioria dos documentos são apócrifos, não têm assinatura. Alguns têm, os da Caixa. E o documento nº 20 diz: “Contrato entre credores e a cooperativa com prepostos de altos funcionários e diretores da Caixa Econômica, a fim de lhes repassar propinas exigidas para complementar o acordo (...)”

O senhor teve conhecimento desse contrato?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É o documento nº 20.

Esse é o mesmo que o senhor tem?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – É o mesmo. Vou achá-lo aqui, mas é o mesmo. Esse contrato tem um aditivo depois. Esse é o contrato e aqui está o aditivo. O aditivo tem a sigla do Sérgio Couto e Advogados Associados. Portanto, o aditivo a esse contrato foi feito pelo próprio advogado que estamos falando aqui. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É verdade.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – E tem mais: o beneficiário do pagamento dessa Projecon é o ...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Sr. Jackson?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Seria o Sr. Jackson, que é um sócio, a quem me perguntou. Esse próprio contrato nomeia como procurador para receber o pagamento o sócio do escritório do Sr. Sérgio Couto. A respeito desse contrato, aliás, tem a declaração do Sr. Jackson em *O Liberal* dizendo o seguinte: "Minha empresa foi usada."

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu li isso aqui.

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Essa é a declaração dele.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vou passar essa documentação toda para os Srs. Senadores, mas aqui está essa declaração: "O proprietário da empresa Projecon, Projetos e Consultorias, Jackson Guedes, afirma que o dinheiro que seria recebido pela sua firma iria diretamente para os sócios Sérgio Frazão do Couto e Mário Gilberto de Oliveira, que tentaram usar a minha empresa", acusa.

Algum Senador quer fazer, ainda, alguma pergunta? Creio que as explicações estão dadas.

Os senhores receberam o aviso de que ia sair essa acusação?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Nós recebemos o aviso de que ia sair uma acusação – não sabíamos se era essa – quarenta e oito horas antes de decidirmos dizer não.

Veio uma comunicação extrajudicial dizendo: "Vocês, Diretores da Caixa, estão cometendo improbidade administrativa. Estão demorando muito para decidir algo. Têm que decidir por que não decidem e vocês têm quarenta e oito horas para nos responder, sob pena de eu denunciá-los todos ao Ministério Público, denunciá-los ao Comitê de Ética (...)", além de uma série de coisas. No entanto, se decidíssemos

pelo acordo, essas acusações não viriam, então resolvemos não fazer o acordo, porque não conhecíamos qual era a acusação. Os senhores imaginem se nós fizéssemos o acordo e depois viesse a acusação. Como é que estaríamos explicando aqui, hoje? Posso dizer a todos os senhores o seguinte: estamos muito bem porque não foi feito acordo. Não houve pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nem mesmo com essa peça?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Nada. Não há nenhum pagamento. Não há nenhum acordo. Esses contratos e essas "comprovações" são todas montadas, e os beneficiários dos pagamentos são os próprios advogados. Isso está claro, porque eles têm toda a experiência em advocacia. Eu, infelizmente, não sou advogado, mas contratamos os nossos – e isso está nos custando caro, porque nossos advogados têm de ser pagos como pessoas físicas. Ainda tem mais essa. Prestamos serviços ao Governo Federal, e temos orgulho de fazer isso, mas, nessas mazelas, temos de gastar o dinheiro próprio. A lei prevê, e não há problema nenhum. Mas, para quem não é advogado é mais complicado se defender do que para aqueles que já tem escritório com vários advogados preparados para montar esse tipo de coisa. Inclusive para cometer essas insanidades, como disse a Dr^a Dalide – no próprio processo, chamar Buda, Allan Kardec e outras figuras ilustres no sentido de mostrar que depois seremos amaldiçoados. Tudo isso está escrito lá.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esse cidadão continua sendo o advogado da cooperativa?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Não. O Dr. Amaro Lepus cassou o mandato desse advogado, o qual, agora, pelo que sabemos, está processando a cooperativa para receber seus honorários.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há algum documento, após a cassação, junto à Caixa, fazendo solicitação de algumas ações?

O SR. HENRIQUE COSTABILE – Há uma carta do Presidente da Cooperativa se colocando à disposição da Caixa, do Ministério Público e de quem quisermos chamar, para que as negociações prossigam dentro daquilo dos princípios estabelecidos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Considero-me satisfeito. Há algum Senador que gostaria de fazer perguntas? (Pausa.)

A Mesa, após ouvir o depoimento, verificou que nenhuma quantia foi paga e que a Caixa, mesmo sob acusação, ou melhor, sob pressão de que ia ser acusada, reagiu não fazendo o acordo. A Mesa também

verifica que não há má-fé, por parte da Caixa, em cumprir o acordo, desde que seja acertado de acordo com a lei. E, em sendo de acordo com a lei, em benefícios para os garimpeiros. É isso?

Quem solicitou a vinda dos dois diretores a esta Casa foi o Líder do Governo – inclusive aproveitou para deixar minha farpa porque entendo que o Líder do Governo deveria estar presente, uma vez que teve tanta pressa em trazer os diretores. Contudo, a reunião foi extremamente proveitosa, uma vez que, a meu juízo, estou esclarecido sobre o assunto e, pelo visto, todos os demais também.

A Senadora Heloísa Helena formalizará seu pedido hoje à tarde, o qual poderá ser aprovado ou não, no sentido de que ouçamos esse cidadão.

A pauta desta Comissão é muito extensa. Vejam V. Ex^{as} que hoje teremos duas reuniões e não sei se vale a pena ouvi-lo. Mas isso decidirá o Plenário de acordo com sua vontade soberana. Na ocasião oportuna, os Senadores votarão “sim” ou “não”.

Creio que podemos encerrar a reunião, agradecendo os diretores.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Realmente, o acordo não foi celebrado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O acordo, em não sendo celebrado, não houve desperdício de dinheiro.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pelo contrário, se houver alguma discriminação à Caixa nesse sentido é pelo zelo de não gastar o dinheiro público de modo irresponsável.

Vamos aguardar a próxima reunião. Hoje, não temos muito tempo para voltar a nos reunir, porque, às 18 horas, e aproveitamos para comunicar a todos os Senadores para estarem aqui para participarmos da discussão acerca do Porto de Santos.

Agradeço aos Diretores Jurídico e de Logística da Caixa por não terem, apesar das pressões, descumprido a legislação.

Novamente falo em nome dos milhares de garimpeiros paraibanos que foram para Serra Pelada e ainda não viram a quitação dessa parte, mas que, com certeza, será em obras a favor deles, porque a lei assim o obriga, mas, pelo menos, tive uma resposta a perguntas que vínhamos, há muito tempo, querendo fazer.

A toda hora, há um grupo de garimpeiros, pedindo a nossa ajuda, seja no meu Gabinete, seja no Gabinete dos Senadores de Alagoas, do Maranhão, en-

fim, de todos os lugares. Acredito que tivemos muitas respostas e, mais, verificamos como a vida do servidor público é dificultada por ações que parecem tão simples, para quem vê de fora e busca escândalo, mas, ao verificarmos, vemos que a coisa é muito mais tortuosa e não verdadeira.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h40min.)

Ata da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2001, às 18 horas.

Às dezoito horas e quarenta e oito minutos do dia cinco de setembro do ano de dois mil e um, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Freitas Neto, Wellington Roberto, Antônio Carlos Júnior, Luiz Otávio, Geraldo Althoff, Jefferson Peres, Francelino Pereira, Bello Parga e Juvêncio da Fonseca. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente convida os Senhores João Acácio Gomes De Oliveira Neto, Presidente da DTA Consultoria S/C Ltda; Fernando Lima Barbosa Vianna, Presidente das Docas do Estado de São Paulo – CODESP e João Aristides Saldanha da Fonseca, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Bloco nos Portos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e São Sebastião, para dar início à Audiência Pública com a finalidade de prestar informações sobre as reportagens no Jornal Gazeta Mercantil e Revista Veja sobre a eficiência e eficácia do Porto de Santos. Terminada exposição e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta de hoje consiste de um único item.

Os convidados são o Sr. João Acácio Gomes de Oliveira Neto – que peço que venha à mesa -, Presidente da DTA/Consultoria; o Sr. Fernando Lima Barbosa Vianna, Presidente das Docas do Estado de São Paulo (CODESP) – também peço que venha à mesa -, e o Sr. João Aristides Saldanha da Fonseca, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Bloco nos portos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e São Sebastião – por gentileza, também venha à mesa.

Esses senhores foram convidados para nos darem maiores informações sobre o porto de São Paulo, conforme foi acertado há duas semanas, porque esta Comissão, que não fiscaliza só o desvio de recursos federais, mas também tem o dever de procurar ver a eficácia e a eficiência dos projetos, viu, estupefata, reportagens no jornal **Gazeta Mercantil** e na revista **Veja** exatamente sobre a eficiência e a eficácia do porto de Santos.

Numa hora em que o Brasil está fazendo uma excepcional força para que se exporte o máximo possível, numa hora em que estamos preocupados com a abertura e a rapidez de todos os processos que não só digam respeito à exportação, mas à importação daqueles insumos que são imprescindíveis à nossa economia, sabemos que o porto de Santos, que tem um papel relevante na nossa economia, está hoje, por excesso de departamentalização, como foi falado nesses dois artigos, deixando de cumprir o seu papel.

Como nós, Senadores, queremos conhecer em profundidade toda essa problemática, por consenso convidamos essas pessoas para darem aqui o seu depoimento. Hoje, vamos iniciar esse debate.

Cada convidado terá o tempo necessário, mas pediria que fôssemos o mais sucintos possível para que, sendo três os convidados, ouçamos e possamos indagar de cada um os questionamentos. Quanto mais rápida for a explanação, melhor será, mas não deixem de fazer o que for necessário.

Quem será o primeiro orador dos três? Tem a palavra e use o tempo que for necessário.

O SR. FERNANDO LIMA BARBOSA VIANNA

– Exmº Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Exmºs Srs. Senadores, Exmºs Srs. Deputados, companheiros de Mesa, minhas senhoras e meus senhores, é com muita satisfação que venho ao Congresso, ao Senado, para discutir o porto de Santos, que hoje está na mídia de forma cada vez mais contundente

com relação aos seus problemas. Evidentemente, esses problemas existem e são bastante cruciais para o porto de Santos, para o nosso comércio exterior e para o nosso transporte marítimo.

Esses problemas têm diversas origens: na própria lei dos portos, no próprio processo licitatório, na doutrina jurídica adotada para os portos brasileiros, que teve origem em dois países, de doutrinas jurídicas diferentes. Uma delas foi a americana, dos Estados Unidos; a outra, dos países europeus.

Enfim, temos problemas seriíssimos, que consideramos fundamental sejam estudados, analisados e avaliados pela sociedade brasileira, para que possamos ter um caminho seguro a seguir, um caminho que venha nos trazer a felicidade de viver e exportar.

O Porto de Santos acaba de bater, pelo sexto mês consecutivo, o recorde de movimentação. Cresceu 28% no mês de julho em relação ao mesmo mês do ano passado. O Porto de Santos praticamente está atingindo a maior movimentação da sua história, com um aumento de quase 10% neste ano. Nós saímos de R\$43 milhões e devemos fechar o ano de 2001 com R\$47 milhões. O Porto de Santos está fazendo um esforço sobre-humano para conseguir atingir esse objetivo.

Por outro lado, o Porto de Santos continua com problemas. A conceituada revista **Veja** publicou matéria sobre o problema seriíssimo da quantidade de pessoas que operam no Porto de Santos e quantidade de pessoas que operam no porto de Cingapura. Mas não podemos comparar Cingapura com Santos, nem Cingapura com o Brasil. Cingapura é um país-cidade; é um país com 4 milhões de habitantes; é um país com uma renda **per capita** de US\$13 mil; é um país em que temos uma operação totalmente estatal. No Brasil temos um salário mínimo de R\$180 e temos problemas tecnológicos muito grandes e estamos operando um Porto que tem cerca de um século. Assim, é difícil fazer comparação entre Cingapura e Santos. Mas Santos está aí, está respondendo pelo comércio exterior e tem muito a responder. O que precisamos é compreender essa posição e fazer com que Santos possa efetivamente se modernizar. A Lei de Portos efetivamente trouxe benefícios para o nosso comércio exterior, trouxe uma participação significativa da iniciativa privada, trouxe agilidade ao Porto. Mas, por outro lado, no momento em que ela se subordinou à Lei de Licitação, engessou o contrato, engessou o processo licitatório.

Vejam V. Exªs como exemplo: foi feita uma licitação de um armazém no Porto que operava todo tipo de carga. Hoje, este armazém, pelo processo licitatório

rio, pelo objeto do contrato, só pode operar açúcar ensacado de exportação. O outro pode operar exportação de papel. Nós estamos, hoje, efetivamente com o Porto, de uma forma geral, extremamente especializado. Tenho o costume de comparar o Porto do Rio com a polícia do Rio de Janeiro, que é muito especializada. Por exemplo, guarda de trânsito não prende ladrão.

Assim, estamos buscando, de todas as formas, com a sociedade santista, em conjunto com os nossos trabalhadores, com a economia paulista, e, acredito, com todo o Brasil, soluções que tragam ao Porto de Santos o seu efetivo papel: o de ser o Porto mais importante do Brasil, de ser o maior fundo de comércio portuário do Brasil.

Gostaria de apresentar algumas transparências para que possamos, rapidamente, sentir esses dados de forma mais contundente.

Vejam V. Ex^{as} que o Porto de Santos, hoje, responde por 24,2% do comércio exterior do País. O seu maior concorrente é o Aeroporto de Campinas, no Estado de São Paulo.

O Porto de Santos hoje é responsável principalmente por esse comércio exterior, que está atingindo a casa de US\$110 bilhões. Ou seja, US\$25 bilhões passam pelo Porto de Santos.

O Porto de Santos responde por US\$26 bilhões do comércio exterior brasileiro para um total de US\$110 bilhões do comércio exterior geral do Brasil.

Coloco esses dados para que possamos discutir o assunto.

Este é o Porto de Santos, a sua concepção física.

Vejam que é um Porto do início do século e que tem uma característica bastante interessante. O Porto começou aqui nesse trecho, a primeira instalação portuária, que é uma instalação onde se privilegia o tamanho do cais e não a retroárea do porto. Hoje, qualquer porto moderno do mundo tem uma retroárea maior do que o comprimento de cais. Na década de 30 ele cresceu a sua retaguarda e ampliou a área de cais, que se previa que continuasse ao longo de todo o Porto de Santos nessa linha de cais, mas não foi isso o que aconteceu. Já na década de 60, 70, manteve-se uma reduzida faixa de cais, com abertura apenas na ponta da praia. Aqui é a entrada do Porto de Santos.

Já nos anos 80, se concebeu, então, o terminal de **contêineres**, já com retroáreas maiores, que permitiriam então a operação. Hoje, em qualquer porto do mundo, se considera a operação de tonelada por metro quadrado de área construída, de área disponível

para operar. E aqui, na retaguarda interna, a parte de líquidos e a possibilidade de grãos, no caso de Sabuó. Isso seria uma construção futura e aqui a parte de granéis químicos, que é a Ilha do Barnabé.

Temos aqui, então, a área do Porto de Santos, num total de 7 milhões, 765 mil metros quadrados, margem direita 3 milhões, margem esquerda 4 milhões, os berços da Codesp 53 – berços é onde atracam os navios –, os berços privados 10. O comprimento total de cais, os armazéns, silos, etc., dando toda a característica de linhas férreas, total 201, com 186 mil quilômetros de linha férrea dentro do cais.

Aqui a evolução do movimento do Porto de Santos. Tivemos em 91 e 92 uma certa estabilidade em 30 milhões de toneladas, um crescimento significativo com o Plano Real, e aqui continua o seu crescimento; houve um crescimento de 98 para 99 e, a partir de 99, uma estabilização. Estamos hoje tentando dar um pulo de 10% no crescimento do Porto, de 2000 para 2001. A posição do Porto de Santos na América Latina, em **contêiner**, está em terceiro lugar, perdendo para Buenos Aires e para Colon, no Panamá. E o Brasil, como operador de **contêiner**, hoje, está em primeiro lugar, com 2 milhões e 500 mil de (?) por ano, contra 1 milhão e 300 mil do Panamá, 1 milhão, 324 do México e 1 milhão, 126. O Panamá tem essa posição porque é um porto de transbordo, onde se encontra a linha ao longo do hemisfério com a linha das latitudes, que é a linha do Equador, as linhas de navegação.

Aqui a área arrendada, da ordem de 4 milhões e 500 mil, disponível 1 milhão, 325 ainda para arrendamento; 2 milhões, 975 mil metros quadrados praticamente arrendados e em processo de arrendamento 352 mil metros quadrados.

O modelo de autoridade portuária no Brasil, a Lei 8.630. Aqui vou começar a considerar os nossos problemas, Senador, que são fundamentais. A Lei 8.630 foi feita e proposta de uma forma que busca soluções do Continente Europeu, dos Estados Unidos e de países de língua inglesa ou de direito consuetudinário. O que ocorreu com essas doutrinas jurídicas diversas? Ocorreu que trouxemos, na lei que todos devem conhecer, o Conselho de Autoridade Portuária da França. Trouxemos a autoridade portuária, a figura da autoridade portuária de Nova Iorque; trouxemos o famoso OGMO – Órgão Gestor de Mão de Obra, da Bélgica, copiado da Central de Empregados do Porto de Antuérpia; trouxemos os operadores portuários livres da Holanda e trouxemos o arrendamento dos Estados Unidos. Nenhum porto de direito romano, nenhum país de direito romano usa o arrendamento de longo prazo como solução. E o que acontece? Quan-

do é arrendamento, arrendamento é aluguel; aluguel é lei de inquilinato, pelo nosso Código Civil. Então, estamos hoje no Porto de Santos com problema seriíssimo na Justiça, porque o aluguel não é uma concessão. O indivíduo que está lá como operador portuário, como dono de terminal, não é um concessionário do serviço público como é todo o País de direito romano, como Alemanha, Holanda, França. Está havendo um conflito enorme porque, quando corre para a Lei do Inquilinato, nós perdemos a condição de cobrar o que está no contrato, em termos de produção, em termos de cumprimento de metas. Ou seja, o indivíduo pode chegar ao Porto de Santos, ganhar uma licitação, passar a chave, pagar o aluguel em dia e não operar. O indivíduo pode entrar numa licitação, como foi feito, arrendar um armazém de carga geral, que sempre operou do alfinete ao foguete, colocar açúcar, quando não tem açúcar ele não coloca nada. Se nós não tivermos açúcar no Porto de Santos, vamos passar o ano inteiro com quinze armazéns fechados, no Porto de Santos.

Então, essa liberdade ou essa obrigação de uma área pública, como foi aquela área arrendada de operar outro tipo de carga, é fundamental. O maior efeito da modernidade, a maior razão da modernidade é a liberdade. Tem que ser dada liberdade contratual; todos os terminais europeus são polivalentes, o empresário é que tem que saber qual o caminho que quer tomar. Não podemos colocar o caminho no contrato, porque, se amanhã ou depois, Cuba vem para o mercado de açúcar internacional vamos ficar com o mercado interno ofertando muito melhor preço pelo açúcar e não vamos ter outra carga, não vamos poder movimentar outra carga no Porto.

Esse conflito tem que ser resolvido, é um conflito que angustia. Hoje estamos angustiados, estamos querendo crescer e não podemos crescer mais, apesar de bater o recorde, porque não podemos tornar esses terminais polivalentes.

Vejam, os senhores, essa é uma espécie de esquema do Porto. Essa área era toda uma área uma que operava enchendo uma, passava para a outra, passava para a outra e a outra. Quando se privatizou se dividiu, quando se dividiu disseram aqui é só papel, se o navio vem com papel e pneu não pode operar naquele armazém. Aqui é só cítrico, aqui é só contêiner. Outro dia, chegou uma navio com contêiner e veículos e não ficou em Santos, teve de ir para Paranaguá, porque no contrato do terminal de contêiner de Santos só permite operação de contêiner, não permite desembarcar outra coisa, ou embarcar 10 automóveis no caso da exportação.

O açúcar é só açúcar e era um armazém de carga geral. O nosso amigo João que opera no Porto de Santos desde menino sabe que aquilo lá operava tudo, movimentava todo tipo de carga. Tinha uma capacidade de mobilização. Além disso, nós não podemos, enchendo um, passar para o outro. Eles são vizinhos, nós não podemos fazer isso. Quando um está lotado de carga o outro está vazio, completamente vazio, não pode operar, colocar uma carga dentro daquela área arrendada para a outra empresa.

Vejam bem, a área do Porto, mais ou menos, considerando além daqueles áreas, é da ordem de oito milhões e meio metros quadrados, a capacidade nominal é de dez toneladas por metro quadrado. Isso dá uma capacidade instalada do Porto de oitenta milhões de toneladas. Quando dividimos perdemos, na divisão por arrendamento, doze milhões de toneladas de capacidade instalada, porque perdemos 15% das áreas operacionais para fazer áreas administrativas e controles aduaneiros e portões e **gates** e cozinhas, sanitários, etc., áreas que eram antes operacionais.

Isso, senhores, é um Porto. Doze milhões de toneladas é uma área maior do que a do Porto de Itajaí – eu acho que o Marcelo está aí, de Itajaí, que hoje é São Francisco, não é, Marcelo? Além disso, a movimentação possível, perdemos porque quando o açúcar movimenta 65% por ano. O cítrico movimenta 30% dos navios, do tempo que ele existe lá. O papel, 30% da frota de navios, porque a frota de navios que opera papel e outro tipo de carga não pára lá por que não pode, vai para Paranaguá, vai para outro porto, para Buenos Aires, porque lá só pode operar o papel.

Então, as perdas acumuladas aqui são de 20%. Vinte por cento em cima de 80% é menos 16%. Ou seja, nós que tínhamos uma capacidade de 80 milhões de toneladas caímos para 68% por causa da divisão e caímos mais 20%, para 52%, por causa das perdas acumuladas pelas especialidades. Demos, nesse processo, um porto de 30 milhões de toneladas de presente para alguém que não sei quem é.

Esse é um dos maiores absurdos. Estou lutando no Porto de Santos para que tenhamos uma solução digna do comércio exterior brasileiro, que venha trazer efetivamente um crescimento dessa nossa capacidade, nem que seja abrir o objeto. Todo contrato do Porto de Santos pode operar o que quiser. Assim cada um vai buscar o seu caminho.

Aqui são as reduções tarifárias, as tarifas públicas que foram feitas no Porto de Santos. E trouxe isso aqui para que tenhamos conhecimento do esforço que foi feito para que se aumente a competitividade do porto. Em infra-estrutura aquaviária, caímos 67%;

em infra-estrutura terrestre, movimento de longo curso, caímos 40%. Em real, se considerarmos o dólar, hoje, divide-se por R\$2,65. O movimento de cabotagem, 78% de redução; armazenagem, de 75% a 100% – 100% porque hoje não fazemos mais; equipamentos, 36% a 50%; serviços gerais, uma redução média global da ordem de 60% a 70% da tarifa pública do Porto de Santos.

Esse dinheiro é da comunidade de Santos, é do Estado de São Paulo. Saiu da comunidade de onde se ganhava dinheiro e foi melhorar as condições da exportação e do comércio exterior brasileiro. Isso significou, em números gerais, no contêiner, por exemplo, que um contêiner caiu de R\$269,00, de tarifa pública, porque esse não é o preço praticado pelo exportador, pelo operador, para R\$62,69. Na carga geral, caiu de R\$29,20 para R\$6,18 – uma redução de 78%. No total por tonelada dos sólidos a granel, caiu de R\$16,28 para R\$4,27. Nos líquidos a granel, de R\$16,03 a R\$4,02 de tarifa pública – a tarifa que garante ao Porto de Santos a sua manutenção.

Tenho um encarte, vou deixá-lo com o Senador aqui. O Porto de Santos não pode dragar porque não tem dinheiro. O Porto de Santos tinha que ter 14 metros de calado e só está com 11 metros, porque não tivemos a capacidade de concentrar essa riqueza para fazer o que é necessário ser feito no Porto de Santos.

E fui ao exportador e ao importador buscar as suas contas, quanto que eles pagavam efetivamente por um contêiner. E está aqui: um contêiner de exportação de 40 pés, mercadoria filtro de cerâmica para água, peso 17 toneladas, valor fóbio US\$20 mil, dólar utilizado US\$1,87 – pacote composto de transporte, descarga do armazém, armazenagem de 10 dias, transporte de ponta: R\$800,00. Capatazia THC, cobrado de todo contêiner que movimenta em Santos pelo armador estrangeiro, é parcela inegociável do frete. Ele cobra R\$230,00, independentemente de quanto pague, dando o total de R\$1.030,00. Comissário de despacho: R\$375,00; FDAS: R\$173,00; Siscomex*: R\$50,00; expedientes diversos: R\$50,00. Subtotal: R\$2.648,00. Corretagem de câmbio: 0,5645.

Os senhores se lembram que o valor do nosso contêiner portuário é de R\$62,00 na tarifa pública. Se quer está aqui dentro na cobrança que foi feita ao exportador. Retirada do PL original na agência: R\$66,00, maior do que a tarifa pública, que é R\$62,00. Retirar o PL na agência costuma dizer é o **motoboy** que vai lá e retira o PL na agência. Custa mais caro do que no Porto de Santos para o **contêiner**, custa mais caro do que a tarifa pública. Um **con-**

têiner de exportação, de 2.088,90, saindo do Estado de São Paulo para o exterior. Só a transferência dele ao costado do navio. Aqui, um **contêiner** de importação – fizemos o mesmo levantamento – chegou a 2.595,00, total 1, e imposto de importação de R\$31 mil, com todos os impostos, como FRMM, seguro total de carga, corretagem de câmbio, etc, liberação do PL, com a capatazia, o valor FOB de R\$50 mil e o valor CIF de R\$55 mil. Então, o valor desse transporte, de retirar o **contêiner** de Santos, pagar os impostos e levar para São Paulo chega a mais de 50% do valor do produto.

Aqui, a mesma coisa com relação ao transporte de trigo a granel. A capatazia THC, Tup, etc., US\$8,49; intervenientes, US\$4,02; importação com alíquota zero; frete marítimo da Argentina até aqui, US\$15,33; subtotal, US\$324,71; total, US\$123,037,22.

Trigo. Procedência, Argentina; dólar utilizado, US\$ 2,20; data, 02/05/2001 junto a importadores. Baixamos a tarifa de granel sólido de R\$20,00, aproximadamente, para R\$4,00. Qual a repercussão dessa baixada de tarifa no pão que é vendido na padaria, já que é um produto com que se faz o pão? Zero. Simplesmente, retiramos a capacidade de o porto arrecadar, e não houve nenhuma transferência desse resultado para o produto, para o consumidor final.

Houve um levantamento de alguns navios, algumas cotações que foram feitas para exportação para Santo Antonio, Buenos Aires, Montevideu, Cartagena e Guayaquil. O transporte rodoviário passou, em 1997, de R\$2.270,00 para R\$2.785,00; subiu R\$500,00, considerando-se frete básico, pedágio, **ad valorem**, ICMS, despacho aduaneiro da ordem de R\$600,00, acho que isso não mudou muito. O terminal de consolidação, manuseio, Prestaq e transporte ao costado, passou de R\$310,00 para R\$350,00; a Codesp, o porto, tabela II, de R\$50,00 para R\$32,00, baixou; o frete marítimo mantivemos o mesmo, mais ou menos, porque houve um decréscimo do frete em dólar. As tarifas da Codesp, tabela I, caíram de R\$46,00 para R\$27,00, de R\$8,00 para R\$6,00, de R\$50,00 para R\$32,00, e o total da Codesp, que era R\$104,00, passou para R\$65,00. A participação da Codesp nessa exportação, que era dois vírgula alguma coisa em 1997, foi 1,2 no ano de 2000. Então, essa é a participação do porto, efetivamente, nesse processo em que todos mantêm sua posição de comercial ou intermediário.

Expectativas e metas para mudar. Evidentemente, queremos mudar. Queremos transformar o porto de Santos em um porto rico, não Porto Rico do

Caribe, mas um porto que tenha condições de crescer, de atender ao comércio exterior, de não ficar parado, porque mudou a carga do objeto de contrato; um porto que, quando chegar o sisal, permitirá o uso do armazém 30, o que não ocorre hoje; um porto que tenha condições de operar os carros produzidos na via Anchieta. O Dr. Bunchalsen conhece a operação em Sabuó: os carros são rejeitados no México, porque chegam cheios de fertilizantes na carroceria. Esse é o porto que queremos. O porto que temos visto ainda carece, apesar do esforço enorme que é feito não apenas pela Codesp, mas também pelos arrendatários e pelos trabalhadores, não apenas para movimentar e bater recordes sucessivos, mas o porto está intimamente ligado às principais políticas industriais de comércio exterior do Brasil. E não adianta dizer que o porto de Santos não é. Na verdade, é. Nunca será outro porto. Ele é o maior porto do Brasil e é o maior porto natural do Brasil. Certamente, o crescimento da demanda implicará a adequação do porto às necessidades do comércio e da navegação, e, não, adequar a navegação e o comércio às necessidades do contrato assinado segundo a Lei nº 8666. Não podemos adequar o comércio à lei, mas, sim, adequar a lei ao comércio. O porto de Santos e o comércio exterior brasileiro não poderão suportar áreas portuárias paradas por restrições contratuais.

Srs. Senadores, gostaria aqui de apresentar o que é um porto. Vejam bem, aqui temos o trecho de um porto no exterior em que foram arrendadas quatro ou cinco áreas praticamente iguais, ou seja, com a mesma área, em termos de disponibilidade física.

Neste aqui, todos os quatro contratos são livres: a empresa paga por m² o que o porto ganhará na tarifa do navio. O indivíduo paga "x" por m². Vai operar o quê? O que quiser.

Este aqui é especialista em contêineres; preparou seu terminal para contêineres. Este outro, em grãos sólidos, ou seja, preparou seu terminal para grãos sólidos.

Este não é especialista: ele tem contêineres, armazéns, portêineres, guindastes normais, rampa "roro" (roll on – roll off) e opera aqui o que o mercado tem para operar, porque a sua especialidade é ser terminal polivalente.

Este é o porto de Antuérpia, com todo um traçado de dárcenas (áreas para manobras de navios), que serão melhor explicadas pelo Dr. João Acácio. Trata-se do que seria um futuro porto de Santos, com áreas livres da ordem de 6 milhões de m² de áreas puramente operacionais, onde se pode fazer um excelente e perfeito projeto para o desenvolvimento do co-

mércio exterior brasileiro, para que se atendam essas necessidades, deixando o porto de Santos de ser o porto antigo, o porto que está incrustado na cidade de Santos, sem condições de crescer. Este porto é um porto que tem condições de crescer. A agressão ao meio ambiente é praticamente nula, porque é um porto todo em dárcenas, onde serão preservados todos os aspectos hidráulicos de contribuições à baía de Santos. O porto possui uma retroárea livre, desimpedida, com ferrovia e rodovia, em que pode ser construído um grande complexo industrial, gerando-se empregos que suportem as necessidades do porto de Santos. Enfim, há uma capacidade de fixar a riqueza do País no comércio exterior, mediante um projeto adequado às nossas necessidades.

Encerro aqui, Srs. Senadores, pedindo desculpas pelo tempo, mas dizendo que é fundamental que pensem dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Dr. Fernando, esse projeto é orçado em quanto? E quem coloca o dinheiro?

O SR. FERNANDO LIMA BARBOSA VIANNA – Quanto a isso, vamos receber o projetista, que conhece o projeto mais do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem!

O SR. FERNANDO LIMA BARBOSA VIANNA – Mas, evidentemente, é um projeto que temos de buscar alcançar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradecemos ao Dr. Fernando Lima Barbosa Vianna pela palestra e por todas as informações, que nos deixaram perplexos. S. S^a é Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo.

Agora, ouviremos o Sr. João Acácio Gomes de Oliveira Neto, o homem especializado em consultoria portuária.

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA NETO – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdoe-me, Sr. João Acácio, mas antes preciso dar este aviso: quero saudar o Dr. Luís Gonzales Arias, Embaixador do Paraguai, uma vez que o Brasil e o Paraguai têm um acordo bilateral pelo qual tanto o Porto de Santos quanto o de Paranaguá são as saídas do Paraguai para o Atlântico.

Também queria saudar o ex-Deputado Farabullini Júnior, de São Paulo, pessoa extremamente ligada ao saudoso Jânio Quadros e o político que mais teve ligação ao porto de Santos e que sempre lutou pela

sua melhoria. Então, uma saudação ao dois. Por gentileza, a palavra está com o senhor.

O SR. JOSÉ ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA –

Muito obrigado pela oportunidade, Senador Ney Suassuna, Senadores presentes, Deputado Farabulini Júnior, Embaixador Luís Gonzales Arias, Embaixador do Paraguai no Brasil, Dr. Fernando Vianna, Presidente da Codesp, Dr. João Saldanha, representante do Sindicato dos Blocos, senhoras e senhores, fico muito satisfeito em estar aqui neste momento. Minha apresentação vai ser breve e feita com ajuda de imagens. Quero mostrar um tema que, acredito, vá chocá-los – e o objetivo é este: chocar mesmo – os senhores no que diz respeito ao porto de Santos. Tenho estudado muito o porto. A minha vida tem-se resumido praticamente a isso. A minha empresa é de consultoria e projeto. E tive a oportunidade de, quando me formei na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, ir para Holanda fazer curso de engenharia hidráulica e porto. E lá conhecem-se as melhores obras hidráulicas do mundo.

E faço aqui uma análise crítica construtiva no seguinte sentido: o desenho do porto de Santos tem que ser alterado. Em que pese todos os problemas de que o Dr. Fernando falou (tarifa, problemas da privatização, modelos inadequados de contrato, a questão gerencial, a questão política do porto), o Dr. Fernando passa dois ou três dias por semana em Brasília, porque o porto está vinculado ao Governo Federal.

Todos esses problemas consolidam uma situação complexa. E não sou qualificado para analisar essa questão. Vou cingir-me apenas ao desenho do porto. O desenho do porto está errado. O porto precisa mudar. O Dr. Fernando já adiantou o final da minha palestra, mas eu vou justificar isso. Vou deixar imagens – a minha palestra não tem muita fala, porque uma imagem vale mais do que mil palavras. E a minha convicção permitirá fazer com que esta reunião aqui seja uma reunião histórica, porque acho que o porto de Santo vai começar a mudar.

Não é por ser em São Paulo, porque tem industrialização em São Paulo, mas passam pelo porto de Santos – este ano vai passar pelo porto de Santos – entre importação e exportação, 30 bilhões de dólares. Vinte e cinco por cento da Balança Comercial do Brasil, Senador, é porto de Santos. O Senador fala assim: “Porto de Santos tem grife”.

Tem grife. O Porto de Santos tem grife. Quer dizer, se resolvermos bem o porto de Santos, nós estaremos resolvendo um quarto da balança comercial do Brasil. O Presidente da República fala “exportar ou morrer”. A frase foi mudada: “exportar é viver”. Portan-

to, é preciso dar atenção ao porto de Santos. E, como técnico, tenho obrigação de dar a minha contribuição e responder ao final à sua indagação: de onde vem o recurso? Como se coloca um projeto desse de pé? Eu vou começar a mostrar as transparências agora.

Tenho muito apreço pelo Senador Ney Suassuna, porque, além de ser um político atuante – e não sei se os senhores sabem –, ele é poeta, escritor, roteirista, teatrólogo, músico e pintor. Isso dá uma sensibilidade incomum ao Senador na decisão e na condução dos problemas que estão à frente, tendo que serem tomadas decisões no Senado.

Esta é a frase com que começo a minha palestra – do Frances Bacon – “em todas as coisas, especialmente nas mais difíceis, não devemos esperar semear e colher ao mesmo tempo, mas é necessária uma lenta preparação para que elas amadureçam gradativamente.”

O Porto de Santos nasceu de uma concessão privada – da Família Guinle – em 1890 e já fez mais de 100 anos. Acho que vamos contrariar essa frase de Frances Bacon e semear e, logo em seguida, colher, nobre Senador porque, desde 1998, estou envolvido com a matéria e a minha empresa ganhou uma concorrência para estudar o Porto de Santos em termos de um novo desenho do Porto. Estou convencido de que a semeadura já foi feita e agora devemos esperar e verificar que a semente brotou e que vamos começar a colher. Sinto a agonia do Dr. Fernando na demonstração desses números e acho que os mesmos têm uma causa que vou tentar explicar.

O Brasil é o quinto do mundo em população e em área geográfica, o oitavo ou o nono em economia do mundo; em PIB, produto nacional bruto e em competitividade é 49°. Isto choca. Nós não estamos aqui para bater no Porto de Santos. A visão é crítica, mas é preciso que se mostrem alguns números.

Competitividade portuária. Quando se fala em competitividade 49°, a questão portuária está muito relacionada a isto.

Custo Brasil. Acho que o Custo Brasil que nós convencionamos chamar é, principalmente, o custo portuário – é no porto onde entram e de onde saem as mercadorias, ali ocorrem as exportação e as importações. Veja o preço de um dólar por contêiner. Em 1999: Antuérpia, US\$60; Roterdã, US\$95; o nosso vizinho, Buenos Aires, US\$115 e vai a US\$220 em Santos. Esses números, de certa forma, são variáveis, mas é uma média em que se pode verificar o custo elevado do Porto de Santos.

O objeto da nossa reunião foi a matéria divulgada na revista *Veja*, na semana passada, onde se compara o Porto de Santos com Cingapura e Roterdã. Lá em Cingapura, mostrando que os portuários usam paletó e gravata e operam o porto com joystick. O Dr. Fernando, muito espirituosamente, em matéria do *Jornal da Tribuna*, comparou Santos com Cingapura e é o mesmo que comparar javali com abacaxi. Realmente não se comparam. São coisas distintas, mas esse tipo de questionamento nos causa alguma inquietação e vou procurar mostrar o que entendo que deve se a principal saída para se começar a virada, a mudança. Não serei repetitivo – já falei sobre isto –, mas sobre a questão da exportação lembro uma frase do Presidente George Bush quando falou que a América precisa produzir e consumir.

Infelizmente, nós, no Brasil, não temos distribuição de renda para sabermos qual o consumo que desejariamos para o desenvolvimento interno. A situação hoje é muito favorável para a exportação. A moeda ou o dólar para exportação está resultando em vantagem para a balança comercial. É preciso que se corra. A exportação, como disse o Presidente, é uma questão de vida ou morte.

O Porto de Santos tem demonstrado, especialmente na gestão do Dr. Fernando Vianna, que esteve aqui há cerca de um ano, todos os estudos indicam, redução de custos e o ganho de eficiência.

Não vou me tornar exaustivo em falar dos valores, porém as manchetes são claras e mostram que efetivamente o Porto de Santos tem batido recordes freqüentemente, recorde de arrecadação no primeiro semestre deste ano, quando o Porto de Santos aparece em primeiro lugar tanto na importação quanto na exportação, o que representa 24% da balança comercial. Como havia dito, ao longo deste ano deve terminar em US\$30 bilhões. Significa que US\$30 bilhões passam pelo Porto de Santos, um quarto do movimento da balança comercial do Brasil.

Manchete de ontem do jornal, fresquíssima: “Porto bate recorde histórico de movimento”.

Terça-feira, ontem: “Julho de 2001, fez 4,7 milhões de toneladas”.

Santos está batendo recorde toda hora, melhorando a arrecadação. Por que o porto é ineficiente, por que é criticado e por que as tarifas são altas?

Uma novidade para muitos, e certamente o Senador não sabe: o Porto de Santos é o único porto do Brasil que possui uma usina hidrelétrica própria de 15 megawatts. Foi construída e inaugurada em 1910. Na época o empreendedor, família Guinle, viu a necessi-

dade de ter energia elétrica e essa usina hidrelétrica funciona até hoje. Durante a década de 20, forneceu energia elétrica para Santos e São Vicente, além do porto, e durante problemas de falta de energia elétrica na capital de São Paulo, forneceu energia elétrica para São Paulo.

Em se tratando de apagão, vemos que este é o único porto no Brasil que não terá esse problema, pois dispõe de energia elétrica própria. Este é um diferencial fundamental e é preciso que se diga isso com muita ênfase porque o Porto de Santos tem energia excedente, hoje vendida para a concessionária local, a empresa Bandeirantes.

Por que estou aqui falando do Porto de Santos? A minha empresa faz atualmente diversos estudos no Porto de Santos – não serei exaustivo a ponto de declinar cada um. Esses indicativos são de todos os estudos que estamos fazendo no Porto de Santos. Atuamos em outros dezesseis portos no Brasil e vou falar rapidamente, ao final, de casos semelhantes de Salvador, São Francisco do Sul e Belém do Pará, que vivem problemas semelhantes. Qual é o problema? A cidade nasce e se desenvolve por causa do porto. Nova Iorque nasceu, cresceu e se tornou a cidade que é porque lá um dia implantaram um porto. A Ilha de Manhattan, Senador, foi comprada em 1626 pelos holandeses da tribo indígena Manhattan por US\$25. E lá, a Companhia das Índias, através dos holandeses, implantou o porto de Nova Iorque. Em seguida os holandeses foram expulsos; vieram os ingleses, Nova Iorque chamava-se Nova Amsterdã, depois passou a ser chamada Nova Inglaterra, e, o porto de Nova Iorque, que foi o maior porto do mundo durante muitos anos, deu origem ao nome da cidade. E hoje o porto não está mais em Nova Iorque, pertence ao grande estuário, principalmente em New Jersey. Então é preciso entender que Santos existe – e João Saldanha concorda comigo – porque existiu lá um porto. E veja que paradoxo: a cidade se desenvolve por causa do porto e um dia a cidade mata o porto, estrangula-o. Assim, é preciso fazer com que o porto mude de lugar. Isso acontece em várias cidades. A rodoviária ficava no centro da cidade e passa para um lugar afastado. O aeroporto estava no centro da cidade e passa para um lugar afastado. O porto está próximo da cidade e tem que passar para um lugar afastado. O porto original de Santos é o que chamo de “porto lingüiça”. O porto da década de 80 já é um porto com cais e retroárea, margem esquerda, lado do Guarujá. Infelizmente, o nosso administrador urbano, o nosso planejador... A cidade invade áreas que deveriam ser do

porto, áreas nobres do canal invadidas por cidade e, às vezes, invadidas por favelas.

Porém, eu, que faço projeto de porto, sigo o manual da Unctad. O que esse manual diz? Não se deve fazer hoje um berço para contêiner se não houver, pelo menos, cem mil metros de retroárea e terminais multiuso, como disse o Dr. Fernando. Temos terminais de contêiner no Porto de Santos, Senador, com oito mil metros quadrados de retroárea. Manobro o contêiner no quintal da casa do cidadão que mora lá. Não é possível. A produtividade desse porto é baixíssima.

É fácil entender isso, e, por meio de imagens, vou tentar explicar. Como era porto no passado? Navio, cais e armazém. Esse era o porto, porque o armazém carregava um volume de carga pequeno, para receber um navio pequeno; a carga era embarcada nas costas. Demoravam-se três, quatro meses para embarcar a carga. Tudo era pequeno, e os volumes, as vazões de embarque e desembarque também eram pequenos. Hoje, a situação é completamente diferente.

Como é a situação de hoje? Essa foto está mais expressiva. Está bem claro aqui. Não é preciso ser especialista na matéria para verificar que a cidade espremeu o porto e isso aqui virou um “porto lingüiça”.

Faço sempre uma brincadeira: vou presentear o Senador com um terreno em Santos, vou lhe dar um terreno de cinco por duzentos. O senhor me agradece: “Muito obrigado. Nesse terreno não posso fazer nada.” Lembro-me do Gólias, que tinha um terreno de quatro por cinco, no passado, em uma comédia que se fazia. Em terreno de cinco por duzentos, não se faz nada.

Esse aqui é um terreno com retroárea. Vamos colocar a retroárea lá? Não dá mais para colocar. Quanto é que custa desapropriar? Inviável. O porto tem que mudar. O corolário dessa história: ou muda o porto ou muda o porto. Não há outra saída.

Em que isso resultou? Resultou na opção do passado, de se fazer um cais linear. O que é cais linear? Um navio atrás do outro. Lembro-me que, no passado, tínhamos o botequim de um português que vendia cachaca, pinga. Havia um balcão em “L”, onde quatro pessoas ficavam tomando pinga. Hoje, no mesmo espaço desse botequim do passado, o cidadão faz o seu balcão desenvolvido de tal forma que comporta 40 pessoas comendo **cheeseburger**.

Precisamos desenvolver o perímetro de atracação do Porto para que se integrem melhor o espaço urbano, os modais de transporte às áreas de atracação dos navios.

Se houver alguma dúvida, podem me interromper. Não há o menor problema.

Quando estudo uma matéria, vou fundo no assunto e respeito muito os antigos, porque, às vezes, mesmo com toda a tecnologia, não alcançamos o que eles fizeram. Em 1929 – talvez nenhum de nós aqui tivesse nascido ainda – a Companhia Docas de Santos trouxe um técnico da França, um especialista, para fazer um plano diretor para o porto. Esse cidadão disse o seguinte: “o porto está crescendo sob a forma de cais linear; a cidade está crescendo junto ao porto” – aqui nem havia cidade ainda, apenas os canais de drenagem do Saturnino de Brito. Disse, ainda, o seguinte: “temos que fazer, na margem esquerda, lado do Guarujá, uma implantação de dársenas. Isso permite que o modal de transporte – naquela época o modal de transporte era o trem, praticamente não existia caminhão... Então, ele dizia que num cais linear, onde se colocam quatro navios, pode-se colocar quarenta navios, de tal sorte que os modais se integrem à hidrovia. Esse cidadão falou isso em 1929, quando a margem esquerda ainda não estava ocupada. Vejam o que é a história.

Em 1943, o engenheiro Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo – o Deputado Farabulini, por sinal, privou da convivência com ele durante muito tempo –, um grande planejador urbano, dos melhores, foi convidado para fazer um plano regional de desenvolvimento para Santos. O que se fala em São Paulo é que São Paulo foi planejada por Prestes Maia e, depois, Faria Lima veio executar as obras que Prestes Maia planejava.

Tamanha era a qualificação do engenheiro Prestes Maia que Santos pediu para que ele fizesse um plano regional. Ele traçou diversas linhas de trem e diversas travessias do estuário. Porém, o que me interessa aqui, neste instante... Prestes Maia disse que era preciso fazer dársena no porto de Santos. Por sinal, num lugar muito próximo ao em que aquele cidadão, em 1929, falara. É preciso fazer dársena sob pena de a cidade crescer, espremer o porto e este entrar em colapso no final do século. O homem falou isso em 1943. Estamos no final do século e o porto de Santos está em colapso. Há cinquenta anos ele cantou essa bola, Senador. Está aqui mais um aviso; não demos bola e o tempo está andando.

Vou fazer um passeio rápido pelo mundo para V. Ex^{as} entenderem o que é o conceito de dársena.

Para se ter uma idéia, enquanto o porto de Santos está fazendo 43 milhões de toneladas, o de Roterdã – o segundo maior do mundo, superado, apenas recentemente, pelo de Cingapura – faz 300 milhões

de toneladas/ano. Isso tudo é dársena. Todo o espaço portuário é intercotado e os modais são integrados.

Vou mostrar só essas três “perninhas” aqui para vocês terem uma visão da amplitude. Essa é uma foto aérea de grande distância. Só vou mostrar aquelas três “perninhas” lá para vocês terem uma idéia. (Pausa.) Não é preciso falar mais nada. É outro mundo. Não é à-toa que esses caras têm essa capacidade de movimentação e essa eficiência.

Só para exemplificar, Santander; outros terminais em dársena; o de Hamburgo, que é tão importante e tão grande quanto o de Cingapura, toda a integração e o espaço muito bem articulado, com o desenvolvimento do perímetro de atracação junto dos terminais. O Dr. Fernando fez, na Antuérpia, o MBA em porto e sabe muito bem do que estamos falando. É um dos portos mais modernos e eficientes.

No começo do século passado, os navios eram estreitos e as dársenas eram estreitas. Os navios cresceram e as dársenas aumentaram.

Nova Iorque, ainda o porto antigo de Nova Iorque. E muita gente não sabe: Buenos Aires, nosso vizinho. Aqui está Puerto Madero, muitos dos senhores já foram lá, um exemplo de revitalização portuária que farei logo em seguida, porém aqui é o porto de Buenos Aires. Tudo isso aqui é Darsena.

Espero, neste instante, ter convencido a platéia de que o conceito de Darsena, já falado desde 1929, cause alguma inquietação em nós, planejadores portuários, que não olhamos para Santos, no sentido de fazer esse redesenho do Porto de Santos.

Esse porto é na Alemanha, perto de Dusseldorf, se não estou enganado. É um conceito de porto indústria. É um porto fluvial, importante. Aqui se produzem matérias-primas, processam-se as matérias-primas. Agregam valor e o produto acabado segue via Reno e vai a Rotterdam, por exemplo.

Há também o porto em Darsena, porém incorporando, além do conceito de Darsena, o conceito de porto indústria. A imagem é mais do que expressiva, em que se vê Darsena e todos os modais integrados, rodovia, ferrovia e dutovia – líquido entra e sai através de duto.

O que é retroárea num porto? Nós sabemos quanto custa um **portainer** e quantos **portainers** temos em Santos, não é, Fernando?

Em Cingapura, são movimentados cem **contêiners** por hora e, hoje, movimentam dezessete milhões de um tipo de **contêiner** equivalente a vinte peças. Não fazemos um milhão ainda em Santos.

Mais uma vez, o senhor pode ver aí o que é a necessidade da retroárea – quatro milhões de habitantes.

O que está acontecendo em São Paulo? Aos que não são de São Paulo vou detalhar. Há diversas ações em curso em São Paulo. O rodoanel, que acho que é a obra mais importante, iniciada pelo Governador Mário Covas, é um anel viário que intercepta todas as rodovias que chegam, de tal sorte que a carga não entre no centro de São Paulo e forme um nó de São Paulo. Um nó de São Paulo hoje tem velocidade de 18,9 km/h. Com o rodoanel passa para 100.

O rodoanel vai dar uma dinâmica que permitirá que a carga se distribua rapidamente. Hoje, a carga não chega a São Paulo, desvia para os portos adjacentes. É mais vantajoso ir para Sepetiba, para o Rio de Janeiro, para Paranaguá, para Vitória, do que vir para São Paulo.

Eu dou um exemplo. É comum ver um **contêiner** saindo de São Paulo e embarcando no Porto do Dr. Marcelo Sales, em São Francisco do Sul, em Itajaí. Em vez de andar 70 quilômetros, anda 700.

Outro dia esse **contêiner**, na região do Vale do Ribeira, na cidade de Miracatu, desgarrou de cima da carreta e, numa curva, pegou um ônibus da Itapemirim de frente. Dezenove pessoas morreram degoladas.

Creio que essas pessoas iam morrer. Se não fosse ali, morreriam num barranco mais para baixo, porque chegou a hora delas, infelizmente. Que desgraça! Mas o que esse **contêiner** estava fazendo ali? Como é que um **contêiner** que pode embarcar a sua carga a 70 km viaja 700 e às vezes viaja 1.000, vai para Rio Grande ou para Imbituba e não vai ao Porto de Santos? Custo Brasil.

O rodoanel vai permitir essa agilidade? Vai. A segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, a que desce para Santos, está praticamente em fase final de conclusão, privatizada.

As ferrovias estão privatizadas. Vou dar um exemplo. Na década de 60, 70% da carga movimentada no porto era de ferrovia. Em 1997, chegou a 3%. O que era 70% chegou a 3%. Hoje, vai chegar a 18%, por força da privatização.

Temos o Ferroanel Metropolitano, que é outra ação que está em curso. Canal do Porto de Santos com menos de 17 metros é outra ação em curso na Codesp, para que se possa trazer navio de maior capacidade, navio **cape size**, e o conceito de porto indústria.

Esse elenco de ações contíguas faz que a carga possa chegar e sair mais facilmente ao Porto de San-

tos. Mas se o porto já está nessa situação de colapso, quando essas obras estiverem prontas haverá calamidade pública.

Faço uma rápida pausa para fazer um reflexão. Convenci os senhores de que darsena é a solução. Acredito que não haja ninguém aqui que não se tenha convencido disso.

Onde colocar darsena no Porto de Santos? Não há mais lugar. A cidade invadiu os locais onde havia lugar. O que sobrou é mangue e área de preservação permanente. Após olharmos bastante, chegamos à conclusão de que “papai do céu” é brasileiro. Brincamos com isso, mas a única verdade é esta: “papai do céu” é brasileiro. Ele deixou um espaço de água entre a ilha Barnabé e a ilha dos Bagres onde desemboca o rio Jurubatuba. O fundo tem areia – e vou explicar por que é importante ter areia. Há acesso ferroviário em bitola mista, 1 metro e 1 metro e 60, e vamos verificar se dá para fazer alguma coisa.

Temos aqui uma fotografia, uma aerofotogrametria em escala. Vamos analisar as dimensões. Está meio fora de foco. A Ilha dos Bagres totalmente degradada. Isso aqui foi objeto de bota-fora de dragagem que se deu no canal. Ilha Barnabé e esse estuário. Acesso ferroviário pronto. Rodovia Piaçaguera/Guarujá pronta. Analisamos as dimensões. Aqui existe o Morro das Neves, que deve ser preservado, e não é preciso ser muito talentoso para chegar à conclusão que está aí o projeto em darsena para o Porto de Santos.

É um projeto montado em cima d'água, mas, para os menos avisados, não é um projeto flutuante. Significa que dragamos as darsenas e, com o material resultante da escavação da darsena, aterramos a área adjacente. Essa é uma técnica chamada de aterro hidráulico, consagrada. Tive oportunidade de fazer muita obra assim e aprendi isso na Holanda, quando estive por lá.

Desenhemos isso de tal forma que o volume que sai daqui, da escavação das darsenas, dê exatamente o volume que vai ser abrigado pelo aterro. Não sobra nem falta um metro cúbico. É exatamente equilibrado.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Dr. João, gostaria de fazer um questionamento, já que o senhor disse que poderíamos fazê-lo.

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA – Pois não. À vontade.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Qual o valor custo-orçamento dessa obra e quanto tempo para ser realizada?

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA – O valor dessa obra é US\$800 milhões, e o tempo para

implantá-la é três anos. Pode parecer que US\$800 milhões é um número a que não se dá relação. Mostrarei o que significa isso em termos práticos.

A retroárea equivale a 6 milhões de metros quadrados, sendo 11 quilômetros de cais. Comparemos essa situação com a do porto de Santos, que apresenta 13 quilômetros de cais. Nesse caso, há 11 quilômetros – um pouco menos. O porto de Santos tem, de retroárea efetivamente em uso, 4,5 milhões de metros quadrados. Nesse caso, há 6 milhões – bem mais.

Toda a integração dos modais é feita de forma eficiente. A composição ferroviária entra no porto, descarrega a soja, carrega o fertilizante, faz a curva e vai embora. Isso dá eficiência ao porto.

O porto de Santos movimentava 45 milhões de toneladas. Quanto movimentava esse porto, Senador?

O SR. LUIZ OTÁVIO – Dr. João, desses 45 milhões, quantos milhões são destinados à soja?

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA – Destinados à soja, arriscarei um número – o Dr. Fernando deve saber –, 5 milhões, ou seja, 10%. Pode ser que eu esteja enganado, mas é aproximadamente isso.

O porto de Santos faz 45 milhões de toneladas por ano e fará 47 milhões neste ano. Esse faz 120 milhões.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Menos da metade do outro porto, que não é o maior.

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA – Menos da metade do outro porto, que não é o maior. Isso ainda é uma brincadeira. Quando mostro essa situação para o mundo, todos dão risadas, porque, para nós, é a redenção. No entanto, para o mundo, V. Exª viu as imagens.

O SR. FERNANDO LIMA BARBOSA VIANNA – Dr. João, gostaria de esclarecer um pouco, porque, às vezes, ficamos um pouco perdidos.

O porto de Santos, hoje, até este mês, fez cerca de 4 milhões de toneladas de grãos de soja. Ele chega a cerca de 6 milhões de toneladas de capacidade. A produção da área de influência do porto de Santos é 14 milhões.

Hoje, fogem do porto de Santos 8 milhões de toneladas de grãos. Paranaguá, Rio Grande. Mas a área de influência pode captar e ir para Santos. Evidentemente, nesse caso, há um custo maior indo para esses outros portos, com a fila de caminhões de Paranaguá, que V. Exª conhece.

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA – Há, em Cubatão, o maior pólo de matérias-primas da América Latina. O pólo siderúrgico e o petroquímico.

Dou um exemplo expressivo: um cidadão compra uma chapa na Cosipa, embarca num caminhão, sobe a serra – 700 metros de altura –, vai para uma indústria na região da Grande São Paulo, calandra essa chapa, faz um tubo, coloca no caminhão novamente e volta para Santos, transportando apenas ar no caminhão – pois tubo somente transporta ar –, e vai embarcar no porto de Santos. A chapa, quando faz essa viagem, diz assim: “Não estou entendendo. Já passei por esta serra na semana passada e estou descendo de novo por aqui”.

As fábricas de tubos de São Paulo quebraram e não conseguem mais competir no mundo globalizado. Isso agrega 40% ao valor do produto final. Em 1988, tive oportunidade de falar com o Sr. Aldo Narcisi, Presidente da Cosipa: “Coloque a calandra que faz o cano na Cosipa. Compre a chapa na Cosipa, faça a calandra lá dentro, saia no fundo do quintal da sua fábrica e a embarque no navio”. Ele é a única pessoa que consegue hoje competir lá fora. Alvenius, Confab e outros fabricantes de tubos não têm como competir no mercado.

Porto e indústrias. Nós temos matéria-prima do lado. Se pudermos fazer um porto desses, agregando a matéria-prima do lado ao conceito de porto-indústria, haverá competitividade. A reação ocorre em cadeia. V. Ex^{as} não imaginam como conseguimos ganhar competitividade colocando o produto lá fora.

O SR. FARABULINI JÚNIOR – Ficou claro que, no tempo do Prefeito Prestes Maia, um dos mais preparados técnicos que passaram por este País, houve, concomitantemente, excelentes Governadores. Não citarei seus nomes, porque todos sabemos quem são.

Houve, naquele período, entraves sérios, não se tendo feito nada em relação ao que poderia ter sido realizado. Pergunto que entraves há sobre ser eficaz e notória a necessidade de se remodelar. Por que se não realiza? Onde estão os entraves? Quem impede isso tudo? Grupos econômicos? Grupos políticos? Há interessados em que não haja o desdobramento e a desenvoltura do porto? Isso já ficou demonstrado aqui, porque a situação, como está, prejudica até mais esta Nação no que tange à importação e à exportação. Não havendo competitividade no País na área industrial, como exportar se não podemos enfrentar o grande mundo, a menos que haja um porto?

Esclareça, por favor, se são do seu conhecimento esses entraves. Há possibilidade de fazer-se? Primeiramente, o que fazer? Já se sabe. Por que então fazer? Também já se sabe. Basta apenas saber como fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço, nobre Deputado, a sua intervenção.

A palavra continua com o conferencista.

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA –

Na resposta à sua pergunta, é preciso que se façam algumas reflexões. Quando estudei engenharia, não havia legislação ambiental rigorosa como existe hoje e fazíamos estudo de viabilidade técnica e econômica. Se o empreendimento se demonstrava viável técnica e economicamente, colocava-se em funcionamento. Atualmente, é necessário que tenha viabilidade técnica, econômica e ambiental, características que esse empreendimento tem. Aliás, conheço muito a matéria ambiental porque, como projetista, ainda mais em área portuária, se não dominar esse assunto, não se faz nada – especialmente nesses ecossistemas sensíveis como são as áreas de mangue, de restinga etc.

Há viabilidade técnica, econômica, ambiental e financeira.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como há viabilidade financeira se, agora, o que há no Ministério dos Transportes, na suplementação, são R\$200 milhões? Estamos falando de US\$800 milhões. De onde viriam os recursos, porque não deverá ser do Ministério dos Transportes?

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA – Totalmente da iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há essa possibilidade?

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA – Total. Precisamos apenas que haja viabilidade política. Pelo menos falo isso como autor do projeto e pela facilidade que tenho de me comunicar com os meus clientes, que são operadores portuários. Falo com a Cargill, uma empresa que fatura US\$60 bilhões por ano no mundo, a Ultrafertil, a Carbocloro, a Deicmar e a Multicargo e percebo que todos vivem angustiados. Quando mostramos um desenho desse, verificamos que um berço de 220m de comprimento, 17m de profundidade e 120 mil m² de retroárea, com acesso rodoviário, custa US\$13 milhões. Alguém diz assim: “Quero quatro”. Outro fala: “Quero dois”. Outro pede: “Quero cinco”.

Lembro-me de que, em São Paulo, quando lançamos flat como investimento, houve uma febre. O cidadão incorporador terminava o stand de vendas e, no fim de semana, nem abria porque havia vendido tudo na planta. Esse projeto é daqueles que se vendem na planta, Senador.

Eu penso que é viabilidade política. Fico satisfeito de estar aqui. A revista *Veja* provocou o Senado Federal, e o Senador Ney Suassuna teve muita lucidez de nos ter convocado, porque estamos diante de uma questão de viabilidade política: basta que o Governo carimbe e aprove. Se é para fazer, a iniciativa privada é chamada e comparece. Há bancos que nos procuraram – o Dr. Fernando é testemunha disso –, no sentido de investir, porque sabem que o retorno do capital sobre esse investimento é fantástico.

Fiz uma apresentação à Fiesp. Ao final da apresentação, uma apresentação direta, **en petit comité**, o Dr. Piva questionou: “Como nós, da Fiesp, podemos ajudar para viabilizar isso?”. O porto de Santos não é agraciado com grandes verbas do Governo Federal. O Fernando, há pouco, falou que ele não tem dinheiro para fazer a dragagem. O navio está raspando no fundo, não tem dinheiro para dragar, infelizmente.

Não me cabe aqui questionar os destinos que o Governo dá aos recursos, mas, como técnico e também como cidadão, fico inconformado. O porto do Governo Federal é o porto de Sepetiba. Ontem foi aprovada uma verba de US\$50 milhões para Sepetiba – nem sei para quê; li isso hoje. Mas não queremos recursos. Esse projeto não precisa de recursos. Ele é autofinanciável. Basta que haja vontade política.

O SR. FERNANDO LIMA BARBOSA VIANNA

– Permita-me um aparte, João?

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA –

Pois não.

O SR. FERNANDO LIMA BARBOSA VIANNA

– Acredito que o mais importante na participação da iniciativa privada, além dos recursos que ela pode aportar, é exatamente o fato de termos imaginação para elaborarmos um modelo criativo que saia um pouco dessa modernidade manca, que foi colocada nos portos existentes. É preciso dar a esse porto flexibilidade e capacidade de movimentação, para fazer com que o comércio marítimo seja o objeto – para que não seja o objeto do contrato; dessa forma, fica kafkiano o processo. É importante acreditar que ela vem, mas com liberdade.

O SR. FARABULINI JÚNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, Sr. Deputado.

O SR. FARABULINI JÚNIOR – V. Exª é por todos nós, brasileiros, conhecido. É eficaz. É, como se diria na voz popular, o Senador “ponta firme”.

Dada a exposição dos circunstâncias todos, V. Exª vê possibilidade de, por intermédio do Senado

Federal, haver uma coordenação bem mais que objetiva, para se chegar às minudências dessa problemática e para daí surgir o grande projeto financeiro?

Quando se fala em atividade privada e em financiamento de empresas privadas, é preciso tomar certos cuidados, cuidados excepcionais e especiais – isso é evidente –, para que altos interesses não se encaminhem para determinados setores para onde não deveriam ir.

Farei uma pergunta a V. Exª, se me permitir. Cumprimento V. Exª, como Presidente desta Comissão e mesmo desta audiência pública, muito importante para a Nação, pelo fato de terem promovido esta sessão. A Nação tem que saber o tanto que aqui se fez hoje. V. Exª teria condições de coordenar, no Senado Federal, de acordo com o Regimento da Casa e com as leis, esse projeto, para apresentá-lo depois ao Poder Executivo?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Deputado, deixemos a resposta para depois. Logo que nosso conferencista termine, faremos algumas ponderações.

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA –

Serei breve.

Perguntam-me muitas vezes sobre a palavra **darsena**, que é de origem árabe: é a parte resguardada de um porto para carga e descarga de embarcações. Esse é um termo de Engenharia Portuária.

Ratificando o que o Dr. Fernando disse, o nosso porto deve ser contemplado com o desenho de terminais multiuso. Talvez haja doze terminais de 500 mil metros, e aí o cidadão faz o que lhe bem aprouver. É automóvel? É automóvel. É açúcar na safra? É açúcar na safra. A economia e o mercado decidem, e não esse terminal, esse modelo seletivo, que traz todos os inconvenientes que ele acabou de falar. Então, haverá terminais multiuso.

Vou concluir e não posso deixar de falar de alguns aspectos técnicos e do motivo pelo qual esse porto fica barato.

Pertencemos a uma associação internacional de navegação e Engenharia Portuária, que se chama **Pianc**. Aqueles que lidam com Engenharia de porto sabem o que significa a **Pianc**, fundada em 1885, com sede na Bélgica. **Corpus** de Engenheiros Americanos é a única associação que ela acolhe como uma associação técnica respeitada.

Fico satisfeito em mostrar aos senhores que a nossa empresa conseguiu se habilitar e no Brasil existem apenas quatro membros corporativos: uma construtora carioca, a Christian Nilsen, que é uma

empresa tradicional de origem dinamarquesa; o Departamento de Portos, Rios e Canais, que é uma empresa pública do Rio Grande do Sul, que cuida das hidrovias; o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, de São Paulo; e a DTA, a única empresa de consultoria e projeto filiada à Pianc. Isso me deixa muito confortável, muito à vontade para falar tudo isso, porque recebo as valiosas publicações técnicas da Pianc e acompanho todas as questões relacionadas com desenho, concepção de cais, concepções estruturais, o estado da arte da questão portuária.

Essa associação é de um significado para nós muito grande e é criteriosa e seletiva no sentido de acolher associados. Fico envaidecido por termos sido acolhidos. Aliás, a única empresa de projetos do Brasil.

Quanto custa a obra? Falei que custa tanto e que é barata. Aterro hidráulico de retroárea. Não há dificuldade. É uma draga, uma tubulação que, ao mesmo tempo em que faz o calado, cria a área adjacente. É o metro quadrado mais barato que o ser humano criou. Cria o calado de um lado e, imediatamente, em área contígua, cria a área de retroárea do porto.

Um exemplo de Cingapura: draga-se lá, aqui se está fazendo o calado e aqui se faz o aterro. Quando falei que a nossa área lá tinha areia no fundo e que o rio Jurubatuba era um grande carreador de areia, isso tem um significado, porque a areia do fundo faz com que criemos um aterro consolidado. A areia é um material nobre para aterro e Papai do Céu foi bom porque deixou o espaço e deixou a areia no fundo, naquela enseada em Santos. Há uma série de coincidências que nos permitem ficar arrepiados ao ver que há um chamamento para que esse projeto se coloque de pé.

Esse é um modelo de construção de cais, e Santos tem características geológicas peculiares: cinquenta a sessenta metros de argila marinha mole a muito mole até atingir a rocha. É comum se ver na orla de Santos prédios inclinados. Concepção antiga de cais: muita estaca – paliteiro de estaca -, muita laje de concreto. Há críticas a esse tipo de concepção, mas é preciso verificar que é uma concepção de porto do passado, onde o Estado, o Poder Público contratava essas obras e, de certa forma, os projetos não eram otimizados.

Está aqui o desenho de um porto de baixo custo e, no caso, se consolida a construção de darsena. Não é preciso ser técnico, porque a imagem diz tudo. Uma cortina destaca a prancha metálica. Vários fabricantes fazem isso no mundo. Mas aço na água salgada não enferruja? Não, existem tratamentos catódicos. Navios possuem cascos de aço e navegam por trinta anos. Esse fabricante em particular, a Arbed, de

Luxemburgo, um dos maiores do mundo – existe a Krupp, a United States Steel, etc., que já venderem um milhão e meio de toneladas de estaca-prancha de aço no mundo e não conseguem fazer obra no Brasil. Por quê? Porque é uma concepção simples e barata.

Quando digo que o porto é privado, não há alternativa. Ou é barato ou a pessoa não tira o dinheiro do bolso, pois o capital não retorna. Estamos falando de obra privada, em que o fluxo de caixa tem que fornecer resultado econômico.

Estamos diante de uma solução de obra barata. A cortina de estaca é atirantada na parte superior, a fim de diminuir o momento na estaca, e está pronto o cais. Ao preencher de areia, com a dragagem que se faz da área adjacente, os senhores terão uma surpresa, está pronto o cais. Acabou. E, se desejarem, ainda pode ser feita uma concepção de estrutura que permita apoiar a perna de um **porteiner** ou de um **shiploader**, o que pesa 1.500 toneladas. Senador, o cais custa um quarto do preço. Um quinto do preço de concreto, do modelo anterior. Colocando na ponta do lápis, chega-se à conclusão de que estamos com um projeto de galinha morta.

Ao concluir, cito o exemplo de um cais no rio Tâmisa. A foto é recente. Trata-se de estaca-prancha. Aterrou, está pronto o cais. Meus amigos empreiteiros – tenho muitos amigos e clientes – já se convenceram de que é preciso incorporar essa tecnologia. E digo ainda, ganha-se mais do que realizar a obra mais cara. Parece milagre. Constrói mais barato e ganha mais. Técnica, simplesmente.

Eu não poderia deixar de citar um problema semelhante. Quem é da Bahia conhece a Cidade Baixa e o porto de Salvador. O porto de Salvador, armazéns e o cais; o resto é a cidade. Não faz mais sentido. Hoje a Codeba (Companhia Docas do Estado da Bahia) aluga alguns armazéns para desfiles de moda. O porto de Salvador tem que mudar de lugar; é um outro problema de interação porto/cidade, não é objeto da nossa apresentação. Não ocuparei mais o tempo dos senhores, mas não tem cabimento. Essa área é absolutamente violenta. O porto tem que ser entregue à cidade e deve ser construído um porto madeira.

Para o caso de Salvador, nossa proposta é a interiorização do porto, lá para Aratu, onde estamos trabalhando no projeto do porto da Ford. E há uma área contígua, na qual seria construído o porto de Salvador, numa concepção também em darsena. É o mesmo problema que vive Santos, guardadas as proporções.

Em homenagem ao Dr. Marcelo Sales, Presidente do porto de São Francisco, que aqui se encon-

tra, trata-se do mesmo problema. Atualmente, São Francisco e Itajaí, em Santa Catarina, perdem apenas para Santos em contêineres. São Francisco não tem como crescer: ou é morro ou é cidade histórica. É preciso que o porto também incorpore a retroárea. A solução do São Francisco foi encontrada por meio de aterro hidráulico, harmonizando, inclusive, o desenho do porto com o desenho da marina.

Com relação à pergunta do Deputado e também do Senador, se o dinheiro da iniciativa privada e os contratos do porto privatizado precisam ser negociados para o novo porto, precisariam ser renegociados. O sujeito investiu lá, está passando dificuldades junto à cidade e tem que vir para o novo porto. Abre-se lá uma área enorme de 1 a 2 milhões de metros quadrados para se fazer "Porto Madeiro". Quanto vale esse metro quadrado? O metro quadrado de Porto Madeiro, hoje, vale US\$3 mil; valia US\$100/m². Vamos colocar US\$1 mil/m². Nós temos US\$1 bilhão a US\$2 bilhões de valorização imobiliária. Cria-se um projeto de desenvolvimento portuário.

Eu não farei sobre Belém do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu pediria ao Dr. João Acácio que acelerasse, por gentileza.

O SR. JOÃO ACÁCIO GOMES DE OLIVEIRA – Acabou. Quando eu falo em porto Madeiro... Os senhores já estiveram em Porto Madeiro? Já viram as imagens de porto Madeiro? O que significa como projeto turístico e urbanístico? Santos poderá ver essa matéria.

Eu agradeço a atenção dos senhores e peço desculpas por ter me estendido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. João Acácio.

Ouviremos o último apresentador, o Dr. João Aristides Saldanha da Fonseca, que é o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Blocos nos Portos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e São Sebastião.

Com a palavra o nosso presidente.

O SR. JOÃO ARISTIDES SALDANHA DA FONSECA – Obrigado. Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite para comparecer a esta Casa. Como cidadão brasileiro, tenho orgulho de ter um Senado com a qualidade que tem o Senado brasileiro. Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, assim cumprimentando todos os Senadores, Deputados, autoridades presentes e os companheiros presentes.

Eu serei sintético, até para não concorrer com o jogo Brasil x Argentina, porque ficarei em desvantagem.

O Dr. Fernando Viana colocou com clareza a radiografia do porto de Santos, que tem uma falsa modernidade na questão dos arrendamentos. A Lei dos Portos vestiu a mesma roupa – usando até um refrão – em todos os portos brasileiros, quando deveria ter roupas diferentes, porque não se pode comparar o porto de Santos ao porto de Itaquí ou ao porto de São Sebastião, que é ali pertinho, que tem um berço de atracação. O porto de Santos tem mais de 50 berços de atracação e, com todos esses problemas, continua fazendo o milagre de bater recorde de produção e de produtividade também. Com todas as dificuldades hoje, existem terminais em Santos que já chegaram a operar 160 contêineres em uma hora, o que é top de linha em qualquer lugar do mundo, para quem conhece portos lá fora. Eu não conheço, mas tenho as notícias. Essa é uma produtividade de Primeiro Mundo, de Rotterdam, por exemplo.

Só que o grande problema está na questão dos arrendamentos, principalmente na questão do engessamento. Hoje, em Santos, há dono de carga que tem área no porto. Vamos supor que houvesse hoje 12 arrendamentos no porto e que os 12 fossem de donos de carga. O resto do Brasil não exportava nem importava por Santos, só aquelas 12 empresas. Eu penso que o arrendamento tem que ser para quem quer ter atividade portuária como seu meio de vida. Essa é uma falha que deve ser corrigida, e pode até partir daqui, hoje, porque alguém aqui falou que esta é uma reunião histórica, importante. Podem colher mais informações com a administradora do porto e tentar levar adiante um projeto novo de remodelação, até com vistas à nova legislação, que prevê a criação da Antac. E está inclusive prevista a renovação de contratos.

Eu serei sintético e breve. Gostaria de dizer que fico satisfeito e que venha logo. Eu ficaria satisfeito se houvesse hoje aqui algum empresário dizendo "Eu bancarei sozinho esse projeto". Sabe por quê? Porque os trabalhadores nunca foram contra a modernização dos portos, pelo contrário, sempre fizeram um apelo, na época em que era estatal, para a compra de equipamentos, para que se tornasse mais ágil o porto de Santos, porque é isso que atrairá carga, é isso que trará navios e é isso que gerará empregos. Então – falo por mim e por meus companheiros -, os trabalhadores, com certeza, em momento algum emperraram ou emperram a modernização dos portos brasileiros.

Agora, já que o Dr. Fernando falou na questão administrativa do porto, e o Dr. João deu uma aula sobre esse novo projeto e sobre o modelo portuário efi-

ciente, vou entrar um pouquinho no mérito dessa reportagem da revista, porque acho que ela colocou aqui meias verdades, e a meia verdade é mais cruel do que a mentira, com todo respeito que tenho pela revista **Veja**, da qual fui assinante. E, agora, até fico até com um pé atrás, quando leio alguma matéria, porque penso: será que isso é mais uma meia verdade? Quando a revista diz que em Cingapura trabalham dois homens, não trabalham apenas dois homens. Porque, vejam bem, ela diz: “Dois trabalhadores com paletó, com **joystic**, tiram a carga do navio”. Isso é impossível de se praticar, pelo seguinte: quem conhece navio sabe que ele vem com toda a sua carga amarrada, até pelo balanço do mar; se vier solto, se não amarrar – estou falando aqui especificamente dos contêineres – os contêineres, logicamente que não dá, porque, no mar, qualquer navio balança. Então, eles vêm com **lashing**, apiado, todos os contêineres. E hoje não tem informática no mundo que possa substituir o trabalho do homem; é impossível. Pode até haver navios que não necessitem desse tipo de operação, que tenham equipamentos modernos e tal. Mas isso aí é um número mínimo. Até hoje, vi apenas um navio que dispensou parte da sua apiagem, um navio, em Santos. Só vi um até hoje, e trabalho no porto desde 1973 – já trabalhei como despachante aduaneiro, no Terminal de Líquidos da Alemoa, hoje estou Presidente do Sindicato do Bloco, estou, desde 1985 para 1986, na atividade como trabalhador portuário avulso.

Então, essa reportagem precisa ser mais apurada, quando diz “dois trabalhadores em Santos 22”. Na verdade, quando o investimento entra, logicamente ele tira a mão-de-obra. Mas, no caso desses portos, se formos ver na retaguarda, diretamente na operação, pode ter um número muito reduzido de trabalhadores. Mas, na preparação, mesmo sem ter navio, os terminais estão trabalhando 24 horas. Simplesmente, muda-se o local onde os trabalhadores exercem suas atividades. Lá, por exemplo, é impossível comparar. Essas coisas só mudam com investimentos. E os trabalhadores...

O SR. LUIZ OTÁVIO – Dr. João, por favor. Já que na exposição anterior tivemos a oportunidade de também, até para agilizar...

O SR. JOÃO ARISTIDES SALDANHA – Desculpe-me, foi falha minha.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Não, não. Achei importante essa colocação que o senhor faz, defendendo os trabalhadores, especialmente os portuários. Mas, quando li a reportagem, e tenho certeza de que este

foi o objetivo da matéria: primeiro, trazer à discussão o assunto. Então, a revista **Veja** realmente trouxe o assunto à discussão. Com relação à tecnologia dos navios mais modernos, como o senhor mesmo diz que já existem navios que usam menor número de mão-de-obra para a sua operação, tenho certeza que a revista também mostrou claramente a qualificação do trabalhador. E esse trabalhador, tanto o de lá quanto o de cá, precisa realmente se qualificar. Quanto à quantidade, o que vai realmente determiná-la é a necessidade, porque isso vai fazer com que a competitividade realmente exista, que é o preço. Hoje cobramos um preço alto, independente das razões que temos, mas na verdade os preços são altos, quando comparados até com mercados semelhantes ao nosso, como é o caso da Argentina – como foi bem colocado pelo Dr. João Acácio – e tenho certeza que a reportagem que a revista nos trouxe não teve o objetivo de atacar especificamente o trabalhador do Porto de Santos, mas o trabalhador portuário do Brasil em comparação a um país mais especializado, mais adiantado, e que para o grande objetivo a que nós nos determinamos, no caso hoje o Mercosul, amanhã a Alca – porque vai acontecer isso, queiramos ou não, a Área de Livre Comércio das Américas vai acontecer com todos nós que somos países americanos, com exceção de Cuba. O que a revista trouxe chamou a atenção de todos. Vamos continuar essa discussão, com toda a certeza, até que tenhamos uma conclusão, um objetivo, alcançar o melhor para o Brasil, principalmente para o usuário, e, logicamente, os trabalhadores estão incluídos nesse contexto.

O SR. JOÃO ARISTIDES SALDANHA – Obrigado pela intervenção, Senador.

Quando digo que ela atacou é porque o texto diz: “a máfia portuária enfia goela abaixo das empresas um número excessivo de operários dentro das docas”.

Isso é uma inverdade, e eu não gostaria de entrar nessa discussão. Creio que a modernidade é que pode trazer o enxugamento, levando para outras áreas a atividade portuária. Hoje há portos em outros países que usam um equipamento que é uma mescla de trator com caminhão, não necessitando de motorista, mas há uma pessoa que controla a máquina. É uma nova tecnologia, gente treinada para o trabalho.

Em Santos, por exemplo, a categoria de conferentes ainda está escrevendo o número de contêineres, enquanto em alguns lugares esse trabalho já é feito por meio de leitura ótica. É isso que se quer no porto de Santos, onde ainda hoje navios atracam, para serem carregados de açúcar, e, quando trazem um

furo no costado, usa-se durepox para se fazer o conserto. Que modernidade é essa? Essa questão ofende até os trabalhadores quando são comparados a uma máfia.

Todas as equipes de todas as categorias estão sendo reduzidas. Hoje existem categorias que retiraram seus trabalhadores das operações em algumas fainas; é o chamado terno zero. Tudo isso é preestabelecido em convenção coletiva de trabalho, que é legal, está dentro da lei. Dou como exemplo quando os segmentos patronal e profissional acordam que irão requisitar quatro homens, e daqui a seis meses não querem mais aqueles profissionais; então, enquanto vigor aquele acordo, que seja mudado por sentença judicial ou por novo acordo.

Ocorre que em Santos houve uma transformação, apesar de muito acanhado o investimento, mas, de cinco anos para cá, alguns setores foram modernizados, melhorados, inegável isso, mas herdou-se um contingente preexistente, e por isso os trabalhadores hoje lutam por um PDV, por um ajuste no seu quadro. Não quero dizer que tem que empregar pela questão social. É uma necessidade do porto de Santos, e os trabalhadores estão pleiteando; isso aí é uma oportunidade rara. Para qualquer segmento de trabalhadores, quando se fala em PDV, a primeira coisa que os trabalhadores fazem é uma paralisação contra o plano de demissão voluntária; em Santos, ocorre justamente o contrário, os trabalhadores almejam o PDV.

Penso que deve ter ficado clara a nossa posição, a posição dos trabalhadores e a minha em particular. Em momento nenhum, somos contra a tecnologia e o investimento. O que não se pode é querer retirar o trabalhador do mercado sem investimento, sem que a cidade e a comunidade portuária santista tenha benefícios, que os exportadores brasileiros tenham benefícios.

Vou entrar numa área que talvez não seja a minha. Por exemplo, falando especificamente do contêiner, que é a carga mais movimentada, e a questão da soja em Santos – assim o Senador pode tomar conhecimento: para se chegar ao corredor de exportação para o escoamento da soja, os caminhões precisam atravessar a cidade de Santos, de ponta a ponta: há áreas que poderiam ser utilizadas, logo na entrada da cidade, para se projetar um trajeto mais fácil. São falhas que precisam ser corrigidas, porque isso causa um transtorno terrível no trânsito, é um lugar apertado. É muito complicado. Em Santos, tanto faz o trabalhador ganhar R\$10,00 ou R\$50,00. Sabe por quê? Porque há um negócio chamado THC, que é uma taxa cobrada pelos armadores aos usuários a título

de despesa na movimentação da carga para o cais. Ocorre que isso é um preço geral, único; é preço, não é custo. Tanto faz ele operar no ponto 1, no 15 ou no 20; em qualquer lugar que ele opere cobrará R\$183,00 do usuário. Por sua vez, o operador portuário tem despesas: ele tem que pagar o pessoal, tem que pagar o estivador, o trabalhador de bloco, o conferente, enfim, tem suas despesas e tem que pagar seus empregados, mas duvido que essa despesa chegue a R\$183,36. Sindicatos de avulsos do Porto de Santos, há pouco tempo, fizeram um expediente a diversos órgãos. Segundo informações que tenho – até pedi cópia e não pude trazê-la – foi dito, não sei se a alguns Senadores ou ao Senado Federal, que os sindicatos abririam suas planilhas de quanto ganha o trabalhador e de quanto arrecada desde que todos abrissem também. Vamos ver onde está o custo portuário. Não sei se V. Exª tem conhecimento de que existe um negócio chamado BL, é o conhecimento de carga. Quando a carga embarca, o conhecimento vem para cá de que o importador só pode pegar o contêiner dele quando ele paga o frete.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Para facilitar um pouco para o senhor.

O SR. JOÃO ARISTIDES SALDANHA – Terminarei logo, não me estenderei.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Quero fazer uma proposta. Estou sentindo que vocês estão com um grande problema, que é embarcar essa soja pelo Porto de Santos. Então, em vez de investirmos todo esse dinheiro, do qual grande parte se destinará à soja, proporei que, ao final da reunião, possamos investir um valor muito aquém disso e que possamos levar essa carga – como já fizemos no Porto de Belém do Pará –, revitalizar o Porto de Belém da capital e transferir para a Vila do Conde, onde será, em Barcarena, o Porto Industrial e futuro porto, pela ligação com a alça viária com todo o sistema integrado do sul do Pará e, principalmente, utilizarmos o Porto de Santarém, que hoje, com certeza, V. Exª confirmará, é o melhor porto do Brasil, que só precisa que a estrada seja asfaltada no trecho Cuiabá/Santarém, e não precisaremos de muito mais do que R\$300 milhões para fazer isso e, logicamente, reinvestiremos num Porto de Santarém, num retroporto e nas obras que são necessárias para sua ampliação. Tiraremos o problema da soja de vocês.

O SR. JOÃO ARISTIDES SALDANHA – Não é um problema, é um prazer ter sua soja lá.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Realmente vamos baratear muito o custo da soja para exportar para os portos americanos e europeus. Ao contrário, é muito

mais perto. Estamos a 6 mil milhas navegáveis mais perto, não temos nenhum problema de meio ambiente, de estrada ou de porto, o Dr. João Acácio com certeza sabe disso.

Encerrarei, pois sei que isso demandará ainda muito tempo. Quando faço esse questionamento, não sou um especialista no assunto, como o Dr. João Acácio e o senhor, não tenho pretensão disso. Mas participei da atividade portuária e fui Presidente do Conselho de Usuários dos Portos do Pará por alguns anos, Presidente do Sindicato de Navegação e conheço pelo menos o linguajar e os problemas.

Portanto, dou razão ao que V. S^a coloca com relação à abertura das planilhas de custos para realmente se saber quem é quem na história.

O SR. JOÃO ARISTIDES SALDANHA – Concluirei rapidamente, Senador. Realmente é o olho do dono que engorda o gado.

Quando o usuário paga o frete, tem que pegar o BL. Para se pegar o BL é cobrada uma taxa de US\$35,00, só para um carimbo. Vale US\$35,00 só esse carimbo. No meu ponto de vista, isso tem que ser rediscutido: adicional de frete para renovação de marinha mercante. Onde está a marinha mercante brasileira. Custa 25% do valor do frete, quem é usuário do porto sabe disso. O THC, na carga geral, enforca mais ainda. A carga geral muitas vezes é de baixo valor agregado. São US\$24,80 a tonelada, a carga geral. Então, os trabalhadores estão dispostos a abrir seus custos. Se o problema é esse, se a culpa é nossa, vamos abrir os custos. Agora, todos têm que abrir, ver onde está isso. O usuário muitas vezes é penalizado na atividade portuária e, com certeza, não é pela administradora do porto e nem pelos trabalhadores.

Quero mais uma vez agradecer, dizendo que o Porto de Santos, com todos os seus problemas, ainda é um porto viável, penso que tem solução, pode crescer muito e os trabalhadores estão sempre na expectativa de ter melhores investimentos, melhor qualificação para que traga progresso para a nossa região e para o nosso País.

Fui até rápido, visto que o Dr. Fernando Viana e o Dr. João Acácio já haviam falado sobre tudo. Se não houver alguma pergunta, eu gostaria de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ao ouvir o último conferencista, quero agradecer ao Dr. João Acácio, ao Dr. Fernando Lima Barbosa Viana e ao Dr. João Aristides Saldanha da Fonseca e dizer agora ao nosso Deputado a pergunta que ele me fez.

Nos dois últimos anos, fomos Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Lá, começamos a estudar o que é custo Brasil. Até aí, a grande maioria dos Senadores recebia o seu processo, não discutia outra coisa a não ser o processo em si e dava o seu parecer.

A maioria dos Senadores não tinha profundidade de conhecimento, o que é uma realidade normal, visto que há uma multiplicidade de níveis de inteligência. O político normalmente é um quem tem inteligência social – relaciona-se com muita facilidade – e inteligência verbal. A grande maioria não tem o pragmatismo que tem o empresário, que fala bem, relaciona-se bem e parou aí. E é sempre o melhor da sua comunidade. Então, vamos dizer que uma comunidade seja mediana, o melhor deles será um mediano, que chega aqui e muitas vezes não sabe o que é uma aplicação interbancária, porque o Estado dele nem fazia, ou não sabe o que é **commodities**, ou nunca teve experiência mas tem que decidir, às vezes, leis complexas.

Quero cumprimentar a Comissão. Tratei de trazer o maior número de conferencistas possível, a fim de que passássemos a entender com mais profundidade todas as nuances dos problemas e ficamos estarecidos. Verificamos que na área de carne perdemos espaços que não devíamos ter perdido; na área de frango, também; na área de transporte, de frete e assim por diante. Abrimos mão e quando se falou de marinha mercante e cabotagem, essa nós erramos. O Congresso Nacional errou. Hoje não temos quase nada mais porque está dominado por navios estrangeiros, tripulações estrangeiras, que não seguem sequer a legislação brasileira. Vamos ter que refazer. Damos a mão à palmatória porque erramos.

Mas não erramos só nisso, não; erramos também na privatização, em várias delas. Depois saímos corrigindo. Lamento muito que sejamos de uma nacionalidade que se preocupa pouco com o planejamento. Estamos sempre apagando o incêndio de ontem em vez de cuidar de saber o que vem pela frente. Isso faz parte da nossa nacionalidade, infelizmente. Não temos uma política industrial, uma política agrária, uma política portuária. As políticas praticamente não existem, e se existem são 90% conversa fiada, porque não estão baseadas no real.

Não somos donos da verdade, por isso precisamos aprofundar os estudos em todos os setores. Na Comissão de Assuntos Econômicos fizemos isso e criamos inúmeras subcomissões, chamamos empresários de todas as áreas, ouvimos a todos, desde a empresa aérea até o homem que cuida da venda de grãos ou que está plantando; desde o frango até a exportação de produtos acabados. Enfim, fizemos uma avaliação complexa e chegamos a conclusão de que

um grande ponto de estrangulação nosso era a área da balança comercial. A nossa balança comercial é algo de assombrar, porque deixamos de vender aos países que tínhamos oportunidade de vender, como, por exemplo, os países árabes. Não nos conformamos, porque deixamos de vender US\$2 bilhões para a Líbia e US\$ 1 bilhão e meio para o Iraque. Para o Irã, estamos vendendo setecentos milhões/ano, mas, como estamos comprando só quarenta, eles estão para deixar de comprar de nós. Deixamos de ocupar espaços no Marrocos e na Argélia. Na Argélia, estamos comprando US\$1 bilhão de petróleo e vendendo quarenta milhões. É inadmissível.

A grande maioria dos nossos empresários quer fazer o circuito Elizabeth Arden – Londres, Paris e Nova Iorque. Ninguém quer ir para os países mais distantes ou mais complexos, lamentavelmente. Daí a pouca exportação.

Tratamos de discutir e lutar por isso. A Comissão de Assuntos Econômicos passou a receber mais embaixadores que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Fui à Líbia, falar com o Presidente Kadafi. Estou indo agora encontrar o Presidente Saddam Hussein, no Iraque, porque todo mundo está vendendo, mas nós ainda não. Ficamos olhando para ver, ficamos com medo das pessoas, das nacionalidades.

O Embaixador da Líbia, aqui, passou dois anos como uma alma morta, rodando em Brasília, sem ser atendido. Graças a Deus, o Presidente teve sensibilidade e me disse: “Leve-o ao Palácio da Alvorada, que tem menos burocracia”. Fomos às dez horas da manhã para lá e fomos recebidos. Isso gerou um encontro com Kadafi. Ganhamos US\$400 milhões somente numa demanda que iniciamos e que fomos sentenciados no tribunal do país. Isso foi reduzido para US\$50 milhões. Sentamos à mesa e o Presidente Kadafi determinou que se sentassem à mesa, lá. Conseguimos o mesmo aqui, reduzindo para US\$50 milhões. Já começamos a vender cem mil toneladas de açúcar, não sei quantas de grãos etc.

É para exportar? É e nos pareceu, quando lemos a reportagem, que esse é um gargalo. Se se exporta 30% por esse porto e esse porto está esclerosado pelas várias razões que vimos aqui, é um gargalo. Se o Presidente diz que “exporta ou morre” ou – agora, mudou-se a frase – “exportar para viver”, temos que tentar, porque é obrigação deste Congresso fazer isso, assim como temos obrigação, nesta comissão, de fiscalizar toda a aplicação de dinheiro público federal. Também passamos a fazer os projetos.

Não estamos parando aí. Esta comissão não estava funcionando. Este ano, já fizemos vinte e seis re-

uniões. No ano passado, fizeram quatro. Já soltamos cerca de trezentos processos. Tem sido assim: ou por denúncia ou pelo que foi fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União, estamos trabalhando.

O senhor perguntou o que se pode fazer. Criamos uma comissão parlamentar de apoio à exportação. Vou conchamar a comissão e vamos abordar o tema do Porto de Santos e de outros que devem ter o mesmo problema. Acabamos de ver Salvador, com problemas.

Um segundo ponto é que criamos, nesta semana, uma subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos para apoio à exportação. Também vou pedir que tenhamos continuidade lá.

Vamos chamar o Ministro dos Transportes e já foi chamado o Ministro que acabou de assumir o Ministério do Desenvolvimento. Vamos conversar com o Presidente da República e vamos pedir ação.

Esses são os passos seguintes.

Vamos usar a tribuna do Senado para gritar que isso é um escândalo. O Porto de Santos tem grife, pois, se se perguntar por onde foi exportado e se se responder que foi pelo Porto de Santos, terá mais valor que pelos outros. Coisa de brasileiro, mas é verdade. Vamos protestar, pedir, instigar, cobrar.

Não sei se teremos o sucesso que queremos, mas vamos fazer isso. Essa foi a partida. Estou convencido de que não há outra solução, ainda mais com custo zero para o Governo. Se o Governo tem um Ministério que tem 200 milhões e precisamos de 800 milhões de dólares, é óbvio que isso é um presente. Com certeza, isso é um auxílio muito grande do empresariado para o desenvolvimento do Brasil. Eu compreendi a idéia. Tenho certeza de que meus pares também o farão.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma sugestão, já que V. Ex^a incluí na lista de convidados o Ministro do Transportes e, agora, o novo Ministro do Desenvolvimento, Sérgio Amaral...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Governador de São Paulo também.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Eu gostaria de sugerir que V. Ex^a incluísse...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Prefeito de Santos também

O SR. LUIZ OTÁVIO – Eu gostaria que V. Ex^a incluísse o Advogado-Geral da União, Gilmar Mendes,

porque, pelo que eu vi nas exposições tanto do Dr. João Acácio quanto do Dr. Fernando Vianna, um dos problemas que atingem diretamente o Porto de Santos é a questão dos contratos existentes com as empresas que exploram os armazéns – eu pelo menos entendi dessa forma.

Penso que seria ao menos um caminho direto convidá-lo para vir aqui, porque, com certeza, V. Exª teria uma condição bem melhor para não só pedir esclarecimentos como uma saída, objetiva, como o Deputado colocou.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador, farei uma provocação a V. Exª. Faça V. Exª o requerimento, por favor, pedindo a presença do Governador de São Paulo, do Prefeito de Santos, do Ministro dos Transportes, do Ministro do Desenvolvimento e eu farei a petição junto à Comissão de Economia, para que se faça a reunião conjunta, com mais outras autoridades que forem necessárias. A meu ver, aliás, até o BNDES deveria ser chamado.

Todas as facetas que sejam possíveis devemos aqui chamar à análise. Posteriormente, até mesmo segmentos do empresariado. Vejo aqui uma frequência grande do empresariado, que têm interesse. A causa é comum. Não consigo entender como é que Cancun e Cosumel têm 1/3 das exportações do Brasil, País com 170 milhões de habitantes e é a oitava ou nona economia do mundo.

Eu gostaria de agradecer a todos, dizendo que compramos a idéia, que a iremos implementá-la, vamos cobrá-la e até peço ao empresariado que está presente...

O SR. SÉRGIO AQUINO – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tão logo eu conclua, eu concederei a palavra a V. Sª. Estamos aqui em uma Comissão democrática. Eu, antes, gostaria de encerrar, mas pela provocação de V. Sª, eu ainda poderei dizer alguma coisa, mas já concluo por aqui, dizendo que não me conformo que o Porta-Aviões Minas Gerais não seja transformado em um shopping brasileiro flutuante, mostrando os produtos – ele dispõe de um elevador capaz de suportar casas e aviões. Isso seria importante para as pessoas tocarem os produtos e, com essa medida, com certeza iríamos vender muito mais.

Esse também pode ser um projeto concomitante, até porque já foi feito uma vez na Inglaterra e deu certo lá. Não sei porque não teve continuidade, mas com certeza para um País que precisa exportar, teremos de usar da criatividade, engenho e arte.

Eu gostaria de saudar, antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, os trabalhadores. Eles mostraram aqui uma concordância que é raro acreditar que tenham. Eu nunca esperei isso, sempre pensei que o sindicato...mas não. Parabéns por essa posição moderna.

O SR. JOÃO ARISTIDES SALDANHA – Sr. Presidente, temos de ter esse interesse pelo seguinte motivo: os portuários, os que eu represento, os estivadores, somos trabalhadores avulsos. Só não damos despesa alguma ao segmento patronal quando ele não nos requisita. É um avanço nas relações de trabalho. É algo centenário, mas está à frente de seu tempo com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado.

O SR. SÉRGIO AQUINO – Sr. Presidente, tenho a honra de ser companheiro do Dr. Fernando Vianna e do Companheiro João no CAP – Conselho de Autoridade do Porto de Santos. O elogio que o senhor fez ao João é mais do que justificado porque ele é um grande líder na parte trabalhista, que tem agido de maneira coerente – e da mesma maneira, como Presidente da Codesp.

Eu parablenizo esta Comissão pelo trabalho e, apenas como membro do CAP, eu gostaria de destacar a questão do momento difícil do Porto de Santos. Realmente temos, como o Dr. João Acácio apresentou, solução para o futuro, que já deveria ter sido implantada no passado – e seria o presente hoje –, mas temos problemas tremendos em termos de presente no Porto de Santos.

O Porto de Santos é usado, como acontece na imprensa, sempre que se vai falar de porto, até porque é o maior, como exemplo. Contudo, ele é utilizado como exemplo apenas de coisas negativas. Nas questões em que ele necessita efetivamente de soluções concretas, ele não é visto assim.

Apenas, em termo de informação, para que o senhor tenha uma idéia do momento que se está vivendo, a administração do Porto de Santos, que é exercida pela Codesp, ela não tem condições de exercer o seu papel previsto por lei por problemas financeiros. Operacionalmente, ela é viável, porém carrega um passivo de aproximadamente R\$350 milhões que estão provocando bloqueios financeiros todos os dias, então não tem mais condições para trabalhar. E o CAP já indicou a possibilidade de um reajuste de tarifas desde fevereiro deste ano, mas até hoje não houve retorno dos ministérios competentes de Brasília para a adoção.

E, pasmem os senhores, o Porto de Santos não recebeu investimento nenhum nos últimos anos do Governo Federal. Enquanto o Pecem recebeu aproximadamente R\$350 milhões, Sepetiba, mais de R\$350 milhões, Rio de Janeiro, R\$80 milhões, Santos não recebeu investimento algum do Governo Federal. Além de não receber, tem um passivo em que não há envolvimento algum da Advocacia-Geral da União ou de alguém para tentar resolver. Além disso, o Porto de Santos recebeu como encargo administrar outros dois portos e tem gastos com isso, mas o Governo Federal não o ressarcir. É incrível.

Quando se extinguiu a Portobras, foi incumbida a Codesp de administrar os portos de Laguna e Estrela, se não me engano e as hidrovias. Parece-me que agora vão ser retiradas. Porém foram transmitidos esses encargos de administração com o compromisso de que haveria ressarcimento, mas não há. Então a Codesp tem que pagar as contas do Porto de Santos, tem que tentar se viabilizar, precisa se modernizar, não tem dinheiro porque ele é bloqueado no banco. Nas últimas decisões processuais, os juízes têm mandado que as empresas arrendatárias não depositem mais no banco e paguem diretamente aos que moveram ações, principalmente à prefeitura, então estamos vivendo uma situação de absoluto caos e de falta de lógica com relação ao dia-a-dia.

Então é muito importante, Excelência, que haja realmente um envolvimento sério do Senado com relação à solução do Porto de Santos, porque ele hoje é vítima do passado. Ele tenta planejar o seu futuro, mas não consegue viver o seu presente. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço a participação de V. S^a. Enquanto V. S^a falava, bati o olho no problema da dragagem, por exemplo, que o Dr. Fernando levantou. Pode ter terminado de fazer a dragagem, mas ser preciso repeti-la na outra semana, desde que haja aluvião que faça o cerceamento. Estamos vivendo isso no Porto da Paraíba. Precisamos de recursos que são poucos, R\$10 milhões, mas o Ministério coloca três, depois mais um e diz que acabou de ser dragado. Como acabou de ser dragado se veio todo o material orgânico de novo, se assoreou. Isso tem que ser feito permanentemente, é como comer todo dia. Entendemos e compramos essa briga.

Agradeço a todos os senhores e quero dizer-lhes que compramos a briga e estaremos lado a lado na busca de uma solução que com certeza será muito importante para o Brasil.

Agradeço mais uma vez aos conferencistas. Para nós foi altamente instrutivo. Agradeço toda a pa-

lestra do Dr. João exibida em CD-rom, as xerox da palestra do Dr. Fernando e dizer mais uma vez da minha alegria. Ainda houve uma complementar. Dizia-me o nosso líder sindical que é do PMDB lá na cidade de Santos.

O SR. JOÃO ARISTIDES SALDANHA – Com muito prazer e muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A honra também é nossa. Nunca fui de outro partido em minha vida. Acho que o PMDB trouxe este País com liberdade até aqui. Não estou fazendo proselitismo político, mas precisamos dizer a verdade de quando em vez.

Obrigado a todos. Vamos juntos lutar pela solução deste grave problema.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 20h54min.)

Ata da 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 28ª da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada conjuntamente com a Comissão de Finanças e Tributação – CD, Comissão de Economia Indústria e Comércio – CD, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CD, e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional em 20 de setembro, de 2001, às 10 horas.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte de setembro do ano dois mil e um, no Plenário n.º 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniram-se as Comissões de Economia, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; as Comissões de Assuntos Econômicos; e de Fiscalização e Controle, do Senado Federal; e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, em reunião ordinária de audiência pública conjunta, em atendimento ao § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como convidado o Senhor Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil. Registraram presença os Deputados Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Carlito Merss, Edinho Bez, Emerson Kapaz, Félix Mendonça, Fetter Júnior, Fioravante, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, João Magno, Jorge Bittar, Jorge Khoury, Jorge Tadeu Mudalen, José Carlos Aleluia, José Chaves, José Militão, José Pimentel, José Priante, Jurandil Juarez, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Fortes, Max Mauro, Milton Monti, Miro Teixeira, Nelson Meurer, Neuton Lima,

Orlando Desconsi, Paulo Mourão, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Ricardo Berzoini, Roberto Argenta, Rodrigo Maia, Romeu Queiroz, Sampaio Dória, Sérgio Barros, Virgílio Guimarães, Wilson Braga e Yeda Crusius, titulares; Adolfo Marinho, Aloizio Mercadante, Armando Abílio, Clementino Coelho, Clóvis Ilgenfritz, Danilo de Castro, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Gilmar Machado, Ildefonso Cordeiro, Lincoln Portela, Márcio Matos, Paulo Kobayashi, Ricardo Ferraço e Ricardo Barros, suplentes; Luis Carlos Heinze e Freire Jr., não membros. Também estiveram presentes os Senadores Carlos Bezerra, Lúdio Coelho, Nilo Teixeira Campos, Paulo Hartung, Pedro Piva e Tião Viana, titulares; e Luiz Otávio, suplente. Justificou sua ausência o Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, que se encontrava em Licença de Tratamento de Saúde. O Deputado Marcos Cintra deu por abertos os trabalhos. Em seguida, convidou o expositor para tomar assento à Mesa, assim como ao Senador Carlos Bezerra, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; aos Deputados Jorge Tadeu Mudalen, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e João Caldas, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Em seguida, passou a palavra ao Senhor Arminio Fraga para suas explanações. Na fase dos debates, fizeram uso da palavra, para indagações, os Deputados Sérgio Miranda, Ricardo Berzoini, Ricardo Barros, Félix Mendonça, José Chaves, Yeda Crusius, Paulo Mourão, Clementino Coelho, Darcísio Perondi e Miro Teixeira. No transcorrer da reunião, os Deputados Marcos Cintra, Jorge Tadeu Mudalen e João Caldas revezaram-se na Presidência dos trabalhos. Antes de encerrar a audiência pública, o Presidente colocou em votação a ata da presente reunião, tendo sido aprovada unanimemente. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, às treze horas e quarenta minutos, o Presidente agradeceu a presença de todos, em especial ao convidado, e encerrou os trabalhos. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado, passando a fazer parte integrante desta Ata. E para constar, eu, Aparecida de Moura Andrade, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelos Presidentes e encaminhada à publicação nos Diários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, juntamente com a íntegra de suas notas taquigráficas. Deputado MARCOS CINTRA, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Deputado JORGE TADEU MUDALEN, Presidente da Comissão de Finanças e

Tributação; Deputado JOÃO CALDAS, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; e Senador CARLOS BEZERRA, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Finanças e Tributação.

Nossa audiência pública conta com a presença do Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil.

O objetivo desta audiência pública conjunta é a prestação de contas do Poder Executivo ao Poder Legislativo, em obediência ao § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já compõem a Mesa o Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central; o Senador Carlos Bezerra, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e o Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados.

Esta é uma audiência pública que reúne a Comissão de Economia, Indústria e Comércio, a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos, também do Senado Federal, e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Esclareço aos presentes e ao nosso ilustre convidado que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito a todos que falem ao microfone e que se identifiquem.

Para melhor condução dos trabalhos, informo ao nosso convidado que ele disporá de trinta minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado. Após sua exposição, passaremos aos debates.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Um minuto, Deputado.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o § 5º do art. 9º diz que no prazo de 90 dias, após o encerramento de cada semestre, o Banco Central apresentará, em reunião conjunta das Co-

missões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas. Isso foi introduzido, Sr. Presidente, tomando por base a experiência positiva dos Estados Unidos. Nos meses de fevereiro e julho, o Presidente do FED vai ao Congresso e apresenta uma avaliação.

Estamos alterando a Resolução nº 2. Há uma proposta de que essa avaliação seja apreciada pelo Congresso. Ora, ao tratarmos de avaliação e apreciação, achamos que o Presidente do Banco Central deverá nos trazer um relatório, algo que possamos avaliar.

Na última vez em que o Presidente do Banco Central esteve aqui, S.Sa. não cumpriu o disposto, fazendo apenas um relatório verbal sobre o balanço e não sobre o custo da política monetária, creditícia e cambial, como manda o § 5º. S.Sa. fez uma exposição, utilizou algumas projeções. Pergunto: como o Congresso vai fazer um exame dessa avaliação?

Sr. Presidente, existe uma avaliação, por escrito, para que possamos acompanhar? Caso exista, que seja distribuída cópia para os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Informo ao Deputado Sérgio Miranda que essa questão já foi abordada. Houve uma discussão com a Assessoria do Banco Central a propósito de que houvesse pleno atendimento aos quesitos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, como, aliás, V.Exa. acaba de ler. Haverá uma exposição do Presidente do Banco Central da avaliação dos custos da política monetária cambial e, ao término da exposição, o Dr. Arminio Fraga fará a distribuição de um documento que será usado para avaliação de todos os Srs. Parlamentares, exatamente em atendimento a esses quesitos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dando prosseguimento aos trabalhos, passo a palavra ao Dr. Arminio Fraga, solicitando-lhe que se atenha ao prazo regimental de trinta minutos.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado Marcos Cintra e Parlamentares presentes. Mais uma vez, agradeço-lhes o convite.

Antes de começar propriamente minha exposição, quero responder a pergunta do Deputado Sérgio Miranda. Temos uma apresentação mais completa do que a anterior, mas não temos um texto. O material da apresentação – tabelas, gráficos etc., com alguns resumos e tópicos – será distribuído brevemente. Ele ficou pronto hoje de manhã, já fiz algumas modificações. Depois V.Exa. pode indicar o seu grau de insatisfação. Acho que ainda não será satisfatório. Procuramos levar em conta seus comentários de seis me-

ses atrás. É com esse objetivo que inicio minha apresentação. Vou fazer uso de transparências. Todas elas serão distribuídas para V.Exas. e também para a imprensa.

Não é preciso repetir o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o nosso trabalho começa com a letra da lei, que nos recomenda uma apresentação, como disse há pouco o Deputado Sérgio Miranda, com a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas, evidenciando o impacto do custo fiscal e resultados demonstrados do balanço. Como disse da outra vez a V.Exa. e a seus colegas, trata-se de um exercício complexo, pois é preciso avaliar o impacto global das políticas. Obviamente, temos todas as contas fiscais, como manda o figurino. A interpretação de qual é o custo ou o benefício social de uma determinada resposta de política econômica a um certo contexto é algo que certamente deixa margem para diferenças de opinião. Vou apresentar aqui a nossa visão.

(Apresentação de transparências.)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias recomenda que, na apresentação da própria lei, o Governo explicita os objetivos, suas políticas monetária, creditícia e cambial, bem como parâmetros, projeções etc. Isso foi feito. No anexo dessa lei está dito com clareza que os objetivos da política econômica seguem sendo a promoção do crescimento com estabilidade, convergência das políticas macroeconômicas e, especificamente no caso da atuação do Banco Central, compromisso com a livre flutuação da taxa de câmbio e a orientação da política monetária para as metas de inflação. Declara também que, no que diz respeito à política de crédito, o Governo tem por objetivo expandir o crédito de maneira segura, responsável, de tal forma também a estimular e a permitir o crescimento da economia.

Com relação ao resultado financeiro do Banco Central, ele representa o custo fiscal direto. A conta hoje é feita com critérios extremamente rigorosos e com total transparência.

Hoje temos, no balanço que apresentamos, o que já é de conhecimento de V.Exas., regras que reavaliam, a preço de mercado, títulos que são sujeitos a variações de taxa de câmbio, taxa de juros ou de prêmio de risco. Isso é que é feito. O resultado do período foi negativo em 4,08 bilhões, como é de conhecimento, principalmente em função de uma depreciação de cerca de 18% da taxa de câmbio e do fato de o Banco Central ter uma posição líquida vendida em câmbio, e foi esse o fato causal. Se fizermos a conta, a despesa líquida com correção cambial foi de 3,84 bilhões. Por-

tanto, praticamente idêntica ao resultado. Explica-se o resultado dessa forma.

Nossa equipe fez algumas simulações. Se tivéssemos tido um ambiente, vamos dizer, livre de surpresas ou extraordinários movimentos de câmbio, juros e prêmio de risco, que são variáveis que afetam a avaliação do nosso balanço, veríamos que o Banco Central teria tido um resultado positivo, algo em torno de 200 milhões. No fundo, quero dizer que, num ambiente em que as coisas ocorrem mais ou menos dentro das expectativas – claro que há um espaço de variabilidade muito grande, principalmente num momento mais turbulento como o atual –, por exemplo, se a taxa de câmbio ficasse constante ou tivesse tido uma pequena depreciação e o mesmo ocorresse com a taxa de juros, o Banco Central teria tido um pequeno lucro. Esse lucro é sensível ao prêmio de risco ou à taxa de juros real que vigora na economia, porque temos, do lado do ativo, as reservas que rendem a taxa mais baixa do sistema, a taxa livre de riscos.

A aplicação das reservas feitas em investimentos seguros hoje rende 2,5%. A taxa de juros caiu muito, enquanto os títulos que temos no passivo do Banco pagam a taxa de juros de mercado aqui. À medida que a economia vai consolidando uma trajetória de desenvolvimento e estabilidade, esse diferencial vai diminuir, e o resultado do Banco deverá aumentar. Resumindo, houve um resultado negativo de 4,08 bilhões, praticamente coincidente com o número da despesa líquida com correção cambial.

Nossa visão é que, ao longo do tempo, segundo a filosofia de separação das coisas monetárias e fiscais – creio que norteia todo um trabalho que vem sendo feito de reconstrução institucional no Brasil –, amparada pela nossa Constituição, faz sentido trabalhar para que o balanço do Banco Central seja um balanço mais casado no sentido financeiro, ou seja, que haja menos defasagem entre prazos ou taxas ou indexações nos itens de ativo e passivo. Em particular, minha opinião, que tem eco na área econômica do Governo, é que operações que ponham risco ao Erário – operações do Banco Central de assistência de liquidez ou de intervenção no mercado de câmbio –, acima de um determinado nível, sejam discutidas e aprovadas pelas lideranças ou pelos responsáveis pela área fiscal. Esse é um tema que merece espaço próprio para discussão ao longo do tempo. Creio que é algo que virá e que faz parte desse processo de revolução no sistema e nos regimes fiscal e monetário no Brasil, excetuando-se nesse caso as decisões de taxas de juros. Essas, sim, são as decisões clássicas de política monetária.

Minha convicção, amparada pela evidência histórica, empírica e hoje por argumentos teóricos muito sólidos, é de que é fundamental separar e diferenciar os regimes fiscal e monetário. E assim fazendo, obtém-se, a médio e longo prazos, a taxa de juros mais baixa possível. Já tivemos ocasião de discutir esse tema aqui no ano passado. Tenho absoluta convicção de que dar ao Banco Central um espaço de trabalho claro, bem definido, transparente, voltado para a estabilidade de preços e do sistema financeiro, ajuda a reduzir a taxa de juros. Este é um ponto importante, e creio que também faz parte da evolução natural das nossas instituições. Temos, com a Medida Provisória nº 2.179, autorização técnica para promover essa gradual adaptação do balanço do Banco Central. Creio que é mais um item, dá à categoria maior transparência, simplificação das funções de cada ente no setor público.

Nosso balanço, além de toda a auditoria feita pelo TCU e pela Ciset, foi também auditado por auditores independentes, de acordo com os critérios e conceitos discutidos aqui no semestre passado. Duas ressalvas foram feitas. Na primeira vez, tratamos de avançar numa resposta às duas ressalvas feitas ao nosso balanço. A primeira foi que as aposentadorias do RJU não foram contabilizadas, e a resposta já está sendo providenciada a partir de um comando geral do Governo, que é a de que esse valor deverá constar da informação global que acompanha futuros projetos da LDO a partir de 2002. Este é um tema importante. O registro de um passivo atuarial às vezes dá a impressão de que se tem uma dívida inadmissível, uma dívida maior. Como a Previdência faz parte do nosso orçamento, temos também futuros fluxos de receita para cobrir essa importante despesa nas aposentadorias, como é feito hoje.

O segundo item, que foi objeto de ressalva no semestre passado e mais uma vez neste semestre, diz respeito à impossibilidade de uma opinião dos auditores sobre as provisões referentes às instituições em liquidação extrajudicial. A partir dessa constatação, apesar de toda uma revisão e de todo um cuidadoso trabalho de inspeção de cada um desses processos de liquidação, também contratamos auditorias independentes. Esse trabalho está em andamento. Não temos nenhum resultado preliminar que aponte alguma necessidade de provisionamento adicional.

Um item que eu gostaria apenas de mencionar aqui diz respeito a um trabalho que estamos acelerando: a efetiva liquidação dessas instituições financeiras. Sei que esse foi um tema importante quando da primeira apresentação do balanço revisado do

Banco Central, balanço com critérios novos que implantamos no ano passado. No primeiro semestre deste ano recebemos – isso é caixa – 3,6 bilhões em créditos que foram liquidados e pagos ao Banco Central. Estamos acelerando esse processo de pagar ao Banco Central. O Diretor Carlos Eduardo de Freitas já vem discutindo essa questão pela imprensa.

A próxima tabela faz uma decomposição – acho que é parte um pouco do que alguns Deputados me cobraram na última vez – da evolução da relação dívida/PIB ao longo do primeiro semestre deste ano. E o que essa tabela mostra é que houve um aumento de dois pontos percentuais do PIB no semestre. Mas se olharmos os números que estão à direita da tabela, fica claro que mais ou menos 0,97% do PIB foi apenas reconhecimento de dívida. Ou seja, não tem a ver com política fiscal irresponsável. E 3,44% do PIB vieram da desvalorização cambial. Todos esses dados são feitos usando critério nominal. Isso poderia ser refeito usando também o critério real.

A conclusão é de que os 4,4% do PIB de aumento ocorreram em função desses dois eventos que não são recorrentes. Ou seja, se não tivesse acontecido a depreciação cambial, nós teríamos observado uma queda da relação dívida/PIB. Este é um ponto muito importante. Muito se tem discutido, no contexto de avaliação da política econômica do Governo e, mais importante ainda do que isso, da saúde financeira do Governo e da nossa economia, sobre o tema evolução da relação dívida/PIB. É apenas isso o que eu gostaria de registrar e de mostrar aqui. Voltarei ao tema mais adiante, já que existem outras transparências que tratam desse assunto e de assuntos correlatos.

Mas fica claro aqui que não se trata de um problema recorrente. Uma vez que haja estabilização da taxa de câmbio, ela flutua, mas a longo prazo converge para valores razoáveis. Hoje é possível até argumentar que ela esteja excessivamente depreciada. Essas flutuações não devem ser objeto de previsão de curto prazo. Mas levando-se em conta isso, creio que se chega a um panorama diferente para a evolução da trajetória dívida/PIB. A conclusão é de que esse trabalho que temos feito em conjunto – Executivo e Legislativo – já está dando resultado. E não é à toa que, mesmo num ambiente extremamente difícil como o atual, temos taxas de juros reais que subiram pouco, se é que subiram nos últimos meses.

A próxima tabela mostra um cenário para evolução da relação da dívida líquida do setor PIB, que leva em conta o que eu disse. Esse cenário supõe 4% de crescimento do PIB, 8% de taxa de juros reais e um superávit primário de 3,5%. Fica claro que, com essa

aritmética, a dívida/PIB cai. Creio que esse é um dado fundamental para nos qualificarmos para uma trajetória de crescimento acelerado e desenvolvimento do nosso País.

Realmente não vejo, nessa aritmética simples, elementos negativos. Claro que temos que trabalhar para gerar esse resultado. Isso tem sido feito com esforço, mas já gerando dividendos para o País em termos de crescimento e capacidade de administração de crises e flexibilidade em várias dimensões. Essa trajetória, a meu ver, é razoável. O potencial de crescimento da nossa economia, se mantivermos o rumo, pode até ser superior a esses 4%, e a taxa de juros real, a longo prazo, pode ser inferior a 8%, preservadas estas bases que hoje existem: responsabilidade fiscal, estabilidade macroeconômica em geral, regime de câmbio flutuante e um sistema financeiro sólido. Com essas bases, vamos conseguir chegar a uma taxa de juros real mais baixa ao longo do tempo, mais baixa até, creio eu, do que essa que foi utilizada aqui, mas isso vai depender de um esforço continuado, que não está garantido. Trata-se de algo que vamos ter que conquistar no dia-a-dia.

Um outro tema interessante e importante, também ligado à mensuração do déficit e do impacto das políticas macroeconômicas como um todo, objeto desta reunião de hoje, diz respeito à medida do chamado déficit nominal. E a nossa medida inclui o impacto da depreciação cambial. Isso é algo que não é feito na grande maioria, se não na totalidade dos países. Hoje, coluna de um jornal apresenta discussão sobre o tema. A recomendação do Fundo Monetário Internacional, por exemplo, é de que esse déficit nominal seja apresentado sem a variação cambial, pelas razões que discuti há pouco. As variações cambiais são de natureza transitória. Em alguns anos pode subir e em outros pode descer, mas a longo prazo isso tem um nível médio. Portanto, o resultado do dia-a-dia não deve ser encarado como permanente.

Este é um gráfico interessante. Podemos ver que o déficit nominal, na fase posterior à flutuação do câmbio em 1999, subiu muito, principalmente em função da variável câmbio, mas o déficit nominal, sem a variação cambial, foi bem inferior. Esse déficit veio caindo e hoje, no primeiro semestre de 2001, teria sido na faixa de 2,8%, não fosse o impacto da desvalorização cambial, que não é recorrente. Com isso, conseguimos entender um quadro que talvez não seja tão complicado quanto parece. É claro que a conjuntura econômica é difícil, mas esse é um ponto relevante.

A próxima transparência – foi um pedido que nos foi feito no semestre passado – mostra a elevação

da taxa de juros real. É bom ressaltar isso. E o ponto percentual aumenta a dívida líquida do setor público em 0,275 pontos percentuais, e, igualmente, a variação de um ponto percentual na taxa de câmbio real aumenta a relação dívida/PIB em 0,259 pontos percentuais. Digo real porque a relação dívida/PIB exclui o nominal, quer dizer, tem preço no numerador e no denominador. Estamos lidando com variáveis reais, e daí a importância disso. Quando se aumenta a taxa de juros, como fizemos no início deste ano, no momento em que se configurava um ambiente difícil, com perspectivas de aumento da taxa de inflação, de instabilidade, é preciso levar em conta a futura trajetória da inflação também, e é disso que estou falando.

Passando agora a uma breve discussão sobre os aspectos mais específicos da política monetária, creditícia e cambial – esses são os mais amplos –, temos uma tabela que mostra o volume de intervenções do Banco Central no mercado de câmbio e, em seguida, uma tabela que mostra a evolução da própria taxa de câmbio. Se examinarmos essa tabela, fica claro que a partir do início deste ano tivemos que conviver com um movimento bastante forte de depreciação da taxa de câmbio, movimento esse que continuou após o fechamento do balanço do Banco Central em junho, objeto aqui de parte da nossa discussão.

O que aconteceu nesse período e quais foram os desafios que, na condição da política monetária e cambial, tivemos que enfrentar e ainda estamos enfrentando? No início do período, sem colocar isso numa ordem cronológica cuidadosa, tivemos as questões da Argentina, que ainda estão em fase de resposta e de trabalho do Governo argentino, o que nos afetou bastante. Tivemos as questões de natureza política no início do ano e um certo ambiente de ansiedade, olhando-se para frente o calendário eleitoral. Tivemos a crise de energia. Tivemos uma fortíssima desaceleração da economia global e, mais recentemente – não faz parte desse período em discussão hoje –, o surgimento do terrorismo, de maneira dramática.

Os quatro choques que mencionei na minha leitura – o problema da Argentina, a questão política, a crise de energia e a desaceleração global – mais do que explicam o que vem acontecendo com nossa economia nesse período, choques esses com características negativas e que individualmente já nos teriam dado bastante trabalho, mas que, ocorrendo simultaneamente, representam um desafio para nosso País. Sem esses choques caminharíamos para uma trajetória de crescimento de 4%, 5%, fundamentado nas bases da produtividade, do investimento susten-

tável e para uma faixa de inflação em torno de 4%, talvez menos. Porém, essa trajetória foi interrompida. A resposta de política econômica envolve uma combinação de vários instrumentos à nossa disposição. No início do ano, como pode ser verificado nas metas, passando para a política monetária, taxa de juros SELIC, após um longo período de queda – a taxa de juros chegou a 15,75% –, iniciamos o que acabou sendo um ciclo de aumento das taxas de juros. Foi uma decisão difícil na época. A primeira chamou a atenção, foi para muitos uma surpresa. Infelizmente, olhando para trás, parece-nos ter sido uma decisão correta porque agimos preventivamente diante de uma situação difícil e que lamentavelmente piorou.

Temos o objetivo de atingir as metas de inflação determinadas pelo Governo. Do início de 2001 para cá houve um expressivo aumento na expectativa da taxa de inflação para este ano, que saiu de 4% para cerca de 6,5%. Se levarmos isso em conta, a taxa de juros subiu 3,25 pontos percentuais, a expectativa de inflação subiu 2,5%, houve uma subida na taxa de juros real de pouco abaixo de 1%, houve aumento também na expectativa de inflação para o ano que vem, que hoje se encontra em torno de 4,5%. Já há um primeiro elemento de avaliação da política monetária, ou seja, houve resposta a um choque de oferta, em parte transitório. A resposta seguiu as linhas gerais básicas atualmente aceitas internacionalmente sobre como lidar com esse tipo de choque, permitindo, como explicitamos várias vezes nas atas do COPOM, um aumento no nível de preços. Trabalhamos para impedir que esse aumento se transformasse em sucessivos aumentos posteriores. Houve aumento na expectativa de inflação para o ano que vem de 4,5%. Nossa expectativa no Banco Central é inferior a essa. Publicaremos no final deste mês um relatório de inflação. Creio que esse é um resultado satisfatório. Quando examinamos a inflação esperada para o ano que vem, percebemos que ainda fica pendente a administração de parte desse choque de oferta que nos atingiu neste ano, em particular as questões ligadas à energia e um pouco ao petróleo. A inflação tendencial, portanto, com base em nossas expectativas e nas do mercado, aponta na direção que desejamos.

Esse seria, de certa maneira, o resultado. A pergunta é: como administrar a relação inflação/PIB nesse ambiente de choque? No fundo, quando se pede uma análise da condução da política monetária é disso que estamos falando. Temos a obrigação, por convicção, de zelar para que a taxa de inflação retorne à trajetória desejada. Creio que nesse ambiente, sem saber qual será a taxa de inflação desse ano, o resul-

tado mais provável é o razoável. E, melhor ainda do que o resultado desse ano, que é frustrante, uma vez que estamos vivendo um momento de enormes choques em nossa economia, a meu ver, é termos possibilidade de queda na inflação e aumento na taxa de crescimento.

No campo da política creditícia, já temos trabalhado há bastante tempo com o objetivo de reduzir a taxa de juros na conta, o chamado spread bancário, através de uma combinação de políticas que incluam o zelo pela solidez do sistema bancário, o aumento da concorrência no sistema, o aprimoramento dos mecanismos de risco, da supervisão bancária, o aprimoramento dos instrumentos de crédito, ponto muito importante, e todo um esforço de capilarização de crédito, fazendo com que o crédito chegue naquele que tem menos acesso – os mais pobres –, com trabalhos realizados no campo das cooperativas correspondentes e de microcrédito.

O volume de crédito aumentou bastante ao longo do primeiro semestre, com crédito livre em torno de 20%. Infelizmente, não houve continuidade no processo de queda do spread bancário. Isso nos preocupa. Há uma série de medidas em andamento. Parte do problema deve-se, evidentemente, ao ambiente de incerteza, de risco maior, o que significa um comportamento defensivo por parte dos bancos, apesar do expressivo aumento no volume total de crédito. Temos algumas medidas propostas, sobre as quais não entrarei em detalhes, incluindo algumas com temas importantes, como alienação fiduciária. Em última instância, temos de trabalhar para melhorar a qualidade dos instrumentos de crédito, a fim de que o tomador possa tomar recursos com taxas inferiores às que vigoram hoje.

Para concluir, abordarei alguns aspectos. A taxa de crescimento do PIB, que viveu um período de seis trimestres bastante razoável, de fato desacelerou-se nessa confluência de choques e incertezas. Não se pode prever com precisão o que virá de fora do Brasil como cenário. Em uma entrevista coletiva declarei que pelo menos temos a nosso favor a rápida resposta dos bancos centrais reduzindo os juros agressivamente e a capacidade, principalmente na economia norte-americana, de expansão de gastos, o que pode ajudar a compensar as dificuldades que hoje vivemos.

É importante lembrar que esse ciclo de desaceleração tem também características tradicionais que, com o tempo, tendem a se reverter, o que possivelmente já ocorreria ao final deste ano. Mas temos de aguardar o impacto desses choques na economia e também a resposta de política econômica.

A taxa de desemprego continua abaixo da do ano passado. Um tema importante, que vem sendo objeto de discussão, que tem a ver com o que ocorre na economia brasileira. E temos de pensar como resposta de política econômica. Diz respeito ao balanço de pagamentos. Temos verificado que ao longo dos últimos tempos, após uma fase em que houve reversão desses saldos, que é a fase em que essa curva está subindo, houve um período em que não houve “melhoria” – entre aspas – no saldo comercial. Creio que esse período está em fase de reversão. Isso fica mais claro quando se verificam os dados mensais. Seria melhor ainda se verificássemos uma série desazonalizada, mas hoje parece evidente que o saldo comercial está em vias de reversão. O principal fator é a depreciação da taxa de câmbio, uma vez que a nossa desaceleração econômica foi mais ou menos equivalente à desaceleração dos principais países do mundo.

A desaceleração da economia norte-americana foi dos 4% previstos para 1,5%; a economia européia passou de 4% para 2%; e a nossa, de 4% ou 5% para um número que estamos revisando ainda, acima – espera-se – das economias norte-americana e européia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Quanto, Sr. Presidente?

O SR. ARMINIO FRAGA – Não tenho um número. Podemos conversar depois. Mas é um número positivo. Esse é um ponto importante. É algo que deve estar claro mas nem sempre é entendido. Fomos atingidos por choques violentíssimos, qualquer um deles individualmente, com potencial de nos afetar, reduzindo nosso crescimento e pressionando para cima a taxa de inflação. Mesmo diante desse quadro – são cinco grandes choques –, ainda assim há perspectivas de crescimento positivo superior ao norte-americano. Espera-se que chegue a 1,5%; quem sabe superior a 2%.

Estamos revisando as contas. Há a perspectiva de uma taxa de inflação que, apesar de haver subido um pouco neste ano, continua em níveis razoáveis, dado esse quadro, e com expectativas de queda no ano que vem.

O balanço de pagamentos, evidentemente, não depende apenas do saldo comercial, que – repito – tende a melhorar, apesar da recessão global; depende também do comportamento do investimento estrangeiro e das fontes de financiamento. Evidentemente, no ambiente atual, a oferta de crédito se retrai, e esse é o quadro que temos de administrar. Daí se entende parte do que vem acontecendo com a taxa de câmbio, e a outra parte vem de um comportamento

defensivo das empresas, principalmente daquelas que procuram proteger seus balanços e, ao fazê-lo, pressionam a taxa de câmbio. O fato de muitas empresas terem feito isso é um ponto importante, primeiro, porque ajuda a entender o processo de depreciação e, segundo, porque nos dá uma certa elasticidade na volta; quer dizer, quando as coisas melhorarem, muita gente que fez hedge vai querer desfazer. Não se pode também ajudar a reverter e a recuperar uma trajetória de crescimento. O resultado fiscal é conhecido, não há porque discutir.

O último ponto diz respeito ao prazo médio da dívida pública federal interna. Essa é uma área que vem sendo objeto de trabalho muito cuidadoso da Secretaria do Tesouro Nacional, com a colaboração do Banco Central, com resultados bastante expressivos. O prazo médio de nossa dívida aumentou sensivelmente. Sei que o Ministro Pedro Malan e o Dr. Fábio Barbosa freqüentemente têm vindo ao Congresso Nacional discutir esse tema. Deixo registrado que esse é um fator que nos dá um certo conforto neste momento.

Apenas para concluir, esses seis meses, objeto da discussão de hoje, foi um período de dificuldades para nossa economia, oriundas principalmente de circunstâncias externas ao nosso controle, ligadas à economia internacional e à questão da energia, quando houve o problema da seca e da oferta de energia. Esse quadro, portanto, requer uma política pública que tenha como objetivo garantir que esse desvio seja temporário.

Cremos que o trabalho de reforço na área fiscal e o trabalho preventivo realizado na área monetária, aliado à flexibilidade da taxa de câmbio e à solidez do sistema financeiro, nos dá margem a esperar uma virada em algum momento no futuro, na medida em que esses choques deixam de existir. Nossa resposta procurou calibrar adequadamente o uso dos três instrumentos: monetário, fiscal e cambial.

Coloco-me à disposição para perguntas e discussões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra)

– Agradeço ao Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, a exposição. Passarei à fase de debates.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra)

– Tem V.Exa. a palavra, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Proponho que ouçamos os debatedores, em grupo de três Parlamentares, para que as respostas do Presidente do Banco Central possam englobar um raciocí-

nio mais amplo sobre a extensa matéria exposta, cujo material já recebemos.

O Deputado Freire Júnior está fazendo uma observação: como as cópias não são coloridas, alguns gráficos ficaram prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra)

– Devido ao grande número de inscritos para a fase de debate, adotaremos a proposta do Líder, Deputado Ricardo Barros, para o questionamento em grupos de três Parlamentares.

Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr.

Presidente Arminio Fraga, sinceramente, peço a V.Exa. que leve em conta o prazer que tenho de debater com V.Exa., pela sua competência e serenidade no trato dessa questão. Se adotar um discurso mais ríspido, será por excesso de oratória, nada mais do que isso. O respeito é real, objetivo.

Se houve um avanço na última intervenção de V.Exa. nesta Comissão, quero afirmar que ainda é insuficiente. Devemos recuperar a experiência positiva dos Estados Unidos de uma avaliação por escrito, em que o Congresso Nacional possa dar sua opinião. Isso evolui do ponto de vista da transparência e de uma certa co-responsabilidade. Espero que no futuro continuemos avançando.

A questão central, em que há uma divergência de fundo entre nós, caro Dr. Arminio Fraga, e que se materializa na chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, é que a concepção da política econômica faz com que se busque na questão fiscal o amparo para toda a ação monetária e cambial.

Vocês acham que é necessário, cada vez mais, superávits primários crescentes para compensar os efeitos da política cambial e da política monetária? Pelo art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, V.Exa. se transformou no único servidor público que tem licença para gastar. Todo resultado negativo do Banco Central, não importa qual, sem nenhuma restrição, será assumido pelo Tesouro Nacional. Isso também reflete na questão monetária. Segundo os arts. 9º e 31, qualquer frustração de receita exige contingenciamentos para manter as metas de superávits. Então, estamos vivendo uma situação completamente anômala e que aparece nas contas públicas.

É totalmente insuficiente discutir impacto e custo fiscal apenas a partir de balanços. Faz-se necessária uma visão muito mais abrangente. Fiz alguns cálculos. Fiz uma comparação desse primeiro semestre de 2001 com o primeiro semestre de 1999. Levo em

conta que em 1999 houve um ajuste no valor relativo das moedas. Foi uma mudança de política cambial. Havia uma defasagem do valor da moeda brasileira em comparação às outras moedas. Em 2001 é diferente. A desvalorização, que, segundo os indicadores, chega a mais de 35%, sinaliza desequilíbrios macroeconômicos. É significativo que se verifique que, em 1999, tanto o impacto cambial na dívida líquida externa como na variação cambial dos títulos indexados ao câmbio somam, no primeiro semestre de 1999, 43 bilhões de reais; no primeiro semestre de 2001, 38 bilhões de reais, praticamente equivalentes. Por quê? Porque o Banco Central adotou uma política de dar hedge, dar um seguro ao setor privado, indexado com dívidas em dólar.

Hoje, Sr. Presidente Arminio Fraga, praticamente parte da dívida que varia com o dólar... O IPEA falava, em junho, de 42,25%. Nos últimos meses deve ter chegado a mais de 47%. Em junho eram 42,25%, colocando os títulos indexados ao câmbio e à dívida externa.

Ora, isso tem um impacto no câmbio, um custo fiscal. Se forem lançados títulos cambiais, tanto pelo Tesouro Nacional como pelo Banco Central, haverá reflexo nos orçamentos fiscal e da seguridade.

Essa contradição deve ser comentada. Há algumas questões objetivas. A política desenvolvida pelo Banco Central tem impacto fiscal muito além do resultado do balanço. Até junho, o Governo Federal teve um resultado negativo, do ponto de vista da necessidade de financiamento, de 19 bilhões de reais. A contribuição do Banco Central para esse resultado negativo foi de 17 bilhões de reais; 90% do resultado negativo do Governo Federal é do Banco Central. O Banco Central, em termos de juros nominais, pagou, no primeiro semestre, 17 bilhões, 481 milhões de reais. Chamo a atenção para o fato de que esses juros são líquidos, juro de necessidade de financiamento é líquido.

Porque, com o pagamento de 17 bilhões de reais, houve resultado negativo de apenas 4 bilhões de reais? Soube que alguns técnicos do Banco Central explicaram que os 4 bilhões de reais do balanço eram, digamos, sistema de caixa, mas o balanço do Banco Central é regime de competência, não é caixa. Essa é uma das questões que faço apenas para esclarecimento, uma vez que não sou técnico em Contabilidade. Isso vai impactar no final do ano. O resultado negativo do Banco Central será, no final do ano, muito maior do que esses 4 bilhões de reais, talvez cheguemos aos 12 ou 13 bilhões de reais de 1999, todos assumidos pelo Tesouro Nacional.

A outra questão é em relação a uma operação de títulos. O Tesouro forneceu ao Banco Central NTND, títulos com variação cambial. Por que o Tesouro Nacional, para pagar o resultado negativo de 1999, cedeu ao Banco Central NTND, que estão pagando a variação do câmbio mais 12%? Será que não é uma forma disfarçada de o Tesouro Nacional financiar o Banco Central? Quando o mercado exigiu 11%, o Banco Central não vendeu títulos cambiais. Por que o Tesouro forneceu títulos que pagam a variação nominal do câmbio mais 12%?

Os créditos. V.Exa. teve um prejuízo de 4 bilhões, 85 milhões de dólares nos primeiros seis meses. No Orçamento já vem o pagamento. O pagamento desse prejuízo não é contingenciado, é sagrado. Já se vai pagar, até o dia 10, 4 bilhões, 470 milhões de reais. Então, pela lei, esse prejuízo é corrigido pela variação da correção da conta única. Pergunto: outros ativos do Banco Central, apenas para cálculo do custo real, também são corrigidos por esse índice que o Tesouro... por exemplo, o PROER. O ativo do Banco Central é corrigido com que índice? Qual é o cálculo real?

Sr. Presidente, basicamente são essas questões que queria comentar. Sinceramente, acho que estamos vivendo um impasse nessa política que sofre um tipo de esgotamento. Os custos, que formalmente não aparecem no discurso geral, concretizam-se com essa amarração da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a necessidade de constantes superávits primários. Aparece na conta da Saúde, no corte de 1 bilhão, 200 milhões de reais em cima da PEC. Há um custo social dessa política que se está tornando insuportável para a sociedade. É em torno dessa questão que se deve fazer o debate sobre a política econômica. As contas públicas não suportam a irresponsabilidade da política monetária e cambial.

V.Exa. pode errar, pensou que a economia estava aquecida, mas estava esfriando, e os juros chegaram a 19%. Isso tem um custo e aparece nos cortes, no contingenciamento, na necessidade de se aumentar o superávit primário, como está aumentando agora. Esse custo, Sr. Presidente Arminio Fraga, está-se tornando insuportável e terá reflexo na política do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Sr. Presidente, como exceção do encaminhamento anterior, pela qualidade e pelo conteúdo das questões do Deputado Sérgio Miranda, solicito-lhe que a primeira resposta seja dada, imediatamente, pelo Presidente Arminio Fraga. Em seguida, adotaremos aquele cri-

tério de perguntas em blocos de três Parlamentares, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Consulto os nobres Parlamentares se concordam com a sugestão do Deputado Ricardo Berzoini, uma vez que houve o entendimento de ouvir três Parlamentares, em bloco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, o critério foi definido no início da reunião e, a meu ver, deve ser mantido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Poderia até argüir com o Regimento, porque o acordo feito aqui não é regimental. No entanto, tendo em vista, inclusive, que a preocupação da Liderança do Governo não é, evidentemente, prejudicar a qualidade do debate, apenas contribuir com os encaminhamentos, vou acatar essa posição do nosso xará, Deputado Ricardo Barros. Fiz essa sugestão porque achava que as questões levantadas pelo Deputado Sérgio Miranda poderiam economizar outras perguntas, até da minha parte. Qual o encaminhamento da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Não houve entendimento. Peço ao nobre Parlamentar que se manifeste.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Da minha parte não houve óbice.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Deputado Ricardo, S.Exa. tem de compreender que o Presidente do Banco do Central não precisa de proteção. S.Sa. tem competência para responder qualquer questão. Não precisa proteger o Dr. Arminio Fraga, sinceramente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Deputado Sérgio Miranda, todas as suas questões serão respondidas, e muito bem, pelo Presidente do Banco Central. Vamos apenas manter o procedimento acordado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Banco Central, confesso que toda vez que temos a oportunidade de tê-lo presente fico tentado a entrar no assunto a que mais me dedico, o spread bancário, sobre o qual já debatemos algumas vezes. Até para não repetir debates anteriores, pois talvez suas opiniões não tenham mudado, vou-me deter mais sobre a política econômica. Talvez seja esse o aspecto cen-

tral do momento que o País vive, porque, evidentemente, além da nossa crítica anterior à política econômica desenvolvida no Governo Fernando Henrique Cardoso e suas duas fases – uma até o choque cambial de 1999 e a outra, posterior, quando foi adotado o sistema de câmbio flutuante, com metas de inflação –, houve um agravamento da conjuntura internacional nesse período, fato que levou, inclusive, de maneira mais objetiva, à checagem desse modelo, ou seja, do começo ao final de 1999, início de 2000, poderíamos até eventualmente levantar dúvidas sobre a consistência da política econômica desenvolvida pelo Governo.

Hoje, temos certeza, nosso entendimento é de que a política é inconsistente e está levando o Brasil a um impasse econômico de grandes proporções que, infelizmente, vai coincidir com um período em que, estando em uma situação mais calma, poderíamos discutir o processo de sucessão no País mais sob o ponto de vista de uma política de desenvolvimento sustentado e menos sob o da superação de uma crise econômica que viveremos.

Na semana passada, o Ministro da Fazenda esteve nesta Casa, quando falou repetidas vezes, com aquela loquacidade peculiar, que o Brasil não esteve em crise, não está em crise e não entrará em crise. Eu o contestei argumentando principalmente que os principais indicadores econômicos do País apontam hoje para uma situação de impasse econômico.

Primeiro, quero levantar para o nosso debate a nossa fragilidade externa. O Ministro Malan gosta muito de estabelecer uma discussão sobre quem defende pagamento ou não-pagamento da dívida externa. Pessoalmente, acho que é questão secundária. Para mim, a questão central da política externa brasileira é a falta de uma política eficiente de geração de exportações e de substituição de importações que reduzam a nossa fragilidade externa, ou seja, o déficit em transações correntes. Para mim, é o que interessa nessa questão externa. Aliás, como boa parte da dívida externa é privada, acho que o pagamento ou o não-pagamento é um aspecto que talvez fique até secundarizado sob o ponto de vista de um debate econômico consistente.

Quanto à fragilidade externa, o déficit em transações correntes, temos o entendimento de que é preciso adotar políticas efetivas em relação ao curto prazo.

Esta é a minha primeira indagação: no seu entendimento, o que é possível fazer se só resta ao Governo mais um ano e alguns meses, sendo que os últimos dois meses são considerados de transição? O

que é possível fazer num curto prazo para atacar esse déficit? V.Sa. entende também que o déficit em transações correntes deve ser atacado neste momento?

Evidentemente, a segunda questão tem a ver com a anterior, porque nossa fragilidade externa força a elevação dos juros, ainda que, para mim, o Banco Central carregue demais essa elevação. Acho que poderíamos estar praticando hoje taxa SELIC menor do que a que estamos praticando. Porém, considerando-se 19% como o padrão – decisão do Banco Central e do COPOM –, isso provoca, através da elevação das taxas e também em função do percentual da dívida indexada ao câmbio estar hoje em torno de 24,6% da dívida interna... Parece-me que houve um engano na exposição do Deputado Sérgio Miranda, seria bom um esclarecimento.

O SR. ARMINIO FRAGA – Só um aparte, se me permite. Da dívida global, incluindo-se a dívida externa; acho que o Deputado Sérgio Miranda fez referência a isso. Em julho, o número era 44,2%, é o último dado que eu tenho.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Da dívida interna é algo em torno de 25%?

O SR. ARMINIO FRAGA – É por aí.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – São basicamente títulos cambiais.

O SR. ARMINIO FRAGA – Hoje está chegando a 30.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Já está chegando a 30? É um fator ainda mais alarmante, inclusive porque a elevação do câmbio, por si só, aumenta, mesmo que não haja emissão, o percentual da participação da dívida dolarizada na nossa dívida interna. Ou seja, pela combinação de juros altos com o câmbio excessivamente desvalorizado, temos, na verdade, uma situação de crescimento radical dessa dívida que pode, inclusive, superar o que foi acordado com o FMI.

Esse acordo com o FMI aponta um dado que, para mim, é aterrorizante. Fiquei aterrorizado quando, em 1999, a dívida interna brasileira superou 500 bilhões de reais. Aponta-se agora, para setembro de 2002, uma dívida interna de 750 milhões de reais, que, financiada a uma taxa de juros em torno de 12%, por exemplo, uma taxa baixa em relação à atual, significa um dispêndio muito elevado para o nosso padrão orçamentário e para a geração de superávit primário. Em 1999, V.Sa. esteve aqui, junto com o Ministro Pedro Malan e outras autoridades, quando distribuiu esse caderninho que apontava, para 2001, uma

meta de dívida líquida no setor público de 44,3. Estamos em 51,3, sete pontos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Para encerrar...

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Peço um pouco de paciência da Mesa. Inclusive, aqui-esci em abrir mão do meu direito regimental de individualmente fazer a arguição e obter a resposta do Sr. Presidente do Banco Central.

Quero dizer que, com esses dois indicadores, nossa fragilidade externa e a dívida interna, estamos caminhando para uma situação de impasse econômico que se dará exatamente em 2002, com a perspectiva de que haja uma grande crise internacional decorrente dos atentados terroristas, de um revide dos Estados Unidos, da própria desaceleração americana, agravada em função desses acontecimentos. Tenho a impressão de que não temos hoje como lidar, com a tranquilidade insistente do Governo, com a questão econômica sem um debate mais profundo no Congresso Nacional, que pode apresentar alternativas e buscar formas que venham a contribuir com a elaboração de uma política econômica correta. Não nos interessa, seja quem for o eleito em 2002, que cheguemos a 2003 numa situação de agravamento brutal da nossa fragilidade fiscal interna e externa.

Para concluir, faço questionamento em relação a essa recente informação divulgada sobre a verificação de uma redução contábil de 30 bilhões da dívida externa brasileira. Como V.Sa. avalia os mecanismos de verificação do Banco Central, inclusive levando em consideração que há informação, já divulgada pela imprensa e não contestada pelo Banco Central, nem pela Secretaria da Receita Federal, de que, nesse processo de 30 bilhões, 16 bilhões podem ter-se dado a partir de operações para sonegação de impostos, gerando algo em torno de 240 milhões de reais? Não há fragilidade do Banco Central quanto à sua capacidade de se manter informado sobre a relação dessas empresas, suas matrizes e outros agentes econômicos fora do País, na quitação de suas obrigações externas?

Não será necessário adotar um sistema emergencial que garanta, de fato, que não haja sonegação nem superestimação da dívida externa, fatores que vêm causando prejuízos ao País, inclusive na fixação da taxa de juros interna, além de contribuir para o crescimento da dívida interna?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Com a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, inicio minha arguição ao Presidente do Banco Central registrando a evolução que o próprio Presidente Arminio Fraga fez questão de citar a cada novo quadro apresentado – e distribuído aos Srs. Parlamentares –, a fim de atender à solicitação feita pelos companheiros da Oposição no sentido de explicitar melhor o debate e estabelecer quadros mais detalhados dos números trazidos por S.Sa. nessa avaliação da política monetária, creditícia e cambial, especialmente o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central.

No início do ano, participamos de audiência pública, proposta pelo Deputado Giovanni Queiroz, com o Secretário Flávio Barbosa sobre dívida pública, quando debatemos a matéria. Temos interesse, evidentemente, em esclarecer o máximo a opinião pública brasileira sobre esses números, porque são eles que afetam de forma bastante significativa nosso Orçamento – há pouco iniciamos os debates sobre o Orçamento de 2002. Tínhamos votado na LDO alguns parâmetros – como taxa de câmbio e previsão de crescimento econômico – que estão sendo alterados no Projeto de Lei nº 2.002 e que ainda poderão sofrer reavaliações da Comissão de Orçamento, através do seu Comitê de Reavaliação de Receitas, especialmente no que diz respeito aos índices de inflação.

É importante entender, com clareza, que o País não vive nenhuma crise. O Brasil sofre o reflexo de outras crises que nos afetam. Isso poderá repetir-se até o período eleitoral, como disse o Deputado Ricardo Berzoini, como também poderemos não sofrer mais crises, e é o que esperamos. Assim, faríamos efetivamente o debate da sucessão presidencial sobre propostas concretas de condução da política econômica brasileira em relação ao mundo globalizado, a fim de que o eleitor possa avaliar com clareza as propostas de cada um para a solução dos problemas.

Temos acompanhado com bastante atenção as críticas feitas à política macroeconômica brasileira, mas também estamos preocupados – e também o Ministro Malan, quando vem debater no Congresso Nacional – com o patrocínio, especialmente pelo PT, de um plebiscito sobre o pagamento ou não da dívida externa, o calote, que não representa uma solução efetiva para o País desenvolver-se no sentido de consolidar-se como potência mundial – oitava economia do mundo –, e isso só será possível com credibilidade. Aliás, conseguimos isso com a renegociação da dívida externa feita ainda pelo Ministro Malan e, posteriormente, com todas as ações efetivadas pela política

econômica nacional. Alcançamos a credibilidade do mercado internacional.

Hoje estamos em uma posição tranqüila. Já tivemos a oportunidade de ser o País que mais investimentos externos recebeu num mundo bastante competitivo no sentido de oferta, de recursos naturais, mão-de-obra e tecnologia. Temos certeza de que essa política nos conduz a uma boa solução de longo prazo. Mas é preciso entender que sofreremos reflexos de crises externas que nos afetam e que o País tem reagido de forma rápida a essas crises, para não sofrermos nenhuma desarrumação mais grave, como sofreu a Argentina, por falta de instrumentos e, talvez, de capacidade política de responder a essas crises.

Observo que a exposição de V.Sa. evoluiu em relação à anterior. Tenho certeza de que a próxima vez que o Presidente do Banco Central voltar a esta Casa, para avaliar este segundo semestre que estamos atravessando, a exposição será ainda mais detalhada, mais clara no sentido de que não parem dúvidas sobre os membros das diversas Comissões desta Casa presentes a esta importante audiência sobre a política monetária nacional.

Tomara que não soframos mais crises e que os senhores que comandam a política econômica nacional possam comemorar os resultados. Abrimos o ano com uma excelente perspectiva de crescimento, de inflação baixa, mas, lamentavelmente, fomos sofrendo percalços. O único que não podemos debitar à situação externa é o da crise energética, mas mesmo assim os brasileiros, de forma geral, responderam rapidamente e podemos dizer que não há reflexos negativos sobre a produção, sobre o PIB nacional pela redução da oferta de energia. Conseguimos conciliar e certamente vamos iniciar o próximo ano sem o fantasma da crise energética sobre os valores que iremos analisar para o ano 2002, sem dúvida um ano muito importante.

Que o debate deixe de ser ideológico, no sentido do bem e do mal, e passe a ser do mesmo nível que estamos hoje a fazer. Temos que discutir, se medidas foram adotadas, por que foram, quais os reflexos e benefícios que trazem. Houve prejuízos? Houve benefícios? Esse balanço será avaliado com precisão pelo Presidente ao responder os questionamentos extremamente bem elaborados dos Deputados Sérgio Miranda e Ricardo Berzoini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Antes de passar a palavra ao Presidente do Banco Central, esta Presidência quer apenas dar uma satisfação ao Deputado Ricardo Berzoini, que tem a consi-

deração de toda a Casa, sobre o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Diz o art. 51 do Regimento Interno:

Art. 51 – As Comissões Permanentes poderão estabelecer regras e condições específicas para a organização e o bom andamento de seus trabalhos (...)

Então, existe um bom entendimento, que é praxe nesta Casa. Apenas para prestar esse esclarecimento ao nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Sr. Presidente, não estava mais questionando, mas para as audiências públicas existe um Regimento específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – É pelo respeito que temos por V.Exa.

Peço ao demais Parlamentares que ainda irão manifestar-se que se atenham ao tempo regimental de três minutos, tendo em vista que há mais doze oradores inscritos.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado Edinho Bez. Vou procurar abordar os temas na ordem em que eles me foram apresentados, começando com o Deputado Sérgio Miranda, mas respondendo um pouco também ao Deputado Ricardo Berzoini e ao Deputado Ricardo Barros, em paralelo.

Em relação ao formato da minha apresentação, registrei as posições de V.Exas. Em defesa do que temos feito – creio não termos por que não buscar sempre responder as sugestões e aprimorar a apresentação –, acho que o nosso objetivo é o de esclarecer. Temos feito um esforço para dar transparência, por escrito, a nossas ações, através das atas mensais das reuniões do COPOM e também do nosso relatório de inflação, uma peça muito apropriada para responder algumas das questões abordadas pelo Deputado Sérgio Miranda. Um desses relatórios está indo ao prelo, em fase final de elaboração, e deverá ser distribuído no final do mês.

Uma pergunta que surge como pano de fundo tanto para as observações do Deputado Sérgio Miranda quanto para as do Deputado Ricardo Berzoini e para um apanhado geral, o fecho que deu o Deputado Ricardo Barros, converge para algumas decisões ou definições básicas. Por exemplo, qual o tamanho certo para o superávit primário? Como é que devemos lidar com isso? A resposta, a meu ver, tem a ver, obrigatoriamente, com uma solução de médio e longo

prazos. Nesse sentido, concordo com a posição do Deputado Sérgio Miranda. Não podemos e não temos feito ajustes à meta do superávit primário com base em situações conjunturais. O impacto que o superávit primário tem verifica-se numa trajetória de prazo mais longo. Tem a ver – e procurei expor esse ponto na minha apresentação inicial – com a dinâmica da dívida pública, que se espelha, por sua vez, no crédito, no prêmio de risco que nos cobram, que se espelha, portanto, na taxa de juros da nossa economia e que causa impacto profundo na trajetória de crescimento do País.

Vejo o nosso País passando por uma fase de transição. Começamos numa fase final de problemas, a década de 80, início da de 90, tendo como condições iniciais, vamos dizer assim, um Estado falido, uma economia convivendo com a hiperinflação, um balanço de pagamentos que nos levou a sucessivas moratórias, desacreditando o País no exterior e uma estagnação produtiva que custou muito caro para nossa sociedade. A reconstrução das bases para a retomada do crescimento e desenvolvimento passa por essa questão levantada pelos nossos Parlamentares presentes e que, a meu ver, requer esse tipo de resposta.

O superávit primário que temos hoje, de 3,5% do PIB, se examinarmos as tabelas que projetei aqui mais cedo, na minha leitura, é suficiente para, num horizonte de médio e longo prazos, produzir queda na relação dívida/PIB e com isso permitir queda na taxa de juros, mas queda sustentável. Temos que evitar a tentação de o Banco Central provocar queda, vamos dizer assim, artificial num curto prazo, mas isso gerar, como consequência, aumento da inflação, adicional na depreciação da taxa de câmbio, o que fatalmente nos levaria a uma situação de dificuldade num momento posterior.

No fundo, a questão formulada pelo Deputado Ricardo Berzoini, da administração das nossas fragilidades, é também a outra face dessa mesma medalha, o desenho da estrutura da nossa economia: o desenho fiscal, cambial, monetário, financeiro e assim por diante.

Hoje, dadas as circunstâncias, é absolutamente direta a conclusão de que, por termos um déficit em conta corrente, num ambiente de aversão ao risco e retração de fluxos, estamos passando por dificuldades. Essa conclusão, no entanto, precisa ser avaliada quando se pensa numa resposta, que, creio, é absolutamente necessária. Há elementos conjunturais e estruturais.

Do ponto de vista estrutural faz sentido existir algum déficit em conta corrente. Hoje, com essas cir-

cunstâncias, o déficit é elevado. É verdade que ele vem caindo. Chegou a 34 bilhões de dólares e caiu para algo em torno de 24, 25, 26 bilhões este ano; deve cair o ano que vem. Talvez, para essa situação internacional, não tenha caído rápido o suficiente. Lá atrás, o que aconteceu? Após 1999, após a crise, fomos brindados com um fluxo bastante importante de investimentos diretos. De certa forma, isso nos permitiu um ajuste mais gradual, o que do ponto de vista social foi positivo, quer dizer, o ano 2000 foi um ano de 4,5% de crescimento. Se tivéssemos sido obrigados a fazer um ajuste rápido do déficit em conta corrente, não teríamos alcançado essa taxa de crescimento. Este ano estamos sentindo esse tipo de pressão e, infelizmente, olhando para uma taxa de crescimento inferior a esses 4,5%.

Creio que a melhor resposta é construir um regime fiscal sólido, olhando para o médio e longo prazos, que permita queda da relação dívida/PIB e, a partir daí, trabalhar para melhorar o grau de produtividade da nossa economia. São questões mais de natureza microeconômica. Do ponto de vista do regime macroeconômico esse me parece ser o único caminho disponível.

Quero crer que o fato de hoje, no meio de uma crise dessas proporções na economia global que nos afeta, como disse o Deputado Ricardo Barros, profundamente, termos um aumento pequeno na taxa de juros real é sinal positivo quanto à maturidade e à evolução da nossa economia.

Voltando, então, às perguntas do Deputado Sérgio Miranda, o impacto abrangente da nossa política monetária, cambial etc. foi aquilo que procurei demonstrar avaliando aquela decomposição do aumento de dois pontos percentuais na relação dívida/PIB. Procurei demonstrar ali que esse aumento é mais do que explicado pela depreciação da taxa de câmbio e pelo reconhecimento de dívidas existentes, algo que temos ainda de concluir. Esse processo está em fase praticamente final. Como não se espera uma recorrente depreciação da taxa de câmbio, não tivesse sido esse o ambiente com o qual nos confrontamos, teríamos tido um impacto menor.

Agora, o uso de títulos indexados à taxa de câmbio, o que vem sendo feito, eu creio que é algo que faz parte de um arsenal de política econômica e visa justamente reduzir o peso que obviamente recai sobre outros instrumentos, se esse tipo de resposta não for dada. Explico. É direta a conclusão de que sem alguma política, como a que foi feita, e foi algo relativamente modesto em termos de tamanho – a depreciação é que foi muito grande –, teríamos tido mais pres-

são na taxa de câmbio e na de juros. Não tenho uma fórmula matemática para concluir que o resultado teria sido quantitativamente x ou y , mas qualitativamente me parece certo que teríamos tido mais inflação, uma taxa de juros mais alta. Portanto, foi uma escolha que fizemos, e a medida do resultado, a meu ver, passa por uma discussão como a que procurei fazer hoje aqui. Essa é a questão do hedge e do balanço de pagamentos.

Creio – e aí combino respostas aos dois Deputados de Oposição – que de fato o nosso balanço de pagamentos hoje representa uma área de dificuldade vivida pela situação internacional, que não era algo que tínhamos condições de prever. No entanto, estruturalmente, vejo condições para avançarmos. Acho que vai ser preciso um esforço, como mencionou o Deputado Berzoini, nas questões microeconômicas estruturais. Na minha visão, a placa de contato da nossa economia com a economia global é pouco porosa. Temos pouca flexibilidade. Esse é um problema. Não temos como resolver isso da noite para o dia, mas creio que a resposta passa por uma reforma tributária, por esse trabalho de reconstrução das instituições de mercado de capitais, para reduzir o custo do capital, redução do dinheiro bancário, todo um conjunto de medidas e também, na minha opinião, por uma maior abertura da nossa economia.

De certa forma, creio que o Brasil paga um preço muito alto por ter-se isolado através de decisões políticas – não a recente, que vem corrigindo gradualmente esse isolamento – que nos privaram do acesso ao que havia de melhor em tecnologia e em competitividade no mundo. Pagamos um preço altíssimo por ter adotado essa posição. A reserva de informática talvez seja o melhor exemplo. É difícil um país exportar se ele não tem condições de competir de igual para igual com outros. E isso passa por um aprofundamento do processo de abertura. Essa é uma visão que, creio, é defendida por todos, evidentemente, de maneira ponderada. Temos que negociar esse processo e extrair benefícios dele, porque hoje somos vítimas de um protecionismo terrível de outros países. Esse processo vai avançar e, espero, com sucesso, com a abertura que acho ser de responsabilidade do Governo norte-americano dar o exemplo e abrir sua economia para os nossos produtos. Creio que esse é um ponto absolutamente essencial nessas próximas rodadas de negociação.

O Deputado Sérgio Miranda abordou alguns pontos sobre a conta de juros, além do caixa versus competência. Precisaria de mais tempo para entrar no detalhe. V.Exa. está convidado a nos visitar no

Banco Central, onde colocaremos toda a papelada em cima da mesa. Poderemos trabalhar nisso sem nenhum problema. Gostaria, publicamente, de fazer essa proposta. Hoje, o Banco Central é um livro aberto, para que V.Exa. possa entender no detalhe o que foi feito.

O resultado do Banco Central é medido por competência e engloba tudo: juros, contas de crédito, por exemplo, que tem a ver com os processos de liquidação. O resultado, enfim, engloba cada item do balanço.

Dezessete bilhões foi um pagamento de juros – eu não sei da onde saiu esse número, mas teria enorme prazer em recebê-lo com a sua assessoria no Banco Central e discutir essa numerologia toda. Não existe nenhum segredo. Acho que houve alguma confusão, e não terei como esclarecer em virtude do tempo disponível.

V.Exa. pergunta por que o Tesouro vendeu títulos cambiais ao Banco Central. Foi parte desse esforço de casar o balanço, ativo e passivo, do Banco Central na mesma moeda, aumentando o ativo. Em operações de câmbio isso ocorre. Não me lembro exatamente qual foi a taxa, mas há um esforço absoluto de fazer essas fixações a taxas de mercado.

O índice da conta única é ponderado. A conta única recebe uma média ponderada das aplicações em títulos do ativo do Banco Central. Há um certo casamento. Só a conta única recebe essa remuneração.

Sobre o ponto final, isto é, qual é o custo social da política macroeconômica do Governo, creio que não é possível responder essa pergunta sem se pensar em alternativas. Não há uma medida absoluta para esse custo. Posso dizer que o crescimento de 4,5% que aconteceu no ano 2000 foi consequência direta da política fiscal e cambial do Governo, com apoio destas duas Casas – hoje, estamos numa sessão conjunta –, e é motivo de orgulho. Nas respostas que temos dado a essas circunstâncias adversas enfrentadas hoje, na minha leitura, apesar de haver custo direto, a relação custo/benefício é positiva.

Se o Brasil, fragilizado como estava há cinco, dez, quinze, vinte anos, tivesse sido atingido por essa sequência extraordinária de choques estaria hoje tendo crescimento positivo, inflação de 6%, com projeção para o próximo ano de queda e de crescimento em alta? O resultado do Banco Central, salvo engano, Deputado, não entra para a conta de contingenciamento do período. Não faz parte dessa conta. Não é isso que acontece. Ele é acrescentado à dívida, com impacto a longo prazo, mas não provoca contingenciamento de gastos em outras áreas.

Na minha leitura, tentando amarrar com as perguntas do Deputado Ricardo Berzoini e com as observações do Deputado Ricardo Barros, a minha conclusão é a seguinte: estamos procurando construir um regime macroeconômico que tem como pilares a responsabilidade e a transparência fiscal, e aí podemos discutir se 3,5% do PIB é ou não um número adequado. Acho que é uma boa discussão. A especialização do Banco Central nas questões monetárias e financeiras é voltada, portanto, para a estabilidade da moeda, do poder de compra da moeda e do sistema financeiro e para uma taxa de câmbio flutuante para ajudar a amortecer as diversas implicações do ambiente econômico internacional, tudo isso tendo como base a área financeira, um sistema sólido, bem fiscalizado e regulamentado.

Com esse desenho, vamos conseguir aumentar o prazo da nossa dívida, reduzir o grau de dependência desses títulos, como a LFT e as cambiais, e reduzir a taxa de juros real. Desconheço um atalho para chegar onde queremos. Realmente não sei qual seria esse atalho. Infelizmente, passamos, nos últimos vinte anos, por uma fase terrível, principalmente até 1994, e não dá para passar borracha nisso. Acredito que o melhor que dá para fazer é conduzir uma política fiscal responsável, preservar um sistema de câmbio flutuante, metas para a inflação e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Sei que o Deputado Ricardo Berzoini também defende essa postura, apesar de discordarmos em certos aspectos e concordarmos em muitos. Não sei qual seria esse atalho. Temos, sim, que perseverar nessa direção. No ano passado sentimos um gostinho do potencial desse sistema, e creio que passada essa fase de choques a nossa economia vai crescer. Ela está preparada para crescer. Esse superávit primário, aliado a um câmbio flutuante e a um sistema financeiro sólido, vai produzir queda na taxa de juros real, e o que temos de fazer agora é agüentar o tranco, porque depois da tormenta vem a bonança.

Desculpem-me se me alonguei muito. Se deixei de responder alguma questão, ao longo das próximas, procurarei fazer o encaixe.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Dois esclarecimentos. Estou guardando as perguntas, pois grande parte das indagações objetivas não foram respondidas.

V.Sa. falou em transparência. Eu, estudando para esta audiência pública, deparei-me com muita opacidade na relação Tesouro/Banco Central. Por exemplo, à pág. 10 do relatório que V.Sa. apresentou – refiro-me ao resultado do Banco Central: “Operações com títulos, negativo em 11 bilhões.” Não é bem isso, porque o que se está extraindo fica praticamente igual: as operações com títulos com as da área externa, que dá 11,74. Então, não foi a variação de câmbio que causou prejuízo, como V.Sa. afirmou. Por quê? Porque, na operação com o Tesouro Nacional, V.Sa. só contou o negativo, que é o pagamento da conta única, mas não contou os 10 bilhões dos títulos do Tesouro que o Banco Central recebeu, que foram abatidos aqui em cima. O total das operações com títulos dá negativo em 22,5 bilhões.

Então, há algo nessa relação Tesouro/Banco Central que não está claro, Dr. Arminio. Acho que deveríamos ter mais clareza em relação a esse relatório. Sinceramente, não entendo. Pode ser que exista explicação técnica. Por que o Tesouro Nacional paga a V.Sa. título cambial com 12%? O mercado não está fixando isso, meu Deus! Já está em 12% a variação do título cambial?

O SR. ARMINIO FRAGA – Não. Esse é o COPOM.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim. Dólar mais 12%. É isso que está no mercado hoje? Não é. É 11%.

Por que o Tesouro está favorecendo o Banco Central? Por que, nessa conta do resultado do Banco Central, há essa omissão quando o Tesouro paga, com títulos, o Banco Central? Quanto o Banco Central paga ao Tesouro pela remuneração da conta única? Por um motivo. A situação do PROER também não ficou esclarecida. Quero apenas fazer uma comparação: o Tesouro remunera os 4 bilhões do prejuízo; vai pagar, em 10 de janeiro, 4 bilhões, 500 milhões. É uma taxa, sem dúvida, razoavelmente elevada – não vamos discutir essa taxa. Os outros ativos que o Banco Central tem com outros setores, como o PROER, são remunerados aqui. É uma dúvida.

Hoje, o jornalista Celso Pinto, editor do Valor Econômico, publicou um artigo muito interessante, em que discute uma nova metodologia, se não me engano já aprovada pelo FMI, do impacto da correção cambial. Seria apenas no estoque e não no fluxo.

O SR. ARMINIO FRAGA – Que apresentei aqui hoje.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim. No estoque e não no fluxo. Seria uma inovação. Per-

gunto – e V.Sa. deve ter participado dessas negociações com o FMI: por que não se retira as estatais do cálculo do déficit público? As estatais estão acumulando títulos públicos. Teriam, em carteira, 23 bilhões de títulos públicos. As estatais estão fazendo superávit agora para esse período. Enquanto o Banco Central acumulou um déficit de 17 bilhões, resultado negativo, as estatais fazem um superávit de 1 bilhão, 256 milhões, num momento de crise econômica, de economia real, de crise energética, de necessidade de diminuir a nossa dependência de importações de petróleo. Por que não tirar esse gargalo que impede o investimento das empresas estatais? Quero saber se isso foi debatido nesse novo acordo com o FMI e se eles mantiveram a posição.

O Ministro José Serra diz que vale para abaixo da linha do Equador considerar o déficit das estatais no cálculo do déficit público. Em relação à página 10, por que os títulos do Tesouro não entram aqui e estão embutidos lá em cima?

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado Sérgio Miranda. Em relação aos 12%, é preciso ver qual foi a taxa efetiva. Não sei se ela foi feita ao par, mas posso...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Quer verificar?

O SR. ARMINIO FRAGA – Tudo bem. É preciso saber qual era a taxa de mercado que vigorava à época. Tenho certeza, e esse é o procedimento, de que a emissão foi feita à taxa de mercado. É só isso. Em relação às várias emissões de títulos indexados ao câmbio este ano – tomei conhecimento aqui –, as taxas oscilaram de 6,38% a 13,2%. Depende do momento. A emissão é feita à taxa de mercado para obedecer a Constituição que não permite financiamento do Banco Central ao Tesouro e vice-versa. Isso foi feito. Creio que é assim que tem que ser. V.Exa. tem toda razão. Tomamos muito cuidado com isso, pode ter certeza. Eles podem mostrar depois qual era a justificativa.

Em relação aos índices do PROER, vários dos títulos na carteira do PROER têm remunerações históricas. Eram títulos do FCVS. Naquela grande reavaliação do balanço do Banco Central, um ano e meio atrás, analisamos todos esses títulos utilizando referenciais de mercado, ou seja, para espelhar no balanço o real valor econômico de cada uma das contas. E isso foi feito. As contas do PROER hoje foram objeto desse tratamento técnico, os fluxos de caixa foram descontados, usando-se parâmetros de mercado, reavaliados periodicamente. Obviamente, na publica-

ção do balanço, usa-se a taxa que prevalecia naquele instante.

V.Exa. fez duas perguntas e vou respondê-las. Em relação às estatais, temos discutido muito esse tema com o Fundo. Creio que, com o tempo, a tendência será a retirada dessas empresas das contas do setor público. É preciso ponderar no curto prazo se isso é vantajoso ou não e que consequências traria, por exemplo, para o resto do Orçamento. Hoje, de certa maneira, as empresas estatais geram recursos gastos em outras áreas. Não deixa de ser também uma decisão. Do ponto de vista prático, creio que não seria conveniente mexer nisso. A longo prazo, estamos todos de acordo, mas é questão tática.

V.Exa. cita também a tabela da página 10. Sou obrigado a concordar com um ponto. A meu ver, essa é uma tabela contábil e não tem o dom de esclarecer conceitualmente o que se passa com o balanço do Banco Central. Ela consolida por categoria contábil e gera resultado obviamente por definição, mas ela não é esclarecedora. Para isso, preciso de uma análise mais cuidadosa de cada conta. E o que temos é exatamente isso que está à disposição de V.Exa.: uma análise de cada conta, ou grupos de contas, distinguindo ou isolando por indexador e explicitando qual a taxa. São contas de ativos, quanto elas rendem e qual a taxa; contas de passivo, quanto elas custam e qual a taxa.

Quando me referi, na minha apresentação, à simulação que fizemos, foi justamente utilizando essa metodologia. Se as taxas de câmbio tiverem evolução passiva, tranqüila, se as taxas de juros não se modificarem, se o prêmio de risco não se modificar, o Banco Central terá resultado positivo em torno de 200 milhões. Foi a conta que fizemos. É importante, para objeto de análise, fazermos dessa maneira. E isso está à disposição de V.Exas.

Quis apenas destacar o item câmbio, porque realmente foi o que chamou a minha atenção. Esse item gerou um resultado negativo de 3,8, no momento em que o resultado total foi negativo em quatro. É o ponto importante desse período.

Deputado Sérgio Miranda, reforço o convite. Podemos abrir a planilha e V.Exa. poderá pedir, inclusive, para reorganizar as coisas do jeito que achar mais interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini, para réplica.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Sr. Presidente, muito rapidamente vou fazer apenas um

comentário. Agora, até o Banco Central está fazendo hedge, adequando o seu ativo e o seu passivo dolarizado para evitar maiores prejuízos. Quando o Banco Central começa a fazer hedge é sinal de que a coisa está complicada.

O SR. ARMINIO FRAGA – Não. Não é essa razão.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Dívida interna. Quando me referi à fragilidade das transações correntes e da relação disso com o endividamento interno, é porque não consigo ver, sinceramente, a projeção dessa linha do acordo com o FMI para além de 2001. Vamos esquecer ano eleitoral e que vai mudar o governo em 2002. Vamos trabalhar com a lógica. Somos um país e como qualquer país temos de fazer projeções além governos. Quando se tem projeção de 750 bilhões para setembro de 2002, supõe-se que, em dezembro, será de 780 bilhões. Portanto, entraremos 2003 com uma dívida de 800 bilhões de reais.

Em relação à segunda questão, quando perguntei qual seria a sua opinião para enfrentar a fragilidade do nosso déficit em transações correntes, é exatamente porque entendo que o Presidente do Banco Central faz parte de um governo. E foi esse mesmo Governo que impediu, na Câmara dos Deputados, a realização da reforma tributária. Não estou falando do relatório do Deputado Mussa Demes, mas qualquer reforma tributária que pudesse avançar nas questões centrais, cujo diagnóstico era comum entre os diversos partidos. Existiam diferenças de nuances, mas também um grande consenso, com exceção honrosa do Deputado Marcos Cintra, que, inclusive, votou contra o relatório Mussa Demes. Havia um certo consenso em relação a algumas questões a serem atingidas.

Do ponto de vista político, entendo que há uma total dessintonia. O Ministro Alcides Tápias assumiu o Ministério dizendo que ia ser o guerrilheiro da reforma tributária. Saiu praticamente amuado, sem qualquer perspectiva de realizar parte importante daquilo que ele se propunha realizar. O Secretário Everardo Maciel tem continuado a sua política de não ceder em qualquer tipo de flexibilização na questão tributária quando é para beneficiar a economia; quando é para beneficiar as empresas, ele tem mantido. Para mim, por exemplo, é inaceitável os juros sobre capital próprio, e aqui muitos Deputados de vários partidos têm essa posição em relação à questão tributária.

Se o Governo não tem propostas para superar, ou, pelo menos, para iniciar o combate à fragilidade das transações correntes no ano de 2002, significa que a situação deverá agravar-se em 2002 mesmo.

Na verdade, não existe política governamental para enfrentar as nossas principais fragilidades: o crescimento da dívida interna e a fragilidade externa, via déficit em transações correntes.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado. Em relação ao número 750, não estou com essa tabela aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Na semana passada, no acordo distribuído pelo Ministro Malan, a projeção para setembro de 2002 era de 750 bilhões. Evidentemente, trata-se de uma previsão. Pode ser mais ou pode ser menos, mas, pela conjuntura atual, tende a ser isso, no mínimo.

O SR. ARMINIO FRAGA – Isso vai gerar um número como relação do PIB de cinquenta e poucos por cento. Grande parte desse aumento vem, se não todo, do impacto da depreciação do câmbio num horizonte de médio e longo prazos. Espera-se, a meu ver, uma apreciação real do câmbio para devolver – quem sabe? – 3 a 4 pontos percentuais do PIB.

Além disso, uma taxa de juros real em queda, superávit primário e crescimento, vamos ter uma trajetória mais tranqüila para frente. Creio que não podemos extrapolar esse ambiente recente de crise internacional.

V.Exa. fez uma pergunta sobre o estoque da dívida externa que não respondi por distração, mas vou respondê-la agora. De fato, o que acontece é que temos um registro. Por isso, somos capazes de detectar que não estavam ocorrendo pagamentos. Inferimos, então, que eram dívidas pré-pagas de alguma maneira. Se isso é verdade, se foi apresentado pela equipe do Banco Central dessa maneira, é possível que, em alguns casos, tenha havido desvios de natureza fiscal. Isso foi encaminhado à Receita Federal, e estamos trabalhando conjuntamente. Se ficar claro que, em alguns desses casos, houve um pré-pagamento sem o recolhimento do imposto, a Receita terá condições de recuperar esse dinheiro. Diria que esse é um bom exemplo de colaboração entre Banco Central e Ministério da Fazenda. Graças à existência dessa informação, o Banco Central, detectando essa situação, que, de certo modo, é positiva, porque mostra uma dívida um pouco menor, de outro lado, pode realmente ter existido algum problema. Se houver problema, a Receita terá condições de correr atrás e recuperar algo que não foi pago e, possivelmente, nesse caso, adicionando multa. Enfim, não quero ser repetitivo numa resposta mais geral.

Na minha leitura, temos que aprender com lições e experiências do passado e tentar construir

algo que resolva a nossa vida daqui para frente. Acredito realmente nesse modelo. A reforma tributária é crucial. Sei que frustra todos nós, do Governo, e em parte temos de assumir essa culpa, mas não passivamente. Sei que o Ministro Pedro Malan – porque converso com S.Exa. todos os dias – tem a intenção de continuar a trabalhar nesse campo. Espero que seja possível, não há como prever, porque não é fácil. Trata-se de tema complexo. Infelizmente, até agora não foi possível. De qualquer maneira, essa não é a única resposta, nem, talvez, a principal que podemos dar a curto prazo para a questão internacional. Nesse caso, a taxa de câmbio flutuante está ajudando muito. Quer dizer, sem a taxa de câmbio flutuante, a taxa de juros real, que subiu em torno de um ponto percentual, poderia ter subido 20 pontos, como aconteceu antes da flutuação. Pelo menos temos esse amortecedor da taxa de câmbio que nos ajuda. É correto dizer que ele gera, a curto prazo, quadro de endividamento maior, mas não vamos extrapolar isso para o futuro. Com essa taxa de câmbio, passada essa turbulência e com a continuidade dessas políticas – e sei que esses valores são bem aceitos por todos, responsabilidade e transparência, porque sentimos isso em outras instâncias –, o País vai engrenar numa trajetória de crescimento. As bases estão aí, pena que a conjuntura não nos favoreça. Mas isso vai passar.

Não é agradável sentar na cadeira de Presidente do Banco Central nesse ambiente, mas é preciso ter confiança e não deixar que essas crises afetem nosso trabalho. É como andar bicicleta: temos que continuar pedalando para não cair.

O SR. DEPUTADO RICARDOS BERZOINI – Que Alah esteja contigo e que o Felipão também tenha a mesma sorte, porque precisamos classificar a Seleção e resolver nossa fragilidade externa.

O SR. ARMINIO FRAGA – Nem fala! Metade do meu cabelo vai... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Esta Presidência reitera a solicitação anterior no sentido de que os próximos oradores utilizem o tempo estabelecido, uma vez que temos mais nove oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Félix Mendonça, que disporá de três minutos.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, V.Sa. falou num crescimento de 4,5 a 5%. O entendimento de quem é pragmático é que esse crescimento nos assustou quando foi anunciado. Sabíamos que os investimentos em energia e a nossa ca-

pacidade de atender a esse crescimento estava no limite. Qualquer problema que houvesse, e houve, uma seca, que não foi das maiores, aceleraria a crise energética. Esse crescimento também pressupõe investimentos na infra-estrutura total. As estradas e os portos não suportam esse crescimento, se não houver política industrial bem implementada. Enfim, não houve – digamos assim – uma conexão entre as medidas monetárias tomadas pelo Governo e a infra-estrutura necessária para suportar esse crescimento.

Ficamos surpresos com o fato de o Produto Interno Bruto deste País, que está sempre em situação de crise e tem, digamos, o abismo sempre em mente, ser o dobro do PIB da Rússia e da Índia, que tem 1 bilhão de habitantes, e igual ao da China, que tem 1,3 bilhão de habitantes. Independentemente das políticas aqui tratadas – sem dúvida, só quem explica a situação é Adam Smith, em *Riqueza das Nações* –, é uma surpresa para o mundo ver o País crescendo. É preciso ser realista.

V.Sa. falou a respeito das microprovidências. Cito apenas um exemplo, o problema do cacau, para termos idéia de como ver a realidade brasileira. Uma epidemia dizimou o cacau, e as providências deviam ter sido imediatas. Duzentos mil trabalhadores saíram das fazendas, 30 mil casas razoáveis foram desocupadas. Naquele momento, não se olhou para o problema; só agora, dez anos depois, a solução está sendo dada pelo Governo. A realidade nem sempre corresponde ao que desejamos.

Com o crescimento da infra-estrutura, há o problema da dívida externa e da exportação. Não se paga dívida externa sem, primeiro, boa política de negociação para reduzi-la. O Ministro Pedro Malan informou que tinha reduzido de 30% a 35% o valor principal da dívida externa, o que é importantíssimo. A negociação é tão necessária para se pagar a dívida externa quanto as exportações; e não só as exportações, mas a substituição das importações. O caso do petróleo é o mais típico, boa política de desoneração das indústrias exportadoras, enfim, dos produtos também de exportação. Por exemplo, há uma região cercada na Bahia que produz hoje quase 1 milhão de toneladas de grãos. E os Governos Federal e Estadual estão permitindo que as estradas conduzam as riquezas. O Governo está fazendo a substituição, que também é importantíssima.

O Governo poderia adotar política para vencer o desemprego. Agora tomou uma providência com a Caixa Econômica Federal, que deve ser a inversa do que se esperava para que se resolvesse o problema do desemprego. A habitação e a construção civil são

dois setores importantíssimos para vencer o desemprego. Quero ser realista, sem analisar esses números, que sempre existiram e sempre existirão. Devemos ter uma visão concreta da realidade.

Há recursos de brasileiros no exterior que resultaram do narcotráfico ou do subfaturamento, ou dos processos da emissão das notas frias. Existe uma série de formas de se transferir recursos com inacreditável facilidade. Quero saber se era possível executar uma política drástica, sem fazer como os nacionais socialistas: pena de morte para quem tivesse não só recurso, mas propriedade no exterior. Quero saber se era possível alguma política de transferência desses recursos, o que aliviaria, sem dúvida, a nossa dívida externa.

A solução no sentido de que se deve desonerar e deixar que o recurso entre é parcialmente verdadeira, porque muitos políticos que têm dinheiro lá fora não teriam nem como o trazer, mesmo sendo isentos de todos os impostos.

Quero saber se é possível fazer uma política dessa ordem, porque o montante de recurso lá fora é muito grande. A pergunta é essa: pode-se realizar tal política? Segundo o Banco Central, qual o recurso aproximado que existe no exterior?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Muito obrigado, Deputado Félix Mendonça.

Os Deputados Pedro Fernandes e Orlando Desconsi estão ausentes.

Concedo a palavra ao Deputado José Chaves, que disporá de três minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Arminio Fraga, vou procurar deter-me na questão da dívida.

Sr. Arminio Fraga, já foram apresentados os números das dívidas interna e externa. A grande preocupação da cidadania política é no sentido de saber qual o cenário que V.Sa. monta, com toda sua experiência internacional, em relação principalmente à questão da dívida interna. O País passou a década de 70 e de 80 negociando a dívida externa. Talvez a expressão mais comum na imprensa tenha sido “negociação da dívida externa”. Hoje existe problema extremamente sério: a dívida interna está crescendo e representa 50% do PIB.

Pergunto: em termos de futuro, que cenário V.Sa. apresenta? Quais os outros países – talvez a Itália – que procuraram solução política de cidadania para o problema das dívidas interna e externa? Parece que a questão da exportação, dentro do mundo

globalizado, dá sinais de fragilidade. Os investimentos externos diminuem e estão aplicados em serviços; a grande maioria não melhora a capacidade de exportação. Pode até criar emprego e pagar imposto, mas não exporta o serviço, o que já é bem mais difícil em país como o nosso.

Essas questões estão extremamente ligadas. Quero saber de V.Sa. o que podemos esperar para o futuro.

E para atender o nosso Presidente, que solicitou perguntas rápidas e objetivas, quero saber um pouco da sua experiência profissional na área de investimentos em relação ao conceito da eleição presidencial 2002: ameaças, fatores positivos e negativos. Há uma verdadeira fadiga em relação ao assunto. Alguns se espantam com a imprensa, que talvez não tenha informação necessária e divulga ansiedade e fuga. Creio que o País vive em um mundo globalizado que tenta consolidar suas estruturas democráticas e econômicas.

Considero demonstração de muita fragilidade a eleição influir diretamente na economia. Essa é uma opinião particular. Mas V.Sa., com todo o conhecimento haurido antes de ocupar a presidência do Banco Central, talvez possa passar-nos sua experiência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra)

– Obrigado, Deputado José Chaves.

Com a palavra a Deputada Yeda Crusius.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, nesta audiência já estamos colhendo frutos: a prestação de contas que o Banco Central tem de fazer, dados os artigos, incisos e parágrafos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Creio que, desde o início da nossa convivência – Presidente do Banco Central e Parlamento –, o desejo da sociedade de aprimorar o Estado de Direito, a fim de que haja democracia, inclui outros atributos que estão sendo alcançados. Um deles é a palavra “responsabilidade”. Estamos colhendo o fruto da construção de um projeto que exige responsabilidade compartilhada de todos os que constroem a estabilidade e buscam uma trajetória de desenvolvimento sustentável.

Quero exaltar a oportunidade dessa prestação de contas. Também parece ser valor universal crescente trabalhar para que construamos a sociedade da tolerância. Quando há em cada manifestação total repúdio a atos de terrorismo e de extremismo, devemos saber que precisamos criar condições para que a so-

riedade da tolerância não deixe nascer choques de intolerância. Isso está presente na sua prestação de contas, Sr. Presidente do Banco Central.

Quero registrar neste instante que somos pessoas de nosso tempo e devemos ressaltar sempre as palavras “democracia”, “Estado de Direito”, “responsabilidade” e “tolerância”. Houve aqui manifestação a respeito de uma lei do passado, a Lei de Reserva de Mercado, que nasceu do seu tempo e teve suas implicações para o País.

Nesses últimos três dias, estamos dando continuidade ao processo de construção de uma sociedade responsável, democrática e eficiente, com a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ela está se processando para que, ouvidos a sociedade, os Parlamentares e o Governo, possam desenhar políticas industriais, setoriais, com responsabilidade compartilhada, e conquistar mais um ponto na construção de uma sociedade que avança de modo integrado com o que está acontecendo com o restante do mundo.

Mas faço uma separação, em função do debate que aqui se processa. Temos de distinguir o que seja resultado de uma política sustentável, que estamos implementando aos poucos neste conjunto de sociedade, Governo e Parlamento, e o que sejam os impactos do choques. Depois de distribuído o quadro principal da Lei de Responsabilidade, por que a dívida cresceu 2% no primeiro semestre de 2001? Vamos separar as políticas sustentáveis que estamos implementando dos impactos do semestre. Vejo que o crescimento da dívida, em relação ao PIB, se deveu especificamente a duas razões. Uma delas são os 2%, não mais, de implementação de políticas sustentáveis. O impacto dos cinco choques, citado por V.Sa., amortecidos pelas políticas de sustentação interna, fizeram com que esse crescimento tivesse sido de 2%.

A minha pergunta é bem específica em relação a isso, complementando o que foi dito pelos Parlamentares que me antecederam. Falta muito ainda para o fortalecimento das instituições nacionais. Acho que falta lei de responsabilidade monetária. Temos essa conversa permanentemente com as autoridades econômicas, em especial com o Presidente do Banco Central. É preciso regulamentar o art. 192 da Constituição. Assim, poderemos ver com muita clareza a responsabilidade do Banco Central no impacto fiscal. Temos realmente de separar o que é monetário do que é fiscal. Isso não está completamente separado. A qualidade das instituições requer aparato legal na regulamentação do art. 192.

Em relação a essas dívidas – a pergunta será dividida em duas –, muito do crescimento pelo impacto dos choques se deveu ao enterro de esqueletos do passado. Alguns ainda não foram enterrados.

A primeira parte da pergunta é: qual a competência do Banco Central e que impacto fiscal ele irá sofrer por buscarmos a complementação ao limite? Já há medida provisória em relação às instituições financeiras, e vou ter o prazer de presidir a Comissão que irá analisá-la. Como é sua perspectiva de cenário, já que o que estamos passando está muito bem delineado de forma transparente no debate, um pouco confundido o impacto do choque com o resultado das políticas de estabilização completas? Na verdade, é preciso saber o que falta, para que possamos desenhar trajetória que dependa só de nós.

Em segundo lugar, na primeira página da prestação de contas do Banco Central junto a essas Comissões há dois aspectos negativos que a LDO de 2000 para 2001 não exigiu. É preciso que haja a exigência? Dois aspectos negativos são que a lei não preveja o encaminhamento antecipado ao Congresso, pelo Banco Central, de documento sobre tema que estamos discutindo, e a divulgação tardia das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo. Apresento-os em forma de desafio.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – V.Exa. está lendo nosso documento, não o documento do Banco Central.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Estou fazendo um desafio, Deputado Sérgio Miranda. Serei mais clara: quanto ao aspecto negativo encontrado em nosso guia de audiência pública, gostaria de ouvir o comentário do Presidente do Banco Central sobre a crítica à lei.

Faço a segunda parte da pergunta como resposta ao texto que nos foi distribuído, em pasta azul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Deputada Yeda Crusius, isso consta de que página do documento?

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Não sei se o Presidente recebeu a pasta azul. Gosto muito da cor azul. Ela me faz lembrar o Felipão, gremista, que há de nos trazer bons resultados. Está na primeira página a crítica de aspectos negativos da lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Não havia ficado claro, Deputada Yeda Crusius, se o documento era interno, produzido pela Comissão, ou externo, distribuído pelo Presidente Arminio Fraga. Daí a confusão. Mas acho que a dúvida já está dirimida.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Na verdade, confirma-se a apresentação do Presidente do Banco Central no cumprimento da lei que apoiamos integralmente. Em sua apresentação, há rara transparência, própria do setor, que lida com números e idéias e tem de ter clareza diferenciada dos que lidam com opiniões.

Não devemos confundir, quando se fala em dívida – isso foi a maior parte da discussão que me antecedeu, por intermédio das perguntas dos Parlamentares –, o crescimento de 2% em relação ao PIB com políticas já feitas; aquelas que ainda falta completar, do impacto dos cinco choques citados pelo Presidente do Banco Central.

Acredito que a leitura prévia desse documento teria sido de muita valia para a apresentação do Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Obrigado, Deputada Yeda Crusius.

Passo a palavra ao Dr. Arminio Fraga, para responder aos três Parlamentares.

O SR. ARMINIO FRAGA – Começo a responder as perguntas do Deputado Félix Mendonça. S.Exa. apresenta dois pontos muito importantes, que gostaria de abordar, dentre vários outros comentários que fez.

A primeira questão diz respeito à relação entre crescimento e oferta de infra-estrutura em geral. A economia cresce, precisa de mais energia, estradas, escolas, hospital etc. Creio que o benefício da grande reforma do Estado, que vem acontecendo nos últimos anos, fruto do esforço e da colaboração do Legislativo e do Executivo, de certa forma abriu espaço para cuidarmos de algumas questões que começavam a não caber em nossas contas.

Esse é o caso de algumas áreas de infra-estrutura e telecomunicações. O Brasil vem investindo dezenas de bilhões de reais em telecomunicações. O investimento tem sido feito pelo setor privado, com enorme melhoria qualitativa e quantitativa para o cidadão e barateamento no custo. Em relação à qualidade, podemos transmitir dados e outras coisas mais.

Na área de energia, houve combinação de fatores. Não me cabe aqui fazer uma reavaliação de tudo.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – A crise de energia é consequência do crescimento. À proporção que a economia cresceu, houve um gap, acrescido de fenômeno natural que nos prejudicou.

O SR. ARMINIO FRAGA – Não havia entendido bem. Concordo com sua opinião. Houve um crescimento superior ao esperado. Existem questões regu-

latórias e administrativas no setor que precisam ser aperfeiçoadas. Creio que isso é também verdadeiro para outras áreas. Houve também a seca.

Creio que esse modelo, em que o Estado foca sua atenção em certas áreas, como saúde, educação, algo ainda na área de transportes – uma parte está sendo privatizada –, é adequado, porque alavanca mais recursos, permite trazer investimento privado para áreas que necessitam de capital.

O tema “recursos brasileiros no exterior” é complexo, não tenho dados. Existe impressão generalizada de que brasileiros possam ter recursos não declarados no exterior. Evidentemente, isso é crime e deve ser perseguido.

A pergunta mais interessante e profunda é quanto ao que fazer. O que podemos fazer para atrair esses e outros recursos? Creio que parte do dinheiro que saiu do País está ligada ao narcotráfico, à evasão, à corrupção e a outros crimes. Não sei o que, individualmente, podemos fazer. Hoje, estou absolutamente convencido de que a situação requer resposta global. Não é possível permitir a existência de esconderijo para dinheiro sujo. Não há por que aceitar isso. Se os grandes países se coordenarem, será possível avançar muito nessa questão, com benefícios enormes.

Podem existir outros recursos fora do Brasil de pessoas que queriam ou precisavam ter algum dinheiro no exterior, mas em menor volume. Para um volume grande, o Ministro Pedro Malan e eu temos defendido em ambiente de discussão, principalmente a partir da primeira reunião do G-20, no final de 1999, a fundamental importância de se combater o espaço escuro onde fica o dinheiro sujo.

Foi uma surpresa para os chamados países desenvolvidos que um país em desenvolvimento como o Brasil tenha defendido com firmeza essa posição. Não sei por que isso os surpreendeu, mas para nós pareceu óbvio. Com a escalada do terrorismo, o ponto merece ser reforçado ainda mais. Tenho intenção de escrever um artigo a ser publicado na imprensa internacional sobre o tema. Não quero adiantar algo que não sei se terei tempo de fazer. Ando atarefado demais.

Deputado José Chaves, V.Exa. me pede para discutir alguns temas. Registrei três como sendo temas macroeconômicos. O cenário para a dívida interna, a meu ver, faz parte da apresentação. Não sei se V.Exa. teve a chance de analisar, mas fizemos o seguinte exercício: vamos supor uma taxa de crescimento de 4% do PIB – acho razoável; pode ser melhor do que isso, se continuarmos na direção em que esta-

mos –, um superávit primário de 3,5% do PIB, que é o que existe hoje, e uma taxa de juros real de 8%, que é alta para longo prazo, se defendermos essas conquistas dos últimos anos.

Com esse cenário, a relação dívida/PIB cai ao longo do tempo. Creio que esse ponto é muito positivo. Isso me remete também a uma das perguntas da Deputada Yeda Crusius, quanto à questão dos esqueletos.

(Não identificado) – Mas há necessidade de alongamento dela perante os credores?

O SR. ARMINIO FRAGA – Sem dúvida. Mas na última transparência projetada vê-se que isso já vem acontecendo. Temos trabalhado para conseguir esse alongamento, fundamental para diminuir o risco da gestão da dívida pública.

Como disse na minha leitura, respondendo ao Deputado Sérgio Miranda, é fundamental aprofundar o processo de integração da nossa economia à economia mundial. Um processo negociado, em que temos de obter conquistas de abertura de mercado, essencial pela flexibilidade que conferiria se feito à nossa economia doméstica.

A questão da composição do investimento estrangeiro é importante. De fato, muitos desses investimentos vêm acontecendo na área de serviços. Não são diretamente exportáveis, como os prazos médios da dívida pública interna federal. A tendência é de crescimento, mesmo nesta atual situação turbulenta. Acho que isso contribui para reduzir o risco do País, a taxa de juros.

Em relação aos investimentos estrangeiros, houve uma onda de investimentos em setores de serviços, em contrapartida ao programa de privatização. Creio que hoje, com essa taxa de câmbio estimulando a substituição competitiva de importações e a promoção de exportações, o investimento vai naturalmente redirecionar-se. Além disso, o investimento em serviços aumenta a produtividade da nossa economia, que em geral acaba ajudando indiretamente ao exportador.

Antigamente, o exportador não dispunha da Internet, pois não tinha linha telefônica digital, não tinha acesso a uma tecnologia mais moderna de sistemas. A própria economia vai se adaptando. O sistema por estímulo de preço ajuda a resolver a questão.

V.Exa. me perguntou sobre o cenário político, o que é mais complicado. Tenho explicitado publicamente uma leitura mais positiva em relação a isso do que a média das pessoas com quem converso. A evolução da qualidade do debate público, excetuando-se

a minha própria – não estou querendo fazer um auto-elogio –, mostra que o País amadureceu, aprendeu suas lições. Isso vai ser defendido por quem quer que seja. Mas não é essa a percepção geral. Existe certo receio do desconhecido.

Há seis anos e nove meses, o País conta com um Presidente extraordinário, que faz uma administração compartilhada com o Legislativo. Obviamente, revolucionou inúmeras áreas no País. Sua sucessão é um momento muito importante da nossa história, sem querer agradar ao chefe. Acho que isso gera certo grau de ansiedade, que – falo com experiência de mercado – já está “precificado”, usando jargão da área, embutido nas taxas de juros e de câmbio.

É possível que seja pior do que a expectativa? Sim, mas é possível que seja bem melhor também. Há certo equilíbrio de expectativas. Seria bom para o País a continuidade do que vem acontecendo: um debate aberto e franco entre Oposição e Situação, que procure explicitar com clareza suas posições não somente para aqueles que estão fazendo investimentos financeiro, mas também para aquele que está pensando em construir uma fábrica. Em momento de confusão política ou econômica o empresário que vai investir em uma fábrica pensa duas vezes.

É fundamental que o debate transcorra de forma clara, aberta e que respeite alguns pilares básicos aceitos pela maioria da sociedade brasileira, inclusive pelo Congresso: responsabilidade, transparência, previsibilidade, Estado de Direito etc. É verdade que 2002 é um ponto de ansiedade. Não há como fugir disso.

A Deputada Yeda Crusius faz duas perguntas específicas, além de considerações que espero já tenham sido mais ou menos incorporadas nas respostas anteriores. Uma delas é o que falta na categoria esqueleto. Falta muito pouco. Não saberia dizer aqui, mas creio que estamos próximos do fim. Sob o ponto de vista do Banco Central, não falta nada. Na reavaliação do nosso balanço, feita há um ano e meio, tudo o que havia de PROER, empréstimos antigos de liquidez etc. foi avaliado a preços de mercado. O balanço do Banco Central é esse. Não há surpresa.

A outra pergunta diz respeito ao que o Banco Central poderia fazer. Respondendo a uma pergunta feita no início da reunião, mencionei o resultado do Banco Central em ambiente sem alterações de câmbio e juros. Parte do esforço de reconstrução ou construção de um Banco Central moderno passa pela simplificação de seu balanço.

Nosso balanço hoje é mais simples e acessível a um analista. Os dados estão disponíveis, mas ainda

contêm grau de complexidade que, acredito eu, a longo prazo vai diminuir. O Banco Central precisa apresentar balanço mais ou menos casado e tomar decisões. Não é possível prever com antecedência o que vai acontecer com a taxa de juros ou com a taxa de câmbio. Esse é o problema. Mas um cenário já vai embutido na LDO e engloba o Banco Central. De certa forma isso está feito.

É difícil prever com antecedência se vamos reduzir juros, como fizemos no final do ano passado e no início deste ano, ou aumentar, ou o que acontecerá com a taxa de câmbio. A LDO já avançou muito, porque força o Governo a construir cenário para suas contas consolidadas, que incluem o Banco Central. Algo já existe na linha de sua consideração.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Se resultados são colhidos, não quer dizer que nada exista para ser aprimorado. Sempre há algo que pode melhorar. Cito as críticas de que se deveria fazer antecipadamente, por intermédio do Banco Central, a discussão sobre a ansiedade daqueles que tentam prever o resultado eleitoral do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Paulo Mourão. S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, registro a satisfação de contar com o Presidente do Banco Central, que, de forma humilde, franca e determinada, trata de assuntos que envolvem a economia brasileira e traz nova dinâmica de transparência ao Banco Central.

Este é um momento ímpar: o Banco Central presta contas embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Com esforço brutal, o Governo tem promovido em toda área, principalmente na econômica, o desenvolvimento com estabilidade, responsabilidade fiscal, agregando a isso o desenvolvimento social. Tem sido uma das ações mais complexas de todos os Governos – não somente do Brasil, mas do mundo – crescer com estabilidade, agregando o desenvolvimento social.

O grande desafio é convergir as políticas fiscal, monetária, creditícia e cambial. Busca-se o tempero ideal para cada uma das ações, contabilizando efeitos externos positivos e negativos que possam tumultuar

tuar e criar instabilidades, como as que temos enfrentado no momento.

A visão dinâmica da área econômica do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é demonstrada no momento em que se buscou nova renegociação e discussão com o FMI, em muitos momentos criticada por esta Casa, por alguns equívocos.

Neste momento, algo muito salutar é a franqueza do debate aberto, identificando as fragilidades da economia, muito sujeita a efeitos externos.

Sr. Presidente, vemos a determinação do Banco Central, a conjugação das ações da equipe econômica, apoiadas pelo Congresso Nacional. Como afirmou a Deputada Yeda Crusius, houve crescimento de 2% da dívida líquida, mas, se não fosse a determinação do Governo, em quanto se poderia estimar esse crescimento e quantas dificuldades e prejuízos ele poderia ter trazido à sociedade brasileira?

Neste momento, o pagamento dos juros preocupa-me bastante. No comunicado que V.Sa. nos traz, o montante acumulado neste ano é de 76,3 bilhões de reais, representando 11,3% do PIB – em 2000 foi de 7,4% do PIB, o que correspondia a 45,2 bilhões. Associado a isso há a crise energética, o problema de produção e de incentivo às exportações. Quando se sentem fragilizadas ou ameaçadas, as principais ações das outras economias são o incentivo à produção, a redução da taxa de juros.

Entendo a preocupação de V.Sa. de manter as taxas de juros altas, já que não se sabe o efeito futuro dessas ações, principalmente diante da tensão global em que vivemos. Vemos o aumento da inadimplência na sociedade como um todo, no comércio interno. Comparando os Orçamentos de 2000 e 2001, vemos que houve queda de investimento: agora, são 11,28 bilhões de reais.

Vemos a necessidade de o Governo importar e criar superávit. Temos proposto no Orçamento 7 bilhões de reais de superávit nas estatais, comparado ao ano 2000, de 1,3 bilhão de reais. Precisamos entender essas ações. O Brasil necessita produzir, conter o problema da crise energética. É preciso saber se a dívida continuará crescendo, se os juros continuarão escorchantes, inviabilizando o processo produtivo e a exportação.

São esses os desafios, Sr. Presidente Arminio Fraga, que temos de enfrentar no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que possamos manter o crescimento, a estabilidade econômica e principalmente o desenvolvimento social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Clementino Coelho.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Deputado José Carlos Aleluia, tenho quatro perguntas a formular.

Dr. Arminio Fraga, primeiramente, não resta dúvida de que sua passagem pelo Banco Central conta com o reconhecimento até da Oposição, devido à contundência e à transparência de sua administração. Não tenho dúvidas de que tanto o Ministro Pedro Malan quanto a equipe do Banco Central querem acertar. Queremos que o Brasil cresça, que haja desenvolvimento sustentado e taxas de juros civilizadas. Tenho certeza de que V.Sa. trabalha 24 horas por dia para que isso aconteça. E o Congresso Nacional está aqui para ajudá-lo. A Oposição está aqui não para atrapalhar, mas para colaborar.

Precisamos comparar o Brasil com o que pode ser comparável. Não podemos compará-lo com o Chile ou com países da América Central. Afinal as dimensões são outras. Hoje, a mídia especializada considera mamutes os seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China e Canadá, devido à plataforma continental, à população e ao mercado interno. Para sabermos o grau de acerto da equipe econômica, não devemos comparar o País com projetos ou teoremas teóricos, mas com a prática. Quem se sentar em sua cadeira tem decisões difíceis a tomar.

Dentro dessa conjuntura, pediria a V.Sa. que comentasse a situação. Aparentemente, pelo que lemos nos jornais, Índia e China são países que têm simetria com o Brasil, em termos de inserção mundial e do que estão sofrendo com a globalização, a atual conjuntura e a vulnerabilidade. Se enfrentam a mesma situação, por que China e Índia têm acertado mais do que o Brasil? Por que a China, dentro da mesma turbulência internacional, que ocorre desde 1995, após a crise que passou pelo México, pela Rússia, pela Ásia e chegou ao Brasil, tem crescido com taxa mais adequada às necessidades internas – 8%, 9%, 10% – continuamente? Por que o capital estrangeiro está indo mais para a China, em velocidade tão grande, se lá ainda não há abertura democrática ou prioridade para a abertura econômica? Por que os modelos de privatização chinês e indiano diferem do nosso, sobretudo na questão da privatização dos serviços? Por que a China não está enfrentando essa vulnerabilidade na balança de pagamentos? Por que a China, que há vinte anos exportava tanto quanto o Brasil, hoje exporta cinco vezes mais, passando de 20 bilhões de

dólares de exportação para 250 bilhões de dólares? Será que lá eles acertaram mais nas “escolhas de Sofia”, apesar da mesma conjuntura? Por que lá a performance e o resultado são outros, e nós, que tanto precisamos de taxa de crescimento de 6%, 7% para recuperar as décadas perdidas de 80, de 90, não conseguimos isso ainda?

Vivemos um momento que está mudando numa grande velocidade. Quando eclodiu a crise da Argentina, pela primeira vez o FMI e o Banco Mundial começaram a admitir aquilo que era considerado palavrão, algo unilateral, negócio de tiquiniquim: a moratória, que apareceu com o nome de composição voluntária e espontânea da dívida. O FMI estava usando 3 bilhões de dólares da ajuda que estava dando à Argentina para criar garantia adicional para aqueles que quisessem oferecer espontaneamente rebate. Em outras palavras, isso é adequar pagamento de amortizações de juros a capacidade de o país voltar a crescer.

Mas isso mudou. No dia 11 de setembro vimos a Europa e os Estados Unidos preocupados em manter a credibilidade, o sistema, a liquidez e o desenvolvimento sustentado. O Brasil faz parte disso. Estamos discutindo neste ano nossas carências de infra-estrutura. O orçamento de investimento para este País, que é continental, é ridículo. Temos disponível para investimento, por ano, valores de 8, 9 bilhões de reais, em torno de 3, 4 bilhões de dólares, que é menor do que investimento de muitas companhias multinacionais ou transnacionais. O superávit primário crescente pode servir ao colchão de liquidez internacional.

Será que não cabe ao Brasil pedir contrapartida, neste novo momento, para diminuirmos o superávit primário e darmos um choque de infra-estrutura? Será que não é hora de negociarmos isso, em vez de pedir mais recursos? Não seriam recursos moratórios, mas, como V.Sa. falou, um alongamento dessa conjuntura, para possibilitarmos um choque de infra-estrutura.

Sabemos da experiência de V.Sa. no mundo internacional e financeiro. O Brasil tem a receber de credores de países do Terceiro Mundo, dos países pobres, 6 bilhões de dólares, aproximadamente. Vamos excluir Polônia e Angola, que são casos específicos. Há 1,5 bilhão de dólares de créditos que estão adimplentes, mas que estão sendo renovados, dando concessões e rebates. O mundo todo, sobretudo o G-7 e a OECD, querem perdoar as dívidas dos países pobres. Será difícil receber essa dívida.

V.Sa. poderia confirmar as informações – há dois anos estive visitando o Banco Mundial e o FMI – de que os países pobres africanos ou da América

Central têm taxa de juros mais baixas do que o Brasil, porque o País está em outra categoria, é emergente, está em desenvolvimento? Os prazos de financiamento, em vez de serem de vinte, quinze anos, para os países africanos, é de quarenta, cinquenta anos.

O Brasil é um país grande demais, heterogêneo e díspar. Há regiões que, se separadas do conjunto, poderiam receber o mesmo tratamento que o FMI e o Banco Mundial dão a outros países, em termos de IDH, de renda per capita. Então, o Brasil deveria dirigir-se ao FMI e ao Banco Mundial para elaborar programa nos seguintes termos: o País está disposto a perdoar a dívida de 1,5 bilhão de dólares ou transferi-la para o BID, para o FMI, mas em contrapartida quer receber o mesmo montante, com prazo de cinquenta anos, com taxa de juros zero ou 2%. Só a diferença de fluxo de taxa compensaria a questão financeira, mas para aplicar especificamente nas áreas deprimidas nacionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por que não podemos formular isso, neste momento?

Entendo que tabelar juros não faz parte da atual conjuntura. O momento é de competitividade. Não dá para entender o seguinte: se a taxa é de 19%, por que os juros do cartão de crédito, do consórcio, do crediário são de 300%, 400% ou 500%? Por que não estipulamos que os juros máximos permitidos no mercado serão de três, quatro ou cinco vezes os juros do cupom?

Sr. Presidente, Dr. Arminio Fraga, para mim não existe explicação, em termos de inadimplência, de risco, de conjuntura, para o fato de haver taxa referencial básica de cupom de 19% e se praticarem juros de 300%, 400%. Isso mostra justamente a falta de legislação, de regulamentação e o oportunismo. Ou seja, esse pessoal está jogando solto. O cidadão compra um rádio, uma geladeira, uma lanterna e parcela o pagamento em dez, vinte vezes. Ele não quer saber qual será a taxa de juros, mas apenas se aquela prestação cabe em seu orçamento mensal. Poderíamos definir que, se a taxa é de 19%, então a taxa máxima será de cinco vezes o valor, ou dez vezes, o que for, mas que haja um limite. Por que isso não é possível?

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Caldas) – Passo a palavra ao nobre Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Vou procurar ser bem rápido, Sr. Presidente.

Primeiramente cumprimento o Presidente Arminio Fraga pela gestão. Tenho acompanhado com muito orgulho o seu trabalho.

Presidente Arminio Fraga, a dívida interna está alongada, em média, em 36 meses. Fala-se que foram gastos 73 bilhões de reais. Isso é verdade? Esse valor é gasto anualmente no pagamento de juros, na negociação da dívida, ou é feito o papel? Saem, de fato, 73 bilhões de reais do Tesouro Nacional? Manifesto aqui minha ignorância com o assunto.

Outra pergunta: estamos pagando juros referentes ao valor de 650 bilhões de reais da dívida interna sobre todos os esqueletos, fundo de garantia e outros, ou há emissão de papel? Se tivermos de vender papel, pagaremos os juros? O valor da dívida aumentou, mas estamos pagando juros sobre os esqueletos.

A dívida externa é fator de preocupação? Apesar de ser menor, ela preocupa? Qual o alongamento da dívida externa? Parece que o peso está na dívida interna. E se houvesse moratória? A Igreja Católica, apoiada por partidos de oposição, fez aquele plebiscito – o que, aliás, foi uma ignorância brutal e só prestou desserviço à economia brasileira. Isso prejudicaria o BRADESCO, talvez o maior vendedor de títulos, o Itaú ou o Banco Central? Vai prejudicar o BRADESCO, a vozinha contribuinte, o pequeno empresário que tem alguma poupança, ou algum Deputado abonado, que consegue poupar, o que seria pouco provável? Qual seria o prejuízo, caso isso viesse a acontecer?

Na linha do que disse o Deputado Clementino Coelho, sei que existe o livre mercado. Mesmo sofrendo pesadas críticas, o Governo Fernando Henrique Cardoso empreendeu muitos esforços, visando ao saneamento do sistema financeiro. Mesmo assim o sistema financeiro nacional cobra juros, segundo levantamento do Deputado. Trata-se mesmo de economia de mercado? Não podemos interferir nessa questão? Se o fizermos, isso será negativo para a economia brasileira? Que osso duro, não?

Há seis anos, o Presidente vem recebendo críticas para fazer o saneamento financeiro, e ainda não conseguimos atingir o objetivo. É evidente que o produto do banco é o dinheiro. Ele sempre quer ganhar e ter segurança, mas é difícil aceitar. Além disso, os bancos federais seguem essa linha, porque têm compromissos com os acionistas.

Concluindo, gostaria de dizer que há um ano e meio V.Sa. fez um bonito discurso, dizendo que o sorveteiro teria microcrédito. Lembra-se? V.Sa. estava animado. Infelizmente, o microcrédito não prevaleceu. Por quê? Houve resistência por parte da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e do BNDES. Além disso, as leis votadas aqui, como a OCIP e outras, também não permitiram que isso ocorresse, pois irrigaria a

economia entre os pequenos empreendedores e empregaria a economia formal e informal. Parece que a idéia não foi avante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Caldas) – Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Deputado João Caldas, Sr. Presidente Arminio Fraga, pegando carona na última pergunta, gostaria de dizer que o microcrédito do nosso sorveteiro vai ficar congelado. Deve estar sendo distribuído, sim, pelo BNDES; porém, em pequenas gotas, porque foi gerado mecanismo complicadíssimo. Enquanto o microcrédito não for colocado na malha bancária e pagarmos por esses serviços a população não terá acesso democrático a essa possibilidade e ficará restrita a algumas indicações feitas para benefícios. Tenho um grande estudo sobre o assunto. Se me der a honra, mandarei entregá-lo a V.Sa.

Presidente Arminio Fraga, pela primeira vez vi redução de dívida tão substancial, sem pagamento de despesas, como a anunciada por V.Sa. Essa foi uma mudança de metodologia de cálculo. Pode ter sido um erro, embora 30 bilhões de reais sejam muito dinheiro para que haja erro.

Preliminarmente, faço aqui o que fiz publicamente pelos jornais: cumprimento a diretoria do Banco Central por esse fato. Acho que o Brasil está precisando mesmo de transparência na administração pública.

V.Sa. tem demonstrado, especialmente nas discussões relativas ao caso Jader Barbalho, grande apego à verdade documental dos fatos. Foi um pouco inédita também sua atitude de se colocar na linha de frente do fogo cruzado, naquele episódio. Muitos outros Presidentes do Banco Central encontrariam outra fórmula.

Tenho algumas inquietações e manifesto-as em requerimento de informações dirigido ao Ministro da Fazenda e muito provavelmente encaminhado ao Ministério Público. Seguramente, o rating brasileiro foi afetado por esses 30 bilhões de reais a mais em nossa dívida. Houve repercussão nos cálculos para as decisões sobre juros no Brasil. Seguramente, o câmbio também foi afetado pela metodologia anterior.

Ainda assim, poderá ter havido prejuízos, mas estaremos diante da melhor hipótese. Não creio ser possível – e isso justificaria representação junto ao Ministério Público – que tudo isso tenha acontecido sem sonegação de impostos da parte de empresas privadas nacionais e estrangeiras. Não percebo que isso possa ter acontecido sem outras graves reper-

cussões na vida pública e nas decisões do Governo, que está muito preocupado, com razão, com o equilíbrio fiscal.

De qualquer maneira, aqueles 30 bilhões de reais estavam no bojo de um compromisso a pagar. Tratava-se apenas de metodologia, de regra diferente. Essa foi uma regra passada pelo Fundo Monetário aos seus associados, de modo geral, para adotar outra metodologia, ou se aplicou exclusivamente ao Brasil? São nossas inquietações.

Não falo como Líder de um partido de oposição, porque, repito, a transparência com que o Banco Central tratou o assunto me satisfaz. Não adiantaria estar falando sobre isso publicamente, se na oportunidade não tivesse feito da mesma forma. Podemos trilhar um caminho comum, para não estimular, se for o caso, que empresários façam hedge com medo das oscilações da moeda nacional e acabem fazendo disso uma aplicação, livrando-se do pagamentos de impostos também sobre os lucros obtidos.

Posso assegurar que o processo no Ministério Público está avançando nessa direção. Não sei a metodologia aplicada à dívida dos produtores rurais, porque lamentavelmente não participei da reunião em que ela foi debatida. Sei que, de um total de 50 bilhões, 7 bilhões são de um milhão de famílias; e os outros 43 bilhões, de 800 famílias. Mas está sendo dado tratamento igual a todos. Talvez devêssemos separar isso. Vamos procurar, então, o Secretário Aloysio Nunes Ferreira para discutir a questão.

Eu estava em outra reunião e só pude chegar aqui agora. Mas, num requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, que está tramitando na Casa, formulo algumas indagações, que vou encaminhar a V.Exa.

Lerei algumas delas: se a dívida externa esteve de fato superestimada durante vários anos, é possível supor que o Banco Central seria responsável por prejuízo para a economia brasileira? Se considerarmos que as taxas de juros cobradas nas operações de empréstimos ou de financiamentos externos estão diretamente ligadas, entre outras variáveis, à relação de dívida externa/PIB, o Banco Central já procurou estimar o prejuízo causado – se é que houve – à economia brasileira, em termos de custo da dívida externa, por conta dessa falha no controle das contas externas?

Peço à Secretaria que entregue cópia do requerimento a V.Sa., Dr. Arminio Fraga. Não quero torturá-lo, pelo avançado da hora, fazendo um debate interminável, que não seria proveitoso. Reitero, mais uma vez, meus cumprimentos pela maneira transpa-

rente com que V.Sa. trouxe a público os pontos abordados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Caldas) – Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Arminio Fraga, que responderá em bloco às perguntas dos Deputados Paulo Mourão, Clementino Coelho, Darcísio Perondi e Miro Teixeira.

O SR. ARMINIO FRAGA – O Deputado Paulo Mourão referiu-se à divergência na nossa trajetória de juros, contrastando com o americano e o europeu. Houve, nos últimos meses, queda nos juros do lado de lá e aumento do lado de cá. Portanto, a pergunta é absolutamente pertinente.

A explicação tem pelo menos dois aspectos, sem entrar no detalhe que a pergunta mereceria, se tivéssemos mais tempo. Uma é a natureza dos choques que nos atingiram. Esse desconforto e essa diferença vêm do fato de que lá há queda na demanda oriunda do próprio ciclo econômico, crise de confiança em que caem o consumo, o investimento, a demanda e o nível de atividade. Esses choques, é claro, não são agradáveis, mas podem ser objeto de resposta sem qualquer conflito de objetivo por parte das autoridades econômicas. Basta estimular a demanda, o que eles têm procurado fazer. E a taxa de juros em queda mostra isso.

No nosso caso, trata-se de choques de oferta. Esses são os mais desagradáveis, não só com a baixa no nível de atividade da economia, como também com o aumento da inflação, com todos os custos e problemas que ela traz. Esses são os mais difíceis de se administrar, porque, de um lado, reduzem a oferta na economia e o nível de atividade e, de outro, empurram a inflação para cima. Decorre daí a divergência em nossas respostas.

No Brasil, houve subida na expectativa de inflação, acompanhada de aumento preventivo da taxa de juros real em torno de 1%, mas nada comparado ao que vimos no passado, infelizmente: repetidos aumentos de dez a vinte pontos percentuais.

Há também o fator de credibilidade. Quando confrontados com esse tipo de situação internacional, os países ainda percebidos como de alto risco são atingidos por fator adicional negativo, aumento no chamado prêmio de risco, o que os leva a pagar o que está embutido nas suas taxas de juros. Isso tem ocorrido conosco, com a Argentina ainda mais, em período recente, mas não com o México, por exemplo, que conseguiu, nos últimos anos, distanciar-se dessa categoria.

Temos de superar essa barreira, galgar esse degrau e promover o País. Não acredito que seja possível nós nos desenvolvermos sem conquistar esse espaço de baixo risco.

No caso americano, ele dá mais flexibilidade. Na segunda-feira, em entrevista à imprensa, referi-me a esse ponto. Como eles vêm trabalhando com superávit fiscal, num momento de dificuldade podem aumentar o gasto. Já em um país como o Brasil, que vem saindo de uma era de grandes dificuldades, esse espaço de manobra é menor. Daí termos recorrido ao financiamento do Fundo Monetário, sobre o qual indagou o Deputado Clementino Coelho. Tivemos acesso a créditos, a taxas atraentes num momento em que a oferta do mercado era extremamente limitada.

Essa é minha resposta à primeira pergunta do Deputado Paulo Mourão.

S.Exa. também se referiu ao crescimento da dívida e dos juros, assim como os Deputados Clementino Coelho e Darcísio Perondi.

Abordei o problema, desta vez, com menos detalhes, mas isso não significa menor empenho em resolvê-lo. Temos tido bom resultado, ao longo dos anos, embora nos últimos seis meses não tenhamos conseguido avançar. Calculamos essa média todo mês. É um dado de transparência. É importante conhecer o problema. As soluções não são apenas macroeconômicas, no sentido de reduzir o nível de incerteza e aumentar a taxa de crescimento, de modo geral. Tudo isso tem efeito positivo sobre o problema, mas há também aspectos tributários, discutidos aqui hoje, e legais.

Hoje, temos aperfeiçoamentos legais, sob a forma de medida provisória. Na minha opinião, ela representa instrumento da maior importância, e me coloco à disposição do Congresso para discutir a questão. São inovações que procuram aumentar a segurança jurídica do crédito, um enorme benefício para o tomador, mas esse projeto só funciona se houver concorrência no setor financeiro. Tenho tido a chance de discutir esse ponto mencionado pelo Deputado Ricardo Berzoini – que se ausentou há pouco – com vários Parlamentares.

Na nossa visão, é fundamental que haja intensa concorrência no setor financeiro, e é nessa linha que temos desenhado nossas políticas. Vai ser uma combinação de fatores – alguns de natureza macro, outros tributários, jurídicos e de natureza concorrencial –, e temos de ficar de olho.

A idéia de tabelar é perigosa, porque acaba gerando transações com dívida.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Não seria tabelar. Ela seria móvel, em função do aumento da taxa referencial.

O SR. ARMINIO FRAGA – Entendi.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – A taxa vai ser tantas vezes a referencial. Se ela subir para 50% vezes cinco, o valor será 250. Se cair para 10...

O SR. ARMINIO FRAGA – Nosso objetivo é idêntico ao de V.Exa.

A melhor forma de atuação é abordar todas essas questões e, claro, insistir na concorrência, buscando resultados.

A introdução de algum elemento de controle de preço ou multiplicador, a meu ver, faria com que perdêssemos transparência, o que acaba sempre prejudicando o consumidor. Vai-se exigir depósito antecipado. Além disso, não se vê, na prestação, qual é o juro que se está pagando.

O Banco Central, por meio de recente resolução do Conselho Monetário, implantou, na área financeira, os dispositivos da lei de defesa da concorrência, que beneficia o consumidor, porque traz à tona a transparência das operações financeiras. O código de defesa financeira do consumidor tem essa vantagem, da qual não podemos abrir mão.

O Deputado Clementino Coelho abordou quatro pontos. Primeiro, ao fazer um contraste entre o Brasil, a China, a Índia e outros países, faz uma pergunta profunda e fascinante: será que eles têm acertado mais?

Nas últimas duas décadas – os fatos falam por si –, eles têm crescido mais do que o Brasil. Mas, se olharmos os últimos cem anos, veremos que nosso País cresceu mais, inclusive em relação à renda per capita. Eles conseguiram poupar mais, construindo um ambiente favorável à poupança, em certos casos compulsória.

Esse é o desafio que temos de enfrentar agora, aprendendo lições importantes, como a ênfase na educação. Contudo, a verdade é que eles saíram de uma base muito baixa, e esse primeiro crescimento, em geral, é mais fácil. Depois, quando se vão galgando degraus, fica mais difícil manter o ritmo de crescimento que eles têm hoje. Não significa que devamos nos contentar com um crescimento de 4,5%. É possível crescer mais, com trabalho, mais poupança e reformas, talvez não 10%, considerando o nível em que estamos começando.

Quanto ao problema do superávit primário e à possibilidade de se negociar algum tipo de transferên-

cia desse valor, nos últimos anos, principalmente a partir do final de 1998, encaramos essa situação fiscal de frente e constatamos que não era possível continuar assim. No discurso que fez antes das eleições daquele ano, o Presidente da República deixou isso claro. Por isso, temos procurado calibrar o superávit primário em valores que, a médio e longo prazos, nos possibilitem ter o juro real declinante, a trajetória da dívida PIB apontando para baixo e assim por diante.

Sem prejuízo disso, o financiamento que obtivemos no Fundo Monetário Internacional e os empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento de certa forma ajudam a compensar nessa linha. É importante, neste momento de consolidação, preservar uma trajetória fiscal de superávit primário para permitir queda nos juros ou, num momento difícil como o atual, impedir um aumento extraordinário, como aconteceu no passado.

V.Exa. também perguntou se podemos explorar as desigualdades regionais de alguma maneira. Na análise geral, os empréstimos que fizemos podem ser decompostos. Eles foram feitos em condições favoráveis para o País como um todo, diferentemente dos países mais pobres da África, por exemplo.

Cabe-nos redistribuir internamente esses recursos, fazendo uma decomposição. Os Estados mais ricos vão pagar um juro mais próximo do de mercado e os mais pobres, um juro mais baixo. É mais fácil fazer essa política pelo lado do gasto, sem mexer na parte financeira e preservando a transparência.

No fundo, algum dinheiro já entra, porque os credores sabem que o Brasil tem desigualdades. Se fôssemos só dois ou três Estados mais ricos, não teríamos acesso a esse tipo de crédito. Cabe a nós zelar para que esse dinheiro vá para quem dele mais precisa, não só do ponto de vista regional, mas também social. Seria difícil convencê-los a nos dar dinheiro a mais, a taxas reduzidas, em contrapartida por nosso crédito.

Foi feita outra pergunta interessante: por que nós, que não temos as condições que eles têm, estamos dando crédito? Sinceramente, eu não tinha pensado dessa maneira, mas creio que na prática acontece algo semelhante, quando recebemos esses créditos.

Quanto aos créditos bancários, já abordei esse ponto.

Passo, então, às indagações do Deputado Darcísio Perondi.

A melhor maneira de se medir o gasto com juros, na minha visão, é tentar computar a taxa de juro

real, subtraindo os efeitos da inflação, que hoje é baixa. Ainda assim, considerando como foi no passado, 6% ao ano faz diferença. Nesse ponto, temos hoje sinais de que estamos caminhando numa direção melhor, ou seja, a taxa de juro real vem caindo. Temos de subtrair da conta de juros o componente da inflação, apenas para efeito de análise econômica.

Rola-se parte dos juros, parte da administração da dívida. Apesar disso, como o PIB também cresce real e nominalmente, a relação dívida/PIB pode cair, porque o denominador está crescendo mais rapidamente que o numerador. Aritmeticamente, é isso.

A taxa de juros que se paga sobre o esqueleto varia muito, mas tem sido tipicamente inferior à de mercado e objeto de negociações. O ICVS, por exemplo, talvez seja o maior pago, a uma taxa bem menor que a de mercado.

A dívida externa do Brasil é bastante longa. Não há preocupação com o prazo. Uma pequena parte é de curto prazo, ligada ao financiamento do comércio exterior. Ela se autoliquida e é tipicamente estável. Portanto, o perfil da nossa dívida externa é bom.

O valor da dívida externa – algo em torno de 40% do PIB – é também administrável e não é elevado, no que se refere à dívida pública. A dívida privada é maior. Essa não é uma das nossas principais preocupações, a curto prazo.

Entretanto, num momento de escassez de financiamento de risco, como o atual, mesmo uma dívida que a longo prazo parece perfeitamente administrável – já foi inclusive reduzida no Plano Brady – preocupa. Por isso, em parte, recorreremos ao Fundo Monetário a fim de acessar uma verba, um crédito suplementar internacional para nos ajudar.

V.Exa. tocou no tema da moratória. Vimos o custo que ela nos trouxe. Não foi intencional, mas acabamos caindo nessa armadilha. Creio que todos perdem. A moratória interna, então, seria impensável, porque na verdade vai afetar o cidadão que tem o dinheiro, passando pelas empresas e espelhando nossa sociedade, além de prejudicar a pequena poupança.

Quanto ao microcrédito, ele não deslanchou tanto como gostaríamos, mas avançou bastante. Foi objeto de reformulação há mais ou menos dois meses, por meio de resolução do Conselho Monetário, discutida com inúmeros setores da sociedade, inclusive o Comunidade Solidária e outras instâncias, cujas sugestões foram essencialmente atendidas. É um setor que vai desenvolver-se com o tempo e – concordo com o Deputado – precisa ter amparo mais amplo.

A idéia também implantada há cerca de dois anos, de permitir a criação de um relacionamento de bancos com correspondentes, é muito útil, porque aqueles podem trabalhar com economia, tendo um posto para repassar recursos.

A última área de capilarização que buscamos são as cooperativas, que também vêm se desenvolvendo no Brasil. É um setor interessante, que tem peculiaridades. É preciso administrá-lo bem, porque tende a concentrar o risco, mas é realmente fonte de barateamento de recursos. O Diretor Sérgio Darcy da Silva Alves, do Banco Central, tem sido um campeão dessas três iniciativas, nas quais sou seu parceiro, com muito orgulho.

Finalmente, as questões do Deputado Miro Teixeira. Abordei-as antes, mas volto a elas com prazer.

São dois os grandes blocos de novidades nessa área. O primeiro é que as dívidas foram pagas antecipadamente. Repito que isso pode, sim, ter sido fonte de algum problema fiscal, mas vamos correr atrás de receita. É bom termos a informação, que vai permitir-nos, se for o caso, recuperar esse dinheiro, até com multa.

Em relação ao impacto que isso possa ter causado, a outra metade é apenas uma forma de se classificarem os empréstimos intercompanhia. Então, não há macroimpacto, mas isso nos permite melhor comparabilidade internacional. Creio que é um ponto positivo, não vejo como possa ter-nos prejudicado.

A pergunta do Deputado, no fundo, é se a percepção sobre os 14 bilhões pode ter sido negativa. Creio que não. Há uma dinâmica própria no processo, e esse não é um evento antigo. As estatísticas são permanentemente revisadas – ora para cima, ora para baixo, como esta.

Na minha opinião e na de pessoas que fazem essa análise a vida inteira, foi um acontecimento positivo, sem dúvida alguma, fruto de enorme esforço. Não ocorreu em tempo real, porque é humanamente impossível, pois não temos sistema nem pessoal para fazer o acompanhamento no dia-a-dia. Mas isso não nos causou prejuízo lá atrás e, no fundo, é um benefício agora.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Aconteceu durante quanto tempo? Mais ou menos um ano e meio?

O SR. ARMINIO FRAGA – Não tenho esse dado. Pode ter sido.

Foi acontecendo. Pode ter vindo de trás. São dívidas antigas, e os sistemas não permitem uma atua-

lização em tempo real. Enfim, pelo menos agora, está feito.

Espero que tenha trazido algum benefício. Nesse ambiente, às vezes, é difícil ver.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sob esse aspecto, sem dúvida, foi salutar para o País.

Entretanto, esse exame merece um aprofundamento, até para impedir que aconteçam manipulações novamente, se é que houve.

O SR. ARMINIO FRAGA – Quanto a isso, o Deputado pode ficar tranquilo. O Secretário Everardo Maciel não vai deixar acontecer.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Há pessoas atuando em outros setores públicos, e em breve teremos resultados interessantes.

É claro que a dupla Presidente do Banco Central e Secretário da Receita Federal pode ser mais ágil.

O SR. ARMINIO FRAGA – Qualquer informação será bem-vinda, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Caldas) – Srs. Deputados, antes de encerrar os trabalhos, vamos colocar em apreciação a ata da presente reunião.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Agradecemos a presença ao Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, aos Srs. Parlamentares e aos demais presentes.

Está encerrada a reunião.

Ata da 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 26 de setembro de 2001, às 18 horas.

Às dezoito horas e nove minutos do dia vinte e seis de setembro do ano de dois mil e um, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Ricardo Santos, Geraldo Althoff, Antônio Carlos Júnior, Wellington Roberto, Heloísa Helena, Moreira Mendes, Luiz Otávio, Alberto Silva, Geraldo Melo, Juvêncio da Fonseca e Ney Suassuna. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, passa-se à deli-

beração da pauta. Item 01: Aviso n.º 20, de 1999, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão n.º 135, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.” (TC-Nº 700.280/97-9), tendo como relator o Senador Luiz Otávio que no parecer opina pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União. Aprovado. Item 02: Aviso n.º 95, de 2001, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão n.º 321, de 2001-TCU (PLENÁRIO), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, em atendimento a solicitação da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados acerca das providências administrativas e judiciais adotadas pelo Banco, objetivando recuperar seus créditos junto à empresa FIBRASA Indústria e Comércio Ltda. (TC-012.139/99-88)”, tendo como relator o Senador Luiz Otávio que no seu parecer opina pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 03: Proposta de Fiscalização e Controle n.º 03. De 1999, de autoria do Senador Geraldo Melo, que “dispõe sobre os assuntos referidos nos requerimentos dirigidos aos ministros da aeronáutica e educação que solicita informações a respeito das medidas formais adotadas para proteger os recursos federais aplicados no Estado do Rio Grande do Norte”, tendo como relator o Senador Luiz Otávio que no parecer opina pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 04: Aviso n.º 168, de 2000, que “encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão n.º 322, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no perímetro de irrigação de Boacica (AL), obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, nos municípios de Igreja Nova e Penedo (AL) (TC-nº 008.740/2000-0)”, tendo como relator o Senador Juvêncio Da Fonseca que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 05: Aviso n.º 4C, de 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão n.º 307, de 1999, bem como os respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, FUNASA-AL, Escritório de Negócios da CEF – AL, Instância Colegiada Estadual do Ministério da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho

Municipal de Saúde de Maceió e Delmiro Gouveia, dentro do Programa de Ação na Área de Saúde.” (TC-nº 014.640/97-0)), tendo como relator o Senador Geraldo Melo que opina no seu parecer pela solicitação preliminar de informações ao Tribunal de Contas da União. Aprovado. Item 06: Aviso n.º 19, de 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão n.º 72, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria na área de licitações e contratos da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.” (TC-nº 575.162/96-1), tendo como relator o Senador Geraldo Melo que em seu parecer opina pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e pelo encaminhamento ao arquivo. Aprovado. Item 07: Aviso n.º 176, de 2000, que “encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão n.º 337, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no perímetro de irrigação de Baixo de Irecê/BA, obra de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco/CODEVASF.” (TC-nº 007.604/2000-4) tendo como relator o Senador Antônio Carlos Júnior que em seu parecer opina pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União. Aprovado. Item 08: Proposta de Fiscalização e Controle n.º 2, de 1999, que “dispõe sobre a fiscalização e controle da aquisição de controle acionário pela ELETROBRÁS de empresas mencionadas no requerimento e também outros atos de gestão administrativa relacionadas à CEROM – Companhia de Energia Elétrica de Rondônia, apresentado pelo Senador Ernandes Amorim”, tendo como relator o Senador Moreira Mendes que em seu parecer opina pela aprovação conforme plano de execução da Proposta de Fiscalização e Controle. O Relator solicita seja a matéria retirada da pauta. Item 09: Proposta de Fiscalização e Controle n.º 1, de 2001, que propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal solicite ao Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 102-A do Regimento Interno do Senado Federal e do artigo 71, inciso VI da Constituição Federal, auditoria de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial nas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS para apurar eventuais irregularidade em contrato de financiamento firmado, em 11 de fevereiro de 2000, e ainda em vigor, entre esta empresa estatal e a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE”, de autoria do Senador CARLOS WILSON, tendo como relator o Senador Wellington Roberto que em seu parecer opina pela aprovação conforme plano de execução da Proposta de Fiscalização e Controle. Aprovado. Extra pauta: Item 01: Aviso n.º 64, de 2000,

que “encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 278, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em cumprimento à Decisão nº 261, de 1999-Plenário, referente a irregularidades já tratadas em processo de denúncia, objeto do TC- 001.249/98-3, em tramitação – (TC nº 009.350/99-3)”, tendo como relator o Senador Luiz Otávio que em seu parecer opina pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Freitas Neto**, Vice-Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta Presidência informa que o Ministério Público da União acusa o recebimento do Parecer nº 692/2001 da Comissão de Fiscalização e Controle, referente ao Aviso nº 7/1999, e determina a remessa do processo ao arquivo, conforme relatório aprovado pela Comissão, em 28 de junho de 2001.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à análise das seguintes proposições, já distribuídas aos Srs. Senadores.

Item 01. Aviso nº 20, de 1999.

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 135, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e voto que fundamentam. Autor, Tribunal de Contas da União. Relator, Senador Luiz Otávio.

Solicitaria ao Senador Antonio Carlos Júnior que fizesse o obséquio de apresentar o parecer do Senador Luiz Otávio.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Aviso nº 20 do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 135/99, bem como relatório de

voto que fundamenta sobre a auditoria realizada na Companhia de Docas do Estado de São Paulo – Co-desp.

Voto

Diante do exposto, propomos preliminarmente que se oficie ao Tribunal de Contas da União, no sentido de informar a esta Comissão o resultado das determinações constantes dos itens 8.1 a 8.4, da decisão sob análise, nos termos da minuta do ofício em anexo.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 02. Aviso nº 95, de 2001. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 321, de 2001, do Tribunal de Contas da União, Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada no Banco do Nordeste do Brasil S/A, em atendimento à solicitação da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados acerca das providências administrativas e jurídicas adotadas pelo Banco Indústria e Comércio Ltda. Autor, Tribunal de Contas da União. Relator, Senador Luiz Otávio.

Peço ao Senador Wellington Roberto que, por obséquio, apresente o parecer do Senador Luiz Otávio.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Pois não, Sr. Presidente.

A Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 95, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia de Decisão nº 312/2001, referente à auditoria realizada no Banco do Nordeste do Brasil.

O Relator é o nobre Senador Luiz Otávio.

Passo à leitura do seu voto.

Com base no exposto, tendo em vista que a matéria situa-se inteiramente no âmbito de competência do Tribunal de Contas da União, da Secretaria Federal de Controle e do Ministério Público da União, não exigindo qualquer providência adicional do Senado Federal, opino que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere por encaminhamento ao arquivo.

Então, o voto do Senador Luiz Otávio é pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 03. Dispõe sobre os assuntos referidos nos requerimentos dirigidos aos Ministérios da Aeronáutica e da Educação, que solicita informações a respeito das medidas formais adotadas para proteger os recursos federais aplicados no Estado do Rio Grande do Norte. Autor, Senador Geraldo Melo. Relator, Senador Luiz Otávio.

Pediria ao Senador Moreira Mendes que, por obséquio, apresentasse o parecer do Senador Luiz Otávio.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme anunciado, trata-se de parecer da Comissão de Fiscalização e Controle sobre Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 1999, do Senador Geraldo Melo, que dispõe sobre assuntos referidos nos requerimentos dirigidos aos Ministros da Aeronáutica e da Educação, que solicitam informações a respeito das medidas formais adotadas para proteger os recursos federais aplicados no Estado do Rio Grande do Norte.

Conforme o relatório distribuído previamente, com a permissão de V. Ex^a e dos demais pares, vou-me permitir ler o voto que vem colocado da seguinte forma:

“Em vista do exposto, o nosso parecer é pelo conhecimento e do envio da matéria ao arquivo.”

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4: Aviso nº 168, de 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 322, de 2000, bem como dos respectivos relatórios de auditoria e voto que a fundamentam, realizada no perímetro de irrigação de Coacica, Alagoas, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, nos Municípios de Igre-

ja Nova e Penedo, Alagoas. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Peço ao Senador Antonio Carlos Júnior que apresente o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Aviso nº 168, de 2000, originário do TCU, que encaminha cópia da Decisão nº 322, de 2000, referente à auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, nos Municípios de Igreja Nova e Penedo, em Alagoas.

Voto

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Federal, opinamos para que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 5: Aviso nº 4-C, de 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 307, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e votos que a fundamentam, relativos à auditoria realizada na Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas – Funasa-AL, escritório de negócios da SEF-AL, instância colegiada estadual de saneamento, Comissão Intergestora Bipartite, Gerência Estadual do Ministério da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde de Maceió e Delmiro Gouveia dentro do programa de ação na área da saúde. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Geraldo Melo.

Solicito ao Senador Luiz Otávio que apresente o parecer do Senador Geraldo Melo.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Sr. Presidente, o parecer é sobre o Aviso nº 1.381, de 15/12/99 (na origem), referente à decisão adotada pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União no processo de auditoria realizada na Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Alagoas e em outras entidades dessa unidade da Federação.

Voto do ilustre Relator, Senador Geraldo Melo.

A comunicação que ora se examina insere-se no contexto das atribuições do Congresso Nacional de exercer a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União com o auxílio do Tribunal de Contas da União, conforme previsto nos dispostos constitucionais dos arts. 70 e 71.

Tendo em vista as diversas observações a que procedeu a egrégia Corte de Contas, considerando a necessidade de seu cumprimento com vistas ao bom e regular gerenciamento dos recursos da União, propomos, preliminarmente, que se oficie ao Sr. Presidente no sentido de informar a esta Comissão as consequências decorrentes daquelas determinações. Sala das Comissões. Senador: Geraldo Melo, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6: Aviso nº 19, de 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 72/2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam sobre a auditoria na área de licitações e contratos na Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Geraldo Melo.

Solicito ao Senador Wellington Roberto que, por obséquio, apresente o parecer.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Aviso nº 19/2000, que encaminha cópia da Decisão nº 72/2000, referente ao relatório de auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP nas áreas de licitações de contratos. O Relator é o nobre Senador Geraldo Melo. O voto diz o seguinte:

Diante do exposto e por tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos por que seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e que se delibere pelo encaminhamento do processo ao Arquivo.

Portanto, Sr. Presidente, o voto do nobre Relator Geraldo Melo é pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Item 7: Aviso nº 176, de 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 337, de 2000, bem como dos respectivos relatório, auditoria e voto que a fundamentam, realizada no perímetro de irrigação de Baixo de Irecê (BA), obra de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf. O autor é o Tribunal de Contas da União, sendo Relator o Senador Antonio Carlos Junior, a quem passo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório é de origem do Tribunal de Contas da União e encaminha cópias de decisões referentes às auditorias realizadas na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf.

O voto embasa-se no espírito de que devemos pedir esclarecimentos sempre que houver algum tipo de dúvida – espírito esse que penso já está tomando conta dos membros da Comissão. Passo a ler o voto:

Pelo exposto, constata-se que a matéria situa-se inteiramente no âmbito de competências do Tribunal de Contas da União. No entanto, esta Relatoria necessita conhecer do cumprimento das decisões tomadas pela Instituição, para melhor fundamentar o parecer e o voto, motivo pelo qual opinamos que seja encaminhada solicitação nesse sentido ao Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passemos ao Item 8.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pois não, Senador. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MOREIRA MENDES – Sou o Relator do próximo item e gostaria de solicitar a V. Ex^a a retirada de pauta, a fim de melhor examinar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Votemos, então, o requerimento de retirada de pauta.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, retira-se de pauta o Item 8, por solicitação do Relator.

Passa-se ao Item 9, que propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal solicite ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 102, a, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 71, inciso VI, da Constituição Federal, auditoria de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial nas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, para apurar eventuais irregularidades em contrato de financiamento firmado em 11 de fevereiro de 2000, ainda em vigor, entre essa empresa estatal e a Companhia Energética de Pernambuco – Celp. O autor é o Senador Carlos Wilson, sendo Relator o Senador Wellington Roberto, a quem concedo a palavra.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Da Comissão de Fiscalização e Controle sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 001, de 2001, apresentada pelo Senador Carlos Wilson, que visa a solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização de auditorias nas Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, para apurar eventuais irregularidades em contrato firmado com a Celp – Companhia Energética de Pernambuco.

Diante da oportunidade e conveniência da medida, opina-se pela aprovação da Proposta de Fiscalização nº 001/2001, de iniciativa do Senador Carlos Wilson, sugerindo-se, para isso, como providência preliminar e imediata, o envio de ofício ao Tribunal de Contas da União, solicitando a realização de auditoria contábil, financeira, operacional e patrimonial nas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, visando a análise da execução dos contratos nºs 1.951/99 e 1.983/2000, firmados com a Companhia Energética de Pernambuco – Celp, no âmbito do Programa Nacional de Eletrificação Rural Luz do Campo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há um pedido de inclusão extrapauta. Trata-se do Aviso nº 64, de 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 278, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam,

sobre a auditoria realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em cumprimento da Decisão nº 261, de 1999, Plenário, referente a irregularidades já tratadas em processo de denúncia objeto do TC nº 0001249/1998-3, em tramitação. O Relator é o Senador Luiz Otávio.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de inclusão em pauta queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item está incluído na pauta.

Concedo a palavra ao Relator Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Secretária da Comissão de Fiscalização e Controle me trouxe o projeto apenas para agilizar mais ainda a pauta das nossas reuniões.

Trata-se de um parecer de um projeto que eu já tinha apresentado à Mesa. Para não ficar para a próxima reunião, vamos antecipar logo a leitura do parecer.

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sob a Decisão nº 278, de 2000, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios de voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Voto

Diante do exposto e tendo em vista que as obras do edifício do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas ainda não foram concluídas, propomos, preliminarmente, que se oficie ao Tribunal de Contas da União no sentido de informar a esta Comissão quanto ao resultado das providências determinadas na Decisão nº 278, de 2000, e sobre as determinações do Tribunal relativas ao processo do Tribunal de Contas nº 0001249/1998-3, ainda em tramitação. Sala das Comissões. Senador Luiz Otávio, Relator.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais matéria na pauta de hoje, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h49min.)

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 09 de outubro de 2001, às 18 horas.

Às dezoito horas e treze minutos do dia nove de outubro do ano de dois mil e hum, na Sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Heloísa Helena, Wellington Roberto, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Althoff, Antônio Carlos Júnior, Luiz Otávio, Freitas Neto e Valmir Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, passa-se à deliberação da pauta. Item 01: Diversos 128, de 1995, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e providências cabíveis, cópia de Relatórios preliminares das perícias técnicas, contábeis e médicas, realizadas em procedimentos instaurados na Procuradoria da República do Estado de São Paulo, em atendimento às recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no INAMPS/SUS”, tendo como relator o Senador Luiz Otávio que no parecer opina pela solicitação de informações ao Ministério Público, ao Ministério da Saúde, ao Tribunal de Contas da União e remessa de cópia do processado e parecer à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Aprovado. Item 02: Aviso nº 182, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 778, de 2000 bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contas Secas – DENOCS, nas obras da Barragem do Açude Público Castanhão, Município de Alto Santo – CE (TC 008.615/2000-2)”, tendo como relator o Senador Wellington Roberto que no seu parecer opina pela realização nova inspeção na obra. Aprovado. Item 03: Proposta de Fiscalização e Controle nº 02. De 1999, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que “dispõe sobre a fiscalização e controle da aquisição de controle acionário pela ELETROBRÁS de empresas mencionadas no requerimento e também outros atos de gestão administrativa relacionados à Companhia Energia Elétrica de Rondônia – CEROM”, tendo como relator o Senador Moreira Mendes que no

parecer opina pela aprovação conforme o Plano de Execução da Proposta de Fiscalização e Controle pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. O Relator pede seja retirada esta proposta da pauta. Item 04: Aviso nº 94, de 2001, que “encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 318, de 2001-TCU (PLENÁRIO), bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais – INCC, de responsabilidade da Área Técnica de Alimentação e Nutrição – ATAN, integrante da estrutura da Secretaria de Políticas de Saúde, do Ministério da Saúde (TC – Nº012.774/2000-5)”, tendo como relator o Senador Juvêncio Da Fonseca que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria por esta Comissão, envio de cópia do parecer ao Ministro da Saúde e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Na sequência, é apresentado e aprovado o seguinte requerimento: De autoria do Senador Wellington Roberto, solicitando sejam convidados os senhores: Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga Neto; o Procurador Geraldo do Banco Central, Dr. Carlos Eduardo da Silva Monteiro e; o Dr. Luiz Gustavo da Matta Machado, para prestarem esclarecimentos sobre o caso ARISA – Agro-Industrial e Reflorestadora S/A. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da Ata anterior queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que da pauta de hoje constam quatro processos.

Item 1 da pauta: Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento de providências cabíveis, cópias de relatórios preliminares de perícias técnicas, contábeis e médicas, realizadas em procedimentos instau-

rados na Procuradoria da República do Estado de São Paulo, em atendimento às recomendações das Comissões Parlamentares de Inquérito destinadas a apurar irregularidades no Inamps/SUS. O Autor é a Procuradoria-Geral da República, e o Relator é o nobre Senador Luiz Otávio.

Solicito ao Senador Wellington Roberto que, por gentileza, faça a leitura do relatório do Senador Luiz Otávio – *ad hoc*.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª que transfira a leitura para outro companheiro, porque o item 2 é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Peço, então, ao nobre Senador Geraldo Althoff que seja o Relator do item 1.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o item 1 refere-se a parecer emitido pelo nobre Senador Luiz Otávio, relacionado ao encaminhamento ao Senado Federal, para conhecimento e providências cabíveis, de cópias de relatórios preliminares das perícias técnicas, contábeis e médicas realizadas em procedimentos instaurados na Procuradoria da República do Estado de São Paulo, em atendimento às recomendações das Comissões Parlamentares de Inquérito destinadas a apurar irregularidades no Inamps/SUS.

O relatório está nas mãos dos Srs. Senadores e é bastante claro.

O voto apresentado pelo nobre Senador Luiz Otávio refere-se ao seguinte: “Em vista do exposto, somos do parecer que esta Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regimentais, adote as seguintes providências:

a) solicite do Ministério Público para que informe o estágio atual das investigações, encaminhando-lhe cópia deste parecer;

b) oficie o Ministério da Saúde para que informe o estágio atual das providências adotadas a propósito dos indícios referidos, encaminhando-lhe cópia deste parecer;

c) solicite ao TCU que informe o estágio atual das investigações acerca das irregularidades referidas, encaminhando-lhe cópia deste parecer;

d) envie cópia do processado e do presente parecer à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para conhecimento e providências cabíveis;

e) aguarde os desdobramentos das providências supra-referidas, anexando a documentação pertinente ao processado;

f) delibere definitivamente sobre a matéria após o conhecimento atual da sua situação junto aos órgãos oficiados.

Esse é o voto do nobre Senador Luiz Otávio, cuja leitura me coube fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador Geraldo Althoff.

Em discussão o parecer do nobre Senador Luiz Otávio. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Item 2 da pauta: Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 778, de 2000, bem como dos respectivos relatórios de auditoria e do voto, que a fundamentam, realizados no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Dnocs, nas obras de barragem do açude público de Castanhão, Município de Alto Santo, Ceará. O Autor é o Tribunal de Contas da União e o Relator é o nobre Senador Wellington Roberto, a quem concedo a palavra.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Aviso nº 182, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 778/2000, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs – sobre a construção da barragem do açude público de Castanhão.

Sr. Presidente, o voto diz o seguinte: “Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito da competência do Tribunal de Contas da União, mas por se tratar de obra incluída entre aquelas constantes da relação de obras com indícios de irregularidades previstas no Orçamento Geral da União para 2002, opinamos que se oficie ao Tribunal de Contas da União, solicitando que seja realizada nova inspeção na obra objetivando verificar se a execução financeira está de acordo com o previsto no Contrato PGE 9/91, bem assim de seus aditivos, e que suas conclusões sejam encaminhadas a esta Comissão de Fiscalização e Controle para reavaliação posterior.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa)*.

Aprovado.

Quanto ao Item nº 3 da pauta, o Senador Moreira Mendes solicitou a sua retirada, uma vez que ele conseguiu dados novos, e por isso ele pretende modificar o parecer.

Falta, portanto, o Item 4, para o qual solicito ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca que o relate. Trata-se do Aviso nº 94, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 318, de 2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e votos que a fundamentam sobre a auditoria de natureza operacional realizada no incentivo de combate a carências nutricionais de responsabilidade da área técnica de alimento e nutrição – Atan, integrante da estrutura da Secretaria de Política de Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Tribunal Pleno do Tribunal de Contas da União, reunido em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, adotou a Decisão 318, de 2001, com relação ao Processo nº 12.774, de 2000.

Resumidamente, conforme consta do nosso relatório, fez 10 recomendações, que constam pormenorizadamente do nosso relatório.

Diante do exposto, e tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito das competências do TCU, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e que seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde cópia desse parecer, para que mais uma vez tome conhecimento das recomendações do Tribunal de Contas contidas na sua Decisão 318, em análise, encaminhando, em seguida, esse processo ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o parecer do nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Aprovado.

Há um requerimento sobre a mesa, do Presidente da Subcomissão que está cuidando de um dos processos, Senador Wellington Roberto, nos seguintes termos:

“Sr. Presidente

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, item 5, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga Neto; do Procurador-Geral do Banco Central, Dr. Antonio Carlos Monteiro; e do Diretor do Departamento Bancário do Sistema de Pagamento, Dr. Luiz Gustavo da Mata Machado, para prestarem esclarecimentos perante esta Comissão de Fiscalização e Controle sobre o caso Arisa – Agroindustrial e Reflorestadora S.A., visando dar continuidade aos trabalhos de investigação do descumprimento da decisão judicial, proferida no processo em que figuram como partes o Banco do Nordeste do Brasil e aquela empresa.”

Está subscrito pelo Senador Wellington Roberto.

Este é o requerimento.

Passo a palavra ao Senador Wellington Roberto para tecer mais algum comentário.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, desejo apenas apresentar o requerimento e que ele seja submetido à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Wellington Roberto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Aprovado.

Nobre Senadores, esta Presidência distribuiu inúmeros processos e solicito pressa aos Srs. Senadores para que possamos limpar a pauta o mais rápido possível, uma vez que chega nova remessa de processos à nossa Comissão.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, apresentei um requerimento no dia 15 de agosto do corrente ano, requerendo à Eletrobrás para prestar esclarecimentos diante de algumas informações, e até a presente data não chegou nenhuma informação a esta Comissão.

Eu queria que V. Ex^a reiterasse esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Assim o faremos; pedimos à Secretaria que providencie o reiterar do pedido, que assinaremos amanhã, pela manhã.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião agradecendo a presença dos Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 18h31min.)

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 16 de outubro de 2001, às 18 horas.

Às dezoito horas e quarenta minutos do dia dezois de outubro do ano de dois mil e hum, na Sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Wellington Roberto, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Althoff, Antônio Carlos Júnior, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, José Eduardo Dutra, Ricardo Santos, Roberto Saturnino e Moreira Mendes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, passa-se à deliberação da pauta. Item 01: Aviso nº 148, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 254, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagens – DNER, nas obras do Contorno Sudoeste de Goiânia, Rodovia BR 060/GO”, tendo como relator “ad hoc” o Senador Wellington Roberto que no parecer opina pelo sobrestamento da matéria até que o Tribunal de Contas da União encaminhe cópia da decisão definitiva. Aprovado. Item 02: Aviso nº 92, de 2001, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina na área de Pessoal”, tendo como relator o Senador Geraldo Althoff que no seu parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 03: Proposta de Fiscalização e Controle nº 02, de 1999, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que “dispõe sobre a fiscalização e controle da aquisição de controle acionário pela ELETROBRÁS de empresas mencionadas no requerimento e também outros atos de gestão administrativa relacionados à Companhia Energia Elétrica de Rondônia – CEROM”, tendo como relator o Senador Moreira Mendes que no parecer opina pela aprovação conforme o Plano de Execução da Proposta de Fiscalização e Controle. Aprovado o Relatório Prévio. Encerrada a pauta, foram colocados extra pauta as seguintes proposições: Proposta de

Fiscalização e Controle, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Saturnino Braga, para apurar denúncias veiculadas pela imprensa de Sergipe e pela Imprensa Nacional, sobre o possível desvio de dinheiro público com a ocorrência de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal em prejuízo da União, o que ensejou abertura de inquérito por iniciativa do Ministério Público Federal junto à Polícia Federal no Estado de Sergipe, visando a apuração dos fatos denunciados. Foi designado Relator, o Senador Wellington Roberto, para apresentação de Relatório Prévio. São apresentados e aprovados os seguintes requerimentos: De autoria do Senador Wellington Roberto, solicitando depoimento do Ex-Senador Tasso Rosado e do Presidente da Agroindustrial e Reflorestadora S/A – Arisa, Dr. Antônio José Carvalho da Nóbrega, sobre o descumprimento de decisão judicial proferida em processo em que figuram como partes aquele Banco e a mencionada empresa; De autoria do Senador Wellington Roberto, solicitando depoimento do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Dr. Byron Costa de Queiroz e Banco Cruzeiro do Sul, Dr. Luís Felipe Índio da Costa, sobre o descumprimento de decisão judicial proferida em processo em que figuram como partes aquele Banco e a mencionada empresa; De autoria do Senador José Eduardo Dutra, convidando para prestar esclarecimentos, em sessão secreta, do Procurador Federal, Dr. Paulo Jacobina, para prestar esclarecimentos de desvios de recursos públicos e sonegação fiscal no Estado de Sergipe. Na sequência, foi realizada eleição para Vice-Presidente da Comissão, sendo eleito, por unanimidade, o Senador Jonas Pinheiro. O Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna, suspende a reunião às dezenove horas e quarenta minutos. Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e um são reabertos os trabalhos, iniciando com o Aviso nº 171, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 292, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referente às obras de construção da BR-135, trecho Colinas-Orozimbo/MA”, tendo como relator o Senador Luiz Otávio, que no seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo. Aprovado. Passa-se ao Aviso nº 140, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 597, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Pro-

jetos – FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia”, tendo como relator o Senador Juvêncio da Fonseca, que no seu Parecer opina pelo sobrestamento da matéria até que o Presidente da FINEP preste depoimento sobre a matéria. Aprovado. O Senador Wellington Roberto pede a palavra na qualidade de relator da Subcomissão do Metrô para relatar a matéria referente ao Aviso nº 8, de 2001, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.011, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a inspeção realizada na Coordenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal”, pelas seguintes conclusões: a) pelo conhecimento do teor da Decisão nº 1.001/2000, do Tribunal de Contas da União, relativa à inspeção realizada na obra do Metrô do Distrito Federal; b) oficie o Tribunal de Contas da União, solicitando a continuidade das inspeções periódicas; e c) delibere pela remessa do Aviso nº 8, de 2001, ao Arquivo. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezolito horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e um, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª reunião extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata anterior permaneçam sentados (*Pausa*.)

Aprovada.

Passemos à pauta. Hoje temos três projetos e cinco requerimentos.

O Item nº 01 da pauta é o Projeto que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão 254/2000, bem como dos respectivos relatórios e votos que a fundamentam, sobre a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, nas obras do contorno sudoeste de Goiânia. O Relator é o nobre Senador Luiz Otávio. Peço ao Senador Wellington Roberto que, por gentileza, faça a leitura do relatório.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. a Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 967, de 09 de agosto de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha informações sobre o cumprimento das determinações constantes da Decisão nº 254/2000, relativas à auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER, conforme recomendação do Parecer nº 481/01, desta Comissão. O Relator é o nobre Senador Luiz Otávio, que não está presente. Passarei a ler o seu voto:

“Diante do exposto e, tendo em vista que o Tribunal de Contas da União ainda não concluiu o processo de tomada de conta especial, opinamos no sentido de sobrestar a análise da matéria até que aquela Corte encaminhe à Comissão cópia da decisão definitiva, nos termos do art. 335, inciso II, do Regimento Interno do Senado.”

Esse é o voto, Sr. Presidente, do nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (*Pausa*.)

Aprovado.

Item nº 02, Senador Romero Jucá, é o relativo à análise pela Comissão de Fiscalização e Controle do Aviso nº 92/01, de 30.05.01, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 320, referente à auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. O Relator é o nobre Senador Geraldo Althoff. Não estando S. Ex^a presente, peço ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães Filho que, por gentileza, faça a leitura do voto do Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES FILHO – Aviso nº 92/01, cuja origem é o TCU, encaminhando a cópia da Decisão nº 320/01, referente à auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Passemos ao voto do Senador Geraldo Althoff, Relator.

“Diante do exposto, tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito das competências do TCU, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e que o processo seja remetido para o arquivo”.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 03. Pediria ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca que fosse o Relator. Trata-se da Proposta de Fiscalização e Controle nº 02/1999, que dispõe sobre a fiscalização e controle da aquisição de controle acionário pela Eletrobrás de empresas mencionadas no requerimento e também outros atos de gestão administrativa relacionados à Ceron, Companhia de Energia Elétrica de Rondônia. O Autor é o Senador Ernandes Amorim e o Relator, o Senador Moreira Mendes. Peço ao Senador Juvêncio da Fonseca que faça a leitura do relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o eminente Relator, Senador Moreira Mendes, após uma análise aprofundada do processo, conclui o voto da seguinte forma:

"Diante do exposto, opina-se pela aprovação parcial da Proposta de Fiscalização e Controle requerida pelo Senador Ernandes Amorim e sugere-se que esta Comissão delibere:

1º – pela aprovação do plano de execução da fiscalização e controle requerido, conforme sugerido no Item 3º deste relatório;

2º – por solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção na Ceron – Centrais Elétricas de Rondônia –, com o objetivo de examinar a legalidade do processo de aquisição do controle acionário da Ceron pela Eletrobrás, em face das disposições da Lei nº 9.619, de 1998;

3º – por solicitar que o Tribunal de Contas da União realize procedimentos de fiscalização e controle no termo aditivo de ratificação do contrato de abertura de crédito de compra e venda de ativos celebrado em 2 de fevereiro de 1998 entre a União, o Estado de Rondônia, o Banco do Estado de Rondônia S.A. e a Rondônia Crédito Imobiliário S. A., com a intervenção do Banco do Brasil S. A., nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.654/23, de 15 de abril de 1998, visando:

a) analisar a correção da base legal utilizada para sua celebração (medida provisória) em face do regime de administração especial temporária em que se achava o Beron (intervenção do Banco Central desde fevereiro de 1995), nos termos do Decreto-Lei nº 2.321/78;

b) averiguar eventuais prejuízos que o referido contrato tenha causado à economia do estado de Rondônia;

c) enviar ao Tribunal de Contas da União cópia de inteiro teor da proposta do parecer aprovado pela Comissão, requerendo-se àquela instituição agilidade na realização dos procedimentos de fiscalização e controle solicitados, com o fornecimento dos respectivos relatos a esta Comissão de Fiscalização e Controle, no prazo de três meses."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o voto do Relator. (*Pausa*)

Antes de colocar em votação, pergunto ao nobre Relator se quer acrescentar algo, uma vez que já vamos votar. V. Ex^a ainda não tinha chegado e queria avançar. Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, estava, ainda, no final da sessão do Senado. O voto foi muito bem exposto pelo ilustre Senador Juvêncio da Fonseca.

Gostaria, apenas, de dar ênfase à situação do Banco do Estado de Rondônia, que foi liquidado pela inobservância, por parte do ex-Governador, de regras elementares de administração pública. A falta de responsabilidade do ex-Governador Valdir Raupp permitiu que o Banco do Estado de Rondônia, que possuía uma dívida de aproximadamente R\$16 milhões, no começo do governo, com agências em todos os Municípios do Estado de Rondônia fosse entregue, ao final do governo, com uma dívida de R\$560 milhões. S. Ex^a confessou a dívida e assinou o contrato de refinanciamento, de renegociação da dívida com a União.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador, inicialmente a dívida era de R\$16 milhões. Depois, passou para R\$560 milhões?

O SR. MOREIRA MENDES – Passou para R\$560 milhões em apenas um ano e oito meses de governo. As crianças que estão nascendo hoje no Estado de Rondônia já nascem com uma conta de R\$10 mil. Cada cidadão rondonense nascerá com a responsabilidade de pagar essa conta pelos próximos 28 anos. A renegociação foi feita em 30 anos. A única coisa que fez o Governador José Bianco foi pagar a conta da famigerada administração anterior. Dois anos e oito meses já foram pagos. Teremos, portanto, mais 27 anos e quatro meses para pagá-la.

Não fico apenas com a questão do Beron. Há, também, a venda dos ativos das Centrais Elétricas de Rondônia. Foi uma operação muito mal feita. Posteriormente, o Governador José Bianco ainda conseguiu consertar uma parte com uma negociação direta com a Eletrobrás.

Gostaria de fazer esse registro e referendar tudo o que foi dito pelo Senador Juvêncio da Fonseca, que relatou e proferiu o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

Srs. Senadores, temos requerimentos sobre a mesa. Temos, também, que fazer a eleição do Vice-Presidente, uma vez que, por acordo de lideranças e tradição da Casa, a Vice-Presidência é do PFL. Tendo o nobre Vice-Presidente, Senador Freitas Neto, passado para outro partido, o PFL indica para preencher a Vice-Presidência o nobre Senador, por Mato Grosso, Jonas Pinheiro. Precisamos proceder à votação. Estamos passando do meio da reunião. Os Srs. Senadores que precisarem sair, por favor, deixem seu voto depositado na urna com o indicado do PFL, segundo o acordo de liderança, Senador Jonas Pinheiro.

Requerimento.

O Senador Wellington Roberto requer, com fundamento no art. 58, §2º, inciso V da Constituição Federal e no art. 90, Item V, do Regimento Interno do Senado Federal, que preste depoimento junto a esta Comissão de Fiscalização e Controle o ex-Senador Tasso Rosado e o Presidente da Agroindustrial e Reflorestamento S/A, Arisa, Dr. Antônio José Carvalho da Nóbrega, sobre o descumprimento da decisão judicial proferida em processo em que figuram como partes aquele banco e a mencionada empresa, a fim de que a Subcomissão criada para exame do assunto se abasteça com os esclarecimentos necessários.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo permanecem sentados.(Pausa)

Aprovado.

Também requerimento do Senador Wellington Roberto:

Requer, com fundamento no art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal e no art. 90, Item V, do Regimento Interno do Senado Federal, que prestem depoimento junto a esta Comissão de Fiscalização e Controle os Srs. Presidentes do Banco do Nordeste do Brasil, BNB, Dr. Byron Costa de Queiroz, e do Banco Cruzeiro do Sul, Dr. Luis Felipe Índio da Costa,

sobre o descumprimento da decisão judicial proferida em processo em que figuram como partes aquele banco e a mencionada empresa, a fim de que a Subcomissão criada para exame do assunto se abasteça com os esclarecimentos necessários.

Queria lembrar aos Srs. Senadores que esse é um assunto em que o STJ e o STF determinaram uma medida que não foi cumprida e uma dívida de três bilhões parece-me que passou para 80 milhões, o que mostra uma temeridade, porque, a cada dia, são 40 mil reais de multa com que está sendo punido o Banco do Nordeste, e quem vai pagar, no final, é o contribuinte.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permanecem sentados.(Pausa)

Um outro requerimento, do nobre Senador Antonio Carlos Valadares e do Senador Saturnino Braga, que diz:

“Nos termos do art. 102, b, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que seja realizada por esta Comissão uma fiscalização relacionada à movimentação financeira suspeita realizada no período de campanha eleitoral de 1998, que, segundo denúncias vinculadas pela imprensa de Sergipe e pela imprensa nacional – matérias jornalísticas em anexo -, configura possível desvio de dinheiro público, com a ocorrência de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal em prejuízo da União, o que ensejou a abertura de inquérito por iniciativa do Ministério Público Federal junto à Polícia Federal do Estado de Sergipe, visando à apuração dos fatos enunciados.

Então vamos pôr em votação o requerimento e, em seguida, designar um relator.

Em discussão o requerimento dos nobres Senadores Antonio Carlos Valadares e Saturnino Braga.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permanecem sentados.(Pausa)

Aprovado.

Designo para ser Relator desta matéria o Senador Wellington Roberto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Só para esclarecer. Esse requerimento foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Foi.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Queria propor um outro requerimento, então, em decorrência desse: que fosse feito, até para orientar o modo como a Comissão vai trabalhar em relação a esse assunto, um convite ao Procurador Paulo Jacobina, que é o Procurador Federal encarregado desse inquérito, para uma reunião secreta, porque há informações sigilosas que só poderiam ser prestadas se fosse secreta a reunião. Então antecipáramos que seria uma reunião secreta, em sendo aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Requerimento do nobre Senador José Eduardo Dutra, do Estado de Sergipe, para que tenhamos uma audiência do Procurador numa sessão secreta.

Em discussão o requerimento, que será formalizado, feito por escrito. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permanecem sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Então V. Exª precisa formalizar.

Sr. Senadores, gostaria de dar uma satisfação. Sou Relator, vai completar um ano, do caso do ex-Secretário Eduardo Jorge. Gostaria de finalizar esse processo. Aliás, não é um processo, são seis processos. No entanto, a Mesa do Senado, no dia 31, pautou o requerimento que fizemos, que esta Comissão enviou à Mesa, naquela data. Por isso, vamos aguardar que seja relatado lá, uma vez que essas informações poderão complementar, ou não, a nossa decisão.

Vamos passar à eleição.

(Procede-se à votação)

Convido os Senadores Antonio Carlos Junior e Juvêncio da Fonseca para servirem como escrutinadores.

O Senador Jonas Pinheiro obteve dez votos, portanto, foi eleito por unanimidade e passa a ser Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle.

Essa foi uma eleição fácil. Seria bom se todas elas fossem assim.

Nada mais havendo a tratar, agradecemos a presença de todos.

A sessão está suspensa até amanhã à tarde, quando teremos novos processos e poderemos avançar.

Um abraço a todos.

Até a próxima reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h39min)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ontem, suspendemos a reunião para dar continuidade aos trabalhos hoje. Informávamos isso porque desejávamos avançar um pouco mais com relação aos processos e também em relação aos assuntos da Comissão.

Havendo processos na pauta, vamos iniciar com o Aviso nº 171, de 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 292, de 2000, bem como cópia dos respectivos relatórios de auditoria e voto que a fundamentam realizada no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER, referente às obras de construção do trecho Colinas/Orizombo – MA.

O Tribunal de Contas da União é o autor. Relator: nobre Senador Luiz Otávio. Na ausência deste, peço ao Senador Romero Jucá que faça o relato.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, o parecer que analisa a correspondência citada por V. Exª define que deve ser dado conhecimento da matéria e feita a conseqüente remessa do processado ao Arquivo.

Este, o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo que deseje usar a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As. Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item nº 2 da pauta.

Aviso que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 597, de 2000, bem como cópias dos respectivos relatórios e voto, que a fundamentam, sobre a auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, órgão vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Na ausência do nobre Senador Juvêncio da Fonseca, Relator da matéria, solicito ao nobre Senador Wellington Roberto que faça o relato.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, nobres Senadores, passo a ler o voto.

Tendo em vista o prazo decorrido dessa publicação de Decisão em comento e considerando que os dados constantes do processo suscitam forte preocupação quanto ao modo de atuação da Finep, seus objetivos e princípios, em vista de já não serem abundantes os mecanismos de fomento à pesquisa científica e tecnológica no País, parece-nos de todo conveniente que esta Comissão de Fiscalização e Controle solicite o depoimento do Presidente da empresa com base no art. 58, inciso II, da Constituição Federal e o

art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre os problemas tratados neste parecer, as providências adotadas nessa Decisão nº 597, de 2000/TCU e a situação atual da entidade em relação à gestão dos recursos financeiros.

Até que o Presidente da Finep seja ouvido nesta Casa, opinamos pelo sobrestamento do processo em análise.

Este, o voto do nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Srs. Senadores, volto a informar que hoje confirmei as três solicitações feitas por Senadores em nome desta Comissão à Mesa do Senado, e ficou acertado que serão votadas as três matérias relativas ao Caso Eduardo Jorge no dia 31 do corrente. Logo após, apresentaremos aqui o relatório sobre os seis processos que envolvem ex-ministro Eduardo Jorge.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, como Relator da matéria que envolve o Metrô de Brasília, informo que acabei de concluir o parecer. De forma que gostaria de relatar a matéria, aproveitando a presença aqui do nobre Presidente da Subcomissão, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador Romero Jucá deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ – Após o relatório, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Wellington Roberto, para relatar a matéria.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, esta Comissão de Fiscalização e Controle, o Aviso nº 08, de 2001 (nº 820, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminha cópia da Decisão nº 1.011/2000, referente à inspeção nas obras do Metrô do Distrito Federal.

Passarei ao voto.

Considerando que os indícios de irregularidades inicialmente apontados pelas inspeções realizadas pelas equipes de auditoria do Tribunal de Contas da União, em especial a que decorreu do cumprimento da Decisão nº 1.011/2000, na execução das obras do Metrô do Distrito Federal, foram esclarecidas pelo Metrô/DF e não se confirmaram haver graves irregularidades, conforme relatório do próprio TCU.

Recomendamos a continuidade das inspeções, como é da praxe daquele Tribunal, bem como a continuidade das obras até a sua conclusão, evitando assim, Sr. Presidente, sérios prejuízos financeiros no empreendimento, que tem, como sua maior finalidade, o atendimento à população no setor de transportes.

Diante do exposto, opinamos no sentido de que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal:

a) tome conhecimento do teor da Decisão nº 1.011, de 2000, do Tribunal de Contas da União, relativa à Inspeção realizada na obra do Metrô do Distrito Federal;

b) oficie ao Tribunal de Contas da União, solicitando a continuidade das inspeções periódicas;

c) delibere pela remessa do Arquivo nº 08, de 2001, ao Arquivo.

Este, o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, na qualidade de Presidente da Subcomissão.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, apenas para registrar o trabalho do Senador Wellington Roberto, enaltecendo o trabalho da Consultoria, que deu apoio ao Senador Wellington Roberto. Os documentos foram analisados. O Senador Wellington Roberto levantou, em seu voto, duas questões que gostaria de ressaltar. Primeiro, a continuidade da fiscalização por parte do Tribunal de Contas. É importante que uma obra como a do Metrô de Brasília tenha sempre o acompanhamento de uma fiscalização para que a relação custo/benefício possa ser maximizada. Segundo, a recomendação da continuidade da obra, haja vista que já foram gastos milhões com o Metrô de Brasília, sendo, pois, preciso que essa obra tenha continuidade até a sua conclusão, beneficiando o máximo de pessoas possível.

Assim, voto no sentido de aprovar o relatório apresentado, encaminhando um voto de louvor pelo trabalho que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h35min.)

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2001, às 18 horas.

Às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e hum, na Sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Wellington Roberto, Antônio Carlos Júnior, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Bello Parga, Heloísa Helena, Moreira Mendes, Valmir Amaral, Ricardo Santos, Fernando Matusalém e Freitas Neto. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2002. Foram aprovadas cinco emendas ao Orçamento: Emenda nº 01-CFC: Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais; Acréscimo: R\$ 61.000.000,00; Emenda nº 02-CFC: Conservação Ambiental da Bacia do Rio São Francisco; Acréscimo: R\$ 50.000.000,00; Emenda nº 03-CFC: Construção de trechos ferroviários no Corredor Araguaia – Tocantins – Imperatriz (MA) – Senador Canedo (GO) – Ferrovia Norte Sul; Acréscimo: R\$ 80.000.000,00; Emenda nº 04-CFC: Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei Nacional; Acréscimo: R\$ 25.000.000,00 e Emenda nº 05-CFC: Promoção do Turismo Sustentável Local em Municípios; Acréscimo: R\$ 100.000.000,00. Como extra pauta, apreciou-se a Proposta de Fiscalização e Controle nº 02, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Antonio Carlos Valadares, que “propõe seja realizada pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal apuração de possível desvio de dinheiro público com a ocorrência de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal em prejuízo da União, que ensejou na abertura de inquérito por iniciativa do Ministério Público Federal junto à Polícia Federal no Estado de Sergipe, relacionada à movimentação financeira suspeita realizada no período da campanha eleitoral de 1998, segundo denúncias veiculadas pela imprensa nacional”, tendo parecer do Senador Wel-

lington Roberto pela rejeição da matéria. Aprovado. São apresentados e aprovados os seguintes Requerimentos: De autoria do Senador Ney Suassuna, que requer informações ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Sr. Roberto Brant, as seguintes informações: a) cópias dos contratos de aluguel e manutenção do parque de informática da DATAPREV com a UNISYS com vigência até o final de 2003; b) cópia do relatório de auditoria realizada pela Secretaria Federal de Controle Interno relativo aos referidos contratos e c) histórico fundamental de execução físico-financeira da parceira da DATAPREV com a UNISYS desde o primeiro contrato firmado entre as partes. De autoria do Senador Ney Suassuna, que requer ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. José Serra, através do Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Sr. Gonzalo Vecnia Neto, esclarecimentos complementares referentes a eventuais participações da ANVISA nos lamentáveis episódios divulgados pela mídia. De autoria do Senador Ney Suassuna, que sejam convidados a comparecerem nesta Comissão, o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin e o Prefeito de Santos, Dr. Paulo Roberto Gomes Mansur, a fim de prestarem informações sobre as reportagens no Jornal Gazeta Mercantil e na Revista Veja sobre a eficiência e eficácia do Porto de Santos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis à dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que na pauta de hoje temos, além de requerimentos, o item que trata da discussão e votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2002.

Srs. Senadores, temos quatorze emendas e só podemos enviar cinco. Assim sendo, começamos a analisar preliminarmente e a Mesa começou a fazê-lo e verificou que a Senadora Heloisa Helena apresen-

tou duas emendas para o Ministério Público Federal; o Senador Romero Jucá também apresentou uma emenda para o mesmo órgão.

Esclareço aos Srs. Senadores que normalmente as emendas de comissão estão sempre acima de R\$50 milhões. Hoje, por exemplo, na Comissão de Assuntos Econômicos apresentamos várias de R\$200 milhões, o que não significa que vá ser liberado o dinheiro, mas é o usual. Por quê? Porque quando chega na hora do Orçamento a caneta funciona e resta um quarto, um terço, um quinto desse valor. Aqui temos emendas de R\$12 milhões, de R\$6 milhões e de R\$13 milhões.

Nossa sugestão é que aglutinemos as três emendas do Ministério Público em uma só. A redação será feita posteriormente e encampará os três assuntos de forma que teremos o Ministério Público recebendo uma verba maior.

Mesmo assim, vão dar R\$40 milhões. A minha sugestão é que exponenciemos para R\$80 milhões, no mínimo, e deixemos que o Orçamento faça os cortes.

As Srs. e os Srs. Senadores estão de acordo? *(Pausa.)*

Então, Srs. Senadores, esta seria a primeira emenda selecionada para que votemos. Não estamos votando ainda, mas selecionando.

O segundo assunto é mais pertinente a todos nós. Trata-se do Tribunal de Contas da União. Temos uma emenda do Senador Romero Jucá, no valor de R\$20 milhões, uma outra, também do Senador Romero Jucá, no valor de R\$2,5 milhões, uma outra, também do Senador Romero Jucá, de R\$2,5 milhões, e temos uma outra, bem mais substancial, no valor de R\$28 milhões.

A mesma sugestão eu faria, ou seja, juntar todas as emendas do Tribunal de Contas, verificar o montante e pôr no mesmo montante do primeiro caso.

Estão de acordo os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

Preliminarmente, então, já temos dois assuntos fechados: Tribunal de Contas da União e Ministério Público, ambos pertinentes ao sentido de nossa Comissão.

O terceiro item que temos é do Senador Mozarildo Cavalcanti, que chegou fora de prazo. Como cerceamos todos, penso que ordem deve começar de casa. Portanto, como chegou fora de prazo, não a consideraremos.

A SRª HELOISA HELENA – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estaria atendida porque colocamos ali, mas respeitamos o princípio de que se chegou atrasada, como estamos fazendo a outra, não a consideraremos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Exª que a Comissão de Assuntos Sociais adotou procedimento idêntico ao de V. Exª e lá ficou definido que aqueles que apresentaram emendas teriam os nomes na emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Claro, todos aqui terão seu nome na emenda, inclusive os que quiserem subscrevê-la.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Exatamente. Este critério me pareceu justo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A terceira seria a da Justiça Federal de primeiro grau, no valor de R\$38 milhões, que já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por essa razão, penso não haver necessidade de se colocar. Está prejudicada.

Há duas de autoria do Senador Romero Jucá. Uma delas trata da Fundação Nacional do Índio e pede fiscalização, demarcação e aviventação de terras indígenas. Essa é uma colocação que foge um tanto do escopo da nossa Comissão, mas vamos deixar para posterior discussão.

A outra trata de fiscalização das obras que estão sendo realizadas para revitalização da bacia do Rio São Francisco. Ela atinge várias regiões e vários Estados, buscando fiscalização da degradação, da poluição, do assoreamento da bacia do Rio São Francisco e tem o valor de R\$50 milhões. É subscrita por mim, Heloísa Helena e Waldeck Ornélas.

Está aberta a discussão.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – A Comissão de Assuntos Sociais aprovou uma emenda nesses mesmos termos para essas bacias e para a preservação dos rios, no valor de R\$190 milhões, que contempla o rio São Francisco e foi apresentada pelo eminente Senador Osmar Dias, que pretende salvar o Rio Iguaçu, combinada com a emenda de um Senador do Nordeste.

Portanto, em que pese V. Ex^a ter apresentado a emenda, poderíamos substituí-la por outra, porque já foi contemplada na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Temos ainda três espaços. Esta é a terceira. Se parar o nobre Senador para pensar verá que esta trata da fiscalização. Um valor de R\$190 milhões para uma bacia como a do São Francisco não significa nada. Estamos falando de milhares de quilômetros; de um rio que detém 60% das águas do Nordeste; de R\$25 milhões de habitantes – 13 da bacia e 12 dos que esperam pela transposição. Essa emenda é importante porque pede fiscalização. Então, eu pediria aos nobres Senadores para que a escolhessemos como a terceira.

A quarta se refere a uma importante área que está tendo problemas e também abrange várias regiões: Araguaia, Tocantins e Imperatriz. Trata-se da Ferrovia Norte-Sul, obra iniciada, paralisada e que não teve acolhimento de nenhuma outra Comissão, daí a razão de os Senadores Bello Parga, Carlos Patrocínio e Geraldo Melo a terem subscrito. Acho que se estamos fazendo uma inter-regional para o São Francisco, essa poderia ser a quarta.

Ainda temos uma. Indago dos nobres Senadores se esta última que falta poderia ser, por exemplo, para o incentivo do turismo no País. V. Ex^{as} perguntarão: e o princípio que estamos regendo? Salmo do princípio em duas, mais ou menos. Creio que poderíamos colocar R\$100 milhões para o turismo, uma vez que, com toda a certeza...

(Intervenções feita fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, Srs. Senadores, colocaríamos essa última em relação ao turismo.

De acordo? *(Pausa.)*

Em discussão.

Senadora Heloísa Helena, peço a atenção de V. Ex^a porque é importante que a Oposição esteja atenta às coisas desta Comissão, onde discutimos importantes assuntos da nossa República.

Em discussão.

A SR^a HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SR^a HELOÍSA HELENA – É evidente que V. Ex^a sabe que, em todos os trabalhos da Comissão, sempre presto atenção, da mesma maneira que aqui está um membro da Associação da Magistratura, que estava, de alguma forma, fazendo um apelo a todos

nós no sentido de que fosse incluída uma emenda da Escola Nacional de Magistratura.

Sei e ele sabe bem que, infelizmente, às vezes, as emendas de Comissão acabam sendo emendas com um volume muito grande, ninguém fica disposto, dizendo no popular, a bancar a emenda, mas creio que, embora ela não possa ser incorporada, até porque uma minha também é do Ministério Público – tinha duas do Ministério Público Federal e acabamos incorporando as duas do Ministério Público Federal mais uma do Senador Romero Jucá, também do Ministério Público Federal, para que ficasse um montante que justificasse a Bancada fazer isso.

Penso que, em respeito à Escola Nacional da Magistratura que aqui está, com certeza, todos nós Senadores faremos um esforço para, de alguma forma, na discussão do Orçamento, tentarmos incorporar a legítima reivindicação.

Eu me comprometo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu também me comprometo.

A SR^a HELOÍSA HELENA – E todos os Senadores também no sentido de que possamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu também me comprometo, mas é tão pouquinho que isso conseguimos com o Relator.

O SR. (Não Identificado.) – *(Intervenção fora do microfone.)* – São dois casos: um da Escola e um de R\$2,5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É isso, R\$2 milhões, são R\$4,5 milhões; insignificante quando estamos pedindo R\$80 milhões.

Na realidade, é mais fácil conseguirmos.

Se não me engano, o Senador Wellington Roberto é quem está com a Justiça. S. Ex^a é o sub-relator e se encarregará de colocar sem maiores problemas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Estão aprovadas essas emendas que foram selecionadas; cinco emendas com essas fusões que acabamos de falar.

A Secretaria está a par de tudo.

Será dada a redação e depois será levada para V. Ex^{as} assinarem.

Sobre a mesa, requerimento.

Srs. Senadores, temos um requerimento que diz o seguinte: Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V,

do Regimento Interno do Senado Federal para que sejam convidados a comparecerem, nesta Comissão, o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin, e o Prefeito de Santos, Dr. Paulo Roberto Gomes Mansur, a fim de prestarem as informações a esta Comissão sobre a eficiência e eficácia do Porto de Santos.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

O Senador Wellington Roberto pede para acrescentar um item extrapauta. O extrapauta é da Comissão de Fiscalização e Controle sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 02, de 2001, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Roberto Saturnino, para apurar denúncia relacionada à movimentação financeira suspeita, realizada no período da campanha eleitoral de 1998, no Estado de Sergipe. O Relator é o nobre Senador Wellington Roberto, a quem passo a palavra.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Fiscalização e Controle deve se manifestar sobre a Proposta de Fiscalização nº 2, de 2000, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e do Senador Roberto Saturnino, para apurar denúncia relacionada à movimentação financeira suspeita, realizada no período de campanha eleitoral de 1998, no Estado de Sergipe.

Fundamentalmente, a proposta não é da nossa competência e, por isso, nosso voto diz o seguinte:

Diante do exposto, votamos que esta Comissão de Fiscalização e Controle delibere pela rejeição da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2000, apresentada pelos Senadores Antonio Carlos Valadares e Roberto Saturnino, vez que os fatos apontados pelo objeto em exame estão situados fora do âmbito da competência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há o requerimentos de informação pelo qual solicitamos documentos sobre denúncias, veiculadas pela imprensa e em cur-

so no Ministério Público, de funcionários do Ministério da Saúde que teriam feito intermediações e cobrado propinas para aquisição do medicamento Clivec, produzido pela multinacional Novartis. Pedimos que nos sejam encaminhadas, pelo Ministério Público e pelo Ministério da Saúde, informações sobre a veracidade ou não do fato e os documentos que existem em relação a esse assunto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há ainda pedido de informação e de envio de documentos sobre o problema divulgado pela imprensa acerca da área de informática da Dataprev. Segundo informam o Ministério Público e o próprio setor de fiscalização do Ministério, houve desvio de cerca de R\$180 milhões nos contratos com a Unisys. Estamos pedindo informações preliminares para decidirmos se daremos ou não continuidade à investigação.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, obrigado pela presença. Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h41min.)

Ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2001, às 18 horas.

Às dezoito horas e trinta e oito minutos do dia vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e hum, na sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Fernando Matusalém, Bello Parga, Moreira Mendes, Jefferson Péres, Jonas Pinheiro, Eduardo Siqueira Campos, Antônio Carlos Júnior, Luiz Otávio, Freitas Neto e Valmir Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Iniciados os trabalhos, passa-se à deli-

beração da pauta. O Senador Romero Jucá solicita nos termos regimentais a inclusão dos Requerimentos da Subcomissão do Judiciário n.ºs 45, 51 e 52 de 2000, bem como do Ofício S nº 54, de 2000 que tratam, respectivamente, “requer sejam convidadas diversas pessoas para prestarem esclarecimentos sobre as relações de diversas empresas com o Setor Público”; “requer seja convidado o Sr. Antônio Anastasia, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, para prestar esclarecimentos a respeito da intervenção feita pelo Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira relativo ao contrato firmado entre o Ministério da Justiça e a empresa MI Montreal Informática”; “requer sejam convidadas pessoas que poderão prestar informações sobre as relações de diversas empresas com o Setor Público referente aos negócios do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira.” e “encaminha ao Senado Federal os documentos do seu cliente Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira: declaração de rendimentos – pessoa física e pessoas jurídicas; demonstrativos da origem dos recursos utilizados na compra de imóvel no Rio de Janeiro; extratos bancários de conta no City Bank em Nova Iorque; cópia de petição ao Juiz Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária de São Paulo, para fins de obtenção, junto ao Banco Central, de declaração a respeito de eventuais depósitos na conta bancária de seu cliente oriundos de recursos destinados ao TRT/SP, bem como informação sobre a transferência, à Subcomissão do Judiciário, dos sigilos pessoais do seu cliente e esposa referentes ao período em que exerceu o cargo de Secretário-Geral da Presidência da República.” Colocado em votação é aprovado o requerimento. Assume a presidência o Senador Jonas Pinheiro. O Senador Ney Suassuna passa à leitura do parecer opinando pela inexistência de elementos ou fatos que justifiquem o prosseguimento da investigação, pela rejeição da matéria e o conseqüente arquivamento definitivo dos Requerimentos e do Ofício S, de 2000, nos termos do art. 133, II, par. 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. Aprovado. Reassume a presidência o Senador Ney Suassuna. Item 01: Aviso nº 163, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia Decisão nº 720, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e Departamento de Infra-Estrutura de Transportes do Estado da Bahia – Derba, referente a obra da BR-116/BA, compreendendo o trecho de Euclides da Cunha a Ibó (TC nº 008.104/99-9)”, tendo como relator o Senador Luiz Otávio que no parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 02: Aviso nº 52, de 1997, de autoria do Banco do Nor-

deste, que “encaminha ao Senado Federal, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30 de junho de 1997”, tendo como relator “ad hoc” o Senador Jefferson Peres que no seu parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 03: Aviso nº 24, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 46/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada a respeito de convênio entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e o Estado de Santa Catarina. (TC – 650.041/96-8)”, tendo como relator “ad hoc” o Senador Waldir Amaral que no parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 04: Aviso nº 135, de 2000, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 557, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas – DER/AM, relativa as obras e serviços de melhoramento e pavimentação da Rodovia BR-174-Trecho Manaus-Divisa AM/RR, kms 0/255 (TC – 225.183.98-6)”, tendo como relator “ad hoc” o Senador Antonio Carlos Júnior que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria por esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. O Item 5 – Aviso nº 20, de 2001, “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.111, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a representação formulada por equipe de auditoria da Secex-GO, em virtude de verificação de indícios de superfaturamento em preços de terraplanagem e pavimentação, por ocasião dos trabalhos de auditoria realizada no 12º Distrito Rodoviário Federal do DNER, tendo por objeto as obras do Contorno Noroeste de Goiânia (TC 008.044/99-6)”, deixa de ser apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a presente reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que hoje temos cinco itens na pauta e há pedido de inclusão de mais alguns itens.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex.^a tem a palavra pela ordem, nobre Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Sr. Presidente, havia nesta Comissão uma Subcomissão encarregada de averiguar, investigar supostas irregularidades praticadas quando da construção do metrô de Brasília.

Fui informado de que essa Subcomissão – não compareci à última sessão – encerrou suas atividades. Gostaria de requerer cópia do relatório e da ata da reunião que aprovou o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Será cumprido o desejo de V. Ex.^a.

Peço à Secretaria que providencie para que cheguem às mãos do Senador Jefferson Péres esses documentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex.^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, quero apresentar requerimento, requerendo, nos termos regimentais, a inclusão, como item 1 da pauta, dos requerimentos 45, 51 e 52, de 2000 e do Ofício S/54, de 2000, inclusive relatados todos eles por V. Ex.^a.

Eu gostaria de propor como item primeiro da pauta, portanto, essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão a proposta do Senador Romero Jucá. *(Pausa)*

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovada.

V. Ex.^a, Sr. Vice-Presidente, quer assumir a Presidência, por gentileza? *(Pausa)*

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Com a palavra o Relator da matéria, Senador Ney Suassuna, em função do requerimento do Senador Romero Jucá, para que fossem incluídos os requerimentos dos quais V. Ex.^a é o Relator.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Trata-se de requerimento de autoria da Subcomissão Permanente do Judiciário, criada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, destinada a acompanhar e fiscalizar as indicações apontadas no relatório final da CPI do Judiciário e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.

O requerimento tem como objetivo convidar as pessoas nele indicadas, em número citado, para prestarem esclarecimentos e também pedir que, juntamente com os demais relacionados, seja solicitada a análise da documentação pela Comissão de Fiscalização e Controle, em razão da decisão adotada por aquela Subcomissão.

Voto do Relator.

Entendemos que não há qualquer consistência quanto à alegada vinculação do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso às denúncias que envolvem o Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, em razão da ausência de provas materiais, conforme concluiu o Ministério Público. Demais, durante todo o tempo em que o assunto esteve submetido – esse processo passou comigo um ano – fizemos várias audiências públicas, pedimos vários documentos secundários, novos documentos que ainda não tinham sido apresentados, todas as contas e os extratos, foi-nos enviado tudo, está tudo aqui anexado e, por essa razão, após um ano de investigação por esta Comissão e não tendo encontrado nenhuma falha, apresentamos o seguinte voto:

Em face do exposto, concluímos que não há elementos ou fatos que justifiquem o prosseguimento desta investigação, mediante a oitiva das pessoas indicadas no requerimento, e por essa razão opinamos pelo arquivamento definitivo do Requerimento n.º 52 de 2000, nos termos do art. 133, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o nosso parecer e, como eu disse a V. Ex.^{as}, até me sinto feliz de que o Senador Romero Jucá tenha pedido isso como item extraordinário, porque faz exatamente um mês e meio que esse parecer está nesta Comissão, mas faz um ano que investigamos isso sem nenhuma outra consistência e nenhum outro dado que pudesse protelar mais esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – O Sr. Relator concluiu pelo arquivamento do processo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o arquivamento pronunciado pelo Sr. Relator queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – **Item 1:**

AVISO Nº 163, DE 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 720, de 2000, bem como dos respectivos relatórios de auditoria e votos que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER – e no Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia; verba referente à obra BR-116, da Bahia, compreendendo os trechos de Euclides da Cunha a Ibó. O Autor é o Tribunal de Contas da União e o Relator é o Senador Luiz Otávio.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Passarei à análise da matéria.

A equipe de auditoria responsável pelo trabalho apontou óbices quanto à vigência do contrato relativo ao segundo trecho da rodovia. Promovida a audiência dos responsáveis e apresentadas as alegações de defesa, o Tribunal de Contas da União, em 6 de setembro de 2000, decidiu: considerar regular o aditivo ao contrato, objeto da contestação, por se encontrar de acordo com a jurisprudência firmada na Decisão nº 766/94, do TCU; determinar ao DNER que se abstenha de celebrar convênios para a execução de obras para as quais não haja certeza da existência de recursos suficientes e que intensifique o acompanhamento sobre procedimentos de contratação das obras realizadas mediante convênio; encaminhar à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização Financeira do Congresso Nacional, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia e à Secretaria Federal de Controle cópia da decisão do relatório e do voto em análise.

Diante do exposto, tendo em vista que a matéria em exame não exige nenhuma providência do Congresso Nacional, opino para que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pela remessa do processo ao arquivo.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2:

DIVERSOS Nº 52, que encaminha ao Senado Federal as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30 de junho de 1997.

O Relator é o Senador Ricardo Santos, que não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres para fazer o relato apenas do voto.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – O Relator, Senador Ricardo Santos, conclui da seguinte forma: “Posto isso, voto pelo conhecimento do conteúdo do processado e pela remessa da matéria ao arquivo.”

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3.

Concedo a palavra ao Senador Valmir Amaral para, por gentileza, ler o voto do Relator.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passarei à leitura do voto:

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 102-A, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, “avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, notadamente quando houver indícios de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte prejuízo ao Erário”.

Tomamos conhecimento das providências adotadas pelo Tribunal de Contas da União, mediante o aviso em exame, a respeito das quais não há reparos a fazer. Em face do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Item 4.

Peço ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior que, por gentileza, leia o voto do Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA) – Parecer sobre o Aviso nº 135, de 2000, oriundo do TCU, de 21 de junho de 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 557, sobre auditoria realizada no Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas, relativa a obras e serviços de melhoramento da pavimentação da Rodovia BR-174.

Voto do Senador Roberto Saturnino

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 102, “a”, §4º, do Regimento Interno do Senado Federal, avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, notadamente quando houver indício de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte em prejuízo ao erário.

Tomamos conhecimento de providências adotadas pelo Tribunal de Contas da União, mediante o Aviso em exame, a respeito das quais não temos reparos a fazer.

Em face do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres, para discutir.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco PDT – AM) – Sr. Presidente, nada tenho contra a conclusão do Relator, que é pelo conhecimento da Decisão do TCU referente à auditoria realizada no Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas. Trata-se da Rodovia BR-174, que liga Manaus à fronteira com a Venezuela. Mas, Sr. Presidente, essa decisão do TCU determinou:

1 – tomada de contas especial pelo DNER no prazo de 30 dias – e a decisão é do ano 2000;

2 – que a Secretaria Federal de Controle Interno remetesse ao TCU, no prazo de 60 dias, essa tomada de contas especial.

Requeiro, Sr. Presidente, ouvido o Plenário, que o TCU encaminhe a esta Comissão cópia dessa tomada de contas especial.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Que a Secretaria solicite ao TCU a cópia da tomada de contas especial e, se V. Ex^a quiser pedir uma nova tomada de contas, é perfeitamente plausível. Temos usualmente feito isso aqui.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco PDT – AM) – Primeiro quero tomar conhecimento da anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, solicite-se, em caráter de urgência, que seja enviada a esta Comissão a cópia de tomada de contas especial feita sobre essa rodovia. Faça-se chegar à mão do Senador Jefferson Péres esse documento, após o que o Senador deliberará se vai ou não pedir outra tomada de contas especial a curtíssimo prazo. Srs. Senadores, isso pode ocorrer sem prejuízo da decisão, porque é possível desarquivar a matéria quando conveniente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco PDT – AM) – A nossa decisão é a respeito da decisão do TCU que aprovou a auditoria, após o que deve ter sido realizada a tomada de contas especial.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço a todos os Srs. Senadores. Hoje, na 33ª reunião desta Comissão, aprovamos, além dos itens constantes da pauta, quatro itens e mais outros quatro itens que estavam englobados em um único, referente ao Requerimentos nºs 45, 51, 52 e ao Ofício 54. Portanto, hoje ainda apreciamos cinco relatórios. Esta Comissão, o ano passado, teve quatro reuniões, ao passo que este ano, até agora, 33. E relatamos aproximadamente 300 processos contra 12 do ano passado. Isso, porém, não teria sido possível não fosse a colaboração de todos os senhores, pois o horário das nossas reuniões é ingrato, a maioria dos nossos processos são insípidos. No entanto, foram V. Ex^{as} que permitiram o sucesso desta Comissão até o presente momento.

Hoje indicado Ministro, afasto-me nos próximos meses, mas agradeço penhoradamente a todos os senhores, porque, se não fosse a união entre nós, esta Comissão não estaria ao par de todas as demais Comissões, inclusive estando na frente da grande maioria. Só há uma Comissão na nossa frente. Todas as demais ou estão abaixo ou no máximo igual à nossa. Muito obrigado. Está encerrada a reunião. Como no Plenário do Senado haverá hoje votação nominal, peço a todos que para lá se dirijam.

(Levanta-se a reunião às 18h54min)

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa

Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 8 de novembro de 2001, às 9 horas.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia oito de novembro do ano de dois mil e hum, na sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Fernando Ribeiro, Heloísa Helena, Juvêncio Da Fonseca, Luiz Otávio, Freitas Neto, Antônio Carlos Júnior, Wellington Roberto, Eduardo Suplicy, Valmir Amaral, Romero Jucá, Ricardo Santos e Eduardo Siqueira Campos. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Iniciados os trabalhos, a Senadora Heloísa Helena, pela ordem, comenta os trabalhos da Subcomissão do Metrô-DF e apresenta requerimento solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização "de auditoria no Metrô do Distrito Federal para efeito da verificação dos quantitativos das medições de serviços realizados naquela obra e a determinação do custo real da parte do empreendimento já implantada." Colocado em votação é aprovado o requerimento. A seguir o Senador Wellington Roberto apresenta requerimento para "que preste depoimento, junto a esta Comissão de Fiscalização e Controle, o Sr. José Rubens Goulart Pereira, Presidente da Construtora Andrade Gutierrez S/A, acerca do Contrato PE 9/91 e seus aditivos, firmados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, e aquela construtora, visando a construção da Barragem do Açude Público Castanhão, localizada no Estado do Ceará, visto tratar de obra constante da relação das com indícios de irregularidades prevista no Orçamento Geral da União para o 2002. Colocado em votação, o requerimento é aprovado. Passa-se à deliberação da pauta. Item 01: Aviso nº 14, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 31 a 33, de 2000, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, sobre auditoria realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado da Paraíba; acompanhamento de transferência das ações da empresa Concepa – Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A., à Sociedade Triunfo Participações e Investimentos S.A., comunicada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem -DNER; e auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, respectivamente (tc – nºs 475.852/97-4; 009.540/99-7 e 014.733/99-4)", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Junior que no parecer opina pelo conheci-

mento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 02: Aviso nº 96, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão nº 248, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Cardeal da Silva/BA, na gestão de recursos federais repassados mediante convênios ou a título de royalties do petróleo (TC-Nº 250.502/97-6)" tendo como relator o Senador Antonio Carlos Júnior que no seu parecer opina pela conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 03: Aviso nº 66, de 2001, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 58 e do Acórdão nº 228, ambos de 2001, respectivamente, do Plenário e da 1ª Câmara, bem como os relatório e voto que os fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento de Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no período de 21 a 30/03/94, com o objetivo de apurar denúncias publicadas na imprensa, sobre supostas irregularidades em contrato firmado entre o DNER e a empresa Protos Engenharia Ltda. (TC – 008.798/2000-0)" tendo como relator o Senador Antonio Carlos Júnior que no parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 04: Aviso nº 100, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 088, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Contendas do Sincorá – BA, no período de 30.08 a 06.09.1995, tendo por finalidade a verificação da aplicação dos recursos transferidos ao município por força de convênios, acordos e subvenções (TC – 251.473/95-3)", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Júnior que opina no seu parecer pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União. Aprovado. Item 5: Aviso nº 184, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 325, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada na Prefeitura Municipal de Feira de Santana (BA), abrangendo convênios, royalties e fundo especial do petróleo, no período de janeiro de 1997 a março de 1998 (TC Nº 250.191/98-6)", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Junior que opina no seu parecer pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União. Aprovado. Item 6: Aviso nº 20, de 2001, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.111, de 2000,

bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a representação formulada por equipe de auditoria da SECEX-GO, em virtude de verificação de indícios de superfaturamento em preços de terraplanagem e pavimentação, por ocasião dos trabalhos de auditoria realizada no 12º Distrito Rodoviário Federal do DNER, tendo por objeto as obras do Contorno Noroeste de Goiânia (TC 008.044/99-6)", tendo como relatora "ad hoc" a Senadora Heloísa Helena que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo. Aprovado. Na segunda parte da reunião, destinada a Audiência Pública, o Senhor Presidente passa a palavra ao Sr. Antonio José de Carvalho Nóbrega, representante legal da empresa ARISA-AGROINDUSTRIAL e REFLORESTADORA S/A que faz exposição sobre descumprimento de decisão judicial envolvendo a referida empresa e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, matéria constante dos RQF 26/2001 e RQF27/2001. Encerrada a exposição. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador. – **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

(Levanta-se a reunião às 11h8min)

Ata da 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2001, às 10 horas.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia treze de novembro do ano de dois mil e hum, na sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Ricardo Santos, Juvêncio da Fonseca, Gilberto Mestrinho, Jefferson Peres, Fernando Ribeiro, Heloísa Helena, Antônio Carlos Júnior, Valmir Amaral, Bello Parga, Romero Jucá, Eduardo Siqueira Campos, Luiz Otávio e Freitas Neto. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à deliberação da pauta. Item 01: Aviso nº 111, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 210, de

2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social no Estado do Rio de Janeiro – INSS/RJ (TC – nº 015.092/99-2)", tendo como relator o Senador "ad hoc" o Senador Jefferson Peres que no parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 02: Aviso nº 45, de 2001, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 63, de 2001-TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a relatório de inspeção realizada na Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS, nas obras de infra-estrutura urbana, relacionadas ao Anel Viário. (TC – nº 400.118/93-9)" tendo como relator "ad hoc" Senador Gilberto Mestrinho que no seu parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 03: Aviso nº 116, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 489, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no trecho da BR-153/GO, entre o entroncamento da GO-431 (Pirenópolis) e entroncamento com a BR-060/GO, denominado Contorno de Anápolis (GO), compreendendo a duplicação da BR-153 (GO), em extensão correspondente a 15,28 Km, a partir do entroncamento da BR-060 (GO), no sentido Pirenópolis (GO) e anel viário de Anápolis (GO) (TC- nº 007.904/99-1)" tendo como relator o Senador Luiz Otávio que no parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 04: Aviso nº 126, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 124, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na obra de construção de trechos da BR-482, entre Conselheiro Lafaiete e Araponga, no Estado de Minas Gerais (TC – 008.902/99-2).", tendo como relator o Senador Luiz Otávio que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 5: Aviso nº 52, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 217, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, FUNASA/GO, Escritório de Negócios da CEF/GO, Instância Colegiada Estadual de Saneamento, Comissão Intergestores Bipartite, Gerência Estadual do Ministério da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretari-

as Municipais de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde de Goiatuba e Catalão, dentro do Programa de Ação na Área da Saúde (TC – 011.166/99-1).”, tendo como relator o Senador Jefferson Peres que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Item 6: Aviso nº 131, de 2000, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 250, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Amazonas – INSS/AM, relativa às áreas de concessão e pagamento de benefícios (TC – 014.608/99-5).”, tendo como relator o Senador Ricardo Santos que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria e pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União. Aprovado. Item 7: Ofício “S” nº 42, de 1999 de autoria do Banco do Brasil S. A, que “Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 1998, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.”, tendo como relator o Senador Gilberto Mestrinho que opina no seu parecer pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª reunião da Comissão de Fiscalização e Controle.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Nesse caso, não leremos a ata; passaremos diretamente para os projetos de hoje.

Não havendo manifestação alguma, está aprovado. Passamos, portanto, para os itens que se seguem.

Item nº 1:

Encaminha ao Senado Federal cópia de decisão. Pediria ao Senador Jefferson Péres, por gentileza, que relatasse o voto do Senador Wellington Roberto.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – São aquelas decisões de rotina, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – De rotina.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Com base no exposto, tendo em vista que a matéria situa-se inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, não exigindo qualquer providência adicional do Congresso Nacional, opino que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere por seu encaminhamento ao arquivo. Senador Wellington Roberto, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Em votação. Não havendo quem seja contrário, aprovado.

Item nº 2:

Trata-se do Aviso nº 45/2001, que encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº 63/2001.

Peço ao Senador Gilberto Mestrinho a gentileza de fazer o relatório.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Tendo em vista que a matéria em exame não exige providência alguma do Congresso Nacional, o voto é no sentido de que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pela remessa do processo ao arquivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Em votação. Os Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. Aprovado.

Item nº 3:

Aviso nº 116/2000, que encaminha ao Senado Federal a Decisão nº 489/2000.

Peço ao Senador Fernando Ribeiro que faça a leitura do relatório.

O SR. FERNANDO RIBEIRO (PMDB – PA) – Bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam sobre a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, no trecho da BR-153 (Goiás), entre o entroncamento da GO-431 (Pirenópolis) e o entroncamento com a BR-060 (Goiás), denominado Contorno de Anápolis/GO, compreendendo a duplicação da BR-153 (Goiás) em extensão correspondente a 15,28 km a partir do entroncamento da BR-060, no sentido Pirenópolis – Goiás – anel viário de Anápolis. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª pode ler diretamente só o voto do Relator, no final.

O SR. FERNANDO RIBEIRO (PMDB – PA) – Pelo conhecimento da matéria e remessa do processo ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Em votação. Não havendo quem discuta contrariamente, aprovado.

Item nº 4:

Aviso nº 126/2000, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 124.

Solicito ao Senador Jefferson Péres a gentileza de fazer a leitura do relatório.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Consta do voto do Relator, Senador Luiz Otávio:

“Diante do exposto, tendo em vista que se trata de mera comunicação que não exige nenhuma providência adicional do Congresso, opinamos no sentido de que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pela remessa do processo ao arquivo.”

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Em votação. Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Item nº 5:

Tendo em vista que todos aqui são regulares e rotineiros – são só arquivamentos –, acordamos que vamos votá-los.

Solicito ao Senador Jefferson Péres a gentileza de fazer a leitura do relatório.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Não se trata de matéria polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não se

trata de matéria polêmica.

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) –

Diante do exposto, tendo em vista tratar-se de matéria inteiramente de competência do Tribunal de Contas da União, que não exige ação ou providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos por que seja dado conhecimento dos fatos a este colegiado e por que se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Em votação. Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Item nº 6:

Trata-se do Aviso nº 131, também rotineiro.

Peço à nobre Senadora Heloísa Helena que faça a leitura do relatório.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– É um arquivamento do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Leitura

só do voto.

A SRª HELOÍSA HELENA – Passo a ler o voto do relator, Senador Ricardo Santos.

“Com base no exposto, opino que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria

e delibere pelo encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, de ofício, ao Presidente da Comissão, indagando sobre os resultados das determinações contidas na Decisão nº 250/2000 do Tribunal de Contas da União – Segunda Câmara, referente à auditoria realizada na Gerência Executiva do INSS no Amazonas.”

É o voto do Senador Ricardo Santos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 6:

O Relator é o Senador Gilberto Mestrinho, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Gilberto Mestrinho) – Sr. Presidente, a matéria está bem exposta no relatório que foi distribuído, e o voto é pelo conhecimento do conteúdo do processado e pela remessa da matéria para o arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sras e Srs. Senadores, hoje está sendo meu último dia de Presidência nesta Comissão, e estou feliz de encerrar essa jornada com 35 reuniões realizadas.

Não estou encerrando a reunião. Apenas estou encerrando a jornada, esperando que haja quorum para votarmos as matérias polêmicas.

Com toda certeza, é uma missão que – podemos dizer – foi cumprida até aqui. Estamos em “pé de igualdade” com as demais Comissões. No ano passado, esta Comissão se reuniu quatro vezes, e, nesta reunião, chegamos a trinta e cinco. Além disso, tivemos aqui discussões importantes, há assuntos polêmicos ainda tramitando – e com certeza outros virão –, e dificilmente esta Comissão voltará a ser o que era, sem sentido, apática, que não cumpria o seu papel.

Então, ao estar aqui ocupando a tribuna, eu queria dizer que estou satisfeito e, já que esse é um trabalho conjunto, que isso não teria sido feito sem a colaboração dos Srs. Senadores.

Passo a palavra à Senadora Heloísa Helena, que penso querer fazer uma manifestação.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, é no sentido de possibilitar a discussão do meu requerimento. Sei que V. Exª está dizendo que não

há ainda quorum para fazê-lo. Também é evidente que acabamos aceitando a alteração do horário da reunião – que considero extremamente importante para todos os Senadores, já que quase todos têm que ter o dom da onipresença, porque, ao mesmo tempo, têm que estar na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e na Comissão de Fiscalização e Controle, quando oficialmente essas três reuniões não estão funcionando ao mesmo tempo –, o que acaba prejudicando nossos trabalhos e os da Casa de uma forma geral. Entretanto, solicito a V. Exª convocar os Senadores para que aqui compareçam, a fim de que possamos votar o requerimento que foi apresentado, relacionado a novas diligências desta Comissão em relação ao chamado “caso do metrô de Brasília”.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a data da reunião usual é amanhã à tarde, e haverá reunião amanhã à tarde. Entretanto, já será sob a Presidência de outro Senador. Eu não me sentiria bem se sáísse, deixando processos rotineiros que já estavam relatados e pautados. Por essa razão, fizemos esta reunião hoje. Amanhã, com certeza – uma vez que haverá a eleição do novo Presidente e a apresentação de todos os assuntos polêmicos –, haverá quorum. Portanto, não se preocupe, porque só estamos fazendo um pouco a mais – e não a menos – e não estamos querendo, de maneira alguma, deixar as discussões de lado. Eu apenas não queria sair sem cumprir o meu dever. Tenho essa mania – essa psicose – de sempre tentar cumprir o meu dever.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – É exatamente por essa “psicose”, que espero que seja de todos – e que, de fato, não é psicose, mas é cumprir a obrigação –, que estou fazendo um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas o meu caso chega a ser psicose.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, na última reunião, foi aprovado um requerimento verbal de minha autoria solicitando que me fossem remetidas cópias do relatório da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já foi encaminhado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM.) – Pois é, Sr. Presidente. Lamento a demora, até este momento não chegou ao meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Diz o Secretário que já entregou, e espero que V. Exª, ao voltar ao gabinete, já consiga localizar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, ainda teríamos a necessidade de mais dois Senadores.

Nobre Senadora, como haverá reunião amanhã, colocaremos o relatório de V. Exª já sob a Presidência de outro Senador, no qual V. Exª terá o prazer de votar.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h5min.)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug – 020002
gestão – 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-x – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-9000
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

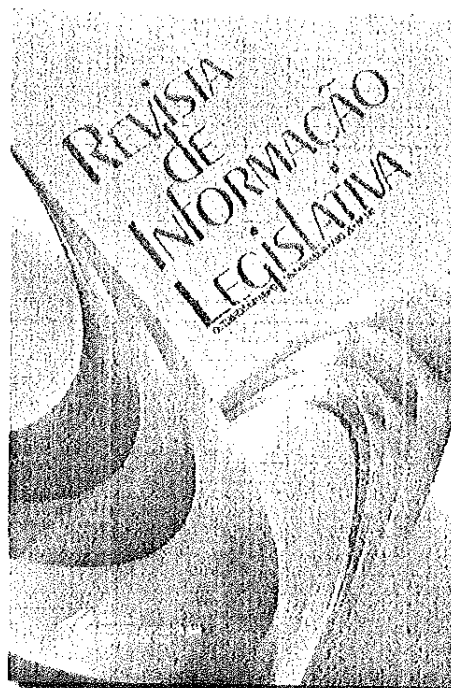
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 832 PÁGINAS